JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 5
Câmara Municipal de Água Boa 6
Câmara Municipal de Alto Paraguai 6
Câmara Municipal de Araputanga 7
Câmara Municipal de Cáceres 8
Câmara Municipal de Colíder 8
Câmara Municipal de Confresa 8
Câmara Municipal de Curvelândia 31
Câmara Municipal de Matupá 32
Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento 32
Câmara Municipal de Paranatinga 33
Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo 34
Câmara Municipal de Poconé 36
Câmara Municipal de Porto Esperidião 36
Câmara Municipal de Porto Estrela 36
Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato 37
Câmara Municipal de Tangará da Serra 37
Câmara Municipal de Várzea Grande 38
Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis 38
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 38
Consórcio Intermunicipal Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Vale do Guaporé 43
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Região Sul 44
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Regiao do Vale do Arinos 44
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 44
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 46
Instituto Municipal da Previdência dos Servidores de Tangará da Serra - SERRAPREV 46
Prefeitura Municipal de Acorizal 46
Prefeitura Municipal de Água Boa 47
Prefeitura Municipal de Alto Garças 71
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 71
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 78
Prefeitura Municipal de Apiacás 78
Prefeitura Municipal de Araguaiana 161
Prefeitura Municipal de Araguainha 161
Prefeitura Municipal de Araputanga 171
Prefeitura Municipal de Arenápolis 173
Prefeitura Municipal de Aripuanã 174
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 179
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 180
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 180
Prefeitura Municipal de Brasnorte 191
Prefeitura Municipal de Cáceres 211
Prefeitura Municipal de Campinápolis 226
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 227
Prefeitura Municipal de Campo Verde 239
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 244
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 245
Prefeitura Municipal de Canarana 248
Prefeitura Municipal de Carlinda 249
Prefeitura Municipal de Castanheira 249
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 249
Prefeitura Municipal de Cláudia 252

Prefeitura Municipal de Cocalinho 283
Prefeitura Municipal de Colíder 323
Prefeitura Municipal de Colniza 325
Prefeitura Municipal de Comodoro 328
Prefeitura Municipal de Confresa 329
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 350
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 350
Prefeitura Municipal de Curvelândia 351
Prefeitura Municipal de Diamantino 363
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 389
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 396
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 396
Prefeitura Municipal de Guiratinga 397
Prefeitura Municipal de Itanhangá 398
Prefeitura Municipal de Itaúba 401
Prefeitura Municipal de Itiquira 401
Prefeitura Municipal de Jaciara 403
Prefeitura Municipal de Jangada 479
Prefeitura Municipal de Jauru 479
Prefeitura Municipal de Juara 480
Prefeitura Municipal de Juína 486
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 489
Prefeitura Municipal de Marcelândia 490
Prefeitura Municipal de Matupá 490
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 495
Prefeitura Municipal de Nobres 502
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 503
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 504
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 506
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 508
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 510
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 511
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 512
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 514
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 517
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 530
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 530
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 534
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 550
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 563
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 569
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 573
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 574
Prefeitura Municipal de Paranatinga 575
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 578
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 582
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 597
Prefeitura Municipal de Poconé 598
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 601
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 602
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 603
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 603
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 606
Prefeitura Municipal de Poxoréu 611
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 611
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 613
Prefeitura Municipal de Rondolândia 613
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 668
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 669
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 669
Prefeitura Municipal de Santa Carmem 670
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 674
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 675

Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 679
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 681
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 684
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 689
Prefeitura Municipal de São José do Povo 690
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 690
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 691
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 692
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 692
Prefeitura Municipal de Sorriso 693
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 693
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 695
Prefeitura Municipal de União do Sul 695
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 714
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 726
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 732
Prefeitura Municipal de Vila Rica 732

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1201

O Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

JORNAL OFICIAL
DESPACHO Nº 12/2023

Despacho Nº 12/2023

A Comissão Eleitoral, constituída nos termos do inciso II do § 3° do artigo 22 do Estatuto Social, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, deliberou sobre os atos e procedimentos a serem adotados no dia da Eleição.

No dia 02 de outubro de 2023 será realizada a eleição da **DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DA AMM – ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNÍCIPIOS – GESTÃO 2024-2026**, onde a Comissão assim delibera:

LOCAL DE VOTAÇÃO: Seção Eleitoral com cabine de votação no auditório da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM.

HORÁRIO DE VOTAÇÃO:

Início as 08:00h, composição da mesa receptora de votos com a primeira chamada, onde será verificada o quórum necessário, conforme previsão contida no Parágrafo 1º do artigo 9º do Estatuto Social, que prevê a necessidade da presença de metade mais um dos seus membros, e não havendo quórum, esperará por uma hora, com a segunda chamadaas09:00h, que poderá ser iniciada com a quantidade de membros presente;

Iniciada a Assembleia Geral Extraordinária, proceder-se-á abertura da Eleição com a emissão da "zerésima", na presença dos candidatos ou seus fiscais e membros da comissão eleitoral, para identificação da urna e comprovação que nela estão registrados os dois candidatos e que nenhum deles computa voto, ou seja, a urna tem zero voto.

Término as 17:00h com o encerramento da votação e impressão dos boletins de urna, com destinação de uma via impressa para Comissão Eleitoral, Chapa 01 e Chapa 02.

DO ESPAÇO DE VOTAÇÃO: A Seção Eleitoral, para escolha da DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DA AMM, funcionará no auditório da AMM, com cabine secreta de votação conforme horário estabelecido. No espaço destinado a seção eleitoral, apenas será permitido a entrada e circulação dos candidatos, prefeitos e prefeitas com direito a voto, membros da comissão eleitoral e demais funcionários da entidade autorizados pelo Presidente da comissão eleitoral para prestar o apoio técnico necessário.

O espaço será liberado para o público geral após 17h para proclamação do resultado.

DAS RESTRIÇÕES E PROIBIÇÕES: São vedadas a confecção, utilização, distribuição pelos candidatos, eleitores e terceiros, ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem a eleitora ou eleitor, respondendo a infratora ou o infrator, conforme o caso, pela prática de captação ilícita de sufrágio, emprego de processo de propaganda vedada e, se for o caso, pelo abuso de poder.

Ainda, é vedado aos candidatos ou seus representantes, ou a qualquer pessoa, o fornecimento de transporte, hospedagem ou refeições aos eleitores com finalidade eleitoreira, aglomeração e reuniões com eleitores nas 48 horas que antecedem o pleito, bem como no dia da eleição, sendo vedado a realização de boca de urna e pedido de voto dentro da Assembleia Geral Extraordinária, no auditório onde se realizará a seção eleitoral.

DOS DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ELEITOR: O Eleitor deve estar em exercício, na posse do cargo e, para sua identificação, deverá apresentar documento oficial com foto e CPF.

Às providências.

Publique-se. Cumpra-se.

Cuiabá – MT, 19 de setembro de 2023

OSMAR FRONER DE MELO

PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO **PREFEITO DE PLANALTO DA SERRA**	**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO** **PREFEITA DE CONQUISTA D'OESTE**
LEOCIR HANEL **PREFEITO DE NOBRES**	**LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO** **PREFEITO DE SANTO AFONSO.**

JORNAL OFICIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 006/2023 - CARONA 01

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 006/2023 - CARONA 01

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 13/2023 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2023 da PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE COMPRA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO, VIA SISTEMA VIA WEB INFORMATIZADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNCIÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.**

Com base nas informações constantes do Processo em referência, através do Pregão Presencial nº. 013/2023, realizado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, e com base no Parecer emitido pela Assessoria Jurídica, bem como em cumprimento aos termos do art. 43, VI, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, HOMOLOGO e ADJUDICO a Presente Adesão, em favor da empresa **PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.009.871/0001-31**, com TAXA ADM de 0,00%**,** com fulcro no art. 8º do Decreto Federal nº. 7. 892/2013 e na Lei 8.666/93. Em consequência, fica convocado, o proponente, para a assinatura do instrumento contratual, nos termos do art. 64, caput, do citado Diploma Legal, sob as penalidades da lei.

Publique-se.

Cuiabá, 20 de Setembro de 2023.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

JORNAL OFICIAL
PORTARIA N.º 090/2023

PORTARIA N.º 090/2023

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM CONVENIO Nº 001/2022 - SUSAF FIRMADO ENTRE A AMM E A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NEURILAN FRAGA, PRESIDENTE DA AMM, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por ESTATUDO;

R E S O L V E:

Art. 1º EXONERAR a funcionária **JOYCE DE ARRUDA AQUINO**, matrícula funcional nº 480, do cargo de TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES, data exoneração 20/09/2023, lotada na Coordenação Administrativa e Financeira/ Setor SUSAF da Associação Mato-Grossense dos Municípios – MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS, 20 DO MÊS DE SETEMBRO DE 2023.

Cuiabá-MT, 20 de setembro de 2023.

Neurilan Fraga

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
RESOLUÇÃO Nº 006/2023

"AUTORIZA A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL A FAZER O ENCAMINHAMENTO DE BENS MÓVEIS EM DESUSO, À PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT".

José Ari Zandoná, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são concedidas, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou em Sessão Ordinária do dia 18 de Setembro de 2023 e, Ele Promulga, a seguinte Resolução:

Considerando que o fator econômico mais frequente observado foi a obsolescência, a danificação e a descaracterização do material, diminuindo a utilidade econômica do bem;

Considerando que a posição do gerenciamento em manter esses bens cadastrado na Carga Mobiliária Patrimonial, além de gerar despesas, muitas vezes superiores ao valor que ainda representam, provoca desperdício de tempo e mão de obra, contribuindo para que a Administração Patrimonial seja morosa nas suas atribuições rotineiras;

Considerando a inviabilidade de recuperação e uso dos mesmos.

Concluiu-se que:

Os bens aqui codificados, conforme a relação em anexo, deverão ser baixados sumariamente na modalidade de:

a) Baixa por desuso; b) Baixa por bens danificados; c) Por serem considerados inservíveis ao serviço público.

Portanto, os bens referidos no *item anterior* sejam imediatamente excluídos da Carga Patrimonial.

Art. 1º - Fica autorizada o encaminhamento dos bens em desuso a Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, nos termos do **Art. 118** da Lei Orgânica, conforme descriminados no **Anexo I – Relação de Bens para Baixa – AGOSTO/2023,** o qual segue em anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Mesa Diretora da Câmara Municipal, aos 18 de setembro de 2023.

VereadorJosé Ari Zandoná (UNIÃO BRASIL)

Presidente

VereadorLeonardo Leite Ribeiro (MDB)

Vice-Presidente

VereadorHernonides Silveira Júnior (PL)

1º Secretário

VereadoraCleide Maria Maschião Aleixo (PSDB)

2º Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
RESOLUÇÃO Nº 007/2023

"CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ ÁGUABOENSE A ILUSTRÍSSIMA SENHORA *PATRÍCIA FIGUEIREDO* E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOSÉ ARI ZANDONÁ, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são concedidas, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou em Sessão Ordinária do dia 18 de setembro de 2023, e Ele Promulga, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica concedida o Título de Cidadã Águaboense para a Senhora "PATRÍCIA FIGUEIREDO", voluntária, promovendo trabalho de bem-estar para sociedade.

Art. 2º - O respectivo título será entregue a homenageada, em Ato Solene de entrega de título de "Cidadã Águaboense", a ser convocado pela Presidência da Câmara Municipal, em data a ser agendada por esta Casa de Leis.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Mesa Diretora da Câmara Municipal, aos 18 de setembro de 2023.

VereadorJosé Ari Zandoná (UNIÃO BRASIL)

Presidente

VereadorLeonardo Leite Ribeiro (MDB)

Vice-Presidente

VereadorHernonides Silveira Júnior (PL)

1º Secretário

VereadoraCleide Maria Maschião Aleixo (PSDB)

2º Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
PORTARIA 33/2023

PORTARIA 033/2023

ROZINEI RODRIGUES DA SILVA,Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e, Considerando a necessidade de realizações de procedimentos físicos.

CONSIDERANDO as constantes alterações introduzidas nas Legislações Municipal, Estadual e Federal, que podem trazer impactos sobre as normas municipais, em especial sobre o Regimento Interno (Resolução 01/93);

CONSIDERANDO o interesse constitucional dos nobres Edis desta Casa enquanto guardiões das normas;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 90(noventa) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos, da COMISSÃO ESPECIAL DE ANÁLISE E REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO PODER LEGISLATIVO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpre-se.

Gabinete do Presidência, em 20 de setembro de 2023.

ROZINEI RODRIGUES DA SILVA

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
PORTARIA N° 29/2023

PORTARIA N° 29/2023

SUMULA: Conceder Elevação de Nível a servidora **GLEICIANE DOS SANTOS ARAÚJO,** funcionária do Poder Legislativo Municipal.

ROZINEI RODRIGUES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraguai-MT, usando de suas atribuições legais, consoantes as normas gerais de direito público, e na forma da Lei expede a seguinte Portaria:

Art. 1° - **Conceder Elevação de Nível**, conforme estabelece a Resolução 001/2012 que trata do PLANO DE CARGO CARREIRA E SALARIO, deste Poder Legislativo, **do nível 1 para o Nível 3**, da servidora **GLEICIANE DOS SANTOS ARAÚJO**, matricula 080, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Alto Paraguai-MT, portadora do CPF n° 025.601.871-59.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre–se

Publique-se

Cumpra-se.

Alto Paraguai-MT, 02 de agosto de 2023.

ROZINEI RODRIGUES DA SILVA,

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
MOÇÃO DE APOIO Nº 18/2023

Requer da Mesa Diretora envio de moção de apoio ao Congresso Nacional, em face da tentativa de legalização do aborto por meio da ADPF 442, a fim de garantir as prerrogativas constitucionais e republicanas das competências do Poder Legislativo e de se evitar um possível ativismo judicial por parte do Supremo Tribunal Federal.

Os Vereadores abaixo assinados, com fundamento no inciso XI do artigo 127 do Regimento Interno desta Câmara Municipal, apresentam à Mesa Diretora, ouvido o Douto Plenário, e dispensadas as demais formalidades regimentais, **Moção de Apoio ao Congresso Nacional, em face da tentativa de legalização do aborto por meio da ADPF 442, a fim de garantir as prerrogativas constitucionais e republicanas das competências do Poder Legislativo e de se evitar um possível ativismo judicial por parte do Supremo Tribunal Federal**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Araputanga:

Os vereadores abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, requerem à Mesa Diretora o envio de expediente aos Gabinetes das Presidências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para acolher esta moção como manifestação de vontade da maioria absoluta do Povo do município de Araputanga – MT, mediante deliberação de seus representantes legitimamente eleitos, no intuito de impedir a usurpação da competência primária do Poder Legislativo.

Além da defesa do princípio republicano da Separação de Poderes e do sistema de Freios e Contrapesos, consagrados no texto constitucional, esta moção é motivada pela tentativa de legislar por vias judiciais matérias a respeito da prática do aborto, conforme consta na ADPF nº 442 – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental apresentada pelo PSOL ao Supremo Tribunal Federal no sentido de questionar a recepção pela Constituição Federal brasileira dos artigos 124 e 126 do Código Penal, que dispõem sobre o crime do aborto.

Esta moção considera também a ofensa mais ampla à vida contida na tese da ADPF 442, que não somente peticiona a legalização do aborto até 12 semanas, como também o reconhecimento imediato de um direito constitucional ao aborto durante todas os nove meses da gestação, visto que toda a ação está fundamentada no argumento de que "**não há como se imputar direitos fundamentais ao embrião. O estatuto de pessoa só é reconhecido após o nascimento com vida**".

A ação afirma que "**a dignidade da pessoa humana exige mais do que simplesmente o pertencimento à espécie humana para os efeitos protetivos do princípio constitucional**.

A ação sustenta ainda que, segundo os Ministros da Corte, "**o conteúdo essencial mínimo para a dignidade humana é constituído [1] do valor intrínseco, simplesmente porque se é humano, mas sem o estatuto de pessoa humana, [2] da autonomia, isto é, o reconhecimento de sua capacidade de guiar-se por seu projeto de vida individual, e [3] do valor comunitário**."

Ainda, segundo os ministros da Corte, "**é na interseção entre a dignidade, a autonomia e a cidadania que o sentido de existência digna passa a receber conteúdo concreto. Não há preceitos absolutos em nosso ordenamento constitucional**".

Colocam-se, assim, delimitações totalmente subjetivas e um relativismo tal que estimula o desrespeito à vida humana em geral e não apenas à dos nascituros.

Esta moção louva de modo especial as recentes manifestações do Excelentíssimo Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, quanto ao julgamento no Supremo Tribunal Federal sobre a descriminalização do porte de drogas para uso da própria pessoa, em que o parlamentar diz que "**a decisão do parlamento é a única com legitimidade**", trata a possibilidade de ativismo judicial como "**equívoco grave**" e "**invasão da competência do poder legislativo**", e deixa claro que "**não se pode atribuir ao Congresso Nacional inércia ou omissão**".

Portanto, pretende-se por meio desta moção manifestar expresso apoio ao Excelentíssimo Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, por sua postura, e reiterar a imensa importância em se garantir as prerrogativas do Congresso Nacional como único legitimado para legislar em tudo aquilo que lhe é próprio de sua competência, especialmente acerca da matéria presente no Recurso Extraordinário (RE) 635659, referente ao tema das drogas, e da ADPF 442, atinente ao tema do aborto, observando o que dispõe a Constituição Federal e lembrando que o Supremo Tribunal Federal tem como função comportar-se como guardião da Carta Magna e não como legislador.

Por fim, não se pode tampouco desprezar a vontade popular. É do povo, reza o Parágrafo Único do Artigo Primeiro de nossa atual Constituição, que **"todo poder emana e por meio de cujos representantes se exerce**" e do qual, portanto, esta moção se faz voz. Povo que, através de diversas pesquisas feitas por variados institutos, invariavelmente reitera sua posição majoritariamente contrária ao aborto. A tentativa de avançar a pauta abortista encontrou lugar nas cortes do nosso judiciário justamente como tentativa de evadir a restrição popular manifestada por seus representantes eleitos para legislar e que há décadas barram esforços semelhantes feitos no único foro competente para discussões legislativas, que é o Congresso Nacional.

A propósito, dispõe art. 49, inciso XI, da Constituição Federal:

"Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

(...)

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros poderes."

Que a presente Moção, após aprovada pelos senhores pares, seja encaminhada, como prova de nossa mais veemente PREOCUPAÇÃO E APOIO, às seguintes autoridades, conforme seguem:

Exmo. Sr.

RODRIGO OTÁVIO SOARES PACHECO

MD Senador Presidente do Senado Federal

SENADO FEDERAL ANEXO 2 ALA TEOTÔNIO VILELA GABINETE 24

CEP 70.165-900 / Brasília/DF

Exmo. Sr.

ARTHUR LIRA

MD Deputado Federal Presidente da Câmara dos Deputados

Endereço: Câmara dos Deputados, Edifício Principal, Pavimento Superior, Ala E, Brasília-DF, CEP 70160-900

Pelo exposto, apresentamos a presente Moção.

Plenário da Câmara Municipal de Araputanga – MT, em 14 de setembro de 2023.

Toninho

Vereador

Correia

Vereador

Cléo Camargo

Vereadora

Paulinho Gato

Vereador

Gilmar do Tota

Vereador

Ronaldo das Botas

Vereador

Sandra Lopes

Vereadora

Tião Barbosa

Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

"*Dispõe sobre a concessão de* ***DIPLOMA DE RECONHECIMENTO AO MÉRITO*** *ao ilustre* ***CLÉBER DE SOUZA FERREIRA*** *pela prestação e dedicação aos serviços, junto ao Município de Cáceres.*

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea "h", da Resolução nº 06 de 12 de agosto de 2019, e o Art. 93 do Regimento Interno, aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o **DIPLOMA DE RECONHECIMENTO AO MÉRITO** ao **PM CLÉBER DE SOUZA FERREIRA**, pela prestação e dedicação aos serviços, junto ao Município de Cáceres.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 19 de Setembro de 2023.

LUIZ LAUDO PAZ LANDIM

Presidente

PASTOR JÚNIOR

Vice-presidente

MARCOS EDUARDO RIBEIRO

1º Secretário

LACERDA DO AKI

2ª Secretária

MANGA ROSA

3º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 025/2023

DECRETO Nº 025/2023

"Concede Título de Cidadão Colidense Ilustríssimo Senhor RONI MARTINI

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprova e o Presidente da Mesa Diretora promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido Título de Cidadão Colidense ao Ilustríssimo Senhor RONI MARTINI – brasileiro, solteiro, professor de capoeira, graduado em licenciatura plena em pedagogia e pós-graduado em educação física escolar, sendo neste ato contemplado em reconhecimento a sua formação, intelectual, moral, cívica e cultural, bem como, pela parcela de contribuição no desenvolvimento sócio-político e econômico desta municipalidade.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Colíder/MT, em 18 de setembro de 2023

Ver. José Moreira

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 03/2023 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2023 - REFORMA PRÉDIO DA CÂMARA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 03/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 52/2023

PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2023

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA**, por meio do Pregoeiro Oficial designado pela Portaria n°. 80/2023, publicada no site da AMM e Mural da Câmara, com a devida autorização expedida pelo Presidente Sr. Geancarlos Francisco Guimarães, exarada em conformidade com a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações aplicáveis, **Torna Público** a realização de licitação, **no dia 04/10/2023**, às 9 horas, na Câmara Municipal, sito a Rua Mato Grosso, 120 - Centro, Confresa – MT, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL,** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL, OBJETIVANDO A "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DA COBERTURA, PISO, PINTURA, FORRO E INSTALAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT",**para atender este Legislativo Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, como do Memorial Descritivo, Caderno de Encargos, Projetos Arquitetônicos e Elétricos.

I – DO OBJETO, DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DISPONIBILIZAÇAÕ DO EDITAL

1.1 - A presente licitação tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DA COBERTURA, PISO, PINTURA, FORRO E INSTALAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT", para atender este Legislativo Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

1.1 A licitação será realizada em único item.

1.2 O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO GLOBAL, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3 O prazo de execução das obras ora licitadas será de 210 (duzentos e dez) dias corridos, contados a partir da data determinada pela Câmara no ofício de autorização para início das obras, e a vigência do contrato será de 250 (duzentos e cinquenta) dias. A retirada da Nota de Empenho se dará, conforme convocação, em data definida pelo órgão. O citado prazo de execução poderá ser prorrogado em conformidade com o art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

1.4 Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na Câmara Municipal de Confresa.

1.5 O presente edital poderá ser obtido:

a) no site http://www.confresa.mt.leg.br/; - Portal de Transparência ou Licitações, onde serão também disponibilizadas todas as informações alusivas ao presente certame licitatório; Diário Oficial do Município, em consulta ao site: https://diariomunicipal.org/mt/amm/

b) junto à pregoeira na secretaria da Câmara Municipal de Confresa, do Estado de Mato Grosso, no endereço citado no Preâmbulo, que fornecerá cópia por meio magnético, devendo o interessado possuir pen drive ou outro meio de armazenamento eletrônico para obtenção do arquivo;

c) por solicitação via e-mail ao endereço: secretariacmconfresa@gmail.com

1.6 A retirada do presente edital poderá ser feita nos dias úteis, no horário das 08:00 às 12:00 horas, mediante assinatura de termo de recebimento.

1.7 PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO: No prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, ou impugnar este instrumento convocatório, cuja petição deverá ser dirigida ao Pregoeiro, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

1.7.1 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

1.7.2 Se a impugnação ao edital for reconhecida e julgada procedente, serão corrigidos os vícios e, caso a formulação da proposta seja afetada, nova data será designada para a realização do certame.

1.7.3 Ocorrendo impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei n. 10.520/02 e legislação vigente.

1.7.4 A apresentação de impugnação, após o prazo estipulado no subitem anterior, não a caracterizará como tal, recebendo o tratamento como mera informação.

1.7.5 As impugnações deverão ser dirigidas ao Pregoeiro responsável por esta licitação, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), mediante registro junto ao Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Confresa, situada na Rua Mato Grosso, nº 120, Centro, Confresa-MT, ou enviada ao e-mail: secretariacmconfresa@gmail.com

II – DA SESSÃO PÚBLICA

2.1 – O recebimento e abertura dos envelopes, bem como o julgamento das propostas dar-se-á em sessão pública, a ser realizada no dia **04 de outubro de 2023**, às **09 horas**, na Câmara Municipal, sito a Rua Mato Grosso, 120 - Centro, Confresa – MT.

III – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – O presente edital não é de participação exclusiva de microempresa ou empresa de pequeno porte e não possui cota reservada, considerando a natureza do objeto pretendido, nos termos do artigo 49, inciso II da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147/14.

3.2 Poderão participar da presente Licitação pessoas jurídicas que atuem no ramo pertinente ao objeto da presente licitação e que atendam a todas as condições exigidas na Lei nº 10.520/02 e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.666/93, bem como as demais exigências contidas no presente edital.

3.3 - Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os licitantes que se enquadre em uma ou mais das situações a seguir:

3.3.1 - Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

3.3.2 - Não poderão participar deste pregão os interessados que se encontrarem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão, de incorporação, de processo de recuperação constante da Lei nº 11.101/2005, ou procedimentos similares, que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como as licitantes que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio, salvo no disposto do art. 56 da Lei Complementar 123/06.

IV – DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No início da sessão pública do pregão, o licitante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro devidamente munido dos documentos que demonstrem que detém poderes para a prática de atos inerentes ao pregão.

4.2 Para o credenciamento deverão ser apresentados, apartados dos Envelopes 1 e 2, os seguintes documentos:

a) Tratando-se de representante legal, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou instrumento de registro comercial (certidão simplificada), registrado no órgão competente, devidamente atualizado, ou seja, com data não superior a 90 dias;

b) Tratando-se de procurador, a PROCURAÇÃO por instrumento público ou particular com firma reconhecida (conforme modelo Anexo VIII), NA QUAL CONSTEM PODERES ESPECÍFICOS PARA FORMULAR LANCES, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a" acima, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

c) documento oficial de identificação que contenha fotografia.

4.3 Os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor do Legislativo ou publicação em órgão da imprensa oficial.

4.4 Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4.5 Não havendo credenciamento do representante da empresa, o envelope proposta da mesma será aberto, porém, o representante não poderá dar lances;

4.6 Nos termos do art. 4°, da Lei n. 10.520/02, a ausência de credenciamento, seja pela não apresentação de quaisquer dos documentos exigidos para o credenciamento, seja por sua apresentação irregular, impede a prática de atos inerentes ao certame, notadamente, a formulação de lances orais e a manifestação do direito de recorrer das decisões tomadas durante a sessão, exceto, neste último caso, por questões afetas ao próprio credenciamento.

4.7 A ausência do credenciado, por quaisquer motivos, da sala da sessão, sem a sua substituição formal ou sem autorização expressa do Pregoeiro, impede, na sua ausência, a prática de atos inerentes ao pregão.

4.8 Caso não haja a apresentação de algum dos documentos de credenciamento ou ainda sobre os mesmos recaia incorreção insanável, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais e será mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

V. DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

5.1 Caso o licitante queira usufruir dos benefícios para MICROEMPRESAS ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE previstos na Lei Complementar n. 123/06 deverá apresentar documentação comprobatória dessa condição, no início da sessão, apartado dos envelopes 01 e 02, e juntamente com os documentos necessários ao credenciamento, dos seguintes documentos:

a) certidão simplificada emitida e registrada pela respectiva junta comercial, devidamente atualizada, ou seja, com data não superior a 90 dias;

b) declaração da empresa, emitida por seu representante legal, de que é microempresa ou empresa de pequeno porte, constituídas na forma da Lei Complementar n. 123/2006, conforme modelo constante do Anexo V.

5.2 O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3°, parágrafo 4°, da Lei Complementar n° 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

5.3 A declaração falsa relativa ao enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fins de fruição dos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006, sujeitará o licitante, nos termos do art. 7°, da Lei n. 10.520/02, à sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, como também caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

VI. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

6.1 No início da sessão, juntamente com os documentos necessários ao credenciamento, o licitante deverá apresentar declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação.

6.2 No caso da sua não apresentação, a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação pode ser firmada no início da sessão pelo credenciado, adotando-se o modelo constante do **Anexo IX.**

6.3 Para as empresas que desejarem participar do Pregão Presencial somente com os envelopes "Nº 01" e "Nº 02" será exigido a apresentação da Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, conforme o Art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520/02.

VII – APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇO E HABILITAÇÃO

5 6 7

7.1 **Condições gerais da apresentação dos envelopes.**

7.1.1 O credenciamento, a comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverão ser apresentados apartados dos Envelopes nº 1 e 2, no início da abertura da sessão de licitação, com vistas à aferição das condições procedimentais para a condução do certame e observância dos princípios constitucionais e do direito administrativo.

7.1.2 Os envelopes deverão estar devidamente lacrados, fechados e devem ser entregues ao Pregoeiro no dia, horário e local designado para a realização da sessão pública, não sendo aceita a remessa de documentos via postal, fac-símile, telex, telegrama ou qualquer outra forma similar.

7.1.3 Os envelopes deverão conter na face externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE DE PROPOSTA COMERCIAL - Nº 01

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023

(RAZÃO SOCIAL)

(Nº DO CNPJ)

ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO - Nº 02

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023

(RAZÃO SOCIAL)

(Nº DO CNPJ)

7.2 Envelope N. 01 – Proposta de Preços.

– O envelope “01”, com o título “PROPOSTA COMERCIAL deverá conter obrigatoriamente:

a) A proposta comercial da licitante devidamente preenchida, de acordo com o modelo disposto no Anexo IV;

b) Planilha orçamentária preenchida, de acordo com o modelo e orientações dispostos no Anexo II;

c) Apresentação da formação da composição do BDI, conforme modelo disposto no Anexo III;

7.2.1 A proposta comercial, indicada na alínea “a” acima, deverá conter a identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários, endereço de e-mail e indicação do prazo de validade de 60 (sessenta) dias.

7.2.2 A planilha orçamentária a ser preenchida e entregue dentro do envelope “01”, deverá conter indicação, por item, de código de cada composição de preço, descrição da composição de preço, unidade, quantidade, preço unitário, preço unitário com BDI e total em moeda nacional, em algarismos e, preferencialmente, por extenso, na forma da PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA PREENCHIMENTO, disposta no Anexo II deste Edital.

7.2.3 ACOMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI ofertado, conforme exigido na alínea “c” acima, deverá discriminar todos os custos indiretos e lucros (ou benefícios) contemplados no objeto desta licitação, conforme Planilha de Composição para Preenchimento disposta no Anexo III deste edital;

7.2.4 se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da Câmara Municipal, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

7.2.5 - As propostas comerciais que atenderem aos requisitos desta licitação serão verificadas pela Pregoeira e equipe de apoio quanto a erros aritméticos, e, caso seja necessário, serão corrigidas da seguinte forma:

7.2.6 - Se for constatada discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

7.2.7 - Se for constatada discrepância entre o produto da multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, prevalecerá o preço unitário;

7.2.8 - Se for constatado erro de adição, subtração, multiplicação ou divisão, será considerado o resultado corrigido;

7.2.9 - Caso a licitante não aceite as correções realizadas, sua proposta comercial será desclassificada.

7.2.10 - A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal do licitante com poderes para esse fim e presente à reunião de abertura dos envelopes Proposta.

7.2.11- A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope nº 01 - Documentação.

7.3 Envelope n. 02 – Da documentação.

7.3.1 - Os **licitantes** deverão apresentar o envelope “02” fechado com os documentos relacionados a seguir:

7.3.2 - Para comprovação da **habilitação jurídica**:

7.3.3 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.3.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

7.3.5 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.3.6 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.3.7 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração;

7.3.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

7.4 - Para **comprovação da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista**:

7.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

7.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.4.3. Alvará de Licença Municipal.

7.4.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente;

7.4.5 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

7.4.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.5 - Para comprovação da **qualificação econômico-financeira**:

7.5.1 - Certidão negativa dos cartórios de registro de falências e concordatas do local da sede do proponente.

7.5.2 - A habilitação técnica far-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Comprovação de registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, conforme o caso, em atividade relacionada ao objeto desta contratação, em plena validade.

b) A licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante cumpriu, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no MEMORIAL DESCRITIVO – ANEXO I DO TR deste edital, com clara menção do produto e execução bem-sucedida, quanto ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade dos mesmos. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição;

c) comprovação que possui no seu quadro técnico, na data da licitação, pelo menos 1 (um) profissional de nível superior detentor de certidão(ões) ou atestado(s), que comprove a experiência desejada, fornecido(s) por pessoa de direito público ou privado, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedidas pelo CREA e/ou CAU, que demonstre sua aptidão, por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente e compatível em característica com o objeto da Licitação;

c.1) os profissionais mencionados na alínea "c" **deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta**, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante;

c.2) a comprovação de vínculo profissional, acima abordada, visa garantir a permanência do profissional durante a execução dos serviços, admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, nos termos do disposto no art. 30, §10, da Lei 8.666/93.

7.6 – **Declarações:**

7.6.1 - Declaração do licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo do Anexo V deste Ato Convocatório, na forma do disposto na Lei Complementar n.º 123/2006.

7.6.2 - Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e tampouco menor de dezesseis anos, salvo a partir dos quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, nos termos do modelo do Anexo VI deste Edital.

7.6.3 - Declaração de inexistência de fato impeditivo de habilitação (§ 2.º do Art. 32, da Lei n.º 8.666/93), (modelo Anexo VII);

7.7- O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123 de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

7.8 - Forma de apresentação dos documentos

a) Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial. Será aceita somente cópia legível, não sendo aceito documento cuja data esteja rasurada, facultado ao Pregoeiro, a qualquer tempo, se assim entender necessário, em caso de cópia autenticada ou publicação em órgão oficial, exigir o respectivo original para conferência.

b) Os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa.

c) Sob pena de inabilitação, todos os documentos solicitados para habilitação deverão estar em nome do proponente e, preferencialmente, com número do CNPJ ou outro equivalente, além do endereço respectivo, sendo dispensados dessa preferência aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos com a ausência destas informações, devido à forma ou padronização do órgão emissor.

d) Não serão aceitos protocolos de entrega ou protocolos de solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e, em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido protocolizados no envelope respectivo, salvo exigência do Pregoeiro na sessão própria.

e) Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação da proponente. Os documentos que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a **90 (noventa dias)** de antecedência da data prevista para apresentação das propostas, exceto atestado(s).

f) No caso de empresas beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006 serão concedidos os prazos de regularização "a posteriori" nela previstos.

g) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, de acordo com a previsão contida no art. 43, da Lei Complementar nº 123/2006.

h) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual perío-

do, a critério do Legislativo, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

i) A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou para a revogação da licitação

j) A regularidade exigida por ocasião da licitação deverá manter-se na vigência do contrato.

VIII - CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DO PREÇO

8.1 - Serão desclassificadas as propostas, por serem considerados excessivos os preços, superiores a **R$ 606.702,08** (seiscentos e seis mil setecentos e dois reais e oito centavos), conforme orçamento constante na planilha orçamentária, disposto no Anexo III do TR.

8.2 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

8.3 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

8.3.1. Valor Global: será considerado como valor máximo da contratação o valor estimado na planilha orçamentária de R$ **606.702,08 (seiscentos e seis mil, setecentos e dois reais e oito centavos).**

8.3.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

8.3.3. Considerando a adoção do regime de empreitada por preço global, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos respectivos.

IX – PROCESSAMENTO DO PREGÃO

9.1 – No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta à sessão de processamento do Pregão Presencial, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, os quais apresentarão a comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, caso a empresa se enquadre, nos termos do item 5.1; e declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme item 6.1 deste edital.

9.2 - Serão entregues ao Pregoeiro, os envelopes nº 01 de Proposta de Preços e nº 02 da Documentação de Habilitação.

9.3 - Iniciada a abertura do primeiro envelope de Proposta de Preços, serão avaliadas as condições exigidas no Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições exigidas.

9.4 - Será classificada para a etapa de lances a proposta de menor preço apresentado e as que lhe forem superiores em até 10% (dez por cento) do seu valor.

9.5 As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% superior àquela;

b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três);

c) No caso de empate de ofertas, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de proponentes, realizando-se sorteio para definir a ordem dos lances.

9.6. Será considerada, a proposta de preço escrita, como valor proposto acabado e final do licitante que, caso classificado para os lances verbais, não esteja representado em sessão.

9.7. Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos representantes das proponentes classificadas, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes a partir do autor da proposta classificada de maior preço.

9.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão da proponente da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela proponente, para efeito de ordenação das propostas.

9.9. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, com redução inferior à proposta de menor preço.

9.10. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

9.11 Caso não se realize lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o representante da proponente uma redução vantajosa do valor escrito.

9.12. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances. Declarada encerrada a etapa de lances e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

9.13 Após o encerramento dos lances, caso haja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que tenha apresentado lance de até 5% (cinco por cento) superior ao licitante que apresentou lance mais vantajoso, e desde que aquela não se enquadre como Micro ou Empresa de Pequeno Porte, será reconhecido o empate (jurídico) e ser-lhe-á oportunizado, durante a sessão (no prazo máximo de cinco minutos, sob pena de preclusão), ofertar nova proposta, que deverá ser inferior àquela considerada mais vantajosa, situação em que passará à condição de primeira classificada do certame, nos termos dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, sem que a empresa classificada inicialmente tenha o direito de cobrir o lance da Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte.

9.14 O direito para apresentação de proposta será dado inicialmente à Micro ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, respeitado o limite dos 5% (cinco por cento). Se a beneficiária da ordem não exercer o seu direito de preferência, deverá ser convocada outra empresa de Pequeno Porte ou Microempresa em condições de empate, na ordem de classificação, para exercício do direito de que trata o inciso II, do art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.15 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar nº 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.16. Na hipótese da não apresentação de proposta conforme itens anteriores, será vencedora a empresa que apresentar a menor proposta por lote na fase de disputa de preços.

9.17. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da proposta de menor valor para a obtenção de melhor preço.

9.18. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, nos termos de pesquisa realizada pelo licitador, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

9.19. Na apreciação e no julgamento das propostas não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste instrumento, nem serão permitidas ofertas de vantagens baseadas nas propostas das demais proponentes, obrigando-se, no entanto, a prestar toda e qualquer atividade oferecida em sua proposta.

9.20. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

9.21. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da proponente que a tiver formulado para confirmação das suas condições habilitatórias.

9.22. Se a oferta não for aceitável ou se a proponente desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

9.23. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades formais nos documentos de habilitação, poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até à decisão sobre a habilitação, inclusive mediante verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

9.24. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

9.25. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a proponente será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

X – JULGAMENTO

10.1 - No julgamento da proposta serão verificados os preços apresentados, observando-se que a presente licitação é do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL.**

10.2 - Será, portanto, declarada vencedora a licitante que apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL.**

10.3 - Até a assinatura do instrumento de contrato o licitador poderá desclassificar, por despacho fundamentado, qualquer proponente, sem que lhe caiba indenização ou ressarcimento e sem prejuízo das sanções cabíveis, havendo conhecimento de qualquer fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

XI – IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

11.1- As impugnações não terão efeito de recurso e poderão ser oferecidas por qualquer cidadão ou licitante, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão.

11.2 As impugnações deverão se dar de forma expressa e dirigida ao Pregoeiro, que realizará a licitação, mediante protocolo perante o Protocolo Geral da sede da Câmara, no mesmo endereço preambularmente indicado, em horário de expediente regular, assim entendido de segunda-feira a sexta-feira das 8h às 12h.

11.3 Não serão conhecidas as impugnações encaminhadas por fac-símile, e-mail ou qualquer outro meio que não o autorizado pelo item anterior.

11.4 - Caso seja acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração no edital, inquestionavelmente não afetar a formulação das propostas.

11.5- Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição em até 24 (vinte e quatro) horas.

11.6 - Decairá do direito de impugnar o edital aquele que não o fizer no prazo legal.

DOS RECURSOS

11.7 Os recursos relativos aos atos da presente licitação decorrem das disposições constantes do artigo 4º, XVIII, da Lei 10.520/02.

11.7.1- Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, na própria sessão, manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.7.2- A ausência de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso, e em seguida prosseguir à adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora e encaminhamento do processo à autoridade competente para homologação.

11.7.3- Os recursos deverão ser dirigidos ao pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, à autoridade superior competente, devidamente informados, para apreciação, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

11.7.4 O acolhimento de recurso, ou a reconsideração do Pregoeiro, importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7.5- Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

11.7.6 Não serão aceitos recursos interpostos através de fac-símile, e-mail ou de recursos cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo e/ou apresentada por quem não está legalmente habilitado para representar a empresa licitante.

11.7.7- Constarão da ata do pregão a ser assinada pelo Pregoeiro, por membros da equipe de apoio e pelas proponentes presentes que desejarem, os fatos que ocorrerem na sessão pública, os valores das propostas escritas, os valores dos lances verbais oferecidos, com os nomes das respectivas proponentes, as justificativas das eventuais declarações de inaceitabilidade e desclassificação de propostas, bem como da inabilitação, e os fundamentos da adjudicação feitos pelo pregoeiro.

11.7.8- Os recursos e impugnações deverão ser instruídos com documentos necessários para a perfeita identificação da impugnante/recorrente, bem como da verificação da capacidade de representação do signatário, sob pena de não conhecimento.

XII – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto desta licitação será adjudicado à licitante cuja proposta seja considerada vencedora.

12.2 A adjudicação do licitante vencedor será realizada pelo pregoeiro, ao final da sessão do pregão, sempre que não houver manifestação dos participantes no sentido de apresentar recurso.

12.3 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente, só podendo ser efetuada após a adjudicação ou depois de decididos os recursos, confirmada a regularidade de todos os procedimentos adotados.

XIII – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Constantes no Termo de Referência.

XIV – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1 – Constantes no Termo de Referência.

XV – CONTRATAÇÃO

15.1 - homologado o objeto da presente licitação, a licitante será convocada para assinar o instrumento de contrato em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação a este fim, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93 e no presente edital.

15.2 A notificação poderá se dar via e-mail, correspondência com aviso de recebimento ou por meio de publicação na AMM Do Estado.

15.3 - Quando o convocado não assinar o instrumento de contrato no prazo e condições estabelecidas neste edital, o Pregoeiro poderá convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação nas mesmas condições constantes da última oferta ou revogar a licitação.

15.4 - O Pregoeiro poderá, ainda, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

15.5 - Farão parte integrante do contrato o presente edital e seus anexos, bem como os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a presente licitação e para a formulação do contrato.

15.6 - O contrato se regerá pelas cláusulas e disposições nele constantes, pelas demais disposições constantes do presente edital, pelas disposições contidas na Lei nº 8666/93, na Lei n. º 10520/02, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie do objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui ou na minuta de contrato não mencionado.

15.7 - A Administração deverá providenciar a publicação resumida do instrumento de contrato e de seus eventuais aditamentos, por força da disposição contida no Parágrafo Único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

15.8 - Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização da contratante.

15.9 - Autorizada qualquer das hipóteses retro, a contratada permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas no contrato.

15.10 - A empresa contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, nos limites e nas hipóteses previstas no art. 65, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

15.11 - A Administração Pública se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto do contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a contratada terá direito de receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

15.12 - A Administração Pública também se reserva no direito de recusar todo e qualquer serviço que não atender as especificações contidas no presente edital ou que sejam considerados inadequados.

15.13 - O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78, e na forma disposta pelo artigo 79 e consequências previstas no artigo 80, todos os artigos da Lei nº 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

XVI – DAS PENALIDADES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

16.1 Constante no Termo de Referência.

XVII - DA RESCISÃO DO CONTRATO

17.1 Constante no Termo de Referência**.**

XVIII –FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 Constante no Termo de Referência.

XIX - DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1- A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Câmara Municipal de Confresa revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. A Câmara poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

19.2- O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou da Ordem de Serviço, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.3- Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo expressa disposição em contrário.

19.4- Na ocorrência de qualquer fato que impeça o cumprimento de prazo estabelecido neste edital, este será transferido para o primeiro dia útil e de expediente normal da Administração.

19.5- As licitantes ficam obrigadas, a qualquer tempo, a declarar a ocorrência de fatos impeditivos da habilitação e que ensejem no impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas.

19.6- A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável aceitação, pelos proponentes, das condições do edital, cujo desconhecimento não poderá alegar.

19.7- O Presidente da Câmara Municipal poderá revogar, total ou parcialmente, a presente licitação por razões de interesse público, ou anulá-la, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, nos termos do artigo 49, da Lei nº 8.666/93, não cabendo às licitantes direito a indenização, nem pela elaboração da proposta e/ou apresentação de documentos.

19.8- Os atos desta licitação serão públicos e acessíveis aos interessados, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

19.9 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.10 - A publicidade dos atos decorrentes da presente licitação se dará por meio de publicação no site oficial do Legislativo, no site da AMM.

19.11- Informações e/ou esclarecimentos deverão ser obtidos junto ao Pregoeiro que realiza a presente licitação, de forma expressa e mediante protocolo, até 02 (dois) dias antes da data designada para a realização da sessão pública e serão respondidas em até 24 (vinte e quatro horas) do protocolado.

19.12 - Eventuais omissões serão supridas pelas disposições constantes das Leis 10.520/02 e 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

19.13- Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

19.14 - A participação do licitante neste Pregão implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

19.15 - O expediente da Câmara Municipal se dá de 2ª a 6ª feiras, no horário compreendido das 08 às 12 horas.

XX –CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

20.1 – Constante no Termo de Referência.

XXI – DO FORO

21.1 - As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Porto Alegre do Norte/MT, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

XXII - ANEXOS DO EDITAL

22. Integram o presente edital, dele fazendo parte como transcritos em seu corpo, os seguintes anexos: **22.1.** Anexo I - Termo de Referência; 22.1.1. Anexo I do TR - Memorial Descritivo (projeto básico), quatro projetos complementares arquitetônicos, e dois projetos elétricos; 22.1.2. Anexo II do TR - Cadernos de encargos e demais especificações técnicas; 22.1.3. Anexo III do TR - Planilha Orçamentária Completa, contendo: Planilha orçamentária resumida, Planilha orçamentária sintética, Planilha das composições analíticas com preços principais e Planilha das composições analíticas com preços unitários; 22.1.4. Anexo IV do TR - Modelo de Declaração de Vistoria; 22.1.5. Anexo V do TR -Planilha composição BDI; (apresentado pela administração) 22.1.6. Anexo VI do TR - Curva ABC; 22.1.7. Anexo VII do TR - Cronograma Físico-Financeiro; 22.1.8. Anexo VIII do TR - Ordem do Início do Serviço.

22.2. Anexo II – Modelo de Planilha Orçamentária para preenchimento;

22.4. Anexo III - Composição de BDI para preenchimento;

22.5. Anexo IV - Modelo de Proposta Comercial;

22.6. Anexo V- Modelo de declaração ME/EPP;

22.7. Anexo VI **-** Modelo de declaração relativa a trabalho de menores;

22.8. Anexo VII **-** Declaração de inexistência de fatos impeditivos

22.9 Anexo VIII- Modelo de instrumento de credenciamento;

22.10. Anexo IX – Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, edital e seus anexos; e

22.11. Anexo X - Minuta de contrato.

Confresa – MT, 20 de setembro de 2023

GEANCARLOS FRANCISCO GUIMARÃES

Presidente

JOCILAINE SANTOS FORTES DE SOUSA

Pregoeira

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023

Anexo I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1.O presente Termo tem por objeto a objeto **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DA COBERTURA, PISO, PINTURA, FORRO E INSTALAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MAO DE OBRA;**

1.2 O objeto da presente licitação é serviço comum de engenharia por se tratar de serviços cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos no termo de referência e no memorial descritivo;

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no Apêndice I; Planilha Orçamentária – Orçamento Síntético (SINAPI/MT 06/2023); Apêndice II e demais projetos complementares, deste Termo de Referência com a descrição dos itens, quantitativo, valores e unidades de medida.

2.DA JUSTIFICATIVA E DO REGIME DE EXECUÇÃO.

2.1. Justificamos que o pedido da referida obras se faz necessário, a fim de que possamos realizar a reforma do telhado, piso, pintura, forro e instalações da Câmara, acima citada, para que a mesma possa oferecer maior segurança aos servidores, vereadores e visitantes, visto que o telhado vem apresentando vazamentos há alguns anos, e piso e pintura deste legislativo estão em péssimas condições

2.2. As demais Justificativas e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico do Memoria Descritivo Anexo I deste Termo de Referência.

2.3. O regime de execução para a presente contratação é a EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, de acordo com as diretrizes acima e as seguintes considerações: Trata- se de serviços comum de engenharia licitados na modalidade pregão. A possibilidade de definir previamente o que se pretende fazer, com precisão da quantidades dos serviços a serem executados, ratifica-se que o objeto em questão será por empreitada por preço global. A referida opção foi preferida atentando-se para: Simplicidade nas medições (medições por etapa concluída); Menor custo para a Administração Pública na fiscalização da obra; Valor final do contrato é fixo; Restringe os pleitos do construtor e a assinatura de aditivos

3.DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. As especificações do objeto a serem executados pela Câmara Municipal de Confresa - MT deverão compreender as condições fixadas neste Termo de Referência, bem como as descrições mínimas contidas no anexo I:

3.2. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópicos do MEMORIAL DESCRITIVO, CADERNO DE ENCARGOS, QUATRO PROJETOS ARQUITETÔNICOS E DOIS PROJETOS ELÉTRICOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DE COMPOSIÃO DE BDI, CURVA ABC E PLANILHA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA, todos anexos a este Termo de Referência., cujo o preço estimado, para execução, consta na tabela a seguir:

LOTE	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	CÓDIGO TCE	VALOR TOTAL R$
01	**Contratação de empresa especializada para reforma da cobertura, Piso, Pintura, Forro e Instalações da Câmara Municipal de Confresa – MT**, conforme Planilha (Anexo)	**UN**	**01**	**331222-4**	**R$ 606. 702,08**

4. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO

FORNECEDOR

4.1. Trata-se de obra de engenharia, não continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade Pregão, em sua forma presencial;

4.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.3. Trata-se de contratação de serviços de natureza não contínua com prazo de execução e vigência determinada.

4.4. As obrigações da Contratada e do Contratante estão previstas tanto neste Termo de Referência, como no Memorial Descritivo em anexo.

5. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

5.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das 08:00h às 17:00h e sexta –feira das 08:00h às 12:00h. A visita deverá ser agendada através do telefone (66) 3564-1564.

5.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

5.3 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

5.4 A vistoria será acompanhada por servidor da Administração designado para esse fim, no horário do expediente do órgão, devendo o agendamento ser efetuado previamente;

5.5 Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível dereprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta;

5.6 A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos local da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora, assumirem os ônus dos serviços decorrentes;

5.7 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

a) Todos os serviços contratados serão de total e exclusiva responsabilidade da Contratada, seu engenheiro responsável e encarregado técnico, devendo seguir as exigências deste Termo de Referência e seus anexos, nos termos dos artigos 69, 70 e 71 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

b) Os serviços devem ter os padrões de acabamento especificados, utilizando materiais de qualidade e equipes treinadas, credenciadas e com experiência nas atividades englobadas pelo contrato.

c) Deverão ser considerados códigos, leis, decretos, portarias, instruções, resoluções ou qualquer outra peça que compõe as legislações federal, estadual, distrital ou municipal, inclusive documentos do sistema CREA/CONFEA e das concessionárias de serviços públicos.

d) Deverão ser consideradas, juntamente com o estipulado neste documento, as normas publicadas pela Associação Brasileiras de Normas Técnicas -ABNT - relativas ao objeto, sejam elas de execução, de desempenho, de especificação, de métodos de ensaio, de terminologia, de padronização ou de simbologia, notadamente, as normas abaixo listadas, de forma não exaustiva.

e) Em caso de divergência entre os documentos que integram esta licitação, a Contratante deverá ser consultada para definição da solução adequada. Toda e qualquer modificação, inclusive acréscimos, introduzida no objeto de contratação somente serão reconhecidas e aceitas com prévia e expressa autorização da Fiscalização, anotando no Livro de Ocorrência dos Serviços.

f) Produtos de qualidade inferior aos especificados ou que não atendam às normas técnicas serão rejeitados e, caso instalados sem a autorização da Fiscalização, deverão ser substituídos, sem ônus para a Contratante.

g) Todos os serviços contratados serão de total e exclusiva responsabilidade da Contratada, seu engenheiro responsável e encarregado técnico, devendo seguir as exigências deste Termo de Referência e seus anexos, nos termos dos artigos 69, 70 e 71 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

h) Eventuais danos às instalações da Contratante, em virtude dos serviços realizados pela Contratada, são de responsabilidade desta.

i) Os serviços realizados devem contar com a garantia mínima fornecida pelo seu respectivo fabricante, sem ônus adicional à Contratante, correndo o prazo de garantia a partir do Recebimento Definitivo do objeto. Serão substituídos, sem ônus, para o Contratante e por conta da Contratada, quaisquer peças que, dentro desse prazo, apresentem defeitos de fabricação ou montagem.

j) Adicionalmente, os serviços deverão possuir a garantia prevista no art. 618 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

6.2. Os requisitos necessários para o atendimento da necessidade estão pormenorizados no memorial descritivo, Anexo I do TR, no Caderno de Encargos Sociais e Demais Especificações Técnicas, no Anexo II do TR, e demais projetos complementares, que subsidiam as diretrizes necessárias à reforma do prédio da Câmara Municipal de Confresa

6.3. Trata-se de serviço não continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra

6.4. Valor Global estimado dos serviços a serem executados: R$ 606.702,08 (seiscentos e seis mil e setecentos e dois reais e oito centavos).

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução dos serviços será iniciada logo após a emissão da Ordem Início dos Serviços, conforme modelo anexo deste Termo de Referência, estando o Contrato assinado e quando as condições climáticas assim permitirem, se for o caso, cujas etapas observarão ainda o Cronograma Físico-Financeiro.

7.2. A Contratada não poderá iniciar os serviços antes da data expressa na Ordem de Início dos Serviços.

7.3. A Ordem de Início dos Serviços somente será emitida após a entrega e conferência das devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs), referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns° 6.496/77 e 12.378/2010).

7.4. Os referidos documentos deverão ser apresentados em até 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do Contrato, estando condicionada ainda à conferência e à aprovação das informações neles discriminadas.

7.5. Todos os serviços contratados serão de total e exclusiva responsabilidade da Contratada, representada pelo responsável técnico por ela alocado no Contrato, devendo ser desenvolvidos de forma que o produto final atenda rigorosamente às exigências deste Termo de Referência e todos os seus instrumentos anexos, das normas técnicas nacionais, das normas de concessionárias, das recomendações de fabricantes e fornecedores, e de toda a legislação federal e distrital, inclusive as de caráter ambiental.

7.6. Durante a execução dos serviços, se houver casos omissos, dúvidas, divergências, necessidade de modificações ou de readequações em algum detalhe executivo, a Contratada deverá, antes de tomar qualquer decisão, consultar a Fiscalização, expondo seu parecer técnico sobre o assunto e aguardando sua deliberação e aprovação.

7.7. A Contratada submeterá previamente à aprovação da Fiscalização toda e qualquer alternativa de aplicação de materiais, serviços e equipamentos a ser considerada na execução dos serviços objeto do Contrato, devendo comprovar rigorosamente a sua equivalência, de conformidade com os requisitos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

7.8. Toda e qualquer modificação, inclusive acréscimos, introduzida no objeto de contratação somente serão reconhecidas e aceitas com prévia e expressa autorização da Fiscalização e mediante registro do fato no Relatório Diário de Ocorrências.

7.9. Após a assinatura do Contrato, a expedição da Ordem de Início dos Serviços somente será realizada após Reunião Inicial, para esclarecer pontos relevantes, tais como:

a) o objeto do contrato;

b) a forma de comunicação entre as partes, que deverá ocorrer apenas entre o Fiscal do Contrato e o preposto da Contratada;

c) as providências previstas para a inserção da Contratada no órgão (ocupação de espaço fisico, alocação de equipamentos do órgão, instalação de links de comunicação;

d) o modelo de execução do objeto;

e) o modelo de gestão do contrato;

f) o cronograma de execução física dos serviços;

g) as formas de recebimento provisório e definitivo;

h) os procedimentos de faturamento e pagamento;

i) as sanções e glosas aplicáveis; e

j) demais assuntos relevantes para a execução contratual.

MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.10 A Contratada deverá fornecer todos os insumos, sejam eles mão de obra, materiais, equipamentos (inclusive os de segurança, individual e coletiva), peças, acessórios ou utensílios, necessários à integral prestação dos serviços englobados pelo Contrato, devendo incluir em sua proposta todos os custos que julgar serem necessários, não sendo estes objeto de medição específica.

7.11 A não descrição de qualquer insumo necessários à completa execução do objeto não pode ser invocada pela Contratada como motivo para eventual acréscimo de preços.

7.12 A Contratada é responsável pelo seu próprio planejamento e logística de compras, de fornecimento e de contratação de quaisquer dos insumos necessários à execução do objeto, de forma que os serviços não sejam interrompidos por atrasos dos seus respectivos fornecedores, não podendo este atraso ser invocado pela Contratada como motivo para eventual aditamento do prazo de execução.

8. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

8.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários e em quantidade suficiente ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

8.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor

(Lei n° 8.078/1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à ou à entidade municipal, devendo, em qualquer caso, a Contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade.

8.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

8.5. Prestar os serviços, objeto do presente Contrato, com absoluta diligência e perfeição.

8.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

8.7. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em

lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

8.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou irregularidade que se verifique no local dos serviços, para a adoção das medidas necessárias por parte da Contratante.

8.9. A não observância deste dispositivo, em tempo hábil para a tomada de providências, transferirá para a Contratada a responsabilidade pelo funcionamento ou pela instabilidade de elementos defeituosos.

8.10. Conferir, em campo, todas as medidas e condições dos locais de aplicação/instalação dos materiais antes de executar qualquer serviço, tomando as precauções e cuidados necessários para garantir a estabilidade das estruturas, elevações, equipamentos, canalizações, redes, pavimentação, propriedades de terceiros, segurança dos operários e transeuntes que possam ser atingidos e sofrer avarias durante a execução de quaisquer das etapas da obra.

8.11. Fornecer aos seus funcionários todos as ferramentas, utensílios e equipamentos (inclusive os de proteção, individual e coletiva) necessários e compativeis com os serviços englobados no escopo do projeto, monitorando e controlando seu correto uso.

8.12. Todos os funcionários da Contratada que irão executar os serviços deverão utilizar uniformes e equipamentos de proteção individual, ambos em bom estado, e composto por, no mínimo: camisa profissional (com logo e nome da empresa), bota de segurança e capacete de proteção.

8.13. A Contratada deverá também responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, na hipótese de ocorrência da espécie, sendo vítimas seus empregados, no desempenho de atividades relativas ao objeto deste Contrato, ainda que ocorridos em via pública ou nas dependências da Contratante.

8.14. A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da prestação dos serviços, objeto deste instrumento contratual.

8.15. A **CONTRATADA** fica ciente e se responsabiliza pela prestação dos serviços de acordo com Planilha Orçamentária e Memorial Descritivo, com acompanhamento Pelo engenheiro Responsável pelo Projeto e Fiscal de Contrato deste legislativo, que se encarregará de repassar as orientações para a realização do mesmo.

8.16. Comprovar o recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia de Tempo de Serviços e Previdência Social) pertinentes aos seus empregados alocados ao serviço decorrente da contratação, como condição à percepção do valor faturado, e sempre que solicitado, a quitação das obrigações trabalhistas e tributárias.

8.17. Entregar o objeto de acordo com os prazos estabelecidos na proposta, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço.

9. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta. Exercer o acompanhamento e a Fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à Autoridade Competente para as providências cabíveis.

9.2. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

9.3. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma Físico-Financeiro.

9.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada.

9.5. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados

9.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

9.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

9.8. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5°, da Lei n° 8. 666/1993.

9.9. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

9.10. Efetuar o pagamento à Contratada.

9.11. Fica o Departamento de Engenharia da **CONTRATANTE**, responsável pelo acompanhamento, fiscalização e pela realização das medições dos serviços objeto deste Instrumento Contratual.

9.12. Publicar o Extrato deste Instrumento na forma da Lei.

9.13. Fornecer à **CONTRATADA** todas as orientações e subsídios necessários ao bom e fiel cumprimento do objeto deste Contrato.

9.14. Notificar a **CONTRATADA** no caso da existência de alguma contrariedade relacionada aos serviços prestados e andamento.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- 01.01.1002 – Reforma do Prédio da Câmara Municipal

- 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 Não será permitida a subcontratação parcial ou integral deste objeto.

12. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

12.1 Ficará responsável pelo acompanhamento, na condição de fiscal e responsável técnico, desta Prestação de Serviços o Engenheiro Sr. **ADALBERTO DE ARAUJO BASTOS PAGIOLL, cedido pela Prefeitura Municipal através do TERMO DE CONVÊNIO N°10/2023**, juntamente com um(a) Servidor (a) público da Câmara Municipal de Confresa – MT, na qualidade de fiscal administrativo, no qual será designado por Portaria, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das aquisições, que de tudo darão ciência à Administração, conforme art. 67, da Lei nº 8.666/93, com suas ulteriores alterações.

12.2 . O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei n° 8.666/1993.

12.3 O procedimento de verificação dos serviços será realizado periodicamente, in loco, pelos fiscais do contrato com base neste Termo de Referência e seus documentos anexos.

12.4 O Contrato será gerido por um fiscal titular e um fiscal substituto, devendo toda e qualquer comunicação ser realizada direta e exclusivamente com eles, por escrito, inclusive via e-mail, devendo-se registrar ocorrências relevantes no Relatório Diário de Ocorrências (RDO), inclusive eventuais comunicações verbais.

12.5 Não serão reconhecidas ocorrências sem o registro formal, conforme procedimento acima.

12.6 A Fiscalização rejeitará, do todo ou em parte, serviço em desacordo com as especificações que constam neste Termo de Referência e seus instrumentos anexos, nos termos do art. 76 da Lei n° 8.666/1993.

12.7 Os serviços que não atenderem aos requisitos técnicos de execução e de qualidade serão considerados insatisfatórios e deverão ser corrigidos, sem ônus adicional à Contratante.

12.8 Ao verificar erros de execução ou serviços insatisfatórios, os fiscais notificarão a Contratada para que os erros sejam corrigidos de modo a não comprometer a execução e a qualidade do serviço.

12.9 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.10 Caso o profissional não detenha competência para o acompanhamento dos serviços, deverá ser substituído sem ônus para a Contratante.

12.11 O responsável técnico deverá acionar a Fiscalização sempre que houver dúvidas durante a execução dos serviços, de forma a dirimi-las antes da execução, sob o risco de refazer os serviços em desconformidade, sem ônus para a Contratante.

12.12 Conforme artigo 70 da Lei nº 8.666/1993, o Contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

12.13 O responsável técnico deverá acionar a Fiscalização de forma a atestar a conclusão dos serviços para fins de medição, de teste ou de recebimento do objeto.

12.14 Deverá também ser alocado 1 (um) encarregado geral, em tempo integral, enquanto durar a execução dos serviços, com competência técnica adequada ao objeto do contrato, sendo o responsável pela gerenciamento e coordenação dos serviços em campo, orientando a mão de obra durante a execução do contrato.

12.15 A Fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1° do art. 65 da Lei n° 8.666/1993.

12.16 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e seus instrumentos anexos, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.17 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1° e 2° do art. 67 da Lei n° 8.666/1993.

12.18 A Fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n° 8.666/1993.

13. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

13.1 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

a) O serviço apenas será medido e pago quando estiver totalmente concluído.

b) Os serviços serão pagos mensalmente, com base nas faturas/medições emitidas pela Contratada e atestadas pela Contratante, levando em consideração os eventuais ajustes nos valores a serem pagos, de acordo com a vistoria in loco, e o máximo desembolso previsto no Cronograma Físico-Financeiro.

c) Os itens de serviços iniciais/administração local serão pagos proporcionalmente à execução física da totalidade dos serviços, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro.

d) As medições deverão conter somente os serviços efetivamente prestados, vedado considerar materiais estocados no local para utilização futura.

14. DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura em relação a cada etapa de execução prevista no Cronograma Físico-Financeiro deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo da respectiva etapa, nos termos abaixo:

a) Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

b) Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade e atenderem ao critérios de medição prescritos;

14.2 São impeditivos para Recebimento Provisório:

a) A constatação de quaisquer danos, avarias ou defeitos que impeçam o pleno funcionamento, estética ou ocupação da edificação e seus elementos;

b) A existência de qualquer sujeira, pó, respingo, dentre outros resíduos, que devem ser removidas com a limpeza "fina" dos ambientes;

c) A não entrega e aprovação da reserva técnica de revestimentos, na quantidade e nas especificações previstas;

d) A não entrega e aprovação do projeto As Built, com as devidas alterações (inclusive de especificações) processadas ao longo da execução do objeto, quando houver;

14.3 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato, auxiliado pelo fiscal técnico, irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

14.4 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.5 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis, quando for o caso.

14.6 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

14.7 No prazo de até 05 (cinco) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

a) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

b) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

c) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição.

14.8 **Nos contratos de escopo, o recebimento da última etapa de execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:**

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;

c) O prazo para recebimento definitivo será de 30 dias.

14.9 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

14.10 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15. DO PAGAMENTO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definiTIvo do serviço, conforme este Termo de Referência.

15.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

15.3 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

15.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei n° 8.666, de 1993.

15.5 Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas segundo a legislação.

15.6 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) a data da emissão;

b) os dados do contrato e do órgão Contratante;

c) o período de prestação dos serviços;

d) o valor a pagar; e

e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15.8Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emi**ti**da a ordem bancária para pagamento.

15.9. Constatando-sea situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

15.10 Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

15.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

15.12 Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

15.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 6% a.a. = (6/100)/365 = 0,00016438.

16. DO REAJUSTE.

16.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de um ano contado da data limite de apresentação da proposta.

16.2 O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais SINAPI/MT do mês de junho do ano de 2023.

16.3 Dentro do prazo de vigência do contrato e a partir do pedido da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da referência mencionada no item aplicando-se o índice Índice Nacional da Construção Civil (INCC-DI) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

16.4 O reajuste será realizado por apostilamento.

17. GARANTIA DA EXECUÇÃO

17.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou titulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 3 % (três por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência **contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.**

17.2.A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

17.3O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

17.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

17.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

17.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

17.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

17.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

17.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

17.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

17.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

17.10. Será considerada extinta a garantia:

17.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

17.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação;

17.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

17.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1.Comete infração administrativa nos termos da Lei n° 8.666, de 1993 e da Lei n° 10.520, de 2002, a Contratada que:

18.1.1. Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

18.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3. Fraudar na execução do contrato;

18.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

18.1.5. Cometer fraude fiscal.

18.2.Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

18.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.2.2. Multa de:

18.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

18.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;

18.2.2.5. 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

18.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

18.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do município, com o consequente descredenciamento pelo prazo de até cinco anos.

18.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

18.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 18.2.4 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

18.4 As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1 - Graus de infração

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% sobre o valor da etapa do mês de referência
2	0,4% sobre o valor da etapa do mês de referência
3	0,8% sobre o valor da etapa do mês de referência
4	1,6% sobre o valor da etapa do mês de referência
5	3,2% sobre o valor da etapa do mês de referência

Tabela 2 - Infrações e seus respectivos graus e incidências.

INFRAÇÃO	INCIDÊNCIA	GRAU
Deixar de entregar ART/RTT e demais documentos pertinentes à execução do Contrato.	Por dia	01
Permitir a presença de profissional sem uniforme e/ou sem EPI.	Por ocorrência e por funcionário	01
Recusar-se a executar serviço determinado pela Fiscalização.	Por dia e por serviço	02
Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados.	Por dia e por funcionário	03
Reutilizar materiais sem autorização expressa da Contratante.	Por ocorrência	03
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	Por dia	04
Danificar ou destruir documento por culpa ou dolo dos seus funcionários.	Por ocorrência	04
Não permitir o livre acesso da Contratante aos locais dos serviços ou aos documentos necessários ao acompanhamento do Contrato.	Por ocorrência	04
Utilizar as dependências da Contratante para fins diversos que não sejam a execução do objeto contratado.	Por ocorrência	05
Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	Por ocorrência	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada	Por ocorrência	01
Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço.	Por dia e por funcionário	01
Disponibilizar relatório diário de obras, diariamente atualizado, para a análise da Fiscalização.	Por ocorrência	01
Comparecer a reuniões de início dos serviços ou de avaliação/acompanhamento.	Por ocorrência	01
Providenciar a limpeza contínua e permanente dos locais de serviço, deixando os locais dos serviços diariamente arrumados e limpos.	Por ocorrência e a cada período de 5 (cinco) dias úteis	02
Cumprir determinação formal ou instrução complementar da Contratante.	Por ocorrência e a cada período de 5 (cinco) dias úteis	02
Fornecer equipamentos de proteção, individual ou coletiva, aos seus empregados e fiscalizar a sua devida utilização.	Por ocorrência e por profissional	02
Comunicar à Contratante, de imediato e por escrito, qualquer irregularidade, acidente ou ocorrência relevante verificados durante a execução do Contrato, para a adoção de providências necessárias à sua regularização.	Por ocorrência	02
Armazenar, em local indicado pela Contratante, os materiais retirados cujo descarte não tenham sido autorizados.	Por ocorrência	02
Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela Contratante.	Por ocorrência e a cada período de 5 (cinco) dias úteis	03
Indicar e manter, durante toda a execução do contrato, os profissionais (encarregado geral, engenheiro civil e preposto) previstos neste Termo de Referência.	Por dia e por profissional	03
Consultar previamente a Fiscalização, se houver necessidade de modificar ou de adequar algum detalhe executivo.	Por ocorrência	04
Recompor os elementos danificados durante a execução dos serviços, utilizando materiais e acabamentos equivalentes aos pré existentes	Por ocorrência e a cada período de 5 (cinco) dias úteis	04
Corrigir, substituir ou reparar, às suas expensas, dentro do prazo de garantia dos serviços executados, erros, defeitos e/ou irregularidades identificados e formalmente descritos pela Contratante.	Por ocorrência e a cada período de 5 (cinco) dias úteis	05

18.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei n° 9.784, de 1999.

18.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

18.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Autoridade Competente.

18.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do Licitante, o município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

18.10. A Autoridade Competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n° 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Autoridade Competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos **termos da Lei n° 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.**

18.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal e seus óprgãos, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas.

19. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

19.1 O prazo destinado à execução da obra é de 210 (duzentos e dez) dias, sendo o prazo de vigência contratual de 250 (duzentos e cinquenta) dias;

20. APÊNDICES.

a)Anexo I do TR - Memorial Descritivo (projeto básico), quatro projetos complementares arquitetônicos, e dois projetos elétricos;

b) Anexo II do TR - Cadernos de encargos e demais especificações técnicas;

c) Anexo III do TR - Planilha Orçamentária Completa, contendo: Planilha orçamentária resumida, Planilha orçamentária sintética, Planilha das composições analíticas com preços principais e Planilha das composições analíticas com preços unitários;

d) Anexo IV do TR - Modelo de Declaração de Vistoria;

e) Anexo V do TR -Planilha composição BDI; (apresentado pela administração)

f) Anexo VI do TR - Curva ABC;

g) Anexo VII do TR - Cronograma Físico-Financeiro;

h) Anexo VIII do TR - Ordem do Início do Serviço.

Confresa /MT, 20 de setembro /2023

WESLAINE DA SILVA SANTOS

Responsável Pelo Compras

Aprovo o presente Termo de Referência, recomendando-o para balizamento da Contratação.

_____

GEANCARLOS FRANCISCO GUIMARÃES

Presidente Câmara Municipal, de Confresa- MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023

Anexo V

DECLARAÇÃO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n° _____, com sede na cidade de _____, na _____, n° ____, CEP _____, declara para os fins do PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023 , que é micro empresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n° 123/2006, eis que atende na totalidade às condições previstas no artigo 3° e respectivas incisos da mesma lei, bem como não possui qualquer das restrições de que trata o artigo 4° do mesmo diploma. A veracidade do conteúdo da presente declaração é dada com plena ciência das implicações civis e criminais decorrentes do que ora se afirma.

_____, ____ de _____ de 2023.

_____

REPRESENTANTE LEGAL

CPF/XXXXX

OBSERVAÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE AO PREGOEIRO OU À EQUIPE DE APOIO FORA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2023

ANEXO VI

DECLARAÇÃO – ART. 7º, INCISO XXXIII, CF

À

CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

A/C – Pregoeiro

Pregão Presencial n.º 002/2023

(Razão Social da Empresa), estabelecida na ..... (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n.° ....., neste ato representada pelo seu .... (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do art. 7° da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei Federal n°. 8.666/93, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Por ser verdade, assina o presente.

LOCAL, _____ de _____ de 2023.

_____

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurador

N.° do documento de identidade

PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2023

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA PARTICIPAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial nº. 002/2023

....., inscrito no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ...., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº .....DECLARA, para fins do disposto no § 2º do artigo 32 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor ou do Pregão, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação, ou a eventual contratação que deste procedimento possa decorrer.

XXXXXXXXXX,___ de _____ de 2023.

.....

(representante legal)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023

ANEXO VIII

Proponente: (inserir a razão Social da Empresa) Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio da Câmara Municipal de Confresa-MT.

Pregão Presencial nº. 02/2023; Processo Licitatório 003/2023; Processo Administrativo nº 052/2023.

PROCURAÇÃO PARTICULAR

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, com sede _____, representada pelo (s) Sr(a) _____, na qualidade de _____ da referida empresa, portador do RG nº _____, CPF nº ____, residente à ____, na cidade de _____, Estado ____, pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor, _____portador do RG nº ___, CPF nº __, residente à _____, na cidade de _____, Estado _____, a quem confere amplos poderes para junto a Câmara Municipal de Confresa praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 02/2023, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para formular lances, negociar preços interpor recursos e desistir de sua interposição, acordar, transigir, desistir, receber avisos e intimações, assinar declarações, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame e/ou inclusive assinar Contrato oriunda da Licitação acompanhada do correspondente documento, na sessão única de julgamento, nos termos do artigo 4º da Lei nº 10.520/2002.

(inserir o local), (inserir o dia) de (inserir o mês) de (inserir o ano).

_____ (nome, RG n° e assinatura do responsável legal)

OBS1: RECONHECER FIRMA.

OBSERVAÇÃO2: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE AO PREGOEIRO OU À EQUIPE DE APOIO FORA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023

Anexo IX MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Com referência ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023

A Empresa **(XXXXXXXXXXXXXXXXX)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **(XX.XXX.XXX/XXXX-XX)**, inscrição estadual **(XXXXXXXXX),** com sede na **(Rua XXXXXXXXXX, nº XX)**, CEP **(XX.XXX-XX),** na cidade de **(XXXXXXXX),** neste ato representada por seu sócio gerente, **(XXXXXXXXXXXXXX)**, nacionalidade (XXXXXXXXXX), estado civil (XXXXXXXXXXXX), profissão, (XXXXXXXXXXXXXXX), portador da cédula de identidade RG nº **(Nº XXXXXXX)**, inscrito no CPF sob o nº **(XXXXXXXXXXXXXXXXX)**, residente na **(Rua XXXXXXXXXX, nº XXX)**, CEP **(XXXXXXXXXXXXXXX),** na cidade de **(XXXXXXXX),** nos termos do(a) **(Contrato Social ou alterações),** em conformidade com o disposto no Art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/02, DECLARA, que cumpri plenamente os requisitos habilitatórios exigidos no Edital.

_____, ____ de _____ de 2023.

_____

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

(Xxxxxxxxxxxxx)

REPRESENTANTE LEGAL

CPF/ XXXXX

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023

ANEXO X– MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA E A EMPRESA_____, PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA DA OBRA DE REFORMA DAS INSTALAÇÕES DO PRÉDIO SEDE DA CMC, SITUADO NA RUA MATO GROSSO, N. 120, CENTRO.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Mato Grosso, n° 120, Centro, CEP: 78.652-000, Confresa, Estado de Mato Grosso, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 37.465.358/0001-08, neste ato representada pelo seu presidente Sr. ....., portador da Cédula de Identidade RG-..... SSP/.....e inscrito no CPF sob o nº. .....residente e domiciliado .... Confresa - MT, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a Empresa **.....,** inscrita no CNPJ sob o nº.: ..... localizada na ....., representada neste ato .....pelo (a) Senhor (a) ... ., portador (a) de Identidade RG.....SSP/..... e inscrito (a) no CPF..... ...., residente domiciliado (a) a ..... CEP, que doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do Edital de Licitação, instaurada na modalidade de Pregão Presencial nº. 02/2023, registrado sob o processo administrativo nº 52/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Pelo presente e na melhor forma de direito, a CONTRATADA se obriga a executar serviços de engenharia referente à reforma do prédio que abriga a sede da Câmara Municipal de Confresa, conforme Memorial Descritivo do Projeto, anexo I do TR, e dos seus respectivos anexos (especialmente os anexos II e III), que passam a integrar o presente instrumento para todos os efeitos, cumprindo-lhe observar integralmente as normas ali contidas e a legislação aplicável à espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO –– A execução das obras e serviços objeto do presente CONTRATO obedecerá ao regime de empreitada por preço global.

PARÁGRAFO SEGUNDO –– Os materiais fornecidos e os serviços a serem prestados pela contratada serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral ao previsto no Edital de e seu Anexos, que são partes integrantes do presente.

PARÁGRAFO TERCEIRO –– A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do art. 65, parágrafo primeiro, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZOS, DAS GARANTIAS E LOCAL DE ENTREGA DOS OBJETOS

2 – O prazo de execução das obras será de 210 (duzentos e dez) dias corridos;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No prazo de garantia e conservação das obras e serviços a CONTRATADA deverá atender aos chamados da Câmara Municipal para reparos, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da data do chamado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA executará as obras e serviços dentro dos prazos e conforme as especificações estabelecidas no Edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em caso de atraso na obra por culpa da CONTRATADA, poderá a fiscalização da CÂMARA determinar a execução dos serviços em horários extraordinários (diurno e noturno). As despesas decorrentes serão por conta da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUARTO – A necessidade justificada de alteração de itens contratuais, bem como de suspensão ou interrupção dos serviços e de prorrogação do prazo contratual, poderá ser formalizada, desde que não importe em alteração do valor do CONTRATO, através de Termo Aditivo.

PARÁGRAFO QUINTO – Considera-se infração contratual o retardamento da execução dos serviços contratados ou sua paralisação injustificada, a critério da Câmara, por mais de 3 (três) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

3- A CÂMARA, através do fiscal de contrato e gestor de contrato, terá o direito de fiscalização da execução das obras objeto deste CONTRATO, cabendo-lhe a prática de todos os atos próprios ao exercício dessa atividade, conforme definido em lei, no Edital e nas normas aplicáveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ficam reservados à CÂMARA o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omisso, não previsto neste CONTRATO, nas especificações e em tudo o mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com o objeto deste CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processo de inspeção, verificação e controle adotados pela CÂMARA, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA manterá, no local de execução dos serviços, sob sua guarda e a disposição da Fiscalização, os seguintes documentos:

a) livro de ocorrência ou diário de obras;

b) uma via do presente CONTRATO com todas as partes integrantes e todas as modificações autorizadas e demais documentos administrativos e técnicos dos serviços.

PARÁGRAFO QUARTO – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame das especificações dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, para o devido esclarecimento, que venham a impedir o bom desempenho do CONTRATO. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

PARÁGRAFO QUINTO - A existência e atuação da fiscalização da Câmara não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA no que concerne ao objeto contratado ou às consequências de sua execução, próximas ou remotas, diretas e indiretas, perante a CÂMARA ou terceiros em geral nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4- A CONTRATADA, na execução dos serviços objeto deste CONTRATO, além das obrigações previstas na lei e nas normas aplicáveis, obriga-se ainda a:

I) conduzir os serviços na forma e condições estabelecidas no Memorial Descritivo e Projetos arquitetônicos, disposto no edital e anexo do Pregão Presencial nº. 02/2023;

II) manter-se, durante toda a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;

III) observar o regramento local em relação à disposição dos Resíduos da Construção;

IV) prestar, sem qualquer ônus para a CÂMARA, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução dos serviços;

V) tomar medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos, inclusive as que possam afetar os serviços a cargo de eventuais concessionários. Será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar a quem quer que seja e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas acaso adotadas;

VI) responsabilizar-se pelo ressarcimento de danos e prejuízos, de quaisquer naturezas, que causar a CÂMARA ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste CONTRATO, respondendo por si e por seus sucessores; e

VII) responsabilizar-se e respeitar, rigorosamente, na execução deste CONTRATO, as legislações trabalhista, fiscal e previdenciária, bem como as normas de higiene, segurança e medicina do trabalho, por cujos encargos responderá unilateralmente e será também responsável por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias e trabalhistas; bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos extras.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

5- Constitui obrigações da CONTRATANTE:

I) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste CONTRATO;

II) exercer a fiscalização do CONTRATO; e

III) receber o objeto do CONTRATO, nas formas definidas neste instrumento e no Memorial Descritivo, incluindo sua Planta Baixa do Edital do Pregão Presencial nº. 02/2023.

CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

6 - Por força do presente CONTRATO e nos termos da legislação aplicável, é a CONTRATADA responsável pelo fiel cumprimento do que for neste termo estipulado, obrigando-se a responder por todos os prejuízos que causar á CÂMARA ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços, diretamente ou através de seus empregados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA será também a exclusiva responsável por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações fiscais, sociais, securitárias, previdenciárias e trabalhistas, assim como por todos os custos relativos ao material e mão de obra e equipamentos necessários à completa realização da obra.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Antes de iniciar as obras e serviços, a CONTRATADA deverá providenciar a emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART no CREA/MT e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Mato Grosso– CAU-MT, apresentando-a(s) quando exigida(s), nos termos da legislação vigente;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os danos e prejuízos serão ressarcidos à CÂMARA no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa.

PARÁGRAFO QUARTO – A CÂMARA não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente CONTRATO.

CLÁUSULA SÉTIMA - ACEITAÇÃO DAS OBRAS

7- As obrigações decorrentes deste CONTRATO ficarão sujeitas à aceitação pelo fiscal de contrato designado pela administração e será feita na forma prevista no memorial descritivo;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Concluídas as obras e serviços e efetivada entrega dos mesmos, com todos os materiais nessa data existentes e demais acessórios, a CONTRATADA solicitará por escrito à CÂMARA a emissão de Certificado de Aceitação Provisória dos Serviços, devendo a CÂMARA emiti-lo no prazo de 10 (dez) dias, desde que:

a) proceda a uma vistoria nos serviços, constatando estarem os mesmos de acordo com o projeto e demais elementos técnicos integrantes do CONTRATO, bem como o bom funcionamento de todos os equipamentos. Essa vistoria, consubstanciada em competente laudo, deverá consignar as irregularidades constatadas, a serem objeto de regularização pela CONTRATADA, como condição para a concessão da aceitação definitiva dos serviços;

b) a Contratada apresente os documentos relativos à sua regularidade fiscal: Certidão de Regularidade para com o ISS, INSS, PIS, COFINS e FGTS;

c) a Contratada apresente os elementos técnicos, se houver; e

d) a Contratada entregue projetos e desenhos de arquitetura, se houver;

PARÁGRAFO SEGUNDO – A Aceitação Definitiva dos Serviços se dará após a vistoria final efetuada pelo fiscal da CONTRANTE, sendo que o recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ético profissional pela perfeita execução do CONTRATO.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os serviços executados, bem como os materiais utilizados deverão apresentar garantia mínima de 5 (cinco) anos, contados a partir da aceitação definitiva dos serviços pela CÂMARA MUNICIPAL;

CLÁUSULA OITAVA - PENALIDADES

8 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA poderá, garantida a prévia defesa, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, as seguintes sanções:

a) ADVERTÊNCIA, por escrito, quando a Contratada deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes;

b) MULTA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA no percentual de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor global do Contrato – em caso de inexecução total, ou do valor correspondente à parte contratual não cumprida – inexecução parcial;

c) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos;

d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

PARAGRÁFO PRIMEIRO - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do Contrato, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor inadimplido.

PARAGRAFO SEGUNDO - O valor da multa aplicada (tanto compensatória quanto moratória) deverá ser recolhido na conta bancária indicada pelo Departamento Financeiro da Câmara Municipal de Confresa-MT dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação.

PARAGRÁFO TERCEIRO - Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, ela será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pela Câmara Municipal de Confresa-MT, sob pena de inscrição em Dívida Ativa.

PARÁGRAFO QUARTO - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA - VALOR DO CONTRATO, EMPENHO E REAJUSTAMENTO

Ao presente CONTRATO é dado o valor de R$ _____ (_____).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As despesas deste CONTRATO, para o presente exercício, correrão à conta da Natureza da Despesa:

- 01.01.1002 – Reforma do Prédio da Câmara

- 4.4.90.51.00.00.00.00 – Obras e Instalações

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os preços propostos são fixos e irreajustáveis, não sendo considerada nenhuma reivindicação para pagamento adicional ou reajustamento de preços. Considera-se que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todas as obras e/ou serviços e equipamentos a serem instalados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MEDIÇÃO

10 - Constantes no Termo de Referência.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

11 - O pagamento será efetuado à CONTRATADA, após cada medição, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data da apresentação do documento de cobrança, devidamente atestado pelo setor competente desta CÂMARA, após a regular liquidação da despesa, em conformidade com Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro e na forma da legislação vigente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quaisquer erros no preenchimento do documento de cobrança, escusáveis ou não, implicarão na postergação do prazo do seu pagamento para até 30 (trinta) dias, contados do dia seguinte à data de sua reapresentação, corrigido e atestado pelo órgão competente desta CÂMARA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O valor do pagamento efetuado com atraso sofrerá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, procedendo-se ao cálculo pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data da apresentação do documento de cobrança e a data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA

12 – A CÂMARA MUNICIPAL poderá rescindir o presente CONTRATO administrativa ou amigavelmente, na forma da Lei.

PARÁGRAFO ÚNICO – A declaração de rescisão deste CONTRATO, em todos os casos em que ela é admitida, será sempre feita independentemente de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operará seus efeitos a partir da publicação do ato no D.O. M – Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO

13 - O presente contrato está vinculado em todos os seus termos ao Edital do Pregão Presencial nº. 02/2023 e seus respectivos anexos, bem como à proposta de preços apresentada.

CLÁUSUA DÉCIMA QUARTA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

14- O presente CONTRATO não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, salvo com prévia e expressa concordância da CÂMARA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 – DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte - MT com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

PARÁGRAFO ÚNICO - E por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

CONFRESA - MT, _____ de _____de 2.023. CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT.

.....

CONTRATANTE

.....

CONTRATADO

TESTEMUNHA: **NOME: .....** **RG Nº** **CPF Nº** **ASSINATURA:_____**	**TESTEMUNHA:** **NOME:.....** **RG Nº** **CPF Nº** **ASSINATURA:_____**

O presente contrato foi analisado e aprovado pela assessoria jurídica deste Legislativo Municipal.

Em ____/_____/2023.

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 003/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2023

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 003/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2023

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA**, por meio da Pregoeira Oficial designada pela Portaria n°. 80/2023, publicada no site da AMM, no Mural Câmara, com a devida autorização expedida pelo Presidente Sr. Geancarlos Francisco Guimarães, exarada em conformidade com a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações aplicáveis, **Torna Público** a realização de licitação, no dia **04/10/2023,** às 09 horas (horário Oficial de Brasília) na Câmara Municipal, sito a Rua Mato Grosso, 120 - Centro, Confresa – MT, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL,** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** objetivando a**OBJETIVANDO A "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DA COBERTURA, PISO, PINTURA, FORRO E INSTALAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT",**para atender este Legislativo Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, como: Memorial Descritivo, Caderno de Encargos, Projetos Arquitetônicos e Elétricos.

Confresa-MT, 20 de setembro de 2023.

_____

Jocilaine Santos Fortes de Sousa

Pregoeira

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

CAMARA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO LICITÁTORIO COM A INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07 - 2023

A Câmara Municipal de Curvelândia – MT, inscrita no CNPJ sob o nº 04. 217.660/0001-80, localizada na Rua São Paulo nº 2870 Centro, Cep: 78. 237-000, por meio da comissão permanente de licitação, torna público que intenciona realizar a CONTRATACAO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS PARA RECUPERAÇÃO FUNCIONAL E AMPLIAÇÃO DO CALÇAMENTO, PAISAGISMOS E FACHADA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA, BEM COMO PARA SUPERVISÃO, FISCALIZAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA, ASSESSÓRIA, SERVIÇOS TÉCNICOS, VISTORIA, AVALIAÇÃO, PARECER TÉCNICO, MEDIÇÃO E OUTRAS ATRIBUIÇÕES PERTINENTES AO CARGO, DURANTE O PERÍODO NECESSÁRIO A CONCLUSÃO DA OBRA, conforme termo de referência, mediante dispensa de licitação com fulcro no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e atualizado pelo Decreto Federal nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022.

Informamos que a Câmara Municipal tem interesse em obter propostas adicionais, para aquisição do objeto supra, considerando o que preconiza o § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis a contar desta publicação para que qualquer interessado, caso queira, apresente sua proposta.

A manifestação de interesse e proposta deverá ser enviada para o e-mail: licitacao@curvelandia.mt.leg.br das 07h00min às 13h00min até o dia 25/09/2023.

O Termo de Referência da Dispensa e os documentos exigidos para dispensa de licitação estarão disponíveis no Site Oficial da Câmara Municipal na aba licitações no endereço eletrônico: https://curvelandia.mt.leg.br/transparencia/licitacoes/dispensas-e-inexigibilidades.

Curvelândia – MT, 21 de setembro de 2023.

Lucas Camilo Costa

Agente de Contratações

CÂMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 011/2023

OBJETO: **"PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS E LAUDOS EM ATENDIMENTO AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, BEM COMO ATENDIMENTOS CLÍNICOS E EMISSÃO DE ARQUIVO DIGITAL PARA ATENDIMENTO AO E-SOCIAL COM AS INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO, REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS, COM FORNECIMENTO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GERENCIAMENTO DE DADOS EM SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO, JUNTAMENTE COM APLICATIVO BUSINESS INTELLIGENCE PARA MONITORAMENTO DE INDICADORES EM TEMPO REAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTE NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL",** de acordo com a clausula 06 deste Contrato que são partes integrantes do Edital 004/2023 do respectivo **Pregão Presencial nº 003/2023.**

CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ/MT**

CONTRATADA: **CLINICA GUARANTÃ LTDA**

Valor/Global: O preço global para os serviços a serem realizados, será de **R$ 40.755,55 (Quarenta mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).**

Assinatura: 15/08/2023

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 003/2021

OBJETO: "Adesão parcial da Ata de Registro de Preço 111/2020 do Pregão Eletrônico 016/2020 da Prefeitura Municipal de Água Boa/MT, para contratação de subscrição temporária para uso de licenças de software de gestão de recursos públicos integrados 100% Web e serviços relacionados para a Câmara Municipal de Matupá".

CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ/MT**

CONTRATADA: **COPLAN – CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EIRELI – EPP**,

OBJETIVO: Ficam alteradas as *Cláusulas Terceira – Do Preço e das Condições de Pagamento, Cláusula Sexta - Da Vigência*, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Cláusula Terceira – Do Preço e das Condições de Pagamento - O valor global pelos serviços citados na Cláusula Sexta será de R**$ 63.383,50 (Sessenta e três mil e trezentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).**

Cláusula Sexta - Da Vigência - O novo prazo de vigência do presente contrato será contado a partir da data de seu vencimento até **30 DE JUNHO DE 2024,** prorrogável no interesse das partes até o máximo previsto em Lei.

Assinatura: 30/08/2023

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT
EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 01/2023

EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 01/2023

"Acrescenta-se o Art. 128-A na Lei Orgânica do Município de Nossa Senhora do Livramento".

A **MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT**, no uso de suas atribuições nos termos dos artigos 80 da Lei Orgânica do Município, promulga a presente Emenda à Lei Orgânica:

Art. 1º Fica acrescido do Art. 128-A a Lei Orgânica do Município de Nossa Senhora do Livramento:

"Art. 128-A É obrigatória a execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual.

§1° As emendas individuais ao Projeto de Lei Orçamentária serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§2° As programações orçamentárias previstas no caput deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos estritamente de ordem técnica, nestes casos, serão adotadas as seguintes medidas:

I - até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento;

II - até 30 (trinta) dias após o término do prazo previstos no inciso I deste parágrafo, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável.

III - até 30 de setembro, ou até trinta dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei ao Legislativo Municipal sobre o remanejamento da programação prevista inicialmente cujo impedimento seja insuperável; e

IV - se, até 20 de novembro, ou até trinta dias após o término do prazo previsto no inciso III, o Legislativo Municipal não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previsto na lei orçamentária.

§3° Após o prazo previsto no inciso IV do §2°, as programações orçamentárias previstas no §1° deste artigo não serão consideradas de execução obrigatória nos casos dos impedimentos justificados na notificação prevista no inciso I do §2° deste artigo.

§4° Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista no §1° deste artigo, até o limite de 0,6% (seis décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, para programação das emendas.

§5° Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa pode a resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto no §1° deste artigo poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

§6° Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independente da autoria."

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, 19 de setembro de 2.023.

Leila Lucia Martins de Mello Oneide Maria da Silva

Presidente do Legislativo Municipal 1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

ATO DA MESA DIRETORA Nº 001/2023

ATO DA MESA DIRETORA Nº 001/2023

DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE PERDA E EXTINÇÃO DO MANDATO DO VEREADOR JOÃO BOSCO DE ARRUDA, ELEITO PARA O MANDATO DE 2021-2024.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, sob a Presidência do vereador **FERNANDES ANTONIO CARLINI,** no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e Regimento Interno desta Casa, e

CONSIDERANDO os termos do artigo 8º, inciso I, §§ 1° e 2º do Decreto Lei n° 201, de 27/02/1967, que diz:

*Art. 8º Extingue-se **o mandato do Vereador e assim será declarado pelo Presidente da Câmara**, quando:*

I - Ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

(...)

*§ 1º - **Ocorrido e comprovado o ato ou fato extintivo**, o **Presidente da Câmara, na primeira sessão, comunicará ao plenário e fará constar da ata a declaração da extinção do mandato e convocará imediatamente o respectivo suplente**.*

*§ 2º - **Se o Presidente da Câmara omitir-se nas providências no parágrafo anterior, o suplente do Vereador ou o Prefeito Municipal poderá requerer a declaração de extinção do mandato, por via judicial, e se procedente, o juiz condenará o Presidente omisso nas custas do processo e honorários de advogado que fixará de plano, importando a decisão judicial na destituição automática do cargo da Mesa e no impedimento para nova investidura durante toda a legislatura.***

CONSIDERANDO os termos do artigo 30, inciso XVI, do Regimento Interno desta Casa de Leis, que diz:

*Art. 31 - São **atribuições do Presidente**, além das expressas neste Regimento, ou que decorram da natureza de suas funções e prerrogativas:*

*XVI - **declarar extintos os mandatos** do Prefeito, Vice-Prefeito, **Vereadores** e de suplentes, nos **casos previstos em lei** ou em **decorrência de decisão judicial**, em face de liberação do Plenário, e expedir decreto legislativo de perda de mandato;*

CONSIDERANDO o Ofício Nº 06/2023 da Ouvidoria da Câmara Municipal, que informa denúncia recebida apontando que o vereador JOÃO BOSCO DE ARRUDA encontra-se com seus direitos políticos suspensos, deste o trânsito em julgado (23/08/2021) da sentença condenatória no processo nº 0000726-78.2008.8.11.0044 da Primeira Vara Cível desta Comarca;

CONSIDERANDO a orientação expedida no Parecer Jurídico Nº 123/2023, do Procurador da Câmara Municipal, Dr. Joel Cardoso de Souza, que em síntese orienta abertura de procedimento investigatório para apurar os fatos;

CONSIDERANDO a Recomendação Nº 003/2023 do Controlador Interno da Câmara Municipal, Sr. Manoel Gonçalves de Oliveira, **que recomenda a Mesa Diretora providencias em relação ao citado parlamentar, tendo em vista que a gestão poderá incorrer em ato de improbidade administrativa caso decida em não promover o afastamento do vereador conforme recomenda o artigo 30 da Lei Orgânica Municipal**;

CONSIDERANDO que nos termos do **art. 30, inciso IV**, da Lei Orgânica Municipal, **perderá o mandato o vereador que tiver suspensos os seus direitos políticos**;

*Art. 30. **Perderá o mandato o Vereador**:*

*IV - que perder ou tiver **suspensos seus direitos políticos**;*

*§ 3º Nos casos previstos nos **incisos** III, **IV** e V, **a perda será declarada pela Mesa da Câmara**, **de ofício** ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de Partido Político representado na Casa, **assegurada ampla defesa**.*

CONSIDERANDO que nos termos do **§ 3º do art. 30 da Lei Orgânica Municipal**, nos casos previstos no **inciso IV** do referido artigo, a perda do cargo será declarada pela Mesa da Câmara, **de ofício**, ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de Partido Político representado na Casa, **assegurada ampla defesa**;

CONSIDERANDO que em respeito a ampla defesa foi garantido ao parlamentar, **prazo de 15 (quinze) dias**, para apresentação de **DEFESA** em relação aos fatos apontados na denúncia, por escrito, onde poderia indicar provas que entendesse pertinentes;

CONSIDERANDO que o vereador acusado não apresentou nenhuma prova que contestasse a suspensão de seus direitos políticos, sendo reconhecido na própria defesa que encontra-se realmente com seus direitos políticos suspensos;

CONSIDERANDO que a defesa do parlamentar foi provida sob o equivocado fundamento de que não consta na decisão que o condenou a perda da função pública, e que a decisão que cominou a pena de suspensão dos direitos políticos refere-se a ato de improbidade administrativa cometido em mandato anterior, razão pela qual não poderia atingir o mandato atual.

CONSIDERANDO que o pleno exercício dos direitos políticos é pressuposto para o exercício da atividade parlamentar, e determinada a suspensão de tais direitos, é evidente que essa suspensão alcança qualquer mandato eletivo que esteja sendo ocupado à época do trânsito em julgado da sentença condenatória;

CONSIDERANDO que a perda do mandato eletivo de vereador decorre **automaticamente** da condenação judicial de suspensão dos direitos políticos na Ação de Improbidade Administrativa já transitada em julgado, sendo o **ato da Câmara Municipal vinculado e declaratório**, conforme orientação do STJ e do STF;

STJ

*RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. VEREADOR. SENTENÇA CONDENATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO. ALCANCE DA PENA DE PERDA DE SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS. QUALQUER MANDATO ELETIVO QUE ESTEJA SENDO OCUPADO À ÉPOCA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE DE RESTRIÇÃO AO MANDATO QUE SERVIU DE INSTRUMENTO PARA A PRÁTICA DA CONDUTA ÍMPROBA. 1. Trata-se, na origem, de Mandado de Segurança impetrado por vereador da Câmara Municipal de Amparo contra ato da mesa de tal órgão legislativo que cassou seu mandato, após a notícia do trânsito em julgado de Ação de Improbidade Administrativa de autos 0005373-44.2003.8.26.0022, que impôs ao aludido parlamentar a pena de suspensão dos direitos políticos por três anos. 2. Em primeiro grau a segurança foi denegada. A Apelação do impetrante foi provida sob o equivocado fundamento de que a decisão que cominou a pena de suspensão dos direitos políticos refere-se ao ato de improbidade administrativa cometido em mandato anterior, razão pela qual não poderia atingir o mandato atual. **3. Uma vez que o pleno exercício dos direitos políticos é pressuposto para o exercício da atividade parlamentar, determinada a suspensão de tais direitos, é evidente que essa suspensão alcança qualquer mandato eletivo que esteja***

sendo ocupado à época do trânsito em julgado da sentença condenatória. É descabido restringir a aludida suspensão ao mandato que serviu de instrumento para a prática da conduta ilícita. *STF – AP 396 QO, Relator(a): Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe-196 4/10/2013. 4.* ***Diante do escopo da Lei de Improbidade Administrativa de extirpar da Administração Pública os condenados por atos ímprobos, a suspensão dos direitos políticos abrange qualquer atividade que o agente esteja exercendo ao tempo da condenação irrecorrível pelo tempo que imposta a pena****. Precedentes: AgInt no RMS 50.223/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 13/5/2019, e REsp 1.297. 021/PR, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 20/11/2013. 5. Recurso Especial provido*

STF

Extinção de mandato parlamentar em decorrência de sentença proferida em ação de improbidade administrativa, que suspendeu, por seis anos, os direitos políticos do titular do mandato. Ato da Mesa da Câmara dos Deputados que sobrestou o procedimento de declaração de perda do mandato, sob alegação de inocorrência do trânsito em julgado da decisão judicial. ***2. Em hipótese de extinção de mandado parlamentar, a sua declaração pela Mesa é ato vinculado à existência do fato objetivo que a determina, cuja realidade ou não o interessado pode induvidosamente submeter ao controle jurisdicional****. 3. No caso, comunicada a suspensão dos direitos políticos do litisconsorte passivo por decisão judicial e solicitada a adoção de providências para a execução do julgado, de acordo com determinação do Superior Tribunal de Justiça, não cabia outra conduta à autoridade coatora senão declarar a perda do mandato do parlamentar. 4.Mandado de segurança: deferimento. (MS 25461, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, julgado em 29/ 06/2006, DJ 22-09-2006 PP-00029 EMENT VOL-02248-02 PP-00234 RTJ VOL-00199-02 PP-00687)*

QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL. CONSTITUCIONAL. PERDA DE MANDATO PARLAMENTAR. SUSPENSÃO E PERDA DOS DIREITOS POLÍTICOS. 1. A perda do mandato parlamentar, no caso em pauta, deriva do preceito constitucional que impõe a suspensão ou a cassação dos direitos políticos. ***2. Questão de ordem resolvida no sentido de que, determinada a suspensão dos direitos políticos, a suspensão ou a perda do cargo são medidas decorrentes do julgado e imediatamente exequíveis após o trânsito em julgado da condenação criminal, sendo desimportante para a conclusão o exercício ou não de cargo eletivo no momento do julgamento".*** *(STF - AP 396 QO, Relator(a): Min. CÁRMENLÚCIA, TribunalPleno, julgado em 26/06/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-196 DIVULG 03-10-2013 PUBLIC 04-10-2013).*

CONSIDERANDO que de acordo com a doutrina e a jurisprudência pátria, a **declaração da extinção de mandato** é **simples ato declaratório** de uma situação pré-existente, sendo mera comunicação que o presidente faz à Câmara, para constar de ata e tornar conhecida a abertura da vaga do mandato extinto.

CONSIDERANDO que ao Presidente da Câmara compete, por meio da Mesa Diretora, declarar extintos os mandatos que fenecerem em razão de qualquer das causas extintivas previstas em lei (morte, renúncia, perda ou suspensão de direitos políticos);

CONSIDERANDO que se compreende facilmente a diversificação de atribuições, ao Presidente/Mesa e ao Plenário: **no caso presente (extinção)** o mandato exaure-se automaticamente pela ocorrência do fato extintivo (suspensão dos direitos políticos); não se tratando **o caso de (cassação) de mandato**, que dependeria de deliberação do Plenário.

CONSIDERANDO que de acordo com Certidão de Trânsito em Julgado (anexa) no processo nº 0000726-78.2008.8.11.0044, a sentença transitou em julgado em 23/08/2021.

CONSIDERANDO que de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o vereador **JOÃO BOSCO DE ARRUDA** não está quite com a Justiça Eleitoral na presente data, em razão de SUSPENSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS (IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA), não podendo exercer o voto ou regularizar sua situação eleitoral enquanto durar o impedimento.

R E S O L V E:

Art. 1º - ***DECLARAR*** extinto o mandato do Vereador **JOÃO BOSCO DE ARRUDA**, eleito para a Legislatura 2021 a 2024, em decorrência da suspensão de seus direitos políticos no processo nº 0000726-78.2008.8.11. 0044, que tramitou na Primeira Vara Cível desta Comarca, com sentença condenatória transitada em julgado em 23/08/2021.

Art. 2º - Caberá ao Presidente da Câmara dar ciência deste Ato ao Plenário desta Casa de Leis, na primeira sessão subsequente, fazendo constar da Ata a declaração da extinção do mandato e a convocação imediata do vereador suplente, na forma da lei.

Art. 3º - Passa ser parte integrante deste Ato, cópia da sentença condenatória, cópia da Certidão Justiça Eleitoral, cópia Ofício Nº 06/2023 da Ouvidoria, cópia da denúncia apresentada na Ouvidoria, Cópia do Parecer Jurídico Nº 123/2023, cópia da Recomendação Nº 003/2023 do Controlador Interno, cópia da Notificação e cópia da Defesa Preliminar.

Art. 4º - Publique-se e comunique-se ao Juízo da 57ª Zona Eleitoral, com jurisdição nesta Comarca de Paranatinga-MT.

Art. 5º - Este Ato entra em vigor após a sua apresentação e leitura em Plenário.

Câmara Municipal de Paranatinga

Estado de Mato Grosso, em 11 de setembro de 2023.

FERNANDES ANTONIO CARLINI

Presidente

EVA AUXILIADORA DE SOUZA DANTAS

1º Vice Presidente

EDSON AGRIPINO DA SILVA

2º Vice Presidente

CARLOS DE SOUZA ALMEIDA

1º Secretário

PAULO JOSÉ CANAVERDE COSTA

2º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023 – SRP Nº 004/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023 – SRP Nº 004/2023

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Senhora **Rosangela de Matos Dias**, uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, **HOMOLOGA** o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2023, da modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/ 2023 – SRP Nº 004/2023, à empresa: **MPX BRASIL SOLUÇÕES CNPJ nº 14.748.004/0001-03,** com sede na rua Guanabara, 256, residencial Ipanema em Sinop/MT, apresentou proposta de preços no valor global de **R$ 165.822,00 (Cento e sessenta e cinco mil, oitocentos e vinte e dois reais)**, conforme Termo de Adjudicação exarado pelo presidente da CPL desta Casa de Leis, nesta data.

Peixoto de Azevedo MT, 20 de setembro de 2023

Rosângela de Dias Matos

Presidente da Câmara Municipal

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO TECNICA

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO TECNICA

O presente relatório foi elaborado pela Comissão Técnica de Avaliação, designada através da Portaria Legislativa nº 060, de 18 de setembro de 2. 023, composta pelos Servidores Wando Resende dos Santos, Thaisa soares Alcântara e Luiza Helena Aparecida de Miranda Almeida, todos pertencentes ao quadro funcional da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, e tem a pretensão de cumprir ao estabelecido no Termo de Referencia que é parte integrante do Edital de Licitação, Processo Administrativo nº 010/ 2023, Pregão Presencial nº 007/2023, conforme segue:

4. DO CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Após a declaração de vencedora do processo de licitação, a Comissão Técnica de Avaliação designada por Portaria específica, marcará data (prazo de 03 (três) dias úteis) para que a vencedora faça presencialmente a demonstração/apresentação de todos os serviços elencados neste termo, a fim de avaliar a conformidade quanto ao descrito no Edital.

4.2. A apresentação técnica presencial é eliminatória posterior a fase de habilitação e após terminada será exarada pela Comissão Técnica laudo em no Máximo 03 (três) dias informando e compondo o processo, se a licitante está apta ou não a fornecer a solução.

4.3. A comissão deverá analisar a compatibilidade técnica dos serviços apresentado com os itens previstos no termo de referência.

4.4. A equipe técnica poderá a qualquer momento ter acesso ao sistema para averiguar a legitimidade e veracidade das informações apresentadas, caso considerar necessário.

4.5. Caso o sistema apresentado não atenda as especificações constante no Edital, aliciante será desclassificada e convocada à licitante remanescente, obedecendo à ordem de classificação.

A Comissão Técnica de Avaliação atuará nos limites de suas competências na avaliação da demonstração/apresentação de todos os serviços elencados no termo de referente, a fim de avaliar a conformidade quanto ao descrito no Edital.

A demonstração/apresentação de todos os serviços elencados no Termo de Referência foi apresentada pelo Sr. Marcos Paulo de Oliveira Silva, representante legal da Empresa MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB LTDA, e ainda contou com a presença do Sr. Lindomar Rodrigues, Controlador Interno, e do Sr. Ricardo José da Silva Filho, Agente Administrativo, ambos membros do quadro funcional desta Casa de Leis,

Cabe destacar que não cabe ao mérito do presente Relatório o atendimento aos princípios da legalidade, moralidade, conveniência e oportunidade, vinculados aos procedimentos que antecederam ao quesito em questão, que foi matéria de elaboração, execução e apreciação de outras unidades competentes.

Compõe o relatório a Análise e Monitoramento dos seguintes temas:

ITEM 01 - Reformulação, desenvolvimento, implantação, configuração, migração de banco de dados do Website Oficial.

Foi feito apresentação do item em tela, e demonstrado a sua funcionalidade através link Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (camarapeixotodeazevedo.mt.gov.br)

ITEM 02 - Desenvolvimento e implantação, configuração da Ouvidoria.

Foi feito apresentação do item em tela, e demonstrado a sua funcionalidade através link Ouvidoria - Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (camarapeixotodeazevedo.mt.gov.br)

ITEM 03 - Desenvolvimento e implantação, configuração da Carta de Serviços ao Usuário – Lei 13.460/2017.

Foi feito apresentação do item em tela, e demonstrado a sua funcionalidade através link Ouvidoria - Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (camarapeixotodeazevedo.mt.gov.br)

ITEM 05 - Implantação, Configuração e treinamento para Servidor de contas de e-mails institucionais

Foi feito apresentação do item em tela, e demonstrado a sua funcionalidade através link https://www.camarapeixotodeazevedo.mt.gov.br/webma...

ITEM 06 - Implantação, Configuração e treinamento para os serviços de Transmissão ao vivo em áudio e vídeo via internet das sessões e demais eventos online da Câmara

Foi feito apresentação do item em tela, e demonstrado a sua funcionalidade através link TV Câmara - Sessão ao Vivo Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (camarapeixotodeazevedo.mt.gov.br)

ITEM 07 - Implantação, Configuração e treinamento para os serviços do Software de Gestão do Controle Interno da Câmara

Foi feito apresentação do item em tela, e demonstrado a sua funcionalidade através link Instruções Normativas | Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo - MT (camarapeixotodeazevedo.mt.gov.br)

Tais procedimentos foram avaliados e averiguados pela comissão, que realizou uma análise sistemática para verificar a compatibilidade técnica dos serviços apresentado com os itens previstos no termo de referência. Conforme demonstrado acima, a equipe técnica teve acesso ao sistema para averiguar a legitimidade e veracidade das informações apresentadas.

Com base no exposto, a comissão conclui o presente relatório, informando que empresa MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB LTDA através de seu representante deixou evidenciado a sua capacidade de fornecimento de todos os serviços elencados no termo de referência.

Peixoto de Azevedo/MT., em 19 de setembro de 2023.

Wando Resende dos Santos Técnico de Informática	**Thaisa soares Alcântara** Assessora Legislativa
Luiza Helena Aparecida de Miranda Almeida Assessora de Comunicação	**Lindomar Rodrigues** Controlador Interno
Marcos Paulo de Oliveira Silva Representante da MPX	**Ricardo José da Silva Filho** Agente Administrativo

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023 – SRP Nº 004/2023

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023 – SRP Nº 004/2023

O Presidente da Comissão Permanente de Licitações-CPL da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nomeado pela Portaria nº 002/2023, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, **ADJUDICA** à empresa: **empresa MPX BRASIL SOLUÇÕES CNPJ nº 14.748.004/0001-03,** com sede na rua Guanabara, 256, residencial Ipanema em Sinop/MT, apresentou proposta de preços no valor global de R$ 165.822,00 (Cento e sessenta e cinco mil, oitocentos e vinte e dois reais), o qual encaminha ao Chefe do Poder Legislativo para as providências complementares.

Peixoto de Azevedo MT, 20 de setembro de 2023

Ricardo José da Silva Filho

Presidente da CPL

Portaria nº 002/2023

CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 372 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

CONSTITUI A COMISSÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ VISANDO O ACOMPANHAMENTO E CONTRIBUIÇÃO AO PROJETO BID PANTANAL RETOMADO PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU, VEREADOR ITAMAR LOURENÇO DA SILVA, PRESIDENTE, PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Assuntos Relevantes da Câmara Municipal de Poconé.

Art. 2º Esta Comissão terá como finalidade tratar dos assuntos relacionados ao Projeto BID Pantanal, retomado pelo Ministério da Agricultura, podendo a comissão acompanhar e contribuir nas ações que vierem a ser implementada no município.

Art. 3º Esta Comissão será constituída por 06 (seis) membros, sendo 03 (três) titulares e 03 (três) suplentes, designados pela Mesa Diretora.

Art. 4º A presente Comissão será extinta em 12 (doze) meses, ou quando concluídos os trabalhos.

Art. 5º Não concluídos os trabalhos desta Comissão no prazo estabelecido no artigo anterior, poderá a presente Comissão ter seu prazo de funcionamento prorrogado por igual período, após deliberação do plenário, nos moldes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Poconé.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Poconé/MT., 20 de setembro de 2023.

Vereador Itamar Lourenço da Silva

Presidente

Vereadora Jossielma Alves da Silva.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT pessoa jurídica de direito público, CNPJ Nº. 01.327.964/0001-01, Endereço Rua Marechal Rondon, 72, Porto Esperidião - MT, 78240-000, neste ato representado pela sua Presidente Senhora ISAMARA EVA DA MAIA RAMOS, portadora do CPF nº 035.414.461-88 e RG nº 212.89417-SSP/MT.

NOTIFICADA: **AUTOCAR COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA**., inscrita no CNPJ/MF sob o nº07.137.068/0001-66, sediada na Av. Rio Grande do Sul, 154, Centro, Canarana/MT, neste ato representada pelo Sr. Carlos Augusto Costa Pereira Souza, portador da Carteira de Identidade nº 700554-SSP/MT e CPF nº 604.212151-00.

Prezado Senhor,

Considerando que o teor do Processo Administrativo n° 02/2023 – Adesão a Ata de Registro de Preço nº 01/2023, do qual se originou o **Contrato nº 02/2023**, impõe o cumprimento das obrigações contratuais assumidas;

Considerando que após a entrega do Veículo tipo S10 LTZ, Ano 2022, CHASSI 9BG148MK0PC430099, RENAVAM 1335253960, cor preta, não foi possível o seu emplacamento junto ao DETRAN – MT devido à divergência na informação da propriedade do mesmo, sendo necessária a correção no RENAVE segundo informações do referido órgão de transito;

Considerando que após ser notificada em 13 de junho do corrente ano, a CONTRATADA através do Processo nº. 2858544/SEFAZ/MT cancelou o procedimento de primeiro emplacamento, face as divergências constantes no RENAVE do veículo;

Considerando que desde o cancelamento do processo de primeiro emplacamento pela CONTRATADA já se passaram mais de 30 (trintas) dias e ainda não foi possível o seu emplacamento junto ao DETRAN – MT;

Considerando as obrigações da CONTRATADA constantes da Cláusula Sexta do Contrato n° 002/2023, essa empresa deve responder por quaisquer danos morais, ***materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao CONTRATANTE*** ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a sua fiscalização e ou acompanhamento. Ainda, tem a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adesão à Ata de Registro de Preços;

Considerando que a Cláusula Sétima do instrumento contratual autoriza a CONTRATANTE a notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA sobre irregularidades observadas no cumprimento do contrato;

Considerando que a Cláusula Oitava assim estabelece: "*Caso verifique-se a não conformidade dos objetos ou de alguma característica desta ou de alguma desconformidade referente à cláusula estipulada neste Contrato, a CONTRATADA deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis*.";

Considerando que, de acordo com a Cláusula Nona "A inexecução total ou parcial do presente instrumento contratual enseja sua rescisão, com as consequências contratuais, inclusive o reconhecimento dos direitos da Administração, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93 e posteriores alterações;

Considerando as penalidades constantes da Cláusula Décima, a CONTRATANTE *poderá aplicar multa por inexecução contratual no percentual de 10% (dez por cento) ao mês*, pró-rata dia, sobre o valor total do objeto, acrescida de correção monetária e juros de 12 (doze por cento) ao ano;

Considerando, ainda, a referida cláusula décima, a CONTRATANTE poderá aplicar a penalidade de Declaração de Inidoneidade perante a Administração Pública, caso o problema persista sem solução;

RESOLVE:

I – NOTIFICAR A AUTOCAR COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA. Para promover a substituição do objeto nas mesmas condições propostas na Ata de Registro de Preços derivada do Pregão Presencial nº 003/2022 do município de Alto Boa Vista – MT, com documentação hábil para o seu emplacamento junto ao DETRAN-MT.

II – APLICAR À CONTRATADA A SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

III – Garantir à AUTOCAR COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA. o prazo de 05 (cinco) dias úteis para o contraditório e ampla defesa nos termos contratuais, a partir do recebimento desta NOTIFICAÇÃO.

Porto Esperidião/MT, 15 de setembro de 2023.

ISAMARA EVA DA MAIA RAMOS

Presidente

CONTRATANTE

CNPJ Nº 01.327.964/0001-01

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
PORTARIA Nº 029/ 2023 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS

REGULAMENTARES A SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA- MT.

PORTARIA Nº 029/ 2023

Dispõe sobre a Concessão de Férias Regulamentares a Servidora da Câmara Municipal de Porto Estrela- MT.

Devair Sales de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

CONSIDERANDO o requerimento e o deferimento do pedido de férias da Servidora abaixo supramencionada,

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder 30 de Férias regulamentares do dia 21/09 a 20/10/2023, sendo 10 dias de abono peculiar, a servidora efetivo desta Casa de Leis, no cargo de Assessora Jurídica Srª. Dalila Andrade Abrantes de Sales, a serem gozadas do dia **10/10/2023 a 20/10/2023** referente o exercício 2022,

Art. 2º. . Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação revogando – se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se e

Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 20 de Setembro de 2023

Devair Sales de Oliveira

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

PORTARIA Nº 029/2023 DE 18 DE SETEMBRO DE 2023.

"CONCEDE PROGRESSÃO DE CARREIRA DA SERVIDORA LOTADA NO QUADRO DE CARGO EM PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **ALEX RODRIGO DOERZBACHER**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais. Considerando o disposto nos Artigos 22 e 24, Inciso I e II, da Lei Complementar nº 063/2014.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder Progressão na Carreira do período à servidora de carreira efetiva aprovada em concurso público referente ao período de 10/07/2020 a 10/07/2023 da seguinte forma:

Servidor	Cargo	Referência Salarial	Classe/Grau Atual	Classe/Grau Progressão	Nível	Pontos
Claudete Moreira Fagundes Ferron	Auxiliar Administrativo	CE-03	A-III	B-I		54

Art. 2º - Os efeitos financeiros desta Portaria são válidos a partir da folha de pagamento do mês de setembro de 2023.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, aos 18 de setembro de 2023.

ALEX RODRIGO DOERZBACHER

Presidente

Registre-se, Publique-se e afixe-se.

Na data supra de 18.09.2023.

***Portaria em conformidade com a Lei de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)*.**

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2023 TOMADA DE PREÇO Nº 01/ 2023

OBJETO: TOMADA DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS E SERVIÇOS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA-MT, COM MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA COMPLETA, DE ACORDO COM A PROPOSTA ARQUITETÔNICA EM ANEXO.

ESCLARECIMENTO 1

Trata-se de pedido de esclarecimento formulado em 20 de setembro de 2023, cujos pontos suscitados e as respectivas respostas seguem elencados abaixo:

Não há no Edital exigência de cadastro junto à Câmara Municipal de Tangará. Sendo assim, poderá participara quaisquer licitantes, cadastrados ou não. Está correto o nosso entendimento?

Resposta:

Nos termos do art. 22, §2º da Lei 8666/93, a tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atendam a todas condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas. No caso, o interessado a cadastrar-se perante ao órgão, deverá encaminhar os documentos relativo a habilitação jurídica previsto no item 8.2. do Anexo I - Termo de referência, quais sejam:

8.2. Habilitação jurídica:

8.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

8.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, no caso de sociedade comercial;

8.2.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no caso de sociedades por ações;

8.2.4. Inscrição de ato constitutivo, acompanhado de comprovante da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis;

8.2.5. Decreto de autorização de funcionamento no país, no caso de empresa ou sociedade estrangeira;

8.2.6. Alvará de localização válido, em quaisquer dos casos acima;

Os documentos para retirada do Certificado de Registro Cadastral-CRC poderão ser encaminhados via e-mail: secretaria@camaratga.mt.gov.br.

A emissão do CRC não exime a empresa de apresentar toda a documentação prevista no edital para fins de habilitação.

Cópia deste esclarecimento será enviada, via e-mail aqueles que preencheram o recibo de retirada do edital.

Publique-se para conhecimento dos demais interessados:

Tangará da Serra, 20 de setembro de 2023.

MARCOS ANTÔNIO FIGUEIRÓ

1º Secretário da Comissão Permanente de Licitação

da Câmara Municipal de Tangará da Serra

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº108/2023

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder o servidor Carlos Alberto Bulhões, Auxiliar Legislativo, 10 dias de férias regulamentares, a que tem direito, com período de gozo abrangendo 02/10/2023 a 11/10/2023, referente ao exercício de 2022/2023, conforme disposições expressas no Artigo 85 da Lei 1.164/91.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Registrado, publicado, cumpre-se.

Gabinete da Presidência, 20 de setembro de 2023.

Ver. Pedro Paulo Tolares

Presidente

Ver. Denival Rodrigues Galibert

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 107/2023

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder licença-prêmio à servidora Marina Silva Lago, Matrícula 3283-1, referente ao período aquisitivo quinquenal de 12/06/2018 a 11/06/2023, nos termos da lei n.º 1.164/91, Estatuto do Servidor Público, art. 97, § 1.º e § 3.º.

Art. 2º - O tempo de gozo do direito ora mencionado, compreende o período de 29/09/2023 a 29/12/2023, totalizando 03 (três) meses.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Registrado, publicado, cumpre-se.

Gabinete da Presidência, 20 de Setembro de 2023.

Ver. Pedro Paulo Tolares

Presidente

Ver. Denival Rodrigues Galibert

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 106/2023

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais resolve,

Art. 01º - EXCLUIR do assessoramento da Comissão de Ética Parlamentar, o servidor ADRIANO CESAR SOUZA MENDES, Matrícula 3739-3, a partir do dia 01/09/2023;

Art. 02º - INCLUIR no assessoramento da Comissão de Ética Parlamentar, a servidora MARIA JOSÉ DOS SANTOS RONDON, Matrícula 3411-4, a partir do dia 04/09/2023;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor com efeitos a partir da presente data.

Gabinete da Presidência, 19 de setembro de 2023.

Ver. Pedro Paulo Tolares

Presidente

Ver. Denival Rodrigues Galibert

1º Secretário

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA - PREGÃO PRESENCIAL-SRP, Nº. 020/2023 - CODER

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA - PREGÃO PRESENCIAL-SRP, Nº. 020/2023

A Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis - **CODER**, através DA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP, nº 020/2023, sendo o seguinte objeto**: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 15.000 LITROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSOS SETORES DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS – CODER**, foi declarado**FRACASSADO**, tendo em vista a inabilitação da única Licitante participante do certame, por ainda que concedido o prazo legal para apresentação de Certidão Negativa Municipal vigente, conforme o item 17.1.1 do edital, não apresentar documentações exigidas no mesmo (item 8.12 do edital).

Rondonópolis - MT, 19 de setembro de 2023.

Rafaelly Priscila Rezende de Almeida

Pregoeira

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2023/CIDESAT

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2023

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 07/2023

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios de Mato Grosso. Pelo presente instrumento, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, situado Avenida Sergipe, nº 457 - Jd. Popular I em São José dos Quatro Marcos - MT, CNPJ: 08.979.143/0001-07 neste ato representado pelo seu presidente Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, portador da Cédula de Identidade RG nº 358.368 SSP-MT e CPF nº 396.432.041-20, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Curvelândia-MT, doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, que RESOLVE registrar os preços da Empresa **F.A MODESTO ME**,inscrita no CNPJ: 7.724.563/0001-89, localizada na Av. Jaime Campos, S/N, Barracão a direita saída para Jauru, CEP: 78295-000, INDIAVAÍ-MT,

representada pelo **Sr. FABIO AUGUSTO MODESTO**, portador da Cédula de Identidade RG Nº 10745335 SJ/MT e CPF Nº 858.580.721-00. TELEFONE: (65) 3261-2393, CELULAR/ (65) 996816046, Email:lexcontara@hotmail.com.

O **Registro** dos preços estão de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO - ESPECIFICAÇÃO, DO PREÇO E QUANTITATIVO

A presente ATA tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de MADEIRA de lei para manutenção de pontes de madeira localizadas em rodovias estaduais não pavimentadas nos municípios do Consórcio do Complexo Nascentes do Pantanal em atendimento ao objeto do Convênio SINFRA nº 0317/2023, conforme especificações e condições técnicas constantes deste Termo de Referência e proposta apresentada pela contratada:

LOTE / ITEM	Especificação	Espécie ofertada	Unid	Quant	Valor Unitário	Valor Total
1	Madeira de Lei Serrada para Pontes					
1.1	Madeira de Lei serrada em quadrados na medida seção 0,30 x 0,25 M, Comprimento entre 5,00 a 7,00M – exclusivamente nas seguintes espécies / essências: IPÊ, Maçaranduba, Angico Preto, Faveiro Ferro, Garrote, Itaúba Preta, Jatobá. Incluso frete.	*Maçaranduba, Jatobá ou Itaúba Preta*	M3	480	2.416,20	1.159.776,00
1.2	Madeira de Lei serrada em PRANCHAS medida seção (Largura 20 a 30 cm x Espessura 6 e 8 cm x Comprimento 4,00 a 5,00 Metros) – exclusivamente nas seguintes espécies / essências: Ipê, Maçaranduba, Faveiro Ferro, Grápia (Garapeira), Itaúba Preta, Garrote, Sucupira Amarela, jatobá. Incluso frete.	*Maçaranduba, Jatobá ou Itaúba Preta*	M3	400	2.416.31	966.524,00
1.3	Madeira de Lei serrada em quadrado seção (20 x 20 cm) comprimento entre 5,00 a 7,00 Metros – exclusivamente nas seguintes espécies / essências: Ipê, Maçaranduba, Faveiro Ferro, Grápia (Garapeira), Itaúba Preta, Garrote, Sucupira Amarela, jatobá. Incluso frete.	*Maçaranduba, Jatobá ou Itaúba Preta*	M3	50	2.417,00	120.850,00
1.4	Madeira de Lei serrada na seção retangular de (25 x 15 cm) comprimento entre 5,00 e 6,00 Metros – exclusivamente nas seguintes espécies / essências: Ipê, Maçaranduba, Faveiro Ferro, Grápia (Garapeira), Itaúba Preta, Garrote, Sucupira Amarela, jatobá. Incluso frete.	*Maçaranduba, Jatobá ou Itaúba Preta*	M3	50	2.417,00	120.850,00
TOTAL GERAL DA PROPOSTA						**2.368.000,00**

Itens conforme especificações e detalhamentos constantes no Termo de Referencia do Edital Pregão Eletrônico nº 02/2023 e Proposta de Preços, parte integrante desta Ata.

2. DA VIGÊNCIA

A presente ATA de Registro de Preços, terá **validade de 12 (doze) meses**, contados a partir da sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, admitindo-se a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa.

3. DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Executiva do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A vencedora deverá assinar o contrato no máximo 02 (dois) dias úteis, contados da convocação;

4.2. Cumprir a vigência do contrato, que será de 12 (doze) meses.

4.3. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

4.4. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal e cópia dos documentos de transporte, inclusive ambiental;

4.4.1. Entregar os materiais na sede do Consórcio em São José dos Quatro Marcos-MT ou em local indicado por este;

4.4.2. Os produtos deverão ser apresentados, conforme padrão estabelecido no Termo de Referência e Proposta adjudicada, devendo garantir proteção durante o transporte até a entrega ao Órgão/Entidade, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na legislação em vigor;

4.4.3. Cumprir com o **prazo de entrega** de **até 20** (vinte) dias, contados a partir da ORDEM DE FORNECIMENTO;

4.4.3.1. As ordens de fornecimento haverão de considerar quantitativos para formação de carga completa para otimização do transporte.

4.4.3.2 A madeira será conferida no ato da entrega, seguindo romaneio constante da ordem de fornecimento, quando também será conferido a qualidade e espécie/essência da madeira entregue, que não poderá ser divergente do solicitado.

*4.*4.3.3 As peças que não atenderem a especificação da proposta e ordem de fornecimento serão rejeitados, devendo ser substituídos no prazo de no máximo 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os materiais estando conforme e entregues na totalidade da ordem de fornecimento, serão recebidos de forma definitiva.

4.6. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes no Edital e seus anexos, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

4.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.8. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

4.9. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.11. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

4.12 – Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão/Entidade**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Secretaria Executiva, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução deste instrumento;

4.13. – Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

4.13.1 – Os acréscimos ou supressões até 25% serão aplicados automaticamente na Ata de Registro de Preço.

4.14 – Indenizar terceiros e/ou o Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.15 – Responde a contratada nos casos de qualquer tipo autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão ou Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

4.16 – Comunicar imediatamente ao Consórcioqualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

4.17 - Serão devolvidos e prontamente repostos pelo contratado os materiais, que apresentarem defeitos imediatos ou não estiverem de acordo com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

4.18 - Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto contratado, inclusive ICMS e IPI.

4.19. Responsabilizar-se-á pelas despesas com transporte e demais despesas eventuais, que porventura sobrevier do presente fornecimento;

4.20. Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor, e vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

4.21. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e alterações.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pelo Consórcio em nome da contratante em favor da contratada mediante nota de ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contratante, após ter conferido o material/equipamento e ter certificado tratar-se do solicitado/contratado em todos os seus itens e características.

6.2. O pagamento será efetuado à contratada, em até 10 dias, após a entrega do bem, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL e depois de atestada conforme descrito no item anterior e cumprida todas as obrigações acessórias, inclusive entrega técnica e emitida o Termo de Recebimento Definitivo.

6.2.1. Em caso de alguma pendência acessória, poderá ser retido valor proporcional dentro da razoabilidade administrativa até que esta seja cumprida.

6.3. A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da manutenção da habilitação que ensejou a adjudicação, anexando:

I- Certidão Negativa de Débitos Federal e referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

II- Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

III- Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

IX- Certidões Negativas de Débito Trabalhista – TST

6.4. Constatando-se qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, este será efetuado apenas após a respectiva regularização;

6.5. O contratado indicará no corpo da nota fiscal o número do contrato, nome do banco, agência e conta-corrente onde deverá ser feito o pagamento, que será efetuado via ordem bancária;

6.6. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring;

6.7. O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio de transferência para o banco e conta corrente discriminado na nota fiscal;

6.8. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade, garantia e obrigações acessórias;

6.9. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados;

6.10. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

6.11. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

7. DA ALTERAÇÃO, CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses do art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

7.1.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

7.1.2. Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço registrado, a requerimento da empresa registrada e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada do certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-FGV.

7.1.3. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços registrados, de que tratam os itens 8.1.1 e 8.1.2, passarão por análise contábil e jurídica da Secretaria Executiva do Consórcio, cabendo a presidência a decisão sobre o pedido.

7.1.4. Deferido o pedido pela presidência, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento à Ata de Registro de Preços, e o reajuste mediante apostilamento.

7.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

7.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Consórcio solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

7.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Consórcio poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

7.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

7.6. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

7.6.1. Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

7.6.2. Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei 8.666/93;

7.6.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto oriundo da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

7.6.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

7.6.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

7.7. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços.

7.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

7.9. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.

7.10. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia e assistência técnica dos equipamentos entregues/serviços executados, anteriormente ao cancelamento.

7.11. Caso o Consórcio não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

7.12. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços, exceto quanto ao apostilamento do reajuste.

7.13. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização do Consórcio.

8. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive estaduais, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem, de acordo com o §1º do artigo 22 do Decreto 7892/2013;

8.2. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o item 8.1 fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para o órgão da administração pública que solicita a utilização da ata de registro de preços. Situação em que o órgão solicitante deverá encaminhar o estudo junto com o ofício de solicitação.

8.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

8.4. Antes da solicitação de adesão, o órgão solicitante deverá realizar consulta junto ao fornecedor beneficiário colhendo manifestação deste que deverá declarar aceite e que o eventual fornecimento não prejudicará as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

8.5. As contratações adicionais não excederão, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes;

8.6. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não excederá, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, para os órgãos participantes e órgãos não participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

8.7. O órgão não participante da ata de registro de preço só poderá aderir em até 100% do quantitativo dos itens registrados.

8.8. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

8.9. Para fins de controle do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, o órgão solicitante da adesão, em firmando contrato com o fornecedor beneficiário, deverá encaminhar cópia deste ao Consórcio.

8.10. ÓRGÃO GERENCIADOR: O Consórcio é o responsável pela condução deste certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

8.11. Compete ao órgão contratante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

8.12. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas, conforme disposto na Lei 10.520/02 e Decreto 7.892 de 23/01/2013.

8.13. Este instrumento não obriga o Consórcio e Municípios a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

8.14. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas neste Edital.

8.15. As solicitações de adesão deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador o qual seja a Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes, direcionadas ao Presidente do Consórcio, através do e-mail: nascentesdopantanal@gmail.com, observados os requisitos dos itens 8.1 e 8.2.

8.17 - Quanto aos Órgãos Participantes do instrumento convocatório, destaca-se que os quantitativos relativos às suas necessidades serão registradas nas próprias Atas do Órgão Gerenciador, não sendo necessária a assinatura de novas Atas. Entretanto, os órgãos e entidades que aderirem às Atas de Registro de Preços deverão assinar contrato específico com o fornecedor. Tal instrumento deverá ser encaminhado cópia ao Órgão Gerenciador para controle.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do Edital e da Ata de Registro de Preços sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e §1 do art. 86 da Lei 8.666/93, incidentes sobre o valor da nota de empenho.

9.2. Quanto ao atraso para assinatura da Ata:

a) Atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento);

b) A partir do 3o (terceiro) dia útil até o limite do 10o (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11o (décimo primeiro) dia útil de atraso.

9.3. Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

a) Atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento);

b) A partir do 3o (terceiro) dia útil até o limite do 5o (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia útil de atraso.

9.4. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

9.5. Se a contratada recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita ainda às seguintes penalidades**:**

a) Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

b) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Órgãos/Entidades por prazo de até 05 (cinco) anos,e,

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.6. A empresa licitante ou contratada que for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contrato com a Administração e será descredenciada do sistema de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, em conformidade com o art. 7° da Lei 10.520/2002.

9.7. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Órgão, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Órgão/Entidade, podendo, ainda o ÓRGÃO/ENTIDADE proceder à cobrança judicial da multa.

9.8. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO/ENTIDADE.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº.04/2023** e seus anexos e as propostas **classificadas**.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São José dos Quatro Marcos-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São José dos Quatro Marcos, 20 de setembro de 2023.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Presidente

F. A. MODESTO ME – CNPJ: 27724.563/0001-89

FÁBIO AUGUSTO MODESTO

Representante Legal

Testemunhas:

DOUGLAS FERREIRA DA SILVA DANILO RICARDO PIVETA

CPF: 036.786.201-46 CPF: 032.867.841-41

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORÉ

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR AO CONTRATO 021/2023

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL, **CIDESA -** VALE GUAPORÉ.

CONTRATADO: IGOR EDUARDO COUTINHO GONÇALVES**.**

OBJETO: Suprimir **22,2%** do valor mensal do Contrato Administrativo nº 021/2023-CIDESA, representando redução de R$ 999,00 (novecentos e noventa e nove reais), passando o valor mensal corresponder a R$ 3. 501,00 (três mil quinhentos e um reais), com efeito a partir de 1º/setembro/2023.

Nova Lacerda-MT, 20 de setembro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO 024/2023

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental, **CIDESA – Vale Guaporé**

CONTRATADA: RESTAURANTE SABOR BRASILEIRO LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de refeições tipo Self-Service, na cidade de Comodoro/MT, para atender demandas do consórcio CIDESA – Vale do Guaporé.

VIGÊNCIA: 12 (Doze) meses a contar de 30/08/2023

VALOR: O valor total do contrato é de **R$ 10.200,00** (Dez mil, duzentos reais).

Nova Lacerda-MT, 20 de setembro de 2023.

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 012/2022

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL, **CIDESA -** VALE GUAPORÉ.

CONTRATADO: BRUNO FRANÇA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA;

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO E RENOVAÇÃO DO VALOR ao Contrato Administrativo nº 012/2022, para mais 11 (onze) meses, com consequente renovação do saldo do contrato de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), nos termos da Cláusula 7, item 7.1, o reajuste de 4,06%, relativo ao INPC acumulado no período de 12 (doze) meses (set/2022 a ago/2023), com valor de R$ 3.045,00 (três mil e quarenta e cinco reais).

O valor mensal do serviço será de R$ 7.095,00 (sete mil e noventa e cinco reais).

Nova Lacerda-MT, 20 de setembro de 2022.

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 02/2023

O Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental, **CIDESA - Vale do Guaporé**, torna público, que fará realizar Pregão Presencial 02/2023.

ABERTURA: 06 de outubro de 2023 às 08:00 horas;

CREDENCIAMENTO: das 7:30 às 08:00 horas;

OBJETO: Registro de Preços para **futura e eventual contratação** serviços de borracharia em atendimento as necessidades administrativas no âmbito do **CIDESA** - consórcio intermunicipal desenvolvimento econômico social e ambiental Vale do Guaporé.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações (65) 3259-4375 (65) 99937-4472 e site www.cidesa.com.br

Nova Lacerda - MT 20 de setembro de 2023.

SONIA RAQUEL MOURA

Pregoeira

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL

AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2023

AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 005/2023

ADESÃO N° 003/2023

AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2023, ORIUNDO PREGÃO PRESENCIAL N°.053/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 063/2022, REALIZADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES.

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL – CIDESASUL** faz saber que pretende aderir como entidade não participante (“carona”) à Ata de Registro de Preço n° 003/2023, oriundo do Pregão Presencial n°. 053/202 – processo administrativo n° 063/2022 realizada pela Prefeitura Municipal de Nobres,**que teve como objetivo:** “**REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UMA CAMINHONETE, REFERENTE AO CONVENIO 2108/2022, PROCESSO SEDEC-PRO22/01977, FIRMADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL”, conforme Termo de Convênio no 2108/2022 junto a SECRETARIA DE ESTADO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO- SEDEC”**,

FORNECEDORA: ASCIA COMERCIO DE VEICULOS MITSUBISHI LTDA

CNPJ/MF n°. **35.335.350/0001-93**

VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO R$ 269.000,00 (duzentos e sessenta e nove mil reais).

Adesão autorizada pela Senhora Presidente do CIDESASUL, Prefeita Andréia Wagner, conforme documento anexo ao processo.

São Pedro da Cipa/MT, 20 de setembro de 2023

JOÃO LUIZ DOS SANTOS DALL OGLIO

Pregoeiro Designado

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIAO DO VALE DO ARINOS

LICITAÇÃO
PORTARIA N° 003/2023

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão de Licitação do CISVA.

O Presidente do Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° Nomear Juliano Gamba como Presidente, a Senhora Patrícia Jamariqueli Castilho e Gilcilayne Irene Lauro como Membros, para constituírem a Comissão de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos, para o exercício do biênio 2023/2024.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Juara – MT, em 11 de setembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO ARINOS- CISVA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

34° TERMO DE RATIFICAÇÃO

34° TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, por meio de seu Presidente, Mauricio Ferreira de Souza, torna público a ratificação do procedimento de Inexigibilidade de Licitação em epígrafe, visando à contratação da empresa **MMT CIRURGIA E ENDOSCOPIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 49.121.063/0001-95**,tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, como objeto os itens da Relação de Serviços Médicos em **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS NAS ÁREAS DE OTORRINOLARINGOLOGIA, ENDOSCOPIA, COLONOSCOPIA, MUCOSECTOMIA E POLIPECTOMIA,** do respectivo chamamento público e do Anexo I do Edital **nº 010/2023** da Chamada Pública **n° 006/2023**, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo;conforme relacionado no **ANEXO I, LOTE N° 02, itens n° 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, dos códigos n° 6162, 2417, 8565, 8566, 8567, 8568, 8569, 8570 e 8571, LOTE N° 03, código 8088 e LOTE N° 04, código 8089.**

Peixoto de Azevedo/MT, 20 de setembro de 2023.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

PROCESSO ADMINISTRATIVO INDENIZATÓRIO - ATA 002/2023

ATA 002/2023

Aos dezenove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, as treze horas, reuniram-se na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, com endereço na Travessa Bartolomeu Dias, nº 269, Bairro Alvorada, nesta cidade de Peixoto de Azevedo, os membros da Comissão Especial Indenizatória para analisar os processos de pagamento por indenização de gêneros alimentícios, pela empresa LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ n° 19.391.064/0001-99 e Inscrição Estadual n° 135248132, com sua sede à Avenida Gabriel Muller, n° 127, Bairro Módulo 02, na cidade de Juína/MT, CEP: 78.320-000, tendo como presidente a Sra. Bruna Mascarenhas de Oliveira, Secretária a Sra. Fabrine Ferreira Borges e como Membro a Sra. Juciele de Souza Almeida, designadas por meio da Portaria nº. 125/2023, a fim de apurar atos e fatos e possibilidade ou não do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto efetuar o pagamento por indenização requerido pelas empresas sobre dita mencionadas. A reunião iniciou-se com a fala da presidente Sra. Bruna Mascarenhas de Oliveira, onde a mesma apresentou aos demais membros os documentos pertinentes ao Processo que foram entregues pela Administração do Órgão para os trabalhos da Comissão. Iniciou-se com a avaliação documental da **ATA DE REGISTRO DE PREÇO 009/2022, PREGÃO PRESENCIAL 004/2022**, com vencimento em 29/04/2023 originando o empenho 577/2023, datado 03/04/2023 e liquidação 957 de 02/05/2023 e nota fiscal 22210 de 02/05/2023 no valor de R$ 3.900,00 sendo que a NAD foi gerada do dia 03/04/2023 dentro da vigência contratual, após análise dos documentos e cruzamento das informações constatou o débito no valor total de R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais), conforme relatado acima. A Comissão deliberou por estar satisfeito pelos documentos apresentados e finaliza para elaboração de relatório conclusivo. Tendo todas as pautas sido apresentadas e aprovadas pelos presentes. Nada mais a tratar e não havendo mais nenhum questionamento por parte da Comissão fica aqui devidamente encerrada a referida reunião as treze horas e cinquenta minutos e para fins de comprovação fica ainda a presente ata assinada por mim presidente a Sra. Bruna Mascarenhas de Oliveira, bem como os membros da Comissão que se fazem presentes.

35° TERMO DE RATIFICAÇÃO

35° TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, por meio de seu Presidente, Mauricio Ferreira de Souza, torna público a ratificação do procedimento de Inexigibilidade de Licitação em epígrafe, visando à contratação da empresa **CLINICA NECCHI MARTINS LTDA, inscrita no CNPJ nº 30.758.620/0001-55**,tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, como objeto os itens da Relação de Serviços Médicos em **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS NAS ÁREAS DE OTORRINOLARINGOLOGIA, ENDOSCOPIA, COLONOSCOPIA, MUCOSECTOMIA E POLIPECTOMIA,** do respectivo chamamento público e do Anexo I do Edital **nº 010/2023** da Chamada Pública **n° 006/2023**, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo;conforme relacionado no **ANEXO I, LOTE N° 01, itens n° 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 16 e 17 dos códigos n° 2163, 2230, 2164, 2165, 2173, 4622, 2169, 8564, 8099, 8101, 8095, 8096, 8084, 8100, 8097 e 8098.**

Peixoto de Azevedo/MT, 20 de setembro de 2023.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

36° TERMO DE RATIFICAÇÃO

36° TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, por meio de seu Presidente, Mauricio Ferreira de Souza, torna público a ratificação do procedimento de Inexigibilidade de Licitação em epígrafe, visando à contratação da empresa **EDUARDO J F DOS SANTOS SERVICOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 23.339.774/0001-47**,tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, como objeto os itens da Relação de Serviços Médicos em **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS NAS ÁREAS DE OTORRINOLARINGOLOGIA, ENDOSCOPIA, COLONOSCOPIA, MUCOSECTOMIA E POLIPECTOMIA,** do respectivo chamamento público e do Anexo I do Edital **nº 010/2023** da Chamada Pública **n° 006/2023**, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo;conforme relacionado no **ANEXO I, LOTE N° 01, itens n° 01, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 dos códigos n° 2163, 8099, 8101, 8095, 8096, 8563, 8084, 8100, 8097 e 8098.**

Peixoto de Azevedo/MT, 20 de setembro de 2023.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

PROCESSO ADMINISTRATIVO INDENIZATÓRIO - A T A 001/2023

ATA 001/2023

Aos dezenove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, as nove horas, reuniram-se na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, com endereço na Travessa Bartolomeu Dias, nº 269, Bairro Alvorada, nesta cidade de Peixoto de Azevedo, os membros da Comissão Especial Indenizatória para analisar o processo de pagamento por indenização de gêneros alimentícios, da empresa R.C MACCARI – ME, inscrita no CNPJ/MF nº 05.121.635/0001-60, Inscrição Estadual nº 13.211.266-3, com sua sede na Avenida Jatoba, n° 89, Bairro Centro, CEP 78520-000, na Cidade de Guarantã do Norte, tendo como presidente a Sra. Bruna Mascarenhas de Oliveira, Secretária a Sra. Fabrine Borges Ferreira e como Membro a Sra. Juciele de Souza Almeida, designadas por meio da Portaria nº. 125/2023, a fim de apurar atos e fatos e possibilidade ou não do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto efetuar o pagamento por indenização requerido pela empresa sobre dita mencionada. A reunião iniciou-se com a fala da presidente Sra. Bruna Mascarenhas de Oliveira, onde a mesma apresentou aos demais membros os documentos pertinentes ao Processo que foram entregues pela Administração do Órgão para os trabalhos da Comissão. Iniciou-se com a avaliação documental da **ATA DE REGISTRO DE PREÇO 036/2022, PREGÃO PRESENCIAL 006/2022**, com vencimento em 11/07/2023 originando o empenho nº 947/2023, datado de 28/06/2023, liquidação nº 1442 de 03/07/2023 e nota fiscal nº 12500 de 03/07/2023 no valor de R$ 832,22; o empenho nº 931/2023, datado de 20/06/2023, liquidação nº 1439 de 03/07/2023 e nota fiscal nº 12505 de 03/07/2023 no valor de R$ 1.127,18; o empenho nº 916/2023, datado de 14/06/2023, liquidação nº 1341 de 15/06/2023 e nota fiscal nº 12438 de 15/06/2023 no valor de R$ 403,10. Do **CONTRATO 037/2023,** com vencimentoem 28/06/2023 originando o empenho nº 357/2023, datado de 28/02/2023, liquidação nº 1347 de 15/06/2023 e nota fiscal nº 12439 de 15/06/2023 no valor de R$ 2.269,15; a liquidação nº 1445 de 03/07/2023 e nota fiscal nº 12501 de 03/07/2023 no valor de R$ 2.963,65; a liquidação nº 1446 de 03/07/2023 e nota fiscal nº 12507 de 03/07/2023 no valor de R$ 3.307,79, observamos que as NADs foram geradas no dia 28/06/2023, portanto dentro da vigência contratual. Do **CONTRATO 050/2023**, com vencimento em 24/06/2023 que deu origem ao empenho nº 664/2023, datado de 20/04/2023, liquidação nº 1348 de 15/06/2023 e nota fiscal nº 12440 de 15/06/2023 no valor de R$ 1. 460,24; a liquidação nº 1444 de 03/07/2023 e nota fiscal n° 12509 de 03/07/2023 no valor de R$ 5.183,65, sendo que a NAD foi gerada do dia 20/06/2023, ainda dentro da vigência contratual. Do **CONTRATO 051/2023**, com vencimento em 24/06/2023 originando o empenho nº 665/2023, datado de 20/04/2023, liquidação nº 1447 de 03/07/2023 e nota fiscal n° 12506 de 03/07/2023 no valor de R$ 316,80, sendo que a NAD foi gerada do dia 20/06/2023, ainda na vigência contratual; a liquidação nº 1346 de 15/06/

2023 e nota fiscal n° 12442 de 15/06/2023 no valor de R$ 35,80; constatamos que os pedidos seguintes foram efetuados após o termino deste contrato, portanto sem a devida cobertura contratual no ato da geração da NAD, porém o empenho ainda apresentava saldo para o pagamento das mesmas: liquidação nº 1799 de 21/08/2023, nota fiscal n° 12688 de 21/08/2023 no valor de R$ 190,81, NAD de 08/08/2023; liquidação nº 1792 de 14/07/2023, nota fiscal n° 12582 no valor de R$ 491,60, NAD de 10/07/2023; liquidação nº 1448 de 03/07/2023, nota fiscal n° 12503 no valor de R$ 496,00, NAD de 28/06/2023; liquidação nº 1793 de 21/08/2023, nota fiscal n° 12762 no valor de R$ 22,75, NAD de 16/08/2023. Após análise detalhada de toda a documentação que nos foi entregue e o cruzamento das informações, constatamos um débito no valor total de R$ 19.100,74 (dezenove mil e cem reais e setenta e quatro centavos), conforme detalhado e relatado acima. A Comissão deliberou por estar satisfeita com a documentação apresentada e finaliza para elaboração de relatório conclusivo. Tendo todas as pautas sido apresentadas, analisadas e aprovadas pela Comissão Especial. Nada mais a tratar e não havendo mais nenhum questionamento por parte da Comissão, fica aqui devidamente encerrada a referida reunião as dez horas e cinquenta e cinco minutos e, para fins de comprovação, fica ainda a presente ata assinada por mim, presidente da Comissão, Bruna Mascarenhas de Oliveira, bem como pelos demais membros da Comissão que se fazem presentes.

_____

Bruna Mascarenhas de Oliveira

Presidente da Comissão Especial

_____

_____

Fabrine Ferreira Borges Juciele de Souza Almeida

Secretária Membro

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2023

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 022/2023

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2023

O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT torna público para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Presidente do Conselho Diretor, através de sua Pregoeira Oficial, designada pela Resolução n.º 016/2023, de 03/07/2023, e nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará às **09:30 horas (Horário de Brasília), do dia 05 de Outubro de 2023**, Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para: **"Eventual contratação de empresas para a prestação de serviços médicos especializados em Exames de Ultrassonografia, a serem realizados no município de Primavera do Leste/MT, com o fito de atender à demanda reprimida do município, pelo período de 12 (doze) meses.",** conforme requisitos e condições constantes no Edital e seus anexos, disponíveis no endereço http://138.118.2.145:8079/comprasedital/.

O texto integral do Edital poderá ser solicitado gratuitamente pelo e-mail coressmt@terra.com.br, ou no site: www.coressmt.com.br, ou na sede do CORESS/MT, situada na Rua João Pessoa, N.º 1.357, Centro A, neste Município de Rondonópolis/MT. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (66) 3423-1086.

Rondonópolis, 20 de Setembro de 2023.

_____

LUCIANA BAGGIO ALVES DOS REIS

Pregoeira do CORESS/MT

INSTITUTO MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE TANGARÁ DA SERRA - SERRAPREV

PORTARIA Nº 92/SERRAPREV/2023.

A Diretora Executiva do SERRAPREV, no uso de suas atribuições legais e legais e considerando o Art. 6º incisos, I, II, III e IV da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003;

RESOLVE:

Art.1º - Averbar os tempos de contribuições não concomitantes conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 21001060.1.02135/22-6, páginas: 01/03 emitida pelo INSS em 30/09/2022 em nome do Sr. **WILIAN XAVIER** anterior a sua posse na municipalidade.

Art. 2º - Fica averbado o tempo de contribuição equivalente a 1.359 dias líquidos, correspondentes a 03 (três) anos, 08 (oito) meses e 24 (vinte e quatro) dias, prestados nos seguintes órgãos:

Período	Órgão	Dias Líquidos
01/11/1992 a 24/07/1996	**SABER CRESCER EDUCAÇÃO LTDA**	**03 Anos, 08 Meses e 24 Dias**

Art.3º - Compete a **Diretora Executiva do SERRAPREV**, acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta portaria.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n° 85/SERRAPREV/2023, publicada em 18 de setembro de 2023 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municipios do Estado de Mato Grosso, ano XVIII, n° 4.321.

Registre-se.Publique-se. Cumpra-se.

Tangará da Serra - MT, 20 de setembro de 2023.

LAURA PEREIRA

Diretora Executiva do SERRAPREV

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ACORIZAL-MT RESOLUÇÃO Nº 05/2023/CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Acorizal-MT

RESOLUÇÃO Nº 05/2023/CMAS

Dispõe sobre a Prorrogação de mandato dos conselheiros titulares e suplentes eleitos para gestão 2021 -2023 do Conselho Municipal de Assistência Social de Acorizal – MT.

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social de Acorizal (CMAS) em Reunião Extraordinária realizada em 04 de setembro de 2023, conforme a Ata n° 15/2023, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei 8742 de 07 de dezembro de 1993-Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e pela Lei Municipal Nº 613/2005 de 12 de abril de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar Prorrogação de mandato dos conselheiros titulares e suplentes eleitos para o Biênio 2021 -2023 do CMAS, mais 85 dias, partir do dia 06/09/2023.

Art.2º. Está Resolução Entra em vigor na data de sua publicação.

Acorizal-MT, 04 de setembro de 2023

_____

Gilmara Cristiane de Arruda Silva Presidente Conselho Municipal de Assistência Social

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – LDO 2024 MUNICIPIO DE ACORIZAL

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – LDO 2024

DIEGO EWERTON FIGUEIREDO TAQUES, Prefeito do Município de Acorizal, no uso de suas atribuições legais, convida os munícipes a participarem da Audiência Pública para discussão e elaboração da LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2024, torna público que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL, no **dia 28 de agosto de 2023**, com início às 16:00min, para Apresentação da minuta do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO 2024, a audiência será realizada de forma virtual, transmitida pelo Canal do FACEBOOK da Prefeitura Municipal : https://www.facebook.com/prefeituradeacorizal/

Transmissão será **Quinta-feira dia 28 de Agosto de 2023** a partir das **16:00horas**.

Atenciosamente,

DIEGO EWERTON FIGUEIREDO TAQUES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 422, DE 24 DE JULHO DE 2023.

Designa responsáveis como Fiscal de Contrato e/ou ATA na forma que estabelece o art. 67 da Lei nº 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica.

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato e/ou ATA:

Nome:	**APARECIDO GRECCO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Secretário Adjunto de Infraestrutura	
Matricula:	2313.3	

Nome:	**DALMIR DE SOUZA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente de Pontes e Bueiros	
Matricula:	7186.3	

Nome:	**MARCELO ALVES PEREIRA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Diretor de Desenvolvimento de Projetos	
Matricula:	7837.1	

Nome:	**JOAQUIM DOS ANJOS FERREIRA DA PAIXAO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Mestre de Obras	
Matricula:	53.1	

Nome:	**GILMAR ROBERTO GIACOMOLLI**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente de Urbanismo	
Matricula:	37.1	

Art. 2° - O Contrato e/ou ATA pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

ATA:	61,62/2023			
Vigência:	Data de Início:	26/06/2023	Data de Encerramento:	26/06/2024
Objeto:	Aquisição de tubos de concreto, ala para boca de bueiros em concreto, utilizados para realização dos trabalhos de manutenção e conservação das vias urbanas e estradas vicinais.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato e/ou ATA e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 24 DE JULHO DE 2023.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 24 de julho de 2023.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

SETOR DE CONSELHOS
RESOLUÇÃO CMAS Nº 015/2023 DE 12 DE SETEMBRO DE 2023

RESOLUÇÃO CMAS Nº 015/2023 DE 12 DE SETEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a aprovação do Relatório Semestral de Execução do Projeto Executivo Municipal do PROCAD-SUAS 2023 e da outras providências.

O Plenário do **Conselho Municipal de Assistência Social de Água Boa-MT - CMAS-MT,** no uso das competências que lhe conferem a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435/2011; em reunião extraordinária na sede da Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais; registrado na Ata nº 012/2023/CMAS de dia 31 de agosto de 2023; analisou e discutiu as seguintes pautas: I - Relatório semestral do Projeto Executivo PROCAD-SUAS 2023.
CONSIDERANDO as diretrizes da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a Assistência Social;
CONSIDERANDO a Lei Municipal 1802 de 21 de março de 2023, que reestrutura o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS do Município de Água Boa/MT;
CONSIDERANDO que o Cadastro Único é um programa do Governo Federal que tem como objetivo conhecer a realidade das famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade e incluí-las em diversos programas de benefícios sociais;
CONSIDERANDO que o PROCAD-SUAS tem como objetivo a atualização e regularização dos registros dos cadastros unipessoais; a busca ativa pertencentes aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos – GPTE; a contratação, a disponibilização e a remuneração de pessoal, aquisição de bens e serviços que contribuam para o fortalecimento da capacidade institucional de atendimento ao público do Cadastro Único nos equipamentos socioassistenciais ou postos de atendimento do Cadastro Único;
CONSIDERANDO que em março de 2023 o PROCARD-SUAS recebeu R$15.736,52 (quinze mil e setecentos e trinta e seis reais e cinquenta e dois centavos) de repasse do referido programa;
CONSIDERANDO a necessidade de atualizar os cadastros unipessoais in loco e atender a demanda espontânea na sala de atendimento diário;
RESOLVE:
Art. 1 º - Aprovar o Relatório Semestral de Execução do Projeto Executivo Municipal do PROCAD-SUAS 2023 apresentado em reunião extraordinária realizada em 31 de agosto de 2023, às 09h00min.
Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor após sua publicação.
Água Boa, 12 de setembro de 2023.

DALYLLA SANTOS PEREIRA DA SILVA VIEIRA

Presidente do CMAS

SETOR DE ENGENHARIA
EXTRATO CONTRATO N.° 156/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 095/2023

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO nº. 002/2023

CONTRATANTE: MUNICIPÍO DE ÁGUA BOA-MT/ CNPJ: 15.023.898/0001-90

CONTRATADA: CONSTRUTORA CONSTRUVALE LTDA /CNPJ/MF nº 07.762.401/0001-28OBJETO: Execução de obra de ampliação da Feira Livre, através do Contrato de Repasse nº 910680/2021, firmado entre o MA-

PA, por intermédio da Caixa Econômica Federal e a Prefeitura do Município de Água Boa-MT, sendo a obra executada de acordo com o estabelecido no memorial e nas quantidades especificadas no edital e anexos e nas planilhas orçamentárias, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

VALOR CONTRATO: R$ 952.230,78 (novecentos e cinquenta e dois mil, duzentos e trinta reais e setenta e oito centavos)

VIGÊNCIA: 20/09/2023 À 17/04/2024

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n° 8.666/93.

Signatários: pela contratante Prefeito Municipal Mariano Kolankiewicz Filho, pela contratada Sergio Juntolli Costa Junior.

DATA: 20/09/2023.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 026

Apostilamento para transferência de DOTAÇÃO entre Secretarias do Contrato nº. 134/2022.

CONTRATANTE: Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.898/0001-90.

CONTRATADA: PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 18.009.871/0001-31.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº. 026, cujo objetivo é a alteração do Disposto na CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, prevista no instrumento inicial, transferindo valores entre dotações orçamentárias, conforme o orçamento fiscal vigente:

DOTAÇÃO CONTRATUAL **R$ 4.000,00**	**DOTAÇÃO APOSTILAMENTO** **R$ 4.000,00**
Órgão 07– Secretaria de Ação Social Projeto Atividade – 20062 Elemento da Despesa – 3.3.90.39 Código Reduzido – 5723	Órgão 07– Secretaria de Ação Social Projeto Atividade – 20062 Elemento da Despesa – 3.3.90.39 Código Reduzido – 1053

Água Boa-MT, 18 de setembro de 2023.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 532, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

"*DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA*".

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o art. 87, da Lei Complementar 188/2023;

CONSIDERANDO o atestado médico expedido em 02 de setembro de 2023.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à Servidora Pública Municipal, Sr.ª **VIVIANE THAIS SOUZA SILVA**, inscrita na matricula nº 7226.1, efetiva no cargo de **PROFESSORA** – lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único: O período da licença maternidade compreende o período de 02/09/2023 à 28/02/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 19 DE SETEMBRO DE 2023.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 19 de setembro de 2023

ANA PAULA ALMEIDA NAVES

Secretária Adjunta de Planejamento

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 494, DE 29 DE AGOSTO DE 2023.

Designa responsáveis como Fiscal de Contrato e/ou ATA na forma que estabelece o art. 67 da Lei nº 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica.

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato e/ou ATA:

Nome:	**MARIO MARCELO LEMES DUARTE**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Coordenador de Fiscalização de Obras Publicas	
Matricula:	7638.1	

Nome:	**GUILHERME FRANCISCO GOUVEIA MUNIZ**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Supervisor de Desenvolvimento de Projetos	
Matricula:	7634.2	

Art. 2° - O Contrato e/ou ATA pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	148/2023			
Vigência:	Data de Início:	24/08/2023	Data de Encerramento:	20/02/2024
Objeto:	Elaboração e aprovação junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) de Plano Básico de Zoneamento de Ruídos (PBZR), e Plano Diretor rodovias MT-240 e BR-158, em Água Boa – MT.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato e/ou ATA e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando as disposições em contrários.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 29 DE AGOSTO DE 2023.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 29 de agosto de 2023.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 481, 22 DE AGOSTO DE 2023.

Designa responsáveis como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica.

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato:

Nome:	**NEIDE CARDOSO TEIXEIRA DOS REIS**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente de Regularização Fundiária	
Matricula:	7582.3	

Art. 2° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	139 há 144/2023			
Vigência:	Data de Início:	07/08/2023	Data de Encerramento:	31/12/2023
Objeto:	Alienação de lotes.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 22 DE AGOSTO DE 2023**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 22 de agosto de 2023.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 438, 01 DE AGOSTO DE 2023.

Designa responsáveis como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica.

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato:

Nome:	**MARCELO ALVES PEREIRA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Diretor de Desenvolvimento de Projetos	
Matricula:	7837.1	

Nome:	**CLARISSE VIVAN BILO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Supervisor (A) de Análise de Loteamentos	
Matricula:	7451.4	

Art. 2° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	95/2023			
Vigência:	Data de Início:	26/04/2023	Data de Encerramento:	26/04/2024
Objeto:	Aquisição de materiais de sinalização viária, para atender as demandas do Município de Água Boa – MT.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Municipal nº 327/2023, retroagindo seus efeitos a 25/06/2023.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 01 DE AGOSTO DE 2023**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 01 de agosto de 2023.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 437, 01 DE AGOSTO DE 2023.

Designa responsáveis como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica.

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato:

Nome:	**MARCELO ALVES PEREIRA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Diretor de Desenvolvimento de Projetos	
Matricula:	7837.1	

Nome:	**CLARISSE VIVAN BILO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Supervisor (A) de Análise de Loteamentos	
Matricula:	7451.4	

Art. 2° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	94/2023			
Vigência:	Data de Início:	26/04/2023	Data de Encerramento:	26/04/2024
Objeto:	Aquisição de materiais para sinalização viária visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Municipal nº 326/2023, retroagindo seus efeitos a 25/06/2023.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 01 DE AGOSTO DE 2023.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 01 de agosto de 2023.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 257, 28 DE MARÇO DE 2023.

Designa responsáveis como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n. º 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município, e no exercício de seu cargo, e:

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para fiscal de Contrato:

Nome:	**DENISE ADRIANA FERRARI**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Assessora Pedagógica	
Matricula:	7449.1	

Nome:	**JOSIEL LINDENMAYR COUTO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente Administrativo Financeiro	
Matricula:	3258.1	

Nome:	**ALANA LUNA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente Administrativa	
Matricula:	7580.3	

Nome:	**REGINA DE ALMEIDA SOUSA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gestor Administrativo	
Matricula:	5177.1	

Nome:	**MARIA ROSANGELA CANDIDA FERREIRA MARTINS**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gestor Administrativo	
Matricula:	5178.1	

Nome:	**GILMAR ROBERTO GIACOMOLLI**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente de Urbanismo	
Matricula:	37.1	

Nome:	**MARUZAN RODRIGUES PINTO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Encanador Rede Água	
Matricula:	7306.1	

Nome:	**ROSENA FERNANDES DE SENA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Assistente Social 30 horas	
Matricula:	6675.1	

Nome:	**DIVINO ANTONIO DE ARAUJO JUNIOR**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Secretário Adjunto de Cultura	
Matricula:	7938.1	

Nome:	**JALIS MACHADO FILHO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Secretário Adjunto de Esporte	
Matricula:	6598.8	

Nome:	**RENILDA DE JESUS DE SOUZA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Agente Fiscal	
Matricula:	7266.1	

Nome:	**MIREYA ALVES LOPES**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Coordenador de Esportes	
Matricula:	7825.1	

Nome:	**LEIDIANE OLIVEIRA RAMOS**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente de Indústria, Comércio e Turismo	
Matricula:	6985.4	

Nome:	**CLERIA WAGNER MORESCO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Assessora Pedagógica	
Matricula:	7687.5	

Nome:	**JULIA FERNANDA SANTOS DE CARVALHO MOREIRA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Assessora Jurídica do Gabinete	
Matricula:	7640.1	

Nome:	**NERYNA SOUZA LIBERALESSO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Secretaria Administrativa	
Matricula:	7844.1	

Nome:	**EDIVALDO SOUZA DE ARAUJO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Agente Fiscal	
Matricula:	5171.1	

Nome:	**DELIANE COUTRINS SILVA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gestor de Patrimônio	
Matricula:	7869.1	

Nome:	**KELLY CRISTINA REICHERT MAUER-VERCK**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gestor Administrativo	
Matricula:	7734.1	

Art. 2° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

ATA:	104 até 111/2022			
Vigência:	Data de Início:	11/08/2022	Data de Encerramento:	11/08/2023
Objeto:	Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios e produtos de limpeza e higiene, para todas as Secretarias Municipais.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando a Portaria Municipal nº 601/2022.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 28 DE MARÇO DE 2023.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

SEBASTIÃO ANTÔNIO LOPES

Secretário de Administração e Planejamento

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 28 de março de 2023.

ANA PAULA ALMEIDA NAVES

Secretária Adjunta De Planejamento

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 417, 17 DE JULHO DE 2023.

Designa responsáveis como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica.

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato:

Nome:	**ISMAEL LEITE RIBEIRO DOS SANTOS**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Diretor de Análise de Projetos	
Matricula:	7823.1	

Nome:	**CLARISSE VIVAN BILO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Supervisor (A) de Análise de Loteamentos	
Matricula:	7451.4	

Art. 2° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	115/2023			
Vigência:	Data de Início:	14/06/2023	Data de Encerramento:	10/03/2024
Objeto:	Execução de obra de rede esgoto no Loteamento Municipal Sonho Meu, no Município de Água Boa-MT.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Municipal nº 380/2023.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 17 DE JULHO DE 2023**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 17 de julho de 2023.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 426, DE 25 DE JULHO DE 2023.

Designa responsáveis como Fiscal de Contrato e/ou ATA na forma que estabelece o art. 67 da Lei nº 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica.

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato e/ou ATA:

Nome:	**LEIDIANE OLIVEIRA RAMOS**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente de Industria, Comércio e Turismo	
Matricula:	6985.6	

Art. 2° - O Contrato e/ou ATA pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	135/2023			
Vigência:	Data de Início:	21/07/2023	Data de Encerramento:	21/07/2024
Objeto:	Locação de imóvel destinado, pelo LOCATÓRIO, para instalação do sine, junto ao posto de identificação (RG) e a junta de serviço militar do Município de Água Boa – MT.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato e/ou ATA e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 25 DE JULHO DE 2023**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 25 de julho de 2023.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 518, 14 DE SETEMBRO DE 2023.

"DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART.67 DA LEI N.º 8.666/93."

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica;

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar os servidores para Fiscal de Contrato:

Nome:	**CLARISSE VIVAN BILO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Supervisor de Análise de Loteamentos	
Matricula:	7451.4	

Nome:	**ALEX SANDRO PILATTI**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Coordenaria Fiscalização de Obras Públicas	
Matricula:	7406.1	

Art. 2° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	154/2023			
Vigência:	Data de Início:	12/09/2023	Data de Encerramento:	10/01/2024
Objeto:	Execução e instalação de um reservatório de água de 20.000 (vinte) mil litros para o Centro de Saúde no Município de Água Boa-MT.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

I. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avençadas;

II. Emitir relatórios/medições;

III. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 14 DE SETEMBRO DE 2023.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 14 de setembro de 2023.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 116/2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 132/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº.023/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: ALPES DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA

OBJETO:aquisição de livros para a Biblioteca Municipal Érico Veríssimo e para atendimento das crianças, jovens e adultos usuários da unidade do CREAS da Secretaria de Assistência Social – Município de Água Boa – MT

CÓD.	NOME	UND DE FORNE	MARCA	QNT.	VLR. UNT	TOTAL
3964399	LIVRO - 71 LEÕES: UMA HISTÓRIA SOBRE MATERNIDADE, DOR E RENASCIMENTO	UND	BELAS LETRAS IMPRESSO	1,00	50,00	50,00
3964400	LIVRO - ABRACE SEU FILHO: COMO A CRIAÇÃO COM AFETO MUDOU A HISTÓRIA DE UM PAI	UND	BELAS LETRAS IMPRESSO	1,00	44,00	44,00
3964401	LIVRO - AGATHA CHRISTIE: MISTÉRIOS DOS ANOS 20	UND	LPM IMPRESSO	1,00	65,00	65,00
3964402	LIVRO - ÁGUA-MÃE	UND	EDITORA JOSE OLYMPIO LTDA IMPRESSO	1,00	48,00	48,00
3964450	LIVRO - O BRASIL QUE NÃO CABE NO QUINTAL DE NINGUÉM	UND	LEYA IMPRESSO	1,00	50,00	50,00
3964508	LIVRO - A CASA DOS BUDAS	UND	ALFAGUARA IMPRESSO	1,00	35,00	35,00
3964511	LIVRO - CAVALGANDO O ARCO ÍRIS	UND	EDITORA MODERNA IMPRESSO	1,00	57,02	57,02
3964518	LIVRO - CINCO SEMANAS NUM BALÃO: VIAGEM DE DESCOBERTAS NA ÁFRICA POR TRÊS INGLESES	UND	EDIPRO IMPRESSO	1,00	23,00	23,00
3964532	LIVRO - CONTOS FLUMINENSES	UND	LPM IMPRESSO	1,00	20,00	20,00
3964533	LIVRO - CONTOS INACABADOS	UND	HARPERCOLLINS IMPRESSO	1,00	45,00	45,00
3964547	LIVRO - DE REPENTE DÁ CERTO	UND	EDITORA MODERNA - SALAMANDRA IMPRESSO	1,00	57,02	57,02
3964554	LIVRO - DESCANSE EM PAZ, MEU AMOR...	UND	EDITORA MODERNA IMPRESSO	1,00	59,94	59,94
3964559	LIVRO - DIÁRIO DO HOSPÍCIO E O CEMITÉRIO DOS VIVOS	UND	CIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	39,45	39,45
3964560	LIVRO - O DINOSSAURO QUE FAZIA AU-AU	UND	EDITORA MODERNA IMPRESSO	1,00	59,94	59,94
3964562	LIVRO - DIVA	UND	LPM IMPRESSO	1,00	20,00	20,00
3964563	LIVRO - DO MIL AO MILHÃO SEM CORTAR O CAFEZINHO	UND	HARPERCOLLINS IMPRESSO	1,00	25,00	25,00
3964584	A ELITE DO ATRASO: DA ESCRAVIDÃO A BOLSONARO	UND	GMT IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964598	LIVRO - A ESCOLHA - AUTOR J. R. WARD	UND	SEGUINTE IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964605	LIVRO - ESPIRITUALIDADE PARA CORAJOSOS: A BUSCA DE SENTIDO NO MUNDO DE HOJE	UND	GRUPO PLANETA IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964615	LIVRO - O FANTASMA DA OPERA	UND	LPM IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964617	LIVRO - FELICIDADE MODOS DE USAR	UND	GRUPO PLANETA IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964621	LIVRO - A FILHA PERDIDA	UND	INTRÍNSECA IMPRESSO	1,00	33,00	33,00
3964625	LIVRO - FINANÇAS PARA AUTÔNOMOS: COMO ORGANIZAR SUA VIDA E SEU DINHEIRO QUANDO VOCÊ TRABALHA POR CONTA PRÓPRIA	UND	BENVIRA IMPRESSO	1,00	33,00	33,00
3964627	LIVRO - FOGO E SANGUE	UND	SUMA IMPRESSO	1,00	55,00	55,00
3964630	LIVRO - FORTALEZA DIGITAL	UND	EDITORA ARQUEIRO IMPRESSO	1,00	45,00	45,00
3964631	LIVRO - FRAGMENTOS	UND	LPM IMPRESSO	1,00	17,00	17,00
3964633	LIVRO - A GAROTA DINAMARQUESA	UND	ROCCO LV IMPRESSO	1,00	35,00	35,00
3964634	LIVRO - A GAROTA DO LAGO	UND	FARO EDITORIAL IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964635	LIVRO - A GAROTA QUE VOCÊ DEIXOU PARA TRÁS	UND	INTRÍNSECA IMPRESSO	1,00	45,00	45,00
3964640	LIVRO - A GRUTA DO SOL	UND	MADRAS EDITORA IMPRESSO	1,00	23,00	23,00

3964641	LIVRO - A GUERRA DOS MUNDOS	UND	LPM IMPRESSO	1,00	25,00	25,00
3964644	LIVRO - DIÁRIO DE UM BANANA 12: APERTEM OS CINTOS	UND	VERGARA IMPRESSO	1,00	38,00	38,00
3964651	LIVRO - O GUIA DEFINITIVO DO MOCHILEIRO DAS GALÁXIAS	UND	EDITORA ARQUEIRO IMPRESSO	1,00	95,00	95,00
3964654	LIVRO - A HIPÓTESE HUMANA	UND	RECORD IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964659	LIVRO - O HOLOCAUSTO BRASILEIRO: VIDA, GENOCÍDIO E 60 MIL MORTES NO MAIOR HOSPÍCIO DO BRASIL	UND	INTRÍNSECA IMPRESSO	1,00	45,00	45,00
3964661	LIVRO - O HOMEM DE GIZ	UND	INTRÍNSECA IMPRESSO	1,00	45,00	45,00
3964668	LIVRO - HUGO CHAVEZ: MINHA PRIMEIRA VIDA	UND	GERAÇÃO EDITORIAL IMPRESSO	1,00	60,00	60,00
3964669	LIVRO - O ILUMINADO	UND	SUMA IMPRESSO	1,00	60,00	60,00
3964671	LIVRO - A INCENDIARIA	UND	SUMA IMPRESSO	1,00	70,00	70,00
3964672	LIVRO - INFÂNCIA	UND	RECORD IMPRESSO	1,00	60,00	60,00
3964676	LIVRO - AS INTERMITÊNCIAS DA MORTE	UND	CIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	31,90	31,90
3964679	LIVRO - JOHN LENNON: A VIDA	UND	CIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	100,00	100,00
3964685	LIVRO - A LEGIÃO ESTRANGEIRA	UND	ROCCO LV IMPRESSO	1,00	30,00	30,00
3964686	LIVRO - LEVANTADO DO CHÃO	UND	CIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	39,45	39,45
3964688	LIVRO - LIVRO DO DESASSOSSEGO	UND	CIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	72,57	72,57
3964690	LIVRO - O LOBO DA ESTEPE	UND	RECORD IMPRESSO	1,00	50,00	50,00
3964693	LIVRO - DIÁRIO DE UM BANANA 13: BATALHA NEVAL	UND	VERGARA IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964694	LIVRO - DIÁRIO DE UM BANANA 14: QUEBRA TUDO	UND	VERGARA IMPRESSO	1,00	39,45	39,45
3964696	LIVRO - LONGE DA ARVORE: PAIS, FILHOS E A BUSCA DA IDENTIDADE	UND	CIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	70,00	70,00
3964697	LIVRO - UM LUGAR BEM LONGE DAQUI	UND	INTRÍNSECA IMPRESSO	1,00	47,00	47,00
3964699	LIVRO - LULU E O URSO	UND	PEQUENA ZAHAR IMPRESSO	1,00	35,00	35,00
3964700	LIVRO - O LUSTRE	UND	ROCCO LV IMPRESSO	1,00	26,75	26,75
3964704	LIVRO - MAGNUS CHASE - O MARTELO DE THOR	UND	INTRÍNSECA IMPRESSO	1,00	45,00	45,00
3964705	LIVRO - MAGNUS CHASE - O NAVIO DOS MORTOS	UND	INTRÍNSECA IMPRESSO	10	45,00	45,00
3964707	LIVRO - OS MAIAS	UND	ZAHAR IMPRESSO	1,00	55,00	55,00
3964708	LIVRO - MALALA, A MENINA QUE QUERIA IR PRA ESCOLA	UND	CIA DAS LETRINHAS IMPRESSO	1,00	28,99	28,99
3964709	LIVRO - MALALA E SEU LÁPIS MAGICO	UND	CIA DAS LETRINHAS IMPRESSO	1,00	34,00	34,00
3964712	LIVRO - MANHA, TARDE E NOITE	UND	RECORD IMPRESSO	1,00	42,00	42,00
3964714	LIVRO - MANSFIELD PARK	UND	PENGUIN COMPANHIA IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964719	LIVRO - A MAQUINA DO TEMPO	UND	SUMA IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964722	LIVRO - MARIGHELLA	UND	CIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	60,00	60,00
3964723	LIVRO - MAUS - A HISTORIA DE UM SOBREVIVENTE	UND	QUADRINHOS NA CIA IMPRESSO	1,00	55,00	55,00
3964724	LIVRO - MEDICO DE HOMENS E DE ALMAS: A HISTORIA DE SÃO LUCAS	UND	RECORD IMPRESSO	1,00	59,00	59,00
3964727	LIVRO - MELHORES CONTOS - MARIO DE ANDRADE	UND	GLOBAL EDITORA IMPRESSO	1,00	30,00	30,00
3964728	LIVRO - MEMORIA DE MINHAS PUTAS TRISTES	UND	RECORD IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964730	LIVRO - MEMORIAL DO CONVENTO	UND	CIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	43,00	43,00
3964732	LIVRO - A MENINA DOS LIVROS	UND	PEQUENA ZAHAR IMPRESSO	1,00	42,00	42,00
3964735	LIVRO - A METADE SOMBRIA	UND	SUMA IMPRESSO	1,00	69,00	69,00
3964736	LIVRO - MEU JEITO DE SER MÃE: A BUSCA PELO EQUILÍBRIO E A LEVEZA NA MATERNIDADE	UND	FONTANAR IMPRESSO	1,00	36,00	36,00
3964738	LIVRO - ELROD, HAL. O MILAGRE DA MANHA: BESTSELLER.	UND	BEST SELLER LV IMPRESSO	1,00	30,00	30,00
3964740	LIVRO - MINHA HISTORIA, AUTOR MICHELLE OBAMA.	UND	OBJETIVA IMPRESSO	1,00	44,00	44,00
3964744	LIVRO - MITOLOGIA NÓRDICA (OBRA) - (AUTOR) GAIMAN NEIL, ULTIMA EDIÇÃO	UND	INTRÍNSECA IMPRESSO	1,00	48,00	48,00
3964746	LIVRO - A MORTE E A VIDA DE ALAN TURING, AUTOR: DAVID LAGERCRANTZ, 1ª EDIÇÃO, PUBLICADO EM 2017	UND	CIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	50,00	50,00
3964748	LIVRO DE PSICOLOGIA - MULHERES QUE CORREM COM LOBOS, AUTOR: CLARISSA PINKOLA ESTES.	UND	ROCCO LV IMPRESSO	1,00	60,00	60,00
3964750	LIVRO - MUNDO DE SOFIA. GAARDEN, JOSTEIN.	UND	SEGUINTE IMPRESSO	1,00	50,00	50,00
3964753	LIVRO - NA MINHA PELE.	UND	OBJETIVA IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964754	LIVRO - NA RAÇA: COMO GUILHERME BENCHIMOL CRIOU A XP E INICIOU A MAIOR REVOLUÇÃO DO MERCADO FINANCEIRO BRASILEIRO, AUTOR MARIA LUIZA FILGUEIRAS.	UND	INTRÍNSECA IMPRESSO	1,00	50,00	50,00
3964757	LIVRO - NÃO FALE COM ESTRANHOS, HARLAN COBEN.	UND	EDITORA ARQUEIRO IMPRESSO	1,00	35,00	35,00
3964760	LIVRO DA LITERATURA NACIONAL - O NAVIO NEGREIRO, AUTOR: CASTRO ALVES.	UND	PANDA BOOKS IMPRESSO	1,00	30,00	30,00
3964761	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRA - NIKETCHE: UMA HISTÓRIA DE POLIGAMIA, AUTOR (A): PAULINA CHIZIANE.	UND	CIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	46,00	46,00
3964763	LIVRO - O NOME DA ROSA, UMBERTO ECO.	UND	RECORD IMPRESSO	1,00	78,00	78,00
3964764	LIVRO - NORWEGIAN WOOD, AUTOR HARUKI MURAKAMI.	UND	ALFAGUARA IMPRESSO	1,00	60,00	60,00

3964767	LIVRO - NOTICIA DE UM SEQUESTRO, AUTOR GABRIEL GARCIA MARQUEZ.	UND	RECORD IMPRESSO	1,00	50,00	50,00
3964768	LIVRO - NOTICIAS DO PLANALTO, AUTOR MARIO SERGIO CONTI.	UND	CIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	58,10	58,10
3964770	LIVRO - OLIVIA TEM DOIS PAPAIS, AUTOR MARCIA LEITE.	UND	CIA DAS LETRINHAS IMPRESSO	1,00	28,99	28,99
3964772	LIVRO - ONDE ESTIVESTES DE NOITE, AUTOR CLARICE LISPECTOR.	UND	ROCCO LV IMPRESSO	1,00	30,00	30,00
3964774	LIVRO - O ORACULO DA NOITE: A HISTORIA E A CIÊNCIA DO SONHO, AUTOR SIDARTA RIBEIRO.	UND	CIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	52,50	52,50
3964788	LIVRO - A PACIENTE SILENCIOSA, AUTOR ALEX MICHAELIDES, PUBICADO EM 2019	UND	RECORD IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964797	LIVRO - PEDRA BONITA, JOSE LINS DO REGO.	UND	GLOBAL EDITORA IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964798	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRA - PEDRO PARAMO - AUTOR JUAN RULFO.	UND	EDITORA JOSE OLYMPIO LTDA IMPRESSO	1,00	32,00	32,00
3964806	LIVRO - A PESTE - AUTOR ALBERT CAMUS.	UND	RECORD IMPRESSO	1,00	42,00	42,00
3964808	LIVRO - O MÊS DE ABRIL: COLEÇÃO PIRLIMPIMPIM - AUTOR MONTEIRO LOBATO.	UND	GLOBINHO IMPRESSO	1,00	42,00	42,00
3964813	LIVRO - O PODER DO SUBCONSCIENTE - AUTOR JOSEPH MURPHY.	UND	BEST SELLER LV IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964814	LIVRO - POESIA COM RAPADURA - AUTOR BRAULIO BESSA.	UND	EDITORA CENE IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964825	LIVRO - PRISIONEIROS DA MENTE - AUGUSTO CURY.	UND	HARPERCOLLINS IMPRESSO	1,00	32,00	32,00
3964826	LIVRO - PROJETO NACIONAL: O DEVER DA ESPERANÇA - AUTOR CIRO GOMES.	UND	LEYA IMPRESSO	1,00	35,00	35,00
3964829	LIVRO - OS PRÓPRIOS DEUSES - AUTOR ISAAC ASIMOV.	UND	ALEPH IMPRESSO	1,00	45,00	45,00
3964842	LIVRO - OS QUATRO AMORES - AUTOR C. S LEWIS.	UND	THOMAS NELSON IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964848	LIVRO - QUERER E PODER - NORA ROBERTS.	UND	HARLEQUIN IMPRESSO	1,00	20,00	20,00
3964856	LIVRO - A REALIDADE DE MADHU - AUTOR MELISSA TOBIAS.	UND	NOVO SECULO IMPRESSO	1,00	30,00	30,00
3964858	LIVRO - REFLEXÕES SOBRE ALFABETIZAÇÃO - AUTOR EMILIA FERREIRO	UND	CORTEZ LV IMPRESSO	1,00	35,00	35,00
3964869	LIVRO - REVOLUCAO LAURA: REFLEXÕES SOBRE MATERNIDADE & RESISTÊNCIA - AUTOR MANUELA D'ÁVILA.	UND	BELAS LETRAS IMPRESSO	1,00	45,00	45,00
3964870	LIVRO - RIACHO DOCE, JOSE LINS DO REGO.	UND	GLOBAL EDITORA IMPRESSO	1,00	50,00	50,00
3964871	LIVRO - RITA LEE: UMA AUTOBIOGRAFIA - AUTOR RITA LEE.	UND	GLOBO LIVROS IMPRESSO	1,00	50,00	50,00
3964880	LIVRO - O SILENCIO DAS MONTANHAS - AUTOR KHALED HOSSEINI.	UND	GLOBO LIVROS IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964881	LIVRO - O SILMARILLION, AUTOR J. R. R. TOLKIEN	UND	HARPERCOLLINS IMPRESSO	1,00	48,00	48,00
3964902	LIVRO - O TERCEIRO TRAVESSEIRO - AUTOR NELSON LUIZ DE CARVALHO.	UND	EDIÇÕES GLS IMPRESSO	1,00	45,00	45,00
3964903	LIVRO - OS TESTAMENTOS - AUTOR MARGARET ATWOOD.	UND	ROCCO LV IMPRESSO	1,00	38,00	38,00
3964908	LIVRO - O TREM DE FERRO, AUTOR: MANUEL BANDEIRA.	UND	GLOBAL EDITORA IMPRESSO	1,00	38,00	38,00
3964910	LIVRO - TRILOGIA DA FUNDACÃO - DELUXE, AUTOR ISAAC ASIMOV.	UND	ALEPH IMPRESSO	1,00	130,00	130,00
3964913	LIVRO - UBIRAJARA, AUTOR: JOSE ALENCAR.	UND	MARTIN CLARET IMPRESSO	1,00	22,86	22,86
3964927	LIVRO - O ESCARAVELHO DO DIABO CAPA COMUM, AUTOR LUCIA MACHADO DE ALMEIDA	UND	ATICA IMPRESSO	1,00	64,35	64,35
3964959	LIVRO - MATERNIDADE: UM ROMANCE, AUTOR SHEILA HETI.	UND	CIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	45,00	45,00
3966324	LIVRO DA LITERATURA NACIONAL - TEORIA E FORMULAÇÃO DE CASOS EM ANALISE COMPORTAMENTAL CLINICA, POR ANA KARINA C. R. DE - FARIAS.	UND	ARTMED - GRUPO PR IMPRESSO	1,00	142,00	142,00
3966643	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - DO TIPO MANGA NARUTO GOLD - VOLUME -6	UND	PANINI COMICS IMPRESSO	1,00	42,53	42,53
3966690	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - DO TIPO MANGA BERSERK - VOLUME -7	UND	PANINI COMICS IMPRESSO	1,00	30,00	30,00
3966691	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - DO TIPO MANGA BERSERK - VOLUME -8	UND	PANINI COMICS IMPRESSO	1,00	30,00	30,00
3966692	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - DO TIPO MANGA BERSERK - VOLUME -9	UND	PANINI COMICS IMPRESSO	1,00	29,90	29,90
3966809	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRA RE: ZERO - COMEÇANDO UMA VIDA EM OUTRO MUNDOLIVRO -8	UND	NEW POP IMPRESSO	1,00	16,00	16,00
3966810	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRO RE: ZERO - COMEÇANDO UMA VIDA EM OUTRO MUNDOLIVRO -9	UND	NEW POP IMPRESSO	1,00	17,00	17,00
3966813	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRO RE: ZERO - COMEÇANDO UMA VIDA EM OUTRO MUNDOLIVRO -12	UND	NEW POP IMPRESSO	1,00	18,00	18,00

VALOR TOTAL: R$ 5.403,71 (cinco mil quatrocentos e três reais e setenta e um centavos).

DATA: 19 de setembro de 2023.

VALIDADE: 12 MESES

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 526, 14 DE SETEMBRO DE 2023.

"DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART.67 DA LEI N.º 8.666/93."

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica;

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar os servidores para Fiscal de Contrato:

Nome:	**ALISON MACIEL**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Engenheiro Ambiental	
Matricula:	7937.2	

Art. 2° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	26/2021			
Vigência:	Data de Início:	18/03/2023	Data de Encerramento:	18/03/2024
Objeto:	Contratação de empresa para Prestação de serviços do tipo coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos das Unidades de Saúde do Município de Água Boa-MT.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

I. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avençadas;

II. Emitir relatórios/medições;

III. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Municipal nº 323/2021.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 14 DE SETEMBRO DE 2023.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 14 de setembro de 2023.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 531, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INCENTIVO AO ENSINO SUPERIOR AO SERVIDOR QUE MENCIONA".

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, inciso VI, da Lei Orgânica e Art. 145, da Lei Complementar nº 188, de 25 de maio de 2023;

CONSIDERANDO o requerimento expedido em 06 de setembro de 2023, enunciado pela servidora, *JAQUELINE NUNES DE OLIVEIRA*;

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER** a Sr.ª **JAQUELINE NUNES DE OLIVEIRA**, devidamente inscrita na Matricula sob nº 7360.1, efetiva no cargo de TECNICA EM ENFERMAGEM, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, o ***"Adicional de Incentivo ao Ensino Superior" no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o salário mínimo vigente no país.***

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 19 DE SETEMBRO DE 2023.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 19 de setembro de 2023.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 520, 14 DE SETEMBRO DE 2023.

Designa responsáveis como Fiscal de Contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n. º 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato:

Nome:	**FABIULA ZIMMERMANN DAS NEVES**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Agente Ambiental	
Matricula:	7338.1	

Art. 2º – Designar servidor para Fiscal da Obra:

Nome:	**ALISON MACIEL**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Engenheiro Ambiental	
Matricula:	7937-2	

Art. 3° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	199/2021			
Vigência:	Data de Início:	01/10/2021	Data de Encerramento:	23/09/2023
Objeto:	Contratação de Serviço de uma perfuração de poço artesiano no Bairro Universitário Município de Água Boa – MT.			

Art. 4º - São atribuições do fiscal:

I. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ata e suas cláusulas avençadas;

II. Emitir relatórios/medições;

III. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando a Portaria Municipal nº 702/2021..

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 14 DE SETEMBRO DE 2023.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 14 de setembro de 2023.

SEBASTIÃO ANTÔNIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 521, 14 DE SETEMBRO DE 2023.

Designa responsáveis como Fiscal de Contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato:

Nome:	**FABIULA ZIMMERMANN DAS NEVES**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Agente Ambiental	
Matricula:	7338.1	

Art. 2º – Designar para Fiscal da Obra:

Nome:	**ALISON MACIEL**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Engenheiro Ambiental	
Matricula:	7937-2	

Art. 3° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	050/2022			
Vigência:	Data de Início:	11/07/2023	Data de Encerramento:	03/12/2023
Objeto:	Prestação de serviço de outorga de direito de rec. hídricos, captação superficial e diluição de efluentes e do tipo captação de água subterrânea no município de Água Boa-MT.			

Art. 4º - São atribuições do fiscal:

I.Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato e suas cláusulas avençadas;

II. Emitir relatórios/medições;

III. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando a Portaria Municipal nº 390/2022.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 14 DE SETEMBRO DE 2023**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 14 de setembro de 2023.

SEBASTIÃO ANTÔNIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 492, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.

Designa responsáveis como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica.

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato:

Nome:	**ALISON MACIEL**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Engenheiro Ambiental	
Matricula:	7937.2	

Nome:	**FABIULA ZIMMERMANN DAS NEVES**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Agente Ambiental	
Matricula:	7338.1	

Art. 2° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	026/2021			
Vigência:	Data de Início:	17/06/2021	Data de Encerramento:	18/03/2024
Objeto:	Contratação de empresa para Prestação de serviços do tipo coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos das Unidades de Saúde do Município de Água Boa – MT.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ata e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando a portaria nº 323/2021.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 23 DE AGOSTO DE 2023**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 23 de agosto de 2023

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 491, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.

Designa responsáveis como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica.

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato:

Nome:	**ALISON MACIEL**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Engenheiro Ambiental	
Matricula:	7937.2	

Nome:	**FABIULA ZIMMERMANN DAS NEVES**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Agente Ambiental	
Matricula:	7338.1	

Art. 2° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	069/2021			
Vigência:	Data de Início:	17/06/2021	Data de Encerramento:	02/06/2024
Objeto:	Contratação de empresa de coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ata e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando a portaria nº 727/2021.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 23 DE AGOSTO DE 2023**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 23 de agosto de 2023

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 490, 23 DE AGOSTO DE 2023.

Designa responsáveis como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica.

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato:

Nome:	**ALISON MACIEL**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Engenheiro Ambiental	
Matricula:	7937.2	

Nome:	**FABIULA ZIMMERMANN DAS NEVES**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Agente Ambiental	
Matricula:	7338.1	

Art. 2° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	060/2022			
Vigência:	Data de Início:	22/04/2022	Data de Encerramento:	22/04/2052
Objeto:	Outorgada de Parceria Público e Privada na modalidade de Concessão Administrativa para realização de investimentos, Operação, Tratamento e Disposição final de resíduos Sólidos Urbanos gerados no Município de Água Boa – MT.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ata e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando a Portaria Municipal nº 401/2022.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 23 DE AGOSTO DE 2023**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 23 de agosto de 2023.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 115/2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 132/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº.023/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO, SK DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE LIVRO

OBJETO:aquisição de livros para a Biblioteca Municipal Érico Veríssimo e para atendimento das crianças, jovens e adultos usuários da unidade do CREAS da Secretaria de Assistência Social – Município de Água Boa – MT

CÓD.	NOME	UND. DE FORNE.	MARCA	QNT.	VLR. UNIT.	TOTAL
29172	SELEÇÃO, A	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	40,00	40,00
3964394	LIVRO - 1789: A HISTÓRIA DE TIRADENTES	UND	HARPERCOLLINS	1,00	33,00	33,90
3964404	LIVRO - AINDA SOU EU	UND	INTRÍNSECA	1,00	63,40	63,40
3964410	LIVRO- ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	UND	CONTEXTO	1,00	37,00	37,00
3964423	LIVRO- APESAR DE TUDO	UND	COMPANHIA DAS LETRINHAS	1,00	31,68	31,68
3964428	LIVRO - A ARTE DA FELICIDADE: UM MANUAL PARA A VIDA	UND	MARTINS FONTES	1,00	80,00	80,00
3964429	LIVRO - A ARTE DA ILUSÃO	UND	HARLEQUIN BOOKS	1,00	20,00	20,00
3964432	LIVRO - ATIVIDADES LÚDICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEITOS, ORIENTAÇÕES E PRÁTICAS	UND	VOZES	1,00	25,50	25,50
3964433	LIVRO - AUTISMO: COMPREENDER E AGIR EM FAMÍLIA	UND	LIDEL	1,00	180,00	180,00
3964436	LIVRO - BATALHA ESPIRITUAL	UND	PETRA	1,00	17,00	17,00
3964439	LIVRO - BICHODÁRIO	UND	FTD	1,00	56,00	56,00

3964441	LIVRO - BOCA DE LUAR	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	47,00	47,00
3964443	LIVRO - BOM-DIA, TODAS AS CORES!	UND	SALAMANDRA	1,00	64,30	64,30
3964444	LIVRO - A BONEQUINHA PRETA	UND	L	1,00	42,00	42,00
3964445	LIVRO - BOX CONFISSÕES	UND	PETRA	1,00	85,00	85,00
3964446	LIVRO -BOX EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO	UND	NOVA FRONTEIRA	1,00	243,00	243,00
3964468	LIVRO - CAIXA DE PÁSSAROS: NÃO ABRA OS OLHOS	UND	INTRÍNSECA	1,00	43,00	43,00
3964473	LIVRO - CARTAS PARA A MINHA MÃE	UND	PALLAS	1,00	22,00	22,00
3964510	LIVRO - CAUSA NOBRE	UND	RECORD	1,00	35,00	35,00
3964530	LIVRO - OS CONTOS DE CANTERBURY	UND	EDITORA 34	1,00	98,00	98,00
3964537	LIVRO - CRIME E CASTIGO	UND	EDITORA 34	1,00	83,20	83,20
3964544	LIVRO - AS CRÔNICAS DE GELO E FOGO, (VOL. 1)	UND	SUMA	1,00	61,00	61,00
3964550	LIVRO - DEMÔNIOS	UND	WMF MARTINS FONTES	1,00	41,00	41,00
3964555	LIVRO - DESCANSE EM PAZ, MEU AMOR...	UND	MODERNA	1,00	58,60	58,60
3964565	LIVRO - DONA BARATINHA	UND	FTD	1,00	56,00	56,00
3964586	LIVRO - EM ALGUM LUGAR NAS ESTRELAS	UND	DARKSIDE	1,00	62,00	62,00
3964587	LIVRO - EM BUSCA DE ABRIGO	UND	INTRÍNSECA	1,00	41,00	41,00
3964590	LIVRO - EMPREENDEDORISMO - GESTÃO FINANCEIRA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	UND	ALTA BOOKS	1,00	58,00	58,00
3964594	LIVRO - ENSAIOS DE SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA	UND	EDITORA 34	1,00	60,00	60,00
3964610	LIVRO - O EVANGELHO SEGUNDO JESUS CRISTO	UND	COMPANHIA DE BOLSO	1,00	65,90	65,90
3964612	LIVRO - FABULAS PALPITADAS	UND	MODERNA	1,00	49,00	49,00
3964614	LIVRO - A FAMILIA DO MARCELO	UND	SALAMANDRA	1,00	49,00	49,00
3964622	LIVRO - FILHOS BRILHANTES, ALUNOS FASCINANTES	UND	PLANETA	1,00	38,00	38,00
3964624	LIVRO - O FIM DE EDDY	UND	TUSQUETS	1,00	42,00	42,00
3964629	LIVRO - FORREST GUMP	UND	ALEPH	1,00	89,00	89,00
3964632	LIVRO - O GARIMPEIRO	UND	BICHO ESPERTO	1,00	25,00	25,00
3964638	LIVRO - SÓ PODIA SER VOCÊ. GOSSIP GIRL. O INÍCIO	UND	GALERA	1,00	37,00	37,00
3964639	LIVRO - O GRANDE DESAFIO	UND	MODERNA	1,00	54,00	54,00
3964642	LIVRO - GUERRA E PAZ	UND	PAULUS	1,00	20,00	20,00
3964643	LIVRO - JONAS E A SEREIA	UND	SEGUINTE	1,00	48,00	48,00
3964657	LIVRO - A HISTORIA DO BRASIL NAS DUAS GUERRAS MUNDIAIS	UND	UNESP	1,00	64,00	64,00
3964658	LIVRO - HISTORIAS DA MEIA NOITE	UND	WMF MARTINS FONTES	1,00	31,84	31,84
3964660	LIVRO - HOMELAND COMO TUDO COMEÇOU	UND	INTRÍNSECA	1,00	47,00	47,00
3964673	LIVRO - INSÔNIA	UND	RECORD	1,00	48,50	48,50
3964674	LIVRO - A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DO SER	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	53,60	53,60
3964677	LIVRO - JACK, O ESTRIPADOR: RASTRO DE SANGUE	UND	DARKSIDE	1,00	59,00	59,00
3964678	LIVRO - JANE EYRE	UND	MARTIN CLARET	1,00	60,00	60,00
3964680	LIVRO - JÚLIO CESAR	UND	PENGUIN	1,00	27,00	27,00
3964681	LIVRO - A DROGA DA AMIZADE	UND	MODERNA	1,00	62,00	62,00
3964682	LIVRO - A DROGA DO AMOR	UND	MODERNA	1,00	61,00	61,00
3964687	LIVRO - LIGAÇÕES	UND	NOVO SÉCULO	1,00	33,00	33,00
3964698	LIVRO - LUIZ CARLOS PRESTES E A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA	UND	BRASILIENSE	1,00	48,00	48,00
3964703	LIVRO - MÃE EM CONSTRUÇÃO: REFLEXÕES, ANGUSTIAS E DESAFIOS	UND	DASH	1,00	46,00	46,00
3964711	LIVRO - ROMEU E JULIETA (MANGA SHAKESPEARE)	UND	GALERA	1,00	38,00	38,00
3964713	LIVRO - MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA	UND	EDIPRO	1,00	27,00	27,00
3964716	LIVRO - A MÃO ESQUERDA DA ESCURIDÃO	UND	ALEPH	1,00	59,00	59,00
3964720	LIVRO - A MARCA DE UMA LAGRIMA	UND	MODERNA	1,00	62,00	62,00
3964734	LIVRO - A MENINA QUE BRINCAVA COM FOGO	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	49,00	49,00
3964742	LIVRO - O MISTÉRIO DA FABRICA DE LIVROS, PEDRO BANDEIRA,2009	UND	MODERNA	1,00	58,00	58,00
3964749	LIVRO - MULHERES, RACA E CLASSE, AUTOR ANGELA DAVIS.	UND	BOITEMPO	1,00	43,00	43,00
3964755	LIVRO - NADA MAIS A PERDER, AUTOR JOJO MOYES, LANÇADO EM 2016	UND	INTRÍNSECA	1,00	47,00	47,00
3964758	LIVRO - NÃO HA SEGUNDA CHANCE, HARLAN COBEN, 2020	UND	ARQUEIRO	1,00	40,00	40,00
3964778	LIVRO - ORGULHO E PRECONCEITO, JANE AUSTEN, 2018	UND	MARTIN CLARET	1,00	45,00	45,00
3964779	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRA - ORIGEM - AUTOR DAN BROWN.	UND	ARQUEIRO	1,00	49,00	49,00
3964780	LIVRO - A ORIGEM DA FAMILIA - DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO, AUTOR: FRIEDRICH ENGELS.	UND	BOITEMPO	1,00	30,00	30,00
3964781	LIVRO - A ORIGEM DOS OUTROS: SEIS ENSAIOS SOBRE RACISMO E LITERATURA - AUTOR TONI MORRISON.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	58,00	58,00
3964782	LIVRO - OUTLANDER: A VIAJANTE DO TEMPO - VOL. 1 (OBRA), DIANA GABALDON (AUTOR), 1 ED	UND	ARQUEIRO	1,00	71,00	71,00
3964785	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRA - OUTSIDER - AUTOR STEPHEN KING.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	58,00	58,00
3964789	LIVRO DE PEDAGOGIA - PAIS BRILHANTES, PROFESSORES FASCINANTES, AUGUSTO JORGE CURY.	UND	SEXTANTE	1,00	39,00	39,00
3964790	LIVRO DA LITERATURA NACIONAL - O PAIS DO CARNAVAL, AUTOR: JORGE AMADO.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	48,00	48,00
3964793	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRA - PARA EDUCAR CRIANÇAS FEMINISTAS - AUTOR CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	24,88	24,88
3964794	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRA - PARA SEMPRE SUA (CROSSFIRE LIVRO 3) - AUTOR SYLVIA DAY.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	40,00	40,00
3964799	LIVRO DE SOCIOLOGIA - PELE NEGRA, MÁSCARAS BRANCAS - AUTOR FRANTZ FANON.	UND	UBU	1,00	47,00	47,00
3964801	LIVRO - O PEQUENO FANTASMA, PEDRO BANDEIRA,2015	UND	MODERNA	1,00	44,90	44,90

3964802	LIVRO - PEQUENO MANUAL ANTIRRACISTA (OBRA), DJALMILA RIBEIRO (AUTOR), 1 ED	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	23,00	23,00
3964803	LIVRO INFANTO JUVENIL - O ULTIMO OLIMPIANO - VOLUME 5. SÉRIE PERCY JACKSON E OS OLIMPIANOS - AUTOR RICK RIORDAN.	UND	INTRÍNSECA	1,00	41,00	41,00
3964804	LIVRO DE HISTORIA - O PERIGO DE UMA HISTORIA ÚNICA - AUTOR CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	25,00	25,00
3964805	LIVRO - PERSUASÃO, COLEÇÃO OBRA-PRIMA DE CADA AUTOR, JANE AUSTEN.	UND	MARTIN CLARET	1,00	38,00	38,00
3964807	LIVRO - O PETRÓLEO: UMA HISTORIA MUNDIAL DE CONQUISTAS, PODER E DINHEIRO - AUTOR DANIEL YERGIN.	UND	RECORD	1,00	130,00	130,00
3964809	LIVRO - O PLANETA DOS MACACOS - AUTOR PIERRE BOULLE.	UND	ALEPH	1,00	44,00	44,00
3964810	LIVRO - O PODER DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA: LIÇÕES SOBRE DINHEIRO QUE NÃO SE APRENDEM NA ESCOLA - AUTOR ROBERT T. KIYOSAKI.	UND	ALTA BOOKS	1,00	52,00	52,00
3964811	LIVRO - O PODER DO AGORA: UM GUIA PARA A ILUMINAÇÃO ESPIRITUAL - AUTOR ECKHART TOLLE.	UND	SEXTANTE	1,00	33,00	33,00
3964812	LIVRO - O PODER DO HABITO: POR QUE FAZEMOS O QUE FAZEMOS NA VIDA E NOS NEGOCIOS - AUTOR CHARLES DUHIGG.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	57,00	57,00
3964816	LIVRO - PRATICAMENTE INOFENSIVA (O MOCHILEIRO DAS GALÁXIAS - LIVRO 5) - AUTOR DOUGLAS ADAMS.	UND	ARQUEIRO	1,00	34,00	34,00
3964817	LIVRO - O PODER DO AGORA, AUTOR: ECKHART TOLLE.	UND	SEXTANTE	1,00	39,90	39,90
3964818	LIVRO - POESIA QUE TRANSFORMA. BRAULIO BESSA.	UND	SEXTANTE	1,00	37,00	37,00
3964819	LIVRO - POR LUGARES INCRÍVEIS - AUTOR JENIFER NI VER - PUBLICADO EM 2020	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	40,00	40,00
3964820	LIVRO - PRA QUE SERVE, RUTH ROCHA, 2010.	UND	SALAMANDRA	1,00	60,00	60,00
3964821	LIVRO - PRESOS QUE MENSTRUAM - AUTOR NANA QUEIROZ.	UND	RECORD	1,00	45,00	45,00
3964823	LIVRO - PRETINHA DE NEVE E OS SETE GIGANTES - AUTOR RUBEM FILHO.	UND	PAULINAS	1,00	25,80	25,80
3964824	LIVRO - AS PRIMAVERAS - AUTOR CASIMIRO DE ABREU.	UND	MARTIN CLARET	1,00	26,40	26,40
3964827	LIVRO - PROLOGO, ATO, EPILOGO: MEMORIAS - AUTOR FERNANDA MONTENEGRO.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	38,00	38,00
3964832	LIVRO - PUREZA - AUTOR JONATHAN FRANZEN.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	52,00	52,00
3964833	LIVRO - QUARENTA DIAS - AUTOR MARIA VALÉRIA REZENDE.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	31,00	31,00
3964834	LIVRO - O QUARTO DE GIOVANNI - AUTOR JAMES BALDWIN.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	35,00	35,00
3964844	LIVRO - O QUE TEM DENTRO DA SUA FRALDA, AUTOR: GUIDO VAN GENECHTEN.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	53,00	53,00
3964845	LIVRO - QUEM MANDA NO MUNDO - AUTOR NOAM CHOMSKY.	UND	PLANETA	1,00	66,00	66,00
3964846	LIVRO - QUEM TEM MEDO DE QUE - RUTH ROCHA.	UND	MODERNA	1,00	50,00	50,00
3964847	LIVRO - QUEM TEM MEDO DO FEMINISMO NEGRO - AUTOR DJAMILA RIBEIRO.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	24,88	24,88
3964850	LIVRO - RACISMO, SEXISMO E DESIGUALDADE NO BRASIL - AUTOR SUELI CARNEIRO.	UND	GRUPO SUMMUS	1,00	24,00	24,00
3964851	LIVRO - A RAINHA VERMELHA - VOLUME 1, AUTOR VICTORIA AVEYARD.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	45,00	45,00
3964852	LIVRO - RAÍZES DO BRASIL, SERGIO DE HOLANDA.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	37,00	37,00
3964854	LIVRO - O RATO DO CAMPO E O RATO DA CIDADE, RUTH ROCHA, 2010	UND	MODERNA	1,00	48,00	48,00
3964855	LIVRO - RAZÃO E SENSIBILIDADE, JANE AUSTEN.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	43,00	43,00
3964857	LIVRO - RECOMECE. AUTOR: BRAULIO BESSA.	UND	SEXTANTE	1,00	26,00	26,00
3964860	LIVRO - O REFORMATÓRIO NICKEL - AUTOR COLSON WHITEHEAD.	UND	HARPERCOLLINS	1,00	48,50	48,50
3964861	LIVRO - REI ARTHUR E OS CAVALEIROS DA TAVOLA REDONDA AUTOR: HOWARD PYLE.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,0000	61,0000	61,00
3964862	LIVRO - O REIZINHO MANDÃO, RUTH ROCHA, 2013	UND	MODERNA	1,00	53,00	53,00
3964864	LIVRO - O RESGATE - AUTOR NICHOLAS SPARKS.	UND	ARQUEIRO	1,00	40,00	40,00
3964866	LIVRO - O RESTAURANTE NO FIM DO UNIVERSO (O MOCHILEIRO DAS GALÁXIAS? LIVRO 2) - AUTOR DOUGLAS ADAMS.	UND	ARQUEIRO	1,00	34,00	34,00
3964867	LIVRO - REVIVAL - AUTOR STEPHEN KING.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	52,00	52,00
3964868	LIVRO - A REVOLUÇÃO DOS BICHOS, GEORGE ORWELL.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	15,90	15,90
3964872	LIVRO - A ROSA DO POVO, AUTOR: CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE.	UND	RECORD	1,00	41,00	41,00
3964874	LIVRO - SABER CUIDAR: ÉTICA DO HUMANO - COMPAIXAO PELA TERRA, LEONARDO BOFF.	UND	VOZES	1,00	49,00	49,00
3964875	LIVRO - SAPIENS (NOVA EDIÇÃO): UMA BREVE HISTORIA DA HUMANIDADE - AUTOR YUVAL NOAH HARARI.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	47,00	47,00
3964876	LIVRO - SE HOUVER AMANHA - AUTOR SIDNEY SHELDON.	UND	RECORD	1,00	61,00	61,00
3964878	LIVRO - OS SEGREDOS DA MENTE MILIONÁRIA, AUTOR: T. HARV EKER.	UND	SEXTANTE	1,00	37,00	37,00
3964879	LIVRO - A SENHORA DO JOGO, AUTORES: SIDNEY SHELDON, TILLY BAGSHAWE.	UND	RECORD	1,00	53,00	53,00
3964883	LIVRO - SÓ GAROTOS - AUTOR PATTI SMITH.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	47,00	47,00
3964886	LIVRO - SOL DA MEIA-NOITE, AUTOR STEPHENIE MEYER	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	78,50	78,50
3964887	LIVRO - O SOL E PARA TODOS - AUTOR HARPER LEE.	UND	RECORD	1,00	68,00	68,00
3964888	LIVRO - O SOL NA CABEÇA: CONTOS - AUTOR GEOVANI MARTINS.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	29,00	29,00
3964889	LIVRO - O SOM DA REVOLUÇÃO: UMA HISTORIA CULTURAL DO ROCK 1965-1969 - AUTOR RODRIGO MERHEB.	UND	RECORD	1,00	68,00	68,00
3964891	LIVRO - SOMBRAS DE UM VERAO - AUTOR SIDNEY SHELDON.	UND	RECORD	1,00	44,00	44,00
3964893	LIVRO - SONTAG: VIDA E OBRA - AUTOR BENJAMIN MOSER.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	73,00	73,00
3964894	LIVRO - O LIVRO MAGICO DE FEITIÇOS: STAR X FORCAS DO MAL - AUTOR DARON NEFCY.	UND	UNIVERSO DOS LIVROS	1,00	78,60	78,60
3964896	LIVRO - A SUTIL ARTE DE LIGAR O FODA SE.	UND	INTRÍNSECA	1,00	37,00	37,00

3964897	LIVRO - TARTARUGAS ATE LÁ EMBAIXO, JOHN GREEN, 2017	UND	INTRÍNSECA	1,00	40,00	40,00
3964898	LIVRO - TEM ALGUÉM AI, AUTOR: MARIAN KEYES.	UND	RECORD	1,00	47,00	47,00
3964899	LIVRO - O TEMOR DO SÁBIO (A CRÔNICA DO MATADOR DO REI? LIVRO 2) - AUTOR PATRICK ROTHFUSS.	UND	RECORD	1,00	68,00	68,00
3964900	LIVRO - TEMPESTADE DE GUERRA. AUTOR: VICTORIA AVEYARD.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	45,00	45,00
3964901	LIVRO - TENHO MEDO MAS DOU UM JEITO, RUTH ROCHA, 2009	UND	MODERNA	1,00	46,00	46,00
3964904	LIVRO - THE WALKING DEAD: A ASCENSÃO DO GOVERNADOR (VOL. 1) - AUTOR ROBERT KIRKMAN.	UND	RECORD	1,00	40,00	40,00
3964905	LIVRO - TODA SUA (CROSSFIRE LIVRO 1), AUTOR SYLVIA DAY.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	40,00	40,00
3964906	LIVRO - TODO SEU (CROSSFIRE LIVRO 5), AUTOR SYLVIA DAY.	UND	PARALELA	1,00	38,00	38,00
3964909	LIVRO - AS TRÊS MARIAS, AUTOR RACHEL DE QUEIROZ.	UND	RECORD	1,00	37,00	37,00
3964911	LIVRO - A TROCA, AUTOR BETH OLEARY.	UND	INTRÍNSECA	1,00	40,00	40,00
3964912	LIVRO - TRONO DESTRUÍDO: COLETÂNEA DEFINITIVA DA SERIE A RAINHA VERMELHA, AUTOR VICTORIA AVEYARD.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	40,00	40,00
3964917	LIVRO - UM CERTO CAPITÃO RODRIGO, AUTOR: ERICO VERISSIMO.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	31,00	31,00
3964918	LIVRO - UM DEFEITO DE COR CAPA COMUM? AUTO ANA MARIA GONCALVES.	UND	RECORD	1,00	84,00	84,00
3964922	LIVRO - UMA HISTORIA COM MIL MACACOS, AUTOR: RUTH ROCHA.	UND	MODERNA	1,00	50,00	50,00
3964923	LIVRO - UMA LAGRIMA DE MULHER.	UND	MARTIN CLARET	1,00	24,90	24,90
3964924	LIVRO - VÁ, COLOQUE UM VIGIA, AUTOR HARPER LEE	UND	RECORD	1,00	40,00	40,00
3964926	LIVRO - A VACA QUE BOTOU UM OVO, ANDY CUTBILL, TRADUTORA LENICE BUENO.	UND	SALAMANDRA	1,00	47,00	47,00
3964929	LIVRO - VAZIO, CAPA COMUM, AUTOR ANNA LLENAS.	UND	MODERNA	1,00	64,40	64,40
3964930	LIVRO - O VERMELHO E O NEGRO, DE STENDHAL.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	46,00	46,00
3964932	LIVRO - A VIDA ESCOLAR DE JESUS CAPA COMUM, AUTOR J.M. COETZEE	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	43,00	43,00
3964933	LIVRO - A VIDA, O UNIVERSO E TUDO MAIS (O MOCHILEIRO DAS GALÁXIAS LIVRO 3) CAPA COMUM, AUTOR DOUGLAS ADAMS.	UND	ARQUEIRO	1,00	33,00	33,00
3964935	LIVRO - A VIÚVA SILENCIOSA CAPA COMUM? AUTOR SIDNEY SHELDON.	UND	RECORD	1,00	45,00	45,00
3964938	LIVRO - O VOTO DO BRASILEIRO, AUTOR ALBERTO CARLOS ALMEIDA.	UND	RECORD	1,00	55,00	55,00
3964939	LIVRO - VOZES DE TCHERNOBIL: CRÔNICA DO FUTURO, AUTOR SVETLANA ALEKSIEVITCH.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	47,00	47,00
3964940	LIVRO - WICKED: A HISTORIA NÃO CONTADA DAS BRUXAS DE OZ, AUTOR GREGORY MAGUIRE.	UND	LEYA	1,00	49,80	49,80
3964941	LIVRO - WILL & WILL, JOHN GREEN, 2013	UND	RECORD	1,00	40,00	40,00
3964942	LIVRO - ZEN PARA DISTRAÍDOS: PRINCÍPIOS PARA VIVER O PRESENTE COM HARMONIA: PRINCÍPIOS PARA VIVER MELHOR NO MUNDO MODERNO, AUTORES MONJA COEN E NILO CRUZ.	UND	PLANETA	1,00	39,00	39,00
3964943	LIVRO - ZIG ZAG, EVA FURNARI,2015	UND	MODERNA	1,00	50,00	50,00
3964944	LIVRO - A ZONA MORTA CAPA COMUM AUTOR STEPHEN KING.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS	1,00	50,00	50,00
3964958	LIVRO - MATÉRIA E MENTE, AUTOR MATÉRIA E MENTE.	UND	PERSPECTIVA	1,00	89,00	89,00
3964977	LIVRO - VIDAS SECAS, AUTOR GRACILIANO RAMOS.	UND	RECORD	1,00	41,00	41,00
3966091	LIVRO DA LITERATURA NACIONAL - PRINCESA IMPERFEITA. AUTOESTIMA E IMAGEM CORPORAL, POR GABRIELA SALIM XAVIER MOREIRA.	UND	SINOPSYS	1,00	43,70	43,70
3966154	LIVRO - PEDRO VIRA PORCO ESPINHO, POR JANAINA TOKITAKA.	UND	JUJUBA	1,00	52,00	52,00
3966155	LIVRO DA LITERATURA NACIONAL - A VOZ DO SILENCIO VOLUME -1	UND	NEWPOP	2,00	41,20	82,40
3966157	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - COMO FALAR PARA SEU FILHO OUVIR E COMO OUVIR PARA SEU FILHO FALAR, POR ADELE FABER	UND	SUMMUS	1,00	76,00	76,00
3966158	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - IRMÃOS SEM RIVALIDADE: O QUE FAZER QUANDO OS FILHOS BRIGAM, POR ADELE FABER	UND	SUMMUS	1,00	57,00	57,00
3966327	LIVRO DA LITERATURA NACIONAL - A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO SUAS: UM ENFOQUE NO CREAS, EM SEUS DESAFIOS E POTENCIALIDADES - POR MARCELO GOMES PEREIRA JUNIOR	UND	CRV	1,00	51,20	51,20
3966328	LIVRO DA LITERATURA NACIONAL - ABORDAGENS PSICOSSOCIAIS - VOLUME I: HISTÓRIA, TEORIA E PRÁTIOCA NO CAMPO POR EDUARDO MOURÃO VASCONCELOS.	UND	HUCITEC	1,00	46,90	46,90
3966329	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL ÀS CRIANÇAS VITIMAS DE ABUSO SEXUAL POR EDINAMAR REZENDE DE OLIVEIRA	UND	BRAZIL PUBLISHING	1,00	66,10	66,10
3966330	LIVRO DA LITERATURA NACIONAL - ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: RESULTADOS DE PESQUISAS E PRÁTICAS EXITOSAS POR ALEX SANDRO GOMES PESSOA	UND	CRV	1,00	71,30	71,30
3966356	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - AS TRAVESSURAS DO AMARELO, AUTORES: PEDRO SALES ROSARIO, JOSÉ CARLOS NUEZ, JÚLIO ANTONIO GONZALEZ,- PEDRO SALES ROSARIO, JOSÉ CARLOS NUEZ PEREZ, JÚLIO ANTONIO GONZALEZ-PIENDA	UND	ADONIS	1,00	61,60	61,60
3966357	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - LUCAS APRENDENDO A LIDAR COM O NÃO, UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA AUTORREGULAÇÃO EMOCIONAL, POR EDILEYNE BELLINI PERONI BENCZIK	UND	SINOPSYS	1,00	42,40	42,40
3966699	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - DO TIPO MANGA BERSERK - VOLUME -17	UND	CULTURAMA	1,00	29,90	29,90
3966700	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - DO TIPO MANGA BERSERK - VOLUME -18	UND	PANINI	1,00	29,90	29,90
3966706	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - DO TIPO MANGA CAVALEIROS DO ZODÍACO-VOLUME -6	UND	JBC	1,00	47,00	47,00
3966707	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - DO TIPO MANGA CAVALEIROS DO ZODÍACO SAINT SEIYA KANZENBAN - VOLUME -7.	UND	JBC JB	1,00	52,70	52,70
3966719	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - DO TIPO MANGA CAVALEIROS DO ZODÍACO SAINT SEIYA KANZENBAN - VOLUME -20.	UND	JBC	1,00	70,70	70,70
3966731	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - DO TIPO MANGA BLACK CLOVER- VOLUME -19	UND	PANINI	1,00	20,00	20,00
3966732	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - DO TIPO MANGA BLACK CLOVER-VOLUME -16	UND	PANINI	1,00	20,00	20,00
3966736	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - DO TIPO MANGA BLACK CLOVER - VOLUME-21	UND	PANINI	1,00	19,90	19,90

3966737	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - DO TIPO MANGA BLACK CLOVER - VOLU-ME-22	UND	PANINI	1,00	22,90	22,90
3966738	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - DO TIPO MANGA BLACK CLOVER - VOLU-ME-23	UND	PANINI	1,00	22,90	22,90
3966750	LIVRO DA LITERATURA NACIONAL - A VOZ DO SILENCIO -VOLUME - 4	UND	NEWPOP	1,00	48,50	48,50
3966751	LIVRO- FULLMETAL ALCHEMIST, ESPECIAL -VOLUME - 2	UND	JBC	1,00	23,00	23,00
3966791	LIVRO - VIGILANTE MY HERO ACADEMIA ILLEGALS. VOLUME - 10.	UND	JBC	1,00	18,00	18,00
3966803	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRA RE: ZERO - COMEÇANDO UMA VIDA EM OUTRO MUNDO, LIVRO - 1	UND	NEWPOP	1,00	23,30	23,30
3966804	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRA RE: ZERO - COMEÇANDO UMA VIDA EM OUTRO MUNDO.LIVRO -2	UND	NEWPOP	1,00	23,80	23,80
3966805	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRA- RE: ZERO - COMEÇANDO UMA VIDA EM OUTRO MUNDOLIVRO -3	UND	NEWPOP	1,00	23,40	23,40
3966806	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRA RE: ZERO - COMEÇANDO UMA VIDA EM OUTRO MUNDOLIVRO -5	UND	NEWPOP	1,00	25,00	25,00
3966807	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRA RE: ZERO - COMEÇANDO UMA VIDA EM OUTRO MUNDOLIVRO -6	UND	NEWPOP	1,00	23,10	23,10
3966808	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRA RE: ZERO - COMEÇANDO UMA VIDA EM OUTRO MUNDOLIVRO -7	UND	NEWPOP	1,00	16,14	16,14
3966811	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRA RE: ZERO - COMEÇANDO UMA VIDA EM OUTRO MUNDOLIVRO -10	UND	NEWPOP	1,00	21,01	21,01
3966812	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRA RE: ZERO - COMEÇANDO UMA VIDA EM OUTRO MUNDOLIVRO -11	UND	NEWPOP	1,00	24,20	24,20
3966815	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRA RE: ZERO - COMEÇANDO UMA VIDA EM OUTRO MUNDOLIVRO -14	UND	NEWPOP	1,00	20,00	20,00
3966816	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRA RE: ZERO - COMEÇANDO UMA VIDA EM OUTRO MUNDOLIVRO -15	UND	NEWPOP	1,00	18,00	18,00
3966817	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRA RE: ZERO - COMEÇANDO UMA VIDA EM OUTRO MUNDOLIVRO -16	UND	NEWPOP	1,00	18,00	18,00
3966818	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRA RE: ZERO - COMEÇANDO UMA VIDA EM OUTRO MUNDOLIVRO -17	UND	NEWPOP	1,00	18,00	18,00
3966819	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRA RE: ZERO - COMEÇANDO UMA VIDA EM OUTRO MUNDOLIVRO- 18	UND	NEWPOP	1,00	20,00	20,00
3966820	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRA RE: ZERO - COMEÇANDO UMA VIDA EM OUTRO MUNDOLIVRO -19	UND	NEWPOP	1,00	18,00	18,00
3966821	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRA RE: ZERO - COMEÇANDO UMA VIDA EM OUTRO MUNDOLIVRO -20	UND	NEWPOP	1,00	18,00	18,00
3966822	LIVRO DE LITERATURA ESTRANGEIRA RE: ZERO - COMEÇANDO UMA VIDA EM OUTRO MUNDOLIVRO -21	UND	NEWPOP	1,00	18,00	18,00

VALOR TOTAL: R$ 9.213,73 (nove mil, duzentos e treze reais e setenta e três centavos).

DATA: 19 de setembro de 2023.

VALIDADE: 12 MESES

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 489, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.

Designa responsáveis como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica.

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato:

Nome:	**ALISON MACIEL**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Engenheiro Ambiental	
Matricula:	7937.2	

Nome:	**FABIULA ZIMMERMANN DAS NEVES**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Agente Ambiental	
Matricula:	7338.1	

Art. 2° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	077/2021			
Vigência:	Data de Início:	17/06/2021	Data de Encerramento:	17/06/2024
Objeto:	Contratação de Empresa para prestação de serviços de coleta, manejo e transporte dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais da área urbana do município de Água Boa – MT.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ata e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando a portaria nº 534/2021.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 23 DE AGOSTO DE 2023.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 23 de agosto de 2023

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 517, 14 DE SETEMBRO DE 2023.

Designa responsáveis como Fiscal de Contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar para Fiscal da Obra:

Nome:	**ALEX SANDRO PILATTI**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Coordenaria Fiscalização de Obras Públicas	
Matricula:	7406.1	

Art. 2º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato:

Nome:	**ISMAEL LEITE RIBEIRO DOS SANTOS**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Diretor de Análise de Projetos	
Matricula:	7823.1	

Art. 3° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	152/2023.			
Vigência:	Data de Início:	11/09/2023	Data de Encerramento:	08/04/2024
Objeto:	Construção de quadra poliesportiva na Escola Municipal de Educação Infantil Jacy Kuhn Salamoni, no Município de Água Boa-MT, conforme Convênio nº 1705/2022, firmado com a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.			

Art. 4º - São atribuições do fiscal:

I.Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato e suas cláusulas avençadas;

II. Emitir relatórios/medições;

III. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 14 DE SETEMBRO DE 2023**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 14 de setembro de 2023.

SEBASTIÃO ANTÔNIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº. 002 AO CONTRATO Nº. 135/2019.

TERMO ADITIVO Nº. 002 ao Contrato n°. 135/2019 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e KAROLYNE RIBOLI RODRIGUES, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO do prazo de vigência do Contrato.

ALTERAÇÃO: Fica alterada à Cláusula Sexta – DO PRAZO DA CONCESSÃO; fica prorrogado a vigência do contrato por mais 01 (um) ano até 06 de setembro de 2024.

Água Boa-MT, 06 de setembro de 2023.

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 522, 14 DE SETEMBRO DE 2023.

"DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART.67 DA LEI N.º 8.666/93."

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica;

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar os servidores para Fiscal de Contrato:

Nome:	**AUREA SOARES DE CAMPOS**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Engenheira Sanitarista	
Matricula:	6234.1	

Nome:	**ALISON MACIEL**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Engenheiro Ambiental	
Matricula:	7937.2	

Art. 2° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	77/2021			
Vigência:	Data de Início:	16/06/2023	Data de Encerramento:	17/06/2024
Objeto:	Contratação de Empresa para prestação de serviços de coleta, manejo e transporte dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais da área urbana do município de Água Boa – MT.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

I. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avençadas;

II. Emitir relatórios/medições;

III. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Municipal nº 534/2021.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 14 DE SETEMBRO DE 2023**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 14 de setembro de 2023.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 525, 14 DE SETEMBRO DE 2023.

"DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART.67 DA LEI N.º 8.666/93."

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica;

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar os servidores para Fiscal de Contrato:

Nome:	**AUREA SOARES DE CAMPOS**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Engenheira Sanitarista	
Matricula:	6234.1	

Nome:	**ALISON MACIEL**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Engenheiro Ambiental	
Matricula:	7937.2	

Art. 2° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	69/2021			
Vigência:	Data de Início:	02/06/2023	Data de Encerramento:	02/06/2024
Objeto:	Contratação de empresa de coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

I. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avençadas;

II. Emitir relatórios/medições;

III. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Municipal nº 727/2021.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 14 DE SETEMBRO DE 2023*.*

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 14 de setembro de 2023.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 524, 14 DE SETEMBRO DE 2023.

"DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART.67 DA LEI N.º 8.666/93."

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica;

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar os servidores para Fiscal de Contrato:

Nome:	**AUREA SOARES DE CAMPOS**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Engenheira Sanitarista	
Matricula:	6234.1	

Nome:	**ALISON MACIEL**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Engenheiro Ambiental	
Matricula:	7937.2	

Art. 2° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	60/2022			
Vigência:	Data de Início:	22/04/2022	Data de Encerramento:	22/04/2052
Objeto:	Outorgada de Parceria Público e Privada na modalidade de Concessão Administrativa para realização de investimentos, Operação, Tratamento e Disposição final de resíduos Sólidos Urbanos gerados no Município de Água Boa – MT.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

I. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avençadas;

II. Emitir relatórios/medições;

III. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Municipal nº 401/2022.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 14 DE SETEMBRO DE 2023*.*

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 14 de setembro de 2023.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 462, DE 17 DE AGOSTO DE 2023.

NOMEIA MEMBROS DO GRUPO ESPECIAL DE ORÇAMENTO

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 4.144/2023 que dispõe sobre a criação do GEO – Grupo Especial de Orçamento.

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** os membros do GEO – Grupo Especial de Orçamento para elaboração do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2024, que fica assim constituído:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

GABINETE DO PREFEITO

- NERYNA SOUZA LIBERALESSO

SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO E PLANEJAMENTO

- ANA PAULA ALMEIDA NAVES

- THAIS RAINY DA LUZ SANTOS

SECRETARIA DE FINANÇAS

- BRUNA JORDANA TAVARES PIMENTEL RAFFAELLI

- TANIA MARIA RIBOLI REICHERT

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- CLERIA WAGNER MORESCO

- SUSANA PEREIRA FERREIRA DIAS

SECRETARIA DE SAÚDE

- JOSIEL LINDENMAYR COUTO

- THEODORO CARLOS MAGALHAES PINTO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- ALANA LUNA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGRICULTURA E TURISMO

- LEIDIANE OLIVEIRA RAMOS

- TATIANE RESENDE DA SILVA RIOS

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

- VALDETE PADILHA DE LIMA

- PATRICIA APARECIDA CAPITANIO

- FABIULA ZIMMERMANN DAS NEVES

SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

- JALIS MACHADO FILHO

- VERANIA RONCAI VOLPI

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE ÁGUA BOA - ÁGUA PREVI

- MARCIO ANTONIO FAORO

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, AOS 17 DE AGOSTO DE 2023.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, em 17 de agosto de 2023.

ANA PAULA ALMEIDA NAVES

Secretaria Adjunta de Planejamento

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 529, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023

"DISPOE SOBRE NOMEIAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ESPORTE DE ÁGUA BOA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa-MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica, e em conformidade com a Lei nº 14.597/2023, que "*Institui a Lei Geral do Esporte*" e da Lei nº 11.105/2020, que "*Institui normas gerais sobre Desporto no âmbito do Estado de Mato Grosso e dá outras providências*";

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear os membros da "***Comissão de Estudo e Elaboração do Plano Municipal de Esporte do Município de Água Boa-MT***".

Art. 2º - A Comissão supracitada, será constituída por Profissionais representantes da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, dos Educadores Físicos de outras unidades e de Vereadores, assim constituída:

I. Ricardo Mazurecki - **CPF:** ***.765.351-** **II.** Jalis Machao Filho - **CPF:** ***.665.471-** **III.** Carlos Alberto Turra - **CPF:** ***.855.900-** **IV.** Elena Zittlau - **CPF:** ***.052.549-** **V.** Mayk Willy oliveira Matos - **CPF:** ***548.041-** **VI.** Adauto Garcia Hesporte - **CPF: ***.580.988-** **VII.** Elton Jones Bettio - **CPF: ***.214.251-**

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 18 DE SETEMBRO DE 2023.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

ERIK RODRIGO JESUS DA SILVA

Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Lazer

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 18 de setembro de 2023.

SEBASTIÃO ANTÔNIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 114/2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 132/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº.23/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: FAC EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA

OBJETO: Aquisição de livros para a Biblioteca Municipal Érico Veríssimo e para atendimento das crianças, jovens e adultos usuários da unidade do CREAS da Secretaria de Assistência Social – Município de Água Boa – MT.

CÓD	NOME	UND DE FORNE	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
29148	ELITE, A - VOL 2	UND	SEGUINTE (CIA DAS LETRAS) IMPRESSO	1,00	32,00	32,00
29149	ESCOLHA, A - VOL 3	UND	SEGUINTE (CIA DAS LETRAS) IMPRESSO	1,00	35,00	35,00
35700	LIVRO - BRUXINHA ZUZU E GATO MIU.	UND	MODERNA - PARADIDÁTICO IMPRESSO	1,00	51,09	51,09
3964396	LIVRO - 21 LIÇÕES PARA O SÉCULO 21	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	50,93	50,93
3964398	LIVRO - 50 CLÁSSICOS QUE NÃO PODEM FALTAR NA SUA BIBLIOTECA	UND	VERUS (RECORD) IMPRESSO	1,00	45,42	45,42
3964405	LIVRO ALABARDAS, ALABARDAS	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	28,30	28,30
3964408	LIVRO ALFABETIZAÇÃO: LEITURA DO MUNDO, LEITURA DA PALAVRA	UND	PAZ E TERRA (RECORD) IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964412	LIVRO ALGUMA POESIA	UND	RECORD IMPRESSO	1,00	34,89	34,89
3964413	LIVRO AMAR E SER LIVRE: AS BASES PARA UMA NOVA SOCIEDADE	UND	HARPER COLLINS IMPRESSO	1,00	37,00	37,00

3964414	LIVRO AMAR, VERBO INTRANSITIVO	UND	NOVA FRONTEIRA IMPRESSO	1,00	35,00	35,00
3964415	LIVRO AMERICANAH	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	60,00	60,00
3964416	LIVRO AMOR DE CABELO	UND	GALERINHA RECORD IMPRESSO	1,00	65,00	65,00
3964417	LIVRO O AMOR NOS TEMPOS DO CÓLERA	UND	RECORD IMPRESSO	1,00	71,90	71,90
3964418	LIVRO AMORAS	UND	COMPANHIA DAS LETRINHAS IMPRESSO	1,00	32,00	32,00
3964419	LIVRO ANA TERRA	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	31,70	31,70
3964420	LIVRO ANARQUISTAS, GRAÇAS A DEUS	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	59,00	59,00
3964421	LIVRO ANTOLOGIA POÉTICA	UND	GLOBAL IMPRESSO	1,00	53,70	53,70
3964424	LIVRO APONTAMENTOS DE HISTORIA SOBRENATURAL	UND	ALFAGUARA (CIA DAS LETRAS) IMPRESSO	1,00	33,00	33,00
3964425	LIVRO- APRENDA A VIVER O AGORA	UND	ACADEMIA (PLANETA) IMPRESSO	1,00	36,00	36,00
3964426	LIVRO- ASSIM ASSADO	UND	MODERNA - PARADIDÁTICO IMPRESSO	1,00	50,99	50,99
3964427	LIVRO- ATENÇÃO PLENA - MINDFULNESS: COMO ENCONTRAR A PAZ EM UM MUNDO FRENÉTICO	UND	SEXTANTE IMPRESSO	1,00	52,00	52,00
3964430	LIVRO - A ARTE DE SER LEVE	UND	PLANETA IMPRESSO	1,00	56,00	56,00
3964431	LIVRO - ATE MAIS, E OBRIGADO PELOS PEIXES!	UND	ARQUEIRO IMPRESSO	1,00	34,90	34,90
3964434	LIVRO - AZUL E LINDO PLANETA TERRA, NOSSA CASA	UND	SALAMANDRA (MODERNA) IMPRESSO	1,00	53,10	53,10
3964435	LIVRO - AS BARBAS DO IMPERADOR: D. PEDRO II, UM MONARCA NOS TRÓPICOS	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	55,00	55,00
3964437	LIVRO - O BATALHÃO DAS LETRAL	UND	COMPANHIA DAS LETRINHAS IMPRESSO	1,00	27,90	27,90
3964438	LIVRO - BERIMBAU E OUTROS POEMAS	UND	GLOBAL IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964440	LIVRO - BICHOS DA NOITE	UND	DIMENSÃO IMPRESSO	1,00	34,00	34,00
3964447	LIVRO - KIT O SENHOR DOS ANÉIS: TRILOGIA	UND	HARPER COLLINS IMPRESSO	1,00	220,00	220,00
3964448	LIVRO - BOX - TRILOGIA VERÃO	UND	INTRÍNSECA IMPRESSO	1,00	130,00	130,00
3964451	LIVRO - UMA BREVE HISTORIA DO TEMPO	UND	INTRÍNSECA IMPRESSO	1,00	42,00	42,00
3964452	LIVRO - BRUXA ONILDA EM APUROS	UND	SCIPIONE - PARADIDÁTICO (SARAIVA) IMPRESSO	1,00	48,00	48,00
3964453	LIVRO - A BRUXA ZELDA E OS 80 DOCINHOS	UND	MODERNA - PARADIDÁTICO IMPRESSO	1,00	53,19	53,19
3964454	LIVRO - BRUXINHA ZUZU	UND	MODERNA - PARADIDÁTICO IMPRESSO	1,00	50,00	50,00
3964465	LIVRO - A CABEÇA DO SANTO	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964466	LIVRO - CAÇADAS DE PEDRINHO	UND	GLOBINHO IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964467	LIVRO - CAIM	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964470	LIVRO - A CANTIGA DOS PÁSSAROS E DAS SERPENTES	UND	ROCCO JOVENS LEITORES IMPRESSO	1,00	60,00	60,00
3964471	LIVRO - CANUDOS: DIÁRIO DE UMA EXPEDIÇÃO	UND	MARTIN CLARET IMPRESSO	1,00	26,23	26,23
3964472	LIVRO - UM CARINHO NA ALMA	UND	SEXTANTE IMPRESSO	1,00	34,90	34,90
3964474	LIVRO - A CARTEIRA DO MEU TIO	UND	MARTIN CLARET IMPRESSO	1,00	25,77	25,77
3964476	LIVRO - A CASA DO RIO VERMELHO	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	44,89	44,89
3964509	LIVRO - CASÓRIO	UND	BERTRAND (RECORD) IMPRESSO	1,00	42,00	42,00
3964512	LIVRO - O CEREBRO AUTISTA: PENSANDO ATRAVÉS DO ESPECTRO	UND	RECORD IMPRESSO	1,00	42,00	42,00
3964513	LIVRO - CHA DE SUMIÇO	UND	BERTRAND (RECORD) IMPRESSO	1,00	42,00	42,00
3964514	LIVRO - CHEIO DE CHARME	UND	BERTRAND (RECORD) IMPRESSO	1,00	39,99	39,99
3964516	LIVRO - A CIÊNCIA DA MEDITAÇÃO	UND	OBJETIVA (CIA DAS LETRAS) IMPRESSO	1,00	45,00	45,00
3964517	LIVRO - OS CINCO PORQUINHOS	UND	GLOBOLIVROS IMPRESSO	1,00	46,00	46,00
3964519	LIVRO - A CINZA DAS HORAS	UND	GLOBAL IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964520	LIVRO - CLARA DOS ANJOS	UND	PENGUIN (CIA DAS LETRAS) IMPRESSO	1,00	35,00	35,00
3964521	LIVRO - CLARABOIA	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	40,50	40,50
3964522	LIVRO - COM AMOR, SIMON	UND	INTRÍNSECA IMPRESSO	1,00	41,00	41,00
3964523	LIVRO - COMO AS DEMOCRACIAS MORREM	UND	ZAHAR (CIA DAS LETRAS) IMPRESSO	1,00	53,00	53,00
3964524	LIVRO - COMO ORGANIZAR SUA VIDA FINANCEIRA	UND	SEXTANTE IMPRESSO	1,00	30,00	30,00
3964525	LIVRO - A CONQUISTA DA FELICIDADE	UND	NOVA FRONTEIRA IMPRESSO	1,00	30,00	30,00
3964528	LIVRO - O CONTO DA ILHA DESCONHECIDA	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	35,50	35,50
3964531	LIVRO - CONTOS DE HANS CHRISTIAN ANDERSEN	UND	PRINCIPIS (CIRANDA) IMPRESSO	1,00	51,95	51,95
3964535	LIVRO - A CORAGEM DE SER IMPERFEITO	UND	SEXTANTE IMPRESSO	1,00	29,00	29,00
3964536	LIVRO - CRER OU NÃO CRER	UND	PLANETA IMPRESSO	1,00	34,00	34,00
3964539	LIVRO - CRÔNICA DE UMA MORTE ANUNCIADA	UND	RECORD IMPRESSO	1,00	39,00	39,00
3964545	LIVRO - CRÔNICAS PARA JOVENS DE AMOR E AMIZADE	UND	ROCCO IMPRESSO	1,00	25,00	25,00

3964548	LIVRO - DEIXE A NEVE CAIR	UND	ROCCO JOVENS LEITORES IMPRESSO	1,00	25,00	25,00
3964551	LIVRO - DEPOIS DA ESCURIDÃO	UND	RECORD IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964552	LIVRO - DEPOIS DE VOCÊ	UND	INTRÍNSECA IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964553	LIVRO - DESAPARECIDO PARA SEMPRE	UND	ARQUEIRO IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964556	LIVRO - DEZ BONS CONSELHOS DO MEU PAI	UND	COMPANHIA DAS LETRINHAS IMPRESSO	1,00	30,00	30,00
3964558	LIVRO - DINHEIRO OS SEGREDOS DE QUEM TEM	UND	SEXTANTE IMPRESSO	1,00	30,00	30,00
3964561	LIVRO - DISTRAÍDOS VENCEREMOS	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	22,00	22,00
3964566	LIVRO - DOUTOR FAUSTO	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	80,00	80,00
3964567	LIVRO - DOZE LENDAS BRASILEIRAS	UND	ROCCO PEQUENOS LEITORES IMPRESSO	1,00	39,89	39,89
3964582	LIVRO - EDUCAÇÃO E A CRISE DO CAPITALISMO REAL	UND	CORTEZ IMPRESSO	1,00	55,00	55,00
3964583	LIVRO - ELES NÃO USAM BLACK-TIE	UND	CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA (RECORD) IMPRESSO	1,00	35,00	35,00
3964588	LIVRO - EM BUSCA DE NOS MESMOS	UND	CITADEL IMPRESSO	1,00	30,00	30,00
3964589	LIVRO - EM BUSCA DE UM NOVO AMANHA	UND	RECORD IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964591	LIVRO - ENQUANTO AGONIZO	UND	L&PM IMPRESSO	1,00	25,00	25,00
3964592	LIVRO - ENREDUANA	UND	COMPANHIA DAS LETRINHAS IMPRESSO	1,00	31,99	31,99
3964593	LIVRO - ENSAIO SOBRE A LUCIDEZ	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	33,99	33,99
3964595	LIVRO - ÉRAMOS SEIS	UND	ATICA - PARADIDÁTICO (SARAIVA) IMPRESSO	1,00	60,99	60,99
3964596	LIVRO - ERMITÃO DE MUQUEM	UND	DCL IMPRESSO	1,00	30,02	30,02
3964599	LIVRO - A ESCOVA DE DENTES AZUL	UND	PANDA BOOKS IMPRESSO	1,00	35,00	35,00
3964601	LIVRO - ESCRAVIDÃO - VOLUME 2: DA CORRIDA DO OURO EM MINAS GERAIS ATE A CHEGADA DA CORTE DE DOM JOÃO AO BRASIL	UND	GLOBOLIVROS IMPRESSO	1,00	50,00	50,00
3964602	LIVRO - ESCRITO NAS ESTRELAS	UND	RECORD IMPRESSO	1,00	38,00	38,00
3964603	LIVRO - A ESPADA DE VIDRO, SERIE A RAINHA VERMELHA VOLUME 2	UND	SEGUINTE (CIA DAS LETRAS) IMPRESSO	1,00	35,00	35,00
3964604	LIVRO - A ESPERA DE UM MILAGRE	UND	SUMA DE LETRAS (CIA DAS LETRAS) IMPRESSO	1,00	49,00	49,00
3964606	LIVRO - ESSA GENTE	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	38,00	38,00
3964607	LIVRO - O ESTRANHO CASO DO CACHORRO MORTO	UND	GALERA RECORD IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964608	LIVRO - EU SOU MALALA	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	35,00	35,00
3964609	LIVRO - EU ROBÔ	UND	ALEPH IMPRESSO	1,00	41,00	41,00
3964611	LIVRO - A CIGARRA E A FORMIGA	UND	CIRANDA CULTURAL IMPRESSO	1,00	29,00	29,00
3964618	LIVRO - FELIZES PARA SEMPRE	UND	SEGUINTE (CIA DAS LETRAS) IMPRESSO	1,00	40,50	40,50
3964619	LIVRO - FEMINISMO EM COMUM PARA TODAS, TODES E TODOS	UND	ROSA DOS TEMPOS (RECORD) IMPRESSO	1,00	29,90	29,90
3964623	LIVRO - O FIM DA ETERNIDADE	UND	ALEPH IMPRESSO	1,00	45,00	45,00
3964626	LIVRO - FLORESTA ESCURA	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	38,00	38,00
3964628	LIVRO - FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	42,00	42,00
3964636	LIVRO - GAROTO ENCONTRA GAROTO	UND	GALERA RECORD IMPRESSO	1,00	35,00	35,00
3964646	LIVRO - GUERRA E PAZ VOL. 2	UND	L&PM IMPRESSO	1,00	33,00	33,00
3964647	LIVRO - A GUERRA NÃO TEM ROSTO DE MULHER	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	39,00	39,00
3964652	LIVRO - HARRY POTTER E A CRIANÇA AMALDIÇOADA	UND	ROCCO IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964653	LIVRO - HIBISCO ROXO	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	40,00	40,00
3964662	LIVRO - O HOMEM DUPLICADO	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	35,50	35,50
3964663	LIVRO - O HOMEM MAIS RICO DA BABILÔNIA	UND	HARPER COLLINS IMPRESSO	1,00	31,50	31,50
3964664	LIVRO - OS HOMENS QUE NÃO AMAVAM AS MULHERES	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	36,50	36,50
3964665	LIVRO - HOMO DEUS	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	59,40	59,40
3964670	LIVRO - AS IMPUREZAS DO BRANCO	UND	RECORD IMPRESSO	1,00	39,50	39,50
3964675	LIVRO - INTERFERÊNCIAS	UND	SUMA DE LETRAS (CIA DAS LETRAS) IMPRESSO	1,00	56,50	56,50
3964689	LIVRO - O LIVRO DOS SENTIMENTOS	UND	PANDA BOOKS IMPRESSO	1,00	30,50	30,50
3964701	LIVRO - MACÁRIO	UND	PRINCIPIS (CIRANDA) IMPRESSO	1,00	13,43	13,43
3964702	LIVRO - MACÁRIO E NOITE NA TAVERNA	UND	DCL IMPRESSO	1,00	25,60	25,60
3964718	LIVRO - A MAQUINA DE FAZER ESPANHÓIS	UND	BIBLIOTECA AZUL (GLOBO) IMPRESSO	1,00	47,50	47,50
3964726	LIVRO - MELHORES CONTOS LIMA BARRETO (POCKET)	UND	GLOBAL POCKET IMPRESSO	1,00	35,80	35,80
3964729	LIVRO - A MEMORIA DO MAR	UND	GLOBOLIVROS IMPRESSO	1,00	39,50	39,50
3964731	LIVRO - MEMORIAS DA EMÍLIA	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	19,20	19,20
3964733	LIVRO - A MENINA QUE BORDAVA BILHETES	UND	CORTEZ IMPRESSO	1,00	35,70	35,70

3964741	LIVRO - MINHAS QUERIDAS, AUTOR CLARICE LISPECTOR.	UND	CIRANDA CULTURAL IMPRESSO	1,00	33,60	33,60
3964743	LIVRO - O MISTÉRIO DO COELHO PENSANTE. AUTOR: CLARICE LISPECTOR.	UND	ROCCO IMPRESSO	1,00	58,50	58,50
3964747	LIVRO - MORTE NO NILO, AUTOR AGATHA CHRISTIE.	UND	HARPER COLLINS IMPRESSO	1,00	37,50	37,50
3964752	LIVRO - NA COLÔNIA PENAL, AUTOR FRANZ KAFKA.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	44,94	44,94
3964756	LIVRO - NÃO ERA VOCÊ QUE EU ESPERAVA, AUTOR FABIEN TOULME.	UND	NEMO (AUTENTICA) IMPRESSO	1,00	68,50	68,50
3964762	LIVRO - NOITES DE TORMENTA, AUTOR NICHOLAS SPARKS.	UND	ARQUEIRO IMPRESSO	1,00	43,50	43,50
3964766	LIVRO - NOTAS DO SUBSOLO, AUTOR DOSTOIEVSKI, PUBLICADO EM 2008	UND	L&PM IMPRESSO	1,00	22,20	22,20
3964771	LIVRO - ONDE ANDARA DULCE VEIGA, AUTOR CAIO FERNANDO ABREU.	UND	NOVA FRONTEIRA IMPRESSO	1,00	53,80	53,80
3964787	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - O OVO APUNHALADO - AUTOR CAIO FERNANDO ABREU.	UND	L&PM IMPRESSO	1,00	19,50	19,50
3964792	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - PARA AMAR GRACILIANO - AUTOR IVAN FRANCISCO MARQUES.	UND	FARO IMPRESSO	1,00	26,50	26,50
3964796	LIVRO DE PEDAGOGIA - PEDAGOGIA DA EXCLUSÃO: CRITICA AO NEOLIBERALISMO EM EDUCAÇÃO, AUTOR: PABLO GENTILI.	UND	VOZES IMPRESSO	1,00	79,50	79,50
3964800	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - AS PEQUENAS MEMORIAS - AUTOR JOSÉ SARAMAGO.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	48,50	48,50
3964822	LIVRO - O MANDARIM - AUTOR EÇA DE QUEIROZ.	UND	MARTIN CLARET IMPRESSO	1,00	26,50	26,50
3964828	LIVRO - A PROMESSA, HARLAN COBEN, 2017	UND	ARQUEIRO IMPRESSO	1,00	42,19	42,19
3964831	LIVRO - A PSICOLOGIA DO DINHEIRO - AUTORES JEFF KREISLER E DAN ARIELY.	UND	SEXTANTE IMPRESSO	1,00	37,93	37,93
3964892	LIVRO - SOMOS TODOS GRETA - AUTOR VALENTINA GIANNELLA.	UND	VERGARA & RIBA IMPRESSO	1,00	30,93	30,93
3964907	LIVRO - TODOS OS HOMENS DO KREMLIN: OS BASTIDORES DO PODER NA RUSSIA DE VLADIMIR PUTIN, AUTOR MIKHAIL ZYGAR.	UND	VESTÍGIO (AUTENTICA) IMPRESSO	1,00	47,03	47,03
3964925	LIVRO - A VACA E O HIPOGRIFO, AUTOR MARIO QUINTANA.	UND	GLOBO IMPRESSO	1,00	34,51	34,51
3964976	LIVRO - CELULAR, AUTOR STEPHEN KING.	UND	SUMA DE LETRAS (CIA DAS LETRAS) IMPRESSO	1,00	47,00	47,00
3966156	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - A ELEGÂNCIA DO OURIÇO, POR MURIEL BARBERY.	UND	COMPANHIA DAS LETRAS IMPRESSO	1,00	43,73	43,73
3966326	LIVRO DE LITERATURA NACIONAL - A ILHA DO VOVÔ, POR BENJI DAVIES	UND	SALAMANDRA (MODERNA) IMPRESSO	1,00	60,69	60,69

VALOR TOTAL: R$ 5.706,20 (Cinco mil e setecentos e seis reais e vinte centavos).

DATA: 19 de setembro de 2023.

VALIDADE: 12 MESES

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

FINANÇAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/2023

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designada pelo Decreto nº. 4.004/2023; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 20/09/2023, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 039/2023, cujo o objeto é o Registro de Preço para a Futura e Eventual contratação de profissional para ministração de curso de manicure, pedicure, alongamento de unhas de gel e cabelereiro nível básico para 20 alunos do público assistido pela Secretaria de Ação Social Programa Auxílio Brasil do município de Água Boa – MT, que teve como vencedoras as empresas:

24.604.858 KARJANIE CHERYLLINN PEREIRA RODRIGUES DE MIRANDA, inscrita no CNPJ: 24.604.858/0001-23; e,

MELO OLIVEIRA ENGENHARIA LTD, inscrito no CNPJ: 38.251.372/0001-63.

Água Boa - MT, 20 de setembro de 2023.

_____

Alícia Lopes Maciel

Pregoeira Oficial

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº. 001 AO CONTRATO Nº. 158/2022.

TERMO ADITIVO Nº. 001, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e SBRUSSI E SBRUSSI LTDA, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato.

ALTERAÇÃO: Fica alterada à DO PRAZO DE FORNECIMENTO E VIGÊNCIA; ficando prorrogado a vigência do contrato até 08 de setembro de 2024.

VALOR TOTAL: R$ 425.000,00 (Quatrocentos e vinte e cinco mil reais).

Água Boa-MT, 08 de setembro de 2023.

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL

AVISO DE ABERTURA DE ENVELOPES DE NOVOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO Nº. 118/2023

CONCORRÊNCIA Nº. 008/2023

O Município de Água Boa-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que, decorrido o prazo conforme art. 48 3º da Lei

8.666/93, da licitação acima referenciada que tem por objeto: Contratação de empresa de Engenharia especializada para construção da nova sede da Coordenadoria Regional da POLITEC no Munícipio de Água Boa – MT, com recursos do Termo de Convênio nº 2842, firmado com a Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso – SESP, comunica que a abertura dos envelopes dos novos documentos de habilitação entregues dentro do prazo, será:

DATA: 26/09/2023.

HORÁRIO: 08h30min, horário de Brasília.

LOCAL: Sede da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT.

Água Boa/MT, 20 de setembro de 2023.

Gilson Cesar da Silva Galle

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ADMINSITRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 4.162, DE 15 DE SETEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA - CMTER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em conformidade com o disposto no art. 80, inciso VI, da Lei Orgânica e art. 3º da Lei Municipal nº 1624, de 08 de setembro de 2021;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR os membros do Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda - CMTER, assim constituido:

I. REPRESENTANTES DO GOVERNO a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico, Agricultura e Turismo TITULAR: *Thaisa Moura Rêgo* **SUPLENTE:** *Rejane Garcia Schneider* **b) Secretaria Municipal de Assistência Social TITULAR:** *Fernanda Moreira dos Santos Silva* **SUPLENTE:** *Inez Trentin Zandoná* **II. REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES a) Representante dos Trabalhadores na Área Rural TITULAR:** *Gilmar Celestino dos Santos* **SUPLENTE:** *João Gonzaga Leonis* **b) Representante dos Trabalhadores na Área Urbana TITULAR:** *Talita Meneghini* **SUPLENTE:** *Lucia Aparecida Abreu Pereira Souza* **III. REPRESENTANTES DOS EMPREGADORES a) Representante dos Empregadores na Área Rural** (EMPAER) **TITULAR:** *Jaqueline Bruning Azevedo Possamai* **SUPLENTE:** *Ana Maria Pereira Porto Weissheimer* **b) Representante dos Empregadores na Área Urbana** (ACEAB) **TITULAR:** *Rafael Saedt* **SUPLENTE:** *Ailton Calixto*

Art. 2º - A Presidência do Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda – CMTER, será exercida em sistema de rodízio entre as bancadas representativas do poder público, dos trabalhadores e dos empregadores, tendo o mandato do Presidente a duração de 12 (doze) meses e vedada a recondução para o período consecutivo.

Parágrafo Único: Será eleito um vice-presidente da mesma bancada do Presidente, para substituição do mesmo no caso de ausência.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 15 DE SETEMBRO DE 2023.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Muninicipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 15 de setembro de 2023.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO Nº. 119/2023.

CONCORRÊNCIA 009/2023.

O Município de Água Boa-MT, através da Comissão Permanente de Licitação torna público o resultado da análise e julgamento da proposta de preço acima referenciada que tem por objeto: Contratação de empresa de Engenharia especializada para ampliação e reforma da Escola Estadual Antônio Grohs no Munícipio de Água Boa – MT, com recursos do Termo de Convênio nº 2097/2021, firmado com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso - SEDUC, e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme segue:

Classificação	Empresa	Situação
1ª	SLN Construtora e Incorporadora Ltda	Classificada e Vencedora

Diante do acima exposto abre-se o prazo conforme Art. 109, inciso I, alínea "b" da Lei nº. 8.666/93.

Água Boa, 20 de setembro de 2023.

Gilson Cesar da Silva Galle

Presidente da Comissão de Licitação

ADMINSITRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº4.156, DE 13 DE SETEMBRO DE 2023.

"Altera inciso II e III, do art. 1º, do Decreto Municipal nº 4.025/2023, na forma que especifica."

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 80, da Lei Orgânica do Municipal, e,

CONSIDERANDO a Comunicação interna nº 122/2023 SD, expedido pela Secretária de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Turismo, em 11 de setembro de 2023.

R E S O L V E:

Art. 1º - Altera o inciso II e III, do art. 1º do Decreto Municipal nº, 4.025, de 26 de janeiro de 2023, *que "NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ÁGUA BOA – CODEAB",* que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - [...]

II - Representante do Poder Legislativo Municipal: Titular: *Heronides Silveira Júnior* - **CPF:** ***.172.931-** **[...] III - Representante da Associação Comercial - ACEAB: Titular**: Dhioneyson Sbrussi - **CPF:** ***.300.621-** **[...] Art. 2º -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 13 DE SETEMBRO DE 2023**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 13 de setembro de 2023.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINSITRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 4.161, DE 15 DE SETEMBRO DE 2023.

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ÁGUA BOA-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Água Boa-MT;

CONSIDERANDO o que estabelece a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990,

CONSIDERANDO Lei Municipal nº 1.782, de 19 de dezembro de 2022 que "*Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.";*

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.801, de 15 de março de 2023 que "*Altera a Lei nº 1.782, de 19 de dezembro de 2022, e dá outras providências*";

CONSIDERANDO o Oficio nº 015/2023/SEC, expedido pela Gerente da Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais, Célia Cristina Carvalho Moreira;

R E S O L V E:

Art. 1º. NOMEAR os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, assim constituído:

I. REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS 1. Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social: TITULAR: *Fernanda Moreira dos Santos Silva* **SUPLENTE:** *Hugo Flávio Forgerini Santos*

2. Representante da Secretaria Municipal de Educação: TITULAR: *Maria Madalena da Mata Souza Luiz* **SUPLENTE:** *Amanda Guimarães de Morais Bernieri* **3. Representante da Secretaria Municipal de Saúde: TITULAR:** *Barbara Maria de Souza* **SUPLENTE:** *Gleice Santos Panteleão* **4. Representante da Secretaria Municipal de e Finanças:**

TITULAR: *Rayça Alves de Carvalho Peres*

SUPLENTE: *Agricio dos Santos Aguiar*

II. REPRESENTANTE DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS 1. Representante dos Assistentes Sociais:

TITULAR: *Valquiria Soares Dantas Ferreira*

SUPLENTE: *Rosena Fernandes de Sena*

2. Representante dos Psicólogos:

TITULAR: *Lauana da Silva Santos*

SUPLENTE: *Anderson Karnopp*

3. Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB:

TITULAR: *Karulliny Neves da Silva*

SUPLENTE: *Gabriela Trentin Zandoná*

4. Representante da Associação Beneficente Lar da Criança de Água Boa:

TITULAR: *Liliane Gomes da Silva*

SUPLENTE: *Verassonia Amélia Magalhães Sousa*

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto Municipal nº 4.068/2023.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS DE 15 DE SETEMBRO DE 2023.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em de 15 de setembro de 2023.

ANA PAULA ALMEIDA NAVES

Secretária Adjunta de Planejamento

SETOR DE CONSELHOS
RESOLUÇÃO CMAS Nº 0016/2023 DE 12 DE SETEMBRO DE 2023

RESOLUÇÃO CMAS Nº 0016/2023 DE 12 DE SETEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Aceite realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social para recebimento de 1(um) veículo pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania - SETASC, na forma de doação, por meio do Programa Estadual Estrutura Suas MT.

O Plenário do **Conselho Municipal de Assistência Social de Água Boa-MT - CMAS-MT,** no uso das competências que lhe conferem a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435/2011;
CONSIDERANDO as diretrizes da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a Assistência Social;
CONSIDERANDO a Lei Municipal 1802 de 21 de março de 2023, que reestrutura o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS do Município de Água Boa/MT;
CONSIDERANDO a sua função de acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços socioassistenciais ofertados;
CONSIDERANDO a reunião extraordinária na sede da Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais; registrado na Ata nº 012/2023/CMAS do dia 11 de setembro de 2023;
Resolve:
Art. 1º Aprovar o Termo de Aceite realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social para recebimento de 1(um) veículo pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania - SETASC, na forma de doação, por meio do Programa Estadual Estrutura Suas MT;
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.
Água Boa /MT, 12 de setembro de 2023.
DALYLLA SANTOS PEREIRA DA SILVA VIEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

ADMINSITRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 4.160, DE 15 DE SETEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE ÁGUA BOA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Água Boa-MT;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.386/2017, alterada pela Lei Municipal nº 1.750, de 02 de agosto de 2022;

CONSIDERANDO o Oficio nº 001/2023/SEC, expedido pela Gerente dos Conselhos Municipais, Celia Cristina Carvalho Moreira, em 14 de setembro de 2023;

R E S O L V E:

Art. 1º. NOMEAR os membros do Conselho Municipal de Saneamento, indicados formalmente pelos órgãos e entidades representados, a saber:

I. PODER PÚBLICO: a) Representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente Titular: *Fabíula Zimmermann das Neves*

Suplente: *Alison Maciel*

b) Representante da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento Titular: *Aurea Soares de Campos*

Suplente: *Sebastião Antonio Lopes*

c) Representante da EMPAER Titular: *Alisson Lucas Lorenzon*

Suplente: *Ana Maria Porto Weissheimer*

d) Representante do CODEMA Titular: *Isabela Lima de Oliveira*

Suplente: *Euzânia de Souza Araujo*

e) Representante do Poder Legislativo Municipal Titular: *Leonardo Leite Ribeiro*

Suplente: *Heronides Silveira Junior*

II. SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA: a) Representante da ONGARA Titular: *Tania Segura*

Suplente: *Lucinéia Bernardo da Silva*

b) Representante da ACAMARA Titular: *Vanuza Gonçalves da Silva*

Suplente: *Ramazya Kelly Silva Moreira*

c) Representante da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Água Boa-MT Titular: *Diane Cristina Stefanoski Zamboni*

Suplente: *Claudio Sergio Pretto*

d) Representante do ACEAB Titular: *Cristiano dos Santos Duro*

Suplente: *Tener Machado Baumgardt*

e) Representante do Sindicato Rural de Água Boa-MT Titular: *Valter de Souza*

Suplente: *Felix de Fátima Adorno*

Art. 2º - O Presidente do Conselho Municipal de Saneamento de Água Boa, será escolhido entre os seus membros em reunião plenária, sendo recomendada a alternância entre os representantes dos órgãos de governo e da sociedade civil na presidência e na vice-presidência, para mandato de 02 (dois) anos, sendo permitido uma única recondução.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto Municipal nº 3.943/2022.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 15 DE SETEMBRO DE 2023.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Muninicipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 15 de setembro de 2023.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINSITRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 4.159, DE 15 DE SETEMBRO DE 2023.

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – COMSEP".

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e Lei nº 1614, de 30 de julho de 2021;

CONSIDERANDO o Oficio nº 009/2023/SEC, expedido pela Gerente dos Conselhos Municipais, Celia Cristina Carvalho Moreira, em 14 de setembro de 2023.

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - **COMSEP**, indicados formalmente pelos órgãos e entidades representantes, a saber:

I. REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL: Titular: Geison Bissolotti **Suplente**: Lieje Santini **II. REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL: Titular**: José Ari Zandoná **Suplente**: Leonardo Leite Ribeiro **III. REPRESENTANTE DA POLÍCIA MILITAR: Titular**: Gyancarlos Paglyneari Cabelho **Suplente**: Salmon Hilário Ribeiro **IV. REPRESENTANTE DA POLÍCIA JUDICIÁRIA CÍVIL: Titular**: Matheus Soares Augusto **Suplente**: Wandervaney Soares da Silva **V. REPRESENTANTE DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL: Titular**: Cristiano José da Silva **Suplente**: Cláudio Taveira Gouveia **VI. REPRESENTANTE DA POLITEC: Titular**: Paulo Victor Souza Barbosa **Suplente**: Alexandre Mosqueta **VII. REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO: Titular**: João Batista Galindo Santos **Suplente**: Elisângela Marion **VIII. REPRESENTANTE DO PODER JUDICIÁRIO: Titular**: Pedro Henrique Ribeiro de Carvalho **Suplente**: Yuri Porfirio Guimarães **IX. REPRESENTANTE DOS CLUBES DE SERVIÇO: Titular**: Rejane Schneider Garcia **Suplente**: Jussara Gonçalves Rios **X. REPRESENTANTE DAS ENTIDADES RELIGIOSAS: Titular**: Larissa Helena Negrão **Suplente**: Evanildo Brito de Oliveira **XI. REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE: Titular**: Málida Garbo **Suplente**: Luciano Martins Rodrigues **XII. REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: Titular**: Elizabete de Oliveira Barboza **Suplente**: Cleria Wagner Moresco **XIII. REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Titular**: Valquíria Soares Dantas Ferreira **Suplente**: Anderson Karnopp **XIV. REPRESENTANTE DA COORDENADORIA DEFESA CIVIL: Titular**: Aurea Soares de Campos **Suplente**: Fabiula Zimmermann Neves **XV. REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL – ACEAB E CDL: Titular**: Cristiano dos Santos Duro **Suplente**: Watson Pereira da Silva **XVI. REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR: Titular**: Maria do Espirito Santo Pereira **Suplente**: Lourdes Cardoso da Silva Novaes **XVII. REPRESENTANTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB: Titular**: Lidmilla Aparecida Vilela da Luz Lui **Suplente**: Thais da Silva Marques **XVIII. REPRESENTANTE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: Titular**: Nelcindo Iappe **Suplente**: Celso Blemer Nunes Aleixo

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto Municipal nº 3.913/2022 e Decreto Municipal nº 4.032/2023.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 15 DE SETEMBRO DE 2023**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Muninicipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 15 de setembro de 2023.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

GERENCIA DE CONVENIOS
INFORMATIVO DE CONVOCAÇÃO - F E T H A B 2ºQ 2023

I N F O R M A T I V O D E C O N V O C A Ç Ã O - F E T H A B

FERNANDA GASPARETTO FARIAS

Presidente do Conselho Municipal do FETHAB

Fundo Emergencial de Transporte e Habitação do Município de Agua Boa/MT.

Prezado Senhores,

A Presidente do **CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB** – Fundo Estadual de Transporte e Habitação de Agua Boa/MT, no uso de suas atribuições, convoca todos os membros TITULARES do referido Conselho, para uma **reunião a realizar-se no dia 29 (vinte e nove) de setembro de 2023 (sexta-feira) as 7:30 horas**, tendo como local a sala de reuniões do Gabi-

nete da Prefeitura Municipal de Agua Boa, para a pauta abaixo relacionadas:

Apresentação da Prestação de Contas do 2º (Segundo) Quadrimestre de 2023 (maio, junho, julho e agosto) sobre os recursos oriundos dos repasses do FETHAB para o Município de Agua Boa/MT.

Agua Boa/MT, 20 de setembro de 2023.

FERNANDA GASPARETTO FARIAS

Presidente do FETHAB

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, em atendimento ao Art. 9° da Lei Complementar Federal n° 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), torna público que realizará Audiência Pública no Plenário da Câmara Municipal do Município**, no dia 22/09/2023 as 15h00-min, para apresentação da Lei Orçamentária Anual - LOA 2024.**

A Audiência contará com a participação presencial de público e ainda será transmitida em ambiente virtual com acesso no seguinte endereço eletrônico https://www.facebook.com/prefeituramundealtogarcas... "*Acesso Rápido/Audiência Pública" ou diretamente no canal do Youtube: https://www.youtube.com/@prefeituramunicipaldealtog7831.*

Alto Garças-MT, em 12 de setembro de 2023.

CLAUDINEI SINGOLANO

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, em atendimento ao Art. 9° da Lei Complementar Federal n° 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), torna público que realizará Audiência Pública no Plenário da Câmara Municipal do Município**, no dia 22/09/2023 as 15h40-min, para Avaliação das Metas Fiscais do Segundo Quadrimestre de 2023.**

A Audiência contará com a participação presencial de público e ainda será transmitida em ambiente virtual com acesso no seguinte endereço eletrônico https://www.facebook.com/prefeituramundealtogarcas... *"Acesso Rápido/Audiência Pública" ou diretamente no canal do Youtube: https://www.youtube.com/@prefeituramunicipaldealtog7831.*

Alto Garças-MT, em 12 de setembro de 2023.

CLAUDINEI SINGOLANO

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÃO PÚBLICAS E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2023

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através da Comissão Permanente de Licitação, informa que a data prevista para abertura da sessão pública, no dia **11/10/2023 às 08:30h(MT)**, cujo objeto é **a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E READEQUAÇÃO DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO DOM AQUINO CORRÊA.** A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail compras@altogarcas.mt.gov.br, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br e telefone (66) 3471 – 2450/3471 - 1155. Alto Garças - MT, 19 de setembro de 2023. Michele Moraes Amorim Schaefer – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

SETOR DE LICITAÇÃO PÚBLICAS E CONTRATOS
AVISO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria 031/2023, de 27/01/2023, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado da apuração das propostas apresentadas no processo supracitado, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA 3° ETAPA CENTRO POLIESPORTIVO DIANARY RIBEIRO – COBERTURA QUADRA POLIESPORTIVA,**de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, foi considerada vencedor(a) a(s) empresa(s) – T. T. MORENO DA SILVA LTDA, CNPJ: 22.835.021/0001-60, que apresentou a proposta de menor valor e abaixo da planilha estimativa, no valor de R$ 846.841,91(oitocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e quarenta e um reais e noventa e um centavos). Fica aberto prazo recursal. Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeiro pelo fone/fax (66) 3471-2450, e-mail: compras@altogarcas.mt.gov.br. Alto Garças – MT, 20 de setembro de 2023. Michele Moraes Amorim Schaefer – Presidente da Comissão de Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 103/2023 - RETIFICADO

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 103/2023

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado**ADRIANA RODRIGUES DA COSTA,** portador (a) do RG nº **1840710-2** SSP/MT e CPF: N°.**018.404.931.86,** residente e domiciliado na RUA INDEFINIDO, BAIRRO CAMPO DE AVIAÇÃO em ALTO PARAGUAI **- MT**, a seguir denominada **CONTRATADO (A)**, ajustam o presente contrato de prestação de serviços segundo as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais no cargo de **TECNICO EM DES. INFANTIL - TDI NA CRECHE MUNICIPAL VOVÓ NEZINHA junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com Pareceres Favoráveis** do Controle Interno, Recursos Humanos, Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93 .

2. CLÁUSULA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO.

2.1 – Jornada de trabalho durante a vigência do contrato é **DETERMINADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL responsável pela CONTRATAÇÃO.**

2.2 Os serviços deverão ser prestados nos dias e horários estabelecidos pela SECRETÁRIA **MUNICÍPAL CUMPRINDO A CARGA HORARIA DE 30 HORAS SEMANAIS,** o qual é o responsável pela efetiva prestação dos serviços que serão executados pela **CONTRATADO (A), podendo o mesmo ser alterado conforme necessidade do MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI -MT E SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO;**

2.3 – De comum acordo entre as partes poderão ser alterados o local e o horário definido no presente CONTRATO, podendo inclusive ser alterado o valor contratual ora pactuado, devendo ser realizados os termos aditivos/ alterações, por acordo entre as partes CONTRATANTES.

3. – CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DA REMUNERAÇÃO.

3.1 – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA (O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 1.320,00 (HUM MIL, TREZENTOS E VINTE REAIS) ,** sendo o pagamento realizado em conta bancária da **CONTRATADO (A),** coincidente com o pagamento mensal efetuado aos demais servidores municipais, em conformidade com informação dos dias trabalhados que serão informados pela **SECRETARIA MUNICÍPAL , junto ao DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS** devendo ser descontados os dias não trabalhados, sem as devidas justificativas legais.

3.2 – Serão descontados no pagamento da **CONTRATADO (A)** os dias ausentes em suas funções sem a devida justificativa ou atestado, assim como não cumprimento da carga horária ;

4. –CLÁUSULA QUARTA - DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO.

4.1 – A **CONTRATANTE** deverá efetuar sobre a remuneração da **CONTRATADO (A)** todos os descontos previstos em Lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO.

5.1. **–** O prazo do presente contrato terá validade inicial a partir DE 01**/09/ 2023** e término de pleno direito em 31**/12/2023,** ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pela **CONTRATANTE** a **CONTRATADO (A).**

5.2. O presente contrato poderá ser **RESCINDINDO** antes do término do prazo, por descumprimento pela **CONTRATADO (A)** de qualquer cláusula contratual prevista no presente instrumento, assim como por razões de interesse público, desde que devidamente motivado.

5.3 – Poderá ainda ser rescindido unilateralmente o presente contrato, sem direitos a **CONTRATADO (A)**, quando a prestação dos serviços for insatisfatória, com atrasos, devendo ser cumpridas as determinações legais inclusive constante no **ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT.**

5.4 – PODERÁ o presente contrato ser ADITIVO desde que devidamente justificado e autorizado pela PREFEITO MUNICIPAL e ou ORDENADORA DE DESPESA.

5.5 – O presente contrato poderá ser rescindido antes do término do prazo contratual, se houver a realização de **CONCURSO PÚBLICO e ou PROCESSO SELETIVO** para preenchimento da vaga.

6.- CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2023na seguinte rubrica: 12.12.365.12.365.0003.2048-**319004.617.1.540.1070000 – FUNDEB 70%, conforme PARECER DA ORDENADORA DE DESPESA – VAILDE LUCIANA DE OLIVEIRA.**

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS GARANTIAS.

7.1. – Dispensado o oferecimento de garantia para execução dos serviços, por não constituir quaisquer dos princípios estabelecidos em lei.

8. – CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS, DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES E DAS PENALIDADES CABÍVEIS.

8.1. – O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. – A **CONTRATANTE** nomeia como fiscal do presente contrato, a **SECRETARIA MUNICIPAL,** para fiscalizar o contrato entabulado entre as partes.

8.3 – A **CONTRATADO (A)** na execução do contrato, sem prejuízo às responsabilidades contratuais legais, não poderá sub-contratar ou ceder a terceiros os seus serviços ora contratados.

8.4 – Em conseqüência do presente contrato são obrigações da **CONTRATADO (A):**a) Comparecer assiduamente ao local instituído para exercício das atividades;b) Trajar adequadamente a prestação dos serviços;c) Realizar os trabalhos de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**;d) Cumprir a carga horária estabelecida.

8.5 - O não cumprimento das obrigações contratuais das alienas da clausula 8.4, implicará na suspensão do pagamento até sua correspondente regularização.

8.6 – **A CONTRATANTE** fica no direito que lhe confere modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos no inciso I, do artigo 79, da Lei Federal n.º 8666/93; fiscalizar a execução do contrato; e, aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; e ainda, nos casos de serviços essenciais, ocuparem, provisoriamente, bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do presente contrato, na hipótese de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contrato, bem como na hipótese de rescisão do presente contrato administrativo.

8.7 - Fica vedada a antecipação de pagamentos, com relação ao cronograma financeiro fixado neste contrato, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviços.

8.8 – A **CONTRATADO (A)** é responsável por todos os prejuízos oriundos da execução dos serviços, ou que deles venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar a **CONTRATANTE** ou a TERCEIROS.

8.9 – A **CONTRATADO (A)** tem direito a gratificação natalina e férias proporcionais, que serão pagas no final do contrato.

8.10 - O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9. – CLÁUSULA NONA - DA MULTA.

9.1. – Fica fixado o valor da multa correspondente a 10% (dez por cento), sobre o valor total deste CONTRATO, em prejuízo da parte que infringir qualquer das cláusulas ou condições do presente CONTRATO.

9.2 - A **CONTRATADO (A)** fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto do Servidor, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção a aqueles inerentes ao exercício de determinada função.

10.- CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS DE RESCISÃO.

10.1 - São casos de rescisão contratual o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, serviços e o cumprimento irregular de cláusulas instituídas neste contrato, especificações, projetos, serviços ou prazos; a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação a **CONTRATANTE;** o cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, além de outros legalmente estabelecidos.

10.2 - Qualquer das partes contratantes poderá solicitar a rescisão contratual, com prévia comunicação de 03 (três) dias antecedentes ao último.

10.3 - O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual e por iniciativa de ambas as partes;

10.4. – Este contrato poderá ser rescindido ainda nos casos previstos nos artigos 78 e 79 da Lei 8666/93, ficando reconhecidos os direitos da admi-

nistração para caso de rescisão administrativa, assim como o descumprimento do disposto na CLAUSULA 8ª. Do presente Contrato.

10.5 – A execução dos serviços, não se concebendo em nenhuma hipótese, sejam estes transferidos a terceiros, pena de caracterização de desistência, determinante de imediata RESCISÃO CONTRATUAL.

11. – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A EXECUÇÃO DESTE CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS.

11.1 - Fica o presente contrato vinculado a Lei Orgânica Municipal e às Leis Municipais que lhe são correlatas, e ainda, aos preceitos legais instituídos pelo Direito Público quanto aos contratos administrativos e às disposições constitucionais pertinentes e aos princípios da teoria geral dos contratos.

11.2 - A contratação dos serviços pessoais de que trata o presente instrumento, se dará por tempo determinado, para atender necessidades urgentes e indispensáveis aos serviços da Administração Pública Municipal, conforme autoriza a Constituição Federal, inciso IX, Art. 37.

11.3 – Qualquer **ALTERAÇÃO CONTRATUAL** será realizada por meio de **TERMO ADITIVO,** devidamente assinado pelas partes contratantes, sendo os casos omissos, as dúvidas e as questões incidentes serão resolvidas pela autoridade superior que represente a **CONTRATANTE,** e na impossibilidade desta, a competência será do Poder Judiciário da Comarca da **CONTRATANTE.**

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO.

12.1 – O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela **SECRETARIA MUNICIPAL** , responsável pela CONTRATAÇÃO, o qual tem por obrigação exigir o fiel cumprimento e a qualidade nos serviços prestados pela **CONTRATADO (A);**

12.2 - É obrigação do (a) FISCAL DE CONTRATO, anotar em registro próprio todas as ocorrências, a fim de demonstrar a execução da fiscalização do contrato. Na ocorrência de falhas na execução, deve notificar o responsável indicado pela **CONTRATADO (A)** para a regularização, estabelecendo prazo para solução, e deve cientificar o gestor do cumprimento ou não da notificação apresentada, para que o gestor tome as devidas providências.

13. – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO.

13.1 – Para fins e efeitos da Legislação Trabalhista, o presente Instrumento constitui Contrato de Trabalho, **RENUNCIANDO** a **CONTRATADO (A)**, por este ato, a qualquer reclamação trabalhista dele decorrente.

14. – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1 – Fica eleito o foro da Comarca do Município de Diamantino– MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas por pelas partes.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, **19 de setembro** de 202**3**.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	ADRIANA RODRIGUES DA COSTA
Prefeito Municipal	Contratado (a)

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

CPF: CPF:

JURIDICO
LEI Nº. 649/2023

LEI Nº. 649/2023

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER COM O REPASSE DAS VERBAS DA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR ADVINDAS DA UNIÃO DESTINADAS AO CUMPRIMENTO DO PISO SALARIAL NACIONAL DE ENFERMEIROS, TÉCNICOS E AUXILIARES DE ENFERMAGEM, INSTITUÍDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.434/2022, DA FORMA QUE ESTABELECE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar aos servidores correspondentes, os valores da Assistência Financeira Complementar, advindos da União, destinados ao cumprimento do piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, instituído pela Lei 14.434/2022.

Parágrafo Único - Para efeitos desta lei, consideram-se as atividades de Enfermagem as desenvolvidas pelo Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, e Auxiliar de Enfermagem, servidor público em órgão elegível, determinado na Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, no TÍTULO IX-A, Art. 1120-B, inciso I.

Art. 2º - O valor a ser recebido por cada profissional de Saúde será aquele devidamente repassado pela União e discriminado no Portal do InvestSus, resultante dos cálculos realizados mediante os critérios estabelecidos na Portaria GM/MS nº 1.135 de 16 de agosto de 2023 e de outras alterações dela decorrente.

Parágrafo 1º - Os valores a que se refere o caput, serão repassados junto a Folha de Pagamento, por meio de verba específica, em forma de auxílio financeiro complementar, condicionados aos repasses financeiros realizados pela União.

Parágrafo 2º - Em caso de correções nos valores repassados pela União, identificados por meio do Portal do InvestSus, oriundos de ajuste de metodologia de repasse do Ministério da Saúde, fica o Poder Executivo autorizado a proceder com as correções necessárias, tendo como base os valores disponibilizados no Portal, assegurando o repasse conforme definição do Ministério da Saúde e de acordo com os ajustes cadastrais realizados no Portal InvestSus.

Parágrafo 3º -Em caso de repasses financeiros da União, relativos a Encargos Trabalhistas e / ou Encargos Patronais, estes serão utilizados pelo Poder Executivo para os custeio das despesas correspondentes.

Art. 3º. As despesas para a execução desta lei serão suportadas por dotações orçamentárias, reforçadas por meio de Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação de recurso com destinação específica, com base nos recursos advindos da União.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir da competência de maio de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai-MT, 20 de setembro de 2023.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal

JURIDICO
LEI Nº. 650/2023

LEI Nº. 650/2023

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DO VALOR DO PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA,** no uso de suas atribuições legais, consoante às

normas gerais de direito público e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizadoa conceder aumento salarial de 3% (três por cento) aos profissionais do magistério da educação pública municipal de Alto Paraguai, a título de integralização do Piso Nacional do Magistério.

Art. 2º - Fica ainda autorizado estender o aumento salarial estabelecido no artigo 1º aos demais profissionais da educação básica, ocupantes dos cargos de técnico e apoio educacional, de acordo com a vinculação definida na Lei Municipal nº 247/2010.

Art. 3º -As despesas decorrentes desta lei, ocorrerão por conta de dotações existentes no orçamento em vigor.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai-MT, 20 de setembro de 2023.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal

JURIDICO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 102/2023 - RETIFICADO

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 102/2023

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado**MILLENE TALLINE DE CAMPOS OLIVEIRA,** portador (a) do RG nº **029671108** SSP/MT e CPF: N°.**062.788.271.40,** residente e domiciliado na RUA TREZE DE MAIO em ALTO PARAGUAI **- MT**, a seguir denominada **CONTRATADO (A)**, ajustam o presente contrato de prestação de serviços segundo as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais no cargo de **APOIO ADM. – LIMPEZA NA CRECHE MUNICIPAL VOVÓ NEZINHA junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com Pareceres Favoráveis** do Controle Interno, Recursos Humanos, Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93 .

2. CLÁUSULA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO.

2.1 – Jornada de trabalho durante a vigência do contrato é **DETERMINADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL responsável pela CONTRATAÇÃO.**

2.2 Os serviços deverão ser prestados nos dias e horários estabelecidos pela SECRETÁRIA **MUNICÍPAL ,** o qual é o responsável pela efetiva prestação dos serviços que serão executados pela **CONTRATADO (A), podendo o mesmo ser alterado conforme necessidade do MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI -MT E SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO;**

2.3 – De comum acordo entre as partes poderão ser alterados o local e o horário definido no presente CONTRATO, podendo inclusive ser alterado o valor contratual ora pactuado, devendo ser realizados os termos aditivos/alterações, por acordo entre as partes CONTRATANTES.

3. – CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DA REMUNERAÇÃO.

3.1 – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA (O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 1.320,00 (HUM MIL, TREZENTOS E VINTE REAIS) ,** sendo o pagamento realizado em conta bancária da **CONTRATADO (A),** coincidente com o pagamento mensal efetuado aos demais servidores municipais, em conformidade com informação dos dias trabalhados que serão informados pela **SECRETARIA MUNICÍPAL , junto ao DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS** devendo ser descontados os dias não trabalhados, sem as devidas justificativas legais.

3.2 – Serão descontados no pagamento da **CONTRATADO (A)** os dias ausentes em suas funções sem a devida justificativa ou atestado, assim como não cumprimento da carga horária ;

4. –CLÁUSULA QUARTA - DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO.

4.1 – A **CONTRATANTE** deverá efetuar sobre a remuneração da **CONTRATADO (A)** todos os descontos previstos em Lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO.

5.1. **–** O prazo do presente contrato terá validade inicial a partir DE 01**/09/2023** e término de pleno direito em 31**/12/2023,** ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pela **CONTRATANTE** a **CONTRATADO (A).**

5.2. O presente contrato poderá ser **RESCINDINDO** antes do término do prazo, por descumprimento pela **CONTRATADO (A)** de qualquer cláusula contratual prevista no presente instrumento, assim como por razões de interesse público, desde que devidamente motivado.

5.3 – Poderá ainda ser rescindido unilateralmente o presente contrato, sem direitos a **CONTRATADO (A)**, quando a prestação dos serviços for insatisfatória, com atrasos, devendo ser cumpridas as determinações legais inclusive constante no **ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT.**

5.4 – PODERÁ o presente contrato ser ADITIVO desde que devidamente justificado e autorizado pela PREFEITO MUNICIPAL e ou ORDENADORA DE DESPESA.

5.5 – O presente contrato poderá ser rescindido antes do término do prazo contratual, se houver a realização de **CONCURSO PÚBLICO e ou PROCESSO SELETIVO** para preenchimento da vaga.

6.- CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2023na seguinte rubrica: 12.12.365.12.365.0003.2048-**319004.617.1.540.1070000 – FUNDEB 70%, conforme PARECER DA ORDENADORA DE DESPESA – VAILDE LUCIANA DE OLIVEIRA.**

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS GARANTIAS.

7.1. – Dispensado o oferecimento de garantia para execução dos serviços, por não constituir quaisquer dos princípios estabelecidos em lei.

8. – CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS, DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES E DAS PENALIDADES CABÍVEIS.

8.1. – O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. – A **CONTRATANTE** nomeia como fiscal do presente contrato, a **SECRETARIA MUNICIPAL,** para fiscalizar o contrato entabulado entre as partes.

8.3 – A **CONTRATADO (A)** na execução do contrato, sem prejuízo às responsabilidades contratuais legais, não poderá sub-contratar ou ceder a terceiros os seus serviços ora contratados.

8.4 – Em conseqüência do presente contrato são obrigações da **CONTRATADO (A):**a) Comparecer assiduamente ao local instituído para exercício das atividades;b) Trajar adequadamente a prestação dos serviços;c) Realizar os trabalhos de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**;d) Cumprir a carga horária estabelecida.

8.5 - O não cumprimento das obrigações contratuais das alienas da clausula 8.4, implicará na suspensão do pagamento até sua correspondente regularização.

8.6 – **A CONTRATANTE** fica no direito que lhe confere modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos no inciso I, do artigo 79, da Lei Federal n.º 8666/93; fiscalizar a execução do contrato; e, aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; e ainda, nos casos de serviços essenciais, ocuparem, provisoriamente, bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do presente contrato, na hipótese de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contrato, bem como na hipótese de rescisão do presente contrato administrativo.

8.7 - Fica vedada a antecipação de pagamentos, com relação ao cronograma financeiro fixado neste contrato, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviços.

8.8 – A **CONTRATADO (A)** é responsável por todos os prejuízos oriundos da execução dos serviços, ou que deles venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar a **CONTRATANTE** ou a TERCEIROS.

8.9 – A **CONTRATADO (A)** tem direito a gratificação natalina e férias proporcionais, que serão pagas no final do contrato.

8.10 - O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9. – CLÁUSULA NONA - DA MULTA.

9.1. – Fica fixado o valor da multa correspondente a 10% (dez por cento), sobre o valor total deste CONTRATO, em prejuízo da parte que infringir qualquer das cláusulas ou condições do presente CONTRATO.

9.2 - A **CONTRATADO (A)** fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto do Servidor, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção a aqueles inerentes ao exercício de determinada função.

10.- CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS DE RESCISÃO.

10.1 - São casos de rescisão contratual o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, serviços e o cumprimento irregular de cláusulas instituídas neste contrato, especificações, projetos, serviços ou prazos; a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação a **CONTRATANTE;** o cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, além de outros legalmente estabelecidos.

10.2 - Qualquer das partes contratantes poderá solicitar a rescisão contratual, com prévia comunicação de 03 (três) dias antecedentes ao último.

10.3 - O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual e por iniciativa de ambas as partes;

10.4. – Este contrato poderá ser rescindido ainda nos casos previstos nos artigos 78 e 79 da Lei 8666/93, ficando reconhecidos os direitos da administração para caso de rescisão administrativa, assim como o descumprimento do disposto na CLAUSULA 8ª. Do presente Contrato.

10.5 – A execução dos serviços, não se concebendo em nenhuma hipótese, sejam estes transferidos a terceiros, pena de caracterização de desistência, determinante de imediata RESCISÃO CONTRATUAL.

11. – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A EXECUÇÃO DESTE CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS.

11.1 - Fica o presente contrato vinculado a Lei Orgânica Municipal e às Leis Municipais que lhe são correlatas, e ainda, aos preceitos legais instituídos pelo Direito Público quanto aos contratos administrativos e às disposições constitucionais pertinentes e aos princípios da teoria geral dos contratos.

11.2 - A contratação dos serviços pessoais de que trata o presente instrumento, se dará por tempo determinado, para atender necessidades urgentes e indispensáveis aos serviços da Administração Pública Municipal, conforme autoriza a Constituição Federal, inciso IX, Art. 37.

11.3 – Qualquer **ALTERAÇÃO CONTRATUAL** será realizada por meio de **TERMO ADITIVO,** devidamente assinado pelas partes contratantes, sendo os casos omissos, as dúvidas e as questões incidentes serão resolvidas pela autoridade superior que represente a **CONTRATANTE,** e na impossibilidade desta, a competência será do Poder Judiciário da Comarca da **CONTRATANTE.**

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO.

12.1 – O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela **SECRETARIA MUNICIPAL** , responsável pela CONTRATAÇÃO, o qual tem por obrigação exigir o fiel cumprimento e a qualidade nos serviços prestados pela **CONTRATADO (A);**

12.2 - É obrigação do (a) FISCAL DE CONTRATO, anotar em registro próprio todas as ocorrências, a fim de demonstrar a execução da fiscalização do contrato. Na ocorrência de falhas na execução, deve notificar o responsável indicado pela **CONTRATADO (A)** para a regularização, estabelecendo prazo para solução, e deve cientificar o gestor do cumprimento ou não da notificação apresentada, para que o gestor tome as devidas providências.

13. – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO.

13.1 – Para fins e efeitos da Legislação Trabalhista, o presente Instrumento constitui Contrato de Trabalho, **RENUNCIANDO** a **CONTRATADO (A)**, por este ato, a qualquer reclamação trabalhista dele decorrente.

14. – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1 – Fica eleito o foro da Comarca do Município de Diamantino– MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas por pelas partes.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, **19 de setembro** de 202**3**.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	**MILLENE TALLINE DE CAMPOS OLIVEIRA**
Prefeito Municipal	Contratado (a)

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

CPF: CPF:

1º TERMO ADITIVO CONTRATO N° 70/2022.

1º TERMO ADITIVO CONTRATO N° 70/2022

1º TERMO ADITIVO

CONTRATO N° 70/2022.

CREDENCIAMENTO Nº 002/2022 - INEXIGIBILIDADE N. 002/2022.

Que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI-MT** e a empresa **A M PAROLIN SILVA,** inscrita no CNPJ sob o n.º 24.686.087/0001-60na forma abaixo.

O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida presidente Médici, nº 470, Planalto, CEP: 78.410-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o № 03.648.532/0001-28, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Senhor **Adair José Alves Moreira**, e do outro lado a **A M PAROLIN SILVA**, ambos já qualificados no Contrato Público n° 70/2022, CREDENCIAMENTO Nº 002/2022 - INEXIGIBILIDADE N. 002/2022 têm justo e firmado entre si este Termo de Aditivo de prazo Prorrogação do prazo do contrato, em conformidade com os despachos e demais elementos constantes do processo administrativo, resolvem prorrogar o prazo de prestação de serviços citado no referido processo licitatório, ficando inalteradas as demais clausulas constantes do mesmo, conforme consta no quadro abaixo;

PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação do prazo de vigência previsto no Contrato original, fica prorrogado por mais 12 meses (doze meses) começando a vigorar a partir do dia 09 de agosto de 2023, com base no Inciso I e II, art. 57 da Lei nº 8.666/93.

SEGUNDA - Considerando que a vigência deste 01° Termo Aditivo, tem seu termino em 09.08.2024.

TERCEIRA - As demais cláusulas e condições do contrato original, que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo.

Alto Paraguai/MT, 09 de agosto de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI-MT

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

A M PAROLIN SILVA

CNPJ sob o n.º 24.686.087/0001-60

ANA MARIA PAROLIN SILVA, RG n.º 14660261 SSP/MT

CPF n.º 989.775.981-68

Empresa Contratada

JURIDICO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 104/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 104/2023

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado**ERCIA NETA DE OLIVEIRA,** portador (a) do RG nº **1840710-2** SSP/MT e CPF: N°.**018.404.931.86,** residente e domiciliado na RUA INDEFINIDO, BAIRRO CAMPO DE AVIAÇÃO em ALTO PARAGUAI **- MT**, a seguir denominada **CONTRATADO (A)**, ajustam o presente contrato de prestação de serviços segundo as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais no cargo de **PROFESSORA NA CRECHE MUNICIPAL VOVÓ NEZINHA – PERÍODO VESPERTINO junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com Pareceres Favoráveis** do Controle Interno, Recursos Humanos, Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93 .

2. CLÁUSULA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO.

2.1 – Jornada de trabalho durante a vigência do contrato é **DETERMINADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL responsável pela CONTRATAÇÃO.**

2.2 Os serviços deverão ser prestados nos dias e horários estabelecidos pela SECRETÁRIA **MUNICÍPAL ,** o qual é o responsável pela efetiva prestação dos serviços que serão executados pela **CONTRATADO (A), podendo o mesmo ser alterado conforme necessidade do MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI -MT E SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO;**

2.3 – De comum acordo entre as partes poderão ser alterados o local e o horário definido no presente CONTRATO, podendo inclusive ser alterado o valor contratual ora pactuado, devendo ser realizados os termos aditivos/alterações, por acordo entre as partes CONTRATANTES.

3. – CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DA REMUNERAÇÃO.

3.1 – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA (O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 1.995,80 (HUM MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS),** sendo o pagamento realizado em conta bancária da **CONTRATADO (A),** coincidente com o pagamento mensal efetuado aos demais servidores municipais, em conformidade com informação dos dias trabalhados que serão informados pela **SECRETARIA MUNICÍPAL , junto ao DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS** devendo ser descontados os dias não trabalhados, sem as devidas justificativas legais.

3.2 – Serão descontados no pagamento da **CONTRATADO (A)** os dias ausentes em suas funções sem a devida justificativa ou atestado, assim como não cumprimento da carga horária ;

4. –CLÁUSULA QUARTA - DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO.

4.1 – A **CONTRATANTE** deverá efetuar sobre a remuneração da **CONTRATADO (A)** todos os descontos previstos em Lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO.

5.1. **–** O prazo do presente contrato terá validade inicial a partir DE 01**/09/2023** e término de pleno direito em 31**/12/2023,** ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pela **CONTRATANTE** a **CONTRATADO (A).**

5.2. O presente contrato poderá ser **RESCINDINDO** antes do término do prazo, por descumprimento pela **CONTRATADO (A)** de qualquer cláusula contratual prevista no presente instrumento, assim como por razões de interesse público, desde que devidamente motivado.

5.3 – Poderá ainda ser rescindido unilateralmente o presente contrato, sem direitos a **CONTRATADO (A)**, quando a prestação dos serviços for insatisfatória, com atrasos, devendo ser cumpridas as determinações legais inclusive constante no **ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT.**

5.4 – PODERÁ o presente contrato ser ADITIVO desde que devidamente justificado e autorizado pela PREFEITO MUNICIPAL e ou ORDENADORA DE DESPESA.

5.5 – O presente contrato poderá ser rescindido antes do término do prazo contratual, se houver a realização de **CONCURSO PÚBLICO e ou PROCESSO SELETIVO** para preenchimento da vaga.

6.- CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2023na seguinte rubrica: 12.12.365.12.365.0003.2048-**319004.617.1.540.1070000 – FUNDEB 70%, conforme PARECER DA ORDENADORA DE DESPESA – VAILDE LUCIANA DE OLIVEIRA.**

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS GARANTIAS.

7.1. – Dispensado o oferecimento de garantia para execução dos serviços, por não constituir quaisquer dos princípios estabelecidos em lei.

8. – CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS, DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES E DAS PENALIDADES CABÍVEIS.

8.1. – O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. – A **CONTRATANTE** nomeia como fiscal do presente contrato, a **SECRETARIA MUNICIPAL,** para fiscalizar o contrato entabulado entre as partes.

8.3 – A **CONTRATADO (A)** na execução do contrato, sem prejuízo às responsabilidades contratuais legais, não poderá sub-contratar ou ceder a terceiros os seus serviços ora contratados.

8.4 – Em conseqüência do presente contrato são obrigações da **CONTRATADO (A):**a) Comparecer assiduamente ao local instituído para exercício das atividades;b) Trajar adequadamente a prestação dos serviços;c) Realizar os trabalhos de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**;d) Cumprir a carga horária estabelecida.

8.5 - O não cumprimento das obrigações contratuais das alienas da clausula 8.4, implicará na suspensão do pagamento até sua correspondente regularização.

8.6 – **A CONTRATANTE** fica no direito que lhe confere modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos no inciso I, do artigo 79, da Lei Federal n.º 8666/93; fiscalizar a execução do contrato; e, aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; e ainda, nos casos de serviços essenciais, ocuparem, provisoriamente, bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do presente contrato, na hipótese de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contrato, bem como na hipótese de rescisão do presente contrato administrativo.

8.7 - Fica vedada a antecipação de pagamentos, com relação ao cronograma financeiro fixado neste contrato, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviços.

8.8 – A **CONTRATADO (A)** é responsável por todos os prejuízos oriundos da execução dos serviços, ou que deles venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar a **CONTRATANTE** ou a TERCEIROS.

8.9 – A **CONTRATADO (A)** tem direito a gratificação natalina e férias proporcionais, que serão pagas no final do contrato.

8.10 - O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9. – CLÁUSULA NONA - DA MULTA.

9.1. – Fica fixado o valor da multa correspondente a 10% (dez por cento), sobre o valor total deste CONTRATO, em prejuízo da parte que infringir qualquer das cláusulas ou condições do presente CONTRATO.

9.2 - A **CONTRATADO (A)** fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto do Servidor, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção a aqueles inerentes ao exercício de determinada função.

10.- CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS DE RESCISÃO.

10.1 - São casos de rescisão contratual o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, serviços e o cumprimento irregular de cláusulas instituídas neste contrato, especificações, projetos, serviços ou prazos; a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação a **CONTRATANTE;** o cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, além de outros legalmente estabelecidos.

10.2 - Qualquer das partes contratantes poderá solicitar a rescisão contratual, com prévia comunicação de 03 (três) dias antecedentes ao último.

10.3 - O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual e por iniciativa de ambas as partes;

10.4. – Este contrato poderá ser rescindido ainda nos casos previstos nos artigos 78 e 79 da Lei 8666/93, ficando reconhecidos os direitos da administração para caso de rescisão administrativa, assim como o descumprimento do disposto na CLAUSULA 8ª. Do presente Contrato.

10.5 – A execução dos serviços, não se concebendo em nenhuma hipótese, sejam estes transferidos a terceiros, pena de caracterização de desistência, determinante de imediata RESCISÃO CONTRATUAL.

11. – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A EXECUÇÃO DESTE CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS.

11.1 - Fica o presente contrato vinculado a Lei Orgânica Municipal e às Leis Municipais que lhe são correlatas, e ainda, aos preceitos legais instituídos pelo Direito Público quanto aos contratos administrativos e às disposições constitucionais pertinentes e aos princípios da teoria geral dos contratos.

11.2 - A contratação dos serviços pessoais de que trata o presente instrumento, se dará por tempo determinado, para atender necessidades urgentes e indispensáveis aos serviços da Administração Pública Municipal, conforme autoriza a Constituição Federal, inciso IX, Art. 37.

11.3 – Qualquer **ALTERAÇÃO CONTRATUAL** será realizada por meio de **TERMO ADITIVO,** devidamente assinado pelas partes contratantes, sendo os casos omissos, as dúvidas e as questões incidentes serão resolvidas pela autoridade superior que represente a **CONTRATANTE,** e na impossibilidade desta, a competência será do Poder Judiciário da Comarca da **CONTRATANTE.**

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO.

12.1 – O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela **SECRETARIA MUNICIPAL** , responsável pela CONTRATAÇÃO, o qual tem por obrigação exigir o fiel cumprimento e a qualidade nos serviços prestados pela **CONTRATADO (A);**

12.2 - É obrigação do (a) FISCAL DE CONTRATO, anotar em registro próprio todas as ocorrências, a fim de demonstrar a execução da fiscalização do contrato. Na ocorrência de falhas na execução, deve notificar o responsável indicado pela **CONTRATADO (A)** para a regularização, estabelecendo prazo para solução, e deve cientificar o gestor do cumprimento ou não da notificação apresentada, para que o gestor tome as devidas providências.

13. – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO.

13.1 – Para fins e efeitos da Legislação Trabalhista, o presente Instrumento constitui Contrato de Trabalho, **RENUNCIANDO** a **CONTRATADO (A)**, por este ato, a qualquer reclamação trabalhista dele decorrente.

14. – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1 – Fica eleito o foro da Comarca do Município de Diamantino– MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas por pelas partes.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, **19 de setembro** de 202**3**.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	ERCIA NETA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal	Contratado (a)

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

CPF: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº029/2023

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o **PREGÃO ELETRÔNICO N° 029/2023,** cujo certame se deu início às 08h41min, do dia 18/09/2023, sagrou-se vencedor o preponente: **OP QUIRINO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ:22.228.679/0001-03,** R$ 10.512,00 (dez mil, quinhentos e doze reais); **LISITAFISIO COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA – CNPJ: 35.559.172/0001-84,** R$ 13.153,80 (treze mil, cento e cinquenta e três reais e oitenta centavos); **TEIXEIRA ATACADO E COMÉRCIO LTDA – CNPJ:48.002.994/0001-01,** R$ 1.938,00 (um mil, novecentos e trinta e oito reais); **OLIMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ:33.583.026/0001-69,** R$ 7.682,28 (sete mil, seiscentos e oitenta e dois reais e vinte oito centavos); **K. C.R. S. COMÉRCIO EQUIPAMENTOS EIRELI EPP – CNPJ: 35.559.172/0001-84,** R$ 36. 670,00 (trinta e seis mil, setecentos e setenta reais); **COSTA & SOUZA COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA – CNPJ:46.093.723/0001-83,** R$ 24. 842,38 (vinte e quatro mil, oitocentos e quarenta e dois reais e trinta e oito centavos). A licitação foi realizada pela modalidade Pregão Eletrônico, com certame homologado em 20 de setembro de 2023.

Alto Taquari – MT, 20 de setembro de 2023.

THAIS REGINA BENDER DE SOUZA

Pregoeira

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº 02 EDITAL COMPLEMENTAR N.º 005/2023/PMAT/MT

A Prefeita Municipal de Alto Taquari, Sra. Marilda Garofolo Sperandio, no uso de suas atribuições legais, comunica o período para realização do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Mãe Social, conforme disposto no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, autorizado pela Lei Municipal de nº. 542/2009 e suas respectivas alterações, por meio da Comissão de Processo Seletivo, instituída pela Portaria de n° 108/2023, para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Alto Taquari – MT:

Considerando o cronograma estabelecido por meio do Edital Complementar nº 002/2023/PMAT/MT.

Resolve:

Art.1 º Fica publicado o Resultado do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Mãe Social, por ordem de classificação:

NOME

1º - Fernanda Paula Conceição Elias - CPF 020.476.311-81.

2º - Joana D Arc Martins Rocha - CPF 022.799.121-47

3º - Laudenize dos Santos da Silva - CPF 084.939.714-64

Art3º Publica-se o Edital Complementar.

Alto Taquari/MT. 20 de setembro de 2023.

Marilda Garofolo Sperandio

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 081/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 058/2023**

PREGÃO: Nº 013/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de 2023, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.XXX.XXX0/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.XXX.XXX-44, e do RG n º 083XXX1-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78. 595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a **INOVAMED HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.XXX.XXX/0001-02, com sede na Rua DR. João Caruso nº 2115 – setor Industrial Erexim – RS CEP: 99.706-250, neste ato, representada pelo Sr. **Jhonatan Boni**, nacionalidade Brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de identidade RG 210XXX492-7 SSP/DI RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 016.XXX. XXX-59, residente e domiciliado na Rua Pedro Alvares Cabral, nº 610, 1101 Bairro Centro, CEP: 99.700-252 Erechim – RS, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2023.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 013/2023 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Código	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
1	3-01-2394	ACERTIL 10 MG (PERINDOPRIL ARGININA) FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	SERVIER	UN	1.000	1,90	1.900,00
15	3-01-2418	ATORVASTATINA CALCICA CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CIMED	UN	2.000	0,17	340,00
16	3-01-2251	ATORVASTATINA CALCICA CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CIMED	UN	4.000	0,12	480,00
17	3-01-2252	ATORVASTATINA CALCICA CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CIMED	UN	5.000	0,47	2.350,00
20	3-01-2403	BROMIDRATO DE GALANTAMINA 8 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	BIOLAB	UN	1.500	1,43	2.145,00
22	3-01-2407	CARBONATO DE CALCIO 1.250 MG + VIT. D 200 UI CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	LAPON	UN	2.000	0,05	100,00
23	3-01-2405	CARBONATO DE CALCIO 500 MG + VIT. D 400 UI, CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	LAPON	UN	4.000	0,05	200,00
31	3-01-1901	DEXAMETASONA CONCENTRACAO/DOSAGEM 4 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA COM 2,5 ML, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	TEUTO	UN	8.000	1,91	15.280,00
38	3-01-1541	ESCITALOPRAM, OXALATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDOS, FORMA DE APRESENTACAO EM COMPRIMIDOS REVESTIDOS, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL UNIDADE COMPRIMIDO.	CIMED	UN	10.000	0,14	1.400,00
39	3-01-2238	ESCITALOPRAM, OXALATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDOS, FORMA DE APRESENTACAO EM COMPRIMIDOS REVESTIDOS, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CIMED	UN	12.000	0,25	3.000,00
45	3-01-2392	GLICLAZIDA CONCENTRACAO/DOSAGEM 60 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO DE LIBERACAO PROLONGADA,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL (GLICLAZIDA MR)	SERVIER	UN	15.000	0,37	5.550,00
50	3-01-2356	INDAPAMIDA CONCENTRACAO/DOSAGEM 2,5 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	SERVIER	UN	1.000	0,31	310,00
54	3-01-1951	LEVOTIROXINA SODICA CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MCG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	MERCK	UN	1.000	0,08	80,00
55	3-01-1658	LORATADINA CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA XAROPE, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO COM 100 ML, VIA ORAL UNIDADE	CIMED	UN	5.000	3,57	17.850,00
56	3-01-1639	LORATADINA CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL UNIDADE	CIMED	UN	10.000	0,07	700,00
57	3-01-1595	LOSARTANA POTASSICA CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMNISTRACAO ORAL UNIDADE	BIOLAB	UN	20.000	0,26	5.200,00
60	3-01-2391	METFORMINA, CLORIDRATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL (GLIFAGE XR 500 MG) UNIDADE	PRATI DONADUZZI	UN	3.000	0,14	420,00
64	3-01-1832	METOPROLOL SUCCINATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO DE LIBERACAO CONTROLADA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL, COMPRIMIDO UNIDADE	CIMED	UN	5.000	0,25	1.250,00
65	3-01-1959	METOPROLOL, SUCCINATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO DE LIBERACAO CONTROLADA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CIMED	UN	5.000	0,70	3.500,00
66	3-01-1958	METOPROLOL, SUCCINATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO DE LIBERACAO CONTROLADA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CIMED	UN	7.000	0,42	2.940,00

67	3-01-2164	METOTREXATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 2,5 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL, COMPRIMIDO UNIDADE	BLAU	UN	1.000	0,95	950,00
73	3-01-2382	PANTOPRAZOL CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CIMED	UN	6.000	0,13	780,00
81	3-01-2166	ROSUVASTATINA CALCICA CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL, COMPRIMIDO UNIDADE	CIMED	UN	15.000	0,31	4.650,00
93	3-01-2385	TRAMADOL CLORIDRATO CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 100 MG/2 ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA 2 ML.	TEUTO	UN	2.000	1,55	3.100,00
94	3-01-1606	TRAMADOL, CLORIDRATO CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 50 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA ORAL, CONTROLADO UNIDADE	TEUTO	UN	3.000	0,12	360,00
97	3-01-2239	VALSARTANA CONCENTRACAO/DOSAGEM 160 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CIMED	UN	5.000	0,71	3.550,00
98	3-01-2110	VALSARTANA CONCENTRACAO/DOSAGEM 320 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CIMED	UN	5.000	1,03	5.150,00

Valor Total R$ 83.535,00 (oitenta e três mil quinhentos e trinta e cinco reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 30 (trinta) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os PRODUTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PGR.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 20 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2023 E 2024.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 20 de setembro de 2023.

_____ _____

Julio Cesar dos Santos Jhonatan Boni

Prefeito Municipal INOVAMED HOSPITALAR LTDA

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 081/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 058/2023**

PREGÃO: Nº 013/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de 2023, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.3XX.XXX/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n ° 785.XXX.XXX-44, e do RG n º 08XXX11-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78. 595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **NF FARMACEUTICA E LOGISTICA EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 40.XXX.XXX/0001-10, com sede Rua Suçuapara, Qd S, Lt 19, n° 789, Vila Galvão, Senador Canedo- GO, CEP: 75254662, neste ato, representada pelo Sra NATALIA FILGUEIRA SANTANA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, empresária, nascida em 19/05/2001, portadora da Carteira Nacional de Habilitação sob nº 0736XXXX800 e do C.P.F. nº 041.3XX.XXX-22, residente e domiciliada na Alameda dos Amarílis, SN, Quadra 14, Lote 1, Jardins Munique, Goiânia- GO, CEP: 74886 - 091, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2023.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 013/2023 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Código	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
5	3-01-2386	ACIDO ACETILSALICILICO TAMPONADO CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	EMS	UN	10.000	0,17	1.700,00
35	3-01-2409	DIPIRONA SODICA + PROMETAZINA, CLORIDRATO + ADIFENINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG + 10 MG + 5 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	LEGRAND	UN	2.000	0,33	660,00
51	3-01-2414	ISOSSORBIDA, MONONITRATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO SUBLINGUAL	EMS	UN	800	0,27	216,00
80	3-01-1824	ROSUVASTATINA CALCICA CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	EMS	UN	10.000	0,16	1.600,00

Valor Total R$ 4.176,00 (Quatro mil cento e setenta e seis reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 30 (trinta) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os PRODUTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PGR.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 20 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2023 E 2024.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 20 de setembro de 2023.

_____ _____

Julio Cesar dos Santos Natalia Filgueira Santana De Oliveira

Prefeito Municipal NF Farmacêutica E Logística EIRELI - ME

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 081/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 058/2023**

PREGÃO: Nº 013/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de 2023, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.XXX.XXX/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.XXX.XXX-44, e do RG n º 08XXX11-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78. 595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.XXX.XXX/0001- 00, sediada na Avenida Getúlio Vargas, nº 213 – Bairro Cristo Rei, Francisco Beltrão – PR, neste ato, representada pelo Sra NEUZA APARECIDA RIBEIRO LAZZARI, brasileira, natural de Barracão – PR, nascida em 07/08/1963, viúva, empresária, portadora da cédula de identidade civil RG nº 3.9XX.XX1-0/SESP-PR de 21/11/2014, CPF 554.XXX.XXX-04, residente e domiciliado à Avenida Prefeito Guiomar de Jesus Lopes, nº 414 - AP 01, Bairro São Miguel, Francisco Beltrão – PR, CEP 85602-510 denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2023.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 013/2023 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Código	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
25	3-01-1573	CINARIZINA CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL. UNIDADE	RANBAXY	UN	8.000	0,40	3.200,00
26	3-01-1574	CINARIZINA CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 75MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, FORMA DE APRESENTACAO EM COMPRIMIDO, VIA ORAL. UNIDADE	RANBAXY	UN	5.000	0,50	2.500,00
77	3-01-2301	PREGABALINA CONCENTRACAO/DOSAGEM 150 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL, COMPRIMIDO	NOVA QUIMICA	UN	5.000,00	0,48	2.400,00

Valor Total R$ 8.100,00 (Oito mil e cem reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 30 (trinta) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os PRODUTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PGR.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 20 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2023 E 2024.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 20 de setembro de 2023.

_____ _____

Julio Cesar dos Santos NEUZA APARECIDA RIBEIRO LAZZARI

Prefeito Municipal Bellpharma Medicamentos Ltda

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 081/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 058/2023**

PREGÃO: Nº 013/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de 2023, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.XXX.XXX/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.XXX.XXX-44, e do RG n º 08XXX11-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78. 595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **FORCE FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 39.XXX.XXX/0001-82, com sede na Rua Carlos Barbosa, nº 2261, Vila Indrustrial, Toledo – PR, CEP 85.904-210, neste ato, representada pelo Sra. Djeyner Sidney de Miranda, brasileiro, casado, incrito no CPF nº 070.XXX.XX9-70, RG 10.XXX.3X7-0 SESP-PR , residente e domiciliado na na Rua Luiz de Conto, nº 395, JD. Parizotto, Toledo-PR, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2023.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 013/2023 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Código	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
10	3-01-2426	ANLODIPINO, BESILATO + BENAZEPRIL, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG + 10 MG RESPECTIVAMENTE,FORMA FARMACEUTICA CAPSULA,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL (PRESS PLUS)	BIOLAB	UN	4.000	2,67	10.680,00
13	3-01-2421	APRAZOLAN CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 2 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	GERMED	UN	2.700	0,16	432,00
29	3-01-2396	CLORIDRATO DE DILTIAZEM 90MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	BOHERRINGUE	UN	2.500	2,36	5.900,00
40	3-01-2387	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO + PARACETAMOL, CONCENTRAÇÃO DOSAGEM 10 + 500 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	GEOLAB	UN	4.000	1,14	4.560,00
42	3-01-1537	ETORICOXIBE CONCENTRACAO/DOSAGEM 90 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL, COMPRIMIDO UNIDADE	GERMED	UN	2.000	3,72	7.440,00
43	3-01-2404	FORFIG SILIMARINA 200MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	MOMENTA	UN	3.000	2,57	7.710,00
44	3-01-2154	GLICAZIDA CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 30 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA, FORMA DE APRESENTACAO EM COMPRIMIDO, VIA ORAL.	TORRENT	Cpr	30.000	0,26	7.800,00
72	3-01-2399	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	ALTHAIA	UN	2.000	0,91	1.820,00
83	3-01-2177	SACUBITRIL + VALSARTANA CONCENTRACAO DE 24MG + 26MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	NOVARTINS	UN	5.000	5,65	28.250,00
100	3-01-2401	VILDAGLIPTINA CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	ALTHAIA	UN	6.000	1,34	8.040,00

Valor Total R$ 82.632,00 (Oitenta e dois mil seiscentos e trinta e dois reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 30 (trinta) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os PRODUTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PGR.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 20 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2023 E 2024.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 20 de setembro de 2023.

_____ _____

Julio Cesar dos Santos Djeyner Sidney de Miranda

Prefeito Municipal FORCE FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 081/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 058 /2023**

PREGÃO: Nº 013/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de 2023, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.XXX.XXX/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.XXX.XXX-44, e do RG n º 083XXX1-8 SESP/MT**, residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78.595-000**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **GOLDENPLUS COM. DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.XXX.XXX/0001-64, com sede Rua das Roseiras, nº 50, bairro Centro, na cidade de Barão de Cotegipe, RS, CEP 99.740-000, Rio Grande do Sul, neste ato, representada pelo Sr. Marcelo Marostica, brasileiro, solteiro, nascido em 06/02/1981, empresário, portador da carteira de identidade nº 10XXX9X215 SSP/RS, inscrito no CPF nº 820.XXX.XXX-72, residênte e domiciliado na Rua Basílio Tormem, n° 376, bairro Centro, na cidade de Barão de Cotegipe, RS, CEP 99.740-000 denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2023.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 013/2023 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Código	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
8	3-01-2105	AMOXICILINA+CLAVULANATO DE POTASSIO CONCENTRACAO/DOSAGEM DE (250 MG + 6,25 MG/ML), FORMA FARMACEUTICA SUSPENSAO, FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO COM 75 ML, VIA ORAL	EMS	UN	2.000	36,90	73.800,00
9	3-01-1643	AMOXICILINA+CLAVULANATO DE POTASSIO CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG + 125 MG RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA OU COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL UNIDADE	SANDOZ	UN	15.000	3,50	52.500,00
41	3-01-2215	ESOMEPRAZOL MAGNESIO CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	EMS	UN	4.000	0,82	3.280,00
62	3-01-1755	METILDOPA CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 500MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	EMS	UN	10.000	1,16	11.600,00
88	3-01-2408	SOLUCAO FISIOLOGICA NASAL CLORETO DE SODIO 0,9% SOLUCAO NASAL, FRASCO COM 50 ML	NATULAB	UN	800	3,11	2.488,00

Valor Total R$ 143.668,00 (cento e quarenta e três mil seiscentos e sessenta e oito reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 30 (trinta) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os PRODUTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PGR.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 20 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de

fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2023 E 2024.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 20 de setembro de 2023.

_____ _____

Julio Cesar dos Santos Marcelo Marostica

Prefeito Municipal Goldenplus Com. De Medicamentos E

Prod. Hospitalar Ltda

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 081/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 058/2023**

PREGÃO: Nº 013/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de 2023, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.XXX.XXX/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.XXX.XX1-44, e do RG n º 08XXX11-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78.595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **MAÊVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.XXX.XXX/0001-92, com sede na Avenida Vereador Germino Alves, n° 734, QD. 31, LT. 12 ST Leste Vila Nova, Goiânia/GO CEP: 74. 640-030, neste ato, representada pelo Sr. **Tomaz Lobo de Mello Fernandes**, Brasileiro, solteiro, sócio administrador, portador da Cédula de Identidade RG 4XXX203 DGPC/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 036.XXX.1XX-02, residente e domiciliado na Rua 24, Nº320, APTO. 402 EDIF. Vivant Residence, Setor Marista, em Goiânia-GO, CEP: 74.150-070, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2023.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 013/2023 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Código	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
68	3-01-2380	NAPROXENO CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORA	UNIÃO QUIMICA	UN	5.000	0,52	2.600,00
75	3-01-2142	PARACETAMOL + CODEINA, FOSFATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG + 30 MG RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	UNIÃO QUIMICA	Cpr	5.000	0,33	1.650,00

Valor Total R$ 4.250,00 (Quatro mil duzentos e cinquenta reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 30 (trinta) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os PRODUTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PGR.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 20 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2023 E 2024.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 20 de setembro de 2023.

_____ _____

Julio Cesar dos Santos Tomaz Lobo de Mello Fernandes

Prefeito Municipal MAÊVE PROD. HOSPITALARES LTDA

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 081/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 058/2023**

PREGÃO: Nº 013/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de 2023, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.3XX.XXX/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos-** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.XXX.XXX-44, e do RG n º 083XXX1-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78. 595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **ZAFRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALAR**, inscrita no CNPJ sob o nº 41.3XX.XXX/0001-23, com sede na rua Espirito Santo nº 1440, bairro Linho, Erechim- RS, neste ato, representada pelo Sr. IvanorZaions, CPF nº 008.XXX.4XX-80, brasileiro, empresário, portador da Cédula de identidade RG 40XXX13041SJS-RS, residente e domiciliado na Maranhão nº 591, ap. 403, bairro Fatima, Erechim -RS, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteri-

ores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2023.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 013/2023 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Código	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
27	3-01-2395	CLINDAMICINA 300 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIÃO QUIMICA	UN	3.000	1,22	3.660,00
61	3-01-1649	METILDOPA CONCENTRACAO/DOSAGEM 250 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL UNIDADE	EMS	UN	5.000	0,72	3.600,00

Valor Total R$ 7.260,00 (Sete mil duzentos e sessenta reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DOÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DOFORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 30 (trinta) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os PRODUTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PGR.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1.A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 20 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2023 E 2024.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 20 de setembro de 2023.

_____ _____

Julio Cesar dos Santos Ivanor Zaions

Prefeito Municipal ZAFRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS

E PRODUTOS HOSPITALAR

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 081/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 058/2023**

PREGÃO: Nº 013/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de 2023, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.XXX.XXX/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos-** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.XXX.XXX-44, e do RG n º 0XXXX11-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78.595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 22 XX XX/0001-26 , com sede Rua José Bonifácio,531 Centro, Barão de Cotegipe/RS, CEP 99740-000, neste ato, representada pelo Sra ADRIANA FÁTIMA GURALSKI, nacionalidade brasileira, solteira, empresária, nascida em 19/11/1989, empresária, RG 30XXX67X19 SJS/RS, CPF nº 02X 8XXX30-32, residente e domiciliada na Rua Maranhão, 279, Apto 105, Bairro Fátima, cidade de Erechim/RS, CEP 99709- 260, titular da EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA com sede na Rua José Bonifácio, 531 Centro, Barrão de Cotegipe/RS, CEP 99740-000, inscrito na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob o NIRE 436XXX38513 em 16/04/2015 e no CNPJ sob nº 22 XXX XX/0001-26, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8. 666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2023.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 013/2023 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Código	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
2	3-01-2078	ACETILCISTEINA CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA XAROPE, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO COM 120ML, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	NTS	UN	5.000	4,30	21.500,00
3	3-01-2275	ACETILCISTEINA CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA XAROPE, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL, FRASCO COM 120ML	BASTERAPICA	UN	8.000	5,15	41.200,00
4	3-01-2084	ACETILCISTEINA CONCENTRACAO/DOSAGEM 600 MG, FORMA FARMACEUTICA GRANULADO, FORMA DE APRESENTACAO ENVELOPE/ PO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	WBM	UN	5.000	0,69	3.450,00

18	3-01-2016	BENZOILMETRONIDAZOL CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG/ML, FORMA FAR-MACEUTICA SUSPENSAO ORAL, FORMA DE APRESENTACAO, FRASCO COM 120 ML, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	BELFAR	UN	2.000	6,50	13.000,00

Valor Total R$ 79.150,00 (Setenta e nove mil cento e cinquenta reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DOÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DOFORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 30 (trinta) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os PRODUTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PGR.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1.A entrega dos produtos deverá ser feita no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 20 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2023 E 2024.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 20 de setembro de 2023.

_____

Julio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

_____

Top Norte Comercio De Material Médico Hospitalar Ltda

ADRIANA FÁTIMA GURALSKI

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 081/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 058/2023**

PREGÃO: Nº 013/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de 2023, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.XXX.8XX/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos-** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.XXX.XXX-44, e do RG n º 08XXX11-8 SESP/MT**, residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78. 595-000**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa**SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.9XX.XXX/0003-68, com sede na Av. Marginal Norte da Rodovia dos Bandeirantes nº 2400, Distrito Industrial, Jundaia -SP, neste ato, representada pelo Sr.José Paulo Gesser, brasileiro, natural do município de Braço do Norte, estado de Santa Catarina, nascido em 14/09/1965, empresário, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade n° 1.XXX.7X4, emitida pela SESP/SC, inscrito no CPF n.º 5X1.0XX.XX9-91, residente e domiciliado no município de Joinville, estado de Santa Catarina, Avenida Santos Dumont, n° 1355, Bairro Santo Antônio, CEP 89.218- 105, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/ 2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2023.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 013/2023 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Código	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
14	3-01-2217	ARIPIPRAZOL CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	ARISTAB	UN	2.000	0,54	1.080,00
52	3-01-2415	LEVETIRACETAM CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORAL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO COM 100 ML, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	ETIRA	UN	40	63,14	2.525,60
53	3-01-1889	LEVOFLOXACINO CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	LIVEPAX	UN	3.000	0,90	2.700,00
82	3-01-2381	ROSUVASTATINA CALCICA CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	TREZOR	UN	10.000	1,50	15.000,00
95	3-01-2169	TRIMETAZIDINA, DICLORIDRATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 35 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL, COMPRIMIDO UNIDADE	SOANZA	UN	1.000	1,19	1.190,00

Valor Total R$ 22.495,60 (Vinte e dois mil quatrocentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DOÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DOFORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 30 (trinta) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os PRODUTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PGR.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1.A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 20 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2023 E 2024.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 20 de setembro de 2023.

_____ _____

Julio Cesar dos Santos José Paulo Gesser

Prefeito Municipal Sulmedic Comercio De Medicamentos LTDA

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 081/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 058/2023**

PREGÃO: Nº 013/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de 2023, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.3XX.XXX/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.XXX.XX1-44, e do RG n º 08XXX11-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78. 595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **REALMED DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.XXX.XXX/0001-90, com sede na rua Belo Horizonte nº 2209, Bairro Neva, Cascavel -PR CEP 85802-228, neste ato, representada pelo Sr. Anderson Dos Santos, brasileiro, casado, empresário, increcrito sob o CPF nº 043.XX.XXX-07, portador da carteira de identidade RG nº 8.4XX.5X5-2 SESP-PR, residente e domilicado na Rua Flamboyant nº 3444, bairro Recanto Tropical, Cascavel -PR, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2023.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 013/2023 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Código	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
6	3-01-2384	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO CONCENTRACAO/DOSAGEM 875 MG + 125 MG RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL, UNIDADE	EMS	UN	8.000	4,69	37. 520,00

Valor Total R$ 37.520,00 (Trinta e sete mil quinhentos e vinte reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 30 (trinta) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os PRODUTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PGR.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 20 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2023 E 2024.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 20 de setembro de 2023.

_____ _____

Julio Cesar dos Santos Anderson Dos Santos

Prefeito Municipal Realmed Distribuidora LTDA

Fornecedor

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. **181/2023**

CONTRATANTE - **PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS**

CONTRATADA – **ELIANE DA SILVA INFANTINO E SANTOS**

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE PROFESSORA NÍVEL SUPERIOR**

VALOR MENSAL: **R$ 3.070,92 (Três mil e setenta reais e noventa e dois centavos)**

VIGÊNCIA – **20/09/2023 à 19/10/2023.**

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 081/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 058/2023**

PREGÃO: Nº 013/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de 2023, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.XXX.XXX/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.XXX.XX1-44, e do RG n º 083XXX1-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78. 595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, sede à Avenida São Paulo, Qd. 103 A, Lt. 007E, Bairro Jardim Maria Inês, Aparecida de Goiânia/GO, inscrita no CNPJ-MF sob n. º 01.XXX.XXX/0004-72, neste ato, representada pelo Sr. Fagner Genelhú Ferreira Penna, inscrito no CPF-MF sob nº 013.XXX.XX6-04, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de identidade RG 11.XXX.8X4 - SSP/ MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.XXX.XXX-04, residente e domiciliado na cidade de Caratinga -MG, rua Pedro Faiçal, nº 68, Ap 201, bairro Santa Zita, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2023.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 013/2023 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Código	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
58	3-01-1594	LOSARTANA, POTASSICA CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMNISTRACAO ORAL UNIDADE	PRATI NACIONAL	UN	50.000	0,05	2.500,00
74	3-01-2234	PANTOPRAZOL CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	MEDQUIMICA	UN	5.000	0,17	850,00

Valor Total R$ 3.350,00 (Três mil trezentos e cinquenta reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 30 (trinta) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os PRODUTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PGR.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 20 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2023 E 2024.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 20 de setembro de 2023.

_____ _____

Julio Cesar dos Santos Fagner Genelhú Ferreira Penna

Prefeito Municipal Distrimix Distribuidora De Medicamentos LTDA

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 081/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 058/2023**

PREGÃO: Nº 013/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de 2023, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.XXX.XXX/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.XXX.XXX-44, e do RG n º 08XXX11-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78.595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.XXX.XXX/0001-01, com sede na Rua Peru, n° 454, Centro, em Ouro Verde do Oeste/PR CEP: 85.933-000, neste ato, representada pelo Sr. **Maicon Uilians Backes**, Brasileiro, casado, sócio administrador, portador da Cédula de Identidade RG 7.XXX.410-6 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 040.XXX.1XX-29, residente e domiciliado na Rua Paraíba, n° 856, Centro, em Ouro Verde do Oeste/PR, CEP: 85.933-000denominada

simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8. 666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2023.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 013/2023 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Código	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
11	3-01-2419	APRAZOLAN CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 0,25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	GERMED	UN	900	0,13	117,00
63	3-01-2061	METILFENIDATO CLORIDRATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL, COMPRIMIDO UNIDADE	ALTHAIA	UN	2.000	0,43	860,00
71	3-01-2400	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40 MG + HIDROCLOROTIAZIDA, 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	EMS	UN	5.000	1,65	8. 250,00
79	3-01-2393	PROSSO 250 MG + 2,5MCG (CITRATO MALATO E VITAMINA D3) FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	BRASTERAPICA	UN	3.000	4,32	12. 960,00
89	3-01-2411	SUPLEMENTO ALIMENTAR DE COLAGENO DO TIPO II NAO HIDROLISADO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	GLOBAL	UN	5.000	0,65	3. 250,00
90	3-01-1526	TENOXICAM CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL UNIDADE.	MEDQUIMICA	UN	15.000	0,76	11. 400,00

Valor Total R$ 36.837,00 (Trinta e seis mil oitocentos e trinta e sete reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 30 (trinta) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os PRODUTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PGR.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 20 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2023 E 2024.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 20 de setembro de 2023.

_____ _____

Julio Cesar dos Santos Maicon Uilians Backes

Prefeito Municipal DIST. DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 081/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 058/2023**

PREGÃO: Nº 013/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de 2023, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.3XX.8XX/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.XXX.XX-44, e do RG n º 083XXX1-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78. 595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº 81.XXX.2XX/0001-98, situada na Rua João Amaral de Almeida, nº 100 – Cidade Industrial, Curitiba/PR, neste ato, representada pela Sr. **Jeferson Campos Mastaler**, brasileiro, representante, portador da Cédula de Identidade RG 8.XXX.893-3 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 037.XX.6XX-89, residente e domiciliada à Rua Ângelo Tozim, nº 1399, Bairro Campo de Santana, em Curitiba/PR, denominado simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8. 666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2023.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 013/2023 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Código	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
19	3-01-2388	BIOVAGIN BENZOILMETRONIDAZOL + NISTATINA + CLORETO DE BENZALCONIO FORMA FARMACEUTICA POMADA VAGINAL, TUBO COM 40 G E 10 APLICADORES	ARESE	BIS	200	34,64	6.928,00

36	3-01-2389	DOLAMIN FLEX (CLONIXINATO DE LISINA 125 MG + CLORIDRATO DE CICLO-BENZAPRINA 5 MG) COMPRIMIDO	FARMOQUIMICA	UN	5.000	1,19	5. 950,00
46	3-01-2398	GLICOSAMINA, SULFATO + CONDROITINA, SULFATO CONCENTRACAO/DOSA-GEM 1,5 G + 1,2 G RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA PO PARA SO-LUCAO ORAL, FORMA DE APRESENTACAO EM SACHE,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	ADIUM SA	UN	1.000	3,72	3. 720,00
47	3-01-2413	HIDROXIDO DE ALUMINIO + HIDROXIDO DE MAGNESIO + SIMETICONA - CON-CENTRACAO/DOSAGEM 400 MG + 400 MG + 30 MG RESPECTIVAMENTE,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO MASTIGAVEL,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	MEDQUIMICA	UN	3.000	0,73	2. 190,00
70	3-01-2390	NORIPURUM HIDROXIDO DE FERRO III, 100 MG FORMA FARMACEUTICA COM-PRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL, COMPRIMIDO MASTIGÁVEL	BIOLAB	UN	10.000	1,46	14. 600,00

Valor Total R$ 33.380,00 (Trinta e três mil trezentos e oitenta reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 30 (trinta) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os PRODUTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PGR.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 20 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2023 E 2024.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 20 de setembro de 2023.

_____ _____

Julio Cesar dos Santos Jeferson Campos Mastaler

Prefeito Municipal PROMEFARMA MED. E PROD. HOSPITALARES LTDA

Fornecedor

ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL Nº 006/2023/CMDCA

EDITAL Nº 006/2023 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE MESÁRIOS, PRESIDENTES DE MESA E ESCRUTINADORES, E DEFINE DATA PARA REUNIÃO COM REFERIDOS SERVIDORES, CANDIDATOS E FISCAIS.

A Comissão Especial para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, constituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de **APIACÁS -MT**, na forma da Resolução n. 231/2022 do Conanda e da Resolução n. 005/2023 do CMDCA de APIACÁS:

I – Convoca os conselheiros de direitos relacionados abaixo para atuarem como Presidentes de Mesa, Mesários e Escrutinadores na votação do processo de escolha para o Conselho Tutelar de Apiacás, no dia 1º de Outubro de 2023, das 8h às 17h na Escola Centro de Promoção Educacional.

II – Torna pública a convocação dos servidores públicos municipais abaixo relacionados, previamente requisitados ao Chefe do Poder Executivo local, para atuarem como Presidentes de Mesa, Mesários e Escrutinadores na eleição do Conselho Tutelar do Município de Apiacás, no dia 1º de outubro de 2023, das 8h às 17h. O escrutínio dos votos iniciará imediatamente após o encerramento do horário de votação e o fechamento das urnas, e será realizado na Escola Centro de Promoção Educacional.

III – No dia da votação, os conselheiros e servidores convocados deverão estar nos respectivos locais de votação com antecedência mínima de 1 (uma) hora.

IV – Ficam, desde já, convocados os conselheiros e servidores para participar de reunião que se realizará no dia 25 de Setembro as 14h CRAS cujos objetivos são definir a seção em que cada um atuará e orientar quanto aos procedimentos a serem adotados durante a votação e a apuração. Os candidatos poderão participar da referida reunião ou, na sua impossibilidade, indicar um representante para acompanhar o encontro.

V – Ficam, desde já, convocados os candidatos e seus fiscais (no máximo de dois fiscais por candidato) para participar de reunião que se realizará no dia 25 de setembro de 2023 (semana anterior ao dia da votação), às 14h, no CRAS, cujos objetivos são organizar os trabalhos do dia da votação e orientar os candidatos e seus fiscais sobre as condutas vedadas que podem ser praticadas na referida data. Será registrada ata da reunião, com a lista de presença dos candidatos e dos membros da Comissão Especial, no sentido de que as regras previstas no edital, na Resolução n. 231/2022 do Conanda e Lei Municipal serão devidamente respeitadas, sob pena de impugnação da candidatura, frisando-se que eventual ausência não isenta o(a) candidato(a) do cumprimento das regras do processo de escolha.

RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DE MESA, MESÁRIOS E ESCRUTINADORES: Geralda Pereira Barbosa , Antonia Aparecida Pigosso, Erdilene Bueno Onofre, Priscilla Lima Pinheiro, Tainara Cristina Fermiano, Fabio Germano e Marizete Andretta.

Comissão Eleitoral: Lucileide Dusanoski, Gislene Nunes Xavier , Jaqueline Gomes da Silva, Antoniel Frazão Menezes.

Apiacás-MT, 20 de Setembro de 2023.

_____ Jaqueline Gomes da Silva Presidente do CMDCA Apiacás-MT

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 081/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 058/2023**

PREGÃO: Nº 013/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de 2023, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.XXX.XXX/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.XXX.5X1-44, e do RG n º 08XXXX1-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78. 595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.XXX.XXX/0001-10, com sede Avenida Anápolis, s/nº, Qd. 2ª, Lt. 06 Vila Brasília, em Aparecida de Goiânia/GO, CEP: 74.911-360, neste ato, representada pela Sra. **Ariana Lanusse Netto Leão Marques, brasileira,** casada, gerente de Licitação – Procurador portador do RG 42XXX25 SSP/GO CPF: 003.XXX.XX1-06, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2023.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 013/2023 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Código	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
7	3-01-1559	AMOXICILINA CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 500 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA VIA ORAL. UNIDADE	BRAINFARMA	UN	40.000	0,26	10.400,00
78	3-01-2424	PREGABALINA CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	APSEN	UN	1.000	1,00	1.000,00

Valor Total R$ 11.400,00 (Onze mil e quatrocentos reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 30 (trinta) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os PRODUTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PGR.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 20 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2023 E 2024.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 20 de setembro de 2023.

_____ _____

Julio Cesar dos Santos Ariana Lanusse Netto Leão Marques

Prefeito Municipal CIENTIFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA.

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 081/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 058/2023**

PREGÃO: Nº 013/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de 2023, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.3XX.XXX/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785XXX.XXX-44, e do RG n º 08XXXX1-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78. 595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **FARMACIA BOM PREÇO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.XXX.XXX/0001-48, com sede na Avenida Goiás nº1150 S Sala 02, Bairro Setor Chácaras, Lucas do Rio Verde - MT CEP: 78.455-000, neste ato, representada pelo Sr. **Jones Luiz Dallagnol**, nacionalidade Brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de identidade RG sob nº 10XXX35-0 SJII/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 906.XXX.8XX-87, residente e domiciliado na Av. Paraná, nº 226-S, Centro no município de Lucas do Rio Verde – MT, CEP: 78.455-000, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/ 2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2023.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 013/2023 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Código	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
30	3-01-2115	DAPAGLIFLOZINA CONCENTRACAO/ DOSAGEM DE 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDOS, FORMA DE APRESENTACAO COMPRIMIDOS, VIA ORAL.	SANDOZ	UN	10.000	5,00	50.000,00
85	3-01-2092	SACUBITRIL + VALSARTANA CONCENTRACAO DE 97+103MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	NOVARTINS	UN	3.000	4,99	14.970,00
92	3-01-2425	TIMOMODULINA (LEUCOGEN) CONCENTRACAO/DOSAGEM 20MG/5ML, FORMA FARMACEUTICA XAROPE, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL, FRASCO COM 120 ML	ACHE	UN	300	86,43	25.929,00
96	3-01-2416	VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA + BESILATO DE ANLODIPINO 10MG DOSAGEM 320 MG + 25MG + 10 MG RESPECTIVAMENTE, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	NOVARTINS	UN	2.000	5,30	10.600,00
99	3-01-2383	VILDAGLIPTINA + METFORMINA, CLORIDRATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG + 1000 MG RESPECTIVAMENTE,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	NOVARTINS	UN	6.000	2,93	17.580,00

Valor Total R$ 119.079,00 (Cento e dezenove mil e setenta e nove reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 30 (trinta) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os PRODUTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PGR.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 20 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2023 E 2024.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 20 de setembro de 2023.

_____ _____

Julio Cesar dos Santos Jones Luiz Dallagnol

Prefeito Municipal FARMACIA BOM PREÇO LTDA

Fornecedor

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 298/2023.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA atender à necessidade temporária e de excepcional interesse público da secretaria municipal de EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei.. .

RESOLVE:

Art. 1° - Contratar por prazo determinado a Srta. **ELIANE DA SILVA INFANTINO E SANTOS,** portadora da cédula de identidade nº 1072793-0 SJ/MT e inscrita no CPF sob o nº 962.934.381-91, no cargo de **Professora Nível Superior -** Lei Municipal nº 1.401/2023, lotada na Secretaria Municipal de Educação – Contrato de Prestação de Serviços 181/2023, no período de 20 de Setembro de 2023 à 19 de Outubro de 2023.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás-MT; 20 de Setembro de 2023.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 081/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 058/2023**

PREGÃO: Nº 013/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de 2023, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.XXX.XXX/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.XXX.XX1-44, e do RG n º 08XXXX1-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78. 595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 37.XXX.XXX/0001-31, com sede Av. Bandeirantes, nº 299, Vila Ipiranga, CEP 86.010-020, Londrina - PR, neste ato, representada pelo Sra. Sheila Rodrigues Sampaio, brasileira, casada, portador da Cédula de identidade RG 3.8XX.XX0-9 - SSP/ PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 642. XXX.XX9-72, residente e domiciliado na na Estrada Espirito Santo – Patrimonio Regina, s/n, lote nº 249, CEP 86001-970, Londrina - Paraná, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2023.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 013/2023 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Código	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
87	3-01-2397	SILDENAFILA, CITRATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	SANDOZ	UN	2.000	1,20	2. 400,00

Valor Total R$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 30 (trinta) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os PRODUTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PGR.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 20 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2023 E 2024.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 20 de setembro de 2023.

_____ _____

Julio Cesar dos Santos Sheila Rodrigues Sampaio

Prefeito Municipal FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Fornecedor

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO CME/APIACÁS Nº 01/2023

RESOLUÇÃO CME/APIACÁS Nº 01/2023

Dispõe sobre o provimento do cargo de gestor(a) escolar e Coordenador Pedagógico, a partir de processo seletivo com avaliação de mérito e desempenho, para atuação nas Escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Apiacás e dá outras providências."

O **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE APIACÁS**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e regimentais.

Considerando o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu Art. 206 e inciso VI que trata da gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

Considerando os incisos I, II, III, IV e V do artigo 11 da Lei nº. 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Considerando a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Considerando disposto no Decreto nº 10.656, de 22 de março de 2021 que regulamenta a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação; e que determina que para fazer jus à Complementação – VAAR de 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais de receita, as redes públicas devem cumprir 03 (três) condicionalidades de melhoria de gestão previstas na Resolução nº 01 de 27 de julho de 2022 do FNDE;

Considerando a Resolução nº 1, de 27 de julho de 2022; que "Aprova as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão para fins de distribuição da complementação VAAR, às redes públicas de ensino, para vigência no exercício de 2023 e dá outras providências"

Considerando o que dispõe o inciso I do §1ª do Art.14º da Lei nº14.113, de 25 de dezembro de 2020, que define como um dos critérios para recebimento da Complementação VAAR o "provimento do cargo ou função de gestor escolar de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho".

Considerando a Lei Municipal n° 920 de 24 de junho de 2015; que adequa o Plano Municipal de Educação criado pela Lei Municipal n° 477 de 24 de setembro de 2007, que em sua Meta 16 assegura as condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído os critérios e requisitos do Processo de Seleção para designação de Profissionais da Educação para as funções de Gestor Escolar e Coordenador Pedagógico nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Apiacás-MT. O processo se dará por sete etapas, sendo que a sexta etapa será excluída no processo seletivo para o cargo de Coordenador Pedagógico.

Art. 2º. A escolha de candidato para o provimento do cargo em comissão de Diretor Escolar e Coordenador Pedagógicos de Escola Municipal dar-se-á pelas seguintes etapas:

I - Inscrição;

II – Prova escrita para avaliação de conhecimentos necessários à gestão da escola a qual terá caráter **eliminatório** e **classificatório**;

III – Análise de títulos, do plano de trabalho alinhado ao PPP (Projeto Político Pedagógico), à BNCC (Base Nacional Comum Curricular) entregues no ato da inscrição pelo(a) candidato(a) a função de Gestor (a) Escolar e Coordenador Pedagógico.

IV- Avaliação comportamental dos candidatos que se destina à aferição de conhecimentos, habilidades e atitudes do candidato em função de um perfil pré-estabelecido pela Comissão de avaliação composta pelo Conselho Municipal de Educação, considerando pelo menos, os seguintes componentes:

Visão sistêmica;

a) Senso ético;

b) Liderança;

c) Flexibilidade;

d) Comunicação;

e) Comprometimento;

V- Entrevista individual com caráter **classificatório** entre os candidatos, em que serão checados os componentes do perfil supra mencionados.

VI- **(Etapa exclusiva para o cargo de Gestor Escolar)** Eleição direta pela comunidade escolar (Professores, Coordenadores Pedagógicos, Secretários Escolares e demais profissionais da escola, pais/Mães/Responsáveis legais dos estudantes etc.). Quando houver mais de um candidato.

VI–**(Etapa exclusiva para o cargo de Coordenador Pedagógico)** Eleição direta realizada pelos seus pares (professores regentes da escola). Quando houver mais de um candidato.

VII- Caráter formativo e obrigatório: Apresentar a comissão certificado de curso de formação sobre Gestão Escolar Democrática e suas competências, com duração de mínima de 20h.

§1º. Os candidatos que não forem selecionados na eleição, serão direcionados ao cadastro reserva.

Art. 3º. Para desenvolver o Processo de Seleção de Diretores e Coordenadores, a Secretaria Municipal de Educação instituirá uma comissão formada pelo Conselho Municipal de Educação, que acompanhará todo o processo.

Art. 4º. A seleção reger-se-á por edital, que especificará conteúdos e estratégias a serem utilizadas em cada etapa do processo.

Art. 5º. Poderá participar do processo para provimento do cargo em comissão de diretor e coordenador pedagógico, os profissionais da educação efetivos da rede pública-municipal que comprovem ter:

I – No mínimo, dois anos de experiência como Professor Regente em função de docência;

II – Habilitação em nível superior, em área da Educação.

Art. 6º. É vedada a participação no Processo de Seleção ao Profissional que nos últimos 05 (cinco) anos tenha sido exonerado, dispensado ou suspenso do exercício da função de Diretor/Coordenador em decorrência de processo administrativo disciplinar e/ou readaptação;

Art. 7°. Uma vez listados os candidatos considerados aptos em processo seletivo, caberá ao Prefeito Municipal a nomeação dos selecionados para os cargos da Gestão Escolar.

Art. 8º. Na vacância para provimento do cargo, a partir do processo seletivo e/ou cadastro reserva, fica a Secretaria Municipal de Educação apta a nomear um diretor e/ou coordenador em caráter temporário, prorrogável por mais um (1) ano.

Art. 9º. No ato da posse, o diretor assinará termo de compromisso, o qual define as responsabilidades da função.

Art. 10º A gestão escolar será acompanhada diretamente pelo Conselho Escolar, e avaliada pela Secretaria Municipal de Educação.

§1º. Os elementos para a avaliação de desempenho do Diretor são: o cumprimento do plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), os indicadores de eficiência da escola, os resultados de aprendizagem dos alunos, a lisura na gestão financeira e o relacionamento com a comunidade escolar.

§2º. A atribuição de sanções e/ou exoneração fica a cargo do Secretário(a) Municipal de Educação, mediante o comprometimento de um ou mais dos elementos supra mencionados.

§3º. Os procedimentos, prazos, cronograma de datas e demais informações sobre o Processo de Seleção constam em edital.

Art. 11. A contratação da empresa ou a confecção do processo seletivo de Diretores e Coordenadores Pedagógicos, ficará a cargo da Prefeitura Municipal de Apiacás.

Art. 12. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O Conselho Municipal de Educação aprova, por unanimidade, a presente Resolução, em 20 de setembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 081/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 058/2023**

PREGÃO: Nº 013/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de 2023, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.XXX.XXX/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.XXX.XXX-44, e do RG n º 083XXX1-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78. 595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **CENTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOPITALARES LTDA**, CNPJ nº 03.XXX.XXX/0001-70, com endereço Rodovia BR 480, 795, Bairro Centro, Barão de Cotegipe - RS, CEP: 99.740-000, neste ato, representada pela Sr. **Edivar Szymanski**, brasileiro, casado, comerciante, portadora da Cédula de Identidade RG 13.XXX.X73-9 SESP/II/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 465.XXX.XXX-25, residente e domiciliada à Rua José Bonifacio, nº 636, Centro, CEP: 89.815-290, em Barão de Cotegipe – RS, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8. 666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2023.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 013/2023 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QTDE MAX	VALOR REGISTRADO UNITÁRIO EM R$

Item	Código	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
12	3-01-2420	APRAZOLAN CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 0,5 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	SANOFI	UN	2.400,00	0,07	168,00
21	3-01-2273	BROMOPRIDA CONCENTRACAO/DOSAGEM 4 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORAL GOTAS, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL FRASCO COM 20ML	PRATI DONADUZZI	UN	1.000,00	2,35	2.350,00
24	3-01-2406	CARBONATO DE CALCIO 600 MG + VIT. D 400 UI CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	FITOWAY	UN	6.000,00	0,06	360,00
32	3-01-2129	DIOSMINA + HESPERIDINA CONCENTRACAO/DOSAGEM 450 MG + 50 MG RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA OU COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	GLOBO	UN	12.000,00	0,49	5.880,00
33	3-01-2427	DIOSMINA + HESPERIDINA CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 450MG+50MG RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	GLOBO	UN	4.000,00	0,49	1.960,00
37	3-01-1807	DOXICICLINA CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA OU COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL, UNIDADE	PHARLAB	Cpr	800,00	0,55	440,00
48	3-01-2412	HIDROXIDO DE ALUMINIO 60MG/ML, FORMA FARMACEUTICA FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL, FRASCO COM 150 ML, UNIDADE.	IMEC	UN	4.000,00	4,27	17.080,00
49	3-01-1632	IBUPROFENO CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 600MG, FORMA DE APRESENTACAO EM COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA ORAL	PRATI DONADUZZI	UN	25.000,00	0,19	4.750,00
76	3-01-2014	PREGABALINA CONCENTRACAO/ DOSAGEM 75 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	MEDQUIMICA	UN	10.000,00	0,26	2.600,00
91	3-01-2402	TIAMINA 300 MG, RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CELLERA	UN	2.000,00	0,24	480,00

Valor Total R$ 36.068,00 (Trinta e seis mil e sessenta e oito reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 30 (trinta) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os PRODUTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PGR.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 20 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2023 E 2024.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 20 de setembro de 2023.

_____ _____

Julio Cesar dos Santos Edivar Szymanski

Prefeito Municipal CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA

Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 081/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 058/2023**

PREGÃO: Nº 013/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de 2023, O MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.XX1.XXX/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.XXX.5XX-44, e do RG n º 083XXX1-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78. 595-000, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **PONTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 37.XXX.7XX/0001-05, com sede Rua Quadra 13, Orla Oeste, nº Lote 15, Vila Luzimangues, na cidade de Porto Nacional - TO, CEP: 77500-000, neste ato, representada pelo Sra. **Aline Antoniazzi Pereira,** brasileira, solteira, farmacêutica, natural da cidade de Severiano de Almeida – RS, na data de nascimento 05/06/1985, portadora da Carteira de Identidade (RG): n° 20XXX2XX69, expedida por SSP/RS em 30/03/2017 e CPF: n° 005.XXX.XXX-27, residente e domiciliada na cidade de Porto Nacional - TO, na Rua Quadra 13 Orla Oeste, Nº Lote15, Vila Luzimangues, CEP: 77500-000, simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2023.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 013/2023 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR LOTE ÚNICO

Item	Código	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
84	3-01-2116	SACUBITRIL + VALSARTANA CONCENTRACAO DE 49MG + 51MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	NOVARTINS	UN	10.000	5,15	51.500,00

Valor Total R$ 51.500,00 (Cinquenta e um mil e quinhentos reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 30 (trinta) dias após a emissão da AF, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na AF.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os PRODUTOS serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

9.2. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

9.2.1. No ato da assinatura do contrato/ata de registro de preço, deverão apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

9.2.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

9.2.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PGR.

9.2.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

9.3– DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Convocar a licitante vencedora para a assinatura do contrato;

b) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do contrato.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 20 dias após a emissão da mesma, deverão ser embalados e entregues sem avarias.

10.2. A entrega dos produtos será após a solicitação, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2023 E 2024.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 20 de setembro de 2023.

_____ _____

Julio Cesar dos Santos ALINE ANTONIAZZI PEREIRA

Prefeito Municipal PONTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Fornecedor

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR N.º 0237/2023.

"DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR REPASSADA PELA UNIÃO FEDERAL VISANDO DAR CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL N° 14. 434/2022 e PORTARIA GM/MS Nº. 1.135, DE 16 DE AGOSTO DE 2023, e dá outras providências".

Julio Cesar dos Santos, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º- Esta lei regulamenta o valor adicional repassado pela União Federal a este Município a título de Assistência Financeira Complementar visando dar cumprimento ao disposto na Lei Federal n° 14.434/2022 que instituiu o piso salarial do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem e do Auxiliar de Enfermagem nos termos da Portaria GM/MS Nº. 1.135, de 16 de agosto de 2023.

Art. 2º. Considera-se piso salarial para os fins desta Lei o valor remuneratório dos profissionais, equivalente ao somatório do vencimento básico (VB) e às vantagens pecuniárias de natureza Fixa, Geral e Permanente (FGP), não sendo computadas, dessa forma, parcelas indenizatórias, vantagens pecuniárias variáveis, individuais ou transitórias.

Art. 3°. O valor da Assistência Financeira Complementar não altera o vencimento básico dos respectivos servidores.

Art. 4°. A Assistência Financeira Complementar transferida pela União não implica em aumento automático de outras parcelas ou vantagens remuneratórias e não será incorporada aos vencimentos ou às remunerações dos profissionais contemplados.

Art. 5°. Compete a União custear, nos termos da Emenda Constitucional n° 127, de 22 de dezembro de 2022, os valores a título de Assistência Financeira Complementar para atingir do piso salarial, não sendo repassada essa responsabilidade de forma automática ao Município, estando este desobrigado do seu cumprimento em caso de não custeio pela União.

Parágrafo único. Fica autorizado o Município conceder o pagamento da complementação de valores aos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, vinculados à Administração Municipal para o alcance do piso salarial estipulado, até o limite da Assistência Financeira Complementar transferida pela União.

Art. 6°. O pagamento da diferença salarial a título de complemento da União para fins de atingir o piso, não alterando o Regime Jurídico dos respectivos servidores previstos na Lei Municipal n° 010/2008.

Parágrafo único. Permanece inalterada a legislação que fixa a remuneração e o vencimento base dos respectivos servidores nos termos da Lei Municipal n° 010/2008.

Art. 7°. Os valores repassados a título de Assistência Financeira Complementar da União, serão pagos aos profissionais com rubrica específica.

§1° Esse repasse deve ser realizado pelo gestor em até 30 (trinta) dias após o Fundo Nacional de Saúde (FNS) creditar os valores da Assistência Financeira Complementar na conta bancária específica do Fundo Municipal de Saúde, conforme valores determinados pelo Ministério da Saúde através do Sistema INVEST-SUS.

§2º O repasse de assistência Financeira complementar da união somente será feito pelo município, após seu recebimento, podendo sofrer inclusive variação mensais em seus repasses, bem como não pagamento, haja vista se tratar de recurso exclusivo da união.

Art. 8º. O disposto nesta lei complementar não se aplica aos inativos e pensionistas.

Art. 9º Os valores dos recursos discriminados para cada profissional, incluindo os prestadores de serviços contratados, em conformidade com a memória de cálculo disponibilizada pelo Ministério da Saúde, serão repassados na medida que o município receber a assistência da União, sendo publicados por meio de Decreto Municipal.

Art. 10º. As despesas decorrentes desta lei complementar correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir, para o corrente exercício.

Art. 11º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás/MT, 20 de setembro de 2023.

Julio Cesar dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2023.

Reunião ocorreuna data 11/09/2023.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS.

Empresas vencedoras valor total: R$766.808,60 (setecentos e sessenta e seis mil e oitocentos e oito reais e sessenta centavos): **ZAFRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** com os lotes: 27 e 61 no valor total de R$7.260,00 (sete mil e duzentos e sessenta reais). **FARMACIA BOM PREÇO LTDA EPP** com os lotes: 30, 85, 92, 96 e 99 no valor total de R$119.079,00 (cento e dezenove mil e setenta e nove reais). **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** com os lotes: 19, 36, 46, 47 e 70 no valor total de R$33.388,00 (trinta e três mil e trezentos e oitenta e oito reais). **GOLDENPLUS-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** com os lotes: 8, 9, 41, 62 e 88 no valor total de R$143.668,00 (cento e quarenta e três mil e seiscentos e sessenta e oito reais). **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA** com os lotes: 11, 63, 71, 79, 89 e 90 no valor total de R$36.837,00 (trinta e seis mil e oitocentos e trinta e sete reais). **CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA** com os lotes: 7 e 78 no valor total de R$11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais). **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** com os lotes: 12, 21, 24, 32, 33, 37, 48, 49, 76 e 91 no valor total de R$36.068,00 (trinta e seis mil e sessenta e oito reais). **BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA ME** com os lotes: 25, 26 e 77 no valor total de R$8.100,00 (oito mil e cem reais). **REALMED DISTRIBUIDORA LTDA - EPP** com o lote: 6 no valor total de R$37.520,00 (trinta e sete mil e quinhentos e vinte reais). **FORCE FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** com os lotes: 10, 13, 29, 40, 42, 43, 44, 72, 83 e 100 no valor total de R$82.632,00 (oitenta e dois mil e seiscentos e trinta e dois reais). **SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS FILIAL SP** com os lotes: 14, 52, 53, 82 e 95 no valor total de R$22.495,60 (vinte e dois mil e quatrocentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos). **INOVAMED HOSPITALAR LTDA** com os lotes: 1, 15, 16, 17, 20, 22, 23, 31, 38, 39, 45, 50, 54, 55, 56, 57, 60, 64, 65, 66, 67, 73, 81, 93, 94, 97 e 98 no valor total de R$83.535,00 (oitenta e três mil e quinhentos e trinta e cinco reais). **PONTOMEDI DISTRIBUIDORA D EMEDICAMENTOS LTDA** com o lote: 84 no valor total de R$51.500,00 (cinquenta e um mil e quinhentos reais). **DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** com os lotes: 58 e 74 no valor total de R$3.350,00 (três mil e trezentos e cinquenta reais). **MAEVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** com os lotes: 68 e 75 no valor total de R$4.250,00 (quatro mil e duzentos e cinquenta reais). **TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MECIDO HOSPITALAR EIRELI** com os lotes: 2, 3, 4 e 18 no valor total de R$79.150,00 (setenta e nove mil e cento e cinquenta reais). **NF FARMACEUTICA E LOGISTICA EIRELI** com os lotes: 5, 35, 51 e 80 no valor total de R$4.176,00 (quatro mil e cento e setenta e seis reais). **FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA** com o lote: 87 no valor total de R$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Itens desertos: 28, 34, 59, 69 e 86

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º ADITIVO DO CONTRATO Nº 19/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA/MT

CONTRATADO:**SANDRO PERES XAVIER-ME**

OBJETO: acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato original.

DATA: 20/09/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 012/2023

O MUNICÍPIO DE ARAGAINHA – MT, torna público para o conhecimento de todos os interessados, o Extrato da Ata de Registro de Preços n.º 012/2023, referente ao PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 005/2023 processo n° 019/2023, cujo objetivo é o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO, FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARAGUAINHA/MT E PARA ATEDIMENTO DA CONSTRUÇÃO DE 50 UNIDADES HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE ARAGUAINHA/MT, CONFORME PROPOSTA DE CONVÊNIO N° 0075/2023, ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL E A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA – SINFRA, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

EMPRESA VENCEDORA: **MULTUS COMERCIAL LTDA**			CNPJ: **24.753.864/0001-42**					
PRODUTOS/SERVIÇOS								
ITEM	**COD. SINAPI**	**CODIGO TCE/MT**	**CODIGO - DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UND.**	**QUANT.**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
1	**392**	**00024366**	**080.005.011 – ABRACADEIRA EM ACO 1/2"** **Detalhamento:** ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1/2" E PARAFUSO DE FIXACAO	**INCA**	**UN**	**2.200**	**1,20**	**2.640,00**
11	**112**	**00057715**	**080.006.030 – ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO C/ BOLSA E ROSCA, 50MM** **Detalhamento:** ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 50 MM X1 1/2", PARA AGUA FRIA	**PLASTILIT**	**UN**	**300**	**5,19**	**1.557,00**
12	**99**	**441029-7**	**080.006.031 – ADAPTADOR PVC SOLDAVEL, C/ FLANGE E ANEL DE VEDACAO, 50MM** **Detalhamento:** ADAPTADOR PVC SOLDAVEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDACAO, 50 MM X 1 1/2", PARA CAIXA D'AGUA.	**PLASTILIT**	**UN**	**55**	**18,00**	**990,00**
18	**20085**	**00074730**	**080.006.065 – ANEL BORRACHA DN 50MM** **Detalhamento:** ANEL DE BORRACHA - DN 50 MM, PARA TUBO SERIE REFORCADA ESGOTO PREDIAL	**KRONA**	**UN**	**120**	**1,20**	**144,00**
19	**296**	**150566-1**	**080.006.019 – ANEL BORRACHA DN 50MM ESGOTO** **Detalhamento:** ANEL DE BORRACHA PARA TUBO DE ESGOTO PREDIAL, DN 50MM (NBR 5688)	**KRONA**	**UN**	**1.150**	**1,14**	**1.311,00**
21	**297**	**27905-6**	**080.006.056 – ANEL DE BORRACHA DN 75MM** **Detalhamento:** ANEL DE BORRACHA PARA TUBO ESGOTO PREDIAL, DIAMETRO NOMINAL 75MM, NORMA TECNICA (NBR 5688)	**KRONA**	**UN**	**200**	**1,90**	**380,00**
27	**43132**	**00020929**	**080.002.035 – ARAME RECOZIDO 16 BWG** **Detalhamento:** ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	**VONDER**	**KG**	**600**	**15,49**	**9.294,00**
32	**541**	**00074885**	**080.002.041 – BANCADA DE MARMORE SINTETICO** **Detalhamento:** BANCADA DE MARMORE SINTETICO COM UMA CUBA, 120 X *60* CM	**RESITEC**	**UN**	**55**	**151,19**	**8.315,45**
58	**1368**	**393451-9**	**080.004.006 – CHUVEIRO COMUM EM PLASTICO BRANCO C/ CANO** **Detalhamento:** CHUVEIRO COMUM EM PLASTICO BRANCO, COM CANO, 3 TEMPERATURAS, 5500 W (110/220 V)	**SINTEX**	**UN**	**50**	**57,96**	**2.898,00**
63	**1933**	**442303-8**	**080.006.060 – CURVA PVC CURTA 40MM 90°**	**PLASTILIT**	**UN**	**120**	**3,50**	**420,00**

			Detalhamento: CURVA CURTA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40MM, JUNTA SOLDAVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITARIO. UNIDADE					
65	**1956**	**236831-5**	**080.006.036 – CURVA PVC SOLD 25MM 90°** **Detalhamento:** CURVA SOLDÁVEL, 25MM, 90 GRAUS, PVC RÍGIDO PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	**PLASTILIT**	**UN**	**55**	**3,50**	**192,50**
67	**44329**	**425536-4**	**080.007.010 – DETERGENTE NEUTRO** **Detalhamento:** DETERGENTE LIQUIDO - PRINCIPIO ATIVO NEUTRO, CONCENTRADO, PARA USO GERAL	**MAZA**	**L**	**11**	**11,00**	**121,00**
74	**2432**	**67960-7**	**080.005.009 – DOBRADICA EM ACO/FERRO, 3 1/2" X 3** **Detalhamento:** DOBRADICA EM ACO/FERRO, 3 1/2" X 3", E= 1,9 A 2 MM, COM ANEL, CROMADO OU ZINCADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	**SCHILD**	**UN**	**330**	**12,90**	**4. 257,00**
77	**39017**	**00074616**	**080.002.067 – ESPACADOR / DISTANCIADOR CIRCULAR** **Detalhamento:** ESPACADOR / DISTANCIADOR CIRCULAR COM ENTRADA LATERAL, EM PLASTICO, PARA VERGALHAO *4,2 A 12,5* MM, COBRIMENTO 20 MM	**JERUEL**	**UN**	**28.300**	**0,21**	**5. 943,00**
80	**3080**	**190110-9**	**080.005.004 – FECHADURA ESPELHO PARA PORTA EXTERNA, EM ACO** **Detalhamento:** FECHADURA ESPELHO PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	**3F**	**CJ**	**120**	**56,68**	**6. 801,60**
82	**3148**	**171525-9**	**080.006.035 – FITA VEDA ROSCA 18MMX50M** **Detalhamento:** FITA VEDA ROSCA, 18 MM X 50 M (L X C), EM ROLO, 100% A BASE DE RESINA PTFE (POLITETRAFLUORETILENO) NÃO SINTERIZADO; VALIDADE NDETERMINADA; TUBETE EM POLIESTIRENO; EMBALAGEM CARTAO TRIPLEX PARA EVITAR O DESFIAMENTO DA FITA; ABNT (NBR 16368)	**GOOL**	**UN**	**5**	**6,20**	**31,00**
84	**36238**	**00074289**	**080.001.015 – FORRO DE PVC** **Detalhamento:** FORRO DE PVC, FRISADO, BRANCO, REGUA DE 20 CM, ESPESSURA DE 8 MM A 10 MM E COMPRIMENTO 6 M (SEM COLOCACAO)	**GSG**	**M²**	**2.000**	**25,18**	**50. 360,00**
113	**4823**	**00075754**	**080.001.023 – MASSA PLASTICA PARA MARMORE/GRANITO** **Detalhamento:** MASSA PLASTICA, PARA MARMORE, GRANITO, PORCELANATO E INDUSTRALIZADOS. CORES DIVERSAS	**2001**	**KG**	**6**	**45,00**	**270,00**
115	**40547**	**00028253**	**080.005.029 – PARAFUSO 4,2X19 MM** **Detalhamento:** PARAFUSO ZINCADO, AUTOBROCANTE, FLANGEADO, 4,2MM X 19MM.	**CISER**	**CENTO**	**45**	**20,00**	**900,00**
116	**40552**	**149996-3**	**080.002.065 – PARAFUSO AUTO ATARRACHANTE 1/4" X 25MM** **Detalhamento:** PARAFUSO, AUTO TARRACHANTE, CABECA CHATA, FENDA SIMPLES, 1/4" (6,35 MM) X 25MM	**CISER**	**CENTO**	**250**	**24,80**	**6. 200,00**
119	**4384**	**00023886**	**080.005.016 – PARAFUSO NIQUELADO COM ACABAMENTO CROMADO** **Detalhamento:** PARAFUSO NIQUELADO COM ACABAMENTO CROMADO PARA FIXAR PECA SANITARIA, INCLUI PORCA CEGA, ARRUELA E BUCHA DE NYLON TAMANHO S-10	**TORALF**	**UN**	**100**	**4,20**	**420,00**
125	**39427**	**00023895**	**080.002.022 – PERFIL CANALETA, FORMATO C** **Detalhamento:** PERFIL CANALETA, FORMATO C, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA FORRO DRYWALL, E = 0,5 MM, *46 X 18* (L X H), COMPRIMENTO 3 M	**SMART**	**M**	**44.800**	**6,50**	**291. 200,00**
127	**1287**	**00017177**	**080.002.012 – PISO EM CERAMICA ESMALTADA EXTRA** **Detalhamento:** PISO EM CERAMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2	**ALMEIDA**	**M²**	**3.000**	**25,71**	**77. 130,00**
144	**11674**	**169691-2**	**080.006.047 – REGISTRO DE ESFERA SOLD 25MM** **Detalhamento:** REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 25MM COM CORPO DIVIDIDO	**PLASTILIT**	**UN**	**55**	**10,00**	**550,00**
146	**11675**	**416568-3**	**080.006.027 – REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 32 MM** **Detalhamento:** REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 32 MM, COM CORPO DIVIDIDO	**PLASTILIT**	**UN**	**50**	**19,90**	**995,00**
149	**34357**	**00024954**	**080.001.021 – REJUNTE CIMENTICIO** **Detalhamento:** REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	**USICAL**	**KG**	**3.000**	**4,76**	**14. 280,00**
156	**6085**	**255003-2**	**080.002.046 – SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM** **Detalhamento:** SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM INTERIOR/EXTERIOR.	**SEDAVINIL**	**LITRO**	**1.600**	**4,20**	**6. 720,00**
157	**14618**	**429121-2**	**080.010.001 – SERRA CIRCULAR DE BANCADA** **Detalhamento:** SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELETRICO, POTENCIA DE *1600* W, PARA DISCO DE DIAMENTRO DE 10" (250 MM)	**VONDER**	**UN**	**1**	**1. 399,00**	**1. 399,00**
168	**11690**	**440085-2**	**080.002.042 – TANQUE SIMPLES EM MARMORE SINTETICO** **Detalhamento:** TANQUE SIMPLES EM MARMORE SINTETICO DE FIXAR NA PAREDE, CAPACIDADE *22* L, *60 X 46* CM	**RESITEC**	**UN**	**50**	**121,77**	**6. 088,50**
186	**11830**	**203144-2**	**080.006.028 – TORNEIRA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA** **Detalhamento:** TORNEIRA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, ÁGUA FRIA, 3/4", COM HASTE E TORNEIRA METALICOS E BALAO PLASTICO	**CIPLA**	**UN**	**50**	**10,90**	**545,00**
187	**13415**	**221137-8**	**080.006.017 – TORNEIRA DE MESA/BANCADA, PARA LAVATORIO** **Detalhamento:** TORNEIRA DE MESA/BANCADA, PARA LAVATORIO, FIXA, METALICA CROMADA, PADRAO POPULAR, 1/2 " OU 3/4 " REF 1193)	**RAINHA**	**UN**	**60**	**47,20**	**2. 832,00**
192	**9838**	**432374-2**	**080.006.010 – TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 50 MM** **Detalhamento:** TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	**PLASTILIT**	**M**	**400**	**7,56**	**3. 024,00**
199		**151993-0**	**080.003.002 - PORTA MADEIRA 90 CM + KIT COMPLETO** **Detalhamento:** PORTAS DE MADEIRA - EM COMPESSADO, COM ALTURA DE 2,10M, LARGURA DE 90CM, LISA, LIXADA, COM MACANETAS E DOBRADICAS	**DR MADEIRAS**	**UN**	**7**	**990,00**	**6. 930,00**
200		**00035219**	**080.003.001 - PORTA DE VIDRO TEMPERADO 2,10 CM** **Detalhamento:** PORTA DE VIDRO TEMPERADO INCOLOR 10MM COM FECHADURA (CORRER 4 FOLHAS) 2,20MX2,10M	**GUAROPE**	**UN**	**1**	**3. 298,00**	**3. 298,00**
202		**77993-8**	**080.003.004 – PORTA MADEIRA 1 M + KIT COMPLETO** **Detalhamento:** PORTAS DE MADEIRA - EM PINHO, COM ALTURA DE 2,10CM, LARGURA DE 1,02 MTS, ESPESSURA DE 3 CM, ENCABECADA, SEM ACABAMENTO, PARA PINTURA, MACANETA, DOBRADICAS, BATENTE. ESQUERDA	**DR MADEIRAS**	**UN**	**1**	**1. 200,00**	**1. 200,00**
205		**00035321**	**080.006.002 – CONJUNTO SANITARIO PNE (BACIA SANITARIA E PIA)** **Detalhamento:** CONCONJUNTO SANITARIO - DE LOUCA, TIPO ESPECIAL PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE, COMPLETO (BA-	**ONIX**	**CJ**	**6**	**568,90**	**3. 413,40**

			CIA, CAIXA E TUBO DESCARGA, ASSENTO, PIA E COLUNA), COM SAIDA DE ESGOTO HORIZONTAL, NO FORMATO OVALADO, NA COR BRANCA, COM DIMENSOES 52 X 44 X 36CMJUNTO SANITARIO - DE LOUCA, TIPO ESPECIAL PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE, COMPLETO (BACIA, CAIXA E TUBO DESCARGA, ASSENTO, PIA E COLUNA), COM SAIDA DE ESGOTO HORIZONTAL, NO FORMATO OVALADO, NA COR BRANCA, COM DIMENSOES 52 X 44 X 36CM					
206		**4310314**	**080.006.003 – PIA LAVATORIO COM COLUNA** **Detalhamento:** PIA LAVATÓRIO COM COLUNA DE CHÃO, FORMATO OVAL, MATERIAL CERAMICA, TIPO DE MATERIAL PORCELANA, COR BRANCA, CONTENDO 01 FURO PARA APLICAR TORNEIRA, DIMENSÕES: 80X47X38 CM (AXLXP), PESO: 11,45 KG.	**ONIX**	**UN**	**16**	**180,95**	**2. 895,20**
208		**00072221**	**080.006.006 – BACIAO/TANQUE TRIPLO** **Detalhamento:** BACIAO/TANQUE DE LAVAR ROUPA - TIPO TRIPLO (2 CUBAS E 1 BATEDOR) EM MARMORE SINTETICO 1,45X0,52	**RESITEC**	**UN**	**2**	**264,00**	**528,00**
211		**404838-5**	**080.007.002 – TINTA ACRILICA 18L** **Detalhamento: TINTA ACRILICA PARA PAREDE CATEGORIA PREMIUM, USO INTERNO E EXTERNO, BAIXO ODOR, COMPOSIÇÃO Á BASE DE AGUA, ACABAMENTO FOSCO, EMBALAGEM COM 18 LITROS. COR A ESCOLHER PELA LICITANTE.**	**BRASILUX**	**LATA**	**20**	**269,00**	**5. 380,00**
215		**107595-0**	**080.006.007 – CHUVEIRO 220 WATS** **Detalhamento:** CHUVEIRO ELETRICO - DE TERMOPLASTICO, NA VOLTAGEM 220 VOLTS, COM CONTROLE DE 4 TEMPERATURAS, E POTENCIA DE 5400 WATTS, CONTENDO MANGUEIRA, CHUVEIRINHO, NA COR BEGE, COM ROSCA 1/2 POL	**SINTEX**	**UN**	**5**	**57,95**	**289,75**
219		**00015432**	**080.001.017 – REJUNTE** **Detalhamento:** REJUNTE - FLEXIVEL, PARA MOSAICO, AZULEJOS, PISOS CERAMICOS E PEDRAS ORNAMENTAIS, EMBALAGEM CONTENDO 1KG, COR A ESCOLHA DO LIICTANTE	**USICAL**	**PACOTE**	**100**	**5,90**	**590,00**
220		**00034025**	**080.003.008 – PORTA DE MADEIRA 0,80 X 2,10 1 FOLHA** **Detalhamento:** PORTA DE MADEIRA - DE UMA FOLHA 0,80X2,10 CM, LISA SEMI-OCA DE 1ª QUALIDADE EM ITAUBA	**DR MADEIRAS**	**UN**	**4**	**220,00**	**880,00**
223		**00059408**	**080.003.012 – PORTA DE MADEIRA CORRER 1 FOLHA 1M** **Detalhamento:** PORTA DE CORRER - DE MADEIRA, NAS DIMENSOES 1,0 X 2,20M, COM TRILHO E FECHADURA.	**DR MADEIRAS**	**UN**	**1**	**1. 160,00**	**1. 160,00**
226		**392252-9**	**080.006.012 – BARRA DE APOIO 0,40 CM** **Detalhamento:** BARRA DE APOIO SIMPLES - BARRA DE APOIO SIMPLES - PARA DEFICIENTES FISICOS, EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO, MEDINDO 0,40M, FIXADA NA PAREDE, UTILIZADA COMO APOIO LATERAL PARA VASO SANITARIO, CAPACIDADE DE CARGA: ATE 100 KG, ACOMPANHADA DE BUCHAS E PARAFUSOS PARA FIXACAO.	**RAINHA**	**UN**	**10**	**97,00**	**970,00**
227		**311460-0**	**080.006.013 – BARRA DE APOIO 0,60 CM** **Detalhamento:** BARRA DE APOIO SIMPLES - EM ACO INOX POLIDO COM ACABAMENTO ESCOVADO, CAPACIDADE DE CARGA: ATE 200 KG, UTILIZADA COMO APOIO LATERAL EM VASO SANITARIO E CHUVEIRO, PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, ACOMPANHA BUCHAS E PARAFUSOS PARA FIXACAO NA PAREDE, COMPRIMENTO: 60CM	**RAINHA**	**UN**	**10**	**100,00**	**1. 000,00**
228		**311459-7**	**080.006.014 – BARRA DE APOIO 0,80 CM** **Detalhamento:** BARRA DE APOIO SIMPLES - EM ACO INOX POLIDO COM ACABAMENTO ESCOVADO, CAPACIDADE DE CARGA: ATE 200 KG, UTILIZADA COMO APOIO LATERAL EM VASO SANITARIO COM PAPELEIRA, PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, ACOMPANHA BUCHAS E PARAFUSOS PARA FIXACAO NA PAREDE, COMPRIMENTO: 80CM	**RAINHA**	**UN**	**10**	**120,00**	**1. 200,00**
230		**146264-4**	**080.006.015 – PIA INOX 0,55 X 2,00** **Detalhamento:** PIA INOX 2,00 X 0,55 CM COM 1 CENTRAL CUBA + ESCORREDOR. AÇO INOX AISI 430, CAPACIDADE: 22 LITROS. ESPESSURA: 0,6 MM. ACABAMENTO PRÉ-POLIDO. ACOMPANHA VÁLVULA DE Ø 3 1/2. DIMENSÕES (A X L X C): 13 X 55 X 2,00, PESO 6,96 KG	**GHELPLUS**	**UN**	**7**	**465,00**	**3. 255,00**
237		**00080700**	**080.008.009 – TELHA TRAPEZOIDAL 10 METROS** **Detalhamento:** TELHA DE ACO GALVANIZADO - TRAPEZOIDAL MEDINDO (10MX1,00MX0,50MM), NBR 5640,5639,8055	**BRASTELHAS**	**UN**	**70**	**417,95**	**29. 256,50**
240		**26546-2**	**080.002.071 – ELETROLDO 3.25** **Detalhamento:** ELETROLDO - EM ACO, MEDINDO 0,35M DE COMPRIMENTO P/ 3,25 MM DE DIAMETRO, PARA SER UTILIZADO EM SOLDAS	**MAGMA**	**KG**	**35**	**30,00**	**1. 050,00**
241		**00080549**	**080.005.031 – DISCO DE CORTE 7 POLEGAS STARRETT** **Detalhamento:** DISCO DE CORTE 7 POLEGAS STARRETT DISCO ABRASIVO DE CORTE, 7 POLEGADAS, DA MARCA STARRETT. REFORCADO COM 2 TELAS, PROPORCIONANDO ALTO DESEMPENHO E PRODUTIVIDADE ALIADO A SEGURANCA. POSSUI ANEL INTERNO DE ACO ESPECIAL. EM ACO CARBONO E ACO INOX. DIAMETRO EXTERNO: 178MM, ESPESSURA: 1,60MM, DIAMETRO DO FURO: 22,22MM, ROTACAO RPM: 8.595, ROTACAO M/SEG: 80.	**STARRET**	**UN**	**150**	**6,32**	**948,00**
243		**340969-4**	**080.007.017 – ZARCAO 18 LTS LATA** **Detalhamento: TINTA DE FUNDO SINTÉTICO (ZARCAO) COM AÇÃO ANTICORROSIVA PARA SUPERFÍCIES METÁLICAS, UTILIZADO EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, COM SECAGEM RÁPIDA, ACABAMENTO FOSCO, LATA COM 18 LITROS**	**COLORMAX**	**LATA**	**10**	**249,00**	**2. 490,00**
TOTAL GERAL (R$):							**574.942,90**	
TOTAL GERAL POR EXTENSO (R$): **QUINHENTOS E SETENTA E QUATRO MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E NOVENTA CENTAVOS**								

VALIDADE DA ATA: 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA SUA ASSINATURA.

DATA DA ATA: 18/09/2023

DATA DA ASSINATURA: 19/09/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2023

O MUNICÍPIO DE ARAGAINHA – MT, torna público para o conhecimento de todos os interessados, o Extrato da Ata de Registro de Preços n.º 007/2023, referente ao PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 005/2023 processo n° 019/2023, cujo objetivo é o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO, FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARAGUAINHA/MT E PARA ATEDIMENTO DA CONSTRUÇÃO DE 50 UNIDADES HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE

ARAGUAINHA/MT, CONFORME PROPOSTA DE CONVÊNIO N° 0075/2023, ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL E A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA – SINFRA, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

EMPRESA VENCEDORA: **JOÃO PAULO SEVERINO DA SILVA - ME**	CNPJ:**19.038.204/0001-40**

PRODUTOS/SERVIÇOS

ITEM	COD. SINAPI	CODIGO TCE/MT	CODIGO - DESCRIÇÃO	MARCA	UND.	QUANT.	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
8	114	189408-0	**080.006.053 – ADAPTADOR PVC SOLD 25MM X 3/4"** **Detalhamento:** ADAPTADOR COM FLANGES LIVRES PARA CAIXA D'AGUA - EM PVC, SOLDAVEL, COM DIAMETRO NOMINAL DE 25MM X 3/4", PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE AGUA FRIA	MULTILIT	UN	55	4,00	220,00
15	21114	256385-1	**080.007.014 – ADESIVO PLASTICO PARA TUBOS CPVC 75G** **Detalhamento:** ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBOS PVC, INCOLOR, USADO PARA UNIR TUBOS A CONEXÕES, POR MEIO DA SOLDAGEM A FRIO, PARA USO EM OBRAS RESIDÊNCIAS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, BISNAGA COM 75 GRAMAS	MULTILIT	UN	40	24,30	972,00
20	301	00022998	**080.006.051 – ANEL DE BORRACHA 100MM** **Detalhamento:** ANEL DE VEDACAO - DE BORRACHA, COM DIAMETRO DE 100MM, PARA SER UTILIZADO EM TUBO DE ESGOTO PREDIAL DE PVC (NBR 5688)	KRONA	UN	200	1,80	360,00
25	43446	00074676	**080.002.007 – ANEL EM CONCRETO ARMADO PERFURADO** **Detalhamento:** ANEL EM CONCRETO ARMADO, PERFURADO, PARA FOSSAS SEPTICAS E SUMIDOUROS, SEM FUNDO, DIÂMETRO INTERNO DE 2,00 M E ALTURA DE 0,50 M	TENAX	UN	230	540,00	124.200,00
28	367	410902-3	**080.002.052 – AREIA GROSSA** **Detalhamento:** AREIA GROSSA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	AREIRA	M³	40	131,60	5.264,00
29	370	410905-8	**080.002.004 – AREIA MEDIA** **Detalhamento:** AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	CASCALHEIRA YPE	M³	1.000	128,00	128.000,00
34	38783	432282-7	**080.002.002 – BLOCO CERAMICO/TIJOLO VAZADO** **Detalhamento:** BLOCO CERAMICO / TIJOLO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, FUROS NA HORIZONTAL, 11,5 X 19 X 19 CM (NBR 15270)	CERAMICA SANTA CLARA	UN	310.000	1,44	446.400,00
35	39995	237417-0	**080.002.068 – BLOCO DE ISOPOR (POLIESTIRENO) 2F** **Detalhamento:** POLIESTIRENO EXPANDIDO/EPS (ISOPOR), TIPO 2F, BLOCO	TENAX	M³	3	443,92	1.331,76
36	650	442709-2	**080.002.069 – BLOCO DE VEDACAO DE CONCRETO** **Detalhamento:** BLOCO DE VEDACAO DE CONCRETO, 9 X 19 X 39 CM (CLASSE C - NBR 6136)	TENAX	UN	1.350	3,26	4.401,00
37	11950	138693-0	**080.005.028 – BUCHA DE NYLON S/ ABA S6 C/ PARAFUSO** **Detalhamento:** BUCHA DE NYLON SEM ABA S6, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	PLAS UNI	UN	4.000	0,18	720,00
38	7568	00074732	**080.002.070 – BUCHA NYLON S/ ABA S10, C/ PARAFUSO DE 6,10X65MM ACOO ZINCADO ROSCA SOBERBA FENDA PHILLIPS** **Detalhamento:** BUCHA DE NYLON, SEM ABA S10, COM PARAFUSO DE 6,10X65 MM, EM ACO ZINCADO, COM ROSCA SOBERBA, CABEÇA CHATA E FENDA PHILLIPS	PLAS UNI	UN	300	0,67	201,00
39	813	232262-5	**080.006.054 – BUCHA REDUÇÃO SOLD. 50X25MM** **Detalhamento:** BUCHA DE REDUCAO DE PVC SOLDAVEL REDUÇÃO LONGA, PVC, DN 50 X 25MM, PARA AGFUA FRIA PREDIAL	MULTILIT	UN	170	5,43	923,10
50	11882	00074698	**080.002.051 – CAIXA PARA HIDROMETRO** **Detalhamento:** CAIXA PARA HIDROMETRO CONCRETO PRE MOLDADO, *0,24 M X 0,45 M X 0,30* M (L X C X A)	TENAX	UN	50	117,89	5.894,50
54	1185	178300-9	**080.006.037 – CAP EM PVC SOLDAVEL 25MM** **Detalhamento:** CAP EM PVC SOLDAVEL, 25 MM, NA COR MARROM, (NBR 5648), PARA AGUA FRIA PREDIAL	MULTILIT	UN	55	1,50	82,50
59	1379	26972-7	**080.001.005 – CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II – 32** **Detalhamento:** CIMENTO PORTLAND COMPOSTO (CP II-F) - COMPOSTO COM FILER, COM RESISTENCIA DE 32 MPA, FAIXA DE PORCENT. EM PESO DE CLINQUER+SULF.CALCIO 94-90%, C/ FAIXA DE PORCENTAGEM DE MATERIAL CARBONATICO DE 6-10%, EMBALAGEM EM SACOS DE PAPEL TIPO ¨KRAFT¨ DE, COM LIMITE DE PORCENTAGEM DE RESIDUO INSOLUVEL MENOR OU IGUAL A 2,5%, COM LIMITE DE PORCENTAGEM DE PERDA AO FOGO MENOR OU IGUAL A 6,5%, COM LIMITE DE PORCENTAGEM DE OXIDO DE MAGNESIO MENOR OU IGUAL A 6,5%, LIMITE DE PORCENTAGEM DE TRIOXIDO DE ENXOFRE MENOR OU IGUAL A 4%, LIMITE DE PORCENTAGEM DE ANIDRIDO CARBONICO MENOR OU IGUAL A 5%, COM LIMITE DE TEMPO DE FIM DE PEGA MENOR OU IGUAL A 10 HORAS, LIMITE DE EXPANSIBILIDADE A FRIO/QUENTE MENOR OU IGUAL A 5 MM, LIMITE DE TEMPO DE INICIO DE PEGA MAIOR OU IGUAL A 1 HORA, NORMATIZACAO CONFORME NBR 11578, EB-208, MB-1153, ETC	LIZ	KG	1.000.000	0,90	900.000,00
61	43657	00074817	**080.003.007 – CONTRAMARCO DE ALUMINIO (PERFIL 25)** **Detalhamento:** CONTRAMARCO DE ALUMÍNIO (PERFIL 25) PARA ESQUADRIAS, TIPO CONVENCIONAL / CADEIRINHA, 60 MM (CM-060), INCLUSO CONEXÕES, GRAPAS E TRAVAMENTOS	S/M	M	1.050	7,59	7.969,50
62	7181	00074695	**080.002.048 – CUMEEIRA PARA TELHA CERAMICA** **Detalhamento:** CUMEEIRA PARA TELHA CERAMICA, COMPRIMENTO DE *41* CM, RENDIMENTO DE *3* TELHAS/M	CERAMICA NILDA	UN	1.400	5,40	7.560,00
66	2692	00030478	**080.001.024 – DESMOLDANTE PROTETOR** **Detalhamento:** DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE OLEOSA EMULSIONADA EM ÁGUA	QUARTOZOLIT	GALAO	120	7,85	948,00
79	21142	00074701	**080.005.014 – ESTRIBO COM PARAFUSO EM CHAPA DE FERRO FUNDIDO DE 2" X 3/16" X 35 CM** **Detalhamento:** ESTRIBO COM PARAFUSO EM CHAPA DE FERRO FUNDIDO DE 2" X 3/16" X 35 CM, SECAO "U", PARA MADEIRAMENTO DE TELHADO	BASSI	UN	120	32,76	3.931,20
85	20007	00078336	**080.003.014 – GUARNICAO / ALIZAR / VISTA LISA EM MADEIRA MACICA PARA PORTA** **Detalhamento:** GUARNICAO / ALIZAR / VISTA LISA EM MADEIRA MACICA PARA PORTA, ESPESSURA 1 CM, LARGURA 5 CM, PINUS / EUCALIPTO / VIROLA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO	MAD MAX	M	1.200	4,29	5.148,00

108	38383	340484-6	**080.005.025 – LIXA D'AGUA 100** **Detalhamento:** FOLHA DE LIXA D'ÁGUA, DIMENSÕES: 225MM X 275MM, UTILIZADA EM MADEIRA E PAREDE / MASSA PARA NIVELAMENTO, GRAO 100, EM OXIDO DE ALUMINIO, COSTADO EM PAPEL, DE USO MANUAL	TATU	UN	230	2,50	575,00
117	39443	00011452	**080.005.027 – PARAFUSO DRYWALL 4,2MMX13MM** **Detalhamento:** PARAFUSO DRY WALL, EM ACO ZINCADO, COM CABEÇA LENTILHA, PONTA BROCA (LB), FENDA PHILIPS, ROSCA SOBERBA, LARGURA 4,2 MM, COMPRIMENTO 13 MM, PARA FIXAÇÃO DE PERFIS DE DRYWALL METÁLICOS ENTRE SI COM ESPESSURA SUPERIOR A 0,7MM	JOMARCA	UN	1.270	0,27	342,90
118	4351	00078703	**080.005.010 – PARAFUSO NIQUELADO 3 1/2"** **Detalhamento:** PARAFUSO NIQUELADO 3 1/2" COM ACABAMENTO CROMADO, PARA FIXAR PEÇA SANITARIA, INCLUI PORCA CEGA, ARRUELA E BUCHA DE NYLON TAMANHO S-8	CISER	UN	300	18,56	5.568,00
120	4377	38849-1	**080.005.026 – PARAFUSO ROSCA SOBERBA 4,2MM** **Detalhamento:** PARAFUSO DE ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIAMETRO 4,2MM, COMPRIMENTO * 32 * MM	JOMARCA	UN	2.500	0,20	500,00
121	11055	00077371	**080.005.024 – PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO FENDA SIMPLES 3,5X25MM (1")** **Detalhamento:** PARAFUSO, ROSCA SOBERBA, ZINCADO, EM ACO, CABECA CHATA, FENDA SIMPLES, 3,5 X 25 MM (1")	JOMARCA	UN	2.200	0,08	176,00
126	37395	00074709	**080.005.019 – PINO DE ACO COM FURO** **Detalhamento:** PINO DE ACO COM FURO, HASTE = 27 MM (ACAO DIRETA)	ANCORA	CENTO	41	40,33	1.653,53
128	4491	00074679	**080.002.019 – PONTALETE *7,5 X 7,5* CM** **Detalhamento:** PONTALETE *7,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	MAD MAX	M	5.300	11,67	61.851,00
162	38099	00074902	**080.005.030 – SUPORTE DE FIXAÇÃO 4"X2" PARA 3 MODULOS** **Detalhamento:** SUPORTE DE FIXACAO PARA ESPELHO/PLACA 4" X 2", PARA 3 MODULOS, PARA INSTALAÇÃO DE TOMADAS E INTERRUPTORES (SOMENTE SUPORTE)	PLUZIE	UN	900	1,41	1.269,00
163	37591	00074621	**080.005.015 – SUPORTE MAO-FRANCESA EM ACO** **Detalhamento:** SUPORTE MAO-FRANCESA EM ACO, ABAS IGUAIS 40 CM, CAPACIDADE MINIMA 70 KG, BRANCO	LOTUS	UN	100	27,00	2.700,00
174	34558	00074689	**080.005.007 – TELA DE ACO SOLDADA GALVANIZADA / ZINCADA** **Detalhamento:** TELA DE ACO SOLDADA GALVANIZADA/ZINCADA PARA ALVENARIA, FIO D = *1,20 A 1,70* MM, MALHA 15 X 15 MM, (C X L) *50 X 10,5* CM	MORLAM	M	1.800	4,63	8.334,00
175	7175	125725-0	**080.002.003 – TELHA DE BARRO** **Detalhamento:** TELHA DE BARRO / CERAMICA, NAO ESMALTADA, TIPO ROMANA, AMERICANA, PORTUGUESA, FRANCESA, COMPRIMENTO DE *41* CM, RENDIMENTO DE *16* TELHAS/M2	CERAMICA NILDA	UN	60.000	2,37	142.200,00
179	39319	28085-2	**080.006.068 – TERMINAL DE VENTILACAO 50MM** **Detalhamento:** TERMINAL DE VENTILACAO, DE PVC RIGIDO, FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 50 MM, PARA SER USADA EM INSTALACOES DE ESGOTO PREDIAL	AMANCO	UN	55	11,22	617,10
180	7258	00021971	**080.002.049 – TIJOLO CERAMICO MACICO COMUM *5 X 10 X 20* CM** **Detalhamento:** TIJOLO CERAMICO MACICO COMUM *5 X 10 X 20* CM (L X A X C)	CERAMICA SANTA CLARA	UN	7.500	0,92	6.900,00
197	6153	189888-4	**080.006.048 – VALVULA PARA TANQUE/LAVATORIO 1" EM PLASTICO** **Detalhamento:** VALVULA EM PLASTICO BRANCO PARA TANQUE OU LAVATORIO 1", SEM UNHO E SEM LADRAO	KRONA	UN	150	7,35	1.102,50
198	4425	00017243	**080.002.006 – VIGA NAO APARELHADA 6 X 12 CM** **Detalhamento:** VIGA NAO APARELHADA *6 X 12* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	MAD MAX	M	4.500	20,88	93.960,00
203		00015216	**080.003.005 – KIT PORTA DE MADEIRA 1M** **Detalhamento:** PORTA DE MADEIRA - LISA, COM TINGIMENTO CORRUPIXA, PORTA DE ABRIR EM GIRO MEDINDO 1,00M X 2,10M X 3CM, PORTAL COMPLETO DE MADEIRA PARA A PORTA ABRIR DE GIRO 0,90M X 2,15M X 3CM, ALISAR COMPLETO DE MADEIRA PARA A PORTA 1,00M X 2,10M X 3CM, FECHADURA DE ACO CROMADO DEVIDAMENTE INSTALADA COM DUAS CHAVES, JOGO DE DOBRADICAS CROMADAS COM 03 UNIDADES COM PARAFUSOS PARA INSTALACAO NA PORTA E PORTAL	MAD MAX	UN	1	86,70	86,70
207		43172-9	**080.006.004 – PIA INDUSTRIAL DE COZINHA DUAS CUBAS** **Detalhamento:** PIA PARA COZINHA - DE ACO INOX, COM 02 CUBAS COM 50 CM DE COMPR. POR 40 CM DE LARG. POR 30 CM DE PROFUNDIDADE CADA UMA, MEDINDO 210X60 COM FRONTAO, PARA LAVAR LOUCAS.	J RORATO	UN	1	890,00	890,00
216		250198-8	**080.005.005 – LIXA DE PAREDE** **Detalhamento:** LIXA - DE OXIDO DE ALUMINIO, PARA PAREDE, GRAO 110, EM FOLHA, MEDINDO 127 MM, PARA ACABAMENTO	TATU	UN	30	0,94	28,20
217		70068-1	**080.006.008 – KIT DE REPARO PARA VALVULA DE DESCARGA COMPLETO** **Detalhamento:** KIT DE REPARO PARA VALVULA DE DESCARGA - COM COMPONENETES EM BORRACHA, PLASTICO, LATAO, ACO, PARA ATENDER UMA VALVULA COM BITOLA DE 1 1/2 POLEGADA, DEVENDO O KIT SER COMPOSTO DE ANEL DE VEDACAO, GAXETAS, ANEIS, GUARNICOES, MOLA, PORCA, COPO EMB OLO, PARA SER UTILIZADO EM VALVULA DE DESCARGA HYDRA MAX /AGUA FRIA	HIDRA	UN	5	46,95	234,75
218		00077841	**080.005.006 – ESPAÇADOR DE 3MM** **Detalhamento:** ESPACADOR DE PISO - DE PLASTICO, NO FORMATO DE CRUZ, COM ESPESSURA DE 3 MM. PACOTE COM 100 UNIDADES	CORTAG	PACOTE	10	3,08	30,80
229		00078893	**080.003.015 – PORTA DE TELA MOSQUITEIRO 80CM (CONJUNTO)** **Detalhamento:** PORTA DE TELA MOSQUITEIRA 0,80 CM X 2.10 MTS. MATERIAL DA TELA: FIBRA DE VIDRO REVESTIDA EM PVC, MALHA 16×18 FIO 0,20MM, NA COR PRETA, COMPRIMENTO: 2,50 M E LARGURA 1,00 M. ACOMPANHA ACESSÓRIOS DE MONTAGEM : PERFIL DE ALUMÍNIO COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR CINZA BARRA DE 5,80 M; PERFIL PORTA REFORÇO EM ALUMÍNIO COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR CINZA BARRA DE 5,80 M; PERFIL SOLEIRA PERFIL DE ALUMÍNIO COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR CINZA BARRA 2,45 M; 4 CANTONEIRAS EM NYLON NA COR PRETA ; 2 TE´S EM NYLON; 3 DOBRADIÇAS EM NYLON COM MOLA DE RETORNO NA COR PRETA; 2 FECHOS MAGNÉTICOS EM NYLON NA COR PRETA; 2 CONEXÃO DE REFORÇO EM NYLON NA COR PRETA; 1 PUXADOR EXTERNO EM NYLON NA COR PRETA; 1 PUXADOR INTERNO EM NYLON NA COR PRETA; 10 M DE BORRACHA DE FIXAÇÃO; 4 FIXADORES PARA ENCAIXE NO PERFIL DE ALUMINIO EM BARRAS DE 2´M	MULTI TELAS	CJ	2	534,50	1.069,00

			NA COR PRETA; 8 M DE ESCOVA ADESIVA DE 7MM; 4 TRAVAS DE ENCAIXE EM NYLON NA COR PRETA; 1 ROLETE DE PLASTICO PARA FIXAR A BORRACHA NOS PERFIS DE ALUMINIO; 1 FACA PRÓPRIA PARA CORTAR A TELA.					
239		**00076885**	**080.005.032 – PARAFUSO SEXTAVADO 3/4** **Detalhamento:** PARAFUSO SEM PORCA - AUTO BROCANTE CABECA SEXTAVADO 12X3/4.	**JOMARCA**	**UN**	**8.000**	**0,36**	**2.880,00**
TOTAL GERAL DOS ITENS (R$):							**1.977.489,04**	
TOTAL GERAL POR EXTENSO (R$)**: UM MILHÃO, NOVECENTSO E SETENTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E QUATRO CENTAVOS**								

VALIDADE DA ATA: 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA SUA ASSINATURA.

DATA DA ATA: 18/09/2023

DATA DA ASSINATURA: 19/09/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2023

O MUNICÍPIO DE ARAGAINHA – MT, torna público para o conhecimento de todos os interessados, o Extrato da Ata de Registro de Preços n.º 008/2023, referente ao PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 005/2023 processo n° 019/2023, cujo objetivo é o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO, FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARAGUAINHA/MT E PARA ATEDIMENTO DA CONSTRUÇÃO DE 50 UNIDADES HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE ARAGUAINHA/MT, CONFORME PROPOSTA DE CONVÊNIO N° 0075/2023, ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL E A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA – SINFRA, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

EMPRESA VENCEDORA: **VM COMERCIO LTDA**			CNPJ: **47.136.741/0001-13**					
PRODUTOS/SERVIÇOS								
ITEM	**COD. SINAPI**	**CODIGO TCE/MT**	**CODIGO - DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UND.**	**QUANT.**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
7	**87**	**154129-3**	**080.006.069 – ADAPTADOR 25MMX3/4" PARA CAIXA D'AGUA** **Detalhamento:** ADAPTADOR PVC SOLDAVEL, LONGO, COM FLANGE LIVRE E ANEL DE VEDACAO PARA CAIXA D'AGUA 25MM X 3/4¨	**FORTLEV**	**UN**	**55**	**11,96**	**657,80**
14	**122**	**282879-0**	**080.007.007 – ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR** **Detalhamento:** ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR	**SILOC**	**UN**	**35**	**54,45**	**1.905,75**
16	**119**	**00068818**	**080.007.009 – ADESIVO PLASTICO PVC 75GR** **Detalhamento:** ADESIVO PLASTICO, PARA PVC, BISNAGA COM 75 GR	**PLASTILIT**	**UN**	**2**	**9,99**	**19,98**
30	**1381**	**00038320**	**080.001.020 – ARGAMASSA PARA CERAMICAS** **Detalhamento:** ARGAMASSA COLANTE AC I PARA CERAMICAS	**NOBRE**	**KG**	**15.460**	**0,89**	**13.759,40**
52	**11714**	**31969-4**	**080.006.016 – CAIXA SIFONADA, PVC, 150 X *185* X 75 MM** **Detalhamento:** CAIXA SIFONADA, PVC, 150 X *185* X 75 MM, COM GRELHA QUADRADA, BRANCA	**KRONA**	**UN**	**55**	**49,86**	**2.742,30**
123	**4720**	**37032-0**	**080.002.026 – PEDRA BRITADA N 0** **Detalhamento:** PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	**JR**	**M³**	**4.000**	**127,98**	**511.920,00**
124	**4721**	**82192-6**	**080.001.016 – PEDRA BRITADA N 1** **Detalhamento:** PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	**JR**	**M³**	**4.100**	**110,98**	**455.018,00**
TOTAL GERAL DOS ITENS (R$):							**986.023,23**	
TOTAL GERAL POR EXTENSO (R$)**: NOVECENTOS E OITENTA E SEIS MIL, VINTE E TRES REAIS E VINTE E TRES CENTAVOS**								

VALIDADE DA ATA: 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA SUA ASSINATURA.

DATA DA ATA: 18/09/2023

DATA DA ASSINATURA: 19/09/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 011/2023

O MUNICÍPIO DE ARAGAINHA – MT, torna público para o conhecimento de todos os interessados, o Extrato da Ata de Registro de Preços n.º 011/2023, referente ao PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 005/2023 processo n° 019/2023, cujo objetivo é o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO, FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARAGUAINHA/MT E PARA ATEDIMENTO DA CONSTRUÇÃO DE 50 UNIDADES HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE ARAGUAINHA/MT, CONFORME PROPOSTA DE CONVÊNIO N° 0075/2023, ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL E A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA – SINFRA, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

EMPRESA VENCEDORA: **PLANOS COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA**				CNPJ: **15.096.019/0001-50**				
PRODUTOS/SERVIÇOS								
ITEM	**COD. SINAPI**	**CODIGO TCE/MT**	**CODIGO - DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UND.**	**QUANT.**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
3	**34**	**156938-4**	**080.002.013 – ACO CA-50 10,0MM** **Detalhamento:** ACO CA-50, 10,0 MM, VERGALHAO	**SINOBRAS**	**KG**	**9.000**	**9,30**	**83.700,00**
4	**33**	**193611-5**	**080.002.011 – ACO CA-50 8,0MM** **Detalhamento:** ACO CA-50, 8,0 MM, VERGALHAO	**SINOBRAS**	**KG**	**10.000**	**10,30**	**103.000,00**

5	**32**	**156937-6**	**080.002.021 – ACO CA-50, 6,3 MM** **Detalhamento:** ACO CA-50, 6,3 MM, VERGALHAO	**SINOBRAS**	**KG**	**3.200**	**10,00**	**32.000,00**
6	**43059**	**156936-8**	**080.002.017 – ACO CA-60** **Detalhamento:** ACO CA-60, 4,2 MM, OU 5,0 MM, OU 6,0 MM, OU 7,0 MM, VERGALHAO	**SINOBRAS**	**KG**	**8.000**	**9,50**	**76.000,00**
23	**12551**	**00074676**	**080.001.014 – ANEL EM CONCRETO ARMADO 0,50 M X 1,20 M.** **Detalhamento:** ANEL EM CONCRETO ARMADO, LISO, PARA POCOS DE VISITA, POCOS DE INSPECAO, FOSSAS SEPTICAS E SUMIDOUROS, SEM FUNDO, DIAMETRO INTERNO DE 1,20 M E ALTURA DE 0,50 M.	**TCCON**	**UN**	**400**	**299,00**	**119.600,00**
24	**12532**	**00074697**	**080.002.005 – ANEL EM CONCRETO ARMADO LISO 0,60X0,50M** **Detalhamento:** ANEL EM CONCRETO ARMADO, LISO, PARA POCOS DE INSPECAO, SEM FUNDO, DIAMETRO INTERNO DE 0,60 M E ALTURA DE 0,50 M	**TCCON**	**UN**	**55**	**125,00**	**6.875,00**
88	**34377**	**00074692**	**080.003.006 – JANELA BASCULANTE, EM ALUMINIO** **Detalhamento:** JANELA BASCULANTE, EM ALUMINIO PERFIL 20, 80 X 60 CM (A X L), 4 FLS (1 FIXA E 3 MOVEIS), ACABAMENTO BRANCO OU BRILHANTE, BATENTE DE 3 A 4 CM, COM VIDRO, SEM GUARNICAO	**QUALITY**	**UN**	**60**	**178,00**	**10.680,00**
89	**34364**	**00077238**	**080.002.009 – JANELA DE CORRER EM ALUMINIO** **Detalhamento:** JANELA DE CORRER, EM ALUMINIO PERFIL 25, 120 X 150 CM (A X L), 4 FLS, BANDEIRA COM BASCULA, ACABAMENTO BRANCO OU BRILHANTE, BATENTE/REQUADRO DE 6 A 14 CM, COM VIDRO, SEM GUARNICAO/ALIZAR.	**ALLUVID**	**UN**	**150**	**448,50**	**67.275,00**
114	**8569**	**00077239**	**080.002.014 – PADRAO BIFASICO** **Detalhamento:** PADRÃO BIFÁSICO B2 7M CABO 10, DISJ 50A (AEREO)	**RADDEC**	**UN**	**55**	**1.525,00**	**83.875,00**
129	**4917**	**00074810**	**080.002.010 – PORTA DE ABRIR EM ALUMINIO TIPO VENEZIANA** **Detalhamento:** PORTA DE ABRIR EM ALUMINIO TIPO VENEZIANA, ACABAMENTO ANODIZADO NATURAL, SEM GUARNICAO/ALIZAR/VISTA	**ALLUVID**	**M²**	**260**	**371,00**	**96.460,00**
173	**37411**	**00025908**	**080.002.033 – TELA DE ACO SOLDADA GALVANIZADA/ZINCADA** **Detalhamento:** TELA DE ACO SOLDADA GALVANIZADA/ZINCADA PARA ALVENARIA, FIO D = *1,24 MM, MALHA 25 X 25 MM	**ARCELOR**	**M²**	**600**	**26,00**	**15.600,00**
231		**00068956**	**080.008.006 – BARRA/PERFIL U 100X40 CHAPA 13** **Detalhamento:** BARRA/PERFIL U - METAL ESTRUTURAL 100 X 40 MM, CHAPA 13 06 METROS DE COMPRIMENTO	**GERDAU**	**UN**	**150**	**202,00**	**30.300,00**
233		**74002-0**	**080.008.003 – BARRA/PERFIL TERÇA 75X40 CHAPA 14** **Detalhamento:** BARRA/PERFIL ENRIJECIDO TERÇA - DE ACO, DIMENSOES DE: 75X40MM, EM CHAPA 14, COM 6 METROS DE COMPRIMENTO	**GERDAU**	**UN**	**450**	**182,00**	**81.900,00**
TOTAL GERAL DOS ITENS (R$):							**807.265,00**	
TOTAL GERAL POR EXTENSO (R$)**: OITOCENTOS E SETE MIL E DUZENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS**								

VALIDADE DA ATA: 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA SUA ASSINATURA.

DATA DA ATA: 18/09/2023

DATA DA ASSINATURA: 19/09/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 013/2023

O MUNICÍPIO DE ARAGAINHA – MT, torna público para o conhecimento de todos os interessados, o Extrato da Ata de Registro de Preços n.º 013/2023, referente ao PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 005/2023 processo n° 019/2023, cujo objetivo é o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO, FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARAGUAINHA/MT E PARA ATEDIMENTO DA CONSTRUÇÃO DE 50 UNIDADES HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE ARAGUAINHA/MT, CONFORME PROPOSTA DE CONVÊNIO N° 0075/2023, ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL E A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA – SINFRA, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

EMPRESA VENCEDORA**: M BASSI COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA**	CNPJ**: 07.275.769/0001-61**

PRODUTOS/SERVIÇOS

ITEM	COD. SINAPI	CODIGO TCE/MT	CODIGO - DESCRIÇÃO	MARCA	UND.	QUANT.	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
44	**4430**	**00074678**	**080.002.015 – CAIBRO NAO APARELHADO *5 X 6* CM** **Detalhamento:** CAIBRO NAO APARELHADO *5 X 6* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	**GUANANDI**	**M**	**5.860**	**10,90**	**63.874,00**
45	**4433**	**00074686**	**080.002.038 – CAIBRO NAO APARELHADO *7,5 X 7,5* CM** **Detalhamento:** CAIBRO NAO APARELHADO *7,5 X 7,5* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	**GUANANDI**	**M**	**543**	**22,50**	**12.217,50**
46	**4400**	**00074690**	**080.002.047 – CAIBRO NAO APARELHADO, *6 X 8* CM** **Detalhamento:** CAIBRO NAO APARELHADO, *6 X 8* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	**GUANANDI**	**M**	**497**	**17,90**	**8.896,30**
55	**1358**	**428888-2**	**080.002.040 – CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA** **Detalhamento:** CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA (MADEIRITE RESINADO ROSA) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 x 1100 MM, E = 17 MM.	**PINUS**	**M²**	**170**	**68,50**	**11.645,00**
56	**43682**	**00078335**	**080.009.002 – CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA 2200 X 1100 MM** **Detalhamento:** CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA (MADEIRITE RESINADO ROSA), PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 X 1100 MM, ESPESSURA 6 MM	**PINUS**	**M²**	**27**	**25,80**	**696,60**
57	**43677**	**00078334**	**080.009.001 – CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA 2200X1100MM** **Detalhamento:** CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA (MADEIRITE RESINADO ROSA) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 x 1100 MM, E = 20 MM	**PINUS**	**M²**	**70**	**79,89**	**5.592,30**
152	**4408**	**166891-9**	**080.002.025 – RIPA NAO APARELHADA, *1,5 X 5* CM**	**GUANANDI**	**M**	**10.000**	**2,35**	**23.500,00**

			Detalhamento: RIPA NAO APARELHADA, *1,5 X 5* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA					
153	**4509**	**00022970**	**080.008.002 – SARRAFO *2,5X10 CM** **Detalhamento:** SARRAFO *2,5 X 10* CM, EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	**GUANANDI**	**M**	**170**	**5,20**	**884,00**
154	**4517**	**00022971**	**080.002.020 – SARRAFO *2,5 X 7,5* CM** **Detalhamento:** SARRAFO *2,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	**GUANANDI**	**M**	**4.700**	**3,90**	**18.330,00**
155	**4417**	**00023663**	**080.002.066 – SARRAFO NAO APARELHADO *2,5 X 7* CM** **Detalhamento:** SARRAFO NAO APARELHADO *2,5 X 7* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	**GUANANDI**	**M**	**1.000**	**6,30**	**6.300,00**
164	**10567**	**00074807**	**080.002.045 – TABUA *2,5 X 23* CM EM PINUS** **Detalhamento:** TABUA *2,5 X 23* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	**GUANANDI**	**M**	**730**	**12,10**	**8.833,00**
165	**3993**	**00074809**	**080.002.023 – TABUA APARELHADA *2,5 X 15*** **Detalhamento:** TABUA APARELHADA *2,5 X 15* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	**GUANANDI**	**M²**	**245**	**110,00**	**26.950,00**
166	**6193**	**00076965**	**080.002.032 – TABUA NAO APARELHADA *2,5 X 20* CM** **Detalhamento:** TABUA NAO APARELHADA *2,5 X 20* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	**GUANANDI**	**M**	**910**	**16,70**	**15.197,00**
167	**6189**	**426185-2**	**080.002.001 – TABUA NAO APARELHADA *2,5 X 30* CM** **Detalhamento:** TABUA NAO APARELHADA *2,5 X 30* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	**GUANANDI**	**M**	**10.400**	**24,84**	**258.336,00**
TOTAL GERAL DOS ITENS (R$):							**461.251,70**	
TOTAL GERAL POR EXTENSO (R$): **QUATROCENTOS E SESSENTA E UM MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E UM REAL E SETENTA CENTAVOS.**								

VALIDADE DA ATA: 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA SUA ASSINATURA.

DATA DA ATA: 18/09/2023

DATA DA ASSINATURA: 19/09/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 014/2023

O MUNICÍPIO DE ARAGAINHA – MT, torna público para o conhecimento de todos os interessados, o Extrato da Ata de Registro de Preços n.º 014/2023, referente ao PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 005/2023 processo n° 019/2023, cujo objetivo é o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO, FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARAGUAINHA/MT E PARA ATEDIMENTO DA CONSTRUÇÃO DE 50 UNIDADES HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE ARAGUAINHA/MT, CONFORME PROPOSTA DE CONVÊNIO N° 0075/2023, ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL E A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA – SINFRA, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

EMPRESA VENCEDORA: **COMERCIAL MENDONÇA LTDA**	CNPJ: **44.869.839/0001-36**

PRODUTOS/SERVIÇOS

ITEM	COD. SINAPI	CODIGO TCE/MT	CODIGO - DESCRIÇÃO	MARCA	UND.	QUANT.	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
40	**8570**	**00074705**	**080.004.012 – CABO BIFÁSICO TIPO TRIPLEX** **Detalhamento:** CABO BIFÁSICO TIPO TRIPLEX 2x1x10mm²+10mm² ALUMÍNIO CMR	**BOREAL**	**M**	**440**	**4,80**	**2.112,00**
41	**980**	**258418-2**	**080.004.002 – CABO DE COBRE FLEXIVEL 10 MM2** **Detalhamento:** CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 10 MM2	**PW**	**M**	**1.200**	**6,40**	**7.680,00**
42	**1014**	**369181-0**	**080.004.001 – CABO DE COBRE FLEXIVEL 2,5 MM2** **Detalhamento:** CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	**PW**	**M**	**17.500**	**1,59**	**27.825,00**
43	**981**	**00057715**	**080.004.016 – CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, 4 MM2** **Detalhamento:** CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 4 MM2	**PW**	**M**	**550**	**2,76**	**1.518,00**
49	**1871**	**00074664**	**080.004.017 – CAIXA OCTOGONAL DE FUNDO MOVEL, EM PVC, DE 3" X 3"** **Detalhamento:** CAIXA OCTOGONAL DE FUNDO MOVEL, EM PVC, DE 3" X 3", PARA ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO	**TRAMONTINA**	**UN**	**350**	**4,40**	**1.540,00**
60	**8571**	**00074721**	**080.004.021 – CONECTOR DE DERIVACAO CUNHA** **Detalhamento:** CONECTOR DE DERIVAÇÃO, METAL, TIPO CUNHA, CDCR IV, AZUL, (NBR-5370 / ANSI C119.4)	**INTELLI**	**UN**	**170**	**3,70**	**629,00**
69	**34616**	**167954-6**	**080.004.005 – DISJUNTOR BIPOLAR 6 ATE 32A** **Detalhamento:** DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, BIPOLAR DE 6 ATE 32A	**ELETROMAR**	**UN**	**150**	**22,55**	**3.382,50**
70	**34623**	**00077247**	**080.004.008 – DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, BIPOLAR 40 ATE 50A** **Detalhamento:** DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, BIPOLAR 40 ATE 50A	**ELETROMAR**	**UN**	**60**	**23,20**	**1.392,00**
71	**34653**	**440766-0**	**080.004.015 – DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, MONOPOLAR DE 6 ATE 32A** **Detalhamento:** DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, MONOPOLAR DE 6 ATE 32A	**ELETROMAR**	**UN**	**230**	**8,80**	**2.024,00**
72	**39471**	**00025655**	**080.002.031 – DISPOSITIVO DPS CLASSE II** **Detalhamento:** DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSAO MAXIMA DE 275 V, CORRENTE MAXIMA DE *45* KA (TIPO AC)	**SOPRANO**	**UN**	**170**	**74,90**	**12.733,00**
73	**39457**	**00038481**	**080.004.003 – DISPOSITIVO DR, 4 POLOS** **Detalhamento:** DISPOSITIVO DR, 4 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 63 A, TIPO AC	**SOPRANO**	**UN**	**55**	**138,50**	**7.617,50**
75	**2688**	**00055369**	**080.002.036 – ELETRODUTO PVC FLEXIVEL** **Detalhamento:** ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 25 MM	**PLASTIBRAS**	**M**	**5.400**	**2,25**	**12.150,00**
81	**21127**	**00074722**	**080.004.023 – FITA ISOLANTE 19MM X 5M**	**KIAN**	**UN**	**180**	**3,00**	**540,00**

			Detalhamento: FITA ISOLANTE - ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M					
86	**38112**	**185369-4**	**080.004.009 – INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V** **Detalhamento:** INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V (APENAS MODULO)	**PLUZIE**	**UN**	**400**	**5,90**	**2. 360,00**
87	**COMP. ELE. 35**	**0006129**	**080.004.025 – ISOLADOR PINO POLIMERICO 15 KV** **Detalhamento:** ISOLADOR TIPO PINO POLIMÉRICO DOTADO DE ORIFÍCIO ROSCADO, CONSTITUÍDO POR UM ÚNICO CORPO ISOLANTE, FIXAÇÃO DOS CABOS COBERTOS, 15 KV	**KX**	**UN**	**50**	**25,05**	**1. 252,50**
105	**38194**	**00059366**	**080.004.013 – LAMPADA LED 10 W BIVOLT BRANCA** **Detalhamento:** LAMPADA LED 10 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	**KIAN**	**UN**	**330**	**6,98**	**2. 303,40**
106	**38193**	**00074963**	**080.004.022 – LAMPADA LED 6W BIVOLT** **Detalhamento:** LAMPADA - LED 6 W BIVOLT (6500 K) BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	**KIAN**	**UN**	**150**	**5,15**	**772,50**
109	**38769**	**00074694**	**080.004.004 – LUMINARIA ARANDELA TIPO MEIA-LUA COM VIDRO** **Detalhamento:** LUMINARIA ARANDELA TIPO MEIA-LUA COM VIDRO FOSCO *30 X 15* CM, PARA 1 LAMPADA, BASE E27, POTENCIA MAXIMA 40/60 W (NAO INCLUI LAMPADA)	**BRONZEART**	**UN**	**100**	**36,70**	**3. 670,00**
110	**38773**	**00057347**	**080.004.014 – LUMINARIA DE TETO PLAFON/PLAFONIER EM PLASTICO** **Detalhamento:** LUMINARIA DE TETO PLAFON/PLAFONIER EM PLASTICO COM BASE E27, POTENCIA MAXIMA 60 W (NAO INCLUI LAMPADA)	**DEMI**	**UN**	**300**	**4,60**	**1. 380,00**
142	**13393**	**00025806**	**080.002.027 – QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO** **Detalhamento:** QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 12 DISJUNTORES DIN, 100 A	**ELETROMAR**	**UN**	**55**	**247,00**	**13. 585,00**
176	**1575**	**00074731**	**080.004.018 – TERMINAL A COMPRESSÃO COBRE ESTANHADO CABO 16MM2, PARAFUSO FIXAÇAO M6** **Detalhamento:** TERMINAL A COMPRESSÃO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 16MM2, 01 FURO E 01 COMRESSÃO PARA PARAFUSO DE FIXAÇAO M6	**INTELLI**	**UN**	**120**	**1,90**	**228,00**
177	**1570**	**00074726**	**080.004.020 – TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 2,5 MM2** **Detalhamento:** TERMINAL A COMPRESSAO, EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 2,5 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	**INTELLI**	**UN**	**330**	**0,95**	**313,50**
178	**1571**	**00074733**	**080.004.019 – TERMINAL COMPRESSAO COBRE ESTANHADO CABO 4MM2** **Detalhamento:** TERMINAL A COMPRESSAO, EM COBRE ESTANHADO, PARA CABO 4 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXAÇAO M5	**INTELLI**	**UN**	**200**	**1,24**	**248,00**
184	**38101**	**0006442**	**080.004.007 – TOMADA 2P+T 10A, 250V** **Detalhamento:** TOMADA 2P+T 10A, 250V (APENAS MODULO)	**PLUZIE**	**UN**	**600**	**7,30**	**4. 380,00**
185	**38102**	**00033818**	**080.004.024 – TOMADA 2P+T 20A (MODULO)** **Detalhamento:** TOMADA 2P+T 20A, 250V (APENAS MODULO)	**PLUZIE**	**UN**	**150**	**8,20**	**1. 230,00**
TOTAL GERAL DOS ITENS (R$):							**112.865,90**	
TOTAL GERAL POR EXTENSO (R$)**: CENTO E DOZE MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E NOVENTA CENTAVOS**								

VALIDADE DA ATA: 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA SUA ASSINATURA.

DATA DA ATA: 18/09/2023

DATA DA ASSINATURA: 19/09/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 009/2023

O MUNICÍPIO DE ARAGAINHA – MT, torna público para o conhecimento de todos os interessados, o Extrato da Ata de Registro de Preços n.º 009/2023, referente ao PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 005/2023 processo n° 019/2023, cujo objetivo é o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO, FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARAGUAINHA/MT E PARA ATEDIMENTO DA CONSTRUÇÃO DE 50 UNIDADES HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE ARAGUAINHA/MT, CONFORME PROPOSTA DE CONVÊNIO N° 0075/2023, ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL E A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA – SINFRA, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

EMPRESA VENCEDORA: RONIVAN ROSSONI LTDA			**CNPJ: 19.909.006/0001-04**					
PRODUTOS/SERVIÇOS								
ITEM	**COD. SINAPI**	**CODIGO TCE/MT**	**CODIGO - DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UND.**	**QUANT.**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
10	**65**	**00026441**	**080.006.034 – ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO BOLSA / ROSCA 25MMX3/4"** **Detalhamento:** ADAPTADOR, EM PVC, SOLDAVEL, CURTO, COM BOLSA E ROSCA, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA	**KRONA**	**UN**	**55**	**1,10**	**60,50**
22	**6138**	**358293-7**	**080.006.058 – ANEL DE VEDAÇAO 100MM PARA VASO SANITARIO** **Detalhamento:** ANEL DE VEDAÇÃO, PVC FLEXIVEL, 100MM, PARA SAIDA DE BACIA/VASO SANITARIO	**ASTRA**	**UN**	**60**	**7,49**	**449,40**
33	**184**	**00074691**	**080.002.039 – BATENTE / PORTAL / ADUELA / MARCO EM MADEIRA** **Detalhamento:** BATENTE / PORTAL / ADUELA / MARCO EM MADEIRA MACICA COM REBAIXO, E = *3* CM, L = *14* CM, PARA PORTAS DE GIRO DE *60 CM A 120* CM X *210* CM, PINUS / EUCALIPTO / VIROLA OU EQUIVALENTE DA REGIAO (NAO INCLUI ALIZARES).	**AFORT**	**JG**	**100**	**122,00**	**12. 200,00**
64	**1966**	**441075-0**	**080.006.044 – CURVA PVC CURTA 90 GRAUS, 100MM** **Detalhamento:** CURVA PVC CURTA 90 GRAUS, 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	**KRONA**	**UN**	**55**	**19,95**	**1. 097,25**
76	**11681**	**00077245**	**080.006.070 – ENGATE FLEXIVEL 1/2" X 40 CM** **Detalhamento:** ENGATE/RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2" X 40 CM	**PLASBORIN**	**UN**	**55**	**4,07**	**223,85**
78	**38094**	**00071013**	**080.004.011 – ESPELHO / PLACA DE 3 POSTOS 4" X 2"**	**PLUZIE**	**UN**	**900**	**2,60**	**2. 340,00**

			Detalhamento: ESPELHO / PLACA DE 3 POSTOS 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES					
83	**3146**	**00074734**	**080.006.038 – FITA VEDA ROSCA 18MMX10M** **Detalhamento**: FITA VEDA ROSCA, 18MM X 10M (L X C), EM ROLOS, COMPOSICÃO 100% A BASE DE RESINA, PTFE (POLITETRAFLUORETILENO) NÃO SINTERIZADO; VALIDADE INDETERMINADA; EXPESSURA APROXIMADA 0,07MM; TUBETE EM POLIESTIRENO; FÁCIL APLICAÇÃO; PROTEÇAO CONTRA OXIDAÇÕES, FERRUGENS E ENGRIPAMENTOS	**ATLAS**	**UN**	**30**	**4,40**	**132,00**
90	**3529**	**154130-7**	**080.006.064 – JOELHO 90 GRAUS 25MM** **Detalhamento:** JOELHO DE PVC, 25MM, SOLDAVEL, COM ANGULO DE 90º GRAUS PARA SER UTILIZADA EM INSTALACÕES HIDRAULICAS DE ÁGUA FRIA PREDIAL	**KRONA**	**UN**	**500**	**0,57**	**285,00**
91	**3516**	**00023695**	**080.006.063 – JOELHO BB 40MM 45°** **Detalhamento:** JOELHO 45 GRAUS - PVC, SOLDAVEL, BB, DN 40MM, PARA ESGOTO PREDIAL.	**KRONA**	**UN**	**170**	**1,48**	**251,60**
92	**3518**	**25579-3**	**080.006.061 – JOELHO PVC PB 50 MM 45º** **Detalhamento:** JOELHO DE PVC RIGIDO, SOLDAVEL, PB (PONTA, BOLSA), 45° (GRAUS), DIAMETRO NOMINAL (DN) 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	**KRONA**	**UN**	**120**	**4,55**	**546,00**
93	**3531**	**230438-4**	**080.006.041 – JOELHO PVC SOLD 25MM X 1/2" 90 GRAUS C/ ROSCA** **Detalhamento:** JOELHO, PVC, SOLDAVEL COM ROSCA, 90 GRAUS, 25MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	**KRONA**	**UN**	**55**	**3,48**	**191,40**
94	**20147**	**433616-0**	**080.006.057 – JOELHO PVC SOLD. 25MMX1/2"** **Detalhamento:** JOELHO EM PVC SOLDAVEL COM BUCHA EM LATAO, COM ANGULO DE 90º GRAUS, 25 MM X 1/2", PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	**KRONA**	**UN**	**120**	**3,48**	**417,60**
95	**3519**	**00023693**	**080.006.049 – JOELHO PVC SOLDAVEL PB 45º X 75MM DN** **Detalhamento:** JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 45 GRAUS, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	**KRONA**	**UN**	**100**	**8,85**	**885,00**
96	**3517**	**4319290**	**080.006.043 – JOELHO PVC SOLDAVEL, BB, 90 GRAUS, DN 40MM** **Detalhamento:** JOELHO EM PVC, SOLDAVEL, BB, DIAMENTRO NOMINAL (DN) 40MM, 90 GRAUS PARA ESGOTO PREDIAL	**KRONA**	**UN**	**120**	**2,58**	**309,60**
97	**3540**	**00077237**	**080.006.026 – JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 50 MM** **Detalhamento:** JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 50 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	**KRONA**	**UN**	**350**	**3,48**	**1. 218,00**
98	**3524**	**221548-9**	**080.006.032 – JOELHO PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4"** **Detalhamento:** JOELHO PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4", PARA ÁGUA FRIA PREDIAL.	**KRONA**	**UN**	**160**	**6,18**	**988,80**
99	**3526**	**00077237**	**080.006.033 – JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 50MM** **Detalhamento:** JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	**KRONA**	**UN**	**430**	**3,74**	**1. 608,20**
100	**3536**	**21892-8**	**080.006.066 – JOELHO SOLD. 32MM 90°** **Detalhamento:** JOELHO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - COM DIAMETRO NOMINAL DE 32 MM, 90º GRAUS, NA COR MARRON, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO PREDIAL DE ÁGUA FRIA	**KRONA**	**UN**	**120**	**1,88**	**225,60**
101	**3500**	**249588-0**	**080.006.039 – JOELHO SOLDAVEL EM PVC 25MM 45 GRAUS** **Detalhamento:** JOELHO, PVC, SOLDAVEL, 45 GRAUS, 25MM, MARROM, INDICADO PARA MUDANÇA DE DIREÇÃO EM REDES DE AGUA FRIA PREDIAL	**KRONA**	**UN**	**55**	**1,58**	**86,90**
102	**3661**	**27145-4**	**080.006.050 – JUNCAO SIMPLES PVC 75X50 MM** **Detalhamento:** JUNCAO SIMPLES, PVC, DN 75 X 50 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	**KRONA**	**UN**	**55**	**18,50**	**1. 017,50**
103	**3659**	**387481-8**	**080.006.025 – JUNCAO SIMPLES, PVC, DN 100 X 50 MM** **Detalhamento:** JUNCAO SIMPLES, PVC, DN 100 X 50 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	**KRONA**	**UN**	**100**	**18,80**	**1. 880,00**
104	**3729**	**440940-0**	**080.006.005 – KIT CAVALETE, PVC, COM REGISTRO, PARA HIDROMETRO** **Detalhamento:** KIT CAVALETE, PVC, COM REGISTRO, PARA HIDROMETRO, BITOLAS 1/2" OU 3/4" - COMPLETO	**M3**	**UN**	**55**	**177.55**	**9. 765,25**
111	**3906**	**169850-8**	**080.006.040 – LUVA SOLDAVEL, ROSCA, PVC, 25MMX3/4"** **Detalhamento:** LUVA SOLDAVEL, COM ROSCA, PVC, 25MM X 3/4" PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	**KRONA**	**UN**	**55**	**1,88**	**103,40**
112	**626**	**285775-8**	**080.002.008 – MANTA LIQUIDA DE BASE ASFALTICA** **Detalhamento:** MANTA LIQUIDA DE BASE ASFALTICA MODIFICADA COM A ADICAO DE ELASTOMEROS DILUIDOS EM SOLVENTE ORGANICO, APLICACAO A FRIO (MEMBRANA IMPERMEABILIZANTE ASFASTICA).	**BRASILLUX**	**KG**	**2.408**	**42,90**	**103. 303,20**
122	**20078**	**00023815**	**080.007.008 – PASTA LUBRIFICANTE PARA TUBOS E CONEXOES COM JUNTA ELASTICA** **Detalhamento:** PASTA LUBRIFICANTE PARA TUBOS E CONEXOES COM JUNTA ELASTICA, EMBALAGEM DE *400* GR (USO EM PVC, ACO, POLIETILENO E OUTROS)	**ITW**	**UN**	**55**	**29,85**	**1. 641,75**
130	**10555**	**334597-1**	**080.003.010 – PORTA DE MADEIRA FOLHA MEDIA 800 X 2100 MM** **Detalhamento:** PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 800 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	**FORT**	**UN**	**121**	**208.90**	**25. 276,90**
143	**6141**	**00023858**	**080.006.055 – RABICHO FLEXIVEL PLASTICO 1/2" X 30CM** **Detalhamento:** ENGATE - RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO, 1/2" X 30CM	**PLASBORIN**	**UN**	**120**	**5,88**	**705,60**
145	**11677**	**0007124**	**080.006.020 – REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS** **Detalhamento**: REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 50 MM, COM CORPO DIVIDIDO	**KRONA**	**UN**	**50**	**34,98**	**1. 749,00**
147	**6015**	**255759-2**	**080.002.030 – REGISTRO GAVETA** **Detalhamento:** REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 1 1/2 " (REF 1509)	**TALITA**	**UN**	**170**	**89,80**	**15. 266,00**
148	**6024**	**27209-4**	**080.006.018 – REGISTRO PRESSAO COM ACABAMENTO** **Detalhamento:** REGISTRO PRESSAO COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADA, SIMPLES, BITOLA 3/4 " (REF 1416)	**TALITA**	**UN**	**55**	**56,40**	**3. 102,00**
150	**37329**	**00023887**	**080.001.022 – REJUNTE EPOXI, QUALQUER COR** **Detalhamento:** REJUNTE EPOXI, QUALQUER COR		**KG**	**15**	**111,90**	**1. 678,50**
151	**536**	**403909-2**	**080.002.028 – REVESTIMENTO EM CERAMICA ESMALTADA** **Detalhamento:** REVESTIMENTO EM CERAMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MENOR OU IGUAL A 3, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2	**FORMIGRES**	**M²**	**1.000**	**23,05**	**23. 050,00**
158	**44945**	**0005301**	**080.006.059 – SIFAO / TUBO SINFONADO UNIVERSAL / SIMPLES** **Detalhamento:** SIFAO / TUBO SINFONADO EXTENSIVEL / SANFONADO UNIVERSAL / SIMPLES, ENTRE *50 A 70* CM, DE PLASTICO BRANCO	**ASTRA**	**UN**	**55**	**8,88**	**488,40**

159	6146	442109-4	**080.006.022 – SIFAO PLASTICO TIPO COPO PARA TANQUE, 1.1/4 X 1.1/2"** **Detalhamento:** SIFAO PLASTICO TIPO COPO PARA TANQUE, 1.1/4 X 1.1/2"	ASTRA	UN	100	23,90	2.390,00
161	20083	290351-2	**080.002.054 – SOLUCAO PREPARADORA / LIMPADORA PARA PVC** **Detalhamento:** SOLUCAO PREPARADORA / LIMPADORA PARA PVC, FRASCO COM 1000 CM3	KRONA	UN	60	72,40	4.344,00
169	7097	28078-0	**080.006.062 – TE PVC 50X50MM ESGOTO** **Detalhamento:** TE SANITARIO, PVC RIGIDO, COM DIAMETRO NOMINAL (DN) DE 50X50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	KRONA	UN	155	6,88	1.066,40
170	7142	256663-0	**080.006.046 – TE SOLD. 50MM 90º** **Detalhamento:** TE SOLDAVEL, PVC, 90º, 50MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, (NBR 5648)	KRONA	UN	120	12,32	1.478,40
171	7139	220327-8	**080.006.067 – TÊ SOLDAVEL 25MM 90°** **Detalhamento:** TÊ SOLDAVEL, PVC (POLICLORETO DE VINIL), 25MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL. 90 GRAUS. NORMA TECNICA (NBR 5648)	KRONA	UN	230	1,50	345,00
172	7140	0005305	**080.006.042 – TÊ SOLDAVEL 32MM 90 GRAUS** **Detalhamento:** TE, SOLDAVEL, EM PVC, 90 GRAUS, DN 32MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	KRONA	UN	55	4,80	264,00
188	11772	00015537	**080.002.050 – TORNEIRA METALICA CROMADA** **Detalhamento:** TORNEIRA METALICA CROMADA, DE MESA/BANCADA, PARA COZINHA, BICA MOVEL, COM AREJADOR, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1167 / 1168)	TALITA	UN	60	84,90	5.094,00
189	7604	349539-6	**080.006.023 – TORNEIRA METALICA CROMADA PARA TANQUE/JARDIM S/ BICO** **Detalhamento:** TORNEIRA METALICA CROMADA PARA TANQUE / JARDIM, SEM BICO, CANO LONGO, DE PAREDE, PADRAO POPULAR / USO GERAL, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1126)	TALITA	UN	50	47,40	2.370,00
190	9835	230433-3	**080.006.052 – TUBO PVC 40MM ESGOTO** **Detalhamento:** TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL, CONFORME ESPECIFICADO NA NBR 5688	KRONA	M	130	5,97	776,10
191	9836	00055372	**080.002.037 – TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 100 MM** **Detalhamento:** TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	KRONA	M	765	13,80	10.557,00
193	9837	119281-7	**080.006.024 – TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 75 MM** **Detalhamento:** TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	KRONA	M	100	12,36	1.236,00
194	9868	440892-6	**080.006.009 – TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 25 MM** **Detalhamento:** TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 25 MM, ÁGUA FRIA (NBR- 5648)	KRONA	M	1.300	2,88	3.744,00
196	9875	296543-7	**080.002.043 – TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 50 MM** **Detalhamento:** TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 50 MM, PARA ÁGUA FRIA (NBR-5648)	KRONA	M	600	13,45	8.070,00
209		174795-9	**080.001.018 – PISO CERAMICO 45X45 CLASSE A** **Detalhamento:** PISO CERAMICO - PARA SER APLICADO EM AMBIENTE INTERNO, PEI-4, MEDINDO 45X45, ABSORCAO DE AGUA MAIOR DE 6%, EMBALADO EM CAIXA DE PAPELAO, C/ APRESENTACAO DE SELO DO INMETRO	FORMIGUES	M²	600	13,45	8.070,00
212		00078017	**080.008.001 – FORRO DE MADEIRA** **Detalhamento:** FORRO DE MADEIRA DE PINUS ENVERNIZADO, INCLUSIVE MADEIRAMENTO DE SUPORTE, MEDINDO 10CM DE LARGURA	AFORT	M²	350	130,99	45.846,50
232		00016293	**080.008.004 – BARRA/PERFIL U 95X30 CHAPA 14** **Detalhamento:** BARRA/PERFIL U - DE POLICARBONATO, COM ESPESSURA DE 95X30X6000 CHAPA 14	NACIONAL ACO	UN	350	188,20	65.870,00
235		125587-8	**080.001.008 – TELHA TRAPEZOIDAL 6 METROS** **Detalhamento:** TELHA DE ACO GALVANIZADO - TRAPEZOIDAL, MEDINDO (6,00MX1,00MX0,43MM), NBR 5640,5639,8055	BRASTELHAS	UN	80	158,90	12.712,00
TOTAL GERAL DOS ITENS (R$):								352.537,60
TOTAL GERAL POR EXTENSO (R$): **TREZENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL, QUINHENTOS E TRINTA E SETE REAIS E SESSENTA CENTAVOS**								

VALIDADE DA ATA: 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA SUA ASSINATURA.

DATA DA ATA: 18/09/2023

DATA DA ASSINATURA: 20/09/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 515/2023

DESIGNAR AS SERVIDORAS PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2023 E Nº 182/2023, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2023, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Enilson de Araújo Rios, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, em especial em seu art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear as servidoras da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhando a fiscalização das ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2023 e Nº 182/2023, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2023.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2023 - empresa DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA, inscrita no CNPJ: 25.279.552/0001-01.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2023 - empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ: 03.652.030/0001-70.

Art. 2° - Ficam nomeados as servidoras abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitado pela Secretaria Municipal de Saúde, firmado entre o Município de Araputanga/MT e a empresa ora contratada, sendo composta pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr.ª. Gisely Aparecida Medeiros de Lima, como fiscal titular e Sr.ª. Joelma Soares Beliato – Responsáveis pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando e as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte (20) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e vinte e três (2023).

Enilson de Araújo Rios

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº. 514/2023, PUBLICADO DO JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO MATO GROSSO, NO DIA 20/09/2023, PAG. Nº 57, EDIÇÃO Nº. 4.323.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

Considerando, a Lei Municipal nº 852/2008, datada de 19 de dezembro de 2008;

Considerando o Anexo I; III, IV da Lei Municipal nº 852/2008, tabela de cargos e salários;

RESOLVE:

Art. 1.º- Promover a elevação de Nível dos servidores públicos municipais de Araputanga/MT, conforme relacionada abaixo:

NOME	CARGO	ADMISSÃO	CLASSE/ NÍVEL (ATUAL)	CLASSE/NÍVEL (ELEVAÇÃO)
ANGELA MARIA ARAUJO MENDES	APOIO ADM. EDUCACIONAL	08/08/ 2011	B-04	B-05
EDINAMAR APARECIDA MASTELARI MOREIRA	APOIO ADM. EDUCACIONAL	14/08/ 2008	B-04	B-05
GEILSON DE SOUZA PESSOA	MONITOR DE CRECHE	25/08/ 2011	A-04	A-05
JULIENE DA SILVA OLIVEIRA	PROFESSOR	09/08/ 2011	B-04	B-05
LEILA LUIZ BICALHO	MONITOR DE CRECHE	03/08/ 2011	C-04	C-05
LUIZ ANTONIO DE CAMPOS	MONITOR DE CRECHE	24/08/ 2011	A-04	A-05
LUZINETE CONCEIÇÃO DA SILVA	PROFESSOR	23/08/ 1996	B-09	B-10
MARINEIDE SOARES PEREIRA	APOIO ADM. EDUCACIONAL	15/08/ 2011	D-04	D-05
SEBASTIÃO TERTULIANO GOMES	APOIO ADM. EDUCACIONAL	03/08/ 2011	B-04	B-05
TIAGO BUOSI CASSIA DE ALMEIDA	PROFESSOR	08/08/ 2011	B-04	B-05

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte (20) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e vinte e três (2023).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.658/2023

LEI MUNICIPAL Nº 1.658/2023

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO PARA SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DISCRIMINADO POR SEU ELEMENTO DE DESPESA E FONTE DE RECURSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Abre no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Especial por superávit financeiro no montante de R$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais), discriminado por suas fontes de recursos e elementos de despesas, conforme segue:

10 – SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

002 – DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

26 – TRANSPORTE

782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO

1013 – MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

2132 – AQUISIÇÃO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

Fonte de Recursos: 1.2.500 – Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Anterior)

Elemento de Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e material permanente. ... R$ 252.000,00

TOTAL..... ..... R$ 252.000,00

Art. 2º - O presente Crédito Adicional Especial tratado no artigo anterior será suportado por recursos provenientes do Superávit Financeiro, nos termos do Artigo 43, parágrafo 1° e incisos da Lei n. 4.320/64.

Art. 3° - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar ao remanejamento de dotação de que trata o art. 1° até o limite de 15% do seu valor total.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte (20) dias do mês de setembro (09) de dois mil e vinte e três (2023).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 053/2023

O Exmo. Sr. Enilson de Araújo Rios, Prefeito Municipal de Araputanga/MT, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais e considerando que o processo supracitado transcorreu em completa normalidade, legalidade e em conformidade com a legislação de regência resolve HOMOLOGAR o presente certame, para que produza os efeitos legais.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LENÇÓIS E TOALHAS DE BANHO PARA USO DIÁRIO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Fornecedor: ORIGINAL SOLUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº.13.333. 523/0001-00;

VALOR TOTAL: R$ 3.521,00 (três mil e quinhentos e vinte um reais);

Fundamento Legal: Art. 75, II – Lei Federal nº 14.133/2021.

Araputanga–MT, 20 de setembro de 2023.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 396/2023

DESIGNAR A SERVIDORA PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2023, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023, CUJO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NOS APARELHOS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E FISIOTERAPÊUTICOS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Enilson de Araújo Rios, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666/93, em especial seu art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º- Designar e nomear a servidora Sra. Solangela Barbosa dos Santos, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2023 - empresa CARLOS ALBERTO NAISSINGER 49998129087, inscrito sob o CNPJ nº 46.642.710/0001-16, nos serviços prestados no CENTRO DE REABILITAÇÃO.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 10/08/2023 e revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte (20) dias do mês de Setembro (09) do ano de dois mil e vinte e três (2023).

Enilson de Araújo Rios

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.657/2023

LEI MUNICIPAL Nº 1.657/2023

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO PARA SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DISCRIMINADO POR SEU ELEMENTO DE DESPESA E FONTE DE RECURSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Abre no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Especial por superávit financeiro no montante de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), discriminado por suas fontes de recursos e elementos de despesas, conforme segue:

10 – SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

002 – DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

15 – URBANISMO

451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA

1013 – MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

1071 – REALIZAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, GALERIAS PLUVIAIS

Fonte de Recursos: 1.2.500 – Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Anterior)

Elemento de Despesa: 4.4.90.51 – Obras e Instalações..... R$ 400.000,00

TOTAL..... R$ 400.000,00

Art. 2º - O presente Crédito Adicional Especial tratado no artigo anterior será suportado por recursos provenientes do Superávit Financeiro, nos termos do Artigo 43, parágrafo 1° e incisos da Lei n. 4.320/64.

Art. 3° - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar ao remanejamento de dotação de que trata o art. 1° até o limite de 15% do seu valor total.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte (20) dias do mês de setembro (09) de dois mil e vinte e três (2023).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
LICENÇA DE INSTALAÇÃO PARA CEMITÉRIO MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal de Araputanga CNPJ nº 15.023.914/0001-45, torna público que

requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente a Licença de Instalação (LI) para Cemitério Municipal, localizado na Avenida dos Trabalhadores, s/n, Bairro Daury Riva no município de Araputanga/MT.

Enilson de Araújo Rios

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 054/2023

O Exmo. Sr. Enilson de Araújo Rios, Prefeito Municipal de Araputanga/MT, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais e considerando que o processo supracitado transcorreu em completa normalidade, legalidade e em conformidade com a legislação de regência resolve HOMOLOGAR o presente certame, para que produza os efeitos legais.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO, PARA AS DEMANDAS DIÁRIAS DO DEPARTAMENTO DE ÁGUAEM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA – SMAE.

Fornecedor: AGUAA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAS HIDRÁULICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 09.237.525/0001-10;

VALOR TOTAL: R$ 7.018,80 (sete mil e dezoito reais e oitenta centavos);

Fundamento Legal: Art. 75, II – Lei Federal nº 14.133/2021.

Araputanga–MT, 20 de setembro de 2023.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE ABERTURA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE PMF EM DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT, CONFORME O TERMO DE CONVÊNIO Nº 2088/2022/SINFRA, COM ESPECIFICAÇÕES DETALHADA NO PROJETO BASICO E PLANILHAS NO ANEXO I DO EDITAL, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará as **09:00 HORAS NO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2023**. Em sua sede na Rua Presidente Costa e Silva, nº 105E – Bairro Vila Nova – Arenápolis - MT, LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS, regida pela Lei 8.666/93, para contratação do objeto supracitado. Sendo que o Edital está à disposição dos interessados no site www.arenapolis.mt.gov.br, valor das cópias de reprodução do edital e seus anexos são mediante o pagamento da quantia não reembolsável de **R$ 100,00 (cem reais).**

Arenápolis - MT, em 20 de Setembro de 2023.

ANA PAULA SILVA DE MELO

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

PORTARIA N.º138/2023

"Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora Sra. **ANA DENISE WICISNESKI**."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, a servidora **Sra. ANA DENISE WICISNESKI,** portadora do RG n.º 000794424 e do CPF n.º 774.360.672-49, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de PROFESSOR 2 - CLASSE B, matriculada sob nº 3320, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 01/08/2023 e término em 14/09/2023, conforme processo administrativo do **ARIPUANÃ-PREVI,** n.º 2023.05.00152P .

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 19/09/2023.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

Gestor do RPPS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.465/2023

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 198 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 001 DE 21 OUTUBRO DE 1999, E TENDO EM VISTA AS RAZÕES APRESENTADAS PELA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº *012/2023.*

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR o afastamento da servidora Sra. **Leniza Ribeiro Da Silva,** ocupante do cargo de Carreira deTÉCNICA EM ENFERMAGEM**,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, do exercício do respectivo cargo público pelo prazo de 30 (trinta) dias, podendo o afastamento ser prorrogado por igual período, sem prejuízo da remuneração, a fim de que não venha a influir na apuração dos fatos objeto do processo em referência.

Art. 2º O servidor afastado deverá permanecer à disposição da Comissão Processante, no período acima consignado, e deverá indicar endereço, telefone e outros meios de contato suficientes para que possa ser encontrado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 19 dias de setembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.467/2023

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e Artigo 69, Inciso III* **da Lei Orgânica Municipal;**

Considerando o requerido *protocolo n°* NJKPMW , e **com amparo** na *Lei Complementar nº.* 182/2021*;*

RESOLVE:

PROMOVER, a **ANA CAROLINA STEINKE,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 08118710-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 795.513. 603-25, ocupante do Cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO,**matricula nº 3728, *lotada na Secretaria Municipal de Educação,* da **Classe A,** para a **Classe B,** considerando a conclusão do Curso*,* da **Classe "B", para a Classe "C",** considerando a conclusão do curso de Licenciatura em Letras, a partir do dia 02/10/2023

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 20 dias de setembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 4.915/2023

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 341.891,76 (TREZENTOS E QUARENTA E UM MIL OITOCENTOS E NOVENTA E UM MIL SETENTA E SEIS CENTAVOS), NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.364 de 09 de dezembro de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de *R$ 341. 891,76 (trezentos e quarenta e um mil oitocentos e noventa e um mil setenta e seis centavos)*, na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
02.001.04.122.0001.2002 - Manutenção do Gabinete do Poder Executivo		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	14. 291,44
02.001.04.124.0001.2003 - Ações da Controladoria Interna		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.501. 0000000	5. 382,44
03.001.04.122.0001.2004 - Gestão da Sec. de Governo e Planejamento		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	4. 991,00
04.001.04.122.0001.2006 - Gestão e Manutenção da SEMAD		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	2. 780,00
04.001.04.122.0001.2007 - Manutenção Unidade Mun. do PROCON		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	818,20
05.001.04.123.0001.2012 - Gestão e Encargos da SEMUFI		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.705. 0000000	13. 000,00
06.001.08.122.0001.2014 - Gestão Dd Assistência Social		

3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	4. 242,26
06.002.08.241.0003.2016 - Ações a Melhor Idade		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	2. 334,76
06.002.08.243.0004.2015 - Apoio à Criança e Adolescente		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	294,62
06.002.08.243.0004.2017 - Ações do Conselho Tutelar		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	940,00
06.002.08.244.0005.2018 - Ações do Atendimento Social		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	1. 087,80
06.002.08.244.0005.2019 - Ações do CRAS		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	6. 238,24
06.002.08.244.0005.2020 - Ações do CREAS		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	5. 331,14
06.002.08.244.0005.2021 - Ações do Cofinanciamento		
3390.3600 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.661. 0000000	2. 500,00
06.002.08.244.0005.2022 - Ações do Bolsa Família		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	543,88
07.002.12.361.0006.1008 - Implant. Núcleo de Tec. Educacional - FUNDAM		
3390.4000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	1.500. 0000000	16. 500,00
07.002.12.361.0006.2028 - Man. e Desenvolvimento do Ensino Fundamental		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 1001000	94. 200,00
07.002.12.361.0006.2031 - Manutenção do Transporte Escolar		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 1001000	11. 100,00
07.002.12.364.0006.2036 - Manutenção do Ensino Superior		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	1. 400,00
07.002.12.365.0006.2037 - Man. do Aprendizado Infantil - Pré-escola		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 1001000	45. 700,00
07.002.12.365.0006.2038 - Man. do Aprendizado Infantil - Creche		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 1001000	19. 300,00
08.001.04.122.0001.2049 - Gestão da Sec. de Infraestrutura		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	1. 587,56
08.002.15.451.0007.2052 - Manutenção Urbana		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	2. 894,82
08.002.15.452.0008.2053 - Limpeza Urbana		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	413,17
08.003.26.782.0009.2054 - Manutenção da Logística Rodoviária		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	1. 672,14
08.004.17.512.0010.2055 - Gestão do Sistema de Agua e Esgoto		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	5. 000,00
08.005.25.752.0012.2056 - Gestão do Sistema de Iluminação Pública		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	239,89
09.001.10.122.0011.2057 - Gestão Administrativa da Sec. de Saúde		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 1002000	2. 113,80
09.002.10.301.0013.2060 - Manutenção dos Agentes Comunitários de Saúde		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 1002000	9. 056,34
09.002.10.301.0013.2061 - Manutenção das Ações da Saúde Bucal		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 1002000	3. 183,27
09.002.10.301.0013.2062 - Manutenção das Ações das APS		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 1002000	12. 737,13
09.002.10.302.0015.2065 - Manut das Ações do Atend/Hosp/Amb de Emerg		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 1002000	22. 139,85
09.002.10.302.0015.2067 - Manutenção das Ações do SAMU 192		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 1002000	2. 114,80
09.002.10.302.0015.2069 - Man da Unidade Descentralizada de Reabilit		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 1002000	1. 921,81
09.002.10.303.0017.2070 - Manutenção das Ações da Farmácia Básica		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 1002000	793,52
09.002.10.304.0016.2071 - Manutenção das Ações da Vigilância Sanitária		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 1002000	498,72
09.002.10.305.0016.2072 - Manutenção das Ações de Vig. Epidemiológica		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 1002000	3. 786,11
10.001.20.122.0020.2075 - Gestão da SEMDER		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	2. 935,80
10.001.20.608.0020.2076 - Assistência Técnica a Agricultura Familiar		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	4. 062,82
12.001.23.695.0023.2085 - Gestão das Ações Turísticas		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	543,90
12.002.13.392.0025.2086 - Ações de Fortalecimento da Cultura		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	565,88
12.003.27.812.0024.2087 - Gestão das Ações de Esporte e Lazer		
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.500. 0000000	3. 635,01
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.501. 0000000	2. 156,06
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	2. 363,58
13.001. 04.122.0001.2088 - Gestão da Cidade		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.501. 0000000	2. 500,00
Total		***341. 891,76***

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento Da Despesa	**Fonte**	***Valor R$***
02.001.04.122.0001.2002 - Manutenção do Gabinete do Poder Executivo		
3390.4000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	1.500. 0000000	14. 291,44
02.001.04.124.0001.2003 - Ações da Controladoria Interna		
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.501. 0000000	5. 382,44
03.001.04.122.0001.2004 - Gestão da Sec. de Governo e Planejamento		
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.500. 0000000	4. 991,00
04.001.04.122.0001.2007 - Manutenção Unidade Mun. do PROCON		
3390.0800 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar	1.500. 0000000	818,20
3390.4000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	1.500. 0000000	2. 780,00
05.001.04.123.0001.2012 - Gestão e Encargos da SEMUFI		
3390.3500 - Serviços de Consultoria	1.705. 0000000	13. 000,00
06.001.08.122.0001.2014 - Gestão da Assistência Social		

3390.4000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	1.500. 0000000	6. 000,00
06.002.08.241.0003.2016 - Ações a Melhor Idade		
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.500. 0000000	6. 000,00
06.002.08.243.0004.2015 - Apoio a Criança e Adolescente		
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.500. 0000000	9. 012,70
06.002.08.244.0005.2021 - Ações do Cofinanciamento		
3390.3300 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.661. 0000000	2. 500,00
07.002.12.361.0006.1008 - Implant Núcleo de Tec Educacional - FUNDAM		
3390.4000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	1.500. 1001000	8. 000,00
07.002.12.361.0006.2025 - Alimentação Escolar - Ens. Fundamental		
3390.4000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	1.500. 0000000	1. 400,00
07.002.12.361.0006.2028 - Man. e Desenvolvimento do Ensino Fundamental		
3390.3200 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	1.500. 1001000	1. 800,00
07.002.12.361.0006.2031 - Manutenção do Transporte Escolar		
3390.0800 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar	1.500. 1001000	4. 000,00
3390.3000 - Material de Consumo	1.500. 1001000	152. 500,00
07.002.12.361.0006.2032 - Atividades Complementares a Aprendizagem		
3190.0700 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	1.500. 1001000	500,00
3390.3000 - Material de Consumo	1.500. 1001000	1. 000,00
3390.4600 - Auxílio-Alimentação	1.500. 1001000	500,00
07.002.12.364.0006.2036 - Manutenção do Ensino Superior		
3350.4100 - Contribuições	1.500. 0000000	16. 500,00
07.002.12.365.0006.1015 - Impl Núcleo de Tecnologia Educacional - Creche		
3390.4000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	1.500. 1001000	2. 000,00
08.001.04.122.0001.2049 - Gestão da Sec. de Infraestrutura		
3390.3600 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.500. 0000000	6. 807,58
08.004.17.512.0010.2055 - Gestão do Sistema de Agua e Esgoto		
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.500. 0000000	5. 000,00
09.002.10.302.0015.2065 - Manut das Ações do Atend/Hosp/Amb de Emerg		
3390.3000 - Material de Consumo	1.500. 1002000	58. 345,35
10.001.20.122.0020.2075 - Gestão da SEMDER		
3390.3000 - Material de Consumo	1.500. 0000000	6. 998,62
12.002.13.392.0025.2086 - Ações de Fortalecimento da Cultura		
3390.3000 - Material de Consumo	1.500. 0000000	3. 473,36
12.003.27.812.0024.2087 - Gestão das Ações de Esporte e Lazer		
3390.3000 - Material de Consumo	1.500. 0000000	3. 635,01
3390.3000 - Material de Consumo	1.501. 0000000	2. 156,06
13.001. 04.122.0001.2088 - Gestão da Cidade		
3390.3000 - Material de Consumo	1.501. 0000000	2. 500,00
Total		***341. 891,76***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 04 dias do mês de setembro de 2023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

LSS

PORTARIA N.º140/2023

"Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora Sra. **VERGINA DE ASSIS**."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, a servidora **Sra. VERGINA DE ASSIS**, portadora do RG n.º 06485960 e do CPF n.º 514.199.551-87, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de PROFESSOR 4 - CLASSE C, matriculada sob nº 861, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 02/08/2023 e término em 15/09/2023, conforme processo administrativo do **ARIPUANÃ-PREVI,** n.º 2023.05.00154P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 19/09/2023.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

Gestor do RPPS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.466/2023

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69 **da Lei Orgânica Municipal;**

Considerando o Requerido no Protocolo nº 7N4AXT e Atestado Médico;

RESOLVE:

CONCEDER, licença por **01 (um) dia** por motivo de doença em pessoa da família, para o servidor o Sr.**EDERLY DE CARVALHO,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1475543-2 SSP/MT SSP/MT e inscrito no CPF nº. 946.055.131-91, ocupante do **Secretário Adjunto de Desenvolvimento da Cidade – SACID** Nível **DAS-04***lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade,* **com remuneração**, tendo em vista o disposto no Art. 85, parágrafo 2º, da lei complementar nº. 001/99 – Estatuto do Servidor Público, conforme requerimento acompanhado de Atestado médico (anexo), a partir do dia 04/092023

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 20 dias de setembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 4.922/2023

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 791.353,77 (SETECENTOS E NOVENTA E UM MIL TREZENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS), NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.364 de 09 de dezembro de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de *R$ 791.353,77 (setecentos e noventa e um mil trezentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos)*, *na* função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
02.001.04.122.0001.2002 - Manutenção do Gabinete do Poder Executivo		
3390.3500 - Serviços de Consultoria	1.708. 0000000	14. 000,00
02.001.04.124.0001.2003 - Ações da Controladoria Interna		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	4. 500,00
04.001.04.122.0001.2006 - Gestão e Manutenção da SEMAD		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	1. 500,00
04.001.04.122.0001.2007 - Manutenção Unidade Mun. do PROCON		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	200,00
05.001.04.123.0001.2012 - Gestão e Encargos da SEMUFI		
3390.1400 - Diárias - Civil	1.500. 0000000	2. 000,00
05.001.04.128.0001.2013 - Capacitação de Servidores - SEMUFI		
3390.1400 - Diárias - Civil	1.705. 0000000	2. 500,00
3390.3300 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.705. 0000000	1. 000,00
07.002.12.128.0006.2026 - Formação e Capacit de Servidores - Ens. Fundam		
3390.3000 - Material de Consumo	1.500. 1001000	5. 700,00
07.002.12.361.0006.1004 - Ampliação/Adequação e Instalação de Escolas		
4490.5100 - Obras e Instalações	1.708. 0000000	21. 115,00
07.002.12.361.0006.2028 - Man. e Desenvolvimento do Ensino Fundamental		
3190.0400 - Contratação por Tempo Determinado	1.500. 1001000	120. 000,00
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 1001000	94. 110,00
07.002.12.361.0006.2031 - Manutenção do Transporte Escolar		
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.571. 0000000	93. 045,37
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.759. 0000701	9. 083,40
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 1001000	11. 100,00
07.002.12.364.0006.2036 - Manutenção do Ensino Superior		
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 0000000	1. 360,00
07.002.12.365.0006.2037 - Man. do Aprendizado Infantil - Pré-escola		
3190.1100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.500. 1001000	70. 000,00
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 1001000	45. 640,00
07.002.12.365.0006.2038 - Man. do Aprendizado Infantil - Creche		
3190.0400 - Contratação por Tempo Determinado	1.500. 1001000	56. 000,00
3190.1100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.500. 1001000	54. 000,00
3190.1300 - Obrigações Patronais - INSS	1.500. 1001000	5. 000,00
3190.1300 - Obrigações Patronais - RPPS	1.500. 1001000	4. 000,00
3391.9700 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	1.500. 1001000	19. 350,00
07.003.12.361.0006.2093 - Transporte Escolar FUNDEB 30%		
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.540. 0000000	150. 000,00
12.001.23.695.0023.2085 - Gestão das Ações Turísticas		
3390.1400 - Diárias - Civil	1.500. 0000000	4. 550,00
12.002.13.392.0025.2086 - Ações de Fortalecimento da Cultura		
3390.3600 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.500. 0000000	1. 600,00
Total		***791. 353,77***

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
02.001.04.122.0001.2002 - Manutenção do Gabinete do Poder Executivo		
3190.0700 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	1.500. 0000000	4. 500,00
03.001.04.122.0001.2004 - Gestão da Sec. de Governo E Planejamento		
3390.3000 - Material de Consumo	1.708. 0000000	14. 000,00
04.001.04.122.0001.1003 - Realização de Concurso e Processo Seletivo		
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.708. 0000000	21. 115,00
04.001.04.122.0001.2006 - Gestão e Manutenção da SEMAD		
3390.0800 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar	1.500. 0000000	1. 700,00
05.001.04.123.0001.2012 - Gestão e Encargos da SEMUFI		
3390.0800 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar	1.500. 0000000	2. 000,00
3390.3500 - Serviços de Consultoria	1.705. 0000000	3. 500,00
07.002.12.128.0006.2026 - Formação e Capacit de Servidores - Ens. Fundam		
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.500. 1001000	4. 000,00
07.002.12.128.0006.2041 - Form. e Capacit de Servidores - Educ. Infantil		
3390.3000 - Material de Consumo	1.500. 1001000	2. 200,00
3390.3300 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.500. 1001000	1. 500,00
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.500. 1001000	7. 000,00
07.002.12.361.0006.1005 - Fomento a Sala de Leitura		
3390.3000 - Material de Consumo	1.500. 1001000	3. 000,00
07.002.12.361.0006.2025 - Alimentação Escolar - Ens. Fundamental		
3390.4000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	1.500. 0000000	1. 360,00
07.002.12.361.0006.2027 - Manutenção da Fanfarra nas Escolas		
3390.3000 - Material de Consumo	1.500. 1001000	3. 200,00
07.002.12.361.0006.2028 - Man. e Desenvolvimento do Ensino Fundamental		
3390.0800 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar	1.500. 1001000	10. 000,00
07.002.12.361.0006.2031 - Manutenção do Transporte Escolar		
3390.3000 - Material de Consumo	1.500. 1001000	399. 000,00
3390.3000 - Material de Consumo	1.571. 0000000	93. 045,37
3390.3000 - Material de Consumo	1.759. 0000701	9. 083,40
3390.3600 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.500. 1001000	2. 000,00

3390.9300 - Indenizações e Restituições	1.500.1001000	2.000,00
07.002.12.365.0006.2037 - Man. do Aprendizado Infantil - Pré-escola		
3390.3100 - Prem. Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	1.500.1001000	15.000,00
3390.3600 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.500.1001000	1.000,00
07.002.12.365.0006.2038 - Man. do Aprendizado Infantil - Creche		
3390.3000 - Material de Consumo	1.500.1001000	19.000,00
3390.3100 - Prem. Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	1.500.1001000	15.000,00
3390.3600 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.500.1001000	1.000,00
07.003.12.361.0006.2043 - Ensino Fundamental - FUNDEB 30		
3390.0800 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar	1.540.0000000	6.000,00
3390.3000 - Material de Consumo	1.540.0000000	35.000,00
3390.3600 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.540.0000000	1.500,00
07.003.12.361.0006.2093 - Transporte Escolar FUNDEB 30%		
3390.0800 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar	1.540.0000000	4.000,00
3390.3000 - Material de Consumo	1.540.0000000	21.000,00
3390.3600 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.540.0000000	1.000,00
07.003.12.365.0006.2047 - Man. do Aprendizado Inf. Pré-escola-FUNDEB 30		
3390.0800 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar	1.540.0000000	40.000,00
3390.1400 - Diárias - Civil	1.540.0000000	3.000,00
3390.3000 - Material de Consumo	1.540.0000000	35.000,00
3390.3300 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.540.0000000	2.000,00
3390.3600 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.540.0000000	1.500,00
12.001.23.695.0023.2085 - Gestão das Ações Turísticas		
3390.4000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	1.500.0000000	6.150,00
Total		***791.353,77***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 12 dias do mês de setembro de 2023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

LSS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.316/2023

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69 **da Lei Orgânica Municipal;**

Considerando o Requerido no Protocolo nº 000001-2023 e Atestado Médico;

RESOLVE:

CONCEDER, licença por **02 (dois) dias** por motivo de doença em pessoa da família, para a servidora Sra. **LUCIA PEREIRA CALDAS**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2063388-2 SSP/MT e inscrita no CPF nº. 060.154.101-40, ocupante do Cargo de contrato de **TECNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL-TDE,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde,* **com remuneração**, tendo em vista o disposto no Art. 85, parágrafo 2º, da lei complementar nº. 001/99 –C Estatuto do Servidor Público, conforme requerimento acompanhado de encaminhamento médico (anexo), a partir do dia 15/08/2023.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 17 dias de agosto de 2. 023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º139/2023

"Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor Sr. **REGINALDO CORREA FERREIRA**."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, ao servidor **Sr. REGINALDO CORREA FERREIRA**, portador do RG n. º 721857 e do CPF n.º 721.518.112-04, residente e domiciliado neste município, efetivo no cargo de MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR NAO PROFISSIONALIZADO, matriculado sob nº 3729, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 25/07/2023 e término em 05/01/2024, conforme processo administrativo do **ARIPUANÃ-PREVI,** n.º 2023.05.00153P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 19/09/2023.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

Gestor do RPPS

SECRETARIA FINANÇAS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 2º REPASSE DO TERMO DE FOMENTO 002/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 2º REPASSE DO TERMO DE FOMENTO 002/2023

DATA DE ASSINATURA: 06/07/2023
CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ/MT
PROPONENTE: **ASSOCIAÇÃO LATE & MIA – VOLUNTÁRIOS ARIPUANENSES E PARCEIROS EM DEFESA DOS ANIMAIS**, CNPJ nº 45.912.233/0001-07
OBJETO DA PARCERIA: A colaboração institucional, com a finalidade de promover ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação, entre a **CONCEDENTE** e a **PROPONENTE**, recursos financeiros entre a Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT e a Associação Late & Mia – Voluntários Aripuanenses e Parceiros em Defesa dos Animais, com a finalidade de atender as despesas correntes da entidade visando colaborar nos trabalhos de proteção e assistência aos animais abandonados em nosso Município.
VALOR TOTAL DO REPASSE: **R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)**

VIGENCIA DO TERMO DE FOMENTO – 06/07/2023 à 06/07/2024

DADOS FINANCEIROS
PERIODO: 2º PARCELA DO REPASSE
VALOR REPASSADO: R$ 25.000,00
DATA DO REPASSE: 23/08/2023
EMPENHO: 6568/2023
ORDEM DE PAGAMENTO: 11036
NOTA DE LIQUIDAÇÃO: 11001

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Valor total do repasse	Valor da parcela	Número do empenho	Data do pagamento	nº parcela
R$ 360.000,00	R$ 25.000,00	6568/2023	23/08/2023	02/12

SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Data do repasse	**23/08/2023**
Data legal da prestação de contas	Até 30 (trinta) dias após o repasse
Data entregue ao Comitê de Monitoramento e Avaliação	04/09/2023
Dias de atrasos	-
Situação	Tempestiva

Aripuanã, 20 de setembro de 2023.

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES
Secretária Municipal de Finanças

PORTARIA N.º142/2023

"Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora Sra. **FABIANA GOMES DE OLIVEIRA**."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, a servidora **Sra. FABIANA GOMES DE OLIVEIRA**, portadora do RG n.º 1928941-3 e do CPF n.º 807.414.281-72, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO VI, matriculada sob nº 4881, lotada na Secretaria Municipal de Gestão da Cidade, com vencimentos integrais, a partir de 15/09/2023 e término em 20/09/2023, conforme processo administrativo do **ARIPUANÃ-PREVI,** n.º 2023.05.00156P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 19/09/2023.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

Gestor do RPPS

PORTARIA N.º141/2023

"Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor Sr. SEBASTIAO TEIXEIRA."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao servidor Sr. SEBASTIAO TEIXEIRA, portador do RG n.º 430820 e do CPF n.º 409.698.192-34, residente e domiciliado neste município, efetivo no cargo de MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR NAO PROFISSIONALIZADO, matriculado sob nº 6671, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 18/07/2023 e término em 31/08/2023, conforme processo administrativo do ARIPUANÃ-PREVI, n.º 2023.05.00155P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 19/09/2023.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

Gestor do RPPS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.606/2023

LEI MUNICIPAL Nº 2.606/2023

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO PARCIAL OU TOTAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e a Prefeita Municipal **MARIA AZENILDA PEREIRA**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Artigo 1º – Fica aberto no Orçamento Programa vigente, Lei Municipal nº nº 2.564/2022 – Lei Orçamentária Anual, um credito especial por remanejamento de dotação no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão	11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO	
Proj. /Ativ.	11.002.18.541.7020.2.183 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
Elemento	3.3.90.30.00.00- Material De Consumo 3.3.90.36.00.00- O. Serviços de Terceiros – P. Física 3.3.90.39.00.00- O. Serviços de Terceiros – P. Jurídica 4.4.90.52.00.00- Equip. e Material Permanente Fonte: 1500000 - Recursos Proprios	20.000,00 1.000,00 74.000,00 5.000,00
TOTAL GERAL		**100.000,00**

Artigo 2º - Para cobertura dos créditos autorizados no Artigo 1º serão utilizados os recursos provenientes de Anulação parcial de dotação conforme Artigo 43, § 1º, Inc. III da Lei 4.320/64.

Órgão	**11 –** SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO	
Proj. /Ativ.	11.004.23.695.8020.1.033 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA TURISTICA	
Elemento	4490510000- Obtras e Instalações Fonte: 1700000- RECURSOS VINCULADOS OUTROS	100.000,00
TOTAL GERAL		**100.000,00**

Artigo 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder os ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 2.563/2022 que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2023, e na Lei Municipal nº. 2.481/2021, Plano Plurianual.

Artigo 4º **-** Esta Lei entrara em vigor na data da sua afixação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete da Prefeita Municipal de Barra do Bugres, MT, aos 18 dias do mês de setembro do ano de 2023.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.605/2023

LEI MUNICIPAL Nº 2.605/2023

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"..."

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e a Prefeita Municipal MARIA AZENILDA PEREIRA, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares às dotações do Orçamento Municipal Vigente, Lei Municipal nº 2.564/2022, que se tornarem insuficientes, até o limite de 10% (dez por cento) da despesa inicialmente orçada, tendo como fonte os recursos dispostos nos itens I, II e III, do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, e nos moldes do artigo 167, VI da Constituição Federal realocar recursos orçamentários no âmbito da Administração Direta e Administração Indireta, a título de Transposição, Transferências e Remanejamento de Créditos Orçamentários desde que não haja prejuízos à execução orçamentária do projeto/atividade e/ou órgão unidade de origem.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Barra do Bugres- MT, aos 18 dias do mês de setembro do ano de 2023.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00008 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termosdoartigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, **INTIMA** o(s) sujeito(s) passivo(s) abaixo relacionado(s), a comparecer(em), em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do(s) Termo(s) de Intimação Fiscal (ITR) a seguir identificado(s). Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º (décimo quinto) dia após a publicação deste Edital. **SUJEITO(S) PASSIVO(S):** DALTRO GUIMARAES RODERJAN (ESPÓLIO DE) 003.046.119-72 9035/00034/2023, JOSE LUIZ DOS SANTOS FILHO E OUTROS 128.932.691-68 9035/00035/2023, JOSE LUIZ DOS SANTOS FILHO E OUTROS 128.932.691-68 9035/00036/2023, REGINALDO AYRES DA SILVA 802.982.301-00 9035/00037/2023, JOAO MARQUES FILHO 181.146.601-04 9035/00040/2023, JOAO MARQUES FILHO 181.146.601-04 9035/00041/2023.

LINDOMAR CAMPOS RODRIGUES

AUDITOR TRIBUTÁRIO MATRÍCULA: 079

Barra do Garças – MT, 20 de Setembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

HOMOLOGAÇÃO RETIFICADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2023
Processo de Licitação: 67/2023 **Data do Processo: 21/07/2023**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO RETIFICADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 10.520, 8.666/93 e suas alterações posteriores, a vista de parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – **HOMOLOGAR** a presente licitação nestes termos:

a) Processo nº: 67/2023

b) Licitação nº: 26/2023

c) Modalidade: Pregão Presencial

d) Data Homologação: 14/09/2023

e) Data Adjudicação: 14/09/2023

f) Objeto da Licitação:

PREGÃO POR REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA MANIPULAÇÃO DE EXAMES DE IMAGNES E EMISSÃO DE SEUS RESULTADOS (ULTRASSONOGRAFIA).

g)- Retificação feita justifica-se o chamamento da segunda empresa para assumir os demais exames citados a baixo.

h) Fornecedores Vencedores:

Item	10072 Código	JULIANA SILVA MARCELINO ROMA CNPJ: 51.150.003/0001-42 AV JOSE HUMARCIO CARLOS FERREIRA, ESQUINA COM A RUA DOM PEDRO, S/N QUA-DRA30 - CENTRO, BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, CEP: 78678-000 Telefone: (66) 8408-7793 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

Item 1	Código 008.014.332 Código	Descrição do Produto/Serviço ENDOSCOPIA Proponente / Fornecedor	UN	Quantidade 500		233.000,00
1	10072	JULIANA SILVA MARCELINO ROMA		466,00		
Item 2	Código 015.017.283 Código	Descrição do Produto/Serviço ULTRASSONOGRAFIA ABDOME INFERIOR MASCULINO Proponente / Fornecedor	UN	Quantidade 250		50.000,00
	10072	JULIANA SILVA MARCELINO ROMA		200,00		
Item 3	Código 015.017.004 Código	Descrição do Produto/Serviço ULTRASSONOGRAFIA ABDOMINAL Proponente / Fornecedor	UN	Quantidade 494		143.2600,00
	10072	JULIANA SILVA MARCELINO ROMA		290,00		
Item 5	Código 015.017.218 Código	Descrição do Produto/Serviço ULTRASSONOGRAFIA ENDOVAGINAL Proponente / Fornecedor	UN	Quantidade 492		100.860,00
	10072	JULIANA SILVA MARCELINO ROMA		205,00		
Item 6	Código 015.017.007 Código	Descrição do Produto/Serviço ULTRASSONOGRAFIA MAMARIA BILATERAL Proponente / Fornecedor	UN	Quantidade 297		59.994,00
	10072	JULIANA SILVA MARCELINO ROMA		202,00		
Item 7	Código 015.017.219 Código	Descrição do Produto/Serviço ULTRASSONOGRAFIA MORFOLOGICA Proponente / Fornecedor	UN	Quantidade 200		70.200,00
	10072	JULIANA SILVA MARCELINO ROMA		351,00		
Item 8	Código 015.017.269 Código	Descrição do Produto/Serviço ULTRASSONOGRAFIA OBSTRÉTICA (1° TRIM) (VIA EV) Proponente / Fornecedor	UN	Quantidade 400		80.400,00
	10072	JULIANA SILVA MARCELINO ROMA		201,00		
Item 10	Código 015.017.271 Código	Descrição do Produto/Serviço ULTRASSONOGRAFIA OBSTRETRICA (2° TRIM) Proponente / Fornecedor	UN	Quantidade 349 .		70.498,00
	10072	JULIANA SILVA MARCELINO ROMA		202,00		
Item 11	Código 015.017.272 Código	Descrição do Produto/Serviço ULTRASSONOGRAFIA OBSTRETRICA (3° TRIM) Proponente / Fornecedor	UN	Quantidade 343		68.943,00
	10072	JULIANA SILVA MARCELINO ROMA		201,00		
Item 14 Rodada	Código 015.017.278 Código	Descrição do Produto/Serviço ULTRASSONOGRAFIA RINS E VIAS URINÁRIAS Proponente / Fornecedor	UN	Quantidade 496		99.696,00
	10072	JULIANA SILVA MARCELINO ROMA		201,00		
Item 15	Código 015.017.276 Código	Descrição do Produto/Serviço ULTRASSONOGRAFIA TIREÓIDE Proponente / Fornecedor	UN	Quantidade 50		10,050,00
	10072	JULIANA SILVA MARCELINO ROMA		201,00		
		Total do Proponente				986.901,00

Ficando negociado o valor total de R$ 986.901,00 (NOVECENTOS E OITENTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E UM REAIS).

Bom Jesus do Araguaia-MT, 14 de SETEMBRO de 2023.

_____

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 53/2023.

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 53/2023.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2023 – PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 75/2023

OBJETO DO CONTRATO: PREGÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE COMPETIÇÃO DE MONTARIAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS, BEM COMO MONTAGEM DE ESTRUTURA ADEQUADA, DURANTE O PERÍODO DE 04 (quatro) DIAS CONSECUTIVOS, DE ACORDO COM OS PARÂMETROS E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)**.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Municipal, com sede administrativa na Avenida Marco Aurélio Fullin, s/n, inscrito no CNPJ sob o nº 04.173.952/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, prefeito municipal, portador do RG nº 4022620 SSP-GO e CPF 96915862153, com endereço na Rua José Humárcio Carlos Ferreira, s/n, Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT - CEP: 78.678-000.

CONTRATADO: empresa, BRASIL CENTRAL PROMOTORA DE SERVICOS E EVENTOS LTDA, CNPJ: 04.516.958/0001-90 PRAÇA CÍVICA, Nº 605 EDIFÍCIO DAS PALMEIRAS SALA 08 - CENTRO, CERES - GO, CEP: 76300-000, representada no ato pelo Sr(a). GENIVALDO MARIANO, RG:3857104 SSP-DF, CPF: 586.007.812-00.

JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade de modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos referente o contrato nº 53/2023, celebrado entre o Município de Bom Jesus do Araguaia-MT e a empresa BRASIL CENTRAL PROMOTORA DE SERVICOS E EVENTOS LTDA, é que será realizado as seguintes modificações, conforme relatos a seguir e por acordo entre as partes.

Em tempo, foi constatado pelo Secretário de Esporte, Lazer e Cultura e empresa contratada, que não haverá necessidade de utilização do item licitado "4- **FECHAMENTO- ESTRUTURA DE METALON DE RODEIO"**, e que para a empresa não ficar prejudicada, utilizaremos 20 (Vinte) CAVALOS onde estimamos que será 15(QUINZE) MONTARIAS de atração e entretenimento a mais para o evento, considerando que totalizará o mesmo valor referente o item 4 e não sofrerá alteração do valor global pactuado inicialmente.

Cláusula Primeira – A alteração contratual de que trata este instrumento está embasada no art. 65, inc. I, alínea a), da Lei nº. 8.666/93.

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

Cláusula Segunda – Ficam inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no contrato originário, naquilo que não conflitarem com as disposições expressas neste instrumento.

Cláusula Terceira – Fica eleito o fórum da Comarca de Ribeirão Cascalheira/MT para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que, desde logo, produza seus efeitos legais e jurídicos.

Bom Jesus do Araguaia-MT, 20 de setembro de 2023.

_____

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

BRASIL CENTRAL PROMOTORA DE SERVICOS E EVENTOS LTDA

CNPJ: 04.516.958/0001-90

CONTRATADA

Testemunhas:

ASSINATURA: _____ ASSINATURA: _____

CPF: _____ CPF: _____

O presente Termo foi analisado e aprovado pelo Procurador Municipal.

Em 20/09/2023

LEI MUNICIPAL N.º 646 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

LEI MUNICIPAL N.º 646, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS;

OPrefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, **MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA**, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Bom Jesus do Araguaia, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, Lei Municipal nº 608/2022, no valor de **R$ 83.544,74 (Oitenta e Três Mil, Quinhentos e Quarenta e Quatro Reais e Setenta e Quatro Centavos)** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade	503	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME		
Função	12	EDUCAÇÃO		
Sub-Função	365	EDUCAÇÃO INFANTIL		
Programa	0006	EDUCAR PARA TRANSFORMAR		
Atividade	**2059**	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - 25%		
Elemento Despesa		**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.30.00.00.00		MATERIAL DE CONSUMO	1.570.0000000	83.544,74

Art. 2º Para amparar o crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos previstos no Art. 43, inciso II da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes de Excesso de Arrecadação das seguintes transferências:

Recurso:	**Fonte:**	**R$ Valor:**
PROGRAMA DE APOIO A NOVAS TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 16, DE 16 DE MAIO DE 2013	1.570.0000000	83.544,74

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 607/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023 - LDO, e na Lei Municipal nº. 528/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Bom Jesus do Araguaia - MT, 20 de setembro de 2023.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N.º 647, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

LEI MUNICIPAL N.º 647, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO E O PAGAMENTO DO COMPLEMENTO SALARIAL DOS ENFERMEIROS, TÉCNICOS DE ENFERMAGEM E AUXILIARES DE ENFERMAGEM, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.434/2022, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 127/2022, DA LEI FEDERAL Nº 14.581/2023 E DA PORTARIA GM/MS Nº 1.135/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OPrefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, **MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA**, faz saber que a Câmara Municipal de Bom Jesus do Araguaia, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o repasse correspondente ao complemento salarial dos Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem, Auxiliares de Enfermagem e as Parteiras, nos termos da Lei Federal nº 14.434/2022, que altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, da Emenda Constitucional nº 127/2022, que altera o art. 198 da Constituição Federal, da Lei Federal nº 14.581/2023, que abre crédito especial no orçamento do Fundo Nacional de Saúde (FNS), e da Portaria GM/MS nº 1.135/2023, que estabelece os critérios e procedimentos para a transferência fundo a fundo aos fundos de saúde dos estados, Distrito Federal e municípios.

Art. 2º O piso salarial nacional dos Enfermeiros contratados sob qualquer regime será de até 100% (cem porcento) considerando o limite do piso de R$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais) mensais.

Art. 3º O piso salarial nacional dos Técnicos de Enfermagem sob qualquer regime será de até 70% (setenta por cento) considerando o limite do piso de R$ 3.325,00 (Três mil, trezentos e vinte e cinco reais)

Art. 4º O piso salarial nacional dos Auxiliares e as Parteiras sob qualquer regime será de 50% (cinquenta por cento) considerando o limite do piso de R$ 2.375,00 (Dois mil trezentos e setenta e cinco reais).

Art. 5º O pagamento do piso salarial será garantido pela União mediante assistência financeira complementar aos Municípios, nos termos da Emenda Constitucional nº 127/2022 e da Lei nº 14.581/2023.

§1º. Os valores de referência correspondem a jornada de 8 (oito) horas por dia ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

§2º Os profissionais que exercem jornadas inferiores a esse limite terão direito à proporcionalidade do piso salarial, conforme acordão do STF acerca da ADPF 722 MC / DF.

§3º Os profissionais que exercem jornadas superiores a esse limite, para fins de recebimento estarão condicionados a normativa ainda a ser expressamente definida e desde que efetuado o respectivo repasse pela União.

Art. 6º O pagamento do piso salarial será garantido pela União mediante assistência financeira complementar aos Municípios, nos termos da Emenda Constitucional nº 127/2022 e da Lei nº 14.581/2023.

Art.7º Os recursos recebidos da União serão destinados exclusivamente ao pagamento do piso salarial dos profissionais da enfermagem, sendo vedada a sua utilização para qualquer outra finalidade, podendo serem suspensos se caso a União deixe de repassá-los.

Art. 8º O Município deverá repassar os recursos recebidos da União aos estabelecimentos privados sem fins lucrativos ou contratualizados pelo SUS que se enquadrem nos critérios definidos pela Portaria GM/MS nº 1. 135/2023.

Art. 9º Os estabelecimentos públicos e privados que prestam serviços de saúde no âmbito do SUS, sendo de todo atendimento realizado, no mínimo 60% usuários do SUS, devendo o município observar o equivalente ao repasse do complemento correspondente, sob pena de sanções administrativas e legais.

§1º O repasse dos recursos será feito mediante convênio, contrato ou termo de colaboração, conforme o caso, observadas as normas aplicáveis.

§2º O repasse dos recursos será condicionado à comprovação do pagamento do complemento do piso salarial aos profissionais de enfermagem pelos estabelecimentos privados.

Art. 10. O Município deverá coletar mensalmente os dados dos profissionais próprios e contratualizados que têm direito ao recebimento do piso salarial, por meio do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) ou outro sistema que venha a substituí-lo, bem como realizar a inserção dos dados relacionados junto ao sistema InvestSUS.

Art. 11. O Município deverá informar e monitorar o pagamento do repasse complementar ao piso salarial aos profissionais de enfermagem, por meio do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) ou outro sistema que venha a substituí-lo.

Art. 12. O Município deverá prestar contas dos recursos recebidos e aplicados no pagamento do piso salarial, por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG) ou outro instrumento que venha a substituí-lo.

Art. 13. Fica, a gestão pública municipal responsável pela adoção das medidas e providências, na seara administrativa sua competência, que forem necessários ajustes diante de normativas e regramentos supervenientes a presente lei.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Bom Jesus do Araguaia - MT, 20 de setembro de 2023.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N.º 648 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

LEI MUNICIPAL N.º 648, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITOS NA LEI MUNICIPAL Nº 608/2022, QUE TRATA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2023, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS;

OPrefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, **MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA**, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso I e II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Bom Jesus do Araguaia, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Inciso I do Artigo 5º da Lei Municipal nº 608/2022 – Lei Orçamentária Anual 2023, que passa a ter a seguinte redação:

I – até o limite de 30,00% (trinta por cento) da despesa fixada no Art. 3º desta lei, com o disposto no Art. 43, parágrafo 1º, incisos II e III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Bom Jesus do Araguaia - MT, 20 de setembro de 2023.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N.º 649, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

LEI MUNICIPAL N.º 649, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS;

OPrefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, **MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA**, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso I, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Bom Jesus do Araguaia, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, Lei Municipal nº 608/2022, no valor de **R$ 192.973,27 (Cento e Noventa e Dois Mil, Novecentos e Setenta e Três Reais e Vinte e Sete Centavos)** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	10	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS		
Unidade	003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS		
Função	15	URBANISMO		
Sub-Função	452	SERVIÇOS URBANOS		
Programa	0008	INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL COM QUALIDADE		
Projeto/Atividade	**2090**	**MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA**		
Elemento Despesa	**Descrição**		**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA – **red. 637**		1.500.0000000	192.973,27

Art. 2º Para amparar o crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os seguintes recursos:

a. Os recursos previstos no Art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes de anulação parcial ou total, no valor de **R$ 192.973,27 (Cento e Noventa e Dois Mil, Novecentos e Setenta e Três Reais e Vinte e Sete Centavos)** das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO	10	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS		
Unidade	002	DEPARTAMENTO DE OBRAS		
Função	26	TRANSPORTE		
Sub-Função	782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO		
Programa	0008	INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL COM QUALIDADE		
Projeto/Atividade	2098	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E DE ACESSO		
Elemento Despesa		**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51.00.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES - red. 624	1.500.0000000	189.689,96

ÓRGÃO	10	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS		
Unidade	003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS		
Função	15	URBANISMO		
Sub-Função	452	SERVIÇOS URBANOS		
Programa	0008	INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL COM QUALIDADE		
Projeto/Atividade	2096	REVITALIZAÇÃO DE CANTEIROS E PAISAGISMO DE RUAS E AVENIDAS		
Elemento Despesa		**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
3.3.90.36.00.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA- red. 643	1.500.0000000	3.283,31

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 607/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023 - LDO, e na Lei Municipal nº. 528/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Bom Jesus do Araguaia - MT, 20 de setembro de 2023.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 034/2023

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 034/2023

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, homologado em 07 de março de 2022.

RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, para comparecer(em), no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, podendo ser prorrogado, a pedido do candidato, por prazo igual, na Sede da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, situada na Avenida Marco Aurelio Fullin, s/nº, Centro, junto ao Departamento de Recursos Humanos, a fim de apresentar (em) os documentos exigidos para a efetiva contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

II - A contratação do candidato convocado abaixo terá prazo determinado de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogado por mais 1 (um) ano, a critério da administração, em conformidade com a Lei Municipal N.º 535/2022 de 12 de janeiro de 2022, que autorizou a realização do Processo Seletivo;

III - O distrato das contratações originadas desta convocação dar-se-ão por solicitação do CANDIDATO ou da PREFEITURA MUNICIPAL, de forma expressa, com antecedência previa de 15 (quinze) dias. A rescisão efetuar-se-á imediatamente: a) quando terminados os motivos que fundamentam a contratação; b) em hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula e/ou condição contratual; c) quando houver paralisação sem justa causa das atividades profissionais por mais de 2 (dois) dias consecutivamente, considerando-se uma única vez dentro do período de vigência do contrato; d) por conveniência ou necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL; e) a anulação acontecerá quando o instrumento estiver em desacordo com a legislação que fundamenta as contratações;

IV - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato que não se apresentar no prazo acima indicado para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, conforme dispõe o item 14 do Edital de Abertura.

V - O candidato que não puder tomar posse do cargo no prazo supramencionado, perderá a vaga, conforme dispõe o item 16 do Edital de Abertura.

Bom Jesus do Araguaia/MT, 20 de setembro de 2.023.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

FISCAL DE PORTURA – SEDE DO MUNICÍPIO					
		6	**156**	**BENAIR MACHADO DE BRITO**	**0,50**

Bom Jesus do Araguaia/MT, 20 de setembro de 2.023.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I - DOCUMENTOS PARA POSSE - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

£ Cédula de Identidade. (CÓPIA)

£ Cartão do CPF. (CÓPIA)

£ Título Eleitoral. (CÓPIA)

£ Cópia da Carteira de Trabalho (página inicial e verso). (CÓPIA)

£ Cartão do PIS/PASEP. (CÓPIA)

£ Comprovante de Quitação com o Serviço Militar (homens). (CÓPIA)

£ Certidão de Quitação Eleitoral. (http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral)

£ Certidão de nascimento ou casamento. (CÓPIA)

£ CPF do cônjuge. (CÓPIA)

£ CPF dos pais. (CÓPIA)

£ Certidão de nascimento dos filhos e/ou CPF dos filhos maiores de 18 anos. (CÓPIA)

£ Comprovante de endereço atualizado (conta de água ou luz), nominal ao funcionário. Em caso de comprovante nominal inexistente, apresentar Declaração do proprietário do imóvel, juntamente com comprovante de residência.

£ Foto 3x4 Recente.

£ Documento comprobatório dos requisitos do cargo de opção, de acordo com o edital do concurso. (Ex.: Carteira de motorista, cursos específicos, etc.). (CÓPIA)

£ Diploma do Curso Superior correspondente devidamente registrado. **(CÓPIA AUTENTICADA)** ? Comprovante de Registro Ativo do Conselho de classe (no caso de profissões regulamentadas). (CÓPIA)

£ Declaração de não acúmulo de cargo; de não exercício de atividade incompatível com a atividade funcional; e de que não tenha sido demitido a bem do Serviço Público ou por justa causa em decorrência de processo administrativo ou criminal. **MODELO ANEXO (FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO)**

£ Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio. **MODELO ANEXO (FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO)**

£ Certidão Negativa de Antecedentes Criminais. (http://sec.tjmt.jus.br/)

£ Atestado de Aptidão de Saúde Física e Mental, emitido por Médico.

£ Preencher todas as informações da Ficha de Identificação Funcional anexa.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL

NOME:			
CPF:			
RG:		DATA DE EMISSÃO RG:	
SEXO: ? FEMININO ? MASCULINO		DATA NASCIMENTO:	
CTPS:		SÉRIE:	
PIS/PASEP/NIT:			
CNH:	CATEGORIA:	VALIDADE:	
TÍTULO ELEITORAL:		ZONA:	SEÇÃO:
ENDEREÇO:			
CELULAR:	TELEFONE:		
E-MAIL:			
DADOS BANCÁRIOS:	BANCO:	AGÊNCIA:	
	TIPO DA CONTA:	N.º CONTA:	
GRAU DE INSTRUÇÃO:			
NATURALIDADE:		ESTADO CIVIL:	
CONJUGE:		CPF:	
FILIAÇÃO:	MÃE:	CPF:	
	PAI:	CPF:	
FILHOS:		CPF:	
		CPF:	
		CPF:	

_____

DECLARANTE

D E C L A R A Ç Ã O

Eu,_____, portador (a) da cédula de identidade Nº_____, e inscrito (a) no CPF sob Nº_____, DECLARO para todos os efeitos legais, que não exerço qualquer cargo emprego, ou atividade privada incompatível com a atividade funcional da qual fui nomeado, bem como, não acumulo cargo nas situações proibidas pela legislação, e que não fui demitido a bem do Serviço Público ou por justa causa em decorrência de processo administrativo ou criminal, outrossim, declaro não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão por justa causa, nem respondendo a processo administrativo ou criminal aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

Comprometo-me a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, qualquer alteração que vier a ocorrer em minha vida funcional, que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.

Estou ciente que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal e que

por ele responderei, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

Bom Jesus do Araguaia - MT, _____de_____ de _____.

_____

DECLARANTE

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, _____, portador (a) da cédula de identidade Nº_____, e inscrito (a) no CPF sob Nº_____, DECLARO para todos os efeitos legais, que:

( ) NÃO possuo bens e valores que justifiquem a obrigatoriedade preconizada na Lei Nº 8.730/93.

( ) Possuo os seguintes bens e valores:

_____

_____

_____

_____.

Estou ciente que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal e que por ele responderei, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

Bom Jesus do Araguaia - MT, _____de_____ de _____.

_____

DECLARANTE

3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 84/2020

3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 84/2020.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2020 – PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 48/2020

OBJETO DO CONTRATO: PREGÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO DE SITES OFICIAIS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Municipal, com sede administrativa na Avenida Marco Aurelio Fullin, s/n, inscrito no CNPJ sob o nº 04.173.952/0001-68, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, prefeito municipal, portador do RG nº 4022620 SSP-GO e CPF 96915862153, com endereço na Rua José Humárcio Carlos Ferreira, s/n, Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT - CEP: 78.678-000.

JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade da contratação da empresa especializada na prestação de serviços de alimentação de sites oficiais, para melhor adequação da alimentação das plataformas e sites do Município de Bom Jesus do Araguaia-MT e a empresa DIEL CARDOSO SERVIÇOS E SOLUÇÕES, é que será realizado as seguintes modificações, conforme relatos a seguir e por acordo entre as partes.

Em tempo, foi constatado pela Secretária de ADMINISTRAÇÃO e empresa contratada, que haverá necessidade da prorrogação do contrato, considerando que totalizará o mesmo valor referente o item 1 e não sofrerá alteração do valor por menor preço por item pactuado inicialmente.

CONTRATADO: DIEL CARDOSO SERVIÇOS E SOLUÇÕES, CNPJ – 25.114.153/0001-90, sito a Rua Sucupira, s/n, Bairro Emidio Jorge, Bom Jesus do Araguaia – MT, CEP 78678-000, representada no ato pelo Sr. MAGDIEL DOS SANTOS CARDOSO, RG nº 0001037769985 e CPF nº 963744702-49.

Cláusula Primeira – O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência do contrato, pelo mesmo período de validade inicial (12 meses), com vigência até 21/09/2024.

Cláusula Segunda – As despesas decorrentes da execução do objeto deste termo aditivo correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no contrato inicial.

Cláusula Terceira – A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no art. 65, inc. I, alínea b, da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Quarta – Ficam inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no contrato originário, naquilo que não conflitarem com as disposições expressas neste instrumento.

VIGÊNCIA: 21/09/2023 até 21/09/2024.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente Contrato em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que, desde logo, produza seus efeitos legais e jurídicos.

Bom Jesus do Araguaia-MT,13 de setembro de 2023.

_____

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

DIEL CARDOSO SERVIÇOS E SOLUÇÕES

CONTRATADA

Testemunhas:

ASSINATURA: _____ ASSINATURA: _____

CPF: _____ CPF: _____

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 033/2023

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 033/2023

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, homologado em 07 de março de 2022.

RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, para comparecer(em), no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, podendo ser prorrogado, a pedido do candidato, por prazo igual, na Sede da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, situada na Avenida Marco Aurelio Fullin, s/nº, Centro, junto ao Departamento de Recursos Humanos, a fim de apresentar (em) os documentos exigidos para a efetiva contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

II - A contratação do candidato convocado abaixo terá prazo determinado de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogado por mais 1 (um) ano, a critério da administração, em conformidade com a Lei Municipal N.º 535/2022 de 12 de janeiro de 2022, que autorizou a realização do Processo Seletivo;

III - O distrato das contratações originadas desta convocação dar-se-ão por solicitação do CANDIDATO ou da PREFEITURA MUNICIPAL, de forma expressa, com antecedência previa de 15 (quinze) dias. A rescisão efetuar-se-á imediatamente: a) quando terminados os motivos que fundamentam a contratação; b) em hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula e/ou condição contratual; c) quando houver paralisação sem justa causa das atividades profissionais por mais de 2 (dois) dias consecutivamente, considerando-se uma única vez dentro do período de vigência do contrato; d) por conveniência ou necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL; e) a anulação acontecerá quando o instrumento estiver em desacordo com a legislação que fundamenta as contratações;

IV - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato que não se apresentar no prazo acima indicado para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, conforme dispõe o item 14 do Edital de Abertura.

V - O candidato que não puder tomar posse do cargo no prazo supramencionado, perderá a vaga, conforme dispõe o item 16 do Edital de Abertura.

Bom Jesus do Araguaia/MT, 20 de setembro de 2.023.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

FISCAL DE PORTURA – SEDE DO MUNICÍPIO					
		5	**88**	**ANA PAULA NUNES DE MATOS**	**1,00**

Bom Jesus do Araguaia/MT, 20 de setembro de 2.023.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I - DOCUMENTOS PARA POSSE - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

£ Cédula de Identidade. (CÓPIA)

£ Cartão do CPF. (CÓPIA)

£ Título Eleitoral. (CÓPIA)

£ Cópia da Carteira de Trabalho (página inicial e verso). (CÓPIA)

£ Cartão do PIS/PASEP. (CÓPIA)

£ Comprovante de Quitação com o Serviço Militar (homens). (CÓPIA)

£ Certidão de Quitação Eleitoral. (http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral)

£ Certidão de nascimento ou casamento. (CÓPIA)

£ CPF do cônjuge. (CÓPIA)

£ CPF dos pais. (CÓPIA)

£ Certidão de nascimento dos filhos e/ou CPF dos filhos maiores de 18 anos. (CÓPIA)

£ Comprovante de endereço atualizado (conta de água ou luz), nominal ao funcionário. Em caso de comprovante nominal inexistente, apresentar Declaração do proprietário do imóvel, juntamente com comprovante de residência.

£ Foto 3x4 Recente.

£ Documento comprobatório dos requisitos do cargo de opção, de acordo com o edital do concurso. (Ex.: Carteira de motorista, cursos específicos, etc.). (CÓPIA)

£ Diploma do Curso Superior correspondente devidamente registrado. **(CÓPIA AUTENTICADA)** ? Comprovante de Registro Ativo do Conselho de classe (no caso de profissões regulamentadas). (CÓPIA)

£ Declaração de não acúmulo de cargo; de não exercício de atividade incompatível com a atividade funcional; e de que não tenha sido demitido a bem do Serviço Público ou por justa causa em decorrência de processo administrativo ou criminal. **MODELO ANEXO (FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO)**

£ Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio. **MODELO ANEXO (FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO)**

£ Certidão Negativa de Antecedentes Criminais. (http://sec.tjmt.jus.br/)

£ Atestado de Aptidão de Saúde Física e Mental, emitido por Médico.

£ Preencher todas as informações da Ficha de Identificação Funcional anexa.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL

NOME:			
CPF:			
RG:		DATA DE EMISSÃO RG:	
SEXO: ? FEMININO ? MASCULINO		DATA NASCIMENTO:	
CTPS:		SÉRIE:	
PIS/PASEP/NIT:			
CNH:	CATEGORIA:	VALIDADE:	
TÍTULO ELEITORAL:		ZONA:	SEÇÃO:
ENDEREÇO:			
CELULAR:	TELEFONE:		
E-MAIL:			
DADOS BANCÁRIOS:	BANCO:	AGÊNCIA:	
	TIPO DA CONTA:	N.º CONTA:	
GRAU DE INSTRUÇÃO:			
NATURALIDADE:		ESTADO CIVIL:	
CONJUGE:		CPF:	
FILIAÇÃO:	MÃE:	CPF:	
	PAI:	CPF:	
FILHOS:		CPF:	
		CPF:	
		CPF:	

_____

DECLARANTE

D E C L A R A Ç Ã O

Eu,_____, portador (a) da cédula de identidade Nº_____, e inscrito (a) no CPF sob Nº_____, DECLARO para todos os efeitos legais, que não exerço qualquer cargo emprego, ou atividade privada incompatível com a atividade funcional da qual fui nomeado, bem como, não acumulo cargo nas situações proibidas pela legislação, e que não fui demitido a bem do Serviço Público ou por justa causa em decorrência de processo administrativo ou criminal, outrossim, declaro não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão por justa causa, nem respondendo a processo administrativo ou criminal aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

Comprometo-me a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, qualquer alteração que vier a ocorrer em minha vida funcional, que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.

Estou ciente que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal e que

por ele responderei, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

Bom Jesus do Araguaia - MT, _____de_____ de _____.

_____

DECLARANTE

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, _____, portador (a) da cédula de identidade Nº_____, e inscrito (a) no CPF sob Nº_____, DECLARO para todos os efeitos legais, que:

( ) NÃO possuo bens e valores que justifiquem a obrigatoriedade preconizada na Lei Nº 8.730/93.

( ) Possuo os seguintes bens e valores:

_____

_____

_____

_____.

Estou ciente que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal e que por ele responderei, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

Bom Jesus do Araguaia - MT, _____de_____ de _____.

_____

DECLARANTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 032/2023

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 032/2023

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, homologado em 07 de março de 2022.

RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, para comparecer(em), no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, podendo ser prorrogado, a pedido do candidato, por prazo igual, na Sede da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, situada na Avenida Marco Aurelio Fullin, s/nº, Centro, junto ao Departamento de Recursos Humanos, a fim de apresentar (em) os documentos exigidos para a efetiva contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

II - A contratação do candidato convocado abaixo terá prazo determinado de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogado por mais 1 (um) ano, a critério da administração, em conformidade com a Lei Municipal N.º 535/2022 de 12 de janeiro de 2022, que autorizou a realização do Processo Seletivo;

III - O distrato das contratações originadas desta convocação dar-se-ão por solicitação do CANDIDATO ou da PREFEITURA MUNICIPAL, de forma expressa, com antecedência previa de 15 (quinze) dias. A rescisão efetuar-se-á imediatamente: a) quando terminados os motivos que fundamentam a contratação; b) em hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula e/ou condição contratual; c) quando houver paralisação sem justa causa das atividades profissionais por mais de 2 (dois) dias consecutivamente, considerando-se uma única vez dentro do período de vigência do contrato; d) por conveniência ou necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL; e) a anulação acontecerá quando o instrumento estiver em desacordo com a legislação que fundamenta as contratações;

IV - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato que não se apresentar no prazo acima indicado para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, conforme dispõe o item 14 do Edital de Abertura.

V - O candidato que não puder tomar posse do cargo no prazo supramencionado, perderá a vaga, conforme dispõe o item 16 do Edital de Abertura.

Bom Jesus do Araguaia/MT, 15 de setembro de 2.023.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL TDI – SEDE MUNICÍPIO					
		31	**161**	**VALQUIRIA FERREIRA DOS ANJO**	**2,00**

Bom Jesus do Araguaia/MT, 15 de setembro de 2.023.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I - DOCUMENTOS PARA POSSE - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

£ Cédula de Identidade. (CÓPIA)

£ Cartão do CPF. (CÓPIA)

£ Título Eleitoral. (CÓPIA)

£ Cópia da Carteira de Trabalho (página inicial e verso). (CÓPIA)

£ Cartão do PIS/PASEP. (CÓPIA)

£ Comprovante de Quitação com o Serviço Militar (homens). (CÓPIA)

£ Certidão de Quitação Eleitoral. (http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral)

£ Certidão de nascimento ou casamento. (CÓPIA)

£ CPF do cônjuge. (CÓPIA)

£ CPF dos pais. (CÓPIA)

£ Certidão de nascimento dos filhos e/ou CPF dos filhos maiores de 18 anos. (CÓPIA)

£ Comprovante de endereço atualizado (conta de água ou luz), nominal ao funcionário. Em caso de comprovante nominal inexistente, apresentar Declaração do proprietário do imóvel, juntamente com comprovante de residência.

£ Foto 3x4 Recente.

£ Documento comprobatório dos requisitos do cargo de opção, de acordo com o edital do concurso. (Ex.: Carteira de motorista, cursos específicos, etc.). (CÓPIA)

£ Diploma do Curso Superior correspondente devidamente registrado. **(CÓPIA AUTENTICADA)** ? Comprovante de Registro Ativo do Conselho de classe (no caso de profissões regulamentadas). (CÓPIA)

£ Declaração de não acúmulo de cargo; de não exercício de atividade incompatível com a atividade funcional; e de que não tenha sido demitido a bem do Serviço Público ou por justa causa em decorrência de processo administrativo ou criminal. **MODELO ANEXO (FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO)**

£ Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio. **MODELO ANEXO (FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO)**

£ Certidão Negativa de Antecedentes Criminais. (http://sec.tjmt.jus.br/)

£ Atestado de Aptidão de Saúde Física e Mental, emitido por Médico.

£ Preencher todas as informações da Ficha de Identificação Funcional anexa.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL

NOME:			
CPF:			
RG:		DATA DE EMISSÃO RG:	
SEXO: ? FEMININO ? MASCULINO		DATA NASCIMENTO:	
CTPS:		SÉRIE:	
PIS/PASEP/NIT:			
CNH:	CATEGORIA:	VALIDADE:	
TÍTULO ELEITORAL:		ZONA:	SEÇÃO:
ENDEREÇO:			
CELULAR:	TELEFONE:		
E-MAIL:			
DADOS BANCÁRIOS:	BANCO:	AGÊNCIA:	
	TIPO DA CONTA:	N.º CONTA:	
GRAU DE INSTRUÇÃO:			
NATURALIDADE:		ESTADO CIVIL:	
CONJUGE:		CPF:	
FILIAÇÃO:	MÃE:	CPF:	
	PAI:	CPF:	
FILHOS:		CPF:	
		CPF:	
		CPF:	

_____

DECLARANTE

D E C L A R A Ç Ã O

Eu,_____, portador (a) da cédula de identidade Nº_____, e inscrito (a) no CPF sob Nº_____, DECLARO para todos os efeitos legais, que não exerço qualquer cargo emprego, ou atividade privada incompatível com a atividade funcional da qual fui nomeado, bem como, não acumulo cargo nas situações proibidas pela legislação, e que não fui demitido a bem do Serviço Público ou por justa causa em decorrência de processo administrativo ou criminal, outrossim, declaro não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão por justa causa, nem respondendo a processo administrativo ou criminal aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

Comprometo-me a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, qualquer alteração que vier a ocorrer em minha vida funcional, que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.

Estou ciente que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal e que

por ele responderei, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

Bom Jesus do Araguaia - MT, _____de_____ de _____.

_____

DECLARANTE

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, _____, portador (a) da cédula de identidade Nº_____, e inscrito (a) no CPF sob Nº_____, DECLARO para todos os efeitos legais, que:

( ) NÃO possuo bens e valores que justifiquem a obrigatoriedade preconizada na Lei Nº 8.730/93.

( ) Possuo os seguintes bens e valores:

_____

_____

_____

_____.

Estou ciente que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal e que por ele responderei, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

Bom Jesus do Araguaia - MT, _____de_____ de _____.

_____

DECLARANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

EDITAL Nº 016/2023

A Prefeitura Municipal de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, em cumprimento ao que dispõe a Constituição Estadual, artigo n.º 2, parágrafo 3.º e Lei de Responsabilidade Fiscal, artigos n.º 54 e 55.

TORNA PÚBLICO

A Prefeitura Municipal de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, representada pelo Sr. Prefeito – Edelo Marcelo Ferrari, TORNA PÚBLICO os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) do 2º Bimestre, do exercício financeiro de 2023, em atendimento a LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária ficarão à disposição de qualquer contribuinte do Município de Brasnorte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade nos termos da Lei. Após prazo previsto em Lei, os mesmos serão encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Os relatórios estão publicados ainda, no portal transparência da Prefeitura e no seguinte endereço, site oficial: www.brasnorte.mt.gov.br.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brasnorte – MT, aos 20 (vinte) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três.

R E G I S T R E - SE

P U B L I Q U E - SE

C U M P R A - SE

_____

EDELO MARCELO FERRARI

Prefeito

Publicado por afixação

20/09/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2023/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	134.521.590,00	141.594.729,24	19.520.738,30	13,79	38.417.607,42	27,13	103.177.121,82
RECEITAS CORRENTES	127.521.590,00	128.054.232,83	19.442.824,99	15,18	38.339.694,11	29,94	89.714.538,72
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	16.365.875,00	16.365.875,00	3.347.198,51	20,45	6.446.971,22	39,39	9.918.903,78
Impostos	14.291.169,00	14.291.169,00	2.910.387,09	20,36	5.468.192,42	38,26	8.822.976,58
Taxas	2.074.706,00	2.074.706,00	436.811,42	21,05	978.778,80	47,18	1.095.927,20
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	656.050,00	656.050,00	187.684,95	28,61	371.591,10	56,64	284.458,90
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	656.050,00	656.050,00	187.684,95	28,61	371.591,10	56,64	284.458,90
RECEITA PATRIMONIAL	1.066.217,00	1.198.859,83	39.564,45	3,30	184.712,60	15,41	1.014.147,23
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	1.066.217,00	1.198.859,83	39.564,45	3,30	184.712,60	15,41	1.014.147,23
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.232.233,00	2.232.233,00	344.380,67	15,43	661.173,70	29,62	1.571.059,30
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4.418,20	4.418,20	632,48	14,32	777,80	17,60	3.640,40
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e o Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	2.227.814,80	2.227.814,80	343.748,19	15,43	660.395,90	29,64	1.567.418,90
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	107.160.621,40	107.560.621,40	14.067.535,78	13,08	28.766.006,41	26,74	78.794.614,99
Transferências da União e de suas Entidades	36.618.789,88	36.618.789,88	4.280.999,20	11,69	9.590.909,67	26,19	27.027.880,21
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	52.394.506,52	52.794.506,52	7.204.414,69	13,65	13.768.275,76	26,08	39.026.230,76
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	18.147.325,00	18.147.325,00	2.582.121,89	14,23	5.406.820,98	29,79	12.740.504,02
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.593,60	40.593,60	1.456.460,63	3587,9	1.909.239,08	4703,3	-1.868.645,48
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	-200.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimento	26.181,60	26.181,60	1.246.882,05	4762,4	1.697.041,65	6481,8	-1.670.860,05
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	14.412,00	14.412,00	9.578,58	66,46	12.197,43	84,63	2.214,57
RECEITAS DE CAPITAL	7.000.000,00	13.540.496,41	77.913,31	0,58	77.913,31	0,58	13.462.583,10
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.000.000,00	7.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	7.000.000,00	7.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ARREOAnexo1 Página: 1 / 6

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2023/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	6.540.496,41	77.913,31	1,19	77.913,31	1,19	6.462.583,10
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	77.913,31	0,00	77.913,31	0,00	-77.913,31
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	6.540.496,41	0,00	0,00	0,00	0,00	6.540.496,41
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	134.521.590,00	141.594.729,24	19.520.738,30	13,79	38.417.607,42	27,13	103.177.121,82
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	134.521.590,00	141.594.729,24	19.520.738,30	13,79	38.417.607,42	27,13	103.177.121,82
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	134.521.590,00	141.594.729,24	19.520.738,30	13,79	38.417.607,42	27,13	103.177.121,82
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	13.753.416,19	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	13.753.416,19	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2023/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (j)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	134.521.590,00	155.348.145,43	37.466.387,99	74.384.784,75	80.963.360,68	19.632.403,07	34.624.300,86	120.723.844,57	33.056.829,98	0,00
DESPESAS CORRENTES	113.529.255,46	120.328.761,16	26.096.468,51	54.828.361,33	65.500.399,83	18.691.447,28	32.815.545,54	87.513.215,62	31.264.292,46	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	54.177.255,29	56.149.815,94	9.152.544,60	16.953.096,03	39.196.719,91	9.194.985,62	16.783.331,91	39.366.484,03	16.046.494,11	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.050.000,00	2.033.000,00	0,00	1.000.000,00	1.033.000,00	129.359,32	271.986,26	1.761.013,74	271.986,26	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.302.000,17	62.145.945,22	16.943.923,91	36.875.265,30	25.270.679,92	9.367.102,34	15.760.227,37	46.385.717,85	14.945.812,09	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	20.238.288,79	34.265.338,52	11.369.919,48	19.556.423,42	14.708.915,10	940.955,79	1.808.755,32	32.456.583,20	1.792.537,52	0,00
INVESTIMENTOS	20.237.288,79	34.264.338,52	11.369.919,48	19.556.423,42	14.707.915,10	940.955,79	1.808.755,32	32.455.583,20	1.792.537,52	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	754.045,75	754.045,75	0,00	0,00	754.045,75	0,00	0,00	754.045,75	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	134.521.590,00	155.348.145,43	37.466.387,99	74.384.784,75	80.963.360,68	19.632.403,07	34.624.300,86	120.723.844,57	33.056.829,98	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	134.521.590,00	155.348.145,43	37.466.387,99	74.384.784,75	80.963.360,68	19.632.403,07	34.624.300,86	120.723.844,57	33.056.829,98	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	3.793.306,56	-	-	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	134.521.590,00	155.348.145,43	37.466.387,99	74.384.784,75	80.963.360,68	19.632.403,07	38.417.607,42	120.723.844,57	33.056.829,98	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2023/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e o Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2023/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2023/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (j)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EDELO MARCELO FERRARI
PREFEITO MUNICIPAL

IVANISE LUIZA P. DALLA ROSA
CRC/MT - 009076/O-2

GIOVAN LUIS BURG
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS

ROSANA DOMICIANO
TESOUREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2023/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

CONSOLIDADO R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (b/total b) (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	134.521.590,00	155.348.145,43	37.466.387,99	74.384.784,75	100,00	80.963.360,68	19.632.403,07	34.624.300,86	100,00	120.723.844,57	0,00
LEGISLATIVA	5.074.489,10	5.074.489,10	797.094,84	1.552.822,67	2,09	3.521.666,43	724.337,35	1.327.286,82	3,83	3.747.202,28	0,00
AÇÃO LEGISLATIVA	4.755.889,10	4.755.889,10	759.819,69	1.483.903,89	1,99	3.271.985,21	687.062,20	1.258.368,04	3,63	3.497.521,06	0,00
CONTROLE EXTERNO	318.600,00	318.600,00	37.275,15	68.918,78	0,09	249.681,22	37.275,15	68.918,78	0,20	249.681,22	0,00
ADMINISTRAÇÃO	12.350.063,36	13.025.063,36	2.569.321,55	6.533.008,31	8,78	6.492.055,05	2.248.916,13	3.948.946,04	11,41	9.076.117,32	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.800.541,36	7.599.441,36	1.519.416,91	3.823.255,95	5,14	3.776.185,41	1.331.232,90	2.395.364,87	6,92	5.204.076,49	0,00
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.668.253,00	3.434.253,00	488.740,58	1.647.331,78	2,21	1.786.921,22	632.592,82	993.918,91	2,87	2.440.334,09	0,00
CONTROLE INTERNO	233.895,00	228.395,00	50.043,16	91.581,62	0,12	136.813,38	50.043,16	91.581,62	0,26	136.813,38	0,00
ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	1.147.374,00	1.162.374,00	194.342,32	375.286,06	0,50	787.087,94	169.235,58	329.638,49	0,95	832.735,51	0,00
COMUNICAÇÃO SOCIAL	500.000,00	600.600,00	316.778,58	595.552,90	0,80	5.047,10	65.811,67	138.442,15	0,40	462.157,85	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	105.188,00	97.188,00	0,00	36.000,00	0,05	61.188,00	6.000,00	9.000,00	0,03	88.188,00	0,00
POLICIAMENTO	105.188,00	97.188,00	0,00	36.000,00	0,05	61.188,00	6.000,00	9.000,00	0,03	88.188,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.608.948,00	8.946.170,45	5.690.441,59	6.344.197,51	8,53	2.601.972,94	507.959,23	857.968,84	2,48	8.088.201,61	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	210.855,00	210.855,00	46.441,25	74.847,69	0,10	136.007,31	34.674,59	63.081,03	0,18	147.773,97	0,00
ASSISTÊNCIA AO IDOSO	162.838,00	162.838,00	43.435,21	68.433,98	0,09	94.404,02	43.016,04	64.184,26	0,19	98.653,74	0,00
ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA A AO ADOLESCENTE	1.941.060,00	1.911.060,00	210.897,87	448.663,81	0,60	1.462.396,19	214.554,76	429.718,04	1,24	1.481.341,96	0,00
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.291.195,00	1.437.035,93	265.407,57	627.992,34	0,84	809.043,59	215.713,84	300.985,51	0,87	1.136.050,42	0,00
HABITAÇÃO URBANA	2.000.000,00	5.221.381,52	5.124.259,69	5.124.259,69	6,89	97.121,83	0,00	0,00	0,00	5.221.381,52	0,00
SAÚDE	36.183.111,77	41.972.659,39	7.747.387,30	17.157.524,41	23,07	24.815.134,98	6.370.494,94	11.324.539,15	32,71	30.648.120,24	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.103.408,00	3.870.474,64	1.237.953,16	2.101.925,59	2,83	1.768.549,05	660.617,70	1.151.222,40	3,32	2.719.252,24	0,00
ATENÇÃO BÁSICA	5.638.710,48	8.740.957,60	982.166,11	3.351.286,84	4,51	5.389.670,76	1.103.747,35	2.128.049,59	6,15	6.612.908,01	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	25.385.682,61	27.047.823,27	5.160.237,19	10.997.590,56	14,78	16.050.232,71	4.285.333,66	7.433.409,13	21,47	19.614.414,14	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	340.725,76	477.516,84	79.497,63	113.710,63	0,15	363.806,21	48.289,47	64.919,61	0,19	412.597,23	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	318.470,00	396.026,41	67.929,71	122.928,99	0,17	273.097,42	66.349,91	113.902,69	0,33	282.123,72	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	1.396.114,92	1.439.860,63	219.603,50	470.081,80	0,63	969.778,83	206.156,85	433.035,73	1,25	1.006.824,90	0,00
TRABALHO	161.560,00	161.560,00	26.891,37	55.108,16	0,07	106.451,84	27.740,37	55.108,16	0,16	106.451,84	0,00
FOMENTO AO TRABALHO	161.560,00	161.560,00	26.891,37	55.108,16	0,07	106.451,84	27.740,37	55.108,16	0,16	106.451,84	0,00
EDUCAÇÃO	33.188.137,00	34.046.529,55	6.426.655,89	12.099.495,56	16,27	21.947.033,99	4.752.436,73	7.334.025,89	21,18	26.712.503,66	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.711.100,00	3.590.450,00	5.266,74	218.949,60	0,29	3.371.500,40	51.626,50	135.346,65	0,39	3.455.103,35	0,00
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.000,00	36.000,00	17.000,00	17.366,00	0,02	18.634,00	0,00	366,00	0,00	35.634,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	876.958,00	877.145,53	231.759,50	340.410,39	0,46	536.735,14	184.090,37	246.839,56	0,71	630.305,97	0,00
ENSINO FUNDAMENTAL	18.506.145,38	18.112.550,40	3.541.385,90	7.253.114,26	9,75	10.859.436,14	2.976.381,90	4.365.514,42	12,61	13.747.035,98	0,00
ENSINO SUPERIOR	237.720,00	237.720,00	0,00	237.720,00	0,32	0,00	0,00	118.860,00	0,34	118.860,00	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	9.554.199,62	10.776.649,62	2.631.243,75	3.616.935,31	4,86	7.159.714,31	1.471.171,28	2.328.765,98	6,73	8.447.883,64	0,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	301.014,00	416.014,00	0,00	415.000,00	0,56	1.014,00	69.166,68	138.333,28	0,40	277.680,72	0,00
CULTURA	268.600,00	288.297,52	63.776,16	77.459,07	0,10	210.838,45	38.776,16	52.459,07	0,15	235.838,45	0,00
DIFUSÃO CULTURAL	268.600,00	288.297,52	63.776,16	77.459,07	0,10	210.838,45	38.776,16	52.459,07	0,15	235.838,45	0,00
URBANISMO	16.539.863,20	22.493.896,52	6.134.557,43	12.474.649,70	16,77	10.019.246,82	1.065.031,48	1.702.355,91	4,92	20.791.540,61	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2023/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

CONSOLIDADO R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (b/total b) (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
INFRA-ESTRUTURA URBANA	12.398.863,20	18.852.896,52	5.124.890,82	10.416.835,89	14,00	8.436.060,63	613.716,75	938.506,35	2,71	17.914.390,17	0,00
SERVIÇOS URBANOS	4.141.000,00	3.641.000,00	1.009.666,61	2.057.813,81	2,77	1.583.186,19	451.314,73	763.849,56	2,21	2.877.150,44	0,00
SANEAMENTO	3.785.238,00	4.487.905,28	920.606,25	2.160.304,22	2,90	2.327.601,06	407.125,67	707.410,59	2,04	3.780.494,69	0,00
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	3.785.238,00	4.487.905,28	920.606,25	2.160.304,22	2,90	2.327.601,06	407.125,67	707.410,59	2,04	3.780.494,69	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	106.650,00	156.650,00	17.735,20	44.867,45	0,06	111.782,55	20.480,90	44.867,45	0,13	111.782,55	0,00
CONTROLE AMBIENTAL	106.650,00	156.650,00	17.735,20	44.867,45	0,06	111.782,55	20.480,90	44.867,45	0,13	111.782,55	0,00
AGRICULTURA	5.014.386,00	5.318.638,24	2.002.217,73	2.777.349,80	3,73	2.541.288,44	531.927,65	1.020.895,99	2,95	4.297.742,25	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.792.594,00	1.855.044,00	709.441,76	1.202.948,07	1,62	652.095,93	185.456,68	402.650,46	1,16	1.452.393,54	0,00
EXTENSÃO RURAL	3.221.792,00	3.463.594,24	1.292.775,97	1.574.401,73	2,12	1.889.192,51	346.470,97	618.245,53	1,79	2.845.348,71	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	5.400,00	5.400,00	0,00	0,00	0,00	5.400,00	0,00	0,00	0,00	5.400,00	0,00
REFORMA AGRÁRIA	5.400,00	5.400,00	0,00	0,00	0,00	5.400,00	0,00	0,00	0,00	5.400,00	0,00
INDÚSTRIA	1.300,00	18.850,00	17.532,00	17.532,00	0,02	1.318,00	8.766,00	8.766,00	0,03	10.084,00	0,00
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	1.300,00	18.850,00	17.532,00	17.532,00	0,02	1.318,00	8.766,00	8.766,00	0,03	10.084,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	121.648,00	108.776,27	46.607,40	69.047,64	0,09	39.728,63	46.607,40	69.047,64	0,20	39.728,63	0,00
TURISMO	121.648,00	108.776,27	46.607,40	69.047,64	0,09	39.728,63	46.607,40	69.047,64	0,20	39.728,63	0,00
ENERGIA	736.605,82	736.605,82	6.047,35	89.664,15	0,12	646.941,67	25.222,35	76.586,70	0,22	660.019,12	0,00
ENERGIA ELÉTRICA	736.605,82	736.605,82	6.047,35	89.664,15	0,12	646.941,67	25.222,35	76.586,70	0,22	660.019,12	0,00
TRANSPORTE	10.856.780,00	13.763.844,18	4.456.505,96	10.683.867,40	14,36	3.079.976,78	2.427.436,31	5.256.194,11	15,18	8.507.650,07	0,00
TRANSPORTE AÉREO	691.000,00	2.731.872,63	0,00	2.501.227,63	3,36	230.645,00	0,00	0,00	0,00	2.731.872,63	0,00
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	10.165.780,00	11.031.971,55	4.456.505,96	8.182.639,77	11,00	2.849.331,78	2.427.436,31	5.256.194,11	15,18	5.775.777,44	0,00
DESPORTO E LAZER	584.100,00	833.100,00	386.937,28	520.334,28	0,70	312.765,72	98.239,05	173.719,63	0,50	659.380,37	0,00
DESPORTO COMUNITÁRIO	584.100,00	833.100,00	386.937,28	520.334,28	0,70	312.765,72	98.239,05	173.719,63	0,50	659.380,37	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	3.075.476,00	3.058.476,00	156.072,69	1.691.552,42	2,27	1.366.923,58	324.905,35	655.122,87	1,89	2.403.353,13	0,00
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	2.051.000,00	2.034.000,00	0,00	1.000.000,00	1,34	1.034.000,00	129.359,32	271.986,26	0,79	1.762.013,74	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	1.024.476,00	1.024.476,00	156.072,69	691.552,42	0,93	332.923,58	195.546,03	383.136,61	1,11	641.339,39	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	754.045,75	754.045,75	0,00	0,00	0,00	754.045,75	0,00	0,00	0,00	754.045,75	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA GERAL	754.045,75	754.045,75	0,00	0,00	0,00	754.045,75	0,00	0,00	0,00	754.045,75	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	134.521.590,00	155.348.145,43	37.466.387,99	74.384.784,75	100,00	80.963.360,68	19.632.403,07	34.624.300,86	100,00	120.723.844,57	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2023/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

CONSOLIDADO R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (b/total b) (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE Emissão: 20/09/2023, às 14:31:44

EDELO MARCELO FERRARI	IVANISE LUIZA P. DALLA ROSA	GIOVAN LUIS BURG	ROSANA DOMICIANO
PREFEITO MUNICIPAL	CRC/MT - 009076/O-2	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS	TESOUREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2023/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	14.291.169,00	5.468.192,42
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.226.019,99	110.036,35
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	3.224.562,00	1.068.654,75
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.890.930,01	3.008.938,10
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.949.657,00	1.280.563,22
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	96.141.727,51	23.646.889,12
2.1- Cota-Parte FPM	28.943.568,76	8.246.232,62
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	26.055.033,80	8.246.232,62
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	2.888.534,96	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	57.150.000,00	14.084.307,81
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	375.000,00	67.070,74
2.4- Cota-Parte ITR	7.359.920,00	531.015,28
2.5- Cota-Parte IPVA	2.313.238,75	718.262,67
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**110.432.896,51**	**29.115.081,54**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**18.650.638,51**	**4.715.963,16**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**8.957.585,62**	**2.549.392,56**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2023/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	18.608.855,00	5.458.890,75
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	18.608.855,00	5.458.890,75
6.1.1- Principal	18.147.325,00	5.406.820,98
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	461.530,00	52.069,77
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	**-503,313,51**	**690,857,82**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**5.458.890,75**	

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) [6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	9.184.718,71	2.259.148,29	2.259.148,29	2.133.381,64	0,00
10.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- Ensino Fundamental	9.184.718,71	2.259.148,29	2.259.148,29	2.133.381,64	0,00
11- OUTRAS DESPESAS	415.000,00	415.000,00	138.333,28	138.333,28	0,00
11.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.1.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2- Ensino Fundamental	415.000,00	415.000,00	138.333,28	138.333,28	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (10 + 11)	**9.599.718,71**	**2,674,148,29**	**2,397,481,57**	**2,271,714,92**	**0,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2023/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) [7] (h)
13- Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	4.453.221,56	4.453.221,56	4.212.640,99	0,00	0,00
14- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	4.868.221,56	4.591.554,84	4.350.974,27	0,00	0,00
15- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (i)	VALOR APLICADO (j)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (k)	% APLICADO (l)
19- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.821.223,53	4.453.221,56	4.453.221,56	81,58
20 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
21- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (m)	VALOR NÃO APLICADO (n)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (o)	% NÃO APLICADO (p)
22- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	545.889,08	867.335,91	867.335,91	15,89

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (q)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (r)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (s)	VALOR APLICADO ATÉ O QUADRIMESTRE QUE O INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL (t)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR NÃO APLICADO (v) = (r) - (s) - (u)
23- Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	1.486.599,59	0,00	34.763,33	34.763,33	0,00	0,00
23.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.486.599,59	0,00	34.763,33	34.763,33	0,00	0,00
23.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2023/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Área de Atuação) [6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
24- EDUCAÇÃO INFANTIL	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00
24.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Pré-escola	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO FUNDAMENTAL	9.962.480,00	4.606.934,06	2.068.511,16	2.003.152,03	0,00
26- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (24 + 25)	**10,462,480,00**	**5,106,934,06**	**2,068,511,16**	**2,003,152,03**	**0,00**

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR NÃO APLICADO
27- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS (FUNDEB E RECEITA DE IMPOSTOS) = (L14(d ou e) + L26(d ou e) + L23.1(t))	6.660.066,00
28 (-) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (L7)	690.857,82
29 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB IMPOSTOS4 = (L14h)	0,00
30 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4 e 7	0,00
31 (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L34.1(ac) + L34.2(ac))	13.477,22
32- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (27 – (28 + 29 + 30 + 31))	**5,955,730,96**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL[2] e [5]	VALOR EXIGIDO (x)	VALOR APLICADO (w)	% APLICADO (y)
33- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	7.278.770,39	5.955.730,96	20,46

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS E E DO FUNDEB [8]	SALDO INICIAL (z)	RP LIQUIDADOS (aa)	RP PAGOS (ab)	RP CANCELADOS (ac)	SALDO FINAL (ad) = (z) - (ab) - (ac)
34- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	951.090,73	213.703,89	745.748,91	13.477,22	191.864,60
34.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de de Impostos	763.497,18	213.703,89	575.622,55	13.477,22	174.397,41
34.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	187.593,55	0,00	170.126,36	0,00	17.467,19
34.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2023/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
35- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	968.178,00	366.872,57
35.1- Salário-Educação	624.860,00	265.013,50
35.2- PDDE	0,00	0,00
35.3- PNAE	218.804,00	90.161,00
35.4 - PNATE	124.514,00	11.698,07
35.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
36- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
37- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
38- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
39- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	800.000,00	262.589,25
40- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO = (35 + 36 + 37 + 38 + 39)	**1.768.178,00**	**629.461,82**

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Área de Atuação) [6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
41- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- ENSINO FUNDAMENTAL	2.811.807,22	706.628,62	223.569,09	164.315,35	0,00
43- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (41 + 42 + 43 + 44 + 45)	**2.811.807,22**	**706.628,62**	**223.569,09**	**164.315,35**	**0,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2023/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
47- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (12 + 26 + 46)	**34.046.529,55**	**12.099.495,56**	**7.334.025,89**	**6.890.829,75**	**0,00**
47.1- Despesas Correntes	30.271.281,96	11.497.803,56	7.242.323,89	6.799.127,75	0,00
47.1.1- Pessoal Ativo	19.181.072,74	5.268.680,34	5.195.582,90	4.920.703,73	0,00
47.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	655.021,00	652.720,00	257.193,28	257.193,28	0,00
47.1.4- Outras Despesas Correntes	10.435.188,22	5.576.403,22	1.789.547,71	1.621.230,74	0,00
47.2- Despesas de Capital	3.775.247,59	601.692,00	91.702,00	91.702,00	0,00
47.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.2.2- Outras Despesas de Capital	3.775.247,59	601.692,00	91.702,00	91.702,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ae)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (af)
48- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	320.273,35	62.160,82
49- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	5.458.890,75	265.013,50
50- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	4.555.863,96	56.257,27
51- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.223.300,14	270.917,05
52- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	386.598,76	248,46
53- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
54- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	1.609.898,90	271.165,51

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

1 SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) > 0 = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB, SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) < 0 = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

EDELO MARCELO FERRARI	IVANISE LUIZA P. DALLA ROSA	GIOVAN LUIS BURG	ROSANA DOMICIANO
PREFEITO MUNICIPAL	CRC/MT - 009076/O-2	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS	TESOUREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2023/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**14.291.169,00**	**14.291.169,00**	**5.468.192,42**	**38,26**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.226.019,99	1.226.019,99	110.036,35	8,98
IPTU	621.833,79	621.833,79	15.109,63	2,43
Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do IPTU	604.186,20	604.186,20	94.926,72	15,71
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	3.224.562,00	3.224.562,00	1.068.654,75	33,14
ITBI	3.224.562,00	3.224.562,00	1.068.654,75	33,14
Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.890.930,01	5.890.930,01	3.008.938,10	51,08
ISS	5.648.520,73	5.648.520,73	2.983.519,38	52,82
Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do ISS	242.409,28	242.409,28	25.418,72	10,49
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	3.949.657,00	3.949.657,00	1.280.563,22	32,42
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**93.253.192,55**	**93.253.192,55**	**23.646.889,12**	**25,36**
Cota-Parte FPM	26.055.033,80	26.055.033,80	8.246.232,62	31,65
Cota-Parte ITR	7.359.920,00	7.359.920,00	531.015,28	7,21
Cota-Parte IPVA	2.313.238,75	2.313.238,75	718.262,67	31,05
Cota-Parte ICMS	57.150.000,00	57.150.000,00	14.084.307,81	24,64
Cota-Parte IPI-Exportação	375.000,00	375.000,00	67.070,74	17,89
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS - LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**107.544.361,55**	**107.544.361,55**	**29.115.081,54**	**27,07**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2023/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	2.635.794,00	3.526.194,00	1.675.187,13	47,51	986.904,10	27,99	947.502,06	26,87	0,00
Despesas Correntes	2.632.194,00	3.522.594,00	1.675.187,13	47,56	986.904,10	28,02	947.502,06	26,90	0,00
Despesas de Capital	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	23.906.919,56	22.291.911,56	9.257.031,31	41,53	6.492.721,11	29,13	6.240.547,23	27,99	0,00
Despesas Correntes	23.032.161,56	20.817.153,56	8.240.316,51	39,58	6.476.006,31	31,11	6.225.951,23	29,91	0,00
Despesas de Capital	874.758,00	1.474.758,00	1.016.714,80	68,94	16.714,80	1,13	14.596,00	0,99	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	149.866,00	149.866,00	50.958,87	34,00	45.508,91	30,37	40.251,07	26,86	0,00
Despesas Correntes	147.866,00	147.866,00	50.958,87	34,46	45.508,91	30,78	40.251,07	27,22	0,00
Despesas de Capital	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	306.127,40	297.189,40	104.616,61	35,20	95.590,31	32,16	82.573,27	27,78	0,00
Despesas Correntes	295.127,40	286.189,40	104.616,61	36,56	95.590,31	33,40	82.573,27	28,85	0,00
Despesas de Capital	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	1.103.322,00	1.130.298,00	360.758,12	31,92	326.688,45	28,90	312.355,92	27,63	0,00
Despesas Correntes	1.100.322,00	1.127.298,00	360.758,12	32,00	326.688,45	28,98	312.355,92	27,71	0,00
Despesas de Capital	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	3.103.408,00	3.809.978,00	2.080.112,39	54,60	1.146.959,20	30,10	1.070.295,18	28,09	0,00
Despesas Correntes	3.092.208,00	3.798.778,00	2.075.764,39	54,64	1.142.611,20	30,08	1.066.246,18	28,07	0,00
Despesas de Capital	11.200,00	11.200,00	4.348,00	38,82	4.348,00	38,82	4.049,00	36,15	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**31.205.436,96**	**31.205.436,96**	**13.528.664,43**	**43,35**	**9.094.372,08**	**29,14**	**8.693.524,73**	**27,86**	**0,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2023/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	13.528.664,43	9.094.372,08	8.693.524,73
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**13,528,664,43**	**9,094,372,08**	**8,693,524,73**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	4.367.262,23		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	9.161.402,20	4.727.109,85	4.326.262,50
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15 5% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**46,47**	**31,24**	**29,86**

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n -m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (q)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2023 (regra nova)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022 (regra nova)	0,00	0,00	0,00	1.137.817,44	0,00	1.137.817,44	1.055.437,74	80.760,95	1.618,75	-1.618,75
Empenhos de 2021 (regra nova)	0,00	0,00	0,00	1.096.509,46	0,00	1.096.509,46	985.697,12	0,00	110.812,34	-110.812,34
Empenhos de 2020 (regra nova)	0,00	0,00	0,00	132.621,15	0,00	132.621,15	132.621,12	0,03	0,00	0,00
Empenhos de 2019 e anteriores	0,00	0,00	0,00	268.408,65	0,00	268.408,65	221.918,99	3.991,88	42.497,78	-42.497,78
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										-154.928,87
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										-154.928,87

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2023/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	(não aplicado)[1]
	(w)	(x)	(y)	(z)	(aa) = (w - (x ou y))
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre	
		(a)	(b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	4,930,604,40	5,330,604,40	2,144,647,09	40,23
Proveniente da União	4,016,888,88	4,016,888,88	1,511,946,21	37,64
Proveniente dos Estados	913,715,52	1,313,715,52	632,700,88	48,16
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	47.070,41	47.070,41	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**4,977,674,81**	**5,377,674,81**	**2,144,647,09**	**39,88**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2023/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	3.002.916,48	5.214.763,60	1.676.099,71	32,14	1.141.145,49	21,88	1.101.939,45	21,13	0,00
Despesas Correntes	3.002.916,48	4.614.640,90	1.676.099,71	36,32	1.141.145,49	24,73	1.101.939,45	23,88	0,00
Despesas de Capital	0,00	600.122,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	1.478.763,05	4.755.911,71	1.740.559,25	36,60	940.688,02	19,78	901.778,67	18,96	0,00
Despesas Correntes	1.478.763,05	4.279.457,07	1.740.559,25	40,67	940.688,02	21,98	901.778,67	21,07	0,00
Despesas de Capital	0,00	476.454,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	190.859,76	327.650,84	62.751,76	19,15	19.410,70	5,92	18.410,70	5,62	0,00
Despesas Correntes	190.859,76	302.071,71	62.751,76	20,77	19.410,70	6,43	18.410,70	6,09	0,00
Despesas de Capital	0,00	25.579,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	12.342,60	98.837,01	18.312,38	18,53	18.312,38	18,53	18.312,38	18,53	0,00
Despesas Correntes	12.342,60	98.525,01	18.312,38	18,59	18.312,38	18,59	18.312,38	18,59	0,00
Despesas de Capital	0,00	312,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	292.792,92	309.562,63	109.323,68	35,32	106.347,28	34,35	106.347,28	34,35	0,00
Despesas Correntes	292.792,92	309.562,63	109.323,68	35,32	106.347,28	34,35	106.347,28	34,35	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	60.496,64	21.813,20	36,06	4.263,20	7,05	4.263,20	7,05	0,00
Despesas Correntes	0,00	60.496,64	21.813,20	36,06	4.263,20	7,05	4.263,20	7,05	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**4.977.674,81**	**10.767.222,43**	**3.628.859,98**	**33,70**	**2.230.167,07**	**20,71**	**2.151.051,68**	**19,98**	**0,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2023/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	5.638.710,48	8.740.957,60	3.351.286,84	38,34	2.128.049,59	24,35	2.049.441,51	23,45	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	25.385.682,61	27.047.823,27	10.997.590,56	40,66	7.433.409,13	27,48	7.142.325,90	26,41	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	340.725,76	477.516,84	113.710,63	23,81	64.919,61	13,60	58.661,77	12,28	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	318.470,00	396.026,41	122.928,99	31,04	113.902,69	28,76	100.885,65	25,47	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	1.396.114,92	1.439.860,63	470.081,80	32,65	433.035,73	30,07	418.703,20	29,08	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	3.103.408,00	3.870.474,64	2.101.925,59	54,31	1.151.222,40	29,74	1.074.558,38	27,76	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**36.183.111,77**	**41.972.659,39**	**17.157.524,41**	**40,88**	**11.324.539,15**	**26,98**	**10.844.576,41**	**25,84**	**0,00**
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes[3]	4.977.674,81	10.041.256,91	2.998.734,40	29,86	2.091.983,21	20,83	2.012.867,82	20,05	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	**31.205.436,96**	**31.931.402,48**	**14.158.790,01**	**44,34**	**9.232.555,94**	**28,91**	**8.831.708,59**	**27,66**	**0,00**

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

Notas:

[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2] Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

[3] Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

EDELO MARCELO FERRARI	IVANISE LUIZA P. DALLA ROSA	GIOVAN LUIS BURG	ROSANA DOMICIANO
PREFEITO MUNICIPAL	CRC/MT - 009076/O-2	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS	TESOUREIRA

ALRFRREOAnexo12 Página: 6 / 6

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023 – SRP

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023 – SRP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE, MATO GROSSO, através da comissão nomeada pela portaria nº 121/2023 torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **05/10/2023** as **09:00H (Horário de Brasília**), Licitação na modalidade **Pregão Eletrônico com SRP nº 015/2023**, no Tipo "***MENOR PREÇO POR ITEM",*** com cotas exclusivas para ME e EPP**,** modo aberto, plataforma Licitanet, com o objeto "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MATERIAL HOSPITALAR, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de BRASNORTE-MT"Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de licitação, no Paço Municipal, sito a Rua Curitiba nº 1080, pelo telefone: 066 3592-3206, site: http://200.199.196.35:8007/portaltransparencia/lic... e e-mail: licitacao@brasnorte.mt.gov.br.

Brasnorte – MT, 20 de setembro de 2023.

David Eduardo Caeron Magrini

Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº652, DE 19/09/2023. REMANEJA RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2023

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.142/2023.

DECRETA

Art. 1º - Ficam **remanejados** na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023:

Art. 2º - A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de nº3142, de 20 de março de 2023 e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contempladas.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 19 DE SETEMBRO DE 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Ficha: 144 04.123.1002.2019.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL 50.000,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

Ficha: 153 28.846.1014.0001.0000 OPERAÇÕES ESPECIAIS 470.000,00

3.3.90.47.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 520.000,00

REDUÇÕES

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Ficha: 531 04.122.1005.2061.0000 INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA E RURAL -50.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

Ficha: 534 04.122.1005.2061.0000 INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA E RURAL -100.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS

Ficha: 565 15.452.1005.2062.0000 INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA E RURAL -50.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

Ficha: 568 15.452.1005.2062.0000 INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA E RURAL -80.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS

02 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Ficha: 658 04.121.1002.2069.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL -50.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

Ficha: 672 04.127.1002.2071.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL -20.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS

Ficha: 673 04.127.1002.2071.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL -20.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

02 13 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Ficha: 987 04.125.1005.2110.0000 INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA E RURAL -50.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

02 14 01 SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE E E DESENVOLVIMENTO ECONÔMIC

Ficha: 1020 18.122.1010.2111.0000 USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS NATURAIS -100.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

TOTAL DAS ANULAÇÕES -520.000,00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
DECRETO Nº.649 DE 18 DE SETEMBRO DE 2023

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 33.596 de 11 de setembro de 2023;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o senhor **HERBERT DIAS**, Secretário Municipal de Administração, para exercer cumulativamente e sem ônus ao erário municipal, o cargo de Secretário Municipal de Assistência Social e Cidadania, pelo período de 20 a 29 de setembro a de 2023 em substituição à titular que estará usufruindo de10 dias de férias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de setembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 556/2023 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 001/2023

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN** de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **JEANETE DE BARROS SOUZA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua das Ametistas, S/N, Bairro Cohab Velha, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 0511600-7 SSP-MT e CPF Nº 361.951.201-97, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **JEANETE DE BARROS SOUZA,** no cargo de Auxiliar de desenvolvimento infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Buscando Saber, com **carga horária de trabalho de 40 (Quarenta horas) semanais**, na turma Pré II C – turno integral para atendimento da educação especial, a contratação justifica-se e encontra amparo legal no inciso IX do caput do art.37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único; A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início **em 21 de Setembro de 2023 e término em 26 de Dezembro de 2023.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 1.559,09 (Mil Quinhentos e Cinquenta e nove reais e cinco centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód**. da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	03	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

c) Auxiliar o professor no processo de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos da Educação Infantil;

d) Auxiliar e apoiar durante as atividades pedagógicas e recreativas da Educação Infantil;

e) Auxiliar na higiene, alimentação, segurança, repouso, saúde e bem-estar das crianças;

f) Auxiliar o professor no processo de observação do desenvolvimento da criança;

g) Auxiliar o professor na recepção e entrega das crianças aos pais, em conformidade com a jornada de trabalho, mantendo sempre um bom entendimento entre família e a escola;

h) Auxiliar na organização, manutenção e higiene dos materiais e equipamentos utilizados em sala de aula;

i) Auxiliar sua turma de lotação e, em casos excepcionais, que se fizerem necessários, o auxilio em outras turmas e demais atividades compatíveis com as atribuições do cargo;

j) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

k) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

l) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

m) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais.

n) Fica a contratada submetida a realização do exame admissional no dia e horário marcado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, sob pena de perda da vaga de classificação quando a contratada não comparecer para a realização do exame.

o) Requerer expressamente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sua solicitação de desligamento da sua unidade de lotação.

p) Fica a contratada obrigada a realizar o exame demissional na data e horário agendado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, antes de seu desligamento, sob pena de suspensão do pagamento dos valores rescisórios até que seja efetuado o exame.

q) Fica a contratada obrigada a cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho da Prefeitura Municipal de Cáceres,

r) Fica a contratada obrigada a realizar os exames ocupacionais sempre que solicitado pela Prefeitura Municipal de Cáceres.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 20 de Setembro de 2023

_____

CONTRATADO (A)

_____

FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG

Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 554/2023 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 001/2023

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN** de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **NEIDE NEVES LEITE** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua São Joaquim, S/N, Bairro Vila Irene, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1568212-9 SSP-MT e CPF Nº 004.476.601-79, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **NEIDE NEVES LEITE,** no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Desembargador Gabriel Pinto de Arruda, com **carga horária de trabalho de 40 (Quarenta horas) semanais**, na turma 3º Ano C, para atendimento da educação especial, matutino e vespertino, seu chamamento se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único; A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início **em 21 de Setembro de 2023 e término em 29 de Dezembro de 2023.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 1.559,09 (Mil Quinhentos e Cinquenta e nove reais e cinco centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	03	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

c) Auxiliar o professor no processo de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos da Educação Infantil;

d) Auxiliar e apoiar durante as atividades pedagógicas e recreativas da Educação Infantil;

e) Auxiliar na higiene, alimentação, segurança, repouso, saúde e bem-estar das crianças;

f) Auxiliar o professor no processo de observação do desenvolvimento da criança;

g) Auxiliar o professor na recepção e entrega das crianças aos pais, em conformidade com a jornada de trabalho, mantendo sempre um bom entendimento entre família e a escola;

h) Auxiliar na organização, manutenção e higiene dos materiais e equipamentos utilizados em sala de aula;

i) Auxiliar sua turma de lotação e, em casos excepcionais, que se fizerem necessários, o auxilio em outras turmas e demais atividades compatíveis com as atribuições do cargo;

j) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

k) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

l) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

m) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais.

n) Fica a contratada submetida a realização do exame admissional no dia e horário marcado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, sob pena de perda da vaga de classificação quando a contratada não comparecer para a realização do exame.

o) Requerer expressamente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sua solicitação de desligamento da sua unidade de lotação.

p) Fica a contratada obrigada a realizar o exame demissional na data e horário agendado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, antes de seu desligamento, sob pena de suspensão do pagamento dos valores rescisórios até que seja efetuado o exame.

q) Fica a contratada obrigada a cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho da Prefeitura Municipal de Cáceres,

r) Fica a contratada obrigada a realizar os exames ocupacionais sempre que solicitado pela Prefeitura Municipal de Cáceres.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 20 de Setembro de 2023.

_____

CONTRATADO (A)

_____

FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG

Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 553/2023 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 001/2023

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN** de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **LUCELIA DIAS DA SILVA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua das Violetas, Nº 509, Bairro Cohab Nova, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 2434032-4 SSP-SP e CPF Nº 988. 378.341-87, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **LUCELIA DIAS DA SILVA** no cargo de Professor (a) Licenciado em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Fazendo Arte, com **carga horária de trabalho de 30 (Trinta) horas semanais**, na Turma Creche III A, turno vespertino, seu chamamento se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **20 de Setembro de 2023 e término em 26 de Dezembro de 2023.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 4.576,76 (Quatro mil quinhentos e setenta e seis reais e setenta e seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a boletim de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	03	12	365	1004	2059	3	1	90	04	00	0	1	540	066006

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª:**Da Saúde e Segurança do trabalho (SST);**

a. Fica a contratada submetida a realização do exame admissional no dia e horário marcado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, sob pena de perda da vaga de classificação quando a contratada não comparecer para a realização do exame, b. Requerer expressamente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sua solicitação de desligamento da sua unidade de lotação, c. Fica a contratada obrigada a realizar o exame admissional na data e horário agendado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, antes de seu desligamento, sob pena de suspensão do pagamento dos valores rescisórios até que seja efetuado o exame, d. Fica a contratada obrigada a cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho da Prefeitura Municipal de Cáceres, e. Fica a contratada obrigada a realizar os exames ocupacionais sempre que solicitado pela Prefeitura Municipal de Cáceres.

Cláusula 10ª: Das obrigações;

a. Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b. Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos; c. Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, 20 horas aulas e a hora atividade conforme o decreto 688/2022, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; d. Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade; e. Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral; f. Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; g. Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; h. Entregar planejamento anual conforme o cronograma estabelecido pelo gestor, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação; i. Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático; j. Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo; k. Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar; l. Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos; m. Avaliar e registrar o desempenho dos alunos; n. Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação; o. Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre; p. Participar da formulação das políticas educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público Municipal de Educação Básica; q. Desenvolver a regência efetiva; r. Executar tarefa de recuperação de alunos; s. Desenvolver pesquisa educacional; t. Participar dos programas de formação profissional; u. Participar da formação continuada da instituição escolar; v. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; w. Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa; **x.** Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** y. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 11ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 12ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 13ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 14ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 15ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 16ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 20 de Setembro de 2023.

_____

CONTRATADO (A)

_____

FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 552/2023 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 001/2023

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN** de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **MARILEIDE DE CARVALHO DE OLIVEIRA** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Pantaneira, S/N, Bairro Jardim das Oliveiras, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1305319-1 SSP-MT e CPF Nº 891.729.971- 15, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **MARILEIDE DE CARVALHO DE OLIVEIRA,** no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Raquel Ramão da Silva, com **carga horária de trabalho de 40 (Quarenta horas) semanais**, na turma 2º Ano, para atendimento da educação especial, matutino e vespertino, seu chamamento se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único; A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início **em 21 de Setembro de 2023 e término em 26 de Dezembro de 2023.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 1.559,09 (Mil Quinhentos e Cinquenta e nove reais e cinco centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	03	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

c) Auxiliar o professor no processo de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos da Educação Infantil;

d) Auxiliar e apoiar durante as atividades pedagógicas e recreativas da Educação Infantil;

e) Auxiliar na higiene, alimentação, segurança, repouso, saúde e bem-estar das crianças;

f) Auxiliar o professor no processo de observação do desenvolvimento da criança;

g) Auxiliar o professor na recepção e entrega das crianças aos pais, em conformidade com a jornada de trabalho, mantendo sempre um bom entendimento entre família e a escola;

h) Auxiliar na organização, manutenção e higiene dos materiais e equipamentos utilizados em sala de aula;

i) Auxiliar sua turma de lotação e, em casos excepcionais, que se fizerem necessários, o auxilio em outras turmas e demais atividades compatíveis com as atribuições do cargo;

j) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

k) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

l) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

m) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais.

n) Fica a contratada submetida a realização do exame admissional no dia e horário marcado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, sob pena de perda da vaga de classificação quando a contratada não comparecer para a realização do exame.

o) Requerer expressamente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sua solicitação de desligamento da sua unidade de lotação.

p) Fica a contratada obrigada a realizar o exame demissional na data e horário agendado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, antes de seu desligamento, sob pena de suspensão do pagamento dos valores rescisórios até que seja efetuado o exame.

q) Fica a contratada obrigada a cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho da Prefeitura Municipal de Cáceres,

r) Fica a contratada obrigada a realizar os exames ocupacionais sempre que solicitado pela Prefeitura Municipal de Cáceres.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 20 de Setembro de 2023.

_____

CONTRATADO (A)

_____

FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG

Nº:_____

CPF Nº:_____

MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/ SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 66-2023 COM REGISTRO DE PREÇO - MENOR PREÇO POR LOTE.

Interessada: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística

Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa autorizada para fornecimento de Licença de Uso dos Softwares Autodesk para a Assessoria Técnica 1.

Empresas Vencedoras: FRAZILLIO SOLUCOES DE TECNOLOGIA LTDA– CNPJ: nº 00.510.077/0001-01, perfazendo um valor total de R$ 40.600,00 (Quarenta mil e seiscentos reais). MAPDATA-TECNOLOGIA, INFORMATICA E COMERCIO LTDA – CNPJ Nº66.582.784/0001-11, perfazendo um valor de R$50.420,00 (Cinquenta mil quatrocentos e vinte reais) **Observação:** A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78.210-906, ou baixadas no portal http:// https://www.caceres.mt.gov.br/Licitacoes e na plataforma ou gov.br/compras.

Prefeitura de Cáceres-MT, 20 de setembro de 2023.

IGOR DE SOUZA OLIVEIRA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 415/2023

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº 651, DE 19/09/2023. TRANSFERE RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2023

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.142/2023.

DECRETA

Art. 1º - Ficam **transferidas** na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023:

Art. 2º - A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de nº3142, de 20 de março de 2023 e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contempladas.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 19 DE SETEMBRO DE 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 06 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ficha: 394 12.122.1004.2046.0000 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE 70.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

02 06 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ficha: 435 12.361.1004.2050.0000 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE 230.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Ficha: 487 12.365.1004.2054.0000 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE 200.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

02 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Ficha: 587 15.452.1005.2064.0000 INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA E RURAL 300.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 800.000,00

REDUÇÕES

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 06 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ficha: 415 12.361.1004.1010.0000 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE -500.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

02 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Ficha: 564 15.452.1005.1023.0000 INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA E RURAL -300.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

TOTAL DAS ANULAÇÕES -800.000,00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº650, DE 19/09/2023. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.121/2022.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$734.600,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 01 01 GABINETE DO(A) PREFEITO(A)

41 04.122.1002.2004.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL 8.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 1500

02 06 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1341 12.361.1004.2050.0000 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE 14.600,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 1500

02 11 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

756 08.122.1008.2132.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO 5.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1500

02 11 02 FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS

782 08.244.1008.2081.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO 10.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 1500

784 08.244.1008.2081.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO 100.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1500

790 08.244.1008.2081.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO 15.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 500

831 08.244.1008.2083.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO 65.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 1500

833 08.244.1008.2083.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO 500.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1500

02 11 09 FUNDO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA

946 08.333.1008.2106.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO 5.000,00 3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F. R. Grupo: 1500

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

962 27.122.1009.2107.0000 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE MUNICIPAL 12.000,00 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1500

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 01 01 GABINETE DO(A) PREFEITO(A)

38 04.122.1002.2004.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL -8.000,00

3.1.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. Grupo: 1 500 .

02 06 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

456 12.361.1004.2051.0000 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE -2.105,00

3.3.90.47.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS F.R. Grupo: 1 500 .

462 12.361.1004.2065.0000 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE -12.495,00

3.3.50.43.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS F.R. Grupo: 1 500 .

02 11 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

721 08.122.1008.2074.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO -700.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1 500 .

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

971 27.812.1009.1035.0000 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE MUNICIPAL -12.000,00

3.3.90.31.00 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E F.R. Grupo: 1 500 .

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 19 DE SETEMBRO DE 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. º 095/2023-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do 1º Termo Aditivo de Valor ao Contrato Administrativo n. º 095/2023-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: IDEAL CONSTRUTORA LTDA

Objeto: Aditar o **VALOR** do Contrato Administrativo n. ° 095/2023-PGM, celebrado entre o município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística** e a empresa **IDEAL CONSTRUTORA LTDA,** para mais **R$ 88.460,70 (oitenta e oito mil, quatrocentos e sessenta reais e setenta centavos).** Correspondente aproximadamente à **5,49%** do valor original, alterando o valor total contratual de **R$ 1.611.038,79** para **R$ 1.699.499,49**.

Cáceres – MT, 20 de setembro de 2023.

Wesley de Sousa Lopes

Secretário Municipal De Infraestrutura e Logística

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº. 639 DE 14 DE SETEMBRO DE 2023. "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, IMÓVEL NA FORMA COMO MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o dever e a necessidade da Administração Pública determinar a execução de obras que possibilitem o acesso e o trânsito dos munícipes, em atendimento ao princípio do interesse público;

CONSIDERANDO a previsão legal contida na Lei Orgânica Municipal, contida no artigo 6º, XVI c/c Art. 9, I, Art. 74, IX e Art. 100, "e";

CONSIDERANDO o firme e reiterado comprometimento da Administração Pública Municipal com a educação de toda população cacerense;

CONSIDERANDO a necessidade, por razões de ordem logística e estratégia, tendo-se em vista o aumento significativo da demanda dos serviços de pavimentação e drenagem

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 21.738 de 14 de junho de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarado de **UTILIDADE PÚBLICA**, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do artigo 6º, inciso XVI da Lei Orgânica do Município de Cáceres-MT, e alterações posteriores:

I – Imóvel urbano - ***desapropriação de área urbana Imóvel: Imóvel da Rua dos Periquitos: caixa da via 11,00 metros e 97,00 metros de comprimento no eixo da via*** para continuação da Rua e drenagem da Rua da Membeca, de propriedade de IZABEL DIAS DE AMORIM, inscrição imobiliária nr. 200208270167001, área a ser desapropriada de 11 metros por 97 metros, totalizando 1.004,91 m² (mil e quatro metros e noventa e um centímetros quadrados) parte integrante do imóvel localizado na Rua dos Piriquitos, Quadra 11, Lote 04, Maracanazinho, Cáceres/MT.

Art.2º. A desapropriação da parcela do imóvel declarada de utilidade pública por este Decreto, é considerada de "urgência", razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no artigo 10 do Decreto lei nº 3.365/1941, ou processar-se nos termos do artigo 10 c/c o artigo 15, e seus parágrafos, do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1941 e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/1956.

Parágrafo único - A desapropriação de que trata este Decreto se dará por utilidade pública, na forma do Decreto-Lei 3.365, de 21 de junho de 1941, especificamente em seu artigo 5º, alínea "m" sendo que a área mencionada no artigo primeiro destinar-se-á a continuação da obra de abertura, pavimentação e drenagem da Rua Membeca.

Art.3º. No caso de desapropriação amigável, a mesma ocorrerá nos seguintes termos:

I – O Município de Cáceres-MT, pagará ao proprietário a quantia equivalente ao valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme avaliação realizada pela comissão de avaliação da Prefeitura Municipal de Cáceres.

II - O pagamento da indenização decorrente da presente desapropriação poderá ocorrer de forma integral ou parcelada de acordo com os termos do acordo administrativo, bem como eventuais valores constantes em dívida ativa serão deduzidos do valor da indenização.

III – O Município Cáceres arcará com todos os custos necessários a viabilização da escritura, emolumentos, taxas e outros custos eventualmente existentes para a concretização do negócio e transferência de propriedade da área desapropriada;

IV - Os proprietários da área desapropriada se comprometerão a transferir a propriedade das respectivas matrículas ao Município de Cáceres.

Art.4º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: Unidade Gestora: Prefeitura

Municipal de Cáceres-MT – Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Logística

Art. 5º As disposições contidas no presente Decreto entram em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 14 de setembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº. 640 DE 14 DE SETEMBRO DE 2023. "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, IMÓVEL NA FORMA COMO MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o dever e a necessidade da Administração Pública determinar a execução de obras que possibilitem o acesso e o trânsito dos munícipes, em atendimento ao princípio do interesse público;

CONSIDERANDO a previsão legal contida na Lei Orgânica Municipal, contida no artigo 6º, XVI c/c Art. 9, I, Art 74, IX e Art. 100, "e";

CONSIDERANDO o firme e reiterado comprometimento da Administração Pública Municipal com a educação de toda população cacerense;

CONSIDERANDO a necessidade, por razões de ordem logística e estratégia, tendo-se em vista o aumento significativo da demanda dos serviços de pavimentação e drenagem

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 21.738 de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarado de UTILIDADE PÚBLICA, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do artigo 6º, inciso XVI da Lei Orgânica do Município de Cáceres-MT, e alterações posteriores:

I – Imóvel urbano - ***desapropriação de área urbana Imóvel da Padre Cassemiro: caixa da via 11,00 metros e 29,00 metros de comprimento no eixo da via*** para continuação da Rua e drenagem da Rua da Membeca, de propriedade de JESUS RAMAO GUACASSI, inscrição imobiliária nr. 200208270456001, área a ser desapropriada de 11 metros por 29 metros, totalizando 371,25 m² (trezentos e setenta e um metros e vinte e cinco centímetros quadrados), parte integrante do imóvel localizado na Rua Padre Cassemiro, Quadra 11, Lote 21, Vila Mariana, Cáceres/MT, registrado no cartório de registro de imóveis sob o número 6964, I – 3F, Fls. 03.

Art.2º. A desapropriação da parcela do imóvel declarada de utilidade pública por este Decreto, é considerada de "urgência", razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no artigo 10 do Decreto lei nº 3.365/1941, ou processar-se nos termos do artigo 10 c/c o artigo 15, e seus parágrafos, do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1941 e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/1956.

Parágrafo único - A desapropriação de que trata este Decreto se dará por utilidade pública, na forma do Decreto-Lei 3.365, de 21 de junho de 1941, especificamente em seu artigo 5º, alínea "m" sendo que a área mencionada no artigo primeiro destinar-se-á a continuação da obra de abertura, pavimentação e drenagem da Rua Membeca.

Art.3º. No caso de desapropriação amigável, a mesma ocorrerá nos seguintes termos:

I – O Município de Cáceres-MT, pagará ao proprietário a quantia equivalente ao valor de R$ 35.000,00 (trinte e cinco mil reais), conforme avaliação realizada pela comissão de avaliação da Prefeitura Municipal de Cáceres.

II - O pagamento da indenização decorrente da presente desapropriação poderá ocorrer de forma integral ou parcelada de acordo com os termos do acordo administrativo, bem como eventuais valores constantes em dívida ativa serão deduzidos do valor da indenização.

III – O Município Cáceres arcará com todos os custos necessários a viabilização da escritura, emolumentos, taxas e outros custos eventualmente existentes para a concretização do negócio e transferência de propriedade da área desapropriada;

IV - Os proprietários da área desapropriada se comprometerão a transferir a propriedade das respectivas matrículas ao Município de Cáceres.

Art.4º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT – Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Logística

Art. 5º As disposições contidas no presente Decreto entram em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 14 de setembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº656 DE 20/09/2023. ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.209/2023.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$417.613,77 distribuídos as seguintes dotações:

02 05 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1338 10.303.1003.2039.0000 SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ 417.613,77

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA F.R. Grupo: 1600

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º serão cobertos com o EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 20 de setembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PAUTA DE JULGAMENTO - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CACERES - SETEMBRO/2023

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CACERES

PAUTA DE JULGAMENTO

A Presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo decreto Nº. 144 30 de março de 2020, e pelo Decreto Nº.253 de 07 de maio de 2020. Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto n° 144 de 30 de março de 2020. Torna pública a pauta de julgamento de processos do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerá por videoconferência, conforme calendário abaixo:

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
04/09/2023 17:30	https://meet.google.com/zcp-knhr-vym

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
7.158/2023	Júlia Ramos Rodrigues	Antônio Carlos Leite
24.935/2023	Agência de Turismo Porto Belo	Miriele/Nycollas Fernandes

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
06/09//2023 17:30	https://meet.google.com/igz-ktdd-rwk

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
15.105/2023	L. C Furlan (Escritório União)	Jovanil de Campos
5.930/2023	Regina Brandão de Oliveira	Vitor Miguel de Oliveira

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
11/09//2023 17:30	https://meet.google.com/son-nxzz-ptc

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
18.367/2023	José Antônio Teixeira Araújo	Richard Rodrigues da Silva
9310/2023	Manoel Ferraz	Vitor Miguel de Oliveira

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
14/09/2023 17:30	https://meet.google.com/wzt-yerr-nsm

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
13.544/2023	Milton Paula da paixão	Mirielle Garcia R. de Lima
4.045/2022	Franco Valério Cebalho	Nycollas Fernandes Almeida

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
18/09/2023 17:30	https://meet.google.com/hit-mdyf-jvh

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
24.564/2021	Erotildes Rodrigues de Paula	Antônio Carlos Leite
8.897/2022	Jair de Oliveira Lima	Richard Rodrigues da Silva

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
21/09/2023 17:30	https://meet.google.com/apz-qkje-puc

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
18.559/2023	Cáceres Florestal S/A	Vitor Miguel de Oliveira
13.589/2023	Gilmara Araújo	Jovanil de Campos

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
25/09/2023 17:30	https://meet.google.com/ccz-tgzt-fbu

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
26.204/2022	Mosena Angeloni serv. Médicos	Nycollas Fernandes Almeida
7.498 e 5.943/2023	Bruno Homem de Melo	Antônio Carlos Leite

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
28/09/2023 17:30	https://meet.google.com/ett-xkkf-cpi

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
7.657/2021	Eliane Rocha Alves	Mirielle Garcia R. de Lima

Distribuição da pauta de Outubro.

Cáceres,01 de Setembro de 2023.

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

PRESIDENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 555/2023 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 001/2023

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN** de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a)**, CREUZA ORTEGA DE MOURA SOARES,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Avenida Presidente Getulio Vargas, Nº 146, Bairro Vitória Régia, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1444906-4 SSP-MT e CPF Nº 921.028.591-34, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a)**, CREUZA ORTEGA DE MOURA SOARES**, no cargo de Professor (a) Licenciada em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Professora Erenice Simão Alvarenga, na turma do 4º Ano, Turno matutino, com **carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais**, considerando que a mesma encontra-se em substituição à professora Dunia Graciela Castrillon Macedo, que está de licença prêmio, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **22 de Setembro de 2023 e término em 22 de Dezembro de 2023.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 4.576,76 (Quatro mil quinhentos e setenta e seis reais e setenta e seis centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com o boletim de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	03	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DO CONTRATADO

Cláusula 9ª:**Da Saúde e Segurança do trabalho (SST);**

a. Fica a contratada submetida a realização do exame admissional no dia e horário marcado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, sob pena de perda da vaga de classificação quando a contratada não comparecer para a realização do exame, b. Requerer expressamente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sua solicitação de desligamento da sua unidade de lotação, c. Fica a contratada obrigada a realizar o exame demissional na data e horário agendado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, antes de seu desligamento, sob pena de suspensão do pagamento dos valores rescisórios até que seja efetuado o exame, d. Fica a contratada obrigada a cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho da Prefeitura Municipal de Cáceres, e. Fica a contratada obrigada a realizar os exames ocupacionais sempre que solicitado pela Prefeitura Municipal de Cáceres.

Cláusula 10ª: Das obrigações;

a. Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b. Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos; c. Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, 20 horas aulas e a hora atividade conforme o decreto 688/2022, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; d. Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade; e. Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral; f. Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; g. Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; h. Entregar planejamento anual conforme o cronograma estabelecido pelo gestor, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação; i. Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático; j. Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo; k. Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar; l. Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos; m. Avaliar e registrar o desempenho dos alunos; n. Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação; o. Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre; p. Participar da formulação das políticas educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público Municipal de Educação Básica; q. Desenvolver a regência efetiva; r. Executar tarefa de recuperação de alunos; s. Desenvolver pesquisa educacional; t. Participar dos programas de formação profissional; u. Participar da formação continuada da instituição escolar; v. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; w. Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa; **x.** Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** y. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 11ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 12ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 13ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 14ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 15ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 16ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 20 de Setembro de 2023.

_____

CONTRATADO (A)

_____

FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL
ERRATA AO TERMO DE COLABORAÇÃO 03/2023-SSAAP

ERRATA AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03/2023-SSAAP, celebrado entre o SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL e a ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - ASCARC.

Haja vista constatação de erro material na numeração do Termo de Colaboração, faz-se a seguinte correção:

ONDE SE LÊ:

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2023-SSAAP.

LEIA-SE:

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03/2023-SSAAP.

Os demais termos e condições do Termo de Colaboração Nº 03/2023-SSAAP, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso em 08 de agosto de 2023, permanecem inalterados.

Cáceres/MT, 20 de setembro de 2023.

JÚLIO CÉZAR PARREIRA DUARTE

Diretor Executivo

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
DECRETO Nº 555 DE 21 DE AGOSTO DE 2023 "DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO À ASSOCIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, inciso VIII e X, ambos da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO os preceitos da alínea "g", inciso I, do art. 100, c/c §3º, do art. 107, ambos da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº/2023, no corpo do Protocolo nº10.097/2023-1Doc no despacho 9, que opinou possibilidade jurídica da concessão da permissão de uso de bem público, mediante Decreto, a título precário com prazo determinado, pela ASSOCIAÇÃO ANTONIO CONSELHEIRO – PROJETO ASSENTAMENTO ANTONIO CONSELHEIRO COMUNIDADE LARANJEIRA;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo nº10.097/2023 de 18 de abril de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Fica outorgada à ASSOCIAÇÃO ANTONIO CONSELHEIRO – PROJETO ASSENTAMENTO ANTONIO CONSELHEIRO COMUNIDADE LARANJEIRA, s/n CEP 78.200-000, Zona Rural, município Cáceres/MT, inscrita no CNPJ nº03.392.344/0001-81, representado pelo seu Presidente, Srº JOÃO BATISTA DIAS, brasileiro, casado, agricultor familiar, portador do CPF nº 730.013.761-04, Registo Geral nº11997532 SSP/MT, residente e domiciliado no sitio SEMENTE DO FUTURA, ESTRADA L , Assentamento Laranjeira, zona rural, município de Cáceres, Mato Grosso, objeto **01 (hum) TANQUE RESFRIADOR**, **RP 898672, série 3214** - objetiva a permissão de uso do Bem Público à titulo precário e gratuito, pelo Permitente à Permissionária. **Parágrafo único. A presente permissão é feita em caráter gratuito e precário, vedada outra destinação para o seu uso que não a especificada, sob pena de imediata reversão da posse à Administração.**

Art. 2º A permissão de uso será formalizada mediante Termo de Permissão de Uso de Bem Público Municipal, a ser lavrado obedecendo as seguintes cláusulas:

I- A natureza gratuita da permissão; **II-** A proibição da transferência a qualquer título a quem quer que seja, dos direitos decorrentes da permissão; **III-** A proibição da modificação do uso a que se destina, sem expressa e escrita concordância da administração; **IV-** Que as manutenções sejam comunicadas à Administração; **V-** A plena rescindibilidade de permissão por ato administrativo da Administração Municipal, sem que fique com isto obrigada a pagar a permissionária indenização de qualquer espécie: **a)** A qualquer momento em que o bem seja necessário a Administração Pública; **b)** Quando ocorrer inadimplemento de qualquer das cláusulas do respectivo termo administrativo de permissão de uso de bem público. **Parágrafo único.** A revogação da permissão de uso em razão de qualquer dos itens anteriormente mencionado implicará no imediato retorno do bem ao Patrimônio Municipal. **Art. 3º** O permissionário, à sua exclusiva expensas, é o responsável pelo uso idôneo do bem, pela manutenção integral, bem como por eventuais danos que nele ou em terceira pessoa venham a sofrer face à sua utilização. **Art. 4º** O presente Termo de Permissão de Uso de Bem Público terá prazo de validade de 02 (dois) anos, contados a partir da data de sua assinatura, poderá ser renovado, mediante interesse institucional quando solicitado no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término da vigência, por igual período, por uma vez. **Art. 5º** Fica reservada à Administração Pública Municipal, a qualquer tempo, a faculdade de retornada do bem, por infração a qualquer dispositivo deste Decreto ou de Cláusulas do Termo firmado, bem como por interesse público e /ou conveniência administrativa, sem que assista ao Permissionário qualquer direito de indenização ou retenção, bastando para tanto a notificação administrativa com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, independente de notificação judicial. **Art. 6º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Prefeitura Municipal de Cáceres, 21 de agosto de 2023. **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS** Prefeita Municipal de Cáceres

DOMINGOS OLIVEIRA SANTOS

Secretário Municipal de Agricultura

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Aprova o Edital nº 02-Retificação do Edital nº 01/2023 de convocação de chamada pública para seleção de entidades representantes da sociedade civil para composição do Conselho Municipal de Habitação de Cáceres/MT – CMH, gestão 2023/2025.

O Conselho Municipal de Habitação – CMH no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Municipal n.° 2.165 de 30 de dezembro de 2008, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária no dia 23 de agosto de 2023, com registro em Ata nº 176, resolve,

Art. 1°- Aprovar por unanimidade o Edital nº 02 – Retificação do Edital nº01/2023-CMH de convocação para a composição do Conselho Municipal de Habitação – CMH do município de Cáceres-MT, gestão 2023/2025.

EDITAL Nº 002 – RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2023

Conselho Municipal de Habitação - CMH

EDITAL Nº 002 DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001 DE CONVOCAÇÃO DE CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DAS ENTIDADES REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH DO MUNICÍPIO DE CÁCERES, GESTÃO 2023/2025

A Presidente da Comissão Eleitoral para recomposição do Conselho Municipal de Habitação - CMH, Biênio 2023/2025, no uso de sua competência legal que lhe é conferida pela Resolução CMH nº 05 de 23 de agosto de 2023 e a Resolução nº 06 de 23 de agosto de 2023 que dispõe e torna público o ato do referido Edital nº001,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar o seguinte item do Edital nº 001 de chamada de convocação de chamada pública para seleção das Entidades representantes da Sociedade Civil para a composição do Conselho Municipal de Habitação - CMH do município de Cáceres, gestão 2023/2025.

Considerando a alteração do cronograma da seguinte forma:

Onde se-lê:

1. DAS NORMAS GERAIS

1.1 (...);

1.2 (...)

1.3 (...)

1.3.1 (...)

1.4 (...);

1.5 A Assembleia Geral para seleção das entidades representante da Sociedade Civil e Movimentos Populares para a Gestão 2023-2025 do Conselho Municipal de Habitação – CMH será no **dia 05/10/2023 (Terça-Feira), às 15h00min**, tendo como local o Auditório da Unidade de Controle Social, anexo com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, situada na Avenida Brasil, 119-COC, Cáceres – MT;

3. DA HABILITAÇÃO DAS ENTIDADES AO PROCESSO DE SELEÇÃO

3.1 A habilitação das entidades no processo de seleção será feita de acordo com os requisitos deste regulamento e dentro do seguinte cronograma:

3.2 Período de inscrição: da data da publicação até o **dia 29/10/2023 (Sexta-Feira);**

3.3 Horário de inscrição: das **09hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17hs**;

3.4 Local de inscrição: Auditório da Unidade de Controle Social, anexo com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – Avenida Brasil 119-COC – Cáceres-MT;

3.5 Período do sorteio/eleição das entidades, **05/10/2023 das 15hs às 16:30hs**, no Auditório conforme o item 1.5.

Leia-se:

1. DAS NORMAS GERAIS

1.1 (...)

1.2 (...)

1.3 (...)

1.3.1 (...)

1.4 (...)

1.5 A Assembleia Geral para seleção das entidades representante da Sociedade Civil e Movimentos Populares para a Gestão 2023-2025 do Conselho Municipal de Habitação – CMH será no **dia 13/10/2023 (Sexta-Feira), às 15h00min**, tendo como local o Auditório da Unidade de Controle Social, anexo com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, situada na Avenida Brasil, 119-COC, Cáceres – MT;

3. DA HABILITAÇÃO DAS ENTIDADES AO PROCESSO DE SELEÇÃO

3.1 A habilitação das entidades no processo de seleção será feita de acordo com os requisitos deste regulamento e dentro do seguinte cronograma:

3.2 Período de inscrição: da data da publicação até o **dia 10/10/2023 (Terça-Feira);**

3.3 Horário de inscrição: das **09hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17hs**;

3.4 Local de inscrição: Auditório da Unidade de Controle Social, anexo com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – Avenida Brasil 119-COC – Cáceres-MT;

3.5 Período do sorteio/eleição das entidades, **13/10/2023 das 15hs às 16:30hs**, no Auditório conforme o item 1.5.

Art. 2° - Esta resolução entra em vigor a partir da data da publicação.

Cáceres/MT, 23 de agosto de 2023.

Letícia de Campos de Paula

Presidente da Comissão Eleitoral – CMH

Resolução nº05/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RH
DECRETO DE Nº 4.207 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A INTERRUPÇÃO DAS FÉRIAS DA SERVIDORA **JANAINA JOSÉ DA SILVA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições.

CONSIDERANDO o teor do ofício de nº 197/2023/SMS/GAB protocolado na data 20 de setembro de 2023.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica "interrompido" o período de Férias da servidora **Janaina José da Silva**, que exerce o cargo de **Gerente Administrativo do Hospital Municipal**, lotada junto a **Secretaria Municipal de Saúde**, desta Prefeitura Municipal, de acordo com o Art. 84 da Lei Complementar nº. 001 de 13 de dezembro de 1.993**.**

Art. 2º - Fica revogada em partes a Portaria de nº. 446 de 01 de setembro de 2023.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 20 de setembro de 2023.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RH
PORTARIA DE Nº 476 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

*"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS PARAO SERVIDOR **MAURO HUMBERTO MARQUES QUEIROZ** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do Requerimento protocolado pelo servidor na data 25 de agosto de 2023.

RESOLVE:

I –Conceder, na forma dos dispositivos legais supramencionados, as ***"Férias"*** ao servidorrelacionado na tabela abaixo e seus respectivos períodos aquisitivos, com efeitos retroativos do dia 01 de setembro de 2023.

Nº	MAT	SERVIDOR	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
01	2039	MAURO HUMBERTO MARQUES QUEIROZ	11.03.2023 A 11.09.2023	05.09.2023 A 24.09.2023

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra - se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 20 de setembro de 2023.

JOSE BUENO VILELA

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÕES RH SEMED
PORTARIA DE Nº 475 DE 18 DE SETEMBRO DE 2023

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DOS SERVIDORES RELACIONADOS ABAIXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo nº 003/2022 e Chamadas Públicas.

CONSIDERANDO o teor do Edital de Convocação.

RESOLVE

I – Contratar os servidores relacionados na tabela para exercerem as respectivas funções junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** desta Prefeitura Municipal.

Ord.	Matricula	Nome	Cargo	Localidade
01	5007	Dione Ru ra Awe	AAE/Nutrição	Área Indígena
02	5006	José Fábio We Ru Tsere U Ra Xavante	Professor	Área Indígena
03	5008	Silverio Tsi Eihomowe	Professor	Área Indígena

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 18 de setembro de 2023.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
COMUNICADO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

O **Departamento de Licitações** unidade vinculada à Secretaria Municipal de Administração, na qualidade de órgão gerenciador, vem por meio deste informar aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal que realizará processo licitatório na **modalidade pregão**, na **forma eletrônica**, do tipo **menor preço**, para **registro de preços**, objetivando a **Aquisição de medicamentos não previstos na atenção básica oriundos de ordem judicial da farmácia de alto custo**, nos termos do artigo 454 do Decreto Municipal nº 56/2023.

O órgão ou entidade interessada poderá manifestar o interesse em ser participante do registro de preços dentro do prazo de **08 (oito) dias úteis**, nos termos do artigo 456 do Decreto Municipal nº 56/2023, a partir da comunicação formal.

Para fins de participação o órgão ou entidade deverá encaminhar até o dia **02/10/2023** suas intenções, no e-mail: **licitacao@camponovodoparecis.mt.gov.br**, com os seguintes documentos:

a) Solicitação de Despesa com a especificação do objeto, juntamente com o Estudo Técnico Preliminar, com justificativas da sua necessidade; **b)** Estimativa de consumo; **c)** Local de entrega **d)** Cronograma de contratação, quando couber

Mais informações podem ser obtidas pelos telefones (65) 3382-5108.

Campo Novo do Parecis – MT, 20 de setembro de 2023.

Tarcísio Nascimento da Silva

Agente de Contratação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 069/2023

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 069/2023

Recebimento das propostas: a partir do dia 21 de setembro de 2023, às 08:00 horas.

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: dia 09 de outubro de 2023, às 08:00 horas.

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: dia 09 de outubro de 2023, às 09:00 horas.

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: dia 09 de outubro de 2023, às 09:05 horas.

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de gás para cozinha, refrigerante, água e gelo.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: https://bllcompras.com/ Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5108, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 20 de setembro de 2023**.**

_____

Márcio Antão Canterle

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo 02 Contrato nº 69/2021

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x **COGESAN – COMPANHIA GERENCIADORA DE SANEAMENTO EIRELI,** inscrita no CNPJ 22.580.606/0001-86

Objeto: O termo de aditivo tem por objeto realizar a prorrogação contratual, e reajuste do Contrato de Prestação de Serviços nº 069/2021. Prorroga-se a vigência por 12 (doze) meses, de 22 de setembro de 2023 a 21 de setembro de 2024.

Valor: Fica concedido o reajuste do valor contratual no percentual de 1,00% (em centésimos por cento) de acordo com o item 4.12 da **CLÁUSULA QUARTA** do Contrato, desta forma o presente aditivoterá o valor de R$ 39.337,92 (trinta e nove mil, trezentos e trinta e sete reais e noventa e dois centavos).

Dotações Orçamentárias:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade: 007 – departamento de Água, Esgoto e serviços urbanos

Programática: 07.007.17.512.0006.20049.3390400000

Fonte de Recurso: 1.5.00.0000000

Procedimento Licitatório: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2021

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
COMUNICADO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

O **Departamento de Licitações** unidade vinculada à Secretaria Municipal de Administração, na qualidade de órgão gerenciador, vem por meio deste informar aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal que realizará processo licitatório na **modalidade pregão**, na **forma eletrônica**, do tipo **menor preço**, para **registro de preços**, objetivando a **Aquisição de material de limpeza, higiene, copa e cozinha**, nos termos do artigo 454 do Decreto Municipal nº 56/2023.

O órgão ou entidade interessada poderá manifestar o interesse em ser participante do registro de preços dentro do prazo de **08 (oito) dias úteis**, nos termos do artigo 456 do Decreto Municipal nº 56/2023, a partir da comunicação formal.

Para fins de participação o órgão ou entidade deverá encaminhar até o dia **02/10/2023** suas intenções, no e-mail: **licitacao@camponovodoparecis.mt.gov.br**, com os seguintes documentos:

a) Solicitação de Despesa com a especificação do objeto, juntamente com o Estudo Técnico Preliminar, com justificativas da sua necessidade; **b)** Estimativa de consumo; **c)** Local de entrega **d)** Cronograma de contratação, quando couber

Mais informações podem ser obtidas pelos telefones (65) 3382-5108.

Campo Novo do Parecis – MT, 20 de setembro de 2023.

Tarcísio Nascimento da Silva

Agente de Contratação

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 210, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023.

REPUBLICADO PARA CORREÇÃO

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária Nº. 2.407/2022 e Lei Nº 2.369/2022 - LDO.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 60.650,00 (sessenta mil, seiscentos e cinquenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.302.0010.20091	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS AÇÕES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
3.1.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.1002000.000	Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício	R$	4.550,00
10.302.0010.20092	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SAMU		
3.1.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.1002000.000	Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício	R$	6.700,00
10.305.0012.20100	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A VIGILÂNCIA AMBIENTAL		
3.1.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.1002000.000	Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício	R$	47.000,00
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		
08.244.0013.20104	MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASS. SOCIAL - CRAS		
3.1.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	2.400,00
	TOTAL	R$	60.650,00

Art. 2º. Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotação Orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional aberto no artigo 1º deste Decreto, onera o limite estabelecido no Art. 6º da Lei Orçamentária nº 2.407/2022-LOA.

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.122.0008.20084	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE SAÚDE		
3.1.90.00.00.00	**Aplicações diretas**		
1.500.1002000.000	Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício	R$	47.000,00
10.302.0010.20091	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS AÇÕES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
3.1.91.00.00.00	**Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social**		
1.500.1002000.000	Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício	R$	4.550,00
10.302.0010.20092	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SAMU		
3.1.90.00.00.00	**Aplicações diretas**		
1.500.1002000.000	Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício	R$	6.700,00
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		
08.244.0013.20104	MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASS. SOCIAL - CRAS		
3.1.91.00.00.00	**Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social**		
1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	2.400,00
	TOTAL	R$	60.650,00

Art. 3º. As alterações constantes deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Pla-

no Plurianual para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal nº 2.369, de 03 de outubro de 2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 – LDO, e a Lei Municipal nº 2.407 de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023 – LOA.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 18 de setembro de 2023.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 202, DE 05 DE SETEMBRO DE 2023.

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária Nº. 2.407/2022 e Lei Nº 2.369/2022 - LDO.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 1.013.342,25 (um milhão, treze mil e trezentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**		
001	GABINETE DA SECRETARIA DE FINANÇAS		
04.129.0002.20016	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
2.500.0000000.000	Recursos ordinários - exercício anterior	R$	27.000,00
06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER**		
001	GABINETE DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER		
04.131.0002.20134	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICAÇÕES		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	6.342,25
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**		
002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
04.122.0005.20040	MANUTENÇÃO COM A FROTA MUNICIPAL		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	50.000,00
26.782.0005.10021	CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS		
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	60.000,00
26.782.0005.20047	MANUTENÇÃO DE PONTES E BUEIROS		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	160.000,00
09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**		
002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
12.365.0007.10039	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS - EDUCAÇÃO INFANTIL		
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.1001000.000	Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício	R$	180.000,00
12.306.0007.20062	MANUTENÇÃO COM MERENDA ESCOLAR		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	500.000,00
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.122.0008.20084	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE SAÚDE		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.1002000.000	Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício	R$	10.000,00
10.302.0010.20091	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS AÇÕES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
3.3.50.00.00.00	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos		
1.500.1002000.000	Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício	R$	20.000,00
	TOTAL	R$	1.013.342,25

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotação Orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional aberto no artigo 1º deste Decreto onera o limite estabelecido no inciso I do Art. 5º da Lei Orçamentária nº 2.407/2022-LOA.

04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**		
002	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO		
04.129.0002.20018	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CENTRAL DE ARRECADAÇÃO		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
2.500.0000000.000	recursos ordinários - exercício anterior	R$	27.000,00
06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER**		
001	GABINETE DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER		
27.122.0002.20035	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	6.342,25
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**		
002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
15.452.0005.10022	CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA E CEMITÉRIO MUNICIPAL		
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	60.000,00
15.451.0005.20045	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		

1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	80.000,00
15.451.0005.20048	MANUTENÇÃO DA USINA DE ASFALTO		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	30.000,00
15.451.0005.20127	MANUTENÇÃO DO TRÂNSITO URBANO		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	100.000,00
09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**		
002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
12.361.0007.10037	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES - ENSINO FUNDAMENTAL		
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	500.000,00
1.500.1001000.000	Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício	R$	180.000,00
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.131.0008.20133	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICAÇÕES		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.1002000.000	Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício	R$	10.000,00
10.302.0010.10070	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DIAGNÓSTICO DE IMAGEM - CDI		
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.1002000.000	Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício	R$	10.000,00
10.302.0010.20148	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM CENTRO DE ESPECIALIDADES		
3.3.50.00.00.00	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos		
1.500.1002000.000	Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício	R$	10.000,00
	TOTAL	R$	1.013.342,25

Art. 3º. As alterações constantes deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal nº 2.369, de 03 de outubro de 2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 – LDO, e a Lei Municipal nº 2.407 de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023– LOA.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 05 de setembro de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTAO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 52/2023

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS AO ROTARY CLUBE DE CAMPO NOVO DO PARECIS, PARA APOIO FINANCEIRO AO PROJETO “2º TORNEIO BENEFICENTE DE VOLEI DE AREIA”, COM RECURSOS ORIUNDO DE EMENDA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

O artigo 29, da Lei 13.019/2014, dispõe acerca da inexigibilidade do Chamamento Público, *in verbis*:

“Art. 29. Os termos de colaboração ou de **fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais** e os acordos de cooperação **serão celebrados sem chamamento público.**

Considerando a exposição dos motivos exarados no Plano de Trabalho encaminhado pelo ROTARY CLUBE de Campo Novo do Parecis, inscrita no CNPJ de nº 03.615.736/0001-62, em anexo ao Ofício14/2023 em conformidade com o artigo 29 da Lei 13.019/2014, **TORNO PÚBLICA** a inexigibilidade de Chamamento Público para formalização do Termo de Fomento com o ROTARY CLUBE de Campo Novo do Parecis, para apoio financeiro ao projeto“2º TORNEIO BENEFICENTE DE VOLEI DE AREIA”, para aquisição de bolas, redes e demarcações de quadra, aquisição de insumos e na distribuição de premiação em dinheiro para o 1º, 2º e 3º lugar, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem pagos em uma única parcela.

O valor arrecadado do desenvolvimento do torneio beneficente de vôlei de areia será revertido para atender o projeto social da Cia da Almas, em parceria com o Rotaract, que tem finalidade de atender crianças do bairro Jardim das Palmeiras.

Por fim, encaminhem-se os autos ao Departamento Legislativo para as medidas previstas no § 1º do artigo 32 da Lei 13.019/2014.

Campo Novo do Parecis/MT, 15 de setembro de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 53/2023

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO para repasse de recursos financeiros a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE para o **"Projeto Aquisição de Caderno e Agendas Personalizados",** com recursos oriundos do Fundo Municipal da Criança e Adolescente - FMDCA.

O caput do artigo 31, da Lei 13.019/2014, dispõe acerca da inexigibilidade do Chamamento Público, in verbis:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, (...)

Considerando a exposição dos motivos exarados pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Campo Novo do Parecis, inscrita no CNPJ de Nº 01.657.456/0001-91, no memorando nº 087/2022, em conformidade com o artigo 31 da Lei 13.019/2014, **TORNO PÚBLICA** a inexigibilidade de Chamamento Público para formalização do Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Campo Novo do Parecis, para o **"Projeto Aquisição de Cadernos e Agendas Personalizados"**, com recursos oriundos do Fundo Municipal da Criança e Adolescente – FMDCA, no valor de R$ 17.275,00 (dezessete mil e duzentos e setenta e cinco reais), a serem pagos em uma única parcela.

Encaminhem-se os autos ao Departamento Legislativo para as medidas previstas no § 1º do artigo 32 da Lei 13.019/2014.

Campo Novo do Parecis/MT, 19 dias do mês de setembro de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
"CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE FUTSAL 2023" EDITAL 002/2023

Edital 002/2023

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, por intermédio da Secretaria de Esportes e Lazer, lança a edição do "CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL 2023**".**

A Secretaria Municipal de Esportes estará realizando o Campeonato Municipal de Futsal, este será realizado no Ginásio João Laurindo da Silva na cidade de Campo Novo do Parecis – MT, a partir de 20/09/2023, com a liberação das inscrições das equipes.

Com inscrições abertas entre os dias **20/09 a 22/09/2023**, tem por objetivo fomentar as atividades esportivas em nosso município, trazendo saúde e lazer aos participantes do campeonato, também momentos de lazer as famílias camponovense.

Os jogos serão realizados de segunda a domingo a partir das 19:00hs conforme horários disponíveis do Ginásio Municipal João Laurindo da Silva e Ginásio Municipal Delmir Rosa no bairro jardim das Palmeiras.

CAPÍTULOI–DO CAMPEONATO

Art.1 – O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL 2023 seguirá o seguinte cronograma;

CAPÍTULOII – DOCRONOGRAMA

	ETAPAS	PERÍODO
01	Publicação do Regulamento	20/09/2023
02	Período de inscrição	20/09 a 22/09/2023
03	Encerramento das inscrições	22/09/2023
04	Período dos Jogos - Início	25/09/2023

Obs: As regras do jogo serão regidas pela Confederação Brasileira de Futsal – CBFS (regras atualizadas 2023)

CAPÍTULOIII –DA PARTICIPAÇÃOE DASINSCRIÇÕES

Art. 2 - O campeonato está voltado para todas as equipes, com seus residentes na cidade de Campo Novo do Parecis, com idade mínima de 18 anos.

Art. 3 - As inscrições são gratuitas e poderão ser feitas no período de 20 de setembro a 22 de setembro de 2023, presencialmente na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

Art. 4 - O time poderá inscrever atletas de outro município;

Art. 5 - Todas as equipes da cidade de Campo Novo do Parecis e seus jogadores residentes ou não no município, sendo elas maiores de 18 anos.

Art. 6 - Menores de 18 anos deverão ter autorização dos pais isentando a organização de qualquer eventual responsabilidade. Será cobrado documento assinado pelo responsável legal do atleta autorizando a sua participação no campeonato.

As Inscrições Serão Realizadas presencialmente na Secretaria Municipal de Esportes;

O representante do time deverá encaminhar os seguintes documentos para a inscrição:

Cópia do CPF; Cópia do RG; Comprovante de Endereço em nome do representante do time; Cópia de comprovante de contra bancária **Presencial**: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, situado à Avenida Mato Grosso,1.072NE–Centro, de segunda a sexta das 07 às 11h,e das13h às17h. A inscrição deverá ser realizado por um único representante de cada equipe; A inscrição das atletas ficará liberada até o último jogo da equipe da primeira fase; Cada equipe pode inscrever no máximo 15 atletas; Não será aceito como comprovante de residência, declaração ou certidão negativa de MEI (Micro Empreendedor Individual). Estarão abertas as inscrições no dia do jogo de cada equipe, sendo que o atleta deve levar um dos documentos descritos acima e apresentar para a equipe de arbitragem registrar uma foto para arquivamento O procedimento descrito acima, só será aceito até o último jogo da primeira fase. Uma vez inscrito um jogador, o mesmo não poderá ser substituído em hipótese alguma. Se caso houver dúvida do domicílio de algum atleta, será cobrado a apresentação de um dos seguintes documentos: -Título de eleitor do município de Campo Novo. – Comprovante de residência no nome do atleta (conta de água, energia ou internet) Atestado de frequência Escolar – Carteira de trabalho assinada por empresa fixada em Campo Novo. (antes do início da competição). A apresentação do comprovante de residência do atleta, caso tenha alguma reclamação por alguma equipe que se sinta prejudicada será no prazo de 24h após o término do seu último jogo pela equipe autuada. Caso fique comprovado a irregularidade do atleta, a equipe perderá os pontos da partida, ficando o placar de 1x0 para a outra equipe, ELIMINANDO a equipe da competição. - O WXO SERÁ COMPUTADO COMO JOGO NORMAL PARA FINS DE PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO.

Categoria Livre Masculino

Estará apto a jogar, todo e qualquer atleta acima de 18 nos, residente no município de Campo Novo do Parecis, ou que comprove por meios estabelecidos no regulamento sua residência no município. - Será permitido a participação de APENAS DOIS (2) atletas de fora do município, desde que esses atletas joguem pelo menos um jogo da primeira fase. Se caso esses atletas não jogarem pelo menos um jogo da primeira fase e sua equipe classificar para a fase eliminatória, sua equipe caso vença a partida, perderá os pontos do jogo e consequentemente será eliminada da competição. Categoria Veterano Masculino Será obrigatório documento com foto para comprovação da idade apenas no primeiro jogo que o atleta jogar. O ano base para a categoria veterano masculino será 1985 a baixo, (será permitido a inscrição de 2 (dois) atletas ano base 86 ou 87). Sendo permitida a participação de APENAS DOIS (2) atletas de fora do município, desde que esse atleta jogue pelo menos um jogo da primeira fase. Se caso esses atletas não jogarem pelo menos um jogo da primeira fase e sua equipe classificar para a fase eliminatória, sua equipe caso vença a partida, perderá os pontos do jogo

e consequentemente será eliminada da competição. Categoria Feminina Livre Será permitida a participação de APENAS DUAS (2) atletas de fora do município, desde que essas atletas joguem pelo menos um jogo da primeira fase. Se caso essas atletas não jogar pelo menos um jogo da primeira fase e sua equipe classificar para a fase eliminatória, sua equipe caso vença a partida, perderá os pontos do jogo e consequentemente será eliminada da competição. **Paragrafo Único** – O Congresso técnico acontecerá dia 22 de setembro de 2023 as 19:00hs no Ginásio João Laurindo. **Art. 7 – DAS REGRAS** Serão seguidas as regras da (CBF) confederação brasileira de futebol. com alteração no tempo de jogo durante a primeira fase, sendo de 2 tempos de 45 minutos com intervalo de 15 minutos. **Art. 8 – DOS RECEBIMENTOS DE CARTÕES** A atleta que acumular 3 (três) cartões amarelos estará automaticamente suspenso por 1 jogo, sendo responsabilidade da equipe a verificação do cartão, o atleta que jogar com três cartões a equipe estará automaticamente desclassificada sendo fase mata- mata. sendo fase classificatória dar-se o resultado de 1 a 0 para outra equipe, porém não desclassifica a mesma, cartão vermelho estará automaticamente suspenso 1 jogo eliminando outros cartões que o atleta tenha tomado.

Art. 9 – DAS PENALIDADES

Casos de agressão entre atletas estes envolvidos estarão eliminados da competição e serão julgados pela comissão julgadora, podendo ter suspensão de 3 meses a 1 ano de eventos realizados pela secretaria municipal de esportes

Casos de agressão e insultos ou ameaças a árbitros e comissão organizadora, o caso será julgado podendo ser suspenso de 6 meses á 1 ano.

Qualquer evento relatado em súmula pela comissão de arbitragem, será registrado na súmula do jogo e estará disponível para os times 24hs depois da partida.

Os atletas e dirigentes das equipes poderão sofrer penalidades durante todo o tempo da competição, mesmo por ocorrências fora dos locais dos jogos. em caso de atletas, técnicos, massagistas, auxiliares interferirem propositalmente na trajetória da bola durante a realização de uma partida ou agredirem atletas ou arbitragem, paralisará a partida encerando dando vitória a outra equipe por 1 a 0 sendo fase de classificação a equipe estará eliminada.

Qualquer evento relatado em súmula pela comissão de arbitragem, será registrado na súmula do jogo e estará disponível para os times 24hs depois da partida.

Art. 10 – DO DESEMPATE DENTRO DA CHAVE

1-Maior n° de Pontos somados;

2-Confronto direto;

3-Maior n° de Gols feitos;

4-Menor n° de Gols sofridos;

5-Maior Saldo de gols. (gols feitos menos gols sofridos)

6-Sorteio.

7-Em caso de empate triplo, será mantido os critérios a cima de todos resultados do grupo, assim será definido o classificado.

Art. 11 – DO DESEMPATE E CLASSIFICAÇÃO GERAL

1-Maior n° de Pontos somados;

2-Confronto direto;

3-Maior n° de Gols feitos;

4-Menor n° de Gols sofridos;

5-Maior Saldo de gols. (gols feitos menos gols sofridos)

6-Sorteio.

7-Em caso de empate triplo, será mantido os critérios a cima de todos resultados do grupo, assim será definido o classificado.

Parágrafo único - ATLETAS COM PUNIÇÕES CORRENTES

Atletas punidos em outras competições, não podem participar dessa competição.

Se os mesmos atuarem para algum time, e esse time tiver ganho o jogo, dar-se resultado de 3 a 0 para o outro time se o resultado for maior para o time prejudicado. mantem – se o resultado.

Art.12-Paraqueocandidatoefetuesuainscrição,énecessário:

a) Entregar a ficha de inscrição; **b)** Apresentar cópias dos documentos pessoais RG e CPF; **c)** Apresentar comprovante de residência no Município; **d)** Entregar a declaração de cessão de uso da fotografia assinada(Anexo I);

Parágrafo único – As equipes deverão observar, obrigatoriamente, os seguintes itens:

a) A ficha de inscrição, não poderá sofrer alterações após terem sido entregues. **b)** Todos os documentos entregues no ato da inscrição, não serão devolvidos,ficandoarquivadoscompondooacervodaSecretariadeEsportes e Lazer. **c)** Todos os campos da ficha de inscrição devem ser preenchidos corretamente. Aorganizaçãodocampeonatonãoseresponsabilizapelaveracidadedasinformações,dadosincorretosenviadospeloparticipanteouproblemasnas informações, no caso de inscrição presencial. **CAPÍTULOIV -DAAVALIAÇÃO**

Art.13-Aescolhadasequipes que estarão participando será feita através da contratação de empresa especializada em arbitragem, conforme Ata Registro de Preços N° 016/2022 Pregão Presencial N° 05/2022, licitada por esta prefeitura, mantendo assim a imparcialidade e equidade aos competidores e equipes participantes.

Art.14-Serãopremiados os vencedores ao fim de todo o campeonato, após o termino de todos os jogos, observando os critérios de julgamento.

Art. 15- As decisões da Comissão Avaliadora são soberanas e não serão suscetíveis de recursos ou impugnações em qualquer etapa do campeonato.

CAPÍTULOV-DOS CRITÉRIOSDEJULGAMENTO

Art. 16– As inscrições que atenderem as condições previstas no capítulo III, serão avaliados pela Comissão Avaliadora da ata registro de preços licitada considerando os seguintes critérios:

Paragrafo Único – TIMES QUE QUISEREM ENTRAR COM RECURSO SOBRE ALGUMA IRREGULARIDADE DE OUTROS TIMES DEVEM ENTREGAR ESSE RECURSO POR ESCRITO A COMISSÃO ORGANIZADORA DO CAMPEONATO, JUNTAMENTE COM A QUANTIA DE 50Kg DE RAÇÃO CANINA, NO PRAZO DE ATÉ 24h APÓS O TÉRMINO DA PARTIDA. APÓS VENCIDO ESSE PRAZO NÃO SERÁ ACEITO O RECURSO DA EQUIPE. A RAÇÃO CANINA SERÁ DOADA PARA ASSOCIAÇÃO ABRIGO PELUDOS E CIA.

CAPÍTULOVI – DAPREMIAÇÃO

Art. 17– A premiação total será de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais), distribuídas na categoria livre masculino.

1ºLugar: 3.000,00 (três mil reais)

2ºLugar: 1.500,00(Um mil e quinhentos reais)

3ºLugar: 500,00(quinhentos reais)

Os valores correspondente de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) será distribuídos conforme as categorias do campeonato.

Art. 18- A dotação orçamentária, fonte do recurso que será utilizado para pagamento das premiações será a seguinte:

06 – Secretaria Municipal de Esportes e lazer

002 – Desporto Comunitário

27.812.0019.20036 – Manutenção das Atividades de Esportes e Lazer

3.3.90.31.00.00 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas e Desportivas

Reduzido 1918

Fonte – 15000000000

Será abatido da premiação o IRRF conforme tabela 2023 a baixo:

Base de cálculo	Alíquota	Dedução
de 0,00 até 1.903,98	isento	0,00
de 1.903,99 até 2.826,65	7,50%	142,80
de 2.826,66 até 3.751,05	15,00%	354,80
de 3.751,06 até 4.664,68	22,50%	636,13

O valor da inscrição para as equipes será ISENTO;

A Premiação será realizada ao termino dos jogos, após a empresa contratada licitada apresentar tabela de jogos e vencedores;

A prefeitura Municipal terá o prazo de 30 dias, após a publicação dos resultados em diário oficial do estado de Mato Grosso;

CAPÍTULOVII–DOSDIREITOS AUTORAISEDEIMAGEM

Art. 19- Pela adesão à presente convocatória, os participantes inscritos autorizam os organizadores do Campeonato Municipal De Futebol De Campo 2023 – Troféu João Laurindo, a utilizar as imagens das obras inscritas nos seguintes meios, sem ônus:

I – Site e edição impressa / digital da Prefeitura Municipal por tempo indeterminado; II–ExposiçõeseProjeçõesemeventospróprioseouparceiros,aqualquertempo;

III –Mídias Impressas e/ou Eletrônicas, exclusivamente para divulgação, a qualquer tempo, IV – Ficam os participantes cientes da utilização a cima prevista no momento da inscrição.

Parágrafo Único: a utilização das fotografias do Campeonato Municipal De Futebol De Campo 2023 – Troféu João Laurindo, não implica de nenhuma maneira em perda dos direitos autorais ou morais sobre as mesmas.

CAPÍTULOVIII -DISPOSIÇÕESFINAIS

Art.20-AComissãoJulgadoraésoberanaeaelacompeteavaliareresolveroscasosomissosnesteEdital,não cabendo recurso.

Art. 21- O não cumprimento de qualquer regra deste regulamento poderá causar, a critério da organização do Campeonato Municipal De Futebol De Campo 2023 – Troféu João Laurindo, a desqualificação da equipe inscrita;

Art. 22-Oatodeinscriçãonestecampeonatoimplicanaaceitaçãoeconcordânciacomtodosos itens deste regulamento.

Art. 23- Os participantes declaram, desde já, serem responsáveis pela autoria das informações encaminhadas.

Art.24-A informação de dados falsos ou o envio de fotos de outros documentos de implica em eliminação do time do campeonato.

Art.25- Serão sumariamente desclassificados os participantes que cometerem qualquer tipo de fraude comprovada.

Art. 26– A Prefeitura Municipal e a Secretaria de Esportes e Lazer reservam-se o direito de publicação e divulgação das fotografias, bem como a cessão de uso dos trabalhos a terceiros, sem qualquer tipo de ônus e sem a necessidade de notificação aos participantes, assegurada a divulgação da autoria e o reconhecimento dos devidos créditos, na forma do Art. 28º e seus incisos c/com Art. 79, §1o e 2o ambos da Lei 9.610/98(Lei de Direitos Autorais).

Art.27- Dúvidas podem ser enviadas pelo endereço eletrônico:

seme@camponovodoparecis.mt.gov.brgmail.com.

CampoNovodoParecis,19 de setembro de 2023.

DIANGELO HENRIQUE CECON

Secretário Municipal de Esportes e Lazer

Portaria Nº 753/2021

FICHADE INSCRIÇÃO			
Nome:			
Data de Nascimento:	Sexo: F( )	M ( )	
Endereço:			
Bairro:	Cidade:		
Celular:	E-mail:		
Nome do Time:			
Data do Registro:	Local:		

AoassinaraFichadeInscrição,oparticipanteconcordacomasregrasdopresenteEdital.

Campo Novo do Parecis, de de2023.

Assinatura

ANEXO01 DECLARAÇÃODE CESSÃO DEUSO DEIMAGEM
Eu, ,CPFnº ,RGnº , declaroque possuo os direitos autorais da fotografiaintitulada ,enviadaàSecretariadeEsportes e Lazer,equeautorizoseuusoeveiculação, semqualquerônus,emquaisquerpeçasjornalísticas ededivulgaçãodos eventosesportivos do município de Campo Novo do Parecis, em qualquer tempo. As imagens do campeonato aserutilizadasparareproduçãoparcialouintegral,comousemedição; distribuição;comunicaçãoaopúblico,taiscomoexibiçõeseexposições;utilizaçãonossites;eoutrasmodalidadesdeutilização existentesouquevenhamaser inventadas. Estou ciente de que a Secretaria de Esportes e Lazer dispõe da prerrogativa deutilização ou não das imagens, e de que a mesma não tem responsabilidade pelouso indevido de terceiros, que venham a utilizar a imagem em outros veículos semo consentimento do autor ou da Secretaria de Esportes e Lazer de Campo NovodoParecis.
CampoNovodoParecis, de de2023.
Assinatura

ANEXOII

TERMODEAUTORIZAÇÃODEUSODEIMAGEM

Eu, ,

portador(a)doCPF: AUTORIZOaPrefeituraMunicipalde Campo Novo do Parecis e Secretaria de Esportes e Lazer, a utilizar a minhaimagem, em todo e qualquer material entre imagens de vídeo e fotos. A presenteautorizaçãoéconcedidaatítulogratuito,abrangendoousodaimagemacimamencionada em todo território nacional e no exterior, podendo ser por meio impressooudigital semnenhumônusemqualquer tempo.

Estaautorizaçãonãogeraenãogeraránofuturoetambémnãoensejaráinterpretaçãode existir quaisquer vínculos ou obrigações trabalhistas, securitárias, previdenciária,indenizatória, ou mesmo empregatícia, entre o(a) cedente e a Prefeitura Municipal deCampoNovodoParecis eSecretaria de Esportes e Lazer.

DECLARO, portanto, que estou de acordo com essas imagens, que não violam osdireitosdeimagemedeprivacidadedocedente,equetenhociênciaqueestematerialconstituído por imagens pertence exclusivamente a Prefeitura Municipal de CampoNovo do Parecis e Secretaria de Esportes e Lazer que poderá usá-lo a seu exclusivocritério.

CampoNovodoParecis, de de2023.

Assinaturado(a)Cedente Assinaturado(a)fotógrafo(a)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 031/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: ***61.198.164/0001-60***

OBJETO: O processo de Inexigibilidade consiste na autorização para realização de despesas com o pagamento de valor correspondente a franquia pela cobertura do seguro estipulada no contrato de prestação de serviços **nº 64/2019**, Apólice nº **0531.17.2247011**, onde consta a cobertura do veículo **MASTER MINIBUS L3H2 - RENAULT, placa QCN-7376, CHASSI N° 93YMEN4XELJ999127**,**VAN-305**.

DO FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, caput, da Lei Federal 8.666/93**.**

VALOR TOTAL: R$ 364,00 (trezentos e sessenta e quatro reais).

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 031/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: ***61.198.164/0001-60***

OBJETO: O processo de Inexigibilidade consiste na autorização para realização de despesas com o pagamento de valor correspondente a franquia pela cobertura do seguro estipulada no contrato de prestação de serviços **nº 135/2022**, Apólice nº **0531 17 2283778**, onde consta a cobertura do veículo **FIAT DOBLO ESSENCE 1.8, 16V, FLEX, placa QBD8G08, CHASSI N° 9BD119609E1120668**, **VP-225**.

DO FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, caput, da Lei Federal 8.666/93.

VALOR TOTAL: ***R$ 201,00 (duzentos e um reais).***

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 759, DE 13 DE SETEMBRO DE 2023.

CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE AO SERVIDOR **LUCAS KOLLING.**

A Licença será concedida pelo período de **20 (vinte) dias**, com início em 15/08/2023 e término em 03/09/2023.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 758, DE 13 DE SETEMBRO DE 2023.

CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE AO SERVIDOR **JOSE WILSON TENORIO GUEDES.**

A Licença será concedida pelo período de **20 (vinte) dias**, com início em 10/09/2023 e término em 29/09/2023.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 778, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

EXONERA, A PEDIDO, O SENHOR **ROBERTO JOSE TOMAZ** DO CARGO EFETIVO DE **AGENTE OPERACIONAL DE SAÚDE.**

Exonerar, a pedido, a partir de 14 de setembro de 2023, o senhor **Roberto Jose Tomas**, CPF 452.283.101-34, nomeado através da Portaria nº 039 de 14 de janeiro de 2022, do cargo efetivo de **Agente Operacional de Saúde.**

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 776, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR DA PARCERIA E COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO FOMENTO 50/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RESOLVE:

Art. 1º Designar como Gestor da Parceria para acompanhar e fiscalizar a execução da parceria a ser celebrada decorrente do Termo de Fomento nº 50/2023 – Lei nº 13.019/2014, o seguinte membro:

I – ANELISE DO AMARAL – matrícula nº 6027.

Art. 3º Designar para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação para monitorar e avaliar a parceria a ser celebrada decorrente do Termo de Fomento nº 50/2023 – Lei nº 13.019/2014, os membros:

ANDRESSA CAROLLINY DA SILVA MARQUES – matrícula nº 4393;

MARIANE COSTA MOREIRA – matrícula nº 5667;

TABATA ENOAN CAVALCANTI SANTOS BEHLING – matrícula nº 2224;

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 19 dias de setembro de 2023.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTAO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 754, DE 12 DE SETEMBRO DE 2023.

REPUBLICADO PARA CORREÇÃO

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2023, DESIGNA OS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto na Ata nº 015/2023, lavrada em 12 de setembro de 2023;

o Memorando nº 754/2023, expedido pela Secretaria Municipal de Educação;

o Decreto Executivo 90/2023 e Lei n° 1433/2011;

o interesse público e a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão de Processo Administrativo nº 13/2023, em desfavor da empresa Edificadora Catarinense de Obras LTDA inscrita no CNPJ nº 02.534.169/0001-57, o motivo desta solicitação se baseia em razão da empresa não estar cumprindo com as obrigações pactuadas no contrato de empreitada por preço global nº 080/2021 firmado entre as partes, fatos narrados no memorando nº 754/2023, da Secretaria Municipal de Educação. Art. 2º Designar membros da Comissão, a saber: **Presidente:** Ewerton Smith Costa, matrícula funcional nº 4688; Membros: Geraldo Basto Ribeiro, funcional nº 836; **Membros:** Susana Henrique, matrícula funcional nº 1876.

Art. 3º A Comissão deverá realizar os trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias, com início a partir da data de publicação, podendo o prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa, devendo ao final dos trabalhos apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório conclusivo do referido processo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação .

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 12 dias do mês de setembro de 2023.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTAO CANTERLE Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 067/2023

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 067/2023

Recebimento das propostas: a partir do dia 21 de setembro de 2023, às 08:00 horas.

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: dia 06 de outubro de 2023, às 08:00 horas.

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: dia 06 de outubro de 2023 de 2023, às 09:00 horas.

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: dia 06 de outubro de 2023 de 2023, às 09:05 horas. (horário de Brasília - DF).

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa de engenharia para prestação de serviço comum de reforma e manutenção de pontes de madeira.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: https://bllcompras.com/ **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108, o edital na integra poderá ser retirado pelo site:** www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 20 de setembro de 2023**.**

_____

Márcio Antão Canterle

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 763, DE 14 DE SETEMBRO DE 2023.

NOMEIA A SENHORA **PRISCILLA GONÇALVES FEITOSA** PARA O CARGO EM COMISSÃO DE **DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL** VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Nomear**,** a partir de 13 de setembro de 2023, a senhora**Priscilla Gonçalves Feitosa** portadora do CPF sob nº 024.474.911-66, para o cargo em comissão Diretora Do Departamento De Vigilância Ambiental**,** vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 774, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023.

NOMEIA O SENHOR **JOSE ELIAS BALBINO DA SILVA** PARA O CARGO EM COMISSÃO DE **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GABINETE DE SAÚDE** VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Nomear**,** a partir de 21 de setembro de 2023, o senhor **Jose Elias Balbino da Silva** portador do CPF sob nº 028.839.784-33, para o cargo em comissão **Diretor do Departamento de Gabinete de Saúde,** vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

RECURSOS HUMANOS
DECRETO EXECUTIVO Nº 211, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES DO cargo de ***DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GABINETE DA SAÚDE****,VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 59, inciso VIII, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 13, da Lei Complementar nº 21, de 08 de abril de 2009;

CONSIDERANDO o Memorando nº 1168/2023 proveniente da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 129 de 03 de outubro de 2022;

CONSIDERANDO a necessidade administrativa.

DECRETA:

Art. 1º O cargo de **Diretor do Departamento de Gabinete da Saúde**, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, passa a ter as seguintes atribuições:

I. Monitorar e avaliar, com os demais profissionais de saúde, as necessidades de matérias e serviços de cada unidade/departamento;

II. Propor estratégias para utilização de gastos mensais e anuais com equipamentos, móveis, IPI's, materiais de expediente, copa/cozinha, gráfica entre outros;

III. Monitorar o consumo mensal de materiais utilizados pelas unidades de saúde;

IV. Auxiliar no departamento de compras para aquisição de materiais necessários das unidades de saúde para um bom andamento das mesmas;

V. Acompanhar, orientar e monitorar conserto e manutenção preventiva de equipamentos, móveis e imóveis das unidades de saúde;

VI. Contribuir para a implementação de políticas, estratégias e programas de saúde;

VII. Atuar na mediação de conflitos e resolução de problemas das unidades de saúde;

VIII. Estimular e realizar ações de promoção de segurança no trabalho, incluindo identificação, notificação e resolução de problemas relacionados ao tema;

IX. Potencializar a utilização de recursos físicos, tecnológicos e equipamentos existentes na Unidade de Saúde;

X. Qualificar a gestão da infraestrutura e dos insumos (manutenção, logística dos materiais, zelando pelo bom uso dos recursos e evitando o desabastecimento);

XI. Representar o serviço sob sua gerência em todas as instâncias necessárias e articular com demais atores da gestão e do território com vistas à qualificação do trabalho e da atenção à saúde realizada na Unidade de Saúde;

XII. Tomar as providências cabíveis quanto a ocorrências que interfiram no funcionamento da Unidade de Saúde;

XIII. E desempenhar outras atividades correlatas e afins direcionada da chefia imediata.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 18 dias do mês de setembro de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MÁRCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

Anexo I

QUADRO GERAL DOS ORGÃOS E CARGOS EM COMISSÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Órgão	Cargo
I - GABINETE DO PREFEITO	Prefeito
Gabinete do Prefeito	Diretor de Comunicação
Gabinete do Prefeito	Assistente de Comunicação
Gabinete do Prefeito	Diretor de Departamento de Convênios
Gabinete do Prefeito	Chefe de Gabinete do Governo Municipal
Gabinete do Prefeito	Chefe de Divisão de Eventos Culturais
Coordenador de Gabinete	Coordenador
Assessor Administrativo de Comunicação	Assessor
II - GABINETE DO VICE-PREFEITO	Vice-Prefeito
III - ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO	Assessor Jurídico
ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO	Assessor Jurídico
ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO	Assessor Jurídico

ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO	Assessor Jurídico
VI – CONTROLADORIA MUNICIPAL	Controlador
V – OUVIDORIA MUNICIPAL	Ouvidor Municipal
VI – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	Secretário
Coordenadoria de RH	Coordenador
Departamento de Legislação	Diretor
Departamento de Licitações	Diretor
Departamento de Compras	Diretor
Departamento de Recursos Humanos	Diretor
Coordenador de Conciliação do PROCON	Coordenador
Coordenador Executivo do PROCON	Coordenador
Diretor de Tecnologia	Diretor
Apoio Administrativo	Chefe
Divisão de Patrimônio de Bens Móveis	Chefe
Divisão de Apoio Administrativo	Chefe
Apoio em Tecnologia	Chefe
Divisão de Licitação	Chefe
Divisão de Almoxarifado	Chefe
Divisão de Compras	Chefe
Divisão de Conciliação	Chefe
Departamento de Compras	Chefe
Chefe de Divisão de Patrimônio de Bens Imóveis	Chefe
Assistente do Departamento de Compras	Assistente
VIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Secretário
Coordenadoria de Educação	Coordenador
Departamento de Ensino Fundamental	Diretor
Departamento Administrativo e Financeiro	Diretor
Departamento de Transporte Escolar	Diretor
Departamento de Educação Infantil	Diretor
Divisão de Programas e Convênios	Chefe
Divisão de Escrituração e Processo Escolar	Chefe
Recursos Humanos	Chefe
Divisão de Merenda e Material Escolar	Chefe
IX - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Secretário
Departamento de Recursos e Convênios	Diretor
Departamento de Gabinete da Saúde	**Diretor**
Coordenador do Departamento de Atenção Básica	Coordenador
Departamento de Vigilância Ambiental	Diretor
Departamento de Atenção Básica	Diretor
Divisão de Administração e Finanças	Chefe
Divisão do Gabinete da Saúde	Chefe
Divisão de Compras e Licitação	Chefe
Manutenção da Secretaria de Saúde	Chefe
Assistente do Gabinete da Saúde	Assistente
Assistente Administrativo da Saúde	Assistente
Assessor Jurídico	Assessor
X - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	Secretário
Assessor de Planejamento Orçamentário	Assessor
Coordenador Contábil e Financeiro	Coordenador
Departamento de Administração Tributária e Financeira	Diretor
Assessoria Técnica Contábil	Assessor
Departamento Financeiro e Tesouraria	Diretor
Departamento de Lançamento, Controle Tributário e Dívida Ativa	Diretor
Departamento de Administração	Diretor
Divisão de Apoio Administrativo	Chefe
Divisão de Controle e Cadastro Imobiliário	Chefe
Divisão de Execução Fiscal	Chefe
Divisão de Apoio Administrativo e Jurídico Fiscal	Chefe
Assistente Administrativo e Financeiro	Assistente
XI - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	Secretário
Departamento de Frotas e Oficinas	Coordenador
Coordenadoria de Infraestrutura	Coordenador
Assessor (a) Administrativo de Infraestrutura	Assessor
Departamento de Drenagem	Diretor
Divisão e Manutenção Elétrica	Diretor
Departamento Administrativo de Infraestrutura	Diretor
Departamento de Vias Públicas	Diretor
Departamento de Obras e Posturas	Diretor
Compras de Oficina	Diretor
Divisão de Manutenção Asfáltica	Chefe
Divisão de Manutenção Elétrica	Chefe
Administrativo de Infraestrutura	Chefe
Divisão de Controle e Análise Química da Água	Chefe

XII- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Secretário
Coordenadoria de Trabalho e Ação Social	Coordenador
Gestão Social	Diretor
Diretor do Sine	Diretor
Proteção Social Básica – CRAS	Diretor
Diretor de Divisão de Fomento e Trabalho	Diretor
Divisão de Apoio Administrativo	Chefe
Divisão de Apoio a Criança e ao Adolescente	Chefe
Divisão Administrativa de Proteção Social Especial	Chefe
Divisão de Apoio à Criança e Adolescente	Chefe
Divisão de Apoio Administrativo	Chefe
Proteção Social Especial	Chefe
Apoio Administrativo	Chefe
Apoio Administrativo	Chefe
Assistência da Divisão de Apoio à Criança e ao Adolescente – Educador	Assistente
Assistente da Divisão de Apoio à Criança e ao Adolescente	Assistente
Assistente da Divisão de Apoio à Criança e ao Adolescente Educador	Assistente
Assistente da Divisão de Apoio à Criança e ao Adolescente Cuidador	Assistente
Assistente da Divisão de Apoio à Criança e ao Adolescente Cuidador	Assistente
XIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE	Secretário
Departamento de Agricultura e Pecuária	Diretor
Gestão do Aeródromo Municipal	Diretor
Diretor de Paisagismo	Diretor
Divisão de Apoio Administrativo	Chefe
Chefe de Limpeza Urbana	Chefe
Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável	Chefe
Divisão de Indústria e Comércio	Chefe
Apoio de Fiscalização e Licenciamento de Obras	Chefe
Apoio Administrativo e Engenharia	Chefe
Apoio de Divisão de Engenharia Civil	Chefe
Analista de Meio Ambiente	Analista
Analista de Meio Ambiente	Analista
Analista de Meio Ambiente	Analista
Fiscal de Meio Ambiente	Fiscal
Fiscal de Meio Ambiente	Fiscal
XIV - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	Secretário
Departamento de Administração	Diretor
Divisão de Manutenção de Espaços Esportivos	Chefe
Apoio Administrativo de Eventos Esportivos	Chefe
Chefe de Divisão de Desporto	Chefe
Escolinha de Futebol	Treinador Desportivo
Escolinha de Basquetebol	Treinador Desportivo
Escolinha de Voleibol	Treinador Desportivo
Escolinha de Karatê	Treinador Desportivo
Projeto Escolinha – Dist. Mal Rondon	Treinador Desportivo
Escolinha de Futebol – Distrito Itamarati Norte	Treinador Desportivo
Escolinha de Handebol	Treinador Desportivo
Projeto Ginástica Aeróbica – Bairro Nossa Senhora Aparecida	Treinador Desportivo
Projeto Ginástica Aeróbica – Bairro Boa Esperança	Treinador Desportivo
Projeto Educador Físico Multidisciplinar	Treinador Desportivo
XV – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	Secretário
Departamento de Cultura	Diretor
Maestro	Maestro
Divisão de Gestão Administrativa	Chefe
Divisão de Planejamento e Fomento ao Turismo	Chefe
Chefe de Eventos	Chefe
Oficinas de Artes	Diretor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor

Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO

Ilustríssimo(a) Senhor (a) Representante Legal do(a): **ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S/A**

Referente à **FA: 51002001180000837**

Considerando a ciência deste Procedimento Administrativo à Reclamada ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ: 043103920092-83, **conforme fls. 22/29.**

Considerando a impossibilidade de notificação, pessoalmente ou por via postal, no endereço que consta nos autos da reclamação supra citada.

Considerando a previsão legal do artigo 9, VI, do Decreto Estadual nº 1590/2022, quanto à Notificação via Edital;

NOTIFICO Vossa Senhoria, representante legal do(a) ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A, para que apresente comprovante do pagamento da DAM – DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL.

Por ser verdade firmo o presente.

Campo Novo do Parecis-M/T, 19/09/2023.

_____ _____

Naiara Lopes Queiroz - Glenir Nogueira

Coordenadora Executiva do PROCON Cartório PROCON

Portaria 1118/2022 Matrícula 1885

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO

Ilustríssimo(a) Senhor (a) Representante Legal do(a): **COMPRAS CLUB – COMERCIO & IMPORTAÇÃO LTDA**

Referente à **FA: 51002001180000719**

Considerando a ciência deste Procedimento Administrativo à Reclamada COMPRAS CLUB – COMERCIO & IMPORTAÇÃO LTDA, CNPJ: 12.160.187/0001-70, **conforme fls. 42/49.**

Considerando a impossibilidade de notificação, pessoalmente ou por via postal, no endereço que consta nos autos da reclamação supra citada.

Considerando a previsão legal do artigo 9, VI, do Decreto Estadual nº 1590/2022, quanto à Notificação via Edital;

NOTIFICO Vossa Senhoria, representante legal do(a) COMPRAS CLUB – COMERCIO & IMPORTAÇÃO LTDA, para que apresente comprovante do pagamento da DAM – DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL.

Por ser verdade firmo o presente.

Campo Novo do Parecis-M/T, 19/09/2023.

_____ _____

Naiara Lopes Queiroz - Glenir Nogueira

Coordenadora Executiva do PROCON Cartório PROCON

Portaria 1118/2022 Matrícula 1885

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 074/2023/FUNSEM

PORTARIA Nº 074/2023, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

Concede férias a funcionário público que especifica.

O DIRETOR EXECUTIVO/GESTOR FINANCEIRO DO FUNSEM – FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, resolve**:**

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora Geissimar Joyce Veiga Mendes Máximo**,** relativo ao período aquisitivo de 09/02/2022 à 08/02/2023, com gozo em 18/09/2023 a 17/09/2023.

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de setembro de 2023.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis-MT

Sandro Silvio Cattaneo

Direto Executivo/Gestor Financeiro – FUNSEM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 068/2023

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 068/2023

Recebimento das propostas: a partir do dia 21 de setembro de 2023, às 08:00 horas.

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: dia 05 de outubro de 2023, às 08:00 horas.

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: dia 05 de outubro de 2023, às 09:00 horas.

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: dia 05 de outubro de 2023, às 09:05 horas.

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais de consumo hospitalar.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: https://bllcompras.com/ Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5108, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 20 de setembro de 2023**.**

_____

Márcio Antão Canterle

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE REVOGAÇÃO DO TERMO DE ADITIVO 01 E TERMO DE ADITIVO 02 DO CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL Nº 76/2023

O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CPNJ sob o n° 24.772.287/0001-36, com sede administrativa na Av. Mato Grosso, n° 66-NE, Centro, Campo Novo do Parecis MT, neste ato representado pelo atual Prefeito Municipal, **Sr. RAFAEL MACHADO**, brasileiro, casado, publicitário, portador do RG sob nº 50604225773 SSP/RS e inscrito no CPF sob o n° 929.162.010-68, residente e domiciliado na cidade de Campo Novo do Parecis/MT, **RESOLVE**, revogar os **Termo de Aditivo 01** e **Termo de Aditivo 02** publicados sucessivamente ao dia 30 de agosto de 2023, no Diário Oficial dos Municípios edição Ano XVIII Nº 4.309 pg. 78 e 31 de agosto de 2023, no Diário

Oficial dos Municípios edição Ano XVIII Nº 4.310 pg. 59, em razão do memorando nº 422/2023 da Secretaria Municipal de Educação, que justificou que devido a obra ser objeto do Convênio 0915/2020 firmado entre a Prefeitura de Campo Novo do Parecis e a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), os mesmos necessitam de avaliação e autorização do concedente para poderem ser publicados.

Ficando os mesmos cancelados em definitivo, não podendo gerar qualquer efeito a partir desta data.

Campo Novo do Parecis - MT, 19 de setembro de 2023.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO 01 FOMENTO 44 2023

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 44/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL LIONS CLUBE DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a retificação da **CLÁUSULA QUARTA**, **§ 1º,** conforme solicitado no memorando nº 1177/2023 da Secretaria Municipal de saúde, passando a tabela de reembolso a ser conforme descrito abaixo:

Nº	Competência	Data do Repasse	Valor R$
01	Agosto/2023	Até 31 de agosto/2023	R$ 5.000,00
02	Setembro/2023	Até 30 de setembro/2023	R$ 2.000,00
03	Outubro/2023	Até 31 de outubro/2023	R$ 2.000,00
04	Novembro/2023	Até 30 de novembro/2023	R$ 3.000,00
05	Dezembro/2023	Até 31 de dezembro/2023	R$ 3.000,00
TOTAL			**R$ 15.000,00**

Campo Novo do Parecis, aos 19 dias do mês de setembro de 2023.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
2° TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 415/2022

PREGÃO ELETRÔNICO N° 114/2022– REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, pessoa jurídica do direito público, estabelecida na Avenida Mato Grosso, 66-NE, na cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **RAFAEL MACHADO,** brasileiro, casado, Publicitário, portador do RG 5060425773 SSP/RS e CPF nº 929.162.010-68, residente e domiciliado na Rua Caqui nº 90 NE Jardim Alvorada, nesta cidade, doravante denominado ***CONTRATANTE*** e a empresa **L. M. CUSTODIO COMERCIO DE ALIMENTOS - ME**,inscrita no CNPJ sob n° ***16.679.206/0001-20***, estabelecida na Rua MANOEL DIONÍSIO SOBRINHO, Jandim Xancrila, Tangará da Serra/MT, *representada neste ato pela sua Representante Legal, Senhora* **Laudiceia Maria Custodio***, portadora do CPF nº* 935.493.851-53, doravante denominada simplesmente, ***FORNECEDORA***, **acordam** *proceder, nos termos do* ***Edital de Pregão RP nº 114/2022****, ao* ***REGISTRO DE PREÇOS,*** *com seus respectivos preços unitários e totais* nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal 079/2017, resolvem aditar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 415/2022**, nos seguintes termos.

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o reequilíbrio dos preços aos valores praticados pelo mercado dos itens inicialmente registrados, da **Ata de Registro de Preços nº 415/2022, do Pregão Eletrônico nº 114/2022**, conforme abaixo indicados, em conformidade com as disposições do artigo 65, II, “d”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Decreto Municipal 079/2017, da Ata de Registro de Preços.

Cláusula Segunda – Do Reequilíbrio Dos Preços

2. Ficam reequilibrados para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, com fins de equilíbrio econômico-financeiro, com base no valor praticado no mercado, dos seguintes produtos

Item	Cód.	Unidade	Descrição	Valor Unit. Atual R$	Valor Reequilibrado R$
5	10896	UNIDADE	ARROZ POLIDO	**R$ 22,89**	**R$ 29,75**

2.1 O referido aditamento para reequilíbrio dos preços passa a ter a sua vigência a partir de sua publicação.

Cláusula Terceira - Condições Gerais

As demais cláusulas, condições e estipulações da Ata Originária permanecem inalteradas.

Campo Novo do Parecis, 20 de setembro de 2023.

Rafael MachadoLAUDICEIA MARIA CUSTODIO

Prefeito MunicipalL.M Custódio Comércio de Alimentos - ME

Contratante Fornecedora

Andressa Maira Ervilha Ribeiro Gisely Conceição Agnelo de Carvalho

Agente Fiscalizador*Suplente*

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
603-2023 - ALTERA O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO QUIOSQUE 4 DA PRAÇA SÃO JOÃO PAULO II

PORTARIA Nº 603, DE 20 DE SETEMBRO 2023

ALTERA O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO QUIOSQUE 4 DA PRAÇA SÃO JOÃO PAULO II, CONFORME AUTORIZAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE CAMPO VERDE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Contrato N º 093/2023 , de 21 de julho de 2023, que celebram o Município de Campo Verde e JÉSSICA CAROLINE DA SILVA e dá outras providências.

Considerando que o horário de funcionamento do Quiosque ao público está estabelecido no contrato acima mencionado, podendo ser alterado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico através de portaria.

ARTIGO 1º - Fica alterado o artigo 6º do parágrafo único do presente contrato.

ARTIGO 2º - Segue abaixo alteração do horário;

Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	Véspera de Feriado
07: ás 20h	FECHADO	07h ás 20h	07h ás 20h	07h ás 20h	07h ás 20h	07h ás 20h	07h ás 20h

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 20 dias do mês de setembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 3008, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE PARCERIA PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO DE ANIVERSÁRIO DA COMUNIDADE 04 DE OUTUBRO NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a celebração de parceria para custear parcialmente as despesas do evento denominado Festa de Aniversário da Comunidade 04 de Outubro, que será realizado no dia 1º de outubro de 2023, pela Associação dos Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Quatro de Outubro e Região, inscrita no CNPJ sob o n°. 31.983.188/0001-69.

Art. 2º. As despesas referidas no caput do artigo 1º da presente lei serão destinadas à contratação dos seguintes serviços:

I – Equipamento de sonorização para 1.000 (mil) pessoas;

II – Disponibilização de 04 (quatro) tendas de 5x5 metros;

III - Disponibilização de 02 (duas) tendas de 10x10 metros;

Parágrafo Único – Os itens dispostos no presente artigo serão fornecidos pela Administração Pública oriundos de processos licitatórios ou, excepcionalmente, por intermédio de compra direta nos casos em que os serviços/itens não estiverem contemplados nas atas de registro de preço do Município de Campo Verde, limitando-se ao valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Art. 3º. O interesse público está representado no incentivo das atividades festivas desempenhadas pela comunidade local, bem como fomento da cultura do município de Campo Verde.

Art. 4º. Ficará responsável para acompanhamento e fiscalização da aplicabilidade dos recursos liberados e a execução dos serviços a Secretaria designada pelo Chefe do Executivo.

Art. 5º. A Associação dos Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Quatro de Outubro e Região, deverá prestar contas à Prefeitura Municipal com cópia à Câmara Municipal, comprovando a utilização dos produtos necessários para evento, contendo anexos com comprovantes do recebimento dos itens devidamente acompanhados das respectivas notas fiscais e relatório fotográfico, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a realização do evento.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 20 de setembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 3010, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER COM O REPASSE DAS VERBAS DA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR ADVINDAS DA UNIÃO DESTINADAS AO CUMPRIMENTO DO PISO SALARIAL NACIONAL DE ENFERMEIROS, TÉCNICOS E AUXILIARES DE ENFERMAGEM E PARTEIRAS, INSTITUÍDO PELA LEI 14. 434/2022, DA FORMA QUE ESTABELECE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIASE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar os valores da Assistência Financeira Complementar advindos da União, destinados

ao cumprimento do piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, instituído pela Lei 14.434/2022.

Parágrafo Único: Para efeitos desta lei, consideram-se as atividades de Enfermagem as desenvolvidas pelo Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira, tanto da iniciativa pública como da inciativa privada consideradas pela Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, no TÍTULO IX-A, Art. 1120-B.

Art. 2º. O valor a ser recebido por cada profissional de Saúde será aquele devidamente repassado pela União e discriminado no Portal do InvestSus, resultante dos cálculos realizados mediante os critérios estabelecidos na Portaria GM/MS nº 1.135 de 16 de agosto de 2023 e de outras alterações dela decorrente.

Art. 3º. As despesas para a execução desta lei serão suportadas por dotações orçamentárias com recursos advindos da União.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir da competência de maio de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 20 de setembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATUAL, REFERENTE AO CONTRATO Nº. 074/2023

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATUAL, REFERENTE AO CONTRATO Nº. 074/2023, CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS INTERATIVOS.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Contratado: ONDA PRO IMPORTADORA DE MULTIVARIEDADES E SUPRIMENTOS LTDA

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato originário até 31 de outubro de 2023. contados a partir do dia 19 de setembro de 2023,

Data de Assinatura: 18 de setembro de 2023

SETOR DE COMPRAS
CREDENCIAMENTO N° 005/2023 INEXIGIBILIDADE 023/2023

Objeto: Credenciamento para contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos em consultas especializadas e procedimentos em: cardiologia, ortopedia, cirurgia-geral, pediatria, ultrassonografia, dermatologia, endocrinologia e oftalmologia para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Campo Verde – MT.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o credenciamento das empresas: **MEDSERVICE SERVIÇOS MEDICOS LTDA**, **CNPJ nº 22. 425.606/0001-01** nas especialidades médicas de **PEDIATRIA**, conforme edital, sendo Credenciamento 005/2023, processo de Inexigibilidade nº 023/2023. Campo Verde – MT, 20 de setembro de 2023. HÉLIDA B. M. P. HÜBNER -Presidente da CPL- CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 3007, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE CONVÊNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais) na Lei Orçamentária Anual (LOA) do corrente Exercício (Lei nº. 2.925/2022)**,** nas seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 09- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 001-SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E ESPORTE

Função: 27 – DESPORTO E LAZER

Subfunção: 812 – DESPORTO COMUNITÁRIO

Programa: 0031 – ATENÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ATIVIDADES DESPORTIVAS

Ação: 20097 – REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS ESPORTIVOS

	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DOTAÇÃO INICIAL
3.3.90.36.00.00	SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA	17010000000	18.600,00
TOTAL DA AÇÃO			**18.600,00**

Art. 2º - Para dar cobertura aos Créditos em conformidade com o artigo 1°, serão utilizados recursos oriundos de excesso de arrecadação, conforme disposto no inciso II do §1º do artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, decorrente de convênio celebrado entre o Município de Campo Verde e a Secretaria de Estado de Cultura, Lazer e Esporte.

Art. 3º - Ficam incluídos na Lei nº. 2.921, de 13 de dezembro de 2022 (Plano Plurianual – PPA), os elementos de despesa e fontes de recursos nas ações especificada no artigo 1º desta norma.

Art. 4º - Ficam incluídos na Lei nº. 2.919, de 13 de dezembro de 2022, (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO), os elementos de despesa e fontes de recursos nas ações especificadas no artigo 1º desta lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 20 de setembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 3009, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PARA INCLUSÃO DA NATUREZA DA DESPESA E FONTES DE RECURSOS NO PPA, LDO E LOA VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto na Lei Orçamentária Anual (LOA) do corrente Exercício (Lei nº. 2.925/2022) um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 246.863,00 (duzentos e quarenta e seis mil oitocentos e sessenta e três reais), na seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 002 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Programa: 0034 – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Ação: 20122 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL CORAÇÃO DE JESUS

Fonte de Recursos: 16050000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos

	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DOTAÇÃO INICIAL
3.3.50.85.00.00	CONTRATO DE GESTÃO	16050000000	246.863,00
TOTAL DA AÇÃO			246.863,00

Art. 2º - Para dar cobertura aos Créditos em conformidade com o artigo 1°, serão utilizados recursos conforme disposto no inciso II do §1º do artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964.

Art. 3º - Ficam incluídos na Lei nº. 2.921, de 13 de dezembro de 2022 (Plano Plurianual – PPA), os elementos de despesa e fontes de recursos nas ações especificada no artigo 1º desta norma.

Art. 4º - Ficam incluídos na Lei nº. 2.919, de 13 de dezembro de 2022, (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO), os elementos de despesa e fontes de recursos nas ações especificadas no artigo 1º desta lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 20 de setembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 3006, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A DESAFETAÇÃO E DOAÇÃO DE IMÓVEL URBANO A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO – SEDUC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º.Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar um imóvel urbano de 3.180,50 m² (três mil cento e oitenta vírgula cinquenta metros quadrados) matrícula sob nº. 10.179, folha nº. 109, ficha 001, livro nº. 2 do Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis de Campo Verde – MT, sendo esta uma área pública I, da quadra 18, do loteamento denominado Santa Rosa, situado nesta cidade de Campo Verde, com os seguintes limites e confrontações: partindo do M1, localizado no vértice da rua “G” e diretriz 11, segue confrontação com a Rua “G”, numa distância de 200,94 metros e azimute de 136º31’58”, até o M2; deste segue confrontando com o Loteamento Jardim América, por 203,42 metros e azimute de 307º34’48”, até o M2f, deste segue confrontando com a diretriz 11, na distância de 31,65 metros e azimute de 46º31’57”, até o M1, onde fecha-se esta descrição encerrando-se assim este perímetro. Obs.: Esta descrição refere-se a quem de frente está para o terreno.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar o imóvel urbano constante do art. 1º desta lei desafetado para a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso - SEDUC, inscrita no CNPJ nº. 03.507.415/0008-10, com sede na Rua Engenheiro Edgar Prado Arze, nº. 215, na cidade de Cuiabá-MT.

§ 1º - A referida área doada, descrita no art. 1º desta Lei destina-se especificamente à unificação das matrículas nº. 10.179 e 8.219, ambas do Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis de Campo Verde – MT, a fim de cumprir condicionantes presentes do convênio nº. 1377/2016, construção de escola padrão – Seduc.

§ 2º - O referido imóvel, objeto desta doação foi avaliado no montante de R$ 190.830,00 (cento e noventa mil oitocentos e trinta reais).

Art. 3º.Fica terminantemente proibida a transferência do imóvel, objeto da presente doação a qualquer título a terceiros, sob pena de resolução, com exceção ao Governo do Estado de Mato Grosso.

Art. 4º.Todas as despesas decorrentes para formalização da presente desafetação e doação correrão às expensas de recursos provenientes do município de Campo Verde/MT.

Art. 5º.Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 20 de setembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ADESÃO

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.008/2023

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação da ADESÃO **A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 111/2023, PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE – MT** cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE VENTILADOR PULMONAR R$ 61.900,00 (sessenta e um mil e no-**

vecentos reais) para a empresa: MAGNAMED TECNOLOGIA MEDICA S/A CNPJ n. 01.298.443/0001-73. Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 20 de setembro de 2023.

HÉLIDA B. M. P. HUBNER

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 460/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: 3E COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 29.516.527/0001-55

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS – PREGÃO Nº 108/2023

VIGÊNCIA: 20/09/2023 À 29/08/2024

LOTE 100

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
173	SPOT LED EMBUTIR 15 W, QUADRADO 6000 K (QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS: EMPALUX, ELGIN, LIEGE)	UND	230	LIEGE	R$ 21,50	R$ 4.945,00
174	SPOT LED EMBUTIR 15 W, REDONDO 6000 K (QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS: EMPALUX, ELGIN, LIEGE)	UND	230	LIEGE	R$ 21,10	R$ 4.853,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 9.798,00 (NOVE MIL, SETECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS).

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 9.798,00 (NOVE MIL, SETECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 461/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: COMERCIAL SÃO JOSÉ E UTILIDADES LTDA, CNPJ nº 19.587.861/0001-46

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS – PREGÃO Nº 108/2023

VIGÊNCIA: 20/09/2023 À 29/08/2024

LOTE 08 (25% DO LOTE 07)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
12.1	BARRAMENTO PENTE TRIFÁSICO 100 A (1 METRO) (QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS: SIEMENS, WEG, SIBRATEC)	M	77	WEG	R$ 162,33	R$ 12.499,41

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 12.499,41 (DOZE MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS).

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 12.499,41 (DOZE MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 3005, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA GARAGEM DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL, LOCALIZADA NO BAIRRO BELVEDERE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Dispõe sobre a denominação da Garagem de Transporte Escolar Municipal localizada no Bairro Belvedere, conforme segue:

Art. 2º. Fica oficializada a denominação da Garagem de Transporte Escolar Municipal situada no bairro Belvedere como: Garagem de Transporte Escolar Municipal Prof. Edemilso Gonçalves de Oliveira, nesta cidade;

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 20 de setembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

SETOR DE COMPRAS
CREDENCIAMENTO N° 005/2023 INEXIGIBILIDADE 023/2023

Objeto: Credenciamento para contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos em consultas especializadas e procedimentos em: cardiologia, ortopedia, cirurgia-geral, pediatria, ultrassonografia, dermatologia, endocrinologia e oftalmologia para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Campo Verde – MT. A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o credenciamento das empresas: **INTEGRAL SAÚDE LTDA, CNPJ Nº 23.228.038/0001-11**, na Especialidade de **PEDIATRIA** conforme edital, sendo Credenciamento 005/2023, processo de Inexigibilidade nº 023/2023. Campo Verde – MT, 20 de setembro de 2023. HÉLIDA B. M. P. HÜBNER -Presidente da CPL- CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO N° 184/2021

ESPÉCIE: Prestação de Serviços Médicos.

OBJETO: Rescinde o Contrato Administrativo de nº **184/2021** amigavelmente a partir de **06/092023.**

VINCULO: Processo Administrativo 07/2021, Processo de Compra 07/2021 e Inexigibilidade de Licitação nº 01/2021;

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito / RESCINDENTE e SERVIÇOS MEDICOS GONSALVES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.961.463/0001-22/ RESCINDIDO

Aryadne M. Santos / Fiscal de Contratos

PORTARIA Nº. 194, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

NOMEIA OCUPANTE AO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, I da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008 e,

CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº 034/2023, subscrita pelo Exma. Secretária Municipal de Finanças;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora **FERNANDA SCHAF,** inscrita noCPF sob nº. 070.***.***-80 para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe de Departamento de Almoxarifado, com direito a percepção da remuneração equivalente ao Padrão CC-9, constante do anexo II da Lei nº 1.526, de 19 de agosto de 2022.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº 06, de 07 de janeiro de 2022.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 284/2022

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços Técnicos.

DO OBJETO: Prestação de Serviços na função de Técnica em Análises Clínicas em conformidade com Processo Seletivo Simplificado nº 01/2022.

DA VIGÊNCIA: Aditado o prazo de vigência contratual passando a sua vigência a ser de **20/09/2023 a 20/09/2024**.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito / CONTRATANTE, e CARLA DANIELA MOTA / CONTRATADA

Aryadne M. Santos / Fiscal de Contratos

EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 189/2022

DA ESPÉCIE: Locação de Imóvel.

DO OBJETO:

A alteração do contrato original, quanto a razão social, passando o cadastro de Pessoa Física do responsável pelo Contrato 189/2022 para Pessoa Jurídica que representa a LOCADORA.

O contratado, denominado FILADELFO BARBIERO, processo passa a utilizar o cadastro de Pessoa Jurídica da empresa FILA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.669.183/0001-73.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito / CONTRATANTE, e FILADELFO BARBIERO / CONTRATADO

Aryadne M. Santos / Fiscal de Contratos

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO N° 184/2022

ESPÉCIE: Prestação de serviços na função de motorista ,em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 01/2022, Edital n° 01/2022.

OBJETO: Rescinde o Contrato Administrativo de nº 184/2022, amigavelmente a partir de 15/09/2023.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito / RESCINDENTE e ELISANGELA FLORCZAK CORDEIRO / RESCINDIDO

Aryadne M. Santos / Fiscal de Contratos

PORTARIA Nº. 193, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

NOMEIA OCUPANTE AO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR EXECUTIVO DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, I da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008 e,

CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº. 34/2023, subscrita pelo Exma. Secretária Municipal de Finanças;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora **LUCIANE FRANÇUISE MASSOCO,** inscrita noCPF sob nº. 052.***.***-17, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor Executivo de Viação, Obras Públicas e Serviços Urbanos, com direito a percepção da remuneração equivalente ao Padrão CC-5, constante do anexo II da Lei nº 1.526, de 19 de agosto de 2022.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº 95, de 02 de fevereiro de 2021.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 734/2023/GAPRE, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 734/2023/GAPRE, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA LOCAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 83º, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei n.º 8.666/93, com alteração introduzida pela Lei n.º 8. 883/94 e,

CONSIDERANDO a necessidade de locação de imóveis para instalações de alguns órgãos públicos municipais;

CONSIDERANDO que os imóveis disponibilizados deverão atender as condições mínimas necessárias, para o seu funcionamento;

CONSIDERANDO a necessidade de que as locações venham a ser concretizadas com valores dentro dos patamares praticados no município;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam designados para constituir a presente Comissão Especial de Avaliação de Imóveis para Locação, os seguintes membros, a Sra. **GLAUCE DE CASTRO E SILVA**, brasileira, Engenheira Civil, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 19.*****-7, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.985.***-** na qualidade de *Presidente*, Sr. **WESLEY FERREIRA MARTINS**, matrícula funcional nº 2480 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n.***.764.***.**, que exercerá a função de *secretário* e pelo Sr. **JOÃO VICTOR MARIANO MEDEIROS**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 80*****-9, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.034.***-**, que exercerá a função de *membro*.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário, em especial, a Portaria n.391/2023/GAPRE.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 20 de setembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA ANÁLISE DA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2023

Primeira Fase

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte/MT através da Comissão Permanente de Licitação torna público para o conhecimento dos interessados, o Resultado do Julgamento da Habilitação da Tomada de Preços nº 005/2023. A empresa CONSTRUTORA IMPÉRIO EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 18.363.482/0001-00 foi declarada HABILITADA. A empresa **LOTUS ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 24.155.490/0001-63 foi declarada INABILITADA. Os interessados, querendo, terão vistas dos autos, podendo, eventualmente, interpor recursos, pertinentes a essa fase, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do julgamento e não havendo interposição de recurso, a abertura dos envelopes nº 02 - PROPOSTA DE PREÇO será realizada no dia 27/09/2023 as 08h30min (horário de Brasília), na sala de licitações, localizada na Avenida Áurea Tavares de Amorim, 636, Vila São João, Canabrava do Norte - MT, neste município de Canabrava do Norte - MT. Canabrava do Norte - MT, 19 de setembro de 2023. **Iranizo Matos Rodrigues - Comissão Permanente de Licitação/Presidente.**

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 732/2023/GAPRE, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 732/2023/GAPRE, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

"REVOGA CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL, QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR a **PORTARIA N.717/2023/GAPRE,** que concede **FÉRIAS** pelo período de 30 (trinta) dias ininterrupto a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal, Sr.(a). **CLÉRIO FERREIRA DA SILVA** matrícula n. 2321, ocupante do cargo de **GERENTE DE OBRAS** lotado(a) na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Urbanismo – SINSPU.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 20 de setembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 733/2023/GAPRE, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 733/2023/GAPRE, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA AQUISIÇÃO E VENDA PELO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 83º, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei n.º 8.666/93, com alteração introduzida pela Lei n.º 8. 883/94 e,

CONSIDERANDO a necessidade de auferir o preço de mercado de imóveis para aquisições e vendas;

CONSIDERANDO a necessidade de que os imóveis venham a ser concretizadas com valores dentro dos patamares praticados no município;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam designados para constituir a presente Comissão Especial de Avaliação de Imóveis para aquisição e venda os seguintes membros: Sra. **GLAUCE DE CASTRO E SILVA**, brasileira, Engenheira Civil, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 19.*****-7, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.985.***-** na qualidade de *Presidente*, Sr. **WESLEY FERREIRA MARTINS**, matrícula funcional nº 2480 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n.

.764..**, que exercerá a função de *secretário* e pelo Sr. **JOÃO VICTOR MARIANO MEDEIROS**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 80*****-9, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.034.***-**, que exercerá a função de *membro*.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário, em especial, a Portaria n.390/2023/GAPRE.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 20 de setembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 736/2023/GAPRE, EM 20 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 736/2023/GAPRE, EM 20 DE SETEMBRO DE 2023.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 83º, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município de Canabrava do Norte, resolve expedir a seguinte.

PORTARIA:

Art. 1°. EXONERAR,a pedido, o Sr. **CLERIO FERREIRA DA SILVA,** ocupante do cargo de **GERENTE DE OBRAS**, com a matrícula funcional n. 2321, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Urbanismo - SINSPU, da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT**,** conforme solicitação do memorando interno nº 195/2023/SINSPU.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor no ato de sua publicação, revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte – MT, em 20 de setembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 005/2023 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

EDITAL Nº 005/2023

MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE/MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

O **MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE**, Estado do Mato Grosso, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento que **NÃO HOUVE NENHUM RECURSO INTERPOSTO** para o resultado das famílias inscritas no Programa Estadual de Habitação – Ser Família Habitação, conforme **EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2023.**

Canabrava do Norte-MT, 20 de setembro de 2023.

João Cleiton Araújo de Medeiros

Prefeito Municipal de Canabrava do Norte/MT

Sara Silva Trindade de Medeiros

Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.737/2023/GAPRE, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA N.737/2023/GAPRE, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA SERVIDORA PÚBLICA, WELLITA BRAGA DA SILVA SOUZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, incisos III, XXVIII e XXX, da Lei Orgânica Municipal e as disposições contidas na Lei Municipal n. 425/2009 no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO a Lei Municipal n. 425, de 18 de dezembro de 2009, que "*dispõe sobre o regime de diárias para o prefeito, vice-prefeito, secretários/assessores e demais servidores municipais, em viagem a serviço do município de Canabrava do Norte – MT e da outras providencias*" e o decreto municipal n. 938, de 12 de janeiro de 2022, que "*dispõe sobre a atualização de valores para concessão de diárias, e dá outras providências*" e a Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03, que "*estabelece Normas e Procedimentos para Concessão e Controle de Diárias e Adiantamentos de Viagens*", aprovada pelo Decreto n. 704, de 29 de agosto de 2019.

CONSIDERANDO que diária consiste no auxílio pecuniário concedido, a título de indenização pelas despesas com alimentação e hospedagem a agentes políticos, servidores públicos ou conselheiros municipais, conselheiros tutelares e particulares em colaboração com o Poder Público que se deslocarem temporariamente do município, para estrito desempenho de suas atribuições do cargo, e/ou para participar de seminários, congressos, cursos de aperfeiçoamento e outros eventos de interesse da municipalidade.

CONSIDERANDO que adiantamento consiste na entrega de numerário a agentes políticos, servidores públicos ou conselheiros municipais, conselheiros tutelares e particulares em colaboração com o Poder Público, cuja finalidade seja custear as despesas efetuadas distantes da sede do município, como despesas com locomoção urbana, intermunicipal ou interestadual no caso de viagens a serviço do município. Também, as despesas com combustível, no caso de a viagem ser com carro oficial do Município ou cedido pelo próprio servidor ou agente político (sendo que neste caso só poderão custear despesas com combustíveis, não entrando manutenção com mecânica e nem peças), em trechos em que não haja postos de abastecimento vencedores de licitações.

CONSIDERANDO que nos termos da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03, que "estabelece Normas e Procedimentos para Concessão e Controle de Diárias e Adiantamentos de Viagens", aprovada pelo Decreto n. 704, de 29 de agosto de 2019, no capítulo V, item 2, é de responsabilidade do Secretário da Pasta "deferir ou indeferir as diárias e/ou adiantamento solicitadas por servidor público, agente político ou conselheiro municipal e assinar a respectiva Requisição/Solicitação de Empenho, a ser encaminhada à Contabilidade para realização de empenho" e ao Chefe do Poder Executivo aplicar as sanções administrativas cabíveis previstas na legislação vigente (capítulo V - Reponsabilidade, item 1, da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03).

CONSIDERANDO que as diárias serão calculadas por período de 24 (vinte e quatro) horas, e concedidas por dia de afastamento do Município, incluindo-se os dias de partida e de chegada. No caso de o afastamento ocorrer por um período de até 12 (doze) horas, será computado como meia

diária (capítulo VI – Procedimentos, item 3, da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03);

CONSIDERANDO que o valor da diária, indicada no Decreto Municipal n. 280/2010, em seu Anexo I, ou outro decreto que vier lhe suceder, será reduzido em 50% (cinquenta por cento), quando houver necessidade de deslocar-se para localidades situadas num raio de até 100 km de distância do município de Canabrava do Norte (capítulo VI - Procedimentos, item 5, da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03).

CONSIDERANDO que o valor das diárias será concedido COM ou SEM PERNOITE. No caso, que houver deslocamento, sem pernoite, o valor devido da diária será de 50% (cinquenta por cento) do valor devido da diária (capítulo VI - Procedimentos, item 6, da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03).

CONSIDERANDO que ao agente político, servidor público, conselheiro tutelar ou conselheiro municipal e particulares em colaboração com o Poder Público que não prestar contas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis do seu retorno fica vedado à concessão de nova diária e/ou adiantamento de passagem, além de se efetivar o desconto na sua folha de pagamento do mês subsequente (capítulo VII – Considerações finais, item 6, da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03).

CONSIDERANDO a solicitação contida no memorando n. 077/2023/SEMAA, de 18 de maio de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a **WELLITA BRAGA DA SILVA SOUZA,** inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.396.***-**, servidora pública municipal ocupante do cargo de Superintendente de Fiscalização Sanitária e Ambiental, o correspondente a 04 (quatro) diárias e ½ (meia), no valor de R$317,11 (trezentos e dezessete reais e onze centavos) cada diária, totalizando o montante de R$1.426,99, em decorrência de sua viagem à cidade de Cuiabá - MT para participar de uma capacitação do Tribunal de Constas do Estado de Mato Grosso, sobre Gestão de Planejamento Estratégico (GPE) e visitar as Secretárias de Estado de Mato Grosso atrás de projetos e recursos para o município de Canabrava do Norte. Estas diárias são para custear alimentação e pernoite da servidora, com saída prevista para o dia 25/09/2023 às 06hrs e retorno no dia 29/09/2023, às 05hrs sem previsão do horário de chegada ao município.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta portaria ocorrerão por conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Nos termos do artigo 10º, da Lei Municipal n. 425, de 18 de dezembro de 2009, que "*dispõe sobre o regime de diárias para o prefeito, vice-prefeito, secretários/assessores e demais servidores municipais, em viagem a serviço do município de Canabrava do Norte – MT e da outras providencias*" e nos termos do item 16, do capítulo VI – Procedimentos e item 6, do capítulo VII – Considerações Finais, ambos da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03, que "*estabelece Normas e Procedimentos para Concessão e Controle de Diárias e Adiantamentos de Viagens*", aprovada pelo Decreto n. 704, de 29 de agosto de 2019, o servidor público, agente político, conselheiro tutelar ou conselheiro municipal e particulares em colaboração com o Poder Público é obrigado a apresentar relatório de viagem, no prazo de 03 (três) dias úteis subsequentes ao retorno à sede e restituir os valores relativos às diárias recebidas em excesso.

§ 1º. No caso de Diária, o servidor público, agente político, conselheiro tutelar ou conselheiro municipal e particulares em colaboração com o Poder Público fica obrigado a apresentar no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após seu retorno, a Gerência de Finanças, conciliações e baixa de despesas - GEREFICOBA, o Relatório de Viagem devidamente preenchido, assinado pelo servidor público, agente político, conselheiro tutelar ou conselheiro municipal e particulares em colaboração com o Poder Público, bem como, pelo seu chefe imediato, para que possa compor o processo da despesa. O Relatório de Viagem deverá ser formulário – padrão (Anexo IV), da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03, aprovada pelo Decreto n. 704, de 29 de agosto de 2019.

§ 2º. No caso de Adiantamento, o servidor público, agente político, conselheiro tutelar ou conselheiro municipal e particulares em colaboração com o Poder Público fica obrigado a apresentar a Coordenadoria de Finanças, o Relatório de Despesas de Adiantamento (Anexo V), da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03, aprovada pelo Decreto n. 704, de 29 de agosto de 2019, acompanhado dos comprovantes das despesas devidamente preenchidos, no qual o servidor público, agente político, conselheiro tutelar ou conselheiro municipal e particulares em colaboração com o Poder Público deverá atestar.

§ 3º. O descumprimento do disposto acima sujeitará o servidor ao desconto integral imediato em folha, dos valores de diária recebidos, sem prejuízo de outras sanções legais.

§ 4º. Caso a viagem do servidor ultrapasse a quantidade de diárias solicitadas, ocorrerá o ressarcimento das diárias correspondentes ao período prorrogado, mediante justificativa fundamentada e autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade, admitida a delegação de competência.

§ 5º. A responsabilidade pelo controle das viagens e da prestação de contas é respectivamente, da autoridade solicitante e concedente, cabendo a Gerência de Finanças, conciliações e baixa de despesas – GEREFICOBA, a análise, aprovação e/ou reprovação das prestações de contas, devendo dá ciência a Gerência de Recursos Humanos quando o servidor público, agente político, conselheiro tutelar ou conselheiro municipal e particulares em colaboração com o Poder Público se omitir de prestar contas ou tiverem a sua prestação de contas com status de reprovada.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
ATO DE DESIGNAÇÃO 002/2023-SATUC CANABRAVA DO NORTE-MT 20 DE SETEMBRO 2023.

ATO DE DESIGNAÇÃO 002/2023-SATUC CANABRAVA DO NORTE - MT 20 DE SETEMBRO 2023.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA RECEBER,CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eliane Alves Almeida Rezende, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções

,Art. 1º. Designa o Servidor Público Municipal, Sr.ª DALVA MARIA DA COSTA, matricula funcional nº2429. e inscrita no Cadastro de Pessoa Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 013.356.041-46,como titular para receber, acompanhar e atestar, as notas fiscais emitidas PELA EMPRESA M. MULLER COMERCIO LTDA CNPJ: 22.125.337/0001-68, referente a vasilhames P45 para a creche Municipal Walter Barbosa Ferolla, que irá atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Canabrava do Norte- MT.

Art. 2º. Designa o Servidor Público Municipal, Sr.ª JOSIMEIRE DE SOUZA RAMOS REZENDE,matricula funcional nº 0471. e inscrita no Cadastro de Pessoa Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 004.763. 191-02, como suplente para receber, acompanhar e atestar, as notas fis-

cais emitidas PELA EMPRESA MULLER COMERCIO LTDA CNPJ: 22. 125.337/0001-68, referente a vasilhames P45 para a creche Municipal Walter Barbosa Ferolla, que irá atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Canabrava do Norte- MT.

Registre-se,Publique-se Cumpra-se

ELIANE ALVES ALMEIDA REZENDE

Secretária Municipal de Educação

Portaria n. 07/2022

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.735/2023/GAPRE, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA N.735/2023/GAPRE, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **LICENÇA MATERNIDADE** pelo período de 120 (cento e vinte) dias ininterruptos à Servidora Pública Municipal, a **Sra. THAÍS FREITAS GONÇALVES,** matrícula n. 2432, ocupante do cargo de **GERENTE DE MEIO AMBIENTE**, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura – SEMAA.

PERÍODO DO GOZO DE LICENÇA MATERNIDADE	
INICIO: **17/09/2022**	RETORNO ÀS ATIVIDADES: **15/01/2024**

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 20/09/2023, revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 20 de setembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

AVISO DE REVOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITACAO Nº 014-2023

O prefeito Municipal de Canarana, Sr. **Fabio Marcos Pereira de Faria**, no uso de suas atribuições e com base no art. 49 "caput" da Lei 8.666/93, sumula 473 do STF, sumula 473 do STF, resolve **CANCELAR/DESFAZER** a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2023**, o qual tem como objeto a **contratação de empresa promotora de shows artísticos para realização de shows com a "Maluê" a serem realizados nos dias 30 e 31/12/2023 no Parque de Exposições Luiz Cancian**,por razões de interesse publico devidamente justificados e anexados ao processo licitatório e pela seguinte motivação:

CONSIDERANDO que o ato administrativo de **cancelamento/desfazimento** é resultante do poder discricionário, prerrogativa que a Administração detém para rever suas atividades em busca dos melhores meios para o alcance do fim maior, o interesse público.

CONSIDERANDO a relevância das justificativas apontadas, notadamente no que diz respeito da necessidade de alterações, **ANULA-SE/CANCELA-SE**, pois, a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2023**.

Retornem-se os autos ao setor de Licitação para fins de publicação do presente Ato. Após, arquivem-se.

Canarana-MT, 20 de Setembro de 2023.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREVIDÊNCIA CANARANA - PREVICAN
ERRATA – PORTARIA N° 013/2023/PREVICAN

ONDE SE LÊ:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria por Incapacidade permanente ao servidor Sr. JOÃO APARECIDO, portador da cédula de identidade nº 0760295-2 SESP/MT e CPF nº 442.043.531-34, efetivo, no cargo de **Vigilante**, Classe "A", Nível "07", 40 horas, lotado junto a Secretaria Municipal de Obras, devidamente matriculado sob o nº 1386, contando com 18 anos, 01 mês e 07 dias. De tempo de contribuição, com proventos calculados pela média aritmética, conforme processo administrativo do PREVICAN sob n. º 2023.03.26102P, a partir da data de 18/09/2023, até posterior deliberação.

LEIA-SE CORRETO:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria por Incapacidade permanente ao servidor Sr. JOÃO APARECIDO, portador da cédula de identidade nº 0760295-2 SESP/MT e CPF nº 442.043.531-34, efetivo, no cargo de **Gari**, Classe "A", Nível "07", 40 horas, lotado junto a Secretaria Municipal de Obras, devidamente matriculado sob o nº 1386, contando com 18 anos, 01 mês e 07 dias. De tempo de contribuição, com proventos calculados pela média aritmética, conforme processo administrativo do PREVICAN sob n. º 2023.03.26102P, a partir da data de 18/09/2023, até posterior deliberação.

Edirce Eunes de Andrade

Diretora Executiva

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047-2023

PROCESSO: 118/2023

PREGÃO PRESENCIAL: 030/2023

DATA: 19/09/2023

VIGÊNCIA: 19/09/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Rodagens.

VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses após assinatura.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual **contratação de empresa no ramo de Arquitetura e Urbanismo para prestação de serviços técnicos especializados de Arquitetura, Urbanismo e Ligthing Design, compreendendo: desenvolvimento, correção, acompanhamento e análise de projetos arquitetônicos, projetos de reforma, projetos urbanísticos e projetos paisagísticos, com presença física no escritório da Secretária de Obras de no mínimo 20 (vinte) dias úteis por mês e 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 12 (doze) meses com pagamento mensal para a atender as necessidades do Município de Canarana-MT**.

FORNECEDOR:

THAINÁ ALVES CORNACIONI;

VENCEDOR DO ITEM;01.

VALOR TOTAL: R$ 84.000,00 (Oitenta e quatro mil reais).

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 030-2023

REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro oficial da Prefeitura Municipal de Canarana-MT, torna público que no **Pregão Presencial nº 030/2023**, menor preço por item foi declarada vencedora a empresa: **THAINÁ ALVES CORNACIONI, conforme ata da sessão.**

Canarana-MT, 19 de Setembro de 2023.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046-2023

PROCESSO: 117/2023

PREGÃO PRESENCIAL: 029/2023

DATA: 15/09/2023

VIGÊNCIA: 15/09/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Agricultura.

VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses após assinatura.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual **contratação de empresa para a prestação de serviços de hospedagem em hotel com o padrão mínimo 03 (três) estrelas na cidade de Canarana-MT para atender as necessidades das Secretarias Municipais**, conforme especificações do edital.

FORNECEDOR:

HOTEL IPE CONFORT LTDA;

VENCEDOR DO ITEM;01.

VALOR TOTAL: R$ 97.880,30 (Noventa e sete mil oitocentos e oitenta reais).

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2023

REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro oficial da Prefeitura Municipal de Canarana-MT, torna público que no **Pregão Presencial nº 029/2023**, menor preço por item foi declarada vencedora a empresa: **HOTEL IPE CONFORT LTDA, conforme ata da sessão.**

Canarana-MT, 15 de Setembro de 2023.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

EDITAL Nº 003/2023

EDITAL Nº 003/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, torna público a todos os munícipes, que será realizada **Audiência Pública de Prestação de Contas e Avaliação do Cumprimento de Metas do 2º Quadrimestre de 2023,** no dia 29 de setembro de 2023, às 15:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal, situada à avenida Rio Grande do Sul nº 217, centro, nesta cidade, em atendimento ao disposto no § 4º do artigo 9º, da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000 (Responsabilidade Fiscal).

Canarana – MT, 20 de setembro de 2023.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº 06/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

Extrato Termo de Convênio nº 06/2023 - Município de Carlinda / Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Carlinda.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal n° 1.413/2023.

OBJETO: o repasse financeiro, destinado à melhoria da infraestrutura da Unidade da APAE, visando contribuir com a acessibilidade arquitetônica para eficácia da humanização dos atendimentos prestados.

VALOR TOTAL: R$ 100.000,00 (cem mil reais).

VIGÊNCIA: 20/09/2023 a 31/01/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP 46/2023

O Município de Castanheira/MT torna público que fará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N° 46/2023,** do tipo "**MENOR PREÇO POR ITEM"** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS EM TIP TOP DE PNEUS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA/MT**, sessão marcada para o dia 03/10/2023 às 08h:00min. Maiores informações pelo fone 66 3581 1166, pelo e-mail: licitacaocastanheira2019@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br.

Castanheira - MT, 20 de setembro de 2023.

MAYARA CAROLINA DOS SANTOS

PREGOEIRA DESIGNADA

PORTARIA N°106/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

SAAE
PORTARIA RH SAAE-CG

PORTARIA Nº 028 DE 18 DE SETEMBRO DE 2.023

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR CONTRATADO SEBASTIAO LUIZ DE SIQUEIRA REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 05/04/2022 A 04/04/2023"

O **DIRETOR GERAL** do Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Chapada dos Guimarães – SAAE-CG, Sr. **ANDERSON ALVES MURTINHO**, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1.º - **CONCEDER** ao servidor*contratado* ***SEBASTIAO LUIZ DE SIQUEIRA 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS,*** referente ao período aquisitivo de 05/04/2022 A 04/04/2023.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 02/10/2023, e termino em 31/10/2023, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho no dia 01/11/2023.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**

R E G I S T R E – S E.

P U B L I Q U E – S E.

C U M P R A – S E.

Chapada dos Guimarães/MT, 18 de setembro de 2023.

ANDERSON ALVES MURTINHO

Diretor Geral do SAAE-CG

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH
PORTARIAS DRH

Portaria nº 333/GP/2023

Em, 18 de setembro de 2023.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Efetiva Sr.ª GENESIA FERREIRA CAFE na função de PROFESSORA, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 90 (noventa) dias de licença prêmio, referente aos períodos de 16/07/2018 a 15/07/2023 conforme autorização no processo 9389/2023, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença Prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 30/09/2023 e término em 28/12/2023, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 29/12/2023

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 18 de setembro de 2023.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

LLO

Portaria nº 334/GP/2023

Em, 18 de setembro de 2023.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Efetivo Sr. LUCIANO CARMO DA SILVA, na função de AGENTE DE SEGURANÇA, lotado na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 30 (trinta) dias de férias, referente aos períodos de 07/02/2020 a 06/02/2021 conforme autorização no processo 9417/2023, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A férias de que se trata a presente portaria terá início em 07/11/2023 e término em 06/12/2023, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 07/12/2023

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 18 de setembro de 2023.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

LLO

Portaria nº 335/GP/2023

Em, 18 de setembro de 2023.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Efetivo Sr. LUCIANO CARMO DA SILVA, na função de AGENTE DE SEGURANÇA, lotado na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 30 (trinta) dias de férias, referente aos períodos de 07/02/2021 a 06/02/2022 conforme autorização no processo 9417/2023, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A férias de que se trata a presente portaria terá início em 07/12/2023 e término em 05/01/2024, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 06/01/2024

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 18 de setembro de 2023.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

LLO

Portaria nº 336/GP/2023

Em, 18 de setembro de 2023.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Efetivo Sr. LUCIANO CARMO DA SILVA, na função de AGENTE DE SEGURANÇA, lotado na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 30 (trinta) dias de férias, referente aos períodos de 07/02/2022 a 06/02/2023 conforme autorização no processo 9417/2023, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A férias de que se trata a presente portaria terá início em 06/01/2024 e término em 04/02/2024, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 05/02/2024

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 18 de setembro de 2023.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

LLO

Portaria nº 337 GP/2023

Em, 18 de setembro de 2023.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Efetivo Sr. ALEXANDRE VITOR DE LARA NETO, na função de OPERADOR DE MAQUINAS, lotado na SECRETARIA DE OBRAS, 30 (trinta) dias de férias, referente aos períodos de 01/11/2021 a 31/10/2022 conforme autorização no processo 9440/2023, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A férias de que se trata a presente portaria terá início em 14/10/2023 e término em 12/11/2023 devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 13/11/2023

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 18 de setembro de 2023.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

LLO

Portaria nº 338 GP/2023

Em, 18 de setembro de 2023.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Contratada Sr.ª FERNANDA IZABELA DOS ANJOS, na função de NUTRICIONISTA, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 15 (quinze) dias de férias, referente aos períodos de 01/10/2022 a 30/09/2023 conforme autorização no processo 9464/2023, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A férias de que se trata a presente portaria terá início em 16/10/2023 e término em 30/10/2023 devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 31/10/2023

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 18 de setembro de 2023.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

LLO

Portaria nº 339/GP/2023

Em, 19 de setembro de 2023.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Efetivo Sr. OZAIAS PEREIRA CORREA na função de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado na SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, 540 (quinhentos e quarenta) dias de licença prêmio, referente aos períodos de 01/04/1992 a 31/03/1997, 01/04/1997 a 31/03/2002, 01/04/2002 a 31/03/2007, a 01/04/2007 a 31/03/2012, 01/04/2012 a 31/03/2017, 01/04/2017 a 31/03/2022 conforme autorização no processo 9428/2023, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença Prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 18/09/2023 e término em 10/03/2025, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 11/03/2025

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 19 de setembro de 2023.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

LLO

Portaria nº 340 GP/2023

Em, 19 de setembro de 2023.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Comissionado Sr. VICTOR AUGUSTO MELO FREITAS, na função de CHEFE DO DEPTO DE CONTROLE ADM DA EDUCAÇÃO, lotado na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 15 (quinze) dias de férias, referente aos períodos de 11/09/2022 a 10/09/2023 conforme autorização no processo 9509/2023, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A férias de que se trata a presente portaria terá início em 25/09/2023 e término em 09/10/2023 devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 10/10/2023

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 19 de setembro de 2023.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

LLO

Portaria nº 341 GP/2023

Em, 19 de setembro de 2023.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Efetivo Sr. JOSE NEY FERREIRA, na função de AGENTE DE SEGURANÇA, lotado na SECRETARIA DE AGRICULTURA, 30 (trinta) dias de férias, referente aos períodos de 01/09/2022 a 31/08/2023 conforme autorização no processo 9513/2023, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A férias de que se trata a presente portaria terá início em 18/10/2023 e término em 16/11/2023 devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 17/11/2023

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 19 de setembro de 2023.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

LLO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 899-2023 - CREDITO SUPLEMENTAR - LEI MUN. NO. 951_2022

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

DECRETO Nº 899/2023

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR
NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor ALTAMIR KURTEN, Prefeito Municipal de CLÁUDIA, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 951/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 28.150,00 (vinte e oito mil cento e cinqüenta reais) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos no Orçamento vigente:

Órgão: **06 - SEC. SAÚDE**
Unidade: **002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

Excesso de arrecadação

Cód. red.: 316	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.30.1.621.0000000		28.150,00
		Sub-Total:	**28.150,00**
		Total Parcial Suplementado:	**28.150,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cláudia, Gabinete do Prefeito.

CLÁUDIA - MT, 30 de agosto de 2023

ALTAMIR KURTEN
CPF: 403.786.169-00
Prefeito(a)

Data: 20/09/2023 14:32:05 Página: 1 de 1

Data da emissão: 20/09/2023 14:32:05 ÁGILIBlue Contabilidade - Ágili Software Brasil Emitido por: THIAGO BIANCHIN SILVA

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 897-2023 - CREDITO SUPLEMENTAR - LEI MUN. NO. 951_2022

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

DECRETO Nº 897/2023

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor ALTAMIR KURTEN, Prefeito Municipal de CLÁUDIA, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 951/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 45.150,00 (quarenta e cinco mil cento e cinqüenta reais) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos no Orçamento vigente:

Órgão: **08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**
Unidade: **001 - GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS**

Excesso de arrecadação

Cód. red.: 485	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.39.1.502.0000000		45.150,00
		Sub-Total:	**45.150,00**
		Total Parcial Suplementado:	**45.150,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cláudia, Gabinete do Prefeito.

CLÁUDIA - MT, 11 de agosto de 2023

ALTAMIR KURTEN
CPF: 403.786.169-00
Prefeito(a)

LICITAÇÃO
PORTARIA N°150/2023/LIC/SEMAD

DATA: 01 de Setembro de 2023.

SÚMULA: Nomeia a servidor **EDINEI ANTONIO DA SILVA**, como Fiscal de Ata e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, Davi Schleicher, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° Nomeia o servidor **EDINEI ANTONIO DA SILVA** inscrito no CPF n° ***101.012-** como Fiscal de Ata abaixo relacionado;

ATA:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
043/2023	**GRAMEIRA LUVERDENSE LTDA.**	**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GRAMA ESMERALDA DO TIPO (ZOYSIA JAPÔNICA) EM PLACAS UNIFORMES DE 0,40 X 62,5 CM DE COMPRIMENTO (TAMANHO PADRÃO) PARA SEREM PLANTADAS EM CANTEIROS E CALÇADAS DE AVENIDAS E RUAS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT.**

Art.2° Nomeia a servidor **ALEXSANDRO CEZAR COSTA DA SILVA** inscrito noCPF n° ***781.431-** como SUPLENTE.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

01 de Setembro de 2023.

Davi Schleicher

Secretário Municipal de Administração

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 887-2023 - CREDITO SUPLEMENTAR - LEI MUN. NO. 951_2022

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

DECRETO Nº 887/2022

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor ALTAMIR KURTEN, Prefeito Municipal de CLÁUDIA, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 951/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 684.120,44 (seiscentos e oitenta e quatro mil cento e vinte reais e quarenta e quatro centavos) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos no Orçamento vigente:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 001 - GABINETE DO PREFEITO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 26	02.001.04.122.0002.2002.3.3.90.30.1.500.0000000		5.740,16
		Sub-Total:	**5.740,16**

Órgão: 03 - SEC. ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 001 - GABINETO DO SECRETARIO ADMINISTRACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 63	03.001.04.122.0002.2005.4.4.90.52.1.500.0000000		11.505,00
		Sub-Total:	**11.505,00**

Órgão: 04 - SEC. FINANÇAS
Unidade: 001 - GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 81	04.001.04.123.0002.2007.3.3.90.30.1.500.0000000		900,00
Cód. red.: 82	04.001.04.123.0002.2007.3.3.90.33.1.500.0000000		682,37
Cód. red.: 86	04.001.04.123.0002.2007.3.3.90.39.1.500.0000000		5.400,00
		Sub-Total:	**6.982,37**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 001 - GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 102	05.001.12.122.0002.2024.3.3.90.30.1.500.1001000		7.058,30
Cód. red.: 106	05.001.12.122.0002.2024.3.3.90.37.1.500.1001000		10.319,62
		Sub-Total:	**17.377,92**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 129	05.002.12.361.0006.2009.3.1.90.94.1.500.1001000		2.000,00
Cód. red.: 133	05.002.12.361.0006.2009.3.3.90.39.1.500.1001000		28.182,60
Cód. red.: 133	05.002.12.361.0006.2009.3.3.90.39.1.553.0000000		156,88
Cód. red.: 133	05.002.12.361.0006.2009.3.3.90.39.1.571.0000000		13.990,53
Cód. red.: 133	05.002.12.361.0006.2009.3.3.90.39.1.759.0000701		260,00
Cód. red.: 153	05.002.12.361.0006.2025.3.3.90.39.1.550.0000000		30.440,00
Cód. red.: 167	05.002.12.365.0006.2011.3.3.90.37.1.500.1001000		17.732,88
Cód. red.: 168	05.002.12.365.0006.2011.3.3.90.39.1.500.1001000		8.242,13
		Sub-Total:	**101.005,02**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 004 - FUNDEB 30

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 201	05.004.12.361.0006.2017.3.1.90.13.1.540.0000000		6.474,90
		Sub-Total:	**6.474,90**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 005 - DEPARTAMENTO DE CULTURA



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 235	05.005.13.392.0002.2019.3.3.90.93.1.500.0000000		5.000,00
		Sub-Total:	**5.000,00**

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 260	06.001.10.122.0017.2026.3.3.90.93.1.500.1002000		1.375,23
		Sub-Total:	**1.375,23**

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 279	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.30.1.500.1002000		349,90
Cód. red.: 297	06.002.10.301.0018.2033.3.3.91.97.1.500.1002000		12.183,08
Cód. red.: 316	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.30.1.500.1002000		4.260,00
Cód. red.: 316	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.30.1.600.0000604		3.582,44
Cód. red.: 316	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.30.1.621.0000000		200,00
Cód. red.: 317	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.33.1.600.0000604		4.028,74
Cód. red.: 318	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.34.1.600.3110000		2.799,62
Cód. red.: 321	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.39.1.500.1002000		238.233,24
Cód. red.: 321	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.39.1.600.0000604		24.819,41
Cód. red.: 321	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.39.1.600.3110000		2.630,12
Cód. red.: 321	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.39.1.621.0000000		130,95
Cód. red.: 344	06.002.10.303.0021.2029.3.3.90.32.1.500.1002000		2.313,60
		Sub-Total:	**295.531,10**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - ASSIST. SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 378	07.001.08.122.0002.2045.3.3.90.30.1.500.0000000		1.571,59
Cód. red.: 383	07.001.08.122.0002.2045.3.3.90.39.1.500.0000000		10.000,00
Cód. red.: 385	07.001.08.122.0002.2045.3.3.90.93.1.500.0000000		13.000,00
		Sub-Total:	**24.571,59**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 394	07.002.08.244.0002.2043.3.3.90.14.1.500.0000000		6.125,00
Cód. red.: 404	07.002.08.244.0002.2043.4.4.90.52.1.660.0000000		10.300,00
Cód. red.: 413	07.002.08.244.0008.2042.3.3.90.33.1.500.0000000		524,84
Cód. red.: 416	07.002.08.244.0008.2042.3.3.90.37.1.500.0000000		3.346,05
Cód. red.: 436	07.002.08.244.0009.2046.3.3.90.37.1.500.0000000		143,32
		Sub-Total:	**20.439,21**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 003 - FUNDO MUN. DOS DIREIT. DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 446	07.003.08.243.0008.2049.3.3.90.30.1.500.0000000		9.574,55
		Sub-Total:	**9.574,55**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 463	08.001.15.451.0005.1034.4.4.90.51.1.701.0000000		126.546,51
Cód. red.: 482	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.33.1.500.0000000		130,27
Cód. red.: 488	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.93.1.500.0000000		38.000,00
		Sub-Total:	**164.676,78**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 520	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.30.1.500.0000000		2.454,00
		Sub-Total:	**2.454,00**

Órgão: 09 - SEC. DESENV. ECONÔMICO E RURAL
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO DES. ECON. E RURAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 530	09.001.20.606.0002.2056.3.3.90.30.1.500.0000000		3.302,98
		Sub-Total:	**3.302,98**

Órgão: 10 - SEC. MEIO AMBIENTE
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - M AMBIENTE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 564	10.001.18.122.0002.2057.3.3.90.37.1.500.0000000		2.597,29
		Sub-Total:	**2.597,29**

Órgão: 11 - SEC. ESPORTE E LAZER
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - ESPORTE E LAZER

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 581	11.001.27.812.0002.2058.3.3.90.30.1.500.0000000		5.512,34
		Sub-Total:	**5.512,34**
		Total Parcial Suplementado:	**684.120,44**

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar Aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos aqueles mencionados no inciso III parágrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64 oriundos de anulação parcial ou total de dotações.

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 001 - GABINETE DO PREFEITO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 29	02.001.04.122.0002.2002.3.3.90.39.1.500.0000000		99.241,98
		Sub-Total:	**99.241,98**

Órgão: 04 - SEC. FINANÇAS
Unidade: 001 - GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 78	04.001.04.123.0002.2007.3.3.50.41.1.500.0000000		6.000,00
		Sub-Total:	**6.000,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 131	05.002.12.361.0006.2009.3.3.90.30.1.500.1001000		3.412,50
Cód. red.: 165	05.002.12.365.0006.2011.3.3.90.30.1.500.1001000		4.996,63
		Sub-Total:	**8.409,13**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 005 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 229	05.005.13.392.0002.2019.3.1.90.13.1.500.0000000		5.000,00
		Sub-Total:	**5.000,00**

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 279	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.30.1.600.0000600		22.996,60
Cód. red.: 284	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.39.1.500.1002000		21.349,90
Cód. red.: 284	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.39.1.600.0000600		97.916,40
		Sub-Total:	**142.262,90**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 412	07.002.08.244.0008.2042.3.3.90.30.1.660.0000000		10.300,00
Cód. red.: 425	07.002.08.244.0008.2048.3.3.90.39.1.500.0000000		8.242,13

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

		Sub-Total:	**18.542,13**
Órgão:	**08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**		
Unidade:	**001 - GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 485	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.39.1.704.0000000		14.366,17
Cód. red.: 487	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.92.1.500.0000000		761,14
		Sub-Total:	**15.127,31**
Órgão:	**08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**		
Unidade:	**002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 508	08.002.15.452.0005.2065.3.3.90.39.1.500.0000000		20.000,00
Cód. red.: 509	08.002.15.452.0005.2065.4.4.90.51.1.500.0000000		50.000,00
Cód. red.: 520	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.30.1.709.0000000		6.178,16
Cód. red.: 522	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.39.1.501.0000000		40.907,12
Cód. red.: 522	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.39.1.709.0000000		100.000,00
Cód. red.: 522	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.39.1.711.0000804		66.836,93
		Sub-Total:	**283.922,21**
Órgão:	**09 - SEC. DESENV. ECONÔMICO E RURAL**		
Unidade:	**001 - GABINETE DO SECRETARIO DES. ECON. E RURAL**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 529	09.001.20.606.0002.2056.3.3.90.14.1.500.0000000		1.922,89
Cód. red.: 542	09.001.20.608.0016.1047.4.4.90.52.1.701.0000000		24.103,71
		Sub-Total:	**26.026,60**
Órgão:	**10 - SEC. MEIO AMBIENTE**		
Unidade:	**001 - GABINETE DO SECRETARIO - M AMBIENTE**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 565	10.001.18.122.0002.2057.3.3.90.39.1.500.0000000		9.722,58
		Sub-Total:	**9.722,58**
Órgão:	**11 - SEC. ESPORTE E LAZER**		
Unidade:	**001 - GABINETE DO SECRETARIO - ESPORTE E LAZER**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 601	11.001.27.813.0007.1052.4.4.90.39.1.701.0000000		19.865,60
Cód. red.: 602	11.001.27.813.0007.1052.4.4.90.51.1.701.0000000		50.000,00
		Sub-Total:	**69.865,60**
		Total Parcial Reduzido:	**684.120,44**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cláudia, Gabinete do Prefeito.

CLÁUDIA - MT, 1 de agosto de 2023

ALTAMIR KURTEN
CPF: 403.786.169-00
Prefeito(a)

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 892-2023 - CREDITO ESPECIAL - LEI MUN. NO. 1017_2023

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

DECRETO Nº 892/2023

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL
NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor ALTAMIR KURTEN, Prefeito Municipal de CLÁUDIA, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 1017/2023, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 547.000,00 (quinhentos e quarenta e sete mil reais) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para inclusão de dotações e fontes de recursos no Orçamento vigente, conforme segue:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 001 - GABINETE DO PREFEITO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 25	02.001.04.122.0002.2002.3.3.90.14.1.500.0000000		10.000,00
Cód. red.: 630	02.001.04.122.0002.2002.3.3.90.46.1.500.0000000		5.900,00
Cód. red.: 41	02.001.04.124.0002.2003.3.3.90.14.1.500.0000000		3.000,00
		Sub-Total:	**18.900,00**

Órgão: 03 - SEC. ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 001 - GABINETO DO SECRETARIO ADMINISTRACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 51	03.001.04.122.0002.2005.3.3.90.14.1.500.0000000		19.000,00
Cód. red.: 56	03.001.04.122.0002.2005.3.3.90.37.1.500.0000000		50.000,00
Cód. red.: 632	03.001.04.122.0002.2005.3.3.90.46.1.500.0000000		15.300,00
		Sub-Total:	**84.300,00**

Órgão: 04 - SEC. FINANÇAS
Unidade: 001 - GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 75	04.001.04.123.0002.2007.3.1.90.13.1.500.0000000		43.500,00
Cód. red.: 90	04.001.04.123.0002.2007.3.3.90.93.1.500.0000000		20.900,00
		Sub-Total:	**64.400,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 001 - GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 98	05.001.12.122.0002.2024.3.1.90.94.1.500.1001000		1.000,00
Cód. red.: 101	05.001.12.122.0002.2024.3.3.90.14.1.500.1001000		3.000,00
Cód. red.: 106	05.001.12.122.0002.2024.3.3.90.37.1.500.1001000		10.000,00
		Sub-Total:	**14.000,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 167	05.002.12.365.0006.2011.3.3.90.37.1.500.1001000		20.000,00
		Sub-Total:	**20.000,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 003 - FUNDEB 70

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 196	05.003.12.365.0006.2013.3.1.90.94.1.500.1001000		10.000,00
		Sub-Total:	**10.000,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 004 - FUNDEB 30

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 659	05.004.12.365.0006.2015.3.3.90.46.1.500.1001000		5.000,00
		Sub-Total:	**5.000,00**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 253	06.001.10.122.0017.2026.3.3.90.14.1.500.1002000		5.000,00
		Sub-Total:	**5.000,00**

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 275	06.002.10.301.0018.2027.3.1.90.94.1.500.1002000		20.000,00
Cód. red.: 293	06.002.10.301.0018.2033.3.1.91.13.1.500.1002000		40.000,00
Cód. red.: 312	06.002.10.302.0019.2028.3.1.90.94.1.500.1002000		20.000,00
Cód. red.: 648	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.46.1.500.1002000		2.000,00
Cód. red.: 322	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.48.1.500.1002000		8.000,00
		Sub-Total:	**90.000,00**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 391	07.002.08.244.0002.2043.3.1.90.94.1.500.0000000		3.000,00
Cód. red.: 416	07.002.08.244.0008.2042.3.3.90.37.1.500.0000000		30.000,00
Cód. red.: 436	07.002.08.244.0009.2046.3.3.90.37.1.500.0000000		5.000,00
Cód. red.: 652	07.002.08.244.0009.2046.3.3.90.46.1.500.0000000		2.000,00
		Sub-Total:	**40.000,00**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 003 - FUNDO MUN. DOS DIREIT. DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 444	07.003.08.243.0008.2049.3.1.90.13.1.500.0000000		2.000,00
Cód. red.: 445	07.003.08.243.0008.2049.3.3.90.14.1.500.0000000		5.000,00
Cód. red.: 448	07.003.08.243.0008.2049.3.3.90.37.1.500.0000000		30.000,00
Cód. red.: 650	07.003.08.243.0008.2049.3.3.90.46.1.500.0000000		1.400,00
Cód. red.: 451	07.003.08.243.0009.2044.3.1.90.13.1.500.0000000		2.000,00
Cód. red.: 456	07.003.08.243.0009.2044.3.3.90.37.1.500.0000000		5.000,00
		Sub-Total:	**45.400,00**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 004 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 460	07.004.08.241.0008.2050.3.3.90.39.1.500.0000000		50.000,00
		Sub-Total:	**50.000,00**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 476	08.001.15.452.0002.2052.3.1.90.13.1.500.0000000		15.000,00
Cód. red.: 477	08.001.15.452.0002.2052.3.1.90.94.1.500.0000000		10.000,00
Cód. red.: 478	08.001.15.452.0002.2052.3.1.91.13.1.500.0000000		10.000,00
Cód. red.: 480	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.14.1.500.0000000		10.000,00
Cód. red.: 495	08.001.15.452.0004.2054.3.1.90.13.1.500.0000000		5.000,00
		Sub-Total:	**50.000,00**

Órgão: 11 - SEC. ESPORTE E LAZER
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - ESPORTE E LAZER

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 576	11.001.27.812.0002.2058.3.1.90.13.1.500.0000000		20.000,00
Cód. red.: 584	11.001.27.812.0002.2058.3.3.90.37.1.500.0000000		30.000,00
		Sub-Total:	**50.000,00**
		Total Parcial Suplementado:	**547.000,00**

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos aqueles mencionados no inciso III parágrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64 oriundos de anulação parcial ou total de dotações.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

Órgão:	**03 - SEC. ADMINISTRAÇÃO**		
Unidade:	**001 - GABINETO DO SECRETARIO ADMINISTRACAO**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 62	03.001.04.122.0002.2005.3.3.91.97.1.500.0000000		3.711,27
		Sub-Total:	**3.711,27**
Órgão:	**05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA**		
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 135	05.002.12.361.0006.2009.3.3.91.97.1.500.1001000		22.870,70
		Sub-Total:	**22.870,70**
Órgão:	**06 - SEC. SAÚDE**		
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 284	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.39.1.500.1002000		100.000,00
Cód. red.: 289	06.002.10.301.0018.2027.3.3.91.97.1.500.1002000		27.155,80
Cód. red.: 289	06.002.10.301.0018.2027.3.3.91.97.1.600.0000600		38.000,00
Cód. red.: 297	06.002.10.301.0018.2033.3.3.91.97.1.500.1002000		20.753,88
Cód. red.: 304	06.002.10.301.0018.2034.3.3.90.30.1.600.0000600		5.000,00
Cód. red.: 306	06.002.10.301.0018.2034.3.3.91.97.1.500.1002000		2.108,00
Cód. red.: 321	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.39.1.500.1002000		120.539,99
		Sub-Total:	**313.557,67**
Órgão:	**07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
Unidade:	**001 - GABINETE DO SECRETARIO - ASSIST. SOCIAL**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 386	07.001.08.122.0002.2045.3.3.91.97.1.500.0000000		1.703,40
		Sub-Total:	**1.703,40**
Órgão:	**07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 418	07.002.08.244.0008.2042.3.3.91.97.1.660.0000000		1.937,52
		Sub-Total:	**1.937,52**
Órgão:	**08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**		
Unidade:	**001 - GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 472	08.001.15.451.0005.2053.3.3.90.39.1.751.0000000		200.000,00
		Sub-Total:	**200.000,00**
Órgão:	**10 - SEC. MEIO AMBIENTE**		
Unidade:	**001 - GABINETE DO SECRETARIO - M AMBIENTE**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 568	10.001.18.122.0002.2057.3.3.91.97.1.500.0000000		3.219,44
		Sub-Total:	**3.219,44**
		Total Parcial Reduzido:	**547.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cláudia, Gabinete do Prefeito.

CLÁUDIA - MT, 7 de agosto de 2023

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

ALTAMIR KURTEN
CPF: 403.786.169-00
Prefeito(a)

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 896-2023 - CREDITO SUPLEMENTAR - LEI MUN. NO. 951_2022

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

DECRETO Nº 896/2023

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor ALTAMIR KURTEN, Prefeito Municipal de CLÁUDIA, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 951/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 71.127,80 (setenta e um mil cento e vinte e sete reais e oitenta centavos) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos no Orçamento vigente:

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Superávit financeiro

Cód. red.: 266	06.002.10.122.0023.2039.3.3.71.70.2.602.0000800		71.127,80
		Sub-Total:	**71.127,80**
		Total Parcial Suplementado:	**71.127,80**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cláudia, Gabinete do Prefeito.

CLÁUDIA - MT, 11 de agosto de 2023

ALTAMIR KURTEN
CPF: 403.786.169-00
Prefeito(a)

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 434/2023

DATA: 04 de setembro de 2023.

SÚMULA: Dispõe sobre a averbação de tempo de contribuição da servidora **Eliane Gambin Lazzeri** dá outras providências,

Considerando o Art. 159 da Lei Complementar 012/2013 de 11 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município e o Art. 43 da Lei Complementar 473/2013 de 24 de abril de 2013, que dispõe sobre o Regime Próprio dos Servidores Municipais, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Averbar o tempo de serviço / contribuição conforme Certidão emitida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social n° 28001020.1.00031/21-9, a servidora **Eliane Gambin Lazzeri,** conforme parecer jurídico N° 093/2023/PJUR.

Art. 2° - O período averbado compreende a 1.747 dias, correspondendo a 04 anos, 09 meses e 17 dias.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de setembro de 2023

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE- SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE- SE

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 888-2023 - CREDITO SUPLEMENTAR - LEI MUN. NO. 951_2022

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

DECRETO Nº 888/2022

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor ALTAMIR KURTEN, Prefeito Municipal de CLÁUDIA, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 951/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 532.213,96 (quinhentos e trinta e dois mil duzentos e treze reais e noventa e seis centavos) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos no Orçamento vigente:

Órgão: 03 - SEC. ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 001 - GABINETO DO SECRETARIO ADMINISTRACAO

Superávit financeiro

Cód. red.: 56	03.001.04.122.0002.2005.3.3.90.37.2.501.0000000		52.060,85
		Sub-Total:	**52.060,85**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

Superávit financeiro

Cód. red.: 131	05.002.12.361.0006.2009.3.3.90.30.2.571.0000000		1.306,08
Cód. red.: 133	05.002.12.361.0006.2009.3.3.90.39.2.571.0000000		5.284,40
		Sub-Total:	**6.590,48**

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Superávit financeiro

Cód. red.: 279	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.30.2.600.0000600		4.459,96
Cód. red.: 279	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.30.2.621.0000000		615,21
Cód. red.: 284	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.39.2.600.0000600		2.862,86
Cód. red.: 307	06.002.10.301.0018.2038.3.3.71.70.2.600.0000600		152,33
Cód. red.: 307	06.002.10.301.0018.2038.3.3.71.70.2.600.3110000		1.879,14
		Sub-Total:	**9.969,50**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - ASSIST. SOCIAL

Superávit financeiro

Cód. red.: 385	07.001.08.122.0002.2045.3.3.90.93.2.661.0000000		7.584,98
		Sub-Total:	**7.584,98**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Superávit financeiro

Cód. red.: 417	07.002.08.244.0008.2042.3.3.90.39.2.660.0000000		119,16
Cód. red.: 437	07.002.08.244.0009.2046.3.3.90.39.2.660.0000000		76,74
		Sub-Total:	**195,90**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Superávit financeiro

Cód. red.: 463	08.001.15.451.0005.1034.4.4.90.51.2.701.0000000		231.006,67
Cód. red.: 667	08.001.15.451.0005.2053.3.3.90.37.2.751.0000000		5.767,74
Cód. red.: 472	08.001.15.451.0005.2053.3.3.90.39.2.751.0000000		53.973,43
Cód. red.: 484	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.37.2.501.0000000		4.958,08
Cód. red.: 501	08.001.15.452.0004.2054.3.3.90.39.2.501.0000000		41.334,67
Cód. red.: 505	08.001.25.752.0005.1040.4.4.90.51.2.754.0000000		1.024,48
		Sub-Total:	**338.065,07**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

Superávit financeiro			
Cód. red.: 511	08.002.26.782.0005.1033.4.4.90.51.2.701.0000000		115.761,14
		Sub-Total:	**115.761,14**
Órgão: 10 - SEC. MEIO AMBIENTE			
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - M AMBIENTE			
Superávit financeiro			
Cód. red.: 561	10.001.18.122.0002.2057.3.3.90.30.2.501.0000000		999,33
Cód. red.: 565	10.001.18.122.0002.2057.3.3.90.39.2.501.0000000		193,38
Cód. red.: 657	10.001.18.122.0002.2057.3.3.90.46.2.501.0000000		793,33
		Sub-Total:	**1.986,04**
		Total Parcial Suplementado:	**532.213,96**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cláudia, Gabinete do Prefeito.

CLÁUDIA - MT, 1 de agosto de 2023

ALTAMIR KURTEN
CPF: 403.786.169-00
Prefeito(a)

CONTABILIDADE
TERMO DE ALTERAÇÃO DE FONTE Nº 00035-2023

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

TERMO DE ALTERAÇÃO DE FONTE Nº 35/2023

SÚMULA: "Dispõe sobre a realização de remanejamento orçamentário, através de realocação de valores entre fontes de recursos de dotação orçamentária" .

O Senhor ALTAMIR KURTEN, Prefeito Municipal de CLÁUDIA, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 951/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

Considerando a necessidade de realocação de recursos orçamentários, com vistas variações do recebimento dos recursos e suas destinações;

Considerando a necessidade de inclusão no orçamento em vigor, de Fonte/Detalhamento de Recurso específica, em consonância com os Comunicados APLIC do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando que as realocações de saldos entre fontes de recursos não alteram os saldos das respectivas dotações orçamentárias, mas apenas alterações de valores entre as fontes a elas vinculadas;

Considerando que o Art. 2 da Lei Municipal nº 960 de 07 de Dezembro de 2022, autoriza a transpor, remanejar e transferir orçamentária entre Fontes de Recursos, o qual consiste na realocação entre fontes de recursos numa mesma dotação orçamentária

Art. 1º - Fica Autorizado o efetivo remanejamento orçamentário no valor de R$ 767.272,46 (setecentos e sessenta e sete mil duzentos e setenta e dois reais e quarenta e seis centavos) entre fontes de recursos da mesma dotação orçamentária nas seguintes Dotações e Fontes/Detalhamentos de Recursos:

Órgão: 04 - SEC. FINANÇAS
Unidade: 001 - GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 86	04.001.04.123.0002.2007.3.3.90.39.1.500.0000000		340,00
		Sub-Total:	**340,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 001 - GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 96	05.001.12.122.0002.2024.3.1.90.11.1.500.1001000		33.199,79
		Sub-Total:	**33.199,79**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 119	05.002.12.306.0006.2022.3.3.90.30.1.552.0000000		8.891,94
Cód. red.: 129	05.002.12.361.0006.2009.3.1.90.94.1.500.1001000		4.936,44
Cód. red.: 131	05.002.12.361.0006.2009.3.3.90.30.1.571.0000000		43.565,05
Cód. red.: 133	05.002.12.361.0006.2009.3.3.90.39.1.500.1001000		120.000,00
Cód. red.: 133	05.002.12.361.0006.2009.3.3.90.39.1.553.0000000		11.824,76
Cód. red.: 663	05.002.12.361.0006.2010.3.3.90.46.1.540.0000000		13.093,33
Cód. red.: 664	05.002.12.365.0006.2011.3.3.90.46.1.540.0000000		9.766,65
		Sub-Total:	**212.078,17**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 003 - FUNDEB 70

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 188	05.003.12.365.0006.2012.3.1.90.11.1.540.0000000		540,45
		Sub-Total:	**540,45**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 004 - FUNDEB 30

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 200	05.004.12.361.0006.2017.3.1.90.11.1.540.0000000		13.924,92
Cód. red.: 201	05.004.12.361.0006.2017.3.1.90.13.1.540.0000000		2.765,19
Cód. red.: 661	05.004.12.361.0006.2017.3.3.90.46.1.540.0000000		3.986,66
Cód. red.: 219	05.004.12.365.0006.2015.3.1.90.11.1.540.0000000		7.744,58
Cód. red.: 220	05.004.12.365.0006.2015.3.1.90.13.1.540.0000000		3.506,91
Cód. red.: 222	05.004.12.365.0006.2015.3.1.91.13.1.540.0000000		1.481,15

Cód. red.: 659	05.004.12.365.0006.2015.3.3.90.46.1.540.0000000		2.400,00
		Sub-Total:	**35.809,41**

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 273	06.002.10.301.0018.2027.3.1.90.11.1.600.0000600		2.074,83
Cód. red.: 278	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.14.1.500.1002000		5.000,00
Cód. red.: 279	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.30.1.500.1002000		218,97
Cód. red.: 279	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.30.1.621.0000000		499,39
Cód. red.: 283	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.37.1.600.0000600		56.255,37
Cód. red.: 284	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.39.1.621.0000000		3.355,00
Cód. red.: 646	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.46.1.600.0000600		200,00
Cód. red.: 307	06.002.10.301.0018.2038.3.3.71.70.1.600.0000600		31.638,64
Cód. red.: 316	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.30.1.600.0000604		260,00
Cód. red.: 316	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.30.1.621.0000000		821,31
Cód. red.: 320	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.37.1.600.3110000		4.007,88
Cód. red.: 321	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.39.1.600.0000604		132,25
Cód. red.: 367	06.002.10.305.0020.2031.3.3.90.37.1.600.0000605		3.075,68
		Sub-Total:	**107.539,32**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - ASSIST. SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 385	07.001.08.122.0002.2045.3.3.90.93.1.661.0000000		3.097,74
		Sub-Total:	**3.097,74**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 389	07.002.08.244.0002.2043.3.1.90.11.1.660.0000000		3.143,68
Cód. red.: 390	07.002.08.244.0002.2043.3.1.90.13.1.660.0000000		825,21
Cód. red.: 654	07.002.08.244.0002.2043.3.3.90.46.1.660.0000000		200,00
Cód. red.: 409	07.002.08.244.0008.2042.3.1.90.11.1.660.0000000		4.000,00
Cód. red.: 410	07.002.08.244.0008.2042.3.1.90.13.1.660.0000000		825,21
Cód. red.: 653	07.002.08.244.0008.2042.3.3.90.46.1.660.0000000		200,00
Cód. red.: 427	07.002.08.244.0009.2046.3.1.90.11.1.660.0000000		6.605,58
Cód. red.: 432	07.002.08.244.0009.2046.3.3.90.30.1.660.0000000		413,00
Cód. red.: 652	07.002.08.244.0009.2046.3.3.90.46.1.660.0000000		600,00
		Sub-Total:	**16.812,68**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 003 - FUNDO MUN. DOS DIREIT. DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 650	07.003.08.243.0008.2049.3.3.90.46.1.660.0000000		600,00
		Sub-Total:	**600,00**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 481	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.30.1.500.0000000		7.505,59
Cód. red.: 481	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.30.1.704.0000000		26.000,00
Cód. red.: 484	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.37.1.704.0000000		10.158,43
Cód. red.: 485	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.39.1.500.0000000		63.500,00
Cód. red.: 485	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.39.1.711.0000804		1.518,15
Cód. red.: 488	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.93.1.700.0000000		15.067,68
		Sub-Total:	**123.749,85**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 520	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.30.1.500.0000000		147.691,30

Cód. red.: 520	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.30.1.704.0000000		2.011,00
Cód. red.: 522	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.39.1.704.0000000		21.716,17
		Sub-Total:	**171.418,47**

Órgão: 09 - SEC. DESENV. ECONÔMICO E RURAL
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO DES. ECON. E RURAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 533	09.001.20.606.0002.2056.3.3.90.39.1.500.0000000		5.100,00
		Sub-Total:	**5.100,00**

Órgão: 10 - SEC. MEIO AMBIENTE
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - M AMBIENTE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 554	10.001.18.122.0002.2057.3.1.90.11.1.501.0000000		26.257,09
Cód. red.: 555	10.001.18.122.0002.2057.3.1.90.13.1.501.0000000		2.155,96
Cód. red.: 556	10.001.18.122.0002.2057.3.1.90.94.1.501.0000000		3.000,00
Cód. red.: 557	10.001.18.122.0002.2057.3.1.91.13.1.501.0000000		1.682,08
Cód. red.: 564	10.001.18.122.0002.2057.3.3.90.37.1.501.0000000		19.986,61
Cód. red.: 565	10.001.18.122.0002.2057.3.3.90.39.1.501.0000000		3.280,00
		Sub-Total:	**56.361,74**

Órgão: 11 - SEC. ESPORTE E LAZER
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - ESPORTE E LAZER

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 587	11.001.27.812.0002.2058.3.3.90.93.1.701.0000000		624,84
		Sub-Total:	**624,84**
		Total Parcial Suplementado:	**767.272,46**

Art. 2º - Para efetivação através de Realocação de Valores entre Fontes de Recursos, a que se refere o artigo anterior, serão reduzidos os créditos nas seguintes Dotações e Fontes de Recursos:

Órgão: 04 - SEC. FINANÇAS
Unidade: 001 - GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 86	04.001.04.123.0002.2007.3.3.90.39.1.501.0000000		340,00
		Sub-Total:	**340,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 001 - GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 96	05.001.12.122.0002.2024.3.1.90.11.1.540.1070000		33.199,79
		Sub-Total:	**33.199,79**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 119	05.002.12.306.0006.2022.3.3.90.30.1.500.0000000		8.891,94
Cód. red.: 129	05.002.12.361.0006.2009.3.1.90.94.1.540.0000000		4.936,44
Cód. red.: 131	05.002.12.361.0006.2009.3.3.90.30.1.500.1001000		43.565,05
Cód. red.: 133	05.002.12.361.0006.2009.3.3.90.39.1.571.0000000		96.580,00
Cód. red.: 133	05.002.12.361.0006.2009.3.3.90.39.1.759.0000701		35.244,76
Cód. red.: 663	05.002.12.361.0006.2010.3.3.90.46.1.500.1001000		13.093,33
Cód. red.: 664	05.002.12.365.0006.2011.3.3.90.46.1.500.1001000		9.766,65
		Sub-Total:	**212.078,17**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 003 - FUNDEB 70

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 188	05.003.12.365.0006.2012.3.1.90.11.1.540.1070000		540,45
		Sub-Total:	**540,45**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 004 - FUNDEB 30

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 200	05.004.12.361.0006.2017.3.1.90.11.1.500.1001000		13.924,92
Cód. red.: 201	05.004.12.361.0006.2017.3.1.90.13.1.500.1001000		2.765,19
Cód. red.: 661	05.004.12.361.0006.2017.3.3.90.46.1.500.1001000		3.986,66
Cód. red.: 219	05.004.12.365.0006.2015.3.1.90.11.1.500.1001000		7.744,58
Cód. red.: 220	05.004.12.365.0006.2015.3.1.90.13.1.500.1001000		3.506,91
Cód. red.: 222	05.004.12.365.0006.2015.3.1.91.13.1.500.1001000		1.481,15
Cód. red.: 659	05.004.12.365.0006.2015.3.3.90.46.1.500.1001000		2.400,00
		Sub-Total:	**35.809,41**

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 273	06.002.10.301.0018.2027.3.1.90.11.1.500.1002000		2.074,83
Cód. red.: 278	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.14.1.600.0000600		5.000,00
Cód. red.: 279	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.30.1.600.0000600		718,36
Cód. red.: 283	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.37.1.500.1002000		56.255,37
Cód. red.: 284	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.39.1.500.1002000		3.355,00
Cód. red.: 646	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.46.1.500.1002000		200,00
Cód. red.: 307	06.002.10.301.0018.2038.3.3.71.70.1.500.1002000		31.638,64
Cód. red.: 316	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.30.1.500.1002000		1.081,31
Cód. red.: 320	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.37.1.500.1002000		4.007,88
Cód. red.: 321	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.39.1.500.1002000		132,25
Cód. red.: 367	06.002.10.305.0020.2031.3.3.90.37.1.500.1002000		3.075,68
		Sub-Total:	**107.539,32**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - ASSIST. SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 385	07.001.08.122.0002.2045.3.3.90.93.1.500.0000000		3.097,74
		Sub-Total:	**3.097,74**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 389	07.002.08.244.0002.2043.3.1.90.11.1.500.0000000		3.143,68
Cód. red.: 390	07.002.08.244.0002.2043.3.1.90.13.1.500.0000000		825,21
Cód. red.: 654	07.002.08.244.0002.2043.3.3.90.46.1.500.0000000		200,00
Cód. red.: 409	07.002.08.244.0008.2042.3.1.90.11.1.500.0000000		4.000,00
Cód. red.: 410	07.002.08.244.0008.2042.3.1.90.13.1.500.0000000		825,21
Cód. red.: 653	07.002.08.244.0008.2042.3.3.90.46.1.500.0000000		200,00
Cód. red.: 427	07.002.08.244.0009.2046.3.1.90.11.1.500.0000000		6.605,58
Cód. red.: 432	07.002.08.244.0009.2046.3.3.90.30.1.500.0000000		413,00
Cód. red.: 652	07.002.08.244.0009.2046.3.3.90.46.1.500.0000000		600,00
		Sub-Total:	**16.812,68**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 003 - FUNDO MUN. DOS DIREIT. DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 650	07.003.08.243.0008.2049.3.3.90.46.1.500.0000000		600,00
		Sub-Total:	**600,00**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 481	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.30.1.501.0000000		1.687,07
Cód. red.: 481	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.30.1.709.0000000		11.818,52
Cód. red.: 481	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.30.1.711.0000804		20.000,00
Cód. red.: 484	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.37.1.500.0000000		10.158,43
Cód. red.: 485	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.39.1.704.0000000		12.000,00
Cód. red.: 485	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.39.1.709.0000000		53.018,15

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

Cód. red.: 488	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.93.1.500.0000000		15.067,68
		Sub-Total:	**123.749,85**
Órgão:	**08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**		
Unidade:	**002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 520	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.30.1.709.0000000		109.843,87
Cód. red.: 520	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.30.1.759.0000700		39.858,43
Cód. red.: 522	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.39.1.500.0000000		21.716,17
		Sub-Total:	**171.418,47**
Órgão:	**09 - SEC. DESENV. ECONÔMICO E RURAL**		
Unidade:	**001 - GABINETE DO SECRETARIO DES. ECON. E RURAL**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 533	09.001.20.606.0002.2056.3.3.90.39.1.501.0000000		5.100,00
		Sub-Total:	**5.100,00**
Órgão:	**10 - SEC. MEIO AMBIENTE**		
Unidade:	**001 - GABINETE DO SECRETARIO - M AMBIENTE**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 554	10.001.18.122.0002.2057.3.1.90.11.1.500.0000000		26.257,09
Cód. red.: 555	10.001.18.122.0002.2057.3.1.90.13.1.500.0000000		2.155,96
Cód. red.: 556	10.001.18.122.0002.2057.3.1.90.94.1.500.0000000		3.000,00
Cód. red.: 557	10.001.18.122.0002.2057.3.1.91.13.1.500.0000000		1.682,08
Cód. red.: 564	10.001.18.122.0002.2057.3.3.90.37.1.500.0000000		19.986,61
Cód. red.: 565	10.001.18.122.0002.2057.3.3.90.39.1.500.0000000		3.280,00
		Sub-Total:	**56.361,74**
Órgão:	**11 - SEC. ESPORTE E LAZER**		
Unidade:	**001 - GABINETE DO SECRETARIO - ESPORTE E LAZER**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 587	11.001.27.812.0002.2058.3.3.90.93.1.500.0000000		624,84
		Sub-Total:	**624,84**
		Total Parcial Reduzido:	**767.272,46**

Art. 3º - As realocações que se referem os artigos 1º e 2º se dará através de Alteração de Fonte entre dotações autorizado pela Lei Municipal 891/2021.

Art. 4º - Este termo entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

CLÁUDIA - MT, 1 de agosto de 2023

ALTAMIR KURTEN
CPF: 403.786.169-00
Prefeito(a)

LICITAÇÃO
PORTARIA N° 153/2023/LIC/SEMAD

DATA: 19 de Setembro de 2023.

SÚMULA: Nomeia a servidora**, ADRIANA BILIERI** como Fiscal de Contratose dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o secretário Municipal de Administração, Estado

de Mato Grosso, Davi Schleicher, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° Nomeia a servidora **ADRIANA BILIERI** inscritoCPF n° ***711.291-** como Fiscal de Contratos abaixo relacionado;

CONTRATO:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
41/2023	**L A FARMACIA LTDA.**	**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CLÁUDIA - MT.**
42/2023	**FARMACIA HOMOGENEA LTDA.**	**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CLÁUDIA - MT.**

Art.2°Nomeia a servidora **EDINEIA VALTRICK** inscrita no CPF n° ***578.711-**como SUPLENTE.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

19 de Setembro de 2023

Davi Schleicher

Secretário Municipal de Administração

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

LICITAÇÃO
PORTARIA N° 154/2023/LIC/SEMAD

DATA: 19 de Setembro de 2023.

SÚMULA: Nomeia a servidora**, ADRIANA BILIERI** como Fiscal de ATAe dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, Davi Schleicher, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° Nomeia a servidora **ADRIANA BILIERI** inscritoCPF n° ***711.291-** como Fiscal de ATA abaixo relacionado;

ATA:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
41/2023	**L A FARMACIA LTDA.**	**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CLÁUDIA - MT.**
42/2023	**FARMACIA HOMOGENEA LTDA.**	**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CLÁUDIA - MT.**

Art.2°Nomeia a servidora **EDINEIA VALTRICK** inscrita no CPF n° ***578.711-**como SUPLENTE.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

19 de Setembro de 2023

Davi Schleicher

Secretário Municipal de Administração

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO NO 103/2023

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº. ALTAMIR KURTEN, e do outro lado, JOSE BATISTA PALHARIM, neste ato representada pelo Srº JOSÉ BATISTA PALHARIM, simplesmente denominada CONCESSIONÁRIA.

DA CONCESSÃO DO DIREITO DE USO E EXPLORAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS MÓVEIS E IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT, CONSISTENTES NAS INSTALAÇÕES DE UMA INDÚSTRIA DE PROCESSAMENTO DE FRUTAS, PARA ENTIDADE ASSOCIATIVA OU COOPERATIVA, EMPREENDEDOR OU EMPRESA LEGALMENTE CONSTITUÍDA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 954/2022 E LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT.

DO VALOR DA TAXA DE USO E EXPLORAÇÃO

No primeiro ano de vigência, como forma de estimular a consolidação e o fortalecimento do empreendimento, a concessão será gratuita; No segundo ano, a concessão será onerosa no valor de R$ 1.000,00 (mil reais) por mês. No entanto, caso haja: Comprovação de geração de 1 (um) emprego formal, o valor mensal será de R$ 500,00 (quinhentos reais); Comprovação de geração de 2 (dois) ou mais empregos a concessão será gratuita; e Do terceiro ano em diante, a concessão será onerosa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por mês. No entanto, caso haja: Comprovação de geração de de 1 (um) emprego formal, o valor mensal será de R$ 1.000,00 (mil reais); Comprovação de geração de 2 (dois) ou mais empregos a concessão será gratuita.

Cláudia - MT, 04 de Setembro de 2023

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 106/2023

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Srº. **ALTAMIR KURTEN,** , e, de outro lado, a empresa **RAFAEL GOTTERT**, CONTRATADO, neste ato representada pelo Srº. **Rafael Gottert**.

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DE VEÍCULOS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.

O valor global do presente contrato é de **R$ 31.635,35 (Trinta e um mil e seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e cinco centavos).**

O contrato terá validade da data de sua assinatura até 19/09/2024.

CLÁUDIA – MT, 19 de Setembro de 2023.

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 894-2023 - CREDITO SUPLEMENTAR - LEI MUN. NO. 1019_2023

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

DECRETO Nº 894/2023

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor ALTAMIR KURTEN, Prefeito Municipal de CLÁUDIA, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 1019/2023, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.129.000,00 (um milhão cento e vinte e nove mil reais) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos no Orçamento vigente:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 001 - GABINETE DO PREFEITO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 20	02.001.04.122.0002.2002.3.1.90.11.1.500.0000000		40.000,00
Cód. red.: 21	02.001.04.122.0002.2002.3.1.90.13.1.500.0000000		15.000,00
Cód. red.: 38	02.001.04.124.0002.2003.3.1.90.11.1.500.0000000		8.000,00
		Sub-Total:	**63.000,00**

Órgão: 03 - SEC. ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 001 - GABINETO DO SECRETARIO ADMINISTRACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 46	03.001.04.122.0002.2005.3.1.90.11.1.500.0000000		90.000,00
Cód. red.: 47	03.001.04.122.0002.2005.3.1.90.13.1.500.0000000		10.000,00
Cód. red.: 48	03.001.04.122.0002.2005.3.1.90.94.1.500.0000000		4.000,00
		Sub-Total:	**104.000,00**

Órgão: 04 - SEC. FINANÇAS
Unidade: 001 - GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 80	04.001.04.123.0002.2007.3.3.90.14.1.500.0000000		10.000,00
		Sub-Total:	**10.000,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 145	05.002.12.361.0006.2010.3.3.90.37.1.500.1001000		65.000,00
Cód. red.: 152	05.002.12.361.0006.2025.3.3.90.37.1.550.0000000		20.000,00
Cód. red.: 168	05.002.12.365.0006.2011.3.3.90.39.1.500.1001000		30.000,00
		Sub-Total:	**115.000,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 003 - FUNDEB 70

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 181	05.003.12.361.0006.2016.3.1.90.04.1.540.1070000		200.000,00
Cód. red.: 184	05.003.12.361.0006.2016.3.1.90.94.1.500.1001000		10.000,00
Cód. red.: 187	05.003.12.365.0006.2012.3.1.90.04.1.540.1070000		76.000,00
Cód. red.: 190	05.003.12.365.0006.2012.3.1.90.94.1.540.1070000		5.000,00
		Sub-Total:	**291.000,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 004 - FUNDEB 30

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 199	05.004.12.361.0006.2017.3.1.90.04.1.540.0000000		40.000,00
Cód. red.: 201	05.004.12.361.0006.2017.3.1.90.13.1.500.1001000		20.000,00
Cód. red.: 661	05.004.12.361.0006.2017.3.3.90.46.1.500.1001000		14.000,00
Cód. red.: 218	05.004.12.365.0006.2015.3.1.90.04.1.540.0000000		20.000,00
		Sub-Total:	**94.000,00**

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE

Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 283	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.37.1.500.1002000		50.000,00
Cód. red.: 290	06.002.10.301.0018.2033.3.1.90.11.1.500.1002000		70.000,00
Cód. red.: 644	06.002.10.301.0018.2033.3.3.90.46.1.500.1002000		10.000,00
Cód. red.: 311	06.002.10.302.0019.2028.3.1.90.11.1.500.1002000		35.000,00
Cód. red.: 318	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.34.1.500.1002000		90.000,00
Cód. red.: 329	06.002.10.302.0019.2035.3.3.90.34.1.500.1002000		20.000,00
Cód. red.: 358	06.002.10.305.0020.2031.3.1.90.11.1.500.1002000		55.000,00
		Sub-Total:	**330.000,00**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - ASSIST. SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 380	07.001.08.122.0002.2045.3.3.90.34.1.500.0000000		20.000,00
		Sub-Total:	**20.000,00**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 389	07.002.08.244.0002.2043.3.1.90.11.1.500.0000000		10.000,00
Cód. red.: 427	07.002.08.244.0009.2046.3.1.90.11.1.500.0000000		7.000,00
		Sub-Total:	**17.000,00**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 003 - FUNDO MUN. DOS DIREIT. DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 450	07.003.08.243.0009.2044.3.1.90.11.1.500.0000000		10.000,00
		Sub-Total:	**10.000,00**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 494	08.001.15.452.0004.2054.3.1.90.11.1.500.0000000		60.000,00
		Sub-Total:	**60.000,00**

Órgão: 09 - SEC. DESENV. ECONÔMICO E RURAL
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO DES. ECON. E RURAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 525	09.001.20.606.0002.2056.3.1.90.94.1.500.0000000		2.000,00
Cód. red.: 529	09.001.20.606.0002.2056.3.3.90.14.1.500.0000000		6.000,00
		Sub-Total:	**8.000,00**

Órgão: 11 - SEC. ESPORTE E LAZER
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - ESPORTE E LAZER

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 577	11.001.27.812.0002.2058.3.1.90.94.1.500.0000000		2.000,00
Cód. red.: 580	11.001.27.812.0002.2058.3.3.90.14.1.500.0000000		5.000,00
		Sub-Total:	**7.000,00**
		Total Parcial Suplementado:	**1.129.000,00**

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar Aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos aqueles mencionados no inciso III parágrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64 oriundos de anulação parcial ou total de dotações.

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 001 - GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 96	05.001.12.122.0002.2024.3.1.90.11.1.500.1001000		63.305,54
Cód. red.: 96	05.001.12.122.0002.2024.3.1.90.11.1.540.1070000		23.480,57
Cód. red.: 99	05.001.12.122.0002.2024.3.1.91.13.1.500.1001000		10.000,00
		Sub-Total:	**96.786,11**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 003 - FUNDEB 70

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 182	05.003.12.361.0006.2016.3.1.90.11.1.540.1070000		200.000,00
		Sub-Total:	**200.000,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 004 - FUNDEB 30

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 219	05.004.12.365.0006.2015.3.1.90.11.1.500.1001000		30.000,00
		Sub-Total:	**30.000,00**

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 273	06.002.10.301.0018.2027.3.1.90.11.1.500.1002000		300.000,00
Cód. red.: 288	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.93.1.500.1002000		150.000,00
Cód. red.: 288	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.93.1.600.0000600		25.000,00
Cód. red.: 359	06.002.10.305.0020.2031.3.1.90.13.1.500.1002000		25.000,00
Cód. red.: 361	06.002.10.305.0020.2031.3.1.91.13.1.500.1002000		25.000,00
		Sub-Total:	**525.000,00**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 517	08.002.26.782.0005.2055.3.1.90.13.1.500.0000000		100.000,00
Cód. red.: 519	08.002.26.782.0005.2055.3.1.91.13.1.500.0000000		40.000,00
Cód. red.: 520	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.30.1.709.0000000		70.000,00
Cód. red.: 522	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.39.1.709.0000000		67.213,89
		Sub-Total:	**277.213,89**
		Total Parcial Reduzido:	**1.129.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cláudia, Gabinete do Prefeito.

CLÁUDIA - MT, 7 de agosto de 2023

ALTAMIR KURTEN
CPF: 403.786.169-00
Prefeito(a)

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 893-2023 - CREDITO SUPLEMENTAR - LEI MUN. NO. 1018_2023

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

DECRETO Nº 893/2023

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor ALTAMIR KURTEN, Prefeito Municipal de CLÁUDIA, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 1018/2023, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 704.320,99 (setecentos e quatro mil trezentos e vinte reais e noventa e nove centavos) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos no Orçamento vigente:

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 463	08.001.15.451.0005.1034.4.4.90.51.1.500.0000000		357.553,18
Cód. red.: 463	08.001.15.451.0005.1034.4.4.90.51.1.701.0000000		346.767,81
		Sub-Total:	**704.320,99**
		Total Parcial Suplementado:	**704.320,99**

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar Aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos aqueles mencionados no inciso III parágrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64 oriundos de anulação parcial ou total de dotações.

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 123	05.002.12.361.0006.1010.4.4.90.51.1.500.1001000		613.188,23
		Sub-Total:	**613.188,23**

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 321	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.39.1.500.1002000		91.132,76
		Sub-Total:	**91.132,76**
		Total Parcial Reduzido:	**704.320,99**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cláudia, Gabinete do Prefeito.

CLÁUDIA - MT, 7 de agosto de 2023

ALTAMIR KURTEN
CPF: 403.786.169-00
Prefeito(a)

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 903, DE 1º DE SETEMBRO DE 2023

DECRETO Nº 903, DE 1º DE SETEMBRO DE 2023

Estabelece normas regulamentares sobre o procedimento administrativo de apuração de infrações administrativas cometidas por licitantes e contratados; a aplicação de sanções; institui o cadastro de fornecedores/prestadores de serviços impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal e delega poderes à Secretaria Municipal Administração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso usando das competências e atribuições que lhes são conferidas pelo inciso VI, do artigo 79 da Lei Orgânica do Município, considerando a Constituição da República Federativa do Brasil CF/88, a Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e

CONSIDERANDO a necessidade de serem normatizados os procedimentos administrativos na apuração de infrações cometidas por licitantes e contratados, padronizando os métodos para aplicação de eventuais penalidades;

CONSIDERANDO que ainda não foi instituído o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal e que sua implantação pode evitar prejuízos ao erário causados por empresas inidôneas;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SEÇÃO I

DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Este Decreto estabelece normas regulamentares sobre o procedimento administrativo, no âmbito da Administração Pública Municipal, voltado à aplicação de sanções administrativas aos licitantes, contratados e outros sujeitos que a legislação vigente definir como passíveis de punição, fundamentadas na Lei Federal nº 8.666/1993 e no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei nº 12.846/2013; institui o "Cadastro de Fornecedores/ Prestadores de Serviços Impedidos de Licitar e Contratar"; e atribui competência à Secretaria Municipal de Administração para normatizar, instruir, julgar, designar comissões e aplicar sanções.

Parágrafo único. Estas normas aplicam-se também às contratações celebradas por dispensa ou inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 24 e no art. 25, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Art. 2º Para os fins deste Decreto consideram-se:

I - Órgão: unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Direta ou Indireta Municipal;

II - Licitante: pessoa física ou jurídica participante de licitação, inclusive cotação eletrônica, realizada pela Administração Pública Municipal;

III - Contratado: pessoa física ou jurídica signatária de contrato com a Administração Pública Municipal;

IV - Autoridade competente: agente público investido de capacidade administrativa, para expedir atos administrativos;

V - Comissão: conjunto de servidores instituído por ato de autoridade competente, com a função de instruir e concluir de forma fundamentada o procedimento administrativo para aplicação de possíveis sanções administrativas aos licitantes, contratados e demais sujeitos ou arquivamento do processo; e

VI - Sanção administrativa: penalidade prevista em Lei, instrumento editalício ou contrato, aplicada pela Administração Pública Municipal no exercício da função administrativa, como consequência de um fato típico administrativo com a observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, garantidos por meio do devido processo legal.

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA PARA A APURAÇÃO DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 3º A Secretaria Municipal de Administração é o Órgão competente para instaurar procedimentos e processos administrativos, constituir comissões para apurar infrações administrativas cometidas por licitantes e contratados no Município.

Art. 4º Cabe ao Secretário Municipal de Administração designar os membros da Comissão de Sanções Administrativas – CSA – para os trâmites administrativos do processo.

§ 1º A Comissão será nomeada por portaria, sendo composta por no mínimo 03 (três) servidores estáveis: sendo um representante da Secretaria Municipal de Administração e dois representantes do Órgão ou Secretaria ao qual o objeto do procedimento licitatório e do contrato for vinculado.

§ 2º No ato formal de nomeação estará previsto qual membro será o Presidente.

§ 3º Serão impedidos de participar das comissões servidores que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenham mantido relação jurídica com licitantes ou contratados envolvidos.

§ 4º Configurado o impedimento previsto no § 3º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

Art. 5º Compete à Comissão de Sanções Administrativas - CSA:

I - autuar, instruir e conduzir os processos administrativos que visem à apuração de atos infracionais às normas legais em matéria de licitação e contratos administrativos de que possam resultar a aplicação das sanções;

II - diligenciar junto às Unidades para a obtenção de elementos e informações necessários ao bom andamento dos seus trabalhos;

III - promover investigações e diligências necessárias, exercendo suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo imprescindível à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração Pública Municipal;

IV - requisitar documentos e/ou informações necessárias ao pleno esclarecimento dos fatos, os quais não poderão ser sonegados, sob pena de responsabilidade pessoal; e

V - emitir relatório final.

CAPÍTULO II

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

SEÇÃO I

DO INÍCIO DO PROCESSO

Art. 6º A abertura de Processo Administrativo de Sanções Administrativas deverá ser solicitado, preferencialmente, pelo ordenador da despesa a qual o objeto do procedimento licitatório e/ou do contrato for vinculado, sempre que verificar descumprimento das cláusulas contratuais ou cometimento de atos que visem fraudar os objetivos de licitação.

Art. 7º A abertura de Processo Administrativo dependerá de instrução prévia, elaborada pelo Órgão requisitante, contendo:

I - ofício do requerente com solicitação de abertura de Processo Administrativo, contendo:

a) identificação do Licitante ou Contratado;

b) o relato da conduta irregular, destacando a(s) cláusula(s) do instrumento convocatório ou do contrato infringida(s); a infração cometida; o inadimplemento contratual; ou a irregularidade em licitação;

c) os motivos que justificam a incidência de penalidade administrativa;

d) número do edital, do contrato/ata de registro de preços, termo aditivo e nota de empenho; e

e) indicação de 2 (dois) servidores estáveis para compor a Comissão.

II - cópia dos seguintes documentos:

a) edital com projeto básico/termo de referência;

b) contrato e seus aditivos contendo toda e qualquer alteração;

c) autorização de fornecimento - AF; e

d) notificação para empresa e resposta (se houver).

III - relatório técnico com informações detalhadas sobre:

a) a infração;

b) os prejuízos causados ao município de Cláudia/MT; e

c) a demonstração da culpabilidade da empresa com documentos comprobatórios.

IV - parecer jurídico sobre a viabilidade de abertura de Processo Administrativo, indicando às possíveis cláusulas editalícias e/ou contratuais infringidas.

§ 1º Fica resguardada à Comissão de Sanções Administrativas – CSA – a possibilidade de exigência de outros documentos que considerar pertinente à deflagração do processo.

§ 2º A deflagração do Processo Administrativo dependerá da instrução encaminhada com todas as peças exigidas.

Art. 8º O Processo Administrativo será instaurado pelo Secretário Municipal de Administração, por meio de portaria publicada no site oficial do Município, devendo conter:

I - identificação da empresa;

II - identificação do processo original da licitação/contrato, que supostamente teve suas regras e/ou cláusulas descumpridas pelos licitantes ou contratados;

III - a menção às disposições legais aplicáveis ao procedimento para apuração de responsabilidade;

IV - a designação da Comissão de servidores que irá conduzir o procedimento; e

V - o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão.

SEÇÃO II

DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS

Art. 9º O licitante ou contratado deverá ser notificado dos despachos, decisões ou atos que lhe facultem oportunidade de manifestação nos autos ou lhe imponham deveres, restrições ou sanções; bem como das decisões sobre quaisquer pretensões por ele formuladas.

§ 1º As notificações, em regra, serão feitas sempre de forma expressa e por escrito, preferencialmente por e-mail oficial indicado na qualificação da Contratada ou por seu preposto/representante; nos casos omissos e não podendo ser por e-mail e/ou pelo aplicativo WhatsApp, será por outro meio legal permitido, podendo ser por A.R (aviso de recebimento) por correio, telegrama, e/ou salvo exceção a critério da Contratante dependendo do caso em concreto por meio de Notificação Extrajudicial feita pelo Registro de Título e Documentos da sede da Contratante ou Contratada., e/ou outro meio legal que certifique a ciência.

§ 2º Far-se-á notificação por edital, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o licitante ou contratado se encontrar, ou quando frustrada a notificação de que trata o § 1º, deste artigo.

SEÇÃO III

DO REGIME DOS PRAZOS

Art. 10. Os atos do processo devem ser realizados em dias úteis, no horário normal de funcionamento do órgão administrativo.

Art. 11. Os prazos serão sempre contados em dias úteis, interrompendo-se nos sábados, domingos e feriados.

Art. 12. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

§ 1º Os prazos fluirão a partir do 1º (primeiro) dia útil após o recebimento da notificação.

§ 2º Considerar-se-á prorrogado o prazo, até o primeiro dia útil seguinte, se o vencimento cair em sábado, domingo ou feriado, ou dia em que não houver expediente no órgão da Administração Pública Municipal responsável pelo procedimento ou este for encerrado antes da hora normal.

Art. 13. O procedimento administrativo deverá estar concluído em até 180 (cento e oitenta) dias da sua instauração, salvo imposição de circunstâncias excepcionais.

Parágrafo único. A excepcionalidade a que se refere o caput deste artigo deverá ser justificada pela Comissão responsável pelo procedimento à autoridade competente, em até 05 (cinco) dias antes à expiração do prazo.

SEÇÃO IV

DA INSTRUÇÃO

Art. 14. Instaurado o processo, o licitante ou contratado será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação no caso de possível aplicação das sanções de multa, advertência, suspensão temporária ou impedimento de licitar, e 10 (dez) dias úteis caso existam fortes indícios para possível aplicação da sanção de declaração de inidoneidade, conforme o § 3º, art. 87, da Lei nº 8.666/1993.

§ 1º A notificação deverá conter:

I - identificação do licitante ou contratado;

II - finalidade da notificação;

III - prazo e local para apresentação da defesa;

IV - a necessidade de o intimado atender à notificação;

V - indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes;

VI - a informação da continuidade do processo independentemente da manifestação do licitante ou contratado; e

VII - a sanção a ser aplicada e sua gradação, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e/ou Lei nº 10.520/2002.

§ 2º As notificações serão nulas quando feitas sem a observância das prescrições legais, mas a apresentação de manifestação do licitante ou contratado suprirá a irregularidade, tornando-as válidas.

Art. 15. O licitante ou contratado poderá juntar documentos e pareceres, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.

§ 1º Os elementos probatórios deverão ser considerados na motivação do relatório e da decisão.

§ 2º Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas ou providências propostas pelo licitante ou contratado quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Art. 16. Ao licitante ou contratado incumbirá provar os fatos e situações alegados, sem prejuízo da autoridade processante averiguar as situações indispensáveis à elucidação do caso e imprescindíveis à formação do seu convencimento.

§ 1º O Presidente da Comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 2º Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

SEÇÃO V

DO RELATÓRIO E DECISÃO

Art. 17. Findada a instrução, em estrita observância aos preceitos do contraditório e da ampla defesa, ao final, seguir-se-á o relatório, peça informativa e opinativa, que deverá conter o resumo do procedimento e conclusão fundamentada da Comissão pela aplicação de sanções administrativas aos licitantes ou contratados ou arquivamento do processo.

§ 1º O Secretário Municipal de Administração, após receber o processo encaminhado pela Comissão, encaminhará o mesmo à Procuradoria Geral do Município para emissão de parecer jurídico quanto à legalidade e respeito aos trâmites processuais e ao princípio do contraditório e da ampla defesa devendo devolver o processo no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

§ 2º O processo retornará ao Secretário Municipal de Administração para a decisão de mérito, após a análise dos autos.

Art. 18. Após a decisão, o extrato deverá ser publicado no site oficial do Município, contendo:

I - nome ou razão social do licitante ou contratado e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

II - número do processo administrativo:

III - as justificativas e fundamentação legal;

IV - número da licitação/contrato; e

V - sanção aplicada, com os respectivos prazos de impedimento.

Parágrafo único. Após proferida a decisão caberá recurso de acordo com o Capítulo IV deste Decreto.

CAPÍTULO III

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

SEÇÃO I

DAS SANÇÕES

Art. 19. Aos contratados que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a Administração Pública Municipal, e aos licitantes que cometam atos visando frustrar os objetivos da licitação, após o devido processo legal e segundo a natureza, a gravidade da falta e a relevância do interesse público atingido, respeitados os princípios da razoabilidade da proporcionalidade, serão aplicadas as seguintes sanções:

I - advertência: comunicação formal ao licitante ou contratado, advertindo sobre o descumprimento de cláusulas contratuais e outras obrigações assumidas, e, conforme o caso, em que se confere prazo para a adoção das medidas corretivas cabíveis;

II - multa: conforme previsto no instrumento convocatório e/ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração Pública Municipal, que será concedida sempre que o contratado/licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

§ 2º A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções restritivas de direitos constantes deste Decreto.

§ 3º A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

Art. 20. A suspensão temporária impedirá o fornecedor/prestador de serviços de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal pelos seguintes prazos:

I - 6 (seis) meses, nos casos de:

a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor/prestador de serviços tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração; e

b) alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida.

II - 12 (doze) meses, nos casos de:

a) retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.

III - 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

a) entregar como verdadeira, mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

b) paralisação de serviço, de obra ou de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;

c) praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da Administração Pública; ou

d) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

Art. 21. Também será aplicada a sanção de impedimento, ao licitante ou contratado, na modalidade pregão, quando for convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 1º A penalidade não poderá ser superior a 5 (cinco) anos, sendo descredenciado do Sistema de Cadastro de Fornecedores/prestador de serviços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

Art. 22. Será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, o licitante ou contratado que:

I - não regularizar a inadimplência contratual nos prazos do artigo 20, deste Decreto; ou

II - demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de ato ilícito praticado.

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E PUBLICAÇÃO DA DECISÃO

Art. 23 É facultado ao licitante ou contratado interpor recurso contra a aplicação das sanções de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

Parágrafo único. O recurso será dirigido ao Secretário Municipal de Administração o qual poderá reconsiderar sua decisão inicial.

Art. 24. Do ato que ensejar a penalidade de declaração de inidoneidade cabe pedido de reconsideração ao Prefeito Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis contado da notificação do ato.

Parágrafo único. O recurso será dirigido ao Prefeito Municipal, encaminhado pelo Secretário Municipal de Administração.

Art. 25. Após o término do prazo para interposição de recurso administrativo, o extrato da decisão final deverá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, contendo:

I - nome ou razão social licitante ou contratado e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

II - número do processo administrativo;

III - as justificativas e fundamentação legal;

IV - número licitação/contrato; e

V - sanção aplicada, com os respectivos prazos de impedimento.

CAPÍTULO V

DO CADASTRO DE FORNECEDORES/PRESTADORES DE SERVIÇOS IMPEDIDOS DE LICITAR E CONTRATAR

Art. 26. Fica instituído o Cadastro de Fornecedores/Prestadores de Serviços Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal - CAFI.

Parágrafo único. Compete à Diretoria de Sistema de Licitações e Contratos, organizar e manter o CAFI atualizado, promovendo sua divulgação no sítio eletrônico https://www.claudia.mt.gov.br.

Art. 27. Será incluída no CAFI a pessoa física ou jurídica punida com as sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 19 e art. 21, deste Decreto.

Parágrafo único. Será imediatamente incluído no CAFI o fornecedor/prestador de serviços que, na data de entrada em vigor deste Decreto, esteja cumprindo penalidade prevista nos incisos III ou IV do art. 87, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º, da Lei Federal n.10.520, de 2002.

Art. 28. Os responsáveis pela realização de licitações no âmbito da Administração Pública Municipal consultarão o CAFI em todas as fases do procedimento licitatório, tomando providências necessárias para que sejam excluídas do certame as pessoas físicas ou jurídicas nele inscritas.

Parágrafo único. Os ordenadores de despesa deverão diligenciar para que não sejam firmados contratos com as pessoas físicas ou jurídicas inscritas no CAFI, inclusive aqueles decorrentes de procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Art. 29. A Administração Pública Municipal deverá rescindir imediatamente unilateralmente os contratos com as pessoas físicas ou jurídicas penalizadas com as sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 19 e art. 21, deste Decreto.

Parágrafo único. A rescisão de que trata o caput deste artigo deverá ser efetivada no prazo de até 90 (noventa) dias da publicação da sanção quando a paralisação do fornecimento de bens ou da prestação de serviços, objeto da contratação, puder gerar prejuízos para a Administração Pública Municipal.

Art. 30. Após a publicação do extrato da decisão no Diário Oficial Eletrônico do Município, a Secretaria Municipal de Administração deverá enviar, em até o dia 10 (dez) dias, os dados dos licitantes ou contratados a serem inscritos no CAFI, para a Diretoria de Sistema de Licitações e Contratos, assim como comunicar ao fornecedor/prestador de serviço, do respectivo registro.

Art. 31. O saneamento integral da inadimplência contratual que deu origem à inclusão da pessoa física ou jurídica no CAFI determinará a sua imediata exclusão e o restabelecimento do direito de licitar e contratar com os Órgãos da Administração Pública Municipal, observado o cumprimento do prazo da penalidade, imposta com base no inciso III e IV, do art. 87, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. A Secretaria Municipal de Administração terá prazo de 90 (noventa) dias para a publicação do Manual de Sanções Administrativas, que servirá de base para o procedimento administrativo de sanção aos licitantes e contratados pelo Município.

Art. 33. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO,

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO,

Em 1º de setembro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2023

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE 60.000 KM, PARA MANUTENÇÃO DA GARANTIA, NO CAMINHÃO VOLVO VM DE PLACA: RSE-9C88, ATENDENDO ASSIM A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT.**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inc. XVII, da Lei Federal nº 8.666/93.

Para: **AUTO SUECO CENTRO-OESTE – CONC. DE VEÍCULOS LTDA.**

CNPJ: **08.618.336/0004-77**

End.: Rua Brasil, N° 596, Loteamento Alto da Glória, Sinop/MT, CEP: 78. 550-000.

VALOR GLOBAL: **R$ 6.775,00 (Seis mil setecentos e setenta e cinco reais).**

VIGÊNCIA: **45 (quarenta e cinco) dias.**

HOMOLOGO.

Cláudia – MT, 20 de Setembro de 2023.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE
TERMO DE ALTERAÇÃO DE FONTE Nº 00036-2023

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

TERMO DE ALTERAÇÃO DE FONTE Nº 36/2023

SÚMULA: "Dispõe sobre a realização de remanejamento orçamentário, através de realocação de valores entre fontes de recursos de dotação orçamentária" .

O Senhor ALTAMIR KURTEN, Prefeito Municipal de CLÁUDIA, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 951/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

Considerando a necessidade de realocação de recursos orçamentários, com vistas variações do recebimento dos recursos e suas destinações;

Considerando a necessidade de inclusão no orçamento em vigor, de Fonte/Detalhamento de Recurso específica, em consonância com os Comunicados APLIC do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando que as realocações de saldos entre fontes de recursos não alteram os saldos das respectivas dotações orçamentárias, mas apenas alterações de valores entre as fontes a elas vinculadas;

Considerando que o Art. 2 da Lei Municipal nº 960 de 07 de Dezembro de 2022, autoriza a transpor, remanejar e transferir orçamentária entre Fontes de Recursos, o qual consiste na realocação entre fontes de recursos numa mesma dotação orçamentária

Art. 1º - Fica Autorizado o efetivo remanejamento orçamentário no valor de R$ 51.120,00 (cinqüenta e um mil cento e vinte reais) entre fontes de recursos da mesma dotação orçamentária nas seguintes Dotações e Fontes/Detalhamentos de Recursos:

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 318	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.34.1.600.3110000		1.000,00
		Sub-Total:	**1.000,00**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 522	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.39.1.500.0000000		47.788,00
		Sub-Total:	**47.788,00**

Órgão: 10 - SEC. MEIO AMBIENTE
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - M AMBIENTE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 565	10.001.18.122.0002.2057.3.3.90.39.1.501.0000000		2.332,00
		Sub-Total:	**2.332,00**
		Total Parcial Suplementado:	**51.120,00**

Art. 2º - Para efetivação através de Realocação de Valores entre Fontes de Recursos, a que se refere o artigo anterior, serão reduzidos os créditos nas seguintes Dotações e Fontes de Recursos:

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 318	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.34.1.500.1002000		1.000,00
		Sub-Total:	**1.000,00**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 522	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.39.1.704.0000000		7.788,00
Cód. red.: 522	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.39.1.711.0000804		40.000,00
		Sub-Total:	**47.788,00**

Órgão: 10 - SEC. MEIO AMBIENTE
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - M AMBIENTE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 565	10.001.18.122.0002.2057.3.3.90.39.1.500.0000000		2.332,00

Sub-Total:	**2.332,00**
Total Parcial Reduzido:	**51.120,00**

Art. 3º - As realocações que se referem os artigos 1º e 2º se dará através de Alteração de Fonte entre dotações autorizado pela Lei Municipal 891/2021.

Art. 4º - Este termo entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

CLÁUDIA - MT, 11 de agosto de 2023

ALTAMIR KURTEN
CPF: 403.786.169-00
Prefeito(a)

LICITAÇÃO
PORTARIA N° 152/2023/LIC/SEMAD

DATA: 18 de Setembro de 2023.

SÚMULA: Nomeia o servidor**, FELIPE FAUSTINO KUNZ** como Fiscal de Contratose dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o secretário Municipal de Administração, Estado

de Mato Grosso, Davi Schleicher, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° Nomeia o servidor **FELIPE FAUSTINO KUNZ** inscritoCPF n° ***549.841-** como Fiscal de Contratos abaixo relacionado;

CONTRATO:

Número/Ano	Contratado	Objeto
105/2023	**USINOP SOLUCOES EM CONCRETO LTDA.**	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 5M³ DE CONCRETO USINADO, 35MPA, BOMBEADO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.**

Art.2°Nomeia a servidora **VALDENICE GALELLI** inscrita no CPF n° ***408.740-**como SUPLENTE.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

18 de Setembro de 2023

Davi Schleicher

Secretário Municipal de Administração

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

LICITAÇÃO
PORTARIA N° 151/2023/LIC/SEMAD

DATA: 14 de Setembro de 2023.

SÚMULA: Nomeia o servidor**, AUGUSTO GONCALVES DA SILVA NETO** como Fiscal de Contratose dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, Davi Schleicher, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° Nomeia o servidor **AUGUSTO GONCALVES DA SILVA NETO** inscritoCPF n° ***761.038-** como Fiscal de Contratos abaixo relacionado;

CONTRATO:

Número/Ano	Contratado	Objeto
104/2023	**TORINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA.**	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REVISÃO DE 20.000 KM DE TRÊS MICRO-ONIBUS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.**

Art.2°Nomeia a servidor **LUIS ANTONIO COELHO CAMPANA** inscrita no CPF n° ***781.208-**como SUPLENTE.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

14 de Setembro de 2023

Davi Schleicher

Secretário Municipal de Administração

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.020, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023

LEI Nº 1.020, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023

Autor: Poder Executivo

Altera dispositivos da Lei nº 999/2023 que autorizou o Poder Executivo a conceder Adicional de Função aos Técnicos e Tecnólogos de Radiologia que realizam imobilização ortopédica de pacientes, instituiu o plantão em regime de sobreaviso aos mesmos profissionais.

O PREFEITO DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, faz saber que o colendo plenário da Câmara Municipal soberanamente aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o inciso I, do art. 5º, da Lei nº 999, de 24 de maio de 2023, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º Os plantões de sobreaviso poderão ser distribuídos, nos seguintes dias e horários:

I - De segunda à sexta-feira, das 16h49min às 22h00min;”

Art. 2º Fica alterado o inciso I, do art. 6º, da Lei nº 999, de 24 de maio de 2023, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 6º Os valores dos plantões de sobreaviso discriminados no artigo anterior serão os seguintes:

I - R$ 80,00 (oitenta reais) pelos plantões de sobreaviso realizados de segunda à sexta-feira, das 16:49min às 22h00min;”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 18 de setembro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023
PROCESSO LICITATORIO Nº 049/2023

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023

PROCESSO LICITATORIO Nº 049/2023

O MUNICÍPIO DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio do Pregoeiro designado pela Portaria Municipal nº 05/2023, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam se interessar, o resultado da licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para o objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS,** para suprir as necessidades da Farmácia Básica municipal de COCALINHO-MT, as especificações e quantitativos estão descritos no termo de referência anexo a este edital. Sagraram-se vencedoras do certame as seguintes empresas:

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 05.443.348/0001-77

Valor do proponente: **433.825,00** (Quatrocentos e trinta e três mil, oitocentos e vinte e cinco reais).

APAMED HOSPITALAR EIRELI, CNPJ 19.891.676/0001-40

Valor do proponente: **649.604,25** (Seiscentos e quarenta e nove mil, seiscentos e quatro reais e vinte e cinco centavos).

SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI, CNPJ 06.065.614/0001-38

Valor do proponente: **6.701,94** (Seis mil, setecentos e um reais e noventa e quatro centavos).

GOLDENPLUS – COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES, CNPJ 17.472.278/0001-64

Valor do proponente: **28.425,00** (Vinte e oito mil, quatrocentos e vinte e cinco reais).

INOVAMED HOSPITALAR LTDA, CNPJ 12.889.035/0001-02

Valor do proponente: **34.515,00** (Trinta e quatro mil, quinhentos e quinze reais).

YETKI MED IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA, CNPJ: 42.689.754/0001-40

Valor do proponente: **39.102,50** (Trinta e nove mil, cento e dois reais e cinquenta centavos)

REMORA PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, CNPJ:27.634.076/0001-25

Valor do proponente: 21.653,70 (Vinte e um mil, seiscentos e cinquenta e três reais e setenta centavos).

Valor total do registro de preços: 1.213.827,39 (Um milhão, duzentos e treze mil, oitocentos e vinte e sete reais e trinta e nove centavos).

Cocalinho – MT, 19 de Setembro de 2023.

ROGERIO MOREIRA

PREGOEIRO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.042/2023 ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL N.016/2023 PROCESSO LICITATÓRIO N. 49/2023 DA PREFEITURA DE COCALINHO – MT.

O MUNICIPIO DE COCALINHO, com sede na Avenida Araguaia, 676, Bairro Centro, na cidade de Cocalinho-MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00. 965.145/0001-27, neste ato representada pelo Sr. **Marcio Conceição Nunes de Aguiar**, Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob o nº 014.711.181-18, portador da Carteira de Identidade nº 17342694, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 016/2023. RESOLVE registrar os preços da empresa **APAMED HOSPITALAR EIRELI** CNPJ Nº 19.891.676/0001-40 situada na AV BRASIL, SN QUADRA31 - JARDIM BURITI SERENO, na cidade de Aparecida de Goiânia – GO, cep: 74.943-010, neste ato representada por seu representante legal o srº **Walter Ferreira Bento**, Brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 4043714 DGPC/GO e CPF nº 963.247. 751-00, residente e domiciliado na cidade de Aparecida de Goiânia, estado de Goiás, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA DE COCALINHO-MT.** Com validade para 12 (doze) meses.

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem abaixo.

Item	3203 Código	APAMED HOSPITALAR EIRELI CNPJ: 19.891.676/0001-40 AV BRASIL, SN QUADRA31 - JARDIM BURITI SERENO, APARECIDA DE GOIANIA - GO, CEP: 74943-010 Telefone: (62) 3288-8155 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	002.000.953	AKINETON 2 MG Marca: ABBOTT	CAIXA	120	29,50	3.540,00
13	002.015.511	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG COMPRIMIDO Marca: SANDOZ	CPR	1000	0,06	60,00
14	002.015.512	ALOPURINOL 300 MG COMPRIMIDO Marca: PRATI	CPR	4000	0,29	1.160,00
19	002.015.517	AMOXICILINA 250MG/ML SUSPENSAO Marca: CIMED	FRASC	1000	9,29	9.290,00
21	002.015.519	ANLODIPINO, BESILATO 10 MG COMPRIMIDO Marca: GEOLAB	CPR	15000	0,05	750,00
22	002.015.520	ATENOLOL 50 MG COMPRIMIDO Marca: PRATI	CPR	10000	0,06	600,00
27	002.015.526	CAPTOPRIL 50 MG Marca: GEOLAB	CPR	8000	0,04	320,00
31	002.015.530	CARVEDILOL 3,125 MG Marca: LEGRAND	CPR	6000	0,09	540,00
34	002.015.533	CEFALEXINA 500 MG Marca: ABL	CPR	10000	0,51	5.100,00
35	002.015.534	CINARIZINA 75 MG COMPRIMIDO Marca: RANBAXY	CPR	8000	0,30	2.400,00
36	002.015.535	CIPROFLOXACINO 500MG COMPRIMIDO Marca: PRATI	CPR	8000	0,24	1.920,00
37	002.015.536	CLONAZEPAM 2 MG COMPRIMIDO Marca: GEOLAB	CPR	8000	0,04	320,00

39	002.015.538	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 100 MG Marca: CRISTALIA	CPR	6000	0,37	2.220,00
40	002.015.539	COLCHICINA 0,5 MG Marca: MULTILAB	CPR	4000	0,22	880,00
41	002.015.540	COLECALCIFEROL (VITAMINA D3) 5.000 Marca: EUROFARMA	CPR	5000	0,62	3.100,00
42	002.015.541	DEXAMETASONA 0,1 MG/ML ELIXIR 120 ML Marca: FARMACE	FR	1500	5,24	7.860,00
50	002.015.549	ENALAPRIL, MALEATO 20 MG Marca: CIMED	CPR	8000	0,04	320,00
54	002.015.557	LEVEDO SACCHAROMYCES BOULARDII -17 Marca: LEGRAND	CPR	3000	0,71	2.130,00
55	002.015.558	ESPIRONOLACTONA 100 MG Marca: HIPOLABOR	CPR	8000	0,67	5.360,00
56	002.015.559	ESPIRONOLACTONA 25 MG Marca: GEOLAB	CPR	8000	0,21	1.680,00
61	002.015.564	FUROSEMIDA 40 MG Marca: HIPOLABOR	CPR	8000	0,06	480,00
65	002.015.571	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 60 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 100 ML Marca: NATULAB	FR	1000	2,30	2.300,00
68	002.015.574	IPRATRÓPIO, BROMETO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO 20 ML Marca: PRATI	FR	400	1,18	472,00
70	002.015.576	LEVODOPA 250MG + CARBIDOPA 25MG Marca: TEUTO	CPR	3000	0,56	1.680,00
72	002.015.578	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG Marca: MERCK	CPR	4000	0,19	760,00
77	002.015.583	LOSARTANA 50 MG COMPRIMIDO Marca: GEOLAB	CPR	10000	0,05	500,00
81	002.015.587	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 4 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 10 ML Marca: FARMACE	FR	400	0,74	296,00
82	002.015.588	METOPROLOL, SUCCINATO 25 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA Marca: BIO-LAB	CPR	8000	0,20	1.600,00
87	002.015.593	MORFINA 30MG COMPRIMIDO Marca: CRISTALIA	CAIXA	25	87,84	2.196,00
88	002.015.594	NEOMICINA + BACITRACINA 5 MG/G+250UI/G Marca: BELFAR	TUBO	1000	2,35	2.350,00
89	002.015.595	NIFEDIPINA 20 MG Marca: NEO QUIMICA	CPR	8000	0,11	880,00
92	002.015.598	ÓLEO MINERAL SOLUÇÃO ORAL 100 ML Marca: IMEC	FR	500	3,36	1.680,00
96	002.015.602	PREDNISONA 20 MG Marca: HIPOLABOR	CPR	15000	0,17	2.550,00
97	002.015.603	PREDNISONA 5MG Marca: NEO QUIMICA	CPR	6000	0,07	420,00
98	002.015.604	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25 MG Marca: CRISTALIA	CPR	8000	0,12	960,00
101	002.015.607	SIMETICONA 40 MG Marca: PRATI	CPR	6000	0,11	660,00
102	002.015.608	SIMETICONA 75MG/ML SOLUÇÃO ORAL 10ML Marca: NATULAB	FR	1000	1,39	1.390,00
104	002.015.610	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA 400+80MG COMPRIMIDO Marca: PRATI	CPR	5000	0,21	1.050,00
105	002.015.612	CIMETIDINA 150 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML Marca: HYPOFARMA	AMPOL	5000	1,06	5.300,00
107	002.015.626	ACIDO ASCÓBICO 1000 MG + ZINCO QUELATO 10 MG + VITAMINA D 400UI CAIXA COM 10C-PR Marca: MAXINUTRI	CPR	1000	0,45	450,00
108	002.015.627	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML Marca: HIPOLABOR	AMPOL	600	4,36	2.616,00
109	002.015.628	ADENOSINA, FOSFATO 3 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML Marca: HIPOLABOR	AMPOL	100	9,35	935,00

110	002.015.629	ÁGUA DESTILADA PARA INJEÇÃO SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML Marca: EQUIPLEX	AMPLO	2000	0,28	560,00
112	002.015.631	ALTEPLASE 10MG PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL Marca: BOEHRINGER	AMPLO	5	683,55	3.417,75
113	002.015.632	ALTEPLASE 50MG PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL Marca: BOEHRINGER	AMPLO	5	2.617,00	13.085,00
115	002.015.634	AMINOFILINA 24 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML Marca: FARMACE	AMPLO	500	6,90	3.450,00
118	002.015.637	ATROPINA, SULFATO 0,25MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML Marca: ISOFARMA	AMPOL	300	0,84	252,00
119	002.015.638	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL Marca: TEUTO	CAIXA	3000	5,18	15.540,00
122	002.015.643	BENZILPENICILINA PROCAÍNA+BENZILPENICILINA POTÁSSICA 300.000+100.000UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL Marca: BLAU	AMPOL	100	4,10	410,00
123	002.015.645	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML Marca: SAMTEC	AMPOL	400	0,62	248,00
125	002.015.648	BROMOPRIDA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML Marca: HIPOLABOR	AMPOL	15000	1,38	20.700,00
127	002.015.650	BUPIVACAÍNA, CLORIDRATO 0,5% + EPINEFRINA, HEMOTARTARATO SOLUÇÃO INJETÁVEL 20ML Marca: HIPOLABOR	AMPOL	100	3,62	362,00
129	002.015.652	CEFALOTINA SÓDICA 1G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL EV Marca: BLAU	AMPOL	3000	3,29	9.870,00
138	002.015.661	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100ML - SISTEMA FECHADO EM BOLSA TRILAMINADA, COM PAREDES FLEXÍVEL;COM 2 SÍTIOS;UMA VIA PARA EQUIPO E UMA VIA ADIÇÃO DE MEDICAMENTO.(ISENTO DE PVC) Marca: HALEX	bolsa	15000	4,35	65.250,00
139	002.015.662	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250ML - SISTEMA FECHADO EM BOLSA TRILAMINADA;COM PAREDES FLEXÍVEL;COM 2 SÍTIOS;UMA VIA PARA EQUIPO E UMA VIA ADIÇÃO DE MEDICAMENTO. (ISENTO DE PVC) Marca: HALEX	bolsa	15000	4,35	65.250,00
140	002.015.663	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500ML - SISTEMA FECHADO EM BOLSA TRILAMINADA;COM PAREDES FLEXÍVEL;COM 2 SÍTIOS;UMA VIA PARA EQUIPO E UMA VIA ADIÇÃO DE MEDICAMENTO. (ISENTO DE PVC) Marca: HALEX	BOLSA	15000	6,30	94.500,00
141	002.015.664	DESLANOSÍDEO 0,2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML Marca: UNIAO QUIMICA	AMPOL	200	2,04	408,00
145	002.015.668	DIMENIDRINATO 50MG/ML + PIRIDOXINA, CLORIDRATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML B6 IM Marca: UNIAO QUIMICA	AMPOL	1000	2,85	2.850,00
149	002.015.672	EPINEFRINA 1MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML Marca: HIPOLABOR	AMPOL	600	1,10	660,00
153	002.015.676	FENOTEROL, BROMIDRATO 5MG/ML SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO 20ML Marca: HIPOLABOR	AMPOL	100	26,57	2.657,00
159	002.015.683	GLICONATO DE CÁLCIO 10% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML Marca: ISOFARMA	AMPOL	400	2,09	836,00
160	002.015.684	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML Marca: ISOFARMA	AMPOL	1000	0,48	480,00
162	002.015.686	GLICOSE 5% 250ML - SISTEMA FECHADO EM BOLSA TRILAMINADA;COM PAREDES FLEXÍVEL;COM 2 SÍTIOS;UMA VIA PARA EQUIPO E UMA VIA ADIÇÃO DE MEDICAMENTO.(ISENTO DE PVC) Marca: HALEX	BOLSA	5000	4,50	22.500,00
164	002.015.688	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/0,25ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 0,25ML SUBCUTÂNIA Marca: HIPOLABOR	AMPOL	1000	6,51	6.510,00
165	002.015.689	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML INTRAVENOSA Marca: BLAU	AMPOL	1000	15,87	15.870,00
169	002.015.693	HIDROXICLOROQUINA, SULFATO 400MG Marca: APSEN	CPR	1000	2,19	2.190,00
173	002.015.697	ISOSSORBIDA, DINIDRATO 5MG CPR SUBLINGUAL Marca: RMS	CPR	1000	0,39	390,00
177	002.015.701	MAGNÉSIO, SULFATO 10% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML Marca: ISOFARMA	AMPOL	400	0,97	388,00
179	002.015.703	MANITOL 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 250ML Marca: CRISTALIA	BOLSA	100	8,32	832,00
182	002.015.708	NALOXONA, CLORIDRATO 0,4 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML Marca: HIPOLABOR	AMPOL	100	6,93	693,00
184	002.015.711	OCITOCINA 5UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML Marca: UNIAO QUIMICA	AMPOL	200	2,95	590,00
186	002.015.713	OXACILINA SÓDICA 500MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL Marca: BLAU	AMPOL	400	1,89	756,00

187	002.015.716	PROGESTERONA MICRONIZADA 200MG COMPRIMIDO Marca: BESINS	CPR	140	4,55	637,00
189	002.015.718	PROPOFOL 10MG/ML EMULSÃO INJETÁVEL 20ML Marca: NUTRIEX	AMPOL	50	6,41	320,50
191	002.015.721	RINGER LACTATO 500ML - SISTEMA FECHADO EM BOLSA TRILAMINADA;COM PAREDES FLEXÍVEL;COM 2 SÍTIOS;UMA VIA PARA EQUIPO E UMA VIA ADIÇÃO DE MEDICAMENTO. (ISENTO DE PVC) Marca: HALEX	BOLSA	2000	6,14	12.280,00
192	002.015.722	RINGER SIMPLES 250ML - SISTEMA FECHADO EM BOLSA TRILAMINADA;COM PAREDES FLEXÍVEL;COM 2 SÍTIOS;UMA VIA PARA EQUIPO E UMA VIA ADIÇÃO DE MEDICAMENTO. (ISENTO DE PVC) Marca: HALEX	BOLSA	5000	5,19	25.950,00
193	002.015.723	RINGER SIMPLES 500ML - SISTEMA FECHADO EM BOLSA TRILAMINADA;COM PAREDES FLEXÍVEL;COM 2 SÍTIOS;UMA VIA PARA EQUIPO E UMA VIA ADIÇÃO DE MEDICAMENTO. (ISENTO DE PVC) Marca: HALEX	bolsa	5000	7,04	35.200,00
194	002.015.724	SOLUÇÃO DE GLICERINA 120MG/ML VIA RETAL 500ML Marca: JP	.FRAS	20	9,95	199,00
195	002.015.725	SORO GLICOFISIOLÓGICO 250 ML - SISTEMA FECHADO EM BOLSA TRILAMINADA;COM PAREDES FLEXÍVEL;COM 2 SÍTIOS;UMA VIA PARA EQUIPO E UMA VIA ADIÇÃO DE MEDICAMENTO.(ISENTO DE PVC) Marca: HALEX	5000	5000	4,89	24.450,00
196	002.015.726	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500 ML - SISTEMA FECHADO EM BOLSA TRILAMINADA;COM PAREDES FLEXÍVEL;COM 2 SÍTIOS;UMA VIA PARA EQUIPO E UMA VIA ADIÇÃO DE MEDICAMENTO.(ISENTO DE PVC) Marca: HALEX	BOLSA	5000	8,83	44.150,00
197	002.015.727	SULFADIAZINA DE PRATA 1%,10MG/G, CREME 400G Marca: PRATI	POTE	200	33,60	6.720,00
199	002.015.729	TENOXICAM 20MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL Marca: UNIAO QUIMICA	AMPOL	2000	7,49	14.980,00
201	002.015.731	VITAMINAS DO COMPLEXO B (B1,B2,B3,B5,B6) SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML Marca: HYPOFARMA	AMPOL	15000	1,42	21.300,00
213	002.015.743	PETIDINA, CLORIDRATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML Marca: UNIAO QUIMICA	AMPOL	500	2,77	1.385,00
220	002.015.750	ENOXAPARINA SÓDICA, 80MG/0,8 ML, INJETÁVEL, SERINGA PRÉ-ENCHIDA Marca: MYLAN	AMPOL	1000	26,15	26.150,00
223	002.015.753	MIDAZOLAM, CLORIDRATO 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML Marca: UNIAO QUIMICA	AMPOL	100	3,74	374,00
225	002.282.186	NISTATINA SUSPENSAO 100.000 UI Marca: PRATI	FRASC	500	4,25	2.125,00
234	002.322.156	CABERGOLINA 0,5MG 2 CPR Marca: NOVA QUIMICA	UNIDA	120	6,70	804,00
		Total do Proponente				649.604,25

CLÁUSULA TERCEIRA – VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da assinatura e publicação na imprensa oficial, não podendo ser prorrogada.

CLÁUSULA QUARTA – REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação das penalidades e confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.8. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.9.1. Por razão de interesse público; ou

4.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Manter, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nas mesmas as condições de habilitação exigidas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023;

5.2. Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou ao Fiscal do Contrato, qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

5.3. Atender aos chamados do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou do Fiscal do Contrato, visando efetuar reparos em eventuais atrasos, paralisações ou defeitos cometidos no fornecimento dos produtos e equipamentos, objeto da presente Ata de Registro de Preços, e dos contratos administrativos dela decorrentes;

5.4. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços sem a expressa concordância do ÓRGÃO GERENCIADOR.

5.5. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do ÓRGÃO GERENCIADOR, o qual, caso haja, será dado por escrito.

5.6. Responder, solidariamente, pelos atos praticados pela subcontratada, relacionados com o objeto do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e da presente Ata de Registro de Preços, desde que autorizada a subcontratação;

5.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e da presente Ata de Registro de Preços;

5.8. Retirar as requisições referentes ao objeto dos Contratos Administrativos decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, junto ao Poder Executivo Municipal, precisamente, no Departamento de Departamento de Compras, sito a Avenida Araguaia, 676, Bairro Centro, no Município de Cocalinho-MT;

5.9. Proceder à entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços e dos Contratos Administrativos decorrentes, com os deveres e garantias constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023;

5.10. Credenciar junto ao Poder Executivo Municipal, precisamente, no Departamento de Departamento de Compras, Materiais e Licitações, funcionário ou preposto, que atenderá às solicitações dos fornecimentos dos produtos e/ou equipamentos, objeto do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e da presente Ata de Registro de Preços, disponibilizando ao Departamento telefones, fax, e-mail e outros meios de contato plenamente disponíveis e diuturnamente em funcionamento;

5.11. Para o fiel cumprimento desta ATA a Fornecedora se compromete a:

I – Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

II - Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as licenças, taxas, emolumentos necessários à fiel execução do contrato, eventuais multas impostas pelas autoridades constituídas, além de todas as obrigações sociais, previdenciárias e tributárias, bem como por quaisquer encargos trabalhistas decorrentes do exercício profissional de seus funcionários, despesas com pessoal, de acordo com as exigências legais;

III - Responsabilizar-se por quaisquer despesas, inclusive possíveis perdas e danos decorrentes da demora na execução, caso haja necessidade de modificação ou adequação do produto, devido à impossibilidade de execução conforme o contratado, sem qualquer custo adicional à Contratante;

IV – Informar à Contratante sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do contrato;

V - Informar e manter atualizado o número do telefone e celular e/ou endereço eletrônico (e-mail), bem como o nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários por parte da Contratante;

VI - Refazer, às suas expensas, os produtos entregues em desacordo com o estabelecido;

VII – Entregar os produtos em total conformidade com o Anexo I (Termo de Referência), no prazo 10 (dez) dias corridos;

VIII – Mensalmente, apresentar juntamente com a nota fiscal, as requisições fornecidas, recibos, instruídas de documentos que comprovem as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, as quais serão verificadas pelo fiscal do contrato designado pela Prefeitura Municipal, para posterior pagamento.

IX - A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual, independentemente de qualquer indenização.

X- Deverão ser tomadas as providências para correção das falhas detectadas, a fim de manter o controle de qualidade dos produtos, reportando-se ao Fiscal do contrato quando houver necessidade.

XI – Substituir no prazo fixado pela Contratante, todos os medicamentos entregues fora das especificações, com data de validade inferior a permitida pela Contratante ou com quaisquer outras irregularidades.

XII – Fornecer todos os produtos obedecendo todas as normas da Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde.

XIII – A Contratada deverá comprovar a AFE e**m caso de produto ser sujeito a controle especial se faz necessário a apresentação da Autorização de Funcionamento Especial (AFE especial). No caso do fabricante ser sediado no exterior, será aceito a Autorização de Funcionamento do Importador/Distribuidora, detentora do registro do produto junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.**

XIV -Os produtos deverão ter validade mínima de 18 (dezoito) meses, na data de recebimento dos medicamentos pela Secretaria Municipal de Saúde**;**

XV -Os medicamentos deverão ser entregues em embalagens lacradas com fita adesiva constando os seguintes dizeres: **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"** (Portaria nº 2814/GM de 29 de maio de 1998), bem como o nome do material hospitalar, nome do laboratório, lote e data de validade, devendo a embalagem seguir o seguinte padrão:

XVI - Embalagem primária: caixa para acondicionamento do blisters utilizado para o acondicionamento do produto; e, Embalagem secundária: caixa para acondicionamento dos materiais alocados em caixas menores;

XVII - Os produtos perecíveis, termo lábeis, deverão ser acondicionados e transportados de acordo com a temperatura exigida pelo fabricante até o ato da entrega, em embalagens que conservem suas propriedades e qualidades (exemplo: isopor), devendo nessa embalagem secundária constar os seguintes dizeres: **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"** (portaria nº 2814/GM de 29 de maio de 1998);

5.12. Celebrar tantos Contratos Administrativos for necessário e solicitados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR durante o prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços, observado o quantitativo, assim como os acréscimos ou supressões previstas no art. 65, § 1.º, da Lei Federal nº 8.666/93; e,

5.13. Cumprir todas as demais obrigações e exigências previstas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e seus respectivos ANEXOS.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Gerenciar a presente Ata de Registro de Preços:

6.1.2. Prestar, por meio de seu representante as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas, depois do fornecimento dos produtos e equipamentos for atestado pelo Fiscal do Contrato;

6.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da Ata de Registro de Preços, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização das entregas, à exigência de condições estabelecidas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e à proposta de aplicação de sanções, conforme relatório e fiscalização realizada pelo Fiscal do Contrato;

6.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos, conforme fiscalização realizada pelo Fiscal do Contrato;

6.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado, ouvido sempre, neste caso, o Fiscal do Contrato;

6.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de sanções por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, juntamente, com as informações prestadas pelo Fiscal do Contrato; e,

6.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo FORNECEDOR REGISTRADO, por intermédio do Fiscal do Contrato.

6.2. A fiscalização exercida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, por intermédio do Fiscal de Contrato, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do FORNECEDOR REGISTRADO pela completa e perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

6.3. Caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR à análise técnica e a Procuradoria Geral do Município a análise jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto e/ou equipamento registrado.

CLÁSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

7.1. Para fornecimento do produto registrado neste pregão, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência do presente edital;

7.2. O prazo de entrega do referido objeto é de 10 (dez) dias a contar da emissão da NAD;

7.3. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

7.4. Os itens licitados serão avaliados em relação a conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o Edital, após, a nota fiscal será atestada e encaminhada para pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E CANCELAMENTO

8.1. O Departamento de Compras, Materiais e Licitações do Poder Executivo do Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados na presente Ata.

8.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto ao FORNECEDOR REGISTRADO, observadas as disposições contidas na alínea "d", do inciso II, do caput, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o FORNECEDOR REGISTRADO para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, observado o seguinte:

8.3.1. O FORNECEDOR REGISTRADO que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

8.3.2. A ordem de classificação dos FORNECEDORES REGISTRADOS que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

8.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o FORNECEDOR REGISTRADO não puder cumprir o compromisso, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:

8.4.1. Liberar o FORNECEDOR REGISTRADO do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento do produto e/ou equipamento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

8.4.2. Convocar os demais FORNECEDORES REGISTRADOS para assegurar igual oportunidade de negociação.

8.5. Não havendo êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.6. O registro do FORNECEDOR REGISTRADO será cancelado quando:

8.6.1. Descumprir as condições da presente Ata de Registro de Preços;

8.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

8.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.6.4. Sofrer a sanção prevista nos incisos III ou IV, do caput, do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/1993, ou no art. 7.º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 8.6.1., 8.6.2. e 8.6.4., da presente Ata, será formalizado por despacho do Prefeito Municipal, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

8.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, nos autos de procedimento administrativo:

8.8.1. Por razão de interesse público; ou,

8.8.2. A pedido do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. As partes estabelecem o Foro da Comarca de Água Boa, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer questões emergentes ou remanescentes da presente Ata de Registro de Preços, que não for possível ser solucionado extrajudicial ou amigavelmente, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudanças de domicílio de qual quer das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93. Para firmeza e validade do pactuado, apresente Ata foi lavrada em 02 (vias) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Cocalinho/MT, 20 de setembro de 2023

GERENCIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO - MT

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

FORNECEDOR

APAMED HOSPITALAR EIRELI

CNPJ: 19.891.676/0001-40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.045/2023 ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL N.016/2023 PROCESSO LICITATÓRIO N.049/2023 DA PREFEITURA DE COCALINHO – MT.

O MUNICIPIO DE COCALINHO, com sede na Avenida Araguaia, 676, Bairro Centro, na cidade de Cocalinho-MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.965.145/0001-27, neste ato representada pelo Sr. **Marcio Conceição Nunes de Aguiar**, Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob o nº 014.711.181-18, portador da Carteira de Identidade nº 17342694, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 016/2023. RESOLVE registrar os preços da empresa **GOLDENPLUS – COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** CNPJ Nº 17.472.278/0001-64 situada na Rua das Roseiras, nº 50, Centro, na cidade de Barão de Cotegipe – RS, cep: 99.740-000, neste ato representada por seu representante legal o srº **MARCELO MAROSTICA**, Brasileiro, Empresário, portador da cédula de identidade nº 1076099215 SSP/RS e CPF nº 820.347.290-72, residente e domiciliado na cidade de Barão de Cotegipe, estado do Rio Grande do Sul, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA DE COCALINHO-MT.** Com validade para 12 (doze) meses.

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem abaixo.

Item	31393 Código	GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS H CNPJ: 17.472.278/0001-64 R DAS ROSEIRAS, 50 ******** - CENTRO, BARAO DE COTEGIPE - RS, CEP: 99740-000 Telefone: (54) 3523-2202 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
69	002.015.575	IVERMECTINA 6 MG Marca: VITAMEDIC	CPR	6000	0,38	2.280,00
93	002.015.599	OMEPRAZOL 20 MG Marca: BELFAR	CPR	12000	0,06	720,00
100	002.015.606	SALBUTAMOL 0,4MG /ML XAROPE 100ML Marca: NATULAB	FR	500	1,86	930,00
158	002.015.682	GENTAMICINA, SULFATO 80MG/2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML Marca: HYPOFARMA	AMPOL	5000	1,37	6.850,00
190	002.015.720	RINGER LACTATO 250 ML - SISTEMA FECHADO EM BOLSA TRILAMINADA;COM PAREDES FLEXÍVEL;COM 2 SÍTIOS;UMA VIA PARA EQUIPO E UMA VIA ADIÇÃO DE MEDICAMENTO. (ISENTO DE PVC) Marca: HALEX ISTAR	BOLSA	2000	8,29	16.580,00
209	002.015.739	HALOPERIDOL 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML Marca: FRESENIUS	AMPOL	250	2,26	565,00
226	002.293.948	AMITRIPTILINA 25MG COMPRIMIDO Marca: EMS	UNIDA	10000	0,05	500,00
		Total do Proponente				28.425,00

CLÁUSULA TERCEIRA – VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da assinatura e publicação na imprensa oficial, não podendo ser prorrogada.

CLÁUSULA QUARTA – REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação das penalidades e confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.8. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.9.1. Por razão de interesse público; ou

4.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Manter, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nas mesmas as condições de habilitação exigidas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023;

5.2. Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou ao Fiscal do Contrato, qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

5.3. Atender aos chamados do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou do Fiscal do Contrato, visando efetuar reparos em eventuais atrasos, paralisações ou defeitos cometidos no fornecimento dos produtos e equipamentos, objeto da presente Ata de Registro de Preços, e dos contratos administrativos dela decorrentes;

5.4. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços sem a expressa concordância do ÓRGÃO GERENCIADOR.

5.5. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do ÓRGÃO GERENCIADOR, o qual, caso haja, será dado por escrito.

5.6. Responder, solidariamente, pelos atos praticados pela subcontratada, relacionados com o objeto do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e da presente Ata de Registro de Preços, desde que autorizada a subcontratação;

5.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e da presente Ata de Registro de Preços;

5.8. Retirar as requisições referentes ao objeto dos Contratos Administrativos decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, junto ao Poder Executivo Municipal, precisamente, no Departamento de Departamento de Compras, sito a Avenida Araguaia, 676, Bairro Centro, no Município de Cocalinho-MT;

5.9. Proceder à entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços e dos Contratos Administrativos decorrentes, com os deveres e garantias constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023;

5.10. Credenciar junto ao Poder Executivo Municipal, precisamente, no Departamento de Departamento de Compras, Materiais e Licitações, funcionário ou preposto, que atenderá às solicitações dos fornecimentos dos produtos e/ou equipamentos, objeto do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e da presente Ata de Registro de Preços, disponibilizando ao Departamento telefones, fax, e-mail e outros meios de contato plenamente disponíveis e diuturnamente em funcionamento;

5.11. Para o fiel cumprimento desta ATA a Fornecedora se compromete a:

I – Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

II - Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as licenças, taxas, emolumentos necessários à fiel execução do contrato, eventuais multas impostas pelas autoridades constituídas, além de todas as obrigações sociais, previdenciárias e tributárias, bem como por quaisquer encargos trabalhistas decorrentes do exercício profissional de seus funcionários, despesas com pessoal, de acordo com as exigências legais;

III - Responsabilizar-se por quaisquer despesas, inclusive possíveis perdas e danos decorrentes da demora na execução, caso haja necessidade de modificação ou adequação do produto, devido à impossibilidade de execução conforme o contratado, sem qualquer custo adicional à Contratante;

IV – Informar à Contratante sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do contrato;

V - Informar e manter atualizado o número do telefone e celular e/ou endereço eletrônico (e-mail), bem como o nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários por parte da Contratante;

VI - Refazer, às suas expensas, os produtos entregues em desacordo com o estabelecido;

VII – Entregar os produtos em total conformidade com o Anexo I (Termo de Referência), no prazo 10 (dez) dias corridos;

VIII – Mensalmente, apresentar juntamente com a nota fiscal, as requisições fornecidas, recibos, instruídas de documentos que comprovem as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, as quais serão verificadas pelo fiscal do contrato designado pela Prefeitura Municipal, para posterior pagamento.

IX - A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual, independentemente de qualquer indenização.

X- Deverão ser tomadas as providências para correção das falhas detectadas, a fim de manter o controle de qualidade dos produtos, reportando-se ao Fiscal do contrato quando houver necessidade.

XI – Substituir no prazo fixado pela Contratante, todos os medicamentos entregues fora das especificações, com data de validade inferior a permitida pela Contratante ou com quaisquer outras irregularidades.

XII – Fornecer todos os produtos obedecendo todas as normas da Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde.

XIII – A Contratada deverá comprovar a AFE e**m caso de produto ser sujeito a controle especial se faz necessário a apresentação da Autorização de Funcionamento Especial (AFE especial). No caso do fabricante ser sediado no exterior, será aceito a Autorização de Funcionamento do Importador/Distribuidora, detentora do registro do produto junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.**

XIV -Os produtos deverão ter validade mínima de 18 (dezoito) meses, na data de recebimento dos medicamentos pela Secretaria Municipal de Saúde**;**

XV -Os medicamentos deverão ser entregues em embalagens lacradas com fita adesiva constando os seguintes dizeres: **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"** (Portaria nº 2814/GM de 29 de maio de 1998), bem como o nome do material hospitalar, nome do laboratório, lote e data de validade, devendo a embalagem seguir o seguinte padrão:

XVI - Embalagem primária: caixa para acondicionamento do blisters utilizado para o acondicionamento do produto; e, Embalagem secundária: caixa para acondicionamento dos materiais alocados em caixas menores;

XVII - Os produtos perecíveis, termo lábeis, deverão ser acondicionados e transportados de acordo com a temperatura exigida pelo fabricante até o ato da entrega, em embalagens que conservem suas propriedades e qualidades (exemplo: isopor), devendo nessa embalagem secundária constar os seguintes dizeres: **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"** (portaria nº 2814/GM de 29 de maio de 1998);

5.12. Celebrar tantos Contratos Administrativos for necessário e solicitados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR durante o prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços, observado o quantitativo, assim como os acréscimos ou supressões previstas no art. 65, § 1.º, da Lei Federal nº 8.666/93; e,

5.13. Cumprir todas as demais obrigações e exigências previstas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e seus respectivos ANEXOS.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Gerenciar a presente Ata de Registro de Preços:

6.1.2. Prestar, por meio de seu representante as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas, depois do fornecimento dos produtos e equipamentos for atestado pelo Fiscal do Contrato;

6.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da Ata de Registro de Preços, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização das entregas, à exigência de condições estabelecidas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e à proposta de aplicação de sanções, conforme relatório e fiscalização realizada pelo Fiscal do Contrato;

6.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos, conforme fiscalização realizada pelo Fiscal do Contrato;

6.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado, ouvido sempre, neste caso, o Fiscal do Contrato;

6.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de sanções por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, juntamente, com as informações prestadas pelo Fiscal do Contrato; e,

6.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo FORNECEDOR REGISTRADO, por intermédio do Fiscal do Contrato.

6.2. A fiscalização exercida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, por intermédio do Fiscal de Contrato, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do FORNECEDOR REGISTRADO pela completa e perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

6.3. Caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR à análise técnica e a Procuradoria Geral do Município a análise jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto e/ou equipamento registrado.

CLÁSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

7.1. Para fornecimento do produto registrado neste pregão, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência do presente edital;

7.2. O prazo de entrega do referido objeto é de 10 (dez) dias a contar da emissão da NAD;

7.3. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

7.4. Os itens licitados serão avaliados em relação a conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o Edital, após, a nota fiscal será atestada e encaminhada para pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E CANCELAMENTO

8.1. O Departamento de Compras, Materiais e Licitações do Poder Executivo do Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados na presente Ata.

8.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto ao FORNECEDOR REGISTRADO, observadas as disposições contidas na alínea "d", do inciso II, do caput, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o FORNECEDOR REGISTRADO para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, observado o seguinte:

8.3.1. O FORNECEDOR REGISTRADO que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

8.3.2. A ordem de classificação dos FORNECEDORES REGISTRADOS que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

8.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o FORNECEDOR REGISTRADO não puder cumprir o compromisso, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:

8.4.1. Liberar o FORNECEDOR REGISTRADO do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento do produto e/ou equipamento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

8.4.2. Convocar os demais FORNECEDORES REGISTRADOS para assegurar igual oportunidade de negociação.

8.5. Não havendo êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.6. O registro do FORNECEDOR REGISTRADO será cancelado quando:

8.6.1. Descumprir as condições da presente Ata de Registro de Preços;

8.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

8.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.6.4. Sofrer a sanção prevista nos incisos III ou IV, do caput, do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/1993, ou no art. 7.º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 8.6.1., 8.6.2. e 8.6.4., da presente Ata, será formalizado por despacho do Prefeito Municipal, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

8.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, nos autos de procedimento administrativo:

8.8.1. Por razão de interesse público; ou,

8.8.2. A pedido do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. As partes estabelecem o Foro da Comarca de Água Boa, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer questões emergentes ou remanescentes da presente Ata de Registro de Preços, que não for possível ser solucionado extrajudicial ou amigavelmente, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudanças de domicílio de qual quer das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93. Para firmeza e validade do pactuado, apresente Ata foi lavrada em 02 (vias) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Cocalinho/MT, 20 de setembro de 2023

GERENCIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO - MT

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

FORNECEDOR

GOLDENPLUS – COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 17.472.278/0001-64

VIGÉSIMO SÉTIMO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2022, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº143/2022.

Pelo presente instrumento as partes, de um lado, o Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia nº. 676 - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº. 00.965.145/0001-27, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Conceição Nunes de Aguiar, contador, Brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua do bosque no setor cidade nova, portador Rg nº1734269 – 4 e CPF: 014.711.181-18, doravante denominado de **CONTRATANTE**,

Considerando a solicitação da Empresa CONTRATATADA AUTO POSTO KARAJAS LTDA, inscrito no CNPJ: 20.416.774/0001-05 com sede situada na avenida Hermano ribeiro da silva s/n°, quadra 06 lote 1,2,3,5,6,7,8,10, centro Cocalinho -MT, embasada na alínea “d”, Inciso II § 8º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, onde prevê o realinhamento dos preços de materiais a qualquer tempo desde de que esteja previsto em contrato,

Considerando que as reduções hora mencionadas estão comprovados com tabelas da própria ANP, através da Petrobras autorizou uma redução no percentual do ETANOL/ÁLCOOL e uma redução no percentual da GASOLINA com previsão na ata de registro de preço, na cláusula décima primeira do Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº 029/2022.

R E S O L V E:

1 – O presente termo de apostilamento refere-se à alteração do valor atual registrado na ARP 029/2022, constatado nos autos do processo 143/2022 e Clausulas, através de pesquisas no site ANP e Petrobrás, que houve alterações nos valores praticados no mercado.

PRODUTOS	VALOR(RS/TO) REFERÊNCIA	VALOR (R$) REDUÇÃO	VALOR (R$) AUMENTO
ETANOL/ÁLCOOL	R$ 4,15	R$ 3,93	
GASOLINA	R$ 6,61	R$ 6,48	
OLEO DIESEL S 10	R$ 6,88		
OLEO DIESEL S 500	R$ 6,68		

2 – Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições anteriores acordadas na Ata de Registro de Preços nº 029/2022, vinculada ao Processo Administrativo 143/2022, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este instrumento.

3 – Este instrumento entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos 20 dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte e três

Marcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.044/2023 ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL N.016/2023 PROCESSO LICITATÓRIO N.049/2023 DA PREFEITURA DE COCALINHO – MT.

O MUNICIPIO DE COCALINHO, com sede na Avenida Araguaia, 676, Bairro Centro, na cidade de Cocalinho-MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.965.145/0001-27, neste ato representada pelo Sr. **Marcio Conceição Nunes de Aguiar**, Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob o nº 014.711.181-18, portador da Carteira de Identidade nº 17342694, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 016/2023. RESOLVE registrar os preços da empresa **YETKI MED IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA** CNPJ Nº 42.689.754/0001-40 situada na Sia trecho 3 Bloco D, lote 985, sala 206, Zona Industrial (Guará), Brasília - DF, cep: 71.200-030, neste ato representada por seu representante legal a srª **CREMILDA NEVES CHAVES**, Brasileira, Empresária, portadora da cédula de identidade nº 4375037 SSP/GO e CPF nº 343.906.855-20, residente e domiciliada na cidade de Goiânia, estado de Goiás, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA DE COCALINHO-MT.** Com validade para 12 (doze) meses.

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem abaixo.

Item	31392 Código	YETKI MED IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO LT CNPJ: 42.689.754/0001-40 TR SIA TRECHO 3 BLOCO D LOTE, 985 SALA 206 - ZONA INDUSTRIAL (GUARA), BRASILIA - DF, CEP: 71200-030 Telefone: (61) 8319-7107 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
17	002.015.515	AMINOFILINA 100 MG COMPRIMIDO Marca: HIPOLABOR	CPR	2000	0,08	160,00
79	002.015.585	METILDOPA 250 MG Marca: E.M.S	CPR	12000	0,65	7.800,00
80	002.015.586	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 10 MG Marca: HIPOLABOR	UNIDA	4000	0,06	240,00
163	002.015.687	GLICOSE 5% ,500ML - SISTEMA FECHADO EM BOLSA TRILAMINADA;COM PAREDES FLEXÍVEL;COM 2 SITIOS;UMA VIA PARA EQUIPO E UMA VIA ADIÇÃO DE MEDICAMENTO.(ISENTO DE PVC) Marca: JP FARMA	BOLSA	5000	6,10	30.500,00
208	002.015.738	FLUMAZENIL 0,1MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML Marca: CRISTALIA	AMPOL	50	8,05	402,50
		Total do Proponente				39.102,50

CLÁUSULA TERCEIRA – VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da assinatura e publicação na imprensa oficial, não podendo ser prorrogada.

CLÁUSULA QUARTA – REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação das penalidades e confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.8. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.9.1. Por razão de interesse público; ou

4.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Manter, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nas mesmas as condições de habilitação exigidas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023;

5.2. Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou ao Fiscal do Contrato, qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

5.3. Atender aos chamados do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou do Fiscal do Contrato, visando efetuar reparos em eventuais atrasos, paralisações ou defeitos cometidos no fornecimento dos produtos e equipamentos, objeto da presente Ata de Registro de Preços, e dos contratos administrativos dela decorrentes;

5.4. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços sem a expressa concordância do ÓRGÃO GERENCIADOR.

5.5. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do ÓRGÃO GERENCIADOR, o qual, caso haja, será dado por escrito.

5.6. Responder, solidariamente, pelos atos praticados pela subcontratada, relacionados com o objeto do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e da presente Ata de Registro de Preços, desde que autorizada a subcontratação;

5.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e da presente Ata de Registro de Preços;

5.8. Retirar as requisições referentes ao objeto dos Contratos Administrativos decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, junto ao Poder Executivo Municipal, precisamente, no Departamento de Departamento de Compras, sito a Avenida Araguaia, 676, Bairro Centro, no Município de Cocalinho-MT;

5.9. Proceder à entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços e dos Contratos Administrativos decorrentes, com os deveres e garantias constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023;

5.10. Credenciar junto ao Poder Executivo Municipal, precisamente, no Departamento de Departamento de Compras, Materiais e Licitações, funcionário ou preposto, que atenderá às solicitações dos fornecimentos dos produtos e/ou equipamentos, objeto do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e da presente Ata de Registro de Preços, disponibilizando ao Departamento telefones, fax, e-mail e outros meios de contato plenamente disponíveis e diuturnamente em funcionamento;

5.11. Para o fiel cumprimento desta ATA a Fornecedora se compromete a:

I – Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

II - Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as licenças, taxas, emolumentos necessários à fiel execução do contrato, eventuais multas impostas pelas autoridades constituídas, além de todas as obrigações sociais, previdenciárias e tributárias, bem como por quaisquer encargos trabalhistas decorrentes do exercício profissional de seus funcionários, despesas com pessoal, de acordo com as exigências legais;

III - Responsabilizar-se por quaisquer despesas, inclusive possíveis perdas e danos decorrentes da demora na execução, caso haja necessidade de modificação ou adequação do produto, devido à impossibilidade de execução conforme o contratado, sem qualquer custo adicional à Contratante;

IV – Informar à Contratante sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do contrato;

V - Informar e manter atualizado o número do telefone e celular e/ou endereço eletrônico (e-mail), bem como o nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários por parte da Contratante;

VI - Refazer, às suas expensas, os produtos entregues em desacordo com o estabelecido;

VII – Entregar os produtos em total conformidade com o Anexo I (Termo de Referência), no prazo 10 (dez) dias corridos;

VIII – Mensalmente, apresentar juntamente com a nota fiscal, as requisições fornecidas, recibos, instruídas de documentos que comprovem as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, as quais serão verificadas pelo fiscal do contrato designado pela Prefeitura Municipal, para posterior pagamento.

IX - A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual, independentemente de qualquer indenização.

X- Deverão ser tomadas as providências para correção das falhas detectadas, a fim de manter o controle de qualidade dos produtos, reportando-se ao Fiscal do contrato quando houver necessidade.

XI – Substituir no prazo fixado pela Contratante, todos os medicamentos entregues fora das especificações, com data de validade inferior a permitida pela Contratante ou com quaisquer outras irregularidades.

XII – Fornecer todos os produtos obedecendo todas as normas da Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde.

XIII – A Contratada deverá comprovar a AFE e**m caso de produto ser sujeito a controle especial se faz necessário a apresentação da Autorização de Funcionamento Especial (AFE especial). No caso do fabricante ser sediado no exterior, será aceito a Autorização de Funcionamento do Importador/Distribuidora, detentora do registro do produto junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária**

XIV -Os produtos deverão ter validade mínima de 18 (dezoito) meses, na data de recebimento dos medicamentos pela Secretaria Municipal de Saúde**;**

XV -Os medicamentos deverão ser entregues em embalagens lacradas com fita adesiva constando os seguintes dizeres: **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"** (Portaria nº 2814/GM de 29 de maio de 1998), bem como o nome do material hospitalar, nome do laboratório, lote e data de validade, devendo a embalagem seguir o seguinte padrão:

XVI - Embalagem primária: caixa para acondicionamento do blisters utilizado para o acondicionamento do produto; e, Embalagem secundária: caixa para acondicionamento dos materiais alocados em caixas menores;

XVII - Os produtos perecíveis, termo lábeis, deverão ser acondicionados e transportados de acordo com a temperatura exigida pelo fabricante até o ato da entrega, em embalagens que conservem suas propriedades e qualidades (exemplo: isopor), devendo nessa embalagem secundária constar os seguintes dizeres: **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"** (portaria nº 2814/GM de 29 de maio de 1998);

5.12. Celebrar tantos Contratos Administrativos for necessário e solicitados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR durante o prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços, observado o quantitativo, assim como os acréscimos ou supressões previstas no art. 65, § 1.º, da Lei Federal nº 8.666/93; e,

5.13. Cumprir todas as demais obrigações e exigências previstas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e seus respectivos ANEXOS.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Gerenciar a presente Ata de Registro de Preços:

6.1.2. Prestar, por meio de seu representante as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas, depois do fornecimento dos produtos e equipamentos for atestado pelo Fiscal do Contrato;

6.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da Ata de Registro de Preços, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização das entregas, à exigência de condições estabelecidas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e à proposta de aplicação de sanções, conforme relatório e fiscalização realizada pelo Fiscal do Contrato;

6.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos, conforme fiscalização realizada pelo Fiscal do Contrato;

6.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado, ouvido sempre, neste caso, o Fiscal do Contrato;

6.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de sanções por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, juntamente, com as informações prestadas pelo Fiscal do Contrato; e,

6.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo FORNECEDOR REGISTRADO, por intermédio do Fiscal do Contrato.

6.2. A fiscalização exercida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, por intermédio do Fiscal de Contrato, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do FORNECEDOR REGISTRADO pela completa e perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

6.3. Caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR à análise técnica e a Procuradoria Geral do Município a análise jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto e/ou equipamento registrado.

CLÁSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

7.1. Para fornecimento do produto registrado neste pregão, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência do presente edital;

7.2. O prazo de entrega do referido objeto é de 10 (dez) dias a contar da emissão da NAD;

7.3. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

7.4. Os itens licitados serão avaliados em relação a conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o Edital, após, a nota fiscal será atestada e encaminhada para pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E CANCELAMENTO

8.1. O Departamento de Compras, Materiais e Licitações do Poder Executivo do Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados na presente Ata.

8.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto ao FORNECEDOR REGISTRADO, observadas as disposições contidas na alínea "d", do inciso II, do caput, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o FORNECEDOR REGISTRADO para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, observado o seguinte:

8.3.1. O FORNECEDOR REGISTRADO que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

8.3.2. A ordem de classificação dos FORNECEDORES REGISTRADOS que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

8.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o FORNECEDOR REGISTRADO não puder cumprir o compromisso, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:

8.4.1. Liberar o FORNECEDOR REGISTRADO do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento do produto e/ou equipamento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

8.4.2. Convocar os demais FORNECEDORES REGISTRADOS para assegurar igual oportunidade de negociação.

8.5. Não havendo êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.6. O registro do FORNECEDOR REGISTRADO será cancelado quando:

8.6.1. Descumprir as condições da presente Ata de Registro de Preços;

8.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

8.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.6.4. Sofrer a sanção prevista nos incisos III ou IV, do caput, do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/1993, ou no art. 7.º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 8.6.1., 8.6.2. e 8.6.4., da presente Ata, será formalizado por despacho do Prefeito Municipal, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

8.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, nos autos de procedimento administrativo:

8.8.1. Por razão de interesse público; ou,

8.8.2. A pedido do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. As partes estabelecem o Foro da Comarca de Água Boa, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer questões emergentes ou remanescentes da presente Ata de Registro de Preços, que não for possível ser solucionado extrajudicial ou amigavelmente, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudanças de domicílio de qual quer das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93. Para firmeza e validade do pactuado, apresente Ata foi lavrada em 02 (vias) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Cocalinho/MT, 20 de setembro de 2023

GERENCIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO - MT

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

FORNECEDOR

YETKI MED IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

CNPJ: 42.689.754/0001-40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.043/2023 ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL N.016/2023 PROCESSO LICITATÓRIO N.049/2023 DA PREFEITURA DE COCALINHO – MT.

O MUNICIPIO DE COCALINHO, com sede na Avenida Araguaia, 676, Bairro Centro, na cidade de Cocalinho-MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.965.145/0001-27, neste ato representada pelo Sr. **Marcio Conceição Nunes de Aguiar**, Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob o nº 014.711.181-18, portador da Carteira de Identidade nº 17342694, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 016/2023. RESOLVE registrar os preços da empresa **INOVAMED HOSPITALAR LTDA** CNPJ Nº 12.889.035/0001-02 situada na Rua Doutor João Caruso, nº 2115, Bairro industrial, Erechim – RS, CEP: 99706-250, neste ato representada por seu representante legal o srº **JHONATAN BONI**, Brasileiro, Empresário, portador da cédula de identidade nº 2105024927 SJS/RS e CPF nº 016.789.820-59, residente e domiciliado na cidade de Erechim, estado do Rio Grande do Sul, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA DE COCALINHO-MT.** Com validade para 12 (doze) meses.

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem abaixo.

Item	30416 Código	INOVAMED HOSPITALAR LTDA CNPJ: 12.889.035/0001-02 R DOUTOR JOAO CARUSO, 2115 ******** - INDUSTRIAL, ERECHIM - RS, CEP: 99706-250 Telefone: (54) 2106-7930 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
12	002.015.510	ALBENDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 10 ML Marca: GEOLAB	FRASC	1000	1,39	1.390,00
26	002.015.525	CAPTOPRIL 25 MG Marca: GEOLAB	CPR	8000	0,03	240,00
33	002.015.532	CEFALEXINA 250MG/5ML 60ML SUSPENSÃO Marca: TEUTO	FRASC	1000	7,10	7.100,00
38	002.015.537	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML Marca: HIPOLABOR	FR	500	2,49	1.245,00
45	002.015.544	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 2 MG Marca: GEOLAB	CPR	6000	0,05	300,00
49	002.015.548	ENALAPRIL, MALEATO 10 MG Marca: CIMED/1FARMA	CPR	5000	0,03	150,00
52	002.015.554	FENITOÍNA SÓDICA 100 MG Marca: TEUTO	CPR	8000	0,10	800,00
62	002.015.565	GLIBENCLAMIDA 5 MG COMPRIMIDO Marca: GEOLAB	CRP	8000	0,03	240,00
64	002.015.568	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG Marca: CIMED	CPR	6000	0,03	180,00
74	002.015.580	LORATADINA 1 MG/ML Marca: CIMED	FR	800	3,25	2.600,00
75	002.015.581	LORATADINA 10 MG Marca: CIMED	CPR	8000	0,07	560,00
90	002.015.596	NIMESULIDA 100 MG Marca: CIMED	CPR	12000	0,08	960,00
91	002.015.597	NIMESULIDA 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 15 ML Marca: CIMED	FR	800	1,80	1.440,00
114	002.015.633	AMICACINA, SULFATO 250 MG/ ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML Marca: TEUTO	AMPLO	100	3,46	346,00
124	002.015.646	BISACODIL 5MG COMPRIMIDO Marca: CIMED	CPR	500	0,15	75,00
136	002.015.659	CLORETO DE POTÁSSIO 15% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML Marca: SAMTEC	AMPOL	600	0,43	258,00
137	002.015.660	CLORETO DE SÓDIO 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML Marca: SAMTEC	AMPOL	600	0,40	240,00
200	002.015.730	TERBUTALINA, SULFATO 0,5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML Marca: HIPOLABOR	AMPOL	400	1,29	516,00
203	002.015.733	DIAZEPAM 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML Marca: TEUTO	AMPOL	2000	0,98	1.960,00
205	002.015.735	FENITOÍNA SÓDICA 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML Marca: TEUTO	AMPOL	200	2,10	420,00
211	002.015.741	MIDAZOLAM, CLORIDRATO 1MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML Marca: teuto	AMPOL	500	2,25	1.125,00
212	002.015.742	MORFINA, SULFATO 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML Marca: HIPOLABOR	AMPOL	300	1,99	597,00
214	002.015.744	TRAMADOL, CLORIDRATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML Marca: TEUTO	AMPOL	5000	1,83	9.150,00
217	002.015.747	CLOPIDOGREL, BISSULFATO 75MG Marca: BIOLAB	CPR	1000	0,32	320,00
222	002.015.752	METILPREDNISOLONA, SUCCINATO SODICO 500MG Marca: BLAU	AMPOL	100	8,99	899,00
227	002.294.090	DIAMICRON MR 60 MG 30 CPR Marca: SERVIER	CAIXA	120	11,70	1.404,00
		Total do Proponente				34.515,00

CLÁUSULA TERCEIRA – VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da assinatura e publicação na imprensa oficial, não podendo ser prorrogada.

CLÁUSULA QUARTA – REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação das penalidades e confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.8. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.9.1. Por razão de interesse público; ou

4.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Manter, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nas mesmas as condições de habilitação exigidas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023;

5.2. Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou ao Fiscal do Contrato, qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

5.3. Atender aos chamados do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou do Fiscal do Contrato, visando efetuar reparos em eventuais atrasos, paralisações ou defeitos cometidos no fornecimento dos produtos e equipamentos, objeto da presente Ata de Registro de Preços, e dos contratos administrativos dela decorrentes;

5.4. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços sem a expressa concordância do ÓRGÃO GERENCIADOR.

5.5. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do ÓRGÃO GERENCIADOR, o qual, caso haja, será dado por escrito.

5.6. Responder, solidariamente, pelos atos praticados pela subcontratada, relacionados com o objeto do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e da presente Ata de Registro de Preços, desde que autorizada a subcontratação;

5.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e da presente Ata de Registro de Preços;

5.8. Retirar as requisições referentes ao objeto dos Contratos Administrativos decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, junto ao Poder Executivo Municipal, precisamente, no Departamento de Departamento de Compras, sito a Avenida Araguaia, 676, Bairro Centro, no Município de Cocalinho-MT;

5.9. Proceder à entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços e dos Contratos Administrativos decorrentes, com os deveres e garantias constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023;

5.10. Credenciar junto ao Poder Executivo Municipal, precisamente, no Departamento de Departamento de Compras, Materiais e Licitações, funcionário ou preposto, que atenderá às solicitações dos fornecimentos dos produtos e/ou equipamentos, objeto do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e da presente Ata de Registro de Preços, disponibilizando ao Departamento telefones, fax, e-mail e outros meios de contato plenamente disponíveis e diuturnamente em funcionamento;

5.11. Para o fiel cumprimento desta ATA a Fornecedora se compromete a:

I – Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

II - Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as licenças, taxas, emolumentos necessários à fiel execução do contrato, eventuais multas impostas pelas autoridades constituídas, além de todas as obrigações sociais, previdenciárias e tributárias, bem como por quaisquer encargos trabalhistas decorrentes do exercício profissional de seus funcionários, despesas com pessoal, de acordo com as exigências legais;

III - Responsabilizar-se por quaisquer despesas, inclusive possíveis perdas e danos decorrentes da demora na execução, caso haja necessidade de modificação ou adequação do produto, devido à impossibilidade de execução conforme o contratado, sem qualquer custo adicional à Contratante;

IV – Informar à Contratante sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do contrato;

V - Informar e manter atualizado o número do telefone e celular e/ou endereço eletrônico (e-mail), bem como o nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários por parte da Contratante;

VI - Refazer, às suas expensas, os produtos entregues em desacordo com o estabelecido;

VII – Entregar os produtos em total conformidade com o Anexo I (Termo de Referência), no prazo 10 (dez) dias corridos;

VIII – Mensalmente, apresentar juntamente com a nota fiscal, as requisições fornecidas, recibos, instruídas de documentos que comprovem as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, as quais serão verificadas pelo fiscal do contrato designado pela Prefeitura Municipal, para posterior pagamento.

IX - A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual, independentemente de qualquer indenização.

X- Deverão ser tomadas as providências para correção das falhas detectadas, a fim de manter o controle de qualidade dos produtos, reportando-se ao Fiscal do contrato quando houver necessidade.

XI – Substituir no prazo fixado pela Contratante, todos os medicamentos entregues fora das especificações, com data de validade inferior a permitida pela Contratante ou com quaisquer outras irregularidades.

XII – Fornecer todos os produtos obedecendo todas as normas da Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde.

XIII – A Contratada deverá comprovar a AFE e**m caso de produto ser sujeito a controle especial se faz necessário a apresentação da Autorização de Funcionamento Especial (AFE especial). No caso do fabricante ser sediado no exterior, será aceito a Autorização de Funcionamento do Importador/Distribuidora, detentora do registro do produto junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.**

XIV -Os produtos deverão ter validade mínima de 18 (dezoito) meses, na data de recebimento dos medicamentos pela Secretaria Municipal de Saúde**;**

XV -Os medicamentos deverão ser entregues em embalagens lacradas com fita adesiva constando os seguintes dizeres: **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"** (Portaria nº 2814/GM de 29 de maio de 1998), bem como o nome do material hospitalar, nome do laboratório, lote e data de validade, devendo a embalagem seguir o seguinte padrão:

XVI - Embalagem primária: caixa para acondicionamento do blisters utilizado para o acondicionamento do produto; e, Embalagem secundária: caixa para acondicionamento dos materiais alocados em caixas menores;

XVII - Os produtos perecíveis, termo lábeis, deverão ser acondicionados e transportados de acordo com a temperatura exigida pelo fabricante até o ato da entrega, em embalagens que conservem suas propriedades e qualidades (exemplo: isopor), devendo nessa embalagem secundária constar os seguintes dizeres: **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"** (portaria nº 2814/GM de 29 de maio de 1998);

5.12. Celebrar tantos Contratos Administrativos for necessário e solicitados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR durante o prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços, observado o quantitativo, assim como os acréscimos ou supressões previstas no art. 65, § 1.º, da Lei Federal nº 8.666/93; e,

5.13. Cumprir todas as demais obrigações e exigências previstas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e seus respectivos ANEXOS.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Gerenciar a presente Ata de Registro de Preços:

6.1.2. Prestar, por meio de seu representante as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas, depois do fornecimento dos produtos e equipamentos for atestado pelo Fiscal do Contrato;

6.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da Ata de Registro de Preços, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização das entregas, à exigência de condições estabelecidas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e à proposta de aplicação de sanções, conforme relatório e fiscalização realizada pelo Fiscal do Contrato;

6.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos, conforme fiscalização realizada pelo Fiscal do Contrato;

6.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado, ouvido sempre, neste caso, o Fiscal do Contrato;

6.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de sanções por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, juntamente, com as informações prestadas pelo Fiscal do Contrato; e,

6.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo FORNECEDOR REGISTRADO, por intermédio do Fiscal do Contrato.

6.2. A fiscalização exercida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, por intermédio do Fiscal de Contrato, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do FORNECEDOR REGISTRADO pela completa e perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

6.3. Caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR à análise técnica e a Procuradoria Geral do Município a análise jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto e/ou equipamento registrado.

CLÁSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

7.1. Para fornecimento do produto registrado neste pregão, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência do presente edital;

7.2. O prazo de entrega do referido objeto é de 10 (dez) dias a contar da emissão da NAD;

7.3. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

7.4. Os itens licitados serão avaliados em relação a conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o Edital, após, a nota fiscal será atestada e encaminhada para pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E CANCELAMENTO

8.1. O Departamento de Compras, Materiais e Licitações do Poder Executivo do Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados na presente Ata.

8.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto ao FORNECEDOR REGISTRADO, observadas as disposições contidas na alínea "d", do inciso II, do caput, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o FORNECEDOR REGISTRADO para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, observado o seguinte:

8.3.1. O FORNECEDOR REGISTRADO que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

8.3.2. A ordem de classificação dos FORNECEDORES REGISTRADOS que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

8.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o FORNECEDOR REGISTRADO não puder cumprir o compromisso, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:

8.4.1. Liberar o FORNECEDOR REGISTRADO do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento do produto e/ou equipamento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

8.4.2. Convocar os demais FORNECEDORES REGISTRADOS para assegurar igual oportunidade de negociação.

8.5. Não havendo êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.6. O registro do FORNECEDOR REGISTRADO será cancelado quando:

8.6.1. Descumprir as condições da presente Ata de Registro de Preços;

8.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

8.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.6.4. Sofrer a sanção prevista nos incisos III ou IV, do caput, do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/1993, ou no art. 7.º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 8.6.1., 8.6.2. e 8.6.4., da presente Ata, será formalizado por despacho do Prefeito Municipal, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

8.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, nos autos de procedimento administrativo:

8.8.1. Por razão de interesse público; ou,

8.8.2. A pedido do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. As partes estabelecem o Foro da Comarca de Água Boa, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer questões emergentes ou remanescentes da presente Ata de Registro de Preços, que não for possível ser solucionado extrajudicial ou amigavelmente, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudanças de domicílio de qual quer das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93. Para firmeza e validade do pactuado, apresente Ata foi lavrada em 02 (vias) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Cocalinho/MT, 20 de setembro de 2023

GERENCIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO - MT

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

FORNECEDOR

INOVAMED HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 12.889.035/0001-02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.046/2023 ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL N.016/2023 PROCESSO LICITATÓRIO N.049/2023 DA PREFEITURA DE COCALINHO – MT.

O MUNICIPIO DE COCALINHO, com sede na Avenida Araguaia, 676, Bairro Centro, na cidade de Cocalinho-MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.965. 145/0001-27, neste ato representada pelo Sr. **Marcio Conceição Nunes de Aguiar**, Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob o nº 014.711.181-18, portador da Carteira de Identidade nº 17342694, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 016/2023. RESOLVE registrar os preços da empresa **RÊMORA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI** CNPJ Nº 27.634.076/0001-25 situada na Av. Vieira Santos, Nº 1882 Qd. 41 Lt. 32, Res. Itaipu, na cidade de Goiânia - GO, cep: 74.356-048, neste ato representada por seu representante legal o srº **ANTÔNIO GILSON CEO**, Brasileiro, Empresário, portador da cédula de identidade nº 4375037 SPTC/GO e CPF nº 034.069.661-36, residente e domiciliado na cidade de Goiânia, estado de Goiás, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA DE COCALINHO-MT.** Com validade para 12 (doze) meses.

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem abaixo.

Item	31394 Código	REMORA PRODUTOS PARA SAUDE LTDA CNPJ: 27.634.076/0001-25 AV VIEIRA SANTOS, 1882 QUADRA41 - RES ITAIPU, GOIANIA - GO, CEP: 74356-048 Telefone: (62) 3999-1328 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
3	002.015.203	TEGRETOL 400MG C/60CPR Marca: germed	CAIXA	120	62,99	7.558,80
29	002.015.528	CARBONATO DE CALCIO + CALECALCIFEROL 500MG Marca: imec	CPR	3000	0,10	300,00
143	002.015.666	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 3ML Marca: farmace	AMPOL	12000	1,09	13.080,00
155	002.015.678	FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO + FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO 160 + 60MG/ML ENEMA 130ML Marca: jp	FRASC	50	6,20	310,00
175	002.015.699	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO 100MG/ML SOLUÇÃO SPRAY 50ML Marca: cristalia	FRASC	10	40,49	404,90
		Total do Proponente				21.653,70

CLÁUSULA TERCEIRA – VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da assinatura e publicação na imprensa oficial, não podendo ser prorrogada.

CLÁUSULA QUARTA – REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação das penalidades e confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.8. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.9.1. Por razão de interesse público; ou

4.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Manter, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nas mesmas as condições de habilitação exigidas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023;

5.2. Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou ao Fiscal do Contrato, qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

5.3. Atender aos chamados do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou do Fiscal do Contrato, visando efetuar reparos em eventuais atrasos, paralisações ou defeitos cometidos no fornecimento dos produtos e equipamentos, objeto da presente Ata de Registro de Preços, e dos contratos administrativos dela decorrentes;

5.4. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços sem a expressa concordância do ÓRGÃO GERENCIADOR.

5.5. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do ÓRGÃO GERENCIADOR, o qual, caso haja, será dado por escrito.

5.6. Responder, solidariamente, pelos atos praticados pela subcontratada, relacionados com o objeto do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e da presente Ata de Registro de Preços, desde que autorizada a subcontratação;

5.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e da presente Ata de Registro de Preços;

5.8. Retirar as requisições referentes ao objeto dos Contratos Administrativos decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, junto ao Poder Executivo Municipal, precisamente, no Departamento de Departamento de Compras, sito a Avenida Araguaia, 676, Bairro Centro, no Município de Cocalinho-MT;

5.9. Proceder à entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços e dos Contratos Administrativos decorrentes, com os deveres e garantias constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023;

5.10. Credenciar junto ao Poder Executivo Municipal, precisamente, no Departamento de Departamento de Compras, Materiais e Licitações, funcionário ou preposto, que atenderá às solicitações dos fornecimentos dos produtos e/ou equipamentos, objeto do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e da presente Ata de Registro de Preços, disponibilizando ao Departamento telefones, fax, e-mail e outros meios de contato plenamente disponíveis e diuturnamente em funcionamento;

5.11. Para o fiel cumprimento desta ATA a Fornecedora se compromete a:

I – Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

II - Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as licenças, taxas, emolumentos necessários à fiel execução do contrato, eventuais multas impostas pelas autoridades constituídas, além de todas as obrigações sociais, previdenciárias e tributárias, bem como por quaisquer encargos trabalhistas decorrentes do exercício profissional de seus funcionários, despesas com pessoal, de acordo com as exigências legais;

III - Responsabilizar-se por quaisquer despesas, inclusive possíveis perdas e danos decorrentes da demora na execução, caso haja necessidade de modificação ou adequação do produto, devido à impossibilidade de execução conforme o contratado, sem qualquer custo adicional à Contratante;

IV – Informar à Contratante sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do contrato;

V - Informar e manter atualizado o número do telefone e celular e/ou endereço eletrônico (e-mail), bem como o nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários por parte da Contratante;

VI - Refazer, às suas expensas, os produtos entregues em desacordo com o estabelecido;

VII – Entregar os produtos em total conformidade com o Anexo I (Termo de Referência), no prazo 10 (dez) dias corridos;

VIII – Mensalmente, apresentar juntamente com a nota fiscal, as requisições fornecidas, recibos, instruídas de documentos que comprovem as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, as quais serão verificadas pelo fiscal do contrato designado pela Prefeitura Municipal, para posterior pagamento.

IX - A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual, independentemente de qualquer indenização.

X- Deverão ser tomadas as providências para correção das falhas detectadas, a fim de manter o controle de qualidade dos produtos, reportando-se ao Fiscal do contrato quando houver necessidade.

XI – Substituir no prazo fixado pela Contratante, todos os medicamentos entregues fora das especificações, com data de validade inferior a permitida pela Contratante ou com quaisquer outras irregularidades.

XII – Fornecer todos os produtos obedecendo todas as normas da Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde.

XIII – A Contratada deverá comprovar a AFE e**m caso de produto ser sujeito a controle especial se faz necessário a apresentação da Autorização de Funcionamento Especial (AFE especial). No caso do fabricante ser sediado no exterior, será aceito a Autorização de Funcionamento do Importador/Distribuidora, detentora do registro do produto junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.**

XIV -Os produtos deverão ter validade mínima de 18 (dezoito) meses, na data de recebimento dos medicamentos pela Secretaria Municipal de Saúde**;**

XV -Os medicamentos deverão ser entregues em embalagens lacradas com fita adesiva constando os seguintes dizeres: **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"** (Portaria nº 2814/GM de 29 de maio de 1998), bem como o nome do material hospitalar, nome do laboratório, lote e data de validade, devendo a embalagem seguir o seguinte padrão:

XVI - Embalagem primária: caixa para acondicionamento do blisters utilizado para o acondicionamento do produto; e, Embalagem secundária: caixa para acondicionamento dos materiais alocados em caixas menores;

XVII - Os produtos perecíveis, termo lábeis, deverão ser acondicionados e transportados de acordo com a temperatura exigida pelo fabricante até o ato da entrega, em embalagens que conservem suas propriedades e qualidades (exemplo: isopor), devendo nessa embalagem secundária constar os seguintes dizeres: **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"** (portaria nº 2814/GM de 29 de maio de 1998);

5.12. Celebrar tantos Contratos Administrativos for necessário e solicitados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR durante o prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços, observado o quantitativo, assim como os acréscimos ou supressões previstas no art. 65, § 1.º, da Lei Federal nº 8.666/93; e,

5.13. Cumprir todas as demais obrigações e exigências previstas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e seus respectivos ANEXOS.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Gerenciar a presente Ata de Registro de Preços:

6.1.2. Prestar, por meio de seu representante as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas, depois do fornecimento dos produtos e equipamentos for atestado pelo Fiscal do Contrato;

6.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da Ata de Registro de Preços, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização das entregas, à exigência de condições estabelecidas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e à proposta de aplicação de sanções, conforme relatório e fiscalização realizada pelo Fiscal do Contrato;

6.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos, conforme fiscalização realizada pelo Fiscal do Contrato;

6.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado, ouvido sempre, neste caso, o Fiscal do Contrato;

6.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de sanções por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, juntamente, com as informações prestadas pelo Fiscal do Contrato; e,

6.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo FORNECEDOR REGISTRADO, por intermédio do Fiscal do Contrato.

6.2. A fiscalização exercida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, por intermédio do Fiscal de Contrato, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do FORNECEDOR REGISTRADO pela completa e perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

6.3. Caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR à análise técnica e a Procuradoria Geral do Município a análise jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto e/ou equipamento registrado.

CLÁSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

7.1. Para fornecimento do produto registrado neste pregão, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência do presente edital;

7.2. O prazo de entrega do referido objeto é de 10 (dez) dias a contar da emissão da NAD;

7.3. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

7.4. Os itens licitados serão avaliados em relação a conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o Edital, após, a nota fiscal será atestada e encaminhada para pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E CANCELAMENTO

8.1. O Departamento de Compras, Materiais e Licitações do Poder Executivo do Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados na presente Ata.

8.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto ao FORNECEDOR REGISTRADO, observadas as disposições contidas na alínea "d", do inciso II, do caput, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o FORNECEDOR REGISTRADO para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, observado o seguinte:

8.3.1. O FORNECEDOR REGISTRADO que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

8.3.2. A ordem de classificação dos FORNECEDORES REGISTRADOS que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

8.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o FORNECEDOR REGISTRADO não puder cumprir o compromisso, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:

8.4.1. Liberar o FORNECEDOR REGISTRADO do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento do produto e/ou equipamento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

8.4.2. Convocar os demais FORNECEDORES REGISTRADOS para assegurar igual oportunidade de negociação.

8.5. Não havendo êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.6. O registro do FORNECEDOR REGISTRADO será cancelado quando:

8.6.1. Descumprir as condições da presente Ata de Registro de Preços;

8.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

8.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.6.4. Sofrer a sanção prevista nos incisos III ou IV, do caput, do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/1993, ou no art. 7.º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 8.6.1., 8.6.2. e 8.6.4., da presente Ata, será formalizado por despacho do Prefeito Municipal, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

8.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, nos autos de procedimento administrativo:

8.8.1. Por razão de interesse público; ou,

8.8.2. A pedido do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. As partes estabelecem o Foro da Comarca de Água Boa, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer questões emergentes ou remanescentes da presente Ata de Registro de Preços, que não for possível ser solucionado extrajudicial ou amigavelmente, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudanças de domicílio de qual quer das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93. Para firmeza e validade do pactuado, apresente Ata foi lavrada em 02 (vias) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Cocalinho/MT, 20 de setembro de 2023

GERENCIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO - MT

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

FORNECEDOR

RÊMORA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI

CNPJ: 27.634.076/0001-25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.041/2023 ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL N. 016/2023 PROCESSO LICITATÓRIO N. 049/2023 DA PREFEITURA DE COCALINHO – MT.

O MUNICIPIO DE COCALINHO, com sede na Avenida Araguaia, 676, Bairro Centro, na cidade de Cocalinho-MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00. 965.145/0001-27, neste ato representada pelo Sr. **Marcio Conceição Nunes de Aguiar**, Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob o nº 014.711.181-18, portador da Carteira de Identidade nº 17342694, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 016/2023. RESOLVE registrar os preços da empresa **APAMED HOSPITALAR EIRELI** CNPJ Nº 19.891.676/0001-40 situada na AV BRASIL, SN QUADRA31 - JARDIM BURITI SERENO, na cidade de Aparecida de Goiânia – GO, cep: 74.943-010, neste ato representada por seu representante legal o srº **Walter Ferreira Bento**, Brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 4043714 DGPC/GO e CPF nº 963.247. 751-00, residente e domiciliado na cidade de Aparecida de Goiânia, estado de Goiás, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA DE COCALINHO-MT.** Com validade para 12 (doze) meses.

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem abaixo.

Item	3203 Código	APAMED HOSPITALAR EIRELI CNPJ: 19.891.676/0001-40 AV BRASIL, SN QUADRA31 - JARDIM BURITI SERENO, APARECIDA DE GOIANIA - GO, CEP: 74943-010 Telefone: (62) 3288-8155 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	002.000.953	AKINETON 2 MG Marca: ABBOTT	CAIXA	120	29,50	3.540,00
13	002.015.511	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG COMPRIMIDO Marca: SANDOZ	CPR	1000	0,06	60,00
14	002.015.512	ALOPURINOL 300 MG COMPRIMIDO Marca: PRATI	CPR	4000	0,29	1.160,00
19	002.015.517	AMOXICILINA 250MG/ML SUSPENSAO Marca: CIMED	FRASC	1000	9,29	9.290,00
21	002.015.519	ANLODIPINO, BESILATO 10 MG COMPRIMIDO Marca: GEOLAB	CPR	15000	0,05	750,00
22	002.015.520	ATENOLOL 50 MG COMPRIMIDO Marca: PRATI	CPR	10000	0,06	600,00
27	002.015.526	CAPTOPRIL 50 MG Marca: GEOLAB	CPR	8000	0,04	320,00
31	002.015.530	CARVEDILOL 3,125 MG Marca: LEGRAND	CPR	6000	0,09	540,00
34	002.015.533	CEFALEXINA 500 MG Marca: ABL	CPR	10000	0,51	5.100,00
35	002.015.534	CINARIZINA 75 MG COMPRIMIDO Marca: RANBAXY	CPR	8000	0,30	2.400,00
36	002.015.535	CIPROFLOXACINO 500MG COMPRIMIDO Marca: PRATI	CPR	8000	0,24	1.920,00
37	002.015.536	CLONAZEPAM 2 MG COMPRIMIDO Marca: GEOLAB	CPR	8000	0,04	320,00
39	002.015.538	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 100 MG Marca: CRISTALIA	CPR	6000	0,37	2.220,00
40	002.015.539	COLCHICINA 0,5 MG Marca: MULTILAB	CPR	4000	0,22	880,00
41	002.015.540	COLECALCIFEROL (VITAMINA D3) 5.000 Marca: EUROFARMA	CPR	5000	0,62	3.100,00
42	002.015.541	DEXAMETASONA 0,1 MG/ML ELIXIR 120 ML Marca: FARMACE	FR	1500	5,24	7.860,00
50	002.015.549	ENALAPRIL, MALEATO 20 MG Marca: CIMED	CPR	8000	0,04	320,00
54	002.015.557	LEVEDO SACCHAROMYCES BOULARDII -17 Marca: LEGRAND	CPR	3000	0,71	2.130,00
55	002.015.558	ESPIRONOLACTONA 100 MG Marca: HIPOLABOR	CPR	8000	0,67	5.360,00
56	002.015.559	ESPIRONOLACTONA 25 MG Marca: GEOLAB	CPR	8000	0,21	1.680,00
61	002.015.564	FUROSEMIDA 40 MG Marca: HIPOLABOR	CPR	8000	0,06	480,00
65	002.015.571	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 60 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 100 ML Marca: NATULAB	FR	1000	2,30	2.300,00
68	002.015.574	IPRATRÓPIO, BROMETO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO 20 ML Marca: PRATI	FR	400	1,18	472,00
70	002.015.576	LEVODOPA 250MG + CARBIDOPA 25MG Marca: TEUTO	CPR	3000	0,56	1.680,00
72	002.015.578	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG Marca: MERCK	CPR	4000	0,19	760,00
77	002.015.583	LOSARTANA 50 MG COMPRIMIDO Marca: GEOLAB	CPR	10000	0,05	500,00

81	002.015.587	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 4 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 10 ML Marca: FARMACE	FR	400	0,74	296,00
82	002.015.588	METOPROLOL, SUCCINATO 25 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA Marca: BIOLAB	CPR	8000	0,20	1.600,00
87	002.015.593	MORFINA 30MG COMPRIMIDO Marca: CRISTALIA	CAIXA	25	87,84	2.196,00
88	002.015.594	NEOMICINA + BACITRACINA 5 MG/G+250UI/G Marca: BELFAR	TUBO	1000	2,35	2.350,00
89	002.015.595	NIFEDIPINA 20 MG Marca: NEO QUIMICA	CPR	8000	0,11	880,00
92	002.015.598	ÓLEO MINERAL SOLUÇÃO ORAL 100 ML Marca: IMEC	FR	500	3,36	1.680,00
96	002.015.602	PREDNISONA 20 MG Marca: HIPOLABOR	CPR	15000	0,17	2.550,00
97	002.015.603	PREDNISONA 5MG Marca: NEO QUIMICA	CPR	6000	0,07	420,00
98	002.015.604	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25 MG Marca: CRISTALIA	CPR	8000	0,12	960,00
101	002.015.607	SIMETICONA 40 MG Marca: PRATI	CPR	6000	0,11	660,00
102	002.015.608	SIMETICONA 75MG/ML SOLUÇÃO ORAL 10ML Marca: NATULAB	FR	1000	1,39	1.390,00
104	002.015.610	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA 400+80MG COMPRIMIDO Marca: PRATI	CPR	5000	0,21	1.050,00
105	002.015.612	CIMETIDINA 150 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML Marca: HYPOFARMA	AMPOL	5000	1,06	5.300,00
107	002.015.626	ACIDO ASCÓBICO 1000 MG + ZINCO QUELATO 10 MG + VITAMINA D 400UI CAIXA COM 10C-PR Marca: MAXINUTRI	CPR	1000	0,45	450,00
108	002.015.627	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML Marca: HIPOLABOR	AMPOL	600	4,36	2.616,00
109	002.015.628	ADENOSINA, FOSFATO 3 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML Marca: HIPOLABOR	AMPOL	100	9,35	935,00
110	002.015.629	ÁGUA DESTILADA PARA INJEÇÃO SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML Marca: EQUIPLEX	AMPLO	2000	0,28	560,00
112	002.015.631	ALTEPLASE 10MG PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL Marca: BOEHRINGER	AMPLO	5	683,55	3.417,75
113	002.015.632	ALTEPLASE 50MG PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL Marca: BOEHRINGER	AMPLO	5	2.617,00	13.085,00
115	002.015.634	AMINOFILINA 24 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML Marca: FARMACE	AMPLO	500	6,90	3.450,00
118	002.015.637	ATROPINA, SULFATO 0,25MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML Marca: ISOFARMA	AMPOL	300	0,84	252,00
119	002.015.638	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL Marca: TEUTO	CAIXA	3000	5,18	15.540,00
122	002.015.643	BENZILPENICILINA PROCAÍNA+BENZILPENICILINA POTÁSSICA 300.000+100.000UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL Marca: BLAU	AMPOL	100	4,10	410,00
123	002.015.645	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML Marca: SAMTEC	AMPOL	400	0,62	248,00
125	002.015.648	BROMOPRIDA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML Marca: HIPOLABOR	AMPOL	15000	1,38	20.700,00
127	002.015.650	BUPIVACAÍNA, CLORIDRATO 0,5% + EPINEFRINA, HEMOTARTARATO SOLUÇÃO INJETÁVEL 20ML Marca: HIPOLABOR	AMPOL	100	3,62	362,00
129	002.015.652	CEFALOTINA SÓDICA 1G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL EV Marca: BLAU	AMPOL	3000	3,29	9.870,00
138	002.015.661	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100ML - SISTEMA FECHADO EM BOLSA TRILAMINADA, COM PAREDES FLEXÍVEL;COM 2 SÍTIOS;UMA VIA PARA EQUIPO E UMA VIA ADIÇÃO DE MEDICAMENTO.(ISENTO DE PVC) Marca: HALEX	bolsa	15000	4,35	65.250,00
139	002.015.662	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250ML - SISTEMA FECHADO EM BOLSA TRILAMINADA;COM PAREDES FLEXÍVEL;COM 2 SÍTIOS;UMA VIA PARA EQUIPO E UMA VIA ADIÇÃO DE MEDICAMENTO. (ISENTO DE PVC) Marca: HALEX	bolsa	15000	4,35	65.250,00
140	002.015.663	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500ML - SISTEMA FECHADO EM BOLSA TRILAMINADA;COM PAREDES FLEXÍVEL;COM 2 SÍTIOS;UMA VIA PARA EQUIPO E UMA VIA ADIÇÃO DE MEDICAMENTO. (ISENTO DE PVC) Marca: HALEX	BOLSA	15000	6,30	94.500,00

141	002.015.664	DESLANOSÍDEO 0,2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML Marca: UNIAO QUIMICA	AMPOL	200	2,04	408,00
145	002.015.668	DIMENIDRINATO 50MG/ML + PIRIDOXINA, CLORIDRATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML B6 IM Marca: UNIAO QUIMICA	AMPOL	1000	2,85	2.850,00
149	002.015.672	EPINEFRINA 1MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML Marca: HIPOLABOR	AMPOL	600	1,10	660,00
153	002.015.676	FENOTEROL, BROMIDRATO 5MG/ML SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO 20ML Marca: HIPOLABOR	AMPOL	100	26,57	2.657,00
159	002.015.683	GLICONATO DE CÁLCIO 10% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML Marca: ISOFARMA	AMPOL	400	2,09	836,00
160	002.015.684	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML Marca: ISOFARMA	AMPOL	1000	0,48	480,00
162	002.015.686	GLICOSE 5% 250ML - SISTEMA FECHADO EM BOLSA TRILAMINADA;COM PAREDES FLEXÍVEL;COM 2 SÍTIOS;UMA VIA PARA EQUIPO E UMA VIA ADIÇÃO DE MEDICAMENTO.(ISENTO DE PVC) Marca: HALEX	BOLSA	5000	4,50	22.500,00
164	002.015.688	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/0,25ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 0,25ML SUBCUTÂNIA Marca: HIPOLABOR	AMPOL	1000	6,51	6.510,00
165	002.015.689	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML INTRAVENOSA Marca: BLAU	AMPOL	1000	15,87	15.870,00
169	002.015.693	HIDROXICLOROQUINA, SULFATO 400MG Marca: APSEN	CPR	1000	2,19	2.190,00
173	002.015.697	ISOSSORBIDA, DINIDRATO 5MG CPR SUBLINGUAL Marca: RMS	CPR	1000	0,39	390,00
177	002.015.701	MAGNÉSIO, SULFATO 10% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML Marca: ISOFARMA	AMPOL	400	0,97	388,00
179	002.015.703	MANITOL 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 250ML Marca: CRISTALIA	BOLSA	100	8,32	832,00
182	002.015.708	NALOXONA, CLORIDRATO 0,4 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML Marca: HIPOLABOR	AMPOL	100	6,93	693,00
184	002.015.711	OCITOCINA 5UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML Marca: UNIAO QUIMICA	AMPOL	200	2,95	590,00
186	002.015.713	OXACILINA SÓDICA 500MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL Marca: BLAU	AMPOL	400	1,89	756,00
187	002.015.716	PROGESTERONA MICRONIZADA 200MG COMPRIMIDO Marca: BESINS	CPR	140	4,55	637,00
189	002.015.718	PROPOFOL 10MG/ML EMULSÃO INJETÁVEL 20ML Marca: NUTRIEX	AMPOL	50	6,41	320,50
191	002.015.721	RINGER LACTATO 500ML - SISTEMA FECHADO EM BOLSA TRILAMINADA;COM PAREDES FLEXÍVEL;COM 2 SÍTIOS;UMA VIA PARA EQUIPO E UMA VIA ADIÇÃO DE MEDICAMENTO. (ISENTO DE PVC) Marca: HALEX	BOLSA	2000	6,14	12.280,00
192	002.015.722	RINGER SIMPLES 250ML - SISTEMA FECHADO EM BOLSA TRILAMINADA;COM PAREDES FLEXÍVEL;COM 2 SÍTIOS;UMA VIA PARA EQUIPO E UMA VIA ADIÇÃO DE MEDICAMENTO. (ISENTO DE PVC) Marca: HALEX	BOLSA	5000	5,19	25.950,00
193	002.015.723	RINGER SIMPLES 500ML - SISTEMA FECHADO EM BOLSA TRILAMINADA;COM PAREDES FLEXÍVEL;COM 2 SÍTIOS;UMA VIA PARA EQUIPO E UMA VIA ADIÇÃO DE MEDICAMENTO. (ISENTO DE PVC) Marca: HALEX	bolsa	5000	7,04	35.200,00
194	002.015.724	SOLUÇÃO DE GLICERINA 120MG/ML VIA RETAL 500ML Marca: JP	.FRAS	20	9,95	199,00
195	002.015.725	SORO GLICOFISIOLÓGICO 250 ML - SISTEMA FECHADO EM BOLSA TRILAMINADA;COM PAREDES FLEXÍVEL;COM 2 SÍTIOS;UMA VIA PARA EQUIPO E UMA VIA ADIÇÃO DE MEDICAMENTO.(ISENTO DE PVC) Marca: HALEX	5000	5000	4,89	24.450,00
196	002.015.726	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500 ML - SISTEMA FECHADO EM BOLSA TRILAMINADA;COM PAREDES FLEXÍVEL;COM 2 SÍTIOS;UMA VIA PARA EQUIPO E UMA VIA ADIÇÃO DE MEDICAMENTO.(ISENTO DE PVC) Marca: HALEX	BOLSA	5000	8,83	44.150,00
197	002.015.727	SULFADIAZINA DE PRATA 1%,10MG/G, CREME 400G Marca: PRATI	POTE	200	33,60	6.720,00
199	002.015.729	TENOXICAM 20MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL Marca: UNIAO QUIMICA	AMPOL	2000	7,49	14.980,00
201	002.015.731	VITAMINAS DO COMPLEXO B (B1,B2,B3,B5,B6) SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML Marca: HYPOFARMA	AMPOL	15000	1,42	21.300,00
213	002.015.743	PETIDINA, CLORIDRATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML Marca: UNIAO QUIMICA	AMPOL	500	2,77	1.385,00
220	002.015.750	ENOXAPARINA SÓDICA, 80MG/0,8 ML, INJETÁVEL, SERINGA PRÉ-ENCHIDA Marca: MYLAN	AMPOL	1000	26,15	26.150,00
223	002.015.753	MIDAZOLAM, CLORIDRATO 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML Marca: UNIAO QUIMICA	AMPOL	100	3,74	374,00

225	002.282.186	NISTATINA SUSPENSAO 100.000 UI Marca: PRATI	FRASC	500	4,25	2.125,00
234	002.322.156	CABERGOLINA 0,5MG 2 CPR Marca: NOVA QUIMICA	UNIDA	120	6,70	804,00
		Total do Proponente				649.604,25

CLÁUSULA TERCEIRA – VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da assinatura e publicação na imprensa oficial, não podendo ser prorrogada.

CLÁUSULA QUARTA – REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação das penalidades e confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.8. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.9.1. Por razão de interesse público; ou

4.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Manter, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nas mesmas as condições de habilitação exigidas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023;

5.2. Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou ao Fiscal do Contrato, qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

5.3. Atender aos chamados do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou do Fiscal do Contrato, visando efetuar reparos em eventuais atrasos, paralisações ou defeitos cometidos no fornecimento dos produtos e equipamentos, objeto da presente Ata de Registro de Preços, e dos contratos administrativos dela decorrentes;

5.4. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços sem a expressa concordância do ÓRGÃO GERENCIADOR.

5.5. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do ÓRGÃO GERENCIADOR, o qual, caso haja, será dado por escrito.

5.6. Responder, solidariamente, pelos atos praticados pela subcontratada, relacionados com o objeto do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e da presente Ata de Registro de Preços, desde que autorizada a subcontratação;

5.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e da presente Ata de Registro de Preços;

5.8. Retirar as requisições referentes ao objeto dos Contratos Administrativos decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, junto ao Poder Executivo Municipal, precisamente, no Departamento de Departamento de Compras, sito a Avenida Araguaia, 676, Bairro Centro, no Município de Cocalinho-MT;

5.9. Proceder à entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços e dos Contratos Administrativos decorrentes, com os deveres e garantias constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023;

5.10. Credenciar junto ao Poder Executivo Municipal, precisamente, no Departamento de Departamento de Compras, Materiais e Licitações, funcionário ou preposto, que atenderá às solicitações dos fornecimentos dos produtos e/ou equipamentos, objeto do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e da presente Ata de Registro de Preços, disponibilizando ao Departamento telefones, fax, e-mail e outros meios de contato plenamente disponíveis e diuturnamente em funcionamento;

5.11. Para o fiel cumprimento desta ATA a Fornecedora se compromete a:

I – Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

II - Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as licenças, taxas, emolumentos necessários à fiel execução do contrato, eventuais multas impostas pelas autoridades constituídas, além de todas as obrigações sociais, previdenciárias e tributárias, bem como por quaisquer encargos trabalhistas decorrentes do exercício profissional de seus funcionários, despesas com pessoal, de acordo com as exigências legais;

III - Responsabilizar-se por quaisquer despesas, inclusive possíveis perdas e danos decorrentes da demora na execução, caso haja necessidade de modificação ou adequação do produto, devido à impossibilidade de execução conforme o contratado, sem qualquer custo adicional à Contratante;

IV – Informar à Contratante sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do contrato;

V - Informar e manter atualizado o número do telefone e celular e/ou endereço eletrônico (e-mail), bem como o nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários por parte da Contratante;

VI - Refazer, às suas expensas, os produtos entregues em desacordo com o estabelecido;

VII – Entregar os produtos em total conformidade com o Anexo I (Termo de Referência), no prazo 10 (dez) dias corridos;

VIII – Mensalmente, apresentar juntamente com a nota fiscal, as requisições fornecidas, recibos, instruídas de documentos que comprovem as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, as quais serão verificadas pelo fiscal do contrato designado pela Prefeitura Municipal, para posterior pagamento.

IX - A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual, independentemente de qualquer indenização.

X- Deverão ser tomadas as providências para correção das falhas detectadas, a fim de manter o controle de qualidade dos produtos, reportando-se ao Fiscal do contrato quando houver necessidade.

XI – Substituir no prazo fixado pela Contratante, todos os medicamentos entregues fora das especificações, com data de validade inferior a permitida pela Contratante ou com quaisquer outras irregularidades.

XII – Fornecer todos os produtos obedecendo todas as normas da Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde.

XIII – A Contratada deverá comprovar a AFE e**m caso de produto ser sujeito a controle especial se faz necessário a apresentação da Autorização de Funcionamento Especial (AFE especial). No caso do fabricante ser sediado no exterior, será aceito a Autorização de Funcionamento do Importador/Distribuidora, detentora do registro do produto junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.**

XIV -Os produtos deverão ter validade mínima de 18 (dezoito) meses, na data de recebimento dos medicamentos pela Secretaria Municipal de Saúde**;**

XV -Os medicamentos deverão ser entregues em embalagens lacradas com fita adesiva constando os seguintes dizeres: **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"** (Portaria nº 2814/GM de 29 de maio de 1998), bem como o nome do material hospitalar, nome do laboratório, lote e data de validade, devendo a embalagem seguir o seguinte padrão:

XVI - Embalagem primária: caixa para acondicionamento do blisters utilizado para o acondicionamento do produto; e, Embalagem secundária: caixa para acondicionamento dos materiais alocados em caixas menores;

XVII - Os produtos perecíveis, termo lábeis, deverão ser acondicionados e transportados de acordo com a temperatura exigida pelo fabricante até o ato da entrega, em embalagens que conservem suas propriedades e qualidades (exemplo: isopor), devendo nessa embalagem secundária constar os seguintes dizeres: **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"** (portaria nº 2814/GM de 29 de maio de 1998);

5.12. Celebrar tantos Contratos Administrativos for necessário e solicitados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR durante o prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços, observado o quantitativo, assim como os acréscimos ou supressões previstas no art. 65, § 1.º, da Lei Federal nº 8.666/93; e,

5.13. Cumprir todas as demais obrigações e exigências previstas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e seus respectivos ANEXOS.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Gerenciar a presente Ata de Registro de Preços:

6.1.2. Prestar, por meio de seu representante as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas, depois do fornecimento dos produtos e equipamentos for atestado pelo Fiscal do Contrato;

6.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da Ata de Registro de Preços, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização das entregas, à exigência de condições estabelecidas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e à proposta de aplicação de sanções, conforme relatório e fiscalização realizada pelo Fiscal do Contrato;

6.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos, conforme fiscalização realizada pelo Fiscal do Contrato;

6.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado, ouvido sempre, neste caso, o Fiscal do Contrato;

6.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de sanções por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, juntamente, com as informações prestadas pelo Fiscal do Contrato; e,

6.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo FORNECEDOR REGISTRADO, por intermédio do Fiscal do Contrato.

6.2. A fiscalização exercida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, por intermédio do Fiscal de Contrato, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do FORNECEDOR REGISTRADO pela completa e perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

6.3. Caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR à análise técnica e a Procuradoria Geral do Município a análise jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto e/ou equipamento registrado.

CLÁSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

7.1. Para fornecimento do produto registrado neste pregão, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência do presente edital;

7.2. O prazo de entrega do referido objeto é de 10 (dez) dias a contar da emissão da NAD;

7.3. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

7.4. Os itens licitados serão avaliados em relação a conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o Edital, após, a nota fiscal será atestada e encaminhada para pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E CANCELAMENTO

8.1. O Departamento de Compras, Materiais e Licitações do Poder Executivo do Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados na presente Ata.

8.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto ao FORNECEDOR REGISTRADO, observadas as disposições contidas na alínea "d", do inciso II, do caput, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o FORNECEDOR REGISTRADO para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, observado o seguinte:

8.3.1. O FORNECEDOR REGISTRADO que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

8.3.2. A ordem de classificação dos FORNECEDORES REGISTRADOS que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

8.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o FORNECEDOR REGISTRADO não puder cumprir o compromisso, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:

8.4.1. Liberar o FORNECEDOR REGISTRADO do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento do produto e/ou equipamento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

8.4.2. Convocar os demais FORNECEDORES REGISTRADOS para assegurar igual oportunidade de negociação.

8.5. Não havendo êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.6. O registro do FORNECEDOR REGISTRADO será cancelado quando:

8.6.1. Descumprir as condições da presente Ata de Registro de Preços;

8.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

8.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.6.4. Sofrer a sanção prevista nos incisos III ou IV, do caput, do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/1993, ou no art. 7.º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 8.6.1., 8.6.2. e 8.6.4., da presente Ata, será formalizado por despacho do Prefeito Municipal, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

8.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, nos autos de procedimento administrativo:

8.8.1. Por razão de interesse público; ou,

8.8.2. A pedido do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. As partes estabelecem o Foro da Comarca de Água Boa, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer questões emergentes ou remanescentes da presente Ata de Registro de Preços, que não for possível ser solucionado extrajudicial ou amigavelmente, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudanças de domicílio de qual quer das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93. Para firmeza e validade do pactuado, apresente Ata foi lavrada em 02 (vias) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Cocalinho/MT, 20 de setembro de 2023

GERENCIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO - MT

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

FORNECEDOR

APAMED HOSPITALAR EIRELI

CNPJ: 19.891.676/0001-40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.040/2023 ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº016/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº049/2023 DA PREFEITURA DE COCALINHO – MT.

O MUNICIPIO DE COCALINHO, com sede na Avenida Araguaia, 676, Bairro Centro, na cidade de Cocalinho-MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.965. 145/0001-27, neste ato representada pelo Sr. **Marcio Conceição Nunes de Aguiar**, Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob o nº 014.711.181-18, portador da Carteira de Identidade nº 17342694, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 016/2023. RESOLVE registrar os preços da empresa **CENTERMÉDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** CNPJ Nº 05.443.348/ 0001-77 situada na AV. 2ª Radial, nº 363, Qd. 48 Lt. 29 Setor Pedro Ludovico, na cidade de Goiânia – GO, cep: 74.820-090, neste ato representada por seu representante legal a srª **JIHANNE RAMOS ROCHA**, Brasileira, Comerciante, portadora da cédula de identidade nº 4077762/SSP-GO e CPF nº 002.409.811-62, residente e domiciliada na cidade de Goiânia, estado de Goiás, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA DE COCALINHO-MT.** Com validade para 12 (doze) meses.

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem abaixo.

Item	2143 Código	CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 05.443.348/0001-77 AV SEGUNDA RADIAL, 363 ******** - SETOR PEDRO LUDOVICO, GOIANIA - GO, CEP: 74280-090 Telefone: (0062) 5414-441Fax: 6232418277 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	002.015.010	CARVEDILOL 12,5 MG Marca: CIMED	CAIXA	6000	3,96	23.760,00
4	002.015.325	METROPOLOL SUCCINATO 100MG Marca: BIOLAB	CX	120	15,20	1.824,00
5	002.015.496	DIAZEPAM 10 MG Marca: SANTISA	CPR	8000	0,05	400,00
6	002.015.502	ACEBROFILINA 10 MG/ML XAROPE 120 ML Marca: CIMED	UNIDA	1000	5,99	5.990,00
7	002.015.503	ACEBROFILINA 5 MG/ML XAROPE PEDIATRICO 120 ML Marca: CIMED	UNIDA	800	5,02	4.016,00
8	002.015.504	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG COMPRIMIDO Marca: SOBRAL	CPR	10000	0,04	400,00
9	002.015.505	ÁCIDO FÓLICO 0,2 MG/ML 30ML Marca: GLOBO	UNIDA	500	3,92	1.960,00
10	002.015.508	ÁCIDO FÓLICO 5MG Marca: NATULAB	COMPR	6000	0,04	240,00
11	002.015.509	ALBENDAZOL 400 MG Marca: PRATIDONADUZZI	CPR	2000	0,42	840,00

15	002.015.513	AMBROXOL 15MG/ML PEDIATRICO XAROPE 100ML Marca: FARMACE	FRASC	1000	3,55	3.550,00
16	002.015.514	AMBROXOL, CLORIDRATO 6 MG/ML XAROPE 100 ML Marca: FARMACE	FRASC	1000	3,90	3.900,00
18	002.015.516	AMIODARONA, CLORIDRATO 200 MG Marca: GEOLAB	CPR	4000	0,38	1.520,00
20	002.015.518	AMOXICILINA 500MG COMPRIMIDO Marca: PRATIDONADUZZI	CPR	8000	0,26	2.080,00
23	002.015.521	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO Marca: PHARLAB	FRASC	1000	9,45	9.450,00
24	002.015.522	AZITROMICINA 500MG COMPRIMIDO Marca: MEDQUIMICA	CPR	8000	0,49	3.920,00
25	002.015.524	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10 MG Marca: BELFAR	CPR	5000	0,39	1.950,00
28	002.015.527	CARBAMAZEPINA 200 MG Marca: CRISTALIA	CPR	8000	0,18	1.440,00
30	002.015.529	CAVERDILOL 25 MG Marca: CIMED	CPR	8000	0,13	1.040,00
32	002.015.531	CARVEDILOL 6,25 MG Marca: E.M.S	CPR	8000	0,12	960,00
43	002.015.542	DEXAMETASONA CREME 1MG/G C/ 10G Marca: PRATIDONADUZZI	TUBO	1000	1,95	1.950,00
44	002.015.543	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 0,4 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 100 ML Marca: HIPOLABOR	FR	1000	1,92	1.920,00
46	002.015.545	DIGOXINA 0,25 MG Marca: PHARLAB	CPR	4000	0,21	840,00
47	002.015.546	DIPIRONA SODÍCA 500 MG Marca: PRATIDONADUZZI	CPR	25000	0,16	4.000,00
48	002.015.547	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 10 ML Marca: NATULAB	FR	2000	1,32	2.640,00
51	002.015.551	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO + DIPIRONA SÓDICA 10 + 250 MG Marca: BELFAR	CPR	4000	0,40	1.600,00
53	002.015.556	FENOBARBITAL 40 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML Marca: UNIAO QUIMICA	FR	600	4,98	2.988,00
57	002.015.560	FENOBARBITAL 100 MG Marca: CRISTALIA	CPR	8000	0,17	1.360,00
59	002.015.562	FLUCONAZOL 150 MG Marca: PRATIDONADUZZI	CPR	5000	0,44	2.200,00
60	002.015.563	FLUOXETINA 20 MG Marca: TEUTO	CPR	10000	0,06	600,00
63	002.015.566	HALOPERIDOL 5 MG Marca: CRISTALIA	CPR	6000	0,23	1.380,00
66	002.015.572	IBUPROFENO 50MG/ML 30ML GOTAS Marca: NATULAB	FR	800	2,15	1.720,00
67	002.015.573	IBUPROFENO 600 MG Marca: VITAMEDIC	CPR	15000	0,18	2.700,00
73	002.015.579	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG Marca: MERCK	CPR	6000	0,18	1.080,00
76	002.015.582	LOSARTANA 100 MG Marca: MULTLAB	CPR	6000	0,22	1.320,00
78	002.015.584	METFORMINA 850 MG Marca: PRATIDONADUZZI	CPR	15000	0,12	1.800,00
83	002.015.589	METOPROLOL, SUCCINATO 50 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA Marca: AC-CORD	CPR	10000	0,29	2.900,00
84	002.015.590	METRONIDAZOL 100MG/G GEL 50MG Marca: PRATIDONADUZZI	TUBO	1000	5,66	5.660,00
85	002.015.591	MICONAZOL, NITRATO 2 % CREME 28 G Marca: PRATIDONADUZZI	TUBO	1000	2,42	2.420,00
86	002.015.592	MICONAZOL, NITRATO 2 % CREME VAGINAL 80 G Marca: PRATIDONADUZZI	TUBO	1000	6,85	6.850,00

94	002.015.600	PARACETAMOL 200 MG/ML Marca: NATULAB	FRASC	1000	1,38	1.380,00
95	002.015.601	PARACETAMOL 500 MG Marca: PRATIDONADUZZI	CPR	15000	0,08	1.200,00
99	002.015.605	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL (NACL 3,5G + GLICOSE 20G + CITRATO NA 2,9G + KCL 1,5G) 27,9 G PO PARA SOLUÇÃO Marca: NATULAB	SACHE	1500	1,03	1.545,00
103	002.015.609	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA 40+8 MG/ML SUSPENSÃO Marca: VITAMEDIC	FR	800	4,10	3.280,00
106	002.015.625	ÁCIDO ASCÓRBICO SOLUÇÃO INJETÁVEL 100MG/ML 5ML Marca: HYPOFARMA	AMPOL	5000	0,95	4.750,00
111	002.015.630	ALBUMINA HUMANA 200MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 50ML Marca: BLAU	AMPLO	10	115,00	1.150,00
116	002.015.635	AMIODARONA, CLORIDRATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 3ML Marca: HIPOLABOR	AMPOL	200	2,36	472,00
117	002.015.636	AMPICILINA SÓDICA 500MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL EV Marca: BLAU	FRASC	1000	2,92	2.920,00
120	002.015.639	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL Marca: TEUTO	AMPOL	1000	6,15	6.150,00
121	002.015.641	BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000 UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL Marca: EUROFARMA	AMPOL	500	7,85	3.925,00
126	002.015.649	BUPIVACAÍNA, CLORIDRATO + GLICOSE 5 + 80MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 4ML Marca: CRISTALIA	AMPOL	1000	2,85	2.850,00
130	002.015.653	CEFTRIAXONA SÓDICA 1G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL E.V/IM Marca: BLAU	AMPOL	5000	2,84	14.200,00
131	002.015.654	CEFTRIAXONA SÓDICA 500MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL E.V Marca: EUROFARMA	AMPOL	3000	3,89	11.670,00
132	002.015.655	CETOPROFENO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML IM Marca: HIPOLABOR	AMPOL	3000	1,52	4.560,00
133	002.015.656	CETOPROFENO 100MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML EV Marca: CRISTALIA	AMPOL	3000	2,29	6.870,00
134	002.015.657	CLINDAMICINA, FOSFATO 150MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 4ML Marca: HYPOFARMA	AMPOL	500	3,35	1.675,00
135	002.015.658	CLORANFENICOL, SUCCINATO SÓDICO 1G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL Marca: NOVAFARMA	AMPOL	2000	4,25	8.500,00
142	002.015.665	DEXAMETASONA, FOSFATO DISSÓDICO 4 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2,5 ML Marca: HIPOLABOR	AMPOL	15000	1,45	21.750,00
144	002.015.667	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE 3+5+100+100MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML DLEV Marca: TAKEDA	AMPOL	2000	10,95	21.900,00
146	002.015.669	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML Marca: FARMACE	AMPOL	15000	0,98	14.700,00
147	002.015.670	DOBUTAMINA, CLORIDRATO 12,5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 20ML Marca: BLAU	AMPOL	200	5,75	1.150,00
150	002.015.673	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO + DIPIRONA SÓDICA 4MG + 500MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML Marca: HYPOFARMA	AMPOL	10000	1,75	17.500,00
151	002.015.674	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML Marca: FARMACE	AMPOL	5000	0,92	4.600,00
152	002.015.675	ETILEFRINA, CLORIDRATO 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML Marca: UNIAO QUIMICA	AMPOL	1000	1,63	1.630,00
154	002.015.677	FITOMENADIONA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML IV Marca: HIPOLABOR	AMPOL	500	1,69	845,00
156	002.015.679	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML Marca: HYPOFARMA	AMPOL	2000	1,25	2.500,00
157	002.015.681	GENTAMICINA, SULFATO 40MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML Marca: HYPOFARMA	AMPOL	3000	1,39	4.170,00
161	002.015.685	GLICOSE 5% 100ML - SISTEMA FECHADO EM BOLSA TRILAMINADA;COM PAREDES FLEXÍVEL;COM 2 SÍTIOS;UMA VIA PARA EQUIPO E UMA VIA ADIÇÃO DE MEDICAMENTO.(ISENTO DE PVC) Marca: JP	BOLSA	5000	3,25	16.250,00
166	002.015.690	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML Marca: CRISTALIA	AMPOL	400	5,40	2.160,00
167	002.015.691	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 100MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL Marca: BLAU	AMPOL	2000	3,40	6.800,00

168	002.015.692	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 500MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL Marca: BLAU	AMPOL	5000	5,03	25.150,00
170	002.015.694	HIDRÓXIDO FÉRRICO, SACARATO 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML EV Marca: BLAU	AMPOL	600	9,63	5.778,00
171	002.015.695	IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI RH (D) 300MCG/2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML IM Marca: KAMADA	AMPOL	100	289,00	28.900,00
174	002.015.698	LIDOCAINA, CLORIDRATO 20MG/G GEL 30G Marca: PHARLAB	TUBO	100	3,05	305,00
176	002.015.700	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO 2,0% (20 MG/ML) SEM VASOCONSTRITOR SOLUÇÃO INJETÁVEL 20ML Marca: HIPOLABOR	AMPOL	1000	4,16	4.160,00
178	002.015.702	MAGNÉSIO, SULFATO 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML Marca: SAMTEC	AMPOL	400	2,96	1.184,00
180	002.015.704	METILERGOMETRINA, MALEATO 0,2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML Marca: UNIAO QUIMICA	AMPOL	1000	1,97	1.970,00
181	002.015.705	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML Marca: FARMACE	AMPOL	2000	0,59	1.180,00
183	002.015.710	NOREPINEFRINA, HEMITARTARATO 2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 4ML Marca: HIPOLABOR	AMPOL	400	2,28	912,00
185	002.015.712	ONDANSETRONA 8MG/ SOLUÇÃO INJETAVEL 4 ML Marca: CRISTALIA	AMPOL	400	2,06	824,00
188	002.015.717	PROMETAZINA 25MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML Marca: SANVAL	AMPOL	1000	1,93	1.930,00
198	002.015.728	SUXAMETÔNIO, CLORETO 500MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL Marca: BLAU	AMPOL	100	17,86	1.786,00
202	002.015.732	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML Marca: UNIAO QUIMICA	AMPOL	600	1,71	1.026,00
204	002.015.734	FENILEFRINA, CLORIDRATO + TETRACAÍNA, CLORIDRATO 1MG + 10MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL Marca: ALCON	FRASC	10	14,20	142,00
206	002.015.736	FENOBARBITAL SÓDICO 100MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML Marca: CRISTALIA	AMPOL	400	2,05	820,00
210	002.015.740	HALOPERIDOL, DECANOATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML Marca: CRISTALIA	AMPOL	600	6,63	3.978,00
218	002.015.748	ENOXAPARINA SÓDICA, 40MG/0,4 ML, INJETÁVEL, SERINGA PRÉ-ENCHIDA Marca: MYLAN	AMPOL	1000	15,11	15.110,00
219	002.015.749	ENOXAPARINA SÓDICA, 60MG/0,6 ML, INJETÁVEL, SERINGA PRÉ-ENCHIDA Marca: BLAU	AMPOL	1000	20,94	20.940,00
221	002.015.751	FLUTAMIDA 250MG Marca: BLAU	CPR	50	4,70	235,00
224	002.258.354	NISTATINA CREME VAGINAL * Marca: PRATI DONADUZZI	UNIDA	1500	4,85	7.275,00
		Total do Proponente				433.825,00

CLÁUSULA TERCEIRA – VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da assinatura e publicação na imprensa oficial, não podendo ser prorrogada.

CLÁUSULA QUARTA – REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação das penalidades e confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.8. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.9.1. Por razão de interesse público; ou

4.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Manter, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nas mesmas as condições de habilitação exigidas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023;

5.2. Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou ao Fiscal do Contrato, qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

5.3. Atender aos chamados do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou do Fiscal do Contrato, visando efetuar reparos em eventuais atrasos, paralisações ou defeitos cometidos no fornecimento dos produtos e equipamentos, objeto da presente Ata de Registro de Preços, e dos contratos administrativos dela decorrentes;

5.4. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços sem a expressa concordância do ÓRGÃO GERENCIADOR.

5.5. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do ÓRGÃO GERENCIADOR, o qual, caso haja, será dado por escrito.

5.6. Responder, solidariamente, pelos atos praticados pela subcontratada, relacionados com o objeto do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e da presente Ata de Registro de Preços, desde que autorizada a subcontratação;

5.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e da presente Ata de Registro de Preços;

5.8. Retirar as requisições referentes ao objeto dos Contratos Administrativos decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, junto ao Poder Executivo Municipal, precisamente, no Departamento de Departamento de Compras, sito a Avenida Araguaia, 676, Bairro Centro, no Município de Cocalinho - MT;

5.9. Proceder à entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços e dos Contratos Administrativos decorrentes, com os deveres e garantias constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023;

5.10. Credenciar junto ao Poder Executivo Municipal, precisamente, no Departamento de Departamento de Compras, Materiais e Licitações, funcionário ou preposto, que atenderá às solicitações dos fornecimentos dos produtos e/ou equipamentos, objeto do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e da presente Ata de Registro de Preços, disponibilizando ao Departamento telefones, fax, e-mail e outros meios de contato plenamente disponíveis e diuturnamente em funcionamento;

5.11. Para o fiel cumprimento desta ATA a Fornecedora se compromete a:

I – Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

II - Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as licenças, taxas, emolumentos necessários à fiel execução do contrato, eventuais multas impostas pelas autoridades constituídas, além de todas as obrigações sociais, previdenciárias e tributárias, bem como por quaisquer encargos trabalhistas decorrentes do exercício profissional de seus funcionários, despesas com pessoal, de acordo com as exigências legais;

III - Responsabilizar-se por quaisquer despesas, inclusive possíveis perdas e danos decorrentes da demora na execução, caso haja necessidade de modificação ou adequação do produto, devido à impossibilidade de execução conforme o contratado, sem qualquer custo adicional à Contratante;

IV – Informar à Contratante sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do contrato;

V - Informar e manter atualizado o número do telefone e celular e/ou endereço eletrônico (e-mail), bem como o nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários por parte da Contratante;

VI - Refazer, às suas expensas, os produtos entregues em desacordo com o estabelecido;

VII – Entregar os produtos em total conformidade com o Anexo I (Termo de Referência), no prazo 10 (dez) dias corridos;

VIII – Mensalmente, apresentar juntamente com a nota fiscal, as requisições fornecidas, recibos, instruídas de documentos que comprovem as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, as quais serão verificadas pelo fiscal do contrato designado pela Prefeitura Municipal, para posterior pagamento.

IX - A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual, independentemente de qualquer indenização.

X- Deverão ser tomadas as providências para correção das falhas detectadas, a fim de manter o controle de qualidade dos produtos, reportando-se ao Fiscal do contrato quando houver necessidade.

XI – Substituir no prazo fixado pela Contratante, todos os medicamentos entregues fora das especificações, com data de validade inferior a permitida pela Contratante ou com quaisquer outras irregularidades.

XII – Fornecer todos os produtos obedecendo todas as normas da Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde.

XIII – A Contratada deverá comprovar a AFE e**m caso de produto ser sujeito a controle especial se faz necessário a apresentação da Autorização de Funcionamento Especial (AFE especial). No caso do fabricante ser sediado no exterior, será aceito a Autorização de Funcionamento do Importador/Distribuidora, detentora do registro do produto junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.**

XIV -Os produtos deverão ter validade mínima de 18 (dezoito) meses, na data de recebimento dos medicamentos pela Secretaria Municipal de Saúde**;**

XV -Os medicamentos deverão ser entregues em embalagens lacradas com fita adesiva constando os seguintes dizeres: **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"** (Portaria nº 2814/GM de 29 de maio de 1998), bem como o nome do material hospitalar, nome do laboratório, lote e data de validade, devendo a embalagem seguir o seguinte padrão:

XVI - Embalagem primária: caixa para acondicionamento do blisters utilizado para o acondicionamento do produto; e, Embalagem secundária: caixa para acondicionamento dos materiais alocados em caixas menores;

XVII - Os produtos perecíveis, termo lábeis, deverão ser acondicionados e transportados de acordo com a temperatura exigida pelo fabricante até o ato da entrega, em embalagens que conservem suas propriedades e qualidades (exemplo: isopor), devendo nessa embalagem secundária constar os seguintes dizeres: **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"** (portaria nº 2814/GM de 29 de maio de 1998);

5.12. Celebrar tantos Contratos Administrativos for necessário e solicitados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR durante o prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços, observado o quantitativo, assim como os acréscimos ou supressões previstas no art. 65, § 1.º, da Lei Federal nº 8.666/93;

5.13. Cumprir todas as demais obrigações e exigências previstas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e seus respectivos ANEXOS.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Gerenciar a presente Ata de Registro de Preços:

6.1.2. Prestar, por meio de seu representante as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas, depois do fornecimento dos produtos e equipamentos for atestado pelo Fiscal do Contrato;

6.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da Ata de Registro de Preços, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização das entregas, à exigência de condições estabelecidas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 e à proposta de aplicação de sanções, conforme relatório e fiscalização realizada pelo Fiscal do Contrato;

6.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos, conforme fiscalização realizada pelo Fiscal do Contrato;

6.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado, ouvido sempre, neste caso, o Fiscal do Contrato;

6.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de sanções por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, juntamente, com as informações prestadas pelo Fiscal do Contrato; e,

6.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo FORNECEDOR REGISTRADO, por intermédio do Fiscal do Contrato.

6.2. A fiscalização exercida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, por intermédio do Fiscal de Contrato, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do FORNECEDOR REGISTRADO pela completa e perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

6.3. Caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR à análise técnica e a Procuradoria Geral do Município a análise jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto e/ou equipamento registrado.

CLÁSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

7.1. Para fornecimento do produto registrado neste pregão, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência do presente edital;

7.2. O prazo de entrega do referido objeto é de 10 (dez) dias a contar da emissão da NAD;

7.3. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

7.4. Os itens licitados serão avaliados em relação a conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o Edital, após, a nota fiscal será atestada e encaminhada para pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E CANCELAMENTO

8.1. O Departamento de Compras, Materiais e Licitações do Poder Executivo do Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados na presente Ata.

8.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto ao FORNECEDOR REGISTRADO, observadas as disposições contidas na alínea "d", do inciso II, do caput, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o FORNECEDOR REGISTRADO para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, observado o seguinte:

8.3.1. O FORNECEDOR REGISTRADO que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

8.3.2. A ordem de classificação dos FORNECEDORES REGISTRADOS que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

8.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o FORNECEDOR REGISTRADO não puder cumprir o compromisso, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:

8.4.1. Liberar o FORNECEDOR REGISTRADO do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento do produto e/ou equipamento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

8.4.2. Convocar os demais FORNECEDORES REGISTRADOS para assegurar igual oportunidade de negociação.

8.5. Não havendo êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.6. O registro do FORNECEDOR REGISTRADO será cancelado quando:

8.6.1. Descumprir as condições da presente Ata de Registro de Preços;

8.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

8.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.6.4. Sofrer a sanção prevista nos incisos III ou IV, do caput, do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/1993, ou no art. 7.º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 8.6.1., 8.6.2. e 8.6.4., da presente Ata, será formalizado por despacho do Prefeito Municipal, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

8.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, nos autos de procedimento administrativo:

8.8.1. Por razão de interesse público; ou,

8.8.2. A pedido do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. As partes estabelecem o Foro da Comarca de Água Boa, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer questões emergentes ou remanescentes da presente Ata de Registro de Preços, que não for possível ser solucionado extrajudicial ou amigavelmente, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudanças de domicílio de qual quer das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93. Para firmeza e validade do pactuado, apresente Ata foi lavrada em 02 (vias) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Cocalinho/MT, 20 de setembro de 2023

GERENCIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO - MT

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

FORNECEDOR

CENTERMÉDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 05.443.348/0001-77

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 065/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 065/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE COCALINHO – MT E A EMPRESA FERNANDA MORAES DE ABREU, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Araguaia, nº 676, Bairro Centro, cidade de Cocalinho – MT, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 00.965.145/0001-27, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr Marcio Conceição Nunes de Aguiar, brasileiro, casado, Contador, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade nº **1734269 – 4** e CPF nº **014.711.181-18**, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a empresa **FERNANDA MORAES DE ABREU**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede administrativa na Rua Independência, nº 657, Setor Sul II, cidade de Barra do Garças – MT, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 46.320. 497/0001-26, representada neste ato pela sua proprietária a Sra. Fenanda Moraes de Abreu, Pessoa Física, brasileira, médica, portadora do CPF nº 221.226.498-44, residente na cidade de Barra do Garças - MT, inscrita no Conselho Regional de Medicina sob o nº CRM-MT: 13517, doravante denominado de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato referente ao Processo Licitatório nº 058/2023 Inexigibilidade nº 013/2023, nos termos da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Este contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada e com notória especialização para a "**Realização de perícia médica dos servidores públicos do município,** sobre afastamento para licença de saúde, licença de saúde familiar, readaptação, reabilitação, retorno ao trabalho e aposentadoria, nos termos da legislação, Resolução CFM e classificação internacional de doenças e funcionalidades (CID e CIF)", para o período de 12 meses.

CLAUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS

2.1. As pericias deverão ser agendadas via email ou telefone/whatsapp, sendo que os números serão disponibilizados a todos os usuários.

2.2. As perícias deverão ser realizadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o agendamento.

2.3. As pericias serão realizadas presencialmente na cidade de Barra do Garças – MT, no endereço: Rua Independência, 657, Setor Sul II.

2.4. Após a realização da perícia a contratada terá prazo de 48 (quarenta e oito) horas para emissão do Laudo, o qual deverá ser encaminhado no endereço físico e eletrônico do servidor submetido a perícia.

CLAUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DA PRESTACAO DE SERVIÇOS

3.1. As pericias serão realizadas presencialmente na cidade de Barra do Garças – MT, no endereço: Rua Independência, 657, Setor Sul II.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS 4.1. O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 8.666/93; 4.2. Os serviços serão prestados conforme solicitação do município de Cocalinho MT, de acordo com o agendamento feito pelo servidor ao qual será submetido a perícia. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

5.1. O valor global para a execução do contrato é de R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 5. 500,00 (cinco mil e quinhentos reais), mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Saúde ou por quem esta indicar.

5.2. Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo responsável, bem como, apresentação do Relatório Diário/Mensal dos serviços executados.

5.3. Nenhum pagamento será realizado pela CONTRATANTE sem que antes seja comprovado ou retido o valor correspondente ao ISSQN, IRRF e ao INSS correspondentes ao mês da última competência vencida.

5.4. O contrato durante toda sua vigência e execução deverá observar o equilíbrio financeiro nos parâmetros da proposta feita pela CONTRATADA;

5.5. Respeitada a periodicidade mínima legal de acordo com a Lei nº 9.069/95, os preços do contrato poderão sofrer reajuste de acordo com o INPC – IBGE;

5.6. A **CONTRATANTE**, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura no todo ou em parte, nos seguintes casos:

a) execução incorreta ou imperícia médica ocorrida nos serviços; e

b) existência de qualquer débito exigível pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O prazo de execução do presente contrato é de 12 meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à sua assinatura, prorrogáveis por igual período se necessário for.

6.1.1. As etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto serão fixadas previamente pela **CONTRATANTE** em cada caso eserão permanentemente acompanhadas pela **CONTRATANTE** por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, bem como pelo fiscal de contrato designado para este fim.

6.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos em até 60 (sessenta) meses se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para a **CONTRATANTE**, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

6.2.1. O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte da **CONTRATANTE**, nos termos do item 6.2, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

CLÁUSULA SETIMA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

7.1. As despesas decorrentes dessa contratação, correrão à conta dos recursos próprios previstos no Orçamento Anual do Município do Exercício de 2023, nas seguintes rubricas orçamentárias:

CODIGO REDUZIDO	UNIDADE ORÇAMENTARIA	FUNCIONAL PROGRAMATICA	PROJETO/ ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	SALDO DISPONIVEL
586	07.01	10.302.0007	2048	33.90.39.00.00	500.000,00
587	07.01	10.302.0007	2048	33.90.39.00.00	200.000,00
588	07.01	10.302.0007	2048	33.90.39.00.00	54.436,00

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. São direitos e responsabilidades da **CONTRATADA**:

a) cumprir fielmente o presente contrato, de modo que, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, os serviços sejam executados e entregues inteiramente concluídos e de forma satisfatória;

b) manter rigorosamente em dia as suas obrigações para com o Conselho Regional de Medicina – CRM/MT;

c) manter o ambiente de trabalho em constante higiene e desinfecção para a prevenção de infecção e outros tipos de contaminação;

d) aplicar e utilizar na execução dos serviços equipamentos e materiais novos e de primeira qualidade.

e) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as notas fiscais de prestação de serviços acompanhadas das respectivas solicitações devidamente aprovadas pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde;

f) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes às prestações dos serviços.

g) suspender o atendimento das solicitações da **CONTRATANTE** quando este deixar de honrar os pagamentos dos serviços já executados por um período acima de 90 (noventa) dias.

h) arcar com os custos dos serviços realizados sem a devida requisição ou autorização fornecida pela **CONTRATANTE**.

i) manter rigorosamente em dia a documentação referente a habilitação durante todo contrato; e

j) observar com rigor os preceitos editados pelo Conselho Federal de Medicina e constantes do Código de Ética Médica.

8.2. São direitos e responsabilidades da **CONTRATANTE** os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA**;

b) intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostos na forma da lei e do presente contrato;

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento;

e) fiscalizar a execução dos serviços por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde;

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 8.666/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato durante a sua execução;

g) efetuar os pagamentos devidos a **CONTRATADA** no prazo estipulado no contrato depois do recebimento das notas fiscais e/ ou recibo e respectivas comprovações da execução de cada etapa, já devidamente atestadas pelo responsável da fiscalização;

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato.

i) efetuar sobre o valor de cada fatura o desconto do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

j) modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;

k) rescindir unilateralmente o contrato nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei;

l) denunciar o CONTRATADO ao CRM – MT no caso de prática de atos e ações em desacordo com os princípios da ética médica;

m)*efetuar a retenção de todos os tributos incidentes sobre a prestação de serviço;*

n) zelar para que os serviços ora contratados sejam executados com diligência e perfeição, cumprindo rigorosamente as normas pertinentes e o estabelecido neste contrato, sem que, com isso, interfira na relação médico-paciente, bem como na conduta diagnóstica e/ou na proposta terapêutica adotadas pelo CONTRATADO(A), desde que consentâneos com a ética e o saber científico preconizado na atualidade;

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

9.1. As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) advertência verbal ou escrita.

b) multas.

c) declaração de inidoneidade e,

d) suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores.

9.2. A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

9.3. As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na execução dos serviços;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual por cada ato de negligência médica constatado pela **CONTRATANTE**;

c) 2% (dois por cento) do valor contratual na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em lei, por culpa da **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

d) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o Município de Cocalinho - MT por prazo não superior a dois anos;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.4. De qualquer sanção imposta a **CONTRATADA** poderá, no prazo máximo de cinco dias contados da intimação do ato, oferecer recurso ao **CONTRATANTE**, devidamente fundamentado.

9.5. As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

9.6. A multa definida na alínea “a” do item 8.3, será descontada de imediato dos pagamentos das parcelas devidas e a multa prevista na alínea “b” do mesmo item será descontada por ocasião do último pagamento.

9.7. A **CONTRATADA** não incorrerá na multa prevista na alínea “b” acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DECIMA – DOS CASOS DE RESCISÃO

10.1. A **CONTRATANTE** poderá considerar rescindido este contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a **CONTRATADA** não iniciar os trabalhos dentro de vinte e quatro horas contados da data do recebimento da "Ordem de Serviço" ou interrompê-los por mais de vinte e quatro horas sem justificativa aceita pelo **CONTRATANTE**;

b) a **CONTRATADA**, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**, ceder para terceiros o presente contrato, no todo ou em parte;

c) A **CONTRATADA** atrasar por mais de vinte e quatro horas o cumprimento dos prazos parciais previstos nas solicitações da **CONTRATANTE**.

d) A **CONTRATADA** não atender às exigências da **CONTRATANTE** relativamente à reparação de serviços executados com imperfeição nos pacientes ou utilização inadequada de produtos médico-hospitalares ou ainda por imperícia médica;

e) as multas aplicadas a **CONTRATADA** atingirem, isolada ou cumulativamente, o montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

f) a **CONTRATADA** deixar de cumprir qualquer cláusula, condições ou obrigações previstas neste contrato ou dele decorrentes;

g) ocorrer qualquer um dos motivos referidos no Capítulo III, seção V da Lei nº 8.666/93.

10.2. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93, ocasião em que fará jus apenas à percepção dos honorários do período trabalhado.

10.3. A rescisão deste contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores do **CONTRATADO**, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do artigo 58 da Lei nº 8.666/93;

c) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

10.4. A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

11.1. O presente contrato está vinculado em todos os seus termos ao processo Licitatório nº 058/2023, Inexigibilidade de Licitação Nº 013/2023 e seus anexos, amparados pela lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

12.1. Aplica-se a Lei nº 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e, em especial, aos seus casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO 13.1. A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação exigidas pelo edital, e ainda qualificação exigida pelo Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. A fiscalização da execução dos serviços será exercida pelo fiscal de contrato Rita de Cássia Pires Rodrigues, bem como pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento dos serviços que venha a ser determinada pela **CONTRATANTE**, a seu exclusivo juízo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
SERVIDOR	Rita de Cassia Pires Rodrigues
CPF:	420.***.***-49

14.2. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus empregados, prepostos ou contratados.

14.3. Todas as ordens de serviços ou requisições, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e a **CONTRATADA** serão feitos por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

14.4. Da decisão tomada pela fiscalização poderá a **CONTRATADA** recorrer a **CONTRATANTE** no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

15.1. Concluída cada perícia a contratada terá prazo de 48 (quarenta e oito) horas para emissão do Laudo, o qual deverá ser encaminhado no endereço físico e eletrônico do servidor submetido a perícia.

15.2. Após a emissão dos laudos, a empresa emitirá relatório dos atendimentos e emitirá nota fiscal que deverá ser encaminhada para fins de conferência, empenho e liquidação, para pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A **CONTRATANTE** só admitirá quaisquer alterações nas especificações dos serviços se houver motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

16.3. As prorrogações de prazo de execução de etapas dos serviços serão processadas nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

16.4. As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes do artigo 65 da Lei acima referida.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Agua Boa – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

17.2. E por estarem justos e contratados, **CONTRATANTE** E **CONTRATADA**, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Cocalinho – MT 19 de Setembro de 2023.

FERNANDA MORAES DE ABREU PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

CNPJ: 46.320.497/0001-26 MÁRCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

CONTRATADO CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ C.P.F. _____ Assinatura:	Nome: _____ C.P.F. _____ Assinatura:

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS PORTARIA–SEGEST/PIQ Nº _382/2023, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

"Dispõe sobre odeferimento de benefício de auxilio doença em favor da servidora "ILIANE TEREZINHA ALVES DE MORAIS".

Viviane Halateno, Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento, da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Art. 2º da Lei nº 3053/2019.

Resolve,

Art. 1º Deferir o benefício de Auxílio Doença, em favor da servidora Sra. ILIANE TEREZINHA ALVES DE MORAIS, portadora da matricula n. 1674, efetiva, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, fundamentado na Perícia Médica do Município, com início em 06/09/2023 e término em 22/09/2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de 06/09/2023, revogadas as disposições em contrário.

VIVIANE HALATENO

Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento

Portaria n°. 265/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS LEI Nº 3.319/2023

Projeto de Lei nº 193/2023

Autoria: Poder Executivo Municipal

LEI Nº 3.319/2023

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo a repassar recursos transferidos pela União à título de Assistência Financeira Complementar – Lei 14.434/2022, com a finalidade de conceder parcela de complementação de vencimento aos enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras, integrantes do quadro de servidores do Município e de outras instituições conveniadas e dá outras providências."

*O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO**, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dispostos no artigo 121, incisos III, IV e VI, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal do Município de Colíder aprovou e ele sanciona a seguinte lei:*

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar repasse dos recursos provenientes da União à título de assistência financeira complementar sobre o padrão de vencimento dos seguintes servidores públicos municipais e de órgãos e entidades conveniadas: enfermeiro, técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem e parteira, destinada a equiparar o vencimento desses servidores ao piso nacional da categoria, previstos na Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022.

§1º Os ocupantes dos cargos comissionados, mesmo na condição das categorias constantes do *caput* do artigo, perceberão em conformidade com a Lei que criou o cargo, sem qualquer complementação salarial.

§2º O pagamento do piso salarial deve ser proporcional à respectiva carga horária dos cargos públicos.

Art. 2° - As parcelas ficarão vinculadas a extensão e prazo e do recebimento e sujeitos cobertos pelos recursos provenientes da assistência financeira complementar do Governo Federal, estabelecidos pela Lei Federal 14.581/2023 e suas regulamentações.

Art. 3º - Os órgãos e entidades conveniados deverão prestar contas ao Município de maneira pormenorizada e através da Secretaria Municipal da Saúde, da destinação e aplicação dos recursos recebidos.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 20 DE SETEMBRO DE 2.023.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
LEI Nº 3.318/2023

Projeto de Lei nº 192/2023

Autoria: Poder Executivo Municipal

LEI Nº 3.318/2023

Súmula: *"Autoriza o poder executivo municipal a abrir crédito adicional especial na lei orçamentária anual do exercício de 2023 destinado a execução de projetos culturais oriundos da Lei Paulo Gustavo, e dá outras providências".*

O ***EXCELENTÍSSIMO SENHOR HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO****, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dispostos no artigo 121, incisos III, IV e VI, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal do Município de Colíder aprovou e ele sanciona a seguinte lei:*

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de **R$ 301.056,58 (trezentos e um mil, cinquenta e seis reais e cinquenta oito centavos)**, nos termos do Artigo 41, inc. II da Lei Federal nº 4.320/64, para Inclusão de dotações e Fontes de Recursos no Orçamento vigente, conforme segue:

Órgão: 16 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade Orçamentária: 002 Departamento de Cultura
Funcional Programática: 13.392.0007.1100 Projetos Culturais – Áudio Visuais Lei Paulo Gustavo
Natureza da Despesa:
3390 – Aplicação Direta
3350 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recurso:
1.715.0000000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual
SUB TOTAL 214.261,97

Órgão: 16 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade Orçamentária: 002 Departamento de Cultura
Funcional Programática: 13.392.0007.1101 Projetos Culturais – Demais Áreas Culturais Lei Paulo Gustavo
Natureza da Despesa:
3390 – Aplicação Direta
3350 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recurso:
1.716.0000000 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura
SUB TOTAL 86.794,61

TOTAL GERAL DE CRÉDITOS.....R$ 301.056,58

Parágrafo Único. O valor crédito descrito no *caput* serão executados por elemento de despesa, conforme execução dos projetos, nos termos do art. 5º e 8º da Lei LC nº 195/2022.

Art. 2º - Para dar Cobertura ao Crédito Aberto, conforme descrito no artigo 1º, serão utilizados os recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurados na fonte de recurso (1.715.0000000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual) e Fonte de Recurso (1.716.0000000 -Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura) e em conformidade do artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei 4.320/64.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder reforços orçamentários no crédito aberto no Artigo 1º, nos termos §1º inciso I e III do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64.

Parágrafo Único. O reforço de dotações mencionado no *caput,* quando tratar-se de anulação total ou parcial de dotações, nos termos do inciso I, II e III, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64 ficaram limitados ao limite estabelecido no art. 1º da Lei Municipal 3.271/2023.

Art. 4º - Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal nº 3167/2021 de 02 de setembro de 2021 – PPA 2022/2025, Lei Municipal nº 3263/2022 de 23 de novembro de 2022 – LDO 2023 e Lei Municipal nº 3269/2022 de 27 de dezembro de 2022 – LOA 2023, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 20 DE SETEMBRO DE 2.023.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal de Colíder

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS
PORTARIA–SEGEST/PIQ Nº _384/2023, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

"Dispõe sobre odeferimento de LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE em favor do servidor"DENILSON DE ALMEIDA DE PAULA".

Viviane Halateno, Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento, da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Art. 94º da Lei nº 2408/2010.

Resolve,

Art. 1º DEFERIR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE em favor do servidor Sr. DENILSON DE ALMEIDA DE PAULA, portador da matricula n. 2345, efetivo, no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, fundamentado na Perícia Médica do Município, com início em 17/09/2023 e término em 26/09/2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de 17/09/2023, revogadas as disposições em contrário.

VIVIANE HALATENO

Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento

Portaria n°. 265/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS
PORTARIA–SEGEST/PIQ Nº _381/2023, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

"Dispõe sobre odeferimento de LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE em favor do servidor"JAIME PEREIRA LIMA".

Viviane Halateno, Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento, da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Art. 94º da Lei nº 2408/2010.

Resolve,

Art. 1º DEFERIR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE em favor do servidor Sr. JAIME PEREIRA LIMA, portador da matricula n. 3083, efetivo, no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, fundamentado na Perícia Médica do Município, com início em 12/09/2023 e término em 22/09/2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de 12/09/2023, revogadas as disposições em contrário.

VIVIANE HALATENO

Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento

Portaria n°. 265/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS
PORTARIA–SEGEST/PIQ Nº _383/2023, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023

"Dispõe sobre odeferimento de LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE em favor da servidora "LUCILENE LUIZ GOMES SILVA".

Viviane Halateno, Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento, da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Art. 94º da Lei nº 2408/2010.

Resolve,

Art. 1º DEFERIR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE em favor da servidora Sra. LUCILENE LUIZ GOMES SILVA, portadora da matricula n. 6955, efetiva, no cargo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, fundamentado na Perícia Médica do Município, com início em 18/09/2023 e término em 20/09/2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de 18/09/2023, revogadas as disposições em contrário.

VIVIANE HALATENO

Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento

Portaria n°. 265/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 096/GP/2023

DECRETO Nº 096/GP/2023 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o artigo 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o qual determinou estabilidade após o cumprimento de 03 (três) anos de efetivo exercício dos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público;

CONSIDERANDO que o art. 28 que a Lei Ordinária Municipal nº 499/2011, criado em cumprimento do mandamento legal contido no art. 60 da Lei Orgânica do Município de Colniza/MT condicionou a Estabilidade mediante o cumprimento do estágio probatório por período de 03 (três) anos, durante o qual será objeto de avaliação para o desempenho do cargo, e observados critérios como idoneidade moral, aptidão, disciplina, assiduidade, pontualidade, eficiência, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade e dedicação ao serviço.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Estabilidade no serviço público municipal, nos termos do art. 28 da Lei Ordinária Municipal nº 499/2011 e artigo 41 da CF/1988, ante as avaliações realizadas no decorrer dos 03 (três) anos de efetivo exercício dos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público do ano de 2017, homologado pelo Decreto nº 092/GP/2017, de 26 de outubro de 2017, e disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios de 27 de Outubro de 2017, aos seguintes servidores:

I. Sandra Maria Santos da Luz, empossada no cargo de Técnico em Enfermagem- Sede, matrícula 7504-7, com efetivo exercício funcional iniciado em **16/04/2020** com direito materializado em **29/05/2023,** por ter sido aprovado no Estágio Probatório; **II. Nagila Maria de Almeida**, empossada no cargo de Técnico em Enfermagem- Sede, matrícula 7510-4, com efetivo exercício funcional iniciado em **06/05/2020** com direito materializado em **30/06/2023,** por ter sido aprovado no Estágio Probatório;

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 20 de setembro de 2023.

_____
Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

Prefeitura Municipal de Colniza-MT, 20 de setembro de 2023.

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 005/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 005/2023

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Colniza, Estado de Mato Grosso, Exmo. SR. EZEQUIAS DEDE DE SOUZA, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei e nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Colniza, CONVOCA os vereadores Valter de Lima Jesus, Fábio Marcelo Vaz, Rosemiro Rodrigues dos Santos, Oseia Pereira Guedes, Luis Carlos Carvalho Silva, Agnaldo Drumões Narciso, Roberto Ferreira dos Santos, Marcos Antonio Ceccon, Elci Costa Paixão e Jorge Donizete da Silva Rosante, para uma SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, sem ônus, a realizar-se no dia 21/09/2023 (sexta-feira), com início a partir das 08h00min, no recinto da Câmara Municipal, com o seguinte tema:

PAUTA:

ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 047/2023 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

EMENTA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RATEAR VALORES RECEBIDOS ATRAVÉS DA PORTARIA GM/MS Nº 1.135/2023, ASSIM COMO A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

É indispensável à presença de todos os Vereadores.

Colniza/MT, 20 de setembro de 2023.

EZEQUIAS DEDE DE SOUZA Presidente

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 093/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: CÂMARA DOS DIRIGENTES LOGISTAS DE COLNIZA-CDL, CNPJ nº 19.900.962/0001-25, localizada na Avenida Dos Pinhais, nº 285, Centro, CEP: 78.335-000, Colniza/MT, neste ato representada pelo neste ato representada pelo seu presidente Sr. **RONDINELY MATHEUS COSTA**, portador da Carteira de Identidade Nº 9XXXX6 SSP/RO e CPF nº 901.XXX. XXX-68, residente e domiciliado na residente e domiciliado na Rua Beija-Flor, s/n, Colniza/MT, CEP 78335-000.

OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO: **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE TÍTULOS DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL NO BANCO DE DADOS DO SPC E SERASA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COLNIZA/MT, E A CÂMARA DOS DIRIGENTES LOGISTAS DE COLNIZA- CDL, CNPJ nº 19.900.962/0001-25.**

VALOR DO CONTRATO: *R$ 27.610,08 (vinte e sete mil, seiscentos e dez reais e oito centavos).*

DATA DA EMISSÃO: 20/09/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/09/2023

DATA DO VENCIMENTO: 20/09/2024

CAMARA MUNICIPAL
CAMARA MUNICIPAL DE COLNIZA MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2023

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT

EMPRESA CONTRATADA: EMPRESA DIFFER ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ sob o nº **44.114.758/0001-26**

OBJETO DO CONTRATO: **Contratação de empresa especializada para a execução da obra de Construção Civil de Reforma e Ampliação da Câmara Municipal de Colniza – MT, com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos, materiais e tudo mais que se fizer bom e necessário para a execução dos serviços, a fim de atender as necessidades deste Legislativo, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Projeto Executivo e demais peças técnicas constantes e anexadas em apêndice, parte integrante do PROJETO BÁSICO - ANEXO I do Edital.**

VALOR TOTAL **R$ 1.170.732,95 (um milhão cento e setenta mil, setecentos e trinta e dois reais e noventa e cinco centavos)**

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir desta data.

Colniza – MT, 20 de setembro de 2023.

EZEQUIAS DEDE DE SOUZA

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023

Processo nº 017/2023

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA - MT, através de sua Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria n.º 055/2023, faz saber aos interessados o resultado da licitação PREGÃO PRESENCIAL N° **007/2023**, que teve como objeto a **Contratação de empresa para prestação de serviços de Apoio Administrativo e Assessoramento aos servidores da Câmara Municipal de Colniza MT no envio de remessa de informações eletrônicas via sistema APLIC-TCE/MT em caráter complementar, por um período de 12 meses. O qual teve como participante** *vencedor a* **Empresa Joao Paulo Miquelin Todesco 35083087820, CNPJ nº 41.773.932/0001-54**, que sagrou – se vencedora com valor total de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

Colniza - MT, 20 de setembro de 2023.

Poliana Cristina Guizzardi

Pregoeira

CONTRATOS
EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 032/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: FERRARI CELL LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 11.350.664/0001-05, sediada à Avenida Mato Grosso, nº 539N, bairro Centro, Juína/MT, CEP 78320-000, neste ato representado por sua sócia administradora **Sra. CLAUDIA AVELINA DE ALMEIDA**

OBJETO RESUMIDO DO APOSTILAMENTO:

O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a correção de erro material contido na Cláusula II, **item 02.3.8** - Código 013.005.060, **item 02.3.9** - Código 013.005.073 e Código 013.005.072 e **item 02.3.10** - Código 013.005.056.

ONDE SE LÊ:

02.3.8. GABINETE DO PREFEITO

Código	Descrição do item	Quant.	Valor unid.	Valor total
013.005.063	Cilindro fotocondutor dr1060	03	R$ 90,00	R$ 270,00
013.005.060	Tinta cor Black para impressora Epson l3150/3250	01	R$ 143,00	R$ 143,00
013.005.062	Tinta cor ciano para impressora Epson l3150/3250	01	R$ 143,00	R$ 143,00
013.005.059	Tinta cor magenta para impressora Epson l3150/3250	01	R$ 143,00	R$ 143,00
013.005.061	Tinta cor yellow para impressora Epson l3150/3250	01	R$ 143,00	R$ 143,00
013.005.058	Toner brother TN 1000/1060	10	R$ 251,00	R$ 2.510,00
013.005.054	Toner HP 58a (cf258a)	20	R$ 491,00	R$ 9.820,00
013.005.051	Toner pb-211ev	30	R$ 301,00	R$ 9.030,00
013.005.052	Toner HP 85a (ce285a)	05	R$ 204,00	R$ 1.020,00
VALOR TOTAL				**R$ 23.222,00**

LEIA-SE:

Código	Descrição do item	Quant.	Valor unid.	Valor total
013.005.063	Cilindro fotocondutor dr1060	03	R$ 90,00	R$ 270,00
013.005.062	Tinta cor ciano para impressora Epson l3150/3250	01	R$ 143,00	R$ 143,00
013.005.059	Tinta cor magenta para impressora Epson l3150/3250	01	R$ 143,00	R$ 143,00
013.005.061	Tinta cor yellow para impressora Epson l3150/3250	01	R$ 143,00	R$ 143,00
013.005.058	Toner brother TN 1000/1060	10	R$ 251,00	R$ 2.510,00
013.005.054	Toner HP 58a (cf258a)	20	R$ 491,00	R$ 9.820,00
013.005.051	Toner pb-211ev	30	R$ 301,00	R$ 9.030,00
013.005.052	Toner HP 85a (ce285a)	05	R$ 204,00	R$ 1.020,00
VALOR TOTAL				**R$ 23.079,00**

ONDE SE LÊ:

02.3.9. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - correção de erro material contido na Cláusula II, item 02.3.9, Código 013.005.073 e Código 013.005.072. Corrigir valores.

Código	Descrição do item	Quant.	Valor unid.	Valor total
013.005.075	Bobina para plotter 914mm x 50m2	29	R$ 204,00	R$ 5.916,00
013.005.076	Cartucho de tinta originais para impressora -kit com 4 cartuchos	16	R$ 1.499,00	R$ 23.984,00
013.005.073	Cilindro fotocondutor dr1060	03	R$ 90,00	R$ 270,00
013.005.060	Tinta cor Black para impressora Epson l3150/3250	02	R$ 143,00	R$ 286,00
013.005.062	Tinta cor ciano para impressora Epson l3150/3250	01	R$ 143,00	R$ 143,00
013.005.059	Tinta cor magenta para impressora Epson l3150/3250	01	R$ 143,00	R$ 143,00
013.005.061	Tinta cor yellow para impressora Epson l3150/3250	01	R$ 143,00	R$ 143,00
013.005.072	Toner brother TN 2340/660	15	R$ 251,00	R$ 3.765,00
013.005.054	Toner HP 58a (cf258a)	05	R$ 491,00	R$ 2.455,00
VALOR TOTAL				**R$ 37.105,00**

LEIA-SE:

02.3.9. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Código	Descrição do item	Quant.	Valor unid.	Valor total
013.005.075	Bobina para plotter 914mm x 50m2	29	R$ 204,00	R$ 5.916,00
013.005.076	Cartucho de tinta originais para impressora -kit com 4 cartuchos	16	R$ 1.499,00	R$ 23.984,00
013.005.073	Cilindro fotocondutor dr1060	03	R$ 112,00	R$ 336,00
013.005.060	Tinta cor Black para impressora Epson l3150/3250	02	R$ 143,00	R$ 286,00
013.005.062	Tinta cor ciano para impressora Epson l3150/3250	01	R$ 143,00	R$ 143,00
013.005.059	Tinta cor magenta para impressora Epson l3150/3250	01	R$ 143,00	R$ 143,00
013.005.061	Tinta cor yellow para impressora Epson l3150/3250	01	R$ 143,00	R$ 143,00
013.005.072	Toner brother TN 2340/660	15	R$ 384,00	R$5.760,00
013.005.054	Toner HP 58a (cf258a)	05	R$ 491,00	R$ 2.455,00
VALOR TOTAL			**R$ 39.166,00**	

ONDE SE LÊ:

02.3.10. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - correção de erro material contido na Cláusula II, item 02.3.10, Código 013.005.056 Corrigir valores.

Código	Descrição do item	Quant.	Valor unid.	Valor total
013.005.063	Cilindro fotocondutor dr1060	02	R$ 90,00	R$ 180,00
013.005.073	Cilindro fotocondutor dr2340	03	R$ 112,00	R$ 336,00
013.005.069	Cilindro fotocondutor dr3440	02	R$ 469,00	R$ 938,00
013.005.060	Tinta cor black para impressora epson l3150/3250	03	R$ 143,00	R$ 429,00
013.005.062	Tinta cor ciano para impressora epson l3150/3250	02	R$ 143,00	R$ 286,00
013.005.059	Tinta cor magenta para impressora epson l3150/3250	02	R$ 143,00	R$ 286,00
013.005.061	Tinta cor yellow para impressora epson l3150/3250	02	R$ 143,00	R$ 286,00
013.005.058	Toner brother tn 1000/1060	15	R$ 251,00	R$ 3.765,00
013.005.072	Toner brother tn 2340/660	10	R$ 384,00	R$ 3.840,00
013.005.071	Toner brother tn 3472	03	R$ 398,00	R$ 1.194,00
013.005.054	Toner hp 58a (cf258a)	10	R$ 491,00	R$ 4.910,00
013.005.056	Toner hp 83a (cf283a)	03	R$ 204,00	R$ 612,00
VALOR TOTAL			**R$ 17.062,00**	

LEIA-SE:

02.3.10. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Código	Descrição do item	Quant.	Valor unid.	Valor total
013.005.063	Cilindro fotocondutor dr1060	02	R$ 90,00	R$ 180,00
013.005.073	Cilindro fotocondutor dr2340	03	R$ 112,00	R$ 336,00
013.005.069	Cilindro fotocondutor dr3440	02	R$ 469,00	R$ 938,00
013.005.060	Tinta cor black para impressora epson l3150/3250	03	R$ 143,00	R$ 429,00
013.005.062	Tinta cor ciano para impressora epson l3150/3250	02	R$ 143,00	R$ 286,00
013.005.059	Tinta cor magenta para impressora epson l3150/3250	02	R$ 143,00	R$ 286,00
013.005.061	Tinta cor yellow para impressora epson l3150/3250	02	R$ 143,00	R$ 286,00
013.005.058	Toner brother tn 1000/1060	15	R$ 251,00	R$ 3.765,00
013.005.072	Toner brother tn 2340/660	10	R$ 384,00	R$ 3.840,00
013.005.071	Toner brother tn 3472	03	R$ 398,00	R$ 1.194,00
013.005.054	Toner hp 58a (cf258a)	10	R$ 491,00	R$ 4.910,00
013.005.056	Toner hp 83a (cf283a)	03	R$ 199,00	R$ 597,00
VALOR TOTAL			**R$ 17.047,00**	

1.2. Em decorrência da correção acima fica também alterada a Cláusula III, item 3.1:

03.1. O valor global do presente contrato é fixado em R$ 178.673,00 (cento e setenta e oito mil seiscentos e setenta e três reais), a ser pago, em média, até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante a apresentação de nota fiscal carimbada e assinada pela Secretaria solicitante, devendo indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição(ões do(s) produto(s), número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, deverá também ser encaminhado pelo CONTRATADO juntamente com a nota fiscal do(s) produto(s) adquirido(s) contendo a identificação do(s) mesmo(s), devendo ser entregue somente com autorização expressa da Secretaria solicitante, sendo tudo conferido e atestado pelo fiscal de contrato designado, se procederá então ao devido pagamento.

LEIA-SE:

03.1. O valor global do presente contrato é fixado em R$ R$ 183. 816,00 (cento e oitenta e três mil, oitocentos e dezesseis reais), a ser pago, em média, até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante a apresentação de nota fiscal carimbada e assinada pela Secretaria solicitante, devendo indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição(ões do(s) produto(s), número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, deverá também ser encaminhado pelo CONTRATADO juntamente com a nota fiscal do(s) produto(s) adquirido(s) contendo a identificação do(s) mesmo(s), devendo ser entregue somente com autorização expressa da Secretaria solicitante, sendo tudo conferido e atestado pelo fiscal de contrato designado, se procederá então ao devido pagamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

2.1. Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições do Contrato original, que por este Apostilamento não foram alteradas e ou modificadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

3.1. O MUNICÍPIO DE COLNIZA/MT providenciará a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, de acordo com o prescrito no artigo 175, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

DATA DA EMISSÃO: 20/09/2023

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/09/2023

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 376/ADM/2023

PORTARIA Nº 376/ADM/2023, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público Municipal **JONATHAN UBIRAJARA OLEANO,** lotado na Secretaria Municipal de Finanças, matricula nº 1731, partir do dia **21 de setembro a 20 de outubro do ano de 2023,** sendo que os primeiros 10 (dez) dias serão convertidos em abono pecu-

niário conforme art. 74 da Lei Municipal 499/2011, referente ao período aquisitivo 2021/2022, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de setembro de 2023.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 20 de setembro de 2023.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

AVISO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2023

Aviso de Resultado e Homologação **Inexigibilidade de Licitação nº 009/2023**

Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Comodoro-MT, torna público aos interessados que a Inexigibilidade de Licitação nº. 009/2023 realizada no dia 20/09/2023 consagrou-se vencedora as empresas: **DINIZ ENTRETENIMENTO LTDA, PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA E KAROLINA KAILLER M. DE OLIVEIRA LTDA.**

Comodoro - MT, 20 de Setembro de 2023.

Jose Oliveira Falcão

Presidente da CPL

TERMO DE RETIFICAÇÃODOPREGÃO ELETRÔNICO. 044/2023

TERMO DE RETIFICAÇÃODOPREGÃO ELETRONICONº. 044/2023

1. DOS MOTIVOS:

Considerandoa solicitação da administração para alteração do Termo de Referencia, visto necessidade de alteração em descrição de alguns item**;**

2. RESOLVE A SEGUINTE RETIFICAÇÃO:

1 - Retificar o Edital 044/2023, alterando a descrição dos itens: 13, 16, 29, 37, 57, 59, 66, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 92, 106, 108, 109, 118, 126, 127, 136, 140, 161, 176, 185, 188**;**

2 – **REMARCO** a data do certame para**04/10/2023**, visto que a alteração poderáprejudicar a proposta inicial**,respeitando o previsto no Art. 21, §4 da Lei n° 8.666/1993.**

Comodoro-MT, 20 de setembro de 2023.

Vanderson da Silva Santos

Pregoeiro – Portaria 460/2023

PORTARIA Nº. 583/2023 DE: 04.09.2023

PORTARIA Nº. 583/2023

DE: 04.09.2023

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. REVOGAR a Portaria nº. 565/2023 de 23.08.2023, que designou o servidor comissionado PEDRO DOUGLAS VIEIRA NUNES – Assessor Especial de Gabinete, Matrícula nº. 5148, para exercer as funções de **Fiscal do Contrato nº. 134/2023 da empresa Destak Moveis Planejados**, nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 04 dias do mês de setembro do ano de 2023.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

TERMO ADITIVO Nº186/2023

QUARTO TERMO ADITIVO Nº186/2023 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº109/2019

DATA: 18/09/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: SAPRA LANDAUER SERVIÇO DE ASSESSORIA E PROTEÇÃO RADIOLÓGICA LTDA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR BEM COMO AUMENTO DE 8,72% DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº109/2019, DE ACORDO COM O ÍNDICE DO IPCA, QUE TEM COMO OBJETO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DOSIMETRIA DE RADIAÇÃO E CONCESSÃO DO DIREITO AO USO DE DOSÍMETROS, POR UM PERÍODO DE 12 (MESES), SENDO 02 (DOIS) MONITORES, PELO PERÍODO DE 12(DOZE) MESES, **VIGORANDO DE 18/09/2023 À 18/09/2024 NO VALOR DE R$ 820,64** (OITOCENTOS E VINTE REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 07.06.2.274.3.3.90.39.00.00.00.00.2500 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (823).

AVISO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2023

Aviso de Resultado e Homologação de **Dispensa de Licitação nº 032/2023**

Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de COMODORO-MT torna público aos interessados que a Dispensa de Licitação nº. 032/2023 realizada no dia 20/09/2023, consagrou-se vencedora a licitante: RZ EQUIPAMENTOS VETERINARIOS LTDA.

Comodoro - MT, 20 de Setembro de 2023.

Jose Oliveira Falcão

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

CONTABILIDADE
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 111/2023

DECRETO Nº 111/2023

DE SEGUNDA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

, Prefeito(a) Municipal de CONFRESA, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1201/2023, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de CONFRESA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, até o montante de R$ 825.437,15 (OITOCENTOS E VINTE E CINCO MIL E QUATROCENTOS E TRINTA E SETE REAIS E QUINZE CENTAVOS), nas dotações orçamentárias:

04	**SECRETARIA DE FINANÇAS**	
Cód. Reduzido	**108**	
002.04.122.0127.2036	SENTENÇAS JUDICIAIS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390910000	SENTENCAS JUDICIAIS	357.665,08
Cód. Reduzido	**111**	
002.04.843.0127.2034	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3290210000	JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	104.722,71
	SUBTOTAL	**462.387,79**
06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
Cód. Reduzido	**275**	
002.10.122.0073.2079	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM GESTÃO EM SAÚDE	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
	SUBTOTAL	**10.000,00**
07	**SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**	
Cód. Reduzido	**648**	
002.15.452.0090.2088	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM O SETOR DE URBANIZAÇÃO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	240.000,00
Cód. Reduzido	**666**	
003.25.752.0097.2094	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM ELETRIFICAÇÃO RURAL E URBANA	

17510000000 RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CO

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 8.500,00

SUBTOTAL 248.500,00

09 SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENV. ECONÔMICO

Cód. Reduzido 735

001.20.608.0121.2108 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SECRETARIA DE AGRICULTURA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390930000 INDENIZACOES E RESTITUICOES 800,00

Cód. Reduzido 738

001.23.691.0121.1086	CONSTRUCAO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	59.749,36
	SUBTOTAL	**60.549,36**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL**	
Cód. Reduzido	**804**	
003.08.244.0004.2018	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM CREAS/PAEFI	
16600000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA	SOCIAL - FNAS
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.000,00
Cód. Reduzido	**969**	
003.08.244.0020.2259	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDO DA ASSISTÊNCIA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	20.000,00
	SUBTOTAL	**25.000,00**
14	**SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTE E LAZER**	
Cód. Reduzido	**954**	
001.27.813.0045.2045	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	

3390310000	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS E OUTRAS	8.000,00
Cód. Reduzido	**958**	
001.27.813.0045.2045	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	11.000,00
	SUBTOTAL	**19.000,00**
	TOTAL	**825.437,15**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**	
Cód. Reduzido	**42**	
001.04.122.0002.2004	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃ	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190910000	SENTENCAS JUDICIAIS	19.168,00
Cód. Reduzido	**82**	
002.04.122.0002.1003	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	28.500,00
	SUBTOTAL	**47.668,00**
04	**SECRETARIA DE FINANÇAS**	

001.04.123.0126.2033	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	9.171,22
Cód. Reduzido	**105**	
001.04.123.0126.2033	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
Cód. Reduzido	**107**	
002.04.122.0127.2036	SENTENÇAS JUDICIAIS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190910000	SENTENCAS JUDICIAIS	12.912,78
Cód. Reduzido	**113**	
003.04.123.0126.1008	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	66.610,13
Cód. Reduzido	**114**	

003.04.123.0126.1048 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490300000 MATERIAL DE CONSUMO 78,00

Cód. Reduzido 116

003.04.123.0126.1048	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	18.863,36
	SUBTOTAL	**117.635,49**
05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**	
Cód. Reduzido	**118**	
001.12.365.0027.1011	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS INSTITUIÇÕES EDUCAT	
15001001000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490300000	MATERIAL DE CONSUMO	18.612,00
Cód. Reduzido	**135**	
002.12.361.0026.1011	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS INSTITUIÇÕES EDUCAT	
15001001000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490300000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
Cód. Reduzido	**152**	
003.12.782.0033.1020	CONSTRUÇÃODE GARAGEM P/ TRANSPORTE ESCOLAR	
15001001000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490300000	MATERIAL DE CONSUMO	4.030,17
	SUBTOTAL	**42.642,17**
06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
Cód. Reduzido	**277**	
002.10.122.0073.2079	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM GESTÃO EM SAÚDE	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	10.000,00
	SUBTOTAL	**10.000,00**
07	**SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**	

Cód. Reduzido	**602**	
001.16.482.0081.2084	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SETOR DE HABITAÇÃO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00

Cód. Reduzido	**603**	
001.16.482.0081.2084	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SETOR DE HABITAÇÃO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	56.000,00
Cód. Reduzido	**604**	
001.16.482.0081.2084	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SETOR DE HABITAÇÃO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
Cód. Reduzido	**605**	
001.16.482.0081.2084	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SETOR DE HABITAÇÃO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490610000	AQUISICAO DE IMOVEIS	14.000,00
Cód. Reduzido	**617**	
002.15.452.0083.1038	IMPLANTAÇÃO/REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS VERDES	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	27.000,00
Cód. Reduzido	**619**	
002.15.452.0083.1038	IMPLANTAÇÃO/REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS VERDES	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	27.000,00
Cód. Reduzido	**624**	
002.15.452.0084.1041	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA COLETA SELETIVA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490610000	AQUISICAO DE IMOVEIS	50.000,00
Cód. Reduzido	**637**	
002.15.452.0087.1045	CONSTRUÇÃO/MANUTENÇÃO DE REPRESAS DE ABASTECIMENTO DE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	27.000,00
Cód. Reduzido	**645**	
002.15.452.0090.2088	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM O SETOR DE URBANIZAÇÃO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
Cód. Reduzido	**655**	
002.15.452.0091.2089	MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE LOTES BALDIOS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	18.584,30
Cód. Reduzido	**656**	
002.15.452.0091.2089	MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE LOTES BALDIOS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	27.500,00
Cód. Reduzido	**667**	

003.25.752.0097.2094	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM ELETRIFICAÇÃO RURAL E URBANA	
17540000000	RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	8.500,00
Cód. Reduzido	**670**	
004.26.782.0098.1052	CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS E CICLOVIAS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490300000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
Cód. Reduzido	**673**	
004.26.782.0099.1053	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES E BUEIROS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490300000	MATERIAL DE CONSUMO	2.889,66
Cód. Reduzido	**689**	
004.26.782.0103.1057	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	
17000000000 3390390000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UN OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 100.000,00	
Cód. Reduzido	**700**	
004.26.782.0106.2096	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM O SETOR DE TRANSPORTE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	100.000,00
	SUBTOTAL	**551.473,96**
09	**SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENV. ECONÔMICO**	
Cód. Reduzido	**732**	
001.20.608.0121.2108	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SECRETARIA DE AGRICULTURA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	20.000,00
Cód. Reduzido	**734**	

001.20.608.0121.2108	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SECRETARIA DE AGRICULTURA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.217,53
Cód. Reduzido	**737**	
001.20.608.0121.2108	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SECRETARIA DE AGRICULTURA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
	SUBTOTAL	**27.217,53**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL**	
Cód. Reduzido	**751**	

001.08.243.0014.2020 MANUTENÇÃO/ENCARGOS DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCE

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 800,00

IÃO

Cód. Reduzido 805

003.08.244.0004.2018 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM CREAS/PAEFI

16600000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA	SOCIAL - FNAS
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
13	**SUBTOTAL** **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**	**5.800,00**

Cód. Reduzido 001.04.122.0135.2221	**939** MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A SEC.DE PLANEJAMENTO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	4.000,00
	SUBTOTAL	**4.000,00**
14	**SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTE E LAZER**	
Cód. Reduzido	**952**	
001.27.813.0045.2045	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	19.000,00
	SUBTOTAL	**19.000,00**
	TOTAL	**825.437,15**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO(A) CONFRESA - MT.

AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

CONTABILIDADE
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 121/2023

DECRETO Nº 121/2023

DE TERÇA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

, Prefeito(a) Municipal de CONFRESA, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1255/2023, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de

CONFRESA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, conforme apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, até o montante de R$ 199.924,00 (CENTO E NOVENTA E NOVE MIL E NOVECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS), nas dotações orçamentárias:

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cód. Reduzido 1031

003.10.301.0047.1096 AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA UBS-EMENDA DR LEO

26010000600 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FE

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 199.924,00

SUBTOTAL 199.924,00

TOTAL 199.924,00

Art. 2º - Para abertura do crédito adicional especial por superávit mencionado no Art. 1º , será utilizado como recurso aquele definido nos termos do Art. 43 §1º , inciso I, Lei 4320/64 apurado no Balanço Patrimonial do exer-

cício anterior, na fonte e no detalhamento da fonte de recursos, de acordo com Anexo único da Resolução 43/2013 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO(A) CONFRESA - MT.

AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

AV. CENTRO OESTE, Nº 286, CENTRO, CONFRESA - MATO GROSSO Página:

CONTABILIDADE
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 120/2023

DECRETO Nº 120/2023

DE TERÇA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

, Prefeito(a) Municipal de CONFRESA, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1254/2023, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de CONFRESA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, até o montante de R$ 900.000,00 (NOVECENTOS MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cód. Reduzido 1030

002.10.122.0146.2279 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PISO SALARIAL DOS PROF DA ENFERMA

16050000000 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO DESTINADA À COMPLEMENTAÇÃO AO PAGAMENTO DOS

3190040000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 750.000,00

Cód. Reduzido 1029

002.10.122.0146.2279 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PISO SALARIAL DOS PROF DA ENFERMA

16050000000 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO DESTINADA À COMPLEMENTAÇÃO AO PAGAMENTO DOS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 150.000,00

SUBTOTAL 900.000,00

TOTAL 900.000,00

Art. 2º - A presente lei tem suporte legal no Artigo 41, inciso II, artigo 42 e artigo 43, parágrafo 1º, inciso II da Lei 4.320/64.

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO(A) CONFRESA - MT.

AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

AV. CENTRO OESTE, Nº 286, CENTRO, CONFRESA - MATO GROSSO

CONTABILIDADE
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 115/2023

DECRETO Nº 115/2023

DE SEGUNDA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

, Prefeito(a) Municipal de CONFRESA, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1249/2023, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de CONFRESA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, apurado no balanço patrimonial do exercício anterior , até o montante de R$ 136.000,00 (CENTO E TRINTA E SEIS MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
Cód. Reduzido	**1027**	
002.10.122.0073.1008	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	
27550000000	RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	136.000,00
	SUBTOTAL	**136.000,00**
	TOTAL	**136.000,00**

Art. 2º - Para abertura do crédito adicional especial por superávit mencionado no Art. 1º , será utilizado como recurso aquele definido nos termos do Art. 43 §1º , inciso I, Lei 4320/64 apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte e no detalhamento da fonte de recursos, de acordo com Anexo único da Resolução 43/2013 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO(A) CONFRESA - MT.

AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

AV. CENTRO OESTE, Nº 286, CENTRO, CONFRESA - MATO GROSSO Página: 1 / 1

CONTABILIDADE
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 114/2023

DECRETO Nº 114/2023

DE SEGUNDA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

, Prefeito(a) Municipal de CONFRESA, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1248/2023, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de CONFRESA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, até o montante de R$ 405.662,73 (QUATROCENTOS E CINCO MIL E SEISCENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E SETENTA E TRES CENTAVOS), nas dotações orçamentárias:

05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**	
Cód. Reduzido	**1023**	
002.12.361.0027.1011	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS INSTITUIÇÕES EDUCAT	
15690000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE	
4490930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	56.865,57
	SUBTOTAL	**56.865,57**
07	**SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**	
Cód. Reduzido	**1026**	

004.26.782.0106.2096 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM O SETOR DE TRANSPORTE

17000000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO

4490930000 INDENIZACOES E RESTITUICOES 29.115,75

SUBTOTAL 29.115,75

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Cód. Reduzido 1024

001.13.392.0134.2233 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SECRETARIA DE CULTURA

17010000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS

3390930000 INDENIZACOES E RESTITUICOES 163.369,28

SUBTOTAL 163.369,28

14 SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTE E LAZER

Cód. Reduzido 1025

001.27.813.0045.2045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE

17000000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO

3390930000 INDENIZACOES E RESTITUICOES 156.312,13

SUBTOTAL 156.312,13

TOTAL 405.662,73

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

Cód. Reduzido 156

003.12.782.0033.1021 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO P/ TRANSPORTE ESCOLAR

15690000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 51.670,00

Cód. Reduzido 240

009.12.128.0034.2044 FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS/SERVIDORES DA ED

15690000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE

3390360000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 5.195,57

SUBTOTAL 56.865,57

07 SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Cód. Reduzido 685

004.26.782.0102.1056 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS PESADOS

17010000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 163.369,28

Cód. Reduzido 686

004.26.782.0102.1056 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS PESADOS

17000000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 185.427,88

SUBTOTAL 348.797,16

TOTAL 405.662,73

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO(A) CONFRESA - MT.

AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

CONTABILIDADE
DECRETO DE SUPLMENTAÇÃO Nº 113/2023

DECRETONº113/2023

DE SEXTA-FEIRA, 1 DE SETEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

, Prefeito(a) Municipal de CONFRESA, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1201/2023, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de

CONFRESA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, até o montante de R$ 1.369.728,76 (UM MILHAO E TREZENTOS E SESSENTA E NOVE MIL E SETECENTOS E VINTE E OITO REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS), nas dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
Cód.Reduzido	**28**	
001.04.122.0002.2031	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	

3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	10.053,17
	SUBTOTAL	**10.053,17**
03	**SECRETARIAMUNICIPALDEADMINISTRAÇÃO**	
Cód.Reduzido	**56**	
001.04.122.0002.2005	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	12.000,00
	SUBTOTAL	**12.000,00**
04	**SECRETARIADEFINANÇAS**	
Cód.Reduzido	**100**	
001.04.123.0126.2033	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	180.000,00
Cód.Reduzido	**107**	
002.04.122.0127.2036	SENTENÇAS JUDICIAIS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190910000	SENTENCAS JUDICIAIS	6.713,65
Cód.Reduzido	**110**	
002.04.122.0127.2226	CONTRIBUIÇÕES A CONSEG	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3370410000	CONTRIBUIÇÕES	13.575,07
Cód.Reduzido	**111**	
002.04.843.0127.2034	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3290210000 JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO 664,60

Cód. Reduzido 112

002.04.843.0127.2034	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4690710000	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	11.145,86
	SUBTOTAL	**212.099,18**
05	**SECRETARIAMUNICIPALDEEDUCAÇÃOEDESPORTO**	
Cód.Reduzido	**232**	
009.12.122.0002.2041	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
15001001000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.000,00
	SUBTOTAL	**6.000,00**
06	**SECRETARIAMUNICIPALDESAÚDE**	
Cód.Reduzido	**276**	
002.10.122.0073.2079	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM GESTÃO EM SAÚDE	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.100,00
Cód.Reduzido	**290**	
002.10.122.0075.2081	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SERVIÇOS DE CASA DE APOIO-CUIA	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	67.960,83
Cód.Reduzido	**297**	
002.10.122.0077.2083	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SERVIÇO SOCIAL EM SAÚDE	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	21.507,20
Cód.Reduzido	**315**	
003.10.301.0047.2053	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	
16210000600	SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	32.860,49
Cód.Reduzido	**319**	
003.10.301.0047.2053	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	
16210000600	SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	46.153,00
Cód.Reduzido	**393**	
003.10.301.0052.2059	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A CENTRAL DE IMUNIZAÇÃO	
16000000600	SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	4.039,00
Cód.Reduzido	**434**	
005.10.302.0055.2061	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL	

16210000604 SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL

3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	865.195,95
Cód.Reduzido	**464**	
005.10.302.0057.2063	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SAE/CTA	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	

3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
Cód.Reduzido	**468**	
005.10.302.0057.2063	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SAE/CTA	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	6.414,28
Cód.Reduzido	**484**	
005.10.302.0058.2064	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM CAPS	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	20.000,00
Cód.Reduzido	**517**	
005.10.302.0063.2069	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SAMU	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.960,00
Cód.Reduzido	**536**	
005.10.302.0067.2073	MANUTENÇÃO/ENCARGOS DO PROGRAMA TFD	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	24.916,66
Cód.Reduzido	**555**	
006.10.304.0069.2075	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	23.540,00
	SUBTOTAL	**1.117.647,41**
07	**SECRETARIAMUN.VIAÇÃO,OBRASESERVIÇOSPÚBLICOS**	
Cód.Reduzido	**651**	
002.15.452.0090.2088	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM O SETOR DE URBANIZAÇÃO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.500,00
	SUBTOTAL	**5.500,00**
09	**SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENV. ECONÔMICO**	
Cód.Reduzido	**729**	

001.20.608.0121.2108 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SECRETARIA DE AGRICULTURA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390140000 DIARIAS - CIVIL 500,00

Cód. Reduzido 735

001.20.608.0121.2108	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SECRETARIA DE AGRICULTURA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.049,00
	SUBTOTAL	**5.549,00**
11	**SECRETARIAMUNICIPALDECULTURA**	
Cód.Reduzido	**875**	
001.13.392.0134.2233	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SECRETARIA DE CULTURA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	880,00
	SUBTOTAL	**880,00**
	TOTAL	**1.369.728,76**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
Cód.Reduzido	**22**	
001.04.122.0002.2031	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3.553,17
Cód.Reduzido	**30**	
001.04.122.0002.2031	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
	SUBTOTAL	**4.553,17**
03	**SECRETARIAMUNICIPALDEADMINISTRAÇÃO**	
Cód.Reduzido	**43**	
001.04.122.0002.2004	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃ	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.713,65
Cód.Reduzido	**49**	
001.04.122.0002.2004	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃ	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	12.000,00
	SUBTOTAL	**18.713,65**
04	**SECRETARIADEFINANÇAS**	
Cód.Reduzido	**86**	
001.04.123.0126.1007	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.575,07
Cód.Reduzido	**91**	

001.04.123.0126.2033 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 664,60

Cód. Reduzido 98

001.04.123.0126.2033	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390350000	SERVICOS DE CONSULTORIA	11.145,86
	SUBTOTAL	**25.385,53**
05	**SECRETARIAMUNICIPALDEEDUCAÇÃOEDESPORTO**	
Cód.Reduzido	**236**	
009.12.122.0026.1004	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PARA SMEEL	
15001001000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	6.000,00
	SUBTOTAL	**6.000,00**
06	**SECRETARIAMUNICIPALDESAÚDE**	
Cód.Reduzido	**267**	

001.10.301.0046.1023 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 110,21

Cód. Reduzido 279

002.10.122.0073.2079	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM GESTÃO EM SAÚDE	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390400000	SERVICOS DE TECN. DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	1.000,00
Cód.Reduzido	**281**	
002.10.122.0073.2079	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM GESTÃO EM SAÚDE	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	9.647,41
Cód.Reduzido	**285**	
002.10.122.0074.2080	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM CENTRAL DE REGULAÇÃO DO ACESS	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1.035,00
Cód.Reduzido	**286**	
002.10.122.0074.2080	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM CENTRAL DE REGULAÇÃO DO ACESS	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.779,58
Cód.Reduzido	**311**	
003.10.301.0047.2053	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	
16210000600	SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS	24.048,00
Cód.Reduzido	**318**	
003.10.301.0047.2053	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3.444,46
Cód.Reduzido	**358**	
003.10.301.0049.2056	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚD	
16210000600	SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	5.000,00
Cód.Reduzido	**359**	
003.10.301.0049.2056	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚD	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	5.000,00
Cód.Reduzido	**360**	
003.10.301.0049.2056	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚD	
16210000600	SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
Cód.Reduzido	**362**	
003.10.301.0049.2056	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚD	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00

Cód.Reduzido	**364**	
003.10.301.0049.2056	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚD	

16210000600	SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	1.500,00
Cód.Reduzido	**365**	
003.10.301.0049.2056	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚD	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	1.500,00
Cód.Reduzido	**366**	
003.10.301.0049.2056	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚD	
16000000000	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES	DO GOVERNO FE
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS	4.039,00
Cód.Reduzido	**367**	
003.10.301.0049.2056	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚD	
16210000600	SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS	1.500,00
Cód.Reduzido	**368**	

003.10.301.0049.2056 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚD

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3191130000 OBRIGACOES PATRONAIS 7,20

Cód. Reduzido 373

003.10.301.0050.2057	MANUTENÇÃO/CUSTEIO DAS ATIVIDADES DA ACADEMIA DE SAÚDE	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
Cód.Reduzido	**374**	
003.10.301.0050.2057	MANUTENÇÃO/CUSTEIO DAS ATIVIDADES DA ACADEMIA DE SAÚDE	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS	5.000,00
Cód.Reduzido	**386**	
003.10.301.0051.2058	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA	
16210000600	SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	
3390320000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIB. GRATUITA	4.105,00
Cód.Reduzido	**390**	

003.10.301.0052.2059 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A CENTRAL DE IMUNIZAÇÃO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 960,83

Cód. Reduzido 399

004.10.303.0068.2074	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FAMACÊUTICA	
16210000602	SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
Cód.Reduzido	**401**	
004.10.303.0068.2074	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FAMACÊUTICA	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
Cód.Reduzido	**409**	
005.10.302.0055.1008	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 77.000,00

Cód. Reduzido 429

005.10.302.0055.2061 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

16210000604 SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 760.195,95

Cód. Reduzido 448

005.10.302.0056.2062 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM LABORATÓRIO MUNICIPAL

16210000604 SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 15.012,06

Cód. Reduzido 451

005.10.302.0056.2062 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM LABORATÓRIO MUNICIPAL

16210000604 SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 6.687,00

Cód. Reduzido 496

005.10.302.0059.2065 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM UNIDADE DESCENTRALIZADA DE RE

16210000604 SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL

3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	50.000,00
Cód.Reduzido	**497**	
005.10.302.0059.2065	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM UNIDADE DESCENTRALIZADA DE RE	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.000,00
Cód.Reduzido	**530**	
005.10.302.0066.2072	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM CASA ROSA	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	6.414,28
Cód.Reduzido	**537**	
005.10.302.0067.2073	MANUTENÇÃO/ENCARGOS DO PROGRAMA TFD	

16210000604 SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL

3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	11.161,43
Cód.Reduzido	**560**	
006.10.304.0070.2076	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM VIGILÂNCIA AMBIENTAL	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	5.500,00
	SUBTOTAL	**1.117.647,41**
07	**SECRETARIAMUN.VIAÇÃO,OBRASESERVIÇOSPÚBLICOS**	
Cód.Reduzido	**600**	
001.16.482.0080.1033	MANUTENÇÃO/RECAPEAMENTO DE RUAS E AVENIDAS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	11.000,00
Cód.Reduzido	**621**	
002.15.452.0083.1039	CONSTRUÇÃO E ARBORIZAÇÃO DE JARDINS EM PRAÇAS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	36.000,00

Cód.Reduzido	**623**	
002.15.452. 0083.1040	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CANTEIROS PÚBLICOS	

15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	55.000,00
Cód.Reduzido	**635**	
002.15.452. 0085.1043	CONSTRUÇÃO DE CALÇAMENTOS, MEIO FIO E SARJETAS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	24.200,00
Cód.Reduzido	**703**	
005.17.511. 0096.1050	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUA E ESGOTO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	35.000,00
	SUBTOTAL	**161.200,00**
09	**SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENV. ECONÔMICO**	
Cód.Reduzido	**722**	
001.20.608. 0121.1056	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS PESADOS	
17010000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS	CONGÊNERES DOS ESTADOS
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00
Cód.Reduzido	**731**	
001.20.608. 0121.2108	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SECRETARIA DE AGRICULTURA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	5.049,00
	SUBTOTAL	**5.549,00**
11	**SECRETARIAMUNICIPALDECULTURA**	
Cód.Reduzido	**863**	
001.13.392. 0111.2100	REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS - FESTIVAL DA CANÇÃO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	880,00
	SUBTOTAL	**880,00**
14	**SECRETARIAMUNICIPALESPORTEELAZER**	
Cód.Reduzido	**943**	
001.27.813.0027.1064 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ÁREAS DESP 17010000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS		
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	29.800,00
	SUBTOTAL	**29.800,00**
	TOTAL	**1.369.728,76**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO(A) CONFRESA - MT.

AOHUMDIADOMÊSDESETEMBRODEDOISMILEVINTEETRÊS.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

CONTABILIDADE
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 112/2023

DECRETO Nº 112/2023

DE QUINTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

, Prefeito(a) Municipal de CONFRESA, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1201/2023, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de

CONFRESA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 2.819.606,77 (DOIS MILHOES E OITOCENTOS E DEZENOVE MIL E SEISCENTOS E SEIS REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS), nas dotações

orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
Cód. Reduzido	**16**	
001.04.122. 0002.2031	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	6. 403,00
Cód. Reduzido	**18**	
001.04.122. 0002.2031	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	19. 860,32
	SUBTOTAL	**26. 263,32**
03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**	
Cód. Reduzido	**39**	
001.04.122. 0002.2004	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃ	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	6. 162,57
Cód. Reduzido	**41**	
001.04.122. 0002.2004	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃ	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	24. 718,28
	SUBTOTAL	**30. 880,85**
05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**	
Cód. Reduzido	**142**	
002.12.361. 0129.2040	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL	
15001001000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	51. 676,09
Cód. Reduzido	**151**	
002.12.361. 0129.2040	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL	

15001001000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	7. 200,00
Cód. Reduzido 008.12.361. 0129.2048	**187** MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDEB 70% - ENSINO FUNDAME	

15401070000 IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFI

3190040000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 476.593,25

Cód. Reduzido 189

008.12.361.0129.2048 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDEB 70% - ENSINO FUNDAME

15401070000 IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFI

3190130000 OBRIGACOES PATRONAIS 112.769,00

Cód. Reduzido 204

008.12.365.0128.2047 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDEB 70% - ENSINO INFANTIL

15401070000 IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFI

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 326.620,00

Cód. Reduzido 205

008.12.365.0128.2047 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDEB 70% - ENSINO INFANTIL

15401070000 IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFI

3190130000 OBRIGACOES PATRONAIS 16.565,00

Cód. Reduzido 223

009.12.122.0002.2041 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

15001001000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 81.662,00

SUBTOTAL 1.073.085,34 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Cód. Reduzido 272

002.10.122.0073.2079 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM GESTÃO EM SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3190130000 OBRIGACOES PATRONAIS 24.736,84

Cód. Reduzido 304

003.10.301.0047.2053 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3190040000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 88.954,19

Cód. Reduzido 305

003.10.301.0047.2053 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 26.683,00

Cód. Reduzido 306

003.10.301.0047.2053 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

16000000600 SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 105.888,96

Cód. Reduzido 324

003.10.301.0048.2054 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EQUIPES DE SAÚDE BUCAL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3190040000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 21.841,00

Cód. Reduzido 325

003.10.301.0048.2054	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EQUIPES DE SAÚDE BUCAL	
16000000600	SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	44.672,48
Cód. Reduzido	**327**	
003.10.301.0048.2054	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EQUIPES DE SAÚDE BUCAL	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	4.881,86
Cód. Reduzido	**328**	
003.10.301.0048.2054	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EQUIPES DE SAÚDE BUCAL	
16000000600	SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS	6.585,70
Cód. Reduzido	**348**	
003.10.301.0049.2055	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚD	
16040000000	TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS	AO VENCIMENTO DO
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS	10.392,92
Cód. Reduzido	**413**	
005.10.302.0055.2061	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	260.204,24
Cód. Reduzido	**418**	
005.10.302.0055.2061	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	282.055,19
Cód. Reduzido	**421**	
005.10.302.0055.2061	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	65.592,00
Cód. Reduzido	**424**	
005.10.302.0055.2061	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS	16.802,00
Cód. Reduzido	**443**	
005.10.302.0056.2062	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM LABORATÓRIO MUNICIPAL	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.641,32
Cód. Reduzido	**446**	
005.10.302.0056.2062	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM LABORATÓRIO MUNICIPAL	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS	1.545,00
Cód. Reduzido	**475**	

005.10.302.0058.2064 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM CAPS

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3190130000 OBRIGACOES PATRONAIS 211,68

Cód. Reduzido 477

005.10.302.0058.2064 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM CAPS

15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS	6.959,54
Cód. Reduzido	**508**	
005.10.302.0063.2069	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SAMU	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	9.234,00
Cód. Reduzido	**510**	

005.10.302.0063. 2069	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SAMU	

16000000604 SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL

3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	35. 447,30
Cód. Reduzido	**511**	
005.10.302.0063. 2069	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SAMU	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	2. 565,00
Cód. Reduzido	**512**	
005.10.302.0063. 2069	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SAMU	

16000000604 SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL

3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS	3. 417,00
Cód. Reduzido	**544**	
006.10.304. 0069.2075	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	22. 455,00
Cód. Reduzido	**546**	
006.10.304. 0069.2075	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	2. 412,57
Cód. Reduzido	**548**	

006.10.304.0069.2075 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM VIGILÂNCIA SANITÁRIA

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3191130000 OBRIGACOES PATRONAIS 726,00

Cód. Reduzido 562

006.10.304.0070.2076 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM VIGILÂNCIA AMBIENTAL

16040000000 TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS AO VENCIMENTO DO

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 20.131,00

Cód. Reduzido 565

006.10.304.0070.2076 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM VIGILÂNCIA AMBIENTAL

16040000000 TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS AO VENCIMENTO DO

3191130000 OBRIGACOES PATRONAIS 2.746,00

SUBTOTAL 1.077.781,79 07 SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Cód. Reduzido 639

002.15.452.0090.2088 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM O SETOR DE URBANIZAÇÃO

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3190040000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 7.423,19

Cód. Reduzido 640

002.15.452. 0090.2088	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM O SETOR DE URBANIZAÇÃO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	350. 597,00
Cód. Reduzido	**641**	
002.15.452. 0090.2088	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM O SETOR DE URBANIZAÇÃO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	59. 920,97
	SUBTOTAL	**417. 941,16**
09	**SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENV. ECONÔMICO**	
Cód. Reduzido	**725**	

001.20.608.0121.2108 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SECRETARIA DE AGRICULTURA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3190040000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 767,06

Cód. Reduzido 726

001.20.608. 0121.2108	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SECRETARIA DE AGRICULTURA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	61. 323,00
Cód. Reduzido	**727**	
001.20.608. 0121.2108	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SECRETARIA DE AGRICULTURA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	6. 987,16
	SUBTOTAL	**69. 077,22**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL**	
Cód. Reduzido	**743**	
001.08.243. 0014.2020	MANUTENÇÃO/ENCARGOS DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16. 469,09
Cód. Reduzido	**819**	
003.08.244. 0020.2026	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM CRAS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	20. 990,00
Cód. Reduzido	**962**	
003.08.244. 0020.2259	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDO DA ASSISTÊNCIA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	13. 171,84
	SUBTOTAL	**50. 630,93**
13	**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**	
Cód. Reduzido	**927**	
001.04.122. 0135.2221	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A SEC.DE PLANEJAMENTO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	9. 895,63
Cód. Reduzido	**928**	
001.04.122. 0135.2221	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A SEC.DE PLANEJAMENTO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	17. 680,53
Cód. Reduzido	**929**	
001.04.122. 0135.2221	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A SEC.DE PLANEJAMENTO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	11. 538,00
	SUBTOTAL	**39. 114,16**
14	**SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTE E LAZER**	
Cód. Reduzido	**948**	

001.27.813.0045.2045	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	29.300,00
Cód. Reduzido	**949**	
001.27.813.0045.2045	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	2.518,00
Cód. Reduzido	**950**	
001.27.813.0045.2045	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS	3.014,00
	SUBTOTAL	**34.832,00**
	TOTAL	**2.819.606,77**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**	
Cód. Reduzido	**32**	
001.04.122.0002.1001	CONSTRUÇÃO NO CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	56.800,00
Cód. Reduzido	**34**	
001.04.122.0002.1001	CONSTRUÇÃO NO CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	57.000,00
Cód. Reduzido	**35**	
001.04.122.0002.1007	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.697,53
Cód. Reduzido	**36**	
001.04.122.0002.2003	CAPACITA CONFRESA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	11.367,40
Cód. Reduzido	**37**	
001.04.122.0002.2003	CAPACITA CONFRESA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	20.000,00
Cód. Reduzido	**53**	
001.04.122.0002.2004	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃ	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	50.000,00
Cód. Reduzido	**55**	
001.04.122.0002.2004	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃ	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	15.000,00
Cód. Reduzido	**57**	
001.04.122.0002.2005	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	30.000,00
Cód. Reduzido	**59**	
001.04.122.0002.2006	CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIAS E/OU CONSULTORIAS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	30.000,00
Cód. Reduzido	**60**	
001.04.122.0002.2007	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM OUVIDORIA MUNICIPAL	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	40.531,51
Cód. Reduzido	**61**	
001.04.122.0002.2007	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM OUVIDORIA MUNICIPAL	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS	10.000,00
Cód. Reduzido	**63**	
001.04.122.0002.2007	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM OUVIDORIA MUNICIPAL	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
Cód. Reduzido	**84**	
002.04.122.0002.1063	REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	55.000,00
Cód. Reduzido	**85**	
002.04.122.0002.1063	REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	92.500,00
	SUBTOTAL	**501.896,44**
04	**SECRETARIA DE FINANÇAS**	
Cód. Reduzido	**98**	
001.04.123.0126.2033	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390350000	SERVICOS DE CONSULTORIA	100.000,00
	SUBTOTAL	**100.000,00**
05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**	
Cód. Reduzido	**167**	
003.12.782.0033.2039	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM TRANSPORTE ESCOLAR	
15001001000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	10.000,00
Cód. Reduzido	**191**	
008.12.361.0129.2049	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDEB 30% - ENSINO FUNDAME	

15400000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS

3190040000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 463.292,25

Cód. Reduzido 192

008.12.361.0129.2049 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDEB 30% - ENSINO FUNDAME

15400000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 469.255,00

Cód. Reduzido 218

009.12.122.0002.1008 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

15001001000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 38.000,00

Cód. Reduzido 220

009.12.122.0002.1018 AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - SMEEL

15001001000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 55.670,40

Cód. Reduzido 239

009.12.128.0034.2044 FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS/SERVIDORES DA ED

15001001000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390360000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 8.000,00

Cód. Reduzido 242

009.12.128.0034.2044 FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS/SERVIDORES DA ED

15001001000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 16.000,00

Cód. Reduzido 263

009.12.365.0041.2231 REALIZAÇÃO DE OLIMPÍADAS EDUCATIVAS

15001001000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390320000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIB.GRATUITA 17.676,09

SUBTOTAL 1.077.893,74

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cód. Reduzido 278

002.10.122.0073.2079 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM GESTÃO EM SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 78.089,56

Cód. Reduzido 298

002.10.122.0077.2083 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SERVIÇO SOCIAL EM SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 4.000,00

Cód. Reduzido 320

003.10.301.0047.2053 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

16000000600 SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 30.000,00

Cód. Reduzido 326

003.10.301.0048.2054	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EQUIPES DE SAÚDE BUCAL	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	363.446,59
Cód. Reduzido	**341**	
003.10.301.0049.2055	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚD	
16040000000	TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS	AO VENCIMENTO DO
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	21.269,92
Cód. Reduzido	**354**	
003.10.301.0049.2055	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚD	
16040000000	TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS	AO VENCIMENTO DO
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	5.000,00
Cód. Reduzido	**355**	
003.10.301.0049.2055	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚD	
16040000000	TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS	AO VENCIMENTO DO
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	7.000,00
Cód. Reduzido	**378**	
003.10.301.0050.2057	MANUTENÇÃO/CUSTEIO DAS ATIVIDADES DA ACADEMIA DE SAUDE	
16000000600	SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	8.000,00
Cód. Reduzido	**388**	
003.10.301.0052.2059	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A CENTRAL DE IMUNIZAÇÃO	
16000000600	SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	
3390140000	DIARIAS - CIVIL	16.500,00
Cód. Reduzido	**389**	
003.10.301.0052.2059	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A CENTRAL DE IMUNIZAÇÃO	
16000000600	SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
Cód. Reduzido	**401**	
004.10.303.0068.2074	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FAMACÊUTICA	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
Cód. Reduzido	**409**	
005.10.302.0055.1008	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	43.000,00
Cód. Reduzido	**497**	
005.10.302.0059.2065	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM UNIDADE DESCENTRALIZADA DE RE	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
Cód. Reduzido	**519**	
005.10.302.0064.2070	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM UTI'S	

16000000604 SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 38.864,30

Cód. Reduzido 581

008.10.301.0078.2232 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM CENTRO DE ATENDIMENTO A COVID

16000000600	SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	
3190040000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	20.000,00
Cód. Reduzido	**582**	
008.10.301.0078.2232	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM CENTRO DE ATENDIMENTO A COVID	
16000000600	SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
Cód. Reduzido	**583**	
008.10.301.0078.2232	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM CENTRO DE ATENDIMENTO A COVID	

16000000600	SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	10.000,00
Cód. Reduzido	**584**	
008.10.301.0078.2232	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM CENTRO DE ATENDIMENTO A COVID	
16000000600	SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS	7.647,14
	SUBTOTAL	**757.817,51**
07	**SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**	
Cód. Reduzido	**596**	
001.16.482.0080.1031	PAVIMENTAÇÃO EM ÁREAS RURAIS E AGRO-VILAS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	18.000,00
Cód. Reduzido	**600**	
001.16.482.0080.1033	MANUTENÇÃO/RECAPEAMENTO DE RUAS E AVENIDAS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	151.953,08
Cód. Reduzido	**700**	
004.26.782.0106.2096	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM O SETOR DE TRANSPORTE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES-SOA JURIDICA	70.000,00
Cód. Reduzido	**709**	
005.17.512.1000.1088	IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	30.000,00
	SUBTOTAL	**269.953,08**
09	**SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENV. ECONÔMICO**	
Cód. Reduzido	**734**	
001.20.608.0121.2108	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SECRETA-RIA DE AGRICULTURA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.000,00
Cód. Reduzido	**736**	
001.20.608.0121.2108	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SECRETA-RIA DE AGRICULTURA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	1.135,00
	SUBTOTAL	**5.135,00**
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**	
Cód. Reduzido	**865**	
001.13.392.0111.2100	REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS - FESTIVAL DA CANÇÃO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES-SOA JURIDICA	4.000,00
Cód. Reduzido	**882**	
003.13.392.0108.2097	REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS - CARNAVAL	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES-SOA JURIDICA	2.411,00
Cód. Reduzido	**883**	
003.13.392.0112.2101	REALIZAÇÃO DE FEIRA ARTESANAL, MÚSICA E TEATRO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	11.000,00
Cód. Reduzido	**891**	
003.13.392.0114.2103	REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS - DIA DO EVANGÉLICO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	11.000,00
Cód. Reduzido	**892**	
003.13.392.0114.2103	REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS - DIA DO EVANGÉLICO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES-SOA FISICA	11.000,00
Cód. Reduzido	**898**	
003.13.392.0117.2106	REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS - DIA DO SERVIDOR PÚBLICO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES-SOA JURIDICA	11.000,00
Cód. Reduzido	**901**	
003.13.392.0119.2107	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM FANFARRA MUNICIPAL	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES-SOA JURIDICA	30.000,00
Cód. Reduzido	**902**	
003.13.392.0119.2107	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM FANFARRA MUNICIPAL	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16.500,00
	SUBTOTAL	**96.911,00**
13	**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**	
Cód. Reduzido	**937**	
001.04.122.0135.2221	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A SEC.DE PLANEJAMENTO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	10.000,00
	SUBTOTAL	**10.000,00**
	TOTAL	**2.819.606,77**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO(A) CONFRESA - MT.

AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

CONTABILIDADE
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 118/2023

DECRETO Nº 118/2023

DE SEGUNDA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

, Prefeito(a) Municipal de CONFRESA, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1201/2023, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de CONFRESA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, até o montante de R$ 658.666,54 (SEISCENTOS E CINQUENTA E OITO MIL E SEISCENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS), nas dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
Cód. Reduzido	**21**	
001.04.122.0002.2031	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM O GABINE-TE DO PREFEITO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOS-TOS	
3390140000	DIARIAS - CIVIL	24.500,00

Cód. Reduzido	**25**	
001.04.122.0002.2031	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3.500,00
Cód. Reduzido	**30**	
001.04.122.0002.2031	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.500,00
	SUBTOTAL	**31.500,00**
03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**	
Cód. Reduzido	**41**	

001.04.122.0002.2004 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃ

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3190130000 OBRIGACOES PATRONAIS 867,00

Cód. Reduzido 54

001.04.122.0002.2004	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃ	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.000,00
	SUBTOTAL	**4.867,00**
04 **Cód. Reduzido**	**SECRETARIA DE FINANÇAS** **86**	

15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	47.011,44
Cód. Reduzido	**100**	
001.04.123.0126.2033	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	4.380,00
Cód. Reduzido	**108**	
002.04.122.0127.2036	SENTENÇAS JUDICIAIS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390910000	SENTENCAS JUDICIAIS	3.960,00
Cód. Reduzido	**110**	
002.04.122.0127.2226	CONTRIBUIÇÕES A CONSEG	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3370410000	CONTRIBUIÇÕES	115.620,36
Cód. Reduzido	**111**	
002.04.843.0127.2034	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3290210000	JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	15.792,32
Cód. Reduzido	**112**	
002.04.843.0127.2034	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4690710000	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	274.024,66
	SUBTOTAL	**460.788,78**
05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**	
Cód. Reduzido	**204**	
008.12.365.0128.2047	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDEB 70% - ENSINO INFANTIL	
15401070000	IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA	REMUNERAÇÃO DOS PROFI
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16.628,00
Cód. Reduzido	**223**	
009.12.122.0002.2041	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
15001001000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16.042,00
	SUBTOTAL	**32.670,00**
06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
Cód. Reduzido	**272**	

002.10.122.0073.2079 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM GESTÃO EM SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3190130000 OBRIGACOES PATRONAIS 273,00

Cód. Reduzido 274

002.10.122.0073.2079	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM GESTÃO EM SAÚDE	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390140000	DIARIAS - CIVIL	5.000,00
Cód. Reduzido	**306**	
003.10.301.0047.2053	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	
16000000600	SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 10.075,00

Cód. Reduzido 348

003.10.301.0049.2055 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚD

16040000000 TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS AO VENCIMENTO DO

3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS	967,00
Cód. Reduzido	**418**	
005.10.302.0055.2061	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13.790,00
Cód. Reduzido	**421**	
005.10.302.0055.2061	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190130000	OBRIGACOES PATRONAIS	1.102,00
Cód. Reduzido	**424**	

005.10.302.0055.2061 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3191130000 OBRIGACOES PATRONAIS 726,00

Cód. Reduzido 425

005.10.302.0055.2061	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390140000	DIARIAS - CIVIL	11.000,00
Cód. Reduzido 005.10.302.0063.2069	**510** MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SAMU	

16000000604 SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3.078,90

Cód. Reduzido 512

005.10.302.0063.2069 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SAMU

16000000604 SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL

3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS	326,00
Cód. Reduzido	**570**	
006.10.304.0070.2076	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM VIGILÂNCIA AMBIENTAL	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	40,00
	SUBTOTAL	**46.377,90**
07	**SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**	
Cód. Reduzido	**640**	
002.15.452.0090.2088	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM O SETOR DE URBANIZAÇÃO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.580,00
Cód. Reduzido	**644**	
002.15.452.0090.2088	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM O SETOR DE URBANIZAÇÃO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390140000	DIARIAS - CIVIL	1.750,00
Cód. Reduzido	**666**	
003.25.752.0097.2094	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM ELETRIFICAÇÃO RURAL E URBANA	

17510000000 RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CO

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 17.000,00

SUBTOTAL 43.330,00

09 SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENV. ECONÔMICO

Cód. Reduzido 726

001.20.608.0121.2108 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SECRETARIA DE AGRICULTURA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 8.913,00

Cód. Reduzido 729

001.20.608.0121.2108 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SECRETARIA DE AGRICULTURA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390140000 DIARIAS - CIVIL 874,86

SUBTOTAL 9.787,86

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Cód. Reduzido 979

002.08.244.0142.2263 AUXÍLIO FINANCEIRO CONS COM DO MUNIC DE PAN-CADEIA PÚBLI

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390430000 SUBVENCOES SOCIAIS 4.284,00

Cód. Reduzido 805

003.08.244.0004.2018 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM CREAS/PAEFI

16600000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 6.832,00

Cód. Reduzido 828

003.08.244.0020.2026 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM CRAS

16600000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 14.000,00

SUBTOTAL 25.116,00

13 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Cód. Reduzido 928

001.04.122.0135.2221 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A SEC.DE PLANEJAMENTO

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 4.229,00

SUBTOTAL 4.229,00

TOTAL 658.666,54

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Cód. Reduzido 31

001.04.122.0002.1001 CONSTRUÇÃO NO CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490300000 MATERIAL DE CONSUMO 867,00

Cód. Reduzido 46

001.04.122.0002.2004 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃ

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 6.019,12

Cód. Reduzido 47

001.04.122.0002.2004 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃ

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO 10.000,00

Cód. Reduzido 49

001.04.122.0002.2004 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃ

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 4.000,00

Cód. Reduzido 58

001.04.122.0002.2006 CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIAS E/OU CONSULTORIAS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390350000 SERVICOS DE CONSULTORIA 75.000,00

Cód. Reduzido 59

001.04.122.0002.2006 CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIAS E/OU CONSULTORIAS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 30.000,00

SUBTOTAL 125.886,12 04 SECRETARIA DE FINANÇAS Cód. Reduzido 88

001.04.123.0126.1048 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS

17550000000 RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 45.000,00

Cód. Reduzido 97

001.04.123.0126.2033 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO 5.000,00

Cód. Reduzido 99

001.04.123.0126.2033 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390360000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 26.452,66

SUBTOTAL 76.452,66 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO Cód. Reduzido 120

001.12.365.0027.1011 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS INSTITUIÇÕES EDUCAT

15001001000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 16.042,00

Cód. Reduzido 203

008.12.365.0128.2047 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDEB 70% - ENSINO INFANTIL

15401070000 IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFI

3190040000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 16.628,00

SUBTOTAL 32.670,00 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Cód. Reduzido 278

002.10.122.0073.2079 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM GESTÃO EM SAÚDE

15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	15.891,00
Cód. Reduzido	**281**	
002.10.122.0073.2079	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM GESTÃO EM SAÚDE	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390930000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.000,00
Cód. Reduzido	**320**	
003.10.301.0047.2053	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	
16000000600	SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.075,00
Cód. Reduzido	**386**	
003.10.301.0051.2058	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA	
16210000600	SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	
3390320000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIB. GRATUITA	10.000,00
Cód. Reduzido	**516**	
005.10.302.0063.2069	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SAMU	

16000000604 SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 3.404,90

Cód. Reduzido 567

006.10.304.0070.2076 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM VIGILÂNCIA AMBIENTAL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 40,00

Cód. Reduzido 568

006.10.304.0070.2076 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM VIGILÂNCIA AMBIENTAL

16040000000 TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS AO VENCIMENTO DO

3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	967,00
	SUBTOTAL	**46.377,90**
07	**SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**	
Cód. Reduzido	**611**	
002.15.451.0086.1044	CONSTRUÇÃO DE RAMPAS DE ACESSIBILIDADE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	34.580,00
Cód. Reduzido	**612**	
002.15.451.0088.1046	CONSTRUÇÃO DE ANEL VIÁRIO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	14.500,00
Cód. Reduzido	**627**	
002.15.452.0084.2086	IMPLANTAÇÃO/MANUTENÇÃO DE PROGRAMA DE RECICLAGEM DE LI	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
Cód. Reduzido	**628**	
002.15.452.0084.2086	IMPLANTAÇÃO/MANUTENÇÃO DE PROGRAMA DE RECICLAGEM DE LI	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390320000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIB. GRATUITA	7.000,00
Cód. Reduzido	**629**	

002.15.452.0084.2086	IMPLANTAÇÃO/MANUTENÇÃO DE PROGRAMA DE RECICLAGEM DE LI	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	9.000,00
Cód. Reduzido	**631**	
002.15.452.0084.2086	IMPLANTAÇÃO/MANUTENÇÃO DE PROGRAMA DE RECICLAGEM DE LI	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	6.765,39
Cód. Reduzido	**632**	
002.15.452.0084.2086	IMPLANTAÇÃO/MANUTENÇÃO DE PROGRAMA DE RECICLAGEM DE LI	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.200,00
Cód. Reduzido	**638**	
002.15.452.0089.1047	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	34.918,00
Cód. Reduzido	**645**	
002.15.452.0090.2088	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM O SETOR DE URBANIZAÇÃO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1.750,00
Cód. Reduzido	**667**	

003.25.752.0097.2094	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM ELETRIFICAÇÃO RURAL E URBANA	
17540000000	RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	17.000,00
Cód. Reduzido	**704**	
005.17.512.0094.1049	CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.000,00
Cód. Reduzido	**705**	
005.17.512.0094.1049	CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	50.000,00
Cód. Reduzido	**707**	
005.17.512.0095.1050	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUA E ESGOTO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	60.000,00
	SUBTOTAL	**248.713,39**
09	**SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENV. ECONÔMICO**	
Cód. Reduzido	**732**	
001.20.608.0121.2108	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SECRETARIA DE AGRICULTURA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	874,86
	SUBTOTAL	**874,86**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL**	
Cód. Reduzido	**784**	
002.08.244.0025.2030	CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	4.000,00
Cód. Reduzido	**792**	
003.08.243.0004.2017	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O AEPETI - ERRADICAÇÃO TRABAL	
16600000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA	SOCIAL - FNAS
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	4.832,00
Cód. Reduzido	**843**	
003.08.244.1001.2234	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	
16600000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA	SOCIAL - FNAS
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
Cód. Reduzido	**846**	
003.08.244.1001.2234	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	
16600000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA	SOCIAL - FNAS
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
Cód. Reduzido	**854**	
003.08.244.1001.2235	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL IGD-P	
16600000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA	SOCIAL - FNAS
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
	SUBTOTAL	**24.832,00**
13	**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**	
Cód. Reduzido	**930**	
001.04.122.0135.2221	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A SEC.DE PLANEJAMENTO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3191130000	OBRIGACOES PATRONAIS	3.500,00
Cód. Reduzido	**935**	
001.04.122.0135.2221	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A SEC.DE PLANEJAMENTO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	83.037,94
Cód. Reduzido	**937**	
001.04.122.0135.2221	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A SEC.DE PLANEJAMENTO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390920000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.237,67
	SUBTOTAL	**88.775,61**
14	**SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTE E LAZER**	
Cód. Reduzido	**955**	
001.27.813.0045.2045	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.583,00
Cód. Reduzido	**956**	
001.27.813.0045.2045	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390360000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	11.501,00
	SUBTOTAL	**14.084,00**
	TOTAL	**658.666,54**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação

ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO(A) CONFRESA - MT.

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

CONTABILIDADE
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 116/2023

DECRETO Nº 116/2023

DE SEGUNDA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

, Prefeito(a) Municipal de CONFRESA, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1251/2023, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de CONFRESA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, até o montante de R$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cód. Reduzido 1028

005.10.302.0057.2063 MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM SAE/CTA

16320000604 TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES

4490510000 OBRAS E INSTALACOES 300.000,00

SUBTOTAL 300.000,00

TOTAL 300.000,00

Art. 2º A presente lei tem suporte legal no Artigo 41, inciso II, Artigo 42 e Artigo 43, parágrafo 1º , inciso II da Lei 4320/64 e também tem suporte no acórdão nº 3145/2006 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO(A) CONFRESA - MT.

AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

AV. CENTRO OESTE, Nº 286, CENTRO, CONFRESA - MATO GROSSO

RECURSOS HUMANOS
ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES PARA O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CONFRESA PREVICON 003/2023

ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES PARA O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CONFRESA

PREVICON 003/2023

AO BRADESCO S/A

Agência 1149

A Prefeitura Municipal de Confresa, inscrita no CNPJ 37.464.716/0001-50, com sede situada na Avenida Centro Oeste, n° 286, Centro, na cidade de Confresa – MT, do qual faz parte o Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores de Confresa-PREVICON CNPJ 12.850.750/0001-31 por seu representante legal, excelentíssimo senhor Prefeito Municipal Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, portador do CPF n° 535.561. 191-53, concede poderes específicos a Presidente do Conselho Deliberativo do Previcon, Sra. Jessyca Vilela Guimarães, inscrita no CPF n° 054. 100.731-93, portadora da cédula de identidade RG n° 24514543 SSP/MT nomeada pela Portaria nº 006/2022. E ao Diretor Executivo o Sr. Norton Mussalan Ferreira, inscrito no CPF. Nº 029.029.861-06, portador da cédula de identidade RG n° 2087892-3 SSP/MT nomeado pela Portaria nº 492/ 2023, embasada na Lei Municipal nº 728/2016, para assinarem conjuntamente as transações bancárias das contas vinculadas ao Fundo Municipal de Previdência, junto ao BRADESCO S/A, conforme critérios abaixo:

ABRIR CONTAS DE DEPOSITO ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS ENDOSSAR CHEQUE AVALIZAR CHEQUES SUSTAR/ CONTRA-ORDENAR CHEQUES CANCELAR CHEQUES BAIXAR CHEQUES SOLICITAR SALDOS EXTRATOS E COMPROVANTES CONSULTAR CONTAS/APLIC. PROGRAMAS REPASSE SOLICITAR SALDOS

/EXTRATOS DE OPERAÇÕES D EMITIR COMPROVANTES EMITIR CHEQUES RECEBER ORDENS DE PAGAMENTO LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTO NO GERENCIADOR FINANCEIRO DESCONTAR TÍTULOS DE CREDITO AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES

DESCONTAR DUPLICATAS EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS EFETUAR SAQUES – CONTA CORRENTE EFETUAR SAQUES DE POUPANÇA EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RGP EFETUAR TRANSFERÊNCIA P/ MESMA TITULARIDADE RECEBER CITAC. INTIM. E NOTIF. EM PROCESSO JUD. CONSULTAR DEPÓSITOS JUDICIAIS VIA INTERNET SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE CONTA JUDICIAL.

Confresa-MT, em 20 de setembro de 2023.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES PARA O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CONFRESA PREVICON 002/2023

ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES PARA O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CONFRESA

PREVICON 002/2023

AO BANCO DO BRASIL S/A

Agência 3989-6, Confresa-MT

A Prefeitura Municipal de Confresa, inscrita no CNPJ 37.464.716/0001-50, com sede situada na Avenida Centro Oeste, n° 286, Centro, na cidade de Confresa – MT, do qual faz parte o Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores de Confresa-PREVICON CNPJ 12.850.750/0001-31 por seu representante legal, excelentíssimo senhor Prefeito Municipal Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, portador do CPF n° 535.561. 191-53, concede poderes específicos a Presidente do Conselho Deliberativo do Previcon, Sra. Jessyca Vilela Guimarães, inscrita no CPF n° 054. 100.731-93, portadora da cédula de identidade RG n° 24514543 SSP/MT nomeada pela Portaria nº 006/2022. E ao Diretor Executivo o Sr. Norton Mussalan Ferreira, inscrito no CPF. Nº 029.029.861-06, portador da cédula de identidade RG n° 2087892-3 SSP/MT nomeado pela Portaria nº 492/ 2023, embasada na Lei Municipal nº 728/2016, para assinarem conjuntamente as transações bancárias das contas vinculadas ao Fundo Municipal de Previdência, junto ao BANCO DO BRASIL S/A, conforme critérios abaixo:

ABRIR CONTAS DE DEPOSITO ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS ENDOSSAR CHEQUE AVALIZAR CHEQUES SUSTAR/ CONTRA-ORDENAR CHEQUES CANCELAR CHEQUES BAIXAR CHEQUES SOLICITAR SALDOS EXTRATOS E COMPROVANTES CONSULTAR CONTAS/APLIC. PROGRAMAS REPASSE SOLICITAR SALDOS

/EXTRATOS DE OPERAÇÕES D EMITIR COMPROVANTES EMITIR CHEQUES RECEBER ORDENS DE PAGAMENTO LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTO NO GERENCIADOR FINANCEIRO DESCONTAR TÍTULOS DE CREDITO AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES

DESCONTAR DUPLICATAS EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS EFETUAR SAQUES – CONTA CORRENTE EFETUAR SAQUES DE POUPANÇA EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RGP EFETUAR TRANSFERÊNCIA P/ MESMA TITULARIDADE RECEBER CITAC. INTIM. E NOTIF. EM PROCESSO JUD. CONSULTAR DEPÓSITOS JUDICIAIS VIA INTERNET SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE CONTA JUDICIAL.

Confresa-MT, em 20 de setembro de 2023.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES PARA O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CONFRESAPREVICON 001/2023

ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES PARA O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CONFRESA

PREVICON 001/2023

ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES PARA O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CONFRESA

PREVICON 001/2023

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Agência 3437, Confresa-MT

A Prefeitura Municipal de Confresa, inscrita no CNPJ 37.464.716/0001-50, com sede situada na Avenida Centro Oeste, n° 286, Centro, na cidade de Confresa – MT, do qual faz parte o Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores de Confresa-PREVICON CNPJ 12.850.750/0001-31 por seu representante legal, excelentíssimo senhor Prefeito Municipal Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, portador do CPF n° 535.561. 191-53, concede poderes específicos a Presidente do Conselho Deliberativo do Previcon, Sra. Jessyca Vilela Guimarães, inscrita no CPF n° 054. 100.731-93, portadora da cédula de identidade RG n° 24514543 SSP/MT nomeada pela Portaria nº 006/2022. E ao Diretor Executivo o Sr. Norton Mussalan Ferreira, inscrito no CPF. Nº 029.029.861-06, portador da cédula de identidade RG n° 2087892-3 SSP/MT nomeado pela Portaria nº 492/2023, embasada na Lei Municipal nº 728/2016, para assinarem conjuntamente as transações bancárias das contas vinculadas ao Fundo Municipal de Previdência, junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme critérios abaixo:

ABRIR CONTAS DE DEPOSITO ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS ENDOSSAR CHEQUE AVALIZAR CHEQUES SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES CANCELAR CHEQUES BAIXAR CHEQUES SOLICITAR SALDOS EXTRATOS E COMPROVANTES

CONSULTAR CONTAS/APLIC. PROGRAMAS REPASSE SOLICITAR SALDOS

/EXTRATOS DE OPERAÇÕES D EMITIR COMPROVANTES EMITIR CHEQUES RECEBER ORDENS DE PAGAMENTO LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTO NO GERENCIADOR FINANCEIRO DESCONTAR TÍTULOS DE CREDITO AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES DESCONTAR DUPLICATAS EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS EFETUAR SAQUES – CONTA CORRENTE EFETUAR SAQUES DE POUPANÇA EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RGP EFETUAR TRANSFERÊNCIA P/ MESMA TITULARIDADE RECEBER CITAC. INTIM. E NOTIF. EM PROCESSO JUD. CONSULTAR DEPÓSITOS JUDICIAIS VIA INTERNET SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE CONTA JUDICIAL.

Confresa-MT, em 20 de setembro de 2023.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREVICON
DECRETO Nº 01/2023 - REALIZAÇÃO DA PROVA DE VIDA

DECRETO Nº 01/2023.

"DISPÕE SOBRE REALIZAÇÃO DA PROVA DE VIDA DOS INATIVOS E PENSIONISTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CONFRESA - PREVICON, NO EXERCÍCIO DE 2023."

Considerando que compete ao PREVICON à gestão Previdenciária dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte;

Considerando que a Prova de Vida é essencial para atualização de dados cadastrais e evitar fraudes e pagamentos indevidos dos benefícios Previdenciários e por isso deve ocorrer periodicamente;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos, nos termos deste Decreto, as normas e procedimentos para a realização da Prova de Vida abrangendo todos os aposentados e pensionistas do PREVICON.

Parágrafo Único - A Prova de Vida de que trata o *caput* deverá ser realizado em período não superior a 30 (trinta) dias, que ocorrerá no período de **21/09/2023 a 20/10/2023**, por meio do aplicativo **MEU RPPS.**

Art. 2ª Entende-se por Prova de Vida o procedimento administrativo, de caráter obrigatório para inativos e pensionistas, que consiste na atualização do cadastro para comprovação de que o beneficiário se encontra apto à manutenção do recebimento do benefício.

Art. 3º Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I - inativos: os segurados aposentados do PREVICON, em gozo de benefício de aposentadoria;

II - Pensionistas: os beneficiários de pensão decorrente do falecimento dos segurados do PREVICON.

Art. 4º Para a realização da Prova de Vida será obrigatória apresentação de um documentos de identificação com foto sendo RG ou CNH, uma foto facial capturada instantaneamente, e atestado de vida e residência dos pensionistas. Fica aprovado o modelo constante neste Decreto (anexo I e II).

Parágrafo único. O beneficiário que possuir mais de um benefício Previdenciário deverá realizar a Prova de Vida uma única vez.

Art. 5º A comprovação da Prova de Vida ocorrerá da seguinte forma:

I - o beneficiário deverá instalar o aplicativo MEU RPPS, disponível na loja de aplicativos do smartphone Android e iOS;

II - ao acessar o aplicativo, deve selecionar o estado "MATO GROSSO", cidade "CONFRESA" e após, selecionar o instituto "PREVICON";

III - para acessar o aplicativo, o beneficiário poderá utilizar o mesmo usuário e senha do Portal do Segurado do PREVICON, vinculado ao site da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA/MT ou clicar no botão "NÃO SOU CADASTRADO" e criar novo acesso;

IV - após entrar no aplicativo, deve abrir o menu "PROVA DE VIDA";

V - no campo "TIPO DE DOCUMENTO" deve ser identificado a orientação do documento a ser encaminhado, frente ou verso. Após selecionar o arquivo é apresentada a possibilidade de capturar a foto de um documento, ou buscar um documento já salvo na galeria;

VI - ao selecionar a opção de galeria, o beneficiário deve anexar o arquivo com a frente do documento de identificação. Repita a ação, para anexar o arquivo com o verso do documento de identificação;

VII - após anexar o documento oficial frente e verso, é disponibilizado o botão "AVANÇAR" para ir para próxima etapa;

VIII - na tela seguinte é apresentado um botão para abrir a câmera. Neste procedimento o beneficiário deve capturar uma foto para validação facial;

IX - o beneficiário deve capturar uma foto com o rosto para frente da câmera, focando do ombro para cima, não podendo estar usando boné, chapéu, óculos solares, máscara de proteção e adereços que atrapalhem a visualização do rosto. O ambiente deve possuir boa luminosidade;

X - após capturar a foto, será apresentada uma tela solicitando a confirmação do procedimento, informando que a Prova de Vida será encaminhado para avaliação;

XI - o beneficiário deve acompanhar no aplicativo a avaliação da Prova de Vida;

XII – Fica condicionado para validação da Prova de Vida dos **pensionistas** a apresentação do atestado de vida e residência, constante no anexo (I e II) deste Decreto nas dependências do PREVICON, localizado na Rua Mato Grosso, nº 64, Centro, de segunda a sexta-feira das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, ou por meios eletrônicos nos seguintes canais: e-mail **previcon@confresa.mt.gov.br**, no prazo estabelecido no Parágrafo único, do Art. 4º deste Decreto;

XIII - a validação será automática quando houver similaridade das informações encaminhadas maior ou igual a 70%, quando será apresentada mensagem de confirmação final;

XIV - quando houver similaridade inferior a 70%, o prazo para avaliação pelo PREVICON será de até 5 (cinco) dias úteis, podendo ser validada ou não, quando será apresentada mensagem de confirmação final;

XV - não validado a Prova de Vida, o beneficiário deverá refazer o procedimento.

Art. 6º Decorridos 30 (trinta) dias após a finalização do prazo estabelecido para realização da Prova de Vida, o PREVICON publicará no Diário Oficial do Estado, a relação dos que não realizaram o procedimento, e que terão suspenso o pagamento do benefício.

Parágrafo único. Com a reativação do benefício suspenso, será efetuado o pagamento de todo os retroativos, processado no mês subsequente a realização da Prova de Vida, obedecendo ao cronograma da Gerência de Folha de Pagamento de Benefícios do PREVICON.

Art. 7º A Prova de Vida é de caráter pessoal, e só pode ser feita pelo inativo e pensionista, salvo nas hipóteses em que houver impossibilidade médica ou que cumpram reclusão penal.

§1º Nas hipóteses do caput deste artigo, caberá ao representante do beneficiário, realizar a comprovação de vida, observados os seguintes procedimentos:

I - daqueles com impossibilidade médica, será exigida declaração específica, a qual deverá ser expedida em papel timbrado da rede pública ou privada, constando identificação do médico por meio de carimbo com número do CRM, atestando a impossibilidade de realização pessoal da Prova de Vida.

II - aos que cumprem reclusão penal, será exigido a apresentação do atestado de permanência carcerária ou declaração de cárcere, a ser validado pelo diretor da unidade penal, onde o custodiado encontra-se recolhido, identificando local e data.

§2º O representante do beneficiário, que assim o declare, deverá protocolar na sede do PREVICON os documentos originais dispostos nos incisos I e II, do §1º deste artigo, acompanhados de cópia do documento de identificação com foto, do beneficiário e do representante.

Art. 8º Eventuais taxas, custas e outras despesas decorrentes das disposições deste Decreto ocorrerão, exclusivamente, por conta dos beneficiários.

Art. 9º O PREVICON, promoverá o suporte aos segurados à realização da Prova de Vida de segunda a sexta-feira das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, nos canais de atendimento:

I - E-mail previcon@confresa.mt.gov.br;

II - Nas dependências do PREVICON, localizado na Rua Mato Grosso, nº 128, Centro, de segunda a sexta-feira das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

Art. 10º O PREVICON, por meio da Gestor, acompanhará a efetivação de todo o procedimento, onde será emitido os relatórios detalhados, bem como adotará todas as medidas cabíveis para assegurar a manutenção do benefício.

Art. 11º A organização/execução/validação da Prova de Vida, está sobre responsabilidade do Gestor deste Instituto e da Supervisão do PREVICON.

Art. 12º Havendo necessidade, o período de realização da Prova de Vida, poderá ser prorrogado, extensivo, também, à aplicação da penalidade de suspensão do pagamento do benefício.

Art. 13º Fica o Secretário de Administração/Gestor do RPPS autorizado a expedir os atos normativos complementares que venham a ser necessários à plena execução deste Decreto.

Art. 14º Os casos omissos serão resolvidos pelo GESTOR do PREVICON.

Art. 15º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores de Confresa, 20 de Setembro de 2023.

Registra-se e publique-se.

***Norton Mussalan Ferreira* -** Diretor Executivo do Previcon

Jessyca Vilela Guimarães - Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PORTARIA/DECRETO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL COMPLEMENTAR 00 AO EDITAL 001/2023 DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE-MT-BIÊNIO 2024-2028

"O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CONQUISTA D'OESTE - MT, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal nº 031/2001 e alterações posteriores, torna público o EDITAL Nº 01/2023/CMDCA, que abre inscrições para a escola dos membros do conselho tutelar para atuarem no conselho tutelar de Conquista D'Oeste – MT;

Divulga o local e horário de votação;

Escola Municipal Linda Wagner Guse - das 08:00 as 17:00 horas

Conquista D'Oeste, 20 de setembro de 2023

_____

CMDCA/Conquista D'Oeste - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

TERMO DE APOSTILAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2022 DO PROCESSO Nº 139/2022 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 069/2022.

A Prefeitura Municipal De Cotriguaçu-MT, CNPJ 37.465.309/0001-67, com sede e foro nesta Cidade de Cotriguaçu/MT, doravante denominada simplesmente "CONTRATANTE", neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. VALDIVINO MENDES DOS SANTOS, resolve TRANSFERIR SALDO do **Processo N° 139/2022 referente a ata de registro de preço**

069/2022, pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO 1.1. O presente termo de apostilamento tem como objetivo **transferir saldo do ITEM 17.** A modificação foi autorizada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e obras, para suprir a necessidade da Secretaria Municipal do Distrito de Nova União. Autorizado através dos Ofícios Nº 10/2023 e Nº 234/2023. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO ITEM**

2.1. Para que possa suprir a necessidade de atendimento da Secretaria Municipal Do Distrito de Nova União, nas quantidades de:

Item	Descrição	Quantidade
17	PNEU PARA MAQUINAS FORA DE ESTRADA - 17.5-25, PARA MAQUINA CARREGADEIRA, L2, 16 LONAS 1ª LINHA - EQUIVALENTE A PNEU BKT, GOODYEAR OU PIRELLI	08

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

3.1. A Prefeitura Municipal providenciará a publicação do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, no Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado De Mato Grosso, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n° 8.666/93.

Cotriguaçu-MT, 20 de setembro de 2023.

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

Prefeitura de Cotriguaçu

PORTARIA N.º 015/2023 - PREVI COTRI

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria voluntária por idade em favor da servidora Sra. Janete dos Santos Freitas Gonçalves".

*A Diretora Executiva do **PREVI-COTRI**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, §1º, inciso "III", alínea "b, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, Art. 64, da Lei Complementar n. º 019/2005, 16 de dezembro de 2005, Art. 12, inciso "III", alínea "b", da Lei Municipal n. º 692/2011, de 02 de maio de 2011.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria voluntária por idade** a servidora **Sra. Janete dos Santos Freitas Gonçalves**, portadora do RG n.º 1072787-6 - SESP/MT, inscrita no CPF n.º 780.497.251-20 e da Cédula Eleitoral nº 001155471848, Zona 048, Seção 0087, efetiva no cargo de Agente de Serviço em Saúde, Nível "A", Classe "07", contando com um total de 7.730 dias, ou seja, 21 (vinte e um) anos, 02 (dois) meses e 05 (cinco) dias, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, com **proventos proporcionais e sem direito a paridade**, conforme o processo do PREVI-COTRI n.º **007/2023** a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º **Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de setembro de 2023.**

Registre, publique e cumpra-se.

Cotriguaçu - MT, 15 de setembro de 2023.

Leocadia Gomes Padilha

Diretora Executiva

Portaria 014/2023

HOMOLOGO:

Valdivino Mendes dos Santos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE MATERIA PUBLICADA

RETIFICAÇÃO: A publicação da matéria Publicada no Diário Oficial da AMM no dia 20 de setembro de 2023, na página nº 182 – ANO XVIII – NUMERO 4.323 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT – LICITAÇÃO – DECISÃO E CONVOCAÇÃO:

Onde se lê: Diante da **DECISÃO,** esta comissão **CONVOCA** todas as empresas habilitados para a abertura dos envelopes nº 02 de Proposta de Preço na data do dia **24/09/2023**, para que seja declarada a empresa vencedora do certame.

Leia – se - Diante da **DECISÃO,** esta comissão **CONVOCA** todas as empresas habilitados para a abertura dos envelopes nº 02 de Proposta de Preço na data do dia **26/09/2023** as **08:00 horas da manhã** para que seja declarada a empresa vencedora do certame.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 214/2023

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei;

Considerando a necessidade da instituição de designar um fiscal para acompanhamento dos contratos celebrados a terceiros;

RESOLVE,

Art. 1º - Designar os servidores **MAURA CELIA DE ANDRADE BARBOZA**, matrícula funcional n° 2445, como Fiscal Titular e **EDMEIRE DE SOUZA SILVA JUVINO**, matrícula funcional n° 2450, como fiscal substituto, para acompanhamento e fiscalização do **Contrato nº. 046/2023**.

Art. 2º - Objeto do contrato: aquisição de materiais pedagógicos para serem utilizados nas secretarias de educação e assistência social do município de Curvelândia-MT.

Art. 3º - Os servidores ora designados, não serão remunerados por esta atividade, receberão apenas a remuneração de seus cargos de origem.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 20 de setembro de 2023.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 220/2023

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei;

Considerando a necessidade da instituição de designar um fiscal para acompanhamento dos contratos celebrados a terceiros;

RESOLVE,

Art. 1º - Designar os(as) servidores(as) **LUCIMAR TEODORA BATISTA FLORENCIO** matrícula funcional n° 2442 como Fiscal Titular e **ALEXANDRE CAMPOS SILVA** matrícula funcional n° 3226, efetivo(a) no cargo de Fiscal Tributário, como fiscal substituto, para acompanhamento e fiscalização do **Contrato nº. 052/2023.**

Art. 2º - Objeto do contrato: aquisição de materiais gráficos para atender as demandas das secretarias do Município de Curvelândia - MT.

Art. 3º - Os (as) servidores(as) ora designados(as), não serão remunerados(as) por esta atividade, receberão apenas a remuneração de seus cargos de origem.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 20 de setembro de 2023.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 219/2023

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei;

Considerando a necessidade da instituição de designar um fiscal para acompanhamento dos contratos celebrados a terceiros;

RESOLVE,

Art. 1º - Designar os(as) servidores(as) **MARLI SANCHEZ DA SILVA,** matrícula funcional n° 2727 efetivo(a) no cargo de Farmacêutica **como Fiscal Titular** e **ROSIANA MARIA DE SOUZA** matrícula funcional n° 341, efetivo(a) no cargo de Agente de Combate a Endemias, como fiscal substituto, para acompanhamento e fiscalização do CONTRATO Nº. 051/2023.

Art. 2º - Objeto do Contrato: aquisição de medicamentos de uso exclusivo da secretaria municipal de saúde do município de Curvelândia-MT.

Art. 3º - Os (as) servidores(as) ora designados(as), não serão remunerados(as) por esta atividade, receberão apenas a remuneração de seus cargos de origem.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 20 de setembro de 2023.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2023

O Prefeito Municipal de Curvelândia/MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 24 inciso IV, art. 43 inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação da Comissão Permanente de Licitação e de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, Resolve **RATIFICAR** e **HOMOLOGAR** o Processo Licitatório nº 056/2023, Dispensa de Licitação nº 029/2023, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços do tipo Serviço Móvel Pessoal (SMP) e Serviço de Gestão de Dispositivos para serem utilizados por servidores da Prefeitura Municipal de Curvelândia/MT, em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com fornecimento de linha móvel pós-pago e chip em comodato, por um período de 12 meses. **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da empresa: TIM S/A, inscrita no CNPJ Nº 02.421.421/0001-11, no valor de R$ 8.262,00 (oito mil, duzentos e sessenta e dois reais).

Curvelândia/MT, 20 de setembro de 2023.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Curvelândia/MT comunica às empresas que às **08h00min**, do dia **05/10/2023**, realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço de nº. **017/2023**, e receberá os envelopes de (proposta e de habilitação) visando futuro e eventual "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO"**.** O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura ou através de REQUERIMENTO pelo e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br, ou no site http://www.curvelandia.mt.gov.br maiores informações pelo telefone (65) 3273-1275, das 07:00 as 11:00 horas, 13:00 as 17:00. EVANDO DE SOUZA VENTUROLLI, Pregoeiro.

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº 075 DE 18 DE SETEMBRO DE 2023

"APROVA INSTRUÇÃO NORMATIVA SJU – SISTEMA JURÍDICO - Nº. 01/2023, QUE DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE SINDICÂNCIAS INTERNAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA-MT."

JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito o Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso VIII do art. 74 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º - Aprovar a Instrução Normativa nº 01 de 18 de setembro de 2023, que "**DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE SINDICÂNCIAS INTERNAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA-MT.**".

Art. 2º - A Instrução Normativa fará parte do presente Decreto como Anexo Único.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 18 de Setembro de 2023.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA SJU Nº 001/2023

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE SINDICÂNCIAS INTERNAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA-MT.

Versão: 01

Data da Aprovação:18/09/2023

Decreto Municipal nº 075/2023

Unidade Responsável: Procuradoria do Município Curvelândia-MT

I – DA FINALIDADE

Esta Instrução Normativa tem por finalidade dispor sobre os procedimentos a serem seguidos quando da realização de sindicâncias internas e Processos Administrativos Disciplinares- PAD, no âmbito do Município de Curvelândia-MT e, iniciando-se através da publicação de Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo e terminando com o relatório final da Comissão Permanente constituída.

II – ABRANGÊNCIA

A presente Instrução Normativa abrange todas as unidades da estrutura organizacional do Poder Executivo do Município de Curvelândia-MT.

III – DOS CONCEITOS

Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

1 - SJU – Sistema Jurídico. 2 - Sistema: Conjunto de ações coordenadas, que concorrem para um determinado fim. 3 - Sistema Administrativo: Conjunto de atividades afins, relacionadas a funções finalísticas ou de apoio, distribuídas em diversas unidades da organização e executadas sob o a orientação técnica do respectivo órgão central, com o objetivo de atingir algum resultado. 4 - Ponto de Controle: Ponto de Controle: Aspectos relevantes em um sistema administrativo, integrantes das rotinas de trabalho ou na forma de indicadores, sobre os quais, em função de sua importância, grau de risco ou efeitos posteriores, deva haver algum procedimento de controle. 5 - Procedimento de Controle: Procedimentos inseridos nas rotinas de trabalho com o objetivo de assegurar a conformidade das operações inerentes a cada ponto de controle, visando restringir o cometimento de irregularidades ou ilegalidades e/ou preservar o patrimônio público. 6 - Sistema de Controle Interno: Conjunto de procedimentos de controle estruturados por sistemas administrativos e especificados em instruções normativas, executados no dia a dia em todas as unidades da estrutura organizacional. 7 - Instrução Normativa: Documento que estabelece os procedimentos a serem adotados objetivando a padronização na execução de atividade e rotinas de trabalho, com ênfase nos procedimentos de controle. 8 - Fluxograma: Demonstração gráfica das rotinas de trabalho relacionada a cada sistema administrativo, com a identificação das unidades executoras. 9 - Manual de Rotinas Internas: Nele as atividades internas são estruturadas a partir da definição dos sistemas administrativos, representando os grandes grupos de atividades exercidas no âmbito do Poder ou órgão, incluindo as administrações Direta e Indireta (Poderes Executivos, Legislativos Estaduais e Municipais, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado), formando uma coletânea de Instruções Normativas. 10 - Unidade Responsável: É a unidade responsável pela Instrução Normativa, (Departamento, diretoria ou denominação equivalente) que atua como órgão central do respectivo sistema administrativo a que se referem as rotinas de trabalho objeto do documento. 11 - Unidade Executora: São todas as demais divisões e respectivas secretarias da estrutura organizacional do Município que se submeterão a esta instrução normativa. 12 - Sindicância Destina-se precipuamente a apurar a autoria e a extensão de irregularidades praticadas no serviço público, devendo ser instruída com brevidade, clareza e exatidão. Devendo apurar se as irregularidades praticadas indicam responsabilidade administrativa civil e penal dos servidores envolvidos. 12.1 - A Sindicância não é pré-requisito do processo administrativo disciplinar - PAD, podendo a autoridade ante o conhecimento da autoria, proceder a sua imediata instauração. 13 - Processo Administrativo Disciplinar – PAD:

É o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

13-1 - O PAD, não tem por finalidade, apenas, apurar a culpabilidade do servidor indiciado de falta, mas, também, oferecer-lhe oportunidade de provar sua inocência, dando-lhe o direito de ampla defesa e contraditório.

13.2 - Fases do Processo Administrativo:

I - Instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;

II - Defesa prévia, instrução probatória, defesa final e relatório final; e

III - Julgamento.

13.3 - Comissão de Sindicância e Processo Disciplinar[Sgds1] .

Nomeada pelo Prefeito através de Portaria, composta por três (03) servidores efetivos, formada pelo Presidente, Secretário e membro, que procederá a todas as diligencias convenientes, recorrendo quando necessário a técnicos e peritos.

13.3 - Sindicado/Denunciado: Considera-se sindicado ou denunciado aquele a quem e imputada a prática de transgressão da disciplina, cujo processo apuratório tramita.

14 - Cargo Público: A posição componente da estrutura funcional, criada por Lei, em quantidade definida, nomenclatura própria, vencimento estabelecido, preenchido por servidor público com direitos e deveres de natureza estatutária estabelecidos em lei. É o conjunto de atribuições e responsabilidade cometidas ao servidor, criado por Lei, com denominação própria, número certo e pago pelos cofres públicos. 14.1 - Servidor Público: Pessoa legalmente investida em cargo público. 15 - Denúncia: E uma tentativa de levar a conhecimento público ou de alguma autoridade competente um determinado fato ilegal, aguardando alguma possível suscetível punição. 16 - Notificação: É uma medida cautelar com a qual e dada ciência ao requerido para que pratique ou deixe de praticar determinado ato, sob pena de poder sofrer ônus previstos em lei. 17 - Ampla Defesa e Contraditório: 17.1 - Ampla Defesa - Em consequência deste princípio surgem o direito à ciência da tramitação do feito, a vista dos autos, à possibilidade de obter copias de suas peças, à apresentação de provas e razões antes da decisão, à efetiva consideração das razões produzidas. 17.2 - Contraditório - O Contraditório garante não apenas a oitiva da parte, mas que tudo quanto apresente ela no processo, suas considerações, argumentos, provas sobre a questão, sejam devidamente levadas em conta pelo julgador, de tal modo que a contradita tenha efetividade e não apenas se cinja a formalidade de sua presença. 18 - Citação: Ato processual escrito pelo qual se chama, por ordem da autoridade competente. o interessado para defender-se em juízo. 19 - Rito: É o procedimento a ser adotado pela Comissão de Sindicância, sendo que em tal comissão não há um procedimento único a ser seguido. 20 - Oitiva de testemunhas: É a ordem em que devem ser interrogadas as pessoas envolvidas.

21- Diligências: É a coleta de provas, a busca de informações.

22 - Acareações: É uma técnica jurídica que consiste em se apurar a verdade no depoimento ou declaração das testemunhas e das partes, confrontando as frente a

frente e levantando os pontos divergentes, até que se chegue às alegações e afirmações verdadeiras.

23 - Perícias: É a atividade concernente a exame realizado por profissional especialista, legalmente habilitado, destinada a verificar ou esclarecer determinado fato, apurar as causas motivadoras do mesmo, ou o estado, a alegação de direitos ou a estimação da coisa que e objeto de litígio ou processo. 23.1 - Relatórios: O Relatório da Comissão poderá ser estruturado da seguinte forma: Histórico, Legislação, Fatos, Provas e Conclusão. 24 - Julgamento: Decisão do Chefe do Executivo. **IV. BASE LEGAL E REGULAMENTAR**

Os principais instrumentos legais e regulamentares que serviram de base para a presente Instrução Normativa são: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei Complementar Municipal nº 173 de 31 de outubro de 2022 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Curvelândia-MT). Decreto Lei 20910/32 e 4.597/42. Demais normas Legais e regulamentares sobre a matéria objeto desta Instrução Normativa, inclusive as de âmbito interno.

V. DAS RESPONSABILIDADES

1 - Unidade Responsável pela Instrução Normativa: a) Da Procuradoria Geral do Município, unidade Responsável pela instrução Normativa a Promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a Controladoria Geral, para definir as rotinas de trabalho e identificar os pontos de controle e respectivos procedimentos de controle, objetos da instrução normativa a ser elaborada; b) Obter a aprovação da instrução normativa, após encaminhá-la à apreciação da Controladoria Geral, e promover a sua divulgação e implementação; c) Manter atualizada, orientar as áreas executoras e supervisionar aplicação da instrução normativa. 2 - Das Unidades Executoras: a) Atender às solicitações da Procuradoria Geral, por oca-

são das alterações na instrução normativa, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de elaboração; b) Alertar a Procuradoria Geral sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando a sua otimização, tendo em vista, principalmente, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional; c) Manter a instrução normativa à disposição de todos os servidores da unidade, velando pelo seu fiel cumprimento, em especial quanto aos procedimentos de

controle e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

3 - Da Unidade Responsável pela Coordenação de Controle Interno:

a) Prestar apoio técnico na fase de elaboração das instruções normativas e em suas atualizações, em especial no que tange a identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;

c) Por meio da atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a instrução normativa para aprimoramento dos controles ou mesmo a formatação de novas instruções normativas; d) Organizar e manter atualizado o Manual de Rotinas e Procedimentos de Controle do Município, em meio documental e/ou em base de dados, de forma que contenha sempre a versão vigente de cada instrução normativa.

VI – DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - DA SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

TÍTULO I

DO DEVER DE COMUNICAR E APURAR IRREGULARIDADES

Art. 1º Cabe ao Prefeito Municipal promover a imediata apuração de irregularidades cometidas no âmbito do Município de Curvelândia-MT, mediante instauração de processo administrativo disciplinar, assegurando-se ao imputado a observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Parágrafo único: O disposto neste artigo aplica-se ao servidor, ainda que cedido, removido, em gozo de Licença, afastado por qualquer motivo, bem como ao aposentado, exonerado ou mesmo aquele punido com pena de demissão.

Art. 2° Os servidores que tiverem conhecimento de irregularidades no âmbito do Município de Curvelândia-MT devem levá-las ao conhecimento da autoridade superior para adoção das providencias cabíveis.

Parágrafo único: Constitui violação de dever funcional deixar o servidor de levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo.

Art. 3° Reputa-se servidor público, para efeito do presente Regulamento todo aquele que exerce ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por nomeação designação contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vinculo, cargo, emprego ou função no âmbito do Município de Curvelândia-MT.

DAS DENÚNCIAS E REPRESENTAÇÕES

Art. 4° O Prefeito Municipal, ao tomar ciência do cometimento de suposta irregularidade associada direta ou indiretamente ao exercício do cargo, emprego ou

função pública, determinará sua imediata apuração, desde que seja formulada por escrito, contenha informações sobre o fato, bem como a identificação e o endereço do denunciante, confirmada a autenticidade.

§ 1° Caso a denúncia não atenda aos requisitos dispostos na parte final do caput, será devolvida ao denunciante para que este a emende, conforme despacho exarado pela autoridade competente.

§ 2° Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, ou não atender o denunciante ao comando disposto no parágrafo anterior, a denúncia será arquivada, mediante despacho fundamentado, por falta de objeto ou defeito de formação, fazendo-se seguir de comunicação ao denunciante.

Art. 5° Nas hipóteses de denúncia anônima ou com defeito de formação, bem como notícia veiculada pela mídia, que relatem a ocorrência de fatos graves, deverá a autoridade superior à que o fato se refere, na falta deste, o Secretário Municipal de Administração, determinar a instauração de sindicância, para apurar a veracidade dos fatos identificar a autoria e colher provas úteis a abertura do procedimento administrativo adequado.

§ 1° Ao final da sindicância, não sendo caso de arquivamento, será encaminhado ao Prefeito Municipal, mediante despacho fundamentado, o qual determinara a abertura de processo administrativo disciplinar, conforme as circunstâncias recomendarem.

Art. 6° A representação funcional contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder será encaminhada ao Prefeito Municipal pela via hierárquica, devendo:

I – conter a identificação do representante e do representado, bem como a indicação precisa do fato que, por ação ou omissão, em razão do cargo, constitui ilegalidade, omissão ou abuso de poder; II – vir acompanhada das provas que o representante dispuser ou da indicação das que apenas tenha conhecimento; III – indicar as testemunhas se houver.

§1° Quando a representação for genérica ou não indicar o nexo de causalidade entre o tato denunciado e as atribuições do cargo do representado, deverá ser devolvido ao representante para que preste os esclarecimentos adicionais indispensáveis para subsidiar o exame e a decisão do Prefeito Municipal e para possibilitar o conhecimento preciso da acusação pelo representado de modo a assegurar-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa.

§ 2° Constatando o Prefeito Municipal que o fato narrado não configura evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a representação será arquivada por falta de objeto.

§ 3° Atendendo a representação os requisitos de admissibilidade, o Prefeito Municipal determinará a imediata apuração dos fatos, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar.

TÍTULO III

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 7° O Processo Administrativo Disciplinar/PAD é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Art. 8° O Processo Administrativo Disciplinar/PAD obedecerá ao princípio do contraditório, assegurado ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 9° O Processo Administrativo Disciplinar/PAD rege-se pelo disposto Lei Complementar Municipal nº 173 de 31 de outubro de 2022 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Curvelândia-MT) e, subsidiariamente, Código Penal – CP, Código de Processo Penal – CPP e Código de Processo Civil/CPC.

Parágrafo único. Serão adotadas como referencias não vinculantes:

I – Pareceres da Procuradoria Jurídica Municipal de Curvelândia-MT ou da Assessoria Jurídica na falta ou incompatibilidade da primeira;

II – Jurisprudência.

Art. 10 O Processo Administrativo Disciplinar abrange a sindicância e o processo disciplinar.

CAPÍTULO II

DO AFASTAMENTO PREVENTIVO DO SERVIDOR

Art. 11. O Secretário da Pasta poderá como medida cautelar e para evitar que o servidor investigado venha a influir na apuração, determinar a suspensão preventiva com seu afastamento do exercício do cargo ou função, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único: O afastamento poderá ser prorrogado por até 60 (sessenta) dias findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

CAPÍTULO III DA SINDICÂNCIA

Art. 12. A sindicância destina-se a apurar a autoria ou a existência de irregularidade praticada no serviço público, devendo ser instituída, com brevidade, clareza e exatidão, concluída no prazo de 30 (trinta) dias, admitida uma única prorrogação, por igual período.

§ 1° Também será instaurada sindicância quando houver indícios de autoria de terceiro estranho a administração, que mantenha qualquer relação habitual, ou eventual com a Prefeitura Municipal.

§ 2° A Portaria inaugural da Sindicância Administrativa investigatória, não deve mencionar o nome de possíveis envolvidos, no tato a ser apurado, mas apenas o Órgão onde ocorreu e a indicação dos membros da Comissão designada.

Art. 13. Da sindicância poderá resultar:

I - Arquivamento do processo, no caso em que restar configurada a inexistência de irregularidade; II - Aplicação de penalidade de advertência ou repreensão; III - instauração de processo disciplinar, quando verificar-se que a penalidade aplicável é a de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, exoneração, cassação de aposentadoria.

§1° Na hipótese do inciso III, a Comissão, quando da apresentação do relatório final, proporá a instauração do respectivo processo disciplinar, devendo os autos da sindicância integra-lo como peça informativa.

§ 2° Concluindo pela autoria de terceiro estranho à administração, o Prefeito Municipal, em caso de ato capitulado como ilícito penal, remeterá os autos da sindicância ao Ministério Público Estadual, independentemente das providencias administrativas por venturas cabíveis.

§ 3° O processo administrativo disciplinar, será instaurado em autos próprios, iniciando pelo termo de instalação, Portaria da Comissão, Portaria determinando a instauração, denúncia, ficha funcional e em apenso o Processo originário da Sindicância.

Art. 14 A sindicância deverá ser conduzida por Comissão composta de três servidores efetivos, designados pelo Secretário Municipal de Administração, através de Portaria especifica, que indicará dentre eles, o seu presidente.

Parágrafo único. Os membros da Comissão de Sindicância poderá ser membro da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD.

Art. 15 Aplicam-se a sindicância, naquilo que não for incompatível com a sua natureza de processo sumário, todas as disposições previstas para o processo administrativo disciplinar, mormente a observância às garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Art. 16 Identificada a autoria na sindicância, deverá ser imediatamente assegurado ao investigado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Art. 17 Nenhuma penalidade, exceto aplicação de pena de advertência ou suspensão de até 60 (sessenta) dias, poderá decorrer das conclusões a que chegar a sindicância, as demais só poderão ser aplicadas via PAD, com direito ao contraditório e ampla defesa.

Art. 18 O Relatório da Sindicância poderá ser estruturado da seguinte forma: Histórico (Abordagem da denúncia do fato e provas apresentadas); Legislação (indicação dos dispositivos Legais constantes no Estatuto do Servidor Municipal); Fatos e Provas (Enumeração das medidas tomadas pela Comissão para a elucidação do fato, especialmente, as provas coletadas pela Comissão); Conclusão: A Comissão mediante parecer fundamentado poderá sugerir:

I - Arquivamento, por falta de objeto a perseguir, no caso de inexistência de irregularidade ou de impossibilidade de se apurar o autor da irregularidade administrativa. II - Arquivamento, por falta de objetivo a perseguir na esfera administrativa, se o fato em apuração não caracterizar infração disciplinar, referir-se apenas a danos materiais, a Comissão deverá fazer encaminhamento dos autos ao Secretário de Administração. III - Arquivamento dos autos e remessa de cópia a Delegacia de Polícia, quando o fato em apuração estiver tipificado como ilícito penal e o seu esclarecimento depender de provas que só poderão ser produzidas pela polícia, mediante ordem judicial, cabendo a Procuradoria ou Assessoria Jurídica do Órgão, acompanhar as tramitações policiais e judiciais até o transito em julgado, e, conforme a decisão, poderá ensejar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar. **TÍTULO V**

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD

CAPÍTULO I FASES DO PROCESSO

Art. 19 O Processo Administrativo Disciplinar PAD se desenvolve nas seguintes fases:

I - Instauração, com a publicação da Portaria de instalação do PAD - Processo Administrativo Disciplinar, expedida pelo Prefeito Municipal; II - Processo administrativo, que compreende defesa prévia, instrução, defesa final e relatório; III - julgamento. **CAPÍTULO II**

DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO

SEÇÃO IDISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. É competente para a determinação da abertura de Sindicância ou PAD, o Prefeito Municipal. A instauração do processo administrativo disciplinar se dá com a publicação da Portaria no placar de publicações de atos públicos municipais.

Parágrafo único: Os trabalhos da Comissão deverão ser iniciados, a partir do recebimento da Portaria de instauração do PAD - Processo Administrativo Disciplinar expedida pelo Prefeito Municipal.

Art. 21 A portaria de instauração deverá conter, obrigatoriamente:

I - Remissão ao documento ou processo administrativo onde constem os fatos que serão apurados. II - Identificação do indiciado pelo nome e matrícula; III - A indicação dos dispositivos Legais em tese violados e das penas a que estará sujeito o indiciado.

§ 1° O alcance dos trabalhos abrangerá os fatos conexos aos inicialmente investigados, revelados no decorrer do processo.

§ 2° Não se exige, na portaria de instauração do processo disciplinar, a descrição detalhada dos fatos apurados, bem como a identificação dos servidores envolvidos, sendo considerada suficiente a delimitação do objeto, nos termos do inciso II deste artigo.

Art. 22 Compete ao Prefeito Municipal a instauração de processo disciplinar para apuração de infração cometida nas dependências da Administração Pública, mesmo que o servidor investigado seja vinculado a outro quadro funcional ou tenha, posteriormente ao fato, assumido cargo de provimento efetivo em outro órgão da administração pública.

§ 1° Nas hipóteses descritas no *caput*, o Prefeito Municipal deverá comunicar a autoridade superior do órgão ao qual se encontra vinculado o servidor investigado, para ciência e controle.

§ 2° Se o relatório concluir pela responsabilização do servidor deverá o processo ser remetido à autoridade competente do órgão a que estiver vinculado, para fins de julgamento e aplicação da penalidade, se for o caso, devendo permanecer cópia integral dos autos na Prefeitura Municipal.

Art. 23 Com a publicação da portaria instauradora do processo disciplinar decorrem os seguintes efeitos:

I – Interrupção da prescrição; II – Dever de não se ausentar; III – Proibição de remoção;

IV – Impossibilidade de exoneração a pedido e aposentadoria voluntária.

SECÃO II

DA COMISSÃO PROCESSANTE

Art. 24 O Processo Administrativo Disciplinar - PAD será conduzido por uma Comissão composta de três (03) servidores públicos efetivos.

Parágrafo Único: A comissão quando não composta por um Procurador Jurídico, poderá solicitar o acompanhamento de um servidor efetivo estável, ocupante de cargo Procurador Municipal, assim como de Assessor Jurídico.

Art. 25 A designação de servidor para integrar Comissão de processo disciplinar constitui encargo de natureza obrigatória.

Art. 26 É impedido de atuar em processo administrativo o servidor que:

I - Não seja estável no cargo.

II - Seja cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau. III - Tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau. IV - Esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

Parágrafo único: A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

Art. 27 Poderá ser arguida a suspeição de membro da Com inimizade notória com o investigado ou denunciante, ou com parentes e afins até o terceiro grau.

Art. 28 Do indeferimento da alegação de suspeição pela autoridade instauradora caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 29 O membro da Comissão processante que tiver férias ou licença a usufruir no curso dos trabalhos de apuração, deverá ser substituído.

Art. 30 A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário a elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 31 Cabe ao presidente da Comissão designar o secretário, dirigir as reuniões e audiências, notificar o servidor da instauração do processo disciplinar, denegar os pedidos impertinentes da defesa, intimar as testemunhas, citar o indiciado, assinar mandados, despachos e outros atos processuais.

Art. 32 Sempre que necessário, a Comissão ou parte dos seus integrantes poderá dedicar tempo integral aos seus trabalhos, até a entrega do relatório final.

§ 1° O requerimento, devidamente fundamentado e assinado pelo presidente da Comissão, será encaminhado por oficio ao Prefeito Municipal.

§ 2° Do deferimento do pedido serão notificados os superiores hierárquicos dos membros da Comissão, pelo Presidente.

§ 3° O indeferimento do pedido, do qual será notificado o presidente da Comissão, não obsta a sua reiteração em momento ulterior, por novos fundamentos.

Art. 33 Aos membros da Comissão serão assegurados transporte e diárias, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de diligencias, essencial ao esclarecimento dos fatos.

SEÇÃO III

DO SECRETÁRIO DA COMISSÃO

Art. 34 Instalada a Comissão, o presidente designará o secretário, que, de preferência deve ser escolhido dentre os servidores que tenham prática em digitação, podendo recair em um dos seus membros.

SEÇÃO IV

DA INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Art. 35 Instalada a Comissão de processo disciplinar, o seu presidente convocará reunião apresentará os documentos que tiver recebido do Prefeito Municipal, para que sejam juntados aos autos através de Termo de Autuação datado e assinado pelos membros, dando início a análise do caso, verificando a documentação constante.

Art. 36 O Processo deverá ser registrado em livro de controle da Comissão, e receberá um número, sendo lavrado o termo de instalação, constando o sumário da análise dos principais documentos do processo, indicação das providências imediatas a serem adotadas pela Comissão, determinação de notificação do servidor investigado para tomar conhecimento da instauração do processo disciplinar.

SEÇÃO V

DOS PROCEDIMENTOS PERTINENTES À FORMAÇÃO DOS AUTOS

Art. 37 A numeração das folhas do processo, que iniciará pelo número 2 (dois), deverá ocorrer em ordem crescente e seguida da rubrica do secretário ou de qualquer membro da Comissão.

Art. 38 A juntada de documentos ao processo, realizada preferencialmente pelo secretário da Comissão, deverá ser efetuada em ordem cronológica de apresentação e precedida de termo próprio, registrado no verso da folha anterior, em que se especifique o objeto da juntada e as folhas utilizadas.

Art. 39 Proceder-se-á a abertura de novo volume dos autos sempre que um volume atingir cerca de 300 (trezentas) páginas, não se numerando a capa e a contracapa.

Art. 40 Todos os expedientes produzidos pela Comissão deverão conter a identificação do processo, aposta na folha de rosto e no cabeçalho das demais.

Art. 41 As assinaturas e rubricas apostas em quaisquer decisões, despachos, certidões, termos, atos e documentos deverão ser seguidas da repetição completa do nome dos signatários e da indicação das respectivas funções.

Art. 42 Com vistas a correção de qualquer registro equivocado nos autos deve-se evitar o uso de corretivo elou de novo registro sobrescrito ao anterior, sendo feita certidão de registro da rasura.

Art. 43 Toda alteração no processo deverá ser registrada e circunstanciada nos autos mediante certidão, entendendo-se por alteração a retificação de termo desentranhamento de documentos, renumeração de folhas ou qualquer outro tipo de modificação ao que se encontra registrado originalmente.

Art. 44 A vista dos autos do processo disciplinar pelo acusado ou seu procurador deverá ser dada no local de funcionamento da Comissão, ou junto a Procuradoria. durante o horário normal de expediente.

Art. 45 Deverão ser fornecidas copias de peças dos autos, quando solicitadas por escrito pelo acusado ou seu procurador.

SEÇÃO VI DOS PRAZOS

Art. 46 Os prazos do processo disciplinar serão contados em dias úteis, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado para o primeiro dia útil seguinte, quando vencido em dia em que não haja expediente.

Art. 47 Os trabalhos da Comissão, no silêncio da portaria designadora, devem iniciar-se na data da sua publicação e encerrar-se com a apresentação do relatório.

Parágrafo único: Sempre que não for possível dar início aos trabalhos na data da publicação da portaria, o presidente da Comissão comunicará os motivos a autoridade instauradora, sem prejuízo do prazo para conclusão dos mesmos.

Art. 48 O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 90 (noventa) dias, contados da data da publicação da portaria de instauração.

§ 1° Se por motivos justificados não houver a conclusão dos trabalhos no prazo regulamentar, o presidente da Comissão deverá solicitar á autoridade instauradora a sua prorrogação, por igual período.

§ 2° Deliberando a Comissão pela necessidade de dilação do prazo para conclusão dos trabalhos, o seu presidente encaminhará, previamente, exposição de motivos ao Prefeito Municipal para decisão independente da remessa dos autos e da suspensão dos trabalhos.

§ 3° A prorrogação, se concedida, será efetuada através de portaria publicada no placar de publicações de atos públicos municipais.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

SEÇÃO

DA INSTRUÇÃO

SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49 Durante a Instrução, a Comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e demais diligencias cabíveis, objetivando a coleta de provas, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Parágrafo único: os autos da sindicância serão anexados ao processo disciplinar e integração o inquérito administrativo como peça informativa da instrução, podendo ser repetidos, ainda que mediante mera ratificação, os depoimentos indispensáveis a elucidação dos fatos, a pedido do interessado, ou por iniciativa da Comissão, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

Art. 50 Nomeando o investigado defensor técnico, regularmente inscrito na OAB, a este será permitida vista dos autos fora da repartição, nos termos e prazos definidos pelo presidente da Comissão, mediante despacho.

Art. 51 O presidente da Comissão poderá, motivadamente, denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 1° O pedido de prova pericial será indeferido, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial.

§ 2° A expedição do pedido de informação não suspenderá a instrução do inquérito.

Art. 52 É vedada a concessão de transporte e diárias para o exercício do direito de acompanhamento do processo ao servidor que praticar irregularidade em jurisdição diferente da que estiver em exercício ou que tenha sido removido após a infração, salvo quando convocado para prestar depoimento.

Art. 53 As reuniões e as audiências da Comissão terão caráter reservado e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas, as quais não poderão ser comprovadas de outra forma.

Parágrafo único: As deliberações tomadas pela Comissão serão executadas por meio de despachos, memorandos, ofícios, citações, notificações, certidões, editais e demais termos processuais, os quais deverão conter numeração própria e em ordem crescente, seguido de data e assinatura do signatário.

Art. 54 No interrogatório de testemunhas e no depoimento do acusado, a ordem das perguntas iniciar-se-á pelo presidente da Comissão, seguindo pelo primeiro e segundo membros.

Art. 55 É facultado a Comissão notificar as partes, na própria audiência, acerca de atos futuros, funcionando a ata como termo de ciência.

SUBSEÇÃO II NOTIFICAÇÃO

Art. 56 A Comissão promoverá a notificação pessoal do servidor investigado, dando- lhe ciência da instauração do processo disciplinar e indicando o horário e o local de seu funcionamento, de modo a assegurar-lhe o direito de acompanhar o processo desde o início, pessoalmente ou por intermédio de procurador, podendo arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas, bem como requerer diligencias ou pericias.

§ 1° Deverão acompanhar a notificação prévia, fotocopias da Portaria instauradora, da ata de instauração e dos documentos que noticiam os fatos objeto de apuração.

§ 2° Se no decorrer dos trabalhos surgirem indícios de responsabilidade imputável a servidor não indicado na peça de instauração, será este notificado, na forma prevista no caput, para exercer o direito de acompanhá-lo a partir desse momento.

§ 3° Dispondo a Comissão previamente de pauta das audiências para oitiva de testemunhas, poderá juntar cópia da mesma a notificação previa, do qual ficará, desde logo, ciente.

Art. 57 O servidor será notificado em sua unidade de lotação.

§ 1° Não se encontrando o servidor em efetivo exercício, este será notificado aonde for encontrado.

§ 2° A notificação, extraída em duas vias, deve ser entregue pessoalmente ao servidor coletando recibo datado em uma das vias, que fará parte do processo.

Art. 58 Não se fará, porém, a notificação, salvo para evitar o perecimento do direito: I - a quem estiver assistindo a qualquer ato de culto religioso;

II - ao cônjuge ou a qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 7 (sete) dias seguintes; III - aos noivos, nos 3 (três) primeiros dias de bodas; IV - aos doentes, enquanto grave o seu estado.

§ 1° Encontrando-se o servidor em gozo de licença medica, a Comissão oficiará ao serviço médico para que informe se a doença o incapacita de acompanhar o processo.

§ 2° Se o servidor estiver preso, será pessoalmente notificado, através do Presidente da Comissão.

Art. 59 Recusando-se o servidor a assinar a notificação, a Comissão deve consignar o incidente em termo, com assinatura de 02 (duas) testemunhas, preferencialmente estranhos à Comissão processante.

Parágrafo único: Considera-se notificado o servidor a partir da data do incidente consignado no termo.

Art. 60 Quando, por três vezes, a Comissão houver procurado o servidor, sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa da família, ou em sua falta a qualquer vizinho, que, no dia imediato, voltará, a fim de efetuar a notificação, na hora que designar.

Art. 61 No dia e hora designados, o membro da Comissão comparecerá ao domicílio ou residência do notificado, a fim de realizar a diligência.

§ 1° Se o citando não estiver presente, o membro da Comissão procurará informar- se das razões da ausência, dando por feita a notificação.

§ 2° Da certidão da ocorrência, o membro da Comissão deixará contrate com pessoa da família ou com qualquer vizinho, conforme o caso, declarando-lhe o nome.

Art. 62 Consumada a notificação na forma dos artigos anteriores, a Comissão enviara ao servidor notificação postal, dando-lhe de tudo ciência.

Art. 63 Se o acusado não estiver comparecendo ao serviço, não for encontrado no endereço que forneceu a repartição e não houver informação sobre seu paradeiro, será declarado em lugar incerto e não sabido, mediante termo assinado pelos membros da Comissão, com base nas certidões de diligencias, no mínimo de 03 (três), realizadas para tentar localizá-lo.

Art. 64 Achando-se o acusado em lugar incerto e não sabido, será notificado por Edital publicado no placar de publicações de atos públicos mu-

nicipais e em jornal de grande circulação na localidade do último domicilio conhecido.

Art. 65 Sem prejuízo de outras providências que entender cabíveis o presidente da Comissão após a publicação do edital, deverá:

I - Se as circunstâncias recomendarem, comunicar ao chefe imediato do acusado, que o mesmo está respondendo a processo disciplinar e encontra-se em lugar

incerto e não sabido, solicitando que seja comunicado a Comissão Processante seu eventual comparecimento, para fins de imediata notificação; e

II - Solicitar ao Prefeito Municipal que, se o acusado se apresentar, não lhe sejam concedidas férias ou outros afastamentos que a lei atribua ao administrador poderes discricionários para sua concessão, enquanto for necessário o comparecimento do acusado perante a Comissão.

Art. 65 Decorridos 30 (trinta) dias de ausência injustificada do acusado ao serviço, o Prefeito Municipal providenciará a imediata abertura de processo para apurar o abandono do cargo.

Art. 66 O acusado que mudar de residência fica obrigado a comunicar a Comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

SUBSEÇÃO III

DA INQUIRIÇÃO DAS TESTEMUNHAS

Art. 67 As testemunhas serão intimadas a depor com antecedência mínima de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas [Sgds2] quanto a data de comparecimento, mediante mandado expedido pelo presidente da Comissão, com indicação do local, dia e hora para serem ouvidas, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexada aos autos.

Art. 68 Tratando-se de autoridades ou de personalidades, a solicitação para depor deverá ser feita por ofício e entregue ao destinatário, sempre que possível, pelo presidente da Comissão, para que reserve dia, hora e local em que prestará as declarações.

Art. 69 O acusado e o seu procurador deverão ser notificados da intimação das testemunhas para que possam exercer o direito de acompanhar os depoimentos.

Parágrafo único: O instrumento procuratório com poderes especiais dispensa a notificação do acusado.

Art. 70 Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do local, dia e hora marcada para a inquirição.

Art. 71 A testemunha, seja servidor público aposentado ou na ativa, não poderá eximir-se da obrigação de depor, podendo recusar-se a fazê-lo:

I - O ascendente ou descendente, o irmão, o afim em linha reta o cônjuge, ainda que separado judicialmente, o companheiro e o divorciado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias; e II - Quando envolver fatos que possam acarretar grave dano a si próprio ou às pessoas mencionadas no inciso anterior.

Parágrafo único: Tornando-se o depoimento das pessoas mencionadas do inciso I, estas o farão na qualidade de declarantes, sem que delas se exija o compromisso da verdade.

Art. 72 As pessoas impossibilitadas, por enfermidade ou por impossibilidade de locomoção, e comparecer para depor, serão inquiridas onde estiverem.

Art. 73 Comparecendo a testemunha perante a Comissão, o presidente, entes de inquiri-la, deverá:

I - Qualificá-la; II - Perguntar-lhe se possui algum parentesco com o servidor investigado ou se e amigo íntimo ou inimigo capital do mesmo; III - Fazer uma breve exposição dos fatos investigados, salvo se a testemunha declarar que já tem conhecimento dos mesmos; IV - Adverti-la das implicações de prestar falso testemunho e tomar-lhe compromisso de dizer a verdade.

Parágrafo único: Na qualificação da testemunha deverá ser consignado seu nome, estado civil, endereço, profissão e lugar onde exerce sua atividade.

Art. 74 Antes de iniciado o depoimento, o acusado ou seu procurador poderão contraditar a testemunha ou arguir circunstâncias ou defeitos que a tornem suspeita de parcialidade, ou indigna de fé.

§ 1° Se o acusado ou seu procurador não contestar o compromisso e não alegar contradita a testemunha, o presidente da Comissão consignará o tato no termo e dará início às perguntas.

Art. 75 Se restar evidenciado no processo que alguma testemunha fez afirmação falsa, calou ou negou a verdade, a Comissão consignará este tato no relatório conclusivo.

Art. 76 O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo licito a testemunha trazê-lo por escrito, sendo permitidas breves consultas a apontamentos.

Parágrafo único: Na redução a termo do depoimento, o presidente da Comissão deverá cingir-se, tanto quanto possível, as expressões usadas pelas testemunhas, reproduzindo fielmente as suas frases.

Art. 77 Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, a Comissão, entenda necessário, providenciará a acareação entre os deponentes.

Art. 78 O acusado e seu procurador poderão assistir à inquirição das testemunhas, sendo-lhes vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-lhes, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da Comissão, ao final de cada depoimento, após esgotadas as perguntas feitas pelos componentes da Comissão.

Art. 79 Se o acusado, regularmente notificado, não comparecer para exercer o direito de acompanhar a oitiva de testemunhas, ser-lhe-á nomeado defensor *ad hoc*, para representá-lo.

Parágrafo único: A designação de defensor caberá ao presidente da Comissão, a nomeação de defensor

Art. 80 Qualquer pessoa não convocada que se propuser a prestar declarações ou formular denúncias, terá seu depoimento tomado, fazendo-se constar no início do termo as circunstâncias do seu comparecimento espontâneo.

Art. 81 Os depoimentos serão digitados em texto corrido e sem rasuras.

Art. 82 Findo o depoimento, antes da aposição das assinaturas no respectivo termo, será feita a sua leitura pelo secretário, a fim de possibilitar ao depoente efetuar as retificações a seu juízo, necessárias, que serão registradas em seguida ás últimas palavras lidas, sem exclusão dos termos impugnados.

Art. 83 O depoimento será assinado ao final, bem como rubricadas todas as suas folhas pela testemunha, pelo presidente e membros da Comissão, e pelo acusado e seu procurador se presentes.

Parágrafo único: Se a testemunha não souber assinar ou não puder fazê-lo pedirá a alguém que assine por ela, depois de lido na presença de ambos devendo o presidente registrar o incidente no termo.

SUBSEÇÃO IV

DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO

Art. 84 Concluída a inquirição das testemunhas, a Comissão promoverá o interrogatório do acusado.

Art. 85 No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, podendo, em caso de divergência em suas declarações sobre fatos ou circunstancias, ser promovida uma acareação.

Art. 86 A Comissão indagará ao acusado acerca do seu nome, matricula, endereço atualizado e lugar onde exerce as suas atividades, e, após cientificá-lo da acusação, procederá ao seu interrogatório sobre os fatos e circunstâncias objeto do inquérito administrativo e a imputação que lhe e feita.

SUBSEÇÃO V

DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL

Art. 87 Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a Comissão proporá que ele seja submetido a exame por junta medica oficial.

Parágrafo único: A Comissão encaminhará juntamente com a solicitação os quesitos que entender necessários.

Art. 88 O incidente de insanidade mental será processado em autos apartados, que deverão ser apensados ao processo principal após o recebimento, pela Comissão, do laudo pericial expedido pela junta médica.

Art. 89 O processo disciplinar ficará suspenso, sem que corram quaisquer prazos, até o recebimento pela Comissão do laudo expedido pela junta médica, salvo quanto às diligências e pericias que possam ser prejudicadas pelo adiamento e os demais atos que independam do resultado do exame médico.

Art. 90 Se a junta médica concluir que o acusado era, ao tempo da infração, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato, ou de determinar-se de acordo com esse entendimento o processo disciplinar será arquivado.

Parágrafo único: Havendo prejuízo a ser ressarcido a Fazenda Municipal o processo terá continuidade, com a presença de curador nomeado pelo Prefeito Municipal caso permaneça o estado de insanidade mental.

Art. 91 Se a junta médica concluir que a doença mental sobreveio a infração, o processo continuará suspenso até que o servidor se restabeleça, quando então retomará o seu curso, ficando assegurada a faculdade do acusado reinquirir as testemunhas que porventura houverem prestado depoimento sem a sua presença.

SUBSEÇÃO IV DA ACAREAÇÃO

Art. 92 A acareação será admitida entre acusados, entre acusado e testemunha e entre testemunhas, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes.

Parágrafo único: Constatada a divergência, o presidente da Comissão intimará os depoentes cujas declarações sejam divergentes, indicando local, dia e hora para a competente acareação.

Art. 93 Os acareados serão reperguntados, para que expliquem os pontos de divergência, reduzindo-se a termo o ato de acareação, que será assinado pelos acareados, pelos integrantes da Comissão, pelo secretário.

Art. 94 O Termo de Acareação deverá registrar as declarações anteriores dos acareados e se foram ou não confirmadas.

Art. 95 Se ausente algum dos intimados para a acareação, ao que estiver presente dar-se-á conhecer os pontos de divergência, consignando-se o que explicar ou observar.

SUBSEÇÃO VIII

DAS DILIGÊNCIAS E PERÍCIAS

Art. 96 Sempre que a Comissão necessitar colher elementos ou esclarecer dúvidas, poderá:

I - Realizar diligências, cujos resultados deverão ser reduzidos a termo; ou

II - Solicitar ao Prefeito Municipal a realização de perícia ou manifestação de assessoria técnica formulando previamente os quesitos ou temas que devam ser respondidos ou desenvolvidos quando o assunto demandar conhecimentos especializados.

Parágrafo único: A assessoria técnica será prestada quando no curso do processo administrativo disciplinar, em que apura fato circunscrito a uma determinada área do conhecimento técnico seja absolutamente necessária a consulta a unidades do próprio órgão ou de entidades externas especialistas naquele tema.

Art. 97 A escolha dos peritos ou assessores técnicos será feita, a princípio, dentre Servidores do Município, ou de outros órgãos do serviço público, salvo se, em função da matéria, esse procedimento for inviável, quando então a Comissão solicitará a autoridade instauradora autorização para sua realização por terceiros, expondo os motivos que a justifiquem e indicado quem poderá realiza-la, bem como o respectivo custo.

Art. 98 Autorizada a perícia ou assessoria técnica pelo Prefeito Municipal, a Comissão escolherá o perito ou assessor técnico, baixando a respectiva portaria de designação, que será assinada pelo Prefeito Municipal.

Art. 99 O acusado e seu advogado, serão intimados da realização da prova pericial antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos, mencionando-se data, hora e local da realização, podendo, até 12 (doze) horas antes, apresentar os quesitos que julgarem necessários.

Art. 100 No caso de assessoria técnica, o acusado e seu advogado, se constituído, serão intimados da realização do ato para, querendo, apresentar quesitos, em prazo fixado pelo Presidente.

Art. 101 Os peritos e assessores elaborarão laudo ou parecer em que, a par das respostas dadas aos quesitos e temas apresentados pelo acusado e pela Comissão, poderão estender-se em outras considerações que julgarem adequadas ao caso, sem, contudo, adentrar no seu mérito.

Parágrafo único: inexistindo disposição especifica, o perito e o assessor técnico terão prazo de 5 (cinco) dias para emitir laudo ou parecer, salvo motivo de força maior.

Art. 102 Se a Comissão tiver de proceder a inventario de bens, exame contábil ou conferencia de valores, que estiveram confiados a servidores acusados de malversação, poderá fazer-se acompanhar de peritos ou de assessores técnicos de sua confiança.

Parágrafo único: Do inventário, exame ou conferencia que se fizer, o secretário lavrará o competente termo.

Art. 103 Quando for necessário exame para reconhecimento de escritos por comparação de letra, se não houver escritos para a comparação ou se forem insuficientes os exibidos o presidente da Comissão mandará que a pessoa escreva o que lhe for ditado.

Art.104 O presidente da Comissão deverá providenciar também a colheita de material para exame mecanográfico, quando estes forem indispensáveis à elucidação dos fatos.

Art. 105 A colheita do material para exame de comparação de escrita ou exame mecanográfico, em princípio, deve ser executada sob orientação de perito da Polícia Civil do Estado do Espirito Santo ou, caso necessário, da Polícia Federal ou outro servidor daqueles órgãos com experiencia no assunto, inclusive quanto ao conteúdo do texto a ser escrito.

Art. 106 O acusado será notificado para manifestar-se sobre o laudo ou parecer técnico no prazo fixado pelo presidente da Comissão.

SUBSEÇÃO VIII DA INDICAÇÃO

Art. 107 Se as provas dos autos levarem a conclusão de que as irregularidades foram cometidas por outra pessoa, e não pelo servidor acusado, deverá a Comissão, no relatório conclusivo, sugerir a absolvição antecipada e arquivamento do processo, bem como a instauração de novo processo para responsabilização do servidor apontado como autor das irregularidades.

Art. 108 Caso a Comissão reconheça que os fatos foram praticados em circunstâncias que isentam o acusado de dolo, ou culpa, estado de necessidade (CP art. 24), legitima defesa (CP art. 25), estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito (CP art. 23, inc. III), deverá, no relatório conclusivo, sugerir a absolvição antecipada e arquivamento do processo.

SUBSEÇÃO IX DA CITAÇÃO

Art. 109 O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da Comissão para apresentação de defesa prévia, e intimado a apresentar rol de testemunhas, sendo-lhe assegurada vista do processo na repartição, pessoalmente ou por intermédio de seu procurador, para posteriormente apresentar defesa, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 173 de 31 de outubro de 2022 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Curvelândia-MT).

§ 1° No caso do indiciado ser representado por advogado, este poderá retirar os autos em carga, nos termos do art. 7°, XV, da lei 8.906/94.

§ 2° Será anexada ao mandado de citação cópia da Portaria que determina a abertura do Processo.

Art. 110 A citação e pessoal e individual, devendo ser entregue diretamente ao indiciado recibo em cópia do original.

§ 1° No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o membro da Comissão responsável pela diligência certificará o ocorrido, com a assinatura de duas testemunhas presenciais, devidamente identificadas.

SUBSEÇÃO X

DA CITAÇÃO POR EDITAL

Art. 111 Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no placar de publicações de atos públicos municipais e, pelo menos uma vez, em jornal de grande circulação na localidade do último domicilio conhecido, para apresentar-se na audiência.

Art. 112 Havendo mais de um indiciado, a citação por edital será feita coletivamente.

Art. 113 O comparecimento do indiciado citado por edital será registrado mediante termo por ele também assinado, onde se consignará a ciência do início do prazo para apresentação da defesa, abrindo-se vista do processo na repartição.

SEÇÃO II DA DEFESA

SUBSEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 114 O prazo para defesa será o previsto no Estatuto do Servidor.

Art. 115 A Comissão somente poderá iniciar os trabalhos do relatório após o término do prazo para a defesa, salvo se o indiciado ou seu procurador, ao apresentá-la, renunciar expressamente ao prazo remanescente.

Art.116 O indiciado poderá, mediante instrumento hábil, delegar poderes para advogado efetuar sua defesa.

Art. 117 Havendo vários indiciados e sendo deferido pedido de perícia ou diligência de um deles a prorrogação do prazo da defesa beneficia os demais, que, se já tiverem entregado suas defesas, poderão aditar novas razoes.

SUBSEÇÃO II DA REVELIA

Art. 118 Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

Parágrafo único: A revelia será declarada por termo nos autos do processo, e devolverá o prazo de 10 (dez) dias para a defesa dativa, se houver apenas um indiciado, e de 20 (vinte) dias, quando houver dois ou mais indiciados.

Art. 119 Para defender o indiciado revel, será designado um advogado como defensor dativo.

§ 1° Se houver mais de um indiciado e interesses conflitantes, deve ser nomeado defensor dativo distinto para cada um.

SEÇÃO III DO RELATÓRIO

Art. 120 Apreciada a defesa, a Comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar sua convicção, fazendo referência as páginas do processo onde se encontram.

Art. 121 O relatório será sempre conclusivo quanto à responsabilidade do servidor e informara se houve falta capitulada como crime e se houve danos aos cofres públicos.

Parágrafo único: O relatório poderá, ainda, propor o arquivamento do processo por insuficiência de provas ou por não ter sido possível apurar a autoria.

Parágrafo único: O relatório poderá, ainda, propor o arquivamento do processo por insuficiência de provas ou por não ter sido possível apurar a autoria.

Art. 122 Reconhecida a responsabilidade do servidor, a Comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 123 Objetivando evitar a repetição de fatos ou irregularidades semelhantes aos apurados no processo disciplinar, o relatório poderá conter sugestões sobre medidas que possam ser adotadas pela Administração.

Art. 124 O processo disciplinar, com o relatório da Comissão, será remetido ao Prefeito Municipal para julgamento.

CAPÍTULO IV DO JULGAMENTO

Art. 125 Encontrando-se o processo apto para julgamento, este será proferido no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento pelo Prefeito Municipal, nos termos do artigo 246 da Lei Complementar Municipal nº 173 de 31 de outubro de 2022 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Curvelândia-MT).

§ 1º Quando o relatório da Comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou

¡sentar o servidor de responsabilidade.

Art. 126 Quando a infração estiver capitulada como crime, cópia dos autos do processo administrativo disciplinar serão remetidos, mediante oficio, ao Ministério Público Estadual pelo Prefeito Municipal, para instauração da ação penal, ficando o original na Secretaria de Administração.

Art. 127 Quando for verificada a ocorrência de prejuízo aos cofres públicos, o Prefeito Municipal encaminhará a Procuradoria Jurídica Municipal cópia autenticada do relatório da Comissão e do julgamento do processo disciplinar, para as providencias cabíveis.

Parágrafo único: Quando o prejuízo de que trata o *caput* for decorrente de ato de improbidade administrativa, também serão remetidas cópias autenticadas ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e ao Ministério Público Estadual.

Art. 128 O julgamento será publicado no placar de publicações de atos públicos municipais, sem prejuízo da ciência pessoal do servidor interessado, ou de seu defensor dativo, em caso de revelia.

Art. 129 O Processo Administrativo Disciplinar - PAD encerrará automaticamente com o julgamento do processo.

TÍTULO VII

DO PEDIDO DE REVISÃO

Art. 130 A Revisão tratada neste Título, seguirá os termos estabelecidos no artigo art. 255 da Lei Complementar Municipal nº 173 de 31 de outubro de 2022 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Curvelândia-MT).

TÍTULO VIII DAS PENALIDADES

O ato de imposição de penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar, que seguirá o estabelecido no artigo 204

e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 173 de 31 de outubro de 2022 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Curvelândia-MT).

TÍTULO IX DAS NULIDADES

Art. 131 O processo administrativo disciplinar só e nulo em razão de irregularidades que impliquem cerceamento à defesa.

Art. 132 Verificada a existência de vicio insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo e ordenará a constituição de outra Comissão, para instauração de novo processo.

Parágrafo único: No caso de nulidade parcial, os atos processuais não anulados serão aproveitados em novo processo.

Art. 132 As nulidades absolutas não podem ser sanadas ou convalidadas, devendo ser decretadas tão logo arguidas ou reconhecidas.

Parágrafo único: As nulidades absolutas são oponíveis em qualquer fase do processo e mesmo após a sua conclusão.

Art. 133 As nulidades relativas só podem ser suscitadas por quem tenha interesse imediato e no prazo devido, sob pena de convalidação.

Parágrafo único: O servidor não poderá arguir nulidade relativa a que haja dado causa, ou para a qual tenha concorrido.

TÍTULO XI

DA PRESCRIÇÃO

Art. 134 A ação disciplinar prescreverá:

I - Em 05 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão ou função de confiança;

II - Em 05 (cinco) anos, quanto à ação punitiva da administração pública contada da publicação da decisão final no processo administrativo;

III - Em 03 (três) anos, quanto à suspensão; e

IV - Em 02 (dois) anos, quanto à advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido pela autoridade competente para instaurar o processo administrativo disciplinar ou sindicância.

§ 2º Os prazos prescricionais da lei penal se aplicam às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo administrativo disciplinar interrompem a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4º Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

Art. 135 Os prazos de prescrição previstos na lei penal (CP art. 109) aplicam-se ás infrações disciplinares capituladas também como crime.

Art. 136 A instauração de processo administrativo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida pelo Prefeito Municipal, desde que observados os prazos previstos na Lei Complementar Municipal nº 173 de 31 de outubro de 2022 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Curvelândia-MT).

Parágrafo único: A interrupção da prescrição só ocorrerá uma única vez.

Art. 137 Interrompido o curso da prescrição, todo o prazo começará a correr, novamente, a partir do dia em que cessar a interrupção.

Art. 138 Antes do julgamento do processo administrativo, a prescrição não corre enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência da irregularidade.

TÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS DOS PROCEDIMENTOS

Art. 139 As normas constantes desta Instrução não substituem as previstas na legislação de regência, às quais sempre deve se reportar a Comissão de processo administrativo disciplinar.

Art. 140 A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar - CPAD deverá uniformizar os procedimentos atinentes aos processos, elaborando modelos de portaria de instauração, citação, termo de depoimentos, interrogatório, intimações, termo de indiciamento e demais atos necessários a constituição valida do processo, utilizando as instruções constantes desta instrução.

Art. 141 A Comissão do processo administrativo disciplinar realizará seus trabalhos em local previamente disponibilizado pela Secretaria Municipal de Administração que

deverá, também, providenciar equipamentos, acervo jurídico e material de consumo necessário à atuação da Comissão.

Art. 142 Todos os órgãos da Prefeitura Municipal têm o dever de colaborar com os trabalhos da Comissão, fornecendo prontamente as informações e documentos solicitados.

Art. 143 A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar - CPAD sempre que entender necessário, poderá realizar consulta a Procuradoria Jurídica Municipal para dirimir dúvidas na aplicação da legislação, compilando as respostas para seu acervo jurídico.

VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Os termos contidos nesta Instrução Normativa, não eximem a observância das demais pertinentes que deverão ser respeitadas por exigência legal.

2. Casos omissos deste normativo serão tratados junto a Procuradoria Geral e a quem também, prestar esclarecimentos adicionais a respeito deste documento.

3. Eventuais impropriedades ocorridas em descumprimento da presente instrução que não puderem ser sanadas pela Procuradoria Geral deverão ser comunicadas formalmente a Controladoria Geral.

4. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curvelândia, (MT), 18 de setembro de 2023.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 218/2023

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei;

Considerando a necessidade da instituição de designar um fiscal para acompanhamento dos contratos celebrados a terceiros;

RESOLVE,

Art. 1º - Designar os(as) servidores(as) **MARLI SANCHEZ DA SILVA,** matrícula funcional n° 2727 efetivo(a) no cargo de Farmacêutica **como Fiscal Titular** e **ROSIANA MARIA DE SOUZA** matrícula funcional n° 341, efetivo(a) no cargo de Agente de Combate a Endemias, como fiscal substituto, para acompanhamento e fiscalização do CONTRATO Nº. 050/2023.

Art. 2º - Objeto do Contrato: aquisição de medicamentos de uso exclusivo da secretaria municipal de saúde do município de Curvelândia-MT.

Art. 3º - Os (as) servidores(as) ora designados(as), não serão remunerados(as) por esta atividade, receberão apenas a remuneração de seus cargos de origem.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 20 de setembro de 2023.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 213/2023

CONCEDE **AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** A SERVIDOR, PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder **AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** o(a) servidor(a) **ADONALDES BARBOSA FLORENCIO**, matrícula funcional n° 0239, efetivo(a) no cargo de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PROFISSIONALIZADO,** com lotação na Secretaria Municipal de Educação, por 60(sessenta) dias conforme atestado médico a partir de10/09/2023 com retorno em 09/11/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 20 de setembro de 2023.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 217/2023

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei;

Considerando a necessidade da instituição de designar um fiscal para acompanhamento dos contratos celebrados a terceiros;

RESOLVE,

Art. 1º - Designar os(as) servidores(as) **MARLI SANCHEZ DA SILVA,** matrícula funcional n° 2727 efetivo(a) no cargo de Farmacêutica **como Fiscal Titular** e **ROSIANA MARIA DE SOUZA** matrícula funcional n° 341, efetivo(a) no cargo de Agente de Combate a Endemias, como fiscal substituto, para acompanhamento e fiscalização do CONTRATO Nº. 049/2023.

Art. 2º - Objeto do Contrato: aquisição de medicamentos de uso exclusivo da secretaria municipal de saúde do município de Curvelândia-MT.

Art. 3º - Os (as) servidores(as) ora designados(as), não serão remunerados(as) por esta atividade, receberão apenas a remuneração de seus cargos de origem.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 20 de setembro de 2023.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 216/2023

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei;

Considerando a necessidade da instituição de designar um fiscal para acompanhamento dos contratos celebrados a terceiros;

RESOLVE,

Art. 1º - Designar os(as) servidores(as) **OSMAR RIZZI,** matrícula funcional n° 365 efetivo(a) no cargo de Fiscal de Obras e Posturas como Fiscal Titular e **SÉRGIO GONÇALVES DA SILVA** matrícula funcional n° 1719, efetivo(a) no cargo de Operador de Máquinas**,** como fiscal substituto, para acompanhamento e fiscalização do CONTRATO Nº. 048/2023.

Art. 2º - Objeto do Contrato: aquisição de semente de milho e adubo para utilização da secretaria municipal de agricultura do município de Curvelândia-MT

Art. 3º - Os (as) servidores(as) ora designados(as), não serão remunerados(as) por esta atividade, receberão apenas a remuneração de seus cargos de origem.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 20 de setembro de 2023.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

ATA Nº 12/2023

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, iniciou-se as 16hs nas dependências da sala de reuniões da Secretária Municipal de Assistência Social, localizada na av. mariana s/n centro Curvelândia/MT, tendo como pauta da reunião: **Apreciação do Relatório Semestral de Execução do Projeto Executivo Municipal PROCAD-SUAS 2023**. Verificando o quórum necessário para instalação da reunião, com a participação dos seguintes membros do Conselho Municipal de Assistência Social. Presidente: Jose Carlos da Silva e demais Conselheiros: Maura Celia de Andrade Barboza, Vitor de Laert Nunes, Danielli Nogueira Viana, Patrícia Aguiar da Silva e Rogerio Coimbra. Representando a Secretaria de Assistência Social, Senhora Léia Gomes Miller Souza e Dayane Locate Garcia de Carvalho, contamos com a participação do representante do Cadastro Único/Bolsa Família de Curvelândia/MT. Sra. Iaqui Beatriz Galdino de Souza. A senhora Leia Gomes abre a reunião, agradecendo a presença de todos presentes, relata sobre o valor que foi disponibilizado ao município, em seguida passa a palavra a Senhora Iaqui Beatriz que explana sobre as ações unipessoais, e as atualizações cadastrais relata também sobre as ações já feitas e as metas e prazo para atualizações dos cadastros, foi apresentado a planilha das famílias já cadastradas, e situação cadastral, documentos do monitoramento com visitas domiciliar, foi apresentado também o valor que foi destinado ao município de Curvelândia, que e de R$ 21.861,21 valor utilizado do recurso do PROCAD-SUAS pelo município R$: 15.649,28 no primeiro semestre de 2023, restando um saldo de R$: 6.211,93. Após analise pelos conselheiros presentes foi aprovado por unanimidade o **Relatório Semestral de Execução do Projeto Executivo Municipal PROCAD/SUAS 2023.** Não havendo mais nada a tratar nesse momento, dar-se-á por encerrada a presente reunião. Eu, Elisabete Borges da silva, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistência

Social, lavrei a presente ata, que após lida, segue assinada por mim e demais presentes.

RESOLUÇÃO Nº 011/2023

O CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social de Curvelândia, em conformidade com a Lei n°25 de 15 de Fevereiro de 2001, representado por seu Presidente em exercício senhor José Carlos da Silva, no uso de suas atribuições legais, e em obediência ao previsto no Art. 31 de seu Regimento Interno, vem tornar público, que em Reunião no dia 19 de setembro de 2023, às 16:00h nas dependências da Secretaria de Assistência Social, conforme ata nº 12/2023

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar Relatório Semestral de Execução do Projeto Executivo Municipal – PROCAD/SUAS 2023

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curvelândia-MT, 19 de setembro de 2023.

José Carlos da Silva

Presidente do CMAS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 215/2023

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei;

Considerando a necessidade da instituição de designar um fiscal para acompanhamento dos contratos celebrados a terceiros;

RESOLVE,

Art. 1º - Designar os servidores **MAURA CELIA DE ANDRADE BARBOZA**, matrícula funcional n° 2445, como Fiscal Titular e **EDMEIRE DE SOUZA SILVA JUVINO**, matrícula funcional n° 2450, como fiscal substituto, para acompanhamento e fiscalização do **Contrato nº. 047/2023**.

Art. 2º - Objeto do contrato: aquisição de materiais pedagógicos para serem utilizados nas secretarias de educação e assistência social do município de Curvelândia-MT.

Art. 3º - Os servidores ora designados, não serão remunerados por esta atividade, receberão apenas a remuneração de seus cargos de origem.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 20 de setembro de 2023.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT, torna público, a **PRORROGAÇÃO** do edital do **Pregão Eletrônico n° 015/2023**, que tem objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COLHEDORA DE FORRAGENS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT, CONFORME (CONVENIO Nº 913662/2021 – SUDECO).** Interesse da administração ".

Abertura e Julgamento das Propostas: **às 09h00min horário de Brasília, do dia 05/10/2023**, Local: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br. O edital completo está disponível na plataforma e no site da Prefeitura Municipal de Diamantino/MT.

Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino/MT, 20 de Setembro de 2023.

JOCIMAR MARTINS DA SILVA

Pregoeiro Oficial

ERRATA DA PORTARIA Nº 267/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. MANOEL LOUREIRO NETO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, informa que tendo em vista o erro de grafia na publicação da Portaria 267/2023, publicado na Edição nº 4.295, de 10 de agosto de 2023, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, a presente **ERRATA** serve para retificar,

Onde se lê:

PORTARIA Nº 267/2023

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º-Nomear o Senhor **SUIBERTO LESSA JÚNIOR**, portador do RG nº 17824567 SESP/MT, inscrito no CPF nº 009.928.821-41, como **Fiscal de Obras do Contrato nº 097/2023, cujo OBJETO é:** Contratação de empresa especializada no ramo de obras civis para desmontagem e montagem de barracão Pré-Moldado para prensagem e armazenamento de resíduos recicláveis no Município de Diamantino-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 09 de agosto de 2023.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

Leia-se:

PORTARIA Nº 268/2023

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º-Nomear o Senhor **SUIBERTO LESSA JÚNIOR**, portador do RG nº 17824567 SESP/MT, inscrito no CPF nº 009.928.821-41, como **Fiscal de Obras do Contrato nº 097/2023, cujo OBJETO é:** Contratação de empresa especializada no ramo de obras civis para desmontagem e montagem de barracão Pré-Moldado para prensagem e armazenamento de resíduos recicláveis no Município de Diamantino-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 09 de agosto de 2023.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 323/2023

PORTARIA Nº 323/2023

"Altera a Portaria nº 223/2023 e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. MANOEL LOUREIRO NETO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e,

CONSIDERANDO a complexidade na apreciação e análise das defesas apresentadas pelos servidores envolvidos no processo administrativo deflagrado pela Portaria nº 223/2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado o art. 3º da Portaria nº 223/2023, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - O prazo regular do procedimento será de 90 (noventa) dias úteis. "

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 20 de setembro de 2023.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00030, DE 13 DE SETEMBRO DE 2023.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003
MUNICÍPIO - DIAMANTINO - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00030, de 13 de Setembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
FELIPE ALCIDES HERNANDES	279.919.209-25	9069/00243/2023

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: ADEMIR BENEDITO SALDANHA DA SILVA	Matrícula: 00000006
Cargo: FISCAL TRIBUTARIO / 6	Assinatura:

Data de afixação: 13/09/2023

Data de desafixação: 28/09/2023

SETOR RH
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 0554/2023 - CONTRATADO(a): LUZIANE ALMEIDA DE FRANÇA: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **TDI – TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - TDI - CONTRATO**, lotado na **Secretaria Municipal de Infraestrutura**. Durante o prazo constante da cláusula terceira, o **CONTRATADO,** receberá o vencimento de 2.140,07 (Dois Mil Cento e Quarenta Reais e Sete Centavos), equivalentes à carga horária de 30 (Trinta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação e Cultura; II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria - III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - IV – Fonte do Recurso: FUNDEB. Diamantino/MT, **01 de Setembro de 2023.**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DE VALOR E PRAZO REFERENTE AO CONTRATO Nº 114/2022.

OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA SUPRIR A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

CREDENCIAMENTO Nº 001/2022.

PRAZO DE VIGÊNCIA: **12 (DOZE) MESES.**

VALOR**: R$ 216.000,00 (Duzentos e dezesseis mil reais).**

CONTRATADO:**DILVANA V DE ACHAVAL ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 07.220.355/0001-35.

CONTRATANTE: **MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL**

DIAMANTINO/MT, 01 DE SETEMBRO DE 2023.

DECRETO Nº 126/2023 DE TERÇA-FEIRA, 8 DE AGOSTO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal nº 1516/2022, e em consonância com a lei Federal 4320/64

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO – MT, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no montante e **R$ 705. 200,00** (SETECENTOS E CINCO MIL E DUZENTOS REAIS), nas dotações orçamentárias:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS				
001.15.452.0100.20246 – PAVIMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS				
Dotação		**Fonte de Recurso**	**Valor**	**Tipo de Recursos**
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	2.759.0000000	476.000,00	01 - Superávit Financeiro

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
001.10.302.0122.20296 – MANUTENÇÃO DOS SERV. HOSP. E AMBUL. DE MED. E ALTA COMP.				
Dotação		**Fonte de Recurso**	**Valor**	**Tipo de Recursos**
3.3.50.85.00.00	CONTRATO DE GESTÃO	2.500.0000000	100,00	01 - Superávit Financeiro
3.3.50.85.00.00	CONTRATO DE GESTÃO	2.718.0000000	100,00	01 - Superávit Financeiro
3.3.50.85.00.00	CONTRATO DE GESTÃO	2.621.0000604	229.000,00	01 - Superávit Financeiro

TOTAL 705.200,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional suplementar, aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos conforme o Artigo 43, parágrafo 1º.inciso I, da Lei Federal n° 4.320/64 – O **Superávit financeiro** apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, de acordo com o autorizado na Lei Municipal 1516/22, tendo como superávit as fontes de recursos destacadas acima:

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data do decreto, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino, 8 de agosto de 2023.

_____

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 325/2023

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Senhor **ANDRE LUIZ DE MACEDO,** portador do RG nº 01768378-5 SSP/MT, inscrito no CPF nº 014.474.79106, para exercer o cargo de **COORDENADOR II – DGA-7,** da Prefeitura Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso

Art. 2º - O subsídio será de conformidade com o valor definido na Lei Municipal nº **069/2022.**

Art. 3º - O servidor desempenhará suas funções na**Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras.**

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de **21/09/2023**, revogando-se a **Portaria nº 190 de 31 de março de 2022.**

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 20 de setembro de 2023

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00014, DE 13 DE SETEMBRO DE 2023.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003
MUNICÍPIO - DIAMANTINO - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00014, de 13 de Setembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
CARLOS ALBERTO VIEIRA	417.324.800-87	9069/00252/2023
CARLOS ALBERTO VIEIRA	417.324.800-87	9069/00253/2023
CASSIANO GOMES DESBESSEL	033.515.141-82	9069/00251/2023
EUGENIO CARLOS QUEIROZ	928.432.988-49	9069/00255/2023
EUGENIO CARLOS QUEIROZ	928.432.988-49	9069/00256/2023
MARIA ARESTIDA MARQUES DA CRUZ	318.423.211-53	9069/00265/2023

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: ADEMIR BENEDITO SALDANHA DA SILVA	Matrícula: 00000006
Cargo: FISCAL TRIBUTARIO / 6	Assinatura:

Data de afixação: 13/09/2023

Data de desafixação: 28/09/2023

PORTARIA Nº 324/2023

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar, o Senhor **BENEDITO JORGE SAMPAIO**, portador do RG nº 09867970 SSP/MT, inscrito no CPF nº 782.017.481.15, do cargo de Coordenador II – DGA-7, da Prefeitura Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de **20/09/2023**, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 20 de setembro de 2023.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 125/2023 DE QUINTA-FEIRA, 3 DE AGOSTO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO

ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE

MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito(a)

Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO

GROSSO, no uso de suas atribuições

legais, especialmente a Lei Municipal

n.º 1516/2022, e em consonância com a

Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de

DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 828.335,00 (OITOCENTOS E

VINTE E OITO MIL E TREZENTOS E TRINTA E CINCO REAIS), nas dotações orçamentárias:

02 GABINETE DO PREFEITO

Cód. Reduzido 100

001.03.092.0117.20252 CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 5.000,00

Cód. Reduzido 317

001.03.092.0117.20252 CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 2.000,00

Cód. Reduzido 102

001.04.122.0002.20144 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO GABINETE

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 10.000,00

Cód. Reduzido 310

001.04.122.0002.20144 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO GABINETE

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 10.000,00

SUBTOTAL 27.000,00

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Cód. Reduzido 337

001.20.122.0002.20169 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICU

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 25.000,00

SUBTOTAL 25.000,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cód. Reduzido 600

001.10.122.0121.20275 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390930000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 183.000,00

Cód. Reduzido 693

001.10.302.0122.20289 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

16000000604 TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BL. ATENÇÃO DE MÉ

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 22.000,00

Cód. Reduzido 694

001.10.302.0122.20289 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 166.600,00

Cód. Reduzido 917

001.10.302.0122.20296 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALAR E AMBUL. DE MÉDIA E A

16210000604 TRANSFERÊNCIAS FAF DE RECURSOS DO SUS GOVERNO ESTADUAL - MAC

3350850000 CONTRATO DE GESTAO 216.305,00

Cód. Reduzido 920

001.10.302.0122.20296 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALAR E AMBUL. DE MÉDIA E A

27110000804 DEMAIS TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS NÃO DECORRENTES DE REPARTIÇÕES DE RECEIT

3350850000 CONTRATO DE GESTAO 63.400,00

SUBTOTAL 651.305,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Cód. Reduzido 538

001.04.121.0117.20264 ELABORAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E GESTÃO DOS INSTRUMENTOS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390350000 SERVIÇOS DE CONSULTORIA 56.000,00

Cód. Reduzido 427

001.04.123.0117.10454 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FAZENDÁRIA MUNICIPAL

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 500,00

SUBTOTAL 56.500,00

12 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Cód. Reduzido 431

001.04.392.0002.20301 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTUR

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 5.390,00

Cód. Reduzido 454

001.13.392.0124.10481 APOIO E FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS CULTURA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 59.140,00

Cód. Reduzido 451

001.13.392.0124.20317 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO CULTURAL

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 4.000,00

SUBTOTAL 68.530,00

TOTAL 828.335,00

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será

coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02 GABINETE DO PREFEITO

Cód. Reduzido 316

001.03.092.0117.20252 CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00

Cód. Reduzido 319

001.03.092.0117.20252 CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 2.000,00

Cód. Reduzido 311

001.04.122.0002.20144 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO GABINETE

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 20.000,00

SUBTOTAL 27.000,00

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Cód. Reduzido 334

001.20.122.0002.20169 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICU

15010000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 25.000,00

SUBTOTAL 25.000,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cód. Reduzido 601

001.10.122.0121.20275 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

4490920000 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 5.000,00

Cód. Reduzido 281

001.10.301.0120.10465 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROJETO MEDICAMENTO EM CA

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390320000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 32.000,00

Cód. Reduzido 619

001.10.301.0120.10466 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROJETO OLHO VIVO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 20.000,00

Cód. Reduzido 41

001.10.301.0120.20281 REFORMA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 9.000,00

Cód. Reduzido 623

001.10.301.0120.20283 PROMOÇÃO DE CAMPANHAS PARA A EDUCAÇÃO EM SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 9.000,00

Cód. Reduzido 634

001.10.301.0120.20284 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 40.000,00

Cód. Reduzido 672

001.10.301.0120.20287 REVITALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS DAS UNIDADES DE ATENÇÃ

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 9.000,00

Cód. Reduzido 605

001.10.302.0122.20277 MANUTENÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00

Cód. Reduzido 682

001.10.302.0122.20288 REFORMA DAS UNIDADES ESPECIALIZADAS

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 5.000,00

Cód. Reduzido 702

001.10.302.0122.20290 MANUTENÇÃO DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO -

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 6.000,00

Cód. Reduzido 712

001.10.302.0122.20291 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL - CAPS

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 5.000,00

Cód. Reduzido 714

001.10.302.0122.20291 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL - CAPS

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 9.900,00

Cód. Reduzido 715

001.10.302.0122.20291 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL - CAPS

16000000604 TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BL. ATENÇÃO DE MÉ

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 22.000,00

Cód. Reduzido 723

001.10.302.0122.20292 MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 9.900,00

Cód. Reduzido 725

001.10.302.0122.20292 MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00

Cód. Reduzido 726

001.10.302.0122.20292 MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 9.000,00

Cód. Reduzido 754

001.10.302.0122.20294 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 20.000,00

Cód. Reduzido 758

001.10.302.0122.20296 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALAR E AMBUL. DE MÉDIA E A

16210000604 TRANSFERÊNCIAS FAF DE RECURSOS DO SUS GOVERNO ESTADUAL - MAC

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 216.305,00

Cód. Reduzido 900

001.10.302.0122.20296 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALAR E AMBUL. DE MÉDIA E A

27110000804 DEMAIS TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS NÃO DECORRENTES DE REPARTIÇÕES DE RECEIT

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 63.400,00

Cód. Reduzido 795

001.10.302.0122.20322 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INTERNAÇÃO DOMICILIAR - MEDI

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 9.900,00

Cód. Reduzido 771

001.10.304.0123.20298 MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

Cód. Reduzido 773

001.10.304.0123.20298 MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 6.000,00

Cód. Reduzido 60

001.10.305.0123.10473 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA VI

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00

Cód. Reduzido 781

001.10.305.0123.20299 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, AMBIENTAL E DO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 35.000,00

Cód. Reduzido 784

001.10.305.0123.20299 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, AMBIENTAL E DO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 40.000,00

Cód. Reduzido 792

001.10.305.0123.20300 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE DST E AIDS

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 9.900,00

Cód. Reduzido 793

001.10.305.0123.20300 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE DST E AIDS

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 20.000,00

SUBTOTAL 651.305,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Cód. Reduzido 265

001.28.843.0113.20261 REGULARIZAÇÃO DE DÉBITOS FISCAIS COM A UNIÃO - INSS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4690710000 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO 56.500,00

SUBTOTAL 56.500,00

12 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Cód. Reduzido 434

001.04.392.0002.20301 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTUR

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3350410000 CONTRIBUIÇÕES 9.000,00

Cód. Reduzido 436

001.04.392.0002.20301 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTUR

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390320000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 9.000,00

Cód. Reduzido 25

001.04.392.0002.20301 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTUR

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 500,00

Cód. Reduzido 435

001.04.392.0002.20301 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTUR

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 500,00

Cód. Reduzido 304

001.13.391.0124.10476 PRESERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 5.000,00

Cód. Reduzido 430

001.13.391.0124.10476 PRESERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 4.000,00

Cód. Reduzido 455

001.13.392.0124.10481 APOIO E FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS CULTURA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3350410000 CONTRIBUIÇÕES 9.000,00

Cód. Reduzido 925

001.13.392.0124.10481 APOIO E FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS CULTURA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 800,00

Cód. Reduzido 291

001.13.392.0124.20225 REFORMA E MANUTENÇÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS.

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 1.000,00

Cód. Reduzido 438

001.13.392.0124.20302 PROMOÇÃO DA CULTURA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 1.000,00

Cód. Reduzido 439

001.13.392.0124.20302 PROMOÇÃO DA CULTURA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 2.300,00

Cód. Reduzido 440

001.13.392.0124.20302 PROMOÇÃO DA CULTURA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 4.000,00

Cód. Reduzido 441

001.13.392.0124.20303 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADE DO CONSELHO DE CULTURA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 230,00

Cód. Reduzido 442

001.13.392.0124.20303 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADE DO CONSELHO DE CULTURA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 1.700,00

Cód. Reduzido 453

001.13.392.0124.20317 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO CULTURAL

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 4.900,00

Cód. Reduzido 273

002.23.695.0116.20304 MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TURÍSTICA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 1.900,00

Cód. Reduzido 443

002.23.695.0116.20304 MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TURÍSTICA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 900,00

Cód. Reduzido 444

002.23.695.0116.20304 MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TURÍSTICA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 900,00

Cód. Reduzido 445

002.23.695.0116.20306 PROMOÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390320000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 4.500,00

Cód. Reduzido 446

002.23.695.0116.20306 PROMOÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 600,00

Cód. Reduzido 447

002.23.695.0116.20306 PROMOÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.900,00

Cód. Reduzido 449

002.23.695.0116.20307 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO AO

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 900,00

Cód. Reduzido 450

002.23.695.0116.20307 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO AO

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 4.000,00

SUBTOTAL 68.530,00

TOTAL 828.335,00

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação

ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO(A) DIAMANTINO - MT.

AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT, torna público, a **PRORROGAÇÃO** do edital do **Pregão Eletrônico n° 010/2023**, que tem objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, ODONTOLÓGICOS E PARA ATENDER A ESPIROMETRIA PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.** Interesse da administração ".

Abertura e Julgamento das Propostas: **às 09h00min horário de Brasília, do dia 04/10/2023**, Local: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br. O edital completo está disponível na plataforma e no site da Prefeitura Municipal de Diamantino/MT.

Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino/MT, 20 de Setembro de 2023.

JOCIMAR MARTINS DA SILVA

Pregoeiro Oficial

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00004, DE 13 DE SETEMBRO DE 2023.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003
MUNICÍPIO - DIAMANTINO - MT

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00004, de 13 de Setembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
PEDRO KONAGESKI	164.736.630-53	9069 /00024/2023
PEDRO KONAGESKI	164.736.630-53	9069 /00025/2023

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: ADEMIR BENEDITO SALDANHA DA SILVA	Matrícula: 00000006
Cargo: FISCAL TRIBUTARIO / 6	Assinatura:

Data de afixação: 13/09/2023

Data de desafixação: 28/09/2023

PORTARIA 322/2023

"Nomeia membros para a nova Composição do Conselho Municipal do FETHAB do Município de Diamantino/MT".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO**, Sr. **MANOEL LOUREIRO NETO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear nos termos do Decreto nº 96/2017 e 039/2017, membros para compor o Conselho do FETHAB:

I - **ERALDES CATARINO DE CAMPOS** - Secretário Municipal de Infraestrutura;

II - **MARINEIDES NOGUEIRA LEITE DE ARAÚJO** - Secretária Municipal de Fazenda;

III - **STOESSEL SANTOS FILHO** – Coordenador I;

IV - **MILTON MATEUS CRIVELETTO** - Secretário Municipal de Meio Ambiente e Cidade;

V - **ARNILDO GERHARDT NETO** (Titular) e Adriano Soares Correa (Suplente) - Representante do Poder Legislativo;

VI - **ROGÉRIO COCCO RUBIN** (Titular) e Mateus Mendes França (Suplente) - Representante APROSOJA;

VII **- LUCAS KONAGESKI** (Titular) e Mário Júnior Zortea (Suplente) - Representante Sindicato Rural;

VIII - L**ECINDO PEDRO DA SILVA** (Titular) e Carlindo Rei de Almeida (Suplente) - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

IX **- NAPOLEÃO RUTILLI** - Representante da Associação de Produtores de Deciolância;

X **- Erick Garcia Lopes** - Representante da CEARPA;

Art. 2º - O Conselho do FETHAB será presidido pelo Secretário Municipal de Infraestrutura.

Art. 3º - O Conselho elaborará seu regimento interno, que será aprovado por maioria simples.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a **31/08/2023**, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 20 de setembro de 2023.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DE VALOR E PRAZO REFERENTE AO CONTRATO Nº 113/2022.

OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA SUPRIR A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

CREDENCIAMENTO Nº 001/2022.

PRAZO DE VIGÊNCIA: **12 (DOZE) MESES.**

VALOR**: R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais).**

CONTRATADO:**SILVIA DAYANA MARISCAL CARRIZALES,** inscrita no CNPJ sob o nº 29.534.221/0001-21.

CONTRATANTE: **MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL**

DIAMANTINO/MT, 01 DE SETEMBRO DE 2023.

EDITAL Nº 07/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA DO PROJETO DE LEI DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2024.

Dispõe sobre a publicidade da Audiência Pública para elaboração e discussão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2024.

A Prefeitura Municipal de Diamantino, por meio da Secretaria Municipal de Fazenda,no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber a toda população e as entidades representativas do Município que:

Considerando que o artigo 48, § 1º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal prevê, como um dos instrumentos para assegurar a transparência na gestão fiscal, incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante o processo de elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2024.

RESOLVE:

Art. 1º. Realizar Audiência Pública on-line e presencial para elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2024, no dia 27 de setembro de 2023, às 18:00 horas no Plenário da câmara Municipal de Diamantino - MT.

Art. 2º A audiência pública será transmitida de forma on-line pelo Youtube e Facebook nos canais da Prefeitura Municipal de Diamantino.

- Youtube: https://www.youtube.com/channel/UCTQhTw2J_CvXdJD9Lc1RzWQ.

- Facebook: https://www.facebook.com/prefeituradiamantinomt/.

Art. 3º O link de acesso para os participantes do evento que desejarem fazer uso da palavra será disponibilizado durante a transmissão ao vivo e o espaço estará aberto ao debate.

Art. 4º. As contribuições serão analisadas e, se forem pertinentes, serão incorporadas ao Projeto de Lei.

Art. 5º. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino-MT, 20 de setembro de 2023.

Manoel Loureiro Neto

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 128/2023 DE SEXTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO

ADICIONAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA

OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito(a)

Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO

GROSSO, no uso de suas atribuições

legais, especialmente a Lei Municipal

n.º 1514/2022, e em consonância com a

Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de

DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL , até o montante de R$ 1. 802.366,00 (UM MILHAO E OITOCENTOS

E DOIS MIL E TREZENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS), nas dotações orçamentárias:

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Cód. Reduzido 337

001.20.122.0002.20169 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICU

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 93.000,00

SUBTOTAL 93.000,00

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cód. Reduzido 162

001.12.361.0106.20201 APOIO A MORADIA

15001001000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 1.400,00

Cód. Reduzido 574

003.12.361.0118.20268 MANTER O CONVENIO COM TRANSPORTE ESCOLAR – SEDUC

15710000000 TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 127.000,00

SUBTOTAL 128.400,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cód. Reduzido 668

001.10.301.0120.20286 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 83.000,00

Cód. Reduzido 694

001.10.302.0122.20289 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 71.024,00

Cód. Reduzido 765

001.10.303.0119.20297 MANUTENÇÃO FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390320000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 64.142,00

SUBTOTAL 218.166,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E CID

Cód. Reduzido 509

001.08.241.0104.20188 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO VIVER LEGAL

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 18.000,00

Cód. Reduzido 502

002.08.243.0104.20180 MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES DO CRAS E CREAS.

16600000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 13.800,00

SUBTOTAL 31.800,00

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Cód. Reduzido 391

001.27.122.0002.20170 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 2.000,00

Cód. Reduzido 238

001.27.122.0002.20170 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 325.000,00

Cód. Reduzido 841

001.27.812.0099.20230 REFORMA, MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 100.000,00

SUBTOTAL 427.000,00

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Cód. Reduzido 250

001.04.122.0002.20163 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 76.000,00

SUBTOTAL 76.000,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Cód. Reduzido 421

001.04.122.0002.20165 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 5.000,00

Cód. Reduzido 257

001.04.122.0002.20165 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 28.000,00

SUBTOTAL 33.000,00

12 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Cód. Reduzido 828

001.13.392.0124.20302 PROMOÇÃO DA CULTURA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 691.000,00

SUBTOTAL 691.000,00

13 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E CIDADE

Cód. Reduzido 271

001.04.122.0002.20171 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 104.000,00

SUBTOTAL 104.000,00

TOTAL 1.802.366,00

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será

coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Cód. Reduzido 112

001.18.542.0109.20237 RECOLHIMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS UTILIZ

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 2.000,00

Cód. Reduzido 334

001.20.122.0002.20169 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICU

15010000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00

Cód. Reduzido 335

001.20.122.0002.20169 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICU

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 1.000,00

Cód. Reduzido 336

001.20.122.0002.20169 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICU

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390350000 SERVIÇOS DE CONSULTORIA 4.000,00

Cód. Reduzido 323

001.20.602.0110.10439 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM

15010000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 4.000,00

Cód. Reduzido 325

001.20.602.0110.10439 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM

15010000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00

Cód. Reduzido 326

001.20.602.0110.10439 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM

15010000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS

4490920000 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 3.000,00

Cód. Reduzido 122

001.20.602.0110.20239 FOMENTO E INCENTIVO À AGRICULTURA, PISCICULTURA, AVICULTU

15010000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 6.000,00

Cód. Reduzido 340

001.20.602.0110.20239 FOMENTO E INCENTIVO À AGRICULTURA, PISCICULTURA, AVICULTU

15010000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 5.000,00

Cód. Reduzido 124

001.20.605.0111.10440 CONSTRUÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA FEIRA MUNICIPAL

15010000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 32.000,00

Cód. Reduzido 136

001.20.608.0111.20244 FOMENTO AO ASSOCIATIVISMO E AO COOPERATIVISMO

15010000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 4.000,00

Cód. Reduzido 347

001.20.608.0111.20244 FOMENTO AO ASSOCIATIVISMO E AO COOPERATIVISMO

15010000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS

3390320000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 3.000,00

Cód. Reduzido 348

001.20.608.0111.20244 FOMENTO AO ASSOCIATIVISMO E AO COOPERATIVISMO

15010000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 4.000,00

SUBTOTAL 93.000,00

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS

Cód. Reduzido 371

001.15.122.0002.20164 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAE

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 5.000,00

Cód. Reduzido 359

001.15.451.0100.10448 IMPLANTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS

17010000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 27.000,00

Cód. Reduzido 138

001.15.452.0100.10449 IMPLANTAR E MANTER INFRAESTRUTURA PARA INCLUSÃO DIGITAL

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 15.000,00

Cód. Reduzido 360

001.15.452.0100.10449 IMPLANTAR E MANTER INFRAESTRUTURA PARA INCLUSÃO DIGITAL

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 15.000,00

Cód. Reduzido 361

001.15.452.0100.10449 IMPLANTAR E MANTER INFRAESTRUTURA PARA INCLUSÃO DIGITAL

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00

Cód. Reduzido 365

001.15.452.0100.10451 INTERVENÇÃO, URBANIZAÇÃO E MELHORIA DE BAIRROS – PROJETO

17000000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 9.990,00

Cód. Reduzido 380

001.15.452.0100.20249 MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 100.000,00

Cód. Reduzido 142

001.15.452.0100.20249 MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

17510000000 RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CO

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 50.000,00

Cód. Reduzido 147

001.15.452.0100.20250 MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E SINALIZAÇÃO DA MALHA VIÁRIA U

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 85.000,00

Cód. Reduzido 149

001.15.512.0100.20248 MANUTENÇÃO E INTERVENÇÃO NO SISTEMA DE DRENAGEM URBAN

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 66.000,00

Cód. Reduzido 907

001.16.482.0012.10456 IMPLEMENTAÇÃO E APOIO A INICIATIVAS DIRECIONADAS A AMPLIA

17080000000 TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINER

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 40.000,00

SUBTOTAL 417.990,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cód. Reduzido 598

001.10.122.0121.20275 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390400000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 20.000,00

Cód. Reduzido 281

001.10.301.0120.10465 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROJETO MEDICAMENTO EM CA

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390320000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 10.875,00

Cód. Reduzido 652

001.10.301.0120.20285 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE AGENTES C

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 9.999,00

Cód. Reduzido 702

001.10.302.0122.20290 MANUTENÇÃO DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO -

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 999,00

Cód. Reduzido 703

001.10.302.0122.20290 MANUTENÇÃO DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO -

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 65.000,00

Cód. Reduzido 729

001.10.302.0122.20292 MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 5.025,00

Cód. Reduzido 758

001.10.302.0122.20296 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALAR E AMBUL. DE MÉDIA E A

16210000604 TRANSFERÊNCIAS FAF DE RECURSOS DO SUS GOVERNO ESTADUAL - MAC

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 63.000,00

Cód. Reduzido 763

001.10.303.0119.20297 MANUTENÇÃO FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 2.890,00

Cód. Reduzido 764

001.10.303.0119.20297 MANUTENÇÃO FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.380,00

Cód. Reduzido 771

001.10.304.0123.20298 MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 4.010,00

Cód. Reduzido 783

001.10.305.0123.20299 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, AMBIENTAL E DO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 4.999,00

Cód. Reduzido 791

001.10.305.0123.20300 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE DST E AIDS

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

Cód. Reduzido 793

001.10.305.0123.20300 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE DST E AIDS

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 10.000,00

Cód. Reduzido 794

001.10.305.0123.20300 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE DST E AIDS

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 9.999,00

SUBTOTAL 222.176,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E CID

Cód. Reduzido 67

001.08.122.0002.20143 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO SINE

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 8.000,00

Cód. Reduzido 494

001.08.122.0002.20167 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 10.000,00

Cód. Reduzido 497

001.08.122.0002.20167 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 19.000,00

Cód. Reduzido 482

001.08.244.0104.10427 REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE ASSI

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 3.800,00

Cód. Reduzido 536

001.08.244.0104.20321 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 9.000,00

Cód. Reduzido 537

001.08.244.0104.20321 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 9.000,00

Cód. Reduzido 532

001.14.422.0104.20320 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 2.000,00

SUBTOTAL 60.800,00

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Cód. Reduzido 243

001.27.812.0099.20230 REFORMA, MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA

17010000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 100.000,00

SUBTOTAL 100.000,00

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Cód. Reduzido 411

001.04.122.0002.20163 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 8.000,00

SUBTOTAL 8.000,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Cód. Reduzido 422

001.04.122.0002.20165 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 50.000,00

Cód. Reduzido 258

001.04.123.0117.10453 APOIO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE CONSCIENTIZAÇÃO F

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390310000 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORT 5.000,00

Cód. Reduzido 259

001.04.123.0117.10454 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FAZENDÁRIA MUNICIPAL

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390400000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 10.000,00

Cód. Reduzido 261

001.04.128.0002.20174 CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS SECRETAR

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 29.000,00

Cód. Reduzido 265

001.28.843.0113.20261 REGULARIZAÇÃO DE DÉBITOS FISCAIS COM A UNIÃO - INSS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4690710000 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO 200.000,00

Cód. Reduzido 266

001.28.846.0113.20259 PAGAMENTOS DE SENTENÇAS JUDICIAIS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3190910000 SENTENÇAS JUDICIAIS 100.000,00

Cód. Reduzido 428

001.28.846.0113.20259 PAGAMENTOS DE SENTENÇAS JUDICIAIS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390910000 SENTENÇAS JUDICIAIS 134.400,00

SUBTOTAL 528.400,00

13 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E CIDADE

Cód. Reduzido 267

001.04.121.0117.10459 PROMOÇÃO DE ESTUDOS E AÇÕES PARA ELABORAÇÃO, REVISÃO E

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390350000 SERVIÇOS DE CONSULTORIA 250.000,00

Cód. Reduzido 460

001.04.122.0002.20171 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 8.000,00

Cód. Reduzido 478

001.15.452.0100.10482 TITULA DIAMANTINO

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 10.000,00

Cód. Reduzido 472

001.18.541.0109.10484 IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 49.000,00

Cód. Reduzido 473

001.18.541.0109.10484 IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 55.000,00

SUBTOTAL 372.000,00

TOTAL 1.802.366,00

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação

ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO(A) DIAMANTINO - MT.

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação

no lugar público de costume na data supra.

DECRETO Nº 132/2023 DE QUINTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO

ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE

MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito(a)

Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO

GROSSO, no uso de suas atribuições

legais, especialmente a Lei Municipal

n.º 1516/2022, e em consonância com a

Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de

DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 2.187.100,00 (DOIS MILHOES

E CENTO E OITENTA E SETE MIL E CEM REAIS), nas dotações orçamentárias:

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cód. Reduzido 562

001.12.361.0106.20215 REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS E ENCARGOS SOCIAIS

15001001000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 114.000,00

Cód. Reduzido 171

002.12.361.0106.20218 REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS E ENCARGOS SOCIAIS

15400000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 92.000,00

Cód. Reduzido 10

004.12.365.0106.20216 REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS E ENCARGOS SOCIAIS

15001001000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 572.000,00

Cód. Reduzido 587

004.12.365.0106.20216 REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS E ENCARGOS SOCIAIS

15001001000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 135.000,00

SUBTOTAL 913.000,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cód. Reduzido 590

001.10.122.0121.20275 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 82.200,00

Cód. Reduzido 285

001.10.301.0120.20285 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE AGENTES C

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 56.800,00

Cód. Reduzido 643

001.10.301.0120.20285 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE AGENTES C

16040000600 TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS AO VENCIMENTO DO

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 31.000,00

Cód. Reduzido 644

001.10.301.0120.20285 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE AGENTES C

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 4.500,00

Cód. Reduzido 645

001.10.301.0120.20285 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE AGENTES C

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 57.000,00

Cód. Reduzido 653

001.10.301.0120.20286 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 218.000,00

Cód. Reduzido 655

001.10.301.0120.20286 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍL

16210000600 TRANSFERÊNCIAS FAF DE RECURSOS DO SUS GOVERNO ESTADUAL - ATENÇÃO BASICA

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 387.500,00

Cód. Reduzido 656

001.10.301.0120.20286 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍL

16000000600 TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO ATENÇÃO BÁ

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 124.500,00

Cód. Reduzido 658

001.10.301.0120.20286 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 40.500,00

Cód. Reduzido 696

001.10.302.0122.20290 MANUTENÇÃO DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO -

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 21.000,00

Cód. Reduzido 719

001.10.302.0122.20292 MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 72.000,00

Cód. Reduzido 744

001.10.302.0122.20294 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 37.500,00

Cód. Reduzido 760

001.10.303.0119.20297 MANUTENÇÃO FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 48.500,00

Cód. Reduzido 761

001.10.303.0119.20297 MANUTENÇÃO FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 8.500,00

Cód. Reduzido 61

001.10.305.0123.20299 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, AMBIENTAL E DO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 13.500,00

Cód. Reduzido 777

001.10.305.0123.20299 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, AMBIENTAL E DO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 61.100,00

Cód. Reduzido 778

001.10.305.0123.20299 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, AMBIENTAL E DO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.000,00

SUBTOTAL 1.267.100,00

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Cód. Reduzido 840

001.04.301.0002.20316 BENEFÍCIOS LEGAIS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390080000 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MI 7.000,00

SUBTOTAL 7.000,00

TOTAL 2.187.100,00

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será

coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02 GABINETE DO PREFEITO

Cód. Reduzido 315

001.04.122.0002.20160 REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E ENCARG

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3190940000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 49.990,00

Cód. Reduzido 320

001.28.031.0113.99998 PROVISÃO PARA EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 9.980,00

SUBTOTAL 59.970,00

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS

Cód. Reduzido 359

001.15.451.0100.10448 IMPLANTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS

17010000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 50.000,00

SUBTOTAL 50.000,00

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cód. Reduzido 567

002.12.365.0106.20219 REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS E ENCARGOS SOCIAIS

15400000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 600.000,00

Cód. Reduzido 568

002.12.365.0106.20219 REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS E ENCARGOS SOCIAIS

15400000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 301.030,00

SUBTOTAL 901.030,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cód. Reduzido 598

001.10.122.0121.20275 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390400000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 20.000,00

Cód. Reduzido 284

001.10.301.0120.20283 PROMOÇÃO DE CAMPANHAS PARA A EDUCAÇÃO EM SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 9.990,00

Cód. Reduzido 624

001.10.301.0120.20283 PROMOÇÃO DE CAMPANHAS PARA A EDUCAÇÃO EM SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 9.990,00

Cód. Reduzido 635

001.10.301.0120.20284 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 4.990,00

Cód. Reduzido 636

001.10.301.0120.20284 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL

16000000600 TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO ATENÇÃO BÁ

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 4.990,00

Cód. Reduzido 661

001.10.301.0120.20286 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍL

16000000600 TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO ATENÇÃO BÁ

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 30.000,00

Cód. Reduzido 810

001.10.302.0122.10477 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE MEDIA E ALTA COMPL

16310000000 TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E CONGÊNERES VINCU

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 432.700,00

Cód. Reduzido 2

001.10.302.0122.20289 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

16000000604 TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BL. ATENÇÃO DE MÉ

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 76.650,00

Cód. Reduzido 684

001.10.302.0122.20289 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 50.000,00

Cód. Reduzido 685

001.10.302.0122.20289 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 30.350,00

Cód. Reduzido 50

001.10.302.0122.20290 MANUTENÇÃO DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO -

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 49.750,00

Cód. Reduzido 708

001.10.302.0122.20291 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL - CAPS

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 9.990,00

Cód. Reduzido 730

001.10.302.0122.20293 MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA TRANSFUSIONAL - AT

16210000604 TRANSFERÊNCIAS FAF DE RECURSOS DO SUS GOVERNO ESTADUAL - MAC

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 24.000,00

Cód. Reduzido 735

001.10.302.0122.20293 MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA TRANSFUSIONAL - AT

16210000604 TRANSFERÊNCIAS FAF DE RECURSOS DO SUS GOVERNO ESTADUAL - MAC

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00

Cód. Reduzido 738

001.10.302.0122.20293 MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA TRANSFUSIONAL - AT

16210000604 TRANSFERÊNCIAS FAF DE RECURSOS DO SUS GOVERNO ESTADUAL - MAC

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 6.000,00

Cód. Reduzido 742

001.10.302.0122.20294 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL

16000000604 TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BL. ATENÇÃO DE MÉ

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 29.000,00

Cód. Reduzido 54

001.10.302.0122.20295 MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3371700000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO 113.100,00

Cód. Reduzido 757

001.10.302.0122.20296 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALAR E AMBUL. DE MÉDIA E A

16000000604 TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BL. ATENÇÃO DE MÉ

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 60.000,00

Cód. Reduzido 758

001.10.302.0122.20296 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALAR E AMBUL. DE MÉDIA E A

16210000604 TRANSFERÊNCIAS FAF DE RECURSOS DO SUS GOVERNO ESTADUAL - MAC

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 150.000,00

SUBTOTAL 1.116.500,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Cód. Reduzido 428

001.28.846.0113.20259 PAGAMENTOS DE SENTENÇAS JUDICIAIS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390910000 SENTENÇAS JUDICIAIS 59.600,00

SUBTOTAL 59.600,00

TOTAL 2.187.100,00

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação

ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO(A) DIAMANTINO - MT.

AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação

no lugar público de costume na data supra.

DECRETO Nº 136/2023 DE QUARTA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO

ADICIONAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA

OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito(a)

Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO

GROSSO, no uso de suas atribuições

legais, especialmente a Lei Municipal

n.º 1514/2022, e em consonância com a

Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de

DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL , até o montante de R$ 2.351.441,00 (DOIS MILHOES E

TREZENTOS E CINQUENTA E UM MIL E QUATROCENTOS E QUARENTA E UM REAIS), nas dotações orçamentárias:

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Cód. Reduzido 337

001.20.122.0002.20169 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICU

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 16.000,00

SUBTOTAL 16.000,00

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS

Cód. Reduzido 821

001.15.122.0002.20164 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAE

15010000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 31.000,00

Cód. Reduzido 957

001.15.451.0100.10445 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE EQUIPAMENTOS PÚBLIC

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 16.600,00

Cód. Reduzido 364

001.15.452.0100.10451 INTERVENÇÃO, URBANIZAÇÃO E MELHORIA DE BAIRROS – PROJETO

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 56.000,00

SUBTOTAL 103.600,00

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cód. Reduzido 573

003.12.361.0118.20267 MANTER O TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁS

15500000000 TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 4.000,00

SUBTOTAL 4.000,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cód. Reduzido 600

001.10.122.0121.20275 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390930000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 132.349,00

Cód. Reduzido 958

001.10.301.0120.20286 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍL

16000000600 TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO ATENÇÃO BÁ

3390400000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 20.000,00

Cód. Reduzido 919

001.10.302.0122.20296 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALAR E AMBUL. DE MÉDIA E A

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3350850000 CONTRATO DE GESTAO 304.366,00

Cód. Reduzido 959

001.10.302.0122.20296 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALAR E AMBUL. DE MÉDIA E A

25000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES

3350850000 CONTRATO DE GESTAO 620.000,00

Cód. Reduzido 960

001.10.302.0122.20296 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALAR E AMBUL. DE MÉDIA E A

27180000000 AUXILIO FINANCEIRO - OUTORGA CREDITO TRIBUTARIO ICMS -ART.º, INCISO V, EC Nº 123/

3350850000 CONTRATO DE GESTAO 215.000,00

Cód. Reduzido 961

001.10.302.0122.20296 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALAR E AMBUL. DE MÉDIA E A

17080000000 TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINER

3350850000 CONTRATO DE GESTAO 200.000,00

SUBTOTAL 1.491.715,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E CID

Cód. Reduzido 510

001.08.244.0104.20189 MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS (LEI Nº 1.196/2017)

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 2.500,00

Cód. Reduzido 923

001.08.244.0104.20319 MANUTENÇÃO DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 15.000,00

Cód. Reduzido 871

002.08.243.0104.20179 MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES DO CONVENIO “CRIANÇA FELIZ

16600000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 9.086,00

Cód. Reduzido 502

002.08.243.0104.20180 MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES DO CRAS E CREAS.

16600000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 10.000,00

Cód. Reduzido 516

002.08.244.0104.20177 MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DO CADASTRO ÚNICO E PROGRAMA AU

16600000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 4.465,00

SUBTOTAL 41.051,00

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Cód. Reduzido 412

001.04.122.0002.20163 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 675,00

Cód. Reduzido 250

001.04.122.0002.20163 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 65.400,00

Cód. Reduzido 407

001.04.122.0117.10455 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 25.000,00

SUBTOTAL 91.075,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Cód. Reduzido 257

001.04.122.0002.20165 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 4.000,00

Cód. Reduzido 263

001.28.843.0113.20258 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390470000 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS 600. 000,00

SUBTOTAL 604.000,00

TOTAL 2.351.441,00

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será

coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Cód. Reduzido 809

001.20.602.0110.20239 FOMENTO E INCENTIVO À AGRICULTURA, PISCICULTURA, AVICULTU

17000000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 16.000,00

Cód. Reduzido 345

001.20.605.0110.20241 MANUTENÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DIVULGAÇÃO DE PESQU

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 675,00

SUBTOTAL 16.675,00

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS

Cód. Reduzido 359

001.15.451.0100.10448 IMPLANTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS

17010000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 31.000,00

Cód. Reduzido 149

001.15.512.0100.20248 MANUTENÇÃO E INTERVENÇÃO NO SISTEMA DE DRENAGEM URBAN

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 23.600,00

Cód. Reduzido 384

001.15.512.0100.20248 MANUTENÇÃO E INTERVENÇÃO NO SISTEMA DE DRENAGEM URBAN

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 49.000,00

Cód. Reduzido 903

001.16.482.0012.10456 IMPLEMENTAÇÃO E APOIO A INICIATIVAS DIRECIONADAS A AMPLIA

27180000000 AUXILIO FINANCEIRO - OUTORGA CREDITO TRIBUTARIO ICMS -ART.º, INCISO V, EC Nº 123/

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 215.000,00

Cód. Reduzido 904

001.16.482.0012.10456 IMPLEMENTAÇÃO E APOIO A INICIATIVAS DIRECIONADAS A AMPLIA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 100.000,00

Cód. Reduzido 907

001.16.482.0012.10456 IMPLEMENTAÇÃO E APOIO A INICIATIVAS DIRECIONADAS A AMPLIA

17080000000 TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINER

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 200.000,00

SUBTOTAL 618.600,00

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cód. Reduzido 20

001.12.366.0106.20212 PROMOÇÃO DE AÇÕES DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

15001001000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 4.000,00

SUBTOTAL 4.000,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cód. Reduzido 29

001.10.122.0121.10462 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE P/ GEST

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 3.000,00

Cód. Reduzido 592

001.10.122.0121.20275 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3350430000 SUBVENÇÕES SOCIAIS 5.999,00

Cód. Reduzido 593

001.10.122.0121.20275 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 20.000,00

Cód. Reduzido 594

001.10.122.0121.20275 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 6.550,00

Cód. Reduzido 596

001.10.122.0121.20275 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 25.799,00

Cód. Reduzido 599

001.10.122.0121.20275 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390920000 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 4.999,00

Cód. Reduzido 601

001.10.122.0121.20275 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

4490920000 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 4.999,00

Cód. Reduzido 34

001.10.122.0121.20279 MANUTENÇÃO DO NUCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 2.999,00

Cód. Reduzido 607

001.10.122.0121.20279 MANUTENÇÃO DO NUCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 999,00

Cód. Reduzido 608

001.10.122.0121.20279 MANUTENÇÃO DO NUCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 999,00

Cód. Reduzido 614

001.10.301.0120.10463 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 2.000,00

Cód. Reduzido 823

001.10.301.0120.10464 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE P/ ATEN

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 10.000,00

Cód. Reduzido 282

001.10.301.0120.10466 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROJETO OLHO VIVO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 1.999,00

Cód. Reduzido 872

001.10.301.0120.10466 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROJETO OLHO VIVO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390320000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 4.000,00

Cód. Reduzido 619

001.10.301.0120.10466 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROJETO OLHO VIVO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 7.100,00

Cód. Reduzido 797

001.10.301.0120.10487 CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA - C

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 999,00

Cód. Reduzido 798

001.10.301.0120.10487 CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA - C

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

4490300000 MATERIAL DE CONSUMO 999,00

Cód. Reduzido 799

001.10.301.0120.10487 CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA - C

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 999,00

Cód. Reduzido 41

001.10.301.0120.20281 REFORMA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 999,00

Cód. Reduzido 623

001.10.301.0120.20283 PROMOÇÃO DE CAMPANHAS PARA A EDUCAÇÃO EM SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 999,00

Cód. Reduzido 629

001.10.301.0120.20284 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190940000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 1. 999,00

Cód. Reduzido 646

001.10.301.0120.20285 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE AGENTES C

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190940000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 4. 999,00

Cód. Reduzido 647

001.10.301.0120.20285 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE AGENTES C

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 4.999,00

Cód. Reduzido 650

001.10.301.0120.20285 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE AGENTES C

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 2.999,00

Cód. Reduzido 651

001.10.301.0120.20285 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE AGENTES C

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 4. 999,00

Cód. Reduzido 661

001.10.301.0120.20286 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍL

16000000600 TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO ATENÇÃO BÁ

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00

Cód. Reduzido 666

001.10.301.0120.20286 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 3.599,00

Cód. Reduzido 670

001.10.301.0120.20286 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390930000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 4.999,00

Cód. Reduzido 676

001.10.302.0122.10477 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE MEDIA E ALTA COMPL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

4490300000 MATERIAL DE CONSUMO 1.999,00

Cód. Reduzido 677

001.10.302.0122.10477 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE MEDIA E ALTA COMPL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 999,00

Cód. Reduzido 603

001.10.302.0122.20277 MANUTENÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190940000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 1.999,00

Cód. Reduzido 604

001.10.302.0122.20277 MANUTENÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 5.000,00

Cód. Reduzido 606

001.10.302.0122.20277 MANUTENÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 2.000,00

Cód. Reduzido 686

001.10.302.0122.20289 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190940000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 1.999,00

Cód. Reduzido 690

001.10.302.0122.20289 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 2.000,00

Cód. Reduzido 697

001.10.302.0122.20290 MANUTENÇÃO DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO -

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190940000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 3.000,00

Cód. Reduzido 698

001.10.302.0122.20290 MANUTENÇÃO DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO -

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 4.000,00

Cód. Reduzido 701

001.10.302.0122.20290 MANUTENÇÃO DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO -

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 1.999,00

Cód. Reduzido 703

001.10.302.0122.20290 MANUTENÇÃO DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO -

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 5.000,00

Cód. Reduzido 711

001.10.302.0122.20291 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL - CAPS

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

Cód. Reduzido 712

001.10.302.0122.20291 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL - CAPS

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 999,00

Cód. Reduzido 721

001.10.302.0122.20292 MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190940000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 4.999,00

Cód. Reduzido 726

001.10.302.0122.20292 MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 999,00

Cód. Reduzido 739

001.10.302.0122.20293 MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA TRANSFUSIONAL - AT

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 2.999,00

Cód. Reduzido 740

001.10.302.0122.20293 MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA TRANSFUSIONAL - AT

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 999,00

Cód. Reduzido 748

001.10.302.0122.20294 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 1.500,00

Cód. Reduzido 751

001.10.302.0122.20294 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 2.000,00

Cód. Reduzido 753

001.10.302.0122.20294 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 7.799,00

Cód. Reduzido 56

001.10.303.0119.10471 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE P/ ASSIS

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.600,00

Cód. Reduzido 762

001.10.303.0119.20297 MANUTENÇÃO FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190940000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 2.999,00

Cód. Reduzido 58

001.10.304.0123.10472 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA VI

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 11.000,00

Cód. Reduzido 773

001.10.304.0123.20298 MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 999,00

Cód. Reduzido 775

001.10.304.0123.20298 MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 3.000,00

Cód. Reduzido 60

001.10.305.0123.10473 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA VI

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 3.000,00

Cód. Reduzido 788

001.10.305.0123.20300 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE DST E AIDS

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190940000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 999,00

Cód. Reduzido 789

001.10.305.0123.20300 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE DST E AIDS

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 3.800,00

Cód. Reduzido 793

001.10.305.0123.20300 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE DST E AIDS

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 5.000,00

Cód. Reduzido 611

002.10.122.0121.20278 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 999,00

SUBTOTAL 250.715,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E CID

Cód. Reduzido 487

001.08.122.0002.20133 CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOC

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 4.999,00

Cód. Reduzido 491

001.08.122.0002.20143 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO SINE

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 2.500,00

Cód. Reduzido 818

001.08.244.0104.10419 CONECTIVIDADE AO MUNDO DIGITAL

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 4.590,00

Cód. Reduzido 527

001.08.244.0104.10419 CONECTIVIDADE AO MUNDO DIGITAL

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 999,00

Cód. Reduzido 215

001.08.244.0104.10419 CONECTIVIDADE AO MUNDO DIGITAL

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.030,00

Cód. Reduzido 858

001.08.244.0104.20197 PROJETO MÃOS SOLIDÁRIAS III

25000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES

3390480000 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS 620.000,00

Cód. Reduzido 528

001.08.244.0104.20319 MANUTENÇÃO DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 9.999,00

Cód. Reduzido 513

002.08.243.0104.10420 REFORMAS DA CASA DO MENOR

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 7.470,00

Cód. Reduzido 214

002.08.243.0104.20196 PETI – PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

16600000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 4.999,00

Cód. Reduzido 521

002.08.244.0104.20176 APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DO SUAS

16600000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 4.465,00

SUBTOTAL 661.051,00

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Cód. Reduzido 251

001.04.122.0117.10455 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390350000 SERVIÇOS DE CONSULTORIA 25.000,00

Cód. Reduzido 406

001.04.122.0117.10455 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 10.000,00

SUBTOTAL 35.000,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Cód. Reduzido 420

001.04.122.0002.20165 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 30.000,00

Cód. Reduzido 422

001.04.122.0002.20165 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 10.000,00

Cód. Reduzido 423

001.04.122.0002.20165 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 20.000,00

Cód. Reduzido 424

001.04.122.0002.20165 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390400000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 59.400,00

Cód. Reduzido 265

001.28.843.0113.20261 REGULARIZAÇÃO DE DÉBITOS FISCAIS COM A UNIÃO - INSS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4690710000 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO 300.000,00

Cód. Reduzido 266

001.28.846.0113.20259 PAGAMENTOS DE SENTENÇAS JUDICIAIS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3190910000 SENTENÇAS JUDICIAIS 100.000,00

Cód. Reduzido 428

001.28.846.0113.20259 PAGAMENTOS DE SENTENÇAS JUDICIAIS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390910000 SENTENÇAS JUDICIAIS 200.000,00

SUBTOTAL 719.400,00

13 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E CIDADE

Cód. Reduzido 770

001.18.541.0109.10485 IMPLANTAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 46.000,00

SUBTOTAL 46.000,00

TOTAL 2.351.441,00

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação

ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO(A) DIAMANTINO - MT.

AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação

no lugar público de costume na data supra.

PORTARIA Nº 326/2023

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. **JOÃO RODOLFO CARVALHO**, portador do RG nº 1389437-4 SSP/MT, inscrito no CPF nº 017.874.781-57, **como Fiscal do Contrato nº 098/2023, cujoOBJETO é:** Aquisição de brinquedos para playgrounds e equipamentos para academia ao ar livre que serão utilizados na praça Sebastiana Vasconcellos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 20 de setembro de 2023.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 273/2023 DE 15 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 273/2023 DE 15 DE SETEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 06 (SEIS) MESES DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA DENIZIA GOMES MENDES JIORJUTI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e em especial a Lei Municipal nº 1142/2008 de 06 de agosto de 2008.

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 06 (seis) meses de Licença Maternidade a servidora **DENIZIA GOMES MENDES JIORJUTI,** cargo de Professora Contratada, lotada na Secretaria Municipal de Educação deste município.

ART. 2º - A licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **15 de setembro de 2023 a 12 de março de 2024**.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 15 de setembro de 2023.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

FRANCISCO GUEDES NETO

Secretário de Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 274/2023 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 274/2023 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A JUCINEIDE DOS REIS LIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria de Administração, no cargo de Técnico Administrativo (Aposentada), no período aquisitivo de **01/03/2021 a 01/03/2022.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **JUCINEIDE DOS REIS LIMA**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **02/10/2023 a 31/10/2023.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 19 de setembro de 2023.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Secretário de Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 275/2023 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 275/2023 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A LINDINALVA SOUZA BRANCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Assistência Social, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **01/02/2018 a 01/02/2023.**

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a **LINDINALVA SOUZA BRANCO.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **18/09/2023 a 17/10/2023.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 19 de setembro de 2023.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Secretário de Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 276/2023 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 276/2023 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO DE DOM AQUINO/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei, Instrução Normativa Conjunta nº 007/2023/SEFAZ/CGE e pela presente portaria,

R E S O L V E:

ART. 1° - Por meio desta portaria, através do Setor de Engenharia do Município de Dom Aquino/MT, tornar público a APROVAÇÃO DO PROJETO de Pavimentação Asfáltica em TSD em diversas ruas no Município de Dom Aquino – MT, em 33.139,00 m² de vias urbanas, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM 33.139,00 M² DE VIAS URBANAS	NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: JESSYKA WISNIESKI SOUZA CREA: 040.491

Edimicio Pereira de Lima:

ENGENHEIRO CIVIL

CREA: 2606316142

ART. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 19 de setembro de 2023.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Secretário de Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 277/2023 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023. DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A DIEGO MARADONA DOS SANTOS MORENO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, PREFEITO

PORTARIA Nº 277/2023 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A DIEGO MARADONA DOS SANTOS MORENO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria de Administração, no cargo de Fiscal de Consumo, no período aquisitivo de **17/09/2022 a 17/09/2023.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **DIEGO MARADONA DOS SANTOS MORENO**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **18/09/2023 a 17/10/2023.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 19 de setembro de 2023.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Secretário de Administração

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE ADESÃO À NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA DE PADRÃO NACIONAL

Termo de Adesão do MUNICÍPIO DE DOM AQUINO/MT ao Convênio da NFS-e, celebrado em 30 de junho de 2022, entre as administrações tributárias da União, do Distrito Federal e dos Municípios, com a participação da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), da Confederação Nacional de Municípios (CNM), e da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), objetivando a adesão ao padrão nacional da Nota Fiscal de Serviço eletrônica, bem como exercer opção por produtos disponíveis pelo Sistema Nacional da NFS-e, de acordo com o disposto no artigo 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

O **MUNICÍPIO DE DOM AQUINO/MT**, CNPJ 03.347.119/0001-23, neste ato representado pelo seu Prefeito, **VALDÉCIO LUIZ DA COSTA** CPF nº 537.212.171-87, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 100 e no art. 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ora denominado **ADERENTE**:

Considerando que o Convênio da NFS-e, celebrado em 30 de junho de 2022, que dispõe sobre as regras relativas à instituição de um padrão nacional para a Nota Fiscal de Serviço eletrônica (Protocolo ENAT nº 11, de 2015), institui o Sistema Nacional da NFS-e e estabelece o modelo deste Termo de Adesão ao Convênio, resolve firmar, por seus representantes legais, o presente Termo de Adesão ao Convênio da NFS-e que se regerá pelas cláusulas seguintes:

DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo a adesão ao Convênio da NFS-e, celebrado em 30 de junho de 2022, visando adotar o padrão nacional da Nota Fiscal de Serviço eletrônica (NFS-e), com o consequente compartilhamento dos documentos fiscais, e integrar o Sistema Nacional da NFS-e, sem prejuízo da legislação nacional referente aos sigilos comercial e fiscal.

DAS CONDIÇÕES

O aderente se obriga às cláusulas do CONVÊNIO.

DA VIGÊNCIA

O presente TERMO é parte integrante do Convênio e terá vigência por prazo indeterminado, a partir da data de sua assinatura.

Na ocorrência de ajustes ao convênio, este termo fica tacitamente ratificado, sem prejuízo ao direito ulterior de distrato.

DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente TERMO é de responsabilidade do ADERENTE, a ser formalizada em seus diários oficiais, ou em outros instrumentos de grande circulação.

O signatário firma o presente TERMO para que produza os efeitos legais e resultantes de direito.

Dom Aquino-MT, 12 de setembro de 2023.

_____

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
CONTRATO DE RATEIO N.º 002/2023

CONTRATO DE RATEIO QUE FORMALIZAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO/MT E O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO - CORESS/MT, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

O **MUNICÍPIO DE DOM AQUINO**, pessoa jurídica de Direito Público, com sede administrativa na Avenida Cuiabá, nº 143, Centro, devidamente inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 03.347.119/0001-23, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o **Sr. VALDÉCIO LUIZ DA COSTA,** brasileiro, casado,

portador da cédula de identidade sob o n.º 82078-9 SSP/MT e CPF (MF) sob o n.º 537.212.171-87, residente e domiciliado na Avenida Castelo Branco, nº 137, Planaltina, nesta cidade de Dom Aquino/MT, denominando de **CONCEDENTE**, e o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO - CORESS/MT**, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.238.413/0001-22, com sede na com sede na Rua João Pessoa, nº 1357, Centro A, nesta cidade de Rondonópolis/MT, fone/fax: (66) 3423-1086, neste ato representado pelo Presidente, Sr. **GUSTAVO DE MELO ANICÉZIO,** brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade sob o n.º 13712950, SSP/MT e CPF (MF) n.º 709.304.491-34, residente e domiciliado na Cidade de Alto Araguaia/MT, denominado de **PROPONENTE**, resolvem celebrar o presente Contrato de Rateio, que reger-se-á, pela Lei Federal nº 11.107/05, pelo Decreto Regulamentador nº 6.017/07, subsidiariamente pelo Estatuto Social do Proponente, bem como pelos demais dispositivos correlatos e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste instrumento o rateio das despesas do PROPONENTE entre os Municípios Consorciados para custear os serviços de análise da qualidade da água para consumo humano nos municípios integrantes da região, através do **Programa de Vigilância da Qualidade da Água – VIGIÁGUA**.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA

2.1 - O objetivo geral do Programa Vigiágua é implementar o Monitoramento da Qualidade da água para o consumo Humano, aos municípios da regional de Rondonópolis. São objetivos específicos do programa VIGIÁGUA:

Garantir implantação do laboratório no município de Rondonópolis; Implementar ações de vigilância da qualidade de água para o consumo humano; Promover a descentralização e regionalização dos serviços de saúde; Monitorar sistematicamente a qualidade da água para o consumo humano por meio de coleta de amostras e análises laboratoriais de vigilância, nos parâmetros bacteriológicos e físico-químicos básicos de rotina aos municípios da regional em atenção a Portaria 2.914/2.011 do Ministério da Saúde e Resolução 004/2.007 da Secretaria Estadual de Saúde; Facilitar o acesso e agilidade nos resultados.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O valor do presente Contrato de Rateio é de **R$ 7.792,20 (sete mil, setecentos e noventa e dois reais e vinte centavos)**, e será pago em **12 (doze) parcelas mensais, no valor de R$ 649,35 (seiscentos e quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos),** conforme demonstrado no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	POPULAÇÃO 2.021 (IBGE)	QTD MINIMA ANÁLISES 2.023		VALOR UNITÁRIO R$	VALOR MENSAL R$	VALOR ANUAL R$
		QTD MENSAL	QTD TOTAL			
Análise da qualidade da água para consumo humano – Programa VIGIAGUA	**8.087**	**09**	**108**	**72,15**	**649,35**	**7.792,20**

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1 - As partes obrigam-se mutuamente a cumprir este Contrato de Rateio, ficando a cargo do CONCEDENTE efetuar os repasses das verbas previstas na Tabela de Distribuição de Exames de Análise de Qualidade de Água por Município, descrito no projeto do Laboratório de Água.

4.2 -O **CONCEDENTE** se compromete a:

Efetuar o repasse financeiro previsto no *caput* da CLÁUSULA TERCEIRA, por meio de **transferência bancária na conta corrente do PROPONENTE nº 6770-9, agência 3283-2, do Banco do Brasil**, ficando, em caso de inadimplência, sujeito a não realização das análises; Nos casos de epidemias, serão acrescidas no valor total do repasse mensal, as amostras excedentes realizadas fora da pactuação do Programa VIGIAGUA, em casos de investigação.

4.3 - O **PROPONENTE** se compromete a:

Cumprido, pelo CONCEDENTE, o previsto no inciso I da SUB-CLÁUSULA 4.2, repassar os recursos financeiros ao laboratório, conforme pactuado no contrato nº 026/2.017; Fazer prestação de contas, se solicitado; Movimentar contas específicas para os valores ora conveniados em instituições financeiras oficiais.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1 - O prazo de vigência do presente Contrato será de **02 de janeiro de 2.023** a **31 de dezembro de 2.023**.

CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas decorrentes deste Contrato de Rateio, correrão a conta do **CONCEDENTE**, com sua cota de participação descrita no projeto do laboratório de água, sob a seguinte dotação orçamentária:

05.002.10.302.0146.2111 (Manutenção Consórcio Regional de Saúde do Sul de Mato Grosso – CORESS)

3.3.71.70.00.00 – Rateio pela participação em Consórcio Público.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser denunciado por qualquer das partes mediante comunicação formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dais;

7.2 - O presente Termo de Convênio poderá ser rescindido:

I. por consenso das partes, desde que presentes razões de superior interesse público e conveniência administrativa;

II. por superveniência de lei, fatos ou atos que torne inviável a sua execução;

III. por descumprimento de cláusulas e condições contratuais.

CLÁUSULA OITAVA: DAS MODIFICAÇÕES

8.1 – Será objeto de Termo Aditivo qualquer modificação julgada necessária pelos signatários deste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA NONA: DA OMISSÃO

9.1 - Diante de eventual omissão, esta será sanada com base na Lei nº 8.666/93 e nos princípios que regem a Administração Pública.

CLAUSULA DÉCIMA: DO FUNDAMENTO LEGAL

10.1 - Ao presente Contrato de Rateio, no que couber, é aplicado o disposto nas Leis Federais nº 8.666/93 e 11.107/05, Portaria nº 2.941/2.011 do Ministério da Saúde e a Resolução nº 004/2.007 da Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso, subsidiariamente pelo Estatuto Social do Proponente e pelos demais dispositivos legais correlatos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1 - Fica o PROPONENTE autorizado, a regulamentar, via Resolução, outras disposições necessárias a garantir a finalidade do objeto descrito na CLAUSULA PRIMEIRA.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO

12.1 – As partes elegem o foro da Justiça Estadual da Comarca de Rondonópolis, como competente para dirimir as questões oriundas da execução do presente Contrato que não puderem ser resolvidas por via administrativa, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim, justas e acertadas, as partes firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem, para que surta, desde logo, os efeitos nele contidos.

Dom Aquino, 02 de janeiro de 2.023.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA GUSTAVO DE MELO ANICÉZIO

Prefeito Municipal de Presidente do Consórcio Regional

Dom Aquino/MT de Saúde Sul de Mato Grosso

CORESS/MT

Testemunhas: Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE CONVÊNIO N.º 004/2.023

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DOM AQUIINO/MT E O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO - CORESS/MT, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

O **MUNICÍPIO DE DOM AQUINO**, pessoa jurídica de Direito Público, com sede administrativa na Avenida Cuiabá, nº 143, Centro, devidamente inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 03.347.119/0001-23, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o **Sr. VALDÉCIO LUIZ DA COSTA,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade sob o n.º 82078-9 SSP/MT e CPF (MF) sob o n.º 537.212.171-87, residente e domiciliado na Avenida Castelo Branco, nº 137, Planaltina, nesta cidade de Dom Aquino/MT, denominando de **CONCEDENTE** e o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO - CORESS/MT**, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.238.413/0001-22, com sede na com sede na Rua João Pessoa, nº 1.357, Centro A, nesta cidade de Rondonópolis/MT, fone/fax: (66) 3423-1086, neste ato representado pelo Presidente, Sr. **GUSTAVO DE MELO ANICÉZIO**, brasileiro, solteiro, Prefeito do Município de Alto Araguaia/MT, portador do RG nº. 13712950 SSP/MT e inscrito no CPF sob n.º 709.304.491-34, residente e domiciliado em Alto Araguaia/MT, denominado de **PROPONENTE**, têm justo e acordado o presente Termo de Convênio, que reger-se-á, pelas Leis Federais nº 11. 107/05 e 8.666/93, subsidiariamente pelo Estatuto Social do Proponente, bem como pelos demais dispositivos correlatos e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Convênio a transferência, pelo Município CONCEDENTE ao Consórcio PROPONENTE, de **recursos financeiros para assegurar o custeio de serviços médicos, na execução de consultas, exames e procedimentos**, *conforme a demanda de serviços*, visando o fortalecimento das ações de atenção à saúde ofertadas aos usuários do Sistema Único de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O **valor total** do presente Convênio é de **R$100.000,00 (cem mil reais)**, e será depositado pelo Município Concedente, e será pago em ***parcela única*.**

2.1.1. O valor acima descrito será depositado pelo Município Concedente, **na conta corrente nº 6770-9, do Banco do Brasil S/A, agência nº 3283-2**, **de titularidade do PROPONENTE**.

2.1.2.Fica autorizado o desconto de 1% (um por cento), no valor previsto na cláusula segunda deste instrumento, a título de taxa de administração, em favor do PROPONENTE, para aplicação nas despesas de manutenção e funcionamento regular de sua sede.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO

3.1. O valor a ser pago pelo CONCEDENTE ao PROPONENTE correrá à conta da dotação orçamentária prevista no orçamento vigente:

05.002.10.302.0146.2.110 (Manutenção de Média e Alta Complexidade-MAC)

3.3.90.39.00.00 (Serviços de terceiros de pessoa jurídica).

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGENCIA

4.1 O prazo de vigência do presente Convênio será de **11 de Maio de 2. 023 a 31 de dezembro de 2.023**, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, devidamente acordado e aceito entre as partes conveniadas.

CLÁUSULA QUINTA: DA INADIMPLÊNCIA

5.1. As partes signatárias acordam que em caso de inadimplência do CONCEDENTE **haverá suspensão imediata**, após 05 (cinco) dias de atraso no repasse previsto na cláusula segunda, do serviço objeto do presente instrumento, aos usuários do Município CONCEDENTE, sem prejuízo de responsabilização judicial.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES

6.1 Compete ao CONCEDENTE:

6.1.1. Efetuar o pagamento do valor do serviço utilizado, conforme pactuado, sob pena de sofrer a sanção prevista na CLÁUSULA QUINTA;

6.1.2. Acompanhar e fiscalizar a consecução do presente Termo de Convênio através da Secretaria Municipal de Saúde;

6.2 Compete ao PROPONENTE:

6.2.1. Aplicar os valores financeiros, pagos pelo CONCEDENTE, no limite das finalidades previstas no objeto deste convênio.

CLÁSULA SÉTIMA: DAS ALTERAÇÕES

7.1. Será objeto de Termo Aditivo qualquer alteração julgada necessária pelos signatários do presente Convênio.

CLÁSULA OITAVA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. O presente Convênio poderá ser rescindido:

a) Mediante comum acordo pelas partes signatárias;

b) Unilateralmente, por meio de notificação do CONCEDENTE ao PROPONENTE, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias;

c) Por qualquer dos signatários, em caso de não cumprimento de alguma das cláusulas avençadas;

d) Ou, ainda, por interesse público desde que justificado, também num prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA: DO FORO

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Rondonópolis/MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Fica certo que o presente Termo de Convênio, dada a sua natureza obrigacional recíproca, servirá de título executivo extrajudicial (artigo 910 do CPC) para a devida execução, em casa de inadimplemento, de todos os valores pelo Município Conveniado, originados pelo descumprimento de quaisquer cláusulas do presente pacto.

Por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo de Convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Dom Aquino/MT, 11 de maio de 2.023.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA GUSTAVO DE MELO ANICÉZIO

Prefeito Municipal de Presidente do Consórcio Regional

Dom Aquino/MT de Saúde Sul de Mato Grosso

CORESS/MT

Testemunhas: **Nome:**

_____

CPF:

_____

Nome:

_____

CPF:

_____

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
1º TERMO ADITIVO CONVÊNIO 004/2023

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE CONVÊNIO N.º 004/2.023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO/MT E O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO - CORESS/MT, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

O **MUNICÍPIO DE DOM AQUINO**, pessoa jurídica de Direito Público, com sede administrativa na Avenida Cuiabá, nº 143, Centro, devidamente inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 03.347.119/0001-23, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o **Sr. VALDÉCIO LUIZ DA COSTA,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade sob o n.º 82078-9 SSP/MT e CPF (MF) sob o n.º 537.212.171-87, residente e domiciliado na Avenida Castelo Branco, nº 137, Planaltina, nesta cidade de Dom Aquino/MT, denominando de **CONCEDENTE** e o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO - CORESS/MT**, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.238.413/0001-22, com sede na com sede na Rua João Pessoa, nº 1.357, Centro A, nesta cidade de Rondonópolis/MT, fone/fax: (66) 3423-1086, neste ato representado pelo Presidente, Sr. **GUSTAVO DE MELO ANICÉZIO**, brasileiro, solteiro, Prefeito do Município de Alto Araguaia/MT, portador do RG nº. 13712950 SSP/MT e inscrito no CPF sob n.º 709. 304.491-34, residente e domiciliado em Alto Araguaia/MT, denominado de **PROPONENTE**, **considerando a solicitação feita pelo CONCEDENTE**, têm justo e acordado o presente Termo Aditivo de Convênio, que reger-se-á, pela legislação prevista no instrumento primitivo, bem como pelos demais dispositivos correlatos e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo Aditivo, **a transferência**, pelo Município **CONCEDENTE** ao Consórcio **PROPONENTE, do valor de R$100.000,00 (cem mil reais), que será repassado em parcela única, até o dia 30 (trinta) do corrente mês, para assegurar o custeio de serviços de saúde pactuados no instrumento originário**, visando o fortalecimento das ações de atenção à saúde ofertadas aos usuários do Sistema Único de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

2.1.Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do no Termo de Convênio inicial.

E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam este termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Dom Aquino/MT, 01 de setembro de 2.023.

VALDECIO LUIZ DA COSTA GUSTAVO DE MELO ANICÉZIO

Prefeito de Dom Aquino/MT Presidente do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso CORESS/MT Testemunhas: Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
CONTRATO DE RATEIO N.º 001/2023

CONTRATO DE RATEIO QUE FORMALIZAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO/MT E O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO - CORESS/MT, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

O **MUNICÍPIO DE DOM AQUINO**, pessoa jurídica de Direito Público, com sede administrativa na Avenida Cuiabá, nº 143, Centro, devidamente inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 03.347.119/0001-23, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o **Sr. VALDÉCIO LUIZ DA COSTA,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade sob o n.º 82078-9 SSP/MT e CPF (MF) sob o n.º 537.212.171-87, residente e domiciliado na Avenida Castelo Branco, nº 137, Planaltina, nesta cidade de Dom Aquino/MT, denominando de **CONCEDENTE**, e o **CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO - CORESS/MT**, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.238.413/0001-22, com sede na com sede na Rua João Pessoa, nº 1357, Centro A, nesta cidade de Rondonópolis/MT, fone/fax: (66) 3423-1086, neste ato representado pelo Presidente, Sr. **GUSTAVO DE MELO ANICÉZIO,** brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade sob o n.º 13712950, SSP/MT e CPF (MF) n.º 709.304.491-34, residente e domiciliado na Cidade de Alto Araguaia/MT, denominado de **PROPONENTE**, resolvem celebrar o presente Contrato de Rateio, que reger-se-á, pela Lei Federal nº 11.107/05, pelo Decreto Regulamentador nº 6.017/07, subsidiariamente pelo Estatuto Social do Proponente, bem como pelos demais dispositivos correlatos e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto **ratear os custos com a manutenção do Consórcio** PROPONENTE e o cumprimento dos objetivos fixados no Estatuto Social do CORESS, em atendimento as exigências legais, especialmente a consecução das ações previstas na Lei Municipal nº 991 de fevereiro de 2.006, **para assegurar o custeio de consultas, exames e procedimentos**, visando o fortalecimento das ações de atenção à saúde ofertadas aos usuários do Sistema Único de Saúde;

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

2.1 - O valor total do presente Contrato de Rateio é de**R$282.522,24 (duzentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos),** conforme per capita e cota do Programa de Apoio ao Desenvolvimento e Implementação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde – PAICI, demonstrada no quadro a seguir:

Município (MT) 2023	população 2021	per capita	rateio Mensal rECURSO PRÓPRIO	rATEIO ANUAL	VALOR PAICI MENSAL	VALOR PAICI ANUAL	RATEIO + PAICI MENSAIS	RATEIO + PAICI ANUAL
DOM AQUINO	8.087	R$ 2,10213924	R$ 17.000,00	R$ 204.000,00	R$ 6.543,52	R$ 78.522,24	R$ 23.543,52	R$ 282.522,24

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O valor total do presente Contrato de Rateio, constante na CLÁUSULA SEGUNDA, será pago em **12 (doze) parcelas mensais de *R$23.543,52 (vinte e três mil, quinhentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos)*, até o dia dez (10) de cada mês**, conforme estabelece o §1º do artigo 25, do Estatuto Social do PROPONENTE;

I - Havendo atraso do Estado de Mato Grosso, em repassar ao CONCEDENTE, o valor alusivo ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento e Implementação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde – PAICI, descrito na CLAUSULA SEGUNDA, em consonância ao disposto na Portaria nº 212/2.022/GBSES/MT, e definido em Reunião de CIR, **deverá o Município realizar o pagamento da seguinte forma**:

a) Repassar ao PROPONENTE, impreterivelmente, até a data e na quantidade de parcelas previstas no *caput*, **a cota mensal oriunda de recurso próprio, no valor de *R$17.000,00 (dezessete mil reais***);

b) Realizada a transferência do recurso do PAICI pelo Estado de Mato Grosso, através de sua Secretaria Estadual de Saúde – SES/MT, o CONCEDENTE deverá **repassar imediatamente** ao PROPONENTE, que reverterá em serviços médicos à população do município CONCEDENTE.

§1º – Os valores acima descritos e demais provenientes deste Contrato de Rateio serão depositados pelo Município Concedente, **na conta corrente nº 6770-9, do Banco do Brasil S/A, agência nº 3283-2**, **de titularidade do PROPONENTE**.

§2º – O valor referente **ao recurso próprio** do CONCEDENTE, previsto na letra *a*, do inciso I, da CLAUSULA TERCEIRA será dividido da seguinte forma:

I – 75% (setenta e cinco por cento) investido em consultas, exames, procedimentos e demais atendimentos médico-hospitalar;

II – 25% (vinte e cinco por cento) direcionado a manutenção da estrutura administrativa do PROPONENTE;

§3º – Fica determinado que, caso o CONCEDENTE não realize o pagamento total do recurso próprio, **deverá, obrigatoriamente, realizar o pagamento, ao PROPONENTE, da porcentagem administrativa prevista no inciso II do §2º desta CLAUSULA TERCEIRA, até o dia 10 (dez) de cada mês**, sob pena de serem aplicadas as penalidades previstas na CLAUSULA SEXTA e medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO

4.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio correrão à conta do orçamento vigente programado para o corrente exercício, na dotação orçamentária nº:

05.002.10.302.0146.2111 (Manutenção Consórcio Regional de Saúde do Sul de Mato Grosso – CORESS)

3.3.71.70.00.00 – Rateio pela participação em Consórcio Público.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

5.1 - O prazo de vigência deste Contrato de Rateio será de **02 de janeiro de 2.023** a **31 de dezembro de 2.023**, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, devidamente acordado e aceito entre as partes conveniadas.

CLÁUSULA SEXTA: DA INADIMPLÊNCIA

6.1 - As partes signatárias acordam que em caso de inadimplência do CONCEDENTE do compromisso firmado na CLAUSULA TERCEIRA, de, no máximo, 20 (vinte) dias, contados da data prevista para o pagamento do valor mensal de recurso próprio, ou seja dia 10 (dez) de cada mês, **haverá incidência de multa mensal de 2% (dois por cento) sobre o valor inadimplido** e **suspensão imediata**, a partir do primeiro dia útil subsequente a data limite de atraso, **dos atendimentos/serviços médicos, aos usuários do Município CONCEDENTE**, sem prejuízo de eventual exclusão do CONCEDENTE do quadro do PROPONENTE, e responsabilização judicial.

6.2 – Desfeita a situação de inadimplência, fica o PROPONENTE autorizado a realizar, automaticamente, a quitação de todas as taxas administrativas vencidas, e aplicar, somente o saldo remanescente, em serviços médicos.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES

7.1 - Compete ao CONCEDENTE:

§ 1º – Efetuar o pagamento do valor mensal, conforme consignado na CLAUSULA TERCEIRA, **até o dia 10 (dez) de cada mês, impreterivelmente**, sob pena de sofrer as sanções previstas na CLÁUSULA SEXTA e demais aplicáveis;

§ 2º – Acompanhar e fiscalizar a consecução do presente Contrato através da Secretaria Municipal de Saúde;

§ 3º – Informar ao PROPONENTE quaisquer situações que impossibilitem de formalizar o repasse dos valores, bem como as providencias adotadas para regularizar tais pendencias;

§ 4º – Apresentar ao legislativo, quando necessário, proposta de alteração orçamentária, a tempo de se elaborar termo aditivo, a fim de adequar sua legislação para a continuidade dos serviços públicos sustentados por este contrato;

§ 5º - Executar, rigorosamente, o cronograma de repasses financeiros deste Contrato de Rateio, de modo a cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas deste contrato.

7.2 – Compete ao PROPONENTE:

a) Aplicar os valores financeiros, pagos pelo CONCEDENTE, no limite das finalidades do CORESS/MT – Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso, e em estreita obediência ao artigo 7º do Estatuto Social deste;

b) Fazer prestação de contas, conforme estabelece o Estatuto Social do Consórcio;

c) Movimentar contas específicas para os valores ora conveniados em instituições financeiras oficiais;

d) Enviar relatório mensal da consecução financeira do presente Contrato ao CONCEDENTE, na pessoa do Sr. Prefeito Municipal e a Secretaria de Estado da Saúde de Mato Grosso, para cumprimento do princípio da publicidade e outros, referidos pelo artigo 7º, inciso II, do Estatuto Social do PROPONENTE, e se solicitado, enviá-lo aos Srs. Vereadores e Sr. Secretário Municipal de Saúde;

e) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente contrato.

CLÁSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES

8.1 - Será objeto de Termo Aditivo qualquer alteração julgada necessária pelos signatários do presente Contrato.

CLÁSULA NONA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente Contrato de Rateio poderá ser rescindido de comum acordo pelas partes signatárias, ou unilateralmente, mediante notificação do CONCEDENTE ao PROPONENTE, com prazo nunca inferior a 120 (cento e vinte) dias antes do exercício seguinte, como estabelece o artigo 29 do Estatuto Social do PROPONENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

10.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Rondonópolis/MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 – Eventual saldo oriundo dos valores previstos na CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato de Rateio, pagos pelo CONCEDENTE, poderão ser utilizados no período de vigência do Contrato de Rateio do ano subsequente, desde que o CONCEDENTE celebre o Contrato de Rateio do próximo ano e esteja adimplente com as parcelas mensais firmadas;

§1º - Havendo situação de inadimplência por parte CONCEDENTE, o PROPONENTE utilizará, imediatamente, esse saldo financeiro existente, para amortizar a inadimplência de atendimentos/serviços, fortuitamente, já usufruídos pelos pacientes e ainda de todas as taxas administrativas vencidas que por ventura existirem, não podendo o CONCEDENTE requerer a utilização da quantia aplicada pelo PROPONENTE nos pagamentos aqui descritos, em serviços/atendimentos.

11.2 – Fica certo que o presente Contrato de Rateio, dada a sua natureza obrigacional recíproca, servirá de título executivo extrajudicial (artigo 910 do CPC) para a devida execução, em casa de inadimplemento, de todos os valores pelo Município Concedente, originados pelo descumprimento de quaisquer cláusulas do presente pacto.

Por estarem as partes de acordo, assinam o presente Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Dom Aquino/MT, 02 de janeiro de 2.023.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA GUSTAVO DE MELO ANICÉZIO

Prefeito Municipal de Presidente do Consórcio Regional

Dom Aquino/MT de Saúde Sul de Mato Grosso

CORESS/MT

Testemunhas: Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da Comissão de Licitação e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000118/2023

Modalidade Nr.: 00000039/2023

Classificação:: Dispensa de licitação para compras e serviços

Data da Adjudicação: 20/09/23

Data da Homologação: 20/09/23

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM HOSPEDAGEM, REFEIÇÕES E FORNECIMENTO DE AGUA PARA VIAGEM DOS IDOSOS.

"Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)"

42237198 - POUSADA AGUAS QUENTES LTDA

CNPJ: 01.331.565/0001-14

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
36712	SERVIÇO DE REFEIÇÃO Detalhamento: SERVIÇO DE REFEIÇÃO	UNIDADE		43,0000	618,0000	26.574,00
36713	SERVIÇO DE HOSPEDAGEM Detalhamento: SERVIÇO DE HOSPEDAGEM	UNIDADE		43,0000	600,0000	25.800,00
37619	ÁGUAS MINERAL DE 500 ML Detalhamento: ÁGUAS MINERAL DE 500 ML	UNIDADE		1000,0000	4,0000	4.000,00

Total Fornecedor: 56.374,0000

Total Geral: 56.374,0000

GAUCHA DO NORTE, Quarta-feira, 20 de Setembro de 2023

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

RESOLUÇÃO Nº 003/2023 - CMDCA

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GESTÃO COLEGIADA DA REDE DE CUIDADO E PROTEÇÃO SOCIAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA BEM COMO DA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS E PARTICIPANTES DESTE COMITÊ.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, previstas em Lei Federal n? 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA de 13 de julho de 1990 em conjunto as Leis Municipais nº 231/2022, e demais disposições legais pertinentes.

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.431/2017, que define ser a escuta especializada um procedimento realizado pelos órgãos da rede de proteção nos campos da educação, da saúde, da assistência social, da segurança pública e dos direitos humanos, com o objetivo de assegurar o acompanhamento da vítima em suas demandas, na perspectiva de superação das consequências da violação sofrida, inclusive no âmbito familiar. Deve-se limitar estritamente ao necessário para o cumprimento da finalidade de proteção;

CONSIDERANDO a Resolução nº 235, de 12 de maio de 2023, que estabelece aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Cri-

ança e do Adolescente a obrigação de implantação de Comitês de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência nas suas localidades.

CONSIDERANDO que nas políticas intersetoriais é imprescindível que haja integração dos serviços e o estabelecimento de fluxo de atendimento, sendo que os atendimentos devem ser realizados de maneira articulada; não havendo a superposição de tarefas; necessária a prioridade na cooperação entre os entes; exigindo a fixação de mecanismos de compartilhamento das informações; e a definição do papel de cada instância/serviço e do profissional de referência que supervisionará as atividades.

RESOLVE:

Art. 1º- Criar o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

Art. 2º- O Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, será composto por 01 (um) membro titular e 01 (um) suplente, dos órgãos abaixo descritos.

Art. 3º- O Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, terá a duração de 02(dois) anos, e em caso de vacância, o respectivo orgãos ou entidade deverá, no prazo de 05 dias, encaminhar nova indicação ao CMDCA, via oficio , para que se proceda a alteração necessária em resolução.

Art. 4º- As reuniões do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, ocorrerão sempre que necessário.

Art. 5º- Cabe ao Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência,

I - Articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de colaborar para a definição dos fluxos de atendimento e o aprimoramento da integração do referido comitê.

Art. 6º- Os trabalhos do Comitê de Gestão Colegiada deverão resultar em um documento orientativo sobre a escuta especializada, fluxos e protocolos, que precisará ser remetido e aprovado pelo CMDCA.

Art.7º- A qualquer momento, conforme demanda, novas instituições poderão ser indicadas a fazer parte do Comitê Gestor.

Art.8º- São membros do Comitê Gestor os descritos abaixo

I - Representantes das Políticas:

a) - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Suely Cristina dos Anjos

CPF: 000.426.851-25

Suplente: Ulisse Aparecido Palermo dos Santos

CPF: 012.637.561-58

b) - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Jefferson Douglas Oliveira

CPF: 031.992.041-04

Suplente: Marilene Aparecida da Costa

CPF: 015.999.461-65

c) - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Regiane de Assis Pereira

CPF: 037.953.991-81

Suplente: Eliane Pires da Silva Mochi Santos

CPF: 025.603.851-12

d) - Representantes da Policia Militar:

Titular: Rinaldo Gomes da Silva

CPF:651.580.081-91

Suplente: Rodnei Ramos da Silva

CPF: 909.037.491-49

e) - Representantes do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente:

Titular: Daniele Silva Zeviani Ramos

CPF: 228.884.178-80

Suplente: Debora Ferreira Lemes

CPF: 053.916.771-14

f) - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Wanderson Lourenço da Silva

CPF: 032.125.221-78

Suplente: Jaqueline Pinto da Cunha

CPF: 030.997.361-98

II - Representantes das Organizações Civis:

a) - Representantes do Executivo

Titular: Leandro de Souza Remédio

CPF: 732.048.971-68

Suplente: Sidinei da Silva

CPF:615.800.151-15

Art. 9º - Esta resolução entra em vigor a partir da data da publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Glória D´ Oeste -MT, 20 de SETEMBRO de 2023.

_____

Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 011-2023 - REFORMA DA PASSARELA DO POVOADO VILA NOVA - CORÉIA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO N. º 011/2023

O município de **GUIRATINGA-MT**, através do Diretor do Departamento de Licitação, torna público que realizará licitação namodalidade **TOMADA DE PREÇO**, objetivando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DA PASSARELA LOCALIZADA SOBRE O RIO GARÇAS NO POVOADO DA VILA NOVA (CORÉIA) NO MUNICIPIO DE GUIRATINGA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO DE ENGENHARIA, O PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS,** a sessão pública acontecerá na sede da Prefeitura Municipal de Guiratinga no dia **09 de outubro de 2023**. O Edital completo encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Guiratinga: www.guiratinga.mt.gov.br ou poderá ser solicitado através do e-mail: licitacaoguiratinga@hotmail.com. Maiores informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situada na Av. Rotary Internacional, n. º 944, Bairro Santa Maria Bertila, CEP: 78.760-000 ou pelo telefone: (66) 3431-1441.

Guiratinga/MT, 20 de setembro de 2023.

Jefferson Rodrigues da Silva

Diretor do Departamento de Licitação

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP-052-2023

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2023

PROCESSO Nº 444/2023

Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER BRINQUEDOS PARA AS COMEMORAÇÕES DO DIA DAS CRIANÇAS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.**

ATA Nº	EMPRESA/CNPJ	VIGÊNCIA
182/2023	MARIA JOSE DOS REIS NETO- EPP - CNPJ sob o n° 10.226.940/0001-57.	19/09/2023 a 19/09/2024
ITENS	01; 02.	
VALOR TOTAL	R$: 18.220,00 (Dezoito mil e duzentos e vinte reais).	

LICITAÇÃO
PE 011-2023 - REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. º 011/2023

O município de **GUIRATINGA-MT**, através do Diretor do Departamento de Licitação, torna público que realizará licitação namodalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR SERVIÇOS TÉCNICOS NA ELABORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, COM UMA ESTIMATIVA DE 500 INSCRITOS PARA OS CARGOS E VAGAS DISCRIMINADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ATENDENDO AS NECESIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE GUIRATINGA**, conforme descrição no Anexo I do Edital, a sessão pública acontecerá na sede da Prefeitura Municipal de Guiratinga no dia **04 de outubro de 2023** no endereço eletrônico: www.bll.org.br. O Edital completo encontra-se disponível no site supramencionado e no site oficial da Prefeitura Municipal de Guiratinga: www.guiratinga.mt.gov.br, e ainda poderá ser solicitado através do e-mail: licitacaoguiratinga@hotmail.com. Maiores informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situada na Av. Rotary Internacional, n.º 944, Bairro Santa Maria Bertila, CEP: 78.760-000 ou pelo telefone: (66) 3431-1441.

Guiratinga/MT, 20 de setembro de 2023.

Jefferson Rodrigues da Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA SMEC N° 008/2023

PORTARIA SMEC N° 008/2023

Data: 18 de Setembro de 2023

SÚMULA: "Normatiza o período de matrículas e rematrículas nas escolas municipais de Itanhangá-MT *e dá outras providências."*

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exma. Srª Suzana Bêss, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - As matrículas e rematrículas para o ano letivo de 2024 se dará entre os dias 27/11 a 30/11/2023, no período matutino das 7:00 às 11:00 horas e no período vespertino das 13:00 as 17:00 horas conforme chamamento de cada unidade escolar.

Parágrafo Único: A Escola Municipal Cecília Meireles atenderá somente no horário matutino.

Art. 2° - Os alunos de berçário e jardim que residem da Avenida Mato Grosso ao Bairro Cidade Alta terão suas vagas asseguradas em salas no CEI Sonho Meu;

Art. 3° - O CEI Sonho Meu atenderá primeiramente as vagas em tempo integral e vagas parcial as crianças residentes na COHAB – Cidade Alta;

Art. 3° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogam-se as disposições em contrário.

Suzana Bêss

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Audrey Sabrina Delf

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Decreto 135/2023

Registre-se, Publique-se e Afixe

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTRUÇÃO NORMATIVA SMEC Nº 004/2023 DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES DO CALENDÁRIO DE ATIVIDADES – 2024 NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT. A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE

INSTRUÇÃO NORMATIVA SMEC Nº 004/2023

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES DO CALENDÁRIO DE ATIVIDADES – 2024 NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Srª Suzana Bêss, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO:

- a Lei Federal nº 9.394, de 1996 e respectivas alterações;

- as diretrizes da Política Educacional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura dispostas no Plano Municipal de Educação (PME)

- a Portaria nº 1200/2023/GS/SEDUC/MT

RESOLVE:

Art. 1º - Cada Unidade Escolar da Rede de Ensino do município de Itanhangá/MT deverá programar suas atividades em função das condições, necessidades locais e diretrizes gerais contidas nesta Instrução Normativa, garantindo o cumprimento do Calendário letivo de 2024.

Art. 2º - As Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino deverão assegurar o cumprimento de no mínimo de 200 (duzentos) dias e até 1400 (Hum Mil e quatrocentas) horas de efetivo trabalho educacional, conforme grade curricular de cada unidade inseridas no Sistema Ômega.

Art. 3º - As Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino deverão seguir o Calendário Letivo para 2024, o qual foi elaborado em acordo com a Diretoria de Ensino Regional -DRE/Sinop às unidades escolares para conhecimento e possíveis pontuações e posterior aprovação pelo Conselho Municipal de Educação e Equipe Gestora da Secretaria Municipal de Educação devidamente lavrado em ata pela Secretaria Municipal de Educação e CME.

Art. 4º - Para elaboração do Calendário letivo de 2024, no qual as aulas terão início em 05 de Fevereiro de 2024 e termino até 13 de Dezembro de 2024, considerou-se os seguintes critérios:

I- De **15/07/2024 a 29/07/2024** – férias professores efetivos e férias proporcionais de servidores contratados;

II- De **16/12/2024** o período de início de férias de todos os servidores efetivos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

III- Não foram considerados como letivos os feriados nacionais, estaduais e/ou municipais;

IV- Foram considerados **recessos escolares os dias:12 de Fevereiro, 14 e 15 de Outubro;**

V- Os dias **18 de Abril, 12 de Julho, 27 de Setembro e 12 de Dezembro** não são letivos e foram reservados para planejamento letivo e encerramento de dados anuais.

Art. 5º - Da data de 25 de Janeiro de 2024 a 02 de Fevereiro de 2024 todos os servidores da rede municipal de ensino deverão cumprir suas jornadas nas unidades de sua atribuição a fim de organizar, planejar, discutir e definir procedimentos, projetos e atividades a serem desenvolvidas durante o ano letivo de 2024 bem como a organização dos ambientes de trabalho.

§ 1º - Durante o período citado no caput deste artigo, os profissionais poderão ser convocados para formações que serão oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

§ 2º - As atividades, ações, projetos e/ou procedimentos a serem adotados deverão estar embasados ao que regulamenta a Base Nacional Curricular Comum, ao currículo municipal e ao Projetos políticos Pedagógicos das escolas.

Art. 6º - Fica vedada a realização de atividades de limpeza de caixa d'água, dedetização, desratização e desinsetização fora dos períodos de Férias e/ou Recessos Escolares.

Art. 7º - O Calendário Letivo de 2024 das Unidades Escolares foi planejado e organizado de forma a não ferir os direitos dos alunos e servidores tendo compatibilidade entre as redes de ensino na garantia do transporte escolar a todos que dele tenham a necessidade de acesso.

Art. 8º - Nos dias de afastamentos de profissionais da educação previamente concedidos pela administração caberá à Equipe Gestora organizar a Unidade Escolar de modo a assegurar o fiel cumprimento dos dias de efetivo trabalho educacional aos estudantes.

Art. 9º - A direção Escolar e/ou Coordenação deverá dar ciência expressa do contido na presente Instrução Normativa, a todos os integrantes da respectiva Unidade Escolar.

Art. 10. - Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação sob orientação do Conselho Municipal de Educação.

Art.11. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE,

Itanhangá-MT, 18 de Setembro de 2023

Suzana Bêss

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Portaria 005/2021

Audrey Sabrina Delf

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Decreto 135/2023

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL Nº 04/2023

EDITAL Nº 04/2023

COMUNICADO PARA CONHECIMENTO AO PÚBLICO GERAL.

O Senhor ***Zilmar Albuquerque Rodrigues***, Presidente da Câmara Municipal de Itanhangá, no uso de suas atribuições legais e cumprindo os a disposição contida no Art. 31, § 3º da Constituição Federal, Art. 209 da Constituição do Estado de Mato Grosso e dispositivos legais e considerando o disposto no art. 48 § 1º do da Lei Orgânica Municipal e art. 200 do Regimento Interno;

RESOLVE:

Comunicar a todos os munícipes que **as Contas Anuais de Gestão**, da Prefeitura Municipal de Itanhangá, referentes ao ***Exercício Financeiro de 2022***, estarão à disposição para exame e apreciação dos Munícipes Itanhangaense pelo período de 90(noventa)dias, a partir do dia 14 de setembro de 2023, na Secretaria geral da Câmara Municipal de Itanhangá, sito Rua Florianópolis, nº 217, Centro. No horário das 13:00 as 17:30 horas, de segunda a sexta feira, a qual poderá questionar-lhe sua legitimidade nos termos da Lei.

Câmara Municipal De Itanhangá- MT, aos 14 de setembro de 2023.

ZILMAR ALBUQUERQUE RODRIGUES

Presidente

Câmara Municipal de Itanhangá.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA SMEC N° 07/2023

PORTARIA SMEC N° 07/2023

Data: 18 de Setembro de 2023

SÚMULA: "Normatiza o quantitativo máximos de alunos por sala para o ano letivo de 2024 no muncípio de Itanhangá-MT ***e dá outras providências.***"

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exma. Srª Suzana Bêss, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que a formação de turma deverá atender a seguinte quantidade de vagas:

I- Berçário – Máximo: 12 alunos; II- Jardim I – Máximo: 22 alunos com 02 TDIs; III- Jardim II – Máximo: 18 alunos; IV- Jardim III – Máximo: 20 alunos; V- Pré I – Máximo: 23 alunos; VI- Pré II – Máximo: 25 alunos; VII- 1º ao 3º ano – Máximo: 25 alunos; VIII-4º a 5º anos – Máximo: 28 alunos;

Parágrafo 1º - Deverá ser assegurada as vagas do período matutino aos alunos de chácaras, sítios e fazendas devido o transporte escolar ter linha somente neste período.

Art. 2º - Poderá ser utilizado de formação de turmas multisseriadas a fim de garantir o atendimento da demanda escolar.

Art. 3° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogam-se as disposições em contrário.

Suzana Bêss

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Audrey Sabrina Delf

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Decreto 135/2023

Registre-se, Publique-se e Afixe

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CALENDÁRIO LETIVO 2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Calendário Letivo 2024

			JANEIRO								JULHO					
	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb		Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	47 Dias 2° Bimestre
		1	2	3	4	5	6			1	2	3	4	5	6	11 - Fim do 2° Bimestre
	7	8	9	10	11	12	13		7	8	9	10	11	12	13	15 - Início das Férias
	14	15	16	17	18	19	20		14	15	16	17	18	19	20	
	21	22	23	24	25	26	27		21	22	23	24	25	26	27	30 - Retorno 3° Bimestre
	28	29	30	31					28	29	30	31				12 - Planejamento coletivo
			FEVEREIRO							11 Dias Letivos						
	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb				AGOSTO					
					1	2	3		Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	
	4	5	6	7	8	9	10	5 - Início ano letivo					1	2	3	
	11	12	13	14	15	16	17	13 - Carnaval	4	5	6	7	8	9	10	
	18	19	20	21	22	23	24		11	12	13	14	15	16	17	
	25	26	27	28	29				18	19	20	21	22	23	24	
									25	26	27	28	29	30	31	
		17 Dias Letivos														
										22 Dias Letivos						
			MARÇO								SETEMBRO					
	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb		Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	
						1	2	29 - Sexta Feira Santa	1	2	3	4	5	6	7	7 - Feriado da Independência
	3	4	5	6	7	8	9	29 - Aniversário do Município	8	9	10	11	12	13	14	26 - Fim do 3° Bimestre
	10	11	12	13	14	15	16		15	16	17	18	19	20	21	27 - Planejamento coletivo
	17	18	19	20	21	22	23		22	23	24	25	26	27	28	30 - Início do 4° Bimestre
	24	25	26	27	28	29	30		29	30						
	31															
		20 Dias Letivos								20 Dias Letivos						
			ABRIL								OUTUBRO					
	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb		Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	
		1	2	3	4	5	6	19 - Fim do 1° Bimestre			1	2	3	4	5	12 - Feriado Nossa Senhora
	7	8	9	10	11	12	13	22 - Início 2° Bimestre	6	7	8	9	10	11	12	14 - Ponto Facultativo
	14	15	16	17	18	19	20	18- Planejamento coletivo	13	14	15	16	17	18	19	15 - Dia do Professor
	21	22	23	24	25	26	27	1° Bimestre - 53 Dias Letivos	20	21	22	23	24	25	26	
	28	29	30						27	28	29	30	31			31 - Feriado Municipal
		21 Dias Letivos								20 Dias Letivos						
			MAIO								NOVEMBRO					

	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb		Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	
				1	2	3	4	1 - Feriado do Trabalhador						1	2	2 - Feriado Finados
	5	6	7	8	9	10	11	30 - Corpus Christi	3	4	5	6	7	8	9	01 - Ponto Facultativo
	12	13	14	15	16	17	18	31 - Ponto Facultativo	10	11	12	13	14	15	16	15 - Feriado Proclamação
	19	20	21	22	23	24	25		17	18	19	20	21	22	23	20 - Feriado Consc. Negra
	26	27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30	
		21 Dias Letivos								19 Dias Letivos						
			JUNHO								DEZEMBRO					
	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb		Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	
							1		1	2	3	4	5	6	7	13 - Fim do 4° Bimestre
	2	3	4	5	6	7	8		8	9	10	11	12	13	14	12 - fechamento letivo
	9	10	11	12	13	14	15		15	16	17	18	19	20	21	16 - Início das Férias
	16	17	18	19	20	21	22		22	23	24	25	26	27	28	
	23	24	25	26	27	28	29		29	30	31					
	30															200 Dias Letivos
		20 Dias Letivos								9 Dias Letivos						

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2023 - SRP

A Prefeitura Municipal de Itaúba - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia **04 de Outubro de 2023, ás 08:00 horas (Horário de Mato Grosso), na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos e para manutenção da iluminação pública do município Itaúba/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Itaúba-MT, Sito a Av. Tancredo Neves Nº 799, Centro, Itaúba-MT e no site www.itauba.mt.gov.br (Ícone: Licitação).**

Itaúba/MT, 21 de Setembro de 2023.

SERGIO PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 065/2023.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 065/2023.

Data da vigência: 04/09/2023 a 04/09/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): BRUNO DE SOUZA DELGADO DOS SANTOS.

Objeto: Contrato Administrativo nº 061/2023 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 01/09/2023 a 01/09/2024, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de Jardineiro - Itiquira

PROCURADORIA JURIDICA
RESOLUÇÃO Nº 120 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

RESOLUÇÃO nº 120 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a divulgação dos benefícios eventuais concedidos, em Itiquira e Ouro Branco do Sul, pelo Órgão Gestor da Política de Assistência Social referente ao mês de agosto/2023.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso de suas atribuições, especialmente as conferidas pela Lei Federal nº 8. 472/93 e Lei Municipal nº 1.117 de 17 de março de 2021, conforme reunião plenária ordinária do dia 20 de setembro de 2023 e;

CONSIDERANDO a competência atribuída ao CMAS (artigo 22, § 1ª da Lei nº 8.742/1993 – LOAS e para definição de critérios e prazos para a regulamentação dos benefícios eventuais) e da Lei Municipal nº 964 de 08 de dezembro de 2016 que estabelece a competência do CMAS para orientação e definição de parâmetros para os benefícios eventuais;

CONSIDERANDO o artigo 19 da Lei Municipal nº 964 de 08 de dezembro de 2016 que preconiza que o órgão da Política de Assistência Social deverá encaminhar relatório dos benefícios socioassistenciais ao Conselho Municipal da Assistência Social;

CONSIDERANDO aNotificação Recomendatória nº 002983-005/2019, de 02 fevereiro de 2020 emanada do Ministério Público que recomenda a publicização dos benefícios ou auxílios socioassistenciais, mensalmente, via Portal da transparência da Prefeitura Municipal;

CONSIDERANDO relação de concessões de benefícios eventuais do mês de agosto/2023, encaminhado a este Conselho pelo Órgão Gestor da Política de Assistência Social, resolve:

Art. 1º. Divulgar os benefícios eventuais concedidos pelo órgão gestor da Política de Assistência Social referente ao mês de agosto de 2023, conforme relacionado a seguir:

RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE ALUGUEL SOCIAL				
BENEFICIÁRIO	**CPF**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**LOCAL**
Benjamim Teodoro Ferreira	531.***.***-20	Referente a doze meses de aluguel.	R$ 4. 800,00	Itiquira
Daiane Vieira Batista	040.***.***-70	Referente a um mês de aluguel.	R$ 300,00	Itiquira

Izadora Rodrigues Souza	062.***.***-60	Referente a um mês de aluguel.	R$ 450,00	Itiquira
Mayra Cecilia Vilela Dias	040.***.***-19	Referente a um mês de aluguel.	R$ 400,00	Itiquira

RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE PAGAMENTO DE TAXAS				
BENEFICIÁRIO	**CPF**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**LOCAL**
Ana Alice Pereira da Cruz	621.***.***-02	01 tarifa de energia elétrica (R$ 101,65).	R$ 101,65	Itiquira
Benjamim Teodoro Ferreira	531.***.***-20	12 tarifas de energia elétrica (R$ 50,64; R$ 28,42; R$ 28,21; R$ 27,58; R$ 27,78; R$ 28,63; R$ 27,95; R$ 28,21; R$ 28,21; R$ 30,39; R$ 30,62; R$ 29,09).	R$ 365,73	Itiquira
Fabiana de Souza Delgado	038.***.***-**40**	01 tarifa de energia elétrica (R$ 450,00).	R$ 450,00	Itiquira
Heloisa Gabriely Oliveira Arantes	105.***.***-61	01 tarifa de energia elétrica (R$ 137,09).	R$ 137,09	Itiquira
Maria Rita Paixão Silva	092.***.***-10	01 tarifa de energia elétrica (R$ 85,14).	R$ 85,14	Ouro Branco do Sul

RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE PASSAGEM				
BENEFICIÁRIO	**CPF**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**LOCAL**
Ana Carla Damacena	029.***.***-58	Quatro passagens (volta) de Ouricuri/PE para Rondonópolis/MT.	R$ 3. 615,24	Itiquira
Eleno Lauro Rondon	891.***.***-49	Duas passagens (ida e volta) de Itiquira/MT para Rondonópolis/MT.	R$ 100,00	Itiquira
Jackson Moreira dos Santos	003.***.***-21	Uma passagem (ida) de Itiquira/MT para Rondonópolis/MT.	R$ 50,00	Itiquira
Kelison dos Santos Silva	074.***.***-56	Uma passagem (ida) de Rondonópolis/MT para Floriano/PI.	R$ 870,00	Itiquira

RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE AUXÍLIO FUNERAL				
BENEFICIÁRIO	**CPF**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**LOCAL**
Alceu Silva de Andrades	747.***.***-20	Urna funerária, Tanatopraxia, Ornamentação da urna e Capela.	R$ 3. 628,00	Ouro Branco do Sul
Gentil Antonio de Almeida	156.***.***-34	Tanatopraxia, Ornamentação da urna, Capela e Translado.	R$ 3. 841,00	Itiquira
Onocieto Anjos Corrêa	163.***.***-49	Urna funerária, Tanatopraxia, Ornamentação da urna e Translado.	R$ 4. 108,00	Itiquira

RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE PECÚNIA				
BENEFICIÁRIO	**CPF**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**LOCAL**
Cleonice Camilo dos Santos	026.***.***-31	Valor para custeio de despesas com alimentação e duas passagens de Camboriú/SC para Itiquira/MT.	R$ 4. 000,00	Itiquira

RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE TRANSPORTE DE MÓVEIS			
BENEFICIÁRIO	**CPF**	**DESCRIÇÃO**	**LOCAL**
Adair Almeida da Silva	032.***.***-51	Deslocamento dentro do município de Itiquira/MT.	Itiquira
Magda Erica dos Santos Ferreira	**047.***.***-02**	Deslocamento de Rondonópolis/MT para Itiquira/MT.	Itiquira
Marcia Regina Mansueto Roberto	778.***.***-53	Deslocamento de Itiquira/MT para Bom Jesus/MT.	Itiquira

RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE AUXÍLIO GÁS			
BENEFICIÁRIO	**CPF**	**DESCRIÇÃO**	**LOCAL**
Adna Antonia da Costa	019.***.***-03	01 recarga de Gás P 13	Itiquira

RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE AUXÍLIO NATALIDADE			
BENEFICIÁRIO	**CPF**	**DESCRIÇÃO**	**LOCAL**
Heloisa Gabriely Oliveira Arantes	105.***.***-61	Kit Maternidade	Itiquira
Maura Carolina Nogueira da Silva	020.***.***-93	Kit Maternidade	Itiquira

RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE CESTA BÁSICA			
BENEFICIÁRIO	**CPF**	**DESCRIÇÃO**	**LOCAL**
Eloisa Oliveira Rocha	022.***.***-00	Cesta básica	Itiquira

Art. 2º. Dê-se ciência aos interessados e a quem de direito para que a presente produza seus efeitos. Publique-se.

Itiquira, 20 de setembro de 2023.

LIDIMAR DA SILVA AFONSO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PROCURADORIA JURIDICA
RESOLUÇÃO Nº 119 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

RESOLUÇÃO nº 119 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a divulgação dos benefícios eventuais concedidos, em Itiquira e Ouro Branco do Sul, pelo Órgão Gestor da Política de Assistência Social referente ao mês de julho/2023.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso de suas atribuições, especialmente as conferidas pela Lei Federal nº 8. 472/93 e Lei Municipal nº 1.117 de 17 de março de 2021, conforme reunião plenária ordinária do dia 20 de setembro de 2023 e;

CONSIDERANDO a competência atribuída ao CMAS (artigo 22, § 1ª da Lei nº 8.742/1993 – LOAS e para definição de critérios e prazos para a regulamentação dos benefícios eventuais) e da Lei Municipal nº 964 de 08 de dezembro de 2016 que estabelece a competência do CMAS para orientação e definição de parâmetros para os benefícios eventuais;

CONSIDERANDO o artigo 19 da Lei Municipal nº 964 de 08 de dezembro de 2016 que preconiza que o órgão da Política de Assistência Social deverá encaminhar relatório dos benefícios socioassistenciais ao Conselho Municipal da Assistência Social;

CONSIDERANDO aNotificação Recomendatória nº 002983-005/2019, de 02 fevereiro de 2020 emanada do Ministério Público que recomenda a publicização dos benefícios ou auxílios socioassistenciais, mensalmente, via Portal da transparência da Prefeitura Municipal;

CONSIDERANDO relação de concessões de benefícios eventuais do mês de julho/2023, encaminhado a este Conselho pelo Órgão Gestor da Política de Assistência Social, resolve:

Art. 1º. Divulgar os benefícios eventuais concedidos pelo órgão gestor da Política de Assistência Social referente ao mês de julho de 2023, conforme relacionado a seguir:

RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE ALUGUEL SOCIAL				
BENEFICIÁRIO	**CPF**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**LOCAL**
Alexsandra de Oliveira das Neves	032.***.***-06	Referente a um mês de aluguel.	R$ 500,00	Itiquira
Clea Maria Ramos	040.***.***-66	Referente a um mês de aluguel.	R$ 300,00	Ouro Branco do Sul
Guilherme Carvalho	070.***.***-20	Referente a um mês de aluguel.	R$ 350,00	Itiquira
Izadora Rodrigues Souza	062.***.***-60	Referente a um mês de aluguel.	R$ 450,00	Itiquira
Jheice Kelen Engracia Ferreira	063.***.***-65	Referente a um mês de aluguel.	R$ 450,00	Itiquira
Maria Tereza de Morais	738.***.***-49	Referente a um mês de aluguel social.	R$ 350,00	Itiquira
Mauro Melo Delfino Pereira	740.***.***-00	Referente a um mês de aluguel.	R$ 500,00	Itiquira
Natália Gabrieli Lemos de Carvalho dos Santos	088.***.***-39	Referente a um mês de aluguel.	R$ 350,00	Itiquira

RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE PAGAMENTO DE TAXAS				
BENEFICIÁRIO	**CPF**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**LOCAL**
Aline Lunas dos Santos	**055.***.***-95**	**01 tarifa de energia elétrica (R$ 205,81).**	**R$ 205,81**	**Itiquira**
Daniela Porto Rodrigues	015.***.***-02	**03 tarifas de energia elétrica (R$ 187,97; R$ 120,67; R$ 87,28).**	**R$ 395,92**	**Itiquira**
Eloisa Oliveira Rocha	022.***.***-00	**01 tarifa de energia elétrica (R$ 174,54).**	**R$ 174,54**	**Itiquira**
Ivan Alves de Almeida	**638.***.***-53**	**02 tarifas de energia elétrica (R$ 245,47; R$ 193,14).**	**R$ 438,61**	**Itiquira**

Léia Campos da Silva	023.***.***-55	**01 tarifa de energia elétrica (R$ 150,21).**	**R$ 150,21**	**Itiquira**
Maria Aparecida Severino	**010.***.***-01**	**01 tarifa de energia elétrica (R$ 116,43).**	**R$ 116,43**	**Itiquira**
Maria de Lourdes Araújo Gomes	702.***.***-11	**02 tarifas de energia elétrica (R$ 72,51; R$ 119,38).**	**R$ 191,89**	**Ouro Branco do Sul**
Virgilina Paulino de Melo e Silva	004.***.***-70	**01 tarifa de energia elétrica (R$ 94,81).**	**R$ 94,81**	**Itiquira**

RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE 2ª VIA DE DOCUMENTOS				
BENEFICIÁRIO	**CPF**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**LOCAL**
Alcindo Alves Barbosa	023.***.***-09	Certidão de nascimento	Declaração de Hipossuficiência.	Itiquira
Eloi Roberto de Souza	018.***.***-66	Certidão de nascimento	Declaração de Hipossuficiência.	Itiquira
Erani Evaristo Dias	733.***.***-00	Certidão de nascimento	R$ 58,00	Itiquira
Ketlen Fernanda Pereira Alves	061.***.***-06	Certidão de nascimento	R$ 44,00	Itiquira
Murilo Batista Ribeiro	031.***.***-90	Certidão de Nascimento	Declaração de Hipossuficiência.	Itiquira
Vanessa Feldekircher	938.***.***-20	Certidão de nascimento	Declaração de Hipossuficiência.	Itiquira

RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE PASSAGEM				
BENEFICIÁRIO	**CPF**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**LOCAL**
Cristiane Rodrigues Martins	054.***.***-75	Três passagens (ida) de Rondonópolis/MT para Caldas Novas/GO.	R$ 1.597,98	Ouro Branco do Sul
Lucieide Silva dos Santos	037.***.***-41	Cinco passagens (uma de ida e quatro de volta) de Rondonópolis/MT para Marabá/PA.	R$ 4.174,64	Itiquira

RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE AUXÍLIO FUNERAL				
BENEFICIÁRIO	**CPF**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**LOCAL**
Adilson Pereira dos Santos	871.***.***-72	Urna funerária, Tanatopraxia e Ornamentação da urna.	R$ 2.845,00	Itiquira
Aristides Pereira dos Santos	074.***.***-00	Urna funerária, Tanatopraxia, Ornamentação da urna e Translado.	R$ 5.244,70	Itiquira
Décio Kosloski Bueno	331.***.***-68	Embalsamento e Translado.	R$ 4.133,00	Itiquira

RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE PECÚNIA				
BENEFICIÁRIO	**CPF**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**LOCAL**
Kelison dos Santos Silva	074.***.***-56	Valor para custeio de despesas com alimentação.	R$ 500,00	Itiquira

RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE TRANSPORTE DE MÓVEIS			
BENEFICIÁRIO	**CPF**	**DESCRIÇÃO**	**LOCAL**
Ivanilde Vicente de Melo	965.***.***-53	Deslocamento de Itiquira/MT para Mineiros/GO.	Itiquira

RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE AUXÍLIO GÁS			
BENEFICIÁRIO	**CPF**	**DESCRIÇÃO**	**LOCAL**
Selma Selvino da Silva	836.***.***-00	01 recarga de Gás P 13	Itiquira

RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE AUXÍLIO NATALIDADE			
BENEFICIÁRIO	**CPF**	**DESCRIÇÃO**	**LOCAL**
Iriane Almeida Batista	037.***.***-93	Kit maternidade	Itiquira
Jheice Kelen Engracia Ferreira	063.***.***-65	Kit maternidade	Itiquira
Maisa Nadila Santana de Souza	061.***.***-61	Kit maternidade	Itiquira

Art. 2º. Dê-se ciência aos interessados e a quem de direito para que a presente produza seus efeitos. Publique-se.

Itiquira, 20 de setembro de 2023.

LIDIMAR DA SILVA AFONSO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 061/2023.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 061/2023.

Data da vigência: 01/09/2023 a 01/09/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): UARLA RODRIGUES PEREIRA.

Objeto: Contrato Administrativo nº 061/2023 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 01/09/2023 a 01/09/2024, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de Jardineiro - Itiquira

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 060/2023.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 060/2023.

Data da vigência: 01/09/2023 a 01/09/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): GLEYSSE DE SOUZA NUNES.

Objeto: Contrato Administrativo nº 060/2023 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 01/09/2023 a 01/09/2024, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de Farmacêutica - Itiquira, em substituição à servidora efetiva Fernanda Rafael Antunes Lenk, que se encontra em licença para tratar interesses particulares (Portaria n 190/2023).

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

DECRETO Nº 3752 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022

DECRETO Nº 3752 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.2121

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e

da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na

importância de R$3.278,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 3.278,00

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

1355 13.392.0016.1375.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 1.039,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 1 1 500

1356 13.392.0016.1375.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 2.239,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 5 1 701

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Anulação:

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E L

1358 13.392.0016.2489.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL -3.278,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. 5 1 701

Anulação (-) -3.278,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JACIARA, 01 de agosto de 2022

ANDREIA WAGNER

PREFEITA MUNICIPAL

632.656.721-15

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

Abre no orçamento vigente crédito adicional

suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$8.724.868,91 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 8.724.868,91

01 02 01 GABINETE DA PREFEITA

5 04.122.0002.2004.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 1.518,70

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

6 04.122.0002.2004.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 47.666,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

7 04.122.0002.2004.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 1.215,82

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

9 04.122.0002.2004.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 7.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

13 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 120.436,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

14 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 25.473,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

01 03 01 SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO E DESEN. ECONÔMICO

52 04.121.0028.2013.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 24.276,50

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

53 04.121.0028.2013.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 6.337,10

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

54 04.121.0028.2013.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 599,55

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

76 04.121.0028.2358.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 1.881,70

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

140 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 3. 980,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNIC F.R.: 1 1 500

146 04.122.0003.2225.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 2. 899,75

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

153 04.122.0003.2456.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 32. 864,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

154 04.122.0003.2456.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 5. 750,70

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

160 04.122.0003.2457.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 4. 290,50

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

167 04.122.0003.2458.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 5. 034,10

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

168 04.122.0003.2458.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 1. 107,40

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

01 04 02 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

194 28.843.0003.0020.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 817,00

4.6.90.71.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO F.R.: 1 1 500

195 28.843.0003.0022.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 990,00

3.2.90.21.00 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO F.R.: 1 1 500

199 28.843.0003.0024.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 1. 250,00

3.2.90.21.00 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO F.R.: 1 1 500

200 28.843.0003.0024.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 70. 218,00

4.6.90.71.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO F.R.: 1 1 500

1562 28.846.0003.0005.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 169. 830,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R.: 1 1 500

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

237 12.122.0005.2309.0000 GESTÃO EDUCACIONAL 91,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 500

399 27.812.0014.2041.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 2.213,58

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

404 27.812.0014.2041.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 1.558,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

406 27.812.0014.2148.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 2.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

1368 27.813.0014.1111.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 47.842,92

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 5 2 700

267 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 109.572,50

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

268 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 230.213,50

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 2 1 500

269 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 28.322,10

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

273 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 322.915,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU F.R.: 2 1 500

276 12.361.0015.2021.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 24.227,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

277 12.361.0015.2021.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 246.050,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 2 1 500

360 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 3.248,48

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

361 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 30.801,10

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

362 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 5.599,62

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

364 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 4.283,85

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

366 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 9.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

319 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 174.060,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

320 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 578.522,50

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 2 1 500

322 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 117.661,50

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

323 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 96.039,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

325 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 145.003,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU F.R.: 2 1 500

327 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 85.265,12

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

328 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 107.009,47

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 2 1 500

331 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 34.728,20

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

01 05 02 FUNDO DE MANUTENÇÃO,DESENV. E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁ

439 12.361.0015.2026.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 15.265,55

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 2 1 540

442 12.361.0015.2026.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 28.960,35

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 540

452 12.361.0015.2032.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 76.751,45

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 540

454 12.361.0015.2032.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 16.884,45

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 540

456 12.361.0015.2032.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 30.783,60

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 540

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 05 02 FUNDO DE MANUTENÇÃO,DESENV. E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁ

459 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 102.130,10

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 540

460 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 545.594,54

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 2 1 540

461 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 22.163,55

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 540

462 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 20.668,10

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 540

463 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 116.428,25

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 540

473 12.365.0029.2097.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 47.079,15

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 540

475 12.365.0029.2097.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 10.357,40

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 540

476 12.365.0029.2097.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 94.257,80

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 540

477 12.365.0029.2097.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 8.378,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 540

486 12.367.0034.2072.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 5.544,97

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 540

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIEN

520 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 27.787,40

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

523 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 3.970,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

542 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 91.400,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

544 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 7.539,30

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

545 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 6.359,05

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

546 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 2.875,60

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

551 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 12.296,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

566 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 2.434,80

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

574 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 6.427,85

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIEN

653 26.782.0017.2071.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 10.910,00

3.3.71.70.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO F.R.: 1 1 500

1512 15.452.0017.1183.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 116.330,27

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 1 2 755

1529 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 420,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

1546 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 194.464,42

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

501 15.451.0018.1226.0000 JACIARA PAVIMENTADA 55,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

510 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA 6.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

1374 15.451.0018.1226.0000 JACIARA PAVIMENTADA 58.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 5 2 700

1396 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA 55.191,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

1397 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA 1.324.546,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 5 2 701

661 26.782.0020.1133.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 88.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

1496 26.782.0020.1133.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 135.987,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 5 2 700

01 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

682 04.122.0002.2133.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 36.705,37

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

683 04.122.0002.2133.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 8.564,67

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

684 04.122.0002.2133.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 3.169,27

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

734 10.122.0009.2331.0000 GESTÃO DO SUS 4.987,55

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

737 10.122.0009.2477.0000 GESTÃO DO SUS 1.518,83

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 3 1 500

738 10.122.0009.2477.0000 GESTÃO DO SUS 12.632,20

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

739 10.122.0009.2477.0000 GESTÃO DO SUS 1.966,10

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

740 10.122.0009.2477.0000 GESTÃO DO SUS 500,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

753 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 4.100,50

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 3 1 500

756 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 167.356,30

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

759 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 901,47

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

762 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 1.020,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

779 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA 12.657,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

794 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 157.721,48

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

800 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 518,55

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

820 10.301.0010.2235.0000 ATENÇÃO BÁSICA 5.889,97

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

1487 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA 284.587,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 604

895 10.302.0011.2183.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 334,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

897 10.302.0011.2183.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 8.215,38

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

900 10.302.0011.2183.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 840,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 3 1 500

915 10.302.0011.2207.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 2.036,05

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

917 10.302.0011.2207.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 100,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 621

933 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 220.778,80

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

935 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 419,54

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

1473 10.302.0011.2336.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 20.300,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 3 1 621

1534 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 4.200,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 3 1 500

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1551 10.302.0011.2183.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 8.429,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 3 1 500

952 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 2.949,07

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

954 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 599,02

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

973 10.304.0013.2102.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 10.414,92

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

982 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 81.063,71

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

1488 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 51.974,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 604

01 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO

997 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 815,90

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

999 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 4.800,82

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

1001 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 1.946,13

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

1541 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 14.756,55

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

01 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

1080 08.244.0024.2012.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 419,09

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 4 1 500

1085 08.244.0024.2012.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 2.450,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 1 500

1090 11.333.0024.2126.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 50,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

1410 08.244.0024.2492.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 113.666,00

3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS F.R.: 4 1 500

1070 08.243.0033.2011.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 221,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1071 08.243.0033.2011.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 763,65

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 4 1 500

1072 08.243.0033.2011.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 870,67

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1103 08.122.0024.2084.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 2.251,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 1 500

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1107 08.122.0024.2221.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 6.900,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 1 500

1118 08.122.0024.2326.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 8.421,13

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1119 08.122.0024.2326.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 4.351,15

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 4 1 500

1125 08.122.0024.2334.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 3.465,70

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 4 1 500

1127 08.122.0024.2334.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 420,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 4 1 500

1128 08.122.0024.2334.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 1.398,50

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1178 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 18.016,90

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 4 1 500

1179 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 4.509,30

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1188 08.244.0032.2123.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 3.300,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU F.R.: 4 1 661

1195 08.244.0032.2319.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 13.634,80

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 4 1 500

1202 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 4 1 660

1205 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 3.432,87

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1207 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 639,42

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 4 1 500

1209 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 533,62

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1316 08.244.0032.2123.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 6.820,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 4 1 661

1334 08.244.0032.2123.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 334,00

3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS F.R.: 4 2 661

1161 08.243.0033.2154.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 4.434,80

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 4 1 500

1232 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 1.320,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 1 500

1550 08.243.0033.2154.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 6.519,38

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 4 1 500

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1552 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 2.229,05

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 4 1 500

01 11 01 SECRETARIA MUN. TURISMO, MEIO AMBIENTE E DESEN V. ECONOMICO

1413 23.695.0006.2471.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA 216,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

1451 23.695.0006.2029.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA 677,15

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

1422 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 1.518,32

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

1425 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 934,27

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

1426 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 5.714,52

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

1435 18.542.0008.1299.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 3.200,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

1514 18.542.0008.1299.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 47.400,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 5 2 700

1466 23.691.0028.2362.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 14.350,28

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

1467 23.691.0028.2362.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 766,34

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

1469 23.691.0028.2362.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 1.446,64

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

02 21 02 PREVJACI - FUNDO FINANCEIRO

1279 09.272.0026.2260.0000 GESTÃO POLÍTICA DO PREV - JACI 941.000,00

3.1.90.01.00 APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA F.R.: 7 1 801

1280 09.272.0026.2260.0000 GESTÃO POLÍTICA DO PREV - JACI 122.000,00

3.1.90.03.00 PENSÕES F.R.: 7 1 801

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Superávit Financeiro: 1.730.440,19

Fontes de Recurso

2 661 334,00

2 700 289.229,92

2 701 1.324.546,00

2 755 116.330,27

Anulação:

01 02 01 GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 02 01 GABINETE DA PREFEITA

2 04.122.0002.1060.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -9,50

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 500

3 04.122.0002.1280.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -20,40

4.4.90.61.00 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS F.R. 1 1 755

21 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -26.610,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

28 04.122.0002.2095.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -490,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

36 04.122.0002.2171.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -7.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

38 04.122.0002.2171.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -33.904,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

42 04.124.0002.2130.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -71,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

43 04.124.0002.2130.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -410,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

44 04.124.0002.2130.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -100,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

46 04.124.0002.2130.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -5.242,10

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

49 04.128.0004.2135.0000 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS -95,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. 1 1 500

01 03 01 SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO E DESEN. ECONÔMICO

59 04.121.0028.2013.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -3.037,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

75 04.121.0028.2358.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -7.800,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

78 04.121.0028.2358.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -6.405,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

80 04.121.0028.2358.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -2.100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

87 04.121.0028.2359.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -7.686,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

90 04.122.0028.1295.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -5.398,52

4.4.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

128 04.122.0003.2067.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -533,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

139 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -43.670,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

142 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -1.039,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R. 1 1 500

176 04.125.0003.2055.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -26,65

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 1 1 500

177 04.125.0003.2055.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -23.662,10

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

178 04.125.0003.2055.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -3.621,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

01 04 02 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

191 28.843.0003.0008.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -7.132,00

3.2.90.21.00 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO F.R. 1 1 500

192 28.843.0003.0008.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -3.532,00

4.6.90.71.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO F.R. 1 1 500

201 28.843.0003.0060.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -100,00

3.2.90.21.00 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO F.R. 1 1 500

202 28.843.0003.0060.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -63.400,00

4.6.90.71.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO F.R. 1 1 500

209 28.846.0003.0019.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -5.029,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R. 1 1 500

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E L

211 04.306.0027.2421.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -26.108,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

226 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -1.580,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 2 1 500

227 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -3.200,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 2 1 500

228 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -532,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 2 1 550

231 12.122.0005.2309.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 2 1 500

232 12.122.0005.2309.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -4.491,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 500

233 12.122.0005.2309.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -100,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 500

234 12.122.0005.2309.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -4.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 2 1 500

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E L

253 12.306.0027.2421.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -6.140,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 2 1 552

254 12.306.0027.2421.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -100,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT F.R. 2 1 552

255 12.306.0027.2422.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -4.849,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 2 1 552

261 12.361.0015.1181.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -21.084,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 2 1 500

262 12.361.0015.1181.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -4.350,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 2 1 550

263 12.361.0015.1181.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -1.890,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 2 1 575

265 12.361.0015.1285.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -1.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 2 1 550

266 12.361.0015.1285.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -1.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 2 1 575

316 12.365.0029.1182.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -1.518,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 2 1 500

317 12.365.0029.1182.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -1.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 2 1 550

318 12.365.0029.2031.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -3.200,00

3.3.50.43.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS F.R. 2 1 500

339 12.365.0029.2424.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -110,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 2 1 569

346 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL -500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 2 1 500

347 13.128.0004.2452.0000 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS -820,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. 1 1 500

400 27.812.0014.2041.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CIDA -5.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 1 1 500

401 27.812.0014.2041.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CIDA -7.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

412 27.812.0014.2481.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CIDA -1.757,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

413 27.812.0014.2481.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CIDA -100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

414 27.813.0014.1050.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CIDA -74,92

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 500

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E L

419 27.813.0014.1309.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CIDA -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 500

01 05 02 FUNDO DE MANUTENÇÃO,DESENV. E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇ

428 12.361.0015.1043.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -704,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 2 1 540

438 12.361.0015.2026.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -162.125,26

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 2 1 540

440 12.361.0015.2026.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -6.265,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 540

443 12.361.0015.2026.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -100,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 2 1 540

444 12.361.0015.2027.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -157.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 2 1 540

445 12.361.0015.2027.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -202.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 540

446 12.361.0015.2027.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -31.957,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 540

448 12.361.0015.2027.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -54.600,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 540

450 12.361.0015.2027.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -397.200,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT F.R. 2 1 540

453 12.361.0015.2032.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -55.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 540

466 12.365.0029.2086.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -75.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 540

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AM

499 15.451.0017.1235.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 500

500 15.451.0017.1292.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 500

503 15.451.0018.1226.0000 JACIARA PAVIMENTADA -178.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 5 1 700

505 15.451.0018.1226.0000 JACIARA PAVIMENTADA -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 6 1 754

506 15.451.0018.1227.0000 JACIARA PAVIMENTADA -30,05

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 500

507 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA -723,83

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AM

508 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA -1.982,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 501

509 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA -1.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 5 1 701

512 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA -748.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 5 1 701

518 15.452.0017.1261.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 500

519 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -243,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

525 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -1.343,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 750

526 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -100,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. 1 1 500

531 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -100,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. 1 1 500

536 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -3.370,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

537 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -10.138,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

538 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -1.053,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

541 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -11.090,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

547 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -2.370,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 1 1 500

548 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -12.037,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

561 15.452.0017.2140.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -153,40

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

564 15.452.0017.2217.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -300,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

581 15.452.0022.1265.0000 TRÂNSITO SEGURO -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 501

588 15.452.0022.2088.0000 TRÂNSITO SEGURO -420,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 752

600 15.453.0017.1263.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 500

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AM

602 17.511.0021.1188.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 501

604 17.512.0021.1048.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 501

606 17.512.0021.1088.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -7.390,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 1 1 501

611 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -4.004,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 501

613 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -9.300,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 501

616 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -2.180,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 501

621 17.512.0021.2153.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -26.585,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 501

622 17.512.0021.2153.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -749,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 501

626 17.512.0021.2327.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -3.942,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 501

654 26.782.0017.2467.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -20,48

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

655 26.782.0017.2467.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -100,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

656 26.782.0017.2467.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -1.099,30

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

657 26.782.0017.2467.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -100,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 1 1 500

658 26.782.0017.2467.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -100,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

659 26.782.0017.2467.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -200,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

663 26.782.0020.1183.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO -9,45

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 1 1 500

666 26.782.0020.1367.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 501

668 26.782.0020.1368.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 501

669 26.782.0020.2043.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO -14.853,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 501

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AM

673 26.782.0020.2062.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO -6.054,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 501

1321 15.451.0017.1065.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -790.000,00

4.4.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 5 1 701

1392 26.782.0020.2062.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO -1.600,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 759

1500 26.782.0020.1183.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO -126.565,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 1 1 759

1545 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -16,30

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

1561 15.452.0017.1183.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -11.250,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 5 1 701

01 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

688 04.122.0002.2155.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

689 04.122.0002.2155.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -32.649,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

690 04.122.0002.2155.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -5.487,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

692 04.122.0002.2155.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -84,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

695 04.122.0002.2155.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -50,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

696 04.122.0002.2221.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

697 04.122.0002.2312.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

699 04.122.0002.2312.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -100,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

700 04.122.0002.2312.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -100,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 1 1 500

702 04.122.0002.2312.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -1.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

703 04.122.0002.2312.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -80,80

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

704 04.128.0004.2434.0000 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS -379,96

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. 1 1 500

710 06.182.0025.2337.0000 SEGURANÇA COMUNITÁRIA -12.154,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

713 10.122.0009.1165.0000 GESTÃO DO SUS -390,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 3 1 500

719 10.122.0009.2025.0000 GESTÃO DO SUS -5.177,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

721 10.122.0009.2025.0000 GESTÃO DO SUS -1.500,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R. 3 1 500

722 10.122.0009.2025.0000 GESTÃO DO SUS -53.474,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

724 10.122.0009.2025.0000 GESTÃO DO SUS -700,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. 3 1 500

726 10.122.0009.2316.0000 GESTÃO DO SUS -1.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

727 10.122.0009.2316.0000 GESTÃO DO SUS -1.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R. 3 1 500

728 10.122.0009.2316.0000 GESTÃO DO SUS -5.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

730 10.122.0009.2331.0000 GESTÃO DO SUS -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 500

732 10.122.0009.2331.0000 GESTÃO DO SUS -118,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

733 10.122.0009.2331.0000 GESTÃO DO SUS -3.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 3 1 500

735 10.122.0009.2331.0000 GESTÃO DO SUS -654,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

741 10.122.0009.2477.0000 GESTÃO DO SUS -12.890,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

743 10.122.0009.2477.0000 GESTÃO DO SUS -683,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

744 10.128.0004.2435.0000 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS -1.860,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. 3 1 500

745 10.128.0004.2435.0000 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS -180,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. 3 1 600

748 10.301.0010.1124.0000 ATENÇÃO BÁSICA -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 3 1 500

749 10.301.0010.1231.0000 ATENÇÃO BÁSICA -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 3 1 500

750 10.301.0010.1231.0000 ATENÇÃO BÁSICA -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 3 1 601

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

751 10.301.0010.1231.0000 ATENÇÃO BÁSICA -10,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 3 1 631

752 10.301.0010.1342.0000 ATENÇÃO BÁSICA -22.740,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 3 1 500

768 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -55.274,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

769 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -33.718,20

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 600

770 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 621

771 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -73.344,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

775 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -100,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 3 1 600

787 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA -113,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

789 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA -43,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

812 10.301.0010.2235.0000 ATENÇÃO BÁSICA -32.460,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 500

813 10.301.0010.2235.0000 ATENÇÃO BÁSICA -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 600

815 10.301.0010.2235.0000 ATENÇÃO BÁSICA -942,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 3 1 600

816 10.301.0010.2235.0000 ATENÇÃO BÁSICA -236,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

817 10.301.0010.2235.0000 ATENÇÃO BÁSICA -100,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 600

824 10.301.0010.2235.0000 ATENÇÃO BÁSICA -633,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

825 10.301.0010.2235.0000 ATENÇÃO BÁSICA -353,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 600

829 10.302.0011.1251.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 3 1 500

830 10.302.0011.1319.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 3 1 500

831 10.302.0011.1349.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -3.836,24

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 3 1 500

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

832 10.302.0011.2078.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -52.529,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

833 10.302.0011.2078.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -4.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

834 10.302.0011.2080.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -11.954,00

3.3.71.70.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO F.R. 3 1 500

838 10.302.0011.2092.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -5.319,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

841 10.302.0011.2092.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -14.003,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

842 10.302.0011.2092.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -28.934,44

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

848 10.302.0011.2093.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -4.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

850 10.302.0011.2093.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -7.742,57

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

860 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -4.200,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

874 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -4.505,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

880 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -20.942,36

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

918 10.302.0011.2207.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -15.847,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

919 10.302.0011.2207.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -5.635,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 600

920 10.302.0011.2207.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -34.657,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 621

921 10.302.0011.2207.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -6.520,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

922 10.302.0011.2207.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -3.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 600

923 10.302.0011.2207.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -83.481,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 621

924 10.302.0011.2207.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -100,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 3 1 500

925 10.302.0011.2234.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 500

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

926 10.302.0011.2234.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -135.460,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 3 1 500

927 10.302.0011.2234.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -100,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

928 10.302.0011.2234.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -10.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 3 1 500

929 10.302.0011.2234.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -39.080,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

931 10.302.0011.2234.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -2.051,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

932 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -7.712,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 500

938 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -2.800,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

941 10.302.0011.2336.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -494,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

942 10.302.0011.2336.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -4.069,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R. 3 1 500

946 10.303.0012.1125.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 3 1 500

947 10.303.0012.1323.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA -5.225,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 3 1 500

948 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA -18.925,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 500

949 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 600

950 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA -2.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 3 1 500

951 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA -100,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 3 1 600

953 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA -100,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 600

955 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA -100,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 3 1 600

956 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA -10.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

957 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA -100,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 600

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

961 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA -22.910,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT F.R. 3 1 500

962 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA -11.290,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT F.R. 3 1 600

963 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA -11.895,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT F.R. 3 1 621

967 10.304.0013.1127.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 3 1 500

968 10.304.0013.1366.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE -7.735,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 3 1 500

978 10.305.0013.1128.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 3 1 500

979 10.305.0013.1142.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE -1.795,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 3 1 500

980 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE -16.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 500

981 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 600

984 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE -5.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

990 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE -5.960,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

992 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE -2.797,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

1324 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -17.590,88

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT F.R. 3 1 500

1366 10.301.0010.1342.0000 ATENÇÃO BÁSICA -52,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 3 1 621

01 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO

1003 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -17.700,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

1017 20.604.0007.2214.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

1018 20.604.0007.2214.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -100,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

1019 20.604.0007.2214.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -100,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

1023 20.604.0007.2214.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -16,90

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

1066 08.128.0004.2039.0000 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS -500,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. 4 1 500

1075 08.243.0033.2011.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -1.262,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 4 1 500

1081 08.244.0024.2012.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -500,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 4 1 500

1087 08.244.0024.2012.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -2.854,00

3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS F.R. 4 1 500

1088 11.128.0004.2039.0000 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS -500,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. 1 1 500

1091 11.333.0024.2126.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -3.740,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

1092 11.333.0024.2126.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -3.860,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

1093 11.333.0024.2126.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -1.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 1 1 500

1094 11.333.0024.2126.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -2.460,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

1095 11.333.0024.2126.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -306,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

1096 11.333.0024.2126.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -2.860,02

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

01 10 02 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1098 08.243.0032.2229.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -100,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 500

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1124 08.122.0024.2334.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -3.907,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 4 1 500

1126 08.122.0024.2334.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -2.653,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 4 1 500

1130 08.122.0024.2334.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -300,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 500

1131 08.122.0024.2334.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -210,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 4 1 500

1136 08.241.0032.2019.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -983,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 4 1 500

1137 08.241.0032.2019.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -3.012,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 4 1 500

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1139 08.241.0032.2019.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -100,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 4 1 500

1141 08.241.0032.2019.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -1.142,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 660

1143 08.241.0032.2019.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -900,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 4 1 660

1144 08.241.0033.2008.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -15.300,00

3.3.50.43.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS F.R. 4 1 500

1151 08.243.0032.2179.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -2.735,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 4 1 660

1160 08.243.0033.2154.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -1.811,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 4 1 500

1162 08.243.0033.2154.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -1.598,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 4 1 500

1165 08.243.0033.2154.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -690,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 500

1167 08.243.0033.2154.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -6.700,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R. 4 1 500

1181 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -1.597,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 4 1 500

1182 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -16.343,28

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 500

1183 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -9.400,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 660

1184 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -90,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R. 4 1 660

1185 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -17.722,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 4 1 500

1186 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -8.420,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 4 1 660

1187 08.244.0032.2123.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -3.942,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT F.R. 4 1 500

1201 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -7.751,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 4 1 500

1204 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -32.972,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 4 1 660

1206 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -1.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 4 1 660

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1208 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -925,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 4 1 660

1210 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -2.540,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 4 1 660

1211 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -2.737,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 500

1212 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -7.120,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 660

1213 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -665,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 4 1 660

1214 08.244.0032.2342.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 4 1 660

1215 08.244.0032.2342.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -100,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 4 1 660

1216 08.244.0032.2342.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -100,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 4 1 660

1217 08.244.0032.2342.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -100,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 4 1 660

1218 08.244.0032.2342.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -100,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 4 1 660

1219 08.244.0032.2342.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -2.424,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 660

1225 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -20.169,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 4 1 500

1226 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -1.820,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 4 1 500

1228 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -100,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 4 1 500

1230 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -12.093,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 660

1233 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -10.108,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 4 1 660

1399 08.244.0032.2342.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -10.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 4 1 500

1400 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -4.200,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R. 4 1 500

1401 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -29.283,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 4 1 500

01 10 04 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 10 04 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

1238 16.482.0023.1046.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCI -61.800,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 500

1246 16.482.0023.2328.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCI -58,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 501

1250 16.482.0023.2328.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCI -100,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 501

1251 16.482.0023.2328.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCI -300,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 501

1252 16.482.0023.2328.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCI -100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 501

1253 16.482.0023.2328.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCI -100,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 501

1320 16.482.0023.1046.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCI -143.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 4 1 665

1520 16.482.0023.2328.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCI -130,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 5 1 701

01 11 01 SECRETARIA MUN. TURISMO, MEIO AMBIENTE E DESEN V. ECON

1412 23.695.0006.2471.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA -3.100,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

1414 23.695.0006.2471.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA -100,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

1419 23.695.0006.2471.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA -2.593,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

1424 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL -3.524,42

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

1430 18.541.0008.2215.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL -865,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

1431 18.541.0008.2399.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL -119,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

1436 18.542.0008.1299.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL -856,50

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 5 1 700

1447 23.695.0006.2029.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

1448 23.695.0006.2029.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA -19.572,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

1449 23.695.0006.2029.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA -12.604,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

1453 23.695.0006.2029.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA -38,00

3.3.90.31.00 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESP F.R. 1 1 500

DECRETO Nº 3773 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 11 01 SECRETARIA MUN. TURISMO, MEIO AMBIENTE E DESEN V. ECON

1454 23.695.0006.2029.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA -695,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. 1 1 500

1460 23.695.0006.2100.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA -14.640,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

1461 23.695.0006.2105.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA -100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

1462 23.695.0006.2113.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA -50,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

1465 23.691.0028.2362.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

1471 23.691.0028.2362.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -745,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

1503 23.695.0006.2029.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA -6.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 5 1 701

1519 18.541.0008.2399.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL -844,89

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

01 99 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

1257 99.999.0999.0999.0000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA -870.000,00

9.9.99.99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA F.R. 1 1 500

02 21 01 PREV - JACI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO

1271 09.272.0026.2002.0000 GESTÃO POLÍTICA DO PREV - JACI -713.000,00

3.1.90.01.00 APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS F.R. 7 1 800

1272 09.272.0026.2002.0000 GESTÃO POLÍTICA DO PREV - JACI -350.000,00

3.1.90.03.00 PENSÕES F.R. 7 1 800

Anulação (-) -6.994.428,72

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JACIARA, 02 de dezembro de 2022

ANDREIA WAGNER

PREFEITA MUNICIPAL

632.656.721-15

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 034/2023

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 034/2023**, que tem por objeto o **"REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO CAMINHONETE ¾ ABERTA",** onde foi vencedora a empresa **VONIO PEREIRA DE SOUZA** ao valor global de **R$ 56.460,00** (Cinquenta e seis mil, quatrocentos e sessenta reais).

Jaciara-MT, 20 de setembro de 2023.

João Luiz dos Santos Dall oglio

Pregoeiro – Prefeitura Municipal de Jaciara

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2023

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2023**, que tem por objeto o **"REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL, UNIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACIARA – MT",** onde foram vencedoras as empresas **MEDMASTER COMERCIO LTDA ME** ao valor global de **R$ 37.516,00** (Trinta sete mil , quinhentos e dezesseis reais),**VALLEN DIAGNOSTICO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA** ao valor global de **R$ 116.087,00** (Cento e dezesseis mil, oitenta sete reais), **HOSPTECH SERVIÇOS PARA SAÚDE LTDA** ao valor global de **R$ 61.707,00** (Cento e dezesseis mil, oitenta sete reais).

Jaciara-MT, 20 de Setembro de 2023.

João Luiz dos Santos Dall'oglio

Pregoeiro – Prefeitura Municipal de Jaciara/MT

DECRETO Nº 3772 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022

DECRETO Nº 3772 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2119

Abre no orçamento vigente crédito adicional

suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$4.753.320,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 4.753.320,00

01 02 01 GABINETE DA PREFEITA

15 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 12.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

152 04.122.0003.2456.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 15.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

01 04 02 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

198 28.843.0003.0023.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 35.000,00

4.6.90.71.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO F.R.: 1 1 500

204 28.846.0003.0004.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 51.777,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R.: 1 1 500

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

220 12.122.0005.2045.0000 GESTÃO EDUCACIONAL 3.514,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 500

1317 04.122.0005.1374.0000 GESTÃO EDUCACIONAL 49.790,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

1384 04.122.0005.1374.0000 GESTÃO EDUCACIONAL 400.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 2 1 571

398 27.812.0014.2041.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 33.157,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

415 27.813.0014.1111.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 34.600,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

270 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 3.426,07

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

271 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 44.712,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

278 12.361.0015.2021.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 3.802,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

279 12.361.0015.2021.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 602,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

DECRETO Nº 3772 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2119

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

280 12.361.0015.2021.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 27.313,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

282 12.361.0015.2021.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 36.613,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU F.R.: 2 1 500

283 12.361.0015.2021.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 4.700,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 500

1560 13.392.0016.2173.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 2.000.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 5 1 701

321 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 39.270,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

329 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 16.433,60

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

330 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 1.469,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

335 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 6.400,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 500

1387 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO 38.630,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 759

1558 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO 28.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 2 550

341 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 15.239,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

342 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 41.646,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 2 1 500

343 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 3.353,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

345 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 7.333,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIEN

517 15.452.0017.1183.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 10.034,83

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 6 1 755

521 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 30.373,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

533 15.452.0017.2056.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 129.610,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 5 1 751

535 15.452.0017.2056.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 108.100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 751

549 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 44.660,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

DECRETO Nº 3772 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2119

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIEN

571 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 16.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

573 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 26.812,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

511 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA 6.410,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 501

1526 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA 3.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 759

667 26.782.0020.1367.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 1.350,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 5 1 700

1388 26.782.0020.2043.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 19.530,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 759

1392 26.782.0020.2062.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 6.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 759

1392 26.782.0020.2062.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 8.800,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 759

612 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 25.365,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 501

614 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 500,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 501

615 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 1.975,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 501

618 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 145.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 501

1556 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 32.000,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 501

583 15.452.0022.2088.0000 TRÂNSITO SEGURO 20.475,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 501

586 15.452.0022.2088.0000 TRÂNSITO SEGURO 3.960,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 501

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

718 10.122.0009.2025.0000 GESTÃO DO SUS 18.636,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

731 10.122.0009.2331.0000 GESTÃO DO SUS 14.843,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

765 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 30.654,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

780 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA 132.072,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 600

DECRETO Nº 3772 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2119

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

785 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA 54.123,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

786 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA 56.727,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

795 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 20.265,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 600

803 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 24.693,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

804 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 1.756,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

814 10.301.0010.2235.0000 ATENÇÃO BÁSICA 17.320,50

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

1524 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 147.508,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

1553 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 37.623,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 600

837 10.302.0011.2092.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 31.847,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

855 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 20.572,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 600

861 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 4.706,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

881 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 84.428,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

894 10.302.0011.2183.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 29.922,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

906 10.302.0011.2207.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 46.830,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

907 10.302.0011.2207.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 52.348,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 600

916 10.302.0011.2207.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 11.649,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

936 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 48.668,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

970 10.304.0013.2102.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 56.948,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

983 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 30.811,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 600

DECRETO Nº 3772 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2119

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

988 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 25.639,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

989 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 5.905,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

01 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO

998 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 48.885,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

01 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

1069 08.243.0033.2011.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 30.656,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 4 1 500

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1117 08.122.0024.2326.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 33.176,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 4 1 500

1143 08.241.0032.2019.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 1.080,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 1 660

1153 08.243.0032.2179.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 1.067,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 660

1203 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 15.092,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 4 1 500

01 10 04 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

1248 16.482.0023.2328.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SO 2.029,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 501

01 11 01 SECRETARIA MUN. TURISMO, MEIO AMBIENTE E DESEN V. ECONOMICO

1509 23.695.0006.2471.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA 11,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 5 1 701

1423 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 20.596,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Excesso: 4.753.320,00

Fontes de Recurso

1 500 1.154.023,17

1 501 237.714,00

1 571 400.000,00

1 600 606.370,00

1 660 2.147,00

1 700 1.350,00

1 701 2.000.011,00

1 751 237.710,00

1 755 10.034,83

1 759 75.960,00

2 550 28.000,00

DECRETO Nº 3772 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N.2119

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JACIARA, 02 de dezembro de 2022

ANDREIA WAGNER

PREFEITA MUNICIPAL

632.656.721-15

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

Abre no orçamento vigente crédito adicional

suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$5.191.769,99 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 5.191.769,99

01 02 01 GABINETE DA PREFEITA

15 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 7.616,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

01 03 01 SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO E DESEN. ECONÔMICO

53 04.121.0028.2013.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 117,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

54 04.121.0028.2013.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 1.237,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

56 04.121.0028.2013.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 5.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

69 04.121.0028.2048.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 510,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

106 04.122.0003.1003.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 3. 180,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 1 1 500

153 04.122.0003.2456.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 10. 500,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

154 04.122.0003.2456.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 4. 380,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

158 04.122.0003.2456.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 850,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

159 04.122.0003.2457.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 1. 565,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

160 04.122.0003.2457.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 865,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

161 04.122.0003.2457.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 334,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

168 04.122.0003.2458.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 700,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

169 04.122.0003.2458.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 3. 644,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1348 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 42,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 5 2 706

01 04 02 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

200 28.843.0003.0024.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 20. 000,00

4.6.90.71.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO F.R.: 1 1 500

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

226 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL 10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 500

404 27.812.0014.2041.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 3.200,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

408 27.812.0014.2148.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 12.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

415 27.813.0014.1111.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 69.670,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

1368 27.813.0014.1111.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 96.069,40

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 5 2 700

1490 27.812.0014.2022.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 96,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 5 2 701

267 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 24.200,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

269 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 7.195,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

270 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 10.268,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

274 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 1.170,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 500

275 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 130,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 2 1 500

276 12.361.0015.2021.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 18.506,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

279 12.361.0015.2021.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 11.427,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

283 12.361.0015.2021.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 3.300,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 500

286 12.361.0015.2107.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 6.000,00

3.3.50.43.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS F.R.: 2 1 500

360 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 4.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

361 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 22.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

362 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 3.600,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

363 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 2.040,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

364 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 2.200,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

365 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 900,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

211 04.306.0027.2421.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL 150.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

247 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL 10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 500

255 12.306.0027.2422.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL 12.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 552

319 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 19.550,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

321 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 4.262,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

322 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 8.678,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

323 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 412,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

330 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 1.100,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

291 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO 50. 000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 500

341 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 18.294,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

342 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 13.181,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 2 1 500

343 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 4.024,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

345 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 2.794,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

01 05 02 FUNDO DE MANUTENÇÃO,DESENV. E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁ

459 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 170.680,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 540

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 05 02 FUNDO DE MANUTENÇÃO,DESENV. E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁ

460 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 183.676,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 2 1 540

461 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 37.550,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 540

462 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 13.832,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 540

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIEN

1372 18.542.0008.1299.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 124.484,12

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 5 2 700

519 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 17.800,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

520 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 11.600,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

521 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 30.600,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

523 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 5.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

533 15.452.0017.2056.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 74.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 5 1 751

541 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 20.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

542 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 120.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

544 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 116.590,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

545 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 29.300,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

546 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 24.590,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

549 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 180.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

550 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 6.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R.: 1 1 500

551 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 10.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

565 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 27.015,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

566 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 55.600,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIEN

567 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 5.761,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

568 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 2.544,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

570 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 43.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

571 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 30.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

572 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 8.360,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

573 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 65.700,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

574 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 4.746,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

653 26.782.0017.2071.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 1.895,00

3.3.71.70.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO F.R.: 1 1 500

1493 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 5 1 701

507 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA 10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

1396 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA 48.800,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

1397 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA 1.171.211,47

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 5 2 701

1526 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA 10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 759

1390 26.782.0020.2062.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 50.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 759

1392 26.782.0020.2062.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 104.400,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 759

614 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 500,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 501

615 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 3.206,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 501

1515 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 200.800,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 2 500

583 15.452.0022.2088.0000 TRÂNSITO SEGURO 3.683,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 501

01 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

683 04.122.0002.2133.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 4.080,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

686 04.122.0002.2133.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 5.800,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

691 04.122.0002.2155.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 491,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

698 04.122.0002.2312.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 5.203,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

710 06.182.0025.2337.0000 SEGURANÇA COMUNITÁRIA 103.100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

744 10.128.0004.2435.0000 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS 1.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R.: 3 1 500

731 10.122.0009.2331.0000 GESTÃO DO SUS 1.178,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

734 10.122.0009.2331.0000 GESTÃO DO SUS 1.864,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

737 10.122.0009.2477.0000 GESTÃO DO SUS 1.518,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 3 1 500

739 10.122.0009.2477.0000 GESTÃO DO SUS 1.015,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

740 10.122.0009.2477.0000 GESTÃO DO SUS 2.731,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

753 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 66.940,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 3 1 500

757 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 127.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 600

759 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 14.700,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

766 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 14.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

779 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA 41.600,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

783 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA 10.500,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

785 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA 67.320,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

791 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 23.800,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 3 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

794 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 58.200,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

797 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 5.300,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

803 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 12.100,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

836 10.302.0011.2092.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 8.900,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 3 1 500

841 10.302.0011.2092.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 20.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 3 1 500

855 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 29.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 600

861 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 4.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

878 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 18.252,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 600

881 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 42.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

886 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 2.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R.: 3 1 500

895 10.302.0011.2183.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 1.461,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

907 10.302.0011.2207.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 38.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 600

916 10.302.0011.2207.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 6.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

933 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 105.100,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

934 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 374,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

935 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 3.643,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

936 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 19.200,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

952 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 1.315,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

954 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 600,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

973 10.304.0013.2102.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 5.207,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

986 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 6.735,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

988 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 15.260,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

01 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO

999 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 4.072,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

1000 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 5.200,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

1003 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 10.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

1517 20.602.0007.1371.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 47.970,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 1 1 500

01 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

1077 08.244.0024.2012.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 2.430,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 4 1 500

1080 08.244.0024.2012.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 600,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 4 1 500

1090 11.333.0024.2126.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 1.520,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

1410 08.244.0024.2492.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 200.000,00

3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS F.R.: 4 1 500

1071 08.243.0033.2011.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 294,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 4 1 500

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1117 08.122.0024.2326.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 7.600,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 4 1 500

1118 08.122.0024.2326.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 4.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1127 08.122.0024.2334.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 600,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 4 1 500

1128 08.122.0024.2334.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 1.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1178 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 11.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 4 1 500

1179 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 2.500,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1189 08.244.0032.2123.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 400,00

3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS F.R.: 4 1 500

1203 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 9.327,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 4 1 500

1205 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 1.305,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1207 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 8,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 4 1 500

1209 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 268,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1339 08.244.0032.2123.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 248,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 2 661

1224 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 3.500,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 4 1 500

1230 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 50.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 4 1 660

01 10 04 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

1238 16.482.0023.1046.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SO 11.820,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

1247 16.482.0023.2328.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SO 7.800,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 501

1248 16.482.0023.2328.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SO 1.800,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 501

1520 16.482.0023.2328.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SO 240,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 5 1 701

01 11 01 SECRETARIA MUN. TURISMO, MEIO AMBIENTE E DESEN V. ECONOMICO

1451 23.695.0006.2029.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA 400,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

1426 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 2.751,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

1427 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 3.600,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

1428 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 2.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

1435 18.542.0008.1299.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 9.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

1519 18.541.0008.2399.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 205.700,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 11 01 SECRETARIA MUN. TURISMO, MEIO AMBIENTE E DESEN V. ECONOMICO

1467 23.691.0028.2362.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 500,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Superávit Financeiro: 1.592.950,99

Fontes de Recurso

2 500 200.800,00

2 661 248,00

2 700 220.553,52

2 701 1.171.307,47

2 706 42,00

Anulação:

01 02 01 GABINETE DA PREFEITA

6 04.122.0002.2004.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -12.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

13 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -5.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

14 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -3.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

18 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -2.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

19 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -3.683,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. 1 1 500

21 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -30.300,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

22 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -418,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 500

23 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -280,00

3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS F.R. 1 1 500

25 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -89,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R. 1 1 500

27 04.122.0002.2095.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -4.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

36 04.122.0002.2171.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -15.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

38 04.122.0002.2171.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -17.512,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

40 04.122.0002.2171.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -400,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. 1 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 02 01 GABINETE DA PREFEITA

43 04.124.0002.2130.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -5.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

46 04.124.0002.2130.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -4.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

01 03 01 SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO E DESEN. ECONÔMICO

52 04.121.0028.2013.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -3.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

61 04.121.0028.2013.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -100,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. 1 1 500

65 04.121.0028.2048.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -10.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

75 04.121.0028.2358.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -3.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

87 04.121.0028.2359.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -510,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

89 04.121.0028.2413.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -88,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

109 04.122.0003.2016.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -5.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

115 04.122.0003.2017.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -3.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

122 04.122.0003.2053.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -595,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

124 04.122.0003.2067.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -3.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

132 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -20.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

137 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -190,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. 1 1 500

139 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -53.970,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

140 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -3.180,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 500

142 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -2.000,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R. 1 1 500

144 04.122.0003.2225.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -10.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

164 04.122.0003.2457.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -640,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

171 04.122.0003.2458.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

172 04.122.0003.2458.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -136,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

174 04.125.0003.2055.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -50.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

177 04.125.0003.2055.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -5.400,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

01 04 02 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

209 28.846.0003.0019.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -94.600,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R. 1 1 500

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E L

213 04.306.0027.2422.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -60.700,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

221 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -10.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 2 1 500

222 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -10.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 500

223 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -3.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 500

225 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -3.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 500

232 12.122.0005.2309.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -183.371,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 500

234 12.122.0005.2309.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -3.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 2 1 500

235 12.122.0005.2309.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -5.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 500

242 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -10.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 2 1 500

243 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -10.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 500

244 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -5.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 500

245 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -3.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 2 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E L

246 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -5.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 500

256 12.361.0015.1032.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -5.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 2 1 500

264 12.361.0015.1285.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -1.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 2 1 500

268 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -5.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 500

290 12.361.0030.1286.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO -1.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 2 1 500

301 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO -100,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. 2 1 500

303 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO -1.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 2 1 500

315 12.365.0029.1033.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 2 1 500

327 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -5.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 2 1 500

328 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -10.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 500

329 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -3.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 500

331 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -3.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 500

336 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -1.000,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 2 1 500

340 12.367.0034.1353.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 2 1 500

378 13.392.0016.2173.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL -900,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

398 27.812.0014.2041.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CIDA -3.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

412 27.812.0014.2481.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CIDA -2.100,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

01 05 02 FUNDO DE MANUTENÇÃO,DESENV. E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇ

429 12.361.0015.1181.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -10.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 2 1 540

466 12.365.0029.2086.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -407.738,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 540

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AM

511 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA -97.620,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 501

514 15.451.0018.2315.0000 JACIARA PAVIMENTADA -100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 501

527 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -100,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R. 1 1 500

528 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -6.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

530 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -100,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 500

532 15.452.0017.2056.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -20.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

535 15.452.0017.2056.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -20.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 751

536 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -30.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

538 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -3.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

539 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -3.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 1 1 500

548 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -5.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

552 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -100,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 500

553 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -100,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. 1 1 500

577 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -4.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

578 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

587 15.452.0022.2088.0000 TRÂNSITO SEGURO -2.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 501

589 15.452.0022.2088.0000 TRÂNSITO SEGURO -600,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R. 1 1 501

590 15.452.0022.2088.0000 TRÂNSITO SEGURO -6.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 501

592 15.452.0022.2088.0000 TRÂNSITO SEGURO -100,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 501

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AM

593 15.452.0022.2088.0000 TRÂNSITO SEGURO -100,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. 1 1 501

597 15.452.0022.2325.0000 TRÂNSITO SEGURO -570,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 501

611 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -5.306,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 501

612 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -1.630,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 501

626 17.512.0021.2327.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -2.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 501

669 26.782.0020.2043.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO -14.400,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 501

676 26.782.0020.2321.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO -40.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

1349 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -54.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 751

01 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

679 04.122.0002.2051.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -9.800,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

680 04.122.0002.2051.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -2.830,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 500

689 04.122.0002.2155.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -29.774,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

693 04.122.0002.2155.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -1.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

703 04.122.0002.2312.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -906,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

715 10.122.0009.2025.0000 GESTÃO DO SUS -30.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 3 1 500

716 10.122.0009.2025.0000 GESTÃO DO SUS -3.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

717 10.122.0009.2025.0000 GESTÃO DO SUS -5.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 3 1 500

735 10.122.0009.2331.0000 GESTÃO DO SUS -3.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

736 10.122.0009.2331.0000 GESTÃO DO SUS -1.700,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

768 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -110.400,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

771 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -153.600,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

772 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -157.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 600

789 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA -3.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

824 10.301.0010.2235.0000 ATENÇÃO BÁSICA -25.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

834 10.302.0011.2080.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -486.100,00

3.3.71.70.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO F.R. 3 1 500

842 10.302.0011.2092.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -77.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

844 10.302.0011.2093.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -5.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 3 1 500

847 10.302.0011.2093.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -3.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

848 10.302.0011.2093.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -16.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

850 10.302.0011.2093.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -70.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

854 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -5.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 3 1 500

860 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -5.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

862 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -10.300,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

865 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -3.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

871 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -179.680,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 3 1 500

883 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -100.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

887 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -50.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

898 10.302.0011.2183.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -4.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

900 10.302.0011.2183.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -8.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

926 10.302.0011.2234.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -20.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 3 1 500

929 10.302.0011.2234.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -5.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

930 10.302.0011.2234.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -3.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

930 10.302.0011.2234.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -2.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

931 10.302.0011.2234.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -5.495,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

948 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA -4.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 500

956 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA -5.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

961 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA -210.565,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT F.R. 3 1 500

971 10.304.0013.2102.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE -3.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

974 10.304.0013.2102.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE -50.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

980 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE -4.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 500

990 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE -15.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

1497 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -11.712,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 600

01 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO

1002 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -9.272,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

01 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

1069 08.243.0033.2011.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -5.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 4 1 500

1073 08.243.0033.2011.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -5.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 500

1091 11.333.0024.2126.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -3.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

1311 11.333.0024.2108.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -30.000,00

3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS F.R. 1 1 501

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1103 08.122.0024.2084.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 4 1 500

1108 08.122.0024.2301.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 4 1 500

1124 08.122.0024.2334.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -2.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 4 1 500

1125 08.122.0024.2334.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -2.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 4 1 500

1126 08.122.0024.2334.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -1.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 4 1 500

1135 08.241.0032.2019.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -5.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 4 1 500

1177 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -3.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 4 1 500

1182 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -43.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 500

1201 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -3.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 4 1 500

1211 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -16.808,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 500

1229 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -80.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 500

1399 08.244.0032.2342.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -10.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 4 1 500

1400 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -20.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. 4 1 500

01 11 01 SECRETARIA MUN. TURISMO, MEIO AMBIENTE E DESEN V. ECON

1424 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL -2.751,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

Anulação (-) -3.598.819,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

JACIARA, 01 de setembro de 2022

ANDREIA WAGNER

PREFEITA MUNICIPAL

632.656.721-15

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

Abre no orçamento vigente crédito adicional

suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$5.191.769,99 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 5.191.769,99

01 02 01 GABINETE DA PREFEITA

15 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 7.616,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

01 03 01 SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO E DESEN. ECONÔMICO

53 04.121.0028.2013.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 117,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

54 04.121.0028.2013.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 1.237,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

56 04.121.0028.2013.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 5.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

69 04.121.0028.2048.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 510,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

106 04.122.0003.1003.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 3. 180,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 1 1 500

153 04.122.0003.2456.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 10. 500,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

154 04.122.0003.2456.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 4. 380,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

158 04.122.0003.2456.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 850,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

159 04.122.0003.2457.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 1. 565,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

160 04.122.0003.2457.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 865,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

161 04.122.0003.2457.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 334,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

168 04.122.0003.2458.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 700,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

169 04.122.0003.2458.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 3. 644,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1348 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 42,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 5 2 706

01 04 02 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

200 28.843.0003.0024.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 20. 000,00

4.6.90.71.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO F.R.: 1 1 500

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ES-PORTE E LAZER

226 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL 10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 500

404 27.812.0014.2041.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 3.200,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

408 27.812.0014.2148.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 12.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

415 27.813.0014.1111.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 69.670,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

1368 27.813.0014.1111.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 96.069,40

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 5 2 700

1490 27.812.0014.2022.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 96,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 5 2 701

267 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 24.200,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

269 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 7.195,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

270 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 10.268,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

274 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 1.170,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 500

275 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 130,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 2 1 500

276 12.361.0015.2021.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 18.506,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

279 12.361.0015.2021.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 11.427,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

283 12.361.0015.2021.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 3.300,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 500

286 12.361.0015.2107.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 6.000,00

3.3.50.43.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS F.R.: 2 1 500

360 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 4.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ES-PORTE E LAZER

361 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 22.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

362 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 3.600,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

363 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 2.040,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

364 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 2.200,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

365 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 900,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

211 04.306.0027.2421.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL 150.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

247 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL 10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 500

255 12.306.0027.2422.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL 12.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 552

319 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 19.550,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

321 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 4.262,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

322 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 8.678,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

323 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 412,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

330 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 1.100,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

291 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO 50. 000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 500

341 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 18.294,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

342 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 13.181,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 2 1 500

343 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 4.024,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

345 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 2.794,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

01 05 02 FUNDO DE MANUTENÇÃO,DESENV. E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁ

459 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 170.680,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 540

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 05 02 FUNDO DE MANUTENÇÃO,DESENV. E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁ

460 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 183.676,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 2 1 540

461 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 37.550,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 540

462 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 13.832,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 540

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIEN

1372 18.542.0008.1299.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 124.484,12

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 5 2 700

519 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 17.800,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

520 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 11.600,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

521 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 30.600,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

523 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 5.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

533 15.452.0017.2056.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 74.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 5 1 751

541 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 20.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

542 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 120.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

544 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 116.590,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

545 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 29.300,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

546 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 24.590,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

549 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 180.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

550 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 6.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R.: 1 1 500

551 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 10.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

565 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 27.015,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

566 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 55.600,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIEN

567 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 5.761,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

568 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 2.544,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

570 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 43.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

571 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 30.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

572 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 8.360,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

573 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 65.700,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

574 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 4.746,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

653 26.782.0017.2071.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 1.895,00

3.3.71.70.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO F.R.: 1 1 500

1493 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 5 1 701

507 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA 10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

1396 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA 48.800,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

1397 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA 1.171.211,47

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 5 2 701

1526 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA 10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 759

1390 26.782.0020.2062.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 50.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 759

1392 26.782.0020.2062.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 104.400,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 759

614 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 500,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 501

615 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 3.206,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 501

1515 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 200.800,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 2 500

583 15.452.0022.2088.0000 TRÂNSITO SEGURO 3.683,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 501

01 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

683 04.122.0002.2133.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 4.080,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

686 04.122.0002.2133.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 5.800,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

691 04.122.0002.2155.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 491,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

698 04.122.0002.2312.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 5.203,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

710 06.182.0025.2337.0000 SEGURANÇA COMUNITÁRIA 103.100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

744 10.128.0004.2435.0000 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS 1.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R.: 3 1 500

731 10.122.0009.2331.0000 GESTÃO DO SUS 1.178,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

734 10.122.0009.2331.0000 GESTÃO DO SUS 1.864,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

737 10.122.0009.2477.0000 GESTÃO DO SUS 1.518,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 3 1 500

739 10.122.0009.2477.0000 GESTÃO DO SUS 1.015,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

740 10.122.0009.2477.0000 GESTÃO DO SUS 2.731,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

753 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 66.940,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 3 1 500

757 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 127.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 600

759 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 14.700,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

766 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 14.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

779 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA 41.600,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

783 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA 10.500,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

785 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA 67.320,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

791 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 23.800,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 3 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

794 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 58.200,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

797 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 5.300,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

803 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 12.100,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

836 10.302.0011.2092.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 8.900,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 3 1 500

841 10.302.0011.2092.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 20.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 3 1 500

855 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 29.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 600

861 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 4.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

878 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 18.252,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 600

881 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 42.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

886 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 2.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R.: 3 1 500

895 10.302.0011.2183.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 1.461,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

907 10.302.0011.2207.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 38.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 600

916 10.302.0011.2207.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 6.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

933 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 105.100,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

934 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 374,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

935 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 3.643,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

936 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 19.200,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

952 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 1.315,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

954 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 600,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

973 10.304.0013.2102.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 5.207,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

986 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 6.735,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

988 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 15.260,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

01 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO

999 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 4.072,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

1000 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 5.200,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

1003 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 10.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

1517 20.602.0007.1371.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 47.970,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 1 1 500

01 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

1077 08.244.0024.2012.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 2.430,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 4 1 500

1080 08.244.0024.2012.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 600,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 4 1 500

1090 11.333.0024.2126.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 1.520,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

1410 08.244.0024.2492.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 200.000,00

3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS F.R.: 4 1 500

1071 08.243.0033.2011.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 294,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 4 1 500

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1117 08.122.0024.2326.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 7.600,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 4 1 500

1118 08.122.0024.2326.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 4.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1127 08.122.0024.2334.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 600,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 4 1 500

1128 08.122.0024.2334.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 1.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1178 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 11.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 4 1 500

1179 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 2.500,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1189 08.244.0032.2123.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 400,00

3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS F.R.: 4 1 500

1203 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 9.327,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 4 1 500

1205 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 1.305,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1207 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 8,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 4 1 500

1209 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 268,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1339 08.244.0032.2123.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 248,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 2 661

1224 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 3.500,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 4 1 500

1230 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 50.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 4 1 660

01 10 04 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

1238 16.482.0023.1046.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SO 11.820,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

1247 16.482.0023.2328.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SO 7.800,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 501

1248 16.482.0023.2328.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SO 1.800,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 501

1520 16.482.0023.2328.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SO 240,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 5 1 701

01 11 01 SECRETARIA MUN. TURISMO, MEIO AMBIENTE E DESEN V. ECONOMICO

1451 23.695.0006.2029.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA 400,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

1426 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 2.751,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

1427 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 3.600,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

1428 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 2.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

1435 18.542.0008.1299.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 9.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

1519 18.541.0008.2399.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 205.700,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 11 01 SECRETARIA MUN. TURISMO, MEIO AMBIENTE E DESEN V. ECONOMICO

1467 23.691.0028.2362.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 500,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Superávit Financeiro: 1.592.950,99

Fontes de Recurso

2 500 200.800,00

2 661 248,00

2 700 220.553,52

2 701 1.171.307,47

2 706 42,00

Anulação:

01 02 01 GABINETE DA PREFEITA

6 04.122.0002.2004.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -12.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

13 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -5.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

14 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -3.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

18 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -2.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

19 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -3.683,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. 1 1 500

21 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -30.300,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

22 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -418,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 500

23 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -280,00

3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS F.R. 1 1 500

25 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -89,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R. 1 1 500

27 04.122.0002.2095.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -4.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

36 04.122.0002.2171.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -15.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

38 04.122.0002.2171.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -17.512,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

40 04.122.0002.2171.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -400,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. 1 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 02 01 GABINETE DA PREFEITA

43 04.124.0002.2130.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -5.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

46 04.124.0002.2130.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -4.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

01 03 01 SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO E DESEN. ECONÔMICO

52 04.121.0028.2013.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -3.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

61 04.121.0028.2013.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -100,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. 1 1 500

65 04.121.0028.2048.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -10.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

75 04.121.0028.2358.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -3.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

87 04.121.0028.2359.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -510,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

89 04.121.0028.2413.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -88,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

109 04.122.0003.2016.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -5.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

115 04.122.0003.2017.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -3.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

122 04.122.0003.2053.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -595,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

124 04.122.0003.2067.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -3.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

132 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -20.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

137 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -190,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. 1 1 500

139 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -53.970,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

140 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -3.180,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 500

142 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -2.000,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R. 1 1 500

144 04.122.0003.2225.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -10.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

164 04.122.0003.2457.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -640,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

171 04.122.0003.2458.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

172 04.122.0003.2458.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -136,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

174 04.125.0003.2055.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -50.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

177 04.125.0003.2055.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -5.400,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

01 04 02 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

209 28.846.0003.0019.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -94.600,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R. 1 1 500

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E L

213 04.306.0027.2422.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -60.700,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

221 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -10.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 2 1 500

222 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -10.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 500

223 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -3.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 500

225 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -3.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 500

232 12.122.0005.2309.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -183.371,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 500

234 12.122.0005.2309.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -3.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 2 1 500

235 12.122.0005.2309.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -5.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 500

242 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -10.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 2 1 500

243 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -10.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 500

244 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -5.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 500

245 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -3.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 2 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E L

246 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -5.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 500

256 12.361.0015.1032.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -5.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 2 1 500

264 12.361.0015.1285.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -1.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 2 1 500

268 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -5.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 500

290 12.361.0030.1286.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO -1.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 2 1 500

301 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO -100,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. 2 1 500

303 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO -1.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 2 1 500

315 12.365.0029.1033.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 2 1 500

327 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -5.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 2 1 500

328 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -10.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 500

329 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -3.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 500

331 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -3.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 500

336 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -1.000,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 2 1 500

340 12.367.0034.1353.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 2 1 500

378 13.392.0016.2173.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL -900,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

398 27.812.0014.2041.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CIDA -3.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

412 27.812.0014.2481.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CIDA -2.100,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

01 05 02 FUNDO DE MANUTENÇÃO,DESENV. E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇ

429 12.361.0015.1181.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -10.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 2 1 540

466 12.365.0029.2086.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -407.738,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 540

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AM

511 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA -97.620,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 501

514 15.451.0018.2315.0000 JACIARA PAVIMENTADA -100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 501

527 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -100,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. 1 1 500

528 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -6.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

530 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -100,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 500

532 15.452.0017.2056.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -20.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

535 15.452.0017.2056.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -20.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 751

536 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -30.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

538 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -3.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

539 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -3.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 1 1 500

548 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -5.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

552 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -100,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 500

553 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -100,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. 1 1 500

577 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -4.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

578 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

587 15.452.0022.2088.0000 TRÂNSITO SEGURO -2.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 501

589 15.452.0022.2088.0000 TRÂNSITO SEGURO -600,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. 1 1 501

590 15.452.0022.2088.0000 TRÂNSITO SEGURO -6.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 501

592 15.452.0022.2088.0000 TRÂNSITO SEGURO -100,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 501

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AM

593 15.452.0022.2088.0000 TRÂNSITO SEGURO -100,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. 1 1 501

597 15.452.0022.2325.0000 TRÂNSITO SEGURO -570,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 501

611 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -5. 306,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 501

612 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -1. 630,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 501

626 17.512.0021.2327.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -2. 000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 501

669 26.782.0020.2043.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO -14.400,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 501

676 26.782.0020.2321.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO -40.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

1349 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -54.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 751

01 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

679 04.122.0002.2051.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -9.800,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

680 04.122.0002.2051.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -2.830,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 500

689 04.122.0002.2155.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -29.774,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

693 04.122.0002.2155.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -1.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

703 04.122.0002.2312.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -906,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

715 10.122.0009.2025.0000 GESTÃO DO SUS -30.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 3 1 500

716 10.122.0009.2025.0000 GESTÃO DO SUS -3.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

717 10.122.0009.2025.0000 GESTÃO DO SUS -5.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 3 1 500

735 10.122.0009.2331.0000 GESTÃO DO SUS -3.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

736 10.122.0009.2331.0000 GESTÃO DO SUS -1.700,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

768 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -110.400,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

771 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -153.600,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

772 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -157.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 600

789 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA -3.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

824 10.301.0010.2235.0000 ATENÇÃO BÁSICA -25.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

834 10.302.0011.2080.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -486.100,00

3.3.71.70.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO F.R. 3 1 500

842 10.302.0011.2092.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -77.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

844 10.302.0011.2093.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -5.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 3 1 500

847 10.302.0011.2093.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -3.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

848 10.302.0011.2093.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -16.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

850 10.302.0011.2093.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -70.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

854 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -5.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 3 1 500

860 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -5.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

862 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -10.300,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

865 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -3.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

871 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -179.680,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 3 1 500

883 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -100.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

887 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -50.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

898 10.302.0011.2183.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -4.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

900 10.302.0011.2183.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -8.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

926 10.302.0011.2234.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -20.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 3 1 500

929 10.302.0011.2234.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -5.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

930 10.302.0011.2234.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -3.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

930 10.302.0011.2234.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -2.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

931 10.302.0011.2234.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -5.495,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

948 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA -4.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 500

956 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA -5.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

961 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA -210.565,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT F.R. 3 1 500

971 10.304.0013.2102.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE -3.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

974 10.304.0013.2102.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE -50.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

980 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE -4.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 500

990 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE -15.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

1497 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -11.712,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 600

01 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO

1002 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -9.272,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

01 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

1069 08.243.0033.2011.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -5.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 4 1 500

1073 08.243.0033.2011.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -5.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 500

1091 11.333.0024.2126.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -3.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

1311 11.333.0024.2108.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -30.000,00

3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS F.R. 1 1 501

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1103 08.122.0024.2084.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 4 1 500

1108 08.122.0024.2301.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 4 1 500

1124 08.122.0024.2334.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -2.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 4 1 500

1125 08.122.0024.2334.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -2.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 4 1 500

1126 08.122.0024.2334.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -1.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 4 1 500

1135 08.241.0032.2019.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -5.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 4 1 500

1177 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -3.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 4 1 500

1182 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -43.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 500

1201 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -3.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 4 1 500

1211 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -16.808,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 500

1229 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -80.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 500

1399 08.244.0032.2342.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -10.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 4 1 500

1400 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -20.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R. 4 1 500

01 11 01 SECRETARIA MUN. TURISMO, MEIO AMBIENTE E DESEN V. ECON

1424 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL -2.751,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

Anulação (-) -3.598.819,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DECRETO Nº 3759 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

JACIARA, 01 de setembro de 2022

ANDREIA WAGNER

PREFEITA MUNICIPAL

632.656.721-15

DECRETO Nº 3754 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022

DECRETO Nº 3754 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.2065

Abre no orçamento vigente crédito adicional

suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$2.959.800,26 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 2.959.800,26

01 02 01 GABINETE DA PREFEITA

11 04.122.0002.2004.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 9.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

49 04.128.0004.2135.0000 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS 600,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R.: 1 1 500

01 03 01 SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO E DESEN. ECONÔMICO

62 04.121.0028.2013.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 318,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 1 1 500

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1348 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 10,45

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 5 2 706

190 04.128.0004.2431.0000 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS 300,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R.: 1 1 500

01 04 02 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

199 28.843.0003.0024.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 3. 200,00

3.2.90.21.00 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO F.R.: 1 1 500

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

226 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL 2.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 500

236 12.122.0005.2309.0000 GESTÃO EDUCACIONAL 600,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 500

1511 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL 986,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 2 571

402 27.812.0014.2041.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 1.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

1490 27.812.0014.2022.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 22,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 5 2 701

1508 27.812.0014.1172.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 99.420,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 1 2 500

267 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 6.495,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

DECRETO Nº 3754 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.2065

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

269 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 8.273,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

270 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 989,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

276 12.361.0015.2021.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 18.519,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

279 12.361.0015.2021.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 8.558,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

360 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 3.970,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

361 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 17.043,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

362 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 3.000,90

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

364 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 2.064,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

369 13.392.0016.2147.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 3.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

373 13.392.0016.2151.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 1.100,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

374 13.392.0016.2151.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 3.200,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

255 12.306.0027.2422.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL 40.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 552

319 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 4.308,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

321 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 2.973,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

322 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 12.127,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

330 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 7.341,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

1395 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 2.600,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 2 569

291 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO 10. 000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 500

296 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO 6. 500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 500

DECRETO Nº 3754 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.2065

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

341 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 17.109,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

342 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 12.335,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 2 1 500

343 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 3.764,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

345 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 2.641,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

01 05 02 FUNDO DE MANUTENÇÃO,DESENV. E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁ

461 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 40.019,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 540

462 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 21.644,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 540

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIEN

521 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 4.700,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

533 15.452.0017.2056.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 44.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 5 1 751

544 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 109.543,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

546 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 23.694,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

550 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 6.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R.: 1 1 500

565 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 27.658,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

566 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 16.822,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

567 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 5.906,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

571 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 25.750,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

572 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 7.961,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

573 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 59.910,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

574 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 4.423,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

DECRETO Nº 3754 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.2065

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIEN

575 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 3.806,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

1512 15.452.0017.1183.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 1.520,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 1 2 755

1374 15.451.0018.1226.0000 JACIARA PAVIMENTADA 406.176,49

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 5 2 700

1397 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA 1.000.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 5 2 701

1491 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA 77,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 5 2 701

1389 26.782.0020.2043.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 30.428,20

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 2 759

1390 26.782.0020.2062.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 10.041,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 759

1391 26.782.0020.2062.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 1.479,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 2 759

1392 26.782.0020.2062.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 70.100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 759

1393 26.782.0020.2062.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 5.121,60

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 2 759

614 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 500,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 501

615 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 3.089,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 501

630 17.512.0021.2327.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 4.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 501

01 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

691 04.122.0002.2155.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 1.200,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

698 04.122.0002.2312.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 4.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

744 10.128.0004.2435.0000 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS 960,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R.: 3 1 500

734 10.122.0009.2331.0000 GESTÃO DO SUS 3.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

752 10.301.0010.1342.0000 ATENÇÃO BÁSICA 25.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 3 1 500

DECRETO Nº 3754 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

753 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 66.690,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 3 1 500

759 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 14.760,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

783 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA 2.184,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

784 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA 13.332,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 600

791 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 20.662,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 3 1 500

797 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 4.545,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

800 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 1.622,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

801 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 7.237,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 600

803 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 11.533,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

831 10.302.0011.1349.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 187.010,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 3 1 500

836 10.302.0011.2092.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 6.276,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 3 1 500

839 10.302.0011.2092.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 1.709,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

878 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 6.913,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 600

886 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 2.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R.: 3 1 500

895 10.302.0011.2183.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 1.461,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

933 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 61.875,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

934 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 373,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

935 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 13.770,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

936 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 3.459,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

DECRETO Nº 3754 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1409 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 100.000,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU F.R.: 3 1 500

954 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 600,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

973 10.304.0013.2102.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 4.941,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

986 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 4.057,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

988 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 6.796,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

01 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO

1007 20.128.0004.2436.0000 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS 1.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R.: 1 1 500

1003 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 2.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

01 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

1065 04.122.0024.1036.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 2.100,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 4 1 665

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1118 08.122.0024.2326.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 3.826,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1127 08.122.0024.2334.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 1.100,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 4 1 500

1128 08.122.0024.2334.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 674,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1178 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 10.569,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 4 1 500

1179 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 2.325,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1203 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 4.495,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 4 1 500

1207 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 700,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 4 1 500

1209 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 257,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1339 08.244.0032.2123.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 66,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 2 661

1224 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 3.426,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 4 1 500

DECRETO Nº 3754 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.2065

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1227 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 9.100,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 4 1 500

1233 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 4.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 1 660

01 10 04 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

1247 16.482.0023.2328.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SO 6.315,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 501

1248 16.482.0023.2328.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SO 754,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 501

1249 16.482.0023.2328.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SO 1.875,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 501

01 11 01 SECRETARIA MUN. TURISMO, MEIO AMBIENTE E DESEN V. ECONOMICO

1451 23.695.0006.2029.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA 326,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

1422 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 1.420,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

1425 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 1.244,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

1426 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 2.651,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

1428 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 2.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

1435 18.542.0008.1299.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 3.710,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

1514 18.542.0008.1299.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 64.723,62

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 5 2 700

1467 23.691.0028.2362.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 444,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Superávit Financeiro: 1.612.630,36

Fontes de Recurso

2 500 99.420,00

2 569 2.600,00

2 571 986,00

2 661 66,00

2 700 470.900,11

2 701 1.000.099,00

2 706 10,45

2 755 1.520,00

2 759 37.028,80

DECRETO Nº 3754 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.2065

Anulação:

01 02 01 GABINETE DA PREFEITA

2 04.122.0002.1060.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -85,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 500

4 04.122.0002.1358.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -3.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 1 1 500

17 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -500,00

3.3.50.43.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS F.R. 1 1 500

18 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -12.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

19 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -2.013,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. 1 1 500

20 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -600,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. 1 1 500

21 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -109.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

22 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -682,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 500

23 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -600,00

3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS F.R. 1 1 500

36 04.122.0002.2171.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

38 04.122.0002.2171.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -40.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

01 03 01 SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO E DESEN. ECONÔMICO

60 04.121.0028.2013.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -89,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 500

72 04.121.0028.2255.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -318,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 5 1 700

97 17.512.0028.1170.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -1.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 500

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

136 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -3. 000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

138 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -100,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. 1 1 500

140 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -40. 000,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 500

DECRETO Nº 3754 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.2065

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

149 04.122.0003.2225.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -1. 000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

150 04.122.0003.2226.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -8. 000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

151 04.122.0003.2258.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

180 04.125.0003.2055.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -100,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 500

189 04.126.0003.2459.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -2. 000,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 500

01 04 02 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

204 28.846.0003.0004.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -33. 010,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R. 1 1 500

209 28.846.0003.0019.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -40. 000,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R. 1 1 500

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E L

222 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -100.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 500

224 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -860,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 2 1 500

225 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -30.649,90

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 500

228 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 2 1 550

252 12.128.0004.2432.0000 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS -400,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. 2 1 550

253 12.306.0027.2421.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -40.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 2 1 552

254 12.306.0027.2421.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -400,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT F.R. 2 1 552

274 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -2.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 2 1 500

293 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO -10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 2 1 553

298 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO -1.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 2 1 553

326 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -600,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 2 1 500

DECRETO Nº 3754 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.2065

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E L

346 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL -1.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 2 1 500

350 13.392.0016.1028.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL -1.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 1 1 500

355 13.392.0016.1149.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL -1.500,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 1 1 500

356 13.392.0016.1312.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL -100,00

4.4.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

357 13.392.0016.1336.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL -100,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 1 1 500

358 13.392.0016.2044.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL -100,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

367 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL -100,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 500

368 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL -100,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. 1 1 500

371 13.392.0016.2147.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL -100,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 500

372 13.392.0016.2147.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL -100,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R. 1 1 500

376 13.392.0016.2158.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL -100,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

377 13.392.0016.2173.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL -3.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

379 13.392.0016.2203.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL -100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

387 13.392.0016.2487.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 500

390 27.812.0014.1107.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CIDA -1.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 500

396 27.812.0014.2022.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CIDA -1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

408 27.812.0014.2148.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CIDA -5.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

409 27.812.0014.2182.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CIDA -1.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

410 27.812.0014.2182.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CIDA -2.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

DECRETO Nº 3754 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.2065

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E L

413 27.812.0014.2481.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CIDA -2.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

01 05 02 FUNDO DE MANUTENÇÃO,DESENV. E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇ

438 12.361.0015.2026.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -21.644,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 2 1 540

448 12.361.0015.2027.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -40.019,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 540

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AM

492 15.128.0004.2433.0000 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS -1.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. 1 1 500

502 15.451.0018.1226.0000 JACIARA PAVIMENTADA -1.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 501

511 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA -10.944,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 501

516 15.452.0017.1183.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -1.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 1 1 501

535 15.452.0017.2056.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -44.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 751

537 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -4.700,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

587 15.452.0022.2088.0000 TRÂNSITO SEGURO -10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 501

590 15.452.0022.2088.0000 TRÂNSITO SEGURO -3.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 501

601 17.128.0004.2141.0000 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS -750,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. 1 1 500

610 17.512.0021.1155.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -1.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 501

623 17.512.0021.2187.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -1.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 501

624 17.512.0021.2223.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 501

639 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL -2.384,26

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

669 26.782.0020.2043.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO -15.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 501

672 26.782.0020.2062.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO -67.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 501

DECRETO Nº 3754 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.2065

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AM

673 26.782.0020.2062.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO -3.410,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 501

676 26.782.0020.2321.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO -9.731,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

01 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

679 04.122.0002.2051.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -20.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

680 04.122.0002.2051.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -3.000,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 500

707 06.182.0025.2253.0000 SEGURANÇA COMUNITÁRIA -2.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

708 06.182.0025.2253.0000 SEGURANÇA COMUNITÁRIA -2.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R. 1 1 500

709 06.182.0025.2253.0000 SEGURANÇA COMUNITÁRIA -1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

712 10.122.0009.1123.0000 GESTÃO DO SUS -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 3 1 500

720 10.122.0009.2025.0000 GESTÃO DO SUS -100,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. 3 1 500

725 10.122.0009.2025.0000 GESTÃO DO SUS -100,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R. 3 1 500

726 10.122.0009.2316.0000 GESTÃO DO SUS -1.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

727 10.122.0009.2316.0000 GESTÃO DO SUS -1.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R. 3 1 500

729 10.122.0009.2316.0000 GESTÃO DO SUS -62,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 3 1 500

736 10.122.0009.2331.0000 GESTÃO DO SUS -3.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

742 10.122.0009.2477.0000 GESTÃO DO SUS -3.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

743 10.122.0009.2477.0000 GESTÃO DO SUS -2.317,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

771 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -80.740,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

772 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -526,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 600

DECRETO Nº 3754 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

777 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 500

781 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA -84,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

787 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA -2.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

789 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA -30.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

833 10.302.0011.2078.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -20.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

834 10.302.0011.2080.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -200.000,00

3.3.71.70.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO F.R. 3 1 500

865 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -25.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

898 10.302.0011.2183.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -11.956,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

900 10.302.0011.2183.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -25.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

930 10.302.0011.2234.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -15.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

931 10.302.0011.2234.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -21.750,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

961 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA -103.960,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT F.R. 3 1 500

968 10.304.0013.1366.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE -2.260,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 3 1 500

992 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE -3.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

01 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO

1004 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -100,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 500

1005 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -100,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. 1 1 500

1008 20.601.0007.2116.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

1010 20.601.0007.2116.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -600,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

1014 20.602.0007.2196.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -100,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

DECRETO Nº 3754 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.2065

01 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO

1016 20.602.0007.2476.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -100,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

1030 20.605.0007.2146.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -400,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

1031 20.605.0007.2213.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -100,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

1032 20.605.0007.2324.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -100,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT F.R. 1 1 500

1033 20.605.0007.2380.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -100,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

1035 20.606.0007.2109.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

1037 20.606.0007.2208.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -1.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

1038 20.606.0007.2227.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

1039 20.606.0007.2348.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -100,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT F.R. 1 1 500

01 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

1075 08.243.0033.2011.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 4 1 500

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1101 08.122.0024.1102.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -100,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 4 1 500

1182 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -4.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 500

01 10 04 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

1244 16.482.0023.1289.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCI -1.000,00

4.4.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 5 1 700

01 11 01 SECRETARIA MUN. TURISMO, MEIO AMBIENTE E DESEN V. ECON

1416 23.695.0006.2471.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA -2.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. 1 1 500

1418 23.695.0006.2471.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA -100,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT F.R. 1 1 500

1421 18.541.0008.1198.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL -100,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 1 1 500

1429 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL -100,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. 1 1 500

DECRETO Nº 3754 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.2065

01 11 01 SECRETARIA MUN. TURISMO, MEIO AMBIENTE E DESEN V. ECON

1463 23.695.0006.2125.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA -100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

1471 23.691.0028.2362.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -925,74

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

Anulação (-) -1.347.169,90

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JACIARA, 01 de agosto de 2022

ANDREIA WAGNER

PREFEITA MUNICIPAL

632.656.721-15

DECRETO Nº 3753 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022

DECRETO Nº 3753 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.2119

Abre no orçamento vigente crédito adicional

suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$10.591.114,27 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 10.591.114,27

01 03 01 SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO E DESEN. ECONÔMICO

90 04.122.0028.1295.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 45.000,00

4.4.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

95 14.422.0028.2231.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 7.710,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

148 04.122.0003.2225.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 7.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

01 04 02 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

205 28.846.0003.0005.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 410.000,00

3.3.90.47.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS F.R.: 1 1 500

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

226 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL 3.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 500

227 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL 53.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 500

1317 04.122.0005.1374.0000 GESTÃO EDUCACIONAL 9.910,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

1384 04.122.0005.1374.0000 GESTÃO EDUCACIONAL 170.182,61

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 2 1 571

1492 04.122.0005.1374.0000 GESTÃO EDUCACIONAL 22,00

4.4.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 571

406 27.812.0014.2148.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 20.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

415 27.813.0014.1111.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 233.880,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

258 12.361.0015.1043.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 6.900,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 2 1 500

272 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 3.100,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 500

DECRETO Nº 3753 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.2119

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

273 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 22.800,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU F.R.: 2 1 500

286 12.361.0015.2107.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 15.000,00

3.3.50.43.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS F.R.: 2 1 500

366 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 5.100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

373 13.392.0016.2151.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

374 13.392.0016.2151.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 1.350,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

378 13.392.0016.2173.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 11.700,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

211 04.306.0027.2421.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL 135.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

213 04.306.0027.2422.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL 30.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

247 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL 23.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 500

248 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL 14.300,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 500

332 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 3.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 500

291 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO 160. 000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 500

296 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO 143. 000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 500

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIEN

528 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMEN-TO URBANO 100.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

542 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMEN-TO URBANO 300.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

549 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMEN-TO URBANO 470.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

562 15.452.0017.2216.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMEN-TO URBANO 6.780,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

660 26.782.0017.2467.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMEN-TO URBANO 6.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

1493 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMEN-TO URBANO 33,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 5 1 701

DECRETO Nº 3753 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.2119

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIEN

501 15.451.0018.1226.0000 JACIARA PAVIMENTADA 58.300,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

1396 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA 47.620,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

618 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 200. 000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 501

1513 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 50. 000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

757 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 99.404,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 600

766 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 4.527,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

780 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA 60.947,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 600

786 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA 42.299,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

1487 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA 127.423,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 604

1498 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 1.000.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 3 1 600

1499 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 900.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 3 1 600

1525 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 1.000.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 600

855 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 34.497,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 600

861 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 223,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

881 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 42.238,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

907 10.302.0011.2207.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 31.247,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 600

916 10.302.0011.2207.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 5.733,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

1507 10.302.0011.2080.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 603. 673,00

3.3.71.70.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO F.R.: 3 1 600

1510 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 3.000. 000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 3 1 621

DECRETO Nº 3753 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.2119

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

983 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 21.970,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 600

989 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 5.030,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

01 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO

1002 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 70.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

1003 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 21.200,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

01 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

1085 08.244.0024.2012.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 9.600,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 1 500

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1134 08.128.0004.2437.0000 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS 1.120,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R.: 4 1 660

1100 08.122.0024.1013.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 9.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 4 1 500

1141 08.241.0032.2019.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 3.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 4 1 660

1143 08.241.0032.2019.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 6.850,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 1 660

1156 08.243.0032.2179.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 12.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 4 1 660

1175 08.244.0032.1216.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 43.100,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 4 1 500

1183 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 67.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 4 1 660

1186 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 22.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 1 660

1170 08.243.0033.2154.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 2.590,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 1 660

1230 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 34.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 4 1 660

1232 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 7.400,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 1 500

1233 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 6.760,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 1 660

1506 08.244.0033.1238.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 15.300,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 4 1 660

DECRETO Nº 3753 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.2119

01 10 04 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

1238 16.482.0023.1046.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SO 18.460,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

1320 16.482.0023.1046.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SO 442.945,66

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 4 1 665

01 11 01 SECRETARIA MUN. TURISMO, MEIO AMBIENTE E DESEN V. ECONOMICO

1460 23.695.0006.2100.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA 24.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

1435 18.542.0008.1299.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 21.890,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Excesso: 10.591.114,27

Fontes de Recurso

1 500 2.627.600,00

1 501 200.000,00

1 571 170.204,61

1 600 3.851.788,00

1 604 127.423,00

1 621 3.000.000,00

1 660 171.120,00

1 665 442.945,66

1 701 33,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JACIARA, 01 de agosto de 2022

ANDREIA WAGNER

PREFEITA MUNICIPAL

632.656.721-15

DECRETO Nº 3.714 DE 24 DE JANEIRO DE 2022

Decreto nº 3.714 de 24 de janeiro de 2022

“Declara desnecessidade e extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal a Administração Pública Municipal, e veda abertura de Concurso Público e provimento de vagas adicionais para os Cargos que especifica e dá outras providências”.

A PREFEITA DO MUNICIPIO DE JACIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, ANDRÉIA WAGNER, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO,quea Administração Pública Direta e Indireta, de qualquer dos Poderes da União, Estadual, Distrito Federal e Municipal, executará seus serviços essenciais, ligados à sua atividade fim, por meio da investidura em cargo ou emprego público, dependente de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos (artigo 37, II, da CF);

CONSIDERANDO,que por outro lado, os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios, ligados às atividades-meio da Administração, poderão ser executados de forma indireta, ou seja, contratados com terceiros, contratações que serão necessariamente precedidas de licitação (artigo 2º da Lei 8666/93);

CONSIDERANDO,que a própria Constituição Federal autoriza a extinção de cargos públicos no seu artigo 41, §3º, quando se tornarem desnecessários, ou para melhor organização estrutural e atual da Administração;

CONSIDERANDO,que na mesma linha de raciocínio, o Estatuto dos Servidores Públicos de Jaciara prevê a possibilidade de extinção de cargos públicos: “Art. 31. (...) §3º. Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarado sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento.

CONSIDERANDO,que como visto, a Carta Magna, assim como a legislação infraconstitucional, preveem especificamente a possibilidade de extinção de cargos públicos;

CONSIDERANDO,que, no entanto, os cargos colocados em extinção possuem atribuições específicas e de difícil aproveitamento, uma vez que, para que se dê o aproveitamento, é necessário que as atribuições do novo cargo sejam compatíveis com as atribuições de concurso;

CONSIDERANDO,que assim, a melhor solução a que se chegou fora a de colocar tais cargos “em extinção”, o que significa dizer que os servidores hoje ocupantes dos referidos cargos continuariam em atividade, até que venham a se aposentar, pedir exoneração, tomar posse em outro concurso, falecer, etc... oportunidade em que os cargos ficarão vagos (vacância) e definitivamente extintos;

CONSIDERANDO,que com esta medida, o Município, aos poucos, reduzirá seu quadro geral de servidores, reduzindo, consequentemente, seu índice de folha, com extinção legal de cargos, porém garantindo aos servidores que hoje os ocupam todos os seus direitos. Tal instituto de extinção já foi adotado pelo Município em leis anteriores;

DECRETA:

Art. 1º. Declara desnecessidade e extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública municipal, e veda abertura de concurso público e provimento e contratação temporária de vagas adicionais para os cargos que especifica.

Art. 2º. Fica declarada a desnecessidade no Quadro de Servidores e extintos, no âmbito da administração pública municipal, os seguintes cargos vagos vinculados à Lei Municipal nº 1.457, de 02 de julho de 2012 - Plano de Cargo e subsídios a Carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde - SUS:

Cargo	Quantidade	Ocupados	Extintos
Agente de Serviços Gerais	025	000	025
Assistente Social	002	000	002
Atendente de Consultório Dentário	009	007	002
Bioquímico	003	002	001
Enfermeira/Enfermeiro	010	006	004
Farmaceutico	002	002	000
Fisioterapeuta	003	001	002
Fonoaudiólogo	001	000	001
Médico	025	011	014
Médico Responsável Banco de Sangue	001	000	001
Nutricionista	003	000	003
Odontólogo	009	006	003
Psicólogo	003	003	003
Tecnico de Enfermagem	061	053	008
Técnico em Higiene Dentaria	006	004	002
Tecnico em Radiologia	004	003	001
Vigia/Guarda Municipal	023	000	023

Art. 3º. Fica declarada a desnecessidade no Quadro de Servidores e extintos, no âmbito da administração pública municipal, os seguintes cargos vagos vinculados à Lei Municipal nº 1.454, de 02 de julho de 2012 - Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Gestão Social do Município de Jaciara:

Cargo	Quantidade	Ocupados	Extintos
Agente de Serviços Gerais	006	000	006
Oficial Administrativo	006	000	006
Psicólogo	002	000	002
Vigia/Guarda Municipal	003	000	003

Art. 4º. Fica declarada a desnecessidade no Quadro de Servidores e extintos, no âmbito da administração pública municipal, os seguintes cargos vagos vinculados à Lei Municipal nº 1.456, de 02 de julho de 2012 - Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores da Prefeitura Municipal de Jaciara:

Cargo	Quantidade	Ocupados	Extintos
Agente de Serviços Gerais	107	051	056
Carpinteiro	005	002	003
Varredeira	024	000	024
Vigia/Guarda Municipal	017	009	008

Art. 5º. Fica vedada a abertura de vagas de concursos públicos para os cargos ou contratação temporária, de que tratam os artigos 2º, 3º e 4º Deste Decreto.

Parágrafo Único: Os cargos declarados em extinção, que atualmente estão lotados, não mais poderão ser preenchidos à medida da ocorrência de vacância;

Art. 6º. Os cargos relacionados nos artigos 2º, 3º e 4º que vierem a vagar serão automaticamente extintos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Jaciara, 24 de Janeiro de 2022.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

DECRETO Nº 3766 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022

DECRETO Nº 3766 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

Abre no orçamento vigente crédito adicional

suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$6.960.307,98 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 6.960.307,98

01 02 01 GABINETE DA PREFEITA

5 04.122.0002.2004.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 1.519,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

7 04.122.0002.2004.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 795,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

13 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 74.797,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

14 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 9.673,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

15 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 12.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

01 03 01 SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO E DESEN. ECONÔMICO

53 04.121.0028.2013.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 3.169,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

54 04.121.0028.2013.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 600,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

67 04.121.0028.2048.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 4.403,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

69 04.121.0028.2048.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 3.144,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

146 04.122.0003.2225.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 2. 900,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

153 04.122.0003.2456.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 22. 117,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

154 04.122.0003.2456.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 5. 873,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

155 04.122.0003.2456.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 18. 859,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

160 04.122.0003.2457.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 3. 078,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

DECRETO Nº 3766 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

167 04.122.0003.2458.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 3. 180,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

168 04.122.0003.2458.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 699,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

01 04 02 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

199 28.843.0003.0024.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 3. 500,00

3.2.90.21.00 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO F.R.: 1 1 500

200 28.843.0003.0024.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 72. 000,00

4.6.90.71.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO F.R.: 1 1 500

204 28.846.0003.0004.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 33. 000,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R.: 1 1 500

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

220 12.122.0005.2045.0000 GESTÃO EDUCACIONAL 1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 500

226 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL 7.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 500

237 12.122.0005.2309.0000 GESTÃO EDUCACIONAL 270,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 500

396 27.812.0014.2022.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 4.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

404 27.812.0014.2041.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 1.560,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

413 27.812.0014.2481.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 750,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

1559 27.812.0014.2022.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CID 38.820,23

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 5 2 701

267 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 47.680,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

269 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 12.255,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

270 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 5.980,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

271 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 5.053,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

276 12.361.0015.2021.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 21.997,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

277 12.361.0015.2021.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 27.668,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 2 1 500

DECRETO Nº 3766 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

279 12.361.0015.2021.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 805,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

283 12.361.0015.2021.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 4.600,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 500

360 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 3.970,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

361 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 20.873,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

362 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 3.782,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

363 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 1.275,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

364 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 2.142,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

378 13.392.0016.2173.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 84.460,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

211 04.306.0027.2421.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL 240.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

247 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL 15.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 500

319 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 24.314,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

320 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 45.876,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 2 1 500

321 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 5.336,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

322 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 8.503,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

323 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 8.133,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

327 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 123.239,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

329 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 27.041,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

330 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 20.123,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

331 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 6.577,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

DECRETO Nº 3766 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

291 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO 16. 500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 500

296 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO 31. 000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 500

1558 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO 110. 000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 2 550

341 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 18.865,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

342 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 13.722,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 2 1 500

343 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 4.150,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

345 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 2.795,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

01 05 02 FUNDO DE MANUTENÇÃO,DESENV. E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁ

442 12.361.0015.2026.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 12,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 540

452 12.361.0015.2032.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 137.773,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 540

454 12.361.0015.2032.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 30.311,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 540

459 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 178.807,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 540

460 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 373.473,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 2 1 540

461 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 39.642,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 540

462 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 1.005,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 540

463 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 22.876,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 540

473 12.365.0029.2097.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 99.069,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 540

475 12.365.0029.2097.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 21.795,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 540

476 12.365.0029.2097.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 25.032,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 540

486 12.367.0034.2072.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 10.398,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 540

DECRETO Nº 3766 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIEN

520 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 17.664,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

521 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 22.200,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

523 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 1.981,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

524 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

533 15.452.0017.2056.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 8.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 5 1 751

535 15.452.0017.2056.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 105.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 751

542 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 154.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

544 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 7.539,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

545 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 3.180,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

546 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 2.177,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

549 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 100.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

562 15.452.0017.2216.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 2.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

566 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 1.980,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

571 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 28.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

573 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 14.675,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

574 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 3.229,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

1530 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 59.480,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

1546 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 85.878,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

501 15.451.0018.1226.0000 JACIARA PAVIMENTADA 1.090,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

DECRETO Nº 3766 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIEN

511 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA 10.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 501

1374 15.451.0018.1226.0000 JACIARA PAVIMENTADA 178.895,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 5 2 700

1397 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA 1.152.355,25

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 5 2 701

1526 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA 15.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 759

1388 26.782.0020.2043.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 65.560,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 759

1390 26.782.0020.2062.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 8.865,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 759

612 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 7.056,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 501

614 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 500,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 501

615 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 987,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 501

618 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 180.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 501

1556 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 32.000,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 501

583 15.452.0022.2088.0000 TRÂNSITO SEGURO 13.847,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 501

586 15.452.0022.2088.0000 TRÂNSITO SEGURO 1.938,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 501

01 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

682 04.122.0002.2133.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 20.291,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

683 04.122.0002.2133.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 4.464,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

687 04.122.0002.2133.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 5.850,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

1557 04.122.0002.2133.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 6.125,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

718 10.122.0009.2025.0000 GESTÃO DO SUS 9.041,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

DECRETO Nº 3766 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

731 10.122.0009.2331.0000 GESTÃO DO SUS 10.380,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

734 10.122.0009.2331.0000 GESTÃO DO SUS 2.494,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

736 10.122.0009.2331.0000 GESTÃO DO SUS 110,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 3 1 500

737 10.122.0009.2477.0000 GESTÃO DO SUS 1.519,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 3 1 500

738 10.122.0009.2477.0000 GESTÃO DO SUS 6.308,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

739 10.122.0009.2477.0000 GESTÃO DO SUS 1.034,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

740 10.122.0009.2477.0000 GESTÃO DO SUS 500,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

753 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 4.558,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 3 1 500

756 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 117.659,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

759 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 1.003,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

762 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 195,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

779 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA 121.496,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

785 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA 55.169,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

794 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 86.018,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

795 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 13.033,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 600

803 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 12.299,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

820 10.301.0010.2235.0000 ATENÇÃO BÁSICA 2.058,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

1487 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA 162.408,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 604

1524 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 50.717,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

DECRETO Nº 3766 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1539 10.301.0010.2235.0000 ATENÇÃO BÁSICA 20.420,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 3 1 500

1553 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA 2.172,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 600

831 10.302.0011.1349.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 5.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 3 1 500

837 10.302.0011.2092.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 20.320,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

855 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 17.326,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 600

861 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 2.379,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

878 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 3.789,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 600

881 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 42.458,50

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

894 10.302.0011.2183.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 21.680,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

895 10.302.0011.2183.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 334,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

897 10.302.0011.2183.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 2.687,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

900 10.302.0011.2183.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 340,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 3 1 500

907 10.302.0011.2207.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 32.235,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 600

916 10.302.0011.2207.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 5.952,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

933 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 146.179,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

935 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 600,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

936 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 25.291,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

1307 10.302.0011.2183.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 2.330,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R.: 3 1 500

952 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 1.475,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

DECRETO Nº 3766 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

954 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 600,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

970 10.304.0013.2102.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 25.293,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

973 10.304.0013.2102.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 5.207,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

982 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 78.296,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

986 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 3.380,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

988 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 16.103,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

01 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO

998 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 30.684,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

999 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 2.647,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

1541 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 4.125,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

01 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

1080 08.244.0024.2012.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 600,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 4 1 500

1090 11.333.0024.2126.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 1.519,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

1095 11.333.0024.2126.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 1.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

1096 11.333.0024.2126.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

1410 08.244.0024.2492.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 149.700,00

3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS F.R.: 4 1 500

1069 08.243.0033.2011.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 3.899,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 4 1 500

1071 08.243.0033.2011.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 280,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 4 1 500

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1103 08.122.0024.2084.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 23.415,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 1 500

1117 08.122.0024.2326.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 18.052,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 4 1 500

DECRETO Nº 3766 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1118 08.122.0024.2326.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 3.971,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1127 08.122.0024.2334.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 600,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 4 1 500

1128 08.122.0024.2334.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 700,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1153 08.243.0032.2179.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 1.066,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 660

1156 08.243.0032.2179.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 2.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 4 1 660

1178 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 4.834,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 4 1 500

1179 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 2.414,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1195 08.244.0032.2319.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 10.126,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 4 1 500

1203 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 8.269,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 4 1 500

1205 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 2.068,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1207 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 609,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 4 1 500

1209 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 267,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1161 08.243.0033.2154.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 1.162,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 4 1 500

1170 08.243.0033.2154.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 1.110,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 1 660

1233 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 2.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 1 660

1550 08.243.0033.2154.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 4.326,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 4 1 500

1552 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 3.406,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 4 1 500

01 10 04 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

1247 16.482.0023.2328.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SO 3.622,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 501

1248 16.482.0023.2328.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SO 2.157,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 501

DECRETO Nº 3766 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 10 04 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

1249 16.482.0023.2328.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SO 6.183,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 501

01 11 01 SECRETARIA MUN. TURISMO, MEIO AMBIENTE E DESEN V. ECONOMICO

1416 23.695.0006.2471.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA 200,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R.: 1 1 500

1419 23.695.0006.2471.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA 3.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

1451 23.695.0006.2029.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA 338,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

1422 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 1.519,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

1423 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 8.199,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

1425 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 905,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

1426 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 2.761,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

1428 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 14.026,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

1430 18.541.0008.2215.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 5.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

1431 18.541.0008.2399.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 5.600,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

1519 18.541.0008.2399.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 206.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

1466 23.691.0028.2362.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 10.223,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

1467 23.691.0028.2362.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 461,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

02 21 02 PREVJACI - FUNDO FINANCEIRO

1279 09.272.0026.2260.0000 GESTÃO POLÍTICA DO PREV - JACI 635.000,00

3.1.90.01.00 APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA F.R.: 7 1 801

1280 09.272.0026.2260.0000 GESTÃO POLÍTICA DO PREV - JACI 65.000,00

3.1.90.03.00 PENSÕES F.R.: 7 1 801

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Superávit Financeiro: 1.480.070,48

Fontes de Recurso

DECRETO Nº 3766 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

2 550 110.000,00

2 700 178.895,00

2 701 1.191.175,48

Anulação:

01 02 01 GABINETE DA PREFEITA

12 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -7.701,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

16 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -5.058,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

27 04.122.0002.2095.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -4.261,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

28 04.122.0002.2095.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -3.278,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

36 04.122.0002.2171.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -5.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

38 04.122.0002.2171.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -10.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

43 04.124.0002.2130.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -47.680,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

01 03 01 SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO E DESEN. ECONÔMICO

55 04.121.0028.2013.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -7.693,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

56 04.121.0028.2013.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

65 04.121.0028.2048.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -101.455,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

66 04.121.0028.2048.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -8.230,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

68 04.121.0028.2048.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -8.192,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

83 04.121.0028.2359.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -24.201,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

84 04.121.0028.2359.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -100,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

85 04.121.0028.2359.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -1.764,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 1 1 500

86 04.121.0028.2359.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -9.815,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº 3766 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

109 04.122.0003.2016.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -22.129,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

112 04.122.0003.2016.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -4.568,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

114 04.122.0003.2017.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

115 04.122.0003.2017.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -80.142,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

116 04.122.0003.2017.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -100,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

118 04.122.0003.2017.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -10.583,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

123 04.122.0003.2067.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -75,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

124 04.122.0003.2067.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -79.429,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

126 04.122.0003.2067.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -590,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 1 1 500

127 04.122.0003.2067.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -15.799,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

132 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -55.292,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

133 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -692,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

135 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -6.463,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

143 04.122.0003.2225.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

144 04.122.0003.2225.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -52.497,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

145 04.122.0003.2225.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -100,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

147 04.122.0003.2225.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -2.558,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

152 04.122.0003.2456.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

156 04.122.0003.2456.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -4.691,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

DECRETO Nº 3766 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

163 04.122.0003.2457.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -1.106,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

170 04.122.0003.2458.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -7.163,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

173 04.125.0003.2055.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

174 04.125.0003.2055.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -36.803,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

175 04.125.0003.2055.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -100,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

176 04.125.0003.2055.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -3.510,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 1 1 500

182 04.126.0003.2459.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

183 04.126.0003.2459.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -40.851,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

184 04.126.0003.2459.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -1.551,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

185 04.126.0003.2459.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -2.160,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 1 1 500

186 04.126.0003.2459.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -2.168,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

01 04 02 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

193 28.843.0003.0020.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -2.000,00

3.2.90.21.00 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO F.R. 1 1 500

209 28.846.0003.0019.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -1.500,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R. 1 1 500

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E L

221 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -41.817,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 2 1 500

223 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -16.917,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 500

224 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -556,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 2 1 500

225 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -6.514,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 500

242 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -59.028,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 2 1 500

DECRETO Nº 3766 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E L

243 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -43.679,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 500

244 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -20.978,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 500

245 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -2.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 2 1 500

246 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -617,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 500

397 27.812.0014.2041.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CIDA -1.021,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

01 05 02 FUNDO DE MANUTENÇÃO,DESENV. E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇ

426 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -74,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 2 1 540

427 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -500,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 2 1 540

428 12.361.0015.1043.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -2.136,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 2 1 540

430 12.361.0015.1285.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -1.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 2 1 540

438 12.361.0015.2026.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -60.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 2 1 540

445 12.361.0015.2027.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -70.650,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 540

453 12.361.0015.2032.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -183.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 540

457 12.361.0015.2032.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -12.052,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 2 1 540

458 12.365.0029.1182.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -21.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 2 1 540

464 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -109,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 2 1 540

465 12.365.0029.2086.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -55.583,70

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 2 1 540

466 12.365.0029.2086.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -230.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 540

469 12.365.0029.2086.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -100.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 540

478 12.365.0029.2097.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -23.388,30

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 2 1 540

DECRETO Nº 3766 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 05 02 FUNDO DE MANUTENÇÃO,DESENV. E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇ

480 12.365.0029.2098.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -115.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 540

487 12.367.0034.2072.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL -60.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 540

491 12.367.0034.2072.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL -100,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 2 1 540

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AM

495 15.451.0017.1105.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 500

503 15.451.0018.1226.0000 JACIARA PAVIMENTADA -149.483,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 5 1 700

532 15.452.0017.2056.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -192.989,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

536 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -5.393,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

539 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -7.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 1 1 500

540 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -3.588,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

548 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -20.011,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

607 17.512.0021.1108.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 501

608 17.512.0021.1108.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -130,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 5 1 700

611 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -32.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 501

651 26.781.0017.1112.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 500

652 26.782.0017.1116.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 500

665 26.782.0020.1367.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO -6.090,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 500

1321 15.451.0017.1065.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -250.100,00

4.4.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 5 1 701

1353 15.452.0022.1096.0000 TRÂNSITO SEGURO -17.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 5 2 701

1561 15.452.0017.1183.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -15.470,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 5 1 701

DECRETO Nº 3766 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

690 04.122.0002.2155.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -6.125,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

714 10.122.0009.2025.0000 GESTÃO DO SUS -25.528,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 500

715 10.122.0009.2025.0000 GESTÃO DO SUS -36.080,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 3 1 500

716 10.122.0009.2025.0000 GESTÃO DO SUS -9.245,50

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

717 10.122.0009.2025.0000 GESTÃO DO SUS -30.832,50

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 3 1 500

752 10.301.0010.1342.0000 ATENÇÃO BÁSICA -2.780,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 3 1 500

754 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 600

755 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 621

758 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -100,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 3 1 621

760 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -100,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 600

761 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -100,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 621

763 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -18.221,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 3 1 600

764 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -100,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 3 1 621

767 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -100,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 621

792 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 600

793 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 621

796 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA -40.100,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 3 1 621

798 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA -100,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 600

799 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA -100,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 621

DECRETO Nº 3766 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

802 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA -100,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 3 1 621

805 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA -100,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 621

809 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA -5.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 500

811 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA -69.212,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 621

812 10.301.0010.2235.0000 ATENÇÃO BÁSICA -20.420,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 500

836 10.302.0011.2092.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -33,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 500

840 10.302.0011.2092.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -10.094,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

843 10.302.0011.2093.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 500

844 10.302.0011.2093.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -41.647,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 3 1 500

845 10.302.0011.2093.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -5.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

846 10.302.0011.2093.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -808,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 3 1 500

847 10.302.0011.2093.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -11.358,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

849 10.302.0011.2093.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -21.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 621

852 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -47.383,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 500

853 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 600

854 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -131.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 3 1 500

856 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -20.565,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

857 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -5.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 600

858 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -5.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 3 1 500

DECRETO Nº 3766 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

860 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -800,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

868 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -264.075,50

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 500

871 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -573.047,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 3 1 500

873 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -100.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 3 1 621

874 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -109.700,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

885 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -17.669,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 621

889 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -100.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 621

896 10.302.0011.2183.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -8.870,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 3 1 500

926 10.302.0011.2234.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -30.788,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 3 1 500

961 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA -130.000,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT F.R. 3 1 500

962 10.303.0012.2376.0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA -18.754,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT F.R. 3 1 600

969 10.304.0013.2102.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 500

971 10.304.0013.2102.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE -17.100,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 3 1 500

972 10.304.0013.2102.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE -7.328,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 3 1 500

1409 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -91.246,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT F.R. 3 1 500

01 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

1073 08.243.0033.2011.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -16.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 500

1078 08.244.0024.2012.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -28.436,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 4 1 500

1079 08.244.0024.2012.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -875,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 4 1 500

1089 11.333.0024.2108.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

DECRETO Nº 3766 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

1091 11.333.0024.2126.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -11.825,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

1311 11.333.0024.2108.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -3.400,00

3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS F.R. 1 1 501

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1102 08.122.0024.1284.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -100,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 4 1 500

1135 08.241.0032.2019.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -35.100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 4 1 500

1136 08.241.0032.2019.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -17.157,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 4 1 500

1149 08.243.0032.2114.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 660

1159 08.243.0033.1370.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 4 1 500

1174 08.244.0032.1214.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 4 1 500

1176 08.244.0032.1351.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 4 1 500

1186 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -1.547,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 4 1 660

1222 08.244.0033.1369.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 4 1 500

1398 08.243.0032.2114.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 500

01 10 04 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

1242 16.482.0023.1115.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCI -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 501

1256 17.511.0023.1134.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCI -100,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 501

1320 16.482.0023.1046.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCI -72.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 4 1 665

01 11 01 SECRETARIA MUN. TURISMO, MEIO AMBIENTE E DESEN V. ECON

1411 23.695.0006.2471.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

1417 23.695.0006.2471.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA -4.820,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

1432 18.541.0008.2400.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL -50,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

DECRETO Nº 3766 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 11 01 SECRETARIA MUN. TURISMO, MEIO AMBIENTE E DESEN V. ECON

1433 18.541.0008.2400.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL -50,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

1459 23.695.0006.2100.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA -10.651,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

1460 23.695.0006.2100.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA -5.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

1470 23.691.0028.2362.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊN -800,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

1503 23.695.0006.2029.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA -9.395,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 5 1 701

02 21 01 PREV - JACI - FUNDO PREVIDENCIÁRIO

1271 09.272.0026.2002.0000 GESTÃO POLÍTICA DO PREV - JACI -635.000,00

3.1.90.01.00 APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS F.R. 7 1 800

1272 09.272.0026.2002.0000 GESTÃO POLÍTICA DO PREV - JACI -65.000,00

3.1.90.03.00 PENSÕES F.R. 7 1 800

Anulação (-) -5.480.237,50

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JACIARA, 01 de novembro de 2022

ANDREIA WAGNER

PREFEITA MUNICIPAL

632.656.721-15

DECRETO Nº 3.811 DE 22 DE AGOSTO DE 2023

DECRETO Nº 3.811 DE 22 DE AGOSTO DE 2023

“Reajusta a Lei Nº 1.592, de 28 de maio de 2014, alterada pela Lei Nº 1.818 de 11 de Abril de 2018 **qual autoriza o poder executivo a conceder auxilio financeiro aos portadores de doença renal crônica em tratamento por Hemodiálise fora do domicilio e dá outras providências”.**

A PREFEITA DO MUNICIPIO DE JACIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, ANDRÉIA WAGNER, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO a Lei nº 1.818 de 11 de Abril de 2018, que altera o artigo 2º da Lei nº 1.592/2014 que autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro aos portadores de doença renal crônica em tratamento por hemodiálise fora do domicilio e dá outras providências;

CONSIDERANDO que a ultima atualização do benefício ocorreu no ano de 2021;

CONSIDERANDO que o atual valor estipulado não supre a necessidade dos beneficiados;

CONSIDERANDO por fim, a autorização legal para reajuste a cada biênio;

DECRETA:

Art. 1º. Fica reajustado para o valor de R$. 400,00 (quatrocentos reais) o benefício previsto no artigo 2º da Lei Municipal nº 1.592/2014, alterada pela Lei nº 1.818 de 11 de Abril de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Jaciara, 22 de Agosto de 2023.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

DECRETO Nº 3765 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022

DECRETO Nº 3765 , DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022 - LEI N.2119

Abre no orçamento vigente crédito adicional

suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$1.097.800,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 1.097.800,00

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

297 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO 24.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 550

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIEN

512 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA 746.800,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 5 1 701

1390 26.782.0020.2062.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 270.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 759

1392 26.782.0020.2062.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 57.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 759

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Excesso: 1.097.800,00

Fontes de Recurso

1 550 24.000,00

1 701 746.800,00

1 759 327.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JACIARA, 01 de novembro de 2022

ANDREIA WAGNER

PREFEITA MUNICIPAL

632.656.721-15

DECRETO Nº 3763 , DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

DECRETO Nº 3763 , DE 03 DE OUTUBRO DE 2022 - LEI N.2065

Abre no orçamento vigente crédito adicional

suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$4.635.651,91 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 4.635.651,91

01 02 01 GABINETE DA PREFEITA

13 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 18.699,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

15 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 11.226,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

153 04.122.0003.2456.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 26.814,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

154 04.122.0003.2456.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 4.777,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

159 04.122.0003.2457.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 258,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

161 04.122.0003.2457.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 67,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

167 04.122.0003.2458.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 1.126,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

168 04.122.0003.2458.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 700,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

01 04 02 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

199 28.843.0003.0024.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 4.000,00

3.2.90.21.00 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO F.R.: 1 1 500

200 28.843.0003.0024.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 72.000,00

4.6.90.71.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO F.R.: 1 1 500

204 28.846.0003.0004.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 27.600,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R.: 1 1 500

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

251 12.128.0004.2432.0000 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS 100,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R.: 2 1 500

220 12.122.0005.2045.0000 GESTÃO EDUCACIONAL 3.630,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 500

DECRETO Nº 3763 , DE 03 DE OUTUBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

227 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL 55.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 500

1523 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL 4.088,19

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 2 2 500

267 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 51.526,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

269 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 12.916,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

270 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 10.945,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

271 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 1.972,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

273 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 3.400,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU F.R.: 2 1 500

276 12.361.0015.2021.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 21.900,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

279 12.361.0015.2021.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 1.174,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

283 12.361.0015.2021.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 6.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 500

286 12.361.0015.2107.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 12.040,00

3.3.50.43.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS F.R.: 2 1 500

1528 12.361.0015.2020.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 12.540,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

360 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 3.939,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

361 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 20.748,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

362 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 3.685,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

363 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 765,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

364 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 2.084,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

365 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 5.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

366 13.392.0016.2124.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 3.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

DECRETO Nº 3763 , DE 03 DE OUTUBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

370 13.392.0016.2147.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 15.100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

374 13.392.0016.2151.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 4.300,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

211 04.306.0027.2421.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL 150.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

213 04.306.0027.2422.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL 43.300,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

247 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL 5.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 500

253 12.306.0027.2421.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL 5.600,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 552

255 12.306.0027.2422.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL 8.600,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 552

319 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 25.683,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

320 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 6.467,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 2 1 500

321 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 5.557,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

322 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 4.066,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

323 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 8.133,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

327 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 44.851,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

329 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 3.768,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

330 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 2.717,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 500

291 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO 20.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 500

341 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 17.916,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 500

342 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 13.234,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 2 1 500

343 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 3.942,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

DECRETO Nº 3763 , DE 03 DE OUTUBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

345 12.367.0034.2423.0000 EDUCAÇÃO ESPECIAL 2.795,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 500

01 05 02 FUNDO DE MANUTENÇÃO,DESENV. E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁ

459 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 179.750,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 2 1 540

460 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 389.033,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 2 1 540

461 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 39.164,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 2 1 540

462 12.365.0029.2085.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 31.220,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 2 1 540

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIEN

515 15.452.0017.1183.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 25.690,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 1 1 500

519 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 12.500,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

520 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 17.645,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

521 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 23.645,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

523 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 1.923,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

541 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 65.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

542 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 150.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

544 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 74.088,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

545 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 3.107,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

546 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 2.173,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

549 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 50.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

550 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 39.909,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R.: 1 1 500

551 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 27.803,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

DECRETO Nº 3763 , DE 03 DE OUTUBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIEN

562 15.452.0017.2216.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 31.440,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

566 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 1.919,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

568 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 6.955,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

571 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 28.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

573 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 14.590,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

574 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 3.228,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

575 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 10.675,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

653 26.782.0017.2071.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 9.400,00

3.3.71.70.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO F.R.: 1 1 500

1521 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 4.071,72

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 9 2 700

1529 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 14.869,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

1530 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 22.300,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

1531 26.782.0017.2467.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 19.540,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

1532 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 77.000,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

1533 15.452.0017.2079.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 14.000,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

1545 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 51.850,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

1546 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 227.300,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

661 26.782.0020.1133.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 14.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

1496 26.782.0020.1133.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 25.690,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 5 2 700

614 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 500,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 501

DECRETO Nº 3763 , DE 03 DE OUTUBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIEN

615 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 987,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 501

616 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 30.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 501

1515 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 199.970,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 2 500

583 15.452.0022.2088.0000 TRÂNSITO SEGURO 13.846,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 501

586 15.452.0022.2088.0000 TRÂNSITO SEGURO 447,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 501

01 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

681 04.122.0002.2133.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 1.300,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

682 04.122.0002.2133.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 11.451,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

683 04.122.0002.2133.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 4.464,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

686 04.122.0002.2133.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 5.700,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

687 04.122.0002.2133.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 4.700,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

691 04.122.0002.2155.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA 116,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 1 1 500

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

718 10.122.0009.2025.0000 GESTÃO DO SUS 4.632,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

721 10.122.0009.2025.0000 GESTÃO DO SUS 1.500,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R.: 3 1 500

731 10.122.0009.2331.0000 GESTÃO DO SUS 10.380,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

734 10.122.0009.2331.0000 GESTÃO DO SUS 2.494,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

779 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA 109.855,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

785 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA 37.015,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

794 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 88.013,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

DECRETO Nº 3763 , DE 03 DE OUTUBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

800 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 7.482,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

803 10.301.0010.2111.0000 ATENÇÃO BÁSICA 12.073,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

1487 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA 162.408,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 604

855 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 27.595,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 600

861 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 3.019,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

881 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 42.187,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

886 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 10.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R.: 3 1 500

907 10.302.0011.2207.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 32.001,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 600

916 10.302.0011.2207.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 5.904,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 600

933 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 120.139,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

935 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 600,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 3 1 500

936 10.302.0011.2236.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 21.997,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

1307 10.302.0011.2183.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 6.700,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R.: 3 1 500

973 10.304.0013.2102.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 5.208,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

982 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 35.955,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 500

988 10.305.0013.2375.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 15.461,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 3 1 500

01 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO

998 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 26.564,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

1541 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 8.000,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 1 500

01 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

DECRETO Nº 3763 , DE 03 DE OUTUBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

1084 08.244.0024.2012.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 3.100,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R.: 4 1 500

1410 08.244.0024.2492.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 116.000,00

3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS F.R.: 4 1 500

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1103 08.122.0024.2084.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 2.600,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 1 500

1117 08.122.0024.2326.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 17.991,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 4 1 500

1118 08.122.0024.2326.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 3.943,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1128 08.122.0024.2334.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO 632,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1156 08.243.0032.2179.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 3.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 4 1 660

1188 08.244.0032.2123.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 16.000,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU F.R.: 4 1 661

1203 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 8.268,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 4 1 500

1205 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 1.733,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1207 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 449,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R.: 4 1 500

1209 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 267,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 4 1 500

1316 08.244.0032.2123.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 5.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 4 1 661

1394 08.244.0032.2123.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 1.775,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R.: 4 2 661

1394 08.244.0032.2123.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 3.000,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R.: 4 2 661

1167 08.243.0033.2154.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 6.600,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R.: 4 1 500

1233 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 1 660

1400 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 4.200,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R.: 4 1 500

1550 08.243.0033.2154.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 10.000,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 4 1 500

DECRETO Nº 3763 , DE 03 DE OUTUBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1552 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 4.200,00

3.3.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 4 1 500

01 10 04 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

1238 16.482.0023.1046.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SO 90.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

1247 16.482.0023.2328.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SO 7.783,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 501

1248 16.482.0023.2328.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SO 1.628,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 501

01 11 01 SECRETARIA MUN. TURISMO, MEIO AMBIENTE E DESEN V. ECONOMICO

1451 23.695.0006.2029.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA 278,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

1527 23.695.0006.1059.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA 256.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 5 2 700

1426 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 2.779,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

1428 18.541.0008.2028.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 2.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

1430 18.541.0008.2215.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 77.600,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

1435 18.542.0008.1299.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 95.820,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

1514 18.542.0008.1299.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 105.540,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 5 2 700

1519 18.541.0008.2399.0000 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 206.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

1466 23.691.0028.2362.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 3.657,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 500

1467 23.691.0028.2362.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 420,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 1 1 500

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Superávit Financeiro: 597.134,91

Fontes de Recurso

2 500 204.058,19

2 661 1.775,00

2 700 391.301,72

Anulação:

DECRETO Nº 3763 , DE 03 DE OUTUBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 02 01 GABINETE DA PREFEITA

4 04.122.0002.1358.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -301,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. 1 1 500

6 04.122.0002.2004.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -8.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

18 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -1.220,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

19 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -3.080,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. 1 1 500

21 04.122.0002.2006.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -10.180,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

26 04.122.0002.2095.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

27 04.122.0002.2095.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -11.411,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

28 04.122.0002.2095.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -2.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

29 04.122.0002.2095.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -100,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 1 1 500

30 04.122.0002.2095.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -100,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

36 04.122.0002.2171.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -2.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

43 04.124.0002.2130.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -8.244,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

46 04.124.0002.2130.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -2.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

109 04.122.0003.2016.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -10.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

112 04.122.0003.2016.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -4.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

118 04.122.0003.2017.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -2.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

133 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -2.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

135 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -3.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

136 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -2.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

DECRETO Nº 3763 , DE 03 DE OUTUBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

139 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -80.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

140 04.122.0003.2120.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -4.000,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 500

147 04.122.0003.2225.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -2.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

156 04.122.0003.2456.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -2.700,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

174 04.125.0003.2055.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -92.354,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

185 04.126.0003.2459.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -3.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 1 1 500

188 04.126.0003.2459.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

01 04 02 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

209 28.846.0003.0019.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL -71.000,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R. 1 1 500

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E L

222 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -39.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 500

224 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -820,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 2 1 500

225 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -12.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 500

232 12.122.0005.2309.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -40.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 500

235 12.122.0005.2309.0000 GESTÃO EDUCACIONAL -19.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 500

242 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -22.165,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 2 1 500

243 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -31.221,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 500

246 12.122.0027.2163.0000 ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL -1.383,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 500

252 12.128.0004.2432.0000 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS -100,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. 2 1 550

326 12.365.0029.2063.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -40,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 2 1 500

DECRETO Nº 3763 , DE 03 DE OUTUBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E L

334 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -12.540,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT F.R. 2 1 500

1502 27.812.0014.2329.0000 ESPORTE E LAZER - TRANSFORMANDO CRIANÇAS EM CIDA -52.450,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 5 1 701

01 05 02 FUNDO DE MANUTENÇÃO,DESENV. E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇ

444 12.361.0015.2027.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -100.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 2 1 540

445 12.361.0015.2027.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -230.185,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 540

448 12.361.0015.2027.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -8.982,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 2 1 540

449 12.361.0015.2027.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QUAL -5.550,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 2 1 540

458 12.365.0029.1182.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -20.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 2 1 540

466 12.365.0029.2086.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -200.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 540

478 12.365.0029.2097.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -5.600,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 2 1 540

480 12.365.0029.2098.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRINC -100.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 2 1 540

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AM

494 15.451.0017.1097.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -1.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 5 1 701

496 15.451.0017.1122.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -1.180,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 500

497 15.451.0017.1138.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -25.130,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 500

504 15.451.0018.1226.0000 JACIARA PAVIMENTADA -1.673,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 5 1 701

528 15.452.0017.2034.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -21.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 500

532 15.452.0017.2056.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -178.507,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

536 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -68.806,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

538 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -29.997,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

DECRETO Nº 3763 , DE 03 DE OUTUBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AM

554 15.452.0017.2079.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -29.137,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

560 15.452.0017.2140.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -15.263,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 500

569 15.452.0017.2314.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -21.566,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

576 15.452.0017.2317.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -14.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

582 15.452.0022.2088.0000 TRÂNSITO SEGURO -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 501

584 15.452.0022.2088.0000 TRÂNSITO SEGURO -100,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 501

599 15.452.0022.2484.0000 TRÂNSITO SEGURO -100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 501

613 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -3.487,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 501

617 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -100,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R. 1 1 501

619 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -100,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA F.R. 1 1 501

620 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -100,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. 1 1 501

621 17.512.0021.2153.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -4.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 501

623 17.512.0021.2187.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -700,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 501

625 17.512.0021.2327.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -100,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 501

626 17.512.0021.2327.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -10.300,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 501

627 17.512.0021.2327.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -100,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 501

631 17.512.0021.2327.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO -1.600,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 501

654 26.782.0017.2467.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -18.040,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 500

656 26.782.0017.2467.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -1.500,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

DECRETO Nº 3763 , DE 03 DE OUTUBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AM

669 26.782.0020.2043.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO -4.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 1 1 501

670 26.782.0020.2043.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO -300,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R. 1 1 501

671 26.782.0020.2043.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO -500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 501

674 26.782.0020.2062.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO -100,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. 1 1 501

675 26.782.0020.2062.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO -100,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R. 1 1 501

1321 15.451.0017.1065.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO -516.000,00

4.4.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 5 1 701

01 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

689 04.122.0002.2155.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -15.915,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 1 1 500

692 04.122.0002.2155.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -16,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

694 04.122.0002.2155.0000 AÇÃO ADMINISTRATIVA -100,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. 1 1 500

1333 06.181.0025.1324.0000 SEGURANÇA COMUNITÁRIA -178.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. 1 1 500

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

714 10.122.0009.2025.0000 GESTÃO DO SUS -4.632,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 500

772 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -152.408,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 600

773 10.301.0010.2091.0000 ATENÇÃO BÁSICA -187.300,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 621

859 10.302.0011.2099.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -10.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. 3 1 600

868 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -466.672,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 3 1 500

871 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -240.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. 3 1 500

883 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -322.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 3 1 500

889 10.302.0011.2112.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -150.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 3 1 621

01 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

DECRETO Nº 3763 , DE 03 DE OUTUBRO DE 2022 - LEI N.2065

01 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

1311 11.333.0024.2108.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -66.600,00

3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS F.R. 1 1 501

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1124 08.122.0024.2334.0000 GESTÃO DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCI -632,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 4 1 500

1186 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -3.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 4 1 660

1211 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -21.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 500

1219 08.244.0032.2342.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -1.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 660

1398 08.243.0032.2114.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. 4 1 500

1401 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA -10.717,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 4 1 500

01 10 04 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

1236 14.422.0023.2231.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCI -100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. 1 1 501

1245 16.482.0023.2142.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCI -93,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT F.R. 1 1 501

1246 16.482.0023.2328.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCI -42,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. 1 1 501

01 11 01 SECRETARIA MUN. TURISMO, MEIO AMBIENTE E DESEN V. ECON

1449 23.695.0006.2029.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA -278,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. 1 1 500

Anulação (-) -4.038.517,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JACIARA, 03 de outubro de 2022

ANDREIA WAGNER

PREFEITA MUNICIPAL

632.656.721-15

DECRETO Nº 3758 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022

DECRETO Nº 3758 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2119

Abre no orçamento vigente crédito adicional

suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$4.287.830,71 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 4.287.830,71

01 03 01 SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO E DESEN. ECONÔMICO

80 04.121.0028.2358.0000 PLANEJAMENTO COM RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊ 5.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

01 04 02 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

199 28.843.0003.0024.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 3. 000,00

3.2.90.21.00 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO F.R.: 1 1 500

200 28.843.0003.0024.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 7. 000,00

4.6.90.71.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO F.R.: 1 1 500

204 28.846.0003.0004.0000 GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL 12. 120,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R.: 1 1 500

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

1384 04.122.0005.1374.0000 GESTÃO EDUCACIONAL 1.500.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 2 1 571

1518 12.122.0005.2206.0000 GESTÃO EDUCACIONAL 52.468,71

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 2 1 571

283 12.361.0015.2021.0000 ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINAR E APRENDER COM QU 68.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 500

377 13.392.0016.2173.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 1.200,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

378 13.392.0016.2173.0000 DESENVOLVIMENTO CULTURAL 15.750,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

312 12.365.0029.1020.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 6.900,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 2 1 500

333 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 1.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 550

335 12.365.0029.2064.0000 EDUCAÇÃO INFANTIL , APRENDENDO ATRAVÉS DAS BRIN 34.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 500

291 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO 100. 000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 500

1380 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO 151. 500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 571

DECRETO Nº 3758 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2119

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

1386 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO 40. 000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 759

1387 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO 6. 000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 759

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIEN

543 15.452.0017.2076.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 5.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 1 1 500

549 15.452.0017.2077.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 200.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

1561 15.452.0017.1183.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 668.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 5 1 701

501 15.451.0018.1226.0000 JACIARA PAVIMENTADA 9.460,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

1526 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA 89.700,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 759

1390 26.782.0020.2062.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 40.300,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 759

01 08 01 FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

744 10.128.0004.2435.0000 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS 1.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R.: 3 1 500

1487 10.301.0010.2094.0000 ATENÇÃO BÁSICA 162.408,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 3 1 604

841 10.302.0011.2092.0000 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 20.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 3 1 500

01 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO

1002 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 100.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 500

1003 20.122.0007.2145.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 20.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

1516 20.602.0007.1371.0000 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 250.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 5 1 706

01 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

1073 08.243.0033.2011.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 20.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 4 1 500

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1141 08.241.0032.2019.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 1.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 4 1 660

1143 08.241.0032.2019.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 2.600,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 1 660

DECRETO Nº 3758 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2119

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1156 08.243.0032.2179.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 9.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 4 1 660

1157 08.243.0032.2179.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 6.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 1 660

1183 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 30.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 4 1 660

1186 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 25.860,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 1 660

1212 08.244.0032.2341.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 4 1 660

1219 08.244.0032.2342.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 5.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 4 1 660

1166 08.243.0033.2154.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 4.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 4 1 660

1230 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 25.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 4 1 660

1233 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 65.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 1 660

01 10 04 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

1320 16.482.0023.1046.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SO 283.564,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 4 1 665

01 11 01 SECRETARIA MUN. TURISMO, MEIO AMBIENTE E DESEN V. ECONOMICO

1460 23.695.0006.2100.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA 230.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Excesso: 4.287.830,71

Fontes de Recurso

1 500 858.430,00

1 550 1.500,00

1 571 1.703.968,71

1 604 162.408,00

1 660 183.960,00

1 665 283.564,00

1 701 668.000,00

1 706 250.000,00

1 759 176.000,00

DECRETO Nº 3758 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.2119

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JACIARA, 01 de setembro de 2022

ANDREIA WAGNER

PREFEITA MUNICIPAL

632.656.721-15

DECRETO Nº 3762 , DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

DECRETO Nº 3762 , DE 03 DE OUTUBRO DE 2022 - LEI N.2119

Abre no orçamento vigente crédito adicional

suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$2.216.930,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 2.216.930,00

01 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

1380 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO 88.750,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 571

1386 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO 25.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 2 1 759

1387 12.361.0030.2059.0000 TRANSPORTE ESCOLAR SEGURO 61.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 2 1 759

01 06 01 SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MEIO AMBIEN

533 15.452.0017.2056.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 27.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 5 1 751

535 15.452.0017.2056.0000 GESTÃO PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 70.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 751

1526 15.451.0018.2058.0000 JACIARA PAVIMENTADA 122.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 759

1390 26.782.0020.2062.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 130.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 759

1392 26.782.0020.2062.0000 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VIÁRIO 56.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 759

616 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 30.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1 501

618 17.512.0021.2054.0000 GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO 40.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 501

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1183 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 5.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 4 1 660

1186 08.244.0032.2115.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 12.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 1 660

1316 08.244.0032.2123.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 11.420,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 4 1 661

1505 08.244.0032.1216.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO BÁSICA 849,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 4 1 660

DECRETO Nº 3762 , DE 03 DE OUTUBRO DE 2022 - LEI N.2119

01 10 03 FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1230 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 11.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 4 1 660

1233 08.244.0033.2346.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO ESPECIALIZADA 11.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 4 1 660

01 10 04 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

1247 16.482.0023.2328.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SO 9.411,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 1 501

1320 16.482.0023.1046.0000 MEU LAR - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SO 1.500.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 4 1 665

01 11 01 SECRETARIA MUN. TURISMO, MEIO AMBIENTE E DESEN V. ECONOMICO

1440 23.695.0006.1059.0000 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JACIARA 5.500,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 1 500

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Excesso: 2.216.930,00

Fontes de Recurso

1 500 5.500,00

1 501 79.411,00

1 571 88.750,00

1 660 40.849,00

1 661 11.420,00

1 665 1.500.000,00

1 751 97.000,00

1 759 394.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JACIARA, 03 de outubro de 2022

ANDREIA WAGNER

PREFEITA MUNICIPAL

632.656.721-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

PORTARIA Nº 092/2023

Dispõe sobre a Designação do Srº REITTER FERNANDO OLIVEIRA SILVA RODRIGUES, para ser Fiscal de Contrato.

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade de fiscalizar a obra abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **REITTER FERNANDO OLIVEIRA SILVA RODRIGUES**, Engenheiro Civil, como Fiscal de Contrato, conforme segue:

CONTRATO 012/2023 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OBRA DE "REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL ARNALDO ESTEVÃO DE FIGUEIREDO, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE JANGADA/MT" TERMO DE CONVÊNIO Nº 1722-2021. PRAZO: 06/09/2023 à 06/09/2024 VALOR: R$ 2.604.406,13 (DOIS MILHÕES SEISCENTOS E QUATRO REAIS QUATROCENTOS E SEIS MIL E TREZE CENTAVOS). CONTRATADO: D3 COMERCIO & SERVICO CNPJ Nº 26.722.006/0001-66
CONTRATO 022/2023 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD COM CAPA SELANTE NA COMUNIDADE OLHO D`ÁGUA NO MUNICÍPIO DE JANGADA/MT. PRAZO: 08/09/2023 à 08/09/2024 VALOR: R$ 822.083,77 (OITOCENTOS E VINTE E DOIS MIL OITENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS). CONTRATADO: ALIANÇA CONSTRUTORA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP CNPJ Nº 17.982.134/0001-58
CONTRATO 023/2023 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD COM CAPA SELANTE NA COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA NO MUNICÍPIO DE JANGADA/MT. PRAZO: 08/09/2023 à 08/09/2024 VALOR: R$ 3.215.548,51 (TRÊS MILHÕES DUZENTOS E QUINZE MIL QUINHENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS). CONTRATADO: ALIANÇA CONSTRUTORA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP CNPJ Nº 17.982.134/0001-58
CONTRATO 024/2023 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OBRA DE CONSERVAÇÃO ASFÁLTICA EM MRAF NAS COMUNIDADES NOVA JANGADA E NOVO HORIZONTE NO MUNICÍPIO DE JANGADA/MT. PRAZO: 08/09/2023 à 08/09/2024 VALOR: R$ 1.905.500,42 (UM MILHÃO NOVECENTOS E CINCO MIL QUINHENTOS REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS). CONTRATADO: F. B. CONSTRUTORA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP CNPJ Nº 42.167.473/0001-28

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 08 de Setembro de 2023.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 020/2023 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

PORTARIA Nº 020/2023 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

VILSON RAMOS DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jauru-MT, no uso de suas atribuições legais contidas no Regimento Interno desta Casa, Artigo 19, Inciso I, alínea "d", e mais as contidas na Lei Orgânica Municipal, com o considerando, RESOLVE BAIXAR o seguinte:

Considerando que o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores da Câmara do Município de Jauru (Lei Complementar nº 140/2018) autoriza a concessão de Progressão Vertical por merecimento a servidor do Poder Legislativo municipal no percentual de **1,5% (um e meio por cento)** por ano de efetivo exercício.

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder Progressão Vertical ao Servidor da Câmara Municipal de Jauru, **LUCIENE MANSANO, Secretaria legislativa**, **para o nível-15, Classe C,** a partir de 1º de setembro de 2023, nos termos do Anexo VI, Tabela 03, constante da Lei Complementar nº 140/2018, com redação dada pela Lei Complementar nº 188/2023, e atualizada pelaPortaria nº 007/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos ao dia 1º de setembro de 2023.

.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

Gabinete do Presidente, Jauru-MT, 20 de setembro de 2023.

VILSON RAMOS DA SILVA

Presidente do Legislativo

DECRETO Nº. 167, DE 20 DE SETEMBRO DE 2.023

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2.022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Valdeci José de Souza, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 63, VI da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO o disposto no item 15.1, do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2022;

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado, a validade do Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2.022, do município de Jauru/MT, por mais 01 (um) ano, a contar da publicação da homologação do resultado final.

Parágrafo único. Para fins de controle de prazo, a publicação da Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2022, do município de Jauru/MT, ocorreu no dia 14 de outubro de 2.022, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, na edição 4.088.

Art. 2º. Durante a nova vigência do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, havendo a necessidade de Substituição dos contratados ou de novas contratações, serão convocados os aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2022, conforme a lista de classificação homologada, respeitando as quantidades de vagas estabelecidas e ordem de classificação, nos termos do Edital de Abertura.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "José Peres", em Jauru – MT, 20 de setembro de 2.023.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 075/2023

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADO: NEH PRODUÇÃO MUSICAL LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA DUPLA SERTANEJA "NETTO E HENRIQUE", PARA SHOW ARTÍSTICO NO EVENTO EXPOJAURU/2023, NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2023, ÀS 23:00 HORAS.

VIGÊNCIA: 20 de setembro de 2023 até 19 de outubro de 2023

VALOR: R$ 100.000,00 (Cem mil reais).

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 076/2023

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADO: MARCOLAN DOS SANTOS, FERREIRA E LOUZICH LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA DUPLA SERTANEJA "GABRIEL MARCOLAN", PARA SHOW ARTÍSTICO NO EVENTO EXPOJAURU/2023, NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2023, ÀS 23:00 HORAS.

VIGÊNCIA: 20 de setembro de 2023 até 19 de outubro de 2023

VALOR: R$ 40.000,00 (quarenta mil).

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 074/2023

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADO: KAROLINA KAILLER M. DE OLIVEIRA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA DUPLA SERTANEJA "KAROL KAILLER", PARA SHOW ARTÍSTICO NO EVENTO EXPOJAURU/2023, NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2023, ÀS 23:00 HORAS.

VIGÊNCIA: 20 de setembro de 2023 até 19 de outubro de 2023

VALOR: R$ 70.000,00 (setenta mil reais).

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 073/2023.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADO: MAA PRODUÇÕES ARTÍSTICA EIRELI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA DUPLA SERTANEJA "HUMBERTO E RONALDO", PARA SHOW ARTÍSTICO NO EVENTO EXPOJAURU/2023, NO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2023, ÀS 23:00 HORAS.

VIGÊNCIA: 20 de setembro de 2023 até 19 de outubro de 2023

VALOR: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

PORTARIA Nº250/2023 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER, 90 (noventa) dias de Licença-Prêmio ao servidor abaixo relacionado em conformidade com o artigo 77 da Lei Complementar nº068/2010

Nome	Período	Gozo
Itamar Lucas Rosa	2017/2022	20/09/2023 a 18/12/2023

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Perez, em Jauru/MT, 20 de setembro de 2023.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº. 71/2023.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADO:MAURICIO JOSE GARCIA MENDES.

OBJETO DO CONTRATO ORIGINÁRIO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM_SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM EM VIAS URBANAS, DE SALDO REMASNECENTE DE OBRA JÁ INICIADA, CONFORME CONTRATO DE REPASSO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL N° 915756/2021/MDR/CAIXA.

OBJETO DO ADITIVO: SUPRESSÃO NO VALOR DE R$ 944,93 (NOVECENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS), DO VALOR INICIAL ATUALIZADO DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES, A PARTIR DE 28 DE AGOSTO DE 2023.

VIGÊNCIA: 28 DE AGOSTO DE 2023 ATÉ 27 DE AGOSTO DE 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N°011 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N°004/2023

EDITAL N°011 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004 - RESULTADO FINAL CLASSIFICADOS

Art. 1º - A Secretaria Municipal de Administração no uso de suas atribuições legais, **RETIFICA, somente,** o resultado final dos classificados no cargo de FISIOTERAPEUTA do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2023, conforme segue:

CARGO

FISIOTERAPEUTA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA ESPECIFICO	RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO
114	ANA BEATRIZ ARAGAO	01/03/2000	07	72	79	1°
112	MARIA ELIANE DOS SANTOS	26/05/1996	06	72	78	2°
039	KAWANNY KEROLLIN DE PAULA ARAUJO RODRIGUES	23/07/1999	04	66	70	3°
080	FERNANDA APARECIDA GASPARINI MICHELOTTO	31/05/1993	08	60	68	4°
119	CRISCINE ELIZA ROSSI QUEIROZ	14/07/1994	07	60	67	5°
165	LUDMILA BARALDI LEAL	16/02/2001	05	60	65	6°
011	ARIELE REGINA STRALIOTTO	02/09/1999	06	54	60	7°
053	THAIS EDUARDA VIOLADA	11/05/2001	05	54	59	8°
035	JHENIFER MARRONI DE OLIVEIRA FRANÇA	28/04/1998	03	54	57	9°
009	MARIANA OLIVEIRA SANTOS	15/03/1999	03	54	57	10°
002	GABRIELA DINIZ BERNARDI	23/10/1999	03	54	57	11°
164	JORDANA RISSOTTI CARVALHO	02/01/2001	08	48	56	12°
133	GEOVANI DIAS DE OLIVEIRA	21/07/1998	07	48	55	13°
022	NATALIA ALECIO	14/05/1998	04	48	52	14°
156	MICHELE APARECIDA DE ARAUJO	30/01/1991	04	30	34	15°
144	MIKAELA DE PAULA CELESTINO	22/12/1995	-	-	-	AUSENTE
141	WEILA SHAIANE DANTAS DE SOUZA	22/05/1997	-	-	-	AUSENTE

Art. 2º - A retificação se fez necessário, devido a um erro de correção na prova, do candidato sob inscrição n°039, que fez 11 pontos nos conhecimentos específicos. Devendo a Administração rever seus próprios atos para adequá-los aos termos da lei e dos fatos, quando contiverem erro.

Art.3º - Todas as demais classificações, não atingidas pelo presente Edital permanecem inalteradas.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Juara - MT, 20 de Setembro de 2023

Carlos Amadeu Sirena Marcia Regina Fernandes Araújo

Prefeito Municipal Secretária Municipal de Administração

DEPARTAMENTO RH
PORTARIA 463 - NOMEIA COMISSÃO DE SINDICANCIA

PORTARIA Nº 463/2023.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE SINDICANCIA.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, O Processo de SAD nº 14.209 de 18 de Setembro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar:**Elza Aparecida de Araújo K. de Lima** – **Matricula nº 6904 - Patrícia Alves da Silva**, **Matricula nº 5100 e Fabiana Fátima Pereira – Matrícula nº 4329 -** para sob a presidência da primeira, constituírem a **Comissão de Sindicância,** com sede na Rua Niterói, número 81 N, no Município de Juara, Estado de Mato Grosso, incumbida de apurar atos e fatos de eventual irregularidades na conduta dos servidores lotados na C.P.F.I.M.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 20 de Setembro de 2023.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** **Prefeito do Município**

DEPARTAMENTO RH
RETIFICA PUBLICAÇÃO DA PORTARIA 415/2023

PORTARIA Nº 415/2023.

DESIGNAR FISCAL RESPONSÁVEL PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO NA EXECUÇÃO DA OBRA PARA REALIZAÇÃO DE MELHORIA NA ILUMINAÇÃO PUBLICA DO MUNICIPIO DE JUARA-MT.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando; O art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Considerando; O Processo SAD 11.489 de 01 de Agosto de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Arquiteto **MERITAWARA NIBETAD BAGANHA**, brasileiro, maior, servidor público, portador do CAU n° A32813-8, residente e domiciliado nesta Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, para exercer a função de **Fiscal Responsável** pelo acompanhamento e fiscalização na execução da obra para a realização da **melhoria na iluminação publica na avenida Rio Arinos, Praça do Bairro Portal das Flores, Praça do Bairro Jardim América, Praça da Avenida José Alves Bezerra com Avenida Brasil, Praça Avenida Ayrton Sena com a Rua Denilson de Brida, continuação da Avenida José Alves Bezerra , diversas ruas do Município de Juara e Distritos**, conforme Contrato n.º 324/2023 formalizado através do processo licitatório Tomada de Preço 001/2023.

Art. 2º Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEOBRAS.

Art. 3º O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 01 de Agosto de 2023.

CARLOS AMADEU SIRENA

Prefeito do Município

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 09/2023-GS/SME/MT – PROGRAMA TEMPO DE APRENDER

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 09/2023-GS/SME/MT –

PROGRAMA TEMPO DE APRENDER

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE JUARA, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura de inscrições para o Processo Seletivo Simplificado - PSS, para preenchimento do Banco de Reserva de **Assistente de Alfabetização**, na condição de voluntário, nas unidades escolares MUNICIPAIS ZONA URBANA (Escolas Jardim Califórnia, Maria das Graças Calmon Requena e Presidente Costa e Silva) participantes do **PROGRAMA TEMPO DE APRENDER 2023**, no âmbito da Rede Pública de Ensino do Município de **Juara-MT,** Estado de Mato Grosso, em observância ao que dispõe a Portaria MEC nº 280, de 10 de fevereiro de 2020 e a Resolução CD/FNDE n° 6, de 20 de abril de 2021.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. **O Processo Seletivo Simplificado – PSS, Modalidade Análise de currículo - Contagem de Pontos, destina-se ao preenchimento de banco de reserva** para Assistentes de Alfabetização atuarem no Programa Tempo de Aprender, a serem distribuídas nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, do município de Juara-MT, conforme Anexo III deste Edital.

1.2. **A convocação do Assistente de Alfabetização, para dar início às atividades de apoio ao Professor Alfabetizador, está condicionada aos repasses pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.**

2. DAS FINALIDADES DO PROGRAMA

2.1. **A alfabetização (leitura, escrita e matemática) dos estudantes regularmente matriculados no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, por meio do acompanhamento pedagógico específico;**

2.2. **A prevenção ao abandono, à reprovação, à distorção idade/ano, mediante a intensificação de ações pedagógicas voltadas ao apoio e fortalecimento do processo de alfabetização.**

3. DA NATUREZA DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELO ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO

3.1. O trabalho desempenhado pelo Assistente de Alfabetização se configura em trabalho voluntário, portanto, não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, sendo exercido em observância ao que dispõe a Lei do Voluntariado, Lei n° 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

4. DAS COMPETÊNCIAS DO ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO

4.1. **Participar do planejamento das atividades do Programa juntamente com o professor alfabetizador;**

4.2. **Cumprir a carga horária de acordo com as diretrizes e especificidades do programa;**

4.3. **Realizar atividades de acompanhamento pedagógico sob a coordenação e a supervisão do professor alfabetizador, com vistas a garantir a alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1° e 2° anos do Ensino Fundamental;**

4.4. **Cumprir com responsabilidade, pontualidade e assiduidade suas obrigações junto ao Programa;**

4.5. **Elaborar e apresentar, mensalmente, Relatório das Atividades Desenvolvidas Por Voluntário;**

4.6. **Participar da Formação Continuada em Práticas de Alfabetização definida pelo MEC durante a atuação no Programa e dos processos formativos ofertados pela Secretaria Municipal de Educação de Juara/MT.**

5. DAS ATIVIDADES VETADAS AO ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO:

5.1. Ser responsável por atividades burocráticas, como preenchimento de diários e/ou outras atividades que não estão voltadas diretamente ao processo de alfabetização dos estudantes das respectivas turmas; **5.2.** Substituir o professor alfabetizador em atividades de regência.

6. DO PROCESSO SELETIVO

6.1. **O Processo Seletivo Simplificado, será realizado pela Secretaria Municipal de Educação do município de Juara/MT, a qual será responsável pela validação das inscrições, condução da Comissão de Análise de Currículos e divulgação do resultado final;**

6.2. **Para análise dos currículos será instituída Comissão de Análise de Currículos, composta pelos seguintes membros:**

a) (02) Dois representantes técnicos da Secretaria Municipal de Educação

b) (01) Um representante dos diretores da rede municipal de ensino

c) (01) Um representante dos Coordenadores pedagógicos da SME

.

6.3. **A Comissão de Análise de Currículos será responsável pela:**

a) Análise da documentação apresentada pelo candidato;

b) Análise e contagem de pontos;

c) Análise dos recursos interpostos.

6.4. **Será formado o Banco de Reserva Geral Urbano, onde os candidatos selecionados poderão ser chamados, conforme a necessidade e de acordo com a ordem decrescente de classificação.**

7. DA SELEÇÃO

7.1. **A seleção ocorrerá por meio de** Processo Seletivo Simplificado – PSS, Modalidade Análise de Currículo - Contagem de Pontos;

7.2. **A seleção se dará em única etapa, sendo esta classificatória, por ordem decrescente de pontuação, realizada por meio da análise de currículo, cuja pontuação ocorrerá de acordo com o Anexo II deste Edital,** sendo 25 pontos a pontuação máxima;

7.3. Será considerado classificado o profissional que obtiver maior pontuação no PSS por ordem decrescente de pontuação, assim será composto o Banco de Reserva Geral Urbano, para posterior convocação no início da execução do Programa.

8. DAS INSCRIÇÕES

8.1. **A inscrição do candidato implica conhecimento e aceitação deste às normas e condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento;**

8.2. **As inscrições serão efetuadas na** Secretaria Municipal de Educação, conforme o cronograma (anexo I);

8.3. **O candidato deverá preencher o formulário de inscrição (Anexo IV), na Secretaria Municipal de Educação – Av. Maranhão, 250 N, no Centro, no** período de 25 e 26 de setembro de 2023 **das** 7h às 16h, horário local.

8.4. As informações prestadas no Formulário de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, cabendo à Comissão de Análise dos Currículos o direito de excluí-lo do PSS, caso o preenchimento for feito com dados incompletos ou incorretos bem como, se constatado, a qualquer tempo, informações inverídicas;

8.5. **Não serão aceitos documentos após a inscrição, podendo ser eliminado o candidato que não apresentar as documentações exigidas neste Edital.**

8.6. **O candidato, no ato da inscrição, poderá indicar onde atuar nas unidades da zona urbana, sendo possível exercer até 40 horas semanais no atendimento das turmas contempladas com o Programa Tempo de Aprender;**

8.7. **No ato da inscrição, o candidato deverá entregar os seguintes documentos:**

I – Formulário de inscrição devidamente preenchido, com todos os dados solicitados;

II – Fotocópias nítidas dos documentos elencados abaixo, conforme a habilitação, com apresentação dos documentos originais para fins de conferência: **a)** Registro Geral de Identidade - RG; **b)** Cadastro de Pessoa Física - CPF; **c)** Comprovante de residência; **d)** Diploma de graduação; **e)** Comprovante de matrícula (para candidatos universitários); **f)** Certificado de Formação em Magistério (se houver); **g)** Certificado de Conclusão do Ensino Médio; **h)** Documento comprobatório de experiência docente em alfabetização (Se houver);

8.8. Será entregue ao candidato, comprovante de requerimento de inscrição do PSS, conforme modelo constante no Anexo IV.

9. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

9.1. **Considerado que o Assistente de Alfabetização atuará no acompanhamento pedagógico, com foco na alfabetização, a análise curricular deverá ocorrer em observância aos seguintes critérios, seguindo as pontuações prescritas no** Anexo II.

I. Professores licenciados em Pedagogia ou Normal Superior;

II. Estudantes dos cursos de Pedagogia;

III. Profissionais com formação em Magistério a nível médio;

IV. Experiência profissional em alfabetização;

9.2. **Poderá ser atribuído 1 ponto, a cada ano de experiência comprovada em alfabetização, até o limite máximo de 5 pontos. O candidato deverá apresentar declaração emitida pela instituição de ensino onde foi prestado o trabalho.**

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Em caso de empate na nota final, terá preferência o candidato que apresentar:

10.1.1. Escolas Urbanas:

I. Maior tempo de experiência em alfabetização;

II. Maior idade.

11. DO RESULTADO

11.1 O resultado preliminar será divulgado no dia **27/09/2023, impreterivelmente, até às 17:00 horas,** horário local,na sede da Secretaria Municipal de Educação e nas Unidades Escolares participante do Programa; **11.2.** Haverá interposição de recurso, quanto ao resultado preliminar, a qual ocorrerá no dia **28/09/2023, das 7:00 às 15:00 horas**, horário local, que deverá ser protocolizado junto à Secretaria Municipal de Educação – Comissão de Análise de Currículos; **11.3.** Deverá constar no recurso, o nome completo do candidato bem como, exposição clara e objetiva dos motivos que ocasionaram a interposição; **11.4.** Os recursos serão analisados e julgados pela Comissão de Análise de Currículos, no prazo **máximo de 24 (vinte e quatro)** horas de seu recebimento; **11.5.** Não serão aceitos recursos encaminhados via *e-mail*; **11.6.** Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de revisão de recursos; **11.7.** O resultado final, após a etapa de recurso, será divulgado no dia **29/09/2023**, na Secretaria Municipal de Educação e site da Prefeitura Municipal; **11.8.** Todos os candidatos **habilitados** serão considerados aprovados, constituindo assim o banco de reservas classificados em ordem decrescente de pontuação.

11. DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO

12.1. A carga horária de atendimento do Assistente de Alfabetização, foi definida pelo MEC, em observância aos critérios estabelecidos na Resolução MEC nº 6, de 20 de abril de 2021, art. 3°, § 1º /2°, sendo 5 horas semanais, conforme art.11, devido a rede municipal de Juara-MT ter escolas não vulneráveis.

12.2. O Assistente de Alfabetização receberá, para fins de ressarcimento das despesas com transporte e alimentação, o valor de:

I. R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por mês, para atuar nas escolas não vulneráveis, por 5 horas semanais.

12.3. Poderá ser desvinculado, a qualquer tempo, o Assistente de Alfabetização que não corresponda às expectativas do Programa Tempo de Aprender no cumprimento das atividades previstas;

12.4. Por se tratar de serviço de caráter voluntário, não é possível o afastamento ou licença, de qualquer natureza, do Assistente de Alfabetização. Em casos em que haja a necessidade de afastamento este deverá ser substituído imediatamente.

12. DA ESCOLHA DAS UNIDADES PARA ATENDIMENTO NAS TURMAS

13.1. Os candidatos ficarão no banco de reserva geral zona urbana, obedecendo a ordem de classificação;

13.3. Em caso de desistência do Assistente nas unidades urbanas, será convocado o candidato classificado na lista geral.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Os candidatos aprovados, assim que forem convocados, assinarão o Termo de Adesão e Compromisso de Voluntário, para prestação do trabalho das atividades como Assistente de Alfabetização.

13.2 Os casos omissos serão resolvidos pela equipe da Secretaria Municipal de Educação e pela Comissão de Análise e Currículo, deste município.

14. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

15. Esta Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Juara-MT, 20 de Setembro de 2023.

Fernanda Alves dos Santos Ribas

Secretária Municipal de Educação

Portaria GP/005/2021

ANEXO I

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO	PERÍODO
Publicação do Edital	21/09/2023
Período de inscrição	25 a 26/09/2023
Divulgação do resultado preliminar	27/09/2023
Período do Recurso	27 à 28/09/2023
Resultado do Recurso	28/09/2023
Resultado Final	29/09/2023

ANEXO II

QUADRO DE PONTUAÇÃO

DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA	PONTUAÇÃO
Diploma de graduação em Pedagogia ou Normal Superior	15
Declaração de matrícula de estudante de Pedagogia	12
Diploma de Ensino Médio com habilitação em Magistério	6
Diploma de Ensino Médio	1
Documento comprobatório de experiência em alfabetização.	1 ponto a cada ano de experiência

*** As pontuações referentes à "Experiência em Alfabetização", caso o candidato possua, será somada a sua titulação acadêmica.**

ANEXO III

LISTA DE ESCOLAS URBANAS QUE RECEBERÃO APOIO DO ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO

Nº ORD	UNIDADES ESCOLAR URBANA
01	Escola Municipal Jardim Califórnia
02	Escola Municipal Maria das Graças Calmon Requena
03	Escola Municipal Presidente Costa e Silva

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome:_____

RG:_____/_____CPF_____

Endereço residencial: _____

Bairro _____Complemento _____

Telefone ( )_____Celular: ( )_____

E-mail:_____

Assinale com um (X) a opção de atuação como Assistente de Alfabetização:

BLOCO DE UNIDADES ESCOLARES-ZONA URBANA

BLOCO DE UNIDADES ESCOLAR URBANA
Escola Municipal Jardim Califórnia Escola Municipal Maria das Graças Calmon Requena Escola Municipal Presidente Costa e Silva

_____

Assinatura do candidato

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ATUAR COMO ASSISNTENTE DE ALFABETIZAÇÃO NO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO

Número de inscrição

Nome do candidato: _____

_____

Assinatura do candidato

ANEXO V

FICHA DE ANÁLISE CURRICULAR DO CANDIDATO A ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO DO PROGRAMA TEMPO DE APRENDER

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

DOCUMENTOS APRESENTADOS	PONTUAÇÃO
Diploma de Graduação em Pedagogia ou Normal Superior	
Declaração de matrícula de estudante do curso de Pedagogia	
Diploma de Ensino Médio com habilitação em Magistério	
Diploma de conclusão de Ensino Médio	
Declaração de experiência profissional em alfabetização	
PONTUAÇÃO TOTAL	

Nome do candidato:_____

_____

_____/ _____, ____ de _____ de 2023

p

Juara MT

Assinatura dos membros da comissão:

1. Técnico da Secretaria Municipal de Educação: ----------

2. Diretores da rede municipal de ensino: ----------

3. Coordenadores pedagógicos da SME: ----------

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)

Programa Tempo de Aprender – 2021/2022

TERMO DE ADESÃO E COMPROMISSO DE VOLUNTÁRIO

Eu,_____, _____, _____,*Nome do(a) Voluntário (a) (Nacionalidade) (Estado Civil)*

residente e domiciliado(a) no(a)_____, _____, *(Rua/ Avenida) (nº)*

_____, _____, _____, _____ portador(a) do CPF n.º

(Complemento) (Bairro) (Cidade) (UF)

_____ carteira de identidade nº _____, _____/_____,

(Órgão Expedidor) (UF)

pelo presente instrumento, formaliza adesão e compromisso em prestar, a contento, *serviço voluntário*, nos termos da Lei n° 9.608, 18 de fevereiro de 1998, em escolas públicas definidas em Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que dispõe, anualmente, sobre os procedimentos e as formas de execução e prestação de contas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), cônscio de que fará jus ao ressarcimento das despesas com transporte e alimentação decorrentes da prestação do referenciado serviço e que tal serviço não será remunerado e não gerará vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Juara, ___ de _____ de 2023.

_____

(Assinatura do Voluntário)

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N°084/2023 DE 20/09/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 084/2023 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023 REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº004/2023 CONFORME HOMOLOGAÇÃO DO DECRETO N°1.970/2023 DE 15 DE SETEMBRO DE 2023, CONFORME PUBLICAÇÃO DO DIARIO OFICIAL N° 4.321 DO DIA 18/09/2023.

Art. 1° - O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Processo de Processo Seletivo Simplificado n°004/2023, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de **10 (dez)** dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Administração, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 004/2023, a fim de ser contratado ao respectivo cargo no prazo acima estabelecido.

Art. 2º - **CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVES DO PRESENTE EDITAL:**

ENFERMEIRO

Item	Nome	Classificação
01	MARIA AMARAL DE SA MOTTA	01°
02	MARIELE DE LOURDES SCHMITZ	02°
03	IRMA TAYNA NUNES	03°
04	CARLA ALEXANDRA DE SOUZA SANTOS	04°
05	REGIANE CRISTINA DOS SANTOS	05°

FARMACEUTICO

Item	Nome	Classificação
01	PRISCILA SANTOS RIGOS	01°

ONDONTOLOGO

Item	Nome	Classificação
01	MARCIA VAZ	01°
02	CYNTHIA PEREIRA BATISTA	02°

TECNICO ENFERMAGEM

Item	Nome	Classificação
01	IOLANDA LOPES DOS SANTOS	01°
02	MARIA JOSE DO AMARAL	02°
03	KAYRO FERNANDO SOUZA	03°

TECNICO ENFERMAGEM

AGUAS CLARAS – ZONA RURAL

Item	Nome	Classificação
01	EUDES HONORIO LEMUNIER MARANGONI	01°

TECNICO RADIOLOGIA

Item	Nome	Classificação
01	GRAZIELI MROJINSKI	01°

MOTORISTA UTILITARIO – ZONA RURAL

Item	Nome	Classificação

01	JOVENILTON DOS SANTOS SANTIAGO	01°
02	JOSE APARECIDO BELO	02°

MOTORISTA CAMINHAO, ONIBUS E CARRETA

Item	Nome	Classificação
01	ATAIDES SILVA LIMA	01°

OPERADOR DE MOTO NIVELADORA – ZONA RURAL

Item	Nome	Classificação
01	JONAS DE GOES	01°

Art. 3º - Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Juara-MT, 18 de Setembro de 2023

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretaria Municipal de Administração

Portaria n°208/2023 de 03/04/2023

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECRETO Nº 1.973/2023

Decreto nº 1.973, de 20 de setembro de 2023.

Dispõe sobre a retificação da Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2023.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando erro de correção na prova do candidato sob inscrição nº 039, que após análise e revisão, verificou-se que referido candidato fez 11 (onze) pontos nos conhecimentos específicos. Assim, diante do Princípio da Autotutela, a administração pública municipal pode rever seus próprios atos para adequá-los aos termos da lei e dos fatos, quando houver necessidade de correção de eventual equívoco ou ato irregular.

DECRETA:

Art. 1º Fica retificado a Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2023, do Cargo de Fisioterapeuta, realizado pela Secretaria Municipal de Administração, conforme respectiva Classificação no anexo único deste Decreto.

Art. 2º Todas as demais disposições do Decreto nº 1.970/2023, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 20 de setembro de 2023.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

Cargo: Fisioterapeuta

Inscrição	Nome	Data de Nascimento	Nota Prova Objetiva	Nota Prova Especifico	Resultado	Classificação
114	**ANA BEATRIZ ARAGAO**	01/03/2000	07	72	79	1°
112	**MARIA ELIANE DOS SANTOS**	26/05/1996	06	72	78	2°
039	**KAWANNY KEROLLIN DE PAULA ARAUJO RODRIGUES**	23/07/1999	04	66	70	3°
080	**FERNANDA APARECIDA GASPARINI MICHELOTTO**	31/05/1993	08	60	68	4°
119	**CRISCINE ELIZA ROSSI QUEIROZ**	14/07/1994	07	60	67	5°
165	**LUDMILA BARALDI LEAL**	16/02/2001	05	60	65	6°
011	**ARIELE REGINA STRALIOTTO**	02/09/1999	06	54	60	7°
053	**THAIS EDUARDA VIOLADA**	11/05/2001	05	54	59	8°
035	**JHENIFER MARRONI DE OLIVEIRA FRANÇA**	28/04/1998	03	54	57	9°
009	**MARIANA OLIVEIRA SANTOS**	15/03/1999	03	54	57	10°
002	**GABRIELA DINIZ BERNARDI**	23/10/1999	03	54	57	11°
164	**JORDANA RISSOTTI CARVALHO**	02/01/2001	08	48	56	12°
133	**GEOVANI DIAS DE OLIVEIRA**	21/07/1998	07	48	55	13°
022	**NATALIA ALECIO**	14/05/1998	04	48	52	14°
156	**MICHELE APARECIDA DE ARAUJO**	30/01/1991	04	30	34	15°
144	**MIKAELA DE PAULA CELESTINO**	22/12/1995	-	-	-	Ausente
141	**WEILA SHAIANE DANTAS DE SOUZA**	22/05/1997	-	-	-	Ausente

Anexo Único

Cargo: Fisioterapeuta

Inscrição	NOME	Data de Nascimento	Nota Prova Objetiva	Nota Prova Especifico	Resultado	Classificação
114	ANA BEATRIZ ARAGAO	**01/03/2000**	**07**	**72**	**79**	**1°**
112	MARIA ELIANE DOS SANTOS	**26/05/1996**	**06**	**72**	**78**	**2°**
080	FERNANDA APARECIDA GASPARINI MICHELOTTO	**31/05/1993**	**08**	**60**	**68**	3°
119	CRISCINE ELIZA ROSSI QUEIROZ	**14/07/1994**	**07**	**60**	**67**	4°
165	LUDMILA BARALDI LEAL	**16/02/2001**	**05**	**60**	**65**	5°
039	KAWANNY KEROLLIN DE PAULA ARAUJO RODRIGUES	**23/07/1999**	**04**	**60**	**64**	**6°**

011	ARIELE REGINA STRALIOTTO	**02/09/1999**	**06**	**54**	**60**	**7°**
053	THAIS EDUARDA VIOLADA	**11/05/2001**	**05**	**54**	**59**	**8°**
035	JHENIFER MARRONI DE OLIVEIRA FRANÇA	**28/04/1998**	**03**	**54**	**57**	**9°**
009	MARIANA OLIVEIRA SANTOS	**15/03/1999**	**03**	**54**	**57**	**10°**
002	GABRIELA DINIZ BERNARDI	**23/10/1999**	**03**	**54**	**57**	**11°**
164	JORDANA RISSOTTI CARVALHO	**02/01/2001**	**08**	**48**	**56**	**12°**
133	GEOVANI DIAS DE OLIVEIRA	**21/07/1998**	**07**	**48**	**55**	**13°**
022	NATALIA ALECIO	**14/05/1998**	**04**	**48**	**52**	**14°**
156	MICHELE APARECIDA DE ARAUJO	**30/01/1991**	**04**	**30**	**34**	**15°**
144	MIKAELA DE PAULA CELESTINO	**22/12/1995**	**-**	**-**	**-**	AUSENTE
141	WEILA SHAIANE DANTAS DE SOUZA	**22/05/1997**	**-**	**-**	**-**	AUSENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
EDITAL DE LANÇAMENTO - CM - REPLUBLICAÇÃO - 20 DESCONTO E SEM JUROS -VENCIMENTO 20-10-2023 - PA 003-23

EDITAL DE LANÇAMENTO N. 03/2023

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

LEI MUNICIPAL Nº 2.103/2023 e DECRETO MUNICIPAL Nº 543/2023

REPUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2023/CM

VENCIMENTO: 20.10.2023.

O Município de Juína/MT, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal c/c arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto-Lei nº 195 de 24/02/1967, Código Tributário Municipal – Lei Complementar Municipal nº 1.095/2019, Lei Complementar n.º 1.847/2018, TORNA PÚBLICO a quem possa interessar, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados nos trechos de ruas do perímetro urbano identificadas neste Edital, que serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custo, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente de obras públicas identificadas no Processo Administrativo nº 003/2023/CM, identificadas no item 2, em cumprimento ao artigo 252 do Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 1.095/2019, conforme segue:

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização de imóvel localizado em área beneficiária direta ou indiretamente por obra pública, conforme Código Tributário Municipal, art. 245, e em razão da obra pública, estando à cobrança limitada à valorização que sobrevier ao imóvel.

2. DO LOCAL DAS OBRAS:

As obras de melhoria foram executadas, conforme laudo de conclusão da obra pública emitido pelo Engenheiro Público da Municipalidade, em anexo.

A obra pública foi executada na Rua Presidente Prudente, Nova Granada e Campos do Jordão, Setor “J” e “L”, no Município de Juína-MT.

3. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO:

O Memorial Descritivo do Projeto integram o presente Edital de Lançamento na forma dos anexos do projeto executado pelo Poder Público Municipal, compreendendo todas as atividades executada até conclusão da Obra Pública.

4. ORÇAMENTO TOTAL DO CUSTO DA OBRA:

O custo total das obras executadas é de R$ 237.472,08 (duzentos e trinta e sete mil, quatrocentos e setenta e dois reais e oito centavos), conforme descrito no Anexo.

5. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:

Do custo total da obra, caberá aos contribuintes beneficiados com a obra, através da Contribuição de Melhoria, o pagamento do valor de R$ 237.472,08 (duzentos e trinta e sete mil, quatrocentos e setenta e dois reais e oito centavos), que equivale a 100% do custo total da obra.

6. DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (ZONA DE INFLUÊNCIA):

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários, possuidores e do domínio útil de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com os trechos das ruas mencionadas no item 01 que sofreram valorização, conforme plantas de localização constantes do Anexo do Edital de Prévio de Contribuição de Melhoria.

7. DEMONSTRATIVOS DE CUSTOS E VALORIZAÇÃO DE CADA IMÓVEL:

O fator de absorção do benefício da valorização previsto para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas será de até 100% (cem por cento) sobre o valor dos imóveis beneficiados, no montante a ser apurado através de avaliações realizadas antes e após a execução da obra.

Correrão por conta do Município de Juína-MT as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de Contribuição de Melhoria, as intersecções e as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

A base de cálculo da Contribuição de Melhoria será estabelecida pelo *quantum* de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos dois laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início dos trabalhos e o segundo ao seu término.

O cálculo para avaliação final foi realizado considerando os seguintes fatores:

I – Fator de valorização – Fv: posição geográfica do imóvel em relação a região central do Município;
II – Fator de medidas – Fm: relação entre a testada e profundidade do terreno (área);
III – Fator gleba – Fg: correção de distorções relacionadas aos dimensionamentos acima da média dos imóveis;
IV – Fator calçada – Fc: quando a obra pública realiza a pavimentação do passeio público;
O valor médio do metro quadrado - VM da zona de influência será apurado com dados do mercado imobiliário local ou outras fontes. A fórmula aplicada utilizará o valor anterior à pavimentação – VA será: VA = VM x (área do terreno) x Fv x Fm x Fg x Fc.
A valorização do imóvel individualizado - VI será apurada pela diferença entre valor posterior à pavimentação - VP e o valor anterior à pavimentação – VA, utilizada para tanto a seguinte fórmula: VI = VP – VA.
O cálculo para efetivo lançamento de Contribuição de Melhoria tem como limite total a despesa realizada com a execução da obra publica e como limite individual o acréscimo do valor que a obra resultar para cada imóvel, que deverá ser rateada entre os imóveis por elá beneficiados, proporcionalmente ao custo da obra e em função de fatores individuais de valorização, tais como:
I - a valorização do imóvel individualizado - VI será dividida pelo valor apurado da soma de todas as valorizações dos imóveis individualizados da zona influência - VI total, resultando no percentual individual de valorização – PVI, utilizada para tanto a seguinte fórmula: PVI = VI ÷ VI total.
II – o valor de rateio - VR será o custo total da obra multiplicado pelo percentual individual de valorização, descontado eventual fator de absorção do Município, utilizada para tanto a seguinte fórmula: VR = custo total da obra x PVI – fator de absorção.

A avaliação posterior foi realizada por comissão específica com os membros indicados e nomeados pelo Prefeito, sendo que o referido laudo de avaliação goza de presunção de veracidade e legitimidade, admitida prova em contrário, e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

O cálculo para efetivo lançamento de Contribuição de Melhoria teve como limite total a despesa realizada com a execução da obra publica e como limite individual o acréscimo do valor que a obra resultar para cada imóvel, que foi rateada entre os imóveis por ela beneficiados, proporcionalmente ao custo da obra e em função de fatores individuais de valorização.

8. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA LANÇADA:

A base de cálculo da Contribuição de Melhoria é estabelecida pelo *quantum* de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor foi obtido pelo comparativo dos dois laudos de avaliação, o primeiro elaborado sem os impactos da obra pública (Edital Prévio de Contribuição de Melhoria) e o segundo após a conclusão das obras, conforme Edital de Lançamento de Contribuição de Melhoria.

O custo individualizado da obra será obtido através do rateio proporcional do custo total da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria entre os imóveis beneficiados, considerando-se, para aferição da proporcionalidade, as suas testadas e, consequentemente, a área pavimentada na frente de cada imóvel, nos termos do art. 252, § 6º do Código Tributário Municipal.

Constatada a valorização dos imóveis beneficiados com a obra, considerado o limite equivalente do custo individualizado da obra e o teto equivalente à valorização do imóvel, o valor a ser pago por cada contribuinte é o que consta da planilha do Anexo II (coluna Custo Individual).

9. PRAZO PARA PAGAMENTO, PRESTAÇÕES E VENCIMENTOS:

Nos termos do Decreto Municipal nº 530/2023, a Contribuição de Melhoria poderá ser paga nas seguintes condições:

O contribuinte poderá efetuar o pagamento da Contribuição de Melhoria até o dia 20 de outubro de 2023, em parcela única com 20% (vinte por cento) de desconto sobre o valor total, conforme previsão do art. 253 do Código Tributário Municipal, com as alterações promovidas pela Lei Complementar Municipal nº 2.103, de 22 de agosto de 2023.

Com fundamento no Decreto Municipal nº 543, de 24 de agosto de 2023, o contribuinte poderá optar pelo pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivas, nas seguintes condições:

I – Em 06 (seis) parcelas;

II – Em 12 (doze) parcelas;

III – Em 18 (dezoito) parcelas; e,

IV – Em 24 (vinte e quatro) parcelas;

O prazo de vencimento da primeira parcela não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito e interstício de 30 (trinta) dias entre as parcelas.

A inadimplência, por 03 (três) meses consecutivos ou 06 (seis) meses alternados, acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do saldo remanescente.

A falta de pagamento da contribuição de melhoria nos vencimentos fixados nos avisos de lançamento sujeitará o contribuinte:

I - à correção do débito calculada mediante a aplicação do INPC ou índice oficial equivalente que venha a substituí-lo previstas na legislação vigente;

II - penalidade e multas de:

a) 1% (um ponto percentual) sobre o valor do débito corrigido monetariamente até o 30.º (trigésimo) dia após o vencimento; b) 2% (dois pontos percentuais) sobre o valor do débito corrigido monetariamente a partir do 31.º (trigésimo primeiro) dia até o 90.º (nonagésimo) dia do vencimento; c) 3% (três pontos percentuais) sobre o valor do débito corrigido monetariamente a partir do 91.º (nonagésimo primeiro) dia do vencimento;

III - à cobrança de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, incidente sobre o valor do débito originário atualizado monetariamente.

O débito não pago em tempo hábil será inscrito na dívida ativa do Município.

10. LOCAL E FORMA DE PAGAMENTO:

É o presente para Notificação de Lançamento da Contribuição de Melhoria, podendo ser realizada por solicitação do proprietário/posseiro do imóvel beneficiado pela Obra Pública, sendo retirada a guia para pagamento na Sede na Prefeitura Municipal de Juína-MT, localizada na Travessa Emmanuel, n.º 33N, Centro, Juína-MT - CEP.: 78320-000, Juína-MT. A forma do pagamento será realizada por meio de Boleto Bancário a ser emitido e entregue ao Contribuinte.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO LANÇAMENTO:

Comprovado o legítimo interesse, os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação do Edital, para protocolar a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova, dentre eles: I - erro na localização do imóvel; II - cálculo dos índices atribuídos; III - valor da contribuição; IV - número de prestações; e, V - qualquer outro elemento constante do Edital.

A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Finanças e Administração, através de petição protocolada, nos termos da legislação municipal tributária vigente.

Mantido o valor do lançamento, o contribuinte responderá pelo pagamento do principal, acrescido de juros de mora e atualização monetária pelos índices oficiais, sem prejuízo de outras cominações cabíveis. A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não terão efeito de obstar a administração na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuição de melhoria.

12. DOS ANEXOS:

Integram o presente Edital, sendo parte integrante do mesmo para todos os fins, os seguintes anexos:

ANEXO I - Laudo de Conclusão da Obra;

Em razão do formato e tamanho do documento o mesmo está disponível em versão impressa no Departamento de Tributação na Sede da Prefeitura Municipal de Juína-MT, localizada na Travessa Emmanuel, n.º 33N, Centro, Juína-MT.

ANEXO II – Planilha de Cálculo da Contribuição de Melhoria – Custo Total da Obra e Valorização dos Imóveis;

ANEXO III – Laudo de Avaliação Final dos Imóveis situados na Zona Beneficiada;

Em razão do formato e tamanho do documento o mesmo está disponível em versão impressa no Departamento de Tributação na Sede da Prefeitura Municipal de Juína-MT, localizada na Travessa Emmanuel, n.º 33N, Centro, Juína-MT.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Demais informações ou acesso aos documentos e anexos referente à Contribuição de Melhoria decorrentes da Obra Pública descritas neste Edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Tributação da Secretaria Municipal de Finanças e Administração.

Juína-MT, 20 de setembro de 2023.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI

Secretário Municipal de Finanças e Administração

Ordem de Serviço nº 001/OS/CM/2023

ANEXO II - Planilha de Cálculo da Contribuição de Melhoria – Custo da Obra e Valorização dos Imóveis

PLANILHA DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA									
SETOR J e L, RUA PRESIDENTE PRUDENTE, NOVA GRANADA E CAMPOS DO JORDÃO									
OBRA DO SETOR J e L		VALO GLOBAL DA OBRA			R$ 237.472,08	PARCELA A SER LANÇANDA		100%	
		VALOR M² DO IMÓVEL (ANTES E DEPOIS) ->			R$100,00	R$ 130,00			R$ 237.472,08
Nº	LOGRADOURO	CONTRIBUINTES	LOTE	M²/IMÓVEL	EDITAL PRÉVIO	EDITAL FINAL	VALORIZAÇÃO	PESO	IMPOSTO
1	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	EDSON GONÇALO SANTANA ROJAS	42	478,8	R$ 47.880,00	R$ 62.244,00	R$ 14.364,00	2,27%	R$ 5.383,33
2	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	DULCINETE GOMES DE MIRANDA	43	360	R$ 36.000,00	R$ 46.800,00	R$ 10.800,00	1,70%	R$ 4.047,62
3	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	SANTO SOARES DE ANDRADE	44	360	R$ 36.000,00	R$ 46.800,00	R$ 10.800,00	1,70%	R$ 4.047,62
4	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	ELEAZAR DE OLIVEIRA SOARES	45	363,75	R$ 36.375,00	R$ 47.287,50	R$ 10.912,50	1,72%	R$ 4.089,78
5	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	JOSE CARLOS DE OLIVEIRA SOARES	46	368,25	R$ 36.825,00	R$ 47.872,50	R$ 11.047,50	1,74%	R$ 4.140,38
6	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	CAMILO FERNANDO DA SILVA	47	368,25	R$ 36.825,00	R$ 47.872,50	R$ 11.047,50	1,74%	R$ 4.140,38
7	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	MARIA ALDINEIA DA SILVA	48	368,25	R$ 36.825,00	R$ 47.872,50	R$ 11.047,50	1,74%	R$ 4.140,38
8	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	ESTADO DE MATO GROSSO	49	368,25	R$ 36.825,00	R$ 47.872,50	R$ 11.047,50	1,74%	R$ 4.140,38
9	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	EZEQUIEL BARBOSA DA SILVA	50	368,25	R$ 36.825,00	R$ 47.872,50	R$ 11.047,50	1,74%	R$ 4.140,38
10	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	RONALDO ADRIANO DE OLIVEIRA	51	368,25	R$ 36.825,00	R$ 47.872,50	R$ 11.047,50	1,74%	R$ 4.140,38
11	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	ARNALDO OLIVEIRA SOARES	52	368,25	R$ 36.825,00	R$ 47.872,50	R$ 11.047,50	1,74%	R$ 4.140,38
12	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	SINCLAIR BONIATTI	53	368,25	R$ 36.825,00	R$ 47.872,50	R$ 11.047,50	1,74%	R$ 4.140,38
13	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	GILVAN CASSOL CAMPANHARO	54	368,25	R$ 36.825,00	R$ 47.872,50	R$ 11.047,50	1,74%	R$ 4.140,38
14	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	VALDINEI DE OLIVEIRA FLORES	55	368,25	R$ 36.825,00	R$ 47.872,50	R$ 11.047,50	1,74%	R$ 4.140,38
15	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	JUAREZ BISPO DOS SANTOS	56	368,25	R$ 36.825,00	R$ 47.872,50	R$ 11.047,50	1,74%	R$ 4.140,38
16	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	SILBENE SANTANA DE OLIVEIRA	57	368,25	R$ 36.825,00	R$ 47.872,50	R$ 11.047,50	1,74%	R$ 4.140,38

17	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	DANIELA ALVES LIMA LUQUE	58	368,25	R$ 36.825,00	R$ 47.872,50	R$ 11.047,50	1,74%	R$ 4.140,38
18	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	ALCIDES ANTONIO DA SILVA	59	368,25	R$ 36.825,00	R$ 47.872,50	R$ 11.047,50	1,74%	R$ 4.140,38
19	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	SONIA REGINA DE OLIVEIRA	60	368,25	R$ 36.825,00	R$ 47.872,50	R$ 11.047,50	1,74%	R$ 4.140,38
20	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	NELSA BORGGREVER	61	368,25	R$ 36.825,00	R$ 47.872,50	R$ 11.047,50	1,74%	R$ 4.140,38
21	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	DJANIR PIRES DOS SANTOS	17	355,5	R$ 35.550,00	R$ 46.215,00	R$ 10.665,00	1,68%	R$ 3.997,02
22	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	MARILDA DE FATIMA MACHADO	28	355,5	R$ 35.550,00	R$ 46.215,00	R$ 10.665,00	1,68%	R$ 3.997,02
23	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	ANTONIO FERREIRA DA SILVA	45	360	R$ 36.000,00	R$ 46.800,00	R$ 10.800,00	1,70%	R$ 4.047,62
24	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	TEREZINHA RAINHA DE ARRUDA	46	360	R$ 36.000,00	R$ 46.800,00	R$ 10.800,00	1,70%	R$ 4.047,62
25	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	EDNA MENDES RIOS	47	360	R$ 36.000,00	R$ 46.800,00	R$ 10.800,00	1,70%	R$ 4.047,62
26	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	CLEBER DOS SANTOS HELLNVICH	48	360	R$ 36.000,00	R$ 46.800,00	R$ 10.800,00	1,70%	R$ 4.047,62
27	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	ULISSES COSTA DOURADO JUNIOR	49	360	R$ 36.000,00	R$ 46.800,00	R$ 10.800,00	1,70%	R$ 4.047,62
28	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	MARIA ZELIA DE JESUS OLIVEIRA	50	360	R$ 36.000,00	R$ 46.800,00	R$ 10.800,00	1,70%	R$ 4.047,62
29	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	SIDNEY CAMPOS DE OLIVEIRA	51	360	R$ 36.000,00	R$ 46.800,00	R$ 10.800,00	1,70%	R$ 4.047,62
30	RUA PRESIDENTE PRUDENTE	ODAIR JOSE RODRIGUES	52	355,5	R$ 35.550,00	R$ 46.215,00	R$ 10.665,00	1,68%	R$ 3.997,02
31	RUA NOVA GRANADA	MUNICIPIO DE JUÍNA	AR	4.140	R$ 414.000,00	R$ 538.200,00	R$ 124.200,00	19,60%	R$46.547,61
32	RUA NOVA GRANADA	MUNICIPIO DE JUÍNA	AD-D e AD-E	4.140	R$ 414.000,00	R$ 538.200,00	R$ 124.200,00	19,60%	R$46.547,61
33	RUA CAMPOS DO JORDÃO	MARILENE VELOSO	1	360	R$ 36.000,00	R$ 46.800,00	R$ 10.800,00	1,70%	R$4.047,62
34	RUA CAMPOS DO JORDÃO	DULCELI JUNGLES MARTINS	2	360	R$ 36.000,00	R$ 46.800,00	R$ 10.800,00	1,70%	R$4.047,62
35	RUA CAMPOS DO JORDÃO		3	360	R$ 36.000,00	R$ 46.800,00	R$ 10.800,00	1,70%	R$4.047,62
36	RUA CAMPOS DO JORDÃO	ROSA MARIA DA SILVA	4	360	R$ 36.000,00	R$ 46.800,00	R$ 10.800,00	1,70%	R$4.047,62
37	RUA CAMPOS DO JORDÃO	ANDREIA AGOSTIN DE SOUSA	5	360	R$ 36.000,00	R$ 46.800,00	R$ 10.800,00	1,70%	R$4.047,62
TOTAL							R$ 633.631,50	100%	R$237.472,08

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
LEI N.º 2.105/2023.

LEI N.º 2.105/2023.

Dispõe sobre autorização para promover abertura de crédito especial no Orçamento Vigente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA/MT, faço saber que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Juína, Estado de Mato Grosso, autorizado a Abrir Crédito Especial na Lei Municipal n.º 2.063/2022 de 19/12/2022, que trata do Orçamento Programa do Município de Juína para o Exercício de 2023, até o valor de R$ 360.182,91 (trezentos e sessenta mil e cento e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) conforme relacionado abaixo:

02	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
02.130	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
13	Cultura	
392	Difusão Cultural	
0033	Desenvolvimento e Promoção Cultural	
1223	Projeto de Apoio a Cultura – Lei Paulo Gustavo	
339036000000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física Fonte: 1.715.0000000 Fonte: 1.716.0000000	21.899,12 103.840,73
339039000000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte: 1.715.0000000	234.443,06
	TOTAL GERAL	360.182,91

Art. 2º - Os recursos para cobertura do Crédito Especial do artigo anterior, será mediante utilização de recursos de excesso de arrecadação do exercício vigente, através da Lei Complementar 195/2022 – Lei Paulo Gustavo e Decreto 11.453/2023, que estabelece mecanismos de fomento do sistema de financiamento a cultura (ambos em anexo, bem como o extrato das contas Bancárias).

Art. 3º - Fica autorizado a inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei nº 101/00 (PPA/LDO/LOA).

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Juína-MT, 20 de setembro de 2023.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2023

A Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste - MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 05 de outubro de 2023 às 09:00 horas, a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2023, objetivando o **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE FORMA PARCELADA DE CESTAS BÁSICAS, AFIM DE ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAMBARI D'OESTE - MT",** conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência. O Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados, podendo ser solicitado no e-mail: licitacao@lambaridoeste.mt.gov.br. Mais

informações pelo telefone (65) 3228-1178 no horário de expediente desta Prefeitura.

Lambari D'Oeste - MT, em 20 de setembro de 2023.

EDIMAR APARECIDO DOS SANTOS

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2023 - SRP

A Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Eletrônico nº 039/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para fornecimento de recarga de gás liquefeito de petróleo – GLP. Sagraram-se vencedora a empresa: **DEPOSITO DE GAS VITORIA LTDA,** inscrita no CNPJ n° 13.234.163/0001-80, vencedora do item 01, com o valor total de **R$ 80.806,70. VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 80.806,70 (oitenta mil, oitocentos e seis reais e setenta centavos).**

Marcelândia/MT, 20 de Setembro de 2023

Gisele Aparecida da Silva Pires

Pregoeira

Publique-se

ATA 003/2023 - AUDIÊNCIA PÚBLICA - LDO - LOA

ATA 003/2023 - AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO CONJUNTA DE DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO DA LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LOA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2024 DO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA - MT.

Aos 13 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às quinze horas, reuniram-se nas dependências da Câmara Municipal de Marcelândia-MT, a Rua Três Poderes nº 1090, Centro, Marcelândia, Estado do Mato Grosso, a senhora Daiane Quirino dos Santos Felder, Secretária Municipal de Planejamento, a Contadora da Prefeitura Municipal Karla Blanc Enge e o Sr. Kennedy Vigabriel Lourenço responsável Pelo TI, para à apresentação da Audiência Pública conjunta, que trouxe como pauta a discussão e elaboração da LDO e LOA para o exercício de 2024, dando início a Audiência Pública a senhora Karla Blanc Enge apresentou a Audiência Pública, deixando de forma clara a apresentação dos anexos da LDO e LOA para 2024, esclareceu também que foi disponibilizado formulário eletrônico no site do município www.marcelandia.mt.gov.br para coleta de sugestões da população. Ato contínuo após toda explicação e explanação, colocou-se à disposição para discussão, sugestões, dúvidas e esclarecimentos dos anexos que pudessem ter os munícipes, deixando os a vontade pra sugestões no momento e no Portal do Município www.marcelandia.mt.gov.br, informando a todos os presentes que os mesmos podem estar procurando demais informações junto ao paço municipal para sugestão e esclarecimentos através da Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Administração e o Departamento de Contabilidade. Não havendo nada mais a tratar a mesma concluiu a audiência dizendo haver cumprido o objetivo as dezessete horas. Não havendo nada a mais a se tratar, eu Daiane Quirino dos Santos Felder declaro que lavrei a presente ata e assino à mesma, e os demais participantes desta audiência.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº 010/2023

A Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, através de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público o RESULTADO do Credenciamento nº 010/2023, que tem como objeto **Credenciamento de empresa para prestar serviços médicos de especialidades conforme as necessidades e demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Marcelândia/MT.**Neste ato foi credenciada a empresa:

EMPRESA	Quantidade de plantões	VLR. TOTAL
A.F AYALA CLINICA MEDICA – CNPJ 11. 682.717/0001-87	2000	**R$ 300. 000,00**
VALOR TOTAL		**R$ 300. 000,00**

Marcelândia/MT, 20 de setembro de 2023.

Gisele Aparecida da Silva Pires

Presidente da CPL

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 199/2023

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato, "**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DO SENAI - SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL PARA DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ATRAVÉS DA REALIZAÇÃO DE CURSOS DENOMINADO PROGRAMA "QUALIFICA MATUPÁ", CONFORME A PROPOSTA EM ANEXO, COM O OBJETIVO DE GARANTIR DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE EMPREGO E MELHORIA NA CONDIÇÃO SOCIAL E FINANCEIRA DAS FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com o Termo de Referência que é parte integrante da **Dispensa de Licitação nº 058/2023.**

CONTRATADA: SENAI – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

Valor/Global: O preço global dos serviços ora contratados será de **R$1. 043.040,00 (Hum milhão, quarenta e três mil e quarenta reais)**.

Assinatura: 19/09/2023.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 152/2023

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **"CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS E/OU EMPRESAS ESPECIALIZADOS (AS) QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE PLANTONISTAS, AUXILIOS CIRÚRGICOS PARA SOBREAVISO E PARA REMOÇÃO DE PACIENTES CONFORME SOLICITAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MATUPÁ/MT",** conforme descrição dos serviços que constam no Termo de Referência que é parte integrante do Edital 001/2023 do respectivo **Credenciamento nº 01/2023.**

CONTRATADA: RR TOLEDO SERVIÇOS MEDICOS LTDA

OBJETIVO: Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato Original, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Cláusula Nona - Do Prazo

9.1 - O novo prazo de vigência do presente contrato será contado a partir da data de seu vencimento até **16 DE OUTUBRO DE 2023,** prorrogável no interesse das partes até o máximo previsto em Lei.

Assinatura: 15/09/2023.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 200/2023

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato, "**PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE SERRALHEIRO NA MONTAGEM E DESMONTAGEM DA ÁRVORE DE NATAL DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DO EDITAL",** de acordo com a clausula 06 deste Contrato que são partes integrantes do Edital 0109/2023 do respectivo **Pregão Presencial nº 042/2023.**

CONTRATADA: JOAO PAULO DE ANDRADE BELO 99596288172

Valor/Global: O preço global dos serviços ora contratados será de **R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais)**.

Assinatura: 19/09/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 4783 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 004/2022, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 21/12/2022;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2022, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Deputado Sebastião Alves Júnior, nº 106, Bairro Setor Industrial, Matupá – MT, fone: (66) 3595-2560, no prazo de **03 (três) dias**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 15:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I neste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se; publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO I

1- Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3- Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

4- Cópia Título de Eleitor;

5- Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

6- Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

7- Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

8- Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

9- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

10- Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

11-** Endereço de e-mail **obrigatório

12- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

13- Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

14- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

15- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

16- Qualificação Cadastral através do Site: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

17- Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

18- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

19- Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

20- Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

21- Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

22- Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

23- Declaração de Bens;

24- Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

25- Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

26- Cópia ou Número de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

27- Número para contato*;*

28- Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

29- Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

ANEXO II

CARGO: AUXILIAR DE CRECHE- ZONA URBANA

NOME	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
CLEYDILEIA SANTANA DOS SANTOS DA SILVA	19	73º	Classificado (a)
MARIELLE ALESSANDRA SZURMIAK	19	74º	Classificado (a)

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 4781 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 004/2022, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 21/12/2022;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2022, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Deputado Sebastião Alves Júnior, nº 106, Bairro Setor Industrial, Matupá – MT, fone: (66) 3595-2560, no prazo de **03 (três) dias**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 15:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I neste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se; publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO I

1- Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3- Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

4- Cópia Título de Eleitor;

5- Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

6- Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

7- Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

8- Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

9- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

10- Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

11- *Endereço de e-mail* ***obrigatório***

12- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

13- Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

14- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

15- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

16- Qualificação Cadastral através do Site: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

17- Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

18- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

19- Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

20- Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

21- Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

22- Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

23- Declaração de Bens;

24- Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

25- Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

26- Cópia ou Número de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

27- Número para contato*;*

28- Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

29- Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

ANEXO II

CARGO: PSICOLOGO - GTE - EDUCAÇÃO ZONA URBANA

NOME	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
LEIDIANE GOMES DE ALBUQUERQUE	18	2º	CLASIFICADO(A)

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 039/2023

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 05 de outubro de 2023 às 14h30min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bllcompras.org.br o "PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA OS APARELHOS DE AR CONDICIONADO EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ". A inserção das propostas será até as 13:00 horas do dia 05/10/2023 (Horário de Brasília/DF). Maiores informações através do Edital nº. 0115/2023, que estará disponível no site https://www.gp.srv.br/transparencia_matupa/servlet... e www.bllcompras.org.br ou deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 20 de setembro de 2023. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 4782 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS, CLASSIFICADOS E CADASTRO DE RESERVA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ANÁLISE DE CURRICULO 004/2023 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado de Análise de Currículo 004/2023, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 31/07/2023;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados, classificados e cadastro de reserva do Processo Seletivo Simplificado de Análise de Currículo nº 004/2023, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Deputado Sebastião Alves Júnior, nº 106, Bairro Setor Industrial, Matupá – MT, fone: (66) 3595-2560, no prazo de 03 (três) dias, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I neste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se; publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO I

1- Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3- Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

4- Cópia Título de Eleitor;

5- Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

6- Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

7- Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

8- Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

9- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

10- Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

11-** Endereço de e-mail* ***obrigatório

12- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

13- Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

14- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

15- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

16- Qualificação Cadastral através do Site: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

17- Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

18- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

19- Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

20- Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

21- Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

22- Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

23- Declaração de Bens;

24- Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

25- Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

26- Cópia ou Número de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

27- Número para contato*;*

28- Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

29- Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

ANEXO II

CARGO: MANUTENÇÃO E LIMPEZA - ZONA URBANA

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
EDINALVA BATISTA DOS SANTOS	-	7º	CLASSIFICADA

CARGO: MONITOR DE ALUNO - ZONA URBANA

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
MYLENA DE PAULA NUNES RODRIGUES	-	14º	CR
RAPHAELA BURKINSKI	-	15º	CR

CARGO: PROFESSOR SÉRIES INICIAIS - ZONA URBANA

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
SANDRA MEDINA DE ALENCAR PANTOJA	4	5º	CR
LUCIMARA PEREIRA DOS SANTOS	4	6º	CR

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESCISÃO/CANCELAMENTO AMIGÁVEL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 230/2022

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, foi celebrado o presente **TERMO DE RESCISÃO/CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 238/2022***,* tendo como partes de um lado o **MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 24.772.188/0001-54, situada à Avenida

Hermínio Ometto, nº. 101, Bairro ZE - 022, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264. 041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº. 169, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT, denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CARPAU PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°** 08.887.033/0001-07**, Inscrição Estadual nº 13.339.959-1, localizada na Rua Lauro Leite, nº 82, Bairro Centro Antigo, na cidade de Peixoto de Azevedo/MT, CEP: 78.530-000, telefone: (66) 3575-1818 / (66) 3575-1775, e-mail:** carpaupeixoto@hotmail.com / luizcarpau@hotmail.com**, neste ato representada pelo Senhor WALTER DAS NEVES MENDANHA, portador do CPF sob o nº 326.268.511-91 e R.G. nº 0590470-6 SJ/MT**, doravante denominada **CONTRATADA,** conforme as cláusulas seguintes:

01 – SUPORTE LEGAL

01.1 – Esta rescisão/cancelamento da Ata de Registro de Preços se fundamenta no **Inciso II, do Artigo 79, da Lei 8.666/93, e suas alterações**, e nos termos da **Cláusula 10 da Ata de Registro de Preços nº 238/2022**.

02 – OBJETO DA RESCISÃO

02.1 – Constitui objeto desta rescisão/cancelamento o **"PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 045/2022.**

03 – RESCISÃO

03.1 **–** A rescisão do presente termo se fundamenta na cláusula ***10 - Do Cancelamento Da Ata De Registro De Preços*** e no ***artigo 79, inciso II, da Lei Federal 8.666/93:***

II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

Justifica-se a rescisão/cancelamento em virtude da Contratada solicitar a RESCISÃO/CANCELAMENTO AMIGÁVEL da Ata alegando não ser mais possível entregar os materiais da Ata devido a lei que atribui aos Municípios a titularidade das receitas arrecadadas a título de Imposto de Renda retido na fonte, ficando assim inexequível para a empresa em honrar com os valores constantes na Ata. E considerando, ainda segundo a empresa, todos os anos atendendo o município, solicita a rescisão/cancelamento da ata de forma amigável.

Diante do exposto, a Administração Municipal, considerando que tem uma outra forma de comprar os materiais e seguindo os preceitos da Oportunidade e Conveniência, a Prefeitura Municipal de Matupá, representada pela autoridade superior municipal, decide **rescindir/cancelar** de forma **amigável e por acordo entre as partes** a Ata de Registro de Preços nº 230/2022, do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 045/2022.**

04 – DOMICÍLIO E FORO

04.1 **–** As partes elegem como domicilio legal, o Foro da Comarca de Matupá, para dirimir quaisquer litígios decorrentes desta Rescisão, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados declaram as partes contratantes aceitarem as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, suas alterações posteriores, bem como as demais normas complementares.

Matupá/MT, 19 de setembro de 2023.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

Contratante

CARPAU PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA

CNPJ nº 08.887.033/0001-07

WALTER DAS NEVES MENDANHA

CPF n° **326.268.511-91**

Contratada

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 122/2023

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto desta Ata de Registro de Preço **"PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ESCRITÓRIOS E ESCOLARES EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 023/2023.**

CONTRATADA: SILVA E GRANETTO LTDA

OBJETIVO: Fica alterada a Cláusula Quarta do Ata de Registro de Preços, item 378322, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	MARCA DA LICITAÇÃO	NOVA MARCA
378322	PAPEL SULFITE A4 210 X 297 MM 75G/M² BRANCO - RESMA 500 FOLHAS - PAPEL DE ALTO DESEMPENHO, PAPEL ALCALINO, ISENTO DE CLORO ELEMENTAR E 100% CELULOSE, ISO 9001/ISO 14001.	RESMA 500,000 FOLHA	REPORT	**NEW SLIM**

Assinatura: 18/09/2023.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 181/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MARMITA E SUCO PARA PACIENTES EM TRATAMENTO E PÓS SESSÕES DE HEMODIÁLISE NO CTR EM SINOP/MT, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE"** de acordo com o Termo de Referência que é parte integrante da **Dispensa de Licitação nº 41/2022.**

CONTRATADA: SAMILLA LUCIANO MARTINS 05487936110

OBJETIVO: Ficam alteradas as Cláusulas Quinta, Sexta e Oitava do Contrato Original, que passam a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA QUINTA - Do Valor e Pagamento

5.1 – O preço global dos serviços ora contratados, será de **R$4.186,00 (Quatro mil, cento e oitenta e seis reais).**

CLÁUSULA SEXTA - Dos Serviços

6.1 - O presente instrumento tem por objetivo adquiri os produtos, conforme planilha que segue:

DESCRIÇÃO	ITEM	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
MARMITA TAMANHO MÉDIA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM TAMPA E FECHAMENTO HERMETICO E COM TALHARES DESCARTAVEIS. CONTENDO NO MINIMO ARROZ, FEIJÃO, CARNE BRANCA E VERMELHA, MACARRÃO E SALADAS DIVERSAS. PESANDO NO MINIMO 700	371843	182	23,00	4.186,00

GR E COM UM COPO SUCO NATURAL/POLPA DE 250ML				

CLÁUSULA OITAVA – Dotação Orçamentária

8.1 – As despesas decorrentes das contratações oriundas do presente Contrato, correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, às quais serão elencadas em momento oportuno e serão oriundas de Recursos Próprios:

CÓDIGO GERAL: **08.002.10.122.0013.20098** – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – **33.90.30.00** – MATERIAL DE CONSUMO – FONTE **1.5.00.1002000 – R$4.186,00.**

Assinatura: 19/09/2023.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº 101/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA REFORMA E ADEQUAÇÕES PARCIAL NO BLOCO A DO HOSPITAL MUNICIPAL DE MATUPÁ. Contidas nos anexos do Edital 032/2020, TOMADA DE PREÇO 08/2020, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços.**

CONTRATADA: TANGERE CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA –ME

OBJETIVO: Ficam alteradas as Cláusulas Quinta e **Cláusula Sexta que passam a vigorar com as seguintes redações:**

05 – CLÁUSULA QUINTA - Vigência do Contrato

05.1 - O novo prazo de vigência do presente contrato será contado a partir da data de seu vencimento até 16 DE DEZEMBRO DE 2023, prorrogável no interesse das partes até o máximo previsto em Lei.

06 - CLÁUSULA SEXTA – Prazo, Andamento, Subcontratação, Prorrogação dos Serviços e Recebimento da Obra.

06.1 - PRAZO DE EXECUÇÃO

O novo prazo de **Execução** do contrato é aditado em **90 (noventa)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **16 DE DEZEMBRO DE 2023,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

O presente aditamento do prazo de execução não configura concordância da Administração com o atraso na execução da obra para efeito de reajuste de preço, sendo motivado pelo Contratado o aumento no prazo de execução.

Assinatura: 15/09/2023.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO DÉCIMO OITAVO TERMO ADITIVO DO CONTRATO SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº 037/2014

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS EM VIAS URBANAS DO BAIRRO INDUSTRIAL ZI-001, ZI-002 E ZI-003 NO MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT COM UM TOTAL DE 71.613,63 m²", contidas nos anexos do Edital 147/2013, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2013, com fornecimento pela empresa contratada de todos os materiais, equipamentos, peças e serviços**.

CONTRATADA: REBEQUI & CIA LTDA- ME

OBJETIVO: Fica alterada a Cláusula Quarta que passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA - Do Valor, Critérios e Condições de Pagamento

O valor total para as obras, objeto deste contrato, é de R$8.177.374,32 (Oito milhões, cento e setenta e sete mil, trezentos e setenta e quatro reais e trinta e dois centavos). Ficando **ADITIVADO** o valor de **R$478. 719,10 (Quatrocentos e setenta e oito mil, setecentos e dezenove reais e dez centavos)**, conforme Planilha Orçamentária em anexo exarada pela Engenheira Civil Adryana Lúcia Fernandes CREA 1213134218, passando o valor total do contrato para **R$ 8.656.093,42 (Oito milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, noventa e três reais e quarenta e dois centavos).**

Assinatura: 15/09/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO CHAMAMENTO PUBLICO Nº 004/2023

AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO CHAMAMENTO PUBLICO Nº 004/2023

Data da Sessão Pública:

Dia 03 de outubro de 2023 as 9hs (Horário de Mato Grosso)

Local: Sala de Licitação da Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve.

Objeto:

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM PROCEDIMENTOS CIRURGICOS**,** para o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidades discriminadas no Termo de Referência deste Edital.

Retirada do Edital pela Internet:

Retire o Edital acessando a página https://www.mirassoldoeste.mt.gov.br/transparencia?c=Publicacao_Transparencia_view&f=128, ou solicitando pelo e-mail licitaçãohospitalsamuelgreve@gmail.com. O licitante interessado é responsável pelo acompanhamento das informações referentes à licitação, que serão publicadas no site do Município e nos órgãos oficiais.

Informações e Esclarecimentos:

Os interessados poderão obter informações sobre a licitação, na Fundação, de segunda à sexta-feira, no horário das 7h às 17h, exceto das 11h às 13h pelo telefone (65) 3241-1158/3241-5464, ou através do email:licitacaohospitalsamuelgreve@gmail.com.

Mirassol D'Oeste - MT, 20 de setembro de 2023.

LÍRIA SIMONE ESSI

PRESIDENTE(A)

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE

MATEUS VIEIRA DA SILVA

PRESIDENTE DA CPL. PORTARIA Nº 010/2023

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 654 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 654 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

INSTITUI COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA REALIZAÇÃO, CONDUÇÃO E ORIENTAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR À FUNÇÃO DE DIRETOR DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE-MT PARA O BIÊNIO 2024/2025.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Instituir comissão responsável pela realização, condução e orientação do processo de seleção de candidatos à direção escolar, que será composta pelos seguintes membros:

I – REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA:

Titular: Paula Magalhães Sousa Pádua

Suplente: Vitória Ferreira Ávila

II – REPRESENTANTES DOS CONSELHOS DELIBERATIVOS DA COMUNIDADE ESCOLAR DA REDE PÚBLICA MUNICPAL DE ENSINO:

C.E.M. Verº Edson Athier Almeida Tamandaré

Titular: Maria Eliane Pinheiro Cunha

Suplente: Sandra Guerreiro Soares Faria

Escola Municipal Inedi Fontes Castilho Queiroz

Titular: Viviane Adão Barbosa

Suplente: Alexandre Aparecido Moreira

Escola Municipal Benedito Cesário da Cruz

Titular: Veronica Andreia Oliveira André da Silva

Suplente: Eleuza Lopes de Oliveira Charles

Escola Municipal Zumbi dos Palmares

Titular: José Moreira dos Santos

Suplente: Lucio Moreira Nunes

C.E.I. Francisco Cruz

Titular: Lúcia Helena de Moura Nazário

Suplente: Rosenir Cardoso Lompias

C.E.I. Chapeuzinho Vermelho

Titular: Judite Mirian de Oliveira Martins

Suplente: Catarina Carvalho da Silva

C.E.I. Pequeno Polegar

Titular: Mayara Priscila Brauna Miatelo

Suplente: Silvana Rodrigues de Oliveira

Pré-Escola Comecinho de Vida

Titular: Edson Gomes de Carvalho

Suplente: Cleide Ferreira

Artigo 2º - A comissão ora nomeada tem como finalidade:

I –analisar o preenchimento dos requisitos dos candidatos, previstos no Art. 8º da Lei nº 1.796/2022;

II – Deferir/indeferir inscrição;

III – Analisar recursos e emitir parecer;

IV –Conduzir e acompanhar todas as etapas do processo de seleção, previstas no Art. 11 da Lei nº 1.796/2022;

V – Receber e analisar toda a documentação dos candidatos, conforme previsto no Edital;

VI – Elaborar quadro classificatório das etapas;

VII - Redigir Ata ao término do Processo de Seleção;

VIII – Solucionar em primeira instância os casos omissos e em caso de impossibilidade deverão ser encaminhados à Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura.

Art. 3º -Os trabalhos da referida comissão serão coordenados pelo representante da Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,PUBLIQUE-SE,CUMPRA-SE.

Mirassol d´Oeste- MT- 20 de setembro de 2023

Marcos Antonio dos Santos

Secretário de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 644/2023

PORTARIA Nº 644 DE 14 DE SETEMBRO DE 2023.

EXONERA DO CARGO, SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Do Município De Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

RESOLVE

Artigo 1º -Exonerar, a partir de 15/09/2023, do cargo em comissão de ***ASSESSOR DE PROJETOS E OBRAS PÚBLICAS*****,** o servidor ***MARCUS VINICIUS GRANADO PARPINELLI*****,** lotado no Gabinete do Prefeito.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 14 de setembro de 2023.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/vl

COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ABERTURA DE LICITAÇÃO

ABERTURA DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 38/2023. Objeto: AQUISIÇÃO DE EXTINTORES, SERVIÇOS DE RECARGAS, PINTURAS, PLACAS E PEÇAS NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Prazos para recebimento e julgamento das propostas: VIDE EDITAL. Início da sessão de disputa de preços: **05/10/2023 às 09h (Horário de Brasília).** Local: www.licitanet.com.br. Obtenção do edital pelos sites: www.mirassoldoeste.mt.gov.br e www.licitanet.com.br. Informações: Telefones (65) 3241-1012/5152 / (65) 99953-0883. Pregoeiro: Wellington Rocha Dias **- Portaria N.º 513/2023. Mirassol d'Oeste, 21/09/2023.**

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA Nº 653 DE 19 DE SETEMRBO DE 2023.

DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO DO PISO SALARIAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE-ACS E AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS-ACE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, em cumprimento ao artigo 8º, parágrafo único da Lei Complementar nº 156/2016 e,

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar no valor de R$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais), o piso salarial profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, para o exercício de 2023.

Art. 2º - A tabela de vencimentos de que trata o Anexo III da Lei Complementar nº 156/2016, passa a vigorar conforme segue:

Nível	Coeficiente	Vencimento R$
1	1,000	R$ 2.640,00
2	1,066	R$ 2.814,24
3	1,133	R$ 2.991,12
4	1,198	R$ 3.162,72
5	1,260	R$ 3.326,40
6	1,330	R$ 3.511,20
7	1,390	R$ 3.669,60
8	1,460	R$ 3.854,40
9	1,520	R$ 4.012,80
10	1,600	R$ 4.224,00
11	1,630	R$ 4.303,20
12	1,660	R$ 4.382,40

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/05/2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal “Miguel Botelho de Carvalho”, em 19 de setembro de 2023.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO - DECRETOS 2023

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2023

DECRETO Nº 4602 , DE 18 DE SETEMBRO DE 2023 - LEI N.1833

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$199.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **199.000,00**

02 05 02 COORDENADORIA DE EDUCACAO E CULTURA

226	12.361.0005.2015.0000	EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL CONSTRUINDO A CIDADANIA	11.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
215	12.306.0006.2019.0000	PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	109.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
258	12.365.0008.2022.0000	EDUCAÇÃO INFANTIL CONSTRUINDO A CIDADANIA	11.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
269	12.365.0008.2023.0000	EDUCAÇÃO INFANTIL CONSTRUINDO A CIDADANIA	8.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

02 07 01 GABINETE DO SEC. DE INFRAESTRUTURA

539	04.122.0002.2045.0000	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO	60.000,00
	3.3.50.41.00	CONTRIBUIÇÕES	F.R.: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 05 02 COORDENADORIA DE EDUCACAO E CULTURA

251	12.361.0012.1220.0000	EDIFICACOES PUBLICAS	-139.000,00
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2023

DECRETO Nº 4602 , DE 18 DE SETEMBRO DE 2023 - LEI N.1833

02 07 01	GABINETE DO SEC. DE INFRAESTRUTURA			
810	15.451.0013.1050.0000	PAVIMENTACAO E RESTAURACAO DE VIAS PUBLICAS	-60.000,00	
	4.4.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

Anulação (-) **-199.000,00**

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 18 de setembro de 2023

HECTOR ALVARES BEZERRA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2023

DECRETO Nº 4603 , DE 18 DE SETEMBRO DE 2023 - LEI N.1833

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$400.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **400.000,00**

02 06 01 GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

372	10.122.0020.2176.0000	GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE -SUS	100.000,00
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R.: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

418	10.301.0028.2198.0000	ATENCAO BASICA A SAUDE	200.000,00
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R.: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
486	10.302.0029.2207.0000	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	100.000,00
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R.: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

01 01 01 CAMARA MUNICIPAL

1	01.031.0001.1003.0000	DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO I	-400.000,00
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Anulação (-) **-400.000,00**

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2023

DECRETO Nº 4603 , DE 18 DE SETEMBRO DE 2023 - LEI N.1833

MIRASSOL DOESTE, 18 de setembro de 2023

HECTOR ALVARES BEZERRA
PREFEITO MUNICIPAL

COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ABERTURA DE LICITAÇÃO

ABERTURA DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. º 35/2023. Objeto: AQUISIÇÃO DE TONNERS, CARTUCHOS E AFINS NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Prazos para recebimento e julgamento das propostas: VIDE EDITAL. Início da sessão de disputa de preços: **06/10/2023 às 09h (Horário de Brasília).** Local: www.licitanet.com.br. Obtenção do edital pelos sites: www.mirassoldoeste.mt.gov.br e

www.licitanet.com.br. Informações: Telefones (65) 3241-1012/5152 / (65) 99953-0883. Pregoeiro: Denilton Mendes da Silva **- Portaria N.º 513/2023. Mirassol d'Oeste, 21/09/2023.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

PORTARIA Nº. 421/2023

PORTARIA Nº. 421/2023

"Dispõesobre a Nomeação do Sr. ***Ademir Prazeres Rodrigues,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. ***Ademir Prazeres Rodrigues,*** portador do RG nº 1627404-0 SESP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 009.020.031-43, para o cargo de Assessor Técnico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo a partir do dia 13/09/2023, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de setembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

LICITAÇÃO
AVISO DE P.E Nº 36/2023

Aviso de Pregão Eletrônico Nº 36/2023

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Hemily Natalye Alves Pereira, nomeada pela portaria 26/2023, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N° 36/2023**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA ATENDER AOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE NOBRES, POR UM PERÍODO DE 12(DOZE) MESES.** Inicio de Recebimento das Propostas: 21/09/2023 a partir das 14h. Fim de Recebimento das Propostas: 03/10/2023 até às 08h40min. **Início da Disputa**: às 9h do dia 03/10/2023. **Local: : https://bnc.org.br/**. Para todas as referências de tempo será observado o horário Brasília/DF. Informações Complementares: Os esclarecimentos referentes à especificação poderão ser obtidos no horário das 07h às 11h e das 13h às 17h, pelo telefone: 65 – 9 9251 – 9403 ou via email: licitacao@nobres.mt.gov.br. O edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no portal: **: https://bnc.org.br/**, ou através do site https://www.nobres.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/Pregao-eletronico/.

Nobres, 20 de setembro de 2023.

Hemily Natalye Alves Pereira

Pregoeira

LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2023

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Hemily Natalye Alves Pereira, nomeada pela portaria 26/2023, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N° 37/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE NOBRES/MT, POR UM PERÍODO DE 12(DOZE) MESES.** Inicio de Recebimento das Propostas: 21/09/2023 a partir das 14h. Fim de Recebimento das Propostas: 04/10/2023 até às 08h40min. **Início da Disputa**: às 9h do dia 04/10/2023. **Local: : https://bnc.org.br/**. Para todas as referências de tempo será observado o horário Brasília/DF. Informações Complementares: Os esclarecimentos referentes à especificação poderão ser obtidos no horário das 07h às 11h e das 13h às 17h, pelo telefone: 65 – 9 9251 – 9403 ou via email: licitacao@nobres.mt.gov.br. O edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no portal: **: https://bnc.org.br/**, ou através do site https://www.nobres.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/Pregao-eletronico/.

Nobres, 20 de setembro de 2023.

Hemily Natalye Alves Pereira

Pregoeira

PORTARIA Nº. 415/2023

PORTARIA Nº. 415/2023

*"Dispõesobre a Exoneração à pedido da Sra****. Michelly Alves de Souza Paixão,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar a pedido a Sra. ***Michelly Alves de Souza Paixão,*** portadora do RG nº115892-6 SSP/RO devidamente cadastrada no CPF nº. 025.351.532-70, do cargo Efetivo de Professor 30 hrs.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/09/2023, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 02 de setembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 422/2023

PORTARIA Nº. 422/2023

"Dispõesobre a Nomeação do Sr. ***Fabricio Silva Almeida,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. ***Fabricio Silva Almeida,*** portador do RG nº 1369144-9 SSP/MS, devidamente cadastrado no CPF nº. 007.286.341-20, para o cargo de Assessor Técnico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo a partir do dia 18/09/2023, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de setembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 423/2023

PORTARIA Nº. 423/2023

"Dispõe sobre a designação da Sra. ***Maria Eduarda Moreira Bosco****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Designar a Servidora ***Maria Eduarda Moreira Bosco***, inscrita no RG n.º 31607217 SSP/MT e devidamente cadastrada no CPF n.º 068.951. 871-46, para o cargo de Fiscal de Contratos da Secretaria Municipal de Governo e Gabinete do Prefeito.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/09/2023 revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de setembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2023. DISPÕE: TERMO DE COOPERAÇÃO, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT E A CÂMARA DE VEREADORES DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - M

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2023.

DISPÕE: TERMO DE COOPERAÇÃO, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT E A CÂMARA DE VEREADORES DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT.

Considerando a necessidade dos órgãos e entidades públicas realizar aquisições e contratações, e estas serem através de processos licitatórios, conforme determina o art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal;

Considerando que a Lei 8.666/93, regulamenta as aquisições da administração pública;

Considerando que a Lei Federal nº 10.520/2002, instituiu no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e municípios, modalidade de licitação denominado Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

Considerando o interesse da Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, que necessita de estrutura para realização de procedimentos licitatórios;

Considerando que a Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT não dispõe de servidores com capacitação técnica e curso de formação em Pregoeiro para a realização pontual de algumas licitações;

Considerando que a cooperação mútua entre órgãos do município contribui para eficiência da atuação estatal, bem albergada pelos princípios que regem a administração Pública inseridos na Constituição Federal. Ressalta-se ainda que os Órgãos Administrativos Cooperados devem levar em consideração a economicidade de governança e a harmonia entre os poderes que devem sempre prezar pelos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência para a realização de uma boa gestão administrativa.

A PREFEITURA MUNICÍPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na *Av. Coronel Botelho n 458, Bairro Centro* – Nossa Senhora do Livramento - MT, CNPJ n° 03.507.514/0001-26, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ***Silmar de Souza Gonçalves*** e a CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT, com sede na Praça da Bandeira, 253, Nossa Senhora do Livramento, inscrita no CNPJ nº 03.507.514/0001-26, neste ato representada pela Presidente da Câmara **Sra. Leila Lúcia Martins de Mello**, ajustam entre si o presente Termo de Cooperação, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: constitui objetivo deste Termo de Cooperação, o apoio à Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT na realização de licitações, em qualquer uma de suas modalidades previstas nas leis 8.666/93, 10.520/2021 e demais legislações correlatas, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações do Município de Nossa Senhora do Livramento/MT, pregoeiro e equipe de apoio a ser designado através de portaria para condução das licitações a serem realizadas pela Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sempre que houver a necessidade, mediante de solicitação do Presidente do Legislativo.

§ 1º -Fica a cargo da Comissão Permanente de Licitações e Pregoeira do Município de Nossa Senhora do Livramento todos os atos de condução do certame que lhes são atribuídos pelas leis 8.666/93, 10.520/2021 e demais legislações correlatas, entre os quais:

I – Auxiliar nos atos administrativos de abertura do processo licitatório;

II – o credenciamento dos interessados, quando a modalidade de licitação exigir;

III – o recebimento dos envelopes das propostas e de documentação de habilitação, quando a modalidade de licitação exigir;

IV - Decidir sobre a habilitação preliminar dos interessados em participar da licitação, quando a modalidade de licitação exigir;

V – A abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação, quando a modalidade de licitação exigir;

VI – A condução dos procedimentos relativos aos lances e propostas e à escolha da proposta de menor preço, melhor técnica, melhor técnica e preço ou do lance de menor preço, quando a modalidade de licitação exigir;

VII – a elaboração de atas;

VIII – a condução dos trabalhos da comissão ou da equipe de apoio;

IX – o recebimento, o exame e a decisão sobre impugnações, podendo solicitar suporte jurídico a Câmara Municipal;

X – o recebimento e o encaminhamento de recursos a Câmara Municipal, para ciência e decisão;

XI – o encaminhamento do processo devidamente instruído, ao Presidente da Câmara de Vereadores, visando à homologação e a contratação.

§ 2º Observadas as regras do inc. XVI do art. 6º e art. 51, ambos da Lei nº 8.666/1993, ficará a cargo da comissão de licitação a responsabilidade por receber, examinar e julgar os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastro dos licitantes, inclusive os documentos de habilitação e propostas das empresas licitantes.

§ 3º Todas as competências atribuídas à "autoridade superior" ou não atribuídas expressamente ao pregoeiro pela Lei nº 10.520/2021 permanecerão sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento, entre elas:

I. A determinação de abertura de licitação;

II. A decisão dos recursos contra atos de pregoeiro;

III. A adjudicação e homologação do resultado da licitação e promover a celebração do contrato/ata de registro de preços.

§ 4º Fica assegurada em todas as fases dos procedimentos licitatórios, em qualquer uma de suas modalidades previstas nas Leis 8.666/93 e 10.520/02 e alterações posteriores à autonomia da comissão permanente de licitação do Município de Nossa Senhora do Livramento, do pregoeiro e equipe de apoio, exceto assessoria jurídica, em relação à tomada de decisões e à responsabilidade solidária pelos atos praticados pela comissão.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO: para a execução deste termo de cooperação a Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento arcará com os custos relativos à realização de cada um dos procedimentos licitatórios que se fizerem necessários, inclusive disponibilizando funcionários para auxiliar na realização dos processos licitatórios no dia do certame, as quais serão realizadas nas dependências da Câmara Municipal, em caso de opção pelo Pregão Presencial.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

§ 1º O Município de Nossa Senhora do Livramento –MT, se obriga a;

a - Disponibilizar comissão de licitação, pregoeiro e sua equipe de apoio, necessários para a realização dos procedimentos licitatórios, lançados pela Câmara Municipal;

b - encaminhar a Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento, por intermédio do presidente da comissão de licitação e pregoeiro, todos os pedidos de esclarecimentos, impugnações do edital para a apreciação e decisão pelo setor responsável.

§ 2º A Câmara Municipal de NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT, se obriga a:

a - Informar a prefeitura municipal sobre a intenção de realizar procedimento licitatório nos termos do presente instrumento.

b - responsabilizar- se pelos gastos com a execução do procedimento licitatório no que se refere ao uso de material de expediente inserido à cláusula segunda deste Termo de Cooperação, assim que se findar o procedimento licitatório, caso necessário;

c - arcar com quaisquer ônus pecuniários decorrentes da execução deste termo de cooperação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Termo de Cooperação inicia-se na data de sua assinatura e finda-se no dia 31.12.2023.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO: A publicação do extrato deste instrumento é requisito indispensável para sua eficácia e será publicada no Diário Oficial do Município de Nossa Senhora do Livramento - MT.

CLÁUSULA SEXTA - DA RENÚNCIA: O presente Termo de Cooperação poderá ser renunciado, automaticamente, pela superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexequível e por vontade de ambas as partes, bastando para tanto a notificação prévia de quinze dias.

Parágrafo único - Caso haja renúncia dentro do curso de algum procedimento licitatório, a renúncia surtirá efeitos tão logo seja finalizado, única e exclusivamente, os processos licitatórios em curso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO: As partes elegem o foro da Comarca de Várzea Grande- MT, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Cooperação, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiados que seja.

Para validade do que pelas partes foi pactuado, forma-se este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que surta efeitos jurídicos e legais.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 11 setembro de 2023.

_____ _____

Prefeito Municipal Presidente da Câmara

PORTARIA N° 294/2023

PORTARIA N° 294/2023

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia **Mauricio Mackswel da Silva,** para o Cargo em Comissão de Contador Chefe – DAS- 5, a partir de 21/09/2023, em substituição a **Kedima Karolina de Oliveira Rocha,** que está de licença maternidade.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 20 de Setembro de 2023.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 1500/2023

"SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REPASSAR RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO PARA CUMPRIMENTO DA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR DE QUE TRATA A EMENDA CONSTITUCIONAL 127/2022ª, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CESAR AUGUSTO PÉRIGO, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para os servidores municipais enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras, valores recebidos da União, através do Fundo Municipal de Saúde, destinados ao cumprimento da assistência financeira complementar da União de que trata a Emenda Constitucional 127 de 22 de dezembro de 2022, decisão do STF no Segundo Referendo na Medida Cautelar na ADI 7222 e a portaria GM/MS 1.135 de 16 de agosto de 2023 ou outra que vier a substituí-la.

Art. 2º O Município transferirá valores a cada servidor, de acordo com o recebido do Ministério da Saúde e no limite destes e informado no Invest-SUS (https://investsus.saude.gov.br/).

Art. 3º Fica ainda autorizado o Poder Executivo a transferir para os prestadores de serviços contratualizados incluindo filantrópicos, e entidades privadas que atendam, no mínimo, 60% de seus pacientes pelo SUS, os montantes destinados pela União para a complementação dos salários dos seus respectivos empregados.

Parágrafo único. Os instrumentos firmados entre o Município e o prestador de serviço contratualizado deverão ser aditivados acrescentando a formalização desse benefício e estabelecendo a obrigação da prestação de contas, na forma e prazos decididos pelo ente público Município, sob pena de suspensão do repasse.

Art. 4° A autorização instituída pela presente Lei destina-se a abertura de crédito suplementar orçamentário até o valor necessário ao cumprimento das obrigações e abrange o exercício financeiro de 2023.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, 21 de setembro de 2023

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

DEPTO TRIBUTAÇÃO E CADASTRO
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00008, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA BANDEIRANTES - MT

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
AGROPECUARIA CASTAGNA LTDA	11.270.610/0001-21	0117/00127/2023
AGROPECUARIA CASTAGNA LTDA	11.270.610/0001-21	0117/00128/2023
ANTONIO LUIS DOS SANTOS	065.167.771-87	0117/00146/2023
ANTONIO LUIS DOS SANTOS	065.167.771-87	0117/00147/2023
APARECIDO DONIZETI GIROTO	015.141.468-86	0117/00148/2023
APARECIDO DONIZETI GIROTO	015.141.468-86	0117/00149/2023
CARLOS AUGUSTO DE FREITAS	173.008.601-25	0117/00152/2023
CARLOS AUGUSTO DE FREITAS	173.008.601-25	0117/00153/2023
FERNANDO BRUNO CRESTANI	813.745.851-49	0117/00219/2023
JOSE PEREIRA DA SILVA	011.831.769-53	0117/00161/2023
JOSE PEREIRA DA SILVA	011.831.769-53	0117/00162/2023
JOSY KAREN SCARDELATO SILVEIRA	037.648.519-10	0117/00163/2023
MADEIRAS E LAMINADOS JURUENA LTDA	01.909.324/0001-00	0117/00172/2023
MADEIRAS E LAMINADOS JURUENA LTDA	01.909.324/0001-00	0117/00173/2023

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: Flávia Barbosa de Araújo Silva Matrícula: 00004736 Cargo: Chefe Departamento de Tributação e Cadastro / 3292022

Data de afixação: Data de desafixação:

20/09/2023

05/10/2023

DEPTO TRIBUTAÇÃO E CADASTRO
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00009, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA BANDEIRANTES - MT

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
MATHEUS NUNES ASSIS ROSA	052.536.051-42	0117/00187/2023
MATHEUS NUNES ASSIS ROSA	052.536.051-42	0117/00188/2023
ONERIO CASTANHA	221.926.388-68	0117/00195/2023
ONERIO CASTANHA	221.926.388-68	0117/00197/2023
ONERIO CASTANHA	221.926.388-68	0117/00199/2023
ONERIO CASTANHA	221.926.388-68	0117/00196/2023
ONERIO CASTANHA	221.926.388-68	0117/00198/2023
ONERIO CASTANHA	221.926.388-68	0117/00200/2023
RICARDO MARQUES CAMPOS	059.451.831-80	0117/00203/2023
RICARDO MARQUES CAMPOS	059.451.831-80	0117/00204/2023

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: Flávia Barbosa de Araújo Silva Matrícula: 00004736 Cargo: Chefe Departamento de Tributação e Cadastro / 3292022

Data de afixação: Data de desafixação:

20/09/2023

05/10/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

CERTIDÃO.

CERTIDÃO

CERTIFICAMOS, para os fins de reconhecimento de contagem de tempo de serviço para benefício previdenciário, nos autos da ação, Processo nº 1002535-29.2020.8.11.0024, do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Chapada dos Guimarães-MT, que de conformidade com as informações registradas nos arquivos desta Prefeitura Municipal, constatei que a senhora WALKIRIA FERREIRA DE CARVALHO, brasileira, casada, funcionária pública, portadora da cédula de identidade RG nº 950.288 SSP/MT, e do CPF nº 560863506-04, residente e domiciliada na cidade de Planalto da Serra/MT, na rua Maringá, Quadra 9, Lote 20, celular nº (66) 98442-4252, foi contratada pelo município de Nova Brasilândia/MT, no cargo de professora, na localidade Vale do Pacú, à época situada no distrito de Planalto da Serra que pertencia ao município de Nova Brasilândia/MT, que no período compreendido de **1º.1.1989 a 31.12.1991,** as contribuições previdenciárias da referida funcionária foram feitas ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, sendo repassadas e quitadas junto ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, por meio de negociação e acordo de parcelamento, com amparo na Lei Municipal nº 07/1992, de 30 de junho de 1992, que autorizou procedimento de retenção das parcelas mensais de recursos financeiros destinadas ao pagamento de todas as contribuições previdenciárias dos funcionários públicos contratados pelo Município, em conta vinculada do Fundo de Participação dos Municípios-FPM.

Sendo o que tínhamos a CERTIFICAR, Eu Vera Lúcia Alves Pinto, Diretora do Departamento Municipal de Recursos Humanos, digitalizei a presente certidão, da qual dou fé.

Nova Brasilândia – MT, 19 de setembro de 2023.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

VERA LÚCIA ALVES PINTO

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

LEI Nº 918/2023.

LEI Nº 918/2023.

"Autoriza o município de Nova Brasilândia-MT a pagar a complementação salarial da União, referente a Assistência Financeira Suplementar nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira, e dá outras providências."

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Nova Brasilândia - MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município. ***Faz saber*** que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o município de Nova Brasilândia -MT autorizado a efetuar o pagamento da complementação salarial estabelecida pelo Governo Federal, referente a assistência financeira complementar salarial nacional dos profissionais da Enfermagem, de acordo com as categorias definidas na Lei nº 14. 434, de 4 de agosto de 2022.

§ 1º. Nos termos da Emenda Constitucional nº 127, de 22 de dezembro de 2022, complete a União o repasse dos valores a título de Assistência Financeira Complementar ao Município, não sendo repassada essa responsabilidade de forma automática ao ente municipal, estando este desobrigado do seu cumprimento em caso de não custeio pela União.

§ 2º. O valor a ser repassado para cada profissional, conforme detalhamento individual, ficará condicionado ao valor liberado pela União, conforme planilha apurada através do sistema investSUS.

§ 3º. O pagamento do valor da complementação salarial a que alude o *caput* será efetivado na exata proporção dos valores disponibilizados pela União ao Município, ficando condicionada a disponibilização do numerário à efetiva entrega do recurso pelo Governo Federal, seguindo-se o disposto na ADI nº 7222.

Art. 2º. São beneficiários desta complementação salarial os profissionais de Enfermagem que estejam em exercício no âmbito do município de Nova Brasilândia-MT, categorizados como Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira, devidamente registrados nos órgãos competentes.

Art. 3º. A Assistência Financeira Complementar, não se aplica sobre demais benefícios e vantagens de natureza pessoal dos servidores, dispostos na Lei Complementar Municipal nº 324/2007, e vantagens pecuniárias variáveis de demais legislações pertinentes.

Art. 4º. Os recursos financeiros necessários para efetuar o pagamento da complementação salarial prevista nesta Lei serão provenientes do orçamento municipal, mediante transferência da União, nos termos da lei nº 14.581, de 11 de maio de 2023, devendo ser incluídos na rubrica orçamentária destinada à Saúde, denominada "Assistência Financeira Complementar".

Art. 5º. Compete à Secretaria Municipal de Saúde a administração e a operacionalização dos pagamentos da complementação salarial de que trata esta Lei, observando os critérios estabelecidos pelo Governo Federal e as normativas vigentes.

Art. 6º. Em caso de repasses financeiros da União, relativos à cobertura de encargos trabalhistas e ou encargos patronais, transferidos em função da Assistência Financeira Complementar, estes serão utilizados pelo Poder Executivo para o custeio das despesas correspondentes.

Art. 7º. Por força dos §§ 14 e 15 do artigo 198, da Constituição Federal, acrescidos por meio da Emenda Constitucional nº 127, de 22 de dezembro de 2022, fica dispensado o Demonstrativo de Impacto Orçamentário-financeiro de que trata o artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, de 4 de maio de 2000, tendo em vista que as despesas decorrentes da presente Lei Complementar serão suportadas com recursos financeiros repassados pela União.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a maio de 2023, conforme decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7222 e Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Brasilândia/MT, em 20 de setembro de 2023.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 104/2022

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 104/2022

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: JOSE ALVES DOS SANTOS ACABAMENTOS - ME.**

CNPJ: 13.236.496/0001- 49**.**

OBJETO:O Valor total do aditivo do contrato original será de **R$ R$ 2. 763,00 (Dois mil, setecentos e sessenta e três reais),** equivalente à 7,94% do valor contratual.

ASSINATURA: **14 de setembro de 2023.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 064/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 064/2023.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **SO ONIBUS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA ONIBUS E CAMINHÃO LTDA.**

CNPJ: 15.593.959/0001-55**.**

OBJETO:**ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2022 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N°070/2022 DO MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ/MT** E **PROCESSO Nº090/2022 PREGÃO PRESENCIAL N° 020/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA/MT, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS, ELÉTRICAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DE 1ª LINHA PARA VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT, PARA USO NA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE DO ANEXO I.**

VALOR TOTAL R$ R$ 937.529,21 (Nocentos e Trinta e Sete Mil, Quinhentos e Vinte e Nove Reais e Vinte e Um Centavos).

ASSINATURA: **06 de setembro de 2023.**

VIGÊNCIA: **07 de setembro de 2023 a 07 de setembro de 2024.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA - RGF 2º QUADRIMESTRE

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL – 2º QUADRIMESTRE 2023

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita do Município de Nova Brasilândia, no uso de suas atribuições legais, convida os munícipes a participarem a da Audiência Pública de Apresentação e Avaliação dos Resultados do 2º Quadrimestre 2023 (em cumprimento ao disposto no Art. 9º, § 4º da Lei 101/2000), a ser realizada no dia 26 de Setembro de 2023. Terça-feira às 15:30horas, via rede social do FACEBOOK conforme link https://www.facebook.com/nbprefeitura.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 028/2021

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 028/2021.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: BOX SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO LTDA.**

CNPJ: 27.298.497/0001-22**.**

OBJETO: **Prorrogação do prazo** de duração do Contrato Original por mais 06 (seis) meses**,** vigorando a partir 26 de agosto de 2023 a 26 de fevereiro de 2024.

ASSINATURA: 25 de agosto de 2023.

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

AVISO DE REQUERIMENTO JUNTO A SEMA/MT

AVISO DE REQUERIMENTO JUNTO A SEMA/MT

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia, CNPJ nº 15.023.963/0001-88, torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a Licença por Adesão e Compromisso (LAC) para Recuperação de Rodovias e estradas vicinais não pavimentadas nas localidades: Rodovia MT-244: Início 14°52'58.96"S / 55° 8'49.30"O, Fim 14°56'36.71"S / 54°59'27.86"O, extensão de 20,30km. Posto de Assentamento Lote 11: Início 14°56'17.49"S / 54°58'29.93"O, Fim 14°59'14. 73"S / 54°52'28.14"O, extensão de 16,70 km. Posto de Assentamento Santa Rosa: Início 14°55'16.27"S / 54°58'14.99"O, Fim 14°47'19.47"S / 54°58'37.25"O, extensão de 29,20km. Rodovia MT-020: Início 14°45'2. 92"S / 54°58'17.02"O, Fim 14°40'6.07"S / 55°13'45.00"O, extensão de 35,00 km. Estrada da Serra: Início 14°40'3.27"S / 55° 5'29.29"O, Fim 14°40'5.82"S / 55°13'45.95"O, extensão de 43,50 km. Estrada Municipal NB-129: Início 14°40'3.61"S / 55° 5'29.08"O, Fim 14°39'46.68"S / 54°56'7. 71"O, extensão de 18,30 km. Estrada Municipal NB-126: Início 14°54'35. 91"S / 54°56'19.11"O, Fim 14°47'51.00"S / 54°49'21.00"O, extensão de 22,90 km.

PREVBRAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 003/2021

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 003/2021.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: AGENDA ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA.**

CNPJ: **00.059.307/0001-68.**

OBJETO:O objeto do presente TERMO ADITIVO é a prorrogação de Contrato de prestação de Serviços nº 003/2021, celebrado entre as partes em 10/09/2021, bem como o reajuste do valor pactuado por meio da aplicação do índice de correção **IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo** acumulados nos últimos 12 (doze meses).O valor global do Contrato será de **R$ 65.891,06 (Sessenta e Cinco Mil, Oitocentos e Noventa e Um Mil e Seis Centavos).** Os valores serão pagos à **CONTRA-**

TADA, em 12 (doze) parcelas, cada uma no valor de **R$ 5.490,92 (Cinco Mil, Quatrocentos e Noventa Reais e Noventa e Dois Centavos).**

ASSINATURA: 08 de setembro de 2023.

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PORTARIA N° 013/2023, FÉRIAS JOCIMAR

PORTARIA N° 013/2023, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

O Senhor **EDINALVO NOVAIS DE OLIVEIRA,** Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Nova Brasilândia – MT, no uso das atribuições Regimentais.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER, ao Servidor Efetivo o Srº **JOCIMAR PACÍFICO DE MIRANDA,** Agente de Limpeza Pública,lotado na Secretaria de Infra Estrutura cedido ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Nova Brasilândia-MT, conceder 20 (vinte) dias de férias regulamentares e 10 (dez) dias indenizados referente ao período aquisitivo de **01/08/2016** a **31/07/2017,** apartir do dia 01/10/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Nova Brasilândia em 20 de setembro de 2023.

Atenciosamente,

EDINALVO NOVAIS DE OLIVEIRA

DIRETOR DO SAAE-NB

PORTARIA Nº 198/2023

PREVBRAS
PORTARIA FISCAL DE OBRAS

PORTARIA N° 322/2023, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

"Nomeia Fiscal de Obras".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere a Lei,

RESOLVE

Art.1° Nomear o **Servidor Efetivo Sr. SAULO NAKAMURA – Engenheiro Civil,** para **Fiscal de Obras**, responsável pela condução dos procedimentos no âmbito desta Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia, **CONTRATO Nº 056/2023** de acordo a Licitação na modalidade, **TOMADA DE PREÇO Nº 003/2023** dar início aos serviços cujo o **OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO REMANESCENTE DA OBRA DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº TC/PAC – 0324/07-FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE FUNASA,** Projeto Básico Memorial Descritivo, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e custos Unitários **MENOR PREÇO,** pelo regime de empreitada Global.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31/08/2023.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 20 de setembro de 2023.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

WIGNY CESAR DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 237/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRATIVO
PORTARIA N°. 395/2023/GP/PMNG.

Dispõe sobre a nomeação da Pregoeira Interina da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT e dá outras providências.

Considerando, a ausência da Servidora Pública e Pregoeira Oficial de Licitação **Graciela Schuster** em virtude das férias concedidas conforme Portaria Nº 388/2023.

Considerando, ainda a necessidade de dar continuidade aos processos licitatórios,

O Excelentíssimo Senhor Sr. **José Lair Zamoner**, Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear como Pregoeira interina a servidora pública efetiva Sr.ª **Yana Maria Marcon**, devendo a mesma no desenvolvimento dos trabalhos observar as regras próprias estabelecidas pela Lei Federal n.º 10.520/2002 e Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 a alterações posteriores.

Art. 2°. Os demais membros serão compostos da seguinte forma:

Natália Karolina Coelho Silva ---------- - Secretaria

Isanei Passos Soares ---------- -- Membro

Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Guarita – MT; 20 de Setembro de 2023.

José Lair Zamoner

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 28/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT, através da sua Pregoeira interina, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial n.º 28/2023, cujo objeto é: **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Coleta e Realização de Exames Especializados de Laboratório Atendendo as Necessidades da População do Município, Usuária do Sistema Único de Saúde (SUS)**, tudo em conformidade com as características técnicas e quantitativos descritos em Edital.

Conforme Edital nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, neste Município de Nova Guarita - MT, com data prevista para abertura no dia **06/10/2023,** às 08:30 horas. Cópias do edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada na Av. dos Migrantes, Travessa 01, N° 30, em Nova Guarita – MT, no horário das 07:00h às 12:00h ou através do site www.novaguarita.mt.gov.br.

Nova Guarita – MT, em 20 de Setembro de 2023.

Yana Maria Marcon

Pregoeira Interina

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 396/2023/GP/PMNG

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. JOSÉ LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado desta Prefeitura, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023.

RESOLVE

ART. 1º - Convocar os candidato abaixo, para comparecer ao prédio sede da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação desta Portaria, conforme disposição contida no Edital Complementar nº 004 referente ao Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023.

§ PRIMEIRO – O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

§ SEGUNDO – O candidato convocado deverá apresentar-se no prazo estipulado nesta portaria para a apresentação de documentos de Habilitação conforme item 3.3 do Edital de Processo Seletivo Simplificado 001/2023 e demais documentos conforme relação em anexo.

NOME	INSC. Nº	CARGO
Heliane Silva Oliveira	32	Auxiliar de Sala (alunos com necessidades especiais)

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação nos locais de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se. Publique-se. Cientifique-se. CUMPRA-SE.

JOSÉ LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

Anexo a Portaria 396/2023/GP/PMNG

Cópia e Original para Autenticação

1) Original e Cópia da Carteira de Identidade;

2) Original e Cópia Título de Eleitor

3) Certidão de regularidade expedida pelo TRE no site http://www.tre-mt.jus.br;

4) Original e Cópia do CPF;

5) Comprovante de situação Cadastral do CPF emitida no site da receita federal (http://receita.economia.gov.br).

6) Original e Cópia do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

7) Comprovante de endereço atualizado;

8) Original e Cópia da Certidão de nascimento ou Comprovante do estado civil (casado), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

9) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP ou documento que comprove o número;

10) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (se tiver);

11) Original e Cópia do Diploma ou dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para a função/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe se for o caso;

12) Carteira de habilitação (no caso de exigência da função)

13) **Exame toxicológico válido para os cargos que exigem CNH categoria C, D e E**;

14) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

15) Declaração de não acumulação remunerada ou não, de cargos, funções e empregos públicos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade de cargo, empregos ou funções e horários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal;

16) Declaração de não ter sofrido, no exercício da função público, penalidades impeditivas de assumir função pública;

17) Certidão ou atestado atualizado, que comprovem estar apto ao exercício da função (expedido pelo órgão de classe respectivo – curso superior).

18) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze)anos, ou menores de 24 (vinte e quatro)anos, no caso de estudante de nível superior, para fins de cadastro de dependentes;

19) Cópia do CPF dos filhos declarados como dependentes;

20) Comprovante de conta salário no Banco Sicredi

21) Certidão da Justiça (civil e criminal de 1º e 2º grau), acessar o site: www.tjmt.jus.br e emitir a certidão no campo certidões.

22) 01 foto 3X4 colorida e recente

O candidato convocado deverá submeter-se a exame médico Pré-admissional ou a exame médico específico (portadores de deficiência) a ser realizado pelo órgão de saúde indicado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA/MT**, que terá decisão terminativa.

Informar no momento da Assinatura do contrato o número de telefone e email.

ADMINISTRATIVO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 29/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT, através da sua Pregoeira Interina, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.º 29/2023, cujo objeto é a: **Contratação de Serviço de Implantação e Operação de Gerenciamento da Frota de Veículos, por meio de Sistema Informatizado, para prestação de serviços técnicos automotivos especializados para manutenção preventiva e corretiva através de serviços mecânicos em geral, elétricos, lanternagem, funilaria, alinhamento e balanceamento, cambagem, injeção eletrônica, torno e solda em geral contemplando toda a frota de veículos, equipamentos, implementos e máquinas pesadas pertencentes a frota da Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT,** tudo em conformidade com as características técnicas e quantitativos descritos em Edital.

Conforme Edital e nos termos da Lei Federal n. º 8.666/93 e alterações posteriores, neste município de Nova Guarita - MT, com data prevista para **Abertura da Sessão no dia 03/10/2023 às 08:30h** (**horário de Mato Grosso**) no site **www.licitanet.com.br.** Cópias do edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada na Av. dos Migrantes, Travessa 01, N° 30, em Nova Guarita – MT, no horário das 07:00 hs as 12:00 ou através do e-mail **licitacao@novaguarita.mt.gov.br.** O edital encontra-se a disposição dos interessados nos sites **www.novaguarita.mt.gov.br**e **www.licitanet.com.br.**

Nova Guarita – MT, em 20 de setembro de 2023.

Yana Maria Marcon

Pregoeira Interina

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

PROCURADORIA JURÍDICA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 071/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

CONTRATADA: A empresa **B&M COMERCIAL DE COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES LTDA-ME**

Aditar o Contrato 071/2023, decorrente da Ata de Registro de Preço 049/2022, Pregão Presencial 053/2022, devido reajuste de preços ao reequilíbrio econômico e aumento que recaíram sobre os itens relacionados abaixo, aceitos pelo Município, visando à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro previsto na alinea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/199393. A partir desta data, o preço desses produtos passa a ser conforme a tabela abaixo:

Item	Preço anterior	Reajuste %	Valor do Reajuste	Valor Atual
Combustível gasolina, classificação comum, utilização automovível, de acordo com a legislação vigente da ANP. (Cuiabá).	R$ 5,32	10,7142%	**R$ 0,57**	**R$ 5,89**

Nova Lacerda – MT, 20 de setembro de 2023

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
ERRATA AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 055/2023

ERRATA AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 055/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA, através da Comissão de Licitação, torna publico para conhecimento dos interessados ou a quem venha tomar conhecimento da publicação do aviso de licitação PREGÃO PRESENCIAL numero 055/2023, publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, pagina 280, datado de 20/09/2023:

Onde se lê: **ABERTURA:** 04 de outubro de 2023 ás 07:30 horas;

Leia se: **ABERTURA:** 03 de outubro de 2023 ás 07:30 horas;

Nova Lacerda- MT 20 de setembro de 2023.

Jacson Douglas Nunes Cordeiro

Pregoeiro

PROCURADORIA JURÍDICA
DECRETO Nº 070 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

REGULAMENTA A RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE NO PAGAMENTO PELO FORNECIMENTO DE BENS OU SERVIÇOS CONTRATADOS POR ORGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA-MT

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do art. 158 da Constituição da República, segundo o qual pertencem aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, no Tema 1.130, Recurso extraordinário com Repercussão Geral nº 1.293.453 e na Ação Cível Originária nº 2897; em que se discute, à luz dos artigos 153, III, e 158, I, da Constituição Federal o direito do ente municipal ao produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte, incidente sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo município, por suas autarquias e fundações, incluindo-se o pagamento de rendimentos a pessoas físicas e jurídicas, em razão do fornecimento de bens ou serviços.

CONSIDERANDO que as regras aplicadas pela União, na retenção do IRRF nos pagamentos efetuados a pessoas jurídicas, estão regulamentadas na Instrução Normativa 1.234, de 12 de dezembro de 2012, e suas alterações, da Receita Federal do Brasil;

CONSIDERANDO o disposto na legislação tributária federal atinente a retenção de tributos, em especial o disposto no art. 64 da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e respectivos regulamentos, o dispositivo da IN RFB 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e alterações;

CONSIDERANDO que o Imposto de Renda Retido na Fonte é de competência mensal, o que exige a imediata adequação dos procedimentos para fins de aplicação do novo regramento aos contratos em curso com vistas a assegurar o cumprimento do disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF),

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos para que a retenção e o recolhimento de tributos sejam realizados em conformidade ao que determina a legislação, sem deixar de cumprir com as obrigações acessórias de prestação de informações à Receita Federal do Brasil.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonteos órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações ao efetuarem pagamento a pessoa física ou jurídica, referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado, deverão observar o disposto no art. 64 da Lei Federal n° 9.430/1996, no art. 15 da Lei n° 9.249/1995 e na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, proceder à retenção do imposto de renda (IR) em observância ao disposto neste Decreto.

Art. 2º Ficam obrigados a **partir de 20/09/2023,** a efetuar as retenções na fonte do IR sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas físicas e jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, com prazo máximo para recolhimento **o último dia útil da competência corrente** do lançamento, cabendo aos seguintes órgãos e entidades da administração pública municipal:

§ 1º Os poderes da administração pública direta ou indireta, autárquica e fundacional estão obrigados a reter e recolher ao Tesouro Municipal por meio de DAM Municipal, o imposto de renda incidente sobre os rendimentos pagos a terceiros, a qualquer título, quando esteja sujeito à retenção pela fonte pagadora.

§ 2º Os ordenadores de despesa da administração pública direta, autárquica e fundacional estão obrigados a reter e recolher ao Tesouro Municipal o imposto de renda incidente sobre os rendimentos pagos a terceiros, a qualquer título, quando esteja sujeito à retenção pela fonte pagadora

§ 3º Os procedimentos para a execução, de maneira uniforme, da retenção do imposto de renda e do respectivo recolhimento ao Tesouro Municipal

poderão ser estabelecidos em manual aprovado por ato do servidor competente.

§ 4º Em caso de descumprimento do dever de retenção e destinação ao Tesouro Municipal, a Procuradoria Municipal deverá ser imediatamente comunicada do fato, para adoção de medidas quanto à apuração de eventuais responsabilidades e cobrança**.**

§ 5º Os comprovantes de retenção e de recolhimento do imposto de renda deverão ser juntados aos respectivos processos de pagamento, que ficarão à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelos prazos previstos em legislação específica.

Art. 3º Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados às pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

Parágrafo único. Fica dispensado a retenção do PIS/COFINS/CSLL, nas prestações de serviço e fornecimento de bens para os órgãos municipais e suas autarquias e fundações.

Art. 4º A isenção em relação a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional será observada na indicação constante em seus documentos fiscais no campo destinado às informações complementares ou em sua falta, no corpo do documento que deverá conter a expressão “DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL” nos termos do artigo 59, § 4º, inciso I, alínea a da Resolução CGSN nº 140/2018.

Art. 5º Os órgãos responsáveis pelo pagamento, deverão informar os fornecedores, por todos os meios possíveis, sobre a necessidade de indicação da retenção no documento fiscal, e os procedimentos licitatórios futuros, deverão incluir a indicação de retenção relativa ao IR a título de informação aos licitantes.

Parágrafo único. A falta de aviso ou de inclusão no edital de licitação não afasta a necessidade de retenção, que é prevista em lei, conforme interpretação do STF, sendo meras formas de informação aos fornecedores.

Art. 6º Todos os contratados vigentes e vindouros, tomam conhecimento do disposto neste Decreto a partir da publicação, nos termos da notificação contida no Anexo II, não podendo alegar desconhecimento, para que, quando do faturamento dos bens e serviços prestados, passem a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 a fim de viabilizar o cumprimento do artigo 2º deste Decreto.

Art. 7º Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da vigência do presente Decreto, emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, sob pena de não aceitação por parte dos órgãos e entidades mencionados no art. 2º.

Art. 8º Durante o processo de liquidação da despesa, poderão ser rejeitados os documentos fiscais em desacordo com as exigências deste decreto e da IN RFB nº 1.234/2012, devendo o fornecedor retificar o documento ou apresentar outro sem as impropriedades identificadas ficando suspenso o processo de liquidação até o saneamento.

Art. 9º Haverá a retenção de Imposto de Renda independente de ocorrer por parte do contratado o destaque de IRRF no documento fiscal, nos termos deste decreto, bem como da IN RFB nº 1.234/2012.

§ 1º Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão destacar na Nota Fiscal a alíquota do Imposto de Renda a ser retido na Fonte, correspondente ao que está previsto em contrato ou em notificação expedida pelo município. Conforme alíquota disposta no Anexo I deste Decreto.

§ 2º A ausência do mencionado destaque na nota fiscal, não impedirá que a autoridade fiscal do município efetue o lançamento do Imposto de Renda a ser retido na Fonte, com a alíquota correspondente ao objeto previsto em contrato ou em notificação expedida pelo município.

Art. 10º Esse Decreto, entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrarias, em especial aquelas contidas no Decreto nº 2.108, de 01 de dezembro de 2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, 19 de setembro de 2023.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ANEXO I

TABELA DE RETENÇÃO

0,24%	Gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), combustíveis derivados de petróleo ou de gás natural, querosene de aviação (QAV), e demais produtos derivados de petróleo
	Álcool etílico hidratado, inclusive para fins carburantes
	Biodiesel
1,20%	Alimentação
	Energia elétrica
	Serviços prestados com emprego de materiais
	Construção civil por empreitada com emprego de materiais
	Serviços hospitalares
	Serviços de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas
	Transporte de cargas
	Produtos farmacêuticos, perfumaria, de toucador e de higiene pessoal
	Mercadorias e bens em geral
	Estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações
	Produtos de que tratam as alíneas “c” e “k” do inciso I do art. 5º da IN nº 1.234/12 e alterações.
2,40%	Passagens aéreas, rodoviárias e demais serviços de transportes de passageiros, inclusive, tarifa de embarque
	Bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades abertas de previdência complementar;
	Seguro saúde
4,80%	Abastecimento de água
	Telefone
	Correios e telégrafos
	Vigilância
	Limpeza
	Locação de mão de obra
	Intermediação de negócios
	Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza
	Factoring
	Plano de saúde humano, veterinário ou odontológico com valores fixos por servidor, por empregado ou por animal
	Demais serviços

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE 100 HORAS E FORNECIMENTO DE PEÇAS DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA XE180BR, XUG01800HPPA00122, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

O Prefeito Municipal de NOVA MARILÂNDIA /MT, comunica a quem interessar que em virtude de ter concordado com as justificativas apresentadas pela Comissão Permanente de Licitação, no processo supracitado foi contratada a **EXTRA MÁQUINAS S/A,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 19.293.041/0002-22, com sede na Av. Miguel Sutil, nº 4001, sala 02, Bairro Areão, Cuiabá-MT CEP 78.010-500, neste ato representada pelo seu Sócio/Presidente, Sr. Persio Domingos Briante, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 66.344.864-5 SSP/MT, devidamente inscrito no CPF/MF nº 346.489.501-78, residente e domiciliado na Cidade de Marabá - PA, CEP 68.181-010, pelo valor total de **R$ 5.492,61 (cinco mil quatrocentos**

e noventa e dois reais e sessenta e um centavos),a serem pagos conforme o contrato, onde formulou-se expediente de dispensa de licitação, fundada no Art. 24 inciso XVII da Lei nº 8.666/93, **RATIFICA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO** apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 26 do mesmo diploma legal.

NOVA MARILÂNDIA – MT, 20 de setembro de 2023.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTOPREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE 250 HORAS E FORNECIMENTO DE PEÇAS DA PÁ CARREGADEIRA XCMG LW350KV, XUGO350KCNPB00182, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

O Prefeito Municipal de NOVA MARILÂNDIA /MT, comunica a quem interessar que em virtude de ter concordado com as justificativas apresentadas pela Comissão Permanente de Licitação, no processo supracitado foi contratada a **EXTRA MÁQUINAS S/A,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 19.293.041/0002-22, com sede na Av. Miguel Sutil, nº 4001, sala 02, Bairro Areão, Cuiabá-MT CEP 78.010-500, neste ato representada pelo seu Sócio/Presidente, Sr. Persio Domingos Briante, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 66.344.864-5 SSP/MT, devidamente inscrito no CPF/MF nº 346.489.501-78, residente e domiciliado na Cidade de Marabá - PA, CEP 68.181-010, pelo valor total de **R$ 6.339,58 (seis mil trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e oito centavos),** a serem pagos conforme o contrato, onde formulou-se expediente de dispensa de licitação, fundada no Art. 24 inciso XVII da Lei nº 8.666/93, **RATIFICA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO** apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 26 do mesmo diploma legal.

NOVA MARILÂNDIA – MT, 20 de setembro de 2023.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTOPREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2023 - PREGÃO PRESENCIAL 024-2023 REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: BRITAMIX INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCARIO E BRITA. CNPJ nº: 21.821.738/0001-90

VIGÊNCIA: 20/09/2023 A 19/09/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITA, PEDRISCO E PÓ DE PEDRA PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT. VENCEDORA DOS ITENS 01, 02, 03, e 04. VALOR TOTAL: R$ R$ 340. 948,00 (trezentos e quarenta mil e novecentos e quarenta e oito reais).

FISCAL DE ATA: JEAN KERIB FERREIRA CASTRO

SUPLENTE: DEIBSON CLEI DE CAMPOS

LICITAÇÃO
PORTARIA Nº. 143/AJ/2023

Súmula: *"Nomeia o Fiscal de Ata de registro de preços e da outras providências".*

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º – Fica nomeado o Servidor Jean Kerib Ferreira Castro para função fiscal da Ata de registro de preços n°. 055/2023.

Art. 2° - Fica nomeado como fiscal Suplente o Servidor Deibson Clei de Campos.

Art. 3° – **Fica determinado** ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: **a)** à especificação do objeto; e **b)** ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: **a)**as condições de pagamento foram obedecidas; **b)**o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; **c)** a nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; **d)**a nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e **e)**os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, **VII -** informar eventual descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: **a)**Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e **b)** Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Art. 3° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Nova Maringá – MT, 20 de setembro de 2023.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 044/2023

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, Estado de Mato Grosso através da Agente de Contratação e Equipe de apoio, designada pela portaria 105/2023, torna publico o resultado da Dispensa de Licitação N°044/2023, tendo como Objeto: **AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA INSTALAÇAO E MANUTENÇÃO EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO VISANDO ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT** a empresa **CR RIBEIRO COMERCIO LTDA** com **CNPJ nº. 51.850.316/0001-03**, apresentou a menor proposta no Valor total de **R$ 31.486,74** (trinta e um mil quatrocentos e oitenta e seis reais e setenta e quatro centavos) com os termos do artigo Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

O processo referente a licitação acima, encontra- se a disposição dos interessados na sala da licitação da Prefeitura, localizada na Av. Amos Bernardino Zanchet, Centro, neste Município de Nova Maringá, de segunda a sexta no horário de atendimento ao público.

Nova Maringá – MT, 20 de setembro de 2023.

EMILY R. BUCHS DA CRUZ - Agente de Contratação.

LEI Nº 1.218, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

Súmula:"Dispõe sobre alterações da Lei Municipal nº 423, de 11 de outubro de 2006, e dá outras providências".

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 54, IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 3º da Lei Municipal nº 423, de 11 de outubro de 2006, que passa a vigorar conforme se segue:

Art. 3º (...)

§ 1º A proibição de atendimento aos domingos e feriados pelas farmácias e drogarias não plantonistas fica excepcionada quando as designadas em escala não possuírem o produto procurado pelo consumidor;

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, demonstrada a insuficiência de fornecimento pelas farmácias ou drogarias plantonistas, o funcionamento de qualquer outra não implicará em infração a esta lei.

Art. 2°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Maringá – MT, 20 de setembro de 2023.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
PORTARIA Nº. 144/AJ/2023

Súmula: *"Nomeia o Fiscal de Contrato e da outras providências".*

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º – Fica nomeada a Servidora Mikaele Carolina S. Fernandes para função fiscal de Contrato n°. 140/2023.

Art. 2° - Fica nomeado como fiscal Suplente o Servidor Welder Souza Cunha.

Art. 3° – **Fica determinado** ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: **a)** à especificação do objeto; e **b)** ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: **a)**as condições de pagamento foram obedecidas; **b)**o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; **c)** a nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; **d)**a nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e **e)**os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, **VII -** informar eventual descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: **a)**Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e **b)** Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Art. 3° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Nova Maringá – MT, 20 de Setembro de 2023.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

DECRETO N° 028 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

Súmula: *"DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, EMPENHADOS NOS EXERCÍCIO DE 2022 PORÉM NÃO CONSUMADOS NA SUA TOTALIDADE, CONSIDERANDO A IMPOSSIBILIDADE DE SUA REALIZAÇÃO NA FORMA ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art.54, inciso IV da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam por força deste decreto, CANCELADOS os créditos empenhados nos exercícios 2022 inscritos em Restos a Pagar – não processados, no balanço geral do Munícipio de Nova Maringá/MT, a saber:

EMPENHOS:	VALOR DO CANCELAMENTO:
8048/2022	R$ 40.526,00

Parágrafo Único – Os créditos cancelados citados neste artigo, não processado e não liquidado, bem como ainda não enquadrado nas disposições do artigo 36, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/64, serão anulados devido ao não fornecimento do serviço/produto por impossibilidade de sua realização, não podendo ser utilizados como recursos para abertura de créditos adicionais, devendo, tão-somente, serem formalizadas as suas baixas legais no passivo do balanço do exercício de 2022 para os fins de mister, não se admitindo suas restaurações, em nenhuma hipótese, pela impossibilidade de seus processamentos em virtude da não implementação de condições por parte do credor.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Nova Maringá – MT, 20 de setembro de 2023.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita de Nova Maringá - MT

EDITAL UDIENCIA PUBLICA

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ – MT, através do sua prefeita municipal Sra. ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, convoca toda a população deste município para participar da audiência pública referente a apresentação de demonstrativos do cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre do exercício de 2023 e 4º bimestre do exercício

de 2023 que ocorrerá no dia 27 de setembro de 2023, às 19:00 horas, no Clube do Vovô Mateus Bonini Alonso, sito à Rua Nicarágua SN, Bairro Jardim América, atendendo ao que determina o Artigo 9º, § 4º e art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nova Maringá, 20 de setembro de 2023.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

PREFEITA MUNICIPAL

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL 024/2023 – SRP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITA, PEDRISCO, PÓ DE PEDRA, PEDRA RACHÃO E AREIA PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT. Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Pregoeira e Comissão de Apoio, **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em conformidade com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, LC 123/2006, com o Decreto Municipal 001/2010 e suas alterações, bem como pelas disposições estabelecidas no Edital.

EMPRESA VENCEDORA: **BRITAMIX INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCARIO E BRITA**, inscrito no CNPJ N° **21.821.738/0001-90.** ITENS: 01, 02, 03 e 04. VALOR TOTAL **R$ 340.948,00 (trezentos e quarenta mil e novecentos e quarenta e oito reais).**

ITEM CANCELADO: 05.

Nova Maringá – MT, 20 de setembro de 2023.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

PREFEITA MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO. PREGÃO PRESENCIAL 024/2023 – SRP

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através da pregoeira e sua comissão de apoio, instituída pela portaria nº 050/2023, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 024/2023 menor preço por Item, cujo Objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITA, PEDRISCO, PÓ DE PEDRA, PEDRA RACHÃO E AREIA PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.**A ser regido pelas Leis 8.666/93, 10.520/2002, LC 123/2006 com o Decreto Municipal 001/2010 e suas alterações.

EMPRESA VENCEDORA: **BRITAMIX INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCARIO E BRITA**, inscrito no CNPJ N° **21.821.738/0001-90.** ITENS: 01, 02, 03 e 04. VALOR TOTAL **R$ 340.948,00 (trezentos e quarenta mil e novecentos e quarenta e oito reais).**

ITEM CANCELADO: 05.

Nova Maringá – MT, 20 de setembro de 2023.

ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA

Pregoeira/Port. 050/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
ATA 005/2023 AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO E DISCUSSÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA - 2024) DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT

ATA 005/2023

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO E DISCUSSÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA - 2024) DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de Dois Mil e Vinte e três, às dezesseis horas e trinta minutos, reuniram-se nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, sito à Rua Manoel Rodrigues de Souza, Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, a Equipe Técnica Contábil deste Executivo juntamente com os Secretários Municipais, demais servidores, representantes do segundo e terceiro setor, vereadores e população em geral para realização de Audiência Pública para a Elaboração e Discussão da Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício 2024. Dando início a Audiência Pública o senhor Rodrigo Luiz Benassi, responsável pela apresentação em tela, cumprimentou e agradeceu a todos pela presença que se encontram no evento, falando sobre a importância da presença das pessoas nas Audiências Públicas em especial nas audiências Relacionadas as Peças de Planejamento do Poder Executivo, Orçamento do Município em Geral. Disse que a realização da Audiência Pública atende os requisitos obrigatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e Constituição Federal e deste modo o executivo demonstra transparência na aplicação dos recursos públicos a abre espaço para a população participar diretamente na elaboração do Plano de Governo para os exercícios seguintes. A seguir utilizando-se de um equipamento data-show o senhor Rodrigo passou a explanação, destacando que a audiência objetiva cumprir determinações do artigo 165 da CF, as determinações contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101, de 4 de maio de 2000 além dos princípios básicos contidos na Lei Orgânica do Município de Nova Monte Verde, colocando que discutir junto a população proposta para elaboração da LOA para o exercício 2024 é muito importante e que a transparência ajuda a população a acompanhar o desenvolvimento do município tanto como entender melhor como se organiza o governo municipal. Ato contínuo, após toda explicação e explanação teórica da LOA, o Senhor Rodrigo esclareceu que esta audiência vem no intuito de coletar da sociedade as demandas setoriais para que elas possam ser contempladas nos orçamentos futuros. Ato continuo pediu para todos os participantes preencherem o Formulário de sugestões, e explicou de forma clara como deveria ser preenchido e salientou que no site da prefeitura municipal de Nova Monte verde encontra se disponível espaço digital para participação social na elaboração nas peças orçamentárias logo em seguida abriu espaço para debates. Não houve debate neste período pela ausência de manifestação dos presentes. Por mais uma vez o Sr, Rodrigo esclareceu que esse é o momento de a sociedades reclamar suas necessidades locais, apontar as falhar estruturais ou operacionais, de escolas, psf, infra estrutura, pavimentações e demais serviços públicos. Dando sequência disse que o município tem as metas elaboradas em PPA, e que as mesmas serão atualizadas com base nas despesas em realização no exercício e as executadas em exercício anterior, e logo apresentou as metas previstas para o exercício de 2024, bem como os valores que estão planejados para alocação das ações durante o exercício seguinte. Em Slides apresentou as Ações Anuais da Receita e Despesa, o Anexo de Metas e Prioridades da Administração, Evolução do Patrimônio Líquido, Obras em Andamento, Previsão das Despesas por Função de Governo, Previsão das Despesas por Projeto/Atividades, Ações Vigentes e Implementações de novas Ações no Orçamento Municipal, Metas dos Resultados Primários e Nominais, e demais anexos que estarão presentes na peça orçamentaria, LOA. Por mais uma vez colocou-se à disposição para esclarecimentos das dúvidas que pudessem ter os munícipes, e disse que não havendo mais algum outro questionamento, concluiu cumprindo o objetivo da audiência pública ao qual demonstrou a transparência das ações do governo municipal, bem como a responsabilidade de cumprir o que determina a legislação referendada na presente audiência, dizendo ainda que se por ventura alguém tiver dúvidas sobre a elaboração da LOA, que procurassem o administrativo da prefeitura e o contador do município, para maiores esclarecimentos. Senhor Rodrigo pede que todos entreguem as suas sugestões, e conclui

assim a esta audiência. Não havendo nada a mais a se tratar, eu Anderson Campos Lopes, lavrei esta ata que segue assinada por mim. (Anexa Lista de Presença).

LICITACAO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 58/2023
PROTOCOLO DE DISPENSA Nº 7408/2023

EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 58/2023

PROTOCOLO DE DISPENSA Nº 7408/2023

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.

CONTRATADO:DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS TRÊS LTDA

CNPJ: 15.078.544/0001-43

OBJETO: ***AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.***

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VALOR GLOBAL: O valor total bruto da aquisição deste contrato é R$ 17. 360,40(dezessete mil, trezentos e sessenta reais e quarenta centavos) **pagos em parcela única.**

VIGÊNCIA – 20 de setembro de 2023 a 20 de novembro de 2023

Nova Monte Verde-MT, 20 de setembro de 2023

ROSINALVA DE SOUZA FRANÇA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Decreto 118/2023

PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO
ATA 003/2023 AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO - 2023) DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT

ATA 003/2023

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO - 2023) DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT

Aos dezoito dia do mês de agosto do ano de Dois Mil e Vinte e Três, às quatorze horas, reuniram-se nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, sito à Rua Manoel Rodrigues de Souza, Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, a Equipe Técnica Contábil deste Executivo juntamente com os Secretários Municipais, demais servidores, representantes do segundo e terceiro setor, vereadores e população em geral para realização de Audiência Pública para a Elaboração e Discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício 2024. Dando início a Audiência Pública o senhor Rodrigo Luiz Benassi, responsável pela apresentação em tela, cumprimentou e agradeceu a todos pela presença que se encontram no evento, falando sobre a importância da presença das pessoas nas Audiências Públicas em especial nas audiências Relacionadas as Peças de Planejamento do Poder Executivo, Orçamento do Município em Geral. Disse que a realização da Audiência Pública atende os requisitos obrigatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e Constituição Federal e deste modo o executivo demonstra transparência na aplicação dos recursos públicos a abre espaço para a população participar diretamente na elaboração do Plano de Governo para os exercícios seguintes. A seguir utilizando-se de um equipamento data-show o senhor Rodrigo passou a explanação, destacando que a audiência objetiva cumprir determinações do artigo 165 da CF, as determinações contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101, de 4 de maio de 2000 além dos princípios básicos contidos na Lei Orgânica do Município de Nova Monte Verde, colocando que discutir junto a população proposta para elaboração da LDO para o exercício 2024 é muito importante e que a transparência ajuda a população a acompanhar o desenvolvimento do município tanto como entender melhor como se organiza o governo municipal. Ato contínuo, após toda explicação e explanação teórica da LDO, o Senhor Rodrigo esclareceu que esta audiência vem no intuito de coletar da sociedade as demandas setoriais para que elas possam ser contempladas nos orçamentos futuros. Ato continuo pediu para todos os participantes preencherem o Formulário de sugestões, e explicou de forma clara como deveria ser preenchido e salientou que no site da prefeitura municipal de Nova Monte verde encontra se disponível espaço digital para participação social na elaboração nas peças orçamentárias logo em seguida abriu espaço para debates. Não houve debate neste período pela ausência de manifestação dos presentes. Por mais uma vez o Sr, Rodrigo esclareceu que esse é o momento de a sociedades reclamar suas necessidades locais, apontar as falhar estruturais ou operacionais, de escolas, psf, infra estrutura, pavimentações e demais serviços públicos. Dando sequência disse que o município tem as metas elaboradas em PPA, e que as mesmas serão atualizadas com base nas despesas em realização no exercício e as executadas em exercício anterior, e logo apresentou as metas previstas para o exercício de 2024, bem como os valores que estão planejados para alocação das ações durante o exercício seguinte. Em Slides apresentou as Metas Anuais da Receita e Despesa, o Anexo de Metas e Prioridades da Administração, Evolução do Patrimônio Líquido, Obras em Andamento, Previsão das Despesas por Função de Governo, Previsão das Despesas por Projeto/Atividades, Ações Vigentes e Implementações de novas Ações no Orçamento Municipal, Metas dos Resultados Primários e Nominais, e demais anexos que estarão presentes na peça orçamentaria, LDO. Por mais uma vez colocou-se à disposição para esclarecimentos das dúvidas que pudessem ter os munícipes, e disse que não havendo mais algum outro questionamento, concluiu cumprindo o objetivo da audiência pública ao qual demonstrou a transparência das ações do governo municipal, bem como a responsabilidade de cumprir o que determina a legislação referendada na presente audiência, dizendo ainda que se por ventura alguém tiver dúvidas sobre a elaboração da LDO, que procurassem o administrativo da prefeitura e o contador do município, para maiores esclarecimentos. Senhor Rodrigo pede que todos entreguem as suas sugestões, e conclui assim a esta audiência. Não havendo nada a mais a se tratar, eu Anderson Campos Lopes, lavrei esta ata que segue assinada por mim. (Anexa Lista de Presença).

GABINETE DO PREFEITO
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF DO 2º QUADRIMESTRE 2023

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF DO 2º QUADRIMESTRE 2023

Ao décimo nono dia do mês de setembro do ano de Dois Mil e Vinte e Três, às dezesseis horas, reuniram-se nas dependências da Câmara Municipal, sito à Rua Manoel Rodrigues de Souza, CEP – 78593-000 nesta Cidade, a Equipe Técnica Contábil deste Executivo e demais servidores para apresentação do Relatório de Gestão Fiscal – **RGF** do 2º Quadrimestre 2023, conforme determina o Artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal junto aos representantes do segundo e terceiro setor, vereadores e população em geral da cidade de Nova Monte Verde.

Dando início a Audiência Pública o senhor Rodrigo Luiz Benassi, Assessor Contábil, agradeceu a presença de todos os presentes na audiência, tratou da importância no âmbito social nas Prestações de Contas que o caso da audiência em questão. A seguir utilizando-se de um equipamento Datashow apresentou as Avaliações das Metas Fiscais do Município de Nova Monte Verde - MT constantes no Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre de 2023, também utilizando-se de Slide, explicou de forma sucinta que a LRF é o principal instrumento regulador das contas públicas no Brasil, estabelecendo metas, limites e condições para gestão das Receitas e Despesas, obrigando os Governantes a assumirem compromissos a arrecadação e gastos públicos, logo fez uma explanação teó-

rica dos Relatórios de Gestão Fiscal e do Relatório Resumidos da Execução Orçamentária, seguidamente apresentando os resultados fiscais atingidos pelo município neste segundo quadrimestre, Metas de Arrecadação em percentuais, valores e gráficos facilitadores, receitas municipais, transferências correntes, resultado orçamentário, resultado primário, resultado nominal, apresentou um gráfico da apuração do Superavit ou Déficit na receita geral, onde também apresentou os índices constitucionais do quadro, Saúde que atingiu o percentual de 19,20%, Educação com percentual de 22,67%, Gastos com pessoal de 53,93% e FUNDEB 70% montante de 82,45%, o Senhor Rodrigo Luiz Benassi fez um resumo do detalhamento das receitas, das transferências correntes, receitas Tributárias, evoluções das receitas, e das despesas do poder Executivo e ao final colocou-se à disposição da população presente para esclarecimentos das dúvidas que pudessem ter os Cidadãos. Após deu sequência disse que não havendo mais algum outro questionamento, concluiu dizendo ter cumprido o objetivo da audiência pública ao qual demonstrou a transparência das ações do governo municipal, bem como a responsabilidade de cumprir o que determina a legislação referendada na presente audiência, dizendo ainda que se porventura alguém tivesse dúvidas sobre o Relatório de Gestão Fiscal – **RGF** do 2º Quadrimestre 2023 que os anexos hora apresentados estarão à disposição da população no Portal da Transparecia junto ao site oficial do município **https://www.novamonteverde.mt.gov.br/**, ou que procurassem junto a Prefeitura Municipal, Não havendo nada a mais a se tratar, eu ANDERSON CAMPOS LOPES, Lavrei esta ata que segue assinada por mim. (Anexa Lista de Presença).

LICITACAO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 57/2023 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 57/2023

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente **Dispensa de Licitação nº 57/2023** Adjudicando o Contrato ao Interessado, conforme Artigo 38, VII, da Lei 8.666/93.

Adjudique-se à **CUIABÁ MED COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE E ASSISTÊNCIA TECNICA LTDA, CNPJ**: 15.571.435/0001-63**,** pelo valor global de **R$5.000,00** (cinco mil reais), o objeto da presente dispensa de licitação.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VIGÊNCIA – 20 de setembro de 2023 a 20 de outubro de 2023

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Nova Monte Verde-MT, 20 de outubro de 2023

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO

LICITACAO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 58/2023 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 58/2023

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente **Dispensa de Licitação nº 58/2023** Adjudicando o Contrato ao Interessado, conforme Artigo 38, VII, da Lei 8.666/93.

Adjudique-se à: **DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS TRÊS LTDA CNPJ: 15.078.544/0001-43**o objeto da presente dispensa de licitação.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VIGÊNCIA – 20 de setembro de 2023 a 20 de novembro de 2023

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Nova Monte Verde-MT, 20 de setembro de 2023

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO DO CMS Nº. 013 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

RESOLUÇÃO DO CMS Nº. 013 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a aprovação da Indicação Parlamentar sob oficio Nº 375/2023/GAB/DEMR, do Deputado Estadual-PSB Max Russi, no valor de R$ 4.000.000,00(Quatro Milhões de Reais), para construção do Pronto Atendimento Hospitalar no Município de Nova Monte Verde-MT.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA MONTE VERDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 674/2014, e conforme Decreto Municipal nº 025/2023, que dispõe sobre a recondução dos membros do Conselho Municipal de Saúde de Nova Monte Verde para o Biênio de 2023-2024, e ainda,

Considerando:

O protocolo n° SES-PRO-2023/31190 de processo referente a Construção do Pronto Atendimento Hospitalar no município de Nova Monte Verde, onde após análise efetuada pela equipe técnica da Superintendência de Obras, Reformas e Manutenções em toda documentação encaminhada, manifestamos que o processo se encontra aprovado, com base no **PARECER TÉCNICO Nº 046/2023/SUPO/GBSAITI/SES-MT;**

Conforme aprovação do Projeto de construção do Pronto Atendimento Hospitalar no município de Nova Monte Verde, como consta no **PARECER TÉCNICO Nº 047/2023/SUPO/GBSAITI/SES-MT;**

Conforme parecer de análise do Projeto Arquitetônico de Número: 13993.157559.2022.9, consta aprovado pela Vigilância Sanitária;

E deliberação proferida por este conselho em sua 12ª reunião de caráter extraordinária realizada em 20 de setembro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Indicação Parlamentar sob oficio Nº 375/2023/GAB/DEMR, do Deputado Estadual-PSB Max Russi, no valor de R$ 4.000.000,00(Quatro Milhões de Reais), para construção do Pronto Atendimento no Município de Nova Monte Verde-MT.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde, 20 de setembro de 2023.

Conceição Aparecida dos Santos

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Flávia Martins Corrêa

Secretária de Saúde do Município

Homologado:

Edemilson Marino dos Santos

Prefeito Municipal

LICITACAO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 57/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 57/2023 PROTOCOLO DE DISPENSA Nº 7280/2023

EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 57/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 57/2023

PROTOCOLO DE DISPENSA Nº 7280/2023

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.

CONTRATADO: CUIABÁ MED COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE E ASSISTÊNCIA TECNICA LTDA

CNPJ: 15.571.435/0001-63

OBJETO: ***CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO APARELHO RADIOLOGICO CONVENCIONAL PHILIPS 500 DA SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.***

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VALOR GLOBAL: O valor a ser pago de **R$ 5.000,00** (cinco mil reais), o objeto da presente dispensa de licitação.

VIGÊNCIA – 20 de setembro de 2023 a 20 de outubro de 2023

Nova Monte Verde-MT, 20 de setembro de 2023

ROSINALVA DE SOUZA FRANÇA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Decreto 118/2023

PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023

REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, torna público que na sessão realizada em **30/08/2023** na modalidade de **Pregão Presencial nº 012/2023**, menor preço por item, foram declaradas **vencedoras** as empresas: **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**, foi vencedora da 1ª fase, na etapa de lances dos **LOTES 5,6,7,9,10,14,25,35,47 e 48** perfazendo o valor total de **R$ 356.493,73 (trezentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e noventa e três reais e setenta e três centavos)** e a empresa **MELO COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA** foi vencedora da 1ª fase, na etapa de lances dos **LOTES 2,8,11,12,16,19,22,24,26,27,28,29,32,33,34,36,37,38,42,43,44,45,46 e 50** com o valor total de **R$ 624.586,18 (seiscentos e vinte e quatro mil, quinhentos e oitenta e seis reais e dezoito centavos) e a empresa RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA LTDA** foi vencedora da 1ª fase, na etapa de lances dos **LOTES 4,13,15,17,21,23 e 39** perfazendo o valor total de **R$ 227.408,80 (duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e oito reais e oitenta centavos) e declarou Fracassados os lotes 1,18,20,30,31 e 49 por os valores das propostas mesmo após os lances terem ficado acima da média do Edital conforme histórico de lances e propostas apresentadas, já os lotes 3 e 40 foram fracassados desertos.**

Nova Nazaré-MT, 20 de setembro de 2023.

ENOQUE DE SOUSA LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2023

PREGÃO PRESENCIAL nº. 012/2023

PROCESSO Nº. 039/2023

VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **MELO COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ nº 39.241.426/0001-72, representada pelo procurador Sr. **Emerson Amâncio de Melo**, portador do CPF nº 869.947.079-04 e da empresa **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ nº 03.250.803/0001-92, representada pelo Sr. **Andreite Spada**, portador do CPF nº 992.663.001-44 e da empresa **RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA** INSCRITA **NO CNPJ: 35.042.079/0001-06**, representada pela Sr(a). **Camila Porcelis Vargas**, portadora do CPF nº 066.104.459-90,nas quantidades estimadas nos **Itens** desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de **Pregão Presencial nº. 012/2023** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo (medicamentos e insumos) para atender os beneficiários do SUS, em cumprimento ao artigo 23, inciso II e artigos 196, 197 e 198 da Constituição Federal,** conforme especificações do edital e proposta de preços.

1.2 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 012/2023**, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, disposta no **Processo nº 039/2023**.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

2.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

2.1.1 - Descrição, Quantidade e itens Registrados:

MELO COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 39.241.426/0001- 72

LOTE 02 MEDICAÇÃO ANTIBIÓTICOS INJETÁVEIS

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO		VALOR TOTAL	
1	300	UNID	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000UI INJETÁVEL – FRASCO/AMPOLA	TEUTO	R$	14,19	R$	4.256,27

2	150	UNID	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000UI INJETÁVEL FRASCO/AMPOLA	TEUTO	R$	13,00	R$	1.949,79
3	100	UNID	CEFTRIAXONA 1G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL INTRAMUSCULAR - FRASCO/AMPOLA	ABL	R$	16,59	R$	1.658,55
4	1800	UNID	CEFTRIAXONA 1G PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL INTRAVENOSO - FRASCO/ AMPOLA	BIOCHIMICO	R$	7,16	R$	12. 894,70
5	300	UNID	CEFTRIAXONA 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL INTRAVENOSO - FRASCO/AMPOLA	FRESENIUS	R$	8,70	R$	2.610,71
6	100	UNID	CEFTRIAXONA 500 MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL INTRAMUSCULAR - FRASCO/AMPOLA	EUROFARMA	R$	23,30	R$	2.329,96
					TOTAL		**R$**	**25.700,00**

LOTE 08 ANESTÉSICOS

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO		VALOR TOTAL	
3	100	AMP	LIDOCAÍNA CLORIDRATO 20 MG/ML SOL. INJ. 20 ML	HIPOLABOR	R$	14,07	R$	1.406,51
1	100	AMP	LIDOCAÍNA ASSOCIADA A EPINEFRINA 1% + 1.200.000 FRASCO 20 ML	CRISTALIA	R$	14,99	R$	1.499,00
2	200	GEL	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 20 MG/G, GELEIA, 30 G	PHARLAB	R$	4,82	R$	963,43
4	350	AMP	LIDOCAÍNA CLORIDRATO 10 MG/ML SOL. INJ. 2 ML	CRISTALIA	R$	11,80	R$	4.131,06
					TOTAL		**R$**	**8.000,00**

LOTE 11 ANTI-INFLAMATÓRIOS ESTEROIDAIS E NÃO - ESTEROIDAIS

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO		VALOR TOTAL	
1	100	CPR	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250 MG	E.M.S	R$	2,16	R$	216,00
2	2000	UNID	DEXAMETASONA 0,1 MG/ML ELIXIR	E.M.S	R$	13,46	R$	26.929,00
3	1500	UNID	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10 G	PRATI	R$	3,75	R$	5.625,00
4	2000	CPR	DEXAMETASONA 4 MG	E.M.S	R$	1,00	R$	2.000,00
5	5000	CPR	IBUPROFENO 300 MG	GEOLAB	R$	0,32	R$	1.600,00
6	1500	FR	IBUPROFENO 100 MG/ML	GERMED	R$	12,00	R$	18.000,00
7	25000	CPR	IBUPROFENO 600 MG	PRATI	R$	0,41	R$	10.250,00
8	15000	CPR	NIMESULIDA 100 MG	GLOBO	R$	0,24	R$	3.600,00
9	150	FR	NIMESULIDA 50 MG/ML	GEOLAB	R$	13,33	R$	2.000,00
10	350	FR	PREDNISOLONA 3 MG/ML	PRATI	R$	14,00	R$	4.900,00
11	5000	CPR	PREDNISONA 20 MG	HIPOLABOR	R$	0,38	R$	1.900,00
12	2000	CPR	PREDNISONA 5 MG	HIPOLABOR	R$	0,24	R$	480,00
					TOTAL		**R$**	**77.500,00**

LOTE 12 ANTI-INFLAMATÓRIOS ESTEROIDAIS E NÃO – ESTEROIDAIS INJETÁVEIS

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITA-RIO	VALOR TO-TAL
1	600	AMP	ACETATO DE BETAMETASONA +FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASO-NA 3 MG/ML+3 MG/ML	HYPERA	R$ 17,62	R$ 10.571,99
2	5000	AMP	CETOPROFENO 50 MG/ML	HIPOLABOR	R$ 17,62	R$ 88.098,08
3	5000	AMP	DEXAMETASONA 4 MG/ML	HIPOLABOR	R$ 3,83	R$ 19.149,98
4	1500	AMP	DICLOFENACO SAL SÓDICO 25 MG/ML SOL. INJETÁVEL	FARMACE	R$ 1,86	R$ 2.790,00
5	3000	UNID	TENOXAM 40 MG – FRASCO/AMPOLA	UNIÃO QUIMI-CA	R$ 14,93	R$ 44.789,95
					TOTAL	**R$ 165.400,00**

LOTE 16 FÁRMACOS ATUANTES NO SISTEMA GASTROINTESTINAL INJETÁVEIS

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	600	AMP	BROMOPRIDA 5 MG/ML	WASSER	R$ 3,55	R$ 2.130,00
2	200	AMP	DRAMIN (SOL. INJ. 3 MG/ML (DIMENIDRINATO)+5 MG/ML (CLORIDRATO DE PIRIDOXINA) + 100 MG/ML (GLICOSE) + 100/ML (FRUTOSE)	TAKEDA	R$ 12,60	R$ 2.520,00
3	2000	AMP	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML	FARMACE	R$ 1,60	R$ 3.200,00
4	400	UNID	OMEPRAZOL 40 MG PÓ P/ SOL. INJ. - FR /AMP	BLAU	R$ 14,23	R$ 5.692,00
5	600	AMP	CIMETIDINA AMP. 150 ML/ML	HYPOFARMA	R$ 2,43	R$ 1.458,00
					TOTAL	**R$ 15.000,00**

LOTE 19 FÁRMACOS ANTIGOTOSOS

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	1000	CPR	ALOPURINOL 300 MG	PRATI	R$ 0,57	R$ 570,00
2	1000	CPR	ALOPURINOL 100 MG	PRATI	R$ 0,32	R$ 320,00
					TOTAL	**R$ 890,00**

LOTE 22 FÁRMACOS ANTIPARASITÁRIOS

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO		VALOR TOTAL	
1	2000	CPR	ALBENDAZOL 400 MG	PRATI	R$	0,73	R$	1.450,00
2	400	FR	ALBENDAZOL 40 MG/ML SUSP. ORAL 10 ML	PRATI	R$	4,24	R$	1.696,40
3	2500	CPR	IVERMECTINA 6 MG	E.M.S	R$	1,07	R$	2.682,60
4	100	FR	MEBENDAZOL 20 MG/ML SUSP. ORAL	BELFAR	R$	1,71	R$	171,00
					TOTAL		**R$**	**6.000,00**

LOTE 24 FÁRMACOS ANTIVIRAIS

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	500	CPR	ACICLOVIR 200 MG COMPRIMIDO	PRATI	R$ 0,42	R$ 210,00
2	50	TUBO	ACICLOVIR 50 MG/G CREME 10G	PRATI	R$ 4,41	R$ 220,50
					TOTAL	**R$ 430,50**

LOTE 26 FÁRMACOS QUE ATUAM NO SISTEMA NERVOSO CENTRAL - ANTI- CONVULSIVANTES,

NEUROLÉPTICOS, HIPNÓTICOS, SEDATIVOS, ANTIDEPRESSIVOS, ANTI-PSICÓTICOS E ESTABILIZADORES DE HUMOR

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	100	AMP	CLORPROMAZINA DOSAGEM 5 MG/ML	UNIÃO QUIMICA	R$ 2,60	R$ 260,00
2	300	AMP	DIAZEPAM 5 MG/ML SOL. INJ.	HIPOLABOR	R$ 1,17	R$ 351,00
9	20	AMP	FENTANILA SOL. INJ. 50 MCG/ML 5 ML	HIPOLABOR	R$ 8,99	R$ 179,70
4	50	AMP	FENOBARBITAL SÓDICO 200 MG/ML	CRISTALIA	R$ 3,61	R$ 180,50
5	100	AMP	HALOPERIDOL 5 MG/ML	FRESENIUS	R$ 4,63	R$ 463,00
6	50	AMP	MIDAZOLAM 5 MG/ML	HIPOLABOR	R$ 2,23	R$ 111,50
7	20	AMP	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML	HIPOLABOR	R$ 11,31	R$ 226,20
8	20	AMP	NALOXONA 0,4 MG/ML	HIPOLABOR	R$ 11,49	R$ 229,80
3	50	AMP	FENITOÍNA SÓDICA 50 MG/ML	HIPOLABOR	R$ 3,51	R$ 175,50
10	20	AMP	ETOMIDATO 20 MG/10 ML	BLAU	R$ 23,28	R$ 465,60
11	20	FR - AMP	SUXAMETÔNIO 100 MG	BLAU	R$ 20,61	R$ 412,20
					TOTAL	**R$ 3.055,00**

LOTE 27 ANTIESPASMÓTICOS

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	500	AMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 20 MG/ML	FARMACE	R$ 1,31	R$ 655,00
2	2000	CPR	ESCOPOLAMINA 10 MG	HYPERA	R$ 1,24	R$ 2.480,00
3	5000	CPR	ESCOPOLAMINA 10 MG + DIPIRONA SÓDICA 250 MG	PHARLAB	R$ 0,62	R$ 3.100,00
4	4000	AMP	ESCOPOLAMINA 4 MG + DIPIRONA SÓDICA 500 MG AMPOLA	FARMACE	R$ 2,88	R$ 11.520,00

5	300	FR	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO + DIPIRONA SÓDICA DOSAGEM 6,67 MG 333 MG/ML SOL. ORAL	HIPOLABOR	R$ 9,15	R$ 2.745,00
					TOTAL	**R$ 20.500,00**

LOTE 28 VITAMINAS, SUPLEMENTOS, REPOSITORES, HIDROELETROLÍTICOS

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	6000	CPR	ÁCIDO FÓLICO 5 MG	HIPOLABOR	R$ 0,10	R$ 627,00
2	500	CPR	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG	GERMED	R$ 0,38	R$ 190,00
3	4000	CPR	CARBONATO DE CÁLCIO 500 MG +CALECALCIFEROL 400 UI C	NUTIVIT	R$ 0,15	R$ 608,00
4	50	AMP	FITOMENADIONA 10 MG/ ML	HIPOLABOR	R$ 3,16	R$ 158,00
5	1500	UNID	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL PÓ COMP. CLORETO DE SÓDIO 3,5 G + GLICOSE 2G+CITRATO DE SODIO 2,9G+CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G PARA MIL ML - PÓ PARA SOLUCÃO ORAL	IFAL	R$ 1,75	R$ 2.622,00
6	100	FR	SULFATO FERROSO 25 MG/ML	NATULAB	R$ 6,85	R$ 685,00
7	8000	DRÁG	SULFATO FERROSO 40 MG DE FERRO II	BELFAR	R$ 0,06	R$ 456,00
8	1500	CPR	TIAMINA 300 MG	PRATI	R$ 0,42	R$ 627,00
9	6000	DRÁG	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1,B2,B5,B6 E PP	VITAMED	R$ 0,10	R$ 627,00
					TOTAL	**R$ 6.600,00**

LOTE 29 VITAMINAS, SUPLEMENTOS E REPOSITORES HIDROELETROLÍTICOS INJETÁVEIS

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	8000	AMP	ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML INJ.	FARMACE	R$ 3,64	R$ 29.120,00
2	8000	AMP	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1,B2,B5,B6 E PP SOL. INJ.	HYPOFARMA	R$ 2,17	R$ 17.360,00
					TOTAL	**R$ 46.480,00**

LOTE 32 EXCEPCIONAIS

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	2800	CPR	BACLOFENO 10 MG	TEUTO	R$ 0,34	R$ 953,00
2	1500	CPR	OXIBUTININA 5 MG	SUPERA RX	R$ 1,39	R$ 2.085,00
3	400	CPR	DULOXETINA RTD 60 MG	GERMED	R$ 3,42	R$ 1.368,00
4	15	FR	CLORIDRATO DE DORZOLAMIDA 2%	MULTILAB	R$ 22,45	R$ 336,75
5	15	FR	LATANOPROSTA 0,005%	E.M.S	R$ 136,22	R$ 2.043,30
6	15	FR	TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,2%	BIOSINTETICA	R$ 28,23	R$ 423,45
7	1000	CPR	CLORIDRATO DE METILFENIDATO LA (RITALINA LA) 10 MG	ALTHAIA	R$ 4,70	R$ 4.700,00
8	1500	CPR	RISPERIDONA 1 MG	PRATI	R$ 0,46	R$ 690,00
9	1200	CPR	IRBESARTANA 300 MG + HIDROCLORITIAZIDA 12,5 MG	EUROFARMA	R$ 2,81	R$ 3.372,00
10	45	FR	OXCARBAZEPINA 60 MG/ML	NOVARTIS	R$ 105,70	R$ 4.756,50
11	1500	CPR	OXCARBAZEPINA 600 MG	RANBAXY	R$ 3,91	R$ 5.865,00
12	3000	CPR	PREGABALINA 150 MG	RANBAXY	R$ 0,95	R$ 2.850,00
13	1500	CPR	PREGABALINA 75 MG	GERMED	R$ 0,86	R$ 1.290,00
14	700	CPR	XARELTO 20 MG (RIVAROXABANA)	GERMED	R$ 2,27	R$ 1.589,00
15	1000	CPR	VENOLOT (CUMARINA 15 M+TROXERRUTINA 90 MG)	HYPERA	R$ 2,27	R$ 2.270,00

16	1000	CPR	DOBEVEN (DOBESILATO DE CÁLCIO 500 MG)	APSEN	R$	8,99	R$	8.990,00
17	400	CPR	ANCORON (AMIODARONA 100 MG)	RANBAXY	R$	0,55	R$	220,00
					TOTAL		**R$**	**43.802,00**

LOTE 33 MATERIAIS PARA CURATIVO

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	60	FR	ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS , COMPOSTO DOS ÁCIDOS CAPRÍLICO, CÁPRICO, LÁURICO, LINOLÉICO, LECITINA DE SOJA, ASSOCIADOS COM VITAMINAS "A" E "E", LOÇÃO ÓLEOS	HADASSAH	R$ 12,73	R$ 763,80
2	3	FR	ÁGUA OXIGENADA VOLUME 10 1 L	RIOQUIMICA	R$ 12,57	R$ 37,71
3	60	ROLO	ALGODÃO HIDRÓFILO 500 G	NATHY	R$ 24,63	R$ 1.477,80
4	5	PCT	CAMPO OPERATÓRIO, TECIDO 100% ALGODÃO, SIMPLES, 25CM, 23CM, 15 FIOS/CM2, ACABAMENTO C/ PONTO OVERLOK, BRANCA, QUATRA CAMADAS, CANTOS ARREDONDADOS, CADARÇO DUPLO MIN 18 CM	MAISMED	R$ 89,92	R$ 449,60
5	10	PCT	CAMPO OPERATÓRIO, TECIDO 100% ALGODÃO, SIMPLES, 45 CM, 50 CM, 15 FIOS/CM2, ACABAMENTO C/ PONTO OVERLOK, BRANCA, QUATRA CAMADAS, CANTOS ARREDONDADOS, CADARÇO DUPLO MIN 18 CM	MAISMED	R$ 162,90	R$ 1.629,00
6	10	FR 1 L	CLOREXIDINA DEGERMANTE 2%	RIOQUIMICA	R$ 28,35	R$ 283,50
7	10	FR 1 L	CLOREXIDINA DEGERMANTE 0,5% SOLUÇÃO ALCÓOLICA	RIOQUIMICA	R$ 25,84	R$ 258,40
8	500	PCT	COMPRESSA GAZE, TECIDO 100% ALGODÃO , 13 FIOS/CM2,COR BRANCA, ISENTA DE IMPUREZAS, 8 CAMADAS, 7,50 CM 5 DOBRAS, DESCARTÁVEL	MAISMED TEX	R$ 0,94	R$ 470,00
9	50	UND	ESCOVA DEGERMAÇÃO, INDIVIDUALMENTE COM CLOREXIDINA À 2%, ESTÉRIL, EMBALADA	RIOQUIMICA	R$ 4,13	R$ 206,50
10	230	UND	ESPARADRAPO, 100 MM, 4,50 M, IMPERMEÁVEL 1 FACE, MASSA ADESIVA ZNO, RESISTENTE, BRANCA, TECIDO DE ALGODÃO	MISSNER	R$ 14,07	R$ 3.236,10
11	80	UND	FITA ADESIVA HOSPITALAR, MICROPOROSA, NÃO TECIDO DE VISCOSERAYON, BRANCA, 100 MM, 4,5 M, C/ADESIVO ACRÍLICO HIPO-ALEGÊRNICO	MISSNER	R$ 10,11	R$ 808,80
12	100	UND	FITA CREPE ADESIVA 19MM X 50M HOSPITALAR	MISSNER	R$ 6,05	R$ 605,00
13	10	FR	IODOPOVIDONA (PVPI), A 10% (TEOR DE IODO 1%), SOLUÇÃO DEGERMANTE 1 L	RIOQUIMICA	R$ 55,62	R$ 556,20
14	10	FR	IODOPOVIDONA (PVPI), A 10% (TEOR DE IODO 1%), SOLUÇÃO TÓPICA AQUOSA 1 L	RIOQUIMICA	R$ 53,14	R$ 531,40
15	20	UND	PLACA DE ALGINATO DE CÁLCIO 10 X 10 CM	CASEX	R$ 54,34	R$ 1.086,80
16	20	UND	PLACA DE ALGINATO DE CÁLCIO 15 X 15 CM	CASEX	R$ 65,85	R$ 1.317,00
17	20	UND	PLACA DE HIDROCOLÓIDE 10 X 10 CM	CASEX	R$ 11,52	R$ 230,40
18	20	UND	PLACA DE HIDROCOLÓIDE 15 X 15 CM	CASEX	R$ 59,76	R$ 1.195,20
19	20	UND	PLACA DE HIDROCOLÓIDE 20 X 20 CM	CASEX	R$ 92,34	R$ 1.846,80
					TOTAL	**R$ 16.990,01**

LOTE 34 MATERIAIS PARA ESTERILIZAÇÃO

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	1	UNID	ÁCIDO PARACÉTICO 5% - GALÃO 5 L	RIOQUIMICA	R$ 164,80	R$ 164,80
2	60	UNID	ÁGUA DESMINERALIZADA ESTÉRIL APIROGÊNICA PARA AUTOCLAVE GALÃO 5 LITROS	SSPLUS	R$ 14,00	R$ 840,00
3	350	UNID	ÁLCOOL ETÍLICO , HIDRATADO, 70 % LÍQUIDO FR 1 L	VALE VERDE	R$ 7,22	R$ 2.527,00
4	50	UNID	ÁLCOOL ETÍLICO , HIDRATADO, 70 % GEL – FR 500 GR	VALE VERDE	R$ 8,35	R$ 417,50
5	10	UNID	DESINFETANTE "GERMRIO" - SOLUÇÃO AQUOSA À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO 0,68% - GALÃO 5 L	RIOQUIMICA	R$ 56,00	R$ 560,00
6	30	UNID	DETERGENTE ENZIMÁTICO, A BASE DE AMILASE, PROTEASE, LIPASE E CARBOIDRASE FR 1 L	RIOQUIMICA	R$ 120,25	R$ 3.607,50
7	50	UND	FITA ADESIVA INDICADORA DE ESTERELIZAÇÃO EM AUTOCLAVE, 19 MM X 30 M	MISSNER	R$ 6,26	R$ 313,00
8	1	UNID	GLUTARALDEÍDO 2% - GALÃO 5 LT	RIOQUIMICA	R$ 74,16	R$ 74,16
9	2	CX	INDICADOR BIOLÓGICO PARA AUTOCLAVE – C/50	CLEAN UP	R$ 152,00	R$ 304,00
10	15	UND	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, 15 CM, 100 M	ESTERILCARE	R$ 129,25	R$ 1.938,75
11	15	UND	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, 25 CM, 100 M	ESTERILCARE	R$ 224,73	R$ 3.370,95
12	20	UND	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, 20 CM, 100 M	ESTERILCARE	R$ 178,04	R$ 3.560,80
13	2	CX	TESTE BOWIE-DICK PARA AUTOCLAVE – C/ 50	CLEAN UP	R$ 386,54	R$ 773,08
					TOTAL	**R$ 18.451,54**

LOTE 36 MATERIAIS PARA INFUSÃO

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	1	CX	AGULHA HIPODÉRMICA, AÇO INÓX SILICONIZADO 30X0,7 MM BISEL CURTO TRIFACETADO - ESTÉRIL	MEDIX	R$ 7,56	R$ 7,56
2	1	CX	AGULHA HIPODÉRMICA, AÇO INÓX SILICONIZADO 30X0,8 MM BISEL CURTO TRIFACETADO - ESTÉRIL	MEDIX	R$ 14,64	R$ 14,64
3	70	CX	AGULHA HIPODÉRMICA, AÇO INÓX SILICONIZADO,18GX1 1/2 (40X12) BISEL CURTO TRIFACETADO - ESTÉRIL	MEDIX	R$ 17,07	R$ 1.194,90

4	50	CX	AGULHA HIPODÉRMICA, AÇO INÓX SILICONIZADO, 21GX1 (25X8), BISEL CURTO TRIFACETADO - ESTÉRIL	MEDIX	R$	18,14	R$	907,00
5	50	CX	AGULHA HIPODÉRMICA, AÇO INÓX SILICONIZADO, 22GX1 (25X7), BISEL CURTO TRIFACETADO - ESTÉRIL	MEDIX	R$	14,22	R$	711,00
6	10	CX	AGULHA HIPODÉRMICA, AÇO INÓX SILICONIZADO, 24GX3/4 (20X5,5), BISEL CURTO TRIFACETADO - ESTÉRIL	MEDIX	R$	18,05	R$	180,50
7	50	CX	AGULHA HIPODÉRMICA, AÇO INÓX SILICONIZADO, 26GX1/2 (13X4,5), BISEL CURTO TRIFACETADO - ESTÉRIL	MEDIX	R$	19,01	R$	950,50
8	2	UND	BIG - DISPOSITIVO DE INFUSÃO INTRAÓSSEO (ADULTO)	BIG	R$	267,41	R$	534,82
9	2	UND	BIG - DISPOSITIVO DE INFUSÃO INTRAÓSSEO (INFANTIL)	BIG	R$	836,00	R$	1.672,00
10	100	UND	CATETER INTRAVENOSO, POLIURETANO OCRILON, 16 G, PERIFÉRICO, CURTO, SISTEMA SEGURANÇA, AGULHA ELETROPOLIDA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, RADIO-PACO	MEDIX	R$	1,39	R$	139,00
11	100	UND	CATETER INTRAVENOSO, POLIURETANO OCRILON, 18 G, PERIFÉRICO, CURTO, SISTEMA SEGURANÇA, AGULHA ELETROPOLIDA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, RADIO-PACO	MEDIX	R$	1,39	R$	139,00

12	600	UND	CATETER INTRAVENOSO, SISTEMA SEGURANÇA, RADIOPACO	POLIURETANO OCRILON, 20 G, PERIFÉRICO, AGULHA ELETROPOLIDA, DESCARTÁVEL,	CURTO, ESTÉRIL,	MEDIX	R$	1,39	R$	834,00
13	1200	UND	CATETER INTRAVENOSO, SISTEMA SEGURANÇA, RADIOPACO	POLIURETANO OCRILON, 22 G, PERIFÉRICO, AGULHA ELETROPOLIDA, DESCARTÁVEL,	CURTO, ESTÉRIL,	MEDIX	R$	1,25	R$	1.500,00
14	2000	UND	CATETER INTRAVENOSO, SISTEMA SEGURANÇA, RADIOPACO	POLIURETANO OCRILON, 24 G, PERIFÉRICO, AGULHA ELETROPOLIDA, DESCARTÁVEL,	CURTO, ESTÉRIL,	MEDIX	R$	1,35	R$	2.700,00
15	600	UND	EQUIPO MULTIVIAS COM CLAMP DUAS VIAS CORTA FLUXO - PARA INFUSÃO INTRAVENOSA ESTÉRIL			BIOSANI	R$	1,37	R$	822,00
16	12000	UND	EQUIPO MACRO GOTAS P INFUSÃO INTRAVENOSA, PONTA PERFURANTE, CÂMARA FLEXÍVEL C/ FILTRO AR, FILTRO INTERNO - TRANSPARENTE DE 200M, MACRO GOTAS, BURETA RÍGIDA C/AL-ÇA, MÍN. 100 ML, REGULADOR DE FLUXO E CORTA FLUXO, LUER ROTATIVO			LABOR IMPORT	R$	1,75	R$	21.000,00
17	50	UND	EQUIPO MICRO GOTAS P INFUSÃO INTRAVENOSA, PVC CRISTAL, PONTA PERFURANTE, CÂMARA FLEXÍVEL C/FILTRO AR, FILTRO INTERNO-TRANSPARENTE DE 200 MT			MEDIX	R$	1,62	R$	81,00
18	100	UND	ESCALPE, TB PVC CRISTAL FLEXÍVEL, ASAS LEVES, FLEXÍVEIS,CONECTOR LUER CÔNICO RÍGIDO, N°19, CÂNULA INOX SILICONE ATRAUMÁTICA, PAREDE FINA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, BISEL TRIFACETADO			MEDIX	R$	0,35	R$	35,00
19	1000	UND	ESCALPE, TB PVC CRISTAL FLEXÍVEL, ASAS LEVES, FLEXÍVEIS, CONECTOR LUER CÔNICO RÍGIDO, N°21, CÂNULA INOX SILICONE ATRAUMÁTICA, PAREDE FINA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, BISEL TRIFACETADO			MEDIX	R$	0,42	R$	420,00
20	5000	UND	ESCALPE, TB PVC CRISTAL FLEXÍVEL, ASAS LEVES, FLEXÍVEIS, CONECTOR LUER CÔNICO RÍGIDO, N°23, CÂNULA INOX SILICONE ATRAUMÁTICA, PAREDE FINA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, BISEL TRIFACETADO			MEDIX	R$	0,38	R$	1.900,00
21	100	UND	ESCALPE, TB PVC CRISTAL FLEXÍVEL, ASAS LEVES, FLEXÍVEIS, CONECTOR LUER CÔNICO RÍGIDO, N°25, CÂNULA INOX, SILICONE, ATRAUMÁTICA, PAREDE FINA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, BISEL TRIFACETADO			MEDIX	R$	0,38	R$	38,00
22	100	UND	ESCALPE, TB PVC CRISTAL FLEXÍVEL, ASAS LEVES, FLEXÍVEIS, CONECTOR LUER CÔNICO RÍGIDO, N°27, CÂNULA INOX, SILICONE, ATRAUMÁTICA, PAREDE FINA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, BISEL TRIFACETADO			MEDIX	R$	0,44	R$	44,00
23	6000	UND	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 1 ML, LUER LOCK, ÊMBOLO C/ROLHA BORRACHA, C/ AGULHA 13X0,45 MM, BISEL TRIFACETADO, DESCARTÁVEL, ESTERIL			MEDIX	R$	0,40	R$	2.400,00
24	6000	UND	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 3 ML, LUER LOCK, ÊMBOLO C/ROLHA BORRACHA, C/ AGULHA 25X7 MM, BISEL TRIFACETADO, DESCARTÁVEL, ESTERIL			MEDIX	R$	0,37	R$	2.220,00
25	8000	UND	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 5 ML, LUER LOCK, ÊMBOLO C/ROLHA BORRACHA, C/ AGULHA 25X7 MM, BISEL TRIFACETADO, DESCARTÁVEL, ESTERIL			MEDIX	R$	0,40	R$	3.200,00
26	5000	UND	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 10 ML, LUER LOCK, ÊMBOLO C/ROLHA BORRACHA, C/ AGULHA 25 X 0,7 MM, BISEL TRIFACETADO, DESCARTÁVEL, ESTERIL			MEDIX	R$	0,69	R$	3.450,00
27	5000	UND	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 20 ML, LUER LOCK, ÊMBOLO C/ROLHA BORRACHA, C/ AGULHA 25 X 0,7 MM, BISEL TRIFACETADO, DESCARTÁVEL, ESTERIL			MEDIX	R$	0,93	R$	4.658,58
28	50	UND	SERINGA, POLIPROLINENO TRANSPARENTE, 60 ML, BICO TIPO CATETER, ÊMBOLO COM PONTEIRA DE BORRACHA SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, ESTERIL			MEDIX	R$	2,93	R$	146,50
							TOTAL		**R$**	**51.900,00**

LOTE 37 MATERIAIS PARA OXIGENAÇÃO

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO		VALOR TOTAL	
1	250	UND	CATETER OXIGENOTERAPIA, ADULTO, PVC FLEXÍVEL GRAU MÉDICO, TIPO ÓCULOS, PRONGA SILICONE CONTORNO ARREDONDADO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, 2,10 M, CONECTOR UNIVERSAL	EMBRAMED	R$	1,61	R$	402,50
2	100	UND	CATETER OXIGENOTERAPIA, INFANTIL, PVC FLEXÍVEL GRAU MÉDICO, TIPO ÓCULOS, PRONGA SILICONE CONTORNO ARREDONDADO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, 2,10 M, CONECTOR UNIVERSAL	BIOSANI	R$	4,93	R$	493,00
3	10	UND	ESPAÇADOR PARA MEDICAMENTO EM AEROSOL	G TECH	R$	49,39	R$	493,90
4	100	UND	MÁSCARA DE OXIGÊNIO ALTA CONCENTRAÇÃO ADULTO COM RESERVATÓRIO E TUBO DE O2	ADVANTIVE	R$	25,03	R$	2.503,00
5	30	UND	MÁSCARA DE OXIGÊNIO ALTA CONCENTRAÇÃO INFANTIL COM RESERVATÓRIO E TUBO DE O2	ADVANTIVE	R$	20,48	R$	614,40

6	15	KIT	MÁSCARA DE NEBULIZAÇÃO PARA APARELHO DE AEROSOL COMPATÍVEL	G TECH	R$	50,68	R$	760,20
7	10	UND	REANIMADORES MANUAIS EM SILICONE COM RESERVATÓRIO ADULTO, PEDIÁTRICO E NEONATAL (AMBU)	ADVANTIVE	R$	296,28	R$	2.962,80
8	10	UND	UMIDIFICADOR, POLIPROPILENO C/INSERTO DE LATÃO, 250 ML, BOCA LARGA, CORES, IDENTIFICAÇÃO(ABNT NB 24), OXIGÊNIO, CONEXÃO BORBOLETA DE INSERTO LATÃO E POLIPROPENO, CONEXÃO SAÍDA LATÃO CROMADO P/ MANGUEIRA C/MÁSCARA	PROTEC	R$	22,79	R$	227,90

9	5	UND	VÁLVULA, REGULADORA, P/ REDE O2 E AR COMPRIMIDO	HAOXI	R$	133,86	R$	669,30
					TOTAL		**R$**	**9.127,00**

LOTE 38 MATERIAS GINECOLÓGICOS

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO		VALOR TOTAL	
1	10	UNID	ESCOVA ENDOCERVICAL, PLÁSTICO, MICROCERDAS E NYLON, PONTA DA ESCOVA CÔNICA, CABO COM 17 A 18 CM, CERDAS COM APROXIMADAMENTE 2 CM, DESCARTÁVEL, ATÓXICA, ESTÉRIL - PCT C/ 100 UND	CRALPLAST	R$	0,64	R$	6,40
2	10	UNID	ESPÁTULA USO MÉDICO, MADEIRA, 18 CM, TIPO AYRES PCT C/ 100 UND	ESTILO	R$	15,46	R$	154,60
3	300	UND	ESPÉCULO, POLIETILENO, VAGINAL, GRANDE, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	CRALPLAST	R$	3,42	R$	1.026,00
4	500	UND	ESPÉCULO, POLIETILENO, VAGINAL, MÉDIO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	CRALPLAST	R$	2,29	R$	1.145,00
5	100	UND	ESPÉCULO, POLIETILENO, VAGINAL, PEQUENO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	CRALPLAST	R$	2,19	R$	219,00
6	10	FR	FIXADOR CITOLÓGICO 100 ML	CRALPLAST	R$	14,36	R$	143,60
7	10	UNID	LÂMINA LABORATÓRIO, VIDRO, CERCA DE 75 X 25 MM, BORDA FOSCA - CX C/ 50	PRECISION	R$	12,64	R$	126,40
8	200	ROLO	LENÇOL DESCARTÁVEL DE PAPEL 70 X50 CM	DESCARBOX	R$	15,34	R$	3.068,00
					TOTAL		**R$**	**5.889,00**

LOTE 42 MATERIAIS PARA SUTURA

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO		VALOR TOTAL	
1	1	CX	FIO DE SUTURA, ALGODÃO, 2-0, PRETA, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CILÍNDRICA, 3,0 CM	SHALON	R$	71,90	R$	71,90
2	1	CX	FIO DE SUTURA, CATGUT CROMADO COM AGULHA, 0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 1/2 CÍRCULO CILÍND. 4,0 CM, ESTERIL	SHALON	R$	145,19	R$	145,19
3	1	CX	FIO DE SUTURA, CATGUT CROMADO COM AGULHA, 1-0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 1/2 CÍRCULO CILÍND. 5 CM, ESTERIL	SHALON	R$	257,66	R$	257,66
4	1	CX	FIO DE SUTURA, CATGUT CROMADO COM AGULHA, 2-0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 1/2 CÍRCULO CILÍND. 2,5 CM, ESTERIL	SHALON	R$	206,33	R$	206,33
5	1	CX	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/AGULHA, 0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 3/8 CÍRCULO CILÍNDRICA, 3,0 CM, ESTERIL	SHALON	R$	186,89	R$	186,89
6	1	CX	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/AGULHA, 2-0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 1/2 CÍRCULO CILÍNDRICA, 4,0 CM, ESTERIL	SHALON	R$	207,99	R$	207,99
7	1	CX	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/AGULHA, 3-0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 1/2 CÍRCULO CILÍNDRICA, 3,0 CM, ESTERIL	SHALON	R$	51,85	R$	51,85
8	1	CX	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 0, PRETO, 45 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 2,0 CM, ESTÉRIL	SHALON	R$	51,85	R$	51,85
9	10	CX	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 2-0, PRETO, 45 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 3,0 CM, ESTÉRIL	SHALON	R$	79,26	R$	792,60
10	10	CX	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 3-0, PRETO, 45 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 3,0 CM, ESTÉRIL	SHALON	R$	67,34	R$	673,40
11	5	CX	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 4-0, PRETO, 45 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 3,0 CM, ESTÉRIL	SHALON	R$	75,06	R$	375,30
12	5	CX	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 4-0, PRETO, 45 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 3,0 CM, ESTÉRIL (AGULHA PEQUENA)	SHALON	R$	84,98	R$	424,90
13	5	CX	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 5-0, PRETO, 45 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 2,0 CM, ESTÉRIL	SHALON	R$	92,71	R$	463,55
14	5	CX	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 5-0, PRETO, 45 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 2,0 CM, ESTÉRIL (AGULHA PEQUENA)	SHALON	R$	87,27	R$	436,35
15	5	UNID	LÂMINA BISTURI, AÇO CARBONO, N°11, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE - CX C/ 100 UND	MEDIX	R$	53,93	R$	269,65
16	5	UNID	LÂMINA BISTURI, AÇO CARBONO, N°15, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE CX C/24 UND	MEDIX	R$	57,43	R$	287,15
17	5	UNID	LÂMINA BISTURI, AÇO CARBONO, N°23, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE CX C/24 UND	MEDIX	R$	45,82	R$	229,10
					TOTAL		**R$**	**5.131,66**

LOTE 43 MATERIAIS PARA IMOBILIZAÇÃO

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO		VALOR TOTAL	
1	2000	UND	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 10 CM, 180 CM, 13 UM/CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL	MAISMED TEX	R$	10,83	R$	21.660,00
2	3000	UND	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 15 CM, 180 CM, 13 UM/CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL	MAISMED TEX	R$	9,58	R$	28.740,00
3	2000	UND	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 20 CM, 180 CM, 13 UM/CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL	MAISMED TEX	R$	7,46	R$	14.920,00
4	5	KIT	CINTO PARA PRANCHA DE RESGATE (VERMELHO, PRETO, AMARELO)	RESGATE SP	R$	15,92	R$	79,60
5	10	UND	COLAR CERVICAL, POLIETILENO, ALTA DENSIDADE - AJUSTÁVEL	RESGATE SP	R$	16,60	R$	166,00

6	5	UND	COLAR CERVICAL DE ESPUMA GRANDE	RESGATE SP	R$	10,21	R$	51,05
7	5	UND	COLAR CERVICAL DE ESPUMA MÉDIO	RESGATE SP	R$	9,10	R$	45,50
8	5	UND	COLAR CERVICAL DE ESPUMA PEQUENO	RESGATE SP	R$	9,10	R$	45,50
9	20	UND	COLAR CERVICAL, POLIETILENO, ALTA DENSIDADE, ESPESSURA MÍNINA DE 1,5 MM, TAMANHO GRANDE	RESGATE SP	R$	21,87	R$	437,40
10	20	UND	COLAR CERVICAL, POLIETILENO, ALTA DENSIDADE, ESPESSURA MÍNINA DE 1,5 MM, TAMANHO MÉDIO	RESGATE SP	R$	23,21	R$	464,20
11	20	UND	COLAR CERVICAL, POLIETILENO, ALTA DENSIDADE, ESPESSURA MÍNINA DE 1,5 MM, TAMANHO PEQUENO	RESGATE SP	R$	20,97	R$	419,40
12	10	UND	COLAR CERVICAL, POLIETILENO, ALTA DENSIDADE, ESPESSURA MÍNINA DE 1,5 MM, TAMANHO INFANTIL	RESGATE SP	R$	16,78	R$	167,80
13	5	UND	IMOBILIZADOR DE CABEÇA PARA RESGATE - HEAD BLOCK - ADULTO	RESGATE SP	R$	130,72	R$	653,60
14	5	UND	IMOBILIZADOR DE CABEÇA PARA RESGATE - HEAD BLOCK - INFANTIL	RESGATE SP	R$	131,47	R$	657,35
15	3	UND	PRANCHA POLIETILENO COM 3 CINTOS - COMPLETA - CAPACIDADE ATÉ 200 KG	RESGATE SP	R$	590,30	R$	1.770,90
16	10	UND	TALA ORTOPÉDICA MOLDÁVEL, ETIL VINIL ACETATO (EVA) , 30 CM, 8 CM - EXTRA PEQUENA	RESGATE SP	R$	9,92	R$	99,20
17	50	UND	TALA ORTOPÉDICA MOLDÁVEL, ETIL VINIL ACETATO (EVA) , 53CM, 8 CM - PEQUENA	RESGATE SP	R$	12,75	R$	637,50
18	50	UND	TALA ORTOPÉDICA MOLDÁVEL, ETIL VINIL ACETATO (EVA) , 63 CM, 9 CM - MÉDIA	RESGATE SP	R$	14,76	R$	738,00
19	50	UND	TALA ORTOPÉDICA MOLDÁVEL, ETIL VINIL ACETATO (EVA) , 86 CM, 10 CM - GRANDE	RESGATE SP	R$	19,95	R$	997,50
20	50	UND	TALA ORTOPÉDICA MOLDÁVEL, ETIL VINIL ACETATO (EVA) , 119 CM, 12 CM - EXTRA GRANDE	RESGATE SP	R$	30,50	R$	1.525,00
21	5	UND	TORNIQUETE TÁTICO DE EMERGÊNCIA PARA CONTER SANGRAMENTOS (CAT GEN 7 PRETO)	CATHCARE	R$	124,90	R$	624,50
					TOTAL		**R$**	**74.900,00**

LOTE 44 SONDAS

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO		VALOR TOTAL	
1	100	UND	BOLSA ESTÉRIL PARA DRENAGEM DE URINA 2000 ML SISTEMA FECHADO COM VÁLVULA ANTI-REFLUXO	MEDIX	R$	5,96	R$	596,00
2	10	UND	COLETOR DE MASCULINO 6 DRENAGEM DE URINA EXTERNO	BIOSANI	R$	5,00	R$	50,00
3	10	UND	COLETOR DE MASCULINO 7 DRENAGEM DE URINA EXTERNO	BIOSANI	R$	6,30	R$	63,00
4	350	UND	COLETOR DE MASCULINO 8 DRENAGEM DE URINA EXTERNO	BIOSANI	R$	6,76	R$	2.366,00
5	20	UND	COLETOR DE URINA COM CORDÃO, CAPACIDADE 2000 ML - TIPO SACO - PCT C/ 100 UND	LETOMED	R$	0,68	R$	13,60
6	10	UND	SONDA DE ASPIRAÇÃO TAMANHO 10	BIOSANI	R$	0,93	R$	9,30
7	30	UND	SONDA DE ASPIRAÇÃO TAMANHO 12	BIOSANI	R$	0,99	R$	29,70
8	30	UND	SONDA DE ASPIRAÇÃO TAMANHO 14	BIOSANI	R$	1,09	R$	32,70
9	30	UND	SONDA DE ASPIRAÇÃO TAMANHO 16	BIOSANI	R$	1,13	R$	33,90
10	20	UND	SONDA DE ASPIRAÇÃO TAMANHO 18	BIOSANI	R$	1,18	R$	23,60
11	10	UND	SONDA DE ASPIRAÇÃO TAMANHO 6	BIOSANI	R$	0,91	R$	9,10
12	10	UND	SONDA DE ASPIRAÇÃO TAMANHO 8	BIOSANI	R$	0,91	R$	9,10
13	10	UND	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA NÚMERO 14	BIOSANI	R$	1,80	R$	18,00
14	10	UND	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA NÚMERO 16	BIOSANI	R$	1,98	R$	19,80
15	10	UND	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA NÚMERO 18	BIOSANI	R$	2,03	R$	20,30
16	30	UND	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA NÚMERO 20	BIOSANI	R$	1,90	R$	57,00
17	10	UND	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA NÚMERO 8	BIOSANI	R$	1,28	R$	12,80
18	10	UND	SONDA RETAL NÚMERO 10	BIOSANI	R$	0,93	R$	9,30
19	10	UND	SONDA RETAL NÚMERO 20	BIOSANI	R$	1,47	R$	14,70
20	10	UND	SONDA RETAL NÚMERO 26	BIOSANI	R$	2,50	R$	25,00
21	10	UND	SONDA URETRAL, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, N°10	BIOSANI	R$	0,83	R$	8,30
22	3600	UND	SONDA URETRAL, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, N°12	BIOSANI	R$	0,79	R$	2.844,00
23	20	UND	SONDA URETRAL, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, N°14	BIOSANI	R$	4,06	R$	81,20
24	20	UND	SONDA URETRAL, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, N°16	BIOSANI	R$	1,54	R$	30,80
25	20	UND	SONDA URETRAL, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, N°18	BIOSANI	R$	1,16	R$	23,20
26	20	UND	SONDA URETRAL, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, N° 6	BIOSANI	R$	0,85	R$	17,00
27	20	UND	SONDA URETRAL, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, N°8	BIOSANI	R$	0,70	R$	14,00
28	20	UND	SONDA, LATÉX SILICONIZADO, FOLEY, N° 10, 2 UM, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA, ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODOS OS TAMANHOS DE SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/CONEXÃO PADRÃO A COLETORES	MEDIX	R$	4,48	R$	89,60
29	20	UND	SONDA, LATÉX SILICONIZADO, FOLEY, N° 12, 2 UM, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA, ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODOS OS TAMANHOS DE SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/CONEXÃO PADRÃO A	MEDIX	R$	3,96	R$	79,20

			COLETORES					
30	20	UND	SONDA, LATÉX SILICONIZADO, FOLEY, N° 14, 2 UM, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA, ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODOS OS TAMANHOS DE SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/CONEXÃO PADRÃO A COLETORES	MEDIX	R$	3,92	R$	78,40
31	30	UND	SONDA, LATÉX SILICONIZADO, FOLEY, N° 16, 2 UM, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA, ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODOS OS TAMANHOS DE SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/CONEXÃO PADRÃO A COLETORES	MEDIX	R$	4,25	R$	127,50
32	30	UND	SONDA, LATÉX SILICONIZADO, FOLEY, N° 18, 2 UM, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA, ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODOS OS TAMANHOS DE SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/CONEXÃO PADRÃO A COLETORES	MEDIX	R$	4,25	R$	127,50
33	30	UND	SONDA, LATÉX SILICONIZADO, FOLEY, N° 20, 2 UM, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA, ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODOS OS TAMANHOS DE SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/CONEXÃO PADRÃO A COLETORES	MEDIX	R$	4,25	R$	127,50
34	10	UND	SONDA, LATÉX SILICONIZADO, FOLEY, N° 22, 2 UM, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA, ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODOS OS TAMANHOS DE SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/CONEXÃO PADRÃO A COLETORES	MEDIX	R$	3,89	R$	38,90
					TOTAL		**R$**	**7.100,00**

LOTE 45 MATERIAIS PARA ENTUBAÇÃO

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	2	UND	FIO GUIA MANDRIL PARA ENTUBAÇÃO OROTRAQUEAL ADULTO	PROTEC	R$ 49,99	R$ 99,98
2	2	UND	FIO GUIA MANDRIL PARA ENTUBAÇÃO OROTRAQUEAL INFANTIL	PROTEC	R$ 38,43	R$ 76,86
3	2	KIT	LARINGOSCÓPIO ADULTO	MD	R$ 242,99	R$ 485,98
4	5	KIT	MÁSCARA DE VENTURI ADULTO	ADVANTIVE	R$ 45,07	R$ 225,35
5	5	KIT	MÁSCARA DE VENTURI INFANTIL	ADVANTIVE	R$ 42,59	R$ 212,95
6	5	UND	MÁSCARA LARÍNGEA N° 2	MD	R$ 87,08	R$ 435,40
7	5	UND	MÁSCARA LARÍNGEA N° 2,5	MD	R$ 81,43	R$ 407,15
8	5	UND	MÁSCARA LARÍNGEA N° 3	MD	R$ 87,19	R$ 435,95
9	5	UND	MÁSCARA LARÍNGEA N° 4	MD	R$ 79,12	R$ 395,60
10	5	UND	MÁSCARA LARÍNGEA N° 5	MD	R$ 81,52	R$ 407,60
11	5	UND	TUBO ENDOTRAQUEAL TAMANHO 2,5	MEDIX	R$ 5,08	R$ 25,40
12	5	UND	TUBO ENDOTRAQUEAL TAMANHO 3,0	MEDIX	R$ 5,36	R$ 26,80
13	5	UND	TUBO ENDOTRAQUEAL TAMANHO 3,5	MEDIX	R$ 5,64	R$ 28,20
14	5	UND	TUBO ENDOTRAQUEAL TAMANHO 4,0	MEDIX	R$ 5,49	R$ 27,45
15	5	UND	TUBO ENDOTRAQUEAL TAMANHO 4,5	MEDIX	R$ 5,72	R$ 28,60
16	5	UND	TUBO ENDOTRAQUEAL TAMANHO 5,0	MEDIX	R$ 5,69	R$ 28,45
17	5	UND	TUBO ENDOTRAQUEAL TAMANHO 5,5	MEDIX	R$ 5,59	R$ 27,95
18	5	UND	TUBO ENDOTRAQUEAL TAMANHO 6,0	MEDIX	R$ 5,69	R$ 28,45
19	5	UND	TUBO ENDOTRAQUEAL TAMANHO 6,5	MEDIX	R$ 5,86	R$ 29,30
20	5	UND	TUBO ENDOTRAQUEAL TAMANHO 7,0	MEDIX	R$ 5,82	R$ 29,10
21	5	UND	TUBO ENDOTRAQUEAL TAMANHO 7,5	MEDIX	R$ 5,96	R$ 29,80
22	5	UND	TUBO ENDOTRAQUEAL TAMANHO 8,0	MEDIX	R$ 5,90	R$ 29,50
23	5	UND	TUBO ENDOTRAQUEAL TAMANHO 8,5	MEDIX	R$ 5,73	R$ 28,65
24	5	UND	TUBO ENDOTRAQUEAL TAMANHO 9,0	MEDIX	R$ 6,03	R$ 30,15
25	5	UND	TUBO ENDOTRAQUEAL TAMANHO 9,5	SOLIDOR	R$ 5,95	R$ 29,75
					TOTAL	**R$ 3.610,37**

LOTE 46 MATERIAIS PARA AGENTES DE SAÚDE

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	100	FR	PROTETOR SOLAR FPS 60	NUTRIEX	R$ 19,19	R$ 1.919,00
2	50	FR	REPELENTE	DTX	R$ 13,30	R$ 665,00
3	15	UND	BALANÇA DE CHÃO DIGITAL GLASS 3S BOA QUALIDADE	G TECH	R$ 170,34	R$ 2.555,10
					TOTAL	**R$ 5.139,10**

LOTE 50 HIPOLIPEMIANTES

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	12000	DRÁG	SINVASTATINA 20 MG	PHARLAB	R$ 0,25	R$ 3.000,00
2	12000	DRÁG	SINVASTATINA 40 MG	PHARLAB	R$ 0,33	R$ 3.990,00
					TOTAL	**R$ 6.990,00**

RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA INSCRITA **NO CNPJ: 35.042.079/0001-06**

LOTE 04 ANTI-HIPERTENSIVOS E FÁRMACOS QUE ATUAM SOBRE SISTEMA CARDIOVASCULAR						
ITENS	**QUANT**	**UNID**	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**VLR. UNI**	**VLR. TOTAL**
1	40000	CPR	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	brasterapica	0,08	R$ 3.200,00
2	5000	CPR	AMIODARONA 200 MG	geolab	0,82	R$ 4.100,00
3	5000	CPR	ANLODIPINO BESILATO 10 MG	geolab	0,14	R$ 700,00
4	15000	CPR	ANLODIPINO BESILATO 5 MG	geolab	0,06	R$ 900,00

5	15000	CPR	ATENOLOL 50 MG	sandoz	0,16	R$ 2.400,00
6	40000	CPR	CAPTOPRIL 25 MG	sanval	0,08	R$ 3.200,00
7	1000	CPR	CARVEDILOL 12,5 MG	e.m.s	1,62	R$ 1.620,00
8	2000	CPR	CARVEDILOL 3,125 MG	legrand	0,26	R$ 520,00
9	4000	CPR	CARVEDILOL 6,25 MG	e.m.s	0,24	R$ 960,00
10	4000	CPR	CLOPIDOGREL 75 MG	accord	0,73	R$ 2.920,00
11	2000	CPR	DIGOXINA 0,25 MG	pharlab	0,37	R$ 740,00
12	5000	CPR	ENALAPRIL MALEATO 10 MG	hipolabor	0,09	R$ 450,00
13	15000	CPR	ENALAPRIL MALEATO 20 MG	hipolabor	0,14	R$ 2.100,00
14	8000	CPR	ESPIRONOLACTONA 25 MG	e.m.s	0,59	R$ 4.720,00
15	2000	CPR	ESPIRONOLACTONA 100 MG	hipolabor	0,72	R$ 1.440,00
16	10000	CPR	FUROSEMIDA 40 MG	geolab	0,1	R$ 1.000,00
17	500	CPR	HIDRALAZINA 25 MG	novarts	0,12	R$ 60,00
18	1500	CPR	HIDRALAZINA 50 MG	sandoz	0,8	R$ 1.200,00
19	40000	CPR	HIDROCLORITIAZIDA 25 MG	medquimica	0,06	R$ 2.400,00
20	300	CPR	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO 5 MG	e.m.s	0,56	R$ 168,00
21	75000	CPR	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	prati	0,13	R$ 9.750,00
22	5000	CPR	METILDOPA 250 MG	sandoz	1,36	R$ 6.800,00
23	3000	CPR	METOPROLOL 100 MG	astrazenica	1,66	R$ 4.980,00
24	5000	CPR	METOPROLOL 25 MG	astrazenica	0,49	R$ 2.450,00
25	25000	CPR	METOPROLOL 50 MG	astrazenica	0,8	R$ 20.000,00
26	5000	CPR	NIFEDIPINO 10 MG	neo quimica	0,24	R$ 1.200,00
27	10000	CPR	NIFEDIPINO 20 MG	neo quimica	0,27	R$ 2.700,00
28	500	CPR	PROPATILNITRATO 10 MG	fqm	0,83	R$ 415,00
29	500	CPR	PROPRANOLOL CLORIDRATO 10 MG	e.m.s	0,19	R$ 95,00
30	10000	CPR	PROPRANOLOL CLORIDRATO 40 MG	osorio	0,07	R$ 700,00
					total	R$ 83.888,00

LOTE 13 ANALGÉSICOS E/OU ANTIPIRÉTICOS

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR. UNI	VLR. TOTAL
1	50000	CPR	DIPIRONA SÓDICA 500 MG COMPRIMIDO	e.m.s	0,25	R$ 12.500,00
2	2500	FR	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOL. ORAL	farmace	2,25	R$ 5.625,00
3	2000	FR	PARACETAMOL 200 MG/ML 20 ML	e.m.s	2,73	R$ 5.460,00
4	30000	CPR	PARACETAMOL 500 MG	hipolabor	0,2	R$ 6.000,00
					total	R$ 29.585,00

LOTE 15 FÁRMACOS ATUANTES NO SISTEMA GASTROINTESTINAL

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR. UNI	VLR. TOTAL
1	300	CPR	CARVÃO ATIVADO 250 MG	uniao quimica	1,68	R$ 504,00
2	2	PÓ	CARVÃO ATIVADO PÓ PA 250 G	zona cerealista	49,4	R$ 98,80
3	1500	FR	HIDRÓXIDO DE ALUM. 61,5 MG/ML SUSP. ORAL 100 ML	imec	5,76	R$ 8.640,00
4	150	FR	LACTULOSE 667 MG/ML	airela	10,52	R$ 1.578,00
5	800	FR	METOCLOPRAMIDA 4 MG/ML	belfar	5,03	R$ 4.024,00
6	2000	CPR	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO 10 MG	altefar	1,19	R$ 2.380,00
7	500	FR	ÓLEO MINERAL (VASELINA LÍQUIDA/PETROLATO) FRASCO 100ML	imec	6,76	R$ 3.380,00
8	30000	CÁPS	OMEPRAZOL 20 MG	belfar	0,28	R$ 8.400,00
9	1500	CPR	ONDANSETRONA 4 MG	pharlab	3,64	R$ 5.460,00
10	1500	CPR	ONDANSETRONA 8 MG	e.m.s	2,08	R$ 3.120,00
11	400	FR	SIMETICONA 75 MG/ML	airela	3,25	R$ 1.300,00
12	500	CPR	SULFATO DE ZINCO 10 MG	biovittare	0,61	R$ 305,00
13	500	FR	SULFATO DE ZINCO 4 MG/ML	unizinco	10,77	R$ 5.385,00
					total	R$ 44.574,80

LOTE 17 FÁRMACOS DE USO TÓPICO

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR. UNI	VLR. TOTAL
1	100	UNID	COLAGENASE 0,6 U/G POMADA (P/ CURATIVO) - POMADA	cristalia	22,49	R$ 2.249,00
2	300	UNID	DICLOFENACO SAL DIETILAMÔNIO 11,6 MG/G GEL 60 G (FISIOTERAPIA) - GEL	belfar	5,84	R$ 1.752,00
3	100	UNID	HIDROCORTISONA ACETATO 10 MG/G (1%) – CREME	e.m.s	9,06	R$ 906,00
4	200	UNID	MICONAZOL NITRATO 2 % CREME 28 G – CREME	hipolabor	6,51	R$ 1.302,00
5	150	UNID	NIMESULIDA GEL (FISIOTERAPIA) - GEL	cimed	8,91	R$ 1.336,50
6	50	UNID	PASTA D`AGUA PASTA 100 G - CREME	belfar	10,45	R$ 522,50
7	2500	CPR	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG	adv	0,44	R$ 1.100,00
8	100	FR	PERMETRINA 10 MG/ML 60ML	nativita	3,8	R$ 380,00
9	100	FR	PERMETRINA 50 MG/ML 60ML	nativita	5,66	R$ 566,00
					total	R$ 10.114,00

LOTE 21 FÁRMACOS ATUANTES SOBRE O SISTEMA RESPIRATÓRIO INJETÁVEIS

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR. UNI	VLR. TOTAL
1	800	UNID	HIDROCORTISONA SAL SUCCINATO SÓDICO 500 MG PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL – FR/AMP	fresenius	9,85	R$ 7.880,00
2	400	UNID	HIDROCORTISONA SAL SUCCINATO SÓDICO 100 MG PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL - FR/AMP	blau	7,67	R$ 3.068,00
					total	R$ 10.948,00

LOTE 23 FÁRMACOS ANTIFÚNGICOS

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR. UNI	VLR. TOTAL
1	1000	CPR	CETOCONAZOL 200 MG	pharlab	0,41	R$ 410,00
2	200	UNID	CETOCONAZOL CREME 20 MG/G – CREME	geolab	6,41	R$ 1.282,00
3	150	FR	CETOCONAZOL SHAMPOO 100 ML	nativita	11,63	R$ 1.744,50
4	1000	CÁPS	ITRACONAZOL 100 MG	geolab	2,03	R$ 2.030,00
5	2000	CÁPS	FLUCONAZOL 150 MG	medquimica	0,83	R$ 1.660,00
6	250	UNID	MICONAZOL, NITRATO, 2% CREME VAGINAL 80G	prati	15,29	R$ 3.822,50
7	100	FR	NISTATINA 100.000UI/ML	prati	7,68	R$ 768,00
8	350	UNID	NISTATINA CREME VAGINAL100.000 UI – CREME	prati	7,05	R$ 2.467,50
9	500	CPR	SECNIDAZOL 1000 MG	pharlab	4,61	R$ 2.305,00
					total	R$ 16.489,50

LOTE 39 EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR. UNI	VLR. TOTAL
1	100	UND	AVENTAL DESCARTÁVEL, MANGA LONGA, TIPO CAPOTE	anadona	23,38	R$ 2. 338,00
2	50	PAR	LUVA CIRÚRGICA, LÁTEX NATURAL, 7, ESTÉRIL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28 CM, LUBRIFICADA C/PÓ BIOABSORVENTE ATÓXICA DESCARTÁVEL, ANATÔMICA	lemgruber	2,21	R$ 110,50
3	100	PAR	LUVA CIRÚRGICA, LÁTEX NATURAL, 7,5 , ESTÉRIL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28 CM, LUBRIFICADA C/PÓ BIOABSORVENTE ATÓXICA DESCARTÁVEL, ANATÔMICA	lemgruber	2,25	R$ 225,00
4	100	PAR	LUVA CIRÚRGICA, LÁTEX NATURAL, 8 , ESTÉRIL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28 CM, LUBRIFICADA C/PÓ BIOABSORVENTE ATÓXICA DESCARTÁVEL, ANATÔMICA	lemgruber	2,27	R$ 227,00
5	50	PAR	LUVA CIRÚRGICA, LÁTEX NATURAL, 8,5 , ESTÉRIL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28 CM, LUBRIFICADA C/PÓ BIOABSORVENTE ATÓXICA DESCARTÁVEL, ANATÔMICA, CONFORME NORMA DA ABNT COM ABERTURA ASSÉPTICA	lemgruber	1,97	R$ 98,50
6	250	UNID	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, EXTRAPEQUENO, LUBRIFÍCADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL - CX C/100	inovem	18	R$ 4. 500,00
7	200	UNID	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, GRANDE, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL - CX C/100	inovem	18	R$ 3. 600,00
8	250	UNID	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, MÉDIO, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL - CX C/100	inovem	18	R$ 4. 500,00
9	250	UNID	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, PEQUENO, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL - CX C/100	inovem	18,45	R$ 4. 612,50
10	500	UNID	MÁSCARA CIRÚRGICA, NÃO TECIDO, 3 CAMADAS, PREGAS HORIZONTAIS, ATÓXICA, COM ELÁSTICO, CLIP NASAL EMBUTIDO HIPOALERGÊNICA DESCARTÁVEL - CX C/50	qualybless	8	R$ 4. 000,00
11	100	UND	MÁSCARA, P/ PROTEÇÃO CONTRA POEIRAS, FUMOS E NÉVOAS ÓXICAS, N95, CLASSE PFF-2, REFERÊNCIA 3M	winner	2,16	R$ 216,00
12	20	UND	ÓCULOS DE PROTEÇÃO	danny	6,37	R$ 127,40
13	20	UNID	TOUCA DESCARTÁVEL USO HOSPITALAR, NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, ELÁSTICO EM TODA VOLTA, DESCARTÁVEL – PCT C/ 100	anadona	12,25	R$ 245,00
					total	R$ 24. 799,90

LOTE 41 MATERIAIS PARA DESCARTE

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR. UNI	VLR. TOTAL
1	100	UND	COLETOR MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE, PAPELÃO, 7 L, ALÇAS RÍGIDAS E TAMPA, REVESTIMENTO INTERNO EM POLIETILENO ALTA DENSIDADE, DESCARTÁVEL	descarbox	6,64	R$ 664,00
2	100	UND	COLETOR MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE, PAPELÃO, 13 L, ALÇAS RÍGIDAS E TAMPA, REVESTIMENTO INTERNO EM POLIETILENO ALTA DENSIDADE, DESCARTÁVEL	descarbox	9	R$ 900,00
3	60	UND	COLETOR MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE, PAPELÃO, 20 L, ALÇAS RÍGIDAS E TAMPA, REVESTIMENTO INTERNO EM POLIETILENO ALTA DENSIDADE, DESCARTÁVEL	descarbox	12,6	R$ 756,00
4	70	PCT	SACO DE LIXO HOSPITALAR BRANCO LEITOSO 100 LT C/100	rava	48,9	R$ 3. 423,00
5	30	PCT	SACO DE LIXO HOSPITALAR BRANCO LEITOSO 60 LT C/100	rava	41,9	R$ 1. 257,00
					total	R$ 7. 000,00

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.250.803/0001-92

ITEM	ESPECIFICAÇÃODOS PRODUTOS	LOTE	MARCA	UNI	QTD	P.UNIT	P.TOTAL
62	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50 MG/ML	5	HIPOLABOR	AMP	100	R$ 8,400	R$ 840,00
63	AMIODARONA 50 MG/ML	5	HIPOLABOR	AMP	50	R$ 3,530	R$ 176,50
64	ATROPINA SULFATO 0,25 MG/ML	5	FARMACE	AMP	100	R$ 2,490	R$ 249,00
65	EPINEFRINA 1 MG/ML	5	HIPOLABOR	AMP	200	R$ 2,200	R$ 440,00
66	FUROSEMIDA 10 MG/ML SOL. INJETÁVEL	5	SANTISA	AMP	300	R$ 2,240	R$ 672,00
67	HIDRALAZINA 20 MG/ML	5	CRISTALIA	AMP	100	R$ 9,625	R$ 962,50

ITEM	ESPECIFICAÇÃODOS PRODUTOS	LOTE	MARCA	UNI	QTD	P.UNIT	P.TOTAL
68	DOXAZOSINA 2MG	6	GEOLAB	CPR	500	R$ 0,320	R$ 160,00
69	DOXAZOSINA 4MG	6	EUROFARMA	CPR	500	R$ 0,620	R$ 310,00
70	TANSULOSINA 0,4 MG	6	ZYDUS	CPR	500	R$ 3,100	R$ 1.550,00

ITEM	ESPECIFICAÇÃODOS PRODUTOS	LOTE	MARCA	UNI	QTD	P.UNIT	P.TOTAL
71	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 0,4 MG/ML	7	PRATI	FRS	3.500	R$ 7,830	R$ 27.405,00
72	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 2 MG	7	GEOLAB	CPR	1.000	R$ 0,589	R$ 589,00
73	LORATADINA 1 MG/ML	7	CIMED	FRS	1.500	R$ 6,910	R$ 10.365,00
74	LORATADINA 10 MG	7	VITAMEDIC	CPR	1.500	R$ 0,190	R$ 285,00
75	PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG	7	CRISTALIA	CPR	2.000	R$ 0,360	R$ 720,00
76	PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG/ML	7	HIPOLABOR	AMP	400	R$ 3,340	R$ 1.336,00

ITEM	ESPECIFICAÇÃODOS PRODUTOS	LOTE	MARCA	UNI	QTD	P.UNIT	P.TOTAL
81	CINARIZINA 75 MG	9	NEO QUIMICA	CPR	7.000	R$ 0,679	R$ 4.750,00

ITEM	ESPECIFICAÇÃODOS PRODUTOS	LOTE	MARCA	UNI	QTD	P.UNIT	P.TOTAL
82	GLIBENCLAMIDA 5 MG	10	GEOLAB	CPR	40.000	R$ 0,080	R$ 3.200,00
83	GLICLAZIDA 30 MG	10	PHARLAB	CPR	1.000	R$ 0,440	R$ 440,00
84	GLICLAZIDA 60 MG	10	SERVIER	CPR	2.000	R$ 1,100	R$ 2.200,00
85	GLICLAZIDA 80 MG	10	SERVIER	CPR	500	R$ 4,120	R$ 2.060,00
86	METFORMINA 500 MG	10	PRATI	CPR	20.000	R$ 0,150	R$ 3.000,00
87	METFORMINA 850 MG	10	PRATI	CPR	30.000	R$ 0,200	R$ 6.000,00

ITEM	ESPECIFICAÇÃODOS PRODUTOS	LOTE	MARCA	UNI	QTD	P.UNIT	P.TOTAL
109	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOL. INJ.	14	FARMACE	AMP	6.500	R$ 2,210	R$ 14.365,00
110	MORFINA SULFATO 10 MG/ML SOL. INJ.	14	HIPOLABOR	AMP	300	R$ 3,300	R$ 990,00
111	TRAMADOL CLORIDRATO 50 MG/ML SOL. INJ.	14	HIPOLABOR	AMP	1.500	R$ 5,490	R$ 8.235,00

ITEM	ESPECIFICAÇÃODOS PRODUTOS	LOTE	MARCA	UNI	QTD	P.UNIT	P.TOTAL
166	ÁCIDO VALPRÓICO 250 MG	25	BIOLAB	CPR	1.000	R$ 0,880	R$ 880,00
167	ÁCIDO VALPRÓICO 500 MG	25	BIOLAB	CPR	2.500	R$ 1,560	R$ 3.900,00
168	ÁCIDO VALPRÓICO 50 MG/ML	25	HIPOLABOR	FRS	200	R$ 25,000	R$ 5.000,00
169	AMITRIPTILINA CLORIDRATO 25 MG	25	NEO QUIMICA	CPR	10.000	R$ 0,080	R$ 800,00
170	CARBAMAZEPINA 200 MG	25	TEUTO	CPR	12.000	R$ 0,420	R$ 5.040,00
171	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML	25	HIPOLABOR	FRS	50	R$ 15,840	R$ 792,00
172	CARBAMAZEPINA 400 MG	25	CRISTALIA	CPR	2.000	R$ 3,900	R$ 7.800,00
173	CARBONATO DE LÍTIO 300 MG	25	HIPOLABOR	CPR	3.500	R$ 1,080	R$ 3.780,00
174	CLONAZEPAM 2 MG	25	GEOLAB	CPR	4.000	R$ 0,130	R$ 520,00
175	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOL. ORAL GOTAS	25	HIPOLABOR	FRS	500	R$ 3,980	R$ 1.990,00
176	CLORPROMAZINA 100 MG	25	CRISTALIA	CPR	2.000	R$ 0,590	R$ 1.180,00
177	DIAZEPAM 10 MG	25	SANTISA	CPR	3.000	R$ 0,110	R$ 330,00
178	DIAZEPAM 5 MG	25	SANTISA	CPR	3.000	R$ 0,110	R$ 330,00
179	FENOBARBITAL SÓDICO 100 MG	25	CRISTALIA	CPR	2.000	R$ 0,330	R$ 660,00
180	FENOBARBITAL SÓDICO 40 MG/ML	25	CRISTALIA	FRS	150	R$ 8,020	R$ 1.203,00
181	FENITOÍNA SÓDICA 100 MG	25	HIPOLABOR	CPR	3.500	R$ 0,270	R$ 945,00
182	FLUOXETINA CLORIDRATO 20 MG	25	HIPOLABOR	CPR	25.000	R$ 0,240	R$ 6.000,00
183	HALOPERIDOL 5 MG	25	CRISTALIA	CPR	2.500	R$ 0,420	R$ 1.050,00

ITEM	ESPECIFICAÇÃODOS PRODUTOS	LOTE	MARCA	UNI	QTD	P.UNIT	P.TOTAL
273	ÁGUA DESTILADA SOLUÇÃO INJETÁVEL FLACONETE 10 ML –	35	EQUIPLEX	AMP	3.000	R$ 0,700	R$ 2.100,00
274	CLORETO DE POTÁSSIO 15 % 10 ML – FLACONETE	35	EQUIPLEX	AMP	10	R$ 8,950	R$ 89,50
275	CLORETO DE SÓDIO 0,9 % 100 ML SISTEMA FECHADO, SOL. INJ.	35	EQUIPLEX	FRS	7.500	R$ 9,150	R$ 68.625,00
276	CLORETO DE SÓDIO 0,9 % 1000 ML SISTEMA FECHADO, SOL. INJ	35	EQUIPLEX	FRS	1.000	R$ 19,920	R$ 19.920,00
277	CLORETO DE SÓDIO 0,9 % 250 ML SISTEMA FECHADO, SOL. INJ.	35	EQUIPLEX	FRS	6.500	R$ 8,580	R$ 55.770,00
278	CLORETO DE SÓDIO 0,9 % 500 ML SISTEMA FECHADO, SOL. INJ.	35	EQUIPLEX	FRS	5.000	R$ 8,450	R$ 42.250,00
279	GLICOSE 5 % SOL. INJ. SISTEMA 250 ML	35	EQUIPLEX	FRS	1.500	R$ 8,200	R$ 12.300,00
280	GLICOSE 5 % SOL. INJ. SISTEMA 500 ML	35	EQUIPLEX	FRS	500	R$ 9,490	R$ 4.745,00
281	GLICOSE 50% SOL. INJ. AMPOLA - FLACONETE	35	EQUIPLEX	AMP	400	R$ 1,020	R$ 408,00
282	GLICOSE ASSOCIADA AO CLORETO DE SÓDIO 5 % + 0,9 % SOL. INJ. SISTEMA FECHADO 250 ML	35	EQUIPLEX	FRS	250	R$ 8,000	R$ 2.000,00
283	GLICOSE ASSOCIADA AO CLORETO DE SÓDIO 5 % + 0,9 % SOL. INJ. SISTEMA FECHADO 500 ML	35	EQUIPLEX	FRS	250	R$ 9,810	R$ 2.452,50
284	MANITOL 20 % SOL. INJ. SIST. FECHADO 500 ML	35	EQUIPLEX	FRS	10	R$ 24,000	R$ 240,00
285	RINGER LACTATO SÓDICO SOL. INJ. SISTEMA FECHADO 500 ML	35	EQUIPLEX	FRS	600	R$ 11,500	R$ 6.900,00
286	RINGER SIMPLES SOL. INJ. SISTEMA FECHADO 500 ML	35	EQUIPLEX	FRS	200	R$ 11,000	R$ 2.200,00

ITEM	ESPECIFICAÇÃODOS PRODUTOS	LOTE	MARCA	UNI	QTD	P.UNIT	P.TOTAL
461	ELETRODO PARA ELETROCARDIOGRAMA ADULTO/INFANTILPCT C/ 50 UND ECG	47	SOLIDOR	UND	150	R$ 0,480	R$ 72,00
462	GEL CONDUTOR PARA ULTRASSONOGRAFIA 500 G	47	PROMEDIX	FRS	20	R$ 6,010	R$ 120,20
463	GEL CONDUTOR PARA ULTRASSONOGRAFIA 5 KG	47	MULTIGEL	GL	3	R$ 49,920	R$ 149,76
464	LÂMINA DE BARBEAR DESCARTÁVEL (APARELHO TIPO GILLETE)	47	VITALMAX	UND	50	R$ 4,070	R$ 203,50

ITEM	ESPECIFICAÇÃODOS PRODUTOS	LOTE	MARCA	UNI	QTD	P.UNIT	P.TOTAL
465	CABO DE BISTURI	48	WELDON	UND	3	R$ 10,360	R$ 31,08
466	PINÇA CLÍNICA PARA ALGODÃO	48	PRATA	UND	3	R$ 29,260	R$ 87,78
467	PINÇA CHERON	48	PROFESSIONAL	UND	3	R$ 112,840	R$ 338,52
468	PINÇA MAGIL	48	PROFESSIONAL	UND	3	R$ 110,120	R$ 330,36

469	PORTA AGULHA MAIO HEGAR 14 CM	48	WELDON	UND	3	R$	109,460	R$	328,38
470	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 16 CM	48	WELDON	UND	3	R$	162,200	R$	486,60
471	TESOURA	48	WELDON	UND	3	R$	33,320	R$	99,96
472	TESOURA MAYO RETA 15 CM	48	WELDON	UND	3	R$	98,100	R$	294,30
473	TESOURA ROMBA PARA RESGATE 19 CM	48	WELDON	UND	3	R$	40,750	R$	122,25
474	TESOURA SPENCER 9 CM	48	PROFESSIONAL	UND	3	R$	109,680	R$	329,04

2.2 – Os **medicamentos e insumos** serão fornecidos sob o regime de empreitada global por preço unitário, destinado a atender as necessidades da **Secretaria Municipal de Saúde**;

2.3 - O compromisso para o fornecimento dos **serviços** só estará caracterizado após o recebimento da **"Ordem de fornecimento"** ou da competente Nota de Empenho, que deverá conter obrigatoriamente: data, número do processo, número da Nota de Empenho, prazo que ficará a disposição da contratante, carimbo e assinatura do responsável;

2.3.1 – O vencedor fica obrigado a atender todas as **ordens de fornecimento** expedidas durante a vigência da ata de registro de preços ou do contrato, dentro da quantidade estabelecida, podendo haver atendimento além da prevista, a critério da administração, mediante prévia justificativa, e com a anuência da contratada, devidamente formalizada no processo e aprovação das máquinas oferecidas;

2.4 - DO TRANSPORTE DOS MATERIAIS:

2.4.1 - Os transportes dos materiais de consumo deverão atender as Normas da ANVISA conforme RDC 329/99, onde somente empresas devidamente autorizadas ou licenciadas junto à autoridade sanitária, poderão realizar o mesmo.

2.4.2 - De conformidade com a portaria 802/98 em seu Artigo 16, a qual menciona, "***Os fornecedores devem garantir que o transporte dos medicamentos farmacêuticos seja realizado conforme o que determina as Boas Práticas de Fabricação e Controle de Medicamentos Farmacêuticos e Farmacoquímico***".

2.5 - DO PRAZO DE DEVOLUÇÃO DOS MATERIAIS E TROCA EM CASO DE INCONSISTÊNCIAS, PERDAS E AVARIAS:

a) O prazo máximo para a empresa efetuar a troca dos materiais será de até **05 (cinco) dias corridos**, em caso de haver matérias com avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, e validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração.

b) A partir desse prazo de troca, a Secretaria Municipal de Saúde solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com a proposta, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos matreriais de consumo.

2.6 - DO PRAZO DE VENCIMENTO DOS MEDICAMENTOS:

a) Para os medicamentos com data de fabricação menor que 12 (doze) meses, deverão os mesmos respeitar a condição **de não ter prazo de validade do produto menor que 75% do seu vencimento**, quando do recebimento do produto na Secretaria Municipal de Saúde.

b) Caso ocorra tal situação, a responsabilidade é total do fornecedor que não cumpriu as exigências deste Termo, arcando com todos os custos diretos e indiretos da devolução e quaisquer outros ônus advindos dessa irregularidade, por culpa total e ônus por conta do Fornecedor.

2.7 - DAS CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E RECEBIMENTO DOS MEDICAMENTOS:

a) O fornecedor deverá garantir adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até a Secretaria Municipal de Saúde.

b) O transporte deve ser feito pela empresa Fornecedora, conforme exigência das legislações sanitárias vigentes, evitando qualquer tipo de contaminação dos medicamentos e demais materiais de consumo e risco a saúde dos usuários.

c) Os volumes/caixas deverão estar separados por lotes, conforme o ato de entrega dos medicamentos e/ou materiais de consumo hospitalar, bem como, discriminadas as informações nas notas fiscais.

d) Caso não se cumpra tais especificações os medicamentos e/ou materiais de consumo hospitalar poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

e) As empresas vencedoras) deverão fornecer os medicamentos e/ou materiais de consumo hospitalar dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:

1) O produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo.

2) Todos os medicamentos e/ou materiais de consumo hospitalar, nacionais ou importados, devem ter constado nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

3) O número dos lotes deve estar especificado na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento e/ou material de consumo hospitalar entregue.

4) Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto.

f) Os medicamentos perecíveis, termolábeis, deverão ser acondicionados e transportados de acordo com a temperatura exigida pelo fabricante até o ato da entrega, em embalagens que conservem suas propriedades e qualidades (exemplo: isopor), devendo nessa embalagem secundária constar os seguintes dizeres: "***PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO***" (Portaria nº. 2814/GM de 29 de maio de 1998) referentes às quantidades das unidades por cartela, frasco, caixa, etc.

g) Os medicamentos deverão ser embalados de acordo com cada tipo: líquidos (frascos, soluções, suspensões, etc.), sólidos (comprimidos, cápsulas, etc.), injetáveis (ampolas, frascos-ampolas, etc.).

h) Não serão recebidos os medicamentos com prazo de validade inferior ao solicitado. Não serão aceitos medicamentos com especificação diferente ao que foi proposto, com irregularidade de peso ou medida, de inconsistência de informações sobre o produto bem como se apresentar quaisquer descumprimentos da qualidade e quantidade, além das exigências requeridas neste Termo de Referência.

2.8 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA a executar os fornecimentos dos materiais de consumo, desde que obedecidas às condições deste termo de referecencia.

2.9 – Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, fretes, transporte, descarregamento, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e outros decorrentes do fornecimento;

2.10 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente após a notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

2.11 - A empresa vencedora do certame **estará ciente de que não serão adquiridos itens de materiais de consumo em sua totalidade**, e sim de acordo com as necessidades do município.

2.12 – A empresa vencedora do certame não poderá contratar outra empresa do ramo para executar os fornecimentos, o qual deverá neste caso cumprir o contrato a ser firmado com a Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT para os fornecimentos, nas quantidades estabelecidas neste edital.

CLAUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é a **Secretaria Municipal de Saude**.

3.2 – A presente ATA atenderá as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 8.250/2014 de 23/05/2014, e, diante disso está sujeito à autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º ao 9º do Decreto Federal acima mencionado e diante disso, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro** de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLAUSULA QUARTA - VALIDADE DA ATA

4.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura **(20/09/2023 até 20/09/2024)** não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA QUINTA - CONDIÇÕES GERAIS

5.1. - As condições gerais da prestação dos serviços e/ou fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato que passam a ser parte integrante desta ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Nova Nazaré-MT, 20 de setembro de 2023.

MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ/MT

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

MELO COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA

Emerson Amâncio de Melo

CPF nº 869.947.079-04

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

Andreite Spada

CPF nº 992.663.0001-44

RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

Camila Porcelis Vargas

CPF nº 066.104.459-90

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2023

Tornamos público à homologação do Processo Administrativo **nº 039/2023**– Pregão Presencial **nº 012/2023**, tendo por OBJETO o Registro de

preços para futura e eventual **aquisição de materiais de consumo (medicamentos e insumos) para atender os beneficiários do SUS, em cumprimento ao artigo 23, inciso II e artigos 196, 197 e 198 da Constituição Federal,** conforme documentos constantes dos autos em favor das empresas **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**, foi vencedora da 1ª fase, na etapa de lances dos **LOTES 5,6,7,9,10,14,25,35,47 e 48** perfazendo o valor total de **R$ 356.493,73 (trezentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e noventa e três reais e setenta e três centavos)** e a empresa **MELO COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA** foi vencedora da 1ª fase, na etapa de lances dos **LOTES 2,8,11,12,16,19,22,24,26,27,28,29,32,33,34,36,37,38,42,43,44,45,46 e 50** com o valor total de **R$ 624.586,18 (seiscentos e vinte e quatro mil, quinhentos e oitenta e seis reais e dezoito centavos) e a empresa RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA LTDA** foi vencedora da 1ª fase, na etapa de lances dos **LOTES 4,13,15,17,21,23 e 39** perfazendo o valor total de **R$ 227.408,80 (duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e oito reais e oitenta centavos) e foram Fracassados os lotes 1,18,20,30,31 e 49 por os valores das propostas mesmo após os lances terem ficado acima da média do Edital conforme histórico de lances e propostas apresentadas, já os lotes 3 e 40 foram fracassados desertos.**

Nova Nazaré-MT, 20 de setembro de 2023

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

SIMPREV
PORTARIA Nº. 016/2023.

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora **Sr.ª. Valdira de Freitas.** "*

O Diretor Executivo do SIMPREV - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o § 9º do art. 4º da Emenda Constitucional nº. 103/2019 c/c Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº. 41/2003, e Art. 89, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal nº 852 de 16 de julho de 2009 que rege a previdência municipal c/c Lei complementar nº. 013/2008 que Dispõe sobre Plano de Cargos e Carreira dos Servidores do Município de Nova Olímpia, c/c Lei Complementar Municipal nº. 085/2023 que dispõe sobre o Reajuste de Revisão Geral Anual dos servidores públicos do poder executivo municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição** à **Sr.ª. VALDIRA DE FREITAS**, brasileira, portadora da cédula de identidade nº. 2703841-6 SESP/MT e CPF nº. 138.676.101-00, servidora efetiva no cargo de **Agente de Serviço Público**, Classe "D", Nível "08", matriculada sob nº. 407, lotada na Secretaria Municipal de Educação; com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, **contando com 30 Anos, 1 Mês e 16 Dias de tempo de contribuição,** com proventos integrais com base na última remuneração do cargo efetivo, conforme o processo administrativo do **SIMPREV nº. 2023.04.00015P,** a partir da data de **16/09/2023** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de **16 de setembro de 2023**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Nova Olímpia - MT, 20 de setembro de 2023.

CARLOS MARCOS MASCARENHAS ALMEIDA

DIRETOR EXECUTIVO DO SIMPREV

Homologo:

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

RETIFICA-SE O EXTRATO DO CONTRATO Nº 167/2023/PMNO, REFERENTE AO PREGÃO ELETRONICO Nº 038/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 088/2023/PMNO, PUBLICADO NO SEGUINTE JORNAL:

JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, EDIÇÃO 4.323, PAGINA 340, EM 20 DE SETEMBRO DE 2023.

ONDE SE LE: **VIGÊNCIA CONTRATUAL: 18/09/2023 Á 18/08/2024.**

LEIA-SE: **VIGÊNCIA CONTRATUAL: 18/09/2023 Á 18/09/2024.**

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA MT

LICITAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇOES E CONTRATOS- ERRATA DE AVISO DE LICITAÇAO

PROCESSO ADMINISTRATIVO- Nº. 091/2023/PMNOPREGÃO ELETRONICO- Nº. 041/2023/PMNO

ONDE SE LE- DATA: 02/10/2023 **LEIA-SE**: DATA : 03/10/2023

Nova Olímpia/MT, 20 de setembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2023

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 043/2023, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de seguros para os veículos das secretarias municipais de administração e saúde e saneamento do município de Nova Santa Helena–MT, onde sagraram-se vencedoras as seguintes empresas:

Porto Seguro Companhia De Seguros Gerais com o valor total de R$ 22. 500,00.

Gente Seguradora S. A. com o valor total de R$ 79.000,00.

Nova Santa Helena/MT, 20 de setembro de 2023.

EDINALVA NUNES

Pregoeira Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 275/2023

DATA: 19 de setembro de 2023

SÚMULA: Altera a Comissão de Abertura de Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe o Capitulo V, do Processo Disciplinar, da Lei 1036/2022 de 07 de junho de 2.022;

Considerando a necessidade de alterar um membro da comissão, tendo em vista que a mesma precisa ser composta por servidores efetivos e estáveis.

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da servidora SILVANA CARRARA, Enfermeira, matrícula 598, para apurar possíveis irregularidades no exercício de suas funções.

Art. 2° - A comissão de que trata o artigo anterior desta Portaria será composta pelos servidores da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, conforme abaixo descritos:

a) Janaina Matheus de Nadai- Chefe de Departamento de Serviços de Saúde, Matrícula 322- Presidente.

b) Eunice Cabral Rubio Campos– Professora para Educação Infantil, matrícula 541 – Membro.

c) Cristiane Botelho de Souza– Agente Administrativo II, matrícula 316 - Membro.

Art. 3º- Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º- A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior.

Artigo 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso.

19 de setembro de 2023.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 19/09/2023 a 19/10/2023.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 276/2023

DATA: 19 de setembro de 2023

SÚMULA: Altera a Comissão de Abertura de Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe o Capitulo V, do Processo Disciplinar, da Lei 1036/2022 de 07 de junho de 2.022;

Considerando a necessidade de alterar um membro da comissão, tendo em vista que a mesma precisa ser composta por servidores efetivos e estáveis.

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor ERICK HENDY SOARES FIGUEIRA, Motorista, matrícula 1143, para apurar possíveis irregularidades no exercício de suas funções.

Art. 2° - A comissão de que trata o artigo anterior desta Portaria será composta pelos servidores da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, conforme abaixo descritos:

a) Eunice Cabral Rubio Campos– Professora para Educação Infantil, matrícula 541 - Presidente.

b) Juliana da Cruz Lorca Bariquelo – Chefe de Divisão Administração Hospitalar, matrícula 746 – Membro.

c) Roderson Bezerra Furquim– Chefe de Departamento de Obras, matrícula 727 - Membro.

Art. 3º- Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º- A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior.

Artigo 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso.

19 de setembro de 2023.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 19/09/2023 a 19/10/2023.

SETOR CONTABILIDADE
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 40/2023

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor PAULINHO BORTOLINI, Prefeito Municipal de NOVA SANTA HELENA, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 1060/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 213.858,43 (duzentos e treze mil oitocentos e cinqüenta e oito reais e quarenta e três centavos) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos consignadas no Orçamento vigente:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEAD

Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA

Superávit financeiro

Cód. red.: 95

06.001.04.122.0010.2011.3.3.90.30.2.500.0000000 245,92

Sub-Total: 245,92

Órgão: 08 - SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E SANEAMENTO-SESAN

Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Superávit financeiro		
Cód. red.: 289 08.001.10.303.0026.2030.3.3.90.32.2. 621.0000000		359,80

Cód. red.: 289 08.001.10.303.0026.2030.3.3.90.32.2.632.3210000		68.253,18
Órgão: 11 - SEC.MUN.TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PUBLICOS-SETOP	**Sub-Total:**	**68.612,98**

Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA

Superávit financeiro

Cód. red.: 443

11.001.15.451.0024.1021.4.4.90.51.2.704.0000901 48.944,69

Sub-Total: 48.944,69

Órgão: 11 - SEC.MUN.TRANSPORTES, OBRAS E SERV.PUBLICOS-SETOP

Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

Superávit financeiro

Cód. red.: 471

11.002.17.512.0003.1019.4.4.90.51.2.704.0000901 96.054,84

Sub-Total: 96.054,84

Total Parcial Suplementado: 213.858,43

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior nos termos do inciso I parágrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64.

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

NOVA SANTA HELENA - MT, 1 de agosto de 2023

PAULINHO BORTOLINI

CPF: 631.762.201-97

Prefeito

SETOR CONTABILIDADE
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 39/2023

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor PAULINHO BORTOLINI, Prefeito Municipal de NOVA SANTA HELENA, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 1061/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 981.000,00 (novecentos e oitenta e um mil reais) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos no Orçamento vigente:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 85

05.001.04.126.0010.2079.3.3.90.40.1.500.0000000 15.000,00

Sub-Total: 15.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO-SEAD

Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 108

06.001.04.128.0010.2076.3.3.90.39.1.500.0000000 8.000,00

Sub-Total: 8.000,00

Órgão: 07 - SECRET. MUN. EDUCAÇÃO, CULT. DESP. E LAZER-SECDL

Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	115	07.001.12.306.0022.2015.3.3.90.30.1.552.0000000		15.000,00
Cód. red.:	116	07.001.12.306.0022.2059.3.3.90.30.1.500.1001000		25.000,00
Cód. red.:	129	07.001.12.361.0021.2012.3.3.90.30.1.500.1001000		35.000,00
Cód. red.:	133	07.001.12.361.0021.2012.3.3.90.93.1.500.1001000		1.500,00
Cód. red.:	135	07.001.12.361.0021.2013.3.3.90.30.1.550.0000000		5.000,00
Cód. red.:	165	07.001.12.361.0025.2050.3.3.90.39.1.759.0000701		10.000,00
			Sub-Total:	**91.500,00**

Órgão: 07 - SECRET. MUN. EDUCAÇÃO, CULT. DESP. E LAZER-SECDL

Unidade: 002 - FUNDEB 70

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 180

07.002.12.365.0015.2019.3.1.90.94.1.540.1070000 2.000,00

Sub-Total: 2.000,00

Órgão: 07 - SECRET. MUN. EDUCAÇÃO, CULT. DESP. E LAZER-SECDL

Unidade: 004 - CULTURA, DESPORTO E LAZER

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	204	07.004.13.392.0017.2066.3.3.90.30.1.500.0000000		60.000,00
Cód. red.:	207	07.004.13.392.0017.2066.3.3.90.39.1.500.0000000		318.000,00
Cód. red.:	213	07.004.13.392.0020.2024.3.3.90.30.1.500.0000000		5.000,00
Cód. red.:	227	07.004.27.812.0027.2025.3.3.90.30.1.500.0000000		5.000,00
Cód. red.:	231	07.004.27.812.0027.2025.3.3.90.39.1.500.0000000		25.000,00
			Sub-Total:	**413.000,00**

Órgão: 08 - SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E SANEAMENTO-SESAN

Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	244	08.001.10.301.0006.2026.3.3.90.14.1.500.1002000	10.000,00
Cód. red.:	247	08.001.10.301.0006.2026.3.3.90.33.1.500.1002000	10.000,00
Cód. red.:	261	08.001.10.301.0026.2027.3.1.90.04.1.500.1002000	115.000,00
Cód. red.:	263	08.001.10.301.0026.2027.3.1.90.13.1.500.1002000	12.000,00
Cód. red.:	264	08.001.10.301.0026.2027.3.1.90.94.1.500.1002000	9.000,00
Cód. red.:	264	08.001.10.301.0026.2027.3.1.90.94.1.604.0000000	4.000,00

Cód. red.: 289 08.001.10.303.0026.2030.3.3.90.32.1.500.1002000		10.000,00
Cód. red.: 291 08.001.10.305.0026.2029.3.1.90.11.1.500.1002000		20.000,00
Órgão: 09 - SEC. MUN. AGRICULTURA, MEIO AMB. E TURISMO-SAMATUR	**Sub-Total:**	**195.000,00**

Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 343 09.001.20.608.0028.2063.3.3.90.39.1.500.0000000		136.000,00
Cód. red.: 344 09.001.20.608.0028.2063.4.4.90.51.1.500.0000000		9.000,00
Órgão: 10 - SEC. MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS	**Sub-Total:**	**145.000,00**

Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 400 10.001.08.244.0013.2046.3.3.90.39.1.661.0000000		500,00
Cód. red.: 403 10.001.08.244.0013.2065.3.3.90.39.1.661.0000000		2.000,00
Órgão: 11 - SEC.MUN.TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS -SETOP	**Sub-Total:**	**2.500,00**

Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	416	11.001.04.122.0010.2037.3.1.90.04.1.500.0000000		20.000,00
Cód. red.:	419	11.001.04.122.0010.2037.3.1.90.94.1.500.0000000		3.000,00
Cód. red.:	426	11.001.04.122.0010.2037.3.3.90.39.1.500.0000000		86.000,00
			Sub-Total:	**109.000,00**
			Total Parcial Suplementado:	**981.000,00**

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar Aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos aqueles mencionados no inciso III parágrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64 oriundos de anulação parcial ou total de dotações.

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 80

05.001.04.123.0010.2009.3.3.90.40.1.500.0000000 15.000,00

Sub-Total: 15.000,00

Órgão: 07 - SECRET. MUN. EDUCAÇÃO, CULT. DESP. E LAZER-SECDL

Unidade: 003 - FUNDEB 30

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 192 07.003.12.361.0015.2021.4.4.90.52.1.540.0000000		10.000,00
Cód. red.: 193 07.003.12.365.0015.1073.4.4.90.51.1.540.0000000		30.000,00
Órgão: 08 - SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E SANEAMENTO-SESAN	**Sub-Total:**	**40.000,00**

Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 274

08.001.10.301.0026.2033.4.4.90.51.1.500.1002000 10.000,00

Sub-Total: 10.000,00

Órgão: 09 - SEC.MUN.AGRICULTURA, MEIO AMB. E TURISMO-SAMATUR

Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	308	09.001.18.542.0032.2055.3.3.90.39.1.500.0000000		10.000,00
Cód. red.:	325	09.001.20.606.0028.2051.4.4.90.52.1.701.0000000		50.000,00
Cód. red.:	326	09.001.20.608.0009.1050.4.4.90.52.1.700.0000000		50.000,00
			Sub-Total:	**110.000,00**

Órgão: 11 - SEC.MUN.TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS-SETOP

Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 423 11.001.04.122.0010.2037.3.3.90.30.1.500.0000000 50.000,00

Cód. red.:	438	11.001.15.451.0010.2038.3.3.90.30.1.500.0000000		20.000,00
Cód. red.:	443	11.001.15.451.0024.1021.4.4.90.51.1.701.0000000		100.000,00
Cód. red.:	445	11.001.15.452.0018.2032.3.3.90.39.1.500.0000000		64.000,00
Cód. red.:	447	11.001.15.452.0019.2047.3.3.90.30.1.500.0000000		25.000,00
Cód. red.:	449	11.001.15.452.0019.2047.3.3.90.39.1.500.0000000		25.000,00
Cód. red.:	460	11.001.25.752.0018.1067.4.4.90.51.1.704.0000901		200.000,00
Cód. red.:	461	11.001.26.782.0009.1033.4.4.90.52.1.700.0000000		92.500,00
			Sub-Total:	**636.500,00**

Órgão: 11 - SEC.MUN.TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS-SETOP

Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 471

11.002.17.512.0003.1019.4.4.90.51.1.700.0000000 169.500,00

Sub-Total: 169.500,00

Total Parcial Reduzido: 981.000,00

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

NOVA SANTA HELENA - MT, 1 de agosto de 2023

PAULINHO BORTOLINI

CPF: 631.762.201-97

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA Nº 071/2023 da Audiência Pública, ao decimo nono dia do mês de Setembro de dois mil e vinte e três, as nove horas, nas dependências da Câmara Municipal conforme edital de convocação nº 007/2023, que convocou a população para audiência pública para fase de elaboração do Projeto da (LOA) Lei Orçamentária Anual, para o ano de 2024. Dentre as presenças estavam, a Secretária de Administração Francine de Oliveira e o secretário de Finanças Vagner Martins dos Reis. O Senhor Marcos Maia, assessor contábil da Prefeitura Municipal, agradeceu a presença de todos e iniciou a audiência demonstrando o objetivo e fundamentação da audiência. Em seguida disse que estamos no terceiro ano do PPA e apresentou sobre a integração entre as peças orçamentárias. Depois destacou as Receita Previstas e as Despesas Fixadas, mostrando a evolução da Receitas que no município é crescente, de 2021 a 2023 houve um crescimento de 20,24%, sendo em 2024 um total consolidado de 133.363.200,00, onde 9. 363.200,00 são da Previdência e 5.100.000,00 serão repassados à câmara municipal, em seguida mostrou a divisão das receitas, onde a maior receita advém de transferências correntes. Após isso mostrou a estrutura da LOA e comentou suas classificações entre funcional, programática, institucional e natureza de despesa. Dando sequência, apresentou gráficos de metas de despesa por secretaria, com destaques para as secretarias de Educação e Saúde, que possivelmente consumirão quase metade do orçamento de 2024. Também apresentou gráficos de distribuição por função de governo e Natureza de despesa onde os principais gastos serão o custeio e pessoal e encargos. O senhor Marcos deixou claro que a LOA ainda está em fase de elaboração e pode ser modificada até sua conclusão. Por fim, perguntou se alguém tinha dúvidas ou queria participar, todos se deram por satisfeitos, ele agradeceu a presença de todos e audiência foi encerrada. Eu, Wander da Silva Conceição, funcionário público municipal, fui presente e lavrei esta ata.

ATA Nº 072/2023 da Audiência Pública, ao decimo nono dia do mês de setembro de dois mil e vinte e três, às dez horas, nas dependências da Câmara Municipal conforme edital de convocação nº 008/2023, que convocou a população para audiência pública de avaliação das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2023. Dentre as presenças estavam a secretário de Administração Francine de Oliveirae o secretário de Fazenda e Planejamento Vagner Martins dos Reis. O Senhor Marcos Maia, assessor contábil da Prefeitura Municipal, agradeceu a presença de todos e iniciou a audiência falando sobre o objetivo e fundamentação da audiência. Em seguida explicou o que é meta fiscal e alguns conceitos, como o que são receitas correntes e alienação de bens. Logo após demonstrou quadro da Receita Consolidada e destacou que o município arrecadou no segundo quadrimestre do ano de 2023, um percentual de 64,53% das receitas correntes em relação ás receitas correntes previstas atualizadas, da mesma forma 19,45% das receitas de capital em relação as receitas de capital previstas atualizadas e 53,82% das receitas intra-orçamentárias em relação às receitas intra previstas atualizadas, totalizando 60,20% da meta executada das receitas consolidadas, e em seguida apresentou o quadro de receitas consolidadas por entidade, diferenciando as Receitas da Prefeitura e da Previdência municipal, destacando que a câmara não tem receita. Por último detalhou todas as receitas distinguindo por Impostos, Taxas e contribuições de Melhoria em um quadro, sendo o ISSQN e o ITBI as duas receitas municipais que mais arrecadaram. Das transferências da União, o FPM é a receita que mais se destaca em valores juntamente com o Fundeb, mas em relação a meta executada confrontada com a prevista, o FNAS (fundo nacional de assistência social) é o destaque com 132,63%. Sobre as transferências do estado, o ICMS é a principal arrecadação. Para finalizar as receitas mostrou o quadro de cálculo da receita primária que ficou em R$ 77.011.152,52, arrecadados no segundo quadrimestre de 2023, atingindo 61,42% da meta. Em seguida apresentou conceitos de despesas e o quadro das metas de despesas, seguindo o mesmo padrão, dividindo em créditos adicionais abertos por indicação de recurso, despesa consolidada por entidade e depois por secretaria, dando destaque a secretaria de Educação que mais teve despesas empenhada e liquidada atingindo 30,78% do seu orçamento atualizado. As três maiores secretarias foram Educação, Saúde e Obras, que totalizaram um pouco mais de 73% dos gastos do município. Depois demonstrou as despesas de pessoal, custeio, investimentos e Restos a pagar. Demonstrou o cálculo da despesa primaria orçamentaria que ficou em R$ 71.908.132,30, somando-se com restos a pagar primário de R$ 4.827.277,93, tendo um total de R$ 76.735.410,23. O próximo quadro apresentado foi o cálculo de metas de Resultado Primário apresentando um Superávit Primário de R$ 275.742,29. E por fim apresentou Resultado Nominal acima da linha e abaixo da linha a dívida pública e índices de limites legais, onde todos os índices e limites legais estão cima do limite mínimo exigido, Educação com 30,99%, Saúde com 22,14%, Fundeb 70 com 95,93% pois teve recurso próprio aplicado no Fundeb, e limite com despesa com pessoal 50,69%. O senhor Marcos Maia então perguntou se alguém tinha dúvidas ou algum questionamento, mas todos se deram por satisfeitos, então ele agradeceu o público presente e também ao público online pelo facebook da prefeitura, encerrando assim a audiência. Eu**, Wander da Silva Conceição, funcionário público municipal,** fui presente e lavrei esta ata.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 4º BIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01614521000100
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	128.848.904,30	129.581.407,30	20.370.340,68	15,72	78.783.744,40	60,80	50.797.662,90
RECEITAS CORRENTES	117.818.904,30	117.818.904,30	20.370.340,68	17,29	76.496.365,08	64,93	41.322.539,22
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	16.165.550,00	16.165.550,00	3.606.550,91	22,31	13.476.780,71	83,37	2.688.769,29
Impostos	13.990.850,00	13.990.850,00	3.363.389,19	24,04	12.455.102,72	89,02	1.535.747,28
Taxas	1.174.700,00	1.174.700,00	185.292,31	15,77	912.908,64	77,71	261.791,36
Contribuição de Melhoria	1.000.000,00	1.000.000,00	57.869,41	5,79	108.769,35	10,88	891.230,65
CONTRIBUIÇÕES	3.379.500,00	3.379.500,00	447.170,47	13,23	1.906.159,77	56,40	1.473.340,23
Contribuições Sociais	2.829.500,00	2.829.500,00	447.170,47	15,80	1.736.204,63	61,36	1.093.295,37
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	550.000,00	550.000,00	0,00	0,00	169.955,14	30,90	380.044,86
RECEITA PATRIMONIAL	562.430,00	562.430,00	521.857,83	92,79	1.547.098,09	275,07	-984.668,09
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	562.430,00	562.430,00	521.857,83	92,79	1.547.098,09	275,07	-984.668,09
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	1.600.000,00	1.600.000,00	317.805,29	19,86	1.315.140,51	82,20	284.859,49
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	1.600.000,00	1.600.000,00	317.805,29	19,86	1.315.140,51	82,20	284.859,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	95.880.020,00	95.880.020,00	15.363.483,81	16,02	57.514.731,36	59,99	38.365.288,64
Transferências da União e de suas Entidades	24.111.800,00	24.111.800,00	3.663.638,17	15,19	13.918.449,46	57,72	10.193.350,54
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	51.276.220,00	51.276.220,00	8.809.818,25	17,18	32.169.051,03	62,74	19.107.168,97
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	20.492.000,00	20.492.000,00	2.888.882,28	14,10	11.426.085,76	55,76	9.065.914,24
Transferências do Exterior							
Outras Transferências			1.145,11		1.145,11		-1.145,11
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	231.404,30	231.404,30	113.472,37	49,04	736.454,64	318,25	-505.050,34
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	100.000,00	100.000,00	82.750,00	82,75	639.802,00	639,80	-539.802,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	34.404,30	34.404,30	30.716,38	89,28	96.364,65	280,09	-61.960,35
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	97.000,00	97.000,00	5,99	0,01	287,99	0,30	96.712,01

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01614521000100
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	11.030.000,00	11.762.503,00	0,00	0,00	2.287.379,32	19,45	9.475.123,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO					0,00		
Operações de Crédito - Mercado Interno					0,00		
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.030.000,00	11.762.503,00	0,00	0,00	2.287.379,32	19,45	9.475.123,68
Transferências da União e de suas Entidades	4.000.000,00	4.732.503,00	0,00	0,00	873.545,35	18,46	3.858.957,65
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	7.030.000,00	7.030.000,00	0,00	0,00	1.413.833,97	20,11	5.616.166,03
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.791.095,70	4.791.095,70	755.871,50	15,78	2.958.812,55	61,76	1.832.283,15
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	133.640.000,00	134.372.503,00	21.126.212,18	15,72	81.742.556,95	60,83	52.629.946,05
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	133.640.000,00	134.372.503,00	21.126.212,18	15,72	81.742.556,95	60,83	52.629.946,05
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	133.640.000,00	134.372.503,00	21.126.212,18	15,72	81.742.556,95	60,83	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		8.654.372,92			8.654.372,92		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		8.654.372,92			8.654.372,92		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	120.927.620,00	130.491.477,93	19.527.902,37	83.633.910,39	46.857.567,54	20.289.338,20	73.041.120,91	57.450.357,02	72.538.644,71	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01614521000100
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS CORRENTES	97.488.723,32	108.509.289,24	17.172.688,15	73.708.071,91	34.801.217,33	18.570.652,45	65.836.795,67	42.672.493,57	65.348.142,35	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	42.925.100,00	44.652.576,19	7.722.484,80	29.491.825,38	15.160.750,81	7.757.101,95	29.432.056,18	15.220.520,01	29.066.778,88	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	906.000,00	963.561,69	186.431,02	824.335,17	139.226,52	186.431,02	824.335,17	139.226,52	824.335,17	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	53.657.623,32	62.893.151,36	9.263.772,33	43.391.911,36	19.501.240,00	10.627.119,48	35.580.404,32	27.312.747,04	35.457.028,30	
DESPESAS DE CAPITAL	23.228.896,68	21.772.188,69	2.355.214,22	9.925.838,48	11.846.350,21	1.718.685,75	7.204.325,24	14.567.863,45	7.190.502,36	
INVESTIMENTOS	22.165.785,57	19.936.049,61	2.140.466,54	8.629.639,44	11.306.410,17	1.503.938,07	5.908.126,20	14.027.923,41	5.894.303,32	
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.063.111,11	1.836.139,08	214.747,68	1.296.199,04	539.940,04	214.747,68	1.296.199,04	539.940,04	1.296.199,04	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	210.000,00	210.000,00			210.000,00			210.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.313.420,78	4.336.438,77	699.965,52	2.897.369,41	1.439.069,36	740.824,55	2.896.020,65	1.440.418,12	2.525.403,17	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	125.241.040,78	134.827.916,70	20.227.867,89	86.531.279,80	48.296.636,90	21.030.162,75	75.937.141,56	58.890.775,14	75.064.047,88	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	125.241.040,78	134.827.916,70	20.227.867,89	86.531.279,80	48.296.636,90	21.030.162,75	75.937.141,56	58.890.775,14	75.064.047,88	
SUPERÁVIT (XIII)							5.805.415,39		6.678.509,07	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	125.241.040,78	134.827.916,70	20.227.867,89	86.531.279,80		21.030.162,75	81.742.556,95		81.742.556,95	
RESERVA DO RPPS	3.398.959,22	3.398.959,22			3.398.959,22			3.398.959,22		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.791.095,70	4.791.095,70	755.871,50	15,78	2.958.812,55	61,76	1.832.283,15
RECEITAS CORRENTES	4.791.095,70	4.791.095,70	755.871,50	15,78	2.958.812,55	61,76	1.832.283,15
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	4.791.095,70	4.791.095,70	539.419,87	11,26	2.092.586,63	43,68	2.698.509,07
Contribuições Sociais	4.791.095,70	4.791.095,70	539.419,87	11,26	2.092.586,63	43,68	2.698.509,07
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01614521000100
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Outras Transferências							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES			216.451,63		866.225,92		-866.225,92
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes			216.451,63		866.225,92		-866.225,92
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01614521000100
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra-Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.313.420,78	4.336.438,77	699.965,52	2.897.369,41	1.439.069,36	740.824,55	2.896.020,65	1.440.418,12	2.525.403,17	
DESPESAS CORRENTES	4.313.420,78	4.336.438,77	699.965,52	2.897.369,41	1.439.069,36	740.824,55	2.896.020,65	1.440.418,12	2.525.403,17	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.955.200,00	2.978.217,99	487.444,42	2.043.982,21	934.235,78	527.766,67	2.043.219,25	934.998,74	1.779.130,71	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.358.220,78	1.358.220,78	212.521,10	853.387,20	504.833,58	213.057,88	852.801,40	505.419,38	746.272,46	
DESPESAS DE CAPITAL										
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 01614521000100
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01614521000100
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	120.927.620,00	130.491.477,93	19.527.902,37	83.633.910,39	96,65	46.857.567,54	20.289.338,20	73.041.120,91	96,19	57.450.357,02	
Legislativa											
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	521.000,00	623.724,95	199.472,19	568.357,83	0,66	55.367,12	171.051,24	520.910,88	0,69	102.814,07	
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	521.000,00	623.724,95	199.472,19	568.357,83	0,66	55.367,12	171.051,24	520.910,88	0,69	102.814,07	
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	23.055.028,86	23.079.393,62	3.205.069,81	14.566.682,55	16,83	8.512.711,07	3.125.484,24	12.882.271,63	16,96	10.197.121,99	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	18.441.028,86	18.165.943,62	2.568.903,95	11.601.432,57	13,41	6.564.511,05	2.560.492,44	10.557.725,17	13,90	7.608.218,45	
Administração Financeira	4.351.000,00	4.650.450,00	580.485,91	2.766.094,88	3,20	1.884.355,12	509.311,85	2.125.391,36	2,80	2.525.058,64	
Controle Interno	263.000,00	263.000,00	55.679,95	199.155,10	0,23	63.844,90	55.679,95	199.155,10	0,26	63.844,90	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	9.000,00	9.000,00				9.000,00				9.000,00	
Policiamento	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
Defesa Civil	4.000,00	4.000,00				4.000,00				4.000,00	
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	4.015.120,00	4.794.016,69	728.167,27	3.254.635,60	3,76	1.539.381,09	761.935,17	2.929.783,59	3,86	1.864.233,10	
Assistência ao Idoso	20.000,00	20.000,00				20.000,00				20.000,00	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	318.900,00	432.148,29	56.807,33	283.345,99	0,33	148.802,30	41.006,12	230.113,83	0,30	202.034,46	
Assistência Comunitária	1.436.300,00	1.800.583,55	290.916,04	1.182.195,73	1,37	618.387,82	319.929,83	1.090.581,03	1,44	710.002,52	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01614521000100
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	2.239.920,00	2.541.284,85	380.443,90	1.789.093,88	2,07	752.190,97	400.999,22	1.609.088,73	2,12	932.196,12	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	4.408.620,00	4.478.620,00	707.776,73	2.807.911,83	3,24	1.670.708,17	663.376,04	2.720.199,29	3,58	1.758.420,71	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	4.408.620,00	4.478.620,00	707.776,73	2.807.911,83	3,24	1.670.708,17	663.376,04	2.720.199,29	3,58	1.758.420,71	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	22.518.185,57	24.302.951,92	3.521.938,94	16.660.107,55	19,25	7.642.844,37	4.000.521,85	14.544.821,62	19,15	9.758.130,30	
Atenção Básica	6.869.000,00	8.213.966,51	1.347.540,74	5.739.142,13	6,63	2.474.824,38	1.301.846,54	5.174.234,39	6,81	3.039.732,12	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.439.485,57	7.820.342,20	828.478,74	4.927.787,63	5,69	2.892.554,57	1.195.205,17	3.930.882,25	5,18	3.889.459,95	
Suporte Profilático e Terapêutico	1.467.000,00	1.601.439,92	336.548,47	1.200.470,33	1,39	400.969,59	339.034,77	1.006.386,07	1,33	595.053,85	
Vigilância Sanitária	113.000,00	198.711,06	24.391,20	125.019,65	0,14	73.691,41	40.708,20	118.846,65	0,16	79.864,41	
Vigilância Epidemiológica	663.600,00	825.280,85	122.117,00	486.205,23	0,56	339.075,62	122.367,00	475.280,23	0,63	350.000,62	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	5.966.100,00	5.643.211,38	862.862,79	4.181.482,58	4,83	1.461.728,80	1.001.360,17	3.839.192,03	5,06	1.804.019,35	
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	35.983.668,89	39.245.724,96	7.652.585,80	25.731.350,00	29,74	13.514.374,96	6.387.417,50	22.086.650,90	29,09	17.159.074,06	
Ensino Fundamental	22.496.500,00	25.187.756,15	4.769.609,40	16.496.804,58	19,06	8.690.951,57	4.245.313,78	14.542.679,57	19,15	10.645.076,58	
Ensino Médio	5.160.000,00	3.103.630,93	1.062.900,70	1.800.138,03	2,08	1.303.492,90	425.367,63	1.022.043,23	1,35	2.081.587,70	
Ensino Profissional											
Ensino Superior	200.000,00	330.000,00	0,00	330.000,00	0,38	0,00	36.811,00	168.811,00	0,22	161.189,00	
Educação Infantil	5.635.500,00	7.246.717,68	982.924,61	4.282.159,43	4,95	2.964.558,25	1.113.273,12	4.125.538,88	5,43	3.121.178,80	
Educação de Jovens e Adultos	5.100,00	3.100,00				3.100,00				3.100,00	
Educação Especial	36.000,00	34.000,00				34.000,00				34.000,00	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	1.326.068,89	1.528.411,83	192.730,22	1.143.700,72	1,32	384.711,11	223.629,69	1.005.260,71	1,32	523.151,12	
FU12 - Demais Subfunções	1.124.500,00	1.812.108,37	644.420,87	1.678.547,24	1,94	133.561,13	343.022,28	1.222.317,51	1,61	589.790,86	
Cultura	780.000,00	1.539.937,54	205.619,13	1.081.088,21	1,25	458.849,33	893.188,62	1.044.939,83	1,38	494.997,71	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	580.000,00	1.395.915,28	205.619,13	1.081.088,21	1,25	314.827,07	893.188,62	1.044.939,83	1,38	350.975,45	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções	200.000,00	144.022,26				144.022,26				144.022,26	
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	4.106.485,57	3.235.875,48	403.463,81	1.415.694,85	1,64	1.820.180,63	390.489,21	1.247.136,18	1,64	1.988.739,30	
Infra-Estrutura Urbana	1.982.485,57	1.202.485,57	16.180,00	210.019,39	0,24	992.466,18	33.658,91	201.929,39	0,27	1.000.556,18	
Serviços Urbanos	2.124.000,00	2.033.389,91	387.283,81	1.205.675,46	1,39	827.714,45	356.830,30	1.045.206,79	1,38	988.183,12	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	1.500.000,00	534.964,82	0,00	318.780,00	0,37	216.184,82				534.964,82	
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01614521000100
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	1.500.000,00	534.964,82	0,00	318.780,00	0,37	216.184,82				534.964,82	
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	2.798.700,00	2.571.307,37	410.168,18	1.838.395,15	2,12	732.912,22	345.997,76	1.570.050,17	2,07	1.001.257,20	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	2.798.700,00	2.571.307,37	410.168,18	1.838.395,15	2,12	732.912,22	345.997,76	1.570.050,17	2,07	1.001.257,20	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	1.427.000,00	1.345.853,90	107.346,45	450.253,90	0,52	895.600,00	85.779,21	359.850,04	0,47	986.003,86	
Preservação e Conservação Ambiental	628.000,00	744.001,97	107.346,45	409.725,84	0,47	334.276,13	85.779,21	319.321,98	0,42	424.679,99	
Controle Ambiental	766.000,00	568.851,93	0,00	40.528,06	0,05	528.323,87	0,00	40.528,06	0,05	528.323,87	
Recuperação de Áreas Degradadas	33.000,00	33.000,00				33.000,00				33.000,00	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	2.683.000,00	3.170.585,55	211.505,76	1.662.888,33	1,92	1.507.697,22	297.999,18	1.398.121,68	1,84	1.772.463,87	
Abastecimento											
Extensão Rural	72.000,00	287.100,00	0,00	270.100,00	0,31	17.000,00	0,00	270.100,00	0,36	17.000,00	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária	29.000,00	93.097,50	0,00	66.097,50	0,08	27.000,00				93.097,50	
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral	2.324.000,00	2.370.101,69	191.903,71	1.022.223,26	1,18	1.347.878,43	241.831,62	938.323,78	1,24	1.431.777,91	
FU20 - Demais Subfunções	258.000,00	420.286,36	19.602,05	304.467,57	0,35	115.818,79	56.167,56	189.697,90	0,25	230.588,46	
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	231.500,00	695.500,00	0,00	513.170,00	0,59	182.330,00	0,00	513.170,00	0,68	182.330,00	
Promoção Comercial	77.500,00	77.500,00	0,00	170,00	0,00	77.330,00	0,00	170,00	0,00	77.330,00	
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo		200,00				200,00				200,00	
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções	154.000,00	617.800,00	0,00	513.000,00	0,59	104.800,00	0,00	513.000,00	0,68	104.800,00	
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01614521000100
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	2.022.700,00	1.981.401,45	18.663,05	519.827,83	0,60	1.461.573,62	26.142,95	514.159,38	0,68	1.467.242,07	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	2.022.700,00	1.981.401,45	18.663,05	519.827,83	0,60	1.461.573,62	26.142,95	514.159,38	0,68	1.467.242,07	
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	9.639.000,00	11.368.676,64	1.556.848,54	7.132.588,12	8,24	4.236.088,52	1.998.598,48	6.630.631,82	8,73	4.738.044,82	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	9.639.000,00	11.368.676,64	1.556.848,54	7.132.588,12	8,24	4.236.088,52	1.998.598,48	6.630.631,82	8,73	4.738.044,82	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	1.911.000,00	3.878.742,27	198.098,01	2.737.193,95	3,16	1.141.548,32	558.124,53	1.827.957,40	2,41	2.050.784,87	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	1.904.000,00	3.448.464,66	198.098,01	2.314.606,36	2,67	1.133.858,30	447.206,57	1.533.433,41	2,02	1.915.031,25	
Lazer	7.000,00	430.277,61	0,00	422.587,59	0,49	7.690,02	110.917,96	294.523,99	0,39	135.753,62	
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	3.107.611,11	3.425.200,77	401.178,70	2.374.984,69	2,74	1.050.216,08	583.232,22	2.250.466,50	2,96	1.174.734,27	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	1.969.111,11	2.286.700,77	401.178,70	1.607.534,21	1,86	679.166,56	401.178,70	1.607.534,21	2,12	679.166,56	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	1.138.500,00	1.138.500,00	0,00	767.450,48	0,89	371.049,52	182.053,52	642.932,29	0,85	495.567,71	
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	210.000,00	210.000,00				210.000,00				210.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.313.420,78	4.336.438,77	699.965,52	2.897.369,41	3,35	1.439.069,36	740.824,55	2.896.020,65	3,81	1.440.418,12	
TOTAL (III) = (I + II)	125.241.040,78	134.827.916,70	20.227.867,89	86.531.279,80	100,00	48.296.636,90	21.030.162,75	75.937.141,56	100,00	58.890.775,14	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.313.420,78	4.336.438,77	699.965,52	2.897.369,41	3,35	1.439.069,36	740.824,55	2.896.020,65	3,81	1.440.418,12	
Legislativa											
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	24.000,00	24.000,00	6.312,82	21.136,37	0,02	2.863,63	6.312,82	21.136,37	0,03	2.863,63	
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	24.000,00	24.000,00	6.312,82	21.136,37	0,02	2.863,63	6.312,82	21.136,37	0,03	2.863,63	
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01614521000100
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	740.000,00	745.000,00	117.293,42	484.212,08	0,56	260.787,92	117.293,42	484.212,08	0,64	260.787,92	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	254.000,00	259.000,00	35.351,09	143.054,80	0,17	115.945,20	35.351,09	143.054,80	0,19	115.945,20	
Administração Financeira	460.000,00	460.000,00	77.759,03	324.164,87	0,37	135.835,13	77.759,03	324.164,87	0,43	135.835,13	
Controle Interno	26.000,00	26.000,00	4.183,30	16.992,41	0,02	9.007,59	4.183,30	16.992,41	0,02	9.007,59	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	200.500,00	184.256,12	36.693,45	131.059,12	0,15	53.197,00	36.693,45	131.059,12	0,17	53.197,00	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	500,00	0,00				0,00				0,00	
Assistência Comunitária	127.000,00	111.256,12	23.027,93	78.187,53	0,09	33.068,59	23.027,93	78.187,53	0,10	33.068,59	
FU08 - Administração Geral	73.000,00	73.000,00	13.665,52	52.871,59	0,06	20.128,41	13.665,52	52.871,59	0,07	20.128,41	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	27.420,78	27.420,78	0,00	6.000,00	0,01	21.420,78	1.096,04	4.651,24	0,01	22.769,54	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	27.420,78	27.420,78	0,00	6.000,00	0,01	21.420,78	1.096,04	4.651,24	0,01	22.769,54	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	1.131.100,00	1.174.021,54	177.807,49	687.429,51	0,79	486.592,03	177.807,49	687.429,51	0,91	486.592,03	
Atenção Básica	349.600,00	372.356,50	61.044,95	241.688,68	0,28	130.667,82	61.044,95	241.688,68	0,32	130.667,82	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	139.000,00	125.000,00	19.869,00	74.273,58	0,09	50.726,42	19.869,00	74.273,58	0,10	50.726,42	
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária	12.000,00	12.000,00				12.000,00				12.000,00	
Vigilância Epidemiológica	58.400,00	79.227,97	12.832,81	42.336,60	0,05	36.891,37	12.832,81	42.336,60	0,06	36.891,37	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	572.100,00	585.437,07	84.060,73	329.130,65	0,38	256.306,42	84.060,73	329.130,65	0,43	256.306,42	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01614521000100
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	2.143.400,00	2.130.000,00	355.011,76	1.540.471,59	1,78	589.528,41	394.774,75	1.540.471,59	2,03	589.528,41	
Ensino Fundamental	1.205.500,00	1.200.000,00	220.811,28	862.005,81	1,00	337.994,19	220.811,28	862.005,81	1,14	337.994,19	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	362.500,00	360.000,00	40.669,87	319.087,30	0,37	40.912,70	80.432,86	319.087,30	0,42	40.912,70	
Educação de Jovens e Adultos	1.000,00	0,00				0,00				0,00	
Educação Especial	1.000,00	0,00				0,00				0,00	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	573.400,00	570.000,00	93.530,61	359.378,48	0,42	210.621,52	93.530,61	359.378,48	0,47	210.621,52	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura											
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	6.000,00	6.000,00	711,44	3.548,31	0,00	2.451,69	711,44	3.548,31	0,00	2.451,69	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	6.000,00	6.000,00	711,44	3.548,31	0,00	2.451,69	711,44	3.548,31	0,00	2.451,69	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	3.000,00	6.683,97	2.355,98	6.670,91	0,01	13,06	2.355,98	6.670,91	0,01	13,06	
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	6.683,97	2.355,98	6.670,91	0,01	13,06	2.355,98	6.670,91	0,01	13,06	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01614521000100
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	30.000,00	30.000,00	2.574,12	11.944,91	0,01	18.055,09	2.574,12	11.944,91	0,02	18.055,09	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral	30.000,00	30.000,00	2.574,12	11.944,91	0,01	18.055,09	2.574,12	11.944,91	0,02	18.055,09	
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	8.000,00	9.056,36	1.205,04	4.896,61	0,01	4.159,75	1.205,04	4.896,61	0,01	4.159,75	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01614521000100
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	8.000,00	9.056,36	1.205,04	4.896,61	0,01	4.159,75	1.205,04	4.896,61	0,01	4.159,75	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 01614521000100
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2023 RETIFICAÇÃO 01/2023 - DO EDITAL DE ABERTURA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2023

RETIFICAÇÃO 01/2023 - DO EDITAL DE ABERTURA

A comissão Interna do Processo Seletivo Público, nomeada através da portaria n°. 467/2023 e alteração posterior, por meio da sua Presidente Palloma Moreira Alves, resolve retifica o **Edital de Abertura 01/2023**, **QUADRO I** e **ANEXO I** do Edital de Abertura conforme discriminado abaixo:

Onde se lê do QUADRO I:

Gestor do Aeródromo/Gerente AVSEC	01	CR**(3)**	01	R$ 3.707,55	40	*Ensino Médio mais curso AVSEC *Prova Objetiva

Leia-se do QUADRO I:

Gestor do Aeródromo/Gerente AVSEC	01	CR**(3)**	01	R$ 3.707,55	40	***Ensino Médio mais curso básico AVSEC - ANAC *Prova Objetiva**

Onde se lê do ANEXO I, SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES PERTINENTES A CADA CARGO:

CARGO: GESTOR AERÓDROMO/GERENTE AVSEC:

Art. 1º - Compete ao GESTOR DO AERÓDROMO / GERENTE AVSEC;

I - Coordenar as atividades dos órgãos públicos que, por disposição legal, nele devam funcionar, com base nas leis federais e nos atos da Autoridade Aeroportuária Brasileira, a fim de alcançar e manter a boa qualidade operacional do aeroporto;

II - Manter o aeródromo dentro das condições operacionais e de infraestrutura requeridas neste Regulamento e nas demais normas vigentes;

III - Implementar e manter o funcionamento dos programas obrigatórios estabelecidos pelo Operador do Aeródromo atendendo os requisitos de classificação do mesmo.

IV - Implementar ações que garantam a segurança das operações aéreas e aeroportuárias, em especial na Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita, nos itens recomendado e obrigatórios que o aeródromo requer.

V - Presidir a Comissão de Segurança Operacional – CSO, conforme o PLEM;

VI - São prerrogativas do gestor responsável do aeródromo, sem prejuízo de outras definidas pelo operador de aeródromo:

Parágrafo único: possuir a autoridade final sobre as operações conduzidas sob os regulamentos aplicáveis ao operador de aeródromo, atendendo os requisitos de classificação do mesmo.

Art. 2º COMPETE AO GERENTE AVSEC, responsável pela Segurança Operacional:

I - Manter os processos e metodologias estabelecidas dentro do Sistema de Gerenciamento e Segurança Operacional – SGSO, em conformidade com os requisitos regulamentares observando as exigências estabelecidas na classificação e operação do aeródromo - SWXV.

II - Coordenar a realização dos processos e metodologias contidas na identificação de perigos e a análise de riscos à segurança operacional – SGSO, conforme estabelecido na classificação para operação atual do aeródromo, RBAC nº 153 (Classe I-A) e RBAC 107 (AP-0).

III - Coordenar o processo de gerenciamento da segurança operacional, junto as demais atividades desenvolvidas no aeródromo – SWXV.

IV - Assessorar o gestor responsável do aeródromo no exercício de suas responsabilidades relacionadas ao gerenciamento da segurança operacional, fornecendo subsídios para a tomada de decisões.

V - Manter as informações sobre a segurança operacional do aeródromo atualizadas e armazenadas em banco de dados, considerando os critérios de obrigatoriedade estabelecidos na classificação e operação do Aeródromo - SWXV.

VI - Manter o Manual de Gerenciamento de segurança Operacional – MGSO atualizado, ou OUTRO compatível com classificação e operações do aeródromo.

VII - Propor ações para eliminar ou mitigar riscos relacionado a perigo identificado.

VIII - Executar ações que garantam a segurança das operações aéreas e aeroportuárias.

IX - Manter atualizadas todas as normas de avaliação civil e infraestrutura aeroportuária, necessárias ao funcionamento do aeroporto;

X - Manter a disciplina e o controle de todas as atividades operacionais e comerciais nas áreas aeroportuárias, obedecidas as normas baixadas pelas Autoridades Aeronáuticas e pelo Poder Executivo;

XI - Instituir, por ato administrativo, a Comissão de Segurança Aeroportuária (CSA), prevista no item 5 do art. 6º do decreto nº 72.753, de 6 setembro de 1973;

XII - Manter o registro dos pousos e decolagens, enviando cópias semelhantes para a Autoridade Aeroportuária; e

XIII - Diligenciar para que todas as edificações e demais atividades estejam de acordo com as normas da Autoridade Aeronáutica e do Poder Executivo.

Parágrafo único: Os casos omissos serão resolvidos pela entidade responsável pela Administração Aeroportuária.

Descrição analítica da ocupação (CBO nº 1418-25)

I - Planejar atividades de operação: acompanhar a distribuição para atender a demanda (alocação de recursos); acompanhar homologação da infraestrutura construída; analisar fluxo de passageiros, bagagens e aeronaves; avaliar a capacidade da infraestrutura do aeroporto e/ou terminais de cargas; avaliar demanda (passageiros, bagagens e aeronaves); coordenar estudos para dimensionamento de infraestrutura do aeroporto; dimensionar infraestrutura do aeroporto; participar do planejamento da execução de obras físicas; propor adequação da capacidade em relação à demanda prevista (infraestrutura e processos); validar processos implementados;

II - Gerenciar atividades de operação: acompanhar atividades operacionais; acompanhar resolução de problemas; analisar indicadores de performance; avaliar resultados; conduzir análise de dados; contribuir em projetos e inovações do negócio; desenvolver processos de melhoria contínua; direcionar análise de dados; gerenciar contingência de operação; gerenciar pontualidade dos voos; gerir capacidade de aeroporto (pista, pátio, terminal); gerir capacity (alocação de recursos humanos e produtividade); gerir processos e procedimentos; implementar programas, processos e procedimentos de melhoria contínua; propor planos de ação; tratar não conformidades / ocorrências;

III - Gerenciar segurança da aviação civil: administrar programas de controle de qualidade; coordenar a elaboração dos procedimentos de segurança; criar medidas de mitigação de riscos; definir o conteúdo do programa de treinamento de segurança; definir políticas de segurança; definir políticas de segurança operacional e segurança da aviação civil; estabelecer normas, procedimentos e recomendações de segurança; gerenciar riscos; implantar medidas de proteção da aviação civil; monitorar prestadores de serviços; participar da execução do plano de resposta à emergência; responder pelo programa de segurança da aviação civil; validar treinamento;

IV - Gerenciar segurança operacional: coordenar a execução do plano de resposta à emergência; coordenar ações da certificação do aeroporto; gerenciar sistema de recebimento de relatos;

V - Gerenciar recursos humanos, materiais e financeiros: administrar fundo fixo (caixa); administrar pagamentos de prestação de contas; atender clientes; avaliar desempenho da equipe; controlar compra e reposição de materiais; delegar atribuições; gerenciar atividades administrativas; gerenciar

contratos de parceiros e terceiros; gerir custos e orçamentos da área; investigar as denúncias internas (compliance); participar da elaboração de orçamentos; pesquisar novas tecnologias; promover melhorias de produtos e serviços; realizar processo seletivo; supervisionar capacitação da equipe;

VI - Gerenciar operações de cargas: analisar fluxo de cargas, aeronaves e frota terrestre; gerenciar a implementação de programa de gerenciamento de risco (PGR); gerenciar processos de segurança da logística de cargas; gerenciar processos de transporte de artigos perigosos (dgr); visitar clientes de cargas; visitar terminais de cargas;

VII - Comunicar-se: acionar órgãos competentes; acompanhar auditorias e inspeções; apresentar resultados à diretoria; assessorar diretorias e setores afins; conduzir reuniões; divulgar metas e resultados para equipe; elaborar relatórios e apresentações; estabelecer interface com os demais setores; ministrar treinamentos; negociar execução de obras físicas com empresas aéreas; participar de comitês e reuniões com órgãos, entidades e associações; participar de fóruns internos de segurança; realizar interlocução com órgãos públicos; realizar palestras e seminários; reportar ocorrências; representar empresa junto aos órgãos e autoridades;

VIII - Demonstrar competências pessoais: demonstrar capacidade analítica; demonstrar capacidade de administrar conflitos; demonstrar capacidade de administrar o tempo; demonstrar capacidade de comunicação; demonstrar capacidade de contornar situações adversas; demonstrar capacidade de controle emocional; demonstrar capacidade de dinamismo; demonstrar capacidade de inovação; demonstrar capacidade de liderança; demonstrar capacidade de negociação; demonstrar capacidade de resiliência; demonstrar capacidade de tomar decisões; demonstrar capacidade de trabalhar em equipe; demonstrar capacidade de trabalhar sob pressão; demonstrar capacidade de visão sistêmica.

Leia-se do ANEXO I, SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES PERTINENTES A CADA CARGO:

CARGO: GESTOR AERÓDROMO/GERENTE AVSEC

***ESPECIALIDADE: CURSO BÁSICO AVSEC - ANAC**

Art. 1º - Compete ao GESTOR DO AERÓDROMO / GERENTE AVSEC;

I - Coordenar as atividades dos órgãos públicos que, por disposição legal, nele devam funcionar, com base nas leis federais e nos atos da Autoridade Aeroportuária Brasileira, a fim de alcançar e manter a boa qualidade operacional do aeroporto;

II - Manter o aeródromo dentro das condições operacionais e de infraestrutura requeridas neste Regulamento e nas demais normas vigentes;

III - Implementar e manter o funcionamento dos programas obrigatórios estabelecidos pelo Operador do Aeródromo atendendo os requisitos de classificação do mesmo.

IV - Implementar ações que garantam a segurança das operações aéreas e aeroportuárias, em especial na Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita, nos itens recomendado e obrigatórios que o aeródromo requer.

V - Presidir a Comissão de Segurança Operacional – CSO, conforme o PLEM;

VI - São prerrogativas do gestor responsável do aeródromo, sem prejuízo de outras definidas pelo operador de aeródromo:

Parágrafo único: possuir a autoridade final sobre as operações conduzidas sob os regulamentos aplicáveis ao operador de aeródromo, atendendo os requisitos de classificação do mesmo.

Art. 2º COMPETE AO GERENTE AVSEC, responsável pela Segurança Operacional:

I - Manter os processos e metodologias estabelecidas dentro do Sistema de Gerenciamento e Segurança Operacional – SGSO, em conformidade com os requisitos regulamentares observando as exigências estabelecidas na classificação e operação do aeródromo - SWXV.

II - Coordenar a realização dos processos e metodologias contidas na identificação de perigos e a análise de riscos à segurança operacional – SGSO, conforme estabelecido na classificação para operação atual do aeródromo, RBAC nº 153 (Classe I-A) e RBAC 107 (AP-0).

III - Coordenar o processo de gerenciamento da segurança operacional, junto as demais atividades desenvolvidas no aeródromo – SWXV.

IV - Assessorar o gestor responsável do aeródromo no exercício de suas responsabilidades relacionadas ao gerenciamento da segurança operacional, fornecendo subsídios para a tomada de decisões.

V - Manter as informações sobre a segurança operacional do aeródromo atualizadas e armazenadas em banco de dados, considerando os critérios de obrigatoriedade estabelecidos na classificação e operação do Aeródromo - SWXV.

VI - Manter o Manual de Gerenciamento de segurança Operacional – MGSO atualizado, ou OUTRO compatível com classificação e operações do aeródromo.

VII - Propor ações para eliminar ou mitigar riscos relacionado a perigo identificado.

VIII - Executar ações que garantam a segurança das operações aéreas e aeroportuárias.

IX - Manter atualizadas todas as normas de avaliação civil e infraestrutura aeroportuária, necessárias ao funcionamento do aeroporto;

X - Manter a disciplina e o controle de todas as atividades operacionais e comerciais nas áreas aeroportuárias, obedecidas as normas baixadas pelas Autoridades Aeronáuticas e pelo Poder Executivo;

XI - Instituir, por ato administrativo, a Comissão de Segurança Aeroportuária (CSA), prevista no item 5 do art. 6º do decreto nº 72.753, de 6 setembro de 1973;

XII - Manter o registro dos pousos e decolagens, enviando cópias semelhantes para a Autoridade Aeroportuária; e

XIII - Diligenciar para que todas as edificações e demais atividades estejam de acordo com as normas da Autoridade Aeronáutica e do Poder Executivo.

Parágrafo único: Os casos omissos serão resolvidos pela entidade responsável pela Administração Aeroportuária.

Descrição analítica da ocupação (CBO nº 1418-25)

I - Planejar atividades de operação: acompanhar a distribuição para atender a demanda (alocação de recursos); acompanhar homologação da infraestrutura construída; analisar fluxo de passageiros, bagagens e aeronaves; avaliar a capacidade da infraestrutura do aeroporto e/ou terminais de cargas; avaliar demanda (passageiros, bagagens e aeronaves); coordenar estudos para dimensionamento de infraestrutura do aeroporto; dimensionar infraestrutura do aeroporto; participar do planejamento da execução de obras físicas; propor adequação da capacidade em relação à demanda prevista (infraestrutura e processos); validar processos implementados;

II - Gerenciar atividades de operação: acompanhar atividades operacionais; acompanhar resolução de problemas; analisar indicadores de performance; avaliar resultados; conduzir análise de dados; contribuir em projetos e inovações do negócio; desenvolver processos de melhoria contínua; direcionar análise de dados; gerenciar contingência de operação; gerenciar pontualidade dos voos; gerir capacidade de aeroporto (pista, pátio, terminal); gerir capacity (alocação de recursos humanos e produtividade); gerir processos e procedimentos; implementar programas, processos e procedimentos de melhoria contínua; propor planos de ação; tratar não conformidades / ocorrências;

III - Gerenciar segurança da aviação civil: administrar programas de controle de qualidade; coordenar a elaboração dos procedimentos de segurança; criar medidas de mitigação de riscos; definir o conteúdo do programa de treinamento de segurança; definir políticas de segurança; definir políticas de segurança operacional e segurança da aviação civil; estabelecer normas, procedimentos e recomendações de segurança; gerenciar riscos; implantar medidas de proteção da aviação civil; monitorar prestadores de serviços; participar da execução do plano de resposta à emergência; responder pelo programa de segurança da aviação civil; validar treinamento;

IV - Gerenciar segurança operacional: coordenar a execução do plano de resposta à emergência; coordenar ações da certificação do aeroporto; gerenciar sistema de recebimento de relatos;

V - Gerenciar recursos humanos, materiais e financeiros: administrar fundo fixo (caixa); administrar pagamentos de prestação de contas; atender clientes; avaliar desempenho da equipe; controlar compra e reposição de materiais; delegar atribuições; gerenciar atividades administrativas; gerenciar contratos de parceiros e terceiros; gerir custos e orçamentos da área; investigar as denúncias internas (compliance); participar da elaboração de orçamentos; pesquisar novas tecnologias; promover melhorias de produtos e serviços; realizar processo seletivo; supervisionar capacitação da equipe;

VI - Gerenciar operações de cargas: analisar fluxo de cargas, aeronaves e frota terrestre; gerenciar a implementação de programa de gerenciamento de risco (PGR); gerenciar processos de segurança da logística de cargas; gerenciar processos de transporte de artigos perigosos (dgr); visitar clientes de cargas; visitar terminais de cargas;

VII - Comunicar-se: acionar órgãos competentes; acompanhar auditorias e inspeções; apresentar resultados à diretoria; assessorar diretorias e setores afins; conduzir reuniões; divulgar metas e resultados para equipe; elaborar relatórios e apresentações; estabelecer interface com os demais setores; ministrar treinamentos; negociar execução de obras físicas com empresas aéreas; participar de comitês e reuniões com órgãos, entidades e associações; participar de fóruns internos de segurança; realizar interlocução com órgãos públicos; realizar palestras e seminários; reportar ocorrências; representar empresa junto aos órgãos e autoridades;

VIII - Demonstrar competências pessoais: demonstrar capacidade analítica; demonstrar capacidade de administrar conflitos; demonstrar capacidade de administrar o tempo; demonstrar capacidade de comunicação; demonstrar capacidade de contornar situações adversas; demonstrar capacidade de controle emocional; demonstrar capacidade de dinamismo; demonstrar capacidade de inovação; demonstrar capacidade de liderança; demonstrar capacidade de negociação; demonstrar capacidade de resiliência; demonstrar capacidade de tomar decisões; demonstrar capacidade de trabalhar em equipe; demonstrar capacidade de trabalhar sob pressão; demonstrar capacidade de visão sistêmica.

Nada mais a declarar, a Presidente da comissão firma a presente retificação.

Nova Xavantina - MT, 19 de setembro de 2023.

_____

Palloma Moreira Alves

Presidente da Comissão

ASSESSORIA JURÍDICA
1º ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO N° 008/2022

1º ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO N° 008/2022

O MUNICIPIO DE NOVA XAVANTINA, MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Av. Expedição Roncador Xingu, 249, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.024.045/0001-73, doravante denominada CONCEDENTE e *o* **Instituto Cultural Brasileiro de Ação e Cidadania Hélio Jefferson de Souza Filho – i-Cultural***, inscrito no CNPJ n.º 24.999.389/0001-99, com sede na Av. Getúlio Vargas, 1689, na cidade de São Bernardo do Campo/SP*, ora denominada CONVENENTE, resolvem celebrar o **1º** termo aditivo ao TERMO DE CONVÊNIO N° 008/2022, conforme **LEI MUNICIPAL DE Nº 2.411 DE 19 DE MAIO DE 2022**, com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto realizar aditivo DE PRAZO sendo a nova redação da Cláusula sexta, a seguinte;

"A vigência do Convênio será no período de **18/07/2022 a 30/09/2024**, sendo este o período estipulado para a realização das despesas objeto do convênio.

Parágrafo único. O Convênio de que trata este artigo poderá ser prorrogado nos termos da Lei Municipal 2.411/2022."

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do Termo de Convênio nº 008/2022, não modificadas pelo presente instrumento, são ratificadas e permanecem em vigor.

E, por estarem justos e acertados, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o subscrevem para que surta desde logo os efeitos nele contidos.

Nova Xavantina, MT, 19 de Setembro de 2.023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA JOÃO MACHADO NETO

Prefeito Municipal

INSTITUTO CULTURAL BRASILEIRO DE AÇÃO E CIDADANIA HÉLIO JEFFERSON DE SOUZA FILHO – I-CULTURAL

Convenente

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1116/2023

PORTARIA Nº 1116/2023

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a **Divina Ribeiro da Silva Bairros**, Professora, matrícula funcional 4296, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 8/6/2022 a 7/6/2023.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 14/9/2023 a 23/9/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1117/2023

PORTARIA Nº 1117/2023

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a **Zilvany Aparecida de Jesus**, Técnico de Enfermagem, matrícula funcional 4111, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2/6/2021 a 1/6/2022.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 8/10/2023 a 6/11/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1118/2023

PORTARIA Nº 1118/2023

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a **Rhaymysom Jasmy Gomes Abreu**, Médico Generalista, matrícula funcional 4268, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 4/6/2022 a 3/6/2023.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 4/9/2023 a 3/10/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1119/2023

PORTARIA Nº 1119/2023

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a **Laurene Nunes de Oliveira**, Biomédica, matrícula funcional 3939, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 5/1/2021 a 4/1/2022.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 2/10/2023 a 11/10/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1120/2023

PORTARIA Nº 1120/2023

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a **Eliabe Maracahipes dos Santos**, Motorista de Veículo de Emergência, matrícula funcional 4274, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1/6/2022 a 31/5/2023.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 21/9/2023 a 30/9/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1121/2023

PORTARIA Nº 1121/2023

*Dispõe sobre a concessão de **licença prêmio por assiduidade** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias de **licença prêmio por assiduidade** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Aparecida Ribeiro Vieira**, Apoio Administrativo Educacional – Alimentação Escolar, matrícula funcional 4065, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 24/2/2016 a 23/2/2021.

Parágrafo único. A licença prêmio por assiduidade de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 22/9/2023 a 20/12/2023.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1122/2023

PORTARIA Nº 1122/2023

*Dispõe sobre a concessão de **licença prêmio por assiduidade** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 16 (dezesseis) dias de **licença prêmio por assiduidade** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Wânia Maria Gonçalves**, Auxiliar de Escritório, matrícula funcional 788, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 17/4/2012 a 16/4/2017.

Parágrafo único. A licença prêmio por assiduidade de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 18/9/2023 a 3/10/2023.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1123/2023

PORTARIA Nº 1123/2023

*Dispõe sobre a concessão de **licença prêmio por assiduidade** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de **licença prêmio por assiduidade** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Diógenes Leith Gotz**, Técnico em Radiologia, matrícula funcional 3942, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 5/1/2015 a 4/1/2020.

Parágrafo único. A licença prêmio por assiduidade de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 18/9/2023 a 7/10/2023.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1124/2023

PORTARIA Nº 1124/2023

Dispõe sobre a transferência de servidor(a) público(a) municipal e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Transferir o(a) servidor(a) público(a) municipal efetivo(a) **Leandra Lima Coelho**, Técnica de Enfermagem, matrícula funcional 3523, da UBS/05 - Unidade Básica de Saúde Emília Mendes Cunha para a UBS/02 Rural - Unidade Básica de Saúde Maria Custódio da Silva Ferreira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 18/9/2023.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1125/2023

PORTARIA Nº 1125/2023

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 14 de setembro de 2023, pelo médico Álvaro Rizzardi, **deferir licença médica** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Marcial Lazaro Miranda**, Técnico de Enfermagem, matrícula funcional 511, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 31/8/2023 a 19/10/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1127/2023

PORTARIA Nº 1127/2023

Retifica dispositivos constantes na Portaria nº 1046/2023 que dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º O art. 1º da Portaria nº 1046/2023 que "*concede 30 (trinta) dias de férias a **Pâmela Rodrigues dos Santos**, Assistente Administrativo*" passa a vigorar com a seguinte retificação:

Onde se lê:

"matrícula funcional 4194"

Leia-se:

"matrícula funcional 4294"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1128/2023

PORTARIA Nº 1128/2023

Retifica dispositivos constantes na Portaria nº 1079/2023 que dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º A Portaria nº 1079/2023 que "*de acordo com o Laudo de Inspeção de Saúde, lavrado em 6 de junho de 2023, pelo médico Amilton Silva de Moura, **deferir licença médica** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Débora Botelho de Paula**, Técnico de Enfermagem, matrícula funcional 3384, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde*" passa a vigorar com a seguinte retificação:

Onde se lê:

"pelo período de 31/5/2023 a 5/69/2023."

Leia-se:

"pelo período de 31/5/2023 a 5/6/2023."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1142/2023

PORTARIA Nº 1142/2023

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais legislação que trata da matéria; e,

Considerando o **Contrato 57/2023** firmadas entre o **Município de Nova Xavantina** e as empresas **João Pedro Rodrigues Piffer**, que tem por objeto a *contratação de empresa especializada em serviços de locação, montagem e desmontagem de brinquedos de recreação para atender ao evento do "Dia das Crianças" deste município* – **Dispensa 018/2023*; resolve:***

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) do **Contrato 57/2023**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Airson Caetano de Moura, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula funcional 810;

II – Adriano Dias de Souza, Apoio Administrativo Educacional – Vigilância Profissionalizado, matrícula funcional 3327.

Art. 2º *Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório,* **do Contrato 57/2023** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1141/2023

PORTARIA Nº 1141/2023

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais legislação que trata da matéria; e,

Considerando o **Contrato 58/2023** firmadas entre o **Município de Nova Xavantina** e as empresas **YM Serviços de Saúde Ltda**, que tem por objeto o *credenciamento de pessoas jurídicas, profissionais e plantões médicos e suas especialidades, enfermeiros, biomédico, farmacêuticos, fisioterapeuta, técnicos e auxiliares de enfermagem, técnico de laboratório, técnico de Raio-X e técnico de imobilização, junto a Secretaria Municipal de Saúde* – **Inexigibilidade 008/2023, Credenciamento 002/2023 e Chamamento Público 003/2023***;* **resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) do **Contrato 58/2023**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Katia Regina Batista, Assistente Administrativo, matrícula funcional 3616;

II – Marcos Paulo Martins Barros, Assistente Social, matrícula funcional 4628;

III – Marta Vicentini, Farmacêutica, matrícula funcional 4891;

IV – Luciana Bavaresco, Enfermeira, matrícula funcional 3430;

V – Telma Aparecida Borges, Assistente Administrativo, matrícula funcional 4358;

VI – Anilton Silva de Moura, Enfermeiro, matrícula funcional 3847.

Art. 2º *Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório,* **do Contrato 58/2023** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1140/2023

PORTARIA Nº 1140/2023

Acrescenta dispositivos à Portaria 1038/2023 que dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais legislação que trata da matéria; e,

Considerando o **Contrato 50/2023** firmadas entre o **Município de Nova Xavantina** e as empresas **Elton de Souza Cordeiro**, que tem por objeto o *credenciamento para contratação de profissionais técnicos especializados para prestação de serviços de refrigeração em aparelhos condicionadores de ar de todas as secretarias municipais; serviços de mecânica de máquinas leves e pesadas, serviços de soldas em metal das secretarias municipais de Infraestrutura e de Cidade, conforme especificações em anexo ao edital* – **Inexigibilidade 009/2023, Credenciamento 003/2023 e Chamamento Público 004/2023***;* **resolve:**

Art. 1º O art. 1º da Portaria nº 1038/2023 que nomeia servidores públicos municipais para atuar como fiscal(is) do **Contrato 50/2023**, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos XXVI, XXVII e XXVIII:

"..... .....

Art. 1º ....

XXVI – Amarilda Aparecida de Souza, Enfermeira, matrícula funcional 1724;

XXVII – Andréa Arraz Pessoa, Enfermeira, matrícula funcional 4380;

XXVIII – Luciana Bavaresco, Enfermeira, matrícula funcional 3430.

...."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1129/2023

PORTARIA Nº 1129/2023

Retifica dispositivos constantes na Portaria nº 1086/2023 que dispõe sobre a transferência de servidor(a) público(a) municipal e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º A Portaria nº 1086/2023 que "*transfere o(a) servidor(a) público(a) municipal efetivo(a)* ***Wilmar Teixeira Lima****, Auxiliar de Serviços Gerais*" passa a vigorar com a seguinte retificação:

Onde se lê:

"matrícula funcional 1055"

Leia-se:

"matrícula funcional 353"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1130/2023

PORTARIA Nº 1130/2023

Retifica dispositivos constantes na Portaria nº 1119/2023 que dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21

de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º O art.1º da Portaria nº 1119/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

".....

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a **Laurene Nunes de Oliveira**, Biomédica, matrícula funcional 3939, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 5/1/2021 a 4/1/2022.

....."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1131/2023

PORTARIA Nº 1131/2023

Retifica dispositivos constantes na Portaria nº 1509/2022 que dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º A Portaria nº 1509/2022 que "*concede 10 (dez) dia de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal* ***Eliabe Maracahipes dos Santos****, Motorista de Veículo de Emergência*" passa a vigorar com a seguinte retificação:

Onde se lê:

"Matrícula Funcional 4270"

Leia-se:

"matrícula funcional 4274"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1132/2023

PORTARIA Nº 1132/2023

Revoga em todos os seus termos a Portaria nº 1041/2023 que dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Revoga em todos os seus termos a Portaria nº 1041/2023 que "*concede 30 (trinta) dias de férias a* ***Célia Martins Ferreira****, Agente Comunitário de Saúde - ACS, matrícula funcional 1947, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/1/2022 a 2/1/2023.*"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1041/2023.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1133/2023

PORTARIA Nº 1133/2023

Revoga em todos os seus termos a Portaria nº 518/2023 que dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Revoga em todos os seus termos a Portaria nº 518/2023 que "*concede 30 (trinta) dias de férias a* ***Marta Rezende Gomes****, Atendente, Matrícula Funcional 3686, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Finanças, referente ao período aquisitivo de 3/7/2021 a 2/7/2022.*"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 518/2023.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1134/2023

PORTARIA Nº 1134/2023

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a **Uelson Gomes de Oliveira**, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 1425, lotado(a) junto a Secretaria Municipal da Educação, referente ao período aquisitivo de 23/4/2022 a 22/4/2023.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 3/7/2023 a 17/7/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias 608/2023 e 764/2023.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1135/2023

PORTARIA Nº 1135/2023

*Dispõe sobre a concessão de **licença prêmio por assiduidade** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de **licença prêmio por assiduidade** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Walmir Arruda Costa**, Agente Sanitário, matrícula funcional 058, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 12/3/2014 a 11/3/2019.

Parágrafo único. A licença prêmio por assiduidade de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 4/9/2023 a 3/10/2023.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1136/2023

PORTARIA Nº 1136/2023

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a **Marta Rezende Gomes**, Atendente, matrícula funcional 3686, lotado(a) junto a Secretaria Municipal da Cidade, referente ao período aquisitivo de 3/7/2021 a 2/7/2022.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 20/9/2023 a 19/10/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1137/2023

PORTARIA Nº 1137/2023

Dispõe sobre a perda do direito à concessão de férias integrais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com disposto na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria;

- Considerando que a(o) servidor(a) público(a) municipal de que trata o art. 1º desta Portaria, faltou injustificadamente aos serviços por 6 (seis) dias durante o período aquisitivo de férias, compreendido de 19/12/2021 a 18/12/2022; **resolve:**

Art. 1º Determinar a perda do direito à concessão integral de férias do(a) servidor(a) público(a) municipal **Erica Oliveira da Silva**, Atendente, matrícula funcional 3936, lotado(a) junto a Secretaria Municipal da Cidade, referente ao período aquisitivo de 19/12/2021 a 18/12/2022.

Art. 2º Nos termos do inciso II do art. 96 da Lei Municipal nº 2.340/2021, em razão dos 6 (seis) dias de faltas injustificadas ao serviço, o(a) servidor(a) de que trata o art. 1º desta Portaria, ficará com saldo devido de férias de 24 (vinte e quatro) dias, referente ao período aquisitivo 19/12/2021 a 18/12/2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1138/2023

PORTARIA Nº 1138/2023

Altera dispositivos constantes na Portaria nº 942/2023 que dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**

Art. 1º O art. 1º da Portaria nº 942/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

"....

Art. 1º Conceder 24 (vinte e quatro) dias de férias a **Erica Oliveira da Silva**, Gari, matrícula funcional 3936, lotado(a) junto a Secretaria Municipal da Cidade, referente ao período aquisitivo de 19/12/2021 a 18/12/2022.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 2/10/2023 a 25/10/2023.

...."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 1139/2023

PORTARIA Nº 1139/2023

Altera dispositivos constantes na Portaria nº 836/2023 que dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º O art. 1º da Portaria nº 836/2023 que passa a vigorar com a seguinte redação:

".....

Art. 1º Conceder 21 (vinte e um) dias de férias a **Raiara Pinheiro Ferreira**, Técnico Administrativo Educacional, matrícula funcional 4298, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 4/6/2022 a 3/6/2023.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 1/8/2023 a 21/8/2023.

....."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.422, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023.

DECRETO Nº 5.422, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023.

Aprova o desdobramento de áreas e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.973, de 29 de dezembro de 2016, que *Dispõe sobre o parcelamento do solo, e dá outras providências*; de acordo com as disposições contidas na Lei Federal 6.766/79, e demais legislação que trata da matéria; por fim, considerando o disposto na **Certidão 036/2023 – favorável ao desdobramento**, que integra o presente Decreto, da lavra do Engenheiro Civil - Edbert Moreira Júnior – CONFEA RN. n.º 260.136.459-9; **Decreta**:

Art. 1º Fica aprovado o **desdobramento de 1 (uma) área de terras, situada na zona urbana desta cidade, com área de 4,4684ha (quatro hectares, quarenta e seis ares e oitenta e quatro centiares), 44.684,76m², Cadastro Municipal 001.16.100.522.001 (atual 001.16.100.522.001 para 001.16.100.522-01 a 24.001), bairro Verdes Campos, setor Nova Brasília, nesta cidade**, que se encontra Matriculada sob nº 22.192 – 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, em **24 (vinte e quatro) parcelas/áreas urbana**, de propriedade de **Izabel de Araújo Pereira**, brasileiro(a), portador(a) do CI/RG n.º 045570442012-8-SSP/MA, inscrito(a) no CPF sob o n.º 613.322.023-65, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Xavantina – MT, que passam a ser assim descritos e caracterizados:

Parcela	Cadastro	Área da parcela(m²)	Endereço frente para a:
522-1	001.16.100.522-1.001	375,00	Rua Acre, nº 395
522-2	001.16.100.522-2.001	300,00	Rua Acre, nº 403
522-3	001.16.100.522-3.001	300,00	Rua Acre, nº 413
522-4	001.16.100.522-4.001	300,00	Rua Acre, nº 425
522-5	001.16.100.522-5.001	300,00	Rua Acre, nº 433
522-6	001.16.100.522-6.001	250,00	Rua Acre, nº 439
522-7	001.16.100.522-7.001	250,00	Rua Acre, nº 445
522-8	001.16.100.522-8.001	250,00	Rua Acre, nº 451
522-9	001.16.100.522-9.001	250,00	Rua Acre, nº 455
522-10	001.16.100.522-10.001	250,00	Rua Acre, nº 467
522-11	001.16.100.522-11.001	250,00	Rua Acre, nº 471
522-12	001.16.100.522-12.001	250,00	Rua Acre, nº 483
522-13	001.16.100.522-13.001	250,00	Rua Acre, nº 489
522-14	001.16.100.522-14.001	250,00	Rua Acre, nº 493
522-15	001.16.100.522-15.001	250,00	Rua Acre, nº 499
522-16	001.16.100.522-16.001	250,00	Rua Acre, nº 511
522-17	001.16.100.522-17.001	250,00	Rua Acre, nº 519
522-18	001.16.100.522-18.001	353,13	Rua Acre, nº 523
522-19	001.16.100.522-19.001	348,29	Rua Acre, nº 539
522-20	001.16.100.522-20.001	246,15	Rua Acre, nº 551
522-21	001.16.100.522-21.001	250,00	Rua Acre, nº 567
522-22	001.16.100.522-22.001	239,61	Rua Acre, nº 573
522-23	001.16.100.522-23.001	254,70	Rua Acre, nº 583
522-24	001.16.100.522-24.001	764,48	Rua Acre, nº 601
522	001.16.100.522.001	37.653,40	Av. Espírito Santo, nº 1.546

Parágrafo único. Integram o presente Decreto: ART de OBRAS/SERVIÇO 1220210020025, memoriais descritivos e mapas, da lavra de Sebastião Teixeira da Silva – RNP 1209352737.

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o desdobramento, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Deverá a Gerência de Tributação e Arrecadação adotar as medidas necessárias para anotação do desdobramento, inclusive, quanto a índice cadastral.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de setembro de 2023.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

Edbert Moreira Júnior

Engenheiro Civil

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.426, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
Município: NOVA XAVANTINA

Decreto Nº 5426, de 20 de setembro de 2023.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 2481/2022, de 23 de dezembro de 2022.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 50.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

13.000 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL PREVINX
13.001 - DIRECAO EXECUTIVA DA PREVINX
13.001.9.272.35.2049-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL R$50.000,00
1.802.0000000 BENEFICÍOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO 50.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

13.000 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL PREVINX
13.001 - DIRECAO EXECUTIVA DA PREVINX
13.001.99.997.35.2050-9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA R$50.000,00
1.800.1111000 BENEFICÍOS PREVIDENCIÁRIOS - PODER EXECUTIVO - FUNDO EM CAPTALIZAÇÃO - (PLANO 50.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO, 20 de setembro de 2023.

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: MarceloGFerreira. Emissão: 20/09/2023, às 17:40:48. Protocolo: c41fc076-ed5e-4ddd-a2fa-0744af224c73

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.427, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
Município: NOVA XAVANTINA

Decreto Nº 5427, de 20 de setembro de 2023.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 2481/2022, de 23 de dezembro de 2022.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 20.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 - ADMINISTRAÇÃO
03.001.4.122.4.2007-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$8.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 8.000,00

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
06.001 - ESPORTES E LAZER
06.001.27.812.11.2024-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$5.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 5.000,00

10.000 - SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
10.001 - MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
10.001.4.122.31.2044-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$7.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 7.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

10.000 - SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
10.001 - MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
10.001.4.122.31.2044-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL R$5.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 5.000,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 - ADMINISTRAÇÃO
03.001.4.122.4.2007-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$8.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 8.000,00

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
06.001 - ESPORTES E LAZER
06.001.27.812.11.2024-3.3.90.31.00.00.00.00 - PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS E OUTRAS R$5.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 5.000,00

10.000 - SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
10.001 - MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
10.001.4.122.31.2044-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA R$2.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 2.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO, 20 de setembro de 2023.

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: MarceloGFerreira. Emissão: 20/09/2023, às 17:40:57. Protocolo: cebde449-166f-46ee-8f11-bfb87eaac93b

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 121/2023

PREGÃO ELETRÔNICO 018/2023

PROCESSO LICITATORIO 025/2023

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrito no **CNPJ sob o nº 03.238.888/0001-93**, com sede administrativa a Rua Augusto de Souza, 171, Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado, portador da **CIRG sob o nº 0625916-2 SSP/MT** e inscrito no **CPF sob o nº 503.521.641-15** doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **MT Comercio e Locações Ltda.**, inscrita no **CNPJ sob o nº 40.803.721/0001-54**, e Inscrição Estadual n.º 261705970estabelecida a Rua Luiz Cirimbelli, nº 1659, bairro Imigrantes, cidade de Turvo - SC, telefone (48) 3525-0526 e endereço de e-mail licitacao@digiplus.com.br, neste ato representada pelo Sr. **Valcir Mota,** portador do **CIRG n.º 4.590.769 SSP/SC** e **CPF nº 048.428.279-47** doravante denominada **"FORNECEDORA/SIGNATÁRIA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, que regulamenta a modalidade de Pregão e o Registro de Preços neste Município e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 018/2023, para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente Ata oObjeto: **Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de climatização (ar condicionado),** Conforme Termo De Referência e Anexos.

1.2. Os produtos deverão ser fornecidos, conforme especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA em anexo ao presente edital.

2. DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os itens registrados serão fornecidos de acordo com a necessidade do Município, nos termos do art. 6º e c/c art. 15 da Lei n. 8.666/93.

3. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Cód. Requisição	Descrição dos Equipamentos	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Total
06	37978	Ar Condicionado tipo Split Hi Wall, de no mínimo **30.000 Btus**, tensão 220V, display digital que indica a temperatura ambiente, classificação energética A, compatibilidade mínima ao gás ecológico R410, condensador de cobre, ciclo ar frio, controle remoto sem fio e preferencialmente em português, comando total das operações no controle remoto, manual de instruções em português, deve possuir selo de autorização do INMETRO, garantia de 12 meses.	24	Unid.	AGRATTO	4.240,00	101.760,00
				VALOR TOTAL		**R$ 101.760,00**	
(Cento e um mil e setecentos e sessenta reais)							

3.2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30(trinta) dias após o recebimento das Notas Fiscais já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização.

3.3. Apresentada a Nota Fiscal caberá ao fiscal da ata atestar a regular realização dos materiais encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, aprovado pela fiscalização.

3.4. A empresa vencedora deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.6. As Notas Fiscais para pagamento deverão conter obrigatoriamente a assinatura dos fiscais responsáveis de cada Secretaria, antes de serem encaminhados para o departamento de finanças.

3.7. As empresas deverão encaminhar as Notas Fiscais ao Setor Administrativo de cada Secretaria, para que os fiscais efetuem a conferência juntamente com a Autorização de Fornecimento.

3.8. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

3.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.10. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.11. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, devendo constar ainda o número do pregão que lhe deu origem.

4. DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, aces-

sória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

4.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

4.2.1. A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá pleitear pedido de reequilíbrio com base no dispositivo da Lei 8.666/93, nos casos em que o Município já houver formalizado o pedido de aquisição do produto e quando já estiver decorrendo o prazo limite para entrega do item solicitado.

4.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

4.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

4.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

4.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

4.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

4.8. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

4.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

4.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

4.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

4.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

4.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

5. DOS PRAZOS E FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preço firmada por força do presente procedimento terá validade de 12 (doze) meses, iniciados a partir da data da sua assinatura.

5.2. Conforme Termo de Referência elaborado pela Secretaria solicitante os itens deverão ser entregues conforme segue:

5.2.1. Os itens e serviços deverão ser entregues através de Autorização de Fornecimento, onde a empresa Fornecedora/Signatária efetuará a entrega na Sede da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte - MT, localizada na Rua Augusto de Souza, nº 171, Bairro Centro, em horário de funcionamento do órgão, nas quantidades solicitadas, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias** do recebimento da autorização.

5.2.2. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item ou serviço solicitado, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

5.2.3. A empresa não poderá exigir quantidade mínima para solicitação dos itens e serviços licitados.

5.2.4. Não será tolerada a entrega de item diferente da especificação do termo de referência, os mesmos deverão ser conferidos na presença do Fiscal de Contrato responsável

5.2.5. Os itens que apresentarem desconformidade, seja qual for (avaria, data de validade expirada ou não atenderem as especificações técnicas deste termo) serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema imediatamente, sob pena de cancelamento da compra

5.2.6. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta da Fornecedora/Signatária.

5.2.7. Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de itens reciclados, reutilizados ou remanufaturados como itens solicitados.

5.2.8. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá informar imediatamente o fiscal de contrato.

5.2.9. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa Fornecedora/Signatária deverá retirar o item no local em que foi entregue, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item e serviço solicitado.

5.2.10. Os itens e serviços serão solicitados pelo Município de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados.

5.2.11. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a Fornecedora/Signatária será notificada e terá prazo de 05 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

5.2.12. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens e serviços, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

5.2.13. Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição pelo Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE – MT.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos próprios previstos em Orçamento Municipal, para as secretarias e elementos de despesa conforme a segue:

Elemento de Despesa: 44.90.52.00 – Equipamentos e matérias permanentes
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
Secretaria Municipal de Saúde;
Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania;
Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer;
Secretaria Municipal de Infraestrutura;
Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Industria e Comercio.

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos e responsabilidades do Município:

7.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos/equipamento(s), objeto da contratação;

7.1.2. Comunicar imediatamente a Fornecedora/Signatária, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;

7.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

7.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

7.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

7.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

7.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

7.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

7.1.9. Receber ou rejeitar os produtos/equipamento(s)/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

7.1.10. Rejeitar os produtos/equipamentos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

7.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela Fornecedora/Signatária.

7.1.12. Entregar à contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos/equipamento(s).

7.1.13. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

7.1.14. Receber, analisar e decidir sobre os produtos/equipamento(s) entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

7.1.15. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

7.1.16. Fiscalizar a execução do objeto desta ata;

7.1.17. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução da ata.

7.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

7.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos/equipamentos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital.

7.2.2. Fornecer os produtos/equipamento(s)/serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

7.2.3. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

7.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

7.2.5. Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação.

7.2.6. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

7.2.7. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, à empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

7.2.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente o Município ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

7.2.9. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.10. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

7.2.11. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

7.2.12. Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos/equipamento(s) objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.

7.2.13. Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo Município e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais;

7.2.14. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento ficará a cargo exclusivamente da Fornecedora/Signatária;

7.2.15. Comunicar à fiscalização do Município, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos/equipamento(s) ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

7.2.16. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o Município poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

7.2.17. A Fornecedora/Signatária não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a(o) presente ata de registro de preços/contrato;

7.2.18. Planejar a entrega dos produtos/equipamento(s)/serviços juntamente com o Fiscal de Contrato da Secretaria solicitante;

7.2.19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.2.20. Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

7.2.21. A Fornecedora/Signatária deve entregar os produtos/equipamento(s) solicitados em conformidade aos requisitos previstos em edital.

7.2.22. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/equipamento(s) fornecidos.

7.2.23. Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

7.2.24. A Fornecedora/Signatária obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados.

7.2.25. A Fornecedora/Signatária obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

7.2.26. Realizar o fornecimento dos produtos/equipamento(s)/serviços dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo exigências legais.

7.2.27. Levar imediatamente ao conhecimento do Município quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

7.2.28. Colocar à disposição do Município todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos/equipamento(s), permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

7.2.29. Atender integralmente todas as exigências e especificações inseridas no Termo de Referência do edital formulado pela Secretaria solicitante. Sendo que, o Termo de Referência é parte integrante da presente ARP.

8. DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

8.2. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura de Municipal de NOVO HORIZONTE DO NORTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena e também está sujeito as demais penalidades previstas da Lei 8666/1993.

8.2.1. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial de Contas - TCE/MT e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

8.3. No caso de inadimplemento, a Fornecedora/Signatária estará sujeita às seguintes penalidades:

8.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT;

8.3.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10º (décimo) dia, calculados sobre o valor da Ordem de Fornecimento. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral avença;

8.3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.3.4. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da ARP, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.3.4.1. Entende-se como inexecução total os casos em que a Fornecedora/Signatária não promover a entrega total dos itens solicitados ou os casos em que ocorrer a não-aceitação do objeto por descumprimento de prazos ou divergências do item requerido.

8.3.5. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ARP, no caso da Fornecedora/Signatária, injustificadamente, desistir da ARP ou der causa à sua rescisão;

8.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com essa Administração por período não superior a 2 (dois) anos, no caso de reincidência nas irregularidades já praticadas; e

8.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a Fornecedora/Signatária ressarcir o Município pelos prejuízos causados;

8.3.8. A aplicação da sanção prevista no item 8.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, 8.3.5, principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.4. As sanções previstas nos itens 8.3.1, 8.3.5, 8.3.6, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

8.5. O valor das multas aplicadas, poderão ser descontados dos pagamentos de faturas devidas da Fornecedora/Signatária e caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante, o Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

8.6. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 8.3., reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

8.7. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela Fornecedora/Signatária.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do Município; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo Município, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

10. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 018/2023, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela Fornecedora/Signatária, no certame licitatório.

11. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente Ata de Registro de Preço obedece ao que determina a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520/2002, e Decretos Municipais n° 039/2013 e 040/2013, bem como suas alterações posteriores.

12. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1. A Fornecedora/Signatária deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13. DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O Município promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

14. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

15. DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Atuarão como fiscais da presente aquisição:

I - Patrícia Jamariqueli Castilho – Secretaria Municipal de Saúde;

II - Selma de Araújo Amorim – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer;

III - Melissa Raimundi Rodrigues – Secretarias Municipais de Administração e Planejamento, Assistência Social, Trabalho e Cidadania, Infraestrutura e Agricultura, Meio Ambiente, Industria e Comercio.

16. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

16.1. A Aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

16.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre o Município e a Fornecedora/Signatária, e entre está e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

17.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Município, para fornecimento do objeto desta ARP, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da Fornecedora/Signatária, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

17.4. A Fornecedora/Signatária declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Município.

17.5. A Fornecedora/Signatária fica obrigada a comunicar o Município em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

17.5.1. A comunicação não exime a Fornecedora/Signatária das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

17.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis

18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

18.1. O cadastro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, seguem dispostos abaixo:

Classificação	Fornecedor	CNPJ	Itens
Não houve manifestação de interesse por parte das empresas para o cadastro reserva.			

18.2. A ordem de classificação, disposta no item anterior, será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.

18.3. A classificação a que se referem os subitens 18.1 e 18.2 respeitará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação.

18.4. As contratações as quais se referem este item serão formalizadas no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas no item 9.

19. DA CARONA

19.1. Nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelos Decretos Federais 8.250/2014 de 23/05/2014, e Decreto 9.488 de 30/08/2018, fica facultado aos órgãos ou entidades desse Município e demais Municípios interessados a adesão a essa ata de registro de preço.

20. DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta ARP com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento o qual será dada a devida publicidade.

Novo Horizonte do Norte, 15 de setembro de 2023.

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

MT COMERCIO E LOCAÇÕES LTDA.

CNPJ: 40.803.721/0001-54

Valcir Mota

Fornecedora/Signatária

Fiscal de Contrato/ARP

MELISSA RAIMUNDI RODRIGUES

Fiscal de Contrato

Secretaria de Administração

PATRICIA JAMARIQUELI CASTILHO

Fiscal de Contrato

Secretaria de Saúde

SELMA DE ARAÚJO AMORIM

Fiscal de Contrato

Secretaria de Educação

IORI & SANCHES ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ sob o nº 23.636.866/0001-99

Assessoria Jurídica

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE 1º ADITIVO

Contrato 031/2022

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	Empresa LM COMERCIO DE OXIGÊNIO EIRELI doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** com sede na Rua João Pedro Moreira de Carvalho, n.2374, Bairro Industrial, CEP 78557-137, na Cidade de Sinop-MT, inscrita no CNPJ n.° 37.301.623/0001-04, neste ato representada pelo senhor Jeferson Silva de Oliveira, portador do RG n.° 1919110-3 e CPF n.° 020.708.011-95, têm entre si justo e acertado o que contém nas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos e obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com o Edital de Pregão Presencial n.° 013/2021 e dispositivos da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, as quais as partes se sujeitam, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:
Objeto	**OXIGÊNIO MEDICINAL, OXIGÊNIO INDUSTRIAL E ACETILENO PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO MT.**
Valor	O preço global deste CONTRATO é de **R$ 88.392,50 (oitenta e oito mil, trezentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos)**
Prazo de Vigência e	O prazo de vigência do presente contrato é de doze (12) meses a contar de sua assinatura. 20/07/2023 a 20/07/2024
Dotação Orçamentaria	As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2022, na classificação abaixo: 06.001.10.122.0021.2113.3390.30.00.00.00 06.002.10.301.0016.2041.3390.30.00.00.00 09.002.26.782.0012.2129.3390.30.00.00.0
Processo	Pregão Presencial n.° 013/2021

Novo Mundo/MT, 20 de julho 2023.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº. 638/2023

20 de setembro 2023

SÚMULA: Autoriza suplementação orçamentária pelo Superávit Financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior**, e** dá outras providências.

O **EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro na LOA/2023, sancionado pela Lei Municipal no. 605/2022 de 06 de dezembro de 2022, bem como, incluir na LDO/2023, sancionada pela Lei Municipal nº. 604/2022, o valor de R$ 209. 000,00 (duzentos e nove mil reais), para aquisição de uma camionete Mitsubishi modelo Triton.

Art. 2º. O Crédito Suplementar autorizado no artigo primeiro desta Lei, tem fundamentação no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4. 320/64, proveniente do Superávit Financeiro apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, e suplementa a seguinte funcional programática: 06.001.10.301.0021.1.032.4.4.90.52-00 (0365)

06. Secretaria Municipal de Saúde

001. Fundo Municipal de Saúde – Gestão do SUS

10. Saúde

301. Atenção Básica

0021. Gestão do SUS

1.032. Aquisição de Veículos e Ambulâncias

4.4.90.52-00 Equipamento e material permanente

0365 – Dotação Código Reduzido

Fonte de recurso: 2.6.21.000.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual

Meta Financeira: R$ 209.000,00

Meta Física: Aquisição de 01 camionete Mitsubishi Triton R$ 209.000,00.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo MT, 20 de setembro de 2023.

Antônio Mafini

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO PROCESSO 093/2023 DISPENSA Nº 032/2023

Após análise dos autos e com respaldo nos documentos a ele acostado é que AUTORIZO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE APARELHO RADIOLOGICO-UNIDADE SELADA E CONJUNTO DE PLACAS DO APARELHO DE RAIO-X MARCA SHR MODELO SH-600F TROCA DE AMPOLA E REVISÃO NA CARCAÇA.ENLATAMENTO, REPOSIÇÃO DE OLEO, MANUTENÇÃO REVISÃO DO CONJUNTO DE PLACAS, INSTALAÇÃO E CALIBRAÇÃO. Em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, sendo eles de utilidade no setor de radiologia.

O VALOR GLOBAL DO PAGAMENTO é de R$ 23.995,00 (vinte três mil novecentos e noventa e cinco reais) a serem pagos em PARCELA 01(uma) parcelas, para a empresa PULSE HT-INDUSTRIA, COMERCIO E ASSISTENCIA DE EQUIPAMENTO MEDICOS LTDA inscrita no CNPJ. 49.798.417/0001-30

O pagamento deverá ser efetuado com RECURSOS DA DOTAÇÃO:0379-06.002.10.301.0016.2040.3390.39.00.00.00 Provenientes de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde.

Em tempo, atenta-se quanto a observância dos pareceres contábil e jurídico.

Novo Mundo/MT,23 de março de 2023.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR N.º 093/2023

"DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E REQUISITOS DO PROCESSO DE SELEÇÃO PARA DESIGNAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA A FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NOVO MUNDO/ MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1ºEstabelece critérios e requisitos do processo de seleção para designação de Profissionais da Educação Básica para a função de diretor escolar nas unidades escolares da rede municipal de ensino de Novo Mundo/ MT, em atendimento a Lei Ordinária nº 7.040 de 01/10/98, ao inciso I, do § 1º, do Art. 14, da Lei nº. 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e Art. 78 da Lei Complementar nº 022 de 29 de dezembro de 2011, nos termos que passa a dispor:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2ºFica instituído os critérios e requisitos do Processo de Seleção para designação de Profissionais da Educação Básica para a função de Diretor Escolar nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Novo Mundo/MT.

Art. 3ºA Administração da Unidade Escolar será exercida pelo Diretor Escolar selecionado por:

a) Etapa I - Inscrição;

b) Etapa II - Avaliação escrita dos candidatos a direção, sedo a avaliação por redação, com a tema a ser definido pela comissão, esta composta pelo Conselho Municipal de Educação, pelo SINTEP, representante de professores, representante dos CDCEs e representante da Secretária de Educação;

c) Etapa III - Formação em Gestão Educacional;

d) Etapa IV - Elaboração, apresentação e entrega do Plano de trabalho;

e) Etapa V - Consulta pública a comunidade escolar;

e.1) O candidato que avançar da fase de consulta pública, deverá atender aos requisitos de formação e ter 50% (cinquenta por cento) ou mais de aproveitamento na avaliação escrita, para a seleção de lista tríplice;

f) Etapa VI - Designação do Diretor à sua Unidade Escolar a ser realizada por ato do Poder Executivo;

Art. 4º O Processo de Seleção será destinado a Profissionais da Educação, efetivos e em atividade, que após seleção, serão designados por portaria e atuarão em regime de Dedicação Exclusiva, de acordo com o Art. 78, da Lei Complementar nº. 22, de 29 de dezembro o de 2011.

Art. 5º O provimento das vagas será realizado mediante aprovação em Processo de Seleção, conforme as Etapas dispostas no Art. 3°, desta Lei.

Art. 6ºO período de efetivo exercício da função de Diretor Escolar será de 2 (dois) anos, podendo ocorrer novo Processo de Seleção neste decurso conforme necessidade.

CAPÍTULO II

DOS REQUISITOS E CRITÉRIOS PARA A FUNÇÃO

Art. 7ºPara o exercício da função de Diretor Escolar, os Profissionais da Educação Básica devem atender aos seguintes requisitos:

I Ser efetivo da Rede Municipal de Educação Básica do município Novo Mundo-MT

II Ter formação e habilitação específicas nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, conforme preceitua a Lei Complementar nº 022/2011.

III Ser Profissional da Educação Básica na ativa na Unidade Escolar em que atua nos últimos 02 (dois) anos.

IV Não estar para se aposentar nos próximos 2 (dois) anos e/ou usufruindo de licenças contínuas e sucessivas.

Parágrafo Único - Nas Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) ocorrerão as eleições para diretores no último mês do ano letivo a cada biênio, nas unidades escolares de ensino com número frequente acima de 120 (cento e vinte) alunos.

V - Nas Escolas Municipais em que o número frequente de alunos seja inferior à 120 (cento e vinte), não acontecerá seleção Diretor, cabendo ao Secretário (a) Municipal de Educação a indicação de um Coordenador Pedagógico responsável por cada unidade de ensino.

VI - A Direção das Escolas Municipais em que o número frequente de alunos seja inferior à 120 (cento e vinte) ficará sob a responsabilidade do (a) Secretário (a) Municipal de Educação.

VII - A Coordenação das Escolas Municipais do Campo será através de indicação da Administração Municipal.

ART. 8ºÉ vedada a participação no Processo de Seleção ao Profissional que nos últimos 05 (cinco) anos:

I - Tenha sido exonerado, dispensado ou suspenso do exercício da função de Diretor/Coordenador em decorrência de processo administrativo disciplinar e/ou readaptação;

II - Que não atenderam a Legislação vigente nas prestações de contas junto ao Departamento de Prestação de Contas da SMECEL (participantes que já exerceram a função de Diretor Escolar);

III - Esteja inadimplente junto ao Poder Público, ao Tribunal de Contas do Estado e à Receita Federal;

IV - Que não dispuser de Certidão Negativa de Antecedentes Criminais nas Justiças Federal e Estadual.

Parágrafo Único - Ainda que aprovado no Processo de Seleção, caso o participante tenha prestado informações inverídicas, não será designado para a função.

Art. 9ºNa unidade escolar onde não houver candidato poderá inscrever-se o profissional efetivo ou estável em efetivo exercício em qualquer unidade escolar na rede municipal em 2023 desde que atenda os incisos I, II, III e IV, do artigo 7° desta Lei.

Art.10ºPara comprovar os requisitos constantes nesta Lei e no Edital, o participante deve encaminhar à comissão de seleção da Secretaria Municipal de Educação, no dia e horário, digitalizados em formato PDF em único arquivo identificado com o nome, os seguintes documentos:

I Cópia do Currículo;

II Cópia da Carteira de Identidade - RG e CPF, ou documento equivalente com foto;

III Cópia do Título de Eleitor, com os respectivos comprovantes de votação da última eleição ou o certificado de quitação com a Justiça Eleitoral;

IV Comprovante de endereço atualizado (não superior à 03 (três) meses);

V Cópia do diploma de graduação e pós-graduação;

VI Cópia da ficha da última contagem de pontos para Atribuição de Aula assinada pela Comissão de Atribuição da Unidade Escolar;

VII Declaração de que não está respondendo Processo Administrativo Disciplinar;

VIII Declaração de que não está para se aposentar nos próximos 2 (dois) anos e/ou usufruindo de licenças contínuas e sucessivas;

IX Declaração de disponibilidade para o cumprimento de carga horária, com Dedicação Exclusiva;

X Declaração afirmando não ter sido penalizado em processo administrativo disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos;

XI Declaração afirmando que não possui outro vínculo Municipal, Estadual, Federal e Privado ou liberação para o exercício da Dedicação Exclusiva;

XII Declaração dos participantes que já foram Diretores Escolares informando que cumpriu com a Legislação vigente junto ao departamento de prestações de contas.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR

Art. 11ºCompete ao Diretor da Unidade Escolar, entre aquelas já determinadas na Lei Complementar nº 022 de 29/12/2011, as seguintes atribuições:

I Representar a Unidade Escolar, responsabilizando-se pelo seu funcionamento;

II Coordenar, em consonância com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, a elaboração, a execução e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Unidade Escolar, observadas as políticas públicas da Secretaria Municipal de Educação e outros processos de planejamento;

III Coordenar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar, assegurando a unidade e o cumprimento do currículo e do calendário escolar;

IV Manter atualizado o tombamento dos bens públicos, zelando, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar, pela sua conservação;

V Dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emitidas pelos órgãos do sistema de ensino;

VI Submeter ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar para exame e parecer, no prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados à Unidade Escolar;

VII Divulgar na comunidade escolar a movimentação financeira da Unidade Escolar;

VIII Coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas e técnico-administrativo-financeiro desenvolvidas na Unidade Escolar;

IX Apresentar, anualmente, à Secretaria Municipal de Educação e à Comunidade Escolar, a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Escolar, avaliação interna da Unidade Escolar e as propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino e ao alcance das metas estabelecidas;

X Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente.

CAPÍTULO IV

DAS ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Art. 12º As vagas serão preenchidas conforme resultado do Processo de Seleção para designação de Profissionais da Educação Básica para função de Diretor Escolar nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Novo Mundo/MT.

§ 1º - O Conselho Escolar apresentará na Unidade Escolar aos Profissionais da Educação o Processo de Seleção para a função de Diretor Escolar, que consistirá em 5 (cinco) etapas:

a. Etapa I - Inscrição: a inscrição será feita mediante o preenchimento de um formulário físico junto a Secretaria Municipal de Educação, estabelecido no Edital; b. Etapa II - Avaliação escrita dos candidatos a direção, sedo a avaliação por redação, com a tema a ser definido pela comissão, esta composta pelo Conselho Municipal de Educação, pelo SINTEP, representante de professores, representante dos CDCEs e representante da Secretaria de Educação; c. Tapa III - Formação em Gestão Educacional: será a participação em curso de Formação com carga horária de 20 (vinte) horas abrangendo os conteúdos sobre Gestão Educacional; d. Etapa IV - Elaboração, apresentação e entrega do Plano de Trabalho: consiste na elaboração, apresentação e entrega do Plano de Trabalho, concomitante ao curso de Formação sobre Gestão Educacional de acordo com as políticas educacionais da Secretaria Municipal de Educação, com o Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar e legislação vigente que deverá conter: I- Objetivos, metas e estratégias para melhoria das ações administrativas e pedagógicas da Unidade Escolar, com foco nos resultados do processo de ensino aprendizagem; II- Ações para ampliação da participação da comunidade da Unidade Escolar; III- Ações para o cuidado e preservação do patrimônio público; IV- Ações para garantia de formação continuada aos profissionais sob a sua gestão. a) Etapa V - Consulta pública a comunidade escolar; b) O candidato que avançar da fase de consulta pública, deverá atender aos requisitos de formação e ter 50% (cinquenta por cento) ou mais de aproveitamento na avaliação escrita, para a seleção de lista tríplice; c) Etapa VI - Designação do Diretor à sua Unidade Escolar: após o resultado do Processo de Seleção, tão somente, após cumprido todos os requisitos deste artigo.

Parágrafo Único - O participante que não comparecer no local, data e horário estipulado em Edital para cumprimento da Etapa III - Formação em Gestão Educacional, automaticamente não continuará participando do Processo de Seleção.

Art.13ºApós a posse, o Diretor apresentará o Plano de Trabalho que trata a alínea ‘d’, do Art. 12, em Assembleia Geral da comunidade escolar, con-

vocada pelo Conselho Escolar, em horário que possibilite o atendimento ao maior número possível de participantes para apreciação, contribuições e aprovação.

Art.14ºNão se aplicam a esta Lei a primeira gestão das novas Unidades Escolares que forem criadas nos próximos 03 (três) anos.

Art.15º **-** À (s) Unidade(s) Escolar(res) que não apresentar(rem) interessados para a função de Diretor escolar, será designado pela Secretaria Municipal de Educação podendo ser utilizado o quadro de reserva deste Processo de Seleção.

§ 1º - Os Diretores indicados pela Secretaria Municipal de Educação para as Unidades Escolares que não tiveram participantes no Processo de Seleção, atenderão o que diz a Lei no que se refere Plano de Trabalho e Avaliação.

§ 2º - Para a lista tríplice poderá ser utilizado, a soma dos pontos comuns, da Ficha de última contagem de Pontos para Atribuição de função.

§ 3º - Caso se apresente mais de 03 (três) participantes, a comissão consultara o conselho escolar da unidade escolar para a formação da lista tríplice.

CAPÍTULO V

DA DIVULGAÇÃO E REALIZAÇÃO DAS ETAPAS

Art.16º O Processo de Seleção de Diretor das Unidades Escolares para o mandato 2024/2025, será regido por esta Lei e pelo Edital, publicados no Diário Oficial e divulgados pela Secretaria Municipal de Educação em sua página eletrônica para dar ampla publicidade, devendo ser fixado nas Unidade Escolar em local de fácil acesso.

CAPÍTULO VI

DA COMISSÃO

Art.17º O Processo de Seleção para designação de profissionais da educação básica para o exercício da função de Diretor Escolar, será elaborado, coordenado, acompanhado e conduzido pela Secretaria Municipal de Educação, através de Comissão editada por Portaria.

CAPÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO

Art. 18ºDurante o período do exercício da função de Diretor Escolar será realizada, anualmente, avaliação de desempenho com foco no cumprimento dos objetivos, metas, estratégias e ações estabelecidas no Plano de Trabalho, conforme estabelecido na Lei Complementar 022/2011.

Art. 19ºCada Coordenadoria da Secretaria Municipal de Educação conforme pertinência do assunto será responsável pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução do Plano de Trabalho da Unidade Escolar.

Art. 20ºCaso o Diretor designado não atinja os objetivos, metas, estratégias e ações estabelecidas do Plano de Trabalho, deverá apresentar para as Coordenadorias da Secretaria Municipal de Educação conforme pertinência do assunto Plano de Providências para a Unidade Escolar com a participação do Conselho Escolar contendo novas ações e estratégias para alcançar metas a curto, médio e longo prazo conforme necessidade.

CAPÍTULO VIII

DA VACÂNCIA E SUBSTITUIÇÃO

Art.21ºA vacância da função de Diretor ocorre por reprovação na avaliação do Plano de Trabalho, dispensa mediante Processo Administrativo, conclusão da gestão, renúncia, exoneração ou morte.

§ 1º O afastamento do Diretor por período superior a 2 (dois) meses também implicará a vacância da função, excetuando-se os casos de licença para tratamento da própria saúde e licença gestante.

§ 2º O preenchimento da vaga após vacância será feito pela Secretaria Municipal de Educação podendo ser utilizado o Quadro de Reserva do Processo de Seleção.

CAPÍTULO IX

DA REMUNERAÇÃO

Art. 22ºAo Profissional da Educação Básica no exercício da função de Diretor de Unidade Escolar será atribuído o Regime de Trabalho de Dedicação Exclusiva, com impedimento de exercício de outra atividade remunerada, seja pública ou privada.

Art. 23ºO Profissional da Educação Básica designado para a função de Diretor Escolar, fará jus ao recebimento conforme Tabela de Subsídio Cargo de Dedicação Exclusiva estabelecido na Lei Complementar nº. 022/2011.

Parágrafo Único - A função gratificada pelo exercício de Diretor, em Dedicação de Assistência Intermediária - D.A.I, será concedida de acordo com os valores previstos em Lei.

Art. 24ºO Diretor designado iniciará as suas atividades no dia 1º de janeiro de 2024.

Art. 25ºO Diretor do ano de 2023, entregará ao novo Diretor, até o dia 15 de janeiro de 2024 os seguintes documentos:

I. Balanço do acervo documental; **II.** Informações referentes ao Processo de Renovação de Autorização e Recredenciamento da Unidade Escolar; **III.** Inventário do patrimônio existente na Unidade Escolar; **IV.** Ata da apresentação de prestação de contas a comunidade escolar, com o parecer do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - Em caso de descumprimento do estabelecido no artigo anterior, competirá ao novo Diretor e ao Conselho Escolar, elaborar relatório circunstanciado sobre todos os itens relacionados, juntar a documentação comprobatória e encaminhar via protocolo para Secretaria Municipal de Educação, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do fim do prazo do artigo anterior.

Art. 26ºO Diretor que completou o mandato 2023 e for designado para o biênio 2024 a 2025 para a mesma Unidade Escolar deverá cumprir com o determinado no caput do Art. 25, entregando a documentação ao Conselho Escolar e Secretaria Municipal de Educação, sob pena de ser destituído da função.

Parágrafo Único - Em caso de descumprimento do estabelecido no caput deste artigo, competirá ao Conselho Escolar, oficializar a Secretaria Municipal de Educação, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do fim do prazo estabelecido no caput do art. 25, para as providências cabíveis.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.27º Os procedimentos, prazos, cronograma de datas e demais informações sobre o Processo de Seleção constará em Edital.

Art. 28º Regulamentar o ato de escolha de Coordenadores das Escolas da Rede Pública Municipal.

§ 1º - O número de coordenadores será determinado de acordo com o número de alunos matriculados no ano letivo vigente, obedecendo aos seguintes critérios:

a) – Para escolas com até 100 alunos não haverá escolha de Coordenador;

b) – Para escolas com o limite entre 101 a 300 alunos será eleito 01 Coordenador;

c) – Para escolas com mais de 300 alunos serão eleitos 02 Coordenadores;

Art. 29º Compete à Secretaria Municipal da Educação:

I - Tomar as providências necessárias para o correto cumprimento desta Portaria;

II - Solucionar os casos omissos.

Art. 30º Compete à direção da escola, promover, acompanhar, registrar e divulgar a escolha de coordenadores.

Art. 31º Da escolha do Coordenador das Unidades Escolares Municipais de Ensino:

Parágrafo único - O Coordenador Pedagógico será eleito pelos professores do quadro efetivo da unidade escolar.

Art. 32º Para participar do processo de escolha de Coordenador Pedagógico das Unidades Escolares, o candidato deve:

I – Ser professor concursado na área de Licenciatura Plena;

II – Estar lotado na unidade escolar onde pretende atuar como Coordenador;

III – Ter no mínimo, 02 (dois) anos de experiência em docência na rede municipal de ensino, na data de inscrição;

§ 1º – Inexistindo candidato com os requisitos acima, poderá se candidatar professor concursado com Licenciatura Plena, com 01 (um) ano de efetivo exercício até a data de inscrição, prestado na escola que pretende ser candidato.

§ 2º – Não poderá se candidatar servidores que estejam em licença contínuas e/ou que tenham licença prêmio para ser gozadas no ano letivo de 2024, tendo em vista que as atividades pedagógicas não podem sofrer interrupção nas unidades escolares.

Art. 33º A escolha de Coordenadores das Escolas da Rede Pública Municipal será realizada em todas as unidades escolares no dia 15 de dezembro 2023, no melhor horário onde estejam todos professores efetivos presentes.

§ 1º – A ata com a escolha do (s) coordenador (es) pedagógico (s) deverão ser enviadas a secretaria municipal de educação no dia 16 de dezembro de 2023.

§ 2º – Os coordenadores eleitos deverão entrar em exercício no dia 02 de janeiro de 2024 para juntamente com o diretor organizar o ano letivo.

Art. 34º São atribuições do Coordenador:

I - Colaborar com o Diretor e substituí-lo no exercício de suas funções, no caso de seu impedimento.

II – Coletar, analisar e divulgar os resultados de desempenho dos alunos, visando à correção e intervenção do planejamento pedagógico;

III – Desenvolver e coordenar sessões de estudos viabilizando a atualização pedagógica;

IV – Coordenar e acompanhar as atividades didático-pedagógicas na unidade escolar;

V – Analisar/avaliar junto aos professores e equipe gestora as causas da evasão e repetência, propondo ações para superação;

VI – Propor e planejar ações de atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da escola, visando a melhoria de desempenho profissional;

VII – Divulgar e analisar, junto à equipe gestora e Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, documentos e diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, buscando implementá-las na unidade escolar, atendendo às peculiaridades;

VIII – Articular a realização de palestras, encontros e similares com grupos de alunos e profissionais da unidade escolar sobre temas relevantes para a formação integral e desenvolvimento da cidadania;

IX – Propor, em articulação com a direção e Associação de pais e mestres, a implantação e implementação de medidas e ações que contribuam para promover a melhoria da qualidade de ensino e o sucesso escolar dos alunos.

Art. 35º A unidades escolares que não apresentarem candidatos eleitos para coordenação pedagógica, ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação indicar um profissional com perfil para função.

Art. 36ºOs casos omissos e descumprimento do disposto, serão resolvidos pela Comissão.

Art. 37ºEsta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Mundo/MT, aos 20 dias do mês de setembro do ano de 2023.

ANTONIO MAFINI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 058/2023

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 058/2023

Apostilamento que se faz ao "**CONTRATO Nº 058/2023**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio - MT e a empresa **J. P. DE SOUZA COSTA**".

Pelo presente instrumento, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 04.199.966/0001-50, situada na Avenida 29 de Setembro, nº 244, Centro, na cidade de Novo Santo Antônio – MT, CEP 78.674-000, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada pelo seu Prefeito, **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade RG: nº 738751/SSPMT e do CPF: 604.590.181-91, residente e domiciliado nesta cidade, resolve unilateralmente corrigir a dotação orçamentaria do **Contrato nº 058/2023.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente termo a correção da dotação orçamentária para fazer frente à despesa do **Contrato nº 058/2023**, originário do **PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 062/2023,** sob a modalidade **CHAMADA PUBLICA PARA CREDENCIAMENTO N° 03/2023,** que versa sobre a contratação de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT, ESPECIALIZADAS EM HOSPEDAGEM COM CAFÉ DA MANHÃ E FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente Termo de Apostilamento altera o disposto na **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, prevista no instrumento contratual em comento, para fazer face à alteração para correção da dotação orçamentária, conforme dispõe o artigo 65, parágrafo 8º, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Em virtude da alteração da dotação orçamentária, a despesa que estava consignada na rubrica:

Centro de Custos: 17 - Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Desporto e Lazer

Unidade: 02 - Cultura

Proj./Ativ. 2.251 – Realização da Festa do Padroeiro de Santo Antônio

Dotação: 496 – 3.3.90.39.00.00.00.00 00.01.0700 – Outros Serviços Terceiros – Pessoal Jurídica

Passará estar na seguinte rubrica:

Centro de Custos: 17 - Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Desporto e Lazer

Unidade: 02 - Cultura

Proj./Ativ. 2.255 – Realização do Aniversario da Cidade

Dotação: 501 – 3.3.90.39.00.00.00.00 00.01.0500 – Outros Serviços Terceiros – Pessoal Jurídica

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original, não alteradas pelo presente Termo de Apostilamento.

Novo Santo Antônio – MT, 20 de Setembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT

CNPJ: 04.199.966/0001-50

ADÃO SOARES NOGUEIRA

CONTRATANTE

CASSIS GLEYBIA LUZ REGO

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, DESPORTO E LAZER

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 061/2023

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 061/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT.

CONTRATADO: CONSTRUTORA REZENDE GYN LTDA

CNPJ: 04.290.884/0001-17

OBJETO: O PRESENTE TERMO DE ADITIVO TEM POR OBJETO O REALINHAMENTO DE METAS COM REFLEXO FINANCEIRO POSITIVO, O VALOR DE R$ 43.754,20 (QUARENTA E TRÊS MIL SETECENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS), ONDE ALTERA O VALOR ORIGINAL E SEUS ADITIVOS DO CONTRATO Nº 061/2023, DE R$ 198.101,32 (CENTO E NOVENTA E OITO MIL CENTO E UM REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS) PARA R$ 241.855,52 (DUZENTOS E QUARENTA E UM MIL OITOCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS.

VIGÊNCIA: 19/09/2023 A 12/10/2023.

NOVO SANTO ANTÔNIO – MT, 19 DE SETEMBRO DE 2023.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 053/2022

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 053/2022

Apostilamento que se faz ao "**CONTRATO Nº 053/2022**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio - MT e a empresa **STAF SISTEMAS LTDA**".

Pelo presente instrumento, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 04.199.966/0001-50, situada na Avenida 29 de Setembro, nº 244, Centro, na cidade de Novo Santo Antônio – MT, CEP 78.674-000, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada pelo seu Prefeito, **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade RG: nº 738751/SSPMT e do CPF: 604.590.181-91, residente e domiciliado nesta cidade, resolve unilateralmente corrigir a dotação orçamentaria do **Contrato nº 053/2022.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente termo a correção da dotação orçamentária para fazer frente à despesa do **Contrato nº 053/2022**, originário do **PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 087/2022,** sob a modalidade **ADESÃO N° 12/2022,** que versa sobre a contratação de CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT, ESPECIALMENTE NO QUE TANGE A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO E INTEGRADO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE (SIAFIC), BEM COMO A INTEGRAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE/MT).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente Termo de Apostilamento altera o disposto na **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, prevista no instrumento contratual em comento, para fazer face à alteração para correção da dotação orçamentária, conforme dispõe o artigo 65, parágrafo 8º, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Em virtude da alteração da dotação orçamentária, a despesa que estava consignada na rubrica:

Centro de Custos: 3 - Secretaria Municipal de Administração

Proj./Ativ.: 2.207 – Manutenção e Encargos C/A Secretaria de Administração

Dotação: 42 – 3.3.90.40.00.00.00.00 00.01.0500 – Serviços de Tecn. da Informação e Comunicação

Passará estar na seguinte rubrica:

Centro de Custos: 3 - Secretaria Municipal de Administração

Proj./Ativ.: 2.207 – Manutenção e Encargos C/A Secretaria de Administração

Dotação: 713 – 3.3.90.40.00.00.00.00 00.02.2500 – Serviços de Tecn. da Informação e Comunicação

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original, não alteradas pelo presente Termo de Apostilamento.

Novo Santo Antônio – MT, 20 de Setembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT

CNPJ: 04.199.966/0001-50

ADÃO SOARES NOGUEIRA

MARIA APARECIDA ALVES CASTRO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

MUNÍCIPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM
PARECER CONTÁBIL Nº 090/2023 - DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

De: Wanderlan Gondim Silveira

Contador CRC MT 015568/O-3

Para: Valber Barboza Kenedy Barboza Sandes

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Modalidade: **Dispensa**

Declaramos para os devidos fins, especialmente para atender o art. 14 da Lei Federal 8.666/1993, existir previsão de recursos e saldos orçamentários para assegurar o empenho de despesas relacionadas ao objeto indi-

cado no Oficio CPL Nº 163/2023 de 19 de setembro de 2023, consoante dotação orçamentária descriminada no Quadro 02.

QUADRO 01 – OBJETO DA LICITAÇÃO
Locação de Brinquedos (infláveis) para o evento em comemoração do Dia das Crianças.
R$ 53.776,66 (Cinquenta e Três Mil e Setecentos e Setenta e Seis Reais e Sessenta e Seis Centavos)
Quatro Detalhamento da Despesa

Cód. Red.	Natureza de Despesa	Valor
166	*Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica*	R$ 53.776,66
	Total	**R$ 53.776,66**

Novo São Joaquim-MT, 19 de setembro de 2023.

Wanderlan Gondim Silveira

Contador CRC MT 015568/O-3

MUNÍCIPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM
PARECER CONTÁBIL Nº 089/2023 - DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

DE: Wanderlan Gondim Silveira

Contador CRC MT 015568/O-3

Para: Valber Barboza Kenedy Barboza Sandes

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Modalidade: **Inexigibilidade**

Declaramos para os devidos fins, especialmente para atender o art. 14 da Lei Federal 8.666/1993, existir previsão de recursos e saldos orçamentários para assegurar o empenho de despesas relacionadas ao objeto indicado no Oficio CPL Nº 161/2023 de 18 de setembro de 2023, consoante dotação orçamentária descriminada no Quadro 02.

QUADRO 01 – OBJETO DA LICITAÇÃO
*Contratação de Show Artístico com **"Quarteto Gospel Gileade"** para apresentação noEvento **"Dia do Evangélico"** que será realizado no Dia 25/09/2023.*
R$ 9.500,00 (Nove Mil e Quinhentos Reais)
Quatro Detalhamento da Despesa

Cód. Red.	Natureza de Despesa	Valor
166	*Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica*	R$ 9.500,00
	Total	**R$ 9.500,00**

Novo São Joaquim-MT, 18 de setembro de 2023.

Wanderlan Gondim Silveira

Contador CRC MT 015568/O-3

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 005 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

PORTARIA Nº 005 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

Aprova o Regulamento da II Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga e dá outras providências.

A Secretária da Secretaria de Educação e Cultura Srª **ROSÂNGELA ALVES DOS SANTOS** do município de Paranatinga-MT, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no Decreto nº 2328, de 19 de setembro de 2023, que convoca a II Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga.

RESOLVE

Art. 1º A II Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga será realizada em 21 de setembro de 2023.

Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Educação e Cultura responsável pelas providências operacionais para a realização da II Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga.

Art. 3º Os casos omissos e conflitantes do Regulamento da II Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga serão decididos pela Secretária Municipal de Educação e Cultura Rosângela Alves dos Santos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANGELA **A**LVES DOS **S**ANTOS

***S**ECRETÁRIA **M**UNICIPAL DE **E**DUCAÇÃO e **C**ULTURA*

LORRAYNE BEETTEGA

***D**IRETORA DE **C**ULTURA **P**ORTARIA 020/2021 **P**ORTARIA 203/2021*

REGULAMENTO DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE PARANATINGA

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º A 2ª Conferência Municipal da Cultura (CMC) será realizada no dia 21 de setembro de 2023, no Segundo piso da Secretaria Municipal de Educação e Cultura-SMEC de Paranatinga, denominado Centro Cultural.

§ 1º A 2ª CMC foi convocada em conformidade com a Portaria do Ministério da Cultura (MinC) nº 45 de 14 de julho de 2023.

§ 2º Esta CMC constitui-se em instância de participação social que tem por atribuição a avaliação da política pública da Cultura e a definição de diretrizes para o Plano Nacional de Cultura e o aprimoramento do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

§ 3º A 2ª CMC tem por objetivo analisar, propor e deliberar com base na avaliação local, reconhecendo a corresponsabilidade de cada ente federado, e eleger Delegados(as) para 5ª Conferência Estadual de Cultura a ser realizada em data e local definidos pela Secretaria de Estado da Cultura, nos termos da Portaria Minc Nº 45, de 4 de julho de 2023, que convoca a 4ª Conferência Nacional de Cultura - 4ª CNC.

CAPÍTULO II

DO TEMÁRIO

Art. 2º A II Conferência Municipal de Cultura-CMC de Paranatinga realizará seus trabalhos a partir do tema geral da IV Conferência de Cultura do Estado de Mato Grosso: "**Democracia e Direito à Cultura".**

§ 1º O diálogo sobre o tema deverá ser desenvolvido de modo a articular as políticas de cultura e suas diretrizes nos níveis municipais e estaduais de maneira transversal.

§ 2º O temário será subsidiado por textos-base elaborados pela Secretaria de Estado da Cultura ou pelo Município, a partir de eixos e subeixos temáticos.

Art. 3º Constituirão eixos e subeixos temáticos da I Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga:

EIXO 1 - Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura; **EIXO 2 –** Democratização do acesso à cultura e Participação Social; **EIXO 3 -** Identidade, Patrimônio e Memória; **EIXO 4** – Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural; **EIXO 5** – Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade;

EIXO 6 – Direito às Artes e às Linguagens Digitais.

CAPÍTULO III

DA REALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 4° A II CMC de Paranatinga será realizada no dia 21 de setembro de 2023, e terá caráter mobilizador, propositivo e eletivo.

Art. 5º A II Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga será presidida pelo Prefeito Municipal e, na sua ausência ou impedimento, pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura.

Art. 6º Para a organização e desenvolvimento de suas atividades, a II Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga contará com a Comissão Or-

ganizadora Municipal que será composta por 06 membros, entre representantes do poder público municipal e entidades não governamentais, assim definidos:

I – Representantes da Área Governamental:

a) Prefeitura – 04 representantes,

II – Representantes de Instituições Convidadas (Sociedade Civil):

a) Produtores – 01 representante;

b) Artistas – 01 representante.

Parágrafo único. A Coordenação Geral da Comissão Organizadora Municipal será exercida pelo titular da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 7º Compete à Comissão Organizadora Municipal, respeitadas as definições deste Regulamento:

I – Propor critérios de participação da sociedade civil,

II – Definir o local, a pauta e a programação da Conferência; e

III- estabelecer as regras adicionais, realizar as articulações necessárias e programar as condições de organização da Conferência Municipal.

§ 1° A Comissão Organizadora Municipal enviará ao Comitê Executivo Estadual as informações relacionadas aos incisos I e II deste artigo, até o dia 17 de outubro de 2023 (15, (QUINZE) DIAS CORRIDOS APÓS A DATA DA PUBLICAÇÃO DA CONVOCAÇÃO).

§ 2° Os Eixos Temáticos da Conferência Municipal irão contemplar o temário estadual, sem prejuízo das questões locais.

§ 3º A Comissão Organizadora Municipal enviará à Comissão Organizadora Estadual V Conferência de Cultura do Estado de Mato Grosso, o Relatório Final, bem como a relação dos delegados que serão inscritos para etapa Estadual, em formulário definido pela Secretaria de Cultura, até o dia 17 de outubro de 2023.

Art. 8º As despesas para realização da II Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga, bem como as despesas de transporte para a participação dos delegados municipais na V Conferência de Cultura do Estado de Mato Grosso serão custeadas pela Prefeitura municipal ou por colaborações provenientes de pessoas, instituições e órgãos parceiros.

CAPÍTULO IV

DA REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLITICA CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA

Art. 9º- Dispõe sobre a eleição de conselheiros para a reestruturação do Conselho Municipal de Política Cultural, conforme preconiza os Art.06,14 e 15 da Lei Municipal nº 2189/2021.

CAPÍTULO V

DOS PARTICIPANTES

Art. 10º A II Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga será integrada por artistas, agentes e produtores, grupos e entidades culturais, pontos de cultura, professores e estudantes, representações de movimentos relacionados à promoção da cultura, da paz, da juventude, do meio ambiente, do turismo, do desenvolvimento social, comunidades indígenas, bem como pessoas interessadas em contribuir com o processo de formulação e implementação de políticas culturais.

§1º Poderá participar desta 2ª Conferência Municipal de Cultura qualquer cidadão maior de 16 anos, devidamente inscrito, assegurando a ampla participação de representantes da sociedade civil e do poder público.

Art. 11º. A escolha de delegados municipais para a V Conferência de Cultura do Estado de Mato Grosso levará em consideração a proporção de 2/3 da sociedade civil e 1/3 do poder público.

§1º Para os participantes que tiverem interesse em se candidatar para vaga de delegado, deverá comprovar ser morador de do município há pelo menos 02 (dois) anos, bem como ter atuação cultural mínima de 02 (dois) anos, comprovados através de portfólio com fotografias, matérias publicadas em qualquer meio de comunicação ou mídias sociais. Essa escolha dos delegados para a 5ª Conferência Estadual de Cultura, ocorrerá entre participantes da 2ª Conferência Municipal de Cultura, será paritária:

I. 50% dos(as) representantes da Sociedade Civil;

II. 50% de representantes do Governo local.

§ 1º. A escolha dos Delegados para a 5ª Conferência Estadual se dará em conformidade com o número de vagas destinadas ao município pela portaria nº 45/2023 do Ministério da Cultura (MinC).

§ 2º. Serão eleitos(as) suplentes de delegados para a 5ª Conferência Estadual paritariamente.

§ 3º. Na Plenária Final, serão eleitos delegados para participar da 5ª Conferência Estadual de Cultura, em quantitativo a ser definido nos termos do Anexo III da Portaria nº 45/2023 do Ministério da Cultura.

§ 4º A eleição de representações da sociedade civil deverá recair preferencialmente dentre pessoas com efetiva participação e contribuição para a cultura no município, no território ou no estado, devendo pertencer a segmentos diversos.

§ 5º As indicações de representação dos poderes públicos deverão recair, preferencialmente, em pessoas que atuem em órgãos ou comissões municipais relacionadas à cultura.

Parágrafo único. Os candidatos a Delegados para a 5ª Conferência Estadual de Cultura deverão apresentar documento de identificação oficial com foto.

Art. 13º. Este Regulamento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições regimentais anteriores.

Gabinete da Secretária Municipal de Educação de Paranatinga-MT,

20 de setembro de 2023.

ROSANGELA **A**LVES DOS **S**ANTOS

***S**ECRETÁRIA **M**UNICIPAL DE **E**DUCAÇÃO e **C**ULTURA*

***P**ORTARIA 020/2021*

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 2328 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

DECRETO Nº 2328 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

CONVOCA PARA A II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS, COM FUNDAMENTO NA LEI Nº 10.362, DE 27 DE JANEIRO DE 2016, QUE INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica convocada a II Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga a ser realizada no período de 21 de setembro de 2023, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - A II Conferência Municipal de Cultura tem por objetivos:

I - discutir a cultura mato-grossense nas suas dimensões cidadã, simbólica e de desenvolvimento;

II - promover o debate entre artistas, produtores, conselheiros, gestores, estudiosos e pesquisadores, investidores e demais protagonistas da cultura, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;

III - propor estratégias para descentralizar e democratizar o acesso dos cidadãos à produção e à fruição dos bens e serviços culturais;

IV - propor estratégias para a consolidação dos sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura;

V - aprimorar e propor mecanismos de articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil;

VI - fortalecer e facilitar a formação e funcionamento de fóruns e redes de artistas, agentes, gestores, estudiosos e pesquisadores, investidores e ativistas culturais;

VII - Propor estratégias para a implantação dos Sistemas Estadual e Municipais de Cultura;

VIII - propor estratégias para o desenvolvimento econômico e social a partir da cadeia produtiva da cultura.

Art. 3º - A II Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga terá como tema geral: **"Democracia e Direito à Cultura"**.

§ 1º - A II Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga terá como temas específicos:

Eixo 1 - Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura-GT1;

Eixo 2 - Democratização do acesso à cultura e Participação Social; GT2;

Eixo 3 -Identidade, Patrimônio e Memória,GT-3; Eixo 4 - Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural,GT-4; Eixo 5 - Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade,GT-5; Eixo 6 - Direito às Artes e às Linguagens Digitais, GT-6.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Educação e Cultura expedirá as normas complementares para a execução deste Decreto.

Art. 5º - Fica a Secretária Municipal de Educação e Cultura autorizado a:

I - aprovar e promover a publicação do Regulamento da Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga;

II - dirimir dúvidas e solucionar os casos omissos da convocação objeto deste Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 19 de setembro de 2023.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 69/2023.

Processo: pregão presencial nº 37/2023.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA – MT, CNPJ: 15.023.971/0001-24.

CONTRATADA: PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA - LTDA CNPJ 18.009.871/0001-31.

Objeto: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços para a **Contratação de empresa para a prestação de serviço de administração e gerenciamento informatizado para a Locação de veículos, máquinas e equipamentos, através de redes de estabelecimentos credenciados pela contratada**, para atender as necessidades das secretarias municipais de Obras e Serviços Urbanos, Transportes, Saúde e Meio Ambiente do Município de Paranatinga – MT**.** Conforme especificações contidas no anexo I e termo de referência do respectivo edital.

Do valor total de R$ **5.000.000,00 (cinco milhões de reais), com a taxa de administração de 0% (zero por cento).**

Do prazo do contrato: 13/09/2023 até o dia 13/09/2024.

PANTANAL GESTAO E TECNOLOGIA LTDA - CNPJ: 18.009.871/0001-31				R$ 5.000.000,00 (cinco milhões reais)		
Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	999002	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO PARA LOCAÇÃO DE VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, ATRAVÉS DE REDES DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PELA CONTRATADA.	UND	1	R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00
3	999161	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO PARA LOCAÇÃO DE VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, ATRAVÉS DE REDES DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PELA CONTRATADA.	UND	1	R$ 1.000.000,00	R$ 1.000.000,00
6	999156	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO PARA LOCAÇÃO DE VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, ATRAVÉS DE REDES DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PELA CONTRATADA.	UND	1	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
7	999151	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO PARA LOCAÇÃO DE VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, ATRAVÉS DE REDES DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PELA CONTRATADA.	UND	1	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
9	999152	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO PARA LOCAÇÃO DE VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, ATRAVÉS DE REDES DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PELA CONTRATADA.	UND	1	R$ 300.000,00	R$ 300.000,00
11	999153	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO PARA LOCAÇÃO DE VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, ATRAVÉS DE REDES DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PELA CONTRATADA.	UND	1	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
13	999162	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO PARA LOCAÇÃO DE VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, ATRAVÉS DE REDES DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PELA CONTRATADA.	UND	1	R$ 300.000,00	R$ 300.000,00
15	999155	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO PARA LOCAÇÃO DE VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, ATRAVÉS DE REDES DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PELA CONTRATADA.	UND	1	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00

Fica designado para exercer a função de fiscal do presente contrato nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, e através da **Portaria nº 379 de 11 de setembro de 2023,** os servidores **Rogério Oliveira de Souza** – matricula nº 7012, e **Joan dos Santos Moura** –matricula nº 7879, ambos lotados e representando a Secretaria Municipal de Saúde. Fica designado para exercer a função de fiscal do presente contrato nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, e através da **Portaria nº 379 de 11 de setembro de 2023,** os servidores **Daiani Alves Rosa** –Matricula nº 6914, e **Rubens da Silva Ferreira** – Matricula nº 6995, ambos lotados e representando a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Fica designado para exercer a função de fiscal do presente contrato nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, e através da **Portaria nº 379 de 11 de setembro de 2023,** os servidores **Pamela Priscila de Almeida Padilha** – Matricula nº 6990, e **Ângela Cristina de Melo** – Matricula nº 7881, ambos lotados e representando a Secretaria Municipal de

Meio Ambiente, Indústria e Comércio, Turismo e Regularização Fundiária e Fica designado para exercer a função de fiscal do presente contrato nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, e através da **Portaria nº 379 de 11 de setembro de 2023,** os servidores **Emerson Cesar Moretto** – Matricula nº 3810, e **Elson Gouveia Vieira** – Matricula nº 3821, ambos lotados e representando a Secretaria Municipal de Transporte.

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 13 de setembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA Nº 457, DE 2023 - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA ADRIANA NUNES CARDOSO.

DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

Concede licença prêmio à servidora Adriana Nunes Cardoso.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de licença prêmio protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de 1**/8/2012 à 1/8/2017.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença prêmio à servidora **Adriana Nunes Cardoso,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, concursada no cargo de Professora, a serem usufruídas no período de **22/9/2023 à 20/12/2023.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 19 de setembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

PORTARIA Nº 458, DE 2023 - RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 450, DE 15 DE SETEMBRO DE 2023, QUE CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA JULIANA GONÇALVES NEPOMUCENO.

DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

Retificação da Portaria nº 450, de 15 de setembro de 2023, que c**oncede férias regulares a servidora Juliana Gonçalves Nepomuceno.**

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **6/2/2021 à 5/2/2022.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º Retificar o art.1º da Portaria nº 450, de 15 de setembro de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Conceder férias regulares a servidora **Juliana Gonçalves Nepomuceno,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Agente de combate a endemias, a serem usufruídas no período de **15/9/2023 a 29/9/2023 e de 15/2/2024 a 29/2/2024.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 19 de setembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

3º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2022

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: MONTORO CARVALHO – COMERCIO DE ALIMENTOS – EIRELI **CNPJ: 37.674.131/0001-64**	
1.1. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2022.	**DATA: 06/09/2023**
DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objetivo o acréscimo de 25% do quantitativo inicialmente pactuado no contrato original, motivado por necessidade e interesse da Administração:	
DA ALTERAÇÃO: **A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover o presente aditivo considerando a justificativa apresentada por meio do Ofício nº 727/2023/SME, ao qual solicita o aditivo de 25% dos itens do contrato nº 105/2022.**	

RETIFICAÇÃO EDITAL 007/2023 AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2º QUADRIMESTRE/ EXERCÍCIO 2023.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, convoca Audiência Pública para tratar sobre as Metas Fiscais/Gestão Fiscal do Poder Executivo do 2º QUADRIMESTRE/EXERCÍCIO 2023, que conforme edital nº 006/2023 estava originalmente marcada para 18/09/2023. No entanto, devido à necessidade de ajustes nos números fechados, informamos que a data da Audiência Pública foi alterada para:

Data: 27/09/2023.

Onde se lê:

Horário: 16 horas

Leia-se:

Horário: 13 horas

A Audiência continuará a ser realizada no Plenário da Câmara Municipal, localizado à Rua: Noda Guenko, 338, nesta cidade.

Pedra Preta – MT, 20 de setembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 189, DE 2023 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 009, de 2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO o ofício nº 1002/2023/SMSPP

CONSIDERANDO a homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado n.º 009/2022 realizada por meio do Decreto nº 026/2023, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATO CONVOCADO:

CONTINUA/MERENDEIRA – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0004200	KATIA APARECIDA DE LIMA	21º

Justificativa: 01 vaga, sendo para atender o Hospital Municipal, em substituição à servidora Madalena Bueno, convocada anterior desistiu da vaga.

Pedra Preta, 19 de setembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

LEI Nº 1.545, DE 2023 - AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2023.

DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

Autoriza abertura de Crédito Especial no Orçamento Anual do exercício de 2023.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETA E ELA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial, no valor de R$ 318.572,00 (trezentos e dezoito mil quinhentos e setenta e dois reais), no Orçamento Anual do exercício de 2023, para reforço da seguinte dotação:

Suplementação							
06.000.00.000.0000.0.000.			**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**				
06.001.00.000.0000.0.000.			**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**				
06.001.20.605.0013.1.064.			**AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS**				
630	-	4.4.90.52.00.00	67	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			318.572,00

Art. 2º Para cobertura do referido crédito fica utilizado recurso proveniente de Excesso de Arrecadação, em consonância com disposto no art. 43, § 1° inciso II da Lei 4.320/64

Receita							
2.4.1.4.54.01.03.00000000					TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO - Nº 928834/2022-PATRULHA MECANIZADA		318.572,00
					Total da Receita:		**318.572,00**

Art. 3º Fica alterado o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual para o exercício orçamentário vigente, nos termos do Crédito Adicional de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 190, DE 2023 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 009, de 2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO o ofício nº 1023/2023/GESTÃO DO SUS

CONSIDERANDO a homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado n.º 009/2022 realizada por meio do Decreto nº 026/2023, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATO CONVOCADO:

CONTINUA/MERENDEIRA – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0001450	KÁTIA DOS SANTOS ROCHA	22º

Justificativa: 01 vaga, sendo para atender o Hospital Municipal, em substituição à servidora Shara Barbosa Mendonça que pediu exoneração do cargo.

Pedra Preta, 19 de setembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 254, DE 2023 - FICA ABERTO CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2023.

DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

Fica aberto Crédito especial no Orçamento Anual do exercício de 2023.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO a Lei nº 1.545, de 19 de setembro de 2023.

Art. 1º Fica aberto Crédito Especial, no valor de R$ 318.572,00 (trezentos e dezoito mil quinhentos e setenta e dois reais), no Orçamento Anual do exercício de 2023, para reforço da seguinte dotação:

Suplementação							
06.000.00.000.0000.0.000.			**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**				
06.001.00.000.0000.0.000.			**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**				
06.001.20.605.0013.1.064.			**AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS**				
630	-	4.4.90.52.00.00	67	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		318.572,00	

Art. 2º Para cobertura do referido crédito fica utilizado recurso proveniente de Excesso de Arrecadação, em consonância com disposto no art. 43, § 1° inciso II da Lei 4.320/64

Receita							
2.4.1.4.54.01.03.00000000					TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO - Nº 928834/2022-PATRULHA MECANIZADA	318.572,00	
					Total da Receita:	**318.572,00**	

Art. 3º Fica alterado o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual para o exercício orçamentário vigente, nos termos do Crédito Adicional de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

LEI Nº 1.544, DE 2023 - AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA E A FEDERAÇÃO MATO-GROSSENSE DE CICLISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

Autoriza a celebração de Convênio entre o Município de Pedra Preta e a Federação Mato-grossense de Ciclismo, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETA E ELA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Federação Mato-grossense de Ciclismo, inscrita no CNPJ nº 00.233.544/0001-01, no valor de R$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), com vistas a viabilizar a realização 4ª Etapa Estadual de XCO de Ciclismo no município de Pedra Preta.

Art. 2º As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer

001.13.392.0011.2.127 - Realização de Eventos Esportivos

3.3.90.39.00.0 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Art. 3º A Federação Mato-grossense de Ciclismo fica obrigada a apresentar ao Poder Executivo Municipal, em até 30 (trinta) dias após a execução do convênio autorizado, a prestação de contas dos recursos recebidos.

Parágrafo único. A prestação de contas referida no *caput* deste artigo será composta de extrato bancário da movimentação financeira do recurso recebido, acompanhado dos documentos fiscais e ou recibos referentes aos pagamentos realizados, com autenticação dos recebedores.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 191, DE 2023 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 009, de 2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO o ofício nº 775/2023/SME

CONSIDERANDO a homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado n.º 009/2022 realizada por meio do Decreto nº 026/2023, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATO CONVOCADO:

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL ATÉ O 5ºANO

SEDE DO MUNICÍPIO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
003360	SILMA ROSA NOGUEIRA DE OLIVEIRA	84º

Justificativa: 01 vaga para a EM Ivonne Tramarim de Oliveira, em virtude de substituir a professora Adriana Nunes Cardoso, a qual estará de licença prêmio entre 22/9/2023 até 20/12/2023.

Pedra Preta, 19 de setembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 11/2023

O Município de Pedra Preta MT, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 03.773.942/0001-09, com sede na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, por intermédio da **Agente de Contratação a Sr.ª CRISTIANE VALERIA DA SILVA**, designada pela Portaria nº 245/2023 de 26 de Abril de 2023, torna público para conhecimento dos interessados que esta licitação é regida pela Lei Federal n.º 10. 520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Municipal n.º 124, de 6 de Agosto de 2019, publicado no Diário Oficial Eletrônico – Mato Grosso - AMM de 08 de Agosto de 2019, que regulamenta a modalidade do Pregão, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Lei n° 999/2017 de 19 de Julho de 2017 ,Lei Complementar n.º 123/2006 e, subsidiariamente, à Lei Federal n.º 8.666/93, Decreto Municipal nº 11/2021 , Decreto Municipal nº 246/ 2021 e demais normas pertinentes ao procedimento licitatório e objeto licitado, a sessão será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) do Município, para tanto nomeados Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº 247/2023 de 26 de Abril de 2023, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 11/2023** na seguinte data:

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO (Horário de Brasília - DF):

Recebimento das propostas: **A partir da publicação;**

Do encerramento do recebimento das propostas: 06 de outubro de 2023 às 09h00min (Horário de Brasília - DF);

Data de abertura das propostas: 06 de outubro de 2023 às 09h00min (Horário de Brasília - DF);

Início da sessão de disputa de preços: 06 de outubro de 2023 às 09h00min (Horário de Brasília - DF);

Todos os horários serão seguidos pelo Fuso Horário de BRASÍLIA - DF.

Site para Realização do Pregão: https:/www.licitanet.com.br

Respectivamente para o seguinte objeto**: Futura e eventual Aquisição de Refletores**, **de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no edital.** Os interessados poderão retirar o Edital completo, no site https://www.pedrapreta.mt.gov.br/, ou solicitando através do E-mail: licitacao@pedrapreta.mt.gov.br, telefone para contato (66) 3486- 4400 Departamento de Licitação e Contratos.

Pedra Preta MT, 20 de Setembro de 2023.

RITHYENE GOMES DA SILVA

Agente de Contratação

(Portaria 186/2023)

CONTRATO Nº 85/2023

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: C. R. MACHADO LTDA – CNPJ Nº 45.662.490/0001-20	
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL nº 014/2022	**DATA:** 14/09/ 2023.
OBJETO: Aquisição de água mineral, sacos de gelo e locação de mesas plásticas brancas, caixas térmicas e tampão de madeira, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.	
VALOR: R$ 23.292,00 (vinte e três mil duzentos e noventa e dois reais).	
DOTAÇÃO: Secretaria de Administração (27) 03.001.04.122.0001.2.009.3.3.90.30.00.00. 1 MATERIAL DE CONSUMO (41) 03.001.04.122.0001.2.013.3.3.90.30.00.00. 1 MATERIAL DE CONSUMO (29) 03.001.04.122.0001.2.009.3.3.90.39.00.00. 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA Secretaria de finanças (52) 04.001.04.123.0001.2.014.3.3.90.30.00.00. 1 MATERIAL DE CONSUMO (53) 04.001.04.123.0001.2.014.3.3.90.39.00.00. 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA Secretaria de Obras	
(63) 05.001.04.122.0001.2.025.3.3.90.30.00.00. 1 MATERIAL DE CONSUMO (65) 05.001.04.122.0001.2.025.3.3.90.39.00.00. 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA Secretaria de Agricultura (129) 06.001.18.541.0012.2.024.3.3.90.30.00.00. 1 MATERIAL DE CONSUMO (130) 06.001.18.541.0012.2.024.3.3.90.39.00.00. 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (157) 06.001.22.334.0014.2.144.3.3.90.30.00.00. 1 MATERIAL DE CONSUMO Secretaria de Educação (231) 07.001.12.122.0001.2.022.3.3.90.30.00.00. 2 MATERIAL DE CONSUMO (164) 07.001.12.361.0009.2.090.3.3.90.30.00.00. 2 MATERIAL DE CONSUMO (201) 07.001.12.365.0009.2.091.3.3.90.30.00.00. 2 MATERIAL DE CONSUMO (166) 07.001.12.122.0001.2.022.3.3.90.39.00.00. 2 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (202) 07.001.12.361.0009.2.090.3.3.90.39.00.00. 2 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (232) 07.001.12.365.0009.2.091.3.3.90.39.00.00. 2 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA Secretaria de Assistência Social (254) 08.001.08.122.0001.2.019.3.3.90.30.00.00. 1 MATERIAL DE CONSUMO (274) 08.001.08.244.0010.2.106.3.3.90.30.00.00. 1 MATERIAL DE CONSUMO (258) 08.001.08.122.0001.2.019.3.3.90.39.00.00. 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (278) 08.001.08.244.0010.2.106.3.3.90.39.00.00. 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA Secretaria de Cultura (337) 09.001.13.122.0001.2.026.3.3.90.30.00.00. 1 MATERIAL DE CONSUMO (339) 09.001.13.122.0001.2.026.3.3.90.39.00.00. 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (348) 09.001.13.392.0011.2.121.3.3.90.30.00.00. 1 MATERIAL DE CONSUMO (350) 09.001.13.392.0011.2.121.3.3.90.39.00.00. 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (351) 09.001.13.392.0011.2.122.3.3.90.30.00.00. 1 MATERIAL DE CONSUMO (353) 09.001.13.392.0011.2.122.3.3.90.39.00.00. 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (363) 09.001.13.392.0011.2.127.3.3.90.30.00.00. 1 MATERIAL DE CONSUMO (366) 09.001.13.392.0011.2.127.3.3.90.39.00.00. 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA Secretaria de Saúde (388) 11.001.10.301.0006.2.058.3.3.90.30.00.00. 14600 MATERIAL DE CONSUMO (593) 11.001.10.301.0006.2.058.3.3.90.30.00.00. 26000000 MATERIAL DE CONSUMO (387) 11.001.10.301.0006.2.058.3.3.90.30.00.00. 3 MATERIAL DE CONSUMO (402) 11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00. 3 MATERIAL DE CONSUMO (522) 11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.30.00.00. 342 MATERIAL DE CONSUMO (414) 11.001.10.302.0007.2.061.3.3.90.30.00.00. 14600 MATERIAL DE CONSUMO (413) 11.001.10.302.0007.2.061.3.3.90.30.00.00. 3 MATERIAL DE CONSUMO (608) 11.001.10.301.0006.2.058.3.3.90.39.00.00. 1631311 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (404) 11.001.10.302.0005.2.045.3.3.90.39.00.00. 3 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (416) 11.001.10.302.0007.2.061.3.3.90.39.00.00. 14600 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (415) 11.001.10.302.0007.2.061.3.3.90.39.00.00. 3 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA Secretaria de Planejamento (469) 13.001.04.122.0001.2.021.3.3.90.30.00.00. 1 MATERIAL DE CONSUMO (471) 13.001.04.122.0001.2.021.3.3.90.39.00.00. 1 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
VIGÊNCIA: **O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a critério da Administração, nos termos legais vigentes.**	

3º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 101/2022

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: JAIR SOARES DOS SANTOS - MEI **CNPJ: 18.557.994/0001-07**	
1.1. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2020.	**DATA: 14/09/2023**
DO OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato a Prestação de Serviços de Atividade de Mensageiro Motorizado **(MOTOBOY),** incluindo o fornecimento do Veículo **(MOTOCICLETA)** e todo o material de consumo e demais equipamentos necessários à execução adequada dos serviços, especifica-	

dos nos Itens do Termo de Referência, do Edital do Pregão Presencial SRP nº 031/2020.
DA ALTERAÇÃO: **O presente termo aditivo tem por objetivo a Prorrogação de Prazo.** **O Prazo prorrogado para mais 12 (Doze) meses, iniciando-se em 02/10/2023 estendendo-se até o dia 02/10/2024.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETO Nº 075/2023.

DECRETO Nº 075, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.

“ FICA ALTERADO O DECRETO Nº 068/2023, QUE NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, PARA O BIÊNIO DE 2023/2025 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

Considerando a Lei Municipal nº576, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo/MT;

Considerando a Lei Municipal nº 1153, de 10 de novembro de 2021, que alterou a composição dos membros do Conselho Municipal de Saúde;

Considerando C.I nº 1655, de 01 de setembro de 2023, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica alterado o Decreto nº 68, de 10 de agosto de 2023, qual passa ter a seguinte redação:

“Art. 1º. Compõem o Conselho Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, para cumprimento do mandato de 02 anos referente ao período 2023/2025, os seguintes membros abaixo relacionados:

Representantes do Governo

1.	**Secretaria Municipal de Saúde**	
	Titular	Gilberto Cavalheiro Rodrigues
	suplente	Reinaldo Rodrigues Júnior
2.	**Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda**	
	Titular	Halem Henrique Silva Cavalcante
	suplente	Jucicleude dos Santos Sodré
3.	**Secretaria Municipal de Assistência Social**	
	Titular	Helisclene de Almeida
	suplente	Fernando Pereira dos Santos

Representantes dos Usuários

1.	**Pastoral da Criança**	
	Titular	Alzerina Martins da Mota
	suplente	Ana Lucia Braz
2.	**Associação dos Bairros de Peixoto de Azevedo**	
	Titular	Ismael Pereira Leite Filho
	suplente	Francisco das Chagas da Silva Rodrigues
3.	**Ordem dos Advogados do Brasil de Peixoto de Azevedo**	
	Titular	Fabricia Alves Nogueira Dembogurski
	suplente	Cirilo Gonzaga de Almeida
4.	**APAE**	
	Titular	Evandro Kommers
	suplente	Juliane Graciele Tiecker
5.	**Cooperativa dos Garimpeiros - COOGAVEP**	
	Titular	Gilson Gomes Camboim
	suplente	Alana Izabela Pinto Silva
6.	**AGRIPAC**	
	Titular	Maria de Lourdes de Souza Barros
	suplente	Liliane Vieira da Cruz

Representantes dos Trabalhadores da Saúde

1.	**Hospital Regional de Peixoto de Azevedo**	
	Titular	Veroni Maria Pansera
	suplente	Ricardo Cardoso Soares
2.	**Controle de Vigilância em Saúde**	
	Titular	Remiriam Bornholdt dos Santos
	suplente	Raiane da Silva Barbosa
3.	**Representante dos Servidores Público Municipal**	
	Titular	Marlene Lopes Barbosa Soares
	suplente	Elson Mendes de Farias

Art. 2º**.** Ficam **nomeados** os membros do Conselho Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, de acordo com a estrutura representativa composta no artigo 1º deste Decreto e **empossados** os membros, para cumprimento dos seus respectivos mandatos. ”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 11 dias de Setembro de 2023.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1773, DE 05 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 1773, DE 05 DE SETEMBRO DE 2023.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO”.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica do Município e com fundamento no artigo 31, §1º da Lei Complementar nº 002, de 26 de agosto de 2005,

R E S O L V E:

Art.1º - **Nomear**, o Senhor **WILLIAN CESAR GOMES PEREIRA,** portador da Cédula de Identidade RG nº 12452*** SSP/MT e do CPF nº 862.***.***. 04, para exercer o cargo de **Secretário Municipal de Governo - DAS,** do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 31, §1º, da Lei Complementar 02, de 26 de agosto de 2005.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de setembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 05 de Setembro de 2023.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2023

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna público que em despacho proferido no processo de Dispensa de Licitação nº 028/2023, Maurício Ferreira de Souza, Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, RATIFICOU a Licitação em epígrafe, para a **“DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE 285 METROS DE AREIA FINA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER”.** No valor total de **R$ 11.400,00 (ONZE MIL E QUATROCENTOS REAIS**), com a empresa **PEDRO ROSIN EIRELI – ME** – **CPNJ 20.063.561/0001-47** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Peixoto de Azevedo-MT, Fundamentação Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Peixoto de Azevedo-MT, 20 de setembro 2023.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1835, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 1835, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

Considerando C.I nº 156, de 15 de setembro de 2023, da Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda.

R E S O L V E:

Art.1º - **Designar**, a Servidora **EDILAINE DE FÁTIMA BAGNARA GRANDINI**, matrícula funcional nº 7559,para responder interinamente pela **Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda**, nos dias 04/10/2023 a 02/11/2023, em substituição ao titular da pasta que se encontrará usufruindo férias no período.

Art. 2º - Fica a Servidora acima designada, autorizada assinar ou expedir todos os documentos necessários para o bom funcionamento da Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de outubro de 2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 18 de Setembro de 2023.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1852, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 1852, de 18 De SETEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

R E S O L V E:

Art.1º- **Exonerar**, a Senhora **MARCIONILIA GAMA RODRIGUES DA SILVA,** matricula funcional nº 8960, do cargo em comissão de **Chefe do Departamento de Compras**, da Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de setembro de 2023, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 028/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 18 de Setembro de 2023.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1853, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 1853, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

R E S O L V E:

Art.1º- **Nomear**, a Senhora **TATIANA SOUSA SOARES**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 21431*** SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física CPF nº 035.***.***.60, para exercer o cargo em comissão de **Chefe do Departamento de Compras**, da Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, a partir desta data, nos termos do dispositivo no artigo 8º, IV, “d”, da Lei Complementar nº 104, de 23 de dezembro de 2022.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de setembro de 2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 19 de Setembro de 2023.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1771, DE 05 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 1771, DE 05 DE SETEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇOES LEGAIS, E

Considerando C.I nº 097, de 01 de setembro de 2023, do Departamento de Tributação;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear Comissão Interna de Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, composta pelos seguintes membros abaixo relacionados:

	NOMES	CARGO
I.	Bruno Cenci – mat.8784	Chefe Depto. Dívida Ativa
II.	Wictor Hiago de Freitas – mat. 8952	Ass. Téc. em Gestão Pública
III.	Madson Lopes Fontoura – mat. 6649	Psicólogo
IV.	Leidiane Freitas – mat. 8959	Ass. Téc. em Gestão Pública
V.	Jhony Bruno de Jesus Sousa – mat. 7566	Assist. Téc. Administrativo
VI.	Carlos Rogério Neris de Souza – mat. 8434	Chefe Depto. Serviços Urbanos
VII.	Edilaine de Fátima Bagnara Grandini - 7559	Ass. Téc. Administrativo
VIII.	Adriana Cantanhede Costa	Auxiliar de Serviços Gerais

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 05 dias de Setembro de 2023.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1775, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 1775, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

Considerando C.I nº 1656, de 01 de setembro de 2023, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;

R E S O L V E:

Art. 1º -Ficam designados os seguintes membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de Avaliação, Acompanhamento e Fiscalização do Contrato de Prestação de Serviços nº 157/2023:

I.	**Secretária Executiva:**
	Madalena Bornholdt Matieli Lima
II.	**Membros do Conselho Municipal Saúde de Peixoto de Azevedo:**

	Marisa Gimenes de Moraes Pommer
	Raiane da Silva Barbosa
III.	**Membros da Secretaria Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo:**
	Reinaldo Rodrigues Júnior
	Leonardo Sousa de Morais
	Marcela Cristina Carvalho Marques
	Maria Célia Braga
IV.	**Membros do Instituto Social de Saúde São Lucas:**
	Luciana de Fátima Souza
	Marli Alves de Souza Gomes

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial Portaria nº 1536/2023.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado Mato Grosso, aos 06 dias de Setembro de 2023.

Mauricio Ferreira de Souza Prefeito Municipal

PORTARIA GS/SMS/PAZ Nº 019/2023, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA GS/SMS/PAZ Nº 019/2023, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

"Altera o Artigo 4º, letra A, B, e D da Portaria GS/SMS/PAZ Nº 009/2023, de 07 de março de 2023, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo-MT e dá outras providencias. "

O Secretário Municipal de Saúde do Município de Peixoto de Azevedo-MT, GILBERTO CAVALHEIRO RODRIGUES, no uso de suas legais atribuições,

Considerando a PORTARIA GM/MS Nº 3.410 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013 que estabelece as Diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) em consonância com a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP);

Considerando o DECRETO Nº 456, DE 24 DE MARÇO DE 2016, do governo de Mato Grosso, que dispõe sobre o Sistema de Transferência de Recursos Financeiros do Fundo Estadual de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde;

Considerando a RESOLUÇÃO CIB/MT Nº 191 DE 14 DE JUNHO DE 2023. Dispõe sobre o Cofinanciamento Estadual para custeio e manutenção das ações e serviços de saúde de atenção hospitalar do Hospital Regional de Peixoto de Azevedo, do Fundo Estadual de Saúde de Mato Grosso, ao Fundo Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo, localizado na Região de Saúde Vale do Peixoto, Estado de Mato Grosso;

Considerando a necessidade de acompanhar o desenvolvimento e a execução do referido convênio através de análise e avaliação dos resultados atingidos, para mensurar o desempenho médico-assistencial, o alcance de metas, firmado com hospital no âmbito do SUS.

RESOLVE:

Art. 1º - Definir as substituições do Artigo 4º da seguinte forma: Letra A) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo, Titular: **Reinaldo Rodrigues Junior**. Letra C) Representantes do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS), suplente do Vice Regional, Titular: **Gilberto Cavalheiro Rodrigues** e Suplente: **Casciano Martins Reis**. Letra D) Representantes do Conselho Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo: **Remiriam Bornholdt dos Santos.**

Art. 2º - Os membros da comissão deverão ter notório conhecimento em legislações, portarias, normatizações, organização de rede assistencial, controle, execução, avaliação, regulação e demais assuntos pertinentes.

Art. 3º - A Comissão de Acompanhamento da Contratualização – CAC, será composta por representantes indicados da Secretaria Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo, Escritório Regional de Saúde Peixoto de Azevedo, Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale de Peixoto, Conselho das Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS – vice regional) e Conselho Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo e Hospital contratualizado.

Art. 4º - Nomear a Comissão de Acompanhamento e Contratualização - CAC, composta pelos membros, conforme definido no caput do art. 3°, e a seguir relacionados:

A) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo:

Titular: Reinaldo Rodrigues Junior;

Suplente: Leonardo Sousa de Morais;

B) Representantes do Escritório Regional de Saúde de Peixoto de Azevedo:

Titular: Ana Campos Pedrosa

Suplente: Thais da Silva Ribeiro

C) Representantes do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS), suplente do Vice Regional:

Titular: Gilberto Cavalheiro Rodrigues

Suplente: Casciano Martins Reis

D) Representantes do Conselho Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo:

Titular: Remiriam Bornholdt dos Santos

Suplente: Helisclene de Almeida

Art. 5º - Nomear aCoordenação da Comissão de Controle e Avaliação para elaboração de relatórios da CAC, e contará com titular e suplente:

Titular: Maria Celia Braga – Secretaria Municipal de Saúde

Suplente: Elane Macedo dos Santos – Escritório Regional de Saúde de Peixoto de Azevedo.

§ Parágrafo Único: A Coordenação da comissão de elaboração de relatórios, ficará responsável pela juntada de documentos e justificativas, necessárias para elaboração dos relatórios mensais, das metas quantitativas e qualitativas, quanto aos serviços prestados pelo Hospital Regional de Peixoto de Azevedo – HRPA.

Art. 6º - Nomear os membros que compõem a Comissão de Controle e Avaliação para elaboração de relatórios para a Comissão de Acompanhamento e Contratualização - CAC:

a) Marcela Cristina Carvalho Marques – Médica – SMS Peixoto de Azevedo;

b) Ana Vilma Câmara Santos – Técnico Administrativo-SMS Peixoto de Azevedo;

§ Parágrafo Primeiro: A Unidade Contratualizada – Hospital Regional de Peixoto de Azevedo, está devidamente representada por sua entidade gestora - CISVP - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale de Peixoto:

§ Parágrafo Segundo: A comissão de elaboração de relatórios, será responsável pelo levantamento das informações das planilhas e relatórios que irão corroborar com as avaliações e monitoramento da CAC, conforme detalhado no art. 7°.

Art. 7º - Incumbe a Comissão de Acompanhamento de contratualização – CAC:

I. Avaliar o cumprimento das Metas Qualitativas, Quantitativas e físico-financeiras e atestar conforme previsto no Documento Descritivo e Termo de Compromissos e Metas; II. Recomendar a readequação das metas pactuadas, os recursos financeiros a serem repassados e outras que se fizerem necessárias; III. Acompanhar através do CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde a capacidade instalada do Hospital; IV. Requisitar formalmente se necessário: documentos, certidões, informações ao Hospital e das Secretarias Municipais de Saúde dos municípios a qual o Hospital é referência Hospitalar; V. Propor alterações no conteúdo dos relatórios, sua forma de apresentação, com justificativas técnicas registradas em Ata de reunião; VI. Encaminhar relatório das avaliações do Con-

vênio a Secretaria Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo; VII. A Comissão poderá fazer recomendações quando entender que o assunto lhe compete.

Art. 8º - A Comissão de Acompanhamento da Contratualização – CAC, será coordenada por representante titular da Secretaria Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo, e como suplente por representante do Escritório Regional de Saúde de Peixoto de Azevedo e secretariada por um representante designado por essa.

Parágrafo Único: Compete ao coordenador titular e/ou suplente: convocar e coordenar as reuniões e acompanhar a execução das deliberações, e ao secretário: alimentar o instrumento de monitoramento, receber/reunir os relatórios que subsidiarão as avaliações mensais, redigir, lavrar as atas das reuniões e colher as assinaturas pertinentes, assim como fornecer cópias aos setores envolvidos.

Art. 9º - A Comissão reunir-se-á ordinariamente uma vez ao mês por convocação de seu coordenador, após o quinto dia útil, posteriormente o fechamento do sistema (DATASUS), tendo como local a Secretaria Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo.

Art. 10º- A Comissão reunir-se-á extraordinariamente para tratar de matérias especiais ou urgentes, por convocação do coordenador ou por solicitação de um terço dos seus membros titulares.

Art. 11º -A composição da Comissão será compatível com a vigência do termo de Convênio, no caso de alguma alteração, deverá ser homologada e publicada pela Secretaria Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo.

Art. 12º - A avaliação do desempenho de cumprimento das metas deverá ser efetuada pela Comissão após assinatura do documento descritivo e do termo de Convênio.

Art. 13º - Os membros da Comissão não serão remunerados por esta atividade, sem prejuízo de suas funções.

Art. 14º - Os membros titulares e respectivos suplentes da Comissão serão indicados mediante correspondência específica das instituições parceiras.

Art. 15º - A Comissão poderá convocar membros condutor das redes temáticas da Atenção à Saúde e outros para fins de esclarecimentos técnicos legais.

Parágrafo único – Altera a composição da Coordenação da CAC da PORTARIA GS/SMS/PAZ Nº 009/2023, DE 07 DE MARÇO DE 2023.

Art. 16º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Peixoto de Azevedo-MT, 20 de setembro de 2023.

Gilberto Cavalheiro Rodrigues

Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Decreto nº. 108/2021

PORTARIA Nº 1772, DE 05 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 1772, DE 05 DE SETEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

R E S O L V E:

Art.1º- **Nomear**, a Senhora **GABRIELE APARECIDA DA LUZ DE OLIVEIRA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 28751*** SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física CPF nº 060.***.***.08, para exercer o cargo em comissão de **Coordenadora do Setor da Farmácia de Alto Custo**, do Departamento de Farmácia, Laboratório e Insumos, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do dispositivo no artigo 8º, VI, “e”, “1”, da Lei Complementar nº 104, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de setembro de 2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 05 de Setembro de 2023.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇO (ARP) que entre si celebram o Município de Peixoto de Azevedo-MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 033/2023 tendo por OBJETO **“REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS QUE SERÃO UTILIZADOS PARA PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO NOS SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA”.**

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, com sede administrativa à Rua Ministro César Cals, 226 – Centro – Peixoto de Azevedo-MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o **Sr. Maurício Ferreira de Souza**, brasileiro, casado, comerciante, matrícula funcional nº 7670, residente e domiciliado a Rua Itamar Dias, nº 363, Bairro Centro Novo, nesta Cidade de Peixoto de Azevedo-MT em obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto Municipal nº 096/2022 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 033/2023 homologada pelo ordenador de despesas desta Prefeitura, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa(s) vencedora(s) que incidirá no valor do(s) Produto(s), nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alçada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta ARP, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento de registrar os preços UNITÁRIOS obtido na licitação PREGÃO ELETRÔNICO nº 033/2023; enquanto o objeto MEDIATO será contratação futura das empresas **MELUZ SERVICE LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **46.816.640/0001-75, OP QUIRINO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **22.228.679/0001-03, RMM SPORTS COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **22.382.705/0001-53, ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **14.323.297/0001-30, PRIORITTÁ PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **29.700.587/0001-23, NL APOIO HOSPITALAR**

LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **50.699.007/0001-11, BIOPULSE BRASIL LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **22.408.118/0001-96**, visando o fornecimento do(s) Produto(s) constantes do aludido do Anexo I que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação estimadas, podendo, nos limites do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta ARP.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, MARCA E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, especificação, marca, fornecedor, e o preço unitário estão registrados nessa ARP, e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Registro de Preço das empresas: **MELUZ SERVICE LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **46.816.640/0001-75,** localizada na Rua das Tulipas, nº 75, Quadra 16, Lote 21, Casa 1, Bairro Setor Ponta Kayana, Cidade de Trindade/GO, CEP 75.384-188, representada pelo seu sócio administrador, senhor Rafael Gonçalves da Cruz; **OP QUIRINO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **22.228.679/0001-03,** localizada na Avenida Mangueira, S/N, Quadra 51, Lote 16, Sala 1, Bairro Vila Alzira, Cidade de Aparecida de Goiânia/GO, CEP 74.913-360, representada pelo seu sócio administrador, senhor Osmar Pereira Quirino; **RMM SPORTS COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **22.382.705/0001-53,** localizada na Avenida Rio Branco, nº 762, Sala 1A, Bairro Zona 05, Cidade de Maringá/PR, CEP 87.015-380, representada pela sua sócia administradora, senhora Jessica Kojo Sisti; **ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **14.323.297/0001-30,** localizada na Rua Barão do Rio Branco, nº 380, Bairro Centro, Cidade de Curvelo/MG, CEP 35.790-168, representada pelo seu sócio administrador, senhor Anderson Carlos Diniz Silva; **PRIORITTÁ PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **29.700.587/0001-23,** localizada na Rua Saira Militar, nº 570, Bairro Parque Industrial V, Cidade de Arapongas/PR, CEP 86.702-700, representada pelo seu sócio administrador, senhor Vinicíus Lopes Salvi; **NL APOIO HOSPITALAR LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **50.699.007/0001-11,** localizada na Rua Professora Adorana Maria, nº 71, Bairro Jardim Maria Casagrande Lopes (Dona Amalia), Cidade de Ribeirão Preto/SP, CEP 14.066-336, representada pelo seu sócio administrador, senhor Nilson Paulino Lins; **BIOPULSE BRASIL LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **22.408.118/0001-96,** localizada na Rua 8, nº 1205, Bairro Centro, Cidade de Rio Claro/SP, CEP 13.500-210, representada pela sua sócia administradora, senhora Maria Elisabete Moreno Ulrich.

Planilha demonstrativa dos preços:

PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 29.700.587/0001-23

Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
312596	CONE - EM PVC, FLEXIVEL, KIT COM 12 UNIDADES, COM FINALIDADE FISIOTERAPEUTICA, CORES FORTES,TAMANHO PEQUENO (MINI)	UNIDADE	PISTA E CAMPO - PC-CO023 cone - em pvc, flexivel, kit com 12 unidades, com	5,0000	104,9900	524,95
312603	KIT ESCADA AGILIDADE - AMARELA 4,5 METROS 10 DEGRAUS + 6 CONES CHINES + 6 CONES DEMARCATORIOS 24 CM.	KIT	PISTA E CAMPO kit escada agilidade - amarela 4,5 metros 10 degra	5,0000	145,9900	729,95
312606	ROLO DE POSICIONAMENTO - PARA EXERCICIOS DE FISIOTERAPIA - TAMANHO PEQUENO	UNIDADE	NATURAL rolo de posicionamento - para exercicios de fisiot	5,0000	58,9900	294,95
312611	AGULHA PARA ACUPUNTURA - AGULHA PARA ACUPUNTURA, 0,25 X 40,, EMBALADA EM PAPEL GRAU CIRURGICO, APRESENTACAO EM ENVELOPES.	CAIXA 1000 UNIDADES	UNIQMED agulha para acupuntura - agulha para acupuntura, 0	50,0000	26,1200	1.306,00
312612	AGULHA PARA ACUPUNTURA - AGULHA PARA ACUPUNTURA 25 X 30 MM,EM ACO INOX,TIPO CAPILAR CILINDRICA (FILIFORME),ESTERIL,DESCARTAVEL,EM PAPEL GRAU CIRURGICO, APRESENTACAO EM ENVELOPE, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	CAIXA 1000 UNIDADES	UNIQMED agulha para acupuntura - agulha para acupuntura 25	50,0000	26,4900	1.324,50
312630	PESO - TIPO KETTLEBELL, EMBORRACHADO EM PVC VINIL, E FERRO FUNDIDO, EM FORMA DE CHALEIRA, COM ALCAS ANATOMICAS,PESANDO: 8,00KG	UNIDADE	ANILHAS DE FERRO peso - tipo kettlebell, emborrachado em pvc vinil,	10,0000	157,9900	1.579,90
312631	PESO - TIPO KETTLEBELL, EMBORRACHADO EM PVC VINIL, E FERRO FUNDIDO, EM FORMA DE CHALEIRA, COM ALCAS ANATOMICAS,PESANDO: 4,00KG	UNIDADE	ANILHAS DE FERRO peso - tipo kettlebell, emborrachado em pvc vinil,	10,0000	69,9900	699,90
312632	PESO - TIPO KETTLEBELL, EMBORRACHADO EM PVC VINIL, E FERRO FUNDIDO, EM FORMA DE CHALEIRA, COM ALCAS ANATOMICAS,PESANDO: 6,00KG	UNIDADE	ANILHAS DE FERRO peso - tipo kettlebell, emborrachado em pvc vinil,	10,0000	119,9900	1.199,90
312642	CONE- DO TIPO CHAPEU CHINES OU CONE PARA CIRCUITO, CONFECCIONADA EM PVC, DOBRAVEL, TAMANHO DE 19 CM DE DIAMETRO COM CORES SORTIDAS	UNIDADE	PISTA E CAMPO - PC-MC001 cone- do tipo chapeu chines ou cone para circuito,	20,0000	10,8900	217,80

Total Fornecedor: R$ 7.877,85

ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA

CNPJ: 14.323.297/0001-30

Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
312605	TRAVESSEIRO - MEDINDO 54CM X 34CM X10CM, DE ESPUMA, LAVAVEL E ANTI-ALERGICO, REVESTIDO DE COURVIN	UNIDADE	CONFORT CONFORT	15,0000	63,9000	958,50
312607	ROLO DE POSICIONAMENTO - PARA EXERCICIOS DE FISIOTERAPIA- TAMANHO GRANDE	UNIDADE	CONFORT CONFORT	5,0000	79,9900	399,95

Total Fornecedor: R$ 1.358,45

OP QUIRINO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 22.228.679/0001-03

Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
312550	FAIXA ELASTICA PARA FISIOTERAPIA - EM ELASTICO ATOXICO, NA COR VERMELHA, 1,50M COMP. X 15CM DE LARGURA, GARANTIA, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE, DEMAIS INFORMACOES COMPLEMENTARES VIDE EDITAL.	UNIDADE	ARKTUS TOP BAND	50,0000	24,2200	1.211,00
312552	FAIXA ELASTICA PARA FISIOTERAPIA - EM ELASTICO ATOXICO, NA COR AZUL, 1,50M COMP. X 15CM DE LARGURA, GARANTIA, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE, DEMAISINFORMACOES COMPLEMENTARES VIDE EDITAL.	UNIDADE	ARKTUS TOP BAND	50,0000	33,0000	1.650,00
312590	EXERCITADOR DE MAOS E DEDOS - CONFECCIONADO EM PLASTICO RIGIDO, MATERIAL RESISTENTE, CONTENDO BOTOES COM MOLAS PROPULSORAS,PARA EXERCICIOS DE FISIOTERAPIA FORTALECENDO OS MUSCULOS DOS DEDOS E MAOS,NA COR VERDE - RESISTENCIA MEDIA. GARANTIA DE 6 MESES. DE ACORDO COM MS.	UNIDADE	ARKTUS HAND GRIP	10,0000	95,0000	950,00
312613	BANDAGEM - CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODAO. ELASTICA. NA COR BEGE, USADA NA TECNICA ¨KINESIO TAPE¨,COM ESPESSURA DE 1,00 MM,SEM LINHA DE COSTURA,PESO APROXIMADO DE 200G,MEDINDO APROXIMADAMENTE: 5,00M(COMP.) X 5,00CM(LARGURA),APRESENTACAO EM ROLO,APRESENTACAO CONFORME MS/ANVISA	CAIXA 500 UNIDADE	AKTIVETAPE AMARELO ME04386A01	2,0000	49,0000	98,00

Total Fornecedor: R$ 3.909,00

BIOPULSE BRASIL LTDA

CNPJ: 22.408.118/0001-96

Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
312549	FAIXA ELASTICA PARA FISIOTERAPIA - EM ELASTICO ATOXICO, NA COR CONFORME RESISTENCIA, 1,50M COMP. X 15CM DE LARGURA, GARANTIA, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	UNIDADE	CARCI CBAM150	50,0000	39,9900	1.999,50
312554	FAIXA ELASTICA PARA FISIOTERAPIA - EM ELASTICO ATOXICO, NA COR ROSA, 1,50M COMP. X 15CM DE LARGURA, GARANTIA, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE, DEMAISINFORMACOES COMPLEMENTARES VIDE EDITAL.	UNIDADE	CARCI CBVD150	50,0000	32,9700	1.648,50
312580	BOLA TERAPEUTICA - GYM BALL, CAPACIDADE DE ATE 300KG,65 CM DE DIAMETRO,COM BOMBA PARA INFLAR	UNIDADE	VOLLO VP1035	30,0000	105,0000	3.150,00
312597	BANCO - DE WELLS - PARA MEDIR A FLEXIBILIDADE, PERMITINDO IDENTIFICAR VARIAVEIS NA AMPLITUDE DE MOVIMENTOS DA COLUNA VERTEBRAL, TORNANDO SUA UTILIZACAO MAIS RAPIDA, PRECISA E CONFIAVEL,MEDINDO 35 X 40CM	UNIDADE	PRIMEMED 1060614	2,0000	496,9900	993,98
312601	HAND GRIP - MOLAS DE ACO. COMPRIMENTO: 12 CM 3 CM, LARGURA: 10 CM; MATERIAL DESENVOLVIDO EM MOLAS DE ACO, EMPUNHADURA DE EVA; ACOMPANHA: UM PAR DE HAND GRIP COM CABO DE ESPUMA MACIA; FORCA: 10KG.	UNIDADE	VOLLO VLS3102	20,0000	38,9500	779,00
312604	DISCO INFLAVEL FISIOTERAPEUTICO PARA EQUILIBRIO - EM BORRACHA RESISTENTE, FORMATO DE ROLO PARA PROPRIOCEPCAO. TAMANHO 115 CM.	UNIDADE	VOLLO VP1031	24,0000	79,9900	1.919,76
312634	FAIXA - FITA DE SUSPENSAO PARA TREINAMENTO FUNCIONAL(TRX) EM NYLON ULTRA-RESISTENTE,MEDINDO: 2,00M, SUPORTANDO TENSAO DE ATE 140 KG	UNIDADE	VOLLO VP1042	15,0000	89,9900	1.349,85

Total Fornecedor: R$ 11.840,59

MELUZ SERVICE LTDA

CNPJ: 46.816.640/0001-75

Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
312555	FAIXA ELASTICA PARA FISIOTERAPIA - EM ELASTICO ATOXICO,NA COR PRETA,1,50M X 15CM (C X L),GARANTIA, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	UNIDADE	ARKTUS	50,0000	31,0000	1.550,00
312557	HALTERES - EM FERRO COM REVESTIMENTO EMBORRACHADO DE PVC VINIL,NO TAMANHO UNICO, 0,5KG	CAIXA 10 UNIDADES	brasil	4,0000	10,4700	41,88
312558	HALTERES - EM BORRACHA, NO TAMANHO UNICO, PESANDO 01 KG.	UNIDADE	brasil	20,0000	19,8000	396,00
312559	HALTERES - EM BORRACHA, NO TAMANHO UNICO, PESANDO 02 KG	UNIDADE	brasil	20,0000	26,2000	524,00
312560	HALTERES - EM BORRACHA, NO TAMANHO UNICO, PESANDO 03 KG.	UNIDADE	brasil	10,0000	77,6000	776,00
312561	HALTERES - EM BORRACHA, NO TAMANHO UNICO, PESANDO 04 KG	UNIDADE	brasil	10,0000	88,9000	889,00
312562	HALTERES - EM BORRACHA, NO TAMANHO UNICO, PESANDO 05 KG	UNIDADE	brasil	6,0000	98,9900	593,94
312563	BARRA DE FERRO - DE ACO INOX,UTILIZADA EM EXERCICIO DE MUSCULACAO,COM DIAMETRO DE 1¨,COM COMPRIMENTO DE 1,50M,ENCOSTO DAS ANILHAS EM ACO GALVANIZADO,COM INDICACAO VISUAL DO CENTRO DA BARRA, RECARTILHADA NA AREA DE CONTATO COM AS MAOS	UNIDADE	brasil	4,0000	265,0000	1.060,00
312564	ANILHA - EM FERRO FUNDIDO COM FURO CENTRAL,NA COR PRETA,PESANDO 1KG COM REVESTIMENTO EMBORRACHADO.	UNIDADE	brasil	12,0000	18,9900	227,88
312565	ANILHA - EM FERRO FUNDIDO COM FURO CENTRAL,NA COR PRETA,PESANDO 2KG COM REVESTIMENTO EMBORRACHADO.	UNIDADE	brasil	12,0000	30,5900	367,08
312566	ANILHA - EM FERRO FUNDIDO COM FURO CENTRAL,NA COR PRETA,PESANDO 3KG COM REVESTIMENTO EMBORRACHADO.	UNIDADE	brasil	12,0000	55,1000	661,20
312567	ANILHA - EM FERRO FUNDIDO COM FURO CENTRAL,NA COR PRETA,PESANDO 4KG COM REVESTIMENTO EMBORRACHADO.	UNIDADE	brasil	12,0000	95,0000	1.140,00
312568	CANELEIRA - EM AREIA OU CHUMBO, REVESTIDA EM REVESTIMENTO EM COURVIN, REGULAVEL COM COM VELCRO, 0,5 KG	UNIDADE	brasil	18,0000	31,0000	558,00
312569	CANELEIRA - EM AREIA,REVESTIMENTO EM NYLON,REGULAGEM DE FITA DE NYLON COM VELCRO,PESANDO 1KG	UNIDADE	brasil	20,0000	35,9000	718,00
312570	CANELEIRA - EM AREIA OU CHUMBO, REVESTIDA EM COURVIN, REGULAVEL COM VELCRO, PESANDO 2 KG	UNIDADE	brasil	20,0000	39,9000	798,00

312571	CANELEIRA - EM AREIA,REVESTIMENTO EM NYLON,REGULAGEM DE FITA DE NYLON COM VELCRO,PESANDO 3KG	UNIDADE	brasil	20,0000	53,8900	1.077,80
312572	CANELEIRA - EM AREIA,REVESTIMENTO EM NYLON,REGULAGEM DE FITA DE NYLON COM VELCRO,PESANDO 4KG	UNIDADE	brasil	20,0000	92,2000	1.844,00
312573	CANELEIRA - EM AREIA OU CHUMBO,REVESTIDA EM NYLON COM COSTURA REFORCADA,REGULAVEL COM COM VELCRO,5 KG	UNIDADE	brasil	20,0000	99,0000	1.980,00
312574	BASTAO PARA GINASTICA - EM PVC, COM PONTEIRAS DE BORRACHA,DIMENSOES: ALTURA: 3CM - LARGURA: 3 CM - PROFUNDIDADE: 100CM - 1KG	UNIDADE	arktus	20,0000	65,5900	1.311,80
312575	BASTAO PARA GINASTICA - EM PVC, COM PONTEIRAS DE BORRACHA,DIMENSOES: ALTURA: 3CM - LARGURA: 3 CM - PROFUNDIDADE: 100CM - 2KG	UNIDADE	arktus	30,0000	79,0000	2.370,00
312576	BASTAO PARA GINASTICA - EM PVC, COM PONTEIRAS DE BORRACHA,DIMENSOES: ALTURA: 3CM - LARGURA: 3 CM - PROFUNDIDADE: 100CM - 3KG	UNIDADE	arktus	10,0000	87,9000	879,00
312577	BASTAO PARA GINASTICA - EM PVC, COM PONTEIRAS DE BORRACHA,DIMENSOES: ALTURA: 3CM - LARGURA: 3 CM - PROFUNDIDADE: 100CM ? 0KG	UNIDADE	arktus	40,0000	81,9000	3.276,00
312579	COLCHONETE - EM ESPUMA, REVESTIMENTO EM PLASTICO DE ALTA RESISTENCIA (1,20X60X4CM)	UNIDADE	real	100,0000	45,4900	4.549,00
312581	BOLA TERAPEUTICA - COMPOSTA EM LATEX ESPECIAL COM ESPESSURA DE 3,00MM, FORMATO ROLO, MODELO FEIJAO,MEDINDO 95,00 X 50,00CM,VERMELHA	UNIDADE	LIVEUP	8,0000	131,0000	1.048,00
312591	EXERCITADOR DE MAOS E DEDOS - CONFECCIONADO EM PLASTICO RIGIDO, MATERIAL RESISTENTE, CONTENDO BOTOES COM MOLAS PROPULSORAS,PARA EXERCICIOS DE FISIOTERAPIA FORTALECENDO OS MUSCULOS DOS DEDOS E MAOS,NA COR VERMELHA - RESISTENCIA LEVE. GARANTIA DE 6 MESES. DE ACORDO COM MS.	UNIDADE	ARKTUS	10,0000	94,0000	940,00
312592	EXERCITADOR DE MAOS E DEDOS - CONFECCIONADO EM PLASTICO RIGIDO, MATERIAL RESISTENTE, CONTENDO BOTOES COM MOLAS PROPULSORAS,PARA EXERCICIOS DE FISIOTERAPIA FORTALECENDO OS MUSCULOS DOS DEDOS E MAOS,NA COR AMARELO - RESISTENCIA MEDIA. GARANTIA DE 6 MESES. DE ACORDO COM MS.	UNIDADE	ARKTUS	10,0000	95,0000	950,00
312593	EXERCITADOR DE MAOS - EM PLASTICO RESISTENTE, BASE EM BORRACHA E COM PEGADA ANATOMICA,CADA DEDO TRABALHA ISOLADAMENTE EM UMA MOLA INDIVIDUAL, DE INTENSIDADE LEVE,POSSIBILITA EXERCICIOS DE FORTALECIMENTO DOS MUSCULOS DA MAO INTEIRA, O PUNHO E ANTEBRACO	UNIDADE	ARKTUS	10,0000	95,0000	950,00
312594	EXERCITADOR DE MAOS - EM PLASTICO RESISTENTE, BASE EM BORRACHA E COM PEGADA ANATOMICA,CADA DEDO TRABALHA ISOLADAMENTE EM UMA MOLA INDIVIDUAL, DE INTENSIDADE EXTRA LEVE,POSSIBILITA EXERCICIOS DE FORTALECIMENTO DOS MUSCULOS DA MAO INTEIRA, O PULSO E ANTEBRACO	UNIDADE	ARKTUS	10,0000	98,0000	980,00
312595	EXERCITADOR DE MAOS E DEDOS - TERMOPLASTICO, EXTENSOR, DUPLO, CONFECIONADO EM MATERIAL MACIO, CONFORTAVEL, RESISTENTE E ANATOMICO,PROJETADO PARA EXERCICIOS DE FISIOTERAPIA FORTALECENDO A MUSCULATURA DOS BRACOS, COSTAS, OMBROS E PEITO,RESISTENCIA PESADA, COR LARANJA, COM CRAVOS	UNIDADE	ARKTUS	10,0000	109,0000	1.090,00
312600	BOLA - DE BORRACHA,PESANDO 100KG,TIPO: OVERBALL PARA PILATES,DE TAMANHO 25CM DE DIAMETRO,CORES VARIADAS.	UNIDADE	arktus	100,0000	16,2000	1.620,00
312609	CUNHA DEJARNETTE ? PARA POSICIONAMENTO CUNHA PARA POSICIONAMENTO EM ESPUMA GRANDE, 50X50X29CM	UNIDADE	arktus	5,0000	80,9900	404,95
312614	WALL BALL - PESANDO 10 LB, APROX 4KG COM ENCHIMENTO FABRICADO EM COURO SINTETICO COM ENCHIMENTO DE RASPA DE BORRACHA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 107 CM DE CIRCUNFERENCIA	UNIDADE	brasil	7,0000	209,2000	1.464,40
312615	WALL BALL - PESANDO 14LB, 6,4KG COM ENCHIMENTO FABRICADO EM COURO SINTETICO COM ENCHIMENTO DE RASPA DE BORRACHA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 58 CM DE DIAMETRO	UNIDADE	brasil	7,0000	240,9900	1.686,93
312616	WALL BALL - PESANDO 18LB, 8 KG COM ENCHIMENTO FABRICADO EM COURO SINTETICO COM ENCHIMENTO DE RASPA DE BORRACHA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 58 CM DE DIAMETRO	UNIDADE	brasil	5,0000	254,9900	1.274,95
312617	WALL BALL - PESANDO 20 LB, 9,6KG COM ENCHIMENTO FABRICADO EM COURO SINTETICO COM ENCHIMENTO DE RASPA DE BORRACHA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 58 CM DE DIAMETRO	UNIDADE	brasil	5,0000	284,9900	1.424,95
312626	KETTLEBELL - AUXILIA NO DESENVOLVIMENTO DAS ESTRUTURAS FORTES E FLEXIVEIS,EM FERRO FUNDIDO REVESTIDO EM BORRACHA, PESANDO 14 KG	UNIDADE	brasil	6,0000	235,0000	1.410,00
312627	KETTLEBELL - AUXILIA NO DESENVOLVIMENTO DAS ESTRUTURAS FORTES E FLEXIVEIS,EM FERRO FUNDIDO REVESTIDO EM BORRACHA,PESANDO 16 KG	UNIDADE	brasil	4,0000	269,0000	1.076,00
312628	KETTLEBELL - AUXILIA NO DESENVOLVIMENTO DAS ESTRUTURAS FORTES E FLEXIVEIS,EM FERRO FUNDIDO REVESTIDO EM BORRACHA,PESANDO 20 KG	UNIDADE	brasil	4,0000	335,0000	1.340,00
312629	KETTLEBELL - AUXILIA NO DESENVOLVIMENTO DAS ESTRUTURAS FORTES E FLEXIVEIS,EM FERRO FUNDIDO REVESTIDO EM BORRACHA,PESANDO 10 KG	UNIDADE	brasil	8,0000	165,0000	1.320,00
312633	KETTLEBELL - 12 KG, MATERIAL VINYL, DIMENSOES DO PRODUTO: LARGURA 20CM, ALTURA 10CM, PROFUNDIDADE 19CM	UNIDADE	brasil	8,0000	200,0000	1.600,00
312639	CAIXOTE PARA SALTO GRANDE - EQUIPAMENTOS PARA GINASTICA - CAIXA DE SALTO MADEIRA. MEDIDAS: 50 CM X 60 CM X 75 CM - MATERIAL: MADEIRA NAVAL COMPENSADA COM 15 MM E REFORCO INTERNO EM FORMATO X. A COR DEVERA SER NATURAL DA MADEIRA. CAPACIDADE PARA SUPORTAR PESSOA COM ATE 150 KG	UNIDADE	brasil	6,0000	255,0000	1.530,00
312640	CAIXOTE PARA SALTO PEQUENA - EQUIPAMENTOS PARA GINASTICA - CAIXA DE SALTO MADEIRA, PEQUENA, FABRICADA EM COMPENSADO NAVAL RESISTENTE A UMIDADE, COM REFORCO INTERNO NO MEIO, ALEM DE TODOS OS LADOS DA BOX COLADOS E PARAFUSADOS. DIMENSAO: 33CM X 30CM X57	UNIDADE	brasil	7,0000	409,9000	2.869,30
312644	KIT MINI BAND 4 INTENSIDADES - EXERCITADOR ELASTICO TUBING - TIPO MINI BANDS, FAIXAS ELASTICAS QUE PODEM SER UTILIZADAS PARA REPRODUZIR O MESMO ESFORCO DOS APARELHOS. CORES VARIADAS DE ACORDO COM A RESISTENCIA,MATERIAL EMBORRACHADO. CADA FAIXA COM TAMANHO 38,00 CM DE DIAMETRO APROXIMADAMENTE,PARA EXECUCAO DE EXERCICIOS ISOMETRICOS DE FISIOTERAPIA RESPIRATORIA,KIT COM QUATRO FAIXAS ELASTICAS COM DIFERENTES INTENSIDADES	UNIDADE	arktus	15,0000	59,0000	885,00
312647	POWER BANG 10KG - BOLSA - EM COURO SINTÉTICO E TRATADO COM COSTURA DUPLA E REFORÇADA , COM FITAS DE NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA PARA OS PEGADORES, POSSUI 7 PEGADORES, POSSUEM 2 FECHAMENTOS PARA PREVENIR QUALQUER VAZAMENTO DE AREIA, TREINO FUNCIONAL, PESANDO 10KG, COM CAMA INTERNA DE ESPUMA, COSTURA DUPLA E REFORÇADA, ENVIADO JÁ COM O PREENCHIMENTO DE AREIA, TAMANHO APROXIMADO DE 65X23X23.	UNIDADE	brasil	8,0000	150,0000	1.200,00
312648	POWER BANG 20KG - BOLSA - EM COURO SINTÉTICO E TRATADO COM COSTURA DUPLA E REFORÇADA , COM FITAS DE NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA PARA OS PEGADORES, POSSUI 7 PEGADORES, POSSUEM 2 FECHAMENTOS PARA PREVE-	UNIDADE	brasil	5,0000	249,9900	1.249,95

	NIR QUALQUER VAZAMENTO DE AREIA, TREINO FUNCIONAL, PESANDO 20KG, COM CAMA INTERNA DE ESPUMA, COSTURA DUPLA E REFORÇADA, ENVIADO JÁ COM O PREENCHIMENTO DE AREIA, TAMANHO APROXIMADO DE 65X23X23.					
312649	POWER BANG 15KG - BOLSA - EM COURO SINTÉTICO E TRATADO COM COSTURA DUPLA E REFORÇADA , COM FITAS DE NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA PARA OS PEGADORES, POSSUI 7 PEGADORES, POSSUEM 2 FECHAMENTOS PARA PREVENIR QUALQUER VAZAMENTO DE AREIA, TREINO FUNCIONAL, PESANDO 15KG, COM CAMA INTERNA DE ESPUMA, COSTURA DUPLA E REFORÇADA, ENVIADO JÁ COM O PREENCHIMENTO DE AREIA, TAMANHO APROXIMADO DE 65X23X23.	UNIDADE	brasil	6,0000	219,9900	1.319,94
312650	POWER BANG 30KG - BOLSA - EM COURO SINTÉTICO E TRATADO COM COSTURA DUPLA E REFORÇADA , COM FITAS DE NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA PARA OS PEGADORES, POSSUI 7 PEGADORES, POSSUEM 2 FECHAMENTOS PARA PREVENIR QUALQUER VAZAMENTO DE AREIA, TREINO FUNCIONAL, PESANDO 30KG, COM CAMA INTERNA DE ESPUMA, COSTURA DUPLA E REFORÇADA, ENVIADO JÁ COM O PREENCHIMENTO DE AREIA, TAMANHO APROXIMADO DE 65X23X23.	UNIDADE	brasil	2,0000	287,9900	575,98
312651	SUPORTE PARA CORDAS E BANDS ? SUPORTE EM AÇO CARBONO, IDEAL PARA ORGANIZAR O SEU ESPAÇO DE TERINAMENTO, ELE É DESENVOLVIDO PARA SUPORTAR ITENS LEVES, CÔMO: BANDS, CORDAS DE PULAR, CINTAS, ETC. MATERIAL EM AÇO CARBONO NA COR PRETO, ESPESSURA ? 3MM, DIMENSSÕES 30CM X 15CM X 10 CM.	UNIDADE	CRONA	2,0000	235,0000	470,00
312653	SUPORTE DE CORDA NAVAL TRX ? SUPORTE PARA FITA DE SUSPENSÃO (TRX) PRODUTO CONTRUIDO EM AÇO CARBONO DE PINTURA ELETROSTATICA DA COR PRETA, DIMENÇÕES 10CM Z 10CM X 10CM	UNIDADE	ROCHA	10,0000	75,0000	750,00

Total Fornecedor: R$ 59.018,93

NL APOIO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 50.699.007/0001-11

Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
312551	FAIXA ELASTICA PARA FISIOTERAPIA - EM ELASTICO ATOXICO, NA COR LARANJA, 1,50M COMP. X 15CM DE LARGURA, GARANTIA, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE, DEMAISINFORMACOES COMPLEMENTARES VIDE EDITAL.	UNIDADE	CRIPY LARANJA	50,0000	45,0000	2.250,00
312553	FAIXA ELASTICA PARA FISIOTERAPIA - EM ELASTICO ATOXICO, NA COR PRATA, 1,50M COMP. X 15CM DE LARGURA, GARANTIA, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE, DEMAISINFORMACOES COMPLEMENTARES VIDE EDITAL.	UNIDADE	CRIPY PRATA	50,0000	46,0000	2.300,00
312584	BOLA TERAPEUTICA ? DE BORRACHA, TIPO CRAVO CRESPA PARA PROPRIOCEPCAO, MEDINDO 7,5 CM, PARA MASSAGEAR	UNIDADE	ARKTUS MOD. 7,5	20,0000	20,0000	400,00
312585	BOLA TERAPEUTICA ? DE BORRACHA, TIPO CRAVO CRESPA, PEQUENA, DIMENSAO APROXIMADA DE 9 X 9 X 9 CM PESANDO 20 G	UNIDADE	ARKTUS MOD. 9X9	20,0000	20,0000	400,00
312586	EXERCITADOR DE MAOS E DEDOS - CONFECCIONADO EM LATEX DE ALTA RESISTENCIA E DURABILIDADE,PARA MELHORAR OS MOVIMENTOS E RESISTENCIA DOS MUSCULOS DAS MAOS E DEDOS,EM MATERIAL RESISTENTE LEVE.	UNIDADE	FITNESS LEVE	20,0000	58,5000	1.170,00
312587	EXERCITADOR DE MAOS E DEDOS - CONFECCIONADO EM LATEX DE ALTA RESISTENCIA E DURABILIDADE,PARA MELHORAR OS MOVIMENTOS E RESISTENCIA DOS MUSCULOS DAS MAOS E DEDOS,EM MATERIAL RESISTENTE MEDIO.	UNIDADE	FITNESS MEDIO	20,0000	63,0000	1.260,00
312588	EXERCITADOR DE MAOS E DEDOS - EM ARO DE METAL REVESTIDO COM 100% DE LATEX, MODELO WEB (TEIA DE ARANHA),PARA FORTALECIMENTO DE DEDOS E MAOS,RESISTENCIA DE INTENSIDADE MEDIA	UNIDADE	FITNESS MEDIA	20,0000	157,0000	3.140,00
312589	EXERCITADOR DE MAOS E DEDOS - CONFECCIONADO EM PLASTICO RIGIDO, MATERIAL RESISTENTE, CONTENDO BOTOES COM MOLAS PROPULSORAS,PARA EXERCICIOS DE FISIOTERAPIA FORTALECENDO OS MUSCULOS DOS DEDOS E MAOS,NA COR AZUL - RESISTENCIA FORTE. GARANTIA DE 6 MESES. DE ACORDO COM MS.	UNIDADE	ACTE MEDIO	10,0000	32,0000	320,00
312598	FAIXA ELASTICA PARA FISIOTERAPIA - ELASTICA THERA BAND, COM 5 NIVEIS DE INTENSIDADE, FABRICADO EM BORRACHA NATURAL LATEX, CORES: VERDE, AZUL, AMARELO, VERMELHO E PRETO, DIMENSOES: 600X50X0.35MM (VERDE), 600X50X0.50MM (AZUL), 600X50X0.70MM (AMARELO), 600X50X0.90MM (VERMELHO), 600X50X1.10MM (PRETO).	UNIDADE	BAND KIT-05	50,0000	26,0000	1.300,00
312602	EXERCITADOR DE MAOS E DEDOS - EM PEGADA EMBORRACHADA COM MOLA ELASTICA DE ACO AJUSTAVEL,PARA FORTALECIMENTO DE MAOS, DEDOS, PUNHOS E ANTEBRACOS,AJUSTAVEL DE 10 A 40KG.	UNIDADE	LDZ DEDOS	15,0000	36,0000	540,00
312608	ROLO DE POSICIONAMENTO - PARA EXERCICIOS DE FISIOTERAPIA- TAMANHO MEDIO	UNIDADE	NATUR5ALHOME MEDIO	5,0000	60,0000	300,00
312610	CAMA ESLATICA - JUMP, MINI CAMA ELASTICA, PES FIXOS, 36 MOLAS, 98 CM, SUPORTA ATE 180 KG	UNIDADE	JUMP PROFISSIONAL	3,0000	370,0000	1.110,00
312638	CORDA DE PULAR - EQUIPAMENTOS PARA GINASTICA - CORDA DE PULAR, EM ACO COM REVESTIMENTO EM PVC , COM ROLAMENTO SPEED PROFISSIONAL, COMPRIMENTO TOTAL: 3 M. DIAMETRO: 0,2 CM	UNIDADE	ODIN FIT SLIN	40,0000	40,0000	1.600,00
312643	ESCADA DE AGILIDADE 11 DEGRAUS EQUIPAMENTOS PARA GINASTICA - ESCADA DE AGILIDADE, EM PLASTICO INJETAVEL PARA TREINAMENTO, COMPOSICOES TIRAS EM NYLON E CORPO DE PLASTICO, 6 METROS.	UNIDADE	CONSPORT CH?O	4,0000	90,0000	360,00
312645	CRONOMETRO DOGITAL, FUNÇÕES: HORAS E CRONOMETRO FORMATO DO HORARIO: HH:MM:SS; RELOGIO: 12/24 HORAS, CRONOMETRO REGRESSIVO; 99:59:59; PARA 00:00:00; CRONOMETRO PROGRESSIVO: 00:00:00; PARA 99:59:59; ALIMENTAÇÃO: 110/220V ? TAMANHO DOS NUMEROS: 5X3CM. DIMENSÃO; 9X32X4CM.	UNIDADE	LUATEEK ESPORTIVO	2,0000	119,0000	238,00

Total Fornecedor: R$ 16.688,00

RMM SPORTS COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA

CNPJ: 22.382.705/0001-53

Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

312646	EQUIPAMENTO DE TREINAMENTO ? DO TIPO TAPETE TATAME EVA 100X100X1,5CM	UNIDADE	CORTART TA-TAME	80,0000	60,0000	4.800,00

Total Fornecedor: R$ 4.800,00

TOTAL GERAL: R$ 105.492,82 (cento e cinco mil e quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta e dois centavos).

2.3. Será incluído, como anexo da ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os itens com preços iguais aos dos licitantes vencedores, obedecendo a ordem de classificação do certame para cada item:

2.3.1. O registro que trata o *caput* servirá de cadastro de reserva para a possível contratação em caso de desistência do licitante vencedor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento na Lei nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 096/2022.

3.2. Regularmente convocado para assinatura do contrato, o fornecedor cumprirá faze-lo no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pela Prefeitura, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para a assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

4.1. O registro de preço constante desta ARP firmada entre a Prefeitura e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ARP.

4.2. O prazo máximo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da respectiva ARP. As contratações decorrentes do SRP terão sua vigência estabelecida conforme as disposições contidas nos editais e respectivos instrumentos de contrato, observando o disposto no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

4.3. Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a adquirir o(s) Produto(s) exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.

4.4. A partir da data de assinatura da ARP, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

5.1. A Gerência da ARP ficará cargo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, nos termos das normas que regem a matéria e normalizações internas.

5.2. Poderão utilizar-se desta ARP órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.

5.3. Caberá ao fornecedor detentor do registro na ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas.

5.4. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da ARP deverão encaminhar solicitação prévia ao órgão gerenciador/Departamento Administrativo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT.

5.5. A utilização desta ARP por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;

b) Anuência expressa do fornecedor.

5.6. Os Órgãos ou Entidades não participantes poderão utilizar até 100% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços decorrentes deste certame, nos termos do § 3º do art. 21 do Decreto Municipal nº 096/2022.

5.7. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para órgãos ou Entidades não participantes, nos termos do § 4º do art. 21º do Decreto Municipal nº 096/2022.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a(s) empresa(s) signatária(s) deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.

6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja do(s) Produto(s).

6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.

6.3.1. Caso o preço registrado esteja superior ao preço de mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, poderá a administração liberar o fornecedor da obrigação sem aplicação de penalidade e convocar os demais fornecedores registrados em cadastro de reserva para a contratação nos mesmos termos do primeiro colocado.

6.4. Caso reste frustrada também a negociação com a primeira colocada ou, se for o caso, com as demais empresas registradas em cadastro reserva, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta ARP adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.

6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador realizará nova Pesquisa de preços.

6.6. Nos preços unitários registrados está incluída todas as despesas e taxas de qualquer Espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. A(s) aquisição(ões) do(s) Produto(s) deste instrumento serão efetuadas através de Nota de Autorização de Despesas, emitida pelo Setor de Compras**,** contendo: o nº do pregão, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de emissão.

7.2. O(s) Produto(s) será(ão) recebido(s):

a) PROVISIORIAMENTE, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes na Cláusula Segunda do presente instrumento.

b) DEFINITIVAMENTE, após a verificação da conformidade com as especificações constantes na Cláusula Segunda do presente contrato, e sua consequente aceitação, que se dará até 30 (trinta) dias do recebimento provisório, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo fixado.

7.3. Em se verificando vícios ou defeitos no(s) Produto(s), o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para pagamento.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na entrega do(s) Produto(s) será realizada pelo Fiscal do Contrato.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, inciso II, da Lei nº 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O(s) Produto(s) ser(ão) fornecido(s) de forma parcelada e deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, situado na Rua Ministro César Cals, 226 - Centro no Município de Peixoto de Azevedo/MT – CEP: 78530-000. Fica a cargo da CONTRATADA ou transportador por ela contratado a descarga e movimentação dos Produtos do veículo até o local indicado pelo servidor responsável pelo recebimento:

8.1.1. Prazo de entrega do(s) Produto(s) é de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do aceite da Nota de Autorização de Despesa e o quantitativo a ser entregue deverá ser em conformidade com a Requisição de Compras, devidamente empenhada.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará expedição da solicitação de empenho ou documento similar e notificará empresa para proceder à retirada do mesmo:

8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta;

8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da Solicitação de ordem de fornecimento.

8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 3 (três) dias úteis para retirada da Solicitação de Empenho/ordem de fornecimento.

8.4. A retirada da Solicitação de ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a Solicitação de Empenho/ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.6. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial do(s) Produto(s), o esgotamento do(s) Produto(s) será o limite mínimo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.7. Na hipótese do Item 8.6, órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá restante do(s) Produto(s) das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para esse mesmo item.

8.8. O(s) Produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) pela vencedora no local determinado pelo Órgão requisitante, no horário comercial.

8.9. O(s) Produto(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade.

8.10. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência:

8.10.1. Em se verificando problemas na entrega do(s) Produto(s), a empresa será informada para corrigi-los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.11. O(s) Produto(s), a cada requisição, deverão ser executados de uma só vez no local indicado no Item 8.8 desta ARP, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente a data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega do(s) Produto(s) poderá ser fracionada e/ou prorrogada.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e Previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.

9.2. Executar fielmente o objeto desta ARP, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.

9.3. Responder às notificações no prazo estabelecido.

9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.

9.5. Efetuar a execução o do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referência.

9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP.

10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes. (em casos de adesão).

10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.

10.4. Conduzir o procedimento de sinalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor:

10.4.1. Caberão órgão aderente a aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ARP, devendo ser encaminhada copias para conhecimento das decisões de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.

10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.

10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Órgão gerenciador ou aderente fiscalizará exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência:

11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.

11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP

12.1. A ARP poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

a) O fornecedor não dispuser a substituir o(s) Produto(s) que vierem a apresentar defeitos de qualidade;

b) O fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste Instrumento;

c) O fornecedor não retirar a solicitação de empenho no prazo estabelecido, sem apresentar justificativa aceita pelo fiscal do contrato do órgão gerenciador ou órgão aderente;

d) O fornecedor, na execução do contrato, incorrer numa das hipóteses enumeradas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado nos autos;

f) Demais sanções previstas no Edital e Termo de Referência.

12.2. O cancelamento da ARP, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1. A Prefeitura efetuará retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for ocaso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancaria emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta- corrente onde deseja receber seu credito.

14.2. A cada pagamento será verificada a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.

14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado para regularizar.

14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá prazo de 15 (quinze) dias para proceder à Regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao Departamento Administrativo do órgão gerenciador para as providencias cabíveis.

14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixa-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.

14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.

14.7. As despesas iniciais previstas no corrente exercício, oriundas da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **Secretaria Municipal** informada no instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, “a” da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.

15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo mansão expressa ao número da Solicitação de Empenho e contendo todos os dados da mesma:

15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da Solicitação de ordem de fornecimento.

15.3. Todos os tributos incidentes sobre o(s) Produto(s) deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.

15.4. No documento de cobrança deverá constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o deposito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.

15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.

15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da Solicitação de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7o da Lei no 10.520/2002 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93)

16.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita à contratada a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

a) atraso até 5 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) a partir do 6o (sexto) até o limite do 10o (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11o (décimo primeiro) dia de atraso.

16.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o **Município de Peixoto de Azevedo-MT,** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

16.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á as seguintes penalidades:

16.3.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

16.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Peixoto de Azevedo-MT, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos;

16.3.3. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.

16.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 2 (dois) anos e, se for o caso, o Município de Peixoto de Azevedo-MT solicitará o seu descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

16.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Município de Peixoto de Azevedo-MT, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda o Município de Peixoto de Azevedo-MT, proceder à cobrança judicial da multa.

16.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Peixoto de Azevedo-MT.

16.7. Se a **CONTRATADA** não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte da Administração, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município de Peixoto de Azevedo-MT, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município.

16.8. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminha-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na clausula quarta da ARP e, em atendimento ao órgão do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º 1º da Lei Federal nº 10192/2001 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do Pregão Eletrônico nº 033/2023, o qual integra a presente ARP, observadas as disposições constantes nos Art. 16 a 20 do Decreto Municipal nº 096/2022.

17.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1. Esta ARP vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital de Pregão Eletrônico nº 033/2023 e Termo de Referência;

b) Ata da Sessão Pública;

c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:

a) Modifica-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, respeitados os direitos do Fornecedor;

b) Cancela-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;

c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;

d) Fiscalizar o fornecimento do(s) Produto(s);

e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência:

20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas a:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Rua Ministro César Cals nº 226 Centro- Peixoto de Azevedo-MT – CEP 78530-000

Secretaria Municipal de Administração

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, 2º do Código Civil.

21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta ARP.

21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da ARP com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhando-a ao Prefeito para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará o cumprimento dos requisitos de publicidade conforme trata o Art. 13 do Decreto Municipal nº 096/2022.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Peixoto de Azevedo-MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta ARP.

23.2. E por estarem de acordo, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerencia Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Peixoto de Azevedo - MT, 20 de setembro de 2023.

Município de Peixoto de Azevedo-MT

Rep. Legal: Mauricio Ferreira de Souza

DECRETO Nº 070/2023.

DECRETO Nº 070, DE 04 DE SETEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A CAPELA MORTUÁRIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

D E C R E T A:

DA CAPELA MORTUÁRIA

Art. 1° Constitui propriedade do Município de Peixoto de Azevedo a capela mortuária que será administrada pelo Município através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

Art. 2° O funcionamento da capela mortuária, obedecerá às disposições deste Decreto e da legislação pertinente.

Art. 3° As regras de disciplina, obrigações e restrições estabelecidas neste decreto e instruções emanadas da administração, são aplicáveis às funerárias, seus representantes, visitantes, bem como todas as pessoas que utilizarão o espaço.

Art. 4° Consiste a Capela Mortuária:

I - Oferecer gratuitamente à comunidade serviços com infraestrutura própria para realização de velórios;

II - Manter no município um local público para cerimônias religiosas fúnebres;

III - Proporcionar amplas condições às famílias e público em geral, para velamento de pessoa falecida.

DA UTILIZAÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA

Art. 5° A capela mortuária destina-se à realização de ritos fúnebres de pessoas, sendo expressamente vedada quaisquer tipo de descriminação seja ela de credo, cor, raça, religião e/ou classe social.

Art. 6° Será permitido o uso pelas empresas funerárias ou particulares pelo período necessário ao ato para cada serviço.

Art. 7° Será respeitada a ordem de solicitação, devendo a empresa funerária ou o solicitante comprovar necessidade da utilização da capela.

Parágrafo único: Em havendo 2 ou mais óbitos, a preferência para uso da capela mortuária será de quem protocolar o requerimento primeiro, após o óbito.

Art. 8° Não será permitida a permanência de empresas funerárias no local após o encerramento do velório.

Art. 9° A permissão de uso será concedida por autorização escrita da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania do Município de Peixoto de Azevedo/MT, onde constarão todos os direitos e obrigações para uso da capela mortuária, devendo os utilizadores zelar pelo bom uso e conservação do espaço.

Art. 10 O termo de responsabilidade para uso da capela mortuária, anexo I parte integrante deste decreto, será preenchido e apresentado ao órgão responsável, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - Cópia do RG e CPF do familiar requisitante;

II - Cópia da certidão de óbito ou laudo cadavérico ou declaração de óbito;

Parágrafo único: O termo de responsabilidade poderá ser preenchido ou requisitado, por familiar ou representante da funerária contratada.

Art. 11 As funerárias serão responsáveis:

I - por quaisquer danos causados a Capela Mortuária, por seus agentes ou terceiros, em função da má utilização do espaço público;

II - pelo cumprimento das normas de posturas, de saúde, de segurança e todas aquelas inerentes à atividade que será desenvolvida no espaço;

III - pela limpeza e higienização do espaço durante todo o período de ocupação do espaço.

§ 1º Após o término da utilização, as Funerárias deverão imediatamente limpar e higienizar (com alvejante, sabão, desinfetante etc.) o espaço, deixando-o apropriado para o próximo uso.

§ 2º A limpeza e a higienização indicada no parágrafo anterior compreendem toda a Capela Mortuária, inclusive:

I - o chão de todo o espaço;

II - os banheiros;

III - a cozinha.

§ 3º Na cozinha, a Funerária deverá disponibilizar aos usuários: detergente para louça, esponja, recarga de gás e etc.

§ 4º Nos banheiros, a Funerária deverá disponibilizar papel higiênico, papel toalha, sabonete e desinfetante para o vaso sanitário.

§ 5º O Termo de Autorização de Uso poderá indicar outros deveres por parte da Funerária.

Art. 12 Não será permitida às Funerárias realizar cobrança pela utilização, limpeza ou de qualquer outra natureza, relativo ao uso da Capela Mortuária Municipal.

DAS PROIBIÇÕES

Art. 13 Nos espaços interiores não é permitido:

I - A perturbação da ordem por qualquer meio;

II - Praticar atos de depredação de qualquer espécie;

III - Alterar a disposição do espaço;

IV - Fumar;

V - Fixar cartazes, anúncios e adornos;

VI - A utilização de mais que um instrumento musical;

VII - Bebida alcoólica;

VIII - Manifestação religiosa de grande vulto.

Art. 14 No espaço exterior não é permitido transitar, permanecer, danificar canteiros e espaços ajardinados.

USO DA COPA

Art. 15 A copa é o espaço de uso exclusivo para alimentação durante o velório, podendo ser preparado no local somente:

I - Chá, café, leite e chimarrão;

II - Os demais alimentos como pão e lanches, deverão ser trazidos prontos.

III - Fica expressamente proibido cozinhar no local (almoço ou janta) para servir no local.

RESPONSABILIDADE POR DANOS

Art. 16 A Responsabilidade pela má ou indevida utilização dos espaços e danos materiais que decorram dessa utilização, serão apuradas junto da pessoa ou entidade requisitante.

EVACUAÇÃO DO ESPAÇO

Art. 17 Ocorrendo quaisquer distúrbio ou perturbações da ordem pública dentro da capela mortuária, a Secretaria de Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania reserva-se o direito de proceder a evacuação daquele espaço.

DÚVIDAS E OMISSÕES

Art. 18 Todas as dúvidas que eventualmente surjam na aplicação ou interpretação do presente decreto, serão resolvidas mediante deliberação da Secretaria de Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, assim como as situações não contempladas, as quais serão resolvidas, caso a caso, por aquele órgão.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 As disposições previstas neste decreto aplicam-se a capela mortuária municipal do município de Peixoto de Azevedo em operação na data da sua entrada em vigor.

Art. 20 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 04 dias de Setembro de 2023.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

Anexo I

TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA USO DA CAPELA MORTUÁRIA MUNICIPAL

Eu ....., brasileiro (a), portador do RG nº..... e inscrito(a) no CPF sob o n°....., residente e domiciliado(a) na Rua ....., nº....., Bairro ....., Cidade ....., UF....., venho na qualidade de ....., requerer a utilização da capela mortuária Municipal, para realização de velório do (a) Senhor (a) ....., CPF sob n°..... e RG nº ....., estado civil..., residente na Rua....., Bairro ....., Cidade ....., UF....., pelo período de....., cujo funeral será realizado no cemitério.....

Peixoto de Azevedo/MT, .../...../.....

.....

Requerente

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES.

Fica expressamente proibido:

a) perturbação da ordem por qualquer meio;

b) praticar atos de depredação de qualquer espécie;

c) alterar a disposição dos espaços;

d) fumar;

e) pregar cartazes ou anúncios;

f) a utilização de mais de um instrumento;

g) bebida alcoólica;

h) manifestação religiosa de grande vulto.

Da utilização da copa:

a) poderá ser preparado no local somente: chá, café e leite;

b) Pão e lanches deverão ser trazidos prontos;

c) fica expressamente proibido cozinhar no local (almoço ou janta) para servir no local.

Da utilização dos utensílios e mobiliários:

a) Os móveis são de uso exclusivo da capela mortuária;

b) É vedado a retirada por qualquer motivo que seja do mobiliário pertencente ao acervo do patrimônio da capela mortuária, sob pena de ressarcimento do bem pelo ocupante do espaço.

Da responsabilidade:

a) O Município, tão pouco seus servidores, não se responsabiliza por furtos, perda de objetos ou pertences deixados no interior da capela mortuária, por parte de clientes ou visitantes.

Autorizo a cessão de uso do espaço da sala n.°.....da Capela Mortuária Municipal, pelo período de .....hs do dia ……/...../..... até..... hr do dia ...../...../....., fazendo cumprir as ordens de utilização da capela mortuária.

Peixoto de Azevedo/MT, .../...../.....

.....

Responsável pela autorização

Declaro ciente para os devidos fins, das obrigações e proibições e demais normas que disciplina o bom uso da capela mortuária municipal.

Peixoto de Azevedo/MT, .../...../.....

.....

Requerente

LEI MUNICIPAL N. 1.232/2023.

LEI MUNICIPAL N. 1.232, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar, para inclusão de fonte de recursos e valores no orçamento de 2023, em atendimento a Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2023, que estabelece o cumprimento do piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e dá outras providencias. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar para inclusão de fonte de recurso e valores necessários em dotações orçamentarias da Lei Orçamentária de 2023, no valor de até R$ 489.028,52 (quatrocentos e oitenta e nove mil, vinte e oito reais e cinquenta e dois centavos), conforme previsto no art. 41, I da Lei 4.320/64, nas rubricas:

07.001 –Sec. Munic.de Saúde – 10.301.0020.20490- Manutenção e Encargos de Unidades de Saúde da Família	
3190.94.00– Indenizações e Restituições Trabalhistas – Fonte: 605.000 – Assistência financeira da União destinada à Complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	41.039,24
07.001 –Sec. Munic.de Saúde – 10.302.0019.20430- Manutenção da UPA 24 Horas	
3350.85.00– Contrato de Gestão – Fonte: 605.000 - Assistência financeira da União destinada à Complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	77.523,20
07.001 –Sec. Munic.de Saúde – 10.302.0019.20460- Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde	
3371.70.00– Rateio pela Participação em Consórcio Público – Fonte: 605.000 - Assistência financeira da União destinada à Complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	370.466,08
Total:	**489.028,52**

Art. 2º Para atender as despesas decorrentes do artigo anterior, serão utilizados recursos de anulação de dotações, nos termos do art 43, § 1, inciso III da Lei 4.3620/64 do exercício de 2023, conforme abaixo consignado:

07.001 –Sec. Munic.de Saúde – 10.301.0020.20490- Manutenção e Encargos de Unidades de Saúde da Família	
(431) 3191.13.00– Obrigações Patronais – Fonte: 1500.1002 – Recursos Não Vinculados de Impostos – Saúde 15%	200.000,00
07.001 –Sec. Munic.de Saúde – 10.302.0019.20400- Manutenção dos Serviços Especializados	
(518) 3390.39.00– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Fonte: 1500.1002 – Recursos Não Vinculados de Impostos – Saúde 15%	240.000,00
07.001 –Sec. Munic.de Saúde – 10.302.0019.20430- Manutenção da UPA 24 horas	
(553) 3190.11.00– Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – Fonte: 1500.1002 – Recursos Não Vinculados de Impostos – Saúde 15%	49.028,52
Total:	**489.028,52**

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 20 de setembro de 2023.

Maurício Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - PREFEITURA MUNICIPAL AUDIÊNCIA PÚBLICA - LOA/2023 – LEI ORÇAMENTARIA ANUAL PARA O ANO DE 2024

C O N V I T E

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, em cumprimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000 – LRF e Lei Complementar nº 131/2009, convidam a V.Sa., para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, a realizar-se no Plenário da Câmara Municipal às **14:00 hs** do dia 28/09/2023, ocasião em que será discutida a elaboração da **LOA/2023 – LEI ORÇAMENTARIA ANUALPARA O ANO DE 2024.**

Compareça e participe,

Peixoto de Azevedo-MT, 20 de Setembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT

JOSÉ CARLOS FERREIRA ALBERTO

SEC. PLANEJAMENTO E FAZENDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - PREFEITURA MUNICIPAL CONVITE AUD. PÚBLICA LRF 2 QUADRIMESTRE 2023

CONVITE DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

2º QUADRIMESTRE/2023

Realização: 28/09/2023

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo e Câmara Municipal, no uso de suas atribuições, CONVIDA Vossa Senhoria, que representa esse importante seguimento da Sociedade, para participar da Audiência Pública, que realizar-se-à no Plenário da Câmara Municipal, no dia **28 de Setembro do ano em curso, com início previsto às 15:00h.**

A REFERIDA AUDIÊNCIA PÚBLICA TERÁ A SEGUINTE PAUTA

Análise dos cumprimentos das metas fiscais do 2º Quadrimestre de 2023 – Período de Maio a Setembro, do Município de Peixoto de Azevedo – MT.

METAS FISCAIS-2023

Salientamos que sua presença será de fundamental importância para o sucesso da referida audiência, a fim de propiciar o pleno desenvolvimento de nossa cidade. E sabedores de vosso comprometimento com a sociedade e na certeza de vosso comparecimento desde já externamos votos de estimas e apreços.

Atenciosamente,

Em, 20 de Setembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT

JOSÉ CARLOS FERREIRA ALBERTO

SEC. PLANEJAMENTO E FAZENDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

DECRETO ESPECIAL N.º 054/202

DECRETO ESPECIAL N.º 054/2023

"*FIXA PARA O EXERCÍCIO DE 2023, DATA DE VENCIMENTO E DESCONTO EM COTA DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.*"

Natal Alves de Assis Sobrinho, Prefeito do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e com base no que dispõe o Parágrafo único do Art. 406, da Lei Complementar nº 373/2010 e alterações, para adoções de medidas reguladoras para o início do Exercício de 2023.

D E C R E T A:

Art. 1º - Os lançamentos e a arrecadação do **Imposto Predial e Territorial Urbano**, serão efetuados através do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, no qual estarão indicados, entre outros elementos necessários à perfeita identificação dos imóveis do contribuinte e dos tributos e seus elementos constitutivos.

Art. 2º -**O Imposto Predial e Territorial Urbano será** lançado e arrecadado em Documento de Arrecadação Municipal - DAM, especificando a receita.

Parágrafo único. O contribuinte terá as seguintes opções de pagamento, nos termos do art. 28, §4o, do CTM:

I – Cota única com vencimento em 31/10/2023, tendo até 30% (trinta por cento) de desconto com as seguintes condições acumuladas:

a) - 10% (dez por cento) de desconto do valor integral até a data do vencimento;

b) - 15% (quinze por cento) de desconto do valor integral até a data do vencimento na condição de adimplentes com os tributos municipais;

c) - 5% (cinco por cento) de desconto do valor integral até a data do vencimento, quando o imóvel estiver calçada e de conformidade com o Código de Postura do Município.

II – Em até 03 (três) parcelas consecutivas do valor integral, sem desconto, e com as seguintes datas de vencimentos:

a) - Primeira parcela em 31/10/2023;

b) - Segunda parcela em 30/11/2023;

c) - Terceira parcela em 29/12/2023;

Art. 3º - No caso da alínea "b" do Inciso I do parágrafo único do artigo anterior, o contribuinte que estiver inadimplente, poderá até a data do vencimento da cota única, através de requerimento solicitar o parcelamento e obter o benefício.

Parágrafo Único – Para concessão prevista no *caput* deste artigo, o contribuinte ficará na obrigatoriedade da assinatura do termo de parcelamento da dívida ativa e pagamento da primeira parcela no ato da assinatura do mesmo.

Art. 4º - Os tributos não pagos na data do vencimento terão seus valores atualizados e acrescido de multa e juros de mora, de conformidade ao estabelecido no Código Tributário Municipal.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor, a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Planalto da Serra-MT, em 20 de setembro de 2023.

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO

Prefeito de Planalto da Serra/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT AVISO DE LICITAÇÕES- PREGÃO ELETRÔNICO. PROCESSO Nº 063/2023- PE 001/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

AVISO DE LICITAÇÕES- PREGÃO ELETRÔNICO. PROCESSO Nº 063/2023- PE 001/2023.

O Município de P. da Serra- MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos int., que fará Licitação na mod. de **PR ELETRÔNICO Nº 001/2023**, tendo como **OBJETO: ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT, QUE SERÁ CUSTEADA COM RECURSOS ORIUNDOS DO TERMO DE CONVÊNIO/MAPA Nº 941701/2023 - PLATAFORMA TRANSFEREGOV Nº 035061/2023, CELEBRADO PELA UNIÃO POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA/MAPA E ESTE MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA – MT,** conforme Memorial Descritivo, Projeto Executivo; Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, e demais normas previstas no edital e seus anexos. **INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**: Às **10:30 horas do dia 21/09/2023. FIM DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Às 11:30 horas (horário de Brasília) do dia **03/10/2023.INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS** Às 14:30 horas (horário de Brasília) do dia **03/10/2023.REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF). **LOCAL:** Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL. O Edital completo está a disp. dos int. gratuitamente, na Pref. Mun. de P. da Serra – MT e no Site: **www.planaltodaserra.mt.gov.br e no Po**rtal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL **www.bll.org.br**. Comissão de Pregão, Praça São Carlos, nº 755, Centro, P. da Serra/MT, Tel: 66 3328-6101. **CLÁUDIA MÁRCIA S. RODRIGUES - PREGOEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT AVISO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 020/2023- PROCESSO Nº 060/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

AVISO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DOPREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 020/2023- PROCESSO Nº 060/2023.

O Município de P. da Serra- MT, através da sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação **PR Presen-**

cial SRP nº 020/2023, aberta no dia **12/09/2023** às **08:00** horas (Horário de Mato Grosso). Sagraram-se vencedoras e habilitadas no certame as empresas: **MARIA JOSÉ DOS REIS NETO, CNPJ N. 10.226.940/0001-57,** com o valor total de R$ 226.578,00, **LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA - EPP, CNPJ N. 22.328.534/0001-84,** com o valor total de R$ 469.789,00, **SUPERAR COMÉRCIO DE MOVEIS PARA ESCRITÓRIO-LTDA, CNPJ N. 42.953.946/0001-12,** com o valor total de R$ 530.649,00, **RR LOPES EIRELI, CNPJ N. 22.548.304/0001-20,** com o valor total de R$ 142.440,00, **J E DA SILVA -ME, CNPJ N. 16.582.315/0001-24,** com o valor total de R$ 213.907,00 **e ÉRICA DE FÁTIMA GENTIL, CNPJ N 36.656.877/0001-82,** com o valor total de R$ 399.924,50**.** CLÁUDIA MÁRCIA S. RODRIGUES-PREGOEIRA. Licitação homologada por NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO- PREFEITO MUNICIPAL

LEI N° 642/2023

LEI N.° 642/2023

O senhor **Natal Alves de Assis Sobrinh**o, prefeito Municipal de Planalto da Serra, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por lei e em consonância com art.41, II, da lei nº 4320/64, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei **nº 642/2023**

Autora: Vereadora Maria da Conceição Alves de Sousa

Institui o "Dia do Evangélico" no Município de Planalto da Serra-MT

Art.1° -Fica instituído 30 de novembro como o "Dia do Evangélico" no Município de Planalto da Serra-MT.

Art.2° - No "Dia do Evangélico", com as entidades representativas do mesmo seguimento, à administração Municipal, promoverá em parceria, eventos públicos, voltados para a parcela evangélica da população com livre acesso à comunidade.

Art.3°- O "Dia do Evangélico "deverá fazer parte do calendário de eventos do Município.

Art.4°- Para a realização de eventos delineados dos no Art.2° desta Lei, o Poder Executivo poderá celebrar convênios com Igrejas e Entidades Evangélicas do Município.

Parágrafo único. A promoção a ser realizada no "Dia do Evangélico", será estabelecida pelo Poder Executivo em conjunto com as igrejas e Entidades com atuação no Município.

Art. 5°-Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6°- Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto da Serra/MT, 18 de setembro de 2023

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL PLANALTO DA SERRA-MT.
CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO

NÚMERO DE ORIGEM: 060/2023. **PR SRP-** 020/2023**.**

MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO DE COZINHA E DE ESCRITÓRIO, ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS, CONDICIONADORES DE AR, LIXEIRAS SELETIVAS, INSTRUMENTOS DE PERCUSSÃO, VISANDO ATENDER E EQUIPAR TODAS AS SECRETARÍAS MUNICIPAIS E SEUS RESPECTIVOS DEPARTAMENTOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I, parte integrante do edital

O PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA/MT, na pessoa de **NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO**, infra-assinado, usando as suas atribuições legais, em face da Convocação para assinatura da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** do procedimento de licitação, na modalidade de Pregão Presencial, sob o nº de ordem 019/2022, retro mencionada, realizada na data de 12 de setembro de 2023**.**

CONVOCA as licitantes abaixo discriminadas e classificada em primeiro lugar em itens relacionados na ata de julgamento de propostas de preços-do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 020/2023.**

1- **MARIA JOSÉ DOS REIS NETO, CNPJ N. 10.226.940/0001-57.**

2- LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA - EPP, CNPJ N. 22.328.534/0001-84.

3- SUPERAR COMÉRCIO DE MOVEIS PARA ESCRITÓRIO-LTDA, CNPJ N. 42.953.946/0001-12.

4- RR LOPES EIRELI, CNPJ N. 22.548.304/0001-20.

5- J E DA SILVA -ME, CNPJ N. 16.582.315/0001-24.

6- ÉRICA DE FÁTIMA GENTIL, CNPJ N 36.656.877/0001-82 através de seu respectivo representante legal, para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, na sede da Prefeitura Municipal deste Município de Planalto da Serra – MT, sito á Praça São Carlos, 755, Centro, nesta cidade, para o prazo máximo de **02 (dois) dias** contados da data de publicação desta **CONVOCAÇÃO**, para providenciar a documentação legalmente estabelecida, objetivando assinar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** para execução efetiva do mesmo.

Ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO DE PLANALTO DA SERRA/MT, EM 21 DE SETEMBRO DE 2023.

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO- PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 77/2023

Ata de Registro de preço n° 77/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: **L A BRENNER**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS TERCERIZADOS PARA ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES DO LABORATORIO MUNICIPAL PELA SEC DE SAUDE

DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Secretária municipal de Saúde	07.002.10.302.0011.2089.3.3.90.39.1.500.1002000 07.002.10.302.0011.2089.3.3.90.39.1.600.0000000

Valor Registrado: R$ 193.617,00 (cento e noventa e três mil seiscentos e dezessete reais)

Período: 12 meses

Poconé/MT, 19 de setembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

LEI MUNICIPAL Nº 2.229 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ATAIL MARQUES DO AMARAL, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELE **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, Lei Municipal nº 2.166/2022, no valor de R$ 4.004.897,00 (Quatro Milhões, Quatro Mil e Oitocentos e Noventa e Sete Reais), a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade	002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Função	10	SAÚDE	
Sub-Função	301	ATENÇÃO BÁSICA	
Programa	0010	ATENCAO BÁSICA	
Projeto/Atividade	2130	MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA	
Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.600.3110000	1.004.897,00
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	1.600.3110000	3.000.000,00

Art. 2º Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos mencionados no Art. 43, inciso II da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes de Excesso de Arrecadação das seguintes transferências:

Recurso:	**Fonte:**	R$ Valor:
Portaria GM/MS nº 798, de 30 de Junho de 2023 - Recursos referentes ao Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária a Saúde.	1.600.3110000	4.004.897,00

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 2165/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 - LDO, e na Lei Municipal nº. 2.068/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé – MT; em 20 de setembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

LEI MUNICIPAL Nº 2.228 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ATAIL MARQUES DO AMARAL, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELE **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, Lei Municipal nº 2.166/2022, no valor de R$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade	002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Função	10	SAÚDE	
Sub-Função	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Programa	0011	ATENCAO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
Projeto/Atividade	2088	MANUTENCAO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE	
Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
3.3.71.70.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	1.621.3110000	15.000,00

Art. 2º Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos mencionados no Art. 43, inciso II da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes de Excesso de Arrecadação das seguintes transferências:

Recurso:	**Fonte:**	R$ Valor:
Termo de Compromisso nº 203/2023/SESMT	1.621.3110000	15.000,00

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 2165/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 - LDO, e na Lei Municipal nº. 2.068/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé - MT, em 20 de setembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

LEI MUNICIPAL Nº 2.227 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER COM O REPASSE DAS VERBAS DA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR ADVINDAS DA UNIÃO DESTINADAS AO CUMPRIMENTO DO PISO SALARIAL NACIONAL DE ENFERMEIROS, TÉCNICOS E AUXILIARES DE ENFERMAGEM E PARTEIRAS, INSTITUÍDO PELA LEI 14. 434/2022, DA FORMA QUE ESTABELECE, ASSIM COMO A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ATAIL MARQUES DO AMARAL, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELE **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar os valores da Assistência Financeira Complementar advindos da União, destinados ao cumprimento do piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, instituído pela Lei 14.434/2022.

Parágrafo Único - Para efeitos desta lei, consideram-se as atividades de Enfermagem as desenvolvidas pelo Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira, tanto da iniciativa pública como da inciativa privada consideradas pela Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, no TÍTULO IX-A, Art. 1120-B.

Art. 2º O valor a ser recebido por cada profissional de Saúde será aquele devidamente repassado pela União e discriminado no Portal do InvestSus, resultante dos cálculos realizados mediante os critérios estabelecidos na Portaria GM/MS nº 1.135 de 16 de agosto de 2023 e de outras alterações dela decorrente.

Art. 3º As despesas para a execução desta lei serão suportadas por dotações orçamentárias com recursos advindos da União.

Art. 4º Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial para o reforço de dotação orçamentária prevista no orçamento vigente do Município de Poconé/MT, aprovado pela Lei Municipal nº 2.166/2022 para o exercício financeiro de 2023, até o valor repassado pelo Governo Federal para esta finalidade de R$ 208.468,00 (Duzentos e Oito Mil, Quatrocentos e Sessenta e Oito Reais), vinculando e reforçando as dotações do orçamento vigente nas seguintes fontes:

ÓRGÃO	07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Função	10 – SAÚDE	
Subfunção	302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Programa	0011 - ATENCAO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
Projeto/ Atividade	2089 - MANUT. DO PROGR. DA MEDIA E ALTA COMPLE-XIBI.- MAC	
Fonte	Descrição	Valor R$
1.605. 0000000	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	125. 085,60

ÓRGÃO	07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Função	10 - SAÚDE	
Subfunção	302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Programa	0011 - ATENCAO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
Projeto/ Atividade	2091 - MANUTENCAO DO LABORATORIO MUNICIPAL	
Fonte	Descrição	Valor R$
1.605. 0000000	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	5. 211,40

ÓRGÃO	07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Função	10 - SAÚDE	
Subfunção	302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Programa	0011 - ATENCAO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
Projeto/ Atividade	2092 - MANUTENCAO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL-CAPS	
Fonte	Descrição	Valor R$
1.605. 0000000	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	5. 211,40

ÓRGÃO	07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Função	10 - SAÚDE	
Subfunção	301 - ATENÇÃO BÁSICA	
Programa	0010 - ATENCAO BASICA	
Projeto/ Atividade	2130 - MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMI-LIA	
Fonte	Descrição	Valor R$
1.605. 0000000	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	72. 959,60

Art. 5º Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos mencionados no Art. 43, inciso II, § 3º da Lei Federal nº. 4. 320/1964, provenientes de Excesso de Arrecadação das transferências resultantes do julgamento e proclamação do resultado da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7222 e Portaria GM/MS Nº. 1.135, de 16 de agosto de 2023, para o Piso Salarial Nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira e demais legislações futuras vigentes.

Art. 6º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 2165/ 2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 - LDO, e na Lei Municipal nº. 2.068/2021, Plano Plurianual 2022/ 2025.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir da competência de maio de 2023.

Prefeitura Municipal de Poconé – MT; em 20 de setembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 78/2023

Ata de Registro de preço n° 77/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/ 2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: **KLOCK E LARA DIAGNÓSTICO LABORATORIAL LTDA,**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS TERCERIZADOS PARA ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES DO LABORATORIO MUNICIPAL PELA SEC DE SAUDE

DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	**DOTAÇÃO**
Secretária municipal de Saúde	07.002.10.302.0011.2089.3.3.90.39.1.500. 1002000 07.002.10.302.0011.2089.3.3.90.39.1.600. 0000000

Valor Registrado: R$ R$ 556.524,60 (quinhentos e cinquenta e seis mil quinhentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos)

Período: 12 meses

Poconé/MT, 19 de setembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

LEI MUNICIPAL Nº 2.226 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

REVOGA A LEI MUNICIPAL N° 2.208/2023, DISPÕE SOBRE A INSERÇÃO EM PLACAS DE LOGRADOUROS, PRAÇAS, PRÉDIOS, MONUMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE POCONÉ NOMINADOS POR DATAS OU PERSONALIDADES DA NOSSA HISTÓRIA DEVEM CONTER INFORMAÇÕES RESUMIDAS SOBRE O RESPECTIVO HISTÓRICO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ATAIL MARQUES DO AMARAL, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELE **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica revogada a Lei Municipal n° 2.208 de 20 de junho de 2023, dispõe sobre a inserção em placas de logradouros, praças, prédios, monumentos e espaços públicos do município de Poconé nominados por datas ou personalidades da nossa história devem conter informações resumidas sobre o respectivo histórico.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor a partir da data de publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé – MT; em 20 de setembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

LEI MUNICIPAL Nº 2.225 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE CESSÃO DE USO DA ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA MUNICIPAL ANTONIO PEDROSO DE BARROS DA COMUNIDADE ARANHA, COM A FAMILIA RONDON REPRESENTADA PELO SENHOR HIPOLITO NUNES RONDON E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ATAIL MARQUES DO AMARAL, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELE **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder em CESSÃO DE USO por tempo determinado para a Família Rondon representado pelo Senhor Hipólito Nunes Rondon, inscrito no RG 0237687-3 e CPF 172.556. 941-87, a área da servidão de domínio público contendo a estrutura física da Escola Municipal Antônio Pedroso de Barros da Comunidade Aranha.

Art. 2º O período da CESSÃO DE USO é de 03 (três) anos, podendo ser prorrogável por igual período, possibilitando a rescisão unilateralmente a qualquer momento dando ao cessionário o prazo de 90(noventa) dias para desocupação, sem direito a indenização ou retenção do imóvel.

Art. 3º O Senhor Hipólito Nunes Rondon, ficará como responsável por zelar e manter a estrutura física da Escola em bom estado de conservação, sem ônus para a Prefeitura Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir da data de publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé - MT, em 20 de setembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 76/2023

Ata de Registro de preço n° 76/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: VANILDA DE SOUZA LTDA (LABORATÓRIO FREI VALLET)

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS TERCERIZADOS PARA ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES DO LABORATORIO MUNICIPAL PELA SEC DE SAUDE

DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Secretária municipal de Saúde	07.002.10.302.0011.2089.3.3.90.39.1.500. 1002000 07.002.10.302.0011.2089.3.3.90.39.1.600. 0000000

Valor Registrado: R$ 40.146,00 (quarenta mil cento e quarenta e seis reais)

Período: 12 meses

Poconé/MT, 19 de setembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CERTIFICADO DE PUBLICAÇÃO

CERTIFICADO DE PUBLICAÇÃO

CERTIFICAMOS, e damos por CERTIFICADO, sob as penas da lei, a quem interessar possa que a Portaria nº 143/GP/2023 de 18 de Maio de 2023 a qual dispõe sobre homologação daresolução do COMAS nº 04/2023 e dá outras providências, fora exarada e publicada na data epigrafada, passando a dotar de vigência e eficácia, bem como estampar todos os jurídicos e legais efeitos, seguindo o que preceitua a LOM - Lei Orgânica do Município, em seu art. 98.

LOM, art. 98.: " A publicidade das leis e atos Municipais far-se-á em órgãos da imprensa local ou por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal, conforme o caso".

CERTIFICAMOS finalmente que, a Portaria acima declinada fora devidamente Publicada e afixada no mural da edilidade (átrio da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia), bem como, no site do município (https://www.pontaldoaraguaia.mt.gov.br/site/legislacao/portarias/2023-2/), vislumbrando assim, a devida publicidade, tão elencada e estampada no Direito Administrativo acerca dos Atos, ensejando destarte, o amplo acesso ao público para o devido conhecimento, segundo o fim vislumbrado na carta magna de 1988, em seu art. 37 e seguintes, sem prejuízo de outras legislações pertinentes, que regule à matéria trazida à baila.

Pontal do Araguaia/MT, 20 de Setembro de 2023.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.º 2582/2023

DECRETO N.º 2582/2023 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

"*Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei n° 1166/2023, de 19 de Setembro de 2023;

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento vigente, o Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

00011 – INST. MUN. PREVIDÊNCIA PRÓPRIA - FUNAPEM

000001 – FUNAPEM

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

5012 – GESTÃO PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL

18001111000 – RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO -BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - PODER EXECUTIVO

2091 – MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS E AUXILIO AOS SEGURADOS

3.1.90.01.00.00 –APOSENTADORIAS E REFORMAS**.....R$ 500.000,00**

TOTAL .....R$ 500.000,00

Art. 2º - Os recursos orçamentários para atendimento da dotação descrita no artigo anterior, correrá por Superávit Financeiro de recursos vinculados do exercício de 2022 no valor de R$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, em 20 de Setembro de 2023.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CERTIFICADO DE PUBLICAÇÃO

CERTIFICADO DE PUBLICAÇÃO

CERTIFICAMOS, e damos por CERTIFICADO, sob as penas da lei, a quem interessar possa que a Portaria nº 091/GP/2023 de 07 de março de 2023 a qual dispõe sobre Homologação das Resoluções do COMAS nº 01, 02 e 03/2023 e dá outras providências, fora exarada e publicada na data epigrafada, passando a dotar de vigência e eficácia, bem como estampar todos os jurídicos e legais efeitos, seguindo o que preceitua a LOM - Lei Orgânica do Município, em seu art. 98.

LOM, art. 98.: " A publicidade das leis e atos Municipais far-se-á em órgãos da imprensa local ou por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal, conforme o caso".

CERTIFICAMOS finalmente que, a Portaria acima declinada fora devidamente Publicada e afixada no mural da edilidade (átrio da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia), bem como, no site do município (https://www.pontaldoaraguaia.mt.gov.br/site/legislacao/portarias/2023-2/), vislumbrando assim, a devida publicidade, tão elencada e estampada no Direito Administrativo acerca dos Atos, ensejando destarte, o amplo acesso ao público para o devido conhecimento, segundo o fim vislumbrado na carta magna de 1988, em seu art. 37 e seguintes, sem prejuízo de outras legislações pertinentes, que regule à matéria trazida à baila.

Pontal do Araguaia/MT, 20 de Setembro de 2023.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2023

PREGÃO PRESENCIAL – SRP N.º 031/2023

A Prefeitura de Pontal do Araguaia estabelecida na Rua Finlândia, s/n°, Maria Joaquina I, na Cidade de Pontal do Araguaia-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial Sistema de **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PONTAL DO ARAGUAIA-MT**, **conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.**

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 05/10/2023, A PARTIR DAS 08:00 HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE PONTAL DO ARAGUAIA.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.pontaldoaraguaia.mt.gov.br a licitante interessada deverá fazer **download** do EDITAL e da PROPOSTA ELETRÔNICA para elaboração da Documentação e proposta de preço.

Pontal do Araguaia-MT, 20 de setembro de 2023.

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PREGOEIRO MUNICIPAL

CONTRATO N° 195/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 026/2023

INEXIGIBILIDADE CREDENCIAMENTO N° 020/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

CNPJ: 33.000670/0001-67

CONTRATADA:39.588.098 TOM CHRISTOFFER SALDANHA ALVES

CNPJ: 39.588.098/0001-85

OBJETO: PRESTAR À CONTRATANTE, SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, DE ACORDO COM OS VALORES DA PROPOSTA DA ADJUDICATÁRIA.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R$ 6.028,11 (SEIS MIL, VINTE E OITO REAIS E ONZE CENTAVOS)

DATA DA ASSINATURA: 19 DE SETEMBRO DE 2023

VIGÊNCIA: 31 DE DEZEMBRO DE 2023

ADELCINO FRANCISCO LOPO

PREFEITO MUNICIPAL

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA PORTARIA Nº 272/GP/2023

EXTRATO DA PORTARIA Nº 272/GP/2023 De 20 de Setembro de 2023.

"Dispõe sobre revogação de nomeação de servidor para responder pelo cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Assuntos Fundiários, constante na Portaria n° 186/GP/2023 e dá outras providências".

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº. 24/2023 DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

EDITAL Nº. 24/2023

DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE, Estado Mato Grosso, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. DANIEL ROSA DO LAGO, invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública, de acordo com o Parágrafo Único do artigo

48º da Lei 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 44 da Lei nº 10257, de 11 de julho de 2001, informa à população que irá realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL**, no dia **26 de Setembro (terça-feira) de 2023, com início às 18:00 horas (horário de Brasília), para Discussão da Lei Orçamentária Anual – LOA do exercício de 2024.**

A audiência pública será realizada de forma virtual (online) e será transmitida via Facebook página: https://www.facebook.com/ Prefeitura-Municipal-de-Porto-Alegre-do-Norte

Este Edital será publicado no site, http://www.portoalegredonorte.mt.gov.br/, portal transparência, diário oficial e nas mídias digitais.

Porto Alegre do Norte /MT, 19 de setembro de 2023.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeitura Municipal dePorto Alegre do Norte

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 55/2023

EXTRATO DO CONTRATO 55/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA O FESTIVAL DE PESCA ESPORTIVA EDIÇÃO 2023.

VIGÊNCIA: 14 de setembro de 2023

VALIDADE: 31 de dezembro de 2023

VALOR TOTAL: R$ 15.930,00 (quinze mil e novecentos e trinta reais).

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO – MT.

CONTRATADA: VM UNIFORMES CONFECÇÕES LTDA - CNPJ: 08.984.739.0001-97.

Porto Esperidião – MT, 20 de setembro de 2023. MARTINS DIAS DE OLIVEIRA – PREFEITO.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 56/2023

EXTRATO DO CONTRATO 56/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

VIGÊNCIA: 19 de setembro de 2023

VALIDADE: 19 de março de 2024

VALOR TOTAL: R$ 103.200,00 (cento e três mil e duzentos reais).

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO – MT.

CONTRATADA: FAVORITA CONSULTORIA E SERVICOS LTDA – CNPJ: 44.052.064/0001-01.

Porto Esperidião – MT, 20 de setembro de 2023. MARTINS DIAS DE OLIVEIRA – PREFEITO.

GABINETE
LEI N.º 924/2023, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

“DISPÕE SOBRE REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇAO DOS SERVIDORES”.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, **FAZ SABER**que a Câmara Municipal **APROVOU** e **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Art. 1º - Fica concedido aos servidores do quadro geral da Prefeitura e autarquias, abrangendo os do magistério, a revisão geral anual da remuneração - RGA, com reposição do percentual de 5,93% (cinco inteiros e noventa e três centésimos percentuais).

Art. 2.º - O reajuste tem natureza de reposição das perdas inflacionárias relativas ao ano de 2022, com base no INPC acumulado no período dos 12 (doze) meses, de janeiro a dezembro/2022.

Art. 3.º - As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei serão cobertas com recursos do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião/MT, em 20 de setembro de 2023.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
RETIFICAÇÃO A PUBLICAÇÃO DO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2023 • JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO • ANO XVIII | N° 4.322, PAG:588 PORTARIA Nº 0127/2023 (QUE CONCEDE ELEVAÇÃO

PORTARIA Nº 0127/2023 (QUE CONCEDE ELEVAÇÃO DE CLASSE DE SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 015/2008 (Que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Porto Estrela, estabelece normas e enquadramentos e institui nova tabela de vencimentos), e dá outras providências”.

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedida **Elevação de Classe** a servidor da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, conforme abaixo:

NOME	DATA ADMISSÃO	CARGO	NÍVEL/ CLASSE	ELEVAÇÃODE CLASSE
LAURA LISANDRA MOREIRA DE MELO MASIERI	04/04/2013	AGENTE ADMINISTRATIVO	A/09	B/09

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogando-se as disposições em contrário.

Porto Estrela/MT, 18 de Setembro de 2023.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
LEI MUNICIPAL Nº 766/2023 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Porto Estrela/MT, aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, até o valor de **R$ 6.000.000,00 (Seis milhões de reais)**, no âmbito do FINISA, nos termos da Resolução CMN nº 4.995, de 24/03/2022, e suas alterações, destinados a **Construção do Prédio da Prefeitura Municipal, Construção de Usina Fotovoltaica e Pavimentação Asfáltica em vias Urbanas**, observadaa legisla-

ção vigente, em especial as disposições da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentos previstos no caput deste artigo, sendo vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º. Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000 e art. 42 e inc. IV, § 1º, art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 3º. Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 5º. Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica o município de Porto Estrela/MT autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, receitas provenientes do FPM – Fundo de Participação dos Municípios e, caso necessário, acrescidas receitas provenientes do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Art. 6º. Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a debitar a conta corrente de titularidade do município, a ser indicada no contrato, em que são efetuados os créditos dos recursos do município, ou qualquer(isquer) outra(s) conta(s), salvo a(s) de destinação específica, mantida em sua agência, os montantes necessários às amortizações e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo único – Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Estrela/MT, aos 20de Setembrode 2023.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
DECRETO EXECUTIVO N.º066/2023 (QUE DISPÕES SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA NOMENCLATURA DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E A CRIAÇÃO DO ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊ

EUGÊNIO PELACHIM, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, no uso de suas atribuições legais, especialmente das que lhe é conferida em Lei Municipal Complementar 058/2014, "Dispõe sobre alteração, do anexo i da Lei Complementar nº 044/2013, Lei Complementar 068/2016" que cria a função gratificada de assessor de orçamento e finanças", Lei Complementar 076/2017 "Dispõe sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37, Criação e Transformação de cargo Comissionado, Ampliação de vagas e Alteração do §2º Do Art. 56 da Lei Complementar nº024/2009, e da outras Providências e Lei Complementar nº113/2022, Lei Complementar nº119/2023 e Lei Complementar nº123/2023 " Dispõe sobre ampliação de vagas para Cargos Comissionados, constantes no anexo I da Lei Complementarnº024/2009" .

DECRETA:

Art. 1º. Os órgãos da Administração Direta, subordinados diretamente ao Chefe do Poder Executivo, competem observados os princípios, desempenho das atribuições enumerados na Lei Municipal Complementar n.º 044/2013.

Art. 2º. O Prefeito Municipal, por Decreto, baixará as respectivas atribuições e competências dos órgãos e organograma, observado o presente Decreto e a legislação hierarquicamente superior, enumerados no art. 3º deste Decreto.

Art. 3º. Integram a estrutura os seguintes órgãos do Poder Executivo:

A. Órgãos de Assessoramento:

I. Gabinete do Prefeito Municipal;

- Prefeito Municipal
- Vice-Prefeito Municipal
- Chefe de Gabinete
- Assessor Jurídico
- Ouvidoria Geral
- Assessor de Apoio ao Gabinete
- Departamento de Apoio ao Gabinete

II - Controladoria do Município;

B. Órgãos Auxiliares:

I - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

- Gerente Administrativo
- Tesoureiro
- Assessor de Orçamentos e Finanças
- Assessor Técnico do APLIC
- Assessor de Recursos Humanos
- Assessor de Planejamento Urbano
- Assessor de Tesouraria
- Assessor de Projetos e Convênios
- Assessor de Convênios
- Assessor de Empenhos
- Assessor de Transportes e Estoque
- Assessor de Tributação e Arrecadação
- Assessor de Licitação
- Assessor Administrativo
- Assessor de Compras
- Assessor de Instrução Processual
- Assessor de Processos Licitatórios
- Coordenador de Identificação
- Coordenador de Contabilidade
- Coordenador de Fiscalização
- Coordenador Administrativo
- Coordenador de Abastecimento
- Departamento de Fiscalização
- Departamento de Atendimento ao Setor de Tributação e Arrecadação
- Departamento do Acervo Arquivistico Municipal
- Departamento do SAD e Patrimônio
- Departamento Administrativo
- Divisão de Apoio ao Usuário de Informática
- Setor de Apoio Administrativo

C. Órgãos de Administração Específica:

I – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e lazer.

- Coordenador de Transporte Escolar
- Departamento de Apoio Escolar
- Departamento de Apoio Administrativo e Escolar
- Divisão de Apoio Administrativo e Escolar
- Divisão de Merenda Escolar
- Divisão de Organização Escolar
- Setor de Limpeza Escolar

II – Secretaria Municipal de Saúde

- Assessor de Regulação e Consórcio de Saúde
- Assessor de Informação de Sistema de Saúde
- Assessor Administrativo
- Coordenador de Sala de Vacina
- Coordenador de Vigilância em Saúde
- Departamento Odontologia
- Departamento de Apoio Administrativo e Regulação

III – Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social

- Assessor Geral do CRAS
- Assessor de Apoio Administrativo
- Coordenador do Centro de Ref. De Assistência Social (CRAS)
- Coordenador do Programa Bolsa Família
- Coordenador de Transporte e Acessibilidade
- Departamento do CRAS
- Divisão de Ação Social
- Divisão de Recepção do CRAS
- Divisão de Manutenção do CRAS
- Setor de Ação Social

IV – Secretaria Municipal Agricultura e Desenvolvimento Econômico

- Coordenador de Programas e Projetos

V – Secretaria Municipal De Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

- Assessor de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer
- Coordenador de Turismo
- Coordenador de Cultura

VI – Secretaria Municipal de Obras, Infra Estrutura e Serviços Urbanos.

- Assessor de Oficina
- Assessor de Infraestrutura e Serviços Urbanos
- Assessor de Infraestrutura
- Coordenador do Departamento de Água e Esgoto (DAE)
- Coordenador de Manutenção em Rede Elétrica
- Coordenador de Obras e Infraestrutura
- Departamento de Obras e Infraestrutura
- Divisão de Manutenção de Vias Públicas

D. Órgãos Consultivos.

I. Conselhos Municipais constituídos em Lei.

Art. 4º. O quadro de órgãos do Executivo Municipal é o constante do Anexo I do presente Decreto, observados os preceitos da Lei Municipal Complementar nº. 076, de 03 de Fevereiro de 2.017; Lei Municipal Complementar nº. 113/2022 de 24 de Junho de 2022 e Lei Complementar nº.114/2022.

Art. 5º. O Controle reger-se-á diretrizes estabelecidas pela Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, através do Sistema de Controle Interno.

Art. 6º. Os serviços de apoio referentes à pessoal, suprimentos, patrimônio, documentação, equipamentos, informática e transportes oficiais reger-se-ão por diretrizes gerais estabelecidas pela Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 7º. Os serviços de execução orçamentária e financeira serão regidos por diretrizes gerais estabelecidas pela Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 8º. Ficacriado organograma da estrutura administrativa através dos anexos **II a VIII.**

Art. 9º. Este Decreto entrará em vigor com efeitos retroativos a 01 de setembro de 2023, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº **038/2023, de 16 de Maio de 2023.**

Prefeitura de Porto Estrela/MT, 06 de Setembro de 2023.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

ANEXO I

Estrutura Organizacional do Executivo Municipal

Órgão	Cargos	Quantidade
A. Órgãos de Assessoramento:		
I. Gabinete do Prefeito Municipal		
- Prefeito Municipal	**Prefeito (a)**	**01**
- Vice-Prefeito Municipal	Vice-Prefeito (a)	01
- Gabinete	Chefe (a)	01
- Assessor Jurídico	Assessor (a) Jurídico	01
- Ouvidoria Geral	Ouvidor (a)	01
- Assessoria de Apoio ao Gabinete	Assessor (a) Especial	01
- Departamento de Apoio ao Gabinete	Diretor (a)	01

B. Órgãos Auxiliares:		
I. Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.	**Secretário (a)**	**01**
Gerência Admnistrativa	Gerente Adm	01
- Tesoureiro	Tesoureiro (a)	01
- Assessoria de Orçamentos e Finanças	Assessor (a)	01
- Assessoria Técnico do APLIC	Assessor (a) Técnico	01
- Assessoria de Recursos Humanos	Assessor (a) Especial	01
- Assessoria de Planejamento Urbano	Assessor (a) Especial	01
- Assessoria de Tesouraria	Assessor (a) Especial	01
- Assessoria de Projetos e Convênios	Assessor (a) Especial	01
- Assessoria de Convênios	Assessor (a) Especial	01
- Assessoria de Empenhos	Assessor (a) Especial	01
- Assessoria de Transportes e Estoque	Assessor (a) Especial	01
- Assessoria de Tributação e Arrecadação	Assessor (a) Especial	01
- Assessoria de Licitação	Assessor (a) Especial	01
- Assessoria de Compras	Assessor (a) Especial	01
- Assessoria Administrativa	Assessor (a) Geral	05
- Assessoria de Processos Licitatórios	Assessor (a) Geral	01
- Assessoria de Instrução Processual	Assessor (a) Geral	01
- Coordenadoria de Identificação	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Contabilidade	Coordenador (a)	01
- Coordenador de Fiscalização	Coordenador (a)	01

- Coordenador Administrativo	Coordenador (a)	10
- Coordenador de Abastecimento	Coordenador (a)	01
- Departamento de Fiscalização	Diretor (a)	01
- Departamento de Atendimento ao Setor de Tributação e Arrecadação	Diretor (a)	01
- Departamento do Acervo Arquivístico Municipal	Diretor (a)	01
- Departamento do SAD e Patrimônio	Diretor (a)	01
- Departamento Administrativo	Diretor (a)	02
- Divisão de Apoio ao Usuário de Informática	Chefe (a)	01
- Setor de Apoio Administrativo	Encarregado (a)	01
C. Órgãos de Administração Específica:		
I. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e lazer.	**Secretário (a)**	**01**
- Coordenador de Transporte Escolar	Coordenador (a)	01
- Departamento de Apoio Escolar	Diretor (a)	01
- Departamento de Apoio Administrativo e Escolar	Diretor (a)	01
- Divisão de Apoio Administrativo e Escolar	Chefe (a)	01
- Divisão de Merenda Escolar	Chefe (a)	01
- Divisão de Organização Escolar	Chefe (a)	02
- Setor de Limpeza Escolar	Encarregado (a)	01

II. Secretaria Municipal de Saúde	**Secretário (a)**	**01**
- Assessoria de Regulação e Consórcio de Saúde	Assessor (a) Especial	01
- Assessoria de Informação de Sistema de Saúde	Assessor (a) Especial	01
- Assessoria Administrativa	Assessor (a) Geral	01
- Coordenadoria de Sala de Vacina	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Vigilância em Saúde	Coordenador (a)	01
- Departamento de Odontologia	Diretor (a)	01
- Departamento de Apoio Administrativo e Regulação	Diretor (a)	01

III. Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social	**Secretário (a)**	**01**
- Assessoria Geral do GRAS	Assessor (a) Especial	01
- Assessoria de Apoio Administrativo	Assessor Geral (a)	01
- Coordenadoria do Centro de Ref. De Assistência Social (CRAS)	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria do Programa Bolsa Família	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Transporte e Acessibilidade	Coordenador (a)	01
- Departamento do CRAS	Diretor (a)	01
- Divisão de Ação Social	Chefe (a)	01
- Divisão de Recepção do CRAS	Chefe (a)	01
- Divisão de Manutenção do CRAS	Chefe (a)	01
- Setor de Ação Social	Encarregado (a)	01

IV. Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	**Secretário (a)**	**01**
- Coordenador de Programas e Projetos	Coordenador (a)	01

V. Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	**Secretário (a)**	**01**
- Assessoria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	Assessor (a) Especial	01
- Coordenador de Cultura	Coordenador (a)	01
- Coordenador de Esporte	Coordenador (a)	01

VI. Secretaria Municipal de Obras, Infra Estrutura e Serviços Urbanos.	**Secretário (a)**	**01**
- Assessoria de Oficina	Assessor Geral (a)	01
- Assessoria de Infraestrutura e Serviços Urbanos	Assessor Geral (a)	01
Assessoria de Infraestrutura	Assessor Geral (a)	01
- Coordenadoria de Departamento de Água e Esgoto (DAE)	Coordenador (a)	02
- Coordenadoria de Manutenção de Rede Elétrica	Coordenador (a)	01
- Coordenadoria de Obras e Infra Estrutura	Coordenador (a)	01
- Departamento de Obras e Infra Estrutura	Diretor (a)	01
- Divisão de Manutenção de Vias Públicas	Chefe (a)	01
Total		**96**

Prefeitura de Porto Estrela/MT, 06 de Setembro de 2023.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/CONTABILIDADE EDITAL DE CONVOCAÇÃO 006/2023 PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DAS METAS FISCAIS - RREO E RGF DO 2º QUADRIMESTRE 2023

Edital de Convocação 006/2023 para Audiência Pública das Metas Fiscais - RREO e RGF do 2º Quadrimestre 2023

A Prefeitura Municipal de Porto Estrela, através do Prefeito municipal Sr. **EUGENIO PELACHIM**, invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública, Lei Complementar nº 101/2000 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, torna-se público a realização de Audiência Pública, no dia **29 de Setembro 2023 (sexta-feira),** nas dependências **Prefeitura Municipal, com transmissão ao vivo (live)** através do link https : // www.youtube.com/watch?v=g6wz32lC5I4 **ON LINE 10:00 horas**, com objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais com base nos relatórios RGF - Relatório de Gestão Fiscal**,** e RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária, **2º Quadrimestre do Exercício de 2023**,

O presente edital será disponibilizado no www.portoestrela.mt.gov.br e publicado no jornal oficial dos municípios.

Gabinete do Prefeito de Porto Estrela – MT, 14 de Setembro de 2023.

Atenciosamente,

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 128/2023 (QUE DISPÕE SOBRE O RETORNO DOSERVIDOR SR RENATO APARECIDO DA SILVA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o art. 128, parágrafo Único da Lei Complementar nº 001 de 05 de Dezembro de 2006, (Que dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do município de Porto Estrela e dá outras providencias correlatas)

RESOLVE:

Artigo 1º - Retorno do servidor, **SR RENATO APARECIDO DA SILVA,** portador do **CI/RG. Nº. 1458945-1SSP/MT e CPF. Nº 962.467.231-87**, concursado no cargo de **OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. O servidor solicitou licença sem remuneração pelo período de 02 (dois) anos, no período de 13/09/2021 a 02/09/2023, sendo assim retorna as suas atividades normais.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 02/09/2023.

Artigo 3° - Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 20 de Setembro de 2023.

EUGÊNIO PELACHIM

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORARIO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 255/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORARIO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 255/2023

Que fazem de um lado o **Município de Porto dos Gaúchos/MT**, entidade jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede à Praça Leopoldina Wilke nº 19, em Porto dos Gaúchos/MT, representado neste ato por representante legal – **VANDERLEI ANTONIO DE ABREU**, Prefeito Municipal, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 1173531-7 SESP/MT e CPF nº 893.514.361-87, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina, nº 578, Centro, nesta cidade, adiante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **SOELLYN DIANA MARTINS DE OLIVEIRA**, brasileira, portadora do RG nº. 48.492.464-3 SSP/SP e CPF nº 429.606.338-30, residente e domiciliada na Rua Rio Branco, Gleba São João, nesta cidade, adiante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, tem ajustados o presente contrato de prestação de serviços por prazo determinado, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira. DO SUPORTE LEGAL

A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal a Lei Municipal 018/1991, Lei Municipal 136/2006, Lei Municipal 107/2005 e demais legislações aplicáveis à matéria.

Cláusula Segunda. DO OBJETO

Por este instrumento o contratante ajusta com a contratada a prestação de serviço no cargo de **213 – Zelador** lotada no PSF da Gleba São João na Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula Terceira. DA VIGÊNCIA

A contratação terá vigência a partir de 21 de Setembro de 2023 e término em 28 de Fevereiro de 2024.

O contrato poderá ser aditivado a critério da administração pública.

Cláusula Quarta. DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO 1. A Contratada receberá pelos serviços prestados salário mensal de R$ 1.577,01 (um mil quinhentos e setenta e sete reais e um centavo), totalizando R$ 8.305,58 (oito mil, trezentos e cinco reais e cinquenta e oito centavos). 2. A Contratada cumprirá uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a serviço da municipalidade.

3. O pagamento será realizado na mesma época do funcionalismo público municipal e de acordo com o valor majorado para o referido cargo.

4. O valor referido na presente cláusula estará sujeito aos descontos dos impostos tributáveis: INSS e IRRF.

Cláusula Quinta. DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

1. São de responsabilidade do Contratante:

a) disponibilizar informações e documentações necessárias à execução do presente instrumento;

b) efetuar os pagamentos da forma pactuada;

2. São responsabilidades do Contratado (a):

a) prestar serviços na forma ajustada;

b) cumprir com todos os compromissos necessários ao bom e fiel atendimento ao objeto deste contrato;

c) respeitar as determinações do órgão da administração municipal que estiver lotado;

d) cumprir os horários de frequência local de trabalho;

e) cumprir com qualidade e eficiência na execução das atribuições do cargo, objeto do contrato;

f) cumprir com responsabilidade as orientações do cargo;

g) promover o bom relacionamento no ambiente de trabalho, com os colegas, superior hierárquico e público em geral.

Cláusula Sexta. DA ESPECIFICIDADE DA CONTRATAÇÃO

1. As partes considerarão rescindidas de pleno direito o presente contrato com advento do seu termino final sem a necessidade de notificação prévia.

2. Não caberá ao contratado qualquer indenização pela rescisão ou término da vigência do presente termo.

3. A presente contratação origina-se através do Resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023.

Cláusula Sétima. DA RESCISÃO

1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

a) De comum acordo entre as partes, a qualquer momento;

b) Prática de falte grave, dentre as enumeradas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto dos Gaúchos/MT;

c) Acumulação ilegal de cargo, emprego ou funções públicas;

d) Necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa;

e) Retorno do servidor efetivo quando em caráter substitutivo e ou realização de concurso público;

f) Desnecessidade do cargo;

g) Sem que ocorram as hipóteses das alíneas acima, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula Oitava. DO REGIME JURÍDICO E DE PREVIDÊNCIA

1. O regime jurídico é o Administrativo Especial regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade da contratação, não sendo cabível ao contratado (a) estabilidade no emprego.

2. O (a) contratado (a) vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social.

Cláusula Nona. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária própria para despesa de pessoal: (201)05.004.10.301.0019.2091.3190.11.00.00.00 vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

Cláusula Décima. DO FISCAL DE CONTRATOS

1. Servidor que preferencialmente deverá ter conhecimento do objeto da contratação, indicado pelo representante da área requisitante da contratação e designado pela autoridade competente, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, responsabilizando-se pela verificação do efetivo cumprimento das obrigações pactuadas.

2. Este contrato será acompanhado em todas as fazes de execução pelo Sr. Josias Almeida Campinas, CPF nº 021.564.331-35, nomeado pela Portaria nº 172/2021.

Cláusula Décima Primeira. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto dos Gaúchos/MT para dirimir quaisquer dúvidas ou casos omissos, não previstos neste instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Contrato, em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Porto dos Gaúchos/MT, 21 de Setembro de 2023.

_____ _____

Vanderlei Antonio de Abreu Soellyn D. M. de Oliveira Contratante Contratada

Testemunhas

_____ _____ **Adriana Raquel L. de Oliveira Gina Jonasson M. Capelin**

CPF: 045.058.761.44 CPF: 040.023.739-32

NONO TERMO ORIGINADO DO CONTRATO Nº. 036/2020

TERMO DE ADITIVO

CONTRATO N°. 036/2020. TOMADA DE PREÇO Nº. 004/2020.

NONO TERMO ORIGINADO DO CONTRATO Nº. 036/2020, TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2020, REFERENTE, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ ALVES BEZERRA NO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS - MT E A EMPRESA BKP CONSTRUTORA LTDA – EPP.

PREÂMBULO

DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES DA FINALIDADE E FUNDAMENTO LEGAL

O MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke nº. 19, Centro, Município e Comarca de Porto dos Gaúchos – Estado de Mato Grosso, devidamente inscrito no **CNPJ sob o número 03.204.187/0001-33,** neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **VANDERLEI ANTONIO DE ABREU**, portador do **RG nº. 1173531-7 SSP/MT**, inscrito no **CPF sob o nº. 893.514.361-87**, residente e domiciliado na Rua Minervino Cecilio dos Santos, s/n°, Bairro da Creche, Município de Porto dos Gaúchos/MT, CEP 78.560-000**,** doravante denominada **CONTRATANTE**, resolve modificar o Contrato Administrativo nº. 036/2020, Tomada de Preços nº. 004/2020, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

DA FINALIDADE:

O presente termo aditivo tem como finalidade o Reajuste do valor global do Contrato nº. 036/2020, conforme relatório da engenharia, acrescentando **R$ 67.077,10 (Sessenta E Sete Mil E Setenta E Sete Reais E Dez Centavos)** ao valor global, passando o mesmo de **R$ 3.662.748,52 (Três Milhões E Seiscentos E Sessenta E Dois Mil Setecentos E Quarenta E Oito Reais E Cinquenta E Dois Centavos)** para **R$ 3.729.825,62 (Três Milhões E Setecentos E Vinte E Nove Mil E Oitocentos E Vinte E Cinco Reais E Sessenta E Dois Centavos).**

DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo Aditivo tem por fundamento legal o disposto no artigo 65, da lei nº. 8.666/1993 e nos termos do Art. 57 e subsequentes da instrução Normativa n. 5, de 26 de maio de 2017 do Portal de Compras do Governo Federal.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui o objeto deste Termo Aditivo, a alteração da **CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO,** bem**como** a alteração da **CLAUSULA OITAVA – DO PREÇO**, com a acréscimo de **R$ 67.077,10 (Sessenta E Sete Mil E Setenta E Sete Reais E Dez Centavos)** ao valor global, baseado na seguinte planilha orçamentaria em anexo.

CLAÚSULA SEGUNDA

A CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, após o acréscimo de **R$ 67. 077,10 (Sessenta E Sete Mil E Setenta E Sete Reais E Dez Centavos)** ao valor global, passa ser **R$ 3.729.825,62 (Três Milhões E Setecentos E Vinte E Nove Mil E Oitocentos E Vinte E Cinco Reais E Sessenta E Dois Centavos).**

CLAUSULA TERCEIRA

A CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO, passa a ter a seguinte redação:

A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pela execução da obra objeto deste Contrato, o valor global de **R$ 3.729.825,62 (Três Milhões E Setecentos E Vinte E Nove Mil E Oitocentos E Vinte E Cinco Reais E Sessenta E Dois Centavos),** que incluirá todas as despesas necessárias à sua perfeita conclusão, e cujo pagamento será efetuado em parcelas mensais, de acordo com o Cronograma Físico-financeiro e em conformidade com a Cláusula Décima Segunda deste Instrumento de Contrato.

CLAUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Todas as demais Clausulas e Artigos do Contrato em Referência, não alteradas por esse instrumento, permanecem inalteradas e são, pelo presente Termo Aditivo, Ratificadas.

CLAUSULA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos/MT, para dirimir questões oriundas deste Termo Aditivo não resolvidos na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

É parte integrante deste Termo Aditivo independente de transcrição: o Edital do **TOMADA DE PREÇO Nº. 004/2020**, junto a planilha em anexo, solicitada e autorizada pelo Engenheiro Civil: **RAMON ABRAÃO DE PAULA.**

A **CONTRATADA** fica obrigada a manter as condições de habilitação, especialmente, no que diz respeito à seguridade social, durante toda a vigência do Contrato.

E assim, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, impressas em um só lado, juntamente com 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas para que produza todos os seus efeitos legais.

Porto dos Gaúchos - MT, 20 de setembro de 2023.

Município de Porto dos Gaúchos/MT **VANDERLEI ANTONIO DE ABREU** **Prefeito Municipal** **CONTRATANTE**	**BKP CONSTRUTORA LTDA EPP.** CNPJ n°. 16.939.495/0001-59. Fernando A. Carvalho Junior **REPRESENTANTE** **CONTRATADO**
Geisa Talia Ninow CPF 061.469.501-57 **TESTEMUNHA**	**Cibele Winck** CPF 001.037.971-14 **TESTEMUNHA**

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 254/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 254/2023.

Que fazem de um lado o **Município de Porto dos Gaúchos/MT**, entidade jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede à Praça Leopoldina Wilke nº 19, em Porto dos Gaúchos/MT, representado neste ato por representante legal – **VANDERLEI ANTONIO DE ABREU**, Prefeito Municipal, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 1173531-7 SESP/MT e CPF nº 893.514.361-87, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina, nº 578, Centro, nesta cidade, adiante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **MARIA DE FÁTIMA MOREIRA DE NOVAIS LIMA**, brasileira, portadora do RG nº. 2184352-0 SSP/MT e CPF nº 036.059.201-52, residente e domiciliada na Av. Juscelino Kubitschek, Gleba São João, nesta cidade, adiante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tem ajustados o presente contrato de prestação de serviços por prazo determinado, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira. DO SUPORTE LEGAL

A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal a Lei Municipal 018/1991, Lei Municipal 136/2006, Lei Municipal 107/2005 e demais legislações aplicáveis à matéria.

Cláusula Segunda. DO OBJETO

Por este instrumento o contratante ajusta com a contratada a prestação de serviço no cargo de **284 – Apoio Administrativo Educacional "E"** lotada na Escola Municipal Paulo de Almeida Costa, junto á Secretaria Municipal de Educação.

Cláusula Terceira. DA VIGÊNCIA

A contratação terá vigência a partir de 20 de Setembro de 2023 e término em 02 de Junho de 2024.

O contrato poderá ser aditivado a critério da administração pública.

Cláusula Quarta. DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO 1. A Contratada receberá pelos serviços prestados salário mensal de R$ 2.196,19 (dois mil cento e noventa e seis reais e dezenove centavos), totalizando R$ 18.521,19 (dezoito mil, quinhentos e vinte e um reais e dezenove centavos). 2. A Contratada cumprirá uma carga horária de 30 (trinta) horas semanais a serviço da municipalidade.

3. O pagamento será realizado na mesma época do funcionalismo público municipal e de acordo com o valor majorado para o referido cargo.

4. O valor referido na presente cláusula estará sujeito aos descontos dos impostos tributáveis: INSS e IRRF.

Cláusula Quinta. DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

1. São de responsabilidade do Contratante:

a) disponibilizar informações e documentações necessárias à execução do presente instrumento;

b) efetuar os pagamentos da forma pactuada;

2. São responsabilidades do Contratado (a):

a) prestar serviços na forma ajustada;

b) cumprir com todos os compromissos necessários ao bom e fiel atendimento ao objeto deste contrato;

c) respeitar as determinações do órgão da administração municipal que estiver lotado;

d) cumprir os horários de frequência local de trabalho;

e) cumprir com qualidade e eficiência na execução das atribuições do cargo, objeto do contrato;

f) cumprir com responsabilidade as orientações do cargo;

g) promover o bom relacionamento no ambiente de trabalho, com os colegas, superior hierárquico e público em geral.

Cláusula Sexta. DA ESPECIFICIDADE DA CONTRATAÇÃO

1. As partes considerarão rescindidas de pleno direito o presente contrato com advento do seu termino final sem a necessidade de notificação prévia.

2. Não caberá ao contratado qualquer indenização pela rescisão ou término da vigência do presente termo.

3. A presente contratação origina-se através do Resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2023.

Cláusula Sétima. DA RESCISÃO

1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

a) De comum acordo entre as partes, a qualquer momento;

b) Prática de falte grave, dentre as enumeradas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto dos Gaúchos/MT;

c) Acumulação ilegal de cargo, emprego ou funções públicas;

d) Necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa;

e) Retorno do servidor efetivo quando em caráter substitutivo e ou realização de concurso público;

f) Desnecessidade do cargo;

g) Sem que ocorram as hipóteses das alíneas acima, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula Oitava. DO REGIME JURÍDICO E DE PREVIDÊNCIA

1. O regime jurídico é o Administrativo Especial regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade da contratação, não sendo cabível ao contratado (a) estabilidade no emprego.

2. O (a) contratado (a) vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social.

Cláusula Nona. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária própria para despesa de pessoal: (451)07.004.12.365.0014.2330.3190.11.00.00.00 vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

Cláusula Décima. DO FISCAL DE CONTRATOS

1. Servidor que preferencialmente deverá ter conhecimento do objeto da contratação, indicado pelo representante da área requisitante da contratação e designado pela autoridade competente, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, responsabilizando-se pela verificação do efetivo cumprimento das obrigações pactuadas.

2. Este contrato será acompanhado em todas as fazes de execução pelo Sra. Francisca Ferreira de Oliveira, CPF nº 025.993.991-90, nomeada pela Portaria nº 224/2022.

Cláusula Décima Primeira. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto dos Gaúchos/MT para dirimir quaisquer dúvidas ou casos omissos, não previstos neste instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Contrato, em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Porto dos Gaúchos/MT, 20 de Setembro de 2023.

_____ _____

Vanderlei Antonio de Abreu Maria F. M. de Novais Lima Contratante Contratada

Testemunhas

_____ _____

Elizabete Marta Krebs Lopes Luiz Sanches Carpes

CPF: 535.759.541.00 CPF: 019.842.801.47

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ORIUNDO DA LICITAÇÃO – PP Nº. 001/2023 PL Nº. 001/2023 E ARP 021/2023. SUPERMEDICA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2023.

ARP Nº. 021/2023.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 001/2023.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ORIUNDO DA LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2023, OBJETIVANDO **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DO GÊNERO PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ATENDENDO O HOSPITAL MUNICIPAL, PSFS, E DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT**. QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT** E A EMPRESA, **SUPERMEDICA HOSPITALAR.**

PREÂMBULO

DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES DA FINALIDADE E FUNDAMENTO LEGAL

O município de Porto dos Gaúchos/MT, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leopoldina Wilke, nº. 19, Caixa Postal nº. 11, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **VANDERLEI ANTONIO DE ABREU**, portador da **RG nº. 1173531-7 SSP/MT**, inscrito no **CPF sob o nº. 893.514.361-87**, residente e domiciliado na Rua Minervino Cecilio dos Santos, s/n°, Bairro da Creche, Município de Porto dos Gaúchos/MT, CEP 78.560-000**,** doravante denominada **CONTRATANTE.**

SUPERMEDICA HOSPITALAR, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.065.614/0001-38, com sede na Rua C159, n°. 686, Bairro Jardim América– CEP. 74. 255-140 no Município de Goiânia-GO, neste ato, representada pelo **Sr.(a) Agnaldo do Carmo Chagas**, inscrito no CPF/MF sob o nº. 898.030.901-72, e Reg. CRC – GO sob o nº. 3628359, doravante denominada **CONTRATADA**, Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de Valor/Quantidades sob as seguintes cláusulas e condições:

O presente termo aditivo tem como finalidade o Aditivo no Quantitativo de Alguns Itens do LOTE 001,002 e 006 do **Pregão Presencial nº. 001/2023, ARP nº. 021/2023** e **Processo Licitatório nº. 001/2023.**

O presente Termo Aditivo tem por fundamento legal o disposto no artigo 65, § 2º, inciso II, da lei nº. 8.666/93.

Constitui o objeto deste termo aditivo, a alteração da **CLÁUSULA QUINTA – DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS**, da **ARP Nº. 021/2023** com acréscimo de 25% no quantitativo de alguns Itens, totalizando o Valor do Aditivo em **R$ 3.714,45 (Três Mil E Setecentos E Quatorze Reais E Quarenta E Cinco Centavos),** conforme segue a tabela:

LOTE 01					**SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**			
LOTE 01 - MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA PSF E HOSPITAL								
Item	**Qtde.**	**Un.**	**Descrição**	**Cód Agili**	**R$ Unit.**	**R$ Total**	**Classif.**	**Empate**
43	100	AMPOLA	CLORETO DE POTASSIO 19,1% 10 ML INJETÁVEL	29838	0,56	56,00	**1**	
44	450	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 25MG	35473	0,24	108,00	**1**	
R$ 164,00 (Cento E Sessenta E Quatro Reais).								

LOTE 02 **LOTE 02 - OUTROS MEDICAMENTOS PSF E HOSPITAL**								
Item	**Qtde.**	**Un.**	**Descrição**	**Cod Agili**	**R$ Unit.**	**R$ Total**	**Classif.**	**Empate**
43	500	AMPOLA	CIMETIDINA 300 MG 2 ML INJETÁVEL	18148	1,60	800,00	**1**	
165	500	COMPRIMIDO	OXCARBAZEPINA 600MG	29780	1,66	830,00	**1**	
166	15	FRASCO	OXCARBAZEPINA 60MG/ML 100ML	113369	49,30	739,50	**1**	
181	1500	COMPRIMIDO	RISPERIDONA 1MG	29793	0,12	180,00	**1**	
186	1750	COMPRIMIDO	ROSUVASTATINA 20MG	113371	0,45	787,50	**1**	
94	15	FRASCO	FOSFATO SÓDICO MONOBÁSICO 160MG/ML + FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO 60MG/ML 130ML (PHOSFOENEMA)	9966	5,95	89,25	**1**	
R$ 3.426,25 (Três Mil E Quatrocentos E Vinte E Seis Reais E Vinte E Cinco Centavos).								

LOTE 06 **Licitação Odontologia**								
Item	**Qtde.**	**Unidade**	**DESCRIÇÃO**	**cod Agili**	**R$ Unit.**	**R$ Total**	**Classif.**	**Empate**
8	3	CAIXA	AGULHA GENGIVAL DESC. LONGA 27 G CX C/ 100 UNIDADES	9685	41,40	124,20	**1**	
R$ 124,20 (Cento E Vinte E Quatro Reais).								

Valor Total do Aditivo: R$ 3.714,45 (Três Mil E Setecentos E Quatorze Reais E Quarenta E Cinco Centavos).

DA PUBLICAÇÃO

A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do presente instrumento no Diário Oficial, nos termos do artigo 61, parágrafo único da Lei nº. 8.666/93.

DA RATIFICAÇÃO

Todas as demais Clausulas e Artigos do Contrato em Referência, não alteradas por esse instrumento, permanecem inalteradas e são, pelo presente Termo Aditivo, Ratificadas.

DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos/MT, para dirimir questões oriundas deste Termo Aditivo não resolvidos na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A **CONTRATADA** fica obrigada a manter as condições de habilitação, especialmente, no que diz respeito à seguridade social, durante toda a vigência do Contrato.

E assim, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, impressas em um só lado, juntamente com 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas para que produza todos os seus efeitos legais.

Porto dos Gaúchos/MT, 22 de agosto de 2023.

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

SUPERMEDICA HOSPITALAR

CNPJ sob nº. 06.065.614/0001-38

Agnaldo do Carmo Chagas

Representante **CONTRATADO**

GEISA TALIA NINOW

CPF 061.469.501-57

TESTEMUNHA

FABIO JUNIOR SILVA PEDROSO

CPF 006.458.971-40

TESTEMUNHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

EXTRATO DO CONTRATO - INEXIGIBILIDADE Nº 002/2023

EXTRATO DO CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 009/2023

INEXIGIBILIDADE Nº 002/2023

CREDENCIAMENTO Nº 001/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU;

CONTRATADA: 51.548.574 DIVINA DA SILVA BARROS, inscrita no CNPJ: 51.548.574/0001-30

CONTRATO N° 244/2023.

VALOR GLOBAL REGISTRADO: R$ 24.000,00 (vinte quatro mil reais)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU;

CONTRATADA: 51.866.476 IRANILDA SOUZA SANTOS, inscrita no CNPJ: 51.866.476/0001-40

CONTRATO N° 245/2023.

VALOR GLOBAL REGISTRADO: R$ 24.000,00 (vinte quatro mil reais)

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA ATUAR COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MERENDEIRA ESCOLAR, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ALIMENTAÇÃO EM GERAL (COZINHEIRA), PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - LIMPEZA PREDIAL**,** PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE POXORÉU – MT**.**

DATA DA ASSINATURA: 20 de setembro de 2023.

VALIDADE: 12 DE MESES.

NELSON ANTONIO PAIM

PREFEITO DE POXORÉU

EXTRATO DE CONTRATO Nº 242/2023

Processo Licitatório 104/2022 – Pregão Presencial 013/2022

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 242/2023

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT.**

CONTRATADA:VIDRAÇARIA METAL FORTE LTDA.

CNPJ 11.308.201/0001-27

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E CONFECÇÃO DE PORTAS E JANELAS DE VIDRO TEMPERADO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E AQUISIÇÃO DE CALHAS, RUFOS E FORRO DE PVC E ESTRUTURAS METÁLICAS, PARA ATENDER A SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT. VALOR GLOBAL: R$ 3.198.429,87 (três milhões, cento e noventa e oito mil, quatrocentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos).

VIGENCIA: **31/12/2023.**

DATA: 19 de setembro de 2023

NELSON ANTÔNIO PAIM

PREFEITO MUNICPAL

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 002/2023

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Inexigibilidade nº 002/2023, de 14 de fevereiro de 2023)

Homologo e Adjudico a licitação levada a efeito pela Comissão Permanente de Licitação, referente ao procedimento Licitatório da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇAO Nº 002/2023, de 14 de fevereiro de 2023, com o resultado em favor das empresas: **1- 51.548.574 DIVINA DA SILVA BARROS,** inscrita no CNPJ Nº **51.548.574/0001-30**, com a sua Proposta no valor Global de R$ 24.000,00 (vinte quatro mil reais**), 2 - 51.866.476 IRANILDA SOUZA SANTOS,** inscrita no CNPJ Nº 51.866.476/0001-40, com a sua Proposta no valor Global de R$ 24.000,00 (vinte quatro mil reais), e autorizando a Coordenadoria Municipal de Compras a efetuar a aquisição nos termos da proposta vencedora.

POXORÉU - MT, 15 de setembro de 2023

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 03/2023

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público que realizará no dia **23/10/2023 as 07:30 HORAS, TOMADA DE PREÇO** para **Remanescente da Obra de Execução de Conservação de Pavimentação com Micro Revestimento no Município de Reserva do Cabaçal-MT.** Os interessados poderão adquirir o Edital completo diretamente no Setor de Licitação do Município, localizado na Avenida Mato Grosso, nº 229, Centro, na Cidade de Reserva do Cabaçal-MT ou solicitar pelo e-mail: licitacaoreservadocabacal@gmail.com.

O processo será regido pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Reserva do Cabaçal/MT, 20 de Setembro de 2023.

THIERRE PEREIRA ALECRIM PINHEIRO

Presidente CPL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
LEI COMPLEMENTAR Nº 108 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

"ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 60 DE 26 DE OUTUBRO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PUBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA".

JONAS CAMPOS VIEIRA, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o art. 146 A, na lei complementar Nº 60 de 26 de outubro de 2010, com a seguinte redação:

Art. 146 A - Os percentuais de acréscimo pela ocupação de cargos em comissão ou função de confiança possuem natureza indenizatória e não se incorporam ao subsídio mensal, nem são auferidos nas situações de disponibilidade, cessão e aposentadoria.

PARAGRADO ÚNICO - O percentual de acréscimo pela ocupação de cargo em comissão ou função de confiança será considerada para os direitos previstosnos artigos 145.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, aos vinte (20) dias do mês de setembro (09) de dois mil e vinte e três (2023).

JONAS CAMPOS VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
LEI MUNICIPAL Nº 763 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Exercício de 2023 e das outras providências. "

JONAS CAMPOS VIEIRA, Prefeito do Município de Reserva do Cabaçal Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento de 2023, Crédito Adicional Especial na importância de R$ 109.339,07**,** (Cento e Nove Mil e Trezentos e Trinta e Nove Mil e Sete Centavos) nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 05- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

15.451.0005.1011 - Pavimentação Asfáltica de Vias Urbanas

4.4.90.93 – Indenizações e Restituições.....R$ 98.413,76

Fonte 1.2.701.0 – 100.009 – Convenio Estado – Pavimentação Asfáltica

Órgão: 06- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 – Departamento de Educação

13.361.0006.2037 - Aquisição de Móveis, Maquinas e Equipamentos em Geral

4.4.90.93 – Indenizações e Restituições.....R$ 19.925,31

Fonte 1.2.571.321000 – 200.015 – Equipamentos convenio

Art. 2º - Para dar cobertura nos créditos aberto no artigo anterior será utilizado os recursos definidos pelo Artigo 43, § 1º, da Lei Federal 4.320/64, por anulação.

Órgão: 05- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

15.451.0005.1011 - Pavimentação Asfáltica de Vias Urbanas

4.4.90.51 – Obras e Instalações .....R$ 98.413,76

Fonte 1.2.701.0 – 100.009 – Convenio Estado – Pavimentação Asfáltica

Órgão: 06- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 – Departamento de Educação

13.361.0006.2037 - Aquisição de Móveis, Maquinas e Equipamentos em Geral

(562) 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 9.000,00

(563) 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 1.925,31

Fonte 1.2.571.321000 – 200.015 – Equipamentos convenio

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 718/2021 – Plano Plurianual e na Lei LDO nº 744/2022 – Lei de Diretrizes Orçamentário para 2023 (PPA/LDO), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal - MT, 20 setembro de 2023.

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº.243/2023 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SENHORA EDNEIA MARIA CANDIDA DE MELO COELHO DO CARGO DE PROFESSORA DE EDUCAÇAO INFANTIL LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT".

O Prefeito Municipal Jonas Campos Vieira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - Exonerar a pedido da servidora EDNEIA MARIA CANDIDA DE MELO COELHO, portadora do RG XX1255XX SSP/MT, inscrita no CPF nº XXX.442.271-XX, do cargo de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação do município de Reserva do Cabaçal-MT, conforme o art. 34, da Lei Complementar Nº 62 de 26 de Outubro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

Art. 3º revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, Estado de Mato Grosso, 20 de Setembro de 2023.

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito de Reserva do Cabaçal-MT

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
LEI MUNICIPAL Nº 764 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

"Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal 760/2023 que abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Exercício de 2023 e das outras providências. "

JONAS CAMPOS VIEIRA, Prefeito do Município de Reserva do Cabaçal Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado a artigo 1º da Lei Municipal 760/2023 que dispõe a abertura de credito adicional especial no orçamento de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento de 2023, Crédito Adicional Especial na importância de R$ 44.033,90**,** (Quarenta e Quatro Mil e Trinta e Três Reais e Noventa Centavos), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 10- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E LAZER

Unidade: 02 – Divisão de Cultura

13.392.0016.2.149 - Realização e Incentivo a Eventos Culturais

3.3.90.41 – Contribuições .....R$ 12.694,97

Fonte 1.1.716.0 – 100.030 – Incentivo a Lei Paulo Gustavo

3.3.90.41 – Contribuições .....R$ 31.338,93

Fonte 1.1.715.0 – 100.030 – Incentivo a Lei Paulo Gustavo

Art. 2º - Os demais artigos permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

EXTRATO DE CONTRATO

NÚMERO DO CONTRATO: Nº. 041/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Processo 007/2023

DISPENSA 004/2023

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 14.133/21

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT

CONTRATADA: MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para Prestação de serviços de Manutenção, hospedagem, suporte técnico ao Site Institucional, Ouvidoria, criação, implantação e Carta e Serviços da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho/MT.

PRAZO: 11 meses.

VALOR DO CONTRATO: R$ 13.000,00

DATA DA ASSINATURA: 15/02/2023

VIGÊNCIA: 15/02/2023 a 31/12/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº0638-2023 REVOGA A CEDENCIA DE LUCIANO DE OLIVEIRA BARROSO

PORTARIA Nº 0638/GAB/PMR/23

DE 05 DE SETEMBRO DE 2023

Revoga a cessão de cedência do(a) servidor(a) – Luciano de Oliveira Barroso, matricula funcional nº 084.

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 2º - REVOGAR A CESSÃO DE CEDENCIA DO (A) SERVIDOR (A) MUNICIPAL –**LUCIANO DE OLIVEIRA BARROSO – AGENTE ADMINISTRATIVO**, matricula funcional nº 084, **conf. Teor do Ofício nº 0236/GAB-PREF//2023.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros ao dia 01/09/2023.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº0639-2023 REVOGA A CEDENCIA DE RODRIGO SAMPAIO SOUZA

PORTARIA Nº 0639/GAB/PMR/23

DE 05 DE SETEMBRO DE 2023

*Concede a cessão de cedência do(a) servidor(a) – **Rodrigo Sampaio Souza**, matricula funcional nº 696.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 2º - REVOGAR A CESSÃO DE CEDENCIA DO (A) SERVIDOR (A) MUNICIPAL –**RODRIGO SAMPAIO SOUZA – Procurador Municipal**, matricula funcional nº 696, **conf. Teor do Ofício nº 260/GABPREF/2023.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros ao dia 04/09/2023.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº0640-2023 NOMEIA HUGO ANDRADE MORAIS

PORTARIA Nº 0640/GAB/PMR/23

DE 05 DE setembro DE 2023

***Nomeia** – **Hugo Andrade Morais** no cargo em Comissão de Chefe de Seção de Apoio A Criança e ao Adolescente -CDS-3.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear – HUGO ANDRADE MORAIS No cargo em comissão de CHEFE DE SEÇÃO DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE-CDS-3 Junto a Secretaria Municipal de Ação Social .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS ATO ADMINISTRATIVO Nº 075- 2023- PROC. Nº 436-2016- LICENÇA PREMIO IVANETE PEREIRA MENDES

ATO ADMINISTRATIVO Nº 75/2023/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº0436/2023.

ASSUNTO: Concede Licença Prêmio para o(a) Servidor(a) IVANETE PEREIRA MENDES, no Cargo efetivo de ***TÉCNICO DE ENFERMAGEM,*** Matricula ***nº2244.***

JOSÉ GUEDES DE SOUZA, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso XXVI do Art. 70 da L.O.M., e,

DECIDO.

1. Deferir a concessão da licença prêmio remunerada para o(a) servidor(a) **IVANETE PEREIRA MENDES** ocupante do Cargo efetivo de ***TÉCNICO DE ENFERMAGEM***, Matricula nº 2244, referente ao período de aquisição compreendido entre 01/12/2017-30/11/2022, gozados consecutivamente nos meses de **SETEMBRO, OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2023.**

2. Ao DRH para ciência do servidor e anotações necessárias

Rondolândia-MT, 11 de SETEMBRO de 2023.

JOSE GUEDES DE SOUZA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATO ADMINISTRATIVO Nº 073- 2023- PROC. Nº 158-2015- LICENÇA PREMIO ARMINDO MOREIRA MAGALHÃES

ATO ADMINISTRATIVO Nº 73/2023/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº158/2015.

ASSUNTO: Concede Licença Prêmio para o(a) Servidor(a) ARMINDO MOREIRA MAGALHÃES, no Cargo efetivo de ***Professor 30 horas semanais,*** Matricula ***nº93.***

JOSÉ GUEDES DE SOUZA, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso XXVI do Art. 70 da L.O.M., e,

DECIDO.

1. Deferir a concessão da licença prêmio remunerada para o(a) servidor(a) **ARMINDO MOREIRA MAGALHÃES**, ocupante do Cargo efetivo de ***Professor 30 horas semanais***, Matricula nº 93, referente ao período de aquisição compreendido entre 27/01/2013-26/01/2018, gozados em um único período- **SETEMBRO DE 2023.**

2. Ao DRH para ciência do servidor e anotações necessárias

Rondolândia-MT, 11 de SETEMBRO de 2023.

JOSE GUEDES DE SOUZA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 15/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira nomeada através do Decreto nº 192/GAB/PMR de 17 de Janeiro de 2023, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e horadesignados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente aoprocedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO ELETRONICO COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 15/2023**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 378/2023, cujo Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS MATERIAIS DE CONSUMO COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CRAS, ATIVIDADES DO SCFV, ATENDENDO ASSIM AS DEMANDAS DO GRUPO.**

Sagrou-se vencedora dos itens: **1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 21 - 22 - 23 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28 - 29 - 30 - 31 - 32 - 33 - 34 - 35 - 36 - 37 - 38 - 39 - 40 - 41 - 42 - 43 - 44 - 45 - 47 - 48 - 49 - 50 - 51 - 52 - 53 - 54 - 55 - 56 - 57 - 58 - 59 - 60 - 61 - 62 - 63 - 64 - 65 - 66 - 67 - 68 - 69 - 70 - 71 - 72 - 73 - 74 - 75 - 76 - 77 - 78 - 79 - 80 - 81 - 82 - 83 - 84 - 85 - 86 - 87 - 88 - 89 - 90 - 91 - 92 - 93 - 94 - 95 - 96 - 97 - 98 - 99 - 100 - 101 - 102 - 103 - 104 - 105 - 106 - 107 - 108 - 109 - 110 - 111 – 112,** ora licitados a empresa: **J F DUARTE COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI,** com a proposta final perfazendo um valor total de R$: 208.693,84 (duzentos e oito mil seiscentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos).	**28.403.068/0001-30**

Não obtivemos sucesso em conseguir oferta de preços para o Item**: 46** fracassado do certame, ou
seja, Item não Adjudicado;
Rondolândia – MT, 19 de Setembro de 2023

Keila Taiane

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATO ADMINISTRATIVO Nº 072- 2023- PROC. Nº 157-2015- LICENÇA PREMIO ZELIA FLOR MAGALHÃES

ATO ADMINISTRATIVO Nº 72/2023/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº157/2015.

ASSUNTO: Concede Licença Prêmio para o(a) Servidor(a) ZELIA FLOR MAGALHÃES, no Cargo efetivo de ***Professora 30 horas semanais,*** Matricula ***nº305.***

JOSÉ GUEDES DE SOUZA, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso XXVI do Art. 70 da L.O.M., e,

DECIDO.

1. Deferir a concessão da licença prêmio remunerada para o(a) servidor(a) **ZELIA FLOR MAGALHÃES**, ocupante do Cargo efetivo de ***Professora 30 horas semanais***, Matricula nº 305, referente ao período de aquisição compreendido entre 01.07.2017 A 30.06.2022, gozados em um único período- **SETEMBRO DE 2023.**

2. Ao DRH para ciência do servidor e anotações necessárias

Rondolândia-MT, 11 de SETEMBRO de 2023.

JOSE GUEDES DE SOUZA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0631-2023 NOMEIA KAITHON PESSOA PEDRA

PORTARIA Nº 0631/PMR/23

DE 01 DE SETEMBRO DE 2023

Nomeia – **KAITHON PESSOA PEDRA***no cargo Assessor Nível III CDS-1.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia– **KAITHON PESSOA PEDRA**no cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL junto o Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0641-2023 NOMEIA THAYNARA FERREIRA CASTILHO

PORTARIA Nº 0641/GAB/PMR/23

DE 05 DE setembro DE 2023

Nomeia – ***Taynara Ferreira Castilho*** *no cargo em Comissão de Chefe de Seção de Desenvolvimento Emopreendedor -CDS-3.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear – TAYNARA FERREIRA CASTILHO No cargo em comissão de CHEFE DE SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EMPREENDEDOR-CDS-3 Junto a Secretaria Municipal de Finanças-Arrecadação .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0642-2023 EXONERA AILTON BUBU ZORO

PORTARIA Nº 0642/GAB/PMR/23

DE 05 DE setembro DE 2023

Exonera*- *Ailton Bubu Zoro *do cargo em comissão DE ASSESSOR NÍVEL III -CDS-1*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar – AILTON BUBU ZORO do cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III CDS-1 de Junto o GABINETE DO PREFEITO .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0643-2023 NOMEIA CARLITO TADERESEG ZORO

PORTARIA Nº 0643/GAB/PMR/23

DE 05 DE SETEMBRO DE 2023

Nomeia*- *CARLITO TANDATSEREG ZORO *no cargo em comissão DE ASSESSOR NÍVEL III -CDS-1*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear – CARLITO TANDATSEREG ZORO no cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III CDS-1 Junto ao GABINETE DO PREFEITO .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATO ADMINISTRATIVO Nº 071- 2023- PROC. Nº 173-2016- LICENÇA PREMIO ROSANA DE CASTRO AMARAL PESSOA

ATO ADMINISTRATIVO Nº 71/2023/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº173/2016.

ASSUNTO: Concede Licença Prêmio para o(a) Servidor(a) ROSANA DE CASTRO AMARAL PESSOA*,* no Cargo efetivo de ***Professora 30 horas semanais,*** Matricula ***nº562.***

JOSÉ GUEDES DE SOUZA, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso XXVI do Art. 70 da L.O.M., e,

DECIDO.

1. Deferir a concessão da licença prêmio remunerada para o(a) servidor(a) **ROSANA DE CASTRO AMARAL PESSOA**, ocupante do Cargo efetivo de ***Professora 30 horas semanais***, Matricula nº 555, referente ao período de aquisição compreendido entre 11.07.2017 A 10.07.2022, gozados consecutivamente **SETEMBRO, OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2023.**

2. Ao DRH para ciência do servidor e anotações necessárias

Rondolândia-MT, 11 de SETEMBRO de 2023.

JOSE GUEDES DE SOUZA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0632-2023 NOMEIA JAQUELINE DA SILVA RABELO SURUI

PORTARIA Nº. 0632/GP/PMR/23

DE 01 DE SETEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação do(a) candidato(a) – ***Jaqueline Da Silva Rabelo Surui*** *convocado no Processo de Escolha Suplementar Simplificado -CMDCA-2023, e dá outras providencias.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, nos termos da Lei 155 de 27/03/2007 resolução nº 002/CMDCA DE 20 DE janeiro de 2023 conforme Edital 007 (2023) do processo de escolha suplementar simplificada, o(a) candidato (a)conselheiro (a) **JAQUELINE DA SILVA RABELO SURUI** *para*exercer o cargo de CONSELHEIRO (a) TUTELAR do Município de Rondolândia/MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0633-2023 DESTITUI ELESANDRA HELENA FERNANDES

PORTARIA Nº 0633/GAB/PMR/23

DE 01 DE SETEMBRO DE 2023

***Destitui*- Elesandra Helena Fernandes** *da função de Diretor(a) da Escola Municipal de Educação Infantil Cantinho do Céu FG-4.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Destituir– ELESANDRA HELENA FERNANDES da *função de Diretor(a) da Escola Municipal De Educação Infantil Cantinho Do Céu, FG-4, de Junto o Fundeb 60%-Educação Infantil.*

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATO ADMINISTRATIVO Nº 069- 2023- PROC. Nº 073-2014- LICENÇA PREMIO ELESANDRA HELENA FERNANDES

ATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2023/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº073/2014.

ASSUNTO: Concede Licença Prêmio para o(a) Servidor(a) ELESANDRA HELENA FERNANDES, no Cargo efetivo de ***Professora 30 horas semanais,*** Matricula ***nº089.***

JOSÉ GUEDES DE SOUZA, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso XXVI do Art. 70 da L.O.M., e,

DECIDO.

1. Deferir a concessão da licença prêmio remunerada para o(a) servidor(a) **ELESANDRA HELENA FERNANDES**, ocupante do Cargo efetivo de ***Professora 30 horas semanais***, Matricula nº 089, referente ao período de aquisição compreendido entre 28/01/2014-28/01/2019, gozados consecutivamente **SETEMBRO, OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2023.**

2. Ao DRH para ciência do servidor e anotações necessárias

Rondolândia-MT, 11 de SETEMBRO de 2023.

JOSE GUEDES DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE PREFEITO
DECRETO NO 229/GAB/PMR/2023, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

PODER EXECUTIVO

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, José Guedes de Souza, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Planejamento Estratégico Elaborado em 2022/2023 em parceria com TCE-MT – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando que o planejamento estratégico é um instrumento de gestão que contribui para o fortalecimento do princípio basilares da administração pública, devendo provisionar a gestão com diretrizes baseadas nas prioridades e demandas da sociedade, privilegiando o compartilhamento do conhecimento, a descentralização das atividades, o acesso à informação e a precípua transparência;

Considerando a necessidade de implementação do modelo de administração pública gerencial com o foco na obtenção de resultados de impacto no cidadão e na sociedade.

DECRETA:

Art. 1º – Fica instituído o Comitê de Gestão Estratégica da Prefeitura Municipal de Rondolândia, para tomada de decisão no tocante à implementação e o gerenciamento dos resultados definidos no plano estratégico;

Art. 2º – Atribuir ao Comitê de Gestão Estratégica as seguintes competências:

a) homologar as diretrizes: objetivos estratégicos, indicadores e metas;

b) apreciar os resultados de relatório mensal de não conformidade das metas planejadas;

c)deliberar sobre medidas corretivas apresentadas pelos responsáveis de metas;

d)homologar os resultados globais de desempenho das metas, apresentados trimestralmente;

e) criar condições necessárias ao bom desempenho dos resultados planejados;

f) exigir necessário, o cumprimento das determinações de ações corretivas para garantir o resultado planejado; e

g) decidir sobre demais questões relacionadas ao plano estratégico.

Art. 3º – Determinar que o Comitê de Gestão Estratégica se reúna mensalmente, para apreciar e decidir sobres as não conformidades dos indicadores e respectivas metas planejadas, bem como, uma vez a cada trimestre para avaliação global dos resultados de todas as metas planejadas.

Parágrafo Único – As reuniões de que trata o *caput* serão presididas pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º – Designar com membros do referido Comitê os ocupantes dos cargos de:

I- Chefe de Gabinete do Prefeito;

II- Secretário (a) Municipal de Administração;

III- Secretário (a) Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

IV- Secretário (a) Municipal de Saúde;

V- Secretário (a) Municipal de Educação e cultura;

VI- Secretário Municipal de Obras e Serviços; e o (a)

VII- Controlador (a) Interno do Programa de Apoio ao Gerenciamento ao Planejamento Estratégico - GPE.

Art. 5º – O acompanhamento da execução do plano estratégico do município é de responsabilidade do controle interno municipal.

Art. 6º – Faz parte deste Decreto o calendário de Atividades do Comitê de Gestão Estratégica, relacionado no anexo I.

Art. 7º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Rondolândia/MT, 20 de setembro de 2023.

JOSÉ GUEDES DE SOUZA

Prefeito Municipal

ANEXO I

CALENDÁRIO DE REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA

CALENDÁRIO ANUAL DE REUNIÕES DE 2023.

DATA	HORÁRIO	LOCAL
29/09/2023	11h:00min	Sala Reuniões Prefeitura
31/10/2023	11h:00min	Sala Reuniões Prefeitura
30/11/2023	11h:00min	Sala Reuniões Prefeitura
20/12/2023	11h:00min	Sala Reuniões Prefeitura

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0634-2023 DESIGNA REJANE ROSELI JENSEN

PORTARIA Nº 0634/GAB/PMR/23

DE 01 DE SETEMBRO DE 2023

***Designa*- Rejane Roseli Jensen** *para função de Diretor(a) da Escola Municipal de Educação Infantil Cantinho do Céu FG-4.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Designar– **REJANE ROSELI JENSEN** para a *função de Diretor(a) da Escola Municipal De Educação Infantil Cantinho Do Céu, FG-4,Junto ao Fundeb 60%-Educação Infantil.*

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATO ADMINISTRATIVO Nº 070- 2023- PROC. Nº 170-2016- LICENÇA PREMIO ENI PEREIRA DA COSTA

ATO ADMINISTRATIVO Nº 70/2023/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº170/2016.

ASSUNTO: Concede Licença Prêmio para o(a) Servidor(a) ENI PEREIRA DA COSTA, no Cargo efetivo de ***Professora 30 horas semanais,*** Matricula ***nº555.***

JOSÉ GUEDES DE SOUZA, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso XXVI do Art. 70 da L.O.M., e,

DECIDO.

1. Deferir a concessão da licença prêmio remunerada para o(a) servidor(a) **ENI PEREIRA DA COSTA**, ocupante do Cargo efetivo de ***Professora 30 horas semanais***, Matricula nº 555, referente ao período de aquisição compreendido entre 01/07/2012-30/06/2017, gozados consecutivamente **SETEMBRO, OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2023.**

2. Ao DRH para ciência do servidor e anotações necessárias

Rondolândia-MT, 11 de SETEMBRO de 2023.

JOSE GUEDES DE SOUZA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0636-2023 EXONERA A PEDIDO ALBINA MENDES

PORTARIA Nº 0636/GAB/PMR/23

DE 05 DE SETEMBRO DE 2023

Exonera a Pedido *– ALBINA MENDES do cargo em comissão de Chefe de Seção de Prevenção Odontológica, CDs -3.*

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido– ***ALBINA MENDES*** do cargo em comissão de CHEFE DE SEÇÃO DE PREVENÇÃO ODONTOLÓGICA, CDS-3 de junto a Secretaria Municipal De Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº0637-2023 REVOGA A CEDENCIA DE OSVANIO FREIRE DE LIMA

PORTARIA Nº 0637/GAB/PMR/23

DE 05 DE SETEMBRO DE 2023

Revogar a cessão de cedência do(a) servidor(a) – OSVÂNIO FREIRE DE LIMA, matricula funcional nº 2650.

JOSE GUEDES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 2º - REVOGAR A CESSÃO DE CEDENCIA DO (A) SERVIDOR (A) MUNICIPAL –**OSVÂNIO FREIRE DE LIMA - FISIOTERAPEUTA**, matricula funcional nº 2650, **conf. Teor do Ofício nº 0237/GABPREF//2023.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01/09/2023.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

JOSE GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTABILIDADE
RGF 2º QUADRIMESTRE DE 2023

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.204.514,42	1.365.296,54	1.796.960,31	1.121.019,79	1.019.722,95	1.193.578,26	1.123.302,68	1.172.516,61	1.484.124,33	1.183.695,36	1.576.846,94	1.232.897,09	15.474.475,28	0,00
Pessoal Ativo	1.204.514,42	1.365.296,54	1.796.960,31	1.121.019,79	1.019.722,95	1.193.578,26	1.123.302,68	1.172.516,61	1.484.124,33	1.183.695,36	1.576.846,94	1.232.897,09	15.474.475,28	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	989.395,86	1.119.134,14	1.474.333,10	890.244,13	993.942,56	992.434,62	916.697,73	963.749,70	1.052.020,15	964.873,61	1.348.901,75	1.004.154,22	12.709.881,57	0,00
Obrigações Patronais	215.118,56	246.162,40	322.627,21	230.775,66	25.780,39	201.143,64	206.604,95	208.766,91	432.104,18	218.821,75	227.945,19	228.742,87	2.764.593,71	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.204.514,42	1.365.296,54	1.796.960,31	1.121.019,79	1.019.722,95	1.193.578,26	1.123.302,68	1.172.516,61	1.484.124,33	1.183.695,36	1.576.846,94	1.232.897,09	15.474.475,28	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	35.406.991,92	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	245.904,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VI)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	35.161.087,92	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb)	15.474.475,28	44,01
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	18.986.987,48	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	18.037.638,11	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	17.088.288,73	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (**I**X) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (X**II**) (%)	
Excedente em 2021 (X**III**) = (X**II** - I**X**) (%)	
Redutor anual (X**IV**) = (0,10 x X**III**) (%)	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)										0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)												
% DTP (VIII / VII)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.917.891,11	6.899.262,77	6.766.364,25	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.917.891,11	6.899.262,77	6.766.364,25	0,00
Empréstimos	0,00	5.000.000,00	4.886.157,36	0,00
Internos	0,00	5.000.000,00	4.886.157,36	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	1.917.891,11	1.899.262,77	1.880.206,89	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	1.917.891,11	1.899.262,77	1.880.206,89	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.230.406,39	6.687.597,44	4.792.522,11	0,00
Disponibilidade de Caixa	3.230.406,39	6.687.597,44	4.792.522,11	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.776.005,36	6.921.052,73	5.023.009,20	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	424.558,84	100.437,47	79.316,01	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	121.040,13	133.017,82	151.171,08	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.312.515,28	211.665,33	1.973.842,14	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	38.290.704,46	38.566.152,42	35.406.991,92	0,00
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	245.904,00	245.904,00	0,00
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	38.290.704,46	38.320.248,42	35.161.087,92	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	5,01	18,00	19,24	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-3,43	0,55	5,61	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	45.948.845,35	45.984.298,10	42.193.305,50	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	41.353.960,82	41.385.868,29	37.973.974,95	0,00
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
RP Não-Processados	3.186.569,30	2.179.051,92	2.044.566,00	0,00
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 2º quadrimestre

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Apropriação de Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida											
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
	Quadrimestre em que Excedeu o Limite			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b-d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i-a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas	-	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-	-
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	38.290.704,46	38.566.152,42	35.406.991,92	0,00
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (VII)	0,00	245.904,00	245.904,00	0,00
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	38.290.704,46	38.320.248,42	35.161.087,92	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	2.500.000,00
Interna	0,00	2.500.000,00
Empréstimos	0,00	2.500.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	2.500.000,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	35.406.991,92	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	245.904,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	35.161.087,92	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	2.500.000,00	7,11
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	5.625.774,07	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	5.063.196,66	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.461.276,15	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	35.406.991,92
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	35.161.087,92
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	35.161.087,92

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	15.474.475,28	44,01
Limite Máximo (incisos I, II e III art. 20 da LRF) - <%>	18.986.987,48	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	18.037.638,11	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1° do art. 59 da LRF) - <%>	17.088.288,73	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	2.500.000,00	7,11
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.625.774,07	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.461.276,15	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	Entidades Consolidadas Anexo 1, 3, 4, 5, 6: Prefeitura Municipal de Rondolandia Entidades Consolidadas Anexo 2, 6: Prefeitura Municipal de Rondolandia

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo de nº. 478/2023.

Requisitante: Gabinete do Prefeito.

Inexigibilidade de Licitação nº 013/2023

Base Legal: Artigo 25, inciso II, da Lei 8.666/93

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Capacitação Pessoal Curso Online em Gestão Pública, para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Rondolândia – MT, torna público aos interessados que a Inexigibilidade de Licitação de nº 013/2023, ficou contratada a proponente Empresa: **Avante Instituto de Capacitação e Evolução Humana LTDA com o CNPJ: 44.448.585/0001-82 Endereço: Rua Luiz Figueiredo Filho nº 390, Bairro: Novo Mundo – Prolongamento JD, Sala SL 65, Município de São José do Rio Preto/SP, com a proposta no valor global R$: 15.000,00 (Quinze mil reais).**

Rondolândia – MT 20 de Setembro de 2023.

_____

Keila Taiane Nascimento Freire

Presidente da CPLMS

CONTABILIDADE
RREO 4º BIMESTRE DE 2023

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	35.266.888,00	42.085.600,00	3.379.226,51	8,03	25.450.652,62	60,47	16.634.947,38
RECEITAS CORRENTES	34.264.258,00	34.525.162,00	3.337.814,91	9,67	20.215.073,32	58,55	14.310.088,68
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.950.374,00	1.950.374,00	327.153,24	16,77	901.674,91	46,23	1.048.699,09
Impostos	1.787.494,00	1.787.494,00	323.034,21	18,07	819.858,00	45,87	967.636,00
Taxas	162.880,00	162.880,00	4.119,03	2,53	81.816,91	50,23	81.063,09
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	206.040,00	206.040,00	2.880,30	1,40	8.841,88	4,29	197.198,12
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	206.040,00	206.040,00	2.880,30	1,40	8.841,88	4,29	197.198,12
RECEITA PATRIMONIAL	289.180,00	289.180,00	53.007,01	18,33	276.934,74	95,77	12.245,26
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	289.180,00	289.180,00	53.007,01	18,33	276.934,74	95,77	12.245,26
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	21.520,00	21.520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.520,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	21.520,00	21.520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.520,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.781.044,00	32.041.948,00	2.951.015,27	9,21	18.990.573,46	59,27	13.051.374,54
Transferências da União e de suas Entidades	15.426.840,00	15.672.744,00	1.213.192,21	7,74	7.421.410,72	47,35	8.251.333,28
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	13.007.454,00	13.022.454,00	1.491.026,76	11,45	9.724.711,65	74,68	3.297.742,35
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	3.346.750,00	3.346.750,00	246.796,30	7,37	1.844.451,09	55,11	1.502.298,91
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.100,00	16.100,00	3.759,09	23,35	37.048,33	230,11	-20.948,33
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.830,00	1.830,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.830,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	14.270,00	14.270,00	3.759,09	26,34	37.048,33	259,62	-22.778,33
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	1.002.630,00	7.560.438,00	41.411,60	0,55	5.235.579,30	69,25	2.324.858,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	2.500.000,00	50,00	2.500.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	2.500.000,00	50,00	2.500.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.002.630,00	2.560.438,00	41.411,60	1,62	2.735.579,30	106,84	-175.141,30
Transferências da União e de suas Entidades	568.100,00	1.141.878,00	41.411,60	3,63	1.735.579,30	151,99	-593.701,30
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	434.530,00	1.418.560,00	0,00	0,00	1.000.000,00	70,49	418.560,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	35.266.888,00	42.085.600,00	3.379.226,51	8,03	25.450.652,62	60,47	16.634.947,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	35.266.888,00	42.085.600,00	3.379.226,51	8,03	25.450.652,62	60,47	16.634.947,38
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	35.266.888,00	42.085.600,00	3.379.226,51	8,03	25.450.652,62	60,47	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	35.266.888,00	42.085.600,00	12.403.290,49	33.115.041,32	8.970.558,68	5.485.961,11	22.355.511,38	19.730.088,62	21.907.182,25	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS CORRENTES	31.505.958,00	32.749.557,88	7.214.284,83	25.977.663,59	6.771.894,29	3.175.218,18	19.118.660,09	13.630.897,79	18.670.342,46	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.450.533,00	15.856.100,00	2.912.855,70	10.424.055,33	5.432.044,67	1.690.714,50	9.201.914,13	6.654.185,87	8.973.299,07	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	132.000,00	108.000,00	190.000,00	-58.000,00	35.028,50	75.311,28	56.688,72	75.311,28	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.055.425,00	16.761.457,88	4.193.429,13	15.363.608,26	1.397.849,62	1.449.475,18	9.841.434,68	6.920.023,20	9.621.732,11	
DESPESAS DE CAPITAL	3.496.790,00	9.071.902,12	5.189.005,66	7.137.377,73	1.934.524,39	2.310.742,93	3.236.851,29	5.835.050,83	3.236.839,79	
INVESTIMENTOS	3.196.790,00	8.998.902,12	5.189.005,66	7.081.377,73	1.917.524,39	2.305.964,96	3.203.972,40	5.794.929,72	3.203.960,90	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	300.000,00	73.000,00	0,00	56.000,00	17.000,00	4.777,97	32.878,89	40.121,11	32.878,89	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	264.140,00	264.140,00			264.140,00			264.140,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	35.266.888,00	42.085.600,00	12.403.290,49	33.115.041,32	8.970.558,68	5.485.961,11	22.355.511,38	19.730.088,62	21.907.182,25	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	35.266.888,00	42.085.600,00	12.403.290,49	33.115.041,32	8.970.558,68	5.485.961,11	22.355.511,38	19.730.088,62	21.907.182,25	
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			3.095.141,24		3.543.470,37	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	35.266.888,00	42.085.600,00	12.403.290,49	33.115.041,32		5.485.961,11	25.450.652,62		25.450.652,62	
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra-Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	35.266.888,00	42.085.600,00	12.403.290,49	33.115.041,32	100,00	8.970.558,68	5.485.961,11	22.355.511,38	100,00	19.730.088,62	
Legislativa	1.450.000,00	1.450.000,00	189.502,94	1.106.000,03	3,34	343.999,97	235.605,52	950.726,25	4,25	499.273,75	
Ação Legislativa	1.450.000,00	1.450.000,00	189.502,94	1.106.000,03	3,34	343.999,97	235.605,52	950.726,25	4,25	499.273,75	
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Judiciária	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	
Ação Judiciária	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração	8.230.515,00	9.366.116,34	3.084.976,55	9.239.895,50	27,90	126.220,84	940.894,56	6.396.872,73	28,61	2.969.243,61	
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU04 - Administração Geral	7.690.005,00	8.521.697,85	1.749.272,15	7.157.781,36	21,61	1.363.916,49	885.494,95	5.772.833,02	25,82	2.748.864,83	
Administração Financeira	531.460,00	835.368,49	1.335.704,40	2.082.114,14	6,29	-1.246.745,65	55.399,61	624.039,71	2,79	211.328,78	
Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ordenamento Territorial	2.610,00	2.610,00	0,00	0,00	0,00	2.610,00	0,00	0,00	0,00	2.610,00	
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU04 - Demais Subfunções	6.440,00	6.440,00	0,00	0,00	0,00	6.440,00	0,00	0,00	0,00	6.440,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Social	1.754.690,00	1.477.190,00	172.443,59	931.402,66	2,81	545.787,34	133.802,06	624.524,10	2,79	852.665,90	
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	329.300,00	120.300,00	895,98	66.782,76	0,20	53.517,24	22.018,75	31.372,03	0,14	88.927,97	
Assistência Comunitária	565.470,00	583.970,00	40.859,70	332.049,70	1,00	251.920,30	26.097,05	141.285,51	0,63	442.684,49	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	859.920,00	772.920,00	130.687,91	532.570,20	1,61	240.349,80	85.686,26	451.866,56	2,02	321.053,44	
FU08 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saúde	7.739.388,00	6.831.132,00	1.419.769,63	5.658.792,13	17,09	1.172.339,87	743.384,73	4.583.324,18	20,50	2.247.807,82	
Atenção Básica	2.172.060,00	2.018.902,00	436.105,79	1.896.533,21	5,73	122.368,79	348.741,64	1.630.466,65	7,29	388.435,35	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	559.320,00	181.320,00	0,00	170.000,00	0,51	11.320,00	0,00	170.000,00	0,76	11.320,00	
Suporte Profilático e Terapêutico	397.780,00	190.060,00	0,00	102.270,00	0,31	87.790,00	0,00	76.413,06	0,34	113.646,94	
Vigilância Sanitária	93.600,00	28.100,00	895,98	16.349,16	0,05	11.750,84	895,98	5.077,20	0,02	23.022,80	
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU10 - Administração Geral	4.511.448,00	4.407.570,00	982.767,86	3.473.639,76	10,49	933.930,24	393.747,11	2.701.367,27	12,08	1.706.202,73	
FU10 - Demais Subfunções	5.180,00	5.180,00	0,00	0,00	0,00	5.180,00	0,00	0,00	0,00	5.180,00	
Trabalho	300.000,00	300.000,00	120.000,00	300.000,00	0,91	0,00	27.952,43	181.896,11	0,81	118.103,89	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	300.000,00	300.000,00	120.000,00	300.000,00	0,91	0,00	27.952,43	181.896,11	0,81	118.103,89	
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação	9.767.810,00	10.786.276,00	1.409.819,72	6.172.947,17	18,64	4.613.328,83	814.688,83	4.802.980,46	21,48	5.983.295,54	
Ensino Fundamental	4.201.490,00	5.727.481,00	806.905,69	3.788.969,30	11,44	1.938.511,70	442.635,48	2.819.583,66	12,61	2.907.897,34	
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Infantil	1.776.010,00	1.958.485,00	294.729,38	1.095.846,56	3,31	862.638,44	165.029,43	965.763,01	4,32	992.721,99	
Educação de Jovens e Adultos	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	
Educação Especial	680,00	680,00	0,00	0,00	0,00	680,00	0,00	0,00	0,00	680,00	
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral	3.603.540,00	2.768.540,00	272.443,06	1.051.781,37	3,18	1.716.758,63	180.836,43	894.391,65	4,00	1.874.148,35	
FU12 - Demais Subfunções	182.590,00	327.590,00	35.741,59	236.349,94	0,71	91.240,06	26.187,49	123.242,14	0,55	204.347,86	
Cultura	89.970,00	170.520,00	76.080,00	241.240,00	0,73	-70.720,00	0,00	165.160,00	0,74	5.360,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão Cultural	89.870,00	170.420,00	76.080,00	241.240,00	0,73	-70.820,00	0,00	165.160,00	0,74	5.260,00	
FU13 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Urbanismo	1.495.660,00	7.919.690,00	5.413.936,37	7.333.381,43	22,15	586.308,57	2.344.905,33	3.123.932,19	13,97	4.795.757,81	
Infra-Estrutura Urbana	1.491.780,00	7.915.810,00	5.413.936,37	7.333.381,43	22,15	582.428,57	2.344.905,33	3.123.932,19	13,97	4.791.877,81	
Serviços Urbanos	2.090,00	2.090,00	0,00	0,00	0,00	2.090,00	0,00	0,00	0,00	2.090,00	
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Demais Subfunções	1.790,00	1.790,00	0,00	0,00	0,00	1.790,00	0,00	0,00	0,00	1.790,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento	95.500,00	13.438,00	0,00	0,00	0,00	13.438,00	0,00	0,00	0,00	13.438,00	
Saneamento Básico Rural	1.750,00	1.750,00	0,00	0,00	0,00	1.750,00	0,00	0,00	0,00	1.750,00	
Saneamento Básico Urbano	4.280,00	4.280,00	0,00	0,00	0,00	4.280,00	0,00	0,00	0,00	4.280,00	
FU17 - Administração Geral	89.470,00	7.408,00	0,00	0,00	0,00	7.408,00	0,00	0,00	0,00	7.408,00	
FU17 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Gestão Ambiental	1.145.700,00	822.433,00	245.183,88	735.243,53	2,22	87.189,47	86.246,48	417.698,02	1,87	404.734,98	
Preservação e Conservação Ambiental	79.290,00	490,00	0,00	0,00	0,00	490,00	0,00	0,00	0,00	490,00	
Controle Ambiental	960,00	960,00	0,00	0,00	0,00	960,00	0,00	0,00	0,00	960,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	510,00	510,00	0,00	0,00	0,00	510,00	0,00	0,00	0,00	510,00	
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral	1.064.940,00	820.473,00	245.183,88	735.243,53	2,22	85.229,47	86.246,48	417.698,02	1,87	402.774,98	
FU18 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Agricultura	289.995,00	255.882,00	0,00	91.750,00	0,28	164.132,00	0,00	91.750,00	0,41	164.132,00	
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária	30.660,00	53.160,00	0,00	49.960,00	0,15	3.200,00	0,00	49.960,00	0,22	3.200,00	
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Demais Subfunções	259.335,00	202.722,00	0,00	41.790,00	0,13	160.932,00	0,00	41.790,00	0,19	160.932,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indústria	1.540,00	1.540,00	0,00	0,00	0,00	1.540,00	0,00	0,00	0,00	1.540,00	
Promoção Industrial	1.540,00	1.540,00	0,00	0,00	0,00	1.540,00	0,00	0,00	0,00	1.540,00	
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU23 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU23 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações	116.980,00	116.980,00	18.010,10	80.042,60	0,24	36.937,40	9.858,20	71.890,70	0,32	45.089,30	
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU24 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções	116.980,00	116.980,00	18.010,10	80.042,60	0,24	36.937,40	9.858,20	71.890,70	0,32	45.089,30	
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte	2.085.630,00	841.400,00	80.000,00	566.238,49	1,71	275.161,51	80.000,00	560.472,85	2,51	280.927,15	
Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Rodoviário	2.085.630,00	841.400,00	80.000,00	566.238,49	1,71	275.161,51	80.000,00	560.472,85	2,51	280.927,15	
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto e Lazer	137.600,00	1.262.092,66	65.567,71	412.107,78	1,24	849.984,88	28.816,50	276.093,62	1,24	985.999,04	
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto Comunitário	60.510,00	1.002.002,66	65.567,71	164.830,66	0,50	837.172,00	28.816,50	28.816,50	0,13	973.186,16	
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 - Administração Geral	77.090,00	260.090,00	0,00	247.277,12	0,75	12.812,88	0,00	247.277,12	1,11	12.812,88	
FU27 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Encargos Especiais	300.270,00	205.270,00	108.000,00	246.000,00	0,74	-40.730,00	39.805,47	108.190,17	0,48	97.079,83	
Refinanciamento da Dívida Interna	300.270,00	205.270,00	108.000,00	246.000,00	0,74	-40.730,00	39.805,47	108.190,17	0,48	97.079,83	
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU28 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reserva de Contingência	264.140,00	264.140,00				264.140,00				264.140,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	35.266.888,00	42.085.600,00	12.403.290,49	33.115.041,32	100,00	8.970.558,68	5.485.961,11	22.355.511,38	100,00	19.730.088,62	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU04 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU04 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Comunitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU08 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU08 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU10 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU12 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão Cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU13 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU17 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU17 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU23 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU23 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU24 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU24 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 – Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 – Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU28 – Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2023
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	3,229,765.62	3,796,228.94	3,262,596.88	3,927,599.81	3,272,290.10	3,422,000.26	3,316,675.96	3,007,400.15	3,574,788.28	3,233,706.26	3,784,168.36	0.00	37,827,220.62	40,994,274.00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	154,888.46	163,553.14	103,513.01	84,757.19	91,313.61	97,693.57	117,457.23	75,442.36	59,817.06	132,797.84	327,153.24	0.00	1,408,386.71	1,950,374.00
IPTU	2,250.05	13,337.12	5,806.94	13,821.58	2,543.66	29,822.12	15,637.90	5,522.66	3,605.32	5,101.55	1,230.07	0.00	98,678.97	390,420.00
ISS	55,733.95	31,431.40	31,683.63	32,533.95	17,912.39	8,277.74	39,330.05	13,963.42	14,093.11	77,350.07	284,424.33	0.00	606,734.04	298,828.00
ITBI	37,169.10	53,088.08	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	200.00	190.00	0.00	0.00	0.00	90,647.18	432,566.00
IRRF	50,587.72	60,001.25	63,151.52	36,175.94	40,274.22	42,879.89	45,878.25	52,122.66	38,325.35	43,793.43	37,379.81	0.00	510,570.04	515,110.00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9,147.64	5,695.29	2,870.92	2,225.72	30,583.34	16,713.82	16,611.03	3,633.62	3,603.28	6,552.79	4,119.03	0.00	101,756.48	313,450.00
Contribuições	0.00	0.00	0.00	30,799.89	2,985.30	0.00	2,976.28	0.00	0.00	0.00	2,880.30	0.00	39,641.77	206,040.00
Receita Patrimonial	48,631.18	42,969.80	43,415.97	43,476.71	35,069.82	29,535.06	33,080.59	27,258.27	48,852.70	50,131.29	53,007.01	0.00	455,428.40	289,180.00
Rendimentos de Aplicação Financeira	48,631.18	42,969.80	43,415.97	43,476.71	35,069.82	29,535.06	33,080.59	27,258.27	48,852.70	50,131.29	53,007.01	0.00	455,428.40	289,180.00
Outras Receitas Patrimoniais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita Agropecuária	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita de Serviços	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	21,520.00
Transferências Correntes	3,017,318.57	3,589,658.00	3,111,364.94	3,763,247.06	3,135,235.64	3,290,786.96	3,159,413.22	2,900,952.56	3,462,371.56	3,040,400.85	3,397,368.72	0.00	35,868,118.08	38,511,060.00
Cota-Parte do FPM	840,542.93	799,748.18	1,005,137.88	1,561,782.71	1,000,624.03	1,351,048.45	826,498.30	944,945.52	1,050,458.63	981,120.49	1,201,625.88	0.00	11,563,533.00	13,097,896.00
Cota-Parte do ICMS	1,448,054.73	1,360,181.50	1,364,616.53	1,291,304.55	1,415,791.71	1,280,623.42	1,360,733.04	1,222,175.76	1,594,698.28	1,384,556.31	1,473,158.83	0.00	15,195,894.66	12,513,610.00
Cota-Parte do IPVA	6,744.77	10,262.51	5,127.69	3,537.67	16,744.35	17,707.83	15,157.04	18,985.20	29,459.09	26,685.36	28,372.44	0.00	180,783.95	92,710.00
Cota-Parte do ITR	12,059.45	635,286.32	82,212.21	105,864.80	94,691.41	25,795.12	25,681.49	26,039.15	18,694.31	17,101.74	18,448.34	0.00	1,061,874.34	474,930.00
Transferências da LC nº 61/1989	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	14,910.00
Transferências do FUNDEB	255,246.17	280,219.29	261,875.75	255,450.12	316,090.26	255,002.66	237,188.52	227,946.32	311,202.34	269,616.39	250,685.26	0.00	2,920,523.08	3,556,760.00
Outras Transferências Correntes	454,670.52	503,960.20	392,394.88	545,307.21	289,293.88	360,609.48	694,154.83	460,860.61	457,858.91	361,320.56	425,077.97	0.00	4,945,509.05	8,760,244.00
Outras Receitas Correntes	8,927.41	48.00	4,302.96	5,318.96	7,685.73	3,984.67	3,748.64	3,746.96	3,746.96	10,376.28	3,759.09	0.00	55,645.66	16,100.00
DEDUÇÕES (II)	445,011.63	561,095.60	491,418.78	495,288.34	505,970.19	535,034.87	445,613.88	442,429.04	538,661.95	481,892.67	446,353.45	0.00	5,388,770.40	6,469,112.00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	445,011.63	561,095.60	491,418.78	495,288.34	505,970.19	535,034.87	445,613.88	442,429.04	538,661.95	481,892.67	446,353.45	0.00	5,388,770.40	6,469,112.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2,784,753.99	3,235,133.34	2,771,178.10	3,432,311.47	2,766,319.91	2,886,965.39	2,871,062.08	2,564,971.11	3,036,126.33	2,751,813.59	3,337,814.91	0.00	32,438,450.22	34,525,162.00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	245,904.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	245,904.00	245,904.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2,784,753.99	3,235,133.34	2,771,178.10	3,432,311.47	2,766,319.91	2,886,965.39	2,625,158.08	2,564,971.11	3,036,126.33	2,751,813.59	3,337,814.91	0.00	32,192,546.22	34,279,258.00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VI)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	2,784,753.99	3,235,133.34	2,771,178.10	3,432,311.47	2,766,319.91	2,886,965.39	2,625,158.08	2,564,971.11	3,036,126.33	2,751,813.59	3,337,814.91	0.00	32,192,546.22	34,279,258.00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	-
VALOR	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios	0,00	0,00	0,00		
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00		
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00		
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00		
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)	0,00	0,00	0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas da Administração - RPPS	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas da Administração - RPPS	-	-
RECEITAS CORRENTES		0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas da Administração - RPPS	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas da Administração - RPPS	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos - Administração do RPPS	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos - Administração do RPPS	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-
Contribuições dos Servidores		
Demais Receitas Previdenciárias		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-	-	-	-
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)					
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2023
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	34.525.162,00	20.215.073,32
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.950.374,00	901.674,91
IPTU	390.420,00	63.463,28
ISS	298.828,00	455.351,11
ITBI	432.566,00	390,00
IRRF	515.110,00	300.653,61
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	313.450,00	81.816,91
Contribuições	206.040,00	8.841,88
Receita Patrimonial	289.180,00	276.934,74
Aplicações Financeiras (II)	289.180,00	276.934,74
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	32.041.948,00	18.990.573,46
Cota-Parte do FPM	10.128.016,00	5.982.933,41
Cota-Parte do ICMS	9.130.888,00	7.785.481,31
Cota-Parte do IPVA	74.168,00	124.089,43
Cota-Parte do ITR	379.944,00	181.161,32
Transferências da LC nº 61/1989	11.928,00	0,00
Transferências do FUNDEB	3.556.760,00	1.867.731,75
Outras Transferências Correntes	8.760.244,00	3.049.176,24
Demais Receitas Correntes	37.620,00	37.048,33
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	37.620,00	37.048,33
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = (I - (II + III))	34.235.982,00	19.938.138,58
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	7.560.438,00	5.235.579,30
Operações de Crédito (VIII)	5.000.000,00	2.500.000,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	2.560.438,00	2.735.579,30
Convênios	1.966.060,00	1.170.262,13
Outras Transferências de Capital	594.378,00	1.565.317,17
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = (VII - (VIII + IX + X + XI + XII))	2.560.438,00	2.735.579,30
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	36.796.420,00	22.673.717,88
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	36.796.420,00	22.673.717,88

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2023					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	32.749.557,88	25.977.663,59	19.118.660,09	18.670.342,46	337.782,83	725.832,02	725.832,02
Pessoal e Encargos Sociais	15.856.100,00	10.424.055,33	9.201.914,13	8.973.299,07	206.230,35	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	132.000,00	190.000,00	75.311,28	75.311,28	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	16.761.457,88	15.363.608,26	9.841.434,68	9.621.732,11	131.552,48	725.832,02	725.832,02
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	32.617.557,88	25.787.663,59	19.043.348,81	18.595.031,18	337.782,83	725.832,02	725.832,02
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	9.071.902,12	7.137.377,73	3.236.851,29	3.236.839,79	12.390,00	381.338,69	381.338,69
Investimentos	8.998.902,12	7.081.377,73	3.203.972,40	3.203.960,90	12.390,00	381.338,69	381.338,69
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	73.000,00	56.000,00	32.878,89	32.878,89	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = (XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII))	8.998.902,12	7.081.377,73	3.203.972,40	3.203.960,90	12.390,00	381.338,69	381.338,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	264.140,00						
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	41.880.600,00	32.869.041,32	22.247.321,21	21.798.992,08	350.172,83	1.107.170,71	1.107.170,71
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	41.880.600,00	32.869.041,32	22.247.321,21	21.798.992,08	350.172,83	1.107.170,71	1.107.170,71

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2023
	VALOR
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = (XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc))	-582.617,74
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = (XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc))	-582.617,74

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-113.710,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o Bimestre / 2023
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	276.934,74
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2023
	VALOR
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	-305.683,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	Saldo	
	Em 31/12/2022 (a)	Até o Bimestre 2023 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	1.917.891,11	6.809.700,94
DEDUÇÕES (XL)	3.230.406,39	5.778.869,96
Disponibilidade de Caixa	3.230.406,39	5.778.869,96
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.776.005,36	6.005.295,36
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	424.558,84	76.426,16
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	121.040,13	149.999,24
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-1.312.515,28	1.030.830,98

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Até o Bimestre / 2023
	VALOR
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	-2.343.346,26

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	3.430.212,16

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre / 2023
	VALOR
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	348.132,68
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = (XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX))	-1.995.213,58

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Até o Bimestre / 2023
	VALOR
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	-2.272.148,32

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2022 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2022 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	37.548,95	387.009,89	350.172,83	0,00	74.386,01	1.451.654,46	1.734.914,84	1.107.170,71	1.107.170,71	0,00	2.079.398,59	2.153.784,60
PODER EXECUTIVO	37.548,95	387.009,89	350.172,83	0,00	74.386,01	1.451.654,46	1.734.914,84	1.107.170,71	1.107.170,71	0,00	2.079.398,59	2.153.784,60
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	37.548,95	387.009,89	350.172,83	0,00	74.386,01	1.451.654,46	1.734.914,84	1.107.170,71	1.107.170,71	0,00	2.079.398,59	2.153.784,60

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2022 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2022 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL ATÉ O BIMESTRE
Impactos das Contratações de PPP	-	-
TOTAL DE ATIVOS		
Ativos Constituídos pela SPE		
TOTAL DE PASSIVOS		
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		
Provisões de PPP		
Outros Passivos		
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Obrigações Contratuais		
Riscos não Provisionados		
Garantias Concedidas		
Outros Passivos Contingentes		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A contratar (I.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - Contratadas (II.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não Dependentes - A contratar (II.2)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - A Contratar (II.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	0,00
Previsão Inicial	35.266.888,00
Previsão Atualizada	42.085.600,00
Receitas Realizadas	25.450.652,62
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	0,00
Dotação Inicial	35.266.888,00
Dotação Atualizada	42.085.600,00
Despesas Empenhadas	33.115.041,32
Despesas Liquidadas	22.355.511,38
Despesas Pagas	21.907.182,25
Superávit Orçamentário	3.095.141,24

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	0,00
Despesas Liquidadas	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	32.438.450,22
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	32.192.546,22
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	32.192.546,22

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	-113.710,00	-582.617,74	512,37
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	3.430.212,16	-2.343.346,26	-68,31

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2023
Período de referência: 4º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	424.558,84	0,00	350.172,83	74.386,01
Poder Executivo	424.558,84	0,00	350.172,83	74.386,01
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.186.569,30	0,00	1.107.170,71	2.079.398,59
Poder Executivo	3.186.569,30	0,00	1.107.170,71	2.079.398,59
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	3.611.128,14	0,00	1.457.343,54	2.153.784,60

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	5.680.054,12	25,00	31,06
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.311.670,27	70,00	79,44
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receitas da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	2.766.415,91	15,00	15,13

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2023
	Período de referência: 4º bimestre

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	Entidades Consolidadas: Câmara Municipal de Rondolandia, Prefeitura Municipal de Rondolandia

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATO ADMINISTRATIVO Nº 076- 2023- PROC. Nº487-2023- LICENÇA PREMIO IZABEL PEREIRA DA CONCEIÇÃO

ATO ADMINISTRATIVO Nº 76/2023/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº487/2023.

ASSUNTO: Concede Licença Prêmio para o(a) Servidor(a) IZABEL PEREIRA DA CONCEIÇÃO, no Cargo efetivo de ***ZELADORA,*** Matricula ***nº2475.***

JOSÉ GUEDES DE SOUZA, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso XXVI do Art. 70 da L.O.M., e,

DECIDO.

1. Deferir a concessão da licença prêmio remunerada para o(a) servidor(a) **IZABEL PEREIRA DA CONCEIÇÃO**, ocupante do Cargo efetivo de ***ZELADORA***, Matricula 2475, referente ao período de aquisição compreendido entre 03/09/2018-02/09/2023, gozado no mês de **SETEMBRO DE 2023.**

2. Ao DRH para ciência do servidor e anotações necessárias

Rondolândia-MT, 11 de SETEMBRO de 2023.

JOSE GUEDES DE SOUZA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATO ADMINISTRATIVO Nº 068- 2023- PROC. Nº 0102-2014- LICENÇA PREMIO VALDENY FREIRE

ATO ADMINISTRATIVO Nº 068/2023/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº00102/2014.

ASSUNTO: Concede Licença Prêmio para o(a) Servidor(a) VALDENY FREIRE, no Cargo efetivo de ***VIGIA,*** Matricula ***nº038.***

JOSÉ GUEDES DE SOUZA, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso XXVI do Art. 70 da L.O.M., e,

DECIDO.

1. Deferir a concessão da licença prêmio remunerada para o(a) servidor(a) **VALDENY FREIRE**, ocupante do Cargo efetivo de ***VIGIA***, Matricula nº 038, referente ao período de aquisição compreendido entre 11/07/2012-10/07/2017, gozados consecutivamente **OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2023.**

2. Ao DRH para ciência do servidor e anotações necessárias

Rondolândia-MT, 11 de SETEMBRO de 2023.

José guedes de souza

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATO ADMINISTRATIVO Nº 074- 2023- PROC. Nº 223-2016- LICENÇA PREMIO TEREZINHA FERREIRA DE SOUZA CASTILHO

ATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2023/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº223/2016.

ASSUNTO: Concede Licença Prêmio para o(a) Servidor(a) TEREZINHA FERREIRA DE SOUZA CASTILHO, no Cargo efetivo de ***ZELADORA,*** Matricula ***nº754.***

JOSÉ GUEDES DE SOUZA, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso XXVI do Art. 70 da L.O.M., e,

DECIDO.

1. Deferir a concessão da licença prêmio remunerada para o(a) servidor(a) **TEREZINHA FERREIRA DE SOUZA CASTILHO**, ocupante do Cargo efetivo de ***ZELADORA***, Matricula nº 754, referente ao período de aquisição compreendido entre 04/05/2018-03/05/2023, gozados consecutivamente nos meses de **AGOSTO,SETEMBRO E OUTUBRO DE 2023.**

2. Ao DRH para ciência do servidor e anotações necessárias

Rondolândia-MT, 11 de SETEMBRO de 2023.

JOSE GUEDES DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 64/2023

O MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT., por meio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, realizará a licitação em epígrafepara **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO SOLO COM ATERRO E NIVELAMENTO, SERVIÇO DE PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA EM TAPETE, SERVIÇO PARA INCORPORAÇÃO NO SOLO, VISANDO ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; SERVIÇOS DE PODA E EXTRAÇÃO DE ARVORES E DESCARTE DE RESÍDUOS, MANUTENÇÃO JARDINAGEM DE GRAMAS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO COMO OS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS, DEPARTAMENTO DE ARQUIVO, DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO E PAÇO MUNICIPAL, CONFORME CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, EDITAL E TODOS SEUS ANEXOS.** Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico **http://www.rondonopolis.mt.gov.br/licitacoes/**, bem como no sítio: **https://bll.org.br/**, ou no endereço: Avenida Duque de Caxias, n.º 1.000, Bairro Vila Aurora, Rondonópolis-MT, CEP: 78.740-022, Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT, Secretaria de Administração, Superintendência de Compras e Licitações, horário das 12h00min às 18h00min, telefone para contato (66) 3411-5737, **Abertura das Propostas: 05/10/2.023 às 09h30min (horário de Brasília)** em sessão pública no endereço eletrônico: **https://bll.org.br/**, nos termos do Edital e seus anexos. Portanto, as propostas serão recebidas e processadas exclusivamente por meio eletrônico.

Rondonópolis-MT., 20 de setembro de 2.023.

Filipe Santos Ciriaco

Pregoeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇO Nº 50/2023"

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna públicos a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Tomada de Preço nº 50/2023, tendo como objeto: "Construção de área de lazer no bairro Cidade de Deus – praça 01, praça 02 praça 03, no município de Rondonópolis-MT, conforme projeto básico, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômico-financeira parte integrante do projeto básico encaminhada pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer". De nossa análise: As empresas CEOENGES CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, UPX CONSTRUTORA E ENGENHARIA e A Q RODRIGUES CONSTRUTORA EPP atenderam todas as exigências editalíssimas. Desta feita nossa análise temos que: As empresas CEOENGES CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, UPX CONSTRUTORA E ENGENHARIA e A Q RODRIGUES CONSTRUTORA EPP estão HABILITADAS para próxima fase do certame. Sendo assim a Comissão abre o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis para manifestação de Recurso Administrativo. Ata completa disponível no DIORONDON.

Rondonópolis-MT, 20 de setembro de 2023.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 86/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **nos termos do inciso XVII, do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**. **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 86/2023**, com fulcro no parecer jurídico N°**332/2023/ASSESSORIA/COMPRAS/SAD** que autoriza a modalidade de Dispensa de Licitação, diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, a contratação a favor da empresa: **MONACO CENTRO OESTE LTDA**, situada a Av. Fernando Correa da Costa, n° 3586, Rondonópolis-MT, **CNPJ: 01.639.744/0004-66.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE REVISÃO OBRIGATÓRIA DE 10.000KM DOS VEÍCULOS UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA, NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS – MT.

VALOR TOTAL DISPENSA: R$ 2.758,81 (DOIS MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS, OITENTA E UM CENTAVOS).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Município – DIORONDON**, no jornal de circulação local **Jornal Estadão,** no **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios** e no **Diário Oficial de Contas,** para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 19 de setembro de 2023.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇO Nº 48/2023"

A Prefeitura Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados a homologação da Licitação na Modalidade de Tomada de Preço nº 48/2023, tendo como objeto: "Ampliação da cozinha e construção de campos society com arquibancada, quadra de areia, pista de atletismo e vestiários na escola municipal Frei Milton Marques da Silva, localizada na rua Padre Toledo, nº 1865, bairro Jardim Vila Rica no Município de Rondonópolis - MT, conforme projeto básico, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica financeira parte integrante do projeto básico encaminhada pela Secretaria Municipal de Educação anexo ao edital", sendo vencedora a empresa E. Oliveira Barbosa Construções Eireli, apresentou o valor global de R$ 2.784.648,14 (dois milhões setecentos e oitenta e quatro mil seiscentos e quarenta e oito reais e catorze centavos). Conforme consta no processo, o resultado foi devidamente adjudicado à empresa vencedora, sendo igualmente homologado todo o procedimento pela autoridade competente.

Rondonópolis-MT, 20 de setembro de 2023.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO PARA O CARGO DE DIRETOR ESCOLAR

RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO PARA O CARGO DE DIRETOR ESCOLAR

EDITAL 002/2023

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE, ODENETE MARIA NUNES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS; TORNA PÚBLICO O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PARA O CARGO DE DIRETOR ESCOLAR, INSTITUIDO PELO EDITAL 002/2023 E DECRETO Nº 057/2022, CONFORME RELAÇÃO ABAIXO:

ORDEM	UNIDADE ESCOLAR	Nº DE VAGAS	Classificados	Colocação
1.	Escola Municipal Quintina Maria de Oliveira	01	Flavia Maria de Lima Almeida	1º
2.	Creche Municipal Ana Lemes Joaquim	01	Deisilene Eva de Arruda	1º
3.	Escola Municipal Prof. Sandra Malheiros	01	José Augusto Marques	1º
4.	Escola Municipal Prof. João Batista da Silva	01	Job Dias Ferreira	1º
			Dirce Regina Correa da Luz	2º

Rosário Oeste, 21 de setembro de 2023.

Odenete Maria Nunes

Secretaria Municipal de Educação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ERRATA DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 53-2023
PROCESSO PREGÃO PRESENCIAL 014/2023

ONDE SE LÊ:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR ALEX STEVES BERTO , TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DA ATA N° 51/2023 PARA O SEGUINTE OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AQUISIÇÃO DE IMOBILIARIO EM GERAL PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT.

CONTRATADA: G2I COMERCIO DE MOVEIS E GESTAO DE NEGOCIOS LTDA

CNPJ: 44.650.439/0001-35

DATA DE ASSINATURA: 04/09/2023

DATA DE VIGÊNCIA: 04/09/2024

Alex Steves Berto

Prefeito Municipal

LEIA-SE

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR ALEX STEVES BERTO , TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DA ATA N° 53/2023 PARA O SEGUINTE OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AQUISIÇÃO DE IMOBILIARIO EM GERAL PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT.

CONTRATADA: G2I COMERCIO DE MOVEIS E GESTAO DE NEGOCIOS LTDA

CNPJ: 44.650.439/0001-35

DATA DE ASSINATURA: 04/09/2023

DATA DE VIGÊNCIA: 04/09/2024

Alex Steves Berto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 166/2023 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

PORTARIA N.º 166/2023 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

CONCEDE INDENIZAÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR QUE MENCIONA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Art.95, § 4º da Lei 069/93 Estatuto dos Servidores públicos Municipais.

CONSIDERANDO: o vencimento do período aquisitivo 2016/2023 e o requerimento solicitando a referida indenização Do servidor de que se trata esta Portaria. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder indenização de Licença de Prêmio por Assiduidade ao servidor: **PEDRO VIANA NETO,** Cargo Efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS, Órgão Unidade: Sec. Municipal de Saúde e Saneamento, referente ao período aquisitivo 2016/2023, referente á 90 dias.

Art. 2º - A Conversão em espécie da Licença Prêmio ora indenizada será concedida em parcela única juntamente com os vencimentos do mês de Setembro /2023.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica orçamentária correspondente da Secretaria acima mencionada, suplementadas se necessário, na forma da legislação específica que disciplina a matéria.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 19 de Setembro de 2023.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 165/2023 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

PORTARIA N.º 165/2023 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

CONCEDE VERBA DE LOCOMOÇÃO NA CIRCUNSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO AOS SERVIDORES QUE MENCIONA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Srº Mauto Teixeira Espíndola, no uso de suas atribuições legais, exaradas no Art. 3º da Lei Municipal nº 513 de 20 de Janeiro de 2015.

CONSIDERANDO: A Comunicação Interna Nº 070/2023 seus respectivos relatórios anexos, expedido pela Secretaria Municipal de Educação, Protocolados em 13 de Setembro de 2023.

CONSIDERANDO: A Comunicação Interna Nº 463 protocolado em 19 de Setembro de 2023 e seus respectivo relatório de atividade em anexo, expedido pela Secretaria Municipal de Obras.

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder Pagamento de Verba de Locomoção aos Servidores realizaram atribuições na Zona Rural do Município.

Servidor	Cargo	Período	Porcentagem	Lotação
DIVALDO PINHEIRO DE SOUZA	op. de moto niveladora	Setembro de 2023	25%	Sec. Mun. de Obras
CESAR AUGUSTO RIBEIRO FLAMINI	motorista	Setembro de 2023	45%	Sec. Mun. de Educação
SANDRO SALLES DA LUZ	motorista	Setembro de 2023	45%	Sec. Mun. de Educação
FLORISVALDO KUSTHER PREISIGKE	motorista	Setembro de 2023	45%	Sec. Mun. de Educação

Art. 2º - A verba de Locomoção, ora concedida, será acrescida juntamente ao Salário Base do mês de ***Setembro*** do corrente Ano.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria

correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 19 de Setembro de 2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.164/2023 DE 18 DE SETEMBRO DE 2023

PORTARIA N.164/2023

DE 18 DE SETEMBRO DE 2023

CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, POR 02 (DOIS) ANOS O SERVIDOR QUE MENCIONA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei orgânica do Município. Combinado com o Art.99, do inciso 1°, 2° 3° da Lei Municipal n°069 de 28 de maio de 1993

CONSIDERANDO; O requerimento do Servidor que trata essa Portaria datada em 01 de Setembro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença de 02 (dois) anos, sem remuneração, para tratar de interesses particulares**,** pelo**período de 01/09/2023 a 01/09/2025 a servidor**: **PAULO SILVA SANTOS**, cargo **PROFESSOR**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo Desporto e Lazer.

Art. 2º - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo proceder às notações registros pertinente e, as providências na substituição do servidor acima citado.

Art. 3º Fica assegurado os direitos funcionais legalmente adquiridos pelo servidor de que trata esta portaria.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 18 de Setembro de 2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO DE SALTO DO CÉU - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO AO EDITAL DA ELEIÇÃO PARA ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES Nº 002/2023

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO AO EDITAL DA ELEIÇÃO PARA ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES Nº 002/2023

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, juntamente com os demais membros da Comissão Especial Eleitoral, nomeada pela Resolução nº 001/2023 de 31 de março de 2023, no uso de suas atribuições legais, vem TORNAR PÚBLICO, A **PRIMEIRA RETIFICAÇÃO AO EDITAL DA ELEIÇÃO PARA ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES Nº 002/2023, conforme segue:**

ONDE SE LIA

ANEXO I

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO SELETIVO ELEITORAL 001/2023	
Data	**Eventos**
04/08/2023	Publicação Edital do Concurso
07/08/2023	Prazo para impugnação ao Edital
08/08/2023	Publicação das respostas as impugnações ao Edital
09 a 17/08/2023	Período das inscrições
18/08/2023	Publicação da Relação dos inscritos
21 e 22/08/2023	Prazo para recurso contra a relação dos inscritos
24/08/2023	Divulgação do resultado dos recursos da relação de inscritos
24/08/2023	Publicação do Edital da Homologação das Inscrições
24/08/2023	Publicação do Edital Complementar – Local de provas
27/08/2023	**Prova Objetiva**
28/08/2023	Publicação do gabarito preliminar da prova objetiva
29 e 30/08/2023	Prazo de recurso contra o gabarito preliminar da prova objetiva
01/09/2023	Divulgação das respostas dos recursos contra o gabarito preliminar da prova objetiva
01/09/2023	Publicação do gabarito oficial da prova objetiva
01/09/2023	Divulgação do resultado dos classificados no Seletivo Eleitoral 001/2023 do Munícipio de Santa Carmem - MT
04/09/2023	REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DOS CANDIDATOS APROVADOS
06/09/2023	Divulgação do Resultado da Avaliação Psicológica
11/09/2023	Pedido de Devolutiva para os candidatos com resultado INAPTO
13/09/2023	Convocação para a Inscrição para a Habilitação Eleitoral
18 e 19/09/2023	Registro das candidaturas (entrega dos documentos e currículos pelos candidatos classificados no processo seletivo).

22/09/2023	Publicação dos candidatos deferidos e indeferidos
25 e 26/09/2023	Recurso à impugnação da candidatura dos candidatos indeferidos
27/09/2023	Resultado do pedido pelos candidatos indeferidos Publicação dos candidatos habilitados
28/09/2023	Reunião com os candidatos habilitados para firmar compromisso
28/09/2023	Liberação dos candidatos para campanha eleitoral
01/10/2023	**Eleições**
04 e 05/12/2023	**Formação com os Eleitos**

***Este Cronograma tem caráter orientativo, podendo suas datas ser alteradas em função da necessidade de ajustes operacionais, a critério da Prefeitura Municipal de Santa Carmem/MT

Todos os atos inerentes ao prosseguimento do PROCESSO ELEITORAL serão objeto de publicação por editais afixados na Prefeitura Municipal de SANTA CARMEM/MT, publicado na internet, no diário oficial da AMM

LEIA - SE

ANEXO I

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO SELETIVO ELEITORAL 001/2023	
Data	**Eventos**
04/08/2023	Publicação Edital do Concurso
07/08/2023	Prazo para impugnação ao Edital
08/08/2023	Publicação das respostas as impugnações ao Edital
09 a 17/08/2023	Período das inscrições
18/08/2023	Publicação da Relação dos inscritos
21 e 22/08/2023	Prazo para recurso contra a relação dos inscritos
24/08/2023	Divulgação do resultado dos recursos da relação de inscritos
24/08/2023	Publicação do Edital da Homologação das Inscrições
24/08/2023	Publicação do Edital Complementar – Local de provas
27/08/2023	**Prova Objetiva**
28/08/2023	Publicação do gabarito preliminar da prova objetiva
29 e 30/08/2023	Prazo de recurso contra o gabarito preliminar da prova objetiva
01/09/2023	Divulgação das respostas dos recursos contra o gabarito preliminar da prova objetiva
01/09/2023	Publicação do gabarito oficial da prova objetiva
01/09/2023	Divulgação do resultado dos classificados no Seletivo Eleitoral 001/2023 do Munícipio de Santa Carmem - MT
04/09/2023	REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DOS CANDIDATOS APROVADOS
06/09/2023	Divulgação do Resultado da Avaliação Psicológica
11/09/2023	Pedido de Devolutiva para os candidatos com resultado INAPTO
13/09/2023	Convocação para a Inscrição para a Habilitação Eleitoral
18 e 19/09/2023	Registro das candidaturas (entrega dos documentos e currículos pelos candidatos classificados no processo seletivo).
20/09/2023	Publicação dos candidatos deferidos e indeferidos
20/09/2023	Recurso à impugnação da candidatura dos candidatos indeferidos
20/09/2023	
21/09/2023	Reunião com os candidatos habilitados para firmar compromisso
21/09/2023	Liberação dos candidatos para campanha eleitoral
01/10/2023	**Eleições**
04 e 05/12/2023	**Formação com os Eleitos**

***Este Cronograma tem caráter orientativo, podendo suas datas ser alteradas em função da necessidade de ajustes operacionais, a critério da Prefeitura Municipal de Santa Carmem/MT

Todos os atos inerentes ao prosseguimento do PROCESSO ELEITORAL serão objeto de publicação por editais afixados na Prefeitura Municipal de SANTA CARMEM/MT, publicado na internet, no diário oficial da Amm

Santa Carmem/MT, 20 de setembro de 2023.

RODRIGO AUDREY FRANTZ

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO DOS CANDIDATOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS DA ELEIÇÃO PARA ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES Nº 002/2023

PUBLICAÇÃO DOS CANDIDATOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS DA ELEIÇÃO PARA ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES Nº 002/2023

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, juntamente com os demais membros da Comissão Especial Eleitoral, nomeada pela Resolução nº 001/2023 de 31 de março de 2023, no uso de suas atribuições legais, vem TORNAR PÚBLICO, A **PUBLICAÇÃO DOS CANDIDATOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS DA ELEIÇÃO PARA ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES Nº 002/2023,** conforme segue:

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	SITUAÇÃO
1	ELOISA SANDRA SALOMÉ NASCIMENTO	15/03/1975	DEFERIDO
3	RENUZA DA SILVA LIMA	03/07/1990	DEFERIDO
4	SANDRA REGINA GOMES DA COSTA	10/08/1965	DEFERIDO
5	AMANDA GIMENES DA SILVA	16/03/1996	DEFERIDO
7	ANGELA ROSANE DE SOUZA	04/05/1998	DEFERIDO
6	ALESSANDRA CARMAGO FERREIRA	21/10/1982	INDEFERIDO
10	PAMELA JÉSSICA FRANZEN	08/11/1985	DEFERIDO
22	JÉSSICA THAIS DA SILVA DE MORAES	01/01/1994	DEFERIDO
12	ELIDA LUCIENE CARVALHO	19/05/1980	DEFERIDO

Santa Carmem/MT, 20 de setembro de 2023.

RODRIGO AUDREY FRANTZ

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DO PEDIDO DE RECURSO PELOS CANDIDATOS INDEFERIDOS DA PUBLICAÇÃO DOS CANDIDATOS HABILITADOS DA ELEIÇÃO PARA ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES Nº 002/2023

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DO PEDIDO DE RECURSO PELOS CANDIDATOS INDEFERIDOS DA PUBLICAÇÃO DOS CANDIDATOS HABILITADOS DA ELEIÇÃO PARA ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES Nº 002/2023

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, juntamente com os demais membros da Comissão Especial Eleitoral, nomeada pela Resolução nº 001/2023 de 31 de março de 2023, no uso de suas atribuições legais, vem TORNAR PÚBLICO, **A PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DO PEDIDO DE RECURSO PELOS CANDIDATOS INDEFERIDOS DA PUBLICAÇÃO DOS CANDIDATOS HABILITADOS DA ELEIÇÃO PARA ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES Nº 002/2023,** conforme segue:

NÃO HOUVE RECURSO CONTRA A LISTA DE CANDIDATOS HABILITADOS

Santa Carmem/MT, 20 de setembro de 2023.

RODRIGO AUDREY FRANTZ

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 53/2023

Processo Administrativo Licitatório Nº 324/2023

A Prefeitura Municipal de SANTA CARMEM, através da Pregoeira e equipe de apoio, nomeada através da portaria Nº 24/2023, torna público para conhecimento dos interessados, que na licitação modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023 - SRP 53/2023, cujo objeto éREGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA TENDO COMO FINALIDADE, LOCAÇÃO DE RODA GIGANTE PARA O EVENTO NATAL DA PRAÇA, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de Santa Carmem – MT.** Com abertura marcada para o dia 20/09/2023 e homologada no dia 20/09/2023, teve como vencedores as empresas:

PARK APARECIDA LTDA - EPP, cadastrada no CNPJ **33.968.386/0001-89**,por apresentar o valor de **R$ 180.000,00** (cento e oitenta mil reais);

Santa Carmem/MT, 20 de setembro de 2023

MAITÊ SEHNEM

Pregoeira - Portaria nº 24/2023

PORTARIA Nº 230/2023

PORTARIA Nº 230/2023

DATA: 20 de setembro de 2023.

SÚMULA: Nomeia FISCAIS e SUPLENTES da Ata de Registro de Preço nº 68/2023, nº 69/2023, nº 70/2023.

RODRIGO AUDREY FRANTZ, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores: Sec. Mun. Agricultura, Meio Ambiente, Industria e Comércio: **Srª. Nelci Maria Atuatti Gemelli** como FISCAL e **Sr. Elton Schmitt Fath**como SUPLENTE; da Ata de Registro de Preços nº 68/2023 firmada com a empresa **ROBISLEY GOUVEIA RODRIGUES 05996101157,** da Ata de Registro de Preços nº 69/2023 firmada com a empresa **EDINEI BOEING EIRELI – ME,** da Ata de Registro de Preços nº 70/2023 firmada com a empresa **MEGA GARDEN STOCHERA,** referente àREGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS DE RECREAÇÃO, ARTIGOS PARA DECORAÇÃO DE EVENTOS E AQUISIÇÃO DE PLANTAS ORNAMENTAIS, CONFORME DESCRIÇÃO CONSTANTE NO ANEXO I, **EM ATENDIMENTO AS AÇÕES DAS NECESSIDADES DA SECRETARIAS MUNICIPAIS DE** SANTA CARMEM/MT, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 24/2023 – SRP 30/2023**.**

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 20 de setembro de 2023.

RODRIGO AUDREY FRANTZ

Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 21/2022

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 21/2022

Através deste instrumento, fica rescindido o contrato nº 21/2022, de 20 de abril de 2022, entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, inscrita no CNPJ de n º 37.465.283.0001/57, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Srº. RODRIGO AUDREY FRANTZ, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG de n º 1193018-7 SJ/MT e do CPF n º 885.328.361-00, denominado CONTRATANTE e a Srª. CLEILDES SANTOS SILVA, brasileiro (a), portador (a) do CPF Nº 054.096.763-78, denominado (a) CONTRATADO (a).

Clausula 1º: A Rescisão se faz a pedido da contratada.

Clausula 2º: O (a) CONTRATADO (a) receberá seus direitos conforme consta na rescisão, sendo descontados os encargos sociais.

Por ser de acordo entre as partes, assinam o presente em duas vias.

Santa Carmem/MT, 20 de setembro de 2023.

_____

CLEILDES SANTOS SILVA

_____

RODRIGO AUDREY FRANTZ

TESTEMUNHAS: _____

LIDIA INÊS BARON SARAN

_____

ALINE ALEXANDRE FRANTZ

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 104/2023

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 104/2023

Objeto: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A RESCISÃO AMIGÁVEL ADMINISTRATIVO REFERENTE À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2023, A CONTAR DA PRESENTE DATA, FIRMADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM – MT E A EMPRESA **BRAVO SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI,** CONFORME DISPÕE ARTIGO 78, INCISOS XIII A XVI, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93. CONFORME JUSTIFICATIVA APRESENTADA NO PROCESSO.

CONTRATADO: BRAVO SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM.

VALOR TOTAL DA RESCISÃO: R$ 235.369,10 (duzentos e trinta e cinco mil, trezentos e sessenta e nove reais e dez centavos)

DATA DE ASSINATURA: 18/09/2023

Procurador Jurídico: Adriano Bulhões dos Santos.

PORTARIA Nº 229/2023

PORTARIA Nº 229/2023

DATA: 18 DE SETEMBRO DE 2023.

SÚMULA: Exonera a Sr.ª. GISELE RODRIGUES do cargo de AGENTE DE VIGILANCIA E MANUTENÇÃO.

RODRIGO AUDREY FRANTZ, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art.1º- Exonera a Sr.ª. GISELE RODRIGUES do cargo de AGENTE DE VIGILANCIA E MANUTENÇÃO.

Art.2º - A exoneração ocorreu a pedido do mesmo Conforme solicitação datada em 18 de setembro de 2023.

Art.3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

ESTADO DE MATO GROSSO

EM, 18 DE SETEMBRO DE 2023.

Registre-se e Publique-se

RODRIGO AUDREY FRANTZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 231/2023

PORTARIA Nº 231/2023

DATA: 20 DE SETEMBRO DE 2023.

SÚMULA: Exonera o Sr. JONAS MARTINS do cargo de DIRETOR DE NUCLEO DE PRODUÇÃO.

RODRIGO AUDREY FRANTZ, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art.1º- Exonera o Sr. JONAS MARTINS do cargo de DIRETOR DE NUCLEO DE PRODUÇÃO.

Art.2º - A exoneração ocorreu a pedido do mesmo Conforme solicitação datada em 20 de setembro de 2023.

Art.3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

ESTADO DE MATO GROSSO

EM, 20 DE SETEMBRO DE 2023.

Registre-se e Publique-se

RODRIGO AUDREY FRANTZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 234/2023

PORTARIA Nº 234/2023

DATA: 21 DE SETEMBRO DE 2023.

SÚMULA: Nomeia o Sr°: JONAS MARTINS no cargo de SECRET.MUN. DE AGRIC.MEIO AMB.IND.COMER.

RODRIGO AUDREY FRANTZ, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e fundamentado na Lei Municipal nº 437/2011.

R E S O L V E:

Art.1º - Nomeia o S.r: JONAS MARTINS no cargo de SECRET.MUN. DE AGRIC.MEIO AMB.IND.COMER.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

ESTADO DE MATO GROSSO

EM, 21 DE SETEMBRO DE 2023.

Registre-se e Publique-se

RODRIGO AUDREY FRANTZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 235/2023

PORTARIA Nº 235/2023

DATA: 21 DE SETEMBRO DE 2023.

SÚMULA: Nomeia a Sr.ª EDIANE DA SILVA ROCHA no cargo de COORDENADOR ESCOLAR.

RODRIGO AUDREY FRANTZ, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art.1º - Nomeia a Sr.ª EDIANE DA SILVA ROCHA no cargo de COORDENADOR ESCOLAR.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

ESTADO DE MATO GROSSO

EM, 21 DE SETEMBRO DE 2023.

Registre-se e Publique-se

RODRIGO AUDREY FRANTZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 233/2023

PORTARIA Nº 233/2023

DATA: 20 de setembro de 2023.

SÚMULA: Nomeia interinamente Jonas Martins como responsável pela Secretária Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio da Prefeitura de Santa Carmem-MT.

RODRIGO AUDREY FRANTZ, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais:

Considerando que o Sr Marcio Schneider pediu exoneração do cargo de Secretário da pasta da Agricultura;

Considerando a necessidade de nomeação de outro profissional para responde, mesmo que transitoriamente pela Secretária;

Considerando que o Sr Jonas Martins já exerce funções dentro do respectivo órgão, conhecendo a rotina da r. Secretaria;

R E S O L V E:

ART.1º- Fica determinado o Sr. **JONAS MARTINS**, CPF 060.791.191-37, como **responsável interino** pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio da Prefeitura de Santa Carmem-MT, até o momento da nomeação de outro Secretário titular para a pasta.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, com efeitos retroativos a data de 19 de julho de 2023.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM - ESTADO DE MATO GROSSO.

20 de setembro de 2023

RODRIGO AUDREY FRANTZ

Prefeito Municipal

ERRATA DO EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 35/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

ESTADO DE MATO GROSSO

ERRATA: Retificamos que a redação do **extrato do quinto termo aditivo ao contrato 35/2020**, publicada no TCE no dia 14 de setembro de 2023.

— ONDE SE LÊ:

VALOR DO ADITIVO: R$ 58.942,08 (cinquenta e oito mil, novecentos e quarenta e dois reais e oito centavos)

VALOR GLOBAL: R$ 198.433,53(cento e noventa e oito mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e três centavos).

— LER-SE-Á:

VALOR DO ADITIVO: R$ 52.392,96 (cinquenta e dois mil, trezentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos)

VALOR GLOBAL: R$ 191.884,41(cento e noventa mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e um centavos).

EDUARDA RAMOS

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SETOR DE CONTRATOS-LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 025-2023 MUDANÇA DE DOTAÇÃO

TERMO DE APOSTILAMENTO N° 025/2023

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 025-2023 A TOMADA DE PREÇOS Nº. 012/2020, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2020, SOBRE O CONTRATO 038/2020, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT EMPRESA COLBEK SERVIÇOS MEDICOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O NÚMERO 22.542.204/0001-97.

Pelo Presente termo o MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU, Estado de Mato Grosso, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado por sua Prefeita Sr. **Joraildes Soares de Sousa**, brasileira, solteira, residente à avenida dos, s/n°, centro, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG n° 1439907-7SSP/ MT, CPF sob o n° 948.717.601-20, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, **COLBEK SERVIÇOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 22.542.204/0001-97**, estabelecida à RUA FELIPE THIAGO GOMES, S/N°, Bairro CENTRO, no Município de SANTA CRUZ DO XINGU - MT, representada neste ato pela Senhora SÍLVIA DE ALMEIDA SANTOS COLBEK, portadora do RG nº .1.919.909 – 2ª VIA SSD/PB e do CPF n° 025.088.984-64, residente e domiciliada à AVENIDA PRINCIPAL, S/Nº, Bairro CENTRO, cidade de SANTA CRUZ DO XINGU - MT, doravante denominado(a) de CONTRATADO(A), resolvem celebrar a presente Contratação nos termos da **Tomada de Preços nº. 012/2020**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Constitui objeto do presente instrumento a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, CLÍNICO GERAL, PARA ATENDIMENTOS DE CONSULTAS MÉDICAS DIVERSAS, E URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS NO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT**, conforme TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO EXECUTIVO, MEMORIAIS e demais anexos deste Edital, e na forma da legislação pertinente, em especial da Lei n.º 8.666/1993, e dos termos estabelecidos neste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS FONTES DOS RECURSOS E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

As despesas decorrentes do presente Termo de Apostilamento correrão por conta do Tesouro Municipal, a obedecer as seguintes Dotações Orçamentárias:

Secretaria Municipal de Saúde:

(0086) – 04.002.10.302.0004.2048.33.90.39.000000 – Fonte 1.5.00.100200 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Passando a correr da seguinte rubrica orçamentária/fonte de recurso:

Secretaria Municipal de Saúde:

(0370) 04.002.10.302.0004.2282.339039.000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Fonte 2.6.2.1.0000000 - Valor total de R$ 32.797,88 (Trinta e dois mil e setecentos e noventa e sete reais e oitenta e oito centavos)

As despesas decorrentes do presente Termo de Apostilamento correrão por conta do Tesouro Municipal, a obedecer as seguintes Dotações Orçamentárias:

No exercício seguinte, correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

Santa Cruz do Xingu – MT, 31 de Agosto de 2023.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

CONTRATANTE

SETOR DE CONTRATOS-LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1° PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO N°. 028/2023

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT

EXTRATO DO 1° PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO N°. 028/2023

CONTRATANTE: Município de Santa Cruz do Xingu-MT. CONTRATADA: ROCHA ENGENHERIA DE RODOVIAS, inscrita no CNPJ sob o número 32.801.753/0001-92**,** OBJETO: a Contratação De Empresa Para Aquisição De Material E Aplicação De Microrrevestimento Asfáltico, Objeto Do Termo De Convênio Nº 1781-2022 Firmado Entre O Município De Santa Cruz Do Xingu E A Secretaria De Estado De Infraestrutura E Logística De Mato Grosso - Sinfra/MT. Em decorrência da alteração do projeto que constitui acréscimo no quantitativo, será pago à contratada o valor do aditivo de R$ R$: 198.827,93 (Cento e noventa e oito mil e oitocentos e vinte e sete reais e noventa e três centavos), correspondente a 11,20 % cento) do valor original. Dados Orçamentários para realização do aditivo de valor: Secretária Municipal de Obras (0252) 09.001.15.451.0017.1011.449051.000000 – Obras e Instalações - Fonte 1.711.0000804.

.

Joraildes Soares de Sousa

Prefeita Municipal

SETOR DE CONTRATOS-LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO 027-2023 MUDANÇA DE DOTAÇÃO AO CONTRATO 050-2023

TERMO DE APOSTILAMENTO N° 027/2023

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 027-2023, CREDENCIAMENTO Nº 001-2023, CONTRATO Nº 050-2023, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT E A EMPRESA R M SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O NÚMERO 50.783.962/0001-32.

Pelo Presente termo o MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU, Estado de Mato Grosso, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado por sua Prefeita Sr. **Joraildes Soares de Sousa**, brasileira, solteira, residente à avenida dos, s/n°, centro, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG n° 1439907-7SSP/ MT, CPF sob o n° 948.717.601-20, do-

ravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, de outro lado, **R M SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o número 50. 783.962/0001-32**, estabelecido à Rua F 23, nº 790, Bairro: Setor F, QD 24, Lote 12 e 13, no Município de Querência - MT, representado neste ato pelo Senhor Romário Melo de Oliveira, portador do RG nº 21646392 SSP/ MT e do CPF n° 046.525.151-03, residente e domiciliado à Rua F 23, nº 790, Bairro: Setor F, QD 24, Lote 12 e 13, no Município de Querência – MT, CEP: 78.643-000, doravante denominado de CONTRATADO, resolvem celebrar a presente Contratação nos termos do Credenciamento nº. 001/2023 mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto deste Contrato é a contratação de pessoas físicas ou jurídicas para prestação de serviços médicos no Posto de Saúde da Família no Município de Santa Cruz do Xingu-MT, mediante adesão às condições previstas neste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS FONTES DOS RECURSOS E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

As despesas decorrentes do presente Termo de Apostilamento correrão por conta do Tesouro Municipal, a obedecer as seguintes Dotações Orçamentárias:

Secretaria Municipal de Saúde - PSF

(0055) 04.002.10.301.0004.2043.339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica –

Fonte – 1.6.00.000600. R$ 367.667,76 (Trezentos e sessenta e sete mil e seiscentos e sessenta e sete reais e setenta e seis centavos).

Passando a correr da seguinte rubrica orçamentária/fonte de recurso:

Secretaria Municipal de Saúde - PSF

(0369) 04.002.10.302.0004.2282.339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica –

Fonte – 2.6.000.000. R$ 30.638,98 (Trinta mil e seiscentos e trinta e oito reais e noventa e oito centavos).

As despesas decorrentes do presente Termo de Apostilamento correrão por conta do Tesouro Municipal, a obedecer às seguintes Dotações Orçamentárias:

No exercício seguinte, correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

Santa Cruz do Xingu – MT, 31 de Agosto de 2023.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

CONTRATANTE

SETOR DE CONTRATOS-LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO 026-2023 MUDANÇA DE DOTAÇÃO AO CONTRATO 037-2022

TERMO DE APOSTILAMENTO N° 026/2023

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 026-2023 A CREDENCIAMENTO Nº. 002/2023, SOBRE O CONTRATO 037/2023, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT EMPRESA PEDRO A S NETO SERVIÇOS MEDICOS, CNPJ: 41.889.878/0001-07.

Pelo Presente termo o MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU, Estado de Mato Grosso, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado por sua Prefeita Sr. **Joraildes Soares de Sousa**, brasileira, solteira, residente à avenida dos, s/n°, centro, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG n° 1439907-7SSP/ MT, CPF sob o n° 948.717.601-20, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, **PEDRO A S NETO SERVIÇOS MEDICOS, inscrita no CNPJ/MF sob o número 41.889. 878/0001-07**, estabelecido à Rua Quatro, S/n, Bairro: Centro, no Município de Santa Cruz do Xingu - MT, representado neste ato pelo Senhor Pedro Alves Silva Neto, portador do RG nº 2385294-1 e do CPF n° 046.461. 751-00, residente e domiciliado à Rua Quatro, S/N, QD 08, LT 12, Bairro: Centro, cidade de Santa Cruz do Xingu – MT, CEP: 78.664-000, doravante denominado de CONTRATADO, resolvem celebrar a presente Contratação nos termos do **Credenciamento nº. 002/2023**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Constitui objeto do presente instrumento a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM ULTRASSONOGRAFIA BÁSICA, SENDO DE FORMA ELETIVA CONFORME AGENDAMENTOS E DE SOBREAVISO PARA POSSÍVEIS EXAMES DE URGÊNCIAS 24 HORAS, QUANDO REQUISITADO PELO MUNICÍPIO, A SER REALIZADO COM EQUIPAMENTO ULTRASSONOGRÁFICO DO PRÓPRIO MUNICÍPIO NO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT**, conforme TERMO DE REFERÊNCIA e demais anexos deste Edital, e na forma da legislação pertinente, em especial da Lei n.º 8.666/1993, e dos termos estabelecidos neste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS FONTES DOS RECURSOS E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

As despesas decorrentes do presente Termo de Apostilamento correrão por conta do Tesouro Municipal, a obedecer às seguintes Dotações Orçamentárias:

Secretaria de Saúde – Pronto Atendimento

(0086) 04.002.10.302.0004.2048.339039.000000 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica – Fonte 1.5.00.100200.

Passando a correr da seguinte rubrica orçamentária/fonte de recurso:

Secretaria de Saúde – Pronto Atendimento

(0370) 04.002.10.302.0004.2282.339039.000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Fonte 2.6.2.1.0000000 - Valor total de R$ 19.500,00 (Dezenove mil e quinhentos reais).

As despesas decorrentes do presente Termo de Apostilamento correrão por conta do Tesouro Municipal, a obedecer às seguintes Dotações Orçamentárias:

No exercício seguinte, correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

Santa Cruz do Xingu – MT, 31 de Agosto de 2023.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 483/2023 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 483/2023

DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATO Nº 086/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores Sr. **GUILHERME PEREIRA DA SILVA FILHO**, inscrito no CPF/MF sob o nº 095.***.***- 07 (titular) e **WALDINEI FRANCISCO PINTO**, inscrito no CPF nº 903.***.***-15 (suplente) para Fiscalização do seguinte contrato:

Ø **CONTRATO 086/2023 – IRRIGAMAIS TUBOS E CONEXOES**, inscrita no CNPJ n° 34.703.826/0001-39**,** OBJETO **AQUISIÇÃO DE BOMBA SUBMERSA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS NO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**, conforme processo de Dispensa de Dispensa de Licitação nº 039-2023- **CONTRATO 086-2023**. **VALOR**: R$ **13.800,00** - VIGÊNCIA: 11/09/2023 ATÉ 11/12/2023.

Art. 2º.*A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.*

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 20 DE SETEMBRO DE 2023.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0482/2023 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 0482/2023

DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 085/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora **CRISTIANE GOMES TORRES**, inscrita no CPF nº 053.***.***-43 para Fiscalização do **CONTRATO 085/2023 – SOS EXTINTORES LTDA**, inscrita no CNPJ n° **34.412.373/0002-72,** OBJETO: **AQUISIÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**, conforme processo de Dispensa de Dispensa de Licitação nº 041-2023- **CONTRATO 085-2023**. **VALOR**: R$ **3. 595,00**- VIGÊNCIA: 11/09/2023 ATÉ 11/10/2023.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 20 DE SETEMBRO DE 2023.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0481/2023 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 0481/2023

DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 084/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor **JHONATAN RISSI**, inscrito no CPF nº 008.***.***-03, para **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO 071/2023**, **Fornecedor -** GENTE SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ n° **90.180.605/0001-02,** OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA FROTA MUNICIPAL PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE FINANÇAS E SECRETARIA DE MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS DO MUNCIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT**, conforme processo de Dispensa de Dispensa de Licitação nº 040-2023- **VALOR:** R$ **16.800,00**- VIGÊNCIA: 11/09/2023 ATÉ 11/09/2024.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 20 DE SETEMBRO DE 2023.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 002/2023 – DESAPROPRIAÇÃO

Processo Administrativo: 002/2023 – Desapropriação

Local: Santa Rita do Trivelato - MT

Lei Municipal: 768, de 19 de maio de 2023

Alteração da Lei: 777, de 19 de julho de 2023

Decreto Municipal: 48, de 28 de julho de 2023

Matrícula: 414, Livro 2, 1º Serviço Registral de Nova Mutum - MT

Autuação: 11/08/2023

DECISÃO ADMINISTRATIVA DE DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL

Compulsando os autos verifico que a decisão administrativa de fls. 04/06 foi cumprida integralmente, e por isso darei prosseguimento ao feito com vista à efetivação do objeto deste processo administrativo de desapropriação.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a desapropriação por necessidade, utilidade pública ou interesse social tem suporte legal no art. 5º, incisos XXII e XXIV, da Constituição Federal de 1988. Com base neste dispositivo a expropriação do bem imóvel particular descrito na Lei Municipal nº 768/2023, alterada pela Lei Municipal nº 777/2023 e no Decreto Municipal nº 48/2023, só pode se dar *mediante justa e prévia indenização em dinheiro, pois a presente situação não se enquadra nos casos previstos no art. 182 §4º III, art. 184 e art. 243, todos, da* Constituição Federal de 1988.

Já o art. 2º do Decreto-Lei nº 3.365/1941 dispõe que m**ediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios. Neste sentido, Santa Rita do Trivelato é pessoa jurídica legítima para desapropriar com o intuito de realizar sua tarefa de atender à utilidade pública, submetendo o particular a esta vontade, em respeito ao princípio do interesse público.**

Ademais, o Município de Santa Rita do Trivelato tem a necessidade urgente de expandir a área urbana da cidade e abertura de vias públicas,

nos termos das alíneas “e” e “i” do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/1941. Por isso, insurge a presente desapropriação, para viabilizar a abertura de espaços urbanos que garantam a construção de novas unidades habitacionais e respectivas vias públicas de acesso em prol da diminuição do déficit habitacional existente atualmente.

Como dito, o poder jurídico que fundamenta esta medida está previsto nas alíneas “e” e “i” do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/1941**, senão veja:**

Art. 5º Consideram-se casos de utilidade pública:

[...]

e) a criação e melhoramento de centros de população, seu abastecimento regular de meios de subsistência;

[...]

i) a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais;

Destarte, determino a realização dos procedimentos finais para a desapropriação da área de terras de 16,9347 hectares, encravada no imóvel rural sob nº 11-B, do Loteamento da Gleba Trivelato, matriculado sob nº 414, Livro 2, do 1º Serviço Registral de Nova Mutum – MT, situado no Município de Santa Rita do Trivelato, cujas características e confrontações estão delimitadas nos documentos técnicos juntados às fls. 40/59.

Quanto à justa e prévia indenização, observo que constam nas fls. 62/149 os laudos de avaliações que foram analisados pela Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis de Interesse do Município de Santa Rita do Trivelato às fls. 152/154.

DESCRIÇÃO	VALOR APRESENTADO (R$)
1º Laudo de Avaliação	2.351.862,31
2º Laudo de Avaliação	2.173.445,00
3º Laudo de Avaliação	2.747.350,00
Valor Estabelecido pela Comissão Especial (Média obtida com base nos três laudos)	**2.424.219,10**

Embora a Comissão tenha apresentado uma média de valor considerada como justa para fins de indenização, manifesto-me pela adoção do menor valor encontrado dentre as avaliações, vez que a considero mais vantajosa à Administração, sem, contudo, afrontar o caráter de justo da indenização, vez que a presente decisão está embasada em avaliação técnica capaz de apresentar a viabilidade de se pagar um valor menor dentre as demais que foram apresentadas.

Neste sentido, fica estabelecido o valor total de **R$2.173.445,00 (dois milhões cento setenta e três mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais)** como justa e prévia indenização da área em exproprianda.

Destarte, considerando a Lei Municipal nº 768/2023, alterada pela Lei Municipal nº 777/2023, bem como o Decreto Municipal nº 48/2023 que declaram a área do imóvel acima mencionada como de utilidade pública para fins de desapropriação, determino que os proprietários do imóvel expropriando sejam notificados para que se manifestem no prazo de quinze dias sobre a aceitação ou a recusa da proposta do preço indicado acima como justa e prévia indenização pela desapropriação do imóvel, ressalvando que o silêncio será considerado rejeição.

Publique-se, cumpra-se.

Santa Rita do Trivelato/MT, 20 de setembro de 2023.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2023

CONVOCAÇÃO E POSSE

EDITAL 14/2023 DO PROCESSO SELETIVO 03/2023.

O Sr. **EGON HOEPERS**, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** os candidatos abaixo, aprovados no **PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2023**, realizado no dia 21/05/2023 para comparecer no prazo de 02 (dois) dias após a publicação deste edital na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, para apresentar **cópias** dos documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse no cargo em que foi classificado.

a) Exame Admissional.

b) Cópia da certidão de nascimento dos filhos.

c) Comprovante de escolaridade.

d) Certidão negativa de antecedente criminal.

e) Copia do CPF e RG.

f) Titulo de eleitor e ultimo comprovante de votação.

g) Certidão de nascimento ou casamento.

h) PIS/PASEP.

i) Carteira de trabalho.

j) Comprovante de residência.

k) Cópia do CPF dos dependentes.

l) Documento Militar (sexo masculino).

m) CNH (motoristas e operador de maquinas)

TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - MONITOR	CLAS
EVANICE SILVA SOUZA	7º
FRANCIANE DA SILVA TRINDADE	8º

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 20 de Setembro de 2023.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO CHAMAMENTO PUBLICO Nº 002/2023

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT,** através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 0328/2023, torna público aos interessados que realizou o julgamento do Credenciamento e da Habilitação referente ao Processo Licitatório – **CHAMANENTO PUBLICO 002/2023**. Após as análises das documentações a Comissão Permanente de Licitações declarou **HABILITADOS** nos termos da lei e do edital os fornecedores no quadro abaixo:

Licitante	Representante	CNPJ	Situação	Motivo desclassificação
REURBIS CONSULTORIA MINAS GERAIS LTDA	Sem representante	40.671.657/0001-03	ATIVO	
51.864020 YASMIN MIKEJEVS LORDA	Sem representante	51.864.020/0001-41	ATIVO	
LOC X GESTAO DE IMOVEIS LTDA	Sem representante	23.455.267/0001-79	ATIVO	

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3529-6161, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min, junto ao Departamento de Licitação.

Santa Rita do Trivelato – MT, 20 de setembro de 2023.

JOYCE SUAELY AFONSO BARBOSA

PRESIDENTE DA CPL.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 485/2023 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 485/2023

DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 088/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Sr. **MARCUS VINICIUS SALES**, inscrito no CPF nº 011.***.***-4, para Fiscalização do Contrato nº **088/2023**, EMPRESA - **ARTH BIM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ n° **13.418.722/0001-02,** OBJETO**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE ENGENHARIA, REFERENTE A RESPONSABILIDADE TÉCNICA SOBRE LAUDOS E PEÇAS DE PROCESSO DAS INCONFORMIDADES APONTADAS PELO FNDE EM RELAÇÃO À OBRA SOB N° 1009780 (ÁREA INSTITUCIONAL) PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**, conforme processo de Dispensa de Dispensa de Licitação nº 044-2023- **CONTRATO 088-2023**. **VALOR**: R$ **2.500,00** - VIGÊNCIA: 14/09/2023 ATÉ 14/10/2023.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**

Art. 3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 20 DE SETEMBRO DE 2023.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Na data supra

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 486/2023 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 486/2023

DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE RESGITRO DE PREÇOS Nº 022/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear as servidoras **VITOR HUGO BIGOLIN**, para **FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REISTRO DE PREÇOS 022/2023**, **Fornecedor EMPRESA: ODONTO TECNICO E ASSISTENCIA EM EQUIPAMENTOS LTDA, INSCRITO NO CNPJ: 12.751.663/0001-27- VALOR TOTAL: R$ 95. 644,00;** VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: **07/08/2023 ATÉ 07/08/2024**; OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, INCLUÍNDO TROCA DE PEÇAS ORIGINAIS E GENUÍNAS E AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PARA ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 20 DE SETEMBRO DE 2023.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 479/2023 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 479/2023

DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 083/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores, **ROSENILDO VENANCIO ARRUDA MARTINS**, inscrito no CPF nº 020.***.***-79 fiscal do **CONTRATO 083/2023 –** empresa - **ODETE NEVES DA SLVA DIETRICH LTDA**, inscrita no CNPJ n° **19.540.583/0001-71,** OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CLIMATIZADORES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE CULTURA E LAZER DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**, conforme processo de Dispensa de Dispensa de Licitação nº 043-2023- **CONTRATO 083-2023**. **VALOR**: R$ **4.600,00**- VIGÊNCIA: 06/09/2023 ATÉ 05/09/2023.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 20 DE SETEMBRO DE 2023.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0480/2023 DE 14 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 0480/2023

DE 14 DE SETEMBRO DE 2023.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS Nº 081/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores **CAMILA TAQUES FERREIRA**, inscrita no CPF nº 041.***.***.81 (titular) e **JULIO CESAR SILVA TSCHAM**, inscrito no CPF nº 070.***.***.63 (suplente) para Fiscalização dos contratos abaixo relacionados;

Ø **CONTRATO 081/2023 – L.F COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPR**, inscrita no CNPJ sob nº **22.328.534/0001-84,** OBJETO: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**, conforme processo de Dispensa de Licitação da ARP nº 074-2022 **CONTRATO 081-2023**. **VALOR**: R$ 43.592,00 - VIGÊNCIA: 12/09/2023 ATÉ 12/12/2023.

Art. 2º. Esta portaria ***entra em vigor na data de sua publicação.***

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 20 DE SETEMBRO DE 2023.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 484/2023 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 484/2023

DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 087/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores **SUILA ANTONIA MACEDO FIDELI**S, inscrita no CPF nº 045.***.***-12, para Fiscalização do **CONTRATO 087/2023** – empresa **CLAUDIA CABRAL DE OLIVEIRA**, inscrita no CNPJ n° **46.165.922/0001-50;** OBJETO **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE MOTIVACIONAL COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES, COMPETENCIA E DIREITOS DE APRENDIZAGENS, ATRAVÉS DE FORMAÇOES CONTINUADAS E AVALIAÇÕES DIAGNOSTICAS DE MONITORAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, conforme processo de Dispensa de Dispensa de Licitação nº 046-2023- **VALOR**: R$ **8.000,00** - VIGÊNCIA: 12/09/2023 ATÉ 12/12/2023.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 20 DE SETEMBRO DE 2023.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.

DETENTORES: PROJETO K STUDIO DE PROJETO LTDA, INSCRITO NO CNPJ: 30.657.838/0001-13; VALOR TOTAL R$ 17.550,00, SUPERAR COMERCIO DE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA, INSCRITO NO CNPJ: 42.953.946/0001-12 – VALOR TOTAL R$ 96.990,00. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 20/09/2023 ATÉ 20/09/2024; OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIA PARA ATENDER AS UNIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

LICITAÇÃO E COMPRAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO 10/2023 ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO 10/2023

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2023

OBJETO: Contratação de empresa para assessoria em formalizar e repactuar os convênios das obras inacabadas do FNDE (fundo nacional da educação) no município de Santa Terezinha.

FAVORECIDO: **MOSER CONSULTORIA LTDA**

C.N.P.J: 37.532.822/0001-23

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, da Lei n 8.666/93 II

JUSTIFICATIVA: Nº 10/2023

O valor estimado é de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), que será pago em conformidade com a execução dos serviços.

Ratifico a Dispensa de licitação em concordância com a justificativa apresentada pela Comissão de Licitação e por se tratar de urgência, nos termos do Art. 24 da Lei 8.666/ 93 e nas alterações posteriores.

Santa Terezinha- MT, 20 de setembro 2023.

_____

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E COMPRAS
TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 025/2023 CELEBRADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA – MT E PELA LC INFORMATICA-LUCAS COSTA DE SOUSA –MEI .

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 025/2023

CELEBRADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA – MT E PELA LC INFORMATICA-LUCAS COSTA DE SOUSA –MEI .

TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA**, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua 25 S/N , Centro, Santa Terezinha-MT, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 15.031.669/0001-18, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, **Sr. THIAGO CASTELLAN RIBEIRO ,**brasileiro, servidor publico municipal, porta-

dor do RG sob nº 445076689 ssp/sp e inscrito no CPF/MF sob n.º 359.215. 228-99 , residente e domiciliado à AV 05,S/N centro, no Município de Santa Terezinha/MT, do outro lado, a empresa **LC INFORMATICA-LUCAS COSTA DE SOUSA –MEI CNPJ: 41.260.178/000159** ,doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pela sua proprietária representada por seu proprietário **LUCAS COSTA DE SOUSA** , O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Sr.Prefeito Municipal, exarada em despacho constante do Processo Administrativo n° 18**/2022**, gerado pelo Edital Pregão Presencial n° 11**/2022**, e ATA REGISTRO DE PREÇO 20/2022 que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Edital, seus Anexos a proposta comercial das empresas e relatório do sistema em anexo;

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS NA MANUTENÇÃO DE SOFTWARES, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REDE DE COMPUTADORES.**

CLÁUSULA SEGUNDA –DO VALOR

2.1 Conforme aumento de demandas no atendimento do contrato da referida empresa solicitando reajuste do valor contratual, diante do exposto e base na cláusula decima quarta do contrato onde prever reajuste financeiro, fica aditivado em R$ 9.000,00 (nove mil reais) percentual de 25 % sendo o valor global com aditivo de R$: 45.000,00 (quarenta e cinco mil),

CLÁUSULA TERCEIRA - INALTERAÇÃO

3.1 Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do contrato principal não alcançados pelo presente Termo Aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

CLAUSULA QUARTA DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente Termo Aditivo será levado à publicação no Diário Oficial da dos municípios, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Vila Rica (MT), para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (tres) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais.

Santa Terezinha– MT, 20 de setembro de 2023.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

LC INFORMATICA-LUCAS

COSTA DE SOUSA –MEI

CNPJ: 41.260.178/000159

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:	**NOME:**
CPF:	**CPF:**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 202/2023 – GP

PORTARIA Nº 202/2023 – GP

DE 19 DE SETEMBRO DE 2.023

"DISPÕE SOBRE A ***CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,*** *A SERVIDORA EFETIVA* ***SRA. NELY DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA"***

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO, prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c o art. 82, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal n. º 525 de 23 de dezembro de 2010, que rege a previdência municipal de Santa Terezinha/MT; Lei Municipal nº 548/2012 que dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreiras dos profissionais da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Santa Terezinha/MT; e Lei Municipal nº 863/2023".

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, a servidora Sra. Nely da Conceição Teixeira, brasileira, portadora do RG n.º 2401678-0 SEJUSP/MT, e do CPF sob n.º 288.802.851-49, residente e domiciliada no Município de Santa Terezinha, servidora efetiva no cargo de Professor, Classe "C", Nível "07", lotada na Secretaria de Educação e Cultura, devidamente matriculada sob o n.º 034, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, contando com 33 (trinta e três) anos, 05 (cinco) meses e 22 (vinte e dois) dias de tempo de contribuição, com proventos integrais com

base na última remuneração, a partir de 01/09/2023, conforme processo administrativo do PREVIST nº. 2023.04.00014P, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01 de setembro de 2023, revogados as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Santa Terezinha/MT, 19 de setembro de 2023.

RODRIGO PEREIRA LUZ

Secretário Municipal de Administração

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito de Santa Terezinha -MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 203/2023 – GP

PORTARIA Nº 203/2023 – GP

DE 19 DE SETEMBRO DE 2.023

"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA PROCEDER A INDICAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, OBJETIVANDO POSTERIOR ALIENAÇÃO ATRAVÉS DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE LEIÃO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO, prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO, a existência de inúmeros bens móveis de propriedade do município, classificados como irrecuperáveis ou antieconômicos, o que os torna inservíveis para a administração.

CONSIDERANDO, que os valores arrecadados do referido leilão serão revertidos para aquisição de novos bens para atendimento das secretarias do Município na prestação de serviços a que se destinam.

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear Comissão Especial composta pelos servidores:

ADMILSON DOS SANTOS GOMES, Agente administrativo - Matrícula Funcional nº 675;

MAURÍCIO SÁ DA SILVA, chefe do Departamento de Gestão Ambiental - Matricula Funcional nº 20.078;

JOÃO LOPES DE OLIVEIRA, Administrador - Matricula Funcional nº 15. 257;

Pertencentes ao Quadro de servidores da Prefeitura, sobre a presidência do primeiro e secretariado pelo segundo.

Art. 2° - Cabe à Comissão constituída no art. 1º desta Portaria realizar levantamentos, vistoriar, organizar em lotes os bens móveis, conforme modelos anexos I e II, de propriedade do Município, considerados inservíveis para a administração, a serem assim declarados em Decreto, bem como elaborar Termo de Vistoria e Avaliação e encaminhá-lo ao leiloeiro designado, seguindo as normas estabelecidas nas leis que regem a espécie, objetivando posterior alienação através de licitação na modalidade de Leilão Público, no estado que se encontra.

Parágrafo único: A nomeação de que trata esta Portaria é pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação do decreto de declaração de bens inservíveis, devendo a comissão efetuar a entrega da relação de bens, do termo de vistoria ao Leiloeiro Administrativo para realização de avaliação.

Art. 3° - A conduta dolosa de membro da Comissão que cause danos ao erário municipal é classificada como falta de natureza grave, para fins de apuração de falta funcional em processo administrativo disciplinar.

Art. 4° - Os componentes da Comissão ora nomeada não serão remunerados, sendo seus serviços considerados como de relevância ao interesse público.

Art. 5° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação no quadro de avisos da Prefeitura.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 19 de setembro de 2.023.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito de Santa Terezinha -MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 047/GP/2023

ATO Nº 047/GP/2023

A Prefeita Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Srª. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear a Sra. **MARIA DA GRAÇAS DA SILVA**, para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Núcleo, lotando-a na Secretaria Municipal de Recursos Humanos, a partir de 04 de setembro de 2023.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 04 de setembro de 2023.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 018/GP/2023

ATO Nº 018/GP/2023

A Prefeita Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Srª. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear o Sr. **SEBASTIÃO GONÇALVES DE SOUZA**, para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Núcleo, lotando-o na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com efeito retroativo, a partir de 13 de fevereiro de 2023.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 02 de março de 2023.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO CONTRATO N.º 001/2022

EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO CONTRATO N.º 001/2022

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger, por meio da Senhora Prefeita Municipal **Francieli Magalhães de Arruda Vieira Pires** torna-se público o Termo de Distrato do Contrato 001/2022, firmado entre as partes em 10 de Fevereiro de 2022, Empresa **TAIAMÃ EMERGÊNCIAS MÉDICAS EIRELLI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 17.239.474/0001-93.

As partes concordam que, a partir desta data não haverá qualquer obrigação entre elas. E por estarem ajustados, assinam o presente Termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas presenças de duas testemunhas.

Santo Antônio de Leverger–MT, 11 de Setembro de 2023.

Francieli Magalhães de Arruda Vieira Pires

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 198/GP/2023

PORTARIA Nº 198/GP/2023

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sra. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Designar o servidor efetivo **ERNANDES AFONSO GALLIO**, Fiscal de Obras, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para responder pelo cargo em comissão de Núcleo de Obras Públicas, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2023.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antônio de Leverger-MT, 05 de setembro de 2023.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 018/2023.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 018/2023.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DA PREFEITA MUNICIPAL SENHORA FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIERIA PIRES, TORNA-SE PÚBLICO **O EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 018/2023** PARA O SEGUINTE OBJETO:

O PRESENTE TERMO ADITIVO DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO QUANTITATIVO CONTRATUAL FIRMADO ENTRE AS PARTES, NOS TERMOS PREVISTOS O ART. 65, §1º, DA LEI Nº 8.666/93.

ITEM	PRODUTO	UND	QUANTITATIVO ESTIMADO ANUAL	QUANTITATIVO ESTIMADO ANUAL COM 25%	V. UNIT	V. TOTAL
5	PAPEL CARTAO DUPLEX - PESANDO 250G/M2, MEDINDO 50X70, UMIDADE CONFORME NORMA T412 ENTRE 7,0% A 11,0%, ETC., NAS CORES VARIADAS	UN	1000	250	R$ 2,43	R$ 607,50
6	CLIPE - ACO, RANCADO, NIQUELADO, N°4/0 - CAIXA 100 UNIDADE	CAIXA	245	61	R$ 7,15	R$ 436,15
10	PAPEL SULFITE A4, 210 X 297 MM, BRANCO, 75GR, ALCALINO, 99,99 %NÃO ATOLAMENTO, RESMA COM 500 FOLHAS ISO 9001 E 14001, LIVRE DE CLORO ELEMENTAR.	UN	4100	1025	R$ 23,89	R$ 24.487,25
11	CORDAO - BARBANTE, EM ALGODAO, 800 GRAMA	UN	100	25	R$ 28,99	R$ 724,75
12	TINTA ACRILICA -TIPO ACRILEX, PARA UTILIZAÇÃO EM TECIDO, CORES VARIADAS, ACONDICIONADA EM POTE DE 37 ML	UND	100	25	R$ 7,55	R$ 188,75
16	TESOURA - USO ESCOLAR, EM ACO INOXIDAVEL, COM 17,00CM, CABO PLASTICO, NA COR PRETA, PONTA ARREDONDADA, CAIXA 50 UNIDADE.	UN	50	13	R$ 323,00	R$ 4.199,00
17	PISTOLA DE COLA QUENTE GROSSA EMBALAGEM CONTENDO: IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN	50	13	R$ 28,50	R$ 370,50
22	PINCEL - DE CRINA DE CAVALO, DE MADEIRA, N°06	ROLO	100	25	R$ 6,57	R$ 164,25
23	GRAMPO PARA GRAMPEADOR - EM ACO GALVANIZADO, 106/6 CAIXA C/ 5000 UND	UN	50	12	R$ 22,00	R$ 264,00
29	JOGO DE QUEBRA CABECA - CONFECCIONADO EM PAPEL CARTAO, COM TEMAS DE FIGURAS GEOMETRICAS	UN	120	30	R$ 65,80	R$ 1.974,00
30	PASTA - DE PASTA PVC, COM ELASTICO, COM TAMANHO A4, PARA SER UTILIZADA COMO PASTA DE TRANSPARENTE, SOFT - CRISTAL	UN	350	88	R$ 4,00	R$ 352,00
35	JOGO DE DOMINO - PEDRAS ALTAS, ACONDICIONADO EM CAIXA DE PLASTICO	UN	120	30	R$ 35,00	R$ 1.050,00
36	ESTILETE - EM PLASTICO ABS, LAMINA DE ACO INOX, COM LARGURA DE 15,00MM, COM GUIA DE ACO INOX E DISPOSITIVO PARA TRAVAR E SUBSTITUIR A LAMINA	UN	120	30	R$ 4,60	R$ 138,00
37	PINCEL - DE CRINA DE ANIMAL, N°03, EM MADEIRA	PACOTE	110	28	R$ 7,48	R$ 209,44
41	JOGO DE XADREZ - COM TABULEIRO EM PAPELAO, PECAS EM PLASTICO	UN	57	14	R$ 60,50	R$ 847,00
42	PEN DRIVE - 4 GB, 72MM X 26MM X 14MM, CONEXAO USB 1.1 E USB 2.0, LEITURA 19MB/SEG, GRAVACAO 13MB/SEG, 110G	CAIXA	50	13	R$ 38,00	R$ 494,00
47	COLA - LIQUIDA, ATOXICA, NA COR BRANCA, SECAGEM NORMAL, TUBO COM 1 KG	UN	155	39	R$ 21,83	R$ 851,37
48	GRAMPO FIXA PAPEL - TIPO TRILHO, DE PLASTICO, CAIXA 50 UNIDADE	UN	50	13	R$ 23,90	R$ 310,70
54	PINCEL - DE CRINA DE CAVALO, DE MADEIRA, N°08	UN	50	13	R$ 7,68	R$ 99,84
60	PERFURADOR PARA PAPEL - EM ACO, COM CAPACIDADE DE 10 FOLHAS 75G/M2, COM 2 VAZADORES, NA COR PRETA	UN	50	13	R$ 30,50	R$ 396,50
66	PISTOLA - (MINI)-DE PLASTICO, COM GATILHO, PARA APLICACAO DE COLA QUENTE, POTENCIA DE 40W, BIVOLT	CAIXA	35	9	R$ 27,50	R$ 247,50
71	PAPEL - KRAFT, MEDINDO 140MX130CM,120G/M2, NA COR NATURAL, ROLO 50 METRO	UN	100	25	R$ 200,40	R$ 5.010,00
72	LAPIS DE COR - EM MADEIRA, FORMATO REDONDO, PEQUENO, COLORIDO COM 12 CORES, EM CONFORMIDADE COM A NORMA EN 71/6, CAIXA 12 UNIDADE.	CAIXA	1255	314	R$ 36,90	R$ 11.586,60
78	CANETA DE ESCRITA PERMANENTE - PONTA FINA, TINTA NA COR AZUL, PARA MARCACAO EM PLACAS, VIDROS E PLASTICOS, ACONDICIONADO EM CAIXA COM 12 UNIDADES- UNIDADE	UN	95	24	R$ 61,81	R$ 1.483,44
79	COLA - DO TIPO ADESIVA A BASE DE PVA PARA UTILIZACAO DE COLAGEM EM PORCELANA FRIA (BISCUIT), CONTENDO 1 KG, DE SECAGEM RAPIDA	UN	10	3	R$ 33,37	R$ 100,11
83	MAQUINA DE CALCULAR - ALIMENTACAO A PILHA, DE MESA, COM VISOR, CONTENDO 12 DIGITOS, COM RAIZ QUADRADA, PERCENTAGEM E MUDANCA DE SINAL.	UN	38	10	R$ 36,76	R$ 367,60
84	COLA - COLA BRANCA, PARA EMBORRACHADO E.V.A., EMBALADO EM TUBO DE 25G.	CAIXA	45	11	R$ 6,75	R$ 74,25
89	LIVRO ATA - MO. IMESP N. 141, COM CAPA DURA, CONTENDO 200 FOLHAS, MEDINDO (210X300) MM, COM PAUTA.	PACOTE	45	11	R$ 25,99	R$ 285,89
90	LAPIS GRAFITE - EM MADEIRA, FORMATO SEXTAVADO, HB, MEDINDO 170,00MM, NA COR VERDE, CAIXA 144 UNIDADE MARCA IGUAL OU SUPERIOR MASTER-PRINT.	UN	350	88	R$ 103,00	R$ 9.064,00
95	REGUA - ACRILICA / TRANSPARENTE, NAO DEVENDO APRESENTAR EM SUAS BORDAS IMPERFEIÇOES OU PROTUBERANCIAS VISIVEIS A OLHO NU. MEDINDO 30CM DE COMPRIMENTO E 3MM DE ESPESSURA MINIMA.TRANSPARENTE. PACOTE 10 UNIDADE.	UN	100	25	R$ 46,90	R$ 1.172,50
96	EXTRATOR DE GRAMPOS - EM ACO CROMADO, TIPO ESPATULA	CAIXA	80	20	R$ 3,60	R$ 72,00
101	PASTA SANFONADA - PASTA PLASTICA SANFONADA, PESANDO. DE COM 31 DIVISORIAS, NO TAMANHO PARA CHEQUE, NA COR CORES VARIADAS.	CAIXA	38	10	R$ 61,80	R$ 618,00

102	PINCEL P/ QUADRO BRANCO - NA COR PRETA, COM PONTA EM ACRILICO, FORMATO OGIVA, DO TIPO RECARREGAVEL. (QUALIDADE SIMILIAR OU SUPERIOR A PILOT) CAIXA 12 UNIDADE.	UN	52	13	R$ 149,00	R$ 1.937,00
107	REABASTECEDOR PINCEL ATÔMICO 37ML AZUL/PRETO/ VERMELHO CIXA COM 12 UNIDADES	UN	34	9	R$ 60,00	R$ 540,00
108	TINTA PARA CARIMBO - NA COR TINTA PARA CARIMBO AUENTITADO NA COR PRETA, SEM OLEO, FRASCO COM 30ML	UN	72	18	R$ 22,85	R$ 411,30
109	COLA LIQUIDA A BASE DE CIANOACRILATO, NA COR TRANSPARENTE, SECAGEM INSTANTANEA, PARA TRABALHOS EM E.V.A. BICO APLICADOR FRASCO 35 GRS	UM	49	12	R$ 11,00	R$ 132,00
113	CAIXA ORGANIZADORA - EM PLASTICO, COM ENCAIXE EM CIMA E NAS LATERAIS, 18,60X14,50X16,00CM, NA COR TRANSPARENTE, EMPILHAVEL	UN	65	16	R$ 124,50	R$ 1.992,00
114	CAIXA ORGANIZADORA - EM PLASTICO, COM ENCAIXE EM CIMA E NAS LATERAIS, 26,20X17,70X8,50CM, NA COR TRANSPARENTE, EMPILHAVEL	UN	315	79	R$ 100,00	R$ 7.900,00
117	PINCEL - DE CRINA DE ANIMAL, N.01, EM MADEIRA	PACOTE	100	25	R$ 9,81	R$ 245,25
126	CORDA - COM PEGADORES EM MADEIRA NAS PONTAS, TIPO INFANTIL, PARA PULAR, MEDINDO ENTRE 2,5 A 3 METROS, COM IMA CABO EM CADA PONTA, UTILIZADA PARA EDUCACAO FISICA	UN	100	25	R$ 19,60	R$ 490,00
131	APONTADOR PARA LAPIS - DE METAL, SIMPLES	CAIXA	5152	1288	R$ 1,78	R$ 2.292,64
132	FITA ADESIVA - DE POLIPROPILENO, MEDINDO 45MM X 50M, NA COR TRANSPARENTE, TIPO DUREX	UN	1330	333	R$ 7,80	R$ 2.597,40
137	GRAMPEADOR - MESA PROFISSIONAL, METAL, PARA 200 FOLHAS, PRETO.	UN	55	14	R$ 197,34	R$ 2.762,76
138	MATERIAL PEDAGOGICO - TIPO PERGUNTA/RESPOSTA (JOGO RAPIDO), DE PAPELAO, PARA MEMORIZACAO,COM TABULEIRO, PINOS, MARCADOR DE TEMPO, CARTAS DE PERGUNTAS, ACONDICIONADO EM CAIXA	UN	50	13	R$ 288,00	R$ 3.744,00
142	CAIXA ORGANIZADORA - EM PLASTICO, COM ENCAIXE EM CIMA E NAS LATERAIS, 24,50X40,50X29,00CM, NA COR TRANSPARENTE, EMPILHAVEL	CAIXA	200	50	R$ 77,00	R$ 3.850,00
143	TINTA PLASTICA, NA COR CORES VARIADAS, PARA SER UTILIZADA EM AMBIENTE PARA SER UTILIZADA EM ROSTO E CORPO, ACONDICIONADA EM KIT COM 06 UND.	CAIXA	54	14	R$ 36,76	R$ 514,64
144	REFIL PARA CANETA - REFIL PARA PINCEL DE QUADRO BRANCO, NA COR AZUL. (QUALIDADE SIMILIAR OU SUPERIOR A PILOT) CAIXA 12 UNIDADE	UN	26	7	R$ 72,50	R$ 507,50
149	COLA - LIQUIDA COLORIDA COM GLITTER, EM CORES VARIADAS, PESANDO 35G, SECAGEM RAPIDA CAIXA C/ 06 UNIDADE.	UN	100	25	R$ 18,54	R$ 463,50
150	ENVELOPE BRANCO (18X25CM)	UN	3000	750	R$ 0,44	R$ 330,00
156	JOGO - DE BARALHO EM PAPELAO, COM 52 CARTAS, COLORIDO.	UN	45	11	R$ 26,50	R$ 291,50
161	QUADRO DE AVISO - FELTRO, MEDINDO (1,20 X 1,00) M, ALUMINIO, VERDE.	CAIXA	11	3	R$ 138,00	R$ 414,00
162	TINTA GUACHE A BASE DE AGUA 06 CORES CX 6 UNIDADE - 250ML	PACOTE	150	38	R$ 46,40	R$ 1.763,20
164	DICIONARIO - DICIONARIO INGLES/PORTUGUES/INGLES, LAROUSSE DO BRASIL	UN	42	11	R$ 36,19	R$ 398,09
165	DICIONARIO - DE SINONIMOS E ANTONIMOS	UN	42	11	R$ 81,00	R$ 891,00
167	CADERNO BROCHURA - CADERNO CAPA DURA, UNIVERSITARIO, CAPA SIMPLES, PESANDO 90G/M2, COM 200 FLS, PESANDO 56G/M2, 10 MATERIAS.	UN	52	13	R$ 21,88	R$ 284,44
168	PILHA - TIPO COMUM, NA VOLTAGEM DE 1,5V, NO TAMANHO MEDIA (C), EMBALADO EM CARTELA COM 02 UNIDADES	UN	100	25	R$ 17,66	R$ 441,50
169	BATERIA ALCALINA - BATERIA ALCALINA REF. 6LR61, PARA USO EM GERAL, VOLTAGEM 9V	UN	100	25	R$ 18,11	R$ 452,75
174	PAPEL CREPOM - MEDINDO 0,48 CM X 2.00 M, PESANDO 28G/M2, NA COR CORES DIVERSAS, CAIXA 40 UNIDADE	CAIXA	250	63	R$ 73,00	R$ 4.599,00
179	TINTA DE PINCEL P/ QUADRO BRANCO - NA CORES AZUL, VERDE, VERMELHO COM BICO APLICADOR, DE 500 ML.	UN	25	6	R$ 139,90	R$ 839,40
186	PALITO - DE MADEIRA, PARA PICOLE, FORMATO CHATO COM 10CM, PACOTE COM 100 UN.	PACOTE	50	13	R$ 5,70	R$ 74,10
197	UMEDECEDORES DE DEDOS - COM SUPORTE DE PLASTICO E UMEDECEDOR ESPONJA	UN	50	13	R$ 4,35	R$ 56,55
198	CANETA - ESFEROGRAFICA CORPO EM POLIESTIRENO CRISTAL PONTA EM COBRE COM ESPESSURA DE 1,00MM TINTA PRETA TAMPA VENTILADA VALIDADE MINIMA DE 05 ANOS CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	81	20	R$ 63,16	R$ 1.263,20
199	CANETA - ESFEROGRAFICA CORPO EM ACRILICO PONTA EM LATAO COM ESPESSURA DE 0,70MM TINTA VERMELHA TAMPA VENTILADA VALIDADE MINIMA DE 05 ANOS CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	50	13	R$ 62,51	R$ 812,63
VALOR TOTAL						**R$ 111.538,24**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT,** no inscrito CNPJ n.º 03.507.555/0001-12.

CONTRATADA: **ORIGINAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 05.774.463/0001-24.

DATA DE ASSINATURA: **15/09/2023.**

Santo Antônio do Leverger –MT, 15 de Setembro de 2023.

Francieli Magalhães de Arruda Vieira Pires

Prefeita Municipal.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 200/2023.

*"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição em favor da servidora **SRª. Carmen Georgina de Arruda".***

PORTARIA N.º 200/2023.

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos estatuídos no Art. 4º, I, II, III e IV, §3º e §6º, inciso I da Emenda Constitucional nº 103/2019 c/c art. 70, I, II, III, IV e V, §5º e §6º, I e §7º, I da Lei Complementar Municipal n.º 49/2022, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santo Antônio de Leverger/MT, combinado com Lei nº. 1406/20, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários e o Sistema de Avaliação dos Servidores da Administração Pública da Prefeitura de Santo Antônio do Leverger/MT e Lei nº 1.406/2023 que dispõe sobre o RGA concedido aos servidores municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria Por Tempo de Contribuição**, a servidora **SRª. CARMEN GEORGINA DE ARRUDA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº. 250385 SSP/MT e do CPF n.º 162.268.521-00, efetiva no cargo de **TÉCNICA DE LABORATÓRIO**, Anexo 03, Classe "D", Referência "05", lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob matricula nº. 00057, com jornada de trabalho de 30 horas semanais; contando com **30 Anos, 1 Mês e 27 Dias de tempo de contribuição,** com base na última remuneração do cargo efetivo, conforme processo administrativo do **PREVI-LEVERGER**, **n.º 2023.04.00019P,** a partir de **01/09/2023** até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **01 de setembro de 2023** revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Santo Antônio do Leverger - MT, 18 de setembro de 2023.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

JURÍDICO
LEI Nº 958/2023

LEI N.º 958/2023

DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

"Dispõe sobre a extinção e criação de novos cargos, amplia o número de vagas no quadro efetivo geral permanente de pessoal da Administração Pública Municipal, altera a tabela de vencimentos dos cargos de Fiscal de tributos e Fiscal de Obras e Postura, altera os Anexos I, II, IV, V, VI e VIII da Lei 925 de 20 de dezembro de 2022 e dá outras providências."

JOSÉ ARIMATÉIA VIEIRA ALVES, Prefeito de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º. Ficam extintos do Anexo I, IV e V, da Lei Municipal 925 de 20 de dezembro de 2022, o cargo de provimento efetivo denominado: Motorista de Transporte Escolar, no qual será acrescentado ao Anexo VI da referida lei.

Art. 2º. Ficam criados os cargos de provimento efetivo denominados: Psicólogo, Nutricionista, Assistente Social e Fonoaudiólogo.

Parágrafo Único: O número de vagas, remuneração, direitos, deveres e atribuições dos cargos a que se refere o *caput* deste artigo, serão acrescentados aos Anexos I, II, IV e V, da Lei Municipal 925 de 20 de dezembro de 2022.

Art. 3º. Ficam alteradas as tabelas de vencimentos dos cargos de Fiscal de Tributos, Fiscal de Obras e Postura e Fiscal Sanitário, conforme Anexo IV da presente lei.

Art. 4º. Fica alterado o quantitativo geral de vagas do quadro efetivo de pessoal da Administração Pública Municipal previsto na Lei Ordinária 925 de 20 de dezembro de 2022, pela criação dos cargos constantes do art. 2º e pela ampliação do número de vagas do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, nos termos do Anexo III, desta lei.

Art. 5º. Fica alterados os símbolos dos Cargos de Provimento em Comissão constante no anexo VIII conforme a seguinte descrição:

ANEXO VIII - QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO ATUAL	NOVO SÍMBOLO	QUANT.
Chefe Especial de Gabinete	CC-2	CC1	01
Coordenador de Manut. E Serviços de Energia Elétrica	CC-2	CC1	01

Art. 6º. A atualização promovida nosAnexos I, II, IV, V, e VI da Lei Municipal 925 de 20 de dezembro de 2022, integram a presente lei por meio dos seguintes anexos:

I – Cargos Criados - Vencimentos e Descrição;

II – Cargos extintos;

III – Vagas criadas e ampliadas;

IV – Alteração das tabelas de vencimentos dos cargos de Fiscal de Tributos, Fiscal de Obras e Postura e Fiscal Sanitário.

Art. 7º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM 20 DE SETEMBRO DE 2023.

JOSÉ ARIMATÉIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

CARGOS CRIADOS - VENCIMENTOS E DESCRIÇÃO

ANEXOI-QUADRODECARGODEPROVIMENTOEFETIVO		
Denominação	**Escolaridade**	**Quantidade de Vagas**
Psicólogo	Ensino Superior Específico. + REGISTRO	01
Nutricionista	Ensino Superior Específico. + REGISTRO	02
Assistente Social	Ensino Superior Específico	01
Fonoaudiólogo	Ensino Superior Específico. + REGISTRO	01

ANEXO IV – TABELAS DE VENCIMENTOS PROGRESSÃO VERTICAL				
Cargo: Psicólogo				
Nível/Classe	**Classe (A) 00%**	**Classe (B) 20%**	**Classe C 40%**	**Classe D 60%**
01 - 1,000 - 00 anos	5.475,17	6.570,20	7.665,24	9.034,03
02 - 1,045 - 03 anos	5.748,93	6.898,71	8.048,50	9.485,73
03 - 1,090 - 06 anos	6.022,69	7.227,22	8.431,76	9.937,43
04 - 1,135 - 09 anos	6.296,45	7.555,73	8.815,02	10.389,14
05 - 1,180 - 12 anos	6.570,20	7.884,24	9.198,29	10.840,84
06 - 1,225 - 15 anos	6.843,96	8.212,76	9.581,55	11.292,54
07 - 1,270 - 18 anos	7.117,72	8.541,27	9.964,81	11.744,24
08 - 1,315 - 21 anos	7.391,48	8.869,78	10.348,07	12.195,94
09 - 1,360 - 24 anos	8.048,50	9.658,20	11.267,90	13.280,02
10 - 1,405 - 27 anos	8.732,90	10.479,48	12.226,05	14.409,28
11 - 1,450 - 30 anos	9.444,67	11.333,60	13.222,54	15.583,70
12 - 1,495 - 33 anos	10.183,82	12.220,58	14.257,34	16.803,30

ANEXO IV – TABELAS DE VENCIMENTOS PROGRESSÃO VERTICAL				
Cargo: Nutricionista				
Nivel/Classe	**Classe (A) 00%**	**Classe (B) 20%**	**Classe (C) 40%**	**Classe (D) 60%**
1 - 1,00 - 00 anos	5.829,03	6.994,84	8.160,64	9.326,45
2 - 1,05 - 03 anos	6.120,48	7.344,58	8.568,67	9.792,77
3 - 1,10 - 06 anos	6.426,51	7.711,81	8.997,11	10.282,41
4 - 1,15 - 09 anos	6.747,83	8.097,40	9.446,96	10.796,53
5 - 1,20 - 12 anos	7.085,22	8.502,27	9.919,31	11.336,36
6 - 1,25 - 15 anos	7.439,48	8.927,38	10.415,28	11.903,17
7 - 1,30 - 18 anos	7.811,46	9.373,75	10.936,04	12.498,33

8 - 1,35 - 21 anos	8.202,03	9.842,44	11.482,84	13.123,25
9 - 1,40 - 24 anos	8.612,13	10.334,56	12.056,98	13.779,41
10 - 1,45 - 27 anos	9.042,74	10.851,29	12.659,83	14.468,38
11 - 1,50 - 30 anos	9.494,88	11.393,85	13.292,83	15.191,80
12 - 1,55 - 33 anos	9.969,62	11.963,54	13.957,47	15.951,39

ANEXO IV – TABELAS DE VENCIMENTOS PROGRESSÃO VERTICAL				
Cargo: Assistente Social				
Nível/Classe	**Classe (A)**	**Classe (B)**	**Classe C**	**Classe D**
	00%	**20%**	**40%**	**60%**
01 - 1,000 - 00 anos	3.672,14	4.406,57	5.141,00	5.875,42
02 - 1,045 - 03 anos	3.855,75	4.626,90	5.398,05	6.169,20
03 - 1,090 - 06 anos	4.039,35	4.847,22	5.655,10	6.462,97
04 - 1,135 - 09 anos	4.222,96	5.067,55	5.912,15	6.756,74
05 - 1,180 - 12 anos	4.406,57	5.287,88	6.169,20	7.050,51
06 - 1,225 - 15 anos	4.590,18	5.508,21	6.426,25	7.344,28
07 - 1,270 - 18 anos	4.773,78	5.728,54	6.683,29	7.638,05
08 - 1,315 - 21 anos	4.957,39	5.948,87	6.940,34	7.931,82
09 - 1,360 - 24 anos	5.398,05	6.477,65	7.557,26	8.636,87
10 - 1,405 - 27 anos	5.857,06	7.028,48	8.199,89	9.371,30
11 - 1,450 - 30 anos	6.334,44	7.601,33	8.868,22	10.135,11
12 - 1,495 - 33 anos	6.830,18	8.196,22	9.562,25	10.928,29

ANEXO IV – TABELAS DE VENCIMENTOS PROGRESSÃO VERTICAL				
Cargo: Fonoaudiólogo				
Nível/Classe	**Classe (A)**	**Classe (B)**	**Classe C**	**Classe D**
	00%	**20%**	**40%**	**60%**
1 - 1,00 - 00 anos	5.526,80	6.632,16	7.737,52	8.842,88
2 - 1,05 - 03 anos	5.803,14	6.963,77	8.124,40	9.285,02
3 - 1,10 - 06 anos	6.093,30	7.311,96	8.530,62	9.749,28
4 - 1,15 - 09 anos	6.397,96	7.677,55	8.957,15	10.236,74
5 - 1,20 - 12 anos	6.717,86	8.061,43	9.405,00	10.748,58
6 - 1,25 - 15 anos	7.053,75	8.464,50	9.875,25	11.286,00
7 - 1,30 - 18 anos	7.406,44	8.887,73	10.369,02	11.850,30
8 - 1,35 - 21 anos	7.776,76	9.332,12	10.887,47	12.442,82
9 - 1,40 - 24 anos	8.165,60	9.798,72	11.431,84	13.064,96
10 - 1,45 - 27 anos	8.573,88	10.288,66	12.003,43	13.718,21
11 - 1,50 - 30 anos	9.002,57	10.803,09	12.603,60	14.404,12
12 - 1,55 - 33 anos	9.452,70	11.343,24	13.233,78	15.124,33

Cargo: PSICÓLOGO

_Forma de provimento: Ingresso por concurso público de provas ou provas e títulos.

_Requisitos para provimento: Formação em Ensino Superior Específico. + REGISTRO

- Carga Horária: 40 horas semanais

_Atribuições: Utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos: a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional; c) orientação psicopedagógica; d) solução de problemas de ajustamento. Colaboração em assuntos psicológicos ligados a outras ciências; Proceder ao exame de pessoas que apresentam problemas intra e interpessoais, de comportamento familiar ou social ou distúrbios psíquicos, e ao respectivo diagnóstico e terapêutica, empregando enfoque preventivo ou curativo e técnicas psicológicas adequadas a cada caso, a fim de contribuir para a possibilidade de o indivíduo elaborar sua inserção na vida comunitária: Atender à gestante, acompanhando a gravidez, parto e puerpério para integrar suas vivências emocionais e corporais; Preparar pacientes para a entrada, permanência e alta hospitalar, inclusive pacientes terminais, participando das decisões com relação à conduta a ser adotada pela equipe, para oferecer maior apoio, equilíbrio e proteção aos pacientes e seus familiares; Acompanhar programas de saúde mental, elaborando, coordenando e supervisionando-os, para garantir a qualidade de tratamento em nível de macro e microssistemas; Atuar junto a equipes multiprofissionais, identificando e compreendendo os fatores emocionais, para intervir na saúde geral do indivíduo em unidades básicas, ambulatórios, hospitais e demais instituições; Planejar e realizar atividades culturais, terapêuticas, esportivas e de lazer, integrando e adaptando os indivíduos, a fim de propiciar a elaboração das questões concernentes à sua inserção social; Participar de programas de atenção primária em centros e postos de saúde na comunidade, organizando grupos específicos, para prevenir doenças ou agravamento de fatores emocionais que comprometem o bem-estar psicológico; Estudo, prognóstico e diagnóstico de problemas na área de psicomotricidade e psicopedagogia, problemas emocionais, num grande espectro, procedendo a terapêuticas, através de técnicas psicológicas a cada caso, como atendimento psicoterapêutico individual, de casal, familiar ou em grupo, ludoterapia, arteterapia, psicomotricidade e outras, avaliando através de entrevistas e testes de dinâmica de grupo, a fim de contribuir para prevenção, tratamento e elaboração pelo indivíduo à sua inserção na sociedade; Realizar atendimento a alunos que apresentem distúrbios ou dificuldades de aprendizado e socialização, realizando diagnóstico, prognóstico e terapêutica; Realizar as demais atividades inerentes à profissão.

Competências comportamentais: Assiduidade, disciplina, produtividade, responsabilidade, qualidade de trabalho, cooperação, sociabilidade, autodesenvolvimento, iniciativa, organização, percepção, ética profissional.

Cargo: NUTRICIONISTA

_Forma de provimento: Ingresso por concurso público de provas ou provas e títulos.

_Requisitos para provimento: Formação em Ensino Superior Específico. + REGISTRO

- Carga Horária: 40 horas semanais

_Atribuições: Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos); organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico-sanitário; participar de programas de educação nutricional; podem estruturar e gerenciar serviços de atendimento ao consumidor de indústrias de alimentos e ministrar cursos. Atuar em conformidade ao Manual de Boas Práticas. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão participar de diagnóstico interdisciplinar; realizar inquérito alimentar; coletar dados antropométricos; solicitar exames laboratoriais; interpretar indicadores nutricionais; calcular gasto energético; identificar necessidades nutricionais; realizar diagnóstico dietético-nutricional; estabelecer plano de cuidados nutricionais; realizar prescrição dietética; prescrever complementos e suplementos nutricionais; registrar evolução dietoterápica em prontuário; conferir adesão à orientação dietético-nutricional; orientar familiares; prover educação e orientação nutricional; elaborar plano alimentar em atividades físicas.• Administrar unidades de alimentação e nutrição: Planejar cardápios; confeccionar escala de trabalho; selecionar fornecedores; selecionar gêneros perecíveis, não perecíveis, equipamentos e utensílios; supervisionar compras, recepção de gêneros e controle de estoque; transmitir instruções à equipe; supervisionar pessoal operacional, preparo e distribuição das refeições; verificar aceitação das refeições; medir resto-ingestão; avaliar etapas de trabalho; executar procedimentos técnico-administrativos.• Efetuar controle higiênico-sanitário: Controlar higienização do pessoal, do ambiente, dos alimentos, dos equipamentos e utensílios; controlar validade e a qualidade dos produtos; identificar perigos e pontos críticos de controle (Appcc); solicitar análise microbiológica dos alimentos; efetuar controles de saúde dos funcionários; solicitar análise bromatológica dos alimentos.• Utilizar recursos de Informática. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

Competências comportamentais: Assiduidade, disciplina, produtividade, responsabilidade, qualidade de trabalho, cooperação, sociabilidade, autodesenvolvimento, iniciativa, organização, percepção, ética profissional.

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

_Forma de provimento: Ingresso por concurso público de provas ou provas e títulos.

_Requisitos para provimento: Formação em Ensino Superior Específico. + REGISTRO

- Carga Horária: 30 horas semanais

_Atribuições: Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, en-

tidades e organizações populares; elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas às atribuições do cargo; prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades; constituem atribuições privativas do Assistente Social: coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; assumir, no magistério de Serviço Social tanto em nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; emitir laudo social para a concessão de benefícios sociais; dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Competências comportamentais: Assiduidade, disciplina, produtividade, responsabilidade, qualidade de trabalho, cooperação, sociabilidade, autodesenvolvimento, iniciativa, organização, percepção, ética profissional.

Cargo: FONOAUDIÓLOGO

_Forma de provimento: Ingresso por concurso público de provas ou provas e títulos.

_Requisitos para provimento: Formação em Ensino Superior Específico. + REGISTRO

_ - Carga Horária: 40 horas semanais

_Atribuições: Desenvolver trabalhos de prevenção no que se refere à área da comunicação escrita e oral, voz e audição; realizar terapias fonoaudiológicas na área de comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como em aperfeiçoamento dos padrões de fala e voz. Atender consultas de fonoaudiologia em ambulatórios, unidades de saúde, hospitais, e unidades sanitárias e efetuar exames médicos em escolares e pré-escolares. Preencher e assinar laudos de exames e verificação; fazer diagnósticos em diversas patologias fonoaudiológicas (dislalia, dislexia, disortografia, disfonia, problemas psicomotores, atraso de linguagem, disartria e afasia) e recomendar a terapêutica indicada para cada caso; prescrever exames laboratoriais. Atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades, medicando-os ou encaminhando-os, em casos especiais, a setores especializados. Atender emergências e prestar socorros; elaborar relatórios; elaborar e emitir laudos médicos; anotar em ficha apropriada os resultados obtidos; ministrar cursos de primeiros socorros; supervisionar em atividades de planejamento ou execução, referente à sua área de atuação; preparar relatórios das atividades relativas ao emprego; executar outras tarefas compatíveis com as previstas no cargo, particularidades do Município.

Competências comportamentais: Assiduidade, disciplina, produtividade, responsabilidade, qualidade de trabalho, cooperação, sociabilidade, autodesenvolvimento, iniciativa, organização, percepção, ética profissional.

ANEXO II - TABELA DE PROGRESSÃO FUNCIONAL DA CARREIRA DE CADA CARGO	
Grupo/Funcional	**Cargo**
Agente de Manutenção (Fundamental Incompleto)	Carpinteiro Coletor de Lixo Eletricista Eletricista de Auto Encanador Gari – em extinção Lavador/Lubrificador Mecânico Mestre de Obras Motorista Operador de Esteira Operador de Máquinas Leves Operador de Máquinas Pesadas Operador de Pá Carregadeira Operador de Patrola Pedreiro Soldador
Agente de Serviço Público (Fundamental Incompleto)	Auxiliar de Serviços Gerais – em extinção Coveiro Cozinheira Guarda Municipal – em extinção Merendeira
Auxiliar de Administração (Fundamental Completo)	Auxiliar Administrativo Telefonista
Técnico Administrativo (Ensino Médio)	Agente Administrativo Agente Tributário Assistente Administrativo Assistente de Contabilidade Auxiliar de Controle Interno Auxiliar de Biblioteca Digitador Fiscal de Tributos Fiscal de Obras e Postura Monitor de Esportes – em extinção
Técnico de Nível Superior (Ensino Superior)	Arquiteto Assistente de Controle Interno Assistente Jurídico Auditor Público Interno Contador Engenheiro Civil Procurador Jurídico Oficial Administrativo Psicólogo Nutricionista Assistente Social Fonoaudiólogo

ANEXO II

CARGOS EXTINTOS

ANEXO VI – QUADRO DE EXTINÇÃO DE CARGOS EFETIVOS	
Cargo Extinto	Quantidade
Auxiliar de Serviços Gerais	048
Gari	006
Guarda Municipal	025
Monitor de Esportes	005
Motorista de Transporte Escolar	XXX

ANEXO III

VAGAS CRIADAS E AMPLIADAS

ANEXOI-QUADRODECARGODEPROVIMENTOEFETIVO		
Denominação	**Escolaridade**	**Quantidade de Vagas**
Agente Administrativo	Ensino Médio Completo.	40
Agente Tributário	Ensino Médio.	04
Arquiteto	Ensino Superior Específico. + REGISTRO	01

Assistente Administrativo	Ensino Médio.	20
Assistente de Contabilidade	Ensino Médio Completo.	08
Auxiliar de Controle Interno	Ensino Médio.	01
Assistente Social	Ensino Superior Especifico.+Registro	01
Assistente de Controle Interno	Ensino Superior em qualquer área	01
Assistente Jurídico	Ensino Superior Específico. + REGISTRO	01
Auditor Público Interno	Ensino Superior Completo Com formação em Direito e/ou contabilidade e/ou administração	01
Auxiliar Administrativo	Ensino Fundamental Completo.	25
Auxiliar de Biblioteca	Ensino Médio Completo	05
Carpinteiro	Ensino Fundamental Incompleto.	05
Coletor de Lixo	Ensino Fundamental Incompleto.	04
Contador	Ensino Superior Especifico.+REGISTRO	02
Coveiro	Ensino Fundamental Incompleto	02
Cozinheira	Ensino Fundamental Incompleto	08
Digitador	Ensino Médio Completo.	04
Eletricista	Ensino Fundamental Incompleto.	01
Eletricista de Auto	Ensino Fundamental Incompleto.	02
Encanador	Ensino Fundamental Incompleto.	03
Engenheiro Civil	Ensino Superior Específico. + REGISTRO	02
Fiscal de Tributos	Ensino Médio Completo.	08
Fiscal de Obras e Postura	Ensino Médio Completo.	05
Fonoaudiólogo	Ensino Superior Especifico.+Registro	01
Lavador/Lubrificador	Ensino Fundamental Incompleto.	01
Mecânico	Ensino Fundamental Incompleto.	03
Mestre de Obras	Ensino Fundamental Incompleto.	01
Motorista	Ensino Fund. Incompleto + Carteira Nacional de Habilitação Categoria “D” ou superior.	15
Nutricionista	Ensino Superior Especifico.+Registro	02
Oficial Administrativo	Ensino Superior Completo.	02
Operador de Esteira	Ensino Fundamental Incompleto.	03
Operador de Máquinas Leves	Ensino Fundamental Incompleto.	05
Operador de Máquinas Pesadas	Ensino Fundamental Incompleto.	04
Operador de Pá Carregadeira	Ensino Fundamental Incompleto.	03
Operador de Patrol	Ensino Fundamental Incompleto.	03
Pedreiro	Ensino Fundamental Incompleto.	12
Procurador Jurídico	Ensino Superior Registro na OAB.	01
Psicólogo	Ensino Superior Especifico.+Registro	01
Soldador	Ensino Fundamental incompleto.	01
Técnico Agrícola	Ensino Médio Completo.	03
Técnico em Contabilidade	Ensino Médio Completo.	02
Técnico em Educação Física	Ensino Médio Específico.	01
Técnico em Informática	Ensino Médio Técnico.	02
Técnico em Topografia	Ensino Médio Específico.	01
Telefonista	Ensino Médio Específico.	06

ANEXO IV

ALTERAÇÃO DAS TABELAS DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DE FISCAL DE TRIBUTOS, FISCAL DE OBRAS E POSTURAS E FISCAL SANITÁRIO.

ANEXO IV – TABELAS DE VENCIMENTOS PROGRESSÃO VERTICAL				
CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS				
Nivel/Classe	**Classe (A) 00%**	**Classe (B) 20%**	**Classe (C) 40%**	**Classe (D) 60%**
1 - 1,00 - 00 anos	2.100,00	2.520,00	2.940,00	3.360,00
2 - 1,05 - 03 anos	2.205,00	2.646,00	3.087,00	3.528,00
3 - 1,10 - 06 anos	2.315,25	2.778,30	3.241,35	3.704,40
4 - 1,15 - 09 anos	2.431,01	2.917,22	3.403,42	3.889,62
5 - 1,20 - 12 anos	2.552,56	3.063,08	3.573,59	4.084,10
6 - 1,25 - 15 anos	2.680,19	3.216,23	3.752,27	4.288,31
7 - 1,30 - 18 anos	2.814,20	3.377,04	3.939,88	4.502,72
8 - 1,35 - 21 anos	2.954,91	3.545,89	4.136,88	4.727,86
9 - 1,40 - 24 anos	3.102,66	3.723,19	4.343,72	4.964,25
10 - 1,45 - 27 anos	3.257,79	3.909,35	4.560,90	5.212,46
11 - 1,50 - 30 anos	3.420,68	4.104,81	4.788,95	5.473,09
12 - 1,55 - 33 anos	3.591,71	4.310,06	5.028,40	5.746,74

ANEXO IV – TABELAS DE VENCIMENTOS PROGRESSÃO VERTICAL				
CARGO: FISCAL DE OBRAS E POSTURA				
Nivel/Classe	**Classe (A) 00%**	**Classe (B) 20%**	**Classe (C) 40%**	**Classe (D) 60%**
1 - 1,00 - 00 anos	2.100,00	2.520,00	2.940,00	3.360,00
2 - 1,05 - 03 anos	2.205,00	2.646,00	3.087,00	3.528,00
3 - 1,10 - 06 anos	2.315,25	2.778,30	3.241,35	3.704,40
4 - 1,15 - 09 anos	2.431,01	2.917,22	3.403,42	3.889,62
5 - 1,20 - 12 anos	2.552,56	3.063,08	3.573,59	4.084,10
6 - 1,25 - 15 anos	2.680,19	3.216,23	3.752,27	4.288,31
7 - 1,30 - 18 anos	2.814,20	3.377,04	3.939,88	4.502,72
8 - 1,35 - 21 anos	2.954,91	3.545,89	4.136,88	4.727,86
9 - 1,40 - 24 anos	3.102,66	3.723,19	4.343,72	4.964,25
10 - 1,45 - 27 anos	3.257,79	3.909,35	4.560,90	5.212,46
11 - 1,50 - 30 anos	3.420,68	4.104,81	4.788,95	5.473,09
12 - 1,55 - 33 anos	3.591,71	4.310,06	5.028,40	5.746,74

ANEXO IV – TABELAS DE VENCIMENTOS PROGRESSÃO VERTICAL				
CARGO: FISCAL SANITÁRIO				
Nivel/Classe	**Classe (A) 00%**	**Classe (B) 20%**	**Classe (C) 40%**	**Classe (D) 60%**
1 - 1,00 - 00 anos	2.100,00	2.520,00	2.940,00	3.360,00
2 - 1,05 - 03 anos	2.205,00	2.646,00	3.087,00	3.528,00
3 - 1,10 - 06 anos	2.315,25	2.778,30	3.241,35	3.704,40
4 - 1,15 - 09 anos	2.431,01	2.917,22	3.403,42	3.889,62
5 - 1,20 - 12 anos	2.552,56	3.063,08	3.573,59	4.084,10
6 - 1,25 - 15 anos	2.680,19	3.216,23	3.752,27	4.288,31
7 - 1,30 - 18 anos	2.814,20	3.377,04	3.939,88	4.502,72
8 - 1,35 - 21 anos	2.954,91	3.545,89	4.136,88	4.727,86
9 - 1,40 - 24 anos	3.102,66	3.723,19	4.343,72	4.964,25
10 - 1,45 - 27 anos	3.257,79	3.909,35	4.560,90	5.212,46
11 - 1,50 - 30 anos	3.420,68	4.104,81	4.788,95	5.473,09
12 - 1,55 - 33 anos	3.591,71	4.310,06	5.028,40	5.746,74

JURÍDICO
LEI Nº 960/2023

LEI Nº 960/2023

DE: 20 DE SETEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a autorização de abertura de **Crédito Adicional Especial,** e atualização de valores nas metas, ações e programas no PPA 2022/2025, e LDO/2023, e dá outras providências.

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, estado de mato grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento vigente no valor de **R$ 49.457,92** (Quarenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa e dois centavos), sendo na seguinte classificação orçamentária:

Órgão:02.05 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 020502 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

SubFunção: 301 Atenção Básica

Programa 5017 - GERIR COM QUALIDADE A ATENÇÃO BASICA

Projeto: 2227– Assistência Financeira Complementar Piso Enfermagem - PA

Elemento da Despesa: 3.1.90.1.1.00.00 – Venc. e Vant. Fixas…. **R$ 49. 457,92**

Fonte: 1. 605.....R$ 49.457,92

Art. 2º - Os recursos para cobertura do Crédito Especial aberto no artigo anterior virão da fonte de Excesso de Arrecadação, consignado na Portaria GM/MS n. 1.135, de 16 de agosto de 2023, do Ministério da Portaria GM/MS n. 1.135, de 16 de agosto de 2023, o Ministério da Saúde no montante estimado de R$ 49.457,92, conforme art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Fica autorizado à inclusão e atualização destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela **Lei nº 101/00, (PPA/LDO/LOA).**

Art. 4º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 20 DE SETEMBRO DE 2023

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

JURÍDICO
DECRETO Nº 47

DECRETO Nº 47 , DE 04 DE SETEMBRO DE 2023 - LEI N.817

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$30.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 30.000,00

01 01 01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

8 01.031.5001.2003.0000 GESTAO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL 30.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

01 01 01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

11 01.031.5001.2003.0000 GESTAO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL -30.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

001 001 Recursos Proprios do Municipio

Anulação (-) -30.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JURÍDICO
LEI Nº 959/2023

LEI Nº 959/2023

DE: 20 DE SETEMBRO 2023

Dispõe sobre regulamentação da assistência financeira complementar repassada pela União visando dar cumprimento ao piso salarial nacional do enfermeiro, técnico de enfermagem e do auxiliar de enfermagem a que se refere à Lei Federal nº 14.434, de 04 de agosto de 2022, Emenda Constitucional 127, de 22 de dezembro de 2022 e estabelece outras providências.

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, estado de mato grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - Esta Lei regulamenta o valor adicional repassado pela União Federal ao Município de Santo Antônio do Leste/MT, a título de Assistência Financeira Complementar visando dar cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.434 de 4 de agosto de 2022, que instituiu o piso salarial do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira:

Artigo 2º - Compete a União custear, nos termos da Emenda Constitucional nº 127 de 22 de dezembro de 2022, os valores a título de Assistência Financeira Complementar para atingimento do piso salarial, não sendo repassada essa responsabilidade de forma automática ao Município, estando o ente municipal desobrigado do seu cumprimento em caso de não custeio da complementação pela União.

Artigo 3º - Considera-se piso salarial para os fins desta Lei o valor remuneratório dos profissionais, equivalente ao somatório do vencimento básico (VB) e às vantagens pecuniárias de natureza Fixa, Geral e Permanente (FGP), não sendo computadas, desta forma, parcelas indenizatórias, vantagens pecuniárias variais, individuais e transitórias.

Artigo 4º - A Assistência Financeira Complementar transferida pela União Federal não implica em aumento automático de outras parcelas/eventos ou vantagens remuneratórias e não será incorporada aos vencimentos ou às remunerações dos profissionais contemplados.

§ 1º - O Valor da Assistência Financeira Complementar não altera o vencimento básico dos respectivos cargos, permanecendo inalteradas a legislação municipal que fixa os vencimentos base.

§ 2º - O cálculo do piso salarial deverá ser proporcional nos casos de carga horária inferior a 44 (quarenta e quatro) horas semanais, conforme será disponibilizado no sistema InvestSUS do Ministério da Saúde ou outro sistema que venha a substitui-lo.

§ 3º - A Complementação que trata da Emenda Constitucional nº 127, deverá ser paga na folha de pagamento com evento individualizado no contracheque “complementação piso nacional EC/127”, sem alteração na estrutura de cargos e vencimentos do Plano de Cargos e Salários do Município.

§ 4º - A complementação deverá ser contabilizada em rubrica própria na folha de pagamento separadamente dos demais eventos com identificação clara para posterior prestação de contas.

Artigo 5º - O pagamento da complementação será realizado com base nos valores repassados na Portaria GM/GM nº 1.135 de 16 de agosto de 2023 do Ministério da Saúde e suas alterações posteriores, podendo ser complementado e ou reduzidos dos repasses posteriores.

Parágrafo único - Esse repasse deve ser realizado pelo gestor municipal em até 30 (trinta) dias após o Fundo Nacional de Saúde (FNS) creditar os valores da Assistência Financeira Complementar na conta bancária específica do Fundo Municipal de Saúde, salvo, por impossibilidade técnica devidamente justificada.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 20 DE SETEMBRO DE 2023

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) - MARILEIKO APARECIDA MIYKE EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 047/2022

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 047/2022, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: JANNYELE RIBEIRO MEDEIROS, Brasileira, Casada, Pedagoga, inscrita no CPF sob o nº 015.011.081-23 e Identidade RG nº 2337270-2 - SSP-MT, 1ª Via expedida em 12/11/2008, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua 1, nº 15 - CEP 78670-000 - Bairro Vila Santo Antônio, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 047/2022

CONTRATO emitido em 25/02/2022, com VIGÊNCIA de 10 meses e 15 dias, iniciando em 01/02/2022 e terminando em 16/12/2022, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 30 (trinta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 3.403,69 (três mil quatrocentos e três reais e sessenta e nove centavos).

1º ADITIVO emitido em 11/10/2022 - De 1º de fevereiro de 2022 até 16/12/2022 - Mantida a Carga Horária em 30 (trinta) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 4.326,42 (quatro mil trezentos e vinte e seis reais e quarenta e dois centavos) - LOTAÇÃO mantida como CRECHE - Sede - DOTAÇÃO mantida em Órgão 07 - Unidade 03 - Projeto-Atividade 2.079 - Elemento de Despesa 3.1.90.04

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 16/12/2022

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses e 8 dias, para o período de 16/12/2022 a 24/09/2023 - Vigência Total desde o início do contrato de 1 ano, 7 meses e 23 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 30 (trinta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 4.326,42 (quatro mil trezentos e vinte e seis reais e quarenta e dois centavos)

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como CRECHE - Sede

DOTAÇÃO: Mantida em 07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura // 03 - Coordenadoria de Ensino Fundamental - FUNDEB // 2.079 - Educação Infantil - FUNDEB 70% // 3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023.

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023. Processo Adm.: Nº 064/2023.

Objeto: PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INSUMOS, REAGENTES LABORATORIAIS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT, BEM COMO ATENDER OS USUÁRIOS DO SUS NOS PROCEDIMENTOS, POR UM PERÍODO DE 1 (UM) ANO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I.

Empresas vencedoras valor total: R$1.229.248,91 (um milhão e duzentos e vinte e nove mil e duzentos e quarenta e oito reais e noventa e um centavos): **DIMALAB ELETRONICS DO BRASIL** (02.472.743/0001-90) com os lotes: 26 e 53 no valor total de R$ 43.468,80 (quarenta e três mil e quatrocentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos). **OBJETIVA PRODUTOS E SERVICOS PARA LABORATORIOS LTDA** (05.895.525/0001-56) com os lotes: 5, 11, 15, 18, 19, 20, 34, 39, 42, 59, 62, 67, 75, 82, 83, 84, 85, 87, 106, 117, 120, 140, 153, 156, 174, 175 e 188 no valor total de R$ 91.098,60 (noventa e um mil e noventa e oito reais e sessenta centavos). **NORTELAB COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS LABORATORIAIS** (28.729.142/0001-03) com os lotes: 27, 43, 54, 57, 58, 86, 91, 103, 105, 107, 108, 112, 142, 147, 149, 157, 159, 161, 176 e 179 no valor total de R$ 134.151,76 (cento e trinta e quatro mil e cento e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos). **HOSPTECH SERVIÇOS PARA SAÚDE EIRELI** (26.736.747/0001-04) com os lotes: 16 e 28 no valor total de R$ 46.011,60 (quarenta e seis mil e onze reais e sessenta centavos). **SALVI E LOPES E CIA LTDA** (82.478.140/0001-34) com o lote: 79 no valor total de R$ 119,94 (cento e dezenove reais e noventa e quatro centavos). **C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME** (26.457.348/0001-04) com os lotes: 8, 23, 55, 60, 78, 95 e 101 no valor total de R$ 10.126,74 (dez mil e cento e vinte e seis reais e setenta e quatro centavos). **M TESTA CONFECÇÃO ME** (23.829.339/0001-09) com os lotes: 65 e 66 no valor total de R$ 3.748,32 (três mil e setecentos e quarenta e oito reais e trinta e dois centavos). **PARANA MED COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTO MEDICO E HOSPITALAR EIRELI** (38.120.208/0001-17) com os lotes: 10 e 63 no valor total de R$ 8.643,60 (oito mil e seiscentos e quarenta e três reais e sessenta centavos). **DIAGNOSTICA CENTRO OESTE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA** (31.490.292/0001-11) com os lotes: 128, 136, 137, 138 e 150 no valor total de R$ 18.228,00 (dezoito mil e duzentos e vinte e oito reais). **NL COMERCIO EXTERIOR LTDA** (52.541.273/0001-47) com o lote: 102 no valor total de R$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais). **HABX COMÉRCIO & PRESTAÇÃO DE SERVIÇOSEM EQUIPAMENTOS DE HOSPITAIS ELABORATÓRIOS LTDA - ME** (28.767.124/0001-16) com os lotes: 51, 76, 88, 96, 118, 132, 141, 143, 160, 162, 166, 169, 170, 171, 172, 180, 181 e 187 no valor total de R$ 98.534,92 (noventa e oito mil e quinhentos e trinta e quatro reais e noventa e dois centavos). **ECO DIAGNÓSTICA LTDA** (14.633.154/0002-06) com os lotes: 44, 45, 92 e 93 no valor total de R$ 130.880,00 (cento e trinta mil e oitocentos e oitenta reais). **L A DALLA PORTA JUNIOR** (11.145.401/0001-56) com os lotes: 1, 3, 9, 36, 97 e 114 no valor total de R$ 8.103,36 (oito mil e cento e três reais e trinta e seis centavos). **MED VITTA COM DE PROD HOSPITALARES LTDA** (28.418.133/0001-00) com os lotes: 99 e 100 no valor total de R$ 9.835,20 (nove mil e oitocentos e trinta e cinco reais e vinte centavos). **GC LAB DIAGNOSTICOS LTDA** (20.352.354/0001-02) com os lotes: 7, 13, 14, 21, 22, 24, 25, 29, 30, 31, 32, 33, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 64, 77, 89, 115, 116, 134, 139, 144, 146, 148, 151, 154, 178, 183 e 189 no valor total de R$ 150.819,32 (cento e cinquenta mil e oitocentos e dezenove reais e trinta e dois centavos). **RET FARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES EIRELE ME** (12.313.826/0001-90) com os lotes: 2, 4, 6, 12, 17, 35, 37, 38, 40, 41, 56, 61, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 80, 81, 90, 94, 98, 104, 109, 111, 113, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 129, 130, 131, 133, 135, 145, 152, 155, 158, 163, 164, 165, 167, 168, 173, 177, 182, 184, 185 e 186 no valor total de R$ 405.878,75 (quatrocentos e cinco mil e oitocentos e setenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

Itens desertos: 110 e 125

SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, em 20 de setembro de 2023.

JEAN FLAVIO DOS SANTOS MILHOMEM CONDUTOR DE PROCESSOS.

Portaria n.º 016/2021.

PREF MUN SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - CONTABILIDADE - CONTADOR MAX JOAQUIM PEREIRA DE ALMEIDA HELLEBRANDT AUDIENCIA PUBLICA - LOA 2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, Estado Mato Grosso, por intermédio da Prefeita Municipal Sra. JANAILZA TAVEIRA LEITE, invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública, de acordo com o Parágrafo Único do artigo 48º da Lei 101/2.000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 44 da Lei n. 10.257, de 11 de julho de 2001, informa à população que irá realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL**, no dia **28 de Setembro (quinta-feira) de 2023, com início ás 17:00 horas (horário de Brasília), para Discussão da Lei Orçamentária Anual – LOA do exercício de 2024.**

A audiência pública será realizada de forma virtual (online) e será transmitida via Youtube página Oficial da prefeitura: https://www.youtube.com/channel/UCoaOqKTMtXOhd2q8szf8OYw.

Este Edital será publicado no site, http://www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br/, portal transparência, diário oficial e nas mídias digitais.

São Félix do Araguaia /MT, 19 de Setembro de 2023.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº135/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO N°58/2023

CONTRATO (A)- PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, inscrito no CNPJ sob nº 61.198.164/0001-60

OBJETO – CONSTITUI OBJETO DESSE CONTRATO: SERVIÇOS DE SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT/STRADA FREEDOM CD13 ESPECIAL CAMINHOTE PLACA RRY6F78 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COM AS SEGUINTES COBERTURAS: COLISÃO, ROUBO E FURTO, INCÊNDIO, DANOS CAUSADOS POR ALAGAMENTOS, DANOS PROMOVIDOS POR CAUSAS NATURAIS COMO GRANIZO, RAIOS, ETC, DANOS MATERIAIS A TERCEIROS, DANOS CORPORAIS A TERCEIROS. A COBERTURA INCLUÍRA CARRO RESERVA, ASSISTENCIA 24 HORAS, COM SERVIÇO DE GUINCHO COM LIMITE DE 1500 KM, SEGURO PARA DANOS A VIDRO, LATERNA, FAROIS E RETROVISORES, COM APROVEITAMENTO DE 100% DA TABELA FIPE.

VALOR TOTAL- O valor total do presente contrato é **R$ 2.771,75 (dois mil, setecentos e setenta e um reais e setenta e cinco centavos)**.

DA VIGÊNCIA- O prazo contratual será no período de 12 (doze) meses, tendo início no dia 11 de setembro de 2023 e termino no dia 11 de setembro de 2024.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO – MT**; contratante, resolve rescindir com a Contratada **LARISSA KAROL PEREIRA DA SILVA**, o Contrato nº37/2021, do processo seletivo 01/2021, a partir do dia 20 de setembro de 2023, sem indenização, considerando o disposto na cláusula Sétima do referido contrato.

São José do Povo – MT, 20 de setembro de 2023.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO – MT**; contratante, resolve rescindir com a Contratada **JANAINA PINHEIRO DE ALMEIDA NOBRE**, o Contrato nº45/2021, do processo seletivo 01/2021, a partir do dia 20 de setembro de 2023, sem indenização, considerando o disposto na cláusula Sétima do referido contrato.

São José do Povo – MT, 20 de setembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.440, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER COM O REPASSE DAS VERBAS DA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR ADVINDAS DA UNIÃO DESTINADAS AO CUMPRIMENTO DO PISO SALARIAL NACIONAL DE ENFERMEIROS, TÉCNICOS E AUXILIARES DE ENFERMAGEM E PARTEIRAS, INSTITUÍDO PELA LEI 14.434/2022, DA FORMA QUE ESTABELECE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar os valores da Assistência Financeira Complementar advindos da União, destinados ao cumprimento do piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, instituído pela Lei 14.434/2022.

Parágrafo Único: Para efeitos desta lei, consideram-se as atividades de Enfermagem as desenvolvidas pelo Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira, tanto da iniciativa pública como da inciativa privada consideradas pela Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, no TÍTULO IX-A, Art. 1120-B.

Art. 2º. O valor a ser recebido por cada profissional de Saúde será aquele devidamente repassado pela União e discriminado no Portal do InvestSus, resultante dos cálculos realizados mediante os critérios estabelecidos na Portaria GM/MS nº 1.135 de 16 de agosto de 2023 e de outras alterações dela decorrente.

Art. 3º. Não será exigível o pagamento da complementação do piso nacional por parte do Município de São José do Rio Claro-MT, se houver insuficiência da assistência financeira complementar da União.

Art. 4º. As despesas para a execução desta lei serão suportadas por dotações orçamentárias com recursos advindos da União.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir da competência de maio de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal.

São José do Rio Claro – MT, 20 de setembro de 2023.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
ERRTA AO AVISO INTENÇÃO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ERRTA AO AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo Licitatório nº 39/2023 – Processo Administrativo nº 4622/2023

A Prefeitura Municipal de São Jose do Xingu – MT, torna público o seu interesse de aderir aAta de Registro de Preços 47/2023, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº. 12/2022, realizado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARENCIA - MT. Essa adesão visa à FUTURA E EVENTUAL fracionada aquisição de EMULSÃO ASFÁLTICA RR – 2C E RL – 1C, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I, do edital, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I, TERRMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

EMPRESA: DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA

CNPJ: 26.917.005/0009-24

SETOR: CENTRO

ENDEREÇO: AV MINISTRO JOÃO ALBERTO

CIDADE: BARRA DO GARÇAS – MT

E-MAIL: comercialmt@disbral.com.br - TELEFONE: (62) 4017-2500

REPRESNTANTE LEGAL DA EMPRESA: KLEVERTON ANSELMO DA ROCHA

ONDE SE LÊ – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2023

LEIA – SE – PROCESSO LICITATÓIRO Nº 40/2023

São José do Xingu – MT, 20 de setembro de 2023.

DENILSON ANTÔNIO P. M. SILVA

PREGOEIRO

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 258/2023

DECRETO Nº 258/2023

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 15 DE SETEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO."

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerado o servidor**, WANDERSON GOMES LEONEL** do cargo em Comissão Coordenador de Almoxarifado da Secretaria Municipal de Infraestrutura/Obras, do município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 15 de setembro de 2023.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 261/2023

DECRETO Nº 261/2023 SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 15 DE SETEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DO SERVIDOR(A) EM CARGO DE COMISSÃO".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeado(a) o(a) servidor(a), **IRAMILSON MARTINS DE SOUZA,** no cargo em Comissão de Coordenador de Almoxarifado, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura/Obras, para prestar serviços no Município de São José do Xingu-MT.

Art. 2º Deverá o Departamento de Recursos humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 15 de setembro de 2023.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2023 - PROCESSO LICITATORIO 038/2023

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2023 - PROCESSO LICITATORIO 038/2023

A Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, através da pregoeira, nomeada pelo Decreto. Nº. 224/2023**, primando pela competitividade, TORNA PÚBLICO a SUPENSÃO d**o **PREGÃO PRESENCIAL** n. 15/2023, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, com abertura prevista para o **dia 21** de **SETEMBRO** de 2023 as 09 h, horário de Brasília, tendo a necessidade de retificação na descrição dos itens após questionamentos das empresas interessadas e percepção de erros materiais que poderiam prejudicar o interesse da administração, informa que posteriormente e oportunamente será divulgada **NOVA DATA DE ABERTURA PARA O REFERIDO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E O EDITAL DE RETIFICAÇÃO**, sendo publicada nos mesmos veículos oficiais publicados anteriormente.

Informa ainda, que eventuais dúvidas poderão ser dirimidas através do e-mail licitacaoxingu@gmail.com, e o Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e demais informações pelo telefone (66) 35681109 e EMAIL licitaxingu@gmail.com e retirada do edital no site www.saojosedoxingu.mt.gov.br/transparência.

São José do Xingu – MT, 20 de setembro de 2023.

Dayane Costa de Brito

Pregoeira Municipal

Decreto 224/2023

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 262/2023

DECRETO Nº 262/2023 SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 18 DE SETEMBRO DE 2023.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DO SERVIDOR(A) EM CARGO DE COMISSÃO”.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeado(a) o(a) servidor(a), **WALLISSON GABRIEL DA SILVA,** no cargo em Comissão de Diretor de Departamento II, junto a Secretaria Municipal de Educação, para prestar serviços no Município de São José do Xingu-MT.

Art. 2º Deverá o Departamento de Recursos humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 18 de setembro de 2023.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 259/2023

DECRETO Nº 259/2023

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 15 DE SETEMBRO DE 2023.

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.”

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerado o servidor**, IRAMILSON MARTINS DE SOUZA,** do cargo em Comissão de Diretor de Departamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura/Obras do Município de São José do Xingu-MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 15 de setembro de 2023.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 260/2023

DECRETO Nº 260/2023 SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 15 DE SETEMBRO DE 2023.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DO SERVIDOR(A) EM CARGO DE COMISSÃO”.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeado(a) o(a) servidor(a), **WANDERSON GOMES LEONEL** no cargo em Comissão Secretário Adjunto de Serviços, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura/Obras, para prestar serviços no município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º Deverá o Departamento de Recursos humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 15 de setembro de 2023.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

ABERTURA DE LICITAÇÃO – **PREGÃO ELETRÔNICO nº 35/2023** – Tipo de Licitação: Menor Preço Unitário

OBJETO: ***“REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA”***

Prazos para Recebimento e Julgamento das propostas: VIDE EDITAL.

Início da sessão de disputa de preços: **03/10/2023 às 09h. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).**

Local: www.licitanet.com.br.

Obtenção do edital pelos sites: www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br e www.licitanet.com.br.

INFORMAÇÕES: licitacao@saojosedosquatromarcos.mt.gov.br

Pregoeira Vanessa da Rocha Avelino - Portaria 304/2021.

PMSJQM, 20/09/2023

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISTRATO

EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 49/2021. DISTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT. **CNPJ:** 15.024.029/0001-80, **DISTRATADA**: **SERGIO OLIMPIO GIUFRIDA 62678140172**. CNPJ: 11.607.834/0001-86. **Objeto:** Prestação de serviço de contratação de mão de obra para a instalação com comodato aparelhos rastreadores, mensalidade de monitoramento veicular anual**. Data**: 20 de Setembro de 2023. **Jamis Silva Bolandin** – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

PORTARIA Nº 149/2023

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA O CARGO

DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,

CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER E DÁ

OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, Sr. Elson Farias de Sousa, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo 1º –Nomear a Senhora **ANTÔNIA PEREIRA LUZ**, inscrita no CPF sob o nº 794.651.021-72 e RG 11767480 SSP/MT, no cargo em comissão de Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer.

Artigo 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT, 20 de setembro de 2023.

ELSON FARIAS DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2021-2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2.249, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

Institui a Comissão de Avaliação e Monitoramento da parceria celebrada entre a Prefeitura Municipal de Sorriso e Organização da Sociedade Civil - OSC, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e;

CONSIDERANDO as disposições previstas na Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999;

CONSIDERANDO as disposições previstas no Decreto Federal nº 3.100, de 30 de junho de 1999, que regulamentou a supracitada lei;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação da forma de celebração de parcerias com as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP 's na esfera municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de nomeação da Comissão de Avaliação e Monitoramento para melhor avaliação dos Termos de Parceria celebrados entre Administração Pública e as OSC.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão de Avaliação e Monitoramento, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar os resultados atingidos em decorrência da parceria celebrada, mediante o Termo de Parceria 001/2023, firmado pela Administração Pública e a Organização da Sociedade Civil - Instituto Tupã.

Art. 2º A Comissão de Avaliação e Monitoramento de que trata o artigo antecedente será composta pelos seguintes membros:

- Miraldo Gomes de Souza - membro do Poder Executivo - Presidente;

- Lucas Coldebella - membro do Poder Executivo - Secretário;

- Gisele Cristina dos Santos - Fiscal do Termo de Parceria;

- Belizia Sapper de Souza - membro do Conselho Municipal de Saúde;

- Graziele Zanini - membro da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

Art. 3º São obrigações da Comissão de Monitoramento e Avaliação:

I - Monitorar e avaliar as parcerias celebradas com as organizações da sociedade civil;

II - Emitir parecer técnico conclusivo, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação e do parecer financeiro conclusivo.

§ 1º A Comissão de Avaliação poderá solicitar equipe de apoio para auxiliar no acompanhamento, análise e monitoramento do Termo de Parceria e da Prestação de Contas.

§ 2º A Comissão de Avaliação deverá emitir o relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias depois de recebido o relatório, de acordo com o Plano de Trabalho e Termo de Parceria, e encaminhará ao Secretário Municipal correspondente, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e ao Fiscal do Contratos/Termo de Parceria e Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias.

Art. 4º Todos os trabalhos desta Comissão deverão ser registrados em atas, devidamente assinadas e arquivadas no setor competente.

Art. 5º A Comissão de Avaliação e Monitoramento deve cumprir o disposto na Lei Federal 9.790, de 23 de março de 1999 e suas alterações, bem como, o disposto no Decreto Municipal 98/2019.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso em 20 de setembro de 2023.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HÚNGARO CALVO FILHO

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPT. DE LICITAÇÕES- MEMBRO DA CPL
AVISO DE RESULTADO CREDENCIAMENTO Nº 008/2022

AVISO DE RESULTADO CREDENCIAMENTO Nº 008/2022- CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO de INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, INTERESSADAS EM PROCEDER A CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL, MEDIANTE A CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO, PARA SERVIDORES ATIVOS (EFETIVOS), INATIVOS E PENSIONISTAS, SEM QUAISQUER ÔNUS PARA O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, nos termos da Lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964, nas condições e características a seguir descritas: conforme especificações contidas no Termo de Referência. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Presidente da CPL nomeado pela Portaria nº 1527/2023 de 28.08.2023, torna público o resultado e homologação do certame acima referido. EMPRESA: **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. CNPJ: 90.400.888/0001- 42**, o qual também poderá ser acessado, através do link:https://tangaradaserra.mt.gov.br/site/?post_type=licitacoes/. Tangará da Serra-MT, 20 de Setembro de 2023. Tatiana Ávila Grigoletti-Presidente da CPL.

AVISO DE ENCERRAMENTO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº101/2023 EM RAZAO DE VALOR

Secretaria Municipal de Saúde – SMS, através do Secretário o Sr. Welligton Rossiter Bezerra e o departamento de compras, torna público que, por determinação do sr. Prefeito, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº 012/PGM/2022 e no Decreto Nova Lei de Licitações 110/2023, informa o Encerramento/Homologação do Procedimento Administrativo na modalidade de Dispensa em Razão de Valor n**º101/COMPRADIRETA/SAD/2023** cujo o objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE DESMONTAGEM DE APARELHO DE RX DO HOSPITAL MUNICIPAL, INCLUSO A EMBALAGEM EM PLÁSTICO BOLHA E TAMBÉM O TRANSPORTE.,** através da empresa **ALFA MED - REGIMAR MOREIRA DA COSTA - EPP,** inscrita no CNPJ sob nº. **23.760.680/0001-47,** na importância de **R$ 2.950,00(Dois Mil Novecentos e Cinquenta Reais).** O fundamento legal para a Dispensa é o Art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021 e Parecer Jurídico n.º 012/ PGM/2022 e alterações posteriores, DECRETO N.º 110, DE 31 DE MARÇO DE 2023 - REGULAMENTA LEI FED. 14.133/2021 tendo como embasamento legal os Art. 135 e 139 . Tangará da Serra - MT, 20 de Setembro de 2023. Eliane Simone Cristalino – Chefe Departamento de Compra.

SAMAE
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL I - PGE Nº 046/2023/SAMAE

Retificando o número do Pregão Eletrônico, onde se lê: Pregão Eletrônico Nº 047/2023/SAMAE, passa a ler-se Pregão Eletrônico Nº 046/2023/SAMAE.

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 046/2023/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MAIOR PREÇO UNITÁRIO,** tendo como objeto a **SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA OCUPAR E EXPLORAR, A TÍTULO PRECÁRIO, ATRAVÉS DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO, PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS, A GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS PARA SERVIDORES DO SAMAE.** A abertura do certame está prevista para as **09h00min do dia 05 de Outubro de 2023 (horário de Brasília - DF).** Endereço do SAMAE de Tangará da Serra/MT, éna Avenida Brasil, nº 2350-E, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa de segunda a sexta-feira, exceto feriados. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicações. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517 e 3311-6518.

Tangará da Serra/MT, 20 de Setembro de 2023.

EDINÉIA G. DE S. VIEIRA

Setor de Licitação - SAMAE

DEPT. DE LICITAÇÕES- MEMBRO DA CPL
ERRATA DE PUBLICAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 001/2023

ERRATA DE PUBLICAÇÃO – JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIO/AMM Nº4.322, Página nº743 de 19.09.2023.CREDENCIAMENTO Nº 001/2023, tendo por objeto:**CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA ADIANTE DESCRITOS, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO,** conforme especificações e condições constantes neste Edital e seus anexos**,** de acordo com a Lei nº 8.666/93, e demais legislações aplicáveis,**c**onforme descrição dos serviços constantes no item 4.1 do Termo de Referência **(Anexol), do presente Edital.** O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Presidente da CPL nomeado pela Portaria nº 824/2023 de 20.04.2023, torna público o resultado e homologação do certame acima referido, conforme segue tabela abaixo, o qual também poderá ser acessado, através do link: https://tangaradaserra.mt.gov.br/site/?post_type=licitacoes/.Tangará da Serra-MT, 18.09.2023. Gustavo Leonne de Souza **– Presidente da CPL.**

Onde se lê:

EMPRESA HABILITADA CONFORME ITEM:

EMPRESA	ITENS APTOS Nº
META PROJETOS E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA-ME, CNPJ 45.204.244/0001-24	20

CLASSIFICAÇÃO DE ITEM POR EMPRESA CONFORME ORDEM CRONOLÓGICA

ITEM	PESSOA FÍSICA / EMPRESA	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT. R$	VALOR GLOBAL
20	5º CASE PROJETOS, CONSULTORIA E ASSESSORIA	ELABORAÇÃO ORÇAMENTO CIVIL (por item)	m²	10000,00	R$ 2,78	R$ 27.800,00

LEIA-SE:

EMPRESA HABILITADA CONFORME ITEM:

EMPRESA	ITENS APTOS Nº
META PROJETOS E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA-ME, CNPJ 45.204.244/0001-24	20

CLASSIFICAÇÃO DE ITEM POR EMPRESA CONFORME ORDEM CRONOLÓGICA

ITEM	PESSOA FÍSICA / EMPRESA	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT. R$	VALOR GLOBAL
20	5º META PROJETOS E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA-ME	ELABORAÇÃO ORÇAMENTO CIVIL (por item)	m²	10000,00	R$ 2,78	R$ 27.800,00

DEPT. DE LICITAÇÕES- MEMBRO DA CPL
AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2023.

AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2023. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 086/2023, do objeto:**REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, (MÓVEIS, ELETROELETRÔNICOS, AR CONDICIONADO INCLUINDO INSTALAÇÃO, DENTRE OUTROS), A FIM DE ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos,torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: https://tangaradaserra.mt.gov.br/site/?post_type=licitacoes/.Tangará da Serra-MT, 20.09.2023. Dalila Cristian F. Da Paz – Pregoeira – Portaria nº 1527/2023.

SEFAZ
CONVITE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 2º QUADRIMESTRE DE 2023 (RGF 2Q2023)

O Prefeito de Tangará da Serra, Sr. Vander Alberto Masson, convida a população em geral e demais interessados a participar da audiência pública de apresentação do relatório de gestão fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2023, previsto no § 4º art. 9º e art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000).

Formas de participação:

Presencial: (respeitando as normas sanitárias vigentes)

Facebook: https://www.facebook.com/prefeituratangaradaserra

Data: 29 de setembro de 2023

Horário: 13:30

Local: Auditório da Câmara Municipal de Tangará da Serra, na rua Júlio Martinês Benevides nº 195-S, esquina com a rua João do Prado Arantes, Centro.

Observação

O vídeo da audiência estará disponibilizado posteriormente no *site* oficial da Prefeitura:

O relatório de gestão fiscal, bem como a ata e os slides apresentados na audiência estarão disponibilizados posteriormente no *site* oficial da Prefeitura, endereço:

<https://www.tangaradaserra.mt.gov.br/?categoria_co... >

DEPT. DE LICITAÇÕES- MEMBRO DA CPL
ATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 038/2023

ATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 038/2023. A Presidente da CPL, nomeada pela Portaria nº 1527/2023 de 28.08.2023, torna público que, por determinação do Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, consoante o Decreto nº 019 de 23.01.2017, com base no Parecer Jurídico nº 588/PGM/2023**,** RATIFICA o Procedimento Administrativo nº 7.340/2023. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSCRIÇÃO DE 33 (TRINTA E TRÊS) PESSOAS, SENDO: 27 (VINTE E SETE) ALUNOS E 06 (SEIS) PROFESSORES DOS CENTROS MUNICIPAIS DE ENSINO DÉCIO BURALI, FÁBIO DINIZ JUNQUEIRA, LAURA VIEIRA DE SOUZA E DEPENDÊNCIAS DESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO QUE PARTICIPARAM DA 48ª JORNADA DE FOGUETE E 17ª MOSTRA BRASILEIRA DE FOGUETES (17ª MOBFOG) QUE OCORRERÁ NOS DIAS 23 À 26 DE OUTUBRO DE 2023 NO RIO DE JANEIRO, através da empresa OBA EVENTOS EDUCACIONAIS EIRELI,** devidamente inscrita no CNPJ Nº 22.739.613/0001-88, fundamentado no Art. 25, CAPUT, da Lei Federal nº 8.666/93, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação, cujo valor total é de**R$ 39.600,00 (Trinta e nove mil e seiscentos reais).**Tangará da Serra-MT, 20 de Setembro de 2023. Tatiana Ávila Grigoletti- Presidente da CPL.

DEPT. DE LICITAÇÕES- MEMBRO DA CPL
AVISO DE CANCELAMENTO PARCIAL DE ITENS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO –038/2023-12, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2023

AVISO DE CANCELAMENTO PARCIAL DE ITENS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO –038/2023-12,PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2023. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO,** conforme **especificações** constantes do Anexo I **do Edital do Pregão Eletrônico**, através do Departamento de Licitações e Contratos, com fulcro nas disposições contidas no Art. 21, inciso II, Paragrafo único do Decreto Federal nº 7.892/2013 e ainda, na Cláusula Sétima da Ata de Registro de Preços citada acima, torna público o **cancelamento dos itens 396, 397, 398 e 400,** registrado em favor da fornecedora**LC GUEDES LTDA**, **inscrita no CNPJ sob o nº 36. 314.983-0003-40**, tendo em vista o pedido de desistência da empresa em fornecer o produto, o qual foi acatado pelas Secretarias ordenadoras de despesas. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra-MT, 20 de setembro de 2023. Márcio de Oliveira Lopes-Chefe do Departamento de Licitações e Contratos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 009 DE 5 DE SETEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Aceite realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social para recebimento de 1(um) veículo concedido na forma de doação pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania - SETASC, por meio do Programa Estadual Estrutura Suas MT.

O Conselho Municipal De Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições Legais conferidas pela Lei nº 8.742/93, alterada pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 e Lei Municipal 1.620/2021 e seguindo os princípios do sistema deliberativo, descentralizado e participativo da politica de assistência social e

Considerando sua função de acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços socioassistenciais ofertados;

Considerando a reunião ordinária realizada no dia 05 de setembro de 2023, ata 008/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Termo de Aceite realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social para recebimento de 1(um) veículo pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania - SETASC, na forma de doação, por meio do Programa Estadual Estrutura Suas MT;

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Terra Nova do Norte, 05 de setembro de 2023.

ANGELA MARIA WERBES

PRESIDENTE DO CMAS

GESTÃO 2023/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

LEI Nº 844, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

Autoriza o Executivo Municipal a pagar por serviços extraordinários, em folha de pagamento, a título de diferença salarial, aos servidores públicos municipais que forem recrutados para trabalhar durante a eleição popular para escolha de Conselheiros Tutelares, no dia 01 de outubro de 2023, e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

“Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES de União do Sul aprova e eu sanciono a seguinte Lei”:

Art. 1º. Por força desta lei, fica o Executivo Municipal de União do Sul autorizado a pagar por serviços extraordinários, a título de “diferença salarial”, incluso em folha de pagamento, aos servidores públicos municipais que forem recrutados para trabalhar durante a eleição popular para escolha de Conselheiros Tutelares, no dia 01 de outubro de 2023.

Art. 2º. Fazem jus ao pagamento referido no artigo 1º desta Lei:

I – Os Mesários Titulares (Presidente, Secretário e Mesário) e Suplentes das 02 (duas) Salas de Votação, totalizando:

a) 06 (seis) mesários titulares, com valor de R$ 180,00 (cento e oitenta reais) cada;

b) 06 (seis) mesários suplentes, com valor de R$ 90,00 (noventa reais) cada.

II – Os 04 (quatro) Membros da Comissão Especial Eleitoral, com valor de R$ 180,00 (cento e oitenta reais) cada.

III – 01 (uma) Assessora Jurídica com o valor de R$ 180,00 (cento e oitenta reais);

IV – 01 (um) Assessor Técnico com o valor de R$ 180,00 (cento e oitenta reais);

V – 03 (três) Servidoras (2 Merendeiras e 1 Zeladora) da Escola Municipal Matilde Altenhofem, com o valor de R$ 180,00 (cento e oitenta reais) cada.

§ 1º. Nenhum colaborador poderá receber pagamento por mais de uma função exercida nesta eleição, ressalvada a hipótese do § 2º deste artigo.

§ 2º. Em caso de substituição de Mesário Titular (presidente, secretário, mesário) que deixar de comparecer ou que for substituído durante o andamento da eleição, sem retorno, o Suplente de mesário fará jus ao recebimento do valor como Mesário Titular.

§ 3º. Os Mesários Titulares trabalharão com os seguintes horários no dia da eleição:

a) Das 08:00 horas às 11:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas na Sala de Votação, e, após esse horário, na Sala de Apuração somente o Presidente e o Mesário.

§ 4º. Os Suplentes de Mesários trabalharão no horário das 11:00 horas até às 14:00 horas, e em eventuais revezamentos de curta duração.

§ 5º. Em caso de não comparecimento de mesário titular, será designado um suplente, observada a ordem de suplência, o qual passará a ser mesário titular.

Art. 3º. Aos servidores públicos municipais que trabalharem no dia da eleição de 01 de outubro de 2023 fica ainda assegurado o direito a 01 (um) dia de folga, que será concedido oportunamente no corrente ano de 2023.

Art. 4º. Caso haja necessidade de recrutar pessoa da comunidade que não seja servidor público municipal como integrante de mesa receptora de votos, fica o Executivo autorizado a gratificar a mesma, observando os valores estipulados no art. 2º, inciso I, "a" e "b", e inciso II do art. 2º desta lei.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 20 de setembro de 2023.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

LEI Nº 846, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

Dispõe sobre inclusão de nova fonte de recursos, no Orçamento Geral do Município do Exercício Financeiro de 2023 e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

"Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei":

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir, mediante decreto, uma nova fonte de recursos, no orçamento do Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Saúde, na Unidade Orçamentária: 06.002 - Fundo Municipal de Saúde, com a seguinte classificação orçamentária:

06 – SECRETARIA DE SAÚDE

06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.002.10 – Saúde.

06.002.10.301 – Atenção Básica.

06.002.10.301.0010 – Atenção Básica.

06.002.10.301.0010.2.037 – Manutenção do Programa Saúde da Família – PSF.

Cód. Reduzido: 231.

Elemento de Despesa: 3190.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.

Fonte: 0.6.05.000000 – Assistência Financeira da União para complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.

06.002.10.302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

06.002.10.302.0011 – Média e Alta Complexidade.

06.002.10.302.0011.2.043 – Manutenção do Programa da Média e Alta Complexidade – MAC.

Cód. Reduzido: 260.

Elemento de Despesa: 3190.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.

Fonte: 0.6.05.000000 – Assistência Financeira da União para complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.

Parágrafo único. A classificação da fonte de recursos a ser inclusa no Orçamento Geral do Município do corrente exercício financeiro foi definida pela PORTARIA STN/MF Nº 688, de 06 de julho de 2023.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 20 de setembro de 2023.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 226/2023

Dispõe sobre nova lotação da servidora Débora Pestana Tedesco junto ao Posto Eleitoral de União do Sul, e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a conveniência administrativa e o interesse público;

R E S O L V E:

Art. 1º. Por força desta Portaria, a servidora DÉBORA PESTANA TEDESCO – Assistente de Controle Administrativo, vinculada a Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, portadora do RG nº **5063*-* SSP/MT e do CPF nº ***.862.011-**, passa a ser lotada temporariamente junto ao Posto Eleitoral de União do Sul.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito a 18 de setembro de 2023.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 19 de setembro de 2023.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2023 - B

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, estabelecido à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº 784.082.539-72, residente e domiciliado neste município, e a EMPRESA **RAHIA COMERCIO DE SUPRIMENTOS E INFOMATICA LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/

MF sob nº 47.169.415/0001-57, estabelecida Av. Dr. Meirelles nº 355 A, Altos do Coxipó, cidade de Cuiabá - MT, neste ato representada pela sua Socia Proprietária, Sr.ª RAYZA LINE SIQUEIRA SILVA, brasileira, maior, inscrita no CPF nº 029.909.411-18, de acordo com o disposto na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, bem como os Decretos Municipais nºs. 593 de 12 de janeiro de 2010, 901 de 24 de março de 2014, n° 1.415 de 13 de outubro de 2022, n°1.453/2023 de 01 de abril de 2023, e Lei Complementar n° 198, de 28 de junho de 2023, e conforme o Processo Licitatório sob nº 025/2023, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2023 – REGISTRO DE PREÇOS, as partes firmam esta **Ata de Registro de Preços**, com previsão de execução de 12 (doze) meses, **para eventuais e futuras aquisições de Gêneros Alimentícios diversos** (perecíveis e não perecíveis), para atender necessidades das diversas Secretarias da Administração Municipal, de conformidade com a descrição da Cláusula I desta Ata.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços, o Registro dos Preços, por parte da empresa acima identificada, para eventuais e futuras aquisições por parte da Prefeitura Municipal, de gêneros alimentícios diversos (perecíveis e não perecíveis), observadas as quantidades, especificações e respectivos preços, estabelecidos no demonstrativo abaixo, visando aquisições eventuais e futuras pelos órgãos relacionados no Anexo II do Edital do Pregão acima mencionado:

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL:

Ord.	Quant.	Cód.	Unid.	DESCRIÇÃO	Marca	R$ Unit.	R$ Total
1	**140**	10022	PCT	ACHOCOLATADO EM PO 400 GRAMAS, DEVE APRESENTAR EM SUA COMPOSIÇÃO: AÇUCAR, CACAU EM PÓ, MALTODEXTRINA, ESTABILIZANTE, LECITINA DE SOJA, AROMA DE BAUNILHA, VITAMINAS E SAL. LIVRE DE ÁCIDO FÓLICO. PRAZO MINIMO DE VALIDADE DE 04 MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	ITALAC	R$ 12,90	R$ 1.806,00
2	**60**	10940	UNID	AZEITONA EM CONSERVA VERDE INTEIRA COM CAROCO 200G IMERSA EM LIQUIDO TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES ACONDICIONADA EM EMBALAGEM LACRADA E VEDADA DEVENDO SER CONSIDERADO COMO PESO LIQUIDO O PRODUTO DRENADO.	CAMPO BELO	R$ 7,9800	R$ 478,80
3	**470**	10941	PCT	BALA DE FRUTAS. PCT COM 700G. MASTIGÁVEIS, DE VARIOS SABORES, TAMANHOS E FORMAS.	LOVE CANDY	R$ 14,98	R$ 7.040,60
4	**300**	27681	KG	BARRA DE CHOCOLATE COBERTURA PREMIUM SABOR CHOCOLATE AO LEITE E MEIO AMARGO TIPO BLEND 1 KG	DE CORACAO	R$ 47,78	R$ 14.334,00
5	**275**	11023	PCT	BISCOITO DOCE MAIZENA LEITE OU COCO 330GR COMPOSICAO BASICA (FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS), LIVRE DE GOSDURAS TRANS, VALIDADE MINIMA 6 MESES A CONTAR DA DATA ENTREGA.	DALLAS	R$ 6,98	R$ 1.919,50
6	**175**	12810	PCT	BISCOITO DOCE TIPO ROSCA 750 GR, COMPOSIÇÃO BÁSICA (FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, AÇUCAR E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS), LIVRE DE GORDURAS TRANS, VALIDADE MÍNIMA 6 MESES A CONTAR DA DATA ENTREGA, SABORES: COCO, LEITE, CHOCOLATE E SORTIDOS.	DALLAS	R$ 8,98	R$ 1.571,50
7	**340**	10034	PCT	BISCOITO TIPO CREAM CRACKER INTEGRAL 700 GR DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIVRE DE GORDURA TRANS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, VALIDADE MÍNIMA 6 MESES A CONTAR DA DATA ENTREGA E PESO LÍQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE. UNIDADE.	DALLAS	R$ 15,98	R$ 5.433,20
8	**180**	10923	PCT	BISCOITO TIPO ROSCA EM CALDA COMPOSTO FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, AMIDO DE MILHO, AÇÚCAR INVERTIDO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, FERMENTO QUÍMICO (BICARBONATO DE SÓDIO, BICARBONATO DE AMÔNIO E PIROFOSFATO DISSÓDICO), SAL, EMULSIFICANTE (LECITINA DE SOJA), AROMATIZANTE, MELHORADOR DE FARINHA (METABISSULFITO DE SÓDIO), ANTIOXIDANTE ÁCIDO, CONTÉM GLÚTEN. NÃO CONTÉM LEITE. EMBALAGEM COM 600G.	DALLAS	R$ 9,15	R$ 1.647,00
9	**1000**	15173	UNID	BISCOITO WEFFLER DE VARIOS SABORES MINIMO DE 115 G	DALLAS	R$ 3,80	R$ 3.800,00
10	**1150**	14650	UNID	BOMBOM CHOCOLATE WAFFER BIS 126GR	DADINHO	R$ 7,95	R$ 9.142,50
11	**370**	15181	PCT	BOMBOM MACIO, DIVERSOS SABORES (CHOCOLATE, BRIGADEIRO, DOCE DE LEITE, BEIJINHO), COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO, COM NO MINIMO 01KG	BONOBOM	R$ 49,00	R$ 18.130,00
12	**3955**	10035	PCT	CAFE TORRADO E MOIDO 500 GR DE PRIMEIRA QUALIDADE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, SELO DE PUREZA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDUSTRIA DO CAFÉ - ABIC. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ATENDER A PORTARIA 451/97 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E A RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PRA ALIMENTOS - CNNPA	CABOCLO	R$ 18,48	R$ 73.088,40
13	**2410**	11018	CAIXA	CHA MATE TOSTADO – 250GR. EMBALAGEM CONTENDO DADO DOS FABRICANTE, LOTE, DATA DE VALIDADE E CERTIFICACAO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA	YARI	R$ 8,48	R$ 20.436,80
14	**1065**	14636	PCT	CHA MATE TOSTADO (DIVERSOS SABORES), 100% NATURAL; - SEM CORANTES E CONSERVANTES. EMBALAGEM COM 25 SACHES, COM DIZERES DE ROTULAGEM; DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE NO MÍNIMO 12 MESES.	MARATA	R$ 9,30	R$ 9.904,50
15	**130**	10925	PCT	COCO RALADO PCT COM 100 G CONTENDO POLPA DE CÔCO PARCIALMENTE DESENGORDURADA, DESIDRATADA UNIDADE	ADELCOCO	R$ 6,90	R$ 897,00
16	**295**	10949	UNID	CREME DE LEITE 200 GR - APRESENTANDO TEOR DE MATERIA GORDA MINIMA DE 25%, EMBALADO EM CAIXA CARTONADA	MOCOCA	R$ 4,48	R$ 1.321,60
17	**40**	26981	UNID	ERVILHA VERDE EM CONSERVAS EMBALAGEM 200 GR	QUERO	R$ 3,29	R$ 131,60
18	**175**	15188	UNID	EXTRATO DE TOMATE, CONCENTRADO, EMBALAGEM DE 350G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO.	BONARE	R$ 4,98	R$ 871,50
19	**100**	10058	PCT	FUBA DE MILHO ENRIQUECIDO COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, PACOTE DE 1 KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	MIMOSO	R$ 6,75	R$ 675,00
20	**380**	11021	UNID	GELATINA EM PO 30GR, PRODUTO COMPOSTO DE AÇUCAR, SAL, AROMA ARTIFICIAL DE FRUTAS, SABORES VARIADOS, ACIDULANTE ÁCIDO FUMARICO, REGULADOR DE ACIDEZ CITRATO DE SÓDIO E CORANTE ARTIFICIAL. CAIXA COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA.	APTI	R$ 2,48	R$ 942,40

21	**50**	10954	UNID	LEITE CONDENSADO 395 GRAMA, COMPOSTO DE LEITE INTEGRAL ACUCAR E LACTOSE TRADICIONAL DE CONSISTENCIA CREMOSA E TESTURA HOMOGENEA ACONDICIONADO EM CAIXA CARTONADA.	TRIANGULO	R$ 7,98	R$ 399,00
22	**200**	20354	PCT	LEITE EM PO INTEGRAL INSTÂNTANEO 400 GR, COMPOSTO LEITE INTEGRAL, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA, CONTÉM LEITE E DERIVADOS DE SOJA, NÃO CONTÉM GLÚTEN, SEM GORDURAS TRANS.	ITALAC	R$ 18,98	R$ 3. 796,00
23	**215**	10071	PCT	MACARRAO TIPO ESPAGUETE 500 GR, A BASE DE FARINHA, MASSA COM OVOS. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA. UNIDADE.	DALLAS	R$ 5,95	R$ 1. 279,25
24	**255**	10072	PCT	MACARRÃO TIPO PARAFUSO 500 GR, A BASE DE FARINHA, MASSA COM OVOS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA. UNIDADE.	DALLAS	R$ 5,95	R$ 1. 517,25
25	**65**	16713	UNID	MAIONESE PRONTA, EMBALAGEM DE 500GR, SACHE	QUERO	R$ 7,69	R$ 499,85
26	**160**	10078	PCT	MILHO CANJICA AMARELO 500 GR, GRUPO ESPECIAL, SUBGRUPO DESPELICULADO, CLASSE AMARELA, TIPO 1, BENEFÍCIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MÁXIMA DE 14% POR PESO, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO. PACOTE	PINDUCA	R$ 5,84	R$ 934,40
27	**130**	14642	UNID	MILHO PIPOCA, TIPO I, BOA QUALIDADE, PRAZO DE VALIDADE, EMBALAGEM DE 500GR, CLASSE AMARELA, TIPO 1, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MÁXIMA DE 14% POR PESO, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO	MIKA	R$ 5,480	R$ 712,40
28	**400**	10958	UNID	MILHO VERDE EM CONSERVA: MILHO VERDE, ÁGUA, AÇÚCAR E SAL, SEM CORANTE E SEM CONSERVANTE, OBTIDO DO COZIMENTO DE GRÃOS DE MILHO VERDE, IMERSOS OU NÃO EM LIQUIDO DE COBERTURA APROPRIADO, SUBMETIDOS A PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO ANTES OU DEPOIS DE HERMETICAMENTE FECHADOS NOS RECIPIENTES UTILIZADOS A FIM DE EVITAR SUA ALTERAÇÃO. EMBALAGEM EM SACHÊ, CONTENDO 300G, VALIDADE MINIMA DE 4 MESES A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	BONARE	R$ 5,95	R$ 2. 380,00
29	**95**	14643	PCT	MISTURA BOLO 400 GR, INFORMAÇÕES NUTICIONAIS, VARIOS SABORES, PRAZO DE VALIDADE, DADOS DO FABRICANTE.	LUNAR	R$ 7,90	R$ 750,50
30	**235**	14651	UNID	PANETONE FRUTAS CRISTALIZADAS DIVERSOS SABORES 400GR	DI FIORI	R$ 26,30	R$ 6. 180,50
31	**5000**	30598	UNID	PIPOCA DOCE PACOTE COM 50 GRAMAS.	EMILIA	R$ 2,48	R$ 12. 400,00
32	**520**	15192	PCT	PIRULITO SABOR DE FRUTAS PACOTE 550 GR SABORES VARIADOS APRESENTADO EM VARIOS FORMATOS, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO.	BIG BIG TUTI FRUTTI	R$ 13,95	R$ 7. 254,00
33	**45**	15843	PCT	POLVILHO DE MANDIOCA DOCE 01 KG, SEM IMPUREZAS. NA EMBALAGEM DEVERA CONSTAR A DATA DE FABRICACAO, DE VALIDADE E O NUMERO DO LOTE. PACOTE	PINDUCA	R$ 13,40	R$ 603,00
34	**100**	14647	UNID	SAGU TIPO 1 500 GR DADOS DO FABRICANTE E DISTRIBUIDOR, PRAZO DE VALIDADE, VALOR NUTRICIONAL - PACOTE	PINDUCA	R$ 10,98	R$ 1. 098,00
35	**75**	10091	LT	SARDINHA EM LATA COM OMEGA 3, COM OLEO DE SOJA COMESTIVEL, EMBALAGEM COM 250G, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE. LATA	88	R$ 7,80	R$ 585,00
36	**220**	10092	UNID	SUCO ARTIFICIAL, DIVERSOS SABORES, ORIGEM BRASILEIRA, RENDIMENTO 10 LITROS, PACOTE COM 01 KG, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL	QUALIMAX	R$ 8,69	R$ 1. 911,80
37	**120**	10093	UNID	TEMPERO COMPLETO 300 GR SEM PIMENTA, COMPOSTO DE SAL, CEBOLA, ALHO, COENTRO, AGUA, CEBOLINHA, LOURO E CURCURA. POTE	TIO JONAS	R$ 4,10	R$ 492,00
38	**173**	10096	UNID	VINAGRE DE MACÃ 750 ML NA EMBALAGEM DEVERA CONSTAR A DATA DA FABRICACAO E DA VALIDADE E NUMERO DO LOTE	CASTELO	R$ 9,40	R$ 1. 626,20
39	**135**	10963	UNID	VINAGRE DE VINHO 750 ML NA EMBALAGEM DEVERA CONSTAR A DATA DA FABRICACAO E DA VALIDADE E NUMERO DO LOTE	TOSCANO	R$ 8,45	R$ 1. 140,75

CLÁUSULA II - DO VALOR GLOBAL

1. O Valor Global estimado da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 219.131,80 (duzentos e dezenove mil cento e trinta e um reais e oitenta centavos).**

CLÁUSULA III – DO REAJUSTAMENTO

1. Os preços serão fixos e irreajustáveis, salvo mudanças nas medidas econômicas do Governo Federal.

2. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custos que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 65, II, “d”, da Lei 8.666/93, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, a empresa contratada em hipótese nenhuma poderá paralisar o fornecimento dos produtos e/ou serviços.

CLÁUSULA IV- DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O prazo de validade do registro de preços será de *12 (doze)* meses, contado a partir da publicação da presente Ata.

CLÁUSULA V - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

1. Os Produtos objeto desta Ata serão fornecidos em etapas no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2. Os produtos serão previamente requisitados pelos órgãos solicitantes (participantes) da Prefeitura de União do Sul – MT, com antecedência para que seja entregue dentro do prazo estabelecido no Edital;

3. A entrega/retirada dos produtos deverá estar em conformidade com o requerido pelo Órgão Participante e acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceito após a verificação do cumprimento das especificações contidas no edital do pregão e nesta ata;

4. Os produtos entregues deverão estar de acordo com as normas vigentes, devidamente regulamentadas pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA VI – DA FORMA DE PAGAMENTO:

a) A empresa licitante detentora da ata de registro de preços deverá apresentar as notas fiscais correspondentes aos objetos dos quais foi vencedora, devidamente atestadas pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estarem acompanhadas das cópias dos pedido/requisição/ordem de fornecimento.

b) O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração;

c) Para fazer jus ao pagamento, a empresa detentora da ata de registro de preços deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (CND/INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, também, cópia do "Termo de Opção" pelo recolhimento de impostos naquela modalidade.

d) Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

e) Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

1. Atender a Ordem de Fornecimento, entregando os produtos constantes de sua proposta em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I, em **no máximo 03 (três) dias úteis para produtos perecíveis e 05 (cinco) dias úteis para produtos não perecíveis**, após a emissão do pedido/requisição/ordem de fornecimento. As despesas com transporte e descarga são por conta da licitante vencedora, devendo ser obedecidos os valores e condições propostas, e o local específico de entrega;

2. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre os produtos e serviços objeto desta ata, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de UNIÃO DO SUL;

3. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

4. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

5. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

6. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor para o fornecimento do objeto deste edital;

7. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

8. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao Município de UNIÃO DO SUL ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA VIII - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

1- Uma vez firmada a contratação (Ata de Registro de Preços), o Município se obriga a:

a) Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital;

b) Efetuar o recebimento dos produtos requisitados, em conformidade com as especificações estipuladas no **Anexo I;**

c) Efetuar o pagamento à licitante vencedora (detentora da Ata), na forma e prazos estabelecidos neste Edital, na Ata de registro de preços ou documento equivalente a ser firmado entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

d) Zelar, através de servidor "fiscal de contrato" designado pelo Prefeito através de Portaria, para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA IX - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1. De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA (empresa detentora de Ata de Registro de Preços), a juízo da Administração do Município de União do Sul/MT, à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento);

2. A multa prevista no item "1" desta cláusula será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista na alínea "b" do item "3".

3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada posteriormente, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a. advertência por escrito;

b. aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d. declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93;

4. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

5. Em se tratando de detentora de ata que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica;

6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA X – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:

1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL e a(o) CONTRATADA(O) se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º, 11 º e/ou 14 º da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

c) durante a execução do objeto desta Ata Registro de Preços, em caso de necessidade de coleta e tratamento de dados pessoais de pessoas naturais/titulares mediante consentimento, a coleta do mesmo será realizada após prévia aprovação da PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, responsabilizando-se a(o) CONTRATADA(O) pelo informe de necessidade ao titular, obtenção e gestão do consentimento do mesmo, nos termos da legislação. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para finalidades distintas, sob pena de responsabilização do CONTRATADO(A) pelo ato;

2. Eventualmente, podem as partes convencionar que a PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL será responsável por obter o consentimento dos titulares, formalizando a questão em aditivo contratual;

a) as partes declaram que os sistemas informatizados, dispositivos e similares que servirão de base para coleta, armazenamento e tratamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, estando alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de proteção de dados;

b) os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com adequado controle baseado em função e com transparente identificação do perfil dos operadores, sendo vedado o compartilhamento desses dados com terceiros estranhos ao objeto do contrato;

c) a realização do tratamento dos dados pessoais, ainda que necessária transferência internacional, continuará a ser feita de acordo com as disposições da legislação brasileira sobre proteção de dados, nos termos do Art. 3º. da Lei 13709/18;

e) o CONTRATADO(A) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;

f) serão adotadas pelo CONTRATADO(A) as medidas de segurança adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito ou incidente. As medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.

3. A(O) CONTRATADA(O) dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas acerca da proteção de dados de titulares/pessoas naturais, bem como à Política de Privacidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL.

4. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e demais órgãos de controle administrativo;

5. Uma parte deverá formalizar à outra sempre que receber uma solicitação de um titular/pessoa natural, a respeito do exercício de direitos relacionados aos seus dados (Art. 18 da Lei 13.709/18) e ao objeto deste contrato, tomando providências imediatas para retorno ao solicitante nos termos da legislação, visando possibilitar o exercício de direito do terceiro;

6. A critério do Encarregado de Dados da PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, a(o) CONTRATADA(O) poderá ser provocada(o) a colaborar na informação de dados para a elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

7. Encerrada a vigência deste contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

8. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA XI – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

1. As efetivas aquisições do objeto (gêneros alimentícios) quando houver, serão empenhadas nas dotações orçamentárias do(s) orçamento(s) vigente(s) durante o período de validade desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA XII – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1. O presente instrumento é regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, pelo Decreto Municipal nº 901 de 24/03/2014, e legislação suplementar, bem como pelas cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO Nº 019/2023 – REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA XIII – DO FORO:

1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta ata, elegem as partes o foro da Comarca de CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que assinam na presença das testemunhas abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL-MT

Av. Curitiba nº 94 – centro - CEP 78.543-000-Fone-3540-1283-União do Sul-MT

CNPJ Nº 01.614.538/0001-59.

UNIÃO DO SUL/MT, 19 de setembro de 2023.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL/MT

Claudiomiro Jacinto de Queiroz - Prefeito Municipal

RAHIA COMERCIO DE SUPRIMENTOS E INFOMATICA LTDA

CNPJ: 47.169.415/0001-57

(Empresa Detentora da Ata)

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Locação de Imóvel.

Nº do Contrato: 042/2023.

Vínculo Legal: Lei municipal nº 816 de 02/02/2023 e Lei federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

Locador: Palomar José Schmitt.

CPF/MF: 503.***.***-00.

Locatário: Município de União do Sul.

CNPJ: 01.614.538/0001-59.

Objeto: Locação de imóvel com as seguintes características e descrição: I – Lote nº 13, da Quadra nº 09, com área de 450,00m2, (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), com testada na Rua Concórdia; II – Lote nº 14, da Quadra nº 09, com área de 450,00m2, (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), com testada na Rua Concórdia; III – Lote nº 15, da Quadra nº 09, com área de 447,32m2, (quatrocentos e quarenta e sete metros e trinta e dois centímetros quadrados), com testada na Rua Concórdia, esquina com a Avenida Florianópolis; IV – 01 (um) Prédio em alvenaria com cobertura metálica, com área construída de 678,50m2 (seiscentos e setenta e oito metros e cinquenta centímetros quadrados), edificado sobre os Lotes 13, 14 e 15, no centro desta cidade de União do Sul/MT, destinado para o uso e funcionamento em caráter temporário e provisório da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ivaldino Frâncio.

Valor total: R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais).

Cód. Dotação Orçamentária/Fonte:

(59) 04.001.04.123.0001.2.005-3390.36.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.

Fonte: 1.5.00.000000 – Recursos não vinculados de impostos.

Vigência do Contrato: 120 (cento e vinte) dias da data de assinatura.

Data de assinatura: 01/09/2023.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito

PALOMAR JOSÉ SCHMITT

Locador.

LEI Nº 845, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR REPASSADA PELA UNIÃO FEDERAL VISANDO DAR CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL N° 14.434, DE 4 DE AGOSTO DE 2022 QUE INSTITUIU O PISO SALARIAL NACIONAL DO ENFERMEIRO, DO TÉCNICO DE ENFERMAGEM, DO AUXILIAR DE ENFERMAGEM E DA PARTEIRA, AUTORIZANDO O PODER EXECUTIVO A REALIZAR O DEVIDO REPASSE AOS SERVIDORES DA REDE MUNICIPAL PÚBLICA DE SAÚDE DE UNIÃO DO SUL-MT NOS TERMOS DA PORTARIA GM/MS Nº. 1.135, DE 16 DE AGOSTO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

“Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei”:

Art. 1º. Esta lei regulamenta o valor adicional repassado pela União Federal a este Município a título de Assistência Financeira Complementar, visando dar cumprimento ao disposto na Lei Federal n° 14.434, de 4 de agosto de 2022 que instituiu o piso salarial do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira, nos termos da Portaria GM/MS Nº. 1.135, de 16 de agosto de 2023.

Art. 2º. Considera-se piso salarial para os fins desta Lei o valor remuneratório dos profissionais, equivalente ao somatório do vencimento básico (VB) e às vantagens pecuniárias de natureza Fixa, Geral e Permanente (FGP), não sendo computadas, dessa forma, parcelas indenizatórias, vantagens pecuniárias variáveis, individuais ou transitórias.

Art. 3°. O valor da Assistência Financeira Complementar não altera o vencimento básico dos respectivos servidores.

Art. 4°. A Assistência Financeira Complementar transferida pela União não implica em aumento automático de outras parcelas ou vantagens remuneratórias e não será incorporada aos vencimentos ou às remunerações dos profissionais contemplados.

Art. 5°. Compete à União custear, nos termos da Emenda Constitucional n° 127, de 22 de dezembro de 2022, os valores a título de Assistência Financeira Complementar para atingimento do piso salarial, não sendo repassada essa responsabilidade de forma automática ao Município, estando este desobrigado do seu cumprimento em caso de não custeio pela União.

Parágrafo único. Fica autorizado o Município a conceder o pagamento da complementação de valores aos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, e parteiras, vinculados à Administração Municipal para o alcan-

ce do piso salarial estipulado, até o limite da Assistência Financeira Complementar transferida pela União.

Art. 6°. O pagamento da diferença salarial a título de complementariedade da União para fins de atingimento do piso, não altera o Regime Jurídico dos respectivos servidores previstos na Lei Municipal n° 029, de 25 de setembro de 2019 e alterações posteriores.

Parágrafo único. Permanece inalterada a legislação que fixa a remuneração e o vencimento base dos respectivos servidores nos termos da Lei Municipal n° 724, de 25 de setembro de 2019 e alterações posteriores.

Art. 7°. Os valores repassados a título de Assistência Financeira Complementar da União serão pagos aos profissionais com rubrica específica.

Parágrafo único. Os pagamentos com recursos da assistência financeira complementar da União somente serão feitos pelo município após seu recebimento, podendo sofrer inclusive variações mensais em seus repasses, bem como não pagamento, haja vista se tratar de recurso exclusivo da união.

Art. 8º. O disposto nesta lei não se aplica aos inativos e pensionistas.

Art. 9º. Os valores dos recursos discriminados para cada profissional, incluindo os prestadores de serviços contratualizados, em conformidade com a memória de cálculo disponibilizada pelo Ministério da Saúde, serão repassados na medida que o município receber a assistência da União.

Art. 10. As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento Municipal vigente, do Órgão: Secretaria Municipal de Saúde - Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Saúde, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementar estas dotações, quando necessário.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 20 de setembro de 2023.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 227/2023

Designa atribuição especial à servidora Maiara Freitas Evangelista, e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos incisos VI e X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul;

R E S O L V E:

Art. 1º. Por força desta Portaria, fica a servidora Sra. MAIARA FREITAS EVANGELISTA, portadora do RG nº 0****7282012-* SSP/MA e do CPF nº 610.***.***-92, designada, sem ônus, como responsável pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de União do Sul, podendo para tanto elaborar e assinar toda a documentação pertinente ao departamento, operar sistema informatizado e adotar todas as providências burocráticas necessárias à boa execução dos serviços durante o período de sua designação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito a 18 de setembro de 2023.

Art. 3º. Revoga-se a Portaria nº 039/2023 de 17/01/2023 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 19 de setembro de 2023.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.480, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

Dispõe sobre inclusão de nova Fonte de Recursos no Orçamento Geral do Município, do Exercício Financeiro de 2023.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na PORTARIA STN/MF Nº 688 de 06 de julho de 2023, e autorizado pela Lei Municipal nº 846, de 20 de setembro de 2023;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica incluída, no Orçamento Geral do Município, do exercício financeiro de 2023, uma nova fonte de recursos, com a seguinte classificação orçamentária:

06 – SECRETARIA DE SAÚDE

06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.002.10 – Saúde.

06.002.10.301 – Atenção Básica.

06.002.10.301.0010 – Atenção Básica.

06.002.10.301.0010.2.037 – Manutenção do Programa Saúde da Família – PSF.

Cód. Reduzido: 231.

Elemento de Despesa: 3190.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.

Fonte: 0.6.05.000000 – Assistência Financeira da União para complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.

06.002.10.302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

06.002.10.302.0011 – Média e Alta Complexidade.

06.002.10.302.0011.2.043 – Manutenção do Programa da Média e Alta Complexidade – MAC.

Cód. Reduzido: 260.

Elemento de Despesa: 3190.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.

Fonte: 0.6.05.000000 – Assistência Financeira da União para complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 20 de setembro de 2023.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

LEI Nº 843, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2024 **E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

"Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei":

CAPÍTULO I

Das Disposições Iniciais

Art. 1º.São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º da Constituição Federal, combinado com o Art. 144, II e Art. 146 da Lei Orgânica do Município, e no que couber, as disposições contidas na Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar Federal nº

101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes para a elaboração e execução dos Orçamentos do Município para o Exercício de 2024.

CAPÍTULO II

Das Metas e Prioridades da Administração Pública

Art. 2º. As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2024 são as especificadas no documento **"Anexo de Metas e Prioridades para 2024" (Anexo I),** queforam estabelecidas na Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2022–2025, obedecendo os objetivos estratégicos traçados no mesmo.

§ 1º. O Município define como Meta Fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultados nominal e primário, este representando o valor que se espera destinar ao pagamento de juros e do principal da dívida.

§ 2º. Terão prioridade sobre as ações de expansão: o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais e a manutenção das atividades.

§ 3º. O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, apurado conforme disposto na Lei Orgânica do Município, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 4º. O Município deverá aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, nas ações e serviços públicos de saúde.

§ 5º. A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estarão condicionadas ao equilíbrio entre receitas e despesas, conforme:

a) **Anexo de Metas Fiscais - Anexo II, com Metodologia de Cálculo; e**

b) **Anexo de Riscos Fiscais - Anexo III**, que integram a presente lei.

§ 6º. Na elaboração do projeto, na aprovação e na execução da lei orçamentária não poderão ser estabelecidas prioridades diferentes das definidas no Anexo de metas e prioridades a que se refere o caput deste artigo.

§ 7º. Os valores constantes no Anexo I de que trata o Art. 2º possuem caráter indicativo e não normativo.

CAPÍTULO III

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 3º. A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I – Orçamento Fiscal;

II – Orçamento da Seguridade Social.

Art. 4º. Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa obedecendo a classificação funcional programática por categoria de programação, ou seja, projeto/atividade, indicando-se, pelo menos para cada uma, no seu menor nível:

I – o orçamento a que pertence, e,

II – a natureza da despesa classificada conforme a Lei nº 4.320/64 e atualizações posteriores.

Art. 5º. A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á de acordo com a Portaria nº 42 de 15/04/1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial 163 de 04 de maio de 2001, Portaria Interministerial nº 325 de 27 de agosto de 2001, Lei nº 14.113 de 20 de Dezembro de 2020, que dispõe sobre o FUNDEB, e a Consolidação das alterações de acordo com a Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 06.08.2009, DOU 10.08.2009 e pela Portaria STN nº 467, de 08.08.2009, DOU 10.08.2009., que consolida o Manual de Receitas e Despesas, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade NBC TSP 16 de 31 de Outubro de 2018, que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis para o exercício de 2024, e alterações posteriores.

Parágrafo Único. A Reserva de Contingência será identificada pelo dígito 9 (nove), no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

Art. 6º. A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, nos termos da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um sistema de planejamento permanente e à participação comunitária, e compreenderá:

I – O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, seus fundos e entidades das Administrações direta e indireta, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público Municipal, quando houver;

II – O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto na Constituição Federal e contará, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

Art. 7º. O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído dos anexos a que se referem o art. 22, inciso III, da lei 4.320/64, que são os seguintes:

I – Mensagem;

II – Texto da Lei;

III – Demonstrativo da Evolução da Receita e Despesa referente aos três últimos exercícios, de acordo com a classificação constante do Anexo III da lei nº 4.320/64, e suas alterações.

§ 1º. A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei orçamentária anual conterá:

I – Situação Econômico-Financeira do Município;

II – Demonstrativo da Divida Fundada e Flutuante, saldos de Créditos Especiais, Restos a Pagar e Outros Compromissos Exigíveis;

III – Exposição da Receita e da Despesa;

§ 2º. Integrarão a lei orçamentária anual, incluindo os complementos referenciados no art. 22, III, da Lei Federal nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

I - Quadro Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo I, da Lei 4.320/64;

II – Quadros Demonstrativos da Receita e Despesa, segundo as categorias Econômicas, na forma do Anexo 2, da Lei nº 4.320/64;

III – Quadro Demonstrativo por Programa de Trabalho, das dotações por órgão do governo e da administração, Anexo 6 da Lei 4.320/64;

IV – Quadro Demonstrativo de Função, Sub-Função e Programa, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, Anexo 7, da Lei nº 4.320/64;

V – Quadro Demonstrativo de Função, Sub-Função e Programa, conforme vínculo com os recursos, Anexo 8 da Lei nº 4.320/64;

VI – Quadro Demonstrativo por Órgão e Função, Anexo IX, da Lei nº 4. 320/64;

VII – Quadro Demonstrativo da Realização de Obras e Prestação de Serviços;

VIII – Tabela Explicativa da Evolução da Receita e Despesa, Art. 22, III, da Lei nº 4.320/64;

IX – Quadro Demonstrativo da Receita por Fontes e Respectiva Legislação;

X – Sumario Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo;

XI – Quadro Detalhamento de Despesas.

§ 3º. Acompanharão o projeto de lei orçamentária, além dos definidos no parágrafo 1º deste artigo, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I – programação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a evidenciar o cumprimento ao disposto no Artigo 212 da Constituição Federal, da Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, e da Lei Federal nº Lei nº 14.113 de 20 de Dezembro de 2020.

II – programação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 198, § 2º, da Constituição Federal na forma da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

CAPÍTULO IV Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município e suas Alterações

Art. 8º. No projeto de lei orçamentária para o exercício de 2024 as receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação no último exercício e a tendência para o exercício em curso, conforme determina o Art. 12 da Lei complementar nº 101/2000. As despesas, fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, deverão ser compatíveis com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º. O Poder Executivo poderá propor a inclusão na lei orçamentária, de dispositivo que estabeleça critérios e forma para atualização dos valores orçados.

§ 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a consignar na proposta orçamentária a receita e despesa decorrente de convênios a serem celebrados pelo município no âmbito do Governo Federal ou Estadual, desde que protocolados os referidos convênios até 31 de agosto de 2023, considerando-se ainda os projetos protocolados em 2022 e 2023 e que até o envio da proposta orçamentária para o exercício de 2024 não tenham sido liberados, bem como os saldos de convênios de exercícios anteriores ainda não liberados integralmente.

Art. 9º. Na estimativa da receita serão consideradas as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I – atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - atualização da planta genérica de valores;

III – a expansão do número de contribuintes.

§ 1º. As taxas de fiscalização pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 2º. Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos no cronograma de desembolso.

Art. 10. A lei orçamentária dispensará, na estimativa da receita e na fixação da despesa atenção aos seguintes princípios:

I – prioridade de investimentos para as áreas de saúde e sociais;

II – modernização da ação governamental;

III – equilíbrio na gestão dos recursos públicos.

IV – austeridade na gestão dos recursos públicos.

Art. 11. A proposta orçamentária para 2024 a ser apresentada ao Poder Legislativo obedecerá às seguintes diretrizes especiais:

I - as obras em execução terão prioridade sobre novos projetos;

II – as despesas com o pagamento da dívida pública, com pessoal e seus reflexos, bem como com a contrapartida de financiamento, terão prioridade sobre as despesas decorrentes de ações de expansão de serviços públicos.

III – a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesas será acompanhada de:

1 – estimativa de impacto orçamentário-financeiro em que deva entrar em vigor e nos dois anos seguintes;

2 – declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a LDO.

IV – o Poder Executivo poderá conceder ou ampliar incentivo ou benefício de Natureza Tributária da qual decorra renúncia de receita, desde que atendido os requisitos do Artigo 14, da Lei Complementar Federal 101/2000.

V – autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, e para transposições, remanejamentos ou transferências de uma categoria para outra ou de um órgão para outro, com limite de até 15% (quinze por cento) da proposta orçamentária para 2024, em obediência aos incisos V e VI do artigo 167, da Constituição Federal, devendo esta autorização ser encaminhada ao Legislativo mediante projeto de lei especifico tramitando junto com a Lei Orçamentaria anual.

VI – Fica o Poder executivo autorizado a proceder à abertura de crédito adicional à conta de recursos provenientes de convênios, mediante assinatura do competente instrumento.

VII – Fica o Poder executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao seu orçamento até o limite de 10% do excesso de arrecadação apurado por fontes de recursos constantes nas normas que regulam o Aplic – Auditoria Pública Informatizada de Contas do TCE-MT.

VIII – O Poder Executivo Municipal também fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao seu orçamento até o limite apurado no superávit financeiro, que levará em consideração as fontes de recursos (FONTES 3), constantes das normas que regulam o APLIC -Auditoria Pública Informatizada de Contas do TCE-MT.

Art. 12. A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao Poder Executivo até o dia 31 de julho de 2023, na forma da Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 13. Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art. 14. É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada, que preencham os seguintes requisitos:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

II – sejam de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

III – sejam vinculadas a organismos de naturezas filantrópicas, institucionais ou de assistência social;

IV – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição e ao disposto no art. 61 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias);

V - No caso de Entidades sem Fins lucrativos, deverá ser cumprido o disposto no Artigo 26, da Lei Complementar 101/00 e as exigências contidas na Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014.

§ 1º. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, além de certidões das esferas Federal, Estadual e Municipal válidas.

§ 2º. Não poderá ser concedida subvenção social, contribuição e/ou auxílio à entidade que esteja em débito com relação a prestações de contas decorrentes de sua responsabilidade.

§ 3º. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade e de identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º. O disposto neste artigo não se aplica às contribuições estatutárias devidas a entidades municipalistas das quais o Município for associado.

Art. 15. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência do Estado de Mato Grosso, bem como apoiar Outras Esferas de Governo, nos termos do Art. 62, da Lei Complementar 101/2000, bem como a realizar transferências voluntárias, nos casos de relevante interesse público municipal, devendo o favorecido atender ao disposto no Art. 25, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 16. O município aplicará no mínimo, os percentuais constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos dos artigos 198, § 2º e 212, da Constituição Federal.

Art. 17. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de modo a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 18. O controle dos custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo anterior, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custos dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento das unidades de saúde, ou de outros itens de controle, conforme determina o Art. 4º, I, "e" da Lei Complementar 101/2000.

§ 1º. Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, de modo a atender o disposto, no art. 4º, I, "e", da Lei Complementar 101/2000.

§ 2º. O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de gastos, com objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 19. Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2023 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento de seus objetivos, corrigir desvios, avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas, em cumprimento ao citado art. 4º, I, "e", da lei Complementar 101/2000.

Art. 20. A lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor correspondente de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos, conforme constará no anexo de riscos fiscais e sua memoria de cálculo.

Art. 21. O Poder Judiciário encaminhará a Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, e aos referidos órgãos e entidades devedoras, na parte que lhes couberem, a relação de débitos constantes de precatórios judiciários, a serem incluídos na proposta orçamentária para 2022, conforme determina o Art. 100, § 1º da Constituição Federal, e a Constituição Estadual, discriminando:

A) Órgão Devedor;

B) Número de processos;

C) Número do Precatório;

D) Data de Expedição do Precatório;

E) Nome do Beneficiário;

F) Valor do Precatório a ser pago.

CAPÍTULO V Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 22. Os Poderes Legislativo e Executivo observarão, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal.

Art. 23. Na criação de quaisquer despesas obrigatórias de caráter continuado, bem como em situações excepcionais para contratação de hora extra, deverão ser observados os critérios e limites dispostos na Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo Único. Na execução orçamentária de 2024, caso a despesa de pessoal extrapolar noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, fica vedada a contratação de horas extras, excetuadas aquelas no âmbito dos setores da educação e saúde, ou quando destinadas ao atendimento de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a coletividade.

Art. 24. Na fixação das despesas com pessoal serão alocadas dotações especificas para atender a despesas decorrentes da criação de cargos, em atendimento ao disposto no inciso I, do Art. 44 da Lei Orgânica Municipal, desde que compatíveis com o equilíbrio das contas públicas.

Art. 25. No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2024, fica autorizada a fixação de um índice de reajuste para os vencimentos dos servidores públicos, e/ou revisão geral anual da remuneração dos servidores e o crescimento vegetativo, caso seja constatado aumento da receita corrente líquida, observado os limites estabelecidos no art. 71 e art. 16, quando aplicável da Lei Complementar Federal nº 101/2000, e bem como a realizar alteração na estrutura organizacional e administrativa e a realizar concurso público, se necessário, ou qualquer outra forma de processo seletivo simplificado ou público, que melhor lhe convier, para prover os cargos necessários.

§ 1º. Fica autorizado para o Poder Legislativo o reajuste de vencimentos mencionado no *caput*, respeitados os limites da Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a realização de Concurso Público, se necessário, ou processo seletivo simplificado ou público para provimento de cargos.

§ 2º. A apuração do índice de reajuste para os vencimentos dos servidores municipais poderá ocorrer mediante a constituição de uma Comissão Mista de servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, aos quais caberá realizar a revisão geral anual dos vencimentos desses servidores.

§ 3º. Os projetos de leis de transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados do impacto financeiro e orçamentário elaborado pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

§ 4º. Quando da concessão da revisão geral da remuneração de que trata este artigo, estão dispensados os procedimentos exigidos pelo art. 17 da Lei Complementar 101/00.

Art. 26. As despesas decorrentes de aperfeiçoamento da ação governamental classificam-se em relevantes e irrelevantes.

Parágrafo Único. Entende-se por despesas relevantes aquelas que ultrapassarem o valor máximo da dispensa da licitação, na forma estabelecida pela Lei federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada pelo Decreto Federal nº 9.412 de 19 de Junho de 2018, e pela Lei federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, e como irrelevantes aquelas que não ultrapassarem o valor máximo da dispensa de licitação da citada lei.

CAPÍTULO VI Das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária

Art. 27. O município poderá rever e atualizar sua Legislação tributária anualmente.

Art. 28. Ocorrendo alterações na legislação tributária, bem como nos índices inflacionários da política monetária nacional, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários na mesma proporção.

Parágrafo único. Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do município, mediante abertura de créditos adicionais, no decorrer do exercício, observada a legislação vigente.

CAPÍTULO VII Das Disposições Finais

Art. 29. O Prefeito Municipal encaminhará até o dia 15 de outubro de 2023, o Projeto de Lei do Orçamento Anual de 2024 à Câmara Municipal, para apreciação e conclusão da votação nos termos do Art. 267 da Lei Orgânica do Município de União do Sul (redação da Emenda nº 1, à Lei Orgânica Municipal de 16 de dezembro de 1998).

Art. 30. O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações ao presente Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao Projeto de Lei do Orçamento Anual para 2024, e à Lei do Plano Plurianual em vigor, em conformidade com o parágrafo 5º, do Art. 166, da Constituição Federal.

Art. 31. Para os casos de renúncia de receita e condições para concessão de benefícios fiscais, será elaborada estimativa de impacto orçamentário-financeiro, independentemente de seu valor, e deverá ainda, ser incluso recursos para instituição de normas de controle de custos e avaliação de resultados dos programas, bem como dependerão de lei especifica, em cumprimento ao artigo 14, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único. Na política de administração tributária do Munícipio, ficam autorizadas a subvenção econômica, renúncia fiscal e auxilio a empresas, agricultores, pessoas físicas ou entidades associativas com objetivo de incentivos econômicos para o aumento da produção e a renda, nos termos da lei geral de incentivos.

Art. 32. Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2024, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais, sendo este elaborado pela administração direta e unidades da administração indireta, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a limitação necessária à obtenção da meta de resultado primário.

§ 1º. A programação financeira e o cronograma de desembolso deverão ser elaborados com base na previsão da efetiva arrecadação mensal, devendo ser incentivada a participação das diversas Secretarias na definição dos gastos mensais a serem realizados, tomando-se por base as ações constantes dos programas do PPA e as metas e prioridades constantes desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º. O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, na forma do Art. 52, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 3º. O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e será publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada quadrimestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 4º. Até o final dos meses de maio e setembro de 2024, e de fevereiro de 2025, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Câmara Municipal.

§ 5º. A avaliação dos programas de governo, nos termos da lei Complementar 101/00, art. 4º, I, alínea "e", se dará através da prestação de contas de governo.

Art. 33. O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2024, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da lei orçamentária.

§ 1º. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no Anexo de que trata o § 1º do artigo 2º desta Lei, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras" de cada Poder.

§ 2º. Na hipótese da ocorrência do disposto no parágrafo anterior, o Poder Executivo comunicará o fato ao Poder Legislativo do montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º. O Chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada unidade do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 34. Na hipótese de, até 31 de dezembro de 2023 o autógrafo da Lei Orçamentária para o Exercício de 2024 não ser devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I – No montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II – 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 35. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 36. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 20 de setembro **de 202**3**.**

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2023 - A

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, estabelecido à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº 784.082.539-72, residente e domiciliado neste município, e a EMPRESA **ANDERSON APOLINARIO DE OLIVEIRA – ME**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 97. 538.395/0001-12, estabelecida Av. Curitiba, nº 125, Centro, Cidade de União do Sul - MT, neste ato representada pelo seu Socio Proprietário, Sr.º ANDERSON APOLINARIO DE OLIVEIRA, brasileiro, maior, inscrito no CPF nº 956.431.251-53, de acordo com o disposto na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, bem como os Decretos Municipais nºs. 593 de 12 de janeiro de 2010, 901 de 24 de março de 2014, n° 1.415 de 13 de outubro de 2022, n°1.453/2023 de 01 de abril de 2023, e Lei Complementar n° 198, de 28 de junho de 2023, e conforme o Processo Licitatório sob nº 025/2023, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2023 – REGISTRO DE PREÇOS, as partes firmam esta **Ata de Registro de Preços**, com previsão de execução de 12 (doze)

meses, **para eventuais e futuras aquisições de Gêneros Alimentícios diversos** (perecíveis e não perecíveis), para atender necessidades das diversas Secretarias da Administração Municipal, de conformidade com a descrição da Cláusula I desta Ata.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços, o Registro dos Preços, por parte da empresa acima identificada, para eventuais e futuras aquisições por parte da Prefeitura Municipal, de gêneros alimentícios diversos (perecíveis e não perecíveis), observadas as quantidades, especificações e respectivos preços, estabelecidos no demonstrativo abaixo, visando aquisições eventuais e futuras pelos órgãos relacionados no Anexo II do Edital do Pregão acima mencionado:

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL:

Ord.	Quant.	Cód.	Unid.	DESCRIÇÃO	Marca	R$ Unit.	R$ Total
1	**290**	10917	KG	ABACATE - DE PRIMEIRA APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA.	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 8,99	R$ 2.607,10
2	**250**	30603	UNID	ABACAXI DE PRIMEIRA APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA.	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 8,99	R$ 2.247,50
3	**50**	10919	KG	ABOBORA CABOTIA DE PRIMEIRA APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA.	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 6,49	R$ 324,50
4	**50**	30604	KG	ABOBRINHA VERDE DE PRIMEIRA APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA.	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 6,49	R$ 324,50
5	**35**	10920	KG	ACELGA DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO DO TAMANHO, AROMA E COR PRÓPRIA, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. KG	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 12,49	R$ 437,15
6	**2045**	10023	PCT	ACUCAR CRISTALIZADO, NA COR BRANCA, SACAROSE DE CANA DE AÇÚCAR, EMBALAGEM EM POLIETILENO, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ATENDER A PORTARIA Nº 451/97 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E A RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA. PACOTES DE 02KG.	DOCE DIA	R$ 7,99	R$ 16.339,55
7	**295**	3192	UNID	ÁGUA MINERAL 20 LITROS	LEBRINHA	R$ 18,00	R$ 5.310,00
8	**500**	20351	PCT	ÁGUA MINERAL 497ML FARDO COM 12 UNIDADES	LEBRINHA	R$ 19,99	R$ 9.995,00
9	**375**	30605	KG	ALFACE - VERDURA IN NATURA, ESPECIE AMERICANA CRESPA ROMANA LISA.	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 5,99	R$ 2.246,25
10	**95**	30428	KG	ALHO IN NATURA, DE PRIMEIRA, SEM RESTIA, BULBO INTEIRIÇO, DE BOA QUALIDADE, FIRME E INTACTO, SEM LESÕES, PERFURAÇÕES E CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, PARASITAS E LARVAS, O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE. KG.	KI-ALHO	R$ 26,99	R$ 2.564,05
11	**90**	10025	PCT	AMENDOIM GRUPO DESCASCADO, SUBGRUPO SELECIONADO, CLASSE MIÚDO, TIPO 1, EM GRÃO CRU EM EMBALAGEM DE 500 G.	CAMPILAR	R$ 13,99	R$ 1.259,10
12	**50**	10026	CAIXA	AMIDO DE MILHO. CAIXA DE 1 KG, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA.	KIMIMO	R$ 14,99	R$ 749,50
13	**305**	23266	KG	APRESUNTADO COZIDO, EMBUTIDO, VALOR NUTRICIONAL, APRESENTADO FATIADO, INSPECIONADO PELO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DATA DE VALIDADE, DADOS DO FABRICANTE	FORTEZA	R$ 24,99	R$ 7.621,95
14	**365**	10027	PCT	ARROZ BRANCO BENEFICIADO PACOTE 5KG SUBGRUPO POLIDO, CLASSE LONGO FINO, TIPO 1, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. O PRAZO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	BOCA CHEIA	R$ 24,99	R$ 9.121,35
15	**210**	14633	KG	BACOM SUÍNO, EMBALAGEM A VÁCUO, EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUÇÃO DA ANVISA N.105 DE 19/05/99 E DA LEI MUNICIPAL / VIGILÂNCIA SANITÁRIA N.5504/99.	FORTEZA	R$ 37,99	R$ 7.977,90
16	**60**	23267	KG	BANANA DA TERRA DE PRIMEIRA, IN NATURA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA.	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 11,50	R$ 690,00
17	**750**	10028	KG	BANANA NANICA DE PRIMEIRA, IN NATURA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA.	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 7,99	R$ 5.992,50
18	**135**	30400	KG	BATATA DOCE, DE PRIMEIRA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITE SUPORTAR MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RES. Nº 12/78 DA CNNPA	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 6,49	R$ 876,15
19	**515**	10030	KG	BATATA INGLESA, DE PRIMEIRA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITE SUPORTAR MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RES. Nº 12/78 DA CNNPA	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 6,99	R$ 3.599,85
20	**65**	26980	UNID	BATATA PALHA 500 GR	PRATICLEVE	R$ 15,49	R$ 1.006,85
21	**105**	10031	KG	BETERRABA, DE PRIMEIRA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITE SUPORTAR MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 5,99	R$ 628,95

				CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RES. Nº 12/78 DA CNNP			
22	**260**	15172	PCT	BISCOITO TIPO AMANTEIGADOS, COMPOSTO POR FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM ACIDO FOLICO, AÇUCAR, AÇUCAR INVERTIDO, MANTEIGA HIDROGENADA, AMIDO DE MILHO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL, FERMENTO QUIMICO MELHORADOR DE FARINHA, ESTABILIZANTE, AROMATIZANTE ARTIFICIAL, ANTIOXIDANTE. REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE. ISENTO CONFORME RESOLUÇÃO Nº 23 DE 15/03/00. PCT COM 330 G.	RENATA	R$ 8,99	R$ 2. 337,40
23	**1200**	4909	UNID	BOMBOM SORTIDOS CX MIN. 256 GRAMAS	ARCOR	R$ 11,99	R$ 14. 388,00
24	**110**	10036	UNID	CALDO PARA CULINÁRIA, (GALINHA/CARNE/LEGUMES), ZERO GORDURA TRANS, CAIXA DE 57G CONTENDO 06 UNIDADES, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	MAGGI	R$ 2,99	R$ 328,90
25	**90**	4045	PCT	CANELA EM PÓ 10GR- PCT	MIKA	R$ 2,99	R$ 269,10
26	**660**	23272	KG	CARNE BOVINA, ACÉM EM PEDAÇO, CONGELADA (ENTRE -10ºC E -25ºC) E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO, COR CHEIRO E ODOR PROPRIOS, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO, SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A NTA-3 ((DECRETO 12486/78) E (DECRETO M.A. 2244/97).	FRIGOBOM	R$ 28,99	R$ 19. 133,40
27	**800**	23273	KG	CARNE BOVINA MOIDA DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM O MINIMO DE GORDURA, MOIDA DUAS VEZES.	FRIGOBOM	R$ 19,89	R$ 15. 912,00
28	**480**	10039	KG	CARNE BOVINA MUSCULO EM PEDAÇO, CONGELADA (ENTRE – 10C° E – 25°C) E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO, COR CHEIRO E ODOR PROPRIOS, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO, SUAS CONDIÇÕES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A NTA-3 (DECRETO1).	FRIGOBOM	R$ 23,99	R$ 11. 515,20
29	**830**	15184	KG	CARNE BOVINA, TIPO ALCATRA, LIVRE DE PARASITOS E DE QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERA-LAS OU ENCOBRIR ALGUMA ALTERAÇÃO; RESFRIADA, COM REGISTRO NO SIF, EMBALADA EM PACOTES PLÁSTICOS, COM ESPECIFICAÇÃO DE PESO, DATA DE VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE, PRODUTO E MARCA; DURANTE O PROCESSAMENTO DEVE SER REALIZADA A APARAGEM (ELIMINAÇÃO DOS EXCESSOS DE GORDURA), DEVENDO CONTER NO MÁXIMO 10% DE GORDURA E APONEVROSES, SEM INJEÇÃO DE ÁGUA	FRIGOBOM	R$ 39,99	R$ 33. 191,70
30	**245**	10108	KG	CARNE BOVINA TIPO COSTELA LIVRE DE PARASITAS E DE QUALQUER SUBSTANCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERAR-LAS OU ENCOBRIR ALGUMA ALTERAÇAO RESFRIADA COM REGISTRO NO SIF EMBALADA EM PCTS PLASTICOS	FRIGOBOM	R$ 21,49	R$ 5. 265,05
31	**1080**	10945	KG	CARNE BOVINA TIPO COXÃO MOLE EM BIFES: FRESCA OU RESFRIADA; COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS; NO MÁXIMO 10% DE SEBO E GORDURA; ACONDICIONADO EM SACO DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ATÓMICO, RESISTENTE; HERMETICAMENTE FECHADO, SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NTA 3 (DECRETO 12486/78) E (DECRETO M.A. 2244/97).	FRIGOBOM	R$ 35,99	R$ 38. 869,20
32	**50**	15183	KG	CARNE BOVINA TIPO FRAUDINHA LIVRE DE PARASITAS E DE QUALQUER SUBSTANCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERA-LAS OU ENCOBRIR ALGUMA ALTERAÇAO RESFRIADA COM REGISTRO NO SIF EMBALADA EM PCTS PLASTICOS COM ESPECIFICACOES DE PESO,	FRIGOBOM	R$ 31,25	R$ 1. 562,50
33	**830**	23158	KG	CARNE BOVINA, TIPO MAMINHA, LIVRE DE PARASITOS E DE QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERA-LAS OU ENCOBRIR ALGUMA ALTERAÇÃO; RESFRIADA, COM REGISTRO NO SIF, EMBALADA EM PACOTES PLÁSTICOS, COM ESPECIFICAÇÃO DE PESO, DATA DE VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE, PRODUTO E MARCA; DURANTE O PROCESSAMENTO DEVE SER REALIZADA A APARAGEM (ELIMINAÇÃO DOS EXCESSOS DE GORDURA), DEVENDO CONTER NO MÁXIMO 10% DE GORDURA E APONEVROSES, SEM INJEÇÃO DE ÁGUA.	FRIGOBOM	R$ 38,99	R$ 32. 361,70
34	**150**	15182	KG	CARNE BOVINA TIPO QUARTO LIVRE DE PARASITAS E DE QUALQUER SUBSTANCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERA-LAS OU ENCOBRIR ALGUMA ALTERAÇAO RESFRIADA COM REGISTRO NO SIF EMBALADA EM PCTS PLASTICOS COM ESPECIFICAÇÕES DE PESO,	FRIGOBOM	R$ 26,88	R$ 4. 032,00
35	**850**	10040	KG	CARNE DE FRANGO PICADO CONGELADO; COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO; SEM MANCHAS E PARASITAS; ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO, TRANSPARENTE E ATÓXICO; SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NTA 3 (DECRETO 12.486/78).	MAROMBI	R$ 12,99	R$ 11. 041,50
36	**110**	10946	KG	CARNE DE PERNIL SUINO PECA LIVRE DE PARASITOS E DE QUALQUER SBSTANCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERA-LAS OU ENCOBRIR ALGUMA ALTERACAO PECA CONGELADA COM REGISTRO NO SIF AMBALADA EM PCTS PLASTICOS COM ESP. DE PESO DATA DE VAL. FAB. LOTE DO PROD E MARCA	FORTEZA	R$ 12,99	R$ 1. 428,90
37	**700**	30610	KG	CARNE SUÍNA TIPO COSTELA, LIVRE DE PARASITOS E DE QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERÁ-LAS OU ENCOBRIR ALGUMA ALTERAÇÃO; PEÇA CONGELADA, COM REGISTRO NO SIF, EMBALADA EM PACOTES PLÁSTICOS COM ESPECIFICAÇÃO DE PESO, DATA DE VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE, PRODUTO E MARCA; DURANTE O PROCESSAMENTO DEVE SER REALIZADA A APARAGEM (ELIMINAÇÃO DOS EXCESSOS DE GORDURA), DEVENDO CONTER NO MÁXIMO 10% DE GORDURA E APONEVROSES, SEM INJEÇÃO DE ÁGUA.	FORTEZA	R$ 24,99	R$ 17. 493,00
38	**355**	10042	KG	CEBOLA BRANCA, DE PRIMEIRA, COM CASCA PROTETORA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 12/78 DA CNNPA.	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 7,99	R$ 2. 836,45
39	**235**	30404	KG	CENOURA, DE PRIMEIRA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 12/78 DA CNNPA.	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 7,99	R$ 1. 877,65
40	**150**	23245	UNID	CESTA BASICA TIPO I – CONTENDO 02 ACUCAR CRISTALIZADO DE 02KG – 02 CAFE TORRADO MOIDO 500GR - 02 ARROZ BRANCO TIPO 1, 5KG – 01 CREME DENTAL C/ FLUOR 90GR – 02 SARDINHA LATA 250GR - 01 EXTRATO TOMATE DE 190G - 02 FEIJAO PRETO TIPO 1, 1KG. - 02 OLEO DE SOJA 900 ML - 02 FARINHA MANDIOCA TORRADA 01KG - 02 MACARRAO 01KG - 01 SABAO BARRA GLICERINADO 200G - 01 SABONETE 90G - 01 SAL REFINADO 01KG - 01 FARINHA DE TRIGO 01KG - 01 FUBA MILHO 1 KG - 02 LEITE INTEGRAL LONGA VIDA 1.000ML - 01 BISCOITO DOCE MAIZENA LEITE OU COCO 400G.	VARIADOS	R$ 290,00	R$ 43. 500,00
41	**400**	23246	UNID	CESTA BASICA TIPO II – CONTENDO 01 ACUCAR CRISTALIZADO 02KG - 01 CAFE TORRADO MOIDO 500GR - 01 ARROZ BRANCO BENEFICIADO TIPO 1, 5KG. - 01	VARIADOS	R$ 200,00	R$ 80. 000,00

				CREME DENTAL C/ FLUOR 90G - 01 EXTRATO TOMATE 190G - 01 FEIJAO PRETO TIPO 1, 1KG. - 01 OLEO COMESTIVEL DE SOJA 900 ML - 01 FARINHA MANDIOCA TORRADA 01KG - 01 MACARRAO 01KG - 01 SABAO BARRA GLICERINADO 200G - 01 SABONETE 90G - 01 SAL REFINADO 01KG - 01 FARINHA TRIGO 01 KG - 01 FUBA MILHO 1 KG - 01 LEITE ESTERILIZADO INTEGRAL LONGA VIDA 1.000ML - 01 BISCOITO DOCE TIPO MAIZENA, LEITE OU COCO 400G.			
42	**550**	10043	PCT	CHA DE ERVA (DIVERSOS SABORES), 10G 100% NATURAL; - SEM CORANTES E CONSERVANTES. EMBALAGEM COM DIZERES DE ROTULAGEM; DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE NO MÍNIMO 12 MESES.	MIKA	R$ 3,99	R$ 2.194,50
43	**120**	10044	KG	CHUCHU, DE PRIMEIRA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 12/78 DA CNNPA.	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 5,49	R$ 658,80
44	**35**	15165	PCT	COLORAU PACOTE COM 500GR CONTENDO DATA DE VALIDADE.	MIKA	R$ 9,70	R$ 339,50
45	**190**	10045	PCT	CONDIMENTO PACOTE 10 GR APRESENTAÇÃO NATURAL (TEMPEROS DIVERSOS)	MIKA	R$ 3,99	R$ 758,10
46	**210**	30611	KG	CUECA VIRADA – DO TIPO MACIA; NA BASE FARINHA DE TRIGO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, LEITE EM PÓ, SAL, CANELA EM PÓ, FERMENTO QUÍMICO. EMBALAGENS DE 1KG, COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE 20 DIAS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.	CASA DOS PÃES	R$ 24,99	R$ 5.247,90
47	**72**	10046	UNID	DOCE DE LEITE EM PASTA, POTE COM 400G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	TRIANGULO	R$ 9,99	R$ 719,28
48	**90**	10047	UNID	DOCE EM PASTA CREMOSO (FRUTAS) MÍNIMO DE 350G, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO	INCOTRIL	R$ 8,9900	R$ 809,10
49	**80**	10051	PCT	FARINHA DE MANDIOCA TORRADA 01 KG GRUPO SECA, SUBGRUPO FINA BENEFICIADA, CLASSE AMARELA, TIPO 1 COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	ALCONDI	R$ 13,70	R$ 1.096,00
50	**20**	10100	PCT	FARINHA DE ROSCA 500 GR, MATERIAL PÃO DE TRIGO, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL.	MIKA	R$ 8,99	R$ 179,80
51	**386**	15836	PCT	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL PCT 1 KG	ALVALADE	R$ 5,99	R$ 2.312,14
52	**120**	10052	PCT	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL ENRRIQUECIDO COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, TIPO 1, PCT C/ 1 KG.	ANACONDA	R$ 8,99	R$ 1.078,80
53	**152**	10053	PCT	FAROFA DE MANDIOCA TEMPERADA TRADICIONAL, PACOTE DE 500GR. COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	CAMPILAR	R$ 11,99	R$ 1.822,48
54	**115**	11020	KG	FEIJAO CARIOCA TIPO 1 PACOTE CONTENDO 01 KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA.	NOVO ESTADO	R$ 8,99	R$ 1.033,85
55	**115**	10055	KG	FEIJAO PRETO TIPO 1, NOVO, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS, COM TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 15%, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES E MISTURA DE OUTRAS VARIEDADES E ESPÉCIES. ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO, VALIDADE MÍNIMA DE 04 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM (PORTARIA M.A 161, DE 24/07/87), PACOTE COM 1KG.	NOVO ESTADO	R$ 8,99	R$ 1.033,85
56	**60**	10056	UNID	FERMENTO BIOLÓGICO, EMBALAGEM DE 125G.DEVERÁ CONTER OS SEGUINTES INGREDIENTES: LEVEDURA NATURAL E AGENTE DE REHIDRATAÇÃO. EM 100G DO PRODUTO PO DEVERA CONTER DE 285 A 300 KCAL.PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DE 03 MESES, A CONTAR DA DATA DE VALIDADE.	SAF	R$ 13,99	R$ 839,40
57	**120**	10057	UNID	FERMENTO QUÍMICO, EM PÓ COM TAMPA MEDIDORA. EMBALAGEM CONTENDO 100 G, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 38/77 DA COMISSO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA.	ROYAL	R$ 4,99	R$ 598,80
58	**860**	10951	KG	FRANGO SEMIPROCESSADO EM PECAS CONST. DE COXA E SOBRECOXA COM OSSO. CONG. COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIO SEM MANCHAS E PARASITAS ACOND. EM SACO PLASTICO DE POLIETILENO TRANSP. ATOXICO PESO 500 A 600 GR CADA PECA DE ACORDO NTA 3 12486/78 E 224	MAROMBI	R$ 14,99	R$ 12.891,40
59	**760**	23282	KG	FRANGO SEMIPROCESSADO EM PECAS CONST. DE PEITO COM OSSO. CONG. COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIO SEM MANCHAS E PARASITAS ACOND. EM SACO PLASTICO DE POLIETILENO TRANSP. ATOXICO PESO 500 A 600 GR CADA PECA DE ACORDO NTA 3 12486/78 E 2244/97	MAROMBI	R$ 13,49	R$ 10.252,40
60	**220**	16735	PCT	GELADINHO PCT COM 40 UNIDADES - SABORES VARIADOS	MIKA	R$ 8,99	R$ 1.977,80
61	**700**	10061	KG	LARANJA DE PRIMEIRA, IN NATURA, TIPO PERA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES,	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 6,99	R$ 4.893,00
62	**650**	10955	UNID	LEITE ESTERILIZADO, INTEGRAL, LONGA VIDA, EM EMBALAGENS TETRA-PACK DE 1.000ML. COMPOSIÇÃO MÍNIMA POR LITRO: VALOR ENERGÉTICO: 550 KCAL; CARBOIDRATOS: 40G; PROTEÍNAS: 30G; LIPÍDIOS: 30G. A EMBALAGEM DEVE CONTER O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	ITALAC	R$ 7,99	R$ 5.193,50
63	**200**	30613	KG	LIMÃO GALEGO, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E DE MELHOR RENDIMENTO, TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 6,99	R$ 1.398,00
64	**580**	10065	KG	LINGUIÇA BOVINA MISTA. EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FRABICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MA, DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98. DA RESOLUÇÃO DA ANVISA Nº 105 DE 19/05/99 E DA LEI MUNICIPAL / VIGILÂNCIA SANITÁRIA Nº 5.504/99.	FORTEZA	R$ 35,99	R$ 20.874,20
65	**220**	23287	KG	LINGUIÇA, SUÍNA CALABRESA, EMBALAGEM A VÁCUO, EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUÇÃO DA ANVISA N.105 DE 19/05/99 E DA LEI MUNICIPAL / VIGILÂNCIA SANITÁRIA N.5504/99.	FORTEZA	R$ 28,99	R$ 6.377,80

66	**460**	10956	KG	LINGUIÇA TOSCANA FRESCA - PRODUTO DE PRIMEIRA QUALIDADE SEM GORDURA BOVINA ISENTA DE CARTILAGENS E APONEVROSES; COM REGISTRO NO SIF; EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, COM ESPECIFICAÇÃO DE PESO, DATA DE VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE, PRODUTO E MARCA;	FORTEZA	R$ 18,99	R$ 8.735,40
67	**630**	10932	KG	MAÇÃ NACIONAL, DE PRIMEIRA, IN NATURA, VERMELHA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 12,99	R$ 8.183,70
68	**165**	10070	PCT	MACARRAO TIPO CONCHA 500 GR, A BASE DE SÊMOLA, MASSA COM OVOS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA. UNIDADE.	DALLAS	R$ 6,99	R$ 1.153,35
69	**145**	10101	PCT	MACARRAO TIPO LASANHA 500 GR A BASE DE FARINHA, MASSA COM OVOS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA. UNIDADE.	DALLAS	R$ 13,49	R$ 1.956,05
70	**105**	26143	PCT	MACARRAO TIPO PENNE 500 GR, A BASE DE SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, CORANTES NATURAIS: URUCUM E CÚRCUMA, CONTÉM GLÚTEN, SEM GORDURAS SATURADAS	DALLAS	R$ 6,49	R$ 681,45
71	**215**	10073	KG	MAMÃO, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 12,99	R$ 2.792,85
72	**140**	30412	KG	MANDIOCA APRESENTANDO GRAU DE MATUIRACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIP. O TRANSP. E A CONS. EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONS. COM AUSENCIA DE SUJIDADES PARASITAS E LARVAS DE ACORDO COM A RES. 12/78 CNNPA.	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 6,99	R$ 978,60
73	**140**	10074	KG	MARACUJÁ DE PRIMEIRA, APRESENTADOGRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. QUILO	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 11,99	R$ 1.678,60
74	**175**	15189	UNID	MARGARINA VEGETAL COM SAL, REDUZIDO TEOR DE GORDURA, FÓRMULA COM 80% DE LIPÍDIOS EMBALAGEM: POTE COM 1KG, COM ÓLEOS VEGETAIS LÍQUIDOS E INTERESTERIFICADOS, ÁGUA, SAL, LEITE DESNATADO RECONSTITUÍDO, SORO DE LEITE RECONSTITUÍDO, VITAMINAS: E, A (1.500U.I./100G) E D, ESTABILIZANTES: MONO E DIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS, LECITINA DE SOJA E ÉSTERES DE POLIGLICEROL DE ÁCIDOS GRAXOS, CONSERVADORES: SORBATO DE POTÁSSIO E BENZOATO DE SÓDIO, AROMA IDÊNTICO AO NATURAL DE MANTEIGA, ACIDULANTE ÁCIDO LÁTICO, ANTIOXIDANTES: EDTA-CÁLCIO DISSÓDICO, BHT E ÁCIDO CÍTRICO, CORANTES: NATURAL DE URUCUM E CÚRCUMA E IDÊNTICO AO NATURAL BETACAROTENO. COM DADOS DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	DELICIA	R$ 17,99	R$ 3.148,25
75	**830**	10076	KG	MELANCIA, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 3,99	R$ 3.311,70
76	**305**	10077	KG	MELÃO, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 8,99	R$ 2.741,95
77	**395**	30419	KG	MEXIRICA DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 9,99	R$ 3.946,05
78	**40**	15168	PCT	MILHO MOIDO CANJIQUINHA QUIRELA 500 GR, GRUPO ESPECIAL, SUBGRUPO MOIDO GROSSO, CLASSE AMARELA, TIPO 1, BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MÁXIMA DE 14% POR PESO, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO. PACOTE	MIKA	R$ 5,49	R$ 219,60
79	**20**	30596	KG	MORANGO IN NATURA - NACIONAL, COM COROA, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, COM POLPA FIRME E INTACTA.	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 55,16	R$ 1.103,20
80	**275**	11032	KG	MORGOTE DE PRIMEIRA IN NATURA, TIPO PÊRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RE	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 8,99	R$ 2.472,25
81	**245**	20352	KG	MORTADELA DEFUMADA FATIADA, RESFRIADO, PRODUTO DE PRIMEIRA QUALIDADE SEM GORDURA, ISENTA DE CARTILAGENS E APONEVROSES; COM REGISTRO NO SIF; EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, COM ESPECIFICAÇÃO DE PESO, DATA DE VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE, PRODUTO E MARCA	FORTEZA	R$ 28,99	R$ 7.102,55
82	**310**	10936	UNID	ÓLEO COMESTÍVEL 900 ML VEGETAL DE SOJA, ZERO POR CENTO DE GORDURA TRANS, PURO, REFINADO, SEM COLESTEROL, RICO EM VITAMINA EM, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO, DE ACORDO COM RESOLUÇÃO 482/99 - ANVISA.	SOYA	R$ 8,99	R$ 2.786,90
83	**20**	12809	UNID	OREGANO DESIDRATADO 100 GRAMAS	MIKA	R$ 3,38	R$ 67,60
84	**330**	10081	DUZIA	OVOS CLASSE A BRANCO OU MARRON CARTELA 12 UNIDADES, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO MÍNIMO DE 1.800G. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE. DÚZIA.	CAMPO VERDE	R$ 11,50	R$ 3.795,00
85	**390**	5146	KG	PAO DE QUEIJO FRESCO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: KG	SORPAN	R$ 40,99	R$ 15.986,10
86	**260**	11030	KG	PAO DOCE TIPO CUCA MASSA MOLE, INGREDIENTES FARINHA DE TRIGO / FERMENTO /SAL/ AÇUCAR/ MARGARINA E AGUA, COM RECHEIO DE FRUTAS CRISTALIZADAS OU DOCES, COM COBERTURA.	CASA DOS PÃES	R$ 17,99	R$ 4.677,40
87	**50**	14644	KG	PAO DOCE TIPO CUCA SOVADA, INGREDIENTES FARINHA DE TRIGO / FERMENTO /SAL/ AÇUCAR/ MARGARINA E AGUA, COM RECHEIO DE FRUTAS CRISTALIZADAS OU DOCES, COM COBERTURA.	CASA DOS PÃES	R$ 17,99	R$ 899,50
88	**620**	16736	KG	PAO TIPO DE FORMA, INGREDIENTES FARINHA TRIGO/ FERMENTO/ SAL/ AÇÚCAR/ MARGARINA E AGUA, APRESENTAÇÃO FATIADO.	CASA DOS PÃES	R$ 16,99	R$ 10.533,80
89	**1040**	10937	KG	PAO TIPO FRANCES, COM NO MÍNIMO 50G, FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PER-	CASA DOS PÃES	R$ 15,49	R$ 16.109,60

				FEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. UNIDADE.			
90	**490**	27678	KG	PAO TIPO HOT DOG, PESO MEDIO 40 GRAMAS CADA, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATERIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVACAO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA.	CASA DOS PÃES	R$ 19,99	R$ 9.795,10
91	**50**	10083	KG	PEPINO, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA A SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 12/78 DA CNNPA.	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 6,49	R$ 324,50
92	**65**	30614	UNID	PEPINO EM CONSERVA. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM PLÁSTICA OU POTE DE VIDRO DE 300 GR (PESO DRENADO). CARACTERÍSTICAS: TIPO SUAVE. EMBALAGEM INTACTA CONTENDO INFORMAÇÕES DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DA FABRICAÇÃO E VALIDADE. PRODUTO COM VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 01 ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	BEIRA RIO	R$ 17,99	R$ 1.169,35
93	**5000**	30597	UNID	PICOLÉ DE FRUTA OBTIDO A PARTIR DE GORDURAS E PROTEÍNAS, SEM ACRÉSCIMO DE LEITE, ATRAVÉS DE PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, ADMITINDO ATIDITOS PERMITIDOS DE VÁRIOS SABORES, COM DENSIDADE MÍNIMA DE 475 G/L, FIRME E INTACTO, COM ASPECTO PRÓPRIO E COLORAÇÃO UNIFORME, CONSERVADO PARA CONSUMO NA TEMPERATURA MÁXIMA DE 5 GRAUS NEGATIVOS, EMBALADOS INDIVIDUALMETE COM 65 GRAMAS CADA.	ZERO GRAU	R$ 2,99	R$ 14.950,00
94	**120**	10084	KG	PIMENTÃO VERDE, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 12/78 DA CNNPA. KG.	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 11,49	R$ 1.378,80
95	**4250**	4304	UNID	POLPA DE FRUTAS 100GR FRUTAS - SABORES VARIADOS	RICELLI	R$ 5,49	R$ 23.332,50
96	**45**	10085	PCT	POLVILHO DE MANDIOCA AZEDO 01 KG, SEM IMPUREZAS. NA EMBALAGEM DEVERA CONSTAR A DATA DE FABRICACAO, DE VALIDADE E O NUMERO DO LOTE. PACOTE	CAMPILAR	R$ 13,49	R$ 607,05
97	**635**	4320	KG	PRESUNTO FATIADO RESFRIADO EMBALAGEM EM QUILO (KG), COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE. KG.	NUTRIBRAS	R$ 32,99	R$ 20.948,65
98	**685**	10086	KG	QUEIJO MUSSARELA, FATIADO, RESFRIADO, EMBALAGEM EM QUILO (KG), COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE. KG.	PRIMO	R$ 54,99	R$ 37.668,15
99	**5000**	30599	UNID	REFRIGERANTE LATA SABORES, COLA, LARANJA, UVA OU LIMÃO, COM AROMA NATURAL, SABOR SUAVE, EMBALAGEM CONTENDO 220 ML, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E CAPACIDADE. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	MARAJÁ	R$ 2,50	R$ 12.500,00
100	**1960**	3067	UNID	REFRIGERANTES VARIADOS COM AROMA NATURAL, SABOR SUAVE, EMBALAGEM CONTENDO 2 LITROS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E CAPACIDADE. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	MARAJÁ	R$ 6,80	R$ 13.328,00
101	**185**	10962	KG	REPOLHO ROXO, DE PRIMEIRA, SEM CASCA PROTETORA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 12/78 DA CNNPA.	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 9,99	R$ 1.848,15
102	**305**	10087	KG	REPOLHO VERDE, DE PRIMEIRA, SEM CASCA PROTETORA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 12/78 DA CNNPA.	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 5,49	R$ 1.674,45
103	**67**	11027	PCT	SAL GROSSO PARA CHURRASCO 01 KG	MIKA	R$ 4,99	R$ 334,33
104	**145**	10089	PCT	SAL REFINADO 1 KG IODADO, PARA CONSUMO DOMÉSTICO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE - PACOTE	ITA	R$ 3,49	R$ 506,05
105	**570**	27680	CENTO	SALGADO MINI DIVERSO ASSADO (ESFIRRA, EMPADA, ETC.) UNIDADE CENTO	CASA DOS PÃES	R$ 74,99	R$ 42.744,30
106	**510**	10090	KG	SALSICHA HOT DOG, EM CONSERVA. EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO KG.	PERDIGÃO	R$ 16,99	R$ 8.664,90
107	**150**	29250	LITRO	SUCO DE NECTAR DA FRUTA; COMPOSTO DE POLPA DA FRUTA, ÁGUA POTÁVEL, EDULCORANTES E OUTROS INGREDIENTES PERMITIDOS APRESENTANDO COR, AROMA E SABOR PRÓPRIOS; VALIDADE MINIMA 140 DIAS NA DATA DA ENTREGA; EMBALAGEM PRIMARIA CAIXA CARTONADA ALUMINIZADA, HERMETICAMENTE FECHADA, ATÓXICA, CONTENDO 1 LITRO; E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO	VALLE	R$ 7,99	R$ 1.198,50
108	**480**	10095	KG	TOMATE SALADA, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO OU TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO N12/78 DA CNNPA	VALE DISTRIBUIDORA	R$ 8,99	R$ 4.315,20

CLÁUSULA II - DO VALOR GLOBAL

1. O Valor Global estimado da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 806.193,18 (oitocentos e seis mil, cento e noventa e três reais e dezoito centavos).**

CLÁUSULA III – DO REAJUSTAMENTO

1. Os preços serão fixos e irreajustáveis, salvo mudanças nas medidas econômicas do Governo Federal.

2. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custos que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 65, II, “d”, da Lei 8.666/93, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, a empresa contratada em hipótese nenhuma poderá paralisar o fornecimento dos produtos e/ou serviços.

CLÁUSULA IV- DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O prazo de validade do registro de preços será de *12 (doze)* meses, contado a partir da publicação da presente Ata.

CLÁUSULA V - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

1. Os Produtos objeto desta Ata serão fornecidos em etapas no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2. Os produtos serão previamente requisitados pelos órgãos solicitantes (participantes) da Prefeitura de União do Sul – MT, com antecedência para que seja entregue dentro do prazo estabelecido no Edital;

3. A entrega/retirada dos produtos deverá estar em conformidade com o requerido pelo Órgão Participante e acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceito após a verificação do cumprimento das especificações contidas no edital do pregão e nesta ata;

4. Os produtos entregues deverão estar de acordo com as normas vigentes, devidamente regulamentadas pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA VI – DA FORMA DE PAGAMENTO:

a) A empresa licitante detentora da ata de registro de preços deverá apresentar as notas fiscais correspondentes aos objetos dos quais foi vencedora, devidamente atestadas pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estarem acompanhadas das cópias dos pedido/requisição/ordem de fornecimento.

b) O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração;

c) Para fazer jus ao pagamento, a empresa detentora da ata de registro de preços deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (CND/INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, também, cópia do “Termo de Opção” pelo recolhimento de impostos naquela modalidade.

d) Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

e) Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

1. Atender a Ordem de Fornecimento, entregando os produtos constantes de sua proposta em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I, em **no máximo 03 (três) dias úteis para produtos perecíveis e 05 (cinco) dias úteis para produtos não perecíveis**, após a emissão do pedido/requisição/ordem de fornecimento. As despesas com transporte e descarga são por conta da licitante vencedora, devendo ser obedecidos os valores e condições propostas, e o local específico de entrega;

2. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre os produtos e serviços objeto desta ata, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de UNIÃO DO SUL;

3. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

4. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

5. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

6. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor para o fornecimento do objeto deste edital;

7. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

8. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao Município de UNIÃO DO SUL ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA VIII - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

1- Uma vez firmada a contratação (Ata de Registro de Preços), o Município se obriga a:

a) Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital;

b) Efetuar o recebimento dos produtos requisitados, em conformidade com as especificações estipuladas no **Anexo I;**

c) Efetuar o pagamento à licitante vencedora (detentora da Ata), na forma e prazos estabelecidos neste Edital, na Ata de registro de preços ou documento equivalente a ser firmado entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

d) Zelar, através de servidor “fiscal de contrato” designado pelo Prefeito através de Portaria, para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA IX - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1. De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA (empresa detentora de Ata de Registro de Preços), a juízo da Administração do Município de União do Sul/MT, à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento);

2. A multa prevista no item “1” desta cláusula será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista na alínea “b” do item “3”.

3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada posteriormente, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a. advertência por escrito;

b. aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d. declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93;

4. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

5. Em se tratando de detentora de ata que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica;

6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA X – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:

1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL e a(o) CONTRATADA(O) se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º, 11 º e/ou 14 º da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

c) durante a execução do objeto desta Ata Registro de Preços, em caso de necessidade de coleta e tratamento de dados pessoais de pessoas naturais/titulares mediante consentimento, a coleta do mesmo será realizada após prévia aprovação da PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, responsabilizando-se a(o) CONTRATADA(O) pelo informe de necessidade ao titular, obtenção e gestão do consentimento do mesmo, nos termos da legislação. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para finalidades distintas, sob pena de responsabilização do CONTRATADO(A) pelo ato;

2. Eventualmente, podem as partes convencionar que a PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL será responsável por obter o consentimento dos titulares, formalizando a questão em aditivo contratual;

a) as partes declaram que os sistemas informatizados, dispositivos e similares que servirão de base para coleta, armazenamento e tratamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, estando alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de proteção de dados;

b) os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com adequado controle baseado em função e com transparente identificação do perfil dos operadores, sendo vedado o compartilhamento desses dados com terceiros estranhos ao objeto do contrato;

c) a realização do tratamento dos dados pessoais, ainda que necessária transferência internacional, continuará a ser feita de acordo com as disposições da legislação brasileira sobre proteção de dados, nos termos do Art. 3º. da Lei 13709/18;

e) o CONTRATADO(A) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;

f) serão adotadas pelo CONTRATADO(A) as medidas de segurança adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito ou incidente. As medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.

3. A(O) CONTRATADA(O) dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas acerca da proteção de dados de titulares/pessoas naturais, bem como à Política de Privacidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL.

4. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e demais órgãos de controle administrativo;

5. Uma parte deverá formalizar à outra sempre que receber uma solicitação de um titular/pessoa natural, a respeito do exercício de direitos relacionados aos seus dados (Art. 18 da Lei 13.709/18) e ao objeto deste contrato, tomando providências imediatas para retorno ao solicitante nos termos da legislação, visando possibilitar o exercício de direito do terceiro;

6. A critério do Encarregado de Dados da PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, a(o) CONTRATADA(O) poderá ser provocada(o) a colaborar na informação de dados para a elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

7. Encerrada a vigência deste contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado, eliminará completamente

os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

8. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA XI – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

1. As efetivas aquisições do objeto (gêneros alimentícios) quando houver, serão empenhadas nas dotações orçamentárias do(s) orçamento(s) vigente(s) durante o período de validade desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA XII – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1. O presente instrumento é regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, pelo Decreto Municipal nº 901 de 24/03/2014, e legislação suplementar, bem como pelas cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO Nº 019/2023 – REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA XIII – DO FORO:

1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta ata, elegem as partes o foro da Comarca de CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que assinam na presença das testemunhas abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL-MT

Av. Curitiba nº 94 – centro - CEP 78.543-000-Fone-3540-1283-União do Sul-MT

CNPJ Nº 01.614.538/0001-59.

UNIÃO DO SUL/MT, 19 de setembro de 2023.

MUNICIPIO DE UNIÃO DO SUL/MT

Claudiomiro Jacinto de Queiroz - Prefeito Municipal

ANDERSON APOLINARIO DE OLIVEIRA – ME

CNPJ: 97.538.395/0001-12

(Empresa Detentora da Ata)

PORTARIA Nº 225/2023

Dispõe sobre exoneração de servidor ocupante de cargo comissionado e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no inciso X, do art. 69, da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, o servidor JUNIOR BERNARDO DALINA FERREIRA, portador da matricula nº 2096, do cargo de provimento em comissão “DAS” de *Secretário Adjunto*, vinculado a Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 13 de setembro de 2023.

Art. 3º. Revoga-se a Portaria nº 141/2022 de 14 de junho de 2022, e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 19 de setembro de 2023.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

PORTARIA INTERNA Nº 17/2023.

Secretária Municipal de Educação de Vale de São Domingos-MT, Srª **JOSIANE MAYARA DOS SANTOS FREITAS**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Leis especificas:

RESOLVE

Art. 1º - Conceder nos termos dos artigos 85,86,87 e 88 da Lei Municipal 703/2022, licença prêmio por assiduidade a WALTER JOÃO DA MATA, Apoio Administrativo Educacional na função de transporte escolar da rede municipal de educação.

Art. 2º - Estabelece os três (03) meses de licença prêmio no período de 18 de setembro de 2023 a 16 de dezembro de 2023

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

_____

Josiane Mayara Santos Freitas

Secretária M. de Educação e Cultura

Gabinete do Secretário Municipal de Educação de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, em 20 de setembro de 2023.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 20/2023

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar as seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10.520, MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 20/2023. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS DE ANALISES DE PARAMENTROS DE QUALIDADE DE ÁGUA, BEM COMO BOMBAS DOSADORAS PARA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT. DATA DE ABERTURA: 04/10/2023 AS 08:00 HORAS O Edital completo poderá ser obtido junto a Comissão Permanente de Licitação, das 07:00 às 13:00 horas no Departamento de Licitações, maiores informações pelos telefones (65) 3268 1058/1140. Vale de São Domingos – MT, 20 de Setembro de 2023. Edinaldo Ferreira de Santana Pregoeiro

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2023

Chamamento Público nº 03/2023 - Objeto: credenciamento de leiloeiro oficial para realização de leilões de bens moveis inservíveis ao município de Vale de São Domingos-MT. Entrega dos envelopes: 09/10/2023 às 09h00-min. Sessão Pública de abertura: 09/10/2023 às 09h15min. Disponibilidade do Edital: a partir de 21/09/2023, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso e no portal eletrônico www.valedesaodomingos.mt.gov.br. Esclarecimentos adicionais pelo telefone (65) 3268-1058/1140. Vale de São Domingos-MT, 20 de setembro de 2023. Edinaldo Ferreira de Santana Presidente da CPL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2023 CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAL

O **MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS**, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitações nomeada pela Portaria Nº 77/2023 TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, realizará CREDENCIAMENTO, mediante CHAMAMENTO PÚBLICO, para contratação de leiloeiro oficial, conforme especificações constantes do presente edital.

O Credenciamento será realizado no dia **09 de outubro de 2023, às 09h00min (horário local)**, e os envelopes contendo a documentação de habilitação deverão ser entregues a Comissão Permanente de Licitações até às **09h15min**, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, localizada na Av. Tancredo Neves, nº 88, centro, Vale de São Domingos-MT.

1 OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Edital o CHAMAMENTO PÚBLICO para credenciamento de leiloeiro oficial para realização de leilões de bens moveis inservíveis ao município de Vale de São Domingos-MT.

2. DOCREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste Credenciamento os leiloeiros, na condição de pessoas físicas, devidamente inscritos na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso, e que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus Anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação dos documentos, não sendo devida nenhuma indenização aos Licitantes pela realização de tais atos.

2.1. O Credenciamento de que trata o presente Edital será analisado pela Comissão de Licitações, responsável pela verificação dos requisitos de habilitação e posteriormente sorteio, caso haja mais de um participante que cumpra aos requisitos de habilitação.

2.3. Caberá à Comissão de Licitação, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, antes do início da sessão pública de que trata o subitem anterior.

2.4. Os interessados poderão solicitar esclarecimentos, formular impugnações ao Edital e seus Anexos ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, **em até 02 (dois) dias úteis** anteriores à data da sessão pública para abertura dos envelopes e habilitação, no seguinte endereço: Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro, pelo telefone 65 3268-1058/1140 ou pelo e-mail licitacao@valedesaodomigos.mt.gov.br.

2.5. O Município se reserva o direito de rejeitar documentos, transferir, revogar ou anular este Credenciamento, a qualquer tempo, dentro das exigências da Lei nº 8.666/93, ou desistir da celebração do contrato.

2.6. Não serão aceitos documentos apresentados através de fax ou e-mail.

2.7. Será assegurado aos leiloeiros cadastrados que, juntamente aos documentos de habilitação contidos dentro do envelope Documentação, comprovarem estar cadastradas e habilitadas no Sistema e Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIÇÃO

3.1. Poderão participar do certame pessoas físicas que sejam leiloeiros públicos, que reúnam condições de qualificação exigidas neste edital.

3.2. Será inabilitado o leiloeiro que:

3.2.1. Leiloeiros suspensos temporariamente de participar em licitações ou credenciamentos realizados pela Administração Pública;

3.2.2. Leiloeiros que possuem registro de ocorrência que o impeça de licitar e contratar com a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

3.2.3. Os leiloeiros impedidos de contratar com o poder público em razão de outras sanções administrativas e/ou judicialmente aplicadas;

3.2.4. Os leiloeiros que desatenderem às exigências do item 2 ou deixarem de apresentar a documentação solicitada, apresentá-la incompleta ou em desacordo com as disposições deste edital;

3.3. A inabilitação do leiloeiro importará no seu afastamento do processo, não vindo a ser credenciado.

3.4. Se todos os participantes forem inabilitados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas documentações, escoimadas das causas das inabilitações.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

4.1 O envelope contendo a documentação será aberto em sessão pública que ocorrerá no dia 09 de outubro 2023, às 09h15min, na sala de reuniões do Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT/MT, sito à Av. Tancredo Neves, nº 88, Centro

4.2 Os **DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO** deverão ser apresentados até o dia, hora e local designados para a realização do Certame, através de seus representantes, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação ou membros, acondicionados em envelopes separados e lacrados, identificados com os seguintes elementos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT

A/C COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 01/2023

ENVELOPE Nº. 01 - DOCUMENTAÇÃO

OBJETO:

DATA:

HORÁRIO:

4.3. Declarada aberta a sessão pela Comissão de Licitação, os representantes das interessadas entregarão os envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas de preços, não sendo aceita, a partir desse momento, a admissão de novos licitantes.

4.4. Inicialmente, será aberto o Envelope 01 – Documentos de Habilitação.

4.5. Os documentos apresentados pelas licitantes, quando redigidos em língua estrangeira, só terão validade quando acompanhados da respectiva tradução realizada por tradutor juramentado ou consularizado.

4.6 Todos os volumes deverão ser adequadamente encadernados, (grampeados ou com espiral) com todas as folhas rubricadas e em ordem seqüencial.

4.7 As licitantes deverão apresentar somente os documentos exigidos, evitando duplicidade e inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.

4.8 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial;

4.9 As licitantes devem estar cientes das condições da licitação, assumindo as responsabilidades pela autenticidade da documentação apresentada.

5. ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.1 O envelope "01", contendo a documentação relativa à habilitação deverá conter**:**

5.1.1**Da Habilitação**

a) Requerimento de habilitação, conforme anexo;

b) Certidão Oficial fornecida pela Junta Comercial do Estado do Mato Grosso de registro como leiloeiro oficial, bem como sua regularidade para o exercício da serventia, na forma das disposições do Decreto n.º 21.981/32, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias do termo final para apresentação do envelope de documentação, que ateste a regular matrícula do leiloeiro;

c) Cópia da cédula de identidade;

d) Cópia do CPF – Cadastro de Pessoas Físicas;

e) Certidão Conjunta Negativa, ou Positiva com efeito negativa, de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal;

f) Certidão Negativa, ou Positiva com efeito negativa, de Tributos do Município de Vale de São Domingos-MT.

g) Certidão Negativa, ou Positiva com efeito negativa, de Débitos Estaduais emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

h) Prova de Regularidade junto ao FGTS;

i) Certidão Negativa ou positiva com efeitos negativos de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

j) Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/199.

k) Declaração de que não se encontra inidôneo para licitar com órgão da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e que inexiste fato superveniente impeditivo de sua habilitação.

l) Atestado, certidão e/ou declaração fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove o leiloeiro ter realizado de forma satisfatória leilão de bens.

m) Certidão negativa, emitida pelo (s) Cartório (s) de Distribuição do domicílio do (a) Leiloeiro (a) referente à indisponibilidade de bens, falências e concordatas ou recuperação judicial;

n) Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubres e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

5.2 Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimentos, nos termos do art. 299 CP, ficará sujeito as penas de reclusão, de 1 a 5 anos se o documento for publico e reclusão de 1 a 3 anos e multa se for documento particular, independente das demais penalidades administrativas;

5.3 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6. DA ABERTURA DO ENVELOPE "DOCUMENTAÇÃO" E DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO PRELIMINAR

6.1. No dia marcado para a realização da sessão, à vista dos interessados presentes, serão abertos os envelopes contendo a documentação para fins de habilitação, que será examinada e rubricada pelos leiloeiros participantes do processo que estiverem presentes e pelos membros da Comissão.

6.2. Abertos os trabalhos dessa reunião pelo Presidente da Comissão, não serão recebidos outros documentos, nem serão permitidos adendos ou alterações nas que tiverem sido apresentadas, ressalvada a faculdade de a Comissão promover diligências para a obtenção de informações e esclarecimentos complementares de quaisquer dos leiloeiros participantes.

6.3. Para ter direito a manifestar-se nas fases do procedimento de habilitação para pré-qualificação, inclusive em renúncia ao direito de interpor recurso, cada leiloeiro participante deverá identificar-se, apresentando documento legal de identidade.

6.3.1. Aqueles que não estiverem presentes não poderão interpor recurso em face a habilitação para pré-qualificação.

6.4. Quando se tratar de representante designado pelo leiloeiro, deverá ser apresentada, além do documento legal de identidade, procuração com dados de identificação do representante, devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do certame.

6.5. A ausência do documento de representação não impedirá o representante de participar do processo, entretanto ficará impedido de praticar qualquer ato durante as reuniões de recebimento e abertura de envelopes.

6.6. Será lavrada Ata que conterá o registro das principais ocorrências da reunião, em especial a enumeração dos leiloeiros participantes que apresentarem os envelopes "Documentação para Habilitação".

6.7. Após o julgamento da documentação recebida, a Comissão divulgará o resultado da fase de habilitação, com a indicação dos nomes dos leiloeiros inabilitados e habilitados, através de publicação no Diário Oficial, ou então, se estiverem presentes todos os interessados, através de comunicação direta a estes na sessão, sendo lavrada em Ata.

6.8. Havendo renúncia expressa de todos os participantes ao direito de interpor recurso contra o resultado do julgamento da habilitação no ato em que foi adotada a decisão, a Comissão poderá realizar, nesta mesma sessão, o sorteio para ordenamento dos leiloeiros habilitados no banco de credenciados, de tudo lavrando-se Ata.

6.9. Decorrida a fase de habilitação, não cabe desistência pelo participante, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

6.10. Será inabilitado o interessado que:

a) Desatender às condições de participação;

b) Deixar de apresentar a documentação exigida, apresentá-la incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital.

6.11. Será desabilitado o leiloeiro que:

a) Desatender às condições de participação e habilitação após seu credenciamento.

7. DO SORTEIO PARA ORDENAMENTO DOS CREDENCIADOS

7.1. Na data e horário fixados pela Comissão, desde que julgados os recursos eventualmente dispostos, será realizado o sorteio para definir o ordenamento a ser observado no banco de credenciados.

7.2. Somente participarão do sorteio os leiloeiros previamente habilitados pela Comissão.

7.3. Para fins de ordenamento, o leiloeiro sorteado em primeiro lugar ocupará o primeiro lugar no banco de credenciados, o leiloeiro sorteado em segundo lugar ocupará o segundo lugar no banco de credenciados e assim sucessivamente até que todos os leiloeiros habilitados tenham sido sorteados e ordenados no banco de credenciados.

7.4 O leiloeiro sorteado em primeiro será o responsável pela realização do leilão, os demais poderão ser requisitados para a realização dos serviços, caso ocorra a desistência do primeiro colocado, obedecendo a ordem de classificação.

8. DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

8.1. Em decorrência das decisões relacionadas com a presente licitação, nos termos dos arts. 41 e 109 da Lei n.º 8.666/93 é facultada a interposição de:

8.1.1. IMPUGNAÇÃO ao edital, pelo participante, até o **segundo dia útil** que anteceder o recebimento do envelope de documentação, em face de vícios ou irregularidades porventura nele existentes.

8.1.2. IMPUGNAÇÃO ao edital, por qualquer cidadão, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento do envelope de documentação, por irregularidades na aplicação da Lei nº 8.666/93.

8.2. Das decisões e atos no procedimento deste Credenciamento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos seguintes casos:

8.2.1. Habilitação ou inabilitação do participante; 8.2.2 - anulação ou revogação da licitação; 8.2.3 - penalidades aplicadas.

8.2.2. A intimação dos atos referidos nos subitens 8.2.1 a 8.2.3 - excluídos deste último as penalidades de advertência e multa de mora - será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nos subitens 8.2.1, se presentes os leiloeiros participantes ou seus representantes legais, no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser efetuada por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

8.3. Os recursos serão dirigidos à autoridade superior à que proferiu a decisão, por intermédio desta.

8.4. Não serão considerados os recursos que se baseiam em aditamento ou modificações da proposta, bem como sobre matéria já decidida em grau de recurso.

8.5. Interposto o recurso, dele será dada ciência aos demais participantes abrangidos, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis

8.6. É vedada a apresentação de mais de um recurso sobre a mesma matéria pelo mesmo participante.

8.7. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento, por escrito, aos interessados.

9. DA HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

9.1. Decorrido o prazo recursal ou após a decisão dos recursos eventualmente interpostos, a relação dos Leiloeiros Oficiais credenciados, será homologado pelo Prefeito Municipal de Vale de São Domingos-MT.

10. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. Das obrigações do Município:

10.1.1. Providenciar as publicações relacionadas ao leilão no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Diário Oficial da União e Jornal de Circulação Local;

10.1.2.Efetuar as avaliações dos bens a serem leiloados;

10.1.3. Revisar, conferir e aprovar, previamente aos leilões, os respectivos editais, especificações e valores dos bens a leiloar, e demais documentos e formulários que devam ser empregados em cada leilão;

10.1.4. Definir quais serão os dias permitidos para visitação, facilitando aos interessados a verificação prévia dos lotes;

10.1.5. Informar ao CONTRATADO, até a data de realização do leilão, qualquer alteração nos lotes anunciados, bem como a retirada de qualquer lote antes ou durante a realização do leilão, sem que isto implique qualquer direito ao participante;

10.1.6. Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência que interfira na execução dos serviços;

10.1.7. Entregar ao arrematante/procurador o(s) bem(ns) vendido(s), nas condições ofertadas (conforme demonstrado na vistoria in loco), bem como, os documentos necessários, sempre mediante a apresentação da carta de arrematação emitida pelo CONTRATADO e outros documentos que se fizeram necessários;

10.1.8. Efetuar o acompanhamento dos serviços por meio da Comissão de Licitações, que deverá verificar de forma criteriosa todos os procedimentos do leilão;

10.1.9. Oferecer estrutura adequada para a realização do leilão.

10.1.10. Comunicar por escrito e tempestivamente o CONTRATADO sobre qualquer alteração ou irregularidade na execução dos serviços, bem como qualquer necessidade eventual ou necessária para o bom desempenho do objeto licitado;

10.1.11. Emitir os boletos bancários para pagamentos dos valores referente aos bens arrematados;

10.1.12. Fiscalizar a execução do contrato de prestação de serviços.

10.1.13. À vista do relatório da Comissão, o resultado de credenciamento será submetido à consideração do Prefeito Municipal, para fins de homologação do presente procedimento.

10.1.14. Disponibilizar aos arrematantes, as guias para pagamento das taxas, dos débitos e o documento de arrecadação dos bens arrematados;

10.2. Das obrigações do Leiloeiro:

10.2.1. Elaborar minutas de edital, de ata e demais documentos pertinentes ao leilão público.

10.2.2. Promover a divulgação do evento em material impresso e na internet, contendo a descrição dos bens ofertados com as respectivas imagens, valor mínimo de arrematação; edital e demais informações relevantes sobre o leilão como número de telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, esclarecimentos e orientações;

10.2.3. Reproduzir e distribuir editais nos dias de visitação e da sessão do encerramento do leilão;

10.2.4. Promover ampla divulgação do leilão por meio de fixação de faixas, confecção e expedição de mala direta, publicidade em outdoors, jornal, rádio e TV, inserção em sites de leilão, entre outros, para que se possa ter a maior divulgação;

10.2.5. Realizar filmagem e fotografar todos os lotes integrantes do leilão público e disponibilizá-las em meio digital;

10.2.6. Prestar informações sobre o leilão por meio de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e outros;

10.2.7. Formar, organizar e arrumar os bens em lotes, segundo as melhores técnicas de leilão, para posterior aprovação pela Fiscalização desse instrumento;

10.2.8. Dar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para o leilão, tanto na divulgação quanto na identificação de possíveis interessados, independentemente do valor ou liquidez dos bens;

10.2.9. Responsabiliza-se pelo cumprimento das disposições legais e administrativas necessárias à realização do evento;

10.2.10. Responder pelos eventuais danos causados à Administração e a terceiros, decorrente de culpa ou dolo seus ou de seus prepostos na execução dos serviços contratados, cumprindo-lhe, quando envolvidos terceiros, promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias;

10.2.11. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou incorreções, sem que lhe caiba qualquer indenização;

10.2.12. Administrar com zelo e probidade a execução dos serviços, evitando a prática de atos e a adoção de medidas que resultem em elevação de custos dos serviços, inclusive no que respeita à arregimentação, seleção, contratação e administração de mão de obra necessária à realização dos serviços;

10.2.13. Atender prontamente as recomendações regulares da fiscalização efetuadas pela Contratada, zelando pelos interesses da Administração Pública relativamente ao objeto licitado;

10.2.14. Substituir prontamente qualquer preposto, empregado ou pessoa que, a juízo da fiscalização, seja inconveniente da Administração Pública relativamente aos serviços;

10.2.15. Devolver a comissão paga pelo (s) arrematante (s) no prazo de 05 (cinco) dias úteis da comunicação do fato, caso a CONTRATANTE decida anular ou revogar esse Chamamento no todo ou em parte ou caso ocorra exercício de direito de preferência, previsto na legislação vigente, por terceiro que não participou do leilão;

10.2.16. Não utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de contratado, em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., com exceção da divulgação do evento específico;

10.2.17. Prestar contas ao CONTRATANTE mediante a apresentação de relatórios e da Ata de leilão;

10.2.18. A Ata de Leilão será composta de relatório com detalhamento de todos os lotes, descrição dos bens, indicação do nome, número da Carteira de Identidade (RG) e do Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do arrematante, valor inicial do lote, valor da arrematação e situação do pagamento, além das informações sobre os fatos relevantes ocorridos no leilão, inclusive quanto a não ocorrência de lances para determinado bem e os motivos que dificultaram a sua arrematação e deverá ser entregue em até cinco dias úteis após o fim da data limite para pagamento dos lotes;

10.2.19. Entregar as cartas de arrematação aos arrematantes vencedores, somente após confirmação do pagamento de todos os débitos relacionados ao lote no edital de leilão, sob pena de responder pelos prejuízos causados;

10.2.20. Fornecer relatório circunstanciado sobre o leilão e o resultado deste em até dois dias úteis após seu encerramento, contendo no mínimo: número do lote, descrição do bem, nome, número de RG e CNPJ ou CPF, e-mail, telefone e endereço completo do arrematante, e valor da arrematação à CONTRATANTE;

10.2.21. Informar a CONTRATANTE qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, mesmo que estes não sejam de sua competência;

10.2.22. Receber os recursos e questionamentos apresentados pelos arrematantes, responder quando for o caso, e encaminhar para apreciação da CONTRATANTE;

10.2.23. O CONTRATADO deverá acompanhar a ação de execução e prestar conta até a conclusão do processo, mesmo após o término do período contratual;

10.2.24. Observar todas as disposições legais e regulamentares pertinentes, inclusive da legislação trabalhista em relação aos seus empregados designados para a prestação dos serviços;

10.2.25. Realizar demais tarefas correlatas.

10.3. Por ocasião da contratação, o leiloeiro credenciado deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, sendo fator impeditivo da contratação qualquer irregularidade constatada.

10.4. O primeiro colocado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação pela Prefeitura Municipal, para assinatura do contrato.

10.5. O leiloeiro que não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos será desclassificado, perdendo o direito de contratar com o Município, passando o direito de contratação ao próximo classificado.

10.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas neste Edital.

10.7. É facultado ao Município, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar o próximo leiloeiro, observada a ordem de classificação das propostas para pré-qualificação, para fazê-lo em igual prazo e condições.

11. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. Os serviços a serem prestados pelo LEILOEIRO para a execução do objeto contratual abrangem:

11.1.1. Organização, divulgação e realização de leilões de bens inservíveis ao Município de Vale de São Domingos-MT;

11.1.2. Disponibilização de recursos humanos, operacionais e de logística para a realização de leilões;

11.1.3. Formação e organização dos lotes;

11.1.4. Manter-se adstrito ao consignado da decisão judicial, que será repassado pelo Órgão;

11.1.6. Disponibilização de equipe técnica, in loco, para prestar esclarecimentos, credenciar, cadastrar e acompanhar os interessados nos dias de visitação;

11.1.7. Elaboração das minutas de editais, atas e relatórios conclusivos referentes aos Leilões;

11.1.8. Reprodução e distribuição gratuita de editais do leilão, principalmente nos dias de visitação e de encerramento dos leilões;

11.1.9. Credenciamento dos arrematantes;

11.1.11. Propor ação de execução dos arrematantes inadimplentes;

11.1.12. Disponibilização de relatórios e demais informações;

11.1.13. Prestação de contas, com repasse do total arrematado em conta judicial específica a ser informada pelo Órgão.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1. O contrato terá a vigência de 12 (doze) meses.

12.2. O contrato a ser firmado, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos deste processo para credenciamento, sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.3. O não comparecimento do leiloeiro credenciado no prazo de até 15 (quinze) dias poderá a Administração convocar o leiloeiro classificado na segunda colocação para promover a assinatura do contrato, sem prejuízo das penalidades aplicáveis ao leiloeiro que possuir precedência na assinatura, na forma do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

12.4. Com a apresentação de justificativa do leiloeiro convocado para a não assinatura do contrato, desde que expressamente aceita pela Comissão Permanente de Licitação, a Administração convocará o leiloeiro que figurar na segunda colocação no sorteio e assim seguirá sucessivamente.

12.5. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

13. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

13.1. A fiscalização do serviço será realizada pela Servidora Eliena Oliveira da Cruz, lotada na Secretaria Municipal de Administração ocupante do cargo de Coordenador de departamento de Patrimônio.

14. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

14.1. Os pagamentos dos valores referentes aos bens arrematados serão efetuados através de DAM – Documento de Arrecadação Municipal, destituídos do valor de comissão do leiloeiro.

14.2. A título de remuneração o CONTRATADO receberá de acordo com o estabelecido no Parágrafo Único do Art. 24, Parágrafo único, do Decreto 21.981/32, o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda de cada lote arrematado, a ser pago pelo ARREMATANTE diretamente o LEILOEIRO.

14.3. O leiloeiro será responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, emolumentos e demais despesas necessárias à execução dos serviços contratados.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante que ensejar o retardamento da realização do certame, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

15.2. O não comparecimento ou a recusa injustificada do licitante vencedor para a assinatura do contrato sujeitará o desistente às sanções estabelecidas neste Edital, nos termos do artigo 81 da lei Federal nº 8.666/93;

15.3. O descumprimento das obrigações e demais condições do Contrato, poderá a CONTRATANTE, garantida o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa da CONTRATDA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções, sem exclusão das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Rescisão;

d) Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não superior a dois anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior; e,

f) A multa de que trata a letra "b" será de até 10% (dez por cento) sobre o valor dos bens avaliados pela Comissão de Bens Móveis.

16. DA DISPENSA DAS SANÇOES E DO RECURSO

16.1. Constituem motivos para dispensa das sanções contratuais, os seguintes casos:

16.2. Ordem escrita da CONTRATANTE, para paralisar ou restringir a execução do objeto contratado;

16.3. Ocorrência de circunstancia prevista em lei, de caso fortuito ou de força maior, nos termos da lei civil, impeditiva da execução do Contrato em tempo hábil;

16.4. Entende-se por motivo de caso fortuito/força maior, para efeito de penalidades e sanções: ato de inimigo público, guerra, bloqueio, insurreições, levantes, epidemias, avalanches, tempestades, raios, enchentes, perturbações civis, explosões, greves ou quaisquer outros acontecimentos semelhantes aos acima enumerados, ou de força equivalente, que fujam ao controle razoável de qualquer das partes interessadas, que mesmo diligentemente, não consiga impedir sua ocorrência;

16.5. A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE a ocorrência da inexecução do ajuste por motivo de força maior/caso fortuito, dentro de prazo de 03 (três) dias de sua verificação, e apresentar os respectivos documentos comprovando o fato, em até 05 (cinco) dias contados do evento, sob pena de não serem considerados os motivos alegados;

16.6. A CONTRATANTE no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento dos documentos visando comprovar o motivo de força maior, deverá aceitar ou recusar os motivos alegados, oferecendo por escrito às razões de sua eventual aceitação ou recusa; e,

16.7. No prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, do ato que aplicar penalidade caberá recurso, podendo a respectiva autoridade reconsiderar sua decisão ou, nesse prazo, encaminhar o processo, devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 A participação de qualquer proponente no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições, assim como dos seus anexos.

17.2 Quaisquer informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitações, no Paço Municipal, pelo telefone 65 3268-1058/1140 ou pelo e-mail licitacao@valedesaodomingos.mt.gov.br

17.3 A Comissão Especial, no interesse da Administração, poderá relevar omissões de natureza formal, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao presente Edital.

17.4 As normas disciplinadoras deste chamamento público serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.5 A INTERESSADA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste Chamamento Público, sendo que a falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação de quem o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, no cancelamento da doação, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

18. DO FORO

18.1 A presente Chamada Pública é regulamentada pelas leis brasileiras, sendo exclusivamente competente o Foro do município de Pontes e Lacerda-MT para conhecer e julgar quaisquer questões dela decorrentes.

Vale de São Domingos-MT, 20 de Setembro de 2023

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito Municipal

ANEXO I

MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

À Comissão Permanente de Licitações:

Eu, _____, Leiloeiro (a) Oficial, natural de _____, filho de _____ e _____, estado civil _____, inscrito na _____em ___/___/____, sob o nº _____, carteira de identidade nº _____, CPF nº_____, residente e domiciliado na _____

_____
_____,telefone_____,e-mail_____,Requeiro a Vossa Senhoria o cadastramento profissional no _____ como Leiloeiro Oficial, para fins de designação à realização de leilões de bens móveis, imóveis e semoventes na forma da legislação vigente. Pelo presente, o Leiloeiro Oficial acima identificado vem a requerer seu credenciamento em conformidade com o Edital para o CREDENCIAMENTO Nº _____, juntando a documentação exigida devidamente assinada e rubricada.

DECLARA, ainda, sob as penas da lei, que:

- Recebeu os documentos que compõem o Edital para Credenciamento nº _____ e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste credenciamento;

- Não se encontra inidôneo para licitar ou contratar com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

- As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras, e que concorda com os termos do edital e seus anexos;

- Não há qualquer fato superveniente impeditivo da sua participação neste processo de credenciamento.

Nestes termos, pede deferimento.

Localidade, ___ de_____.

ANEXO II

RELAÇÃO DOS BENS A SEREM LEILOADOS

Lote 01 - SUCATAS SEM DOCUMENTO - Avaliação R$ 3.000,00

- 01 carcaça de onibus MB1313, branco, ano 1984, s/ motor, cambio, faltando peças/itens não relacionados;

- 01 onibus MB 1313, branco, ano 1984, com motor, cambio e eixos, faltando peças/itens não relacionados.

Lote 02 - SUCATAS SEM DOCUMENTO - todos faltando itens/peças não relacionadas. Avaliação R$ 3.000,00

- 01 carcaça de Engesa com motor, sem cambio;

- 01 carcaça de GM Ipanema, branca, sem motor (em cima da caçamba do MB);

- 01 carcaça de caminhão F14.000, com chassis diminuído;

- 01 Chevrolet D10 branca e verde, com carroceria de madeira, com motor, sem cambio, faltando peças/itens não relacionados.

Lote 03 - SUCATAS SEM DOCUMENTO - Avaliação R$ 2.500,00

- 01 GM S10 ambulancia, ano 2001, sem cambio e eixo traseiro, faltando peças/itens não relacionados;

- 01 GM S10 ambulancia, ano 2001, sem motor, cambio, e eixos, faltando peças/itens não relacionados.

Lote 04 - SUCATAS SEM DOCUMENTO - Avaliação R$ 3.000,00

- 01 Fiat Fiorino ambulancia, 2007/08, ident. placa HSX-6445, com motor e cambio, carroceria cortada, faltando peças/itens não relacionados;

- 01 Fiat Doblo Essence 1.8, prata, 2011/12, ident. placa NUB-9903, com motor e cambio, faltando peças/itens não relacionados.

Lote 05 - SUCATAS SEM DOCUMENTO - Avaliação R$ 3.000,00

- 01 Peugeot Boxer ambulância, branca, ano 2005/06, ident. placa KAN-6696, capotada, com motor e cambio, faltando peças/itens não relacionados;

- 01 Iveco Daily 3510 ambulancia, branca, 2002, ident. placa JZQ-4569, com motor, faltando peças/itens não relacionados.

Lote 06 - SUCATA SEM DOCUMENTO - Avaliação R$ 3.000,00

- 01 Fiat Palio Weekend Adventure, 2005/06, ident. placa KAI-1274, motor ruim, sem rodas, faltando peças/itens não relacionados.

Lote 07 - SUCATA SEM DOCUMENTO - Avaliação R$ 10.000,00

- 01 caminhão MB sem identificação com caçamba completa de 5m completa de 5m³, branco, sem motor, eixo dianteiro, faltando peças/itens não relacionados.

20500

Lote 08 - 01 GM S10 ambulância, branca, ano 2011, placa **NPD-5543**,

chassis 9BG124GP0BC469107, parada, (oficina em Pontes e Lacerda). **Avaliação R$ 15.000,00**

Lote 09 - 01 Fiat Mobi, 04 portas, branco, ano 2017/18, placa **QCP-6250**,

chassis 9BD341A5XJY518854, frente batida, sem funcionamento, (oficina em Pontes e Lacerda).

Avaliação R$ 12.000,00

Lote 10 - 01 Fiat Uno Mille Way, 04 portas, branco, ano 2012/13, placa **NTX-9103**,

chassis 9BD15844AD6712688, capo amassado, parabrisa quebrado, junta cabeçote ruim, funcionando.

Avaliação R$ 4.000,00

Lote 11 - 01 VW Gol. 04 portas, branco, ano 2016/17, placa **QBP-1762**,

chassis 9BWAG45U6HT026136, parachoque dianteiro quebrado, baixando água, rodando. **Avaliação R$ 16.000,00**

Lote 12 - 01 Micro Onibus VW Comil, amarelo, ano 2002, placa **JZV-2358**,

chassis 9BWFD52R22R209252, com motor, sem cambio, faltando peças/itens não relacionados.

Avaliação R$ 5.000,00

Lote 13 - 01 Retroescavadeira MF 86HS, amarela, com braços, conchas dianteira e traseira,

parada com cambio ruim, faltando peças/itens não relacionados. **Avaliação R$ 17.000,00**

Lote 14 – 01 Motoniveladora RG140B, New Holland, ano 2007/2008. **Avaliação R$ 80.000,00**

Lote 15 – 01 Pa Carregadeira 12B, New Holland, ano 2009. **Avaliação R$ 80.000,00**

Lote 16 – 01 Camionete Triton, Mitsubishi, placa **JVH4167. Avaliação R$ 60.000,00**

Lote 17 – 01 Saveiro Trend Line vw, Volkswagen, ano 2016/2017, placa **QBP1772. Avaliação R$ 15.000,00**

Lote 18 – 01 Trator Agricola TL 75, New Holland, ano 2001/2001, placa **JJH124. Avaliação R$ 65.000,00**

AVALIAÇÃO TOTAL DE 18 LOTES PARA LEILÃO .... R$ 383.500,00

(importa a presente avaliação de 18 lotes para leilão em Trezentos e oitenta e três mil e quinhentos reais)

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

XX/2023

CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MOVEIS INSERVÍVEIS AO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT/MT, CNPJ 04.215.993/0001-70, pessoa jurídica de direito público, estabelecido

na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro, na Cidade de Vale de São Domingos-MT, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo Prefeito **GERALDO MARTINSA DA SILVA**, RG nº 06736750 - SSP/MT, e do CPF sob n.º 458.527.236-49, brasileiro, união estável, residente e domiciliado na Avenida José Orlando de Brito, centro nesta cidade de Vale de São Domingos-MT,

CONTRATADO: XXXXXXXXX, CPF XXXXXXXXXXXX, domiciliando na xxxxxxxxxxxxxxx, nº xx, xxxx, na cidade de xxxxxxxx, CEP: xxxxxx,

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Realização de serviços de leiloeiro para realização de leilões de bens moveis inservíveis ao município de Vale de São Domingos-MT

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA: A título de remuneração o CONTRATADO receberá de acordo com o estabelecido no Parágrafo Único do Art. 24, Parágrafo único, do Decreto 21.981/32, o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda de cada lote arrematado, a ser pago pelo ARREMATANTE diretamente ao LEILOEIRO.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA:A vigência de doze meses, iniciando em XX/XX/2023 até XX/XX/2024, nos termos do Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DA GERÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO

CLÁUSULA QUARTA: Caberá à Contratante gerenciar, por meio da Secretaria Municipal de Administração, devendo ser observado o aspecto operacional e jurídico.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA QUINTA: Pela natureza da contratação não há necessidade de dotação orçamentária

DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: Os serviços a serem prestados pelo LEILOEIRO para a execução do objeto contratual abrangem:

I - Organização, divulgação e realização de leilões de bens inservíveis ao Município de Vale de São Domingos-MT;

II - Disponibilização de recursos humanos, operacionais e de logística para a realização de leilões;

III - Formação e organização dos lotes;

IV - Manter-se adstrito ao consignado da decisão judicial, que será repassado pelo Órgão;

V - Disponibilização de equipe técnica, in loco, para prestar esclarecimentos, credenciar, cadastrar e acompanhar os interessados nos dias de visitação;

VI - Elaboração das minutas de editais, atas e relatórios conclusivos referentes aos Leilões;

VII - Reprodução e distribuição gratuita de editais do leilão, principalmente nos dias de visitação e de encerramento dos leilões;

VIII Credenciamento dos arrematantes;

§ 1º. Propor ação de execução dos arrematantes inadimplentes;

§ 2º. Disponibilização de relatórios e demais informações;

§ 3º. Prestação de contas, com repasse do total arrematado em conta judicial específica a ser informada pelo Órgão.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA SÉTIMA: São obrigações da Contratada, além das demais previstas no contrato:

I- Providenciar as publicações relacionadas ao leilão no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Diário Oficial da União e Jornal de Circulação Local;

II-.Efetuar as avaliações dos bens a serem leiloados;

III-Revisar, conferir e aprovar, previamente aos leilões, os respectivos editais, especificações e valores dos bens a leiloar, e demais documentos e formulários que devam ser empregados em cada leilão;

IV-Definir quais serão os dias permitidos para visitação, facilitando aos interessados a verificação prévia dos lotes;

V-Informar ao CONTRATADO, até a data de realização do leilão, qualquer alteração nos lotes anunciados, bem como a retirada de qualquer lote antes ou durante a realização do leilão, sem que isto implique qualquer direito ao participante;

VI-Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência que interfira na execução dos serviços;

VII-Entregar ao arrematante/procurador o(s) bem(ns) vendido(s), nas condições ofertadas (conforme demonstrado na vistoria in loco), bem como, os documentos necessários, sempre mediante a apresentação da carta de arrematação emitida pelo CONTRATADO e outros documentos que se fizeram necessários;

VIII-Efetuar o acompanhamento dos serviços por meio da Comissão de Licitações, que deverá verificar de forma criteriosa todos os procedimentos do leilão;

IX-Oferecer estrutura adequada para a realização do leilão.

X-Comunicar por escrito e tempestivamente o CONTRATADO sobre qualquer alteração ou irregularidade na execução dos serviços, bem como qualquer necessidade eventual ou necessária para o bom desempenho do objeto licitado;

XI-Emitir os boletos bancários para pagamentos dos valores referente aos bens arrematados;

XII-Fiscalizar a execução do contrato de prestação de serviços.

XIII-À vista do relatório da Comissão, o resultado de credenciamento será submetido à consideração do Prefeito Municipal, para fins de homologação do presente procedimento.

XIV-Disponibilizar aos arrematantes, as guias para pagamento das taxas, dos débitos e o documento de arrecadação dos bens arrematados;

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

CLÁUSULA OITAVA: Das obrigações do Leiloeiro:

I- Elaborar minutas de edital, de ata e demais documentos pertinentes ao leilão público.

II- Promover a divulgação do evento em material impresso e na internet, contendo a descrição dos bens ofertados com as respectivas imagens, valor mínimo de arrematação; edital e demais informações relevantes sobre o leilão como número de telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, esclarecimentos e orientações;

III- Reproduzir e distribuir editais nos dias de visitação e da sessão do encerramento do leilão;

IV- Promover ampla divulgação do leilão por meio de fixação de faixas, confecção e expedição de mala direta, publicidade em outdoors, jornal, rádio e TV, inserção em sites de leilão, entre outros, para que se possa ter a maior divulgação;

V- Realizar filmagem e fotografar todos os lotes integrantes do leilão público e disponibilizá-las em meio digital;

VI- Prestar informações sobre o leilão por meio de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e outros;

VII- Formar, organizar e arrumar os bens em lotes, segundo as melhores técnicas de leilão, para posterior aprovação pela Fiscalização desse instrumento;

VIII- Dar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para o leilão, tanto na divulgação quanto na identificação de possíveis interessados, independentemente do valor ou liquidez dos bens;

IX- Responsabiliza-se pelo cumprimento das disposições legais e administrativas necessárias à realização do evento;

X- Responder pelos eventuais danos causados à Administração e a terceiros, decorrente de culpa ou dolo seus ou de seus prepostos na execução dos serviços contratados, cumprindo-lhe, quando envolvidos terceiros, promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias;

XI- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou incorreções, sem que lhe caiba qualquer indenização;

XII- Administrar com zelo e probidade a execução dos serviços, evitando a prática de atos e a adoção de medidas que resultem em elevação de custos dos serviços, inclusive no que respeita à arregimentação, seleção, contratação e administração de mão de obra necessária à realização dos serviços;

XIII- Atender prontamente as recomendações regulares da fiscalização efetuadas pela Contratada, zelando pelos interesses da Administração Pública relativamente ao objeto licitado;

XIV- Substituir prontamente qualquer preposto, empregado ou pessoa que, a juízo da fiscalização, seja inconveniente da Administração Pública relativamente aos serviços;

XV- Devolver a comissão paga pelo (s) arrematante (s) no prazo de 05 (cinco) dias úteis da comunicação do fato, caso a CONTRATANTE decida anular ou revogar esse Chamamento no todo ou em parte ou caso ocorra exercício de direito de preferência, previsto na legislação vigente, por terceiro que não participou do leilão;

XVI- Não utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de contratado, em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., com exceção da divulgação do evento específico;

XVII- Prestar contas ao CONTRATANTE mediante a apresentação de relatórios e da Ata de leilão;

XVIII- A Ata de Leilão será composta de relatório com detalhamento de todos os lotes, descrição dos bens, indicação do nome, número da Carteira de Identidade (RG) e do Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do arrematante, valor inicial do lote, valor da arrematação e situação do pagamento, além das informações sobre os fatos relevantes ocorridos no leilão, inclusive quanto a não ocorrência de lances para determinado bem e os motivos que dificultaram a sua arrematação e deverá ser entregue em até cinco dias úteis após o fim da data limite para pagamento dos lotes;

XIX- Entregar as cartas de arrematação aos arrematantes vencedores, somente após confirmação do pagamento de todos os débitos relacionados ao lote no edital de leilão, sob pena de responder pelos prejuízos causados;

XX- Fornecer relatório circunstanciado sobre o leilão e o resultado deste em até dois dias úteis após seu encerramento, contendo no mínimo: número do lote, descrição do bem, nome, número de RG e CNPJ ou CPF, e-mail, telefone e endereço completo do arrematante, e valor da arrematação à CONTRATANTE;

XXI- Informar a CONTRATANTE qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, mesmo que estes não sejam de sua competência;

XXII- Receber os recursos e questionamentos apresentados pelos arrematantes, responder quando for o caso, e encaminhar para apreciação da CONTRATANTE;

XXIII- O CONTRATADO deverá acompanhar a ação de execução e prestar conta até a conclusão do processo, mesmo após o término do período contratual;

XXIV- Observar todas as disposições legais e regulamentares pertinentes, inclusive da legislação trabalhista em relação aos seus empregados designados para a prestação dos serviços;

XXV- Realizar demais tarefas correlatas.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA NONA: Das obrigações do Município:

I- Providenciar as publicações relacionadas ao leilão no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Diário Oficial da União e Jornal de Circulação Local;

II-.Efetuar as avaliações dos bens a serem leiloados;

III- Revisar, conferir e aprovar, previamente aos leilões, os respectivos editais, especificações e valores dos bens a leiloar, e demais documentos e formulários que devam ser empregados em cada leilão;

IV- Definir quais serão os dias permitidos para visitação, facilitando aos interessados a verificação prévia dos lotes;

V- Informar ao CONTRATADO, até a data de realização do leilão, qualquer alteração nos lotes anunciados, bem como a retirada de qualquer lote antes ou durante a realização do leilão, sem que isto implique qualquer direito ao participante;

VI- Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência que interfira na execução dos serviços;

VII- Entregar ao arrematante/procurador o(s) bem(ns) vendido(s), nas condições ofertadas (conforme demonstrado na vistoria in loco), bem como, os documentos necessários, sempre mediante a apresentação da carta de arrematação emitida pelo CONTRATADO e outros documentos que se fizeram necessários;

VIII- Efetuar o acompanhamento dos serviços por meio da Comissão de Licitações, que deverá verificar de forma criteriosa todos os procedimentos do leilão;

IX- Oferecer estrutura adequada para a realização do leilão.

X- Comunicar por escrito e tempestivamente o CONTRATADO sobre qualquer alteração ou irregularidade na execução dos serviços, bem como qualquer necessidade eventual ou necessária para o bom desempenho do objeto licitado;

XI- Emitir os boletos bancários para pagamentos dos valores referente aos bens arrematados;

XII- Fiscalizar a execução do contrato de prestação de serviços.

XIII- À vista do relatório da Comissão, o resultado de credenciamento será submetido à consideração do Prefeito Municipal, para fins de homologação do presente procedimento.

XIV- Disponibilizar aos arrematantes, as guias para pagamento das taxas, dos débitos e o documento de arrecadação dos bens arrematados;

DA RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O presente Contrato poderá ser rescindido, nas seguintes situações:

I - descumprimento das obrigações contratadas;

II - nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do Art. 78, da Lei 8.666/93;

III - pela inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste contrato;

IV - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

V - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

§ 1º. Ocorrendo a rescisão, a Contratada será informada por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo.

§ 2º. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Contratada, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

§ 3º. A contratante poderá não aceitar o pedido de rescisão da contratada, facultando-se a, a aplicação das penalidades previstas neste contrato.

§ 4º. Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades da Contratada relativas ao fornecimento do objeto.

§ 5º. Caso a Contratante não se utilize da prerrogativa de rescisão do contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução ou sustar o pagamento das faturas, até que a Contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida

DAS MULTAS E PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:O descumprimento do contrato acarretará, sem prejuízo de outras, as seguintes sanções:

I- advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade;

§ 1º. A advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas legais ou contratuais, sem prejuízos econômicos a Contratante.

§ 2º. Incidira multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para a execução do serviço.

§ 3º. Incidira multa de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo da multa do §2º e outras sanções cabíveis.

§ 4º. No caso de rescisão por inadimplemento, a Contratada ficará sujeita ao impedimento de licitar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

§ 5º. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicável alternativamente:

a) pelo descumprimento parcial ou integral das obrigações contratuais, resultando prejuízos ao Município de Vale de São Domingos-MT;

b) no caso da Contratada sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou para fiscais;

c)se for reconhecida a prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

§ 6º As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

§ 7º A falta dos serviços não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a Contratada das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

§ 8º. Na aplicação das penalidades **s**erá garantida prévia defesa, exceto para advertência.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:O licitante que ensejar o retardamento da realização do certame, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

I - O não comparecimento ou a recusa injustificada do licitante vencedor para a assinatura do contrato sujeitará o desistente às sanções estabelecidas neste Edital, nos termos do artigo 81 da lei Federal nº 8.666/93;

II - O descumprimento das obrigações e demais condições do Contrato, poderá a CONTRATANTE, garantida o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa da CONTRATDA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções, sem exclusão das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

§ 1º Advertência;

§ 2º Multa;

§ 3º Rescisão;

§ 4º Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não superior a dois anos;

§ 5º Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior; e,

§ 6º A multa de que trata a letra “b” será de até 10% (dez por cento) sobre o valor dos bens avaliados pela Comissão de Bens Móveis.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ao presente contrato.

§ 1º. Vinculam-se a este contrato o Processo de Chamamento Público nº 03/2023

FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A fiscalização do serviço será realizada pela Servidora Eliena Oliveira da Cruz, lotada na Secretaria Municipal de Administração ocupante do cargo de Coordenador de departamento de Patrimônio.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: As partes elegem o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda/MT, para dirimir eventuais conflitos.

O presente Contrato firmado em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Vale de São Domingos-MT – MT, xx de agosto de 2023.

xxxxxxxxxxxxxxx

Contratante

xxxxxxxxxxxxxxxxxx

Contratada

xxxxxxxxxxxx

Agente Fiscalizador

ANEXO IV

TERMO DE REFERÊNCIA

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAL

1. ORGÃO GERENCIADOR

1.1. Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT

2. SETOR SOLICITANTE

2.1. Secretaria Municipal de Administração.

3. OBJETO

3.1. Constitui objeto deste Edital o CHAMAMENTO PÚBLICO para credenciamento de leiloeiro oficial para realização de leilões de bens moveis inservíveis ao município de Vale de São Domingos-MT.

4. JUSTIFICATIVA

4.1. A realização da chamada pública tem como objetivo garantir a legalidade e a publicidade dos atos administrativos, assim como assegurar a seleção da melhor proposta e a igualdade de oportunidade entre os interessados. Dever de obediência à Constituição Federal, em especial aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e isonomia;

4.2 Considerando a necessidade de realização de leilão para venda de bens inservíveis ao Município nos moldes do art. 22, V da Lei nº 8.666/93

4.3 Considerando que o Município não possui servidor capacitado e habilitado para realização de Leilões

5. DOCREDENCIAMENTO

5.1 Poderão participar deste Credenciamento os leiloeiros, na condição de pessoas físicas, devidamente inscritos na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso, e que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus Anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação dos documentos, não sendo devida nenhuma indenização aos Licitantes pela realização de tais atos.

5.1. O Credenciamento de que trata o presente Edital será analisado pela Comissão de Licitações, responsável pela verificação dos requisitos de habilitação e posteriormente sorteio, caso haja mais de um participante que cumpra aos requisitos de habilitação.

5.3. Caberá à Comissão de Licitação, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, antes do início da sessão pública de que trata o subitem anterior.

5.4. Os interessados poderão solicitar esclarecimentos, formular impugnações ao Edital e seus Anexos ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, **em até 02 (dois) dias úteis** anteriores à data da sessão pública para abertura dos envelopes e habilitação, no seguinte endereço: Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro, Cep 78.253-000, pelo telefone 65 3268-1058/1140 ou pelo e-mail licitacao@valedesaodomngos.mt.gov.br.

5.5. O Município se reserva o direito de rejeitar documentos, transferir, revogar ou anular este Credenciamento, a qualquer tempo, dentro das exigências da Lei nº 8.666/93, ou desistir da celebração do contrato.

5.6. Não serão aceitos documentos apresentados através de fax ou e-mail.

5.7. Será assegurado aos leiloeiros cadastrados que, juntamente aos documentos de habilitação contidos dentro do envelope Documentação, comprovarem estar cadastradas e habilitadas no Sistema e Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIÇÃO

6.1. Poderão participar do certame pessoas físicas que sejam leiloeiros públicos, que reúnam condições de qualificação exigidas neste edital.

6.2. Será inabilitado o leiloeiro que:

6.2.1. Leiloeiros suspensos temporariamente de participar em licitações ou credenciamentos realizados pela Administração Pública;

6.2.2. Leiloeiros que possuem registro de ocorrência que o impeça de licitar e contratar com a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

6.2.3. Os leiloeiros impedidos de contratar com o poder público em razão de outras sanções administrativas e/ou judicialmente aplicadas;

6.2.4. Os leiloeiros que desatenderem às exigências do item 2 ou deixarem de apresentar a documentação solicitada, apresentá-la incompleta ou em desacordo com as disposições deste edital;

6.3. A inabilitação do leiloeiro importará no seu afastamento do processo, não vindo a ser credenciado.

6.4. Se todos os participantes forem inabilitados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas documentações, escoimadas das causas das inabilitações.

7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Das obrigações do Município:

7.1.1. Providenciar as publicações relacionadas ao leilão no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Diário Oficial da União e Jornal de Circulação Local;

7.1.2.Efetuar as avaliações dos bens a serem leiloados;

7.1.3. Revisar, conferir e aprovar, previamente aos leilões, os respectivos editais, especificações e valores dos bens a leiloar, e demais documentos e formulários que devam ser empregados em cada leilão;

7.1.4. Definir quais serão os dias permitidos para visitação, facilitando aos interessados a verificação prévia dos lotes;

7.1.5. Informar ao CONTRATADO, até a data de realização do leilão, qualquer alteração nos lotes anunciados, bem como a retirada de qualquer lote antes ou durante a realização do leilão, sem que isto implique qualquer direito ao participante;

7.1.6. Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência que interfira na execução dos serviços;

7.1.7. Entregar ao arrematante/procurador o(s) bem(ns) vendido(s), nas condições ofertadas (conforme demonstrado na vistoria in loco), bem como, os documentos necessários, sempre mediante a apresentação da carta de arrematação emitida pelo CONTRATADO e outros documentos que se fizeram necessários;

7.1.8. Efetuar o acompanhamento dos serviços por meio da Comissão de Licitações, que deverá verificar de forma criteriosa todos os procedimentos do leilão;

7.1.9. Oferecer estrutura adequada para a realização do leilão.

7.1.10. Comunicar por escrito e tempestivamente o CONTRATADO sobre qualquer alteração ou irregularidade na execução dos serviços, bem como qualquer necessidade eventual ou necessária para o bom desempenho do objeto licitado;

7.1.11. Emitir os boletos bancários para pagamentos dos valores referente aos bens arrematados;

7.1.12. Fiscalizar a execução do contrato de prestação de serviços.

7.1.13. À vista do relatório da Comissão, o resultado de credenciamento será submetido à consideração do Prefeito Municipal, para fins de homologação do presente procedimento.

7.1.14. Disponibilizar aos arrematantes, as guias para pagamento das taxas, dos débitos e o documento de arrecadação dos bens arrematados;

7.2. Das obrigações do Leiloeiro:

7.2.1. Elaborar minutas de edital, de ata e demais documentos pertinentes ao leilão público.

7.2.2. Promover a divulgação do evento em material impresso e na internet, contendo a descrição dos bens ofertados com as respectivas imagens, valor mínimo de arrematação; edital e demais informações relevan-

tes sobre o leilão como número de telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, esclarecimentos e orientações;

7.2.3. Reproduzir e distribuir editais nos dias de visitação e da sessão do encerramento do leilão;

7.2.4. Promover ampla divulgação do leilão por meio de fixação de faixas, confecção e expedição de mala direta, publicidade em outdoors, jornal, rádio e TV, inserção em sites de leilão, entre outros, para que se possa ter a maior divulgação;

7.2.5. Realizar filmagem e fotografar todos os lotes integrantes do leilão público e disponibilizá-las em meio digital;

7.2.6. Prestar informações sobre o leilão por meio de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e outros;

7.2.7. Formar, organizar e arrumar os bens em lotes, segundo as melhores técnicas de leilão, para posterior aprovação pela Fiscalização desse instrumento;

7.2.8. Dar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para o leilão, tanto na divulgação quanto na identificação de possíveis interessados, independentemente do valor ou liquidez dos bens;

7.2.9. Responsabiliza-se pelo cumprimento das disposições legais e administrativas necessárias à realização do evento;

7.2.10. Responder pelos eventuais danos causados à Administração e a terceiros, decorrente de culpa ou dolo seus ou de seus prepostos na execução dos serviços contratados, cumprindo-lhe, quando envolvidos terceiros, promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias;

7.2.11. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou incorreções, sem que lhe caiba qualquer indenização;

7.2.12. Administrar com zelo e probidade a execução dos serviços, evitando a prática de atos e a adoção de medidas que resultem em elevação de custos dos serviços, inclusive no que respeita à arregimentação, seleção, contratação e administração de mão de obra necessária à realização dos serviços;

7.2.13. Atender prontamente as recomendações regulares da fiscalização efetuadas pela Contratada, zelando pelos interesses da Administração Pública relativamente ao objeto licitado;

7.2.14. Substituir prontamente qualquer preposto, empregado ou pessoa que, a juízo da fiscalização, seja inconveniente da Administração Pública relativamente aos serviços;

7.2.15. Devolver a comissão paga pelo (s) arrematante (s) no prazo de 05 (cinco) dias úteis da comunicação do fato, caso a CONTRATANTE decida anular ou revogar esse Chamamento no todo ou em parte ou caso ocorra exercício de direito de preferência, previsto na legislação vigente, por terceiro que não participou do leilão;

7.2.16. Não utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de contratado, em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., com exceção da divulgação do evento específico;

7.2.17. Prestar contas ao CONTRATANTE mediante a apresentação de relatórios e da Ata de leilão;

7.2.18. A Ata de Leilão será composta de relatório com detalhamento de todos os lotes, descrição dos bens, indicação do nome, número da Carteira de Identidade (RG) e do Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do arrematante, valor inicial do lote, valor da arrematação e situação do pagamento, além das informações sobre os fatos relevantes ocorridos no leilão, inclusive quanto a não ocorrência de lances para determinado bem e os motivos que dificultaram a sua arrematação e deverá ser entregue em até cinco dias úteis após o fim da data limite para pagamento dos lotes;

7.2.19. Entregar as cartas de arrematação aos arrematantes vencedores, somente após confirmação do pagamento de todos os débitos relacionados ao lote no edital de leilão, sob pena de responder pelos prejuízos causados;

7.2.20. Fornecer relatório circunstanciado sobre o leilão e o resultado deste em até dois dias úteis após seu encerramento, contendo no mínimo: número do lote, descrição do bem, nome, número de RG e CNPJ ou CPF, e-mail, telefone e endereço completo do arrematante, e valor da arrematação à CONTRATANTE;

7.2.21. Informar a CONTRATANTE qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, mesmo que estes não sejam de sua competência;

7.2.22. Receber os recursos e questionamentos apresentados pelos arrematantes, responder quando for o caso, e encaminhar para apreciação da CONTRATANTE;

7.2.23. Promover a ação de execução dos arrematantes inadimplentes e prestar contas trimestralmente;

7.2.24. O CONTRATADO deverá acompanhar a ação de execução e prestar conta até a conclusão do processo, mesmo após o término do período contratual;

7.2.25. Observar todas as disposições legais e regulamentares pertinentes, inclusive da legislação trabalhista em relação aos seus empregados designados para a prestação dos serviços;

7.2.26. Realizar demais tarefas correlatas.

7.3. Por ocasião da contratação, o leiloeiro credenciado deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, sendo fator impeditivo da contratação qualquer irregularidade constatada.

7.4. O primeiro colocado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação pela Prefeitura Municipal, para assinatura do contrato.

7.5. O leiloeiro que não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos será desclassificado, perdendo o direito de contratar com o Município, passando o direito de contratação ao próximo classificado.

7.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas neste Edital.

7.7. É facultado ao Município, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar o próximo leiloeiro, observada a ordem de classificação das propostas para pré-qualificação, para fazê-lo em igual prazo e condições.

8. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Os serviços a serem prestados pelo LEILOEIRO para a execução do objeto contratual abrangem:

8.1.1. Organização, divulgação e realização de leilões de bens inservíveis ao Município de Vale de São Domingos-MT;

8.1.2. Disponibilização de recursos humanos, operacionais e de logística para a realização de leilões;

8.1.3. Formação e organização dos lotes;

8.1.4. Manter-se adstrito ao consignado da decisão judicial, que será repassado pelo Órgão;

8.1.6. Disponibilização de equipe técnica, in loco, para prestar esclarecimentos, credenciar, cadastrar e acompanhar os interessados nos dias de visitação;

8.1.7. Elaboração das minutas de editais, atas e relatórios conclusivos referentes aos Leilões;

8.1.8. Reprodução e distribuição gratuita de editais do leilão, principalmente nos dias de visitação e de encerramento dos leilões;

8.1.9. Credenciamento dos arrematantes;

8.1.11. Propor ação de execução dos arrematantes inadimplentes;

8.1.12. Disponibilização de relatórios e demais informações;

8.1.13. Prestação de contas, com repasse do total arrematado em conta judicial específica a ser informada pelo Órgão.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. O contrato terá a vigência de 12 (doze) meses.

9.2. O contrato a ser firmado, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos deste processo para credenciamento, sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

9.3. O não comparecimento do leiloeiro credenciado no prazo de até 15 (quinze) dias poderá a Administração convocar o leiloeiro classificado na segunda colocação para promover a assinatura do contrato, sem prejuízo das penalidades aplicáveis ao leiloeiro que possuir precedência na assinatura, na forma do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

9.4. Com a apresentação de justificativa do leiloeiro convocado para a não assinatura do contrato, desde que expressamente aceita pela Comissão Permanente de Licitação, a Administração convocará o leiloeiro que figurar na segunda colocação no sorteio e assim seguirá sucessivamente.

9.5. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

10. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

10.1. A fiscalização do serviço será realizada pela servidora Servidora Eliena Oliveira da Cruz, lotada na Secretaria Municipal de Administração ocupante do cargo de Coordenador de departamento de Patrimônio.

11. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

11.1. Os pagamentos dos valores referentes aos bens arrematados serão efetuados através de DAM – Documento de Arrecadação Municipal, destituídos do valor de comissão do leiloeiro.

11.2. A título de remuneração o CONTRATADO receberá de acordo com o estabelecido no Parágrafo Único do Art. 24, Parágrafo único, do Decreto 21.981/32, o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda de cada lote arrematado, a ser pago pelo ARREMATANTE diretamente o LEILOEIRO.

11.3. O leiloeiro será responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, emolumentos e demais despesas necessárias à execução dos serviços contratados.

Vale de São Domingos-MT, 20 de setembro de 2023

ANA CAROLINA AGUIAR MARTINS

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº 912/CPSPAD/SAD/2023

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 007/2023, de 05 de janeiro de 2023, do Secretário Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios,em 11 de janeiro de 2023, pag. 665, e devidamente designados pela Portaria nº 540/2021, objeto doprocesso administrativo disciplinar nº 034/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 14 de setembro de 2023.

Osvaldo Botelho de Campos Neto

Secretário Municipal de Administração

ATO Nº283/2023

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso,no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Maryane Beijamina da Silva, do cargo em Comissão de Gerente de Patrimônio e Almoxarifado - DNS 6,da Secretaria Municipal de Administração,a partir de 01 de setembro de 2023.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 20 de Setembro de 2023.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSOS FISCAIS

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Processo CMRF/VG n. 120 - ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. x Fisco Municipal (Gespros: 823810/22, 828132/22, 828132/22 e 880817/23) CNPJ: 03.467.321/0039-61– AIIM: 3035/2022 – Recurso Voluntário)

Certifico e dou fé que do acordão de fls. ns. 627 a 630, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso em 04/09/23 – edição n. 4.312, com intimação às partes do seu teor, nos termos do Termo de Intimação de Decisão realizada no dia 04/09/23, não cabe mais recursos administrativos, tendo transitado em julgado em 19/09/2023.

Ainda, certifico e dou fé que conforme consulta ao sistema E-Ágata não houve o recolhimento do crédito tributário respectivo no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de ciência (Termo de Intimação de Decisão) conforme art. 44 da Lei Complementar Municipal n. 4.354/2018, devendo ser cumprida a providência elencada no art. 45, I, “e” da citada Lei.

Várzea Grande, 20 de Setembro de 2023.

Stefania Borges da Silva

Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais

PORTARIA N° 024/2023 – SMVO/VG

"Dispõe sobre a nomeação de fiscal do contrato n° 209/2023, decorrente da C.P n° 05/2021, empresa CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA"

O Secretário Municipal de Viação e Obras, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1° DESIGNAR os servidores, o Engenheiro Civil Srº **CLÓVIS PEREIRA MENDES FILHO** e a Engenheira Civil Srª **EDNA MEIRE PINTO,** como fiscais das obras de pavimentação e drenagem do contrato n° 209/2023 em conformidade com a cláusula décima sexta da fiscalização do contrato – Item 16.17 designação dos servidores.

Art. 2º A designação do fiscal terá efeito desde a assinatura do contrato.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 20 de setembro de 2023.

Luiz Celso Morais de Oliveira
Secretário Municipal de Viação e Obras

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 221, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

"Dispõe sobre a relação nominal dos servidores públicos da Secretaria Municipal de Saúde em gozo regulamentar de férias."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Conceder **Férias** regulamentares, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº 1.164/1991 que dispõe em seu artigo 85, aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde abaixo relacionados:

LOTAÇÃO: UNIDADE ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA MOACYR D´ LANNES					
MAT.	**NOME DO (A) SERVIDOR (A)**	**VÍNCULO**	**CARGO**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**PERÍODO DE GOZO**
24103	JOSÉ ROBERTO DA SILVA REGO	EFETIVO	ODONTÓLOGO	**2021/2022**	18/09/2023 À 17/10/2023 (30 DIAS)
LOTAÇÃO: UNIDADE PRONTO ATENDIMENTO IPASE					
MAT.	**NOME DO (A) SERVIDOR (A)**	**VÍNCULO**	**CARGO**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**PERÍODO DE GOZO**
37069	NILVA SOLANGE GRACIOLI FELIX	EFETIVO	ENFERMEIRA	**2019/2020**	14/09/2023 À 28/09/2023 (15 DIAS)

Várzea Grande, 20 de Setembro de 2023.

Gonçalo Aparecido de Barros

Secretário de Saúde SMS/VG

TORNAR SEM EFEITO PUBLICAÇÃO DA ADESÃO Nº 31/2023

Processo nº. 901830/2023. Ata de Registro de Preços nº. 002/2023, oriunda do Pregão Eletrônico nº 002/2023 da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar de Mato Grosso, no qual as empresas vencedoras cujas especificações atendem as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, cujo objeto é: Registro de preços para futura e eventual aquisição de material permanente: Tratores, Grades, Carretas e Colhedoras de Forragens, conforme condições e especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço, para atender a Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT**, conforme condições e quantitativos previstos neste Termo de Referência n. º 07/2023, publicadano dia 18/09/2023 no Diário Oficial de Contas página 6. No dia 19/09/2023 no Jornal Oficial Eletrônico do Município do Estado de Mato Grosso página 757, Jornal Estadão Mato Grosso página 6 e Diário Oficial da União página 241.** Várzea Grande-MT, 20 de setembro de 2023. **Luiz Celso de Morais Oliveira -** Secretário Municipal de Viação e Obras e **Jean Lucas Teixeira de Carvalho** - Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável

PORTARIA N° 023/2023 – SMVO/VG

"Dispõe sobre a nomeação de fiscal do contrato n° 207/2023, decorrente da T.P n° 07/2022, empresa CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA"

O Secretário Municipal de Viação e Obras, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1° DESIGNAR os servidores, o Engenheiro Civil Srº **VICTOR HUGO COSTA RODRIGUES** e a Engenheira Civil Srª **EDNA MEIRE PINTO,** como fiscais das obras de pavimentação e drenagem do contrato n° 207/2023 em conformidade com a cláusula décima sexta da fiscalização do contrato – Item 16.17 designação dos servidores.

Art. 2º A designação do fiscal terá efeito desde a assinatura do contrato.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 20 de setembro de 2023.

Luiz Celso Morais de Oliveira
Secretário Municipal de Viação e Obras

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA

PORTARIA N° 237/2023

Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto - DAE-VG, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta na Lei n°1.164/91 art.97, seguindo o Parecer Jurídico n. 093/2022/JUR/DAEVG.

RESOLVE:

Art.1°- Conceder em favor do(a) Servidor(a) AMANDA MARQUES DE ALMEIDA, matrícula 2397, cargo de Chefe de Departamento/Escritório Cristo Rei, o benefício de Auxílio Natalidade, conforme previsto em Lei de nº 1. 164/91 art.194, Inciso I "b" cumulado com art. 204 §1° e 2° do Estatuto do Servidor Público Municipal.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 20 de setembro de 2023.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

Diretor Presidente

ATO Nº279/2023

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso,no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Andrey Morais Ribeiro Fonseca, do cargo em Comissão de Coordenador - DNS 4,da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,a partir de 30 de setembro de 2023.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 19 de Setembro de 2023.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

EDITAL 01/2023 DE CONVOCAÇÃO

A Associação de Cultura e Turismo de Bonsucesso, publica em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, o Edital de Convocação para a Assembleia Geral, eleição e Posse dos novos membros que atuarão no quatriênio 2023 a 2027.

A Inscrição será realizada de forma presencial na Sede da Associação de Cultura e Turismo de Bonsucesso na semana de 01 julho a 01 de agosto de 2023.

Os interessados deverão apresentar os seguintes documentos autenticados: RG, CPF e COMPROVANTE DE ENDEREÇO.

A Assembleia Geral se realizará no dia 09 de agosto de 2023às 19:30h na sede da Associação, sito na Avenida Gil João da Silva s/nº -Sala anexa ao Centro Comunitário.

Serão eleitos 16 (dezesseis) representantes entre o administrativo e os coordenadores.

Será realizado votação presencial dos membros que integrarão a Associação de Cultura e Turismo de Bonsucesso.

A publicação da homologação está prevista para o dia 10 de agosto do corrente ano, e a publicação da Portaria denomeação será no dia 14 de agosto.

Várzea Grande MT, 27 de junho de 2023.

Cilbene Maria Rosa da Conceição

Presidente da Comissão de Eleição

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº218, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023.

“Dispõe sobre a relação nominal dos servidores públicos da Secretaria Municipal de Saúde em gozo regulamentar de férias.”

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Conceder **Férias** regulamentares, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº 1.164/1991 que dispõe em seu artigo 85, aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde abaixo relacionados:

LOTAÇÃO: CEDIDOS					
MAT.	**NOME DO (A) SERVIDOR (A)**	**VÍNCULO**	**CARGO**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**PERÍODO DE GOZO**
19115	HELLEN MARLEY DA SILVA ANUNCIAÇÃO	EFETIVO	ENFERMEIRA	**2022/2023**	02/10/2023 À 31/10/2023 (30 DIAS)
LOTAÇÃO: CENTRO DE ESPECIALIDADES EM SAÚDE					
MAT.	**NOME DO (A) SERVIDOR (A)**	**VÍNCULO**	**CARGO**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**PERÍODO DE GOZO**
132363	RAPHAELLA ASSUMPÇÃO GONÇALVES FRANÇA CABRAL	EFETIVO	ENFERMEIRA	**2021/2022**	06/10/2023 À 04/11/2023 (30 DIAS)
130055	CILAS RONDON DUARTE	EFETIVO	PSICÓLOGO	**2022/2023**	30/10/2023 À 28/11/2023 (30 DIAS)
LOTAÇÃO: CENTRO ODONTOLÓGICO JOAQUIM MENDES DE CARVALHO					
MAT.	**NOME DO (A) SERVIDOR (A)**	**VÍNCULO**	**CARGO**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**PERÍODO DE GOZO**
130098	GIZELE GALDINO DA SILVA	EFETIVO	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	**2021/2022**	16/10/2023 À 25/10/2023 (10 DIAS)
130165	JADERSON CHAVES ELIAS	EFETIVO	AGENTE DE SEGURANÇA E MANUTENÇÃO	**2022/2023**	01/10/2023 À 30/10/2023 (30 DIAS)
31478	MARGARIDA MARIA SANTOS BARROS	EFETIVO	TÉCNICA EM SAÚDE BUCAL	**2022/2023**	16/10/2023 À 30/10/2023 (15 DIAS)
LOTAÇÃO: MATERNIDADE DR. FRANCISCO LUSTOSA DE FIGUEIREDO					
MAT.	**NOME DO (A) SERVIDOR (A)**	**VÍNCULO**	**CARGO**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**PERÍODO DE GOZO**
95705	MARLENE ALVES FIRME DE MELO	EFETIVO	ENFERMEIRA	**2021/2022**	01/10/2023 À 30/10/2023 (30 DIAS)
95780	CLEBER AMARAL MOTA	EFETIVO	ENFERMEIRO	**2022/2023**	01/10/2023 À 30/10/2023 (30 DIAS)
92091	GRACIELLE PAULA DE MORAES FREITAS	EFETIVO	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	**2022/2023**	01/10/2023 À 30/10/2023 (30 DIAS)
LOTAÇÃO: NÍVEL CENTRAL					

MAT.	NOME DO (A) SERVIDOR (A)	VÍNCULO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
20642	IVANA MARIA BORGES FERRAZ	EFETIVO	AGENTE ADMINISTRATIVA	**2017/2018**	02/10/2023 À 11/10/2023 (10 DIAS)
130011	LAURA TOCANTINS DA SILVA	EFETIVO	GESTORA PÚBLICA	**2019/2020**	16/10/2023 À 30/10/2023 (15 DIAS)
130027	SANDRA CRISTINA PAVINI NUNES	EFETIVO	GESTORA PÚBLICA	**2021/2022**	02/10/2023 À 11/10/2023 (10 DIAS)
141853	WILLIAN VICENTE DA CUNHA	EFETIVO	AGENTE ADMINISTRATIVO	**2021/2022**	02/10/2023 À 17/10/2023 (16 DIAS)
141862	FRANCISCA LUZIA DE PINHO	COMISSÃO	PREGOEIRA – DNS 03	**2021/2022**	04/10/2023 À 11/10/2023 (08 DIAS)
143024	CELSO LUIZ MACIEL DA SILVA	COMISSÃO	GERENTE – DNS 06	**2021/2022**	09/10/2023 À 11/10/2023 (03 DIAS)
142126	JOILCE APARECIDA GOMES	COMISSÃO	GERENTE – DNS 06	**2021/2022**	16/10/2023 À 16/10/2023 (01 DIA)
36425	NEIDE DA SILVA	EFETIVO	ENFERMEIRA	**2021/2022**	16/10/2023 À 14/11/2023 (30 DIAS)
151729	FÁBIO ALMEIDA PEDROSO	EFETIVO	AGENTE ADMINISTRATIVO	**2022/2023**	02/10/2023 À 11/10/2023 (10 DIAS)
7225	CATARINA MARILCE DE CAMPOS	EFETIVO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	**2022/2023**	02/10/2023 À 31/10/2023 (30 DIAS)
142074	NIVALDO MONTEIRO MAGALHÃES	COMISSÃO	GERENTE – DNS 06	**2022/2023**	02/10/2023 À 31/10/2023 (30 DIAS)
3110	ANA PAULA FRANCO ROSA	EFETIVO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	**2022/2023**	03/10/2023 À 01/11/2023 (30 DIAS)
LOTAÇÃO: UNIDADE ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA MARGARIDA PEREIRA TAVARES					
MAT.	**NOME DO (A) SERVIDOR (A)**	**VÍNCULO**	**CARGO**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**PERÍODO DE GOZO**
132841	VÂNIA LUIZA OLIVEIRA DOURADO	EFETIVO	ODONTÓLOGA	**2022/2023**	09/10/2023 À 23/10/2023 (15 DIAS)
LOTAÇÃO: UNIDADE PRONTO ATENDIMENTO CRISTO REI					
MAT.	**NOME DO (A) SERVIDOR (A)**	**VÍNCULO**	**CARGO**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**PERÍODO DE GOZO**
135489	NATÁLIA CARDOSO NUNES DA SILVA	EFETIVO	FARMACÊUTICA	**2020/2021**	01/10/2023 À 30/10/2023 (30 DIAS)
LOTAÇÃO: UNIDADE PRONTO ATENDIMENTO IPASE					
MAT.	**NOME DO (A) SERVIDOR (A)**	**VÍNCULO**	**CARGO**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**PERÍODO DE GOZO**
37016	NILSON KAWAKAMI	EFETIVO	ODONTÓLOGO	**2022/2023**	04/10/2023 À 02/11/2023 (30 DIAS)
LOTAÇÃO: VIGILÂNCIA SANITÁRIA					
MAT.	**NOME DO (A) SERVIDOR (A)**	**VÍNCULO**	**CARGO**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**PERÍODO DE GOZO**
143026	JOÃO BATISTA MATOS DE OLIVEIRA	COMISSÃO	GERENTE – DNS 06	**2022/2023**	16/10/2023 À 04/11/2023 (20 DIAS)

Várzea Grande, 18 de Setembro de 2023.

Gonçalo Aparecido de Barros

Secretário de Saúde SMS/VG

ATO Nº280/2023

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso,no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Denyse Batista Angelini, no cargo em Comissão de Coordenador - DNS 4,na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer com efeito a partir de 02 de outubro de 2023.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 19 de Setembro de 2023.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

13° REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

CÂMARA TÉCNICA EIV-RIV SIMPLIFICADO

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Habitação do Município de Várzea Grande, no uso de suas atribuições convocar os membros a participar da Reunião da Câmara Técnica.

Considerando a necessidade de lei a Regulamentar o Trâmite do Processo Administrativo para apreciação do EIV/RIV SIMPLIFICADO no âmbito,

Considerando a Lei Municipal n° 4.968/2022, resolve:

CONVOCAR OS MEMBROS DA CAMARA TECNICA para comparecerem:

DATA: dia 25 de setembro de 2023 às 08:30 horas.

LOCAL: Sala de reunião do Complexo Municipal – Secretaria de Saúde,Av. da FEB - Construmat, Várzea Grande - MT, 78135-730.

PAUTA

OAA EMPREENDIMENTOS ECOVILLAGE

RNI TRICOLOR e COMERCIAL ALMEIDA.

Várzea Grande, 20de setembro de 2023.

_____

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

SECRETÁRIO DA SMDU-VG

PORTARIA Nº 924/2023

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria n° 388/2020 de 08 de abril de 2020 e tendo em vista o que consta do Processo nº 894585/2023,

RESOLVE:

Interromper a Licença para tratar de assuntos de Interesse Particular Sem Ônus (**29/05/2022 a 29/05/2024**) concedido aservidora**MARIELLE JEANI PRASNIEVSKI DA SILVA,** matrícula 132957, exercendo o cargo de **Profissional de Nível Superior do SUS,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, apartir de 29/06/2023.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT,20desetembro 2023.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 925/2023

O Prefeito Municipal de Várzea Grande e o Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo n° 894585/2023,

RESOLVE:

Declarar vago o cargo de **Profissional de Nível Superior do SUS**, ocupado pela servidora **MARIELLE JEANI PRASNIEVSKI DA SILVA,** Matrícula 132957, em razão da sua posse em outro cargo inacumulável, conforme Art. 41 da Lei nº 1.164/91 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande, a partir de **30/06/2023 a 30/06/2026.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT, 20 de setembro de 2023.

OSVALDO BOTELHO DE CAMPOS NETO

Secretário Municipal de Administração

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE FOMENTO N. 044/2023

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o n. 03.507.548/0001-10 e a FEDERAÇÃO DE MOTOCICLISMO DO ESTADO DE MATO GROSSO - FMMT, fundação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ n. 24.670.341/0001-32. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: 1.1. Este Termo Contratual é regido e vinculado pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos n. 8.666/93 e suas alterações, à Lei Federal n. 13.019/2014, no Decreto Municipal n. 70/2016, no Comunicado de Dispensa de Licitação n. 69/2023, na Autorização da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e no Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 912381/2023. **OBJETO**: Constitui objeto deste Termo de Fomento o repasse de recursos financeiros que se destinam a contribuir para o custeio das despesas para realização do evento “OITAVA ETAPA DO CAMPEONATO MATOGROSSENSE DE MOTOCROSS 2023”, visando o incentivo no esporte, lazer e turismo, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Várzea Grande – MT. **VALOR GLOBAL**: Os recursos financeiros para a execução do objeto deste termo de fomento, neste ato fixados em R$ 85.400,00 (Oitenta e cinco mil e quatrocentos reais), que serão alocados de acordo o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.. UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 0150. **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste Termo será de 01(um) mês, contados a partir da data de sua assinatura, correspondente ao tempo necessário para a execução integral do objeto da parceria, passível de prorrogação, desde que o período total de vigência não exceda 05 (cinco) anos. **FISCAL DE CONTRATO**: O acompanhamento da efetivação deste Termo de Parceria ficará a cargo do PARCEIRO PÚBLICO, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, que, designa para este ato, o servidor CARLOS HENRIQUE ARAÚJO, portador da Cédula de Identidade RG n. 1996055-7 SSP/MT e inscrito no CPF n. 056.037.601-41.

DATA DE ASSINATURA: 20.09.2023.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal De Educação, Cultura, Esporte E Lazer

Parceiro Público

FEDERAÇÃO DE MOTOCICLISMO DO ESTADO DE MATO GROSSO – FMMT

Organização Da Sociedade Civil

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 284/2022

PARTES INTERESSADAS: **A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS/VG)**, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, fundo público inscrito no CNPJ n. 11.364.895/0001-60, e de outro lado, a senhora **JOZEFA BORGES HAZAMA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n. 1402874-3 SSP/MT e inscrita no CPF n. 453.713.001-63 **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Este Termo Aditivo encontra fundamentação legal no artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93 e suas atualizações, ressaltando a sua compatibilização com as peculiaridades que exige este inquilino especial, pela Lei n. 8.245/91 alterada pela Lei n. 12.112/2009, Ato de Dispensa de Licitação n. 51/2022, no Termo de Contrato n. 284/2022, na devida justificativa exarada pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO n. 905454/2023. **OBJETO:** Este Termo tem por objeto aditar o item 3.1 da CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES, o item. 4.1 e 4.3 da CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, e o item 8.1. da CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO, referente a locação de imóvel urbano comercial, destinado único e exclusivamente para alojar o Conselho Municipal de Saúde do Município de Várzea Grande/MT. **VALOR:** O valor do aluguel mensal a ser pago pelo Locatário será de R$ 3.691,44 (três mil, seiscentos e noventa e um reais e quarenta e quatro centavos), importando assim, o valor global no montante de R$ 44.297,28 (quarenta e quatro mil, duzentos e noventa e sete reais e vinte e oito centavos). UO: SECRETARIA DE SAÚDE FONTE: 0150/01621/0160. **VIGÊNCIA:** Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do Contrato principal, contados a partir da data de seu vencimento [20/09/2023]. **FISCAL DE CONTRATO:** O acompanhamento da efetivação deste Contrato

ficará a cargo do LOCATÁRIO, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE que, designa para este ato, na função de fiscal titular, o Senhor RENAN DE OLIVEIRA CIRIACO DA SILVA, inscrito no CPF n. 049425.111-51; e, na função de fiscal suplente, a Senhora ELIZANGELA DOS REIS GONÇALVES CAMPOS, inscrita no CPF n. 888.382.001-06.

DATA DE ASSINATURA: 19.09.2023

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretaria Municipal De Saúde

Contratante

JOSEFA BORGES HAZAMA

Contratada

ATO Nº271/2023

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso,no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Joice Francisquini, no cargo em Comissão de Coordenador de Terra e Parcelamento do Solo- DNS 4,na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Habitação a partir de 14 de setembro de 2023.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 14 de Setembro de 2023.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

ATA DA CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO, AMPLIAÇÃO E RECATEGORIZAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

APA PARA PARQUE NATURAL MUNICIPAL - TANQUE DO FANCHO

A Consulta Pública foi realizada aos vinte e seis do mês de julho de 2023, com início às 18h50 no Plenário Municipal de Várzea Grande, situada na Avenida Alzira Santana, número 1.741, Bairro Água Limpa. O ato cerimonial foi presidido pela equipe de cerimonial da Secretaria Municipal de Comunicação, na pessoa do cerimonialista Wilson Pires, que após abertura, convidou o Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e Sustentável - SEMMADRS, o Excelentíssimo Senhor: Jean Lucas Teixeira de Carvalho. Neste ato, o Secretário Jean Lucas convidou para compor a mesa os seguintes convidados: o Secretário de Assuntos Estratégicos Benedito Gonçalo de Figueiredo representando o Prefeito Kalil Baracat; VereadoraRosi Prado;Vereador Ícaro Reveles, Vereador em exercício Davi dos Anjos; Geólogo da empresa compromissária (Ginco Urbanismo)- Renan Alex da Silva Grillan; Representando o Presidente do Departamento de Água e Esgoto (DAE)Wilhan Douglas dos Reis; Procurador Municipal Bruno Paiva Fonseca; Arquiteto Enodes Soares Ferreira – Secretaria de Assuntos Estratégicos; Bióloga Cassia Rosin – Coordenadora da Unidade de Conservação da Secretaria deEstado de Meio Ambiente de Mato Grosso; Arquiteta Leticia Vitor Dias da Silva – Secretaria de Serviços Públicos; Engenheiro Oaleffer Rodrigo Machado da Silva– Secretaria de Viação e Obras. Na sequência convocam-se todos para cantar o Hino Nacional Brasileiro. Em seguidao Secretário Jean Lucas agradeceu a todos que estavam presentes no evento e diz que a APA Tanque do Fancho tem desempenhado um papel fundamental na conservação dos recursos naturais e na preservação da rica biodiversidade local. Também enfatizou que o Diagnóstico Ambiental para a concretização da recategorização do Parque Natural Municipal irá garantir um futuro mais sustentável e equilibrado para as gerações presentes e futuras, e declara aberta a Consulta Pública. Seguidamente a Bióloga Cassia Rosin é convidada a dar sua declaração sobre o evento e relata que as Unidades de Conservação (UCs) possuem uma relevância fundamental, e, portanto, é crucial enfatizar os diversos tipos de uso e os níveis de conservação que a nova recategorização proporcionará à população de Várzea Grande, sugestões e apoio à execução do Diagnóstico Ambiental e à concretização do Parque Natural Municipal. Logo após o Secretário Benedito Gonçalo de Figueiredo declarou em sua fala que o local conhecido como Tanque do Fancho possui um valor emocional significativo para a população de várzea-grandensse e que sua recategorização como Parque Municipal é de extrema importância não apenas para a comunidade local, mas também em âmbito nacional. Na sequência o Secretário Jean Lucas convida os componentes da mesa a se sentarem no plenário e desfaz a mesa, assim convida o Geólogo Renan Grilland Consultor Ambiental da empresa Ginco para apresentar oDiagnóstico Ambiental para elaboração do Plano de Manejo, ampliação e recategorização da Área de Proteção Ambiental – APA para Parque Natural Municipal - Tanque do Fancho. Renan inicia sua apresentação explicando o que são Unidades de Conservação (UC’s)e como essas áreas sofrem com a antropização, ressalva o histórico da APA Tanque do Fancho, enfatizando a relevância histórica da referida APA. A pesquisa foi dividida em quatro etapas essenciais: organização e planejamento, diagnóstico, zoneamento e programas e aprovação e divulgação. Na sequência, apresenta detalhadamente o meio físico e biótico do local, revelando que atualmente 40% davegetaçãoda APA é composta por espécies exóticas. Além disso, menciona que o curso d’água que atravessa a área está sofrendo com o despejo de esgoto, causando sérios impactos nos animais e no ecossistema de maneira geral, afetados por intervenções humanas. Diante dessas questões, o geólogo propõe medidas mitigadoras para os problemas enfrentados, com o intuito de minimizar os danos ambientais e restaurar a saúde do ecossistema. Por fim, Renan conclui sua apresentação enfatizando a importância da realização da Consulta Pública para o Diagnóstico Ambiental, visando à elaboração do Plano de Manejo, ampliação e recategorização da Área de Proteção Ambiental - APA, transformando-a em Parque Natural Municipal. A participação ativa da comunidade nesse processo é fundamental para garantir a eficácia e a sustentabilidade das ações propostas. Depois do exposto o Secretário Jean Lucas assumi a palavra e convida o corpo técnico presente para compor a mesa e responder as perguntas do público, a Bióloga Cintia Serrano – Coordenadora de Gestão de Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEMMADRS); Geólogo Renan Alex da Silva Grillan–consultor da empresa Ginco Urbanismo; Engenheiro Wilhan Douglas dos Reis - Departamento de Água e Esgoto (DAE); Procurador Municipal Bruno Paiva Fonseca; Arquiteto Enodes Soares Ferreira – Secretaria de Assuntos Estratégicos; Bióloga Cassia Rosin – Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso; Arquiteta Leticia Vitor Dias da Silva – Secretaria de Serviços Públicos; Engenheiro Oaleffer Rodrigo Machado da Silva – Secretaria de Viação e Obras. Dando sequência o primeiro a se pronunciar foi o professor da Rede Estadual de Educação o Geógrafo Jalme Santana, que destacou a importância do trabalho realizado pela equipe de Educação Ambiental da secretaria. Em parceria com a escola, essa equipe promoveu diversas palestras e ações de doação de mudas, visando sensibilizar os alunos sobre a importância da preservação ambiental. Uma das atividades realizadas foi a visita à Área de Proteção Ambiental (APA) Tanque do Fancho, na qual os estudantes tiveram a oportunidade de conhecer e compreender o valor desse local tão especial. Essa experiência permitiu que os alunos se conscientizassem sobre a necessidade de proteger e conservar a biodiversidade e os recursos naturais presentes na região. A primeira pergunta foi realizada pelo Vereador Ícaro Reveles, que levantou questionamentos sobre a possibilidade de mudar a APA para um Parque, levando em consideração a proximidade da Câmara Municipal, que está localizada ao lado da área em questão. Ele expressou preocupação com possíveis prejuízos para a reforma da Câmara, questionan-

do se ela seria fechada e como seriam as instalações do futuro Parque, como banheiros, pistas de corrida e playground. Os questionamentos, foram respondidos pelo Arquiteto Enodes Ferreira que esclareceu que a mudança para um Parque não afetaria a reforma da Câmara Municipal, uma vez que o novo zoneamento do município previa a separação das áreas, garantindo que a Câmara continuaria com suas obras independentemente da criação do Parque. Além disso, o arquiteto mencionou que seriam feitas instalações no Parque, como banheiros, pistas de corrida e áreas para a prática de atividades físicas. A Bióloga Cássia Rosin complementou, destacando que o principal propósito do Parque seria a preservação do local e seu ecossistema, não sendo o foco principal voltado para atividades de lazer. No entanto, ela enfatizou que isso não impede a construção consciente de áreas de lazer, como playgrounds ou espaços recreativos, desde que sejam desenvolvidos de maneira a respeitar e preservar o ambiente natural ao redor. Logo após, a próxima pergunta foi feita pelo vereador Antônio Marques, questionou como as áreas no entorno do futuro Parque serão aumentadas e se haverá a necessidade de desocupação dos moradores, se sim, como estes serão conduzidos. O Arquiteto Enodes respondeu que a atual matrícula do futuro Parque não tem nenhuma área ocupada por residências e, portanto, não haverá necessidade de desocupação. A próxima pergunta foi feita por um morador local que apresentou uma preocupação legítima sobre a possibilidade de construir em uma área grande ao lado do Tanque do Fancho. Ele perguntou se haveria alguma represália caso decidisse construir naquela região. O Geólogo Renan Grilland esclareceu que existe uma zona de amortecimento, que se estende por 100 metros a partir dos limites do Tanque do Fancho. Nessa área, a construção pode estar sujeita a restrições ou proibições, especialmente se a obra planejada resultar em grandes impactos ao ambiente. Renan ressaltou que, caso a construção proposta não represente riscos significativos ao ambiente, é possível que sejam aplicadas medidas mitigadoras para reduzir possíveis impactos negativos. Outra pergunta foi feita por um usuário da plataforma Youtube sobre se há a existência de uma planta pronta para o futuro Parque. O Arquiteto Enodes respondeu esclarecendo que a planta está em fase de desenvolvimento e será apresentada ao público nos próximos eventos relacionados ao projeto.Com a transmissão feita pela rede social Instagram um usuário fez uma indagação sobre a possível construção de um lago artificial e uma pista de corrida dentro do Parque. Em resposta, o Arquiteto Enodes esclareceu que essas questões estão sendo minuciosamente estudadas e discutidas, levando em conta a preservação da natureza e os potenciais riscos envolvidos. Enodes enfatizou que antes de qualquer decisão ser tomada, é crucial considerar o impacto que essas construções teriam no ambiente natural do Parque. A proteção da fauna, flora e dos ecossistemas locais é uma prioridade, bem como a manutenção do equilíbrio ecológico da região.O último questionamento foi feito pelo representante do Vereador Paulo Silva, relacionada ao destino do esgoto que está poluindo o curso d'água que atravessa a atual APA Tanque do Fancho. Em resposta, o Engenheiro Wilhan dos Reis explicou que estão previstas a construção de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) que terão a função de tratar as áreas de bacia do município, incluindo aquelas que atualmente estão poluindo o curso d'água da APA.O secretário Jean Lucasconduz os processos finais da mesae reforça a relevância da Consulta Pública para o Diagnóstico Ambiental, que visa a elaboração do Plano de Manejo, a ampliação e recategorização da Área de Proteção Ambiental - APA, reestruturando-o em um Parque Municipal. Ele ressalta que a participação ativa da comunidade nesse processo é de suma importância para assegurar a eficácia e a sustentabilidade das medidas propostas, declarou encerrada a consulta pública do plano de manejo e dos parâmetros de uso e ocupação da terra da área de proteção ambiental (APA) - do tanque do fancho no município de Várzea Grandeàs 20h30. Foi disponibilizado uma lista de presença, para registro dos participantes da comunidade em geral. Sem mais nada a tratar, eu Thamiris Amorim dos Santos, lavrei a presente ata, que irá assinada por mim e pelo Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, o senhor Jean Lucas Teixeira de Carvalho.

Thamiris Amorim dos Santos
Técnica de Nível Superior

Jean Lucas Teixeira de Carvalho
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2023/PMVB MENOR PREÇO POR ITEM.

PREGÃO ELETRÔNICO N. 009/2023 - Regido pela Lei Federal n. 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 038/2023.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 03/10/2023, às 09h00min.

(HORÁRIO DE BRASILIA)

Objeto: Aquisição de materiais para ginastica.

Realização: www.licitanet.com.br/ www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br.

Vila Bela da Ss. Trindade/MT, 20 de setembro de 2023.

PREGOEIRO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 223/2023

DE 05 DE SETEMBRO DE 2023.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder **Progressão Vertical** aos(as) servidores(as) abaixo discriminados por terem alcançado a pontuação exigida, previsto no Plano de Carreira dos Servidores Municipais:

AVALIAÇÃO PROGRESSÃO 2022/2023

Profissionais da Saúde

Capitulo IV seção II *Art. 15 da lei n.º 750/08 de 22/02/2008*

MAT	NOME	NIVEL	ATS %
48	CILIRA BENICIO DE SOUZA SOARES	D - 27	28%
291	EDISON KIST HAAB	A - 28	28%
1102	EDNA APARECIDA MENEGUINI	A - 16	28%
1988	GISLANE DA SILVA MORAES	D - 11	20%
4079	MARTA DE JESUS NAZARIO	A - 03	04%
4081	VANESSA DA SILVA SOARES	A - 03	04%
833	GERALDO FERREIRA RIBEIRO	B - 16	28%

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01 de junho de 2023.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 231/2023

DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Art. 1º- Conceder **Progressão Vertical** aos(as) servidores(as) abaixo discriminados por terem alcançado a pontuação exigida, previsto no Plano de Carreira dos Servidores Municipais:

AVALIAÇÃO PROGRESSÃO 2022/2023

Profissionais da Educação Básica

Capitulo IV Capitulo I seção II Art. 27 da lei n.º 748/08 de 22/02/2008

MAT	NOME	NIVEL	ATS %
191	MARIA FRANCISCA FERNANDES DE JESUS	C-22	24 %
1176	ADRIANA DE SOUSA SILVA DAMAS	C-13	26 %
1240	DALVA DE SOUSA FONSECA CIRICO	A-12	26 %
1292	MARIA HELENA RODRIGUES DE BARROS	D-14	26 %
3056	JANETE ANA MARTINHAK MUNIZ	C-07	12 %

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 03 de julho de 2023.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 230/2023

DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder **Progressão Vertical** aos(as) servidores(as) abaixo discriminados por terem alcançado a pontuação exigida, previsto no Plano de Carreira dos Servidores Municipais:

AVALIAÇÃO PROGRESSÃO 2022/2023

Profissionais da Saúde

Capitulo IV seção II *Art. 15 da lei n.º 750/08 de 22/02/2008*

MAT	NOME	NIVEL	ATS %
340	MARISTELA CARVALHO CAMARGO	B-13	26 %
422	FABIANO PERRONI BASSO	B-14	26 %
690	ADRIANE SEIBOTH LEMOS	C-15	26 %
704	JUCELIA ANA CASAGRANDE DA SILVA	A-13	24 %
831	TIANA BONFADA	C-14	26 %
967	FERNANDA RICHARD DA SILVA GOMES	A-14	26 %
1004	LUCIANA SCHEIDT	A-14	26 %
1111	IRACI DE CASTRO FERNANDES	A-12	22 %
1205	DANIELLA BORGES TAVARES	C-14	26 %
1279	JANAINA BORGES GOMES MORAIS MIGNOLI	C-14	26 %
1289	VALDIJAN DE SOUSA MARTINS	C-14	26 %
1294	OTAVIA SEVERINO DE QUEIROZ RIBEIRO	A-14	26 %
1298	MICHELA BARROS ASSAD	C-14	26 %
2829	VANESSA RHAVENNA PERES PEREIRA GONÇALVES	B-07	13 %

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 03 de julho de 2023.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 229/2023

DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder **Progressão Vertical** aos(as) servidores(as) abaixo discriminados por terem alcançado a pontuação exigida, previsto no Plano de Carreira dos Servidores Municipais:

AVALIAÇÃO PROGRESSÃO 2022/2023

Profissionais do Quadro Geral

Capitulo V seção II *Art. 31 da lei n.º 749/08 de 22/02/2008*

MAT	NOME	NÍVEL	ATS %
7	AGENOR PEREIRA DE ARRUDA	A-28	28 %
1122	GENESSY CONCEICAO DOS SANTOS	B-14	26 %
1159	JOSE APARECIDO FERNANDES LINHARES	A-12	22 %
1284	CLEIDE MENDES DE CARVALHO	B-13	26 %
1288	GENEOCI FERREIRA DOS SANTOS	B-13	26 %
1291	TATIANE CONSTANTINO	A-12	20 %
1303	ROSALIA SOUSA REIS	B-12	26%

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 03 de julho de 2023.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 222/2023

DE 05 DE SETEMBRO DE 2023.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder **Progressão Vertical** aos(as) servidores(as) abaixo discriminados por terem alcançado a pontuação exigida, previsto no Plano de Carreira dos Servidores Municipais:

AVALIAÇÃO PROGRESSÃO 2022/2023

Profissionais do Quadro Geral

Capitulo V seção II *Art. 31 da lei n.º 749/08 de 22/02/2008*

MAT	NOME	NÍVEL	ATS %
1455	CRISTINA MAGALHAES CASTRO	C - 13	26%
2611	PIERRE FABRICIO GOUVEIA DE OLIVEIRA	A - 07	12%
1103	MARLI VALDEVINA SIMAO	B - 15	28%
228	NELSON DE OLIVEIRA	A -28	28%
1104	CLEONICE KRAEMER FRARE	B - 16	26%
3277	RODRIGO SCHUH	A - 05	08%

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01 de junho de 2023.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 224/2023

DE 05 DE SETEMBRO DE 2023.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Art. 1º- Conceder **Progressão Vertical** aos(as) servidores(as) abaixo discriminados por terem alcançado a pontuação exigida, previsto no Plano de Carreira dos Servidores Municipais:

AVALIAÇÃO PROGRESSÃO 2022/2023

Profissionais da Educação Básica

Capitulo IV Capitulo I seção II Art. 27 da lei n.º 748/08 de 22/02/2008

MAT	NOME	NIVEL	ATS %
152	LEOMAR ANTONIO RAUBER	B - 32	28%
451	IVANEIDE DIAS ARAUJO SIRINO	C – 13	24%
813	SIDENEI MEURER	B - 16	28%
1463	ADINAMAR CALIXTO DA SILVA	C – 12	26%

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01 de junho de 2023.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 232/2023

de 20 de setembro de 2023.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais em especial ao exposto no Capítulo I Seção IV Subseção II Art. 78 da lei n. º 747/2008

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder prorrogação da LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora MARGARETE DE SOUZA MANOEL SANTOS, matrícula nº 2350 lotado na Secretaria de Educação no cargo de Professore de I a IV, conforme perícia médica pelo período de 04/09/2023 a 12/03/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 04/09/2023.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em especial.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 025/2023

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 025/2023

PROCESSO 123/2023

Reconheço a dispensa de licitação fundamentada na lei 14.133/2021 Art. 75 Inc. II e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, cujo objeto é a Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de assessoria contábil para envio das cargas do aplic (auditoria pública informatizada de contas) do TCE-MT (tribunal de contas do estado de mato grosso), no valor total de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil) reais em favor a empresa LIBER CONTABILIDADE LTDA inscrita no CNPJ 36.266.514/0001-30 , o valor será pago conforme proposta apresentada pela empresa. **Ratifico**, conforme prescreve o art. 26 do estatuto das licitações, o despacho da C.P.L e parecer jurídico do Assessor Jurídico, publica-se.

Vila Rica, 20 de Setembro de 2023 .

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

C.P.F.: 328.086.071-72

R.G.: 1614784 SSP/GO

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 039/2023

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 113/2023

PREGÃO ELETRÔNICO 057/2023

DO OBJETO: Contratação de pessoa jurídica, para segurar veículos pertencentes à Frota Municipal, com assistência técnica em 24 horas por dia, sete dias por semana, em todo território nacional, pertinentes às características, cobertura compreensiva (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros, danos materiais e danos pessoais, acidentes pessoais por passageiros, despesas médicas hospitalares, franquia obrigatória normal, vidros e retrovisores, condições, obrigações e observações conforme descritas no Termo de Referência.

DO VALOR E DO PAGAMENTO: O preço global deste Contrato é de R$ 56.608,40 (Cinquenta e seis mil, seiscentos e oito reais e quarenta centavos) referentes ao valor global previsto na Cláusula Primeira, será pago o valor global do contrato em uma única parcela, sendo a contar da assinatura do contrato e após a emissão conferencia e atesto na nota Fiscal.

DA VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato.

DATA: Vila Rica/MT, 19 de setembro de 2023.

ASSINANTES:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA – Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante.

GENTE SEGURADORA SA (90.180.605/0001-02) **– Contratada.**

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 233/2023

De 20 de setembro de 2023.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Gratificação de FG 02 (dois) ao servidor GUSTAVO IGOR DOS SANTOS SILVA, matrícula de nº 4603 lotado na Secretaria de Finanças no cargo de Fiscal Tributário conforme Art. 13 da Lei Municipal nº 749/08 no período de 18 de setembro de 2023 a 17 de setembro de 2024.

Paragrafo único: a gratificação justifica-se pela execução dos trabalhos em horário noturnos e finais de semana.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 18 de setembro 2023.

Art. 3 º - Revogam–se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

CUMPRA-SE

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 228/2023.

DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o servidor JOELITON SANTOS MACHADO**,** matrícula nº 711, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 039/2023, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA/MT e a empresa GENTE SEGURADORA S.A, CNPJ/MF sob o n° 90.180.605/0001-02, cujo objeto é a Contratação de pessoa jurídica, para segurar veículos pertencentes à Frota Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Publique-se,

Cumpra-se.

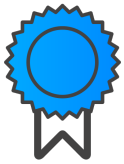
Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed Sep 20 22:31:40 UTC 2023
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)